

# V Simpósio Internacional em História Contemporânea: Soberania, Relações de Poder e Propriedades

Anais do Evento  
ISSN: 2357741X



Universidade Estadual do Maranhão  
11 a 14 de setembro de 2018



# O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA NA UNIDADE BÁSICA DE ENSINO PAULO VI: UMA ANÁLISE DOS RELATOS DE DOCENTES E DISCENTES

*Adriana Santos Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho apresentaremos um diagnóstico inicial sobre o ensino da História da América Latina na Unidade Básica de Ensino Paulo VI (Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Maranhão), pertencente à rede estadual de ensino básico de São Luis/Maranhão. Descreveremos a estratégia utilizada para identificar debilidades encontradas na abordagem do tema, e seus desdobramentos na forma de desinteresse e desconhecimento dos alunos sobre temas elementares concernentes ao campo de estudo em questão. Para tanto, abordaremos os relatos de docentes e discentes, obtidos através de entrevistas respaldadas pela metodologia da História Oral e orientadas por duas preocupações principais: compreender o lugar que a história do subcontinente ocupa dentro do programa de ensino dos professores de história da Unidade de Ensino Paulo VI e as repercussões desse “lugar” nas representações, concepções e visões de América Latina expressas nas declarações dos estudantes.

**Palavras-chaves:** Ensino de História. América Latina. Imaginários Sociais

## **Introdução**

Neste trabalho, partimos da perspectiva da relação de distanciamento e, muitas vezes, de negação que os brasileiros mantêm em relação seu pertencimento a América Latina. Parte-se do pressuposto de que ensinar temas relacionados a História da América Latina no ensino básico é uma forma privilegiada para superar o afastamento político e cultural do Brasil em relação ao continente e, principalmente, de desconstruir os estereótipos que contribuem para tal distanciamento. Conforme a historiadora Adriana Santiago, não se deve ser ingênuo em pensar que somente pela via da educação se solucionará o problema da integração, mas “ela é um fator importante de formação e consolidação de uma integração, já que esta se realiza a partir do momento em que as partes se reconhecem, mutuamente, como diversas” (SANTIAGO, 2012, p. 70).

Embora tenha ocorrido uma aproximação gradativa no plano político e econômico, sobretudo, devido à formação de blocos regionais, acordos diplomáticos e cooperativos, os brasileiros, de modo geral, resistem a assumir uma proximidade

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

identitária com a América Latina, mesmo tendo ciência de sua ligação histórica, cultural e geopolítica com os países vizinhos. Essa relação torna-se, assim, permeada por contradições que remetem à afirmação da historiadora Maria Lígia Coelho Prado: "Podemos afirmar igualmente que - como dois polos que se atraem e se repelem - o Brasil é, e ao mesmo tempo, não é América Latina" (PRADO, 2001, p.127).

O Ensino de História, nesse contexto, é considerado uma via para pensarmos e propormos alternativas de superação deste problema histórico. Como espaço de circulação de representações sociais<sup>2</sup> e consolidação de imaginários, a História, enquanto disciplina escolar torna-se de grande relevância quanto à desconstrução de representações pejorativas e generalizantes sobre a América Latina apropriadas através de diversos espaços do senso comum (em particular os meios de comunicação de massa) pela sociedade, que, a partir de imagens distorcidas ou unilaterais sobre a região, são aceitas e internalizadas pelos grupos sociais, formando modelos mentais que regulam as percepções de mundo sobre o subcontinente. "[...] Geralmente sustentadas no sensacionalismo da mídia televisiva, que cria a imagem dos conflitos políticos, das ruínas econômicas e das cenas de pobreza, sem, no entanto, apresentar o que ocorre por trás dessas imagens" (SANTOS, 2013, p. 402).

Assim sendo, o intuito do trabalho consiste em apresentar um diagnóstico preliminar sobre o Ensino da História da América Latina na Unidade Básica de Ensino Paulo VI (Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Maranhão).<sup>3</sup> Nesse sentido, tomaremos como objeto de análise os relatos de professores e alunos obtidos através de entrevistas respaldadas pela metodologia da História Oral que permitiram-nos caracterizar e identificar limites na abordagem dos conteúdos relacionados à História do continente e seus desdobramentos na forma de desinteresse e desconhecimento dos alunos sobre personagens, acontecimentos e temas elementares.

---

<sup>2</sup> Categoria central da História Cultural, a "representação" é expressa por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, formando uma realidade paralela à existência dos indivíduos. Conforme Roger Chartier, a representação, como dando a ver uma coisa ausente, faz enxergar um objeto que não está presente, através de sua substituição por uma imagem que seja capaz de reconstituir este objeto em memória e o personificar como ele é, "seriam modos de ver, visões de mundo criadas pelas práticas e criadora das práticas" (CHARTIER, 1990, p. 25).

<sup>3</sup> Os resultados da investigação são fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada entre agosto de 2015 e agosto de 2016, na referida unidade de ensino, com o auxílio de uma bolsa PIBIC/UEMA. O projeto foi originado pelo edital nº 09/2015 sancionado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e PósGraduação da Universidade Estadual do Maranhão - PPG UEMA. Disponível em: A pesquisa foi orientada pela profa. Dra. Carine Dalmás, (Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão) coordenadora do projeto universal intitulado: "A história da América Latina no Ensino Médio: conteúdos, práticas e propostas".

Entrevistamos os professores que ministram a disciplina de História na referida instituição de ensino questionando-os sobre o lugar que a História da América Latina ocupa em seus programas de ensino. Em contrapartida, direcionamos aos estudantes questionamentos que procuraram identificar as repercussões das abordagens da História da América Latina nas concepções e visões dos alunos sobre o subcontinente.

Recorremos aos métodos de abordagem da História Oral para obtenção e a análise dos relatos. Conforme Marieta Ferreira, a história oral tem-se revelado um instrumento importante, no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou de indivíduos em uma dada sociedade.

Para análise das entrevistas partimos das discussões da historiadora Diana Gonçalves sobre as interações entre entrevistado e a fonte oral. Segundo a autora, o documento oral forma-se no momento da entrevista, ele é produto da interação entre o entrevistado e o entrevistador. Portanto, compreendemos que o pesquisador não é um instrumento neutro que faz emergir a voz do entrevistado, ele também produz o documento. É o pesquisador que define o que deve ser dito e o que deve ser omitido, é ele que infere e conclui, e não está só, mas determinado pelo lugar onde opera, ou seja, pauta-se nas diretrizes impostas pelos seus pares.

Em suma, estabeleceremos um perfil que contribuirá para a compreensão do alcance e a receptividade dos estudantes em relação ao ensino do tema. Nossa intenção é elaborar um diagnóstico, dimensionando, sobretudo, as debilidades desse ensino conforme as declarações desses sujeitos.

### **Ensino de História e identidade latino-americana**

De acordo com Jaime e Carla Pinsky, "o conhecimento histórico, por si próprio, carrega um profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto das circunstâncias acaloradas"(PINSK, PINSK, 2013, p.28). Dessa forma, consideramos que ensinar temas relacionados à História da América Latina no ensino básico é uma forma privilegiada para superar o afastamento político e cultural do Brasil em relação ao continente e, sobretudo, de desconstruir os estereótipos que contribuem para tal distanciamento. Para a historiadora Juliana Pirola, somente a percepção de uma história comum levará a identificação de interesses comuns, que poderão atuar na construção de interesses coletivos de futuro.

A História como disciplina escolar, foi criada a partir do século XIX com profunda articulação com as tradições de pensamento europeu: "A História escolar tinha, naquele momento, como uma de suas finalidades principais contribuir para a constituição de uma identidade nacional moldada sob a ótica eurocêntrica". (BITTENCOURT, 2005, p. 6). De caráter nacionalista e eurocêntrico, o Ensino de História reforçava a perspectiva brasileira com relação a seu distanciamento dos demais países latino-americanos.

O Ensino de História da América, do mesmo modo, foi alicerçado sobre os mesmos pilares: "identidade, nacionalismo e civilização foram as concepções que nortearam os conflitos em torno da seleção da temática americana na cultura escolar, ora incluindo, ora excluindo um pensar sobre os povos americanos"(DIAS, 1999, p. 36). De acordo com Bittencourt:

Ao percorrermos a história da disciplina no que se refere à história da América na constituição de identidades é possível perceber mudanças quanto ao seu papel. A história da América como apêndice de uma história universal serviu para reforçar a identidade nacional criada para consolidar o pertencimento da nação criada pelo Estado uma civilização branca e cristã. A partir da necessidade de se projetar o futuro do país no mundo do capitalismo industrial, a América passou a ser apresentada em dois mundos separados e em constante confronto: o desenvolvido responsável pela dominação de um conjunto de países identificados como América Latina atrasado e subdesenvolvido. E, finalmente no decorrer dos anos de 1990 as finalidades do ensino de História da América passaram a integrar o conjunto de temas em fase de consolidação que remetem à constituição de identidades múltiplas, muitas delas ligadas aos projetos econômicos e políticos que buscam saídas para os países latino-americanos dentro do atual estágio do capitalismo (BITTENCOURT, 2005, p.14).

Como observa a autora, diante das transformações que ocorreram no cenário político e econômico mundial e nacional no final do século passado, o Ensino de História da América Latina passou a ser preconizado como espaço privilegiado para a completa integração latino-americana. Em meio a esse contexto, foi criado em 1991 o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), visando à completa integração, que não fosse somente econômica, mas também social e cultural, dos países que compõe o bloco.

Conforme Adriana Soares, o SEM tem por finalidade a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do MERCOSUL através da negociação de políticas públicas, da elaboração e implementação de programas/projetos conjuntos e da promoção de encontros de pesquisadores do ensino de História. Das discussões e

debates ocorridos nos encontros desses estudiosos, houve o consenso de que os conteúdos referentes à América Latina no ensino de História dos países que são parte do MERCOSUL devem:

[...] valorizar o que existe de comum em suas trajetórias, para permitir a identificação de traços identitários comuns, favorecer o processo de integração regional e possibilitar um enfoque histórico centrado na América Latina, em que a “inclusão” de conteúdos no interior de uma história geral fosse realizada, para além do ponto de vista da Europa. Com isto, como eixos comuns para o desenvolvimento dos conteúdos históricos específicos em cada país, foram definidos os estudos da história das sociedades e das culturas indígenas americanas, da diversidade cultural e dos aspectos comuns, da construção da democracia e do processo de integração na região. (SANTIAGO, 2012, p. 90).

Com a perspectiva de renovação da História Ensina sobre o subcontinente, Said Lucas Salomón destaca o exemplo da Universidade Federal da Integração Latino América, proposta em 2007, pelo então Ministério da Educação do ex. presidente Luís Inácio Lula da Silva e que começou a funcionar em 2010, no Foz do Iguaçu. A intuição tem como objetivo, conforme Salomón, atender professores, estudantes e pesquisadores especialmente dos países que compõe o MERCOSUL. “Sua missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina.”<sup>4</sup>

Bittencourt pondera que as condições para alargar os conhecimentos escolares sobre a História da América Latina, “se considerarmos as propostas curriculares que circulam pelo país assim como a continuada produção didática tanto de manuais como de obras paradidáticas, são sem dúvida favorável.” (BITTENCOURT, 2005, p. 14). Portanto, o questionamento que fica, refere-se à inserção dos conteúdos da história americana no cotidiano escolar. Nesse sentido, ao final do artigo intitulado: “Ensino de história da América a autora deixa algumas indagações pertinentes: “reflexões sobre problemas de identidades”, a autora levanta algumas questões pertinentes:” “Professores e alunos dedicam-se a essas temáticas? Existem resistências quanto a esses conteúdos e a estas questões identitárias?” (BITTENCOURT, 2005, p. 14).

---

<sup>4</sup> Informação retirada do site da UNILA: <https://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>

## **Os professores do Ensino Médio e a História da América Latina**

Foram entrevistados dois professores, dos três que ministram a disciplina História na Unidade Básica. O primeiro entrevistado foi o professor Agnaldo Reis dos Santos, que graduou-se em História pela Universidade Estadual do Maranhão e desde de 2015 faz parte do quadro de professores fixos da Unidade de Ensino Paulo VI, leciona para as turmas de 1º série. O segundo professor entrevistado, foi Leonardo Ibiapina Beviláqua, que graduou-se em História na Universidade Federal do Ceará e começou a ministrar aulas em 2016 na escola para as turmas de 2º série. O professor responsável em ministrar a disciplina para as turmas de 3º séries não compareceu no dia marcado e pouco frequentava a escola.

A entrevista aplicada aos professores seguiu um roteiro que partiu de indagações sobre seu contato com a História da América Latina desde sua formação universitária, passou pela reflexão sobre a presença, ou não, desse tema nos seus programas de ensino voltados ao ensino médio e, por fim, questionamos suas posições pessoais a respeito do significado de estudo da História da América Latina para a vida dos estudantes.

O primeiro aspecto analisando foi como a formação acadêmica do professores contemplou a temática e contribui na sua formação profissional. As narrativas dos dois divergem em relação ao grau de aproveitamento e satisfação quanto a abordagem dessas temáticas no seus processos de formação profissionais.

O professor da 2ª série do Ensino Médio relata que em sua formação as disciplinas que abordaram a História da América Latina centraram-se na História do Brasil, de modo que o espaço dedicado a História da América Hispânica foi muito reduzido, o educador relata a debilidade quanto aos conteúdos, nas suas palavras: “[...]Não tem muitas disciplinas, concentra, tem recortes temporais muito delimitados, por exemplo, a gente viu só povos pré-colombianos e independência da América Latina, não viu nada sobre a América Latina mais recente sobre o século XX, praticamente só independência[...]”. Percebe-se que o professor considerou sua formação no tocante a essa temática insuficiente e que, por isso, não contribuiu para sua atuação profissional.

Distintamente, o professor da 1ª série do ensino médio considera que sua formação contemplou de forma satisfatório o tema e não apresentou nenhum problema envolvendo a sua abordagem. “Foi bom, tive boas notas e além das notas tiveram trabalhos que nos levaram a entender melhor a América Latina, de certa forma ajudaram. Gostei também das aulas que o professor ministrava, então ajudaram muito.”

A importância atribuída ao Ensino da América Latina pelos dois professores tem um mesmo argumento em comum, ambos conferem a relevância do tema a própria importância do estudo de História. Conforme eles:

Igual os outros, praticamente, porque todos são relevantes. Todo ensino de História, seja ele lá do, da pré-história ou da mais recente, todos são importantes. (Professor do 1º série)

[...] não tem porque você achar interessante o estudo de História da América e não achar o da Europa, e não achar o da África, ou ao contrário, porque é um exercício de alteridade e de compressão do ser humano. (Professor do 2º série)

A narrativa do professor da 1ª série tem uma especificidade em relação ao relato do outro professor, ele percebe que a importância de se estudar sobre a América Latina também perpassa pela relação histórica que o Brasil tem com a região. Percebe-se na narrativa do educador seu sentimento de pertença a América Latina: “Por que é a nossa história”, elemento ausente na narrativa do professor da 2º série.

A respeito da inclusão de temas relacionados a América Latina, os dois professores relatam incluir temas referentes a História da América Latina em suas aulas. O professor da 1ª série pondera que os conteúdos pré-fixados que abarcam a história da América Latina na série na qual ele ministra aulas são poucos, conforme o educador:

[...] fala-se da América Latina, é a chegada dos primeiros habitantes que vem para essa parte da América e a outra parte que é anglo-saxônica, mas os que vieram pra cá então, acho relevante, e depois vai aí a questão da colonização espanhola, colonização portuguesa e tem a sua importância. (Professor da 1ªsérie).

Indagado de que forma ele busca abordar esses conteúdos o professor relata que, tenta ressaltar em suas aulas elementos como: “catequização”, “preconceito”, “etnocentrismo” e “eurocentrismo”. O professor da 2ª série afirma que segue o recorte que vem do MEC, assim, conta que inclui: “desde o processo de descobrimento, a chegada dos europeus na América Latina até as atualidades”.

No que concerne as relações que os docentes fazem entre a História do Brasil e a América Latina em sala de aula, o professor da 1ª série declara que aborda a História do Brasil separada da História da América, mas sempre aparecem fatores de similitudes. O professor do 2º ano narra que considera importante fazer essa relação e busca fazê-la relacionando também passado e presente, principalmente a partir de problemáticas que façam parte do cotidiano do aluno.



[...] Às vezes eu gosto de perguntar para os alunos: Vocês já prestaram atenção do povo brasileiro, o povo cubano, o povo das Antilhas, como tem uma presença negra muito mais forte? E aí você relaciona com o tipo de colonização que teve, com a utilização de trabalho de mão-de-obra de africanos escravizados. [...] (Professor da 2ª série).

Ambos os professores não percebem nenhum interesse diferenciado dos alunos em relação à temática, suas narrativas indicam que o interesse que eles possuem pelo Ensino de História da América Latina é o mesmo pela disciplina de História. Em geral, como afirma um deles, “independente da região, o interesse dos alunos tende a ser uma constante”(professor da 2º série)

Sobre o uso de recursos didáticos as respostas obtidas também não se diferenciam, os professores declaram que o único recurso utilizado por eles é o livro didático e que a escola não oferece estrutura para utilizar outros materiais didáticos.

Sobre o uso dos livros didáticos em sala os professores apresentam relatos parecidos. O professor da 1ª série afirma utilizar o livro “constantemente” no cotidiano escolar e considera um bom instrumento para auxiliar nas aulas. O professor da 2ª série relata que o considera um bom recurso didático, e afirma utilizá-lo "sempre que possível", no entanto, o não comprometimento dos alunos dificulta sua utilização no cotidiano escolar. Segundo ele, “tem um outro problema, que é o deles não trazerem o livro, tem a coisa do peso, são vários livros, várias disciplinas, um pouco de desleixo, nem todo mundo traz. ” (Professor da 2ª série)

Ambos não observaram grandes problemas nos materiais e avaliam o livro de forma positiva. Conforme suas narrativas:

Então, esse livro que a escola usa, trabalha isso de forma boa. Mas, o que eu destacaria são os trechos que ele traz de livros, de fontes, ele traz alguns documentos antigos, sei lá, as cartas da colonização. (Professor da 2ª série)

[...]colocando a Europa, como sendo já vilã dessa história, vindo para se aproveitar, pra explorar, massacrar o indígena, saquear as riquezas, então tem colocado muito nesse sentido. Então, o livro “tá” mostrando uma abertura boa nesse sentido[.] (Professor da 1ª série)

O professor da 2º série destaca o uso de fontes como uma das principais contribuições do livro didático, pois possibilita ao aluno visualizar de forma mais concreta as informações repassadas no cotidiano escolar. O professor da 1º série coloca de forma positiva a interpretação que o livro traz sobre o índio e o processo de colonização, que segundo ele enfatizando de forma positiva a perspectiva de sujeição e passividade do nativo diante da chegada do europeu, em função de um olhar que o

inferiorizar e colocar como coadjuvante desse processo histórico, excluindo a complexidade do tema e existência de diversos elementos, como de resistência, negociação e acomodação. Isso revela a visão torpe que o educador possui sobre uma parte da História da América e que provavelmente reproduz para os alunos através de uma perspectiva de sujeição e passividade.

De modo geral, os dois professores afirmam abordarem conteúdos relacionados a História da América Latina, no entanto de formas diferentes. O professor da 1º série, relata tratar sobre poucos conteúdos acerca da temática, devido ao programa que lhe é repassado contemplar uma quantidade inexpressiva de conteúdos voltados para essa História, dos poucos conteúdos que trabalha em sala estão: A chegada europeia e o início do processo de colonização. O professor do 2º ano abarca um número maior de conteúdos em sala e busca nas suas aulas integrar o Brasil ao contexto da América Latina fazendo ligações e demarcando as singularidades.

### **Estudantes do Ensino Médio e a História da América Latina**

Foram entrevistados trinta e sete alunos divididos entre as três séries do Ensino Médio da Unidade Básica de Ensino Paulo VI.<sup>5</sup> As perguntas aplicadas aos estudantes percorreram o seguinte percurso: partimos da compreensão/esclarecimento de seus conhecimentos sobre a história da América Latina, verificamos o grau de sua identificação como latino-americanos e qual o papel da escola e dos seus esforços individuais para seu conhecimento sobre o tema. Entendemos que a partir de tais questionamentos conseguimos estabelecer um perfil que contribui para a compreensão do alcance do ensino e a receptividade dos estudantes sobre a história da América Latina na instituição em questão.

A primeira questão foi elaborada com o intuito de percebermos os significados de América Latina para os alunos. As respostas dadas pelos discentes convergiram para três pontos específicos: 55% respondeu que não conseguiria definir o que é, mas que já tinha ouvido falar sobre a América Latina, seja na escola, nas mídias (principalmente televisa), em jornais, revistas, entre outros. O outro grupo expressivo de entrevistados, 35%, acredita que a América Latina é um continente. Apenas 10% respondeu que desconhecia o que era a América Latina.

---

<sup>5</sup> Os alunos que participaram das entrevistas, foram selecionados de acordo com a sua disponibilidade de contribuir com o projeto. Dentre os trinta e sete alunos entrevistados, treze são da 1º série, dez alunos são da 2º série e quatorze são alunos da 3º série.

Desse modo, os dados da primeira pergunta demonstram que a maior parte dos estudantes tem uma ideia muito vaga (“já ouviram falar”) ou não tem ideia do que é a América Latina.

As respostas da segunda pergunta podem ser entendidas, em partes, como uma consequência do resultado da primeira. Os alunos foram questionados se “se reconhecem como latino-americanos” e mais da metade deles, 56%, respondeu que não. Sendo que, entre estes, 38% ressaltaram não possuírem conhecimento suficiente para definirem-se como latino-americanos: “Acho que não. Foi bem pouca coisa repassada pra mim, ai não tem como definir se eu sou ou não sou [latino-americano].” (Aluno da 1ª série) “Não. Mas nem sei o que é”. (Aluno da 3ª série).

As respostas afirmativas demarcaram duas formas de compreensão da ideia de ser latino-americano. Dos entrevistados que responderam afirmativamente, 94%, usaram como critério o pertencimento do Brasil ao continente. Porém, uma minoria, demonstrou entender que a identidade latino-americana estaria atrelada a descendência étnica e a cor da pele dos habitantes da região. De acordo com dois entrevistados: “Sim. Meu pai é preto e minha mãe é branca, por isso...” (Aluna da 1ª série), “Sim. Porque meu pai ele é um índio e a parte da minha mãe são pardos e brancos.” (Aluna da 1ª série).

A terceira indagação foi concebida com a finalidade de saber a frequência com que os alunos tiveram contato com a temática durante os seus percursos escolares. 88% dos entrevistados, reconheceram que já haviam estudado sobre o tema, mas com pouca frequência, e os demais (12%) declararam que nunca estudaram.

Quanto à relevância e o interesse dos alunos pelo estudo de história da América Latina, 53% afirmaram que consideram o estudo desse tema muito relevante. Outros 38%, afirmaram não saber responder porque consideram o estudo da história da América Latina importante e, por fim, outros 9% consideraram que estudar a história da América Latina consiste numa forma de conhecer mais sobre a região que o Brasil está inserido, reconhecendo que os brasileiros sabem muito pouco sobre a América Latina. Também houve uma pequena porcentagem de entrevistados 9%, que relatou não achar importante estudar sobre o tema.

A quinta pergunta foi projetada para saber quais as representações e saberes que os alunos carregam acerca do subcontinente. Parte considerável dos entrevistados (85%) relatou que “nada conhecia” ou “não lembrava de nada”. Nos demais relatos percebeu-se a frequência do tema da colonização nas falas dos alunos (10%). As respostas que se

diferenciaram dessas foram poucas (5%), muitas citaram “o descobrimento” e os povos pré-colombianos, incas, maias e astecas.

Em relação ao uso do livro didático e outros recursos, a maior parte dos alunos (53%) alegou que a utilização do livro em sala de aula depende da solicitação do professor que, em geral, o utiliza com pouca frequência. As respostas as respostas divergentes afirmaram utilizá-lo em todas as aulas (16%) ou que não utilizam o material nas aulas de História (31%). Dentre estas últimas, a maioria foi dos alunos da 3ª série que denunciaram as faltas frequentes do seu professor de História.

Quanto ao uso desse material em casa os alunos divergiram entre os que afirmaram usar o livro, mas que não é sempre (72%) e os que utilizam constantemente em casa (21%). Um número mínimo de entrevistados relatou não utilizar o livro em casa (7%).

As respostas obtidas dos alunos em relação ao acesso a outros materiais didáticos, que não fossem o livro didático, demonstraram que a maioria tem acesso a outros recursos/ meios e recorrem a eles como alternativa ao livro didático, os recursos e meios mais citados foram livros de História e a Internet.

As narrativas produzidas sinalizam para falta de conhecimento e de informações sobre a região. Os testemunhos dos alunos quase não destoam, em geral caminham para pontos similares. Na maior parte dos casos, os entrevistados tenderam a construir uma prática de pouco interesse e de pouca identificação com a região em que vivem. A falta de conhecimento sobre o tema pode ser considerada a justificativa para a dificuldade de formação de um conceito sobre ele. Como percebe-se em alguns das citações desses relatos:

Já ouvir falar, mas, eu não sei onde fica. (Aluno da 2ª série)

Já ouvir falar, mas não sei bem o que é. (Aluna da 3ª série)

Bom, na verdade eu não tenho muito conhecimento sobre a América Latina, o que eu ainda tenho de conhecimento são poucos aspectos. Então, seria como complicado, para mim, definir o que seria a América Latina, ou seja, como eu não tenho muito conhecimento fica meio um vácuo. (Aluna da 3ª série)

Não sei dizer muita coisa, só que é uma mistura de vários povos. (Aluna da 1ª série).

As referências não são suficientes para criar saberes sobre a América Latina. O relato de um estudante quando indagado sobre o que conhecia a respeito da América Latina nos mostra como é vaga sua referência a respeito do tema: “Não. Mas, muitas vezes eles associam algumas coisas. Por exemplo, se essa escola é muito grande, eles dizem “ah, essa escola é a maior da América Latina” (Aluno da 1ª série).

Em alguns testemunhos a concepção de América Latina aparece como algo geográfico e territorial que não dá conta de abarcar minimamente a complexidade da região. As visões são pautadas em conhecimentos limitados e estereotipados que conduz o aluno a entender a região através de um único elemento. As narrativas apresentam ausência de outros marcadores, como: históricos, econômicos, políticos ou culturais, por exemplo.

Quando os estudantes expressaram posições sobre a relação entre o Brasil e a América Latina a maior parte deles considerou que não há relação alguma entre ambos. Os relatos que se diferenciaram atrelaram o Brasil à região unicamente pelo demarcador territorial e pelo reconhecimento da diferença da América Latina e da América Anglo-saxônica no processo de colonização da região.

Nos relatos é possível perceber que os discentes constroem seus saberes sobre a América Latina em muitos lugares, a mídia televisiva e a internet, foram os mais citados. No entanto, muitos não inseriram o Ensino de História como fonte de conhecimento sobre a região e os que inseriram alertam para a falta de profundidade conferida à temática. Conforme demonstram as citações de depoimentos abaixo:

Ainda não estudei, mas, se abordasse sobre esse assunto eu me interessaria (Aluno da 2ª série)

Nunca estudei. (Aluna da 2ª série)

Já, em Geografia, mas pouco. (Aluna da 1ª série)

Poucas vezes. Em português, geografia e bem pouco em História. (Aluno da 1ª série)

Não. Estudei bem pouco, muito pouco mesmo. (Aluna da 3ª série)

Outra debilidade inferida dos discursos dos alunos concerne à ausência de uma abordagem sobre essa história que possibilite nos discentes a perspectiva de integração regional. As histórias dos países latino-americanos não são abordadas de forma integrada, na fala de dois alunos da 3ª série:

Há o conteúdo sobre a América Latina, porém não aborda totalmente, só esse tema. Sempre vincula a outros temas. Nunca ele definitivamente, nunca abrangente, ele sempre é no diminutivo. Eles nunca aprofundam o tema. (Aluna do 3º série)

Não muito assim. Tem alguns assuntos que vão direcionados a América Latina, mas não o contexto todinho, que abrange mais o assunto. (Aluno da 3º série)

Sobre a atribuição da importância de se estudar sobre a história e cultura latino-americana, muitos alunos consideram importante conhecer e aprender o assunto, desses a maioria não soube responder o motivo de se estudar sobre o tema, mas mesmo assim, consideraram relevante: “Como eles colocam bem pouco, não tenho como eu saber e me

interessar por algo que eu não conheço. Pelo que eu peguei eu acho que é bem importante, assim, para nós. Não saberia dizer porque é importante.” (Aluno da 3ª série)

Ainda sobre a importância desses conteúdos outros alunos afirmaram: “Interessante, é bom saber a história de onde a gente tá” e “Eu acho que sim, porque o Brasil fica na parte desse continente.” Alguns consideram mais relevante estudar histórias de outros lugares, como a europeia e a estadunidense: “Bem eu acho não tão importante. Porque num concurso não cai muito sobre esses assuntos. Cai mais sobre a América do Norte, por exemplo, a Europa.” (Aluno da 1ª série)

### **Considerações Finais**

Acreditamos que as memórias disseminadas e apropriadas pelos alunos sobre a História da América Latina têm um papel relevante na superação da mentalidade de negação de nosso passado/presente como latino-americanos. O Ensino de História constitui-se como uma das manifestações importantes dos esforços de construção identitária, na medida em que apresentam narrativas históricas aprovadas pelas políticas educacionais brasileiras, endossadas pelas instituições de ensino estaduais e seus professores de história e, assim, alcançando milhares de pessoas.

As narrativas produzidas pelos docentes e discentes sobre o Ensino de História da América Latina na investigação aqui apresentada, divergem, os professores afirmam abordarem sobre o assunto, no entanto, os relatos dos alunos não demonstram isso. Parte desses, afirma nunca ter estudado sobre essa temática na sala de aula, e não colocam o Ensino de História como uma fonte de conhecimento sobre ela. A outra metade relata já ter estudo acerca do assunto, mas alertam para superficialidade conferida à temática. As concepções carregadas pelos discentes demonstram a ausência ou limitações de saberes sobre a região. Grande parte dos entrevistados desconhece o sentido de ser latino-americano, a maioria esmagadora não apresentou nenhuma representação sobre esse lugar. Nenhum dos relatos demonstrou uma visão crítica e mais global quanto a região, portanto há uma contradição no que se diz ser ensinado e o que o percebe ser aprendido.

Os professores não perceberam nenhum interesse, ou um interesse diferencial que se distancie do interesse que os alunos têm com a própria disciplina de História. No entanto, a maior parte dos discentes considera relevante estudar sobre o tema e interessar-se, esses podem ser divididos em dois grupos: aqueles que acham importante,

mas não sabem dizer o porquê, e nesse caso, deve-se considerar o fato de saber-se gravado, pode propiciar o surgimento de uma fala diferenciada da cotidiana dos estudantes; e a dos que consideram importante por identificarem com região por algum traço. Assim sendo, o que dizem os professores difere do que dizem os alunos, evidenciando que os alunos não têm sido escutados na fundamentação das orientações pedagógicas e práticas dos docentes.

Os discursos dos alunos e professores se distanciam também em relação à utilização do livro didático na sala de aula. Os professores declaram valer-se do instrumento, todavia, parte expressiva dos discentes entrevistados, relatam quase não o utilizarem em sala. Muitos desses, o utilizam de forma autônoma, levando-os a se apropriarem do material acriticamente, consumido as informações como verdade.

Em suma, observou-se que a temática é inclusa nas aulas de História, porém não tem contribuído para uma formação de um conhecimento qualificado entre os alunos, pois, as representações e percepções carregadas pelos mesmos, são poucas e/ou limitadas, e, não conseguem abarcar minimamente as diversas dimensões da região (cultural, histórica, econômica, social e política) e do ser latino-americano.

## **REFERÊNCIAS**

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades**. Revista Eletrônica da Anphlac, São Paulo, v.4, n. 4, 2005.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 5, n°11, Jan./Abr 1991.
- FERREIRA, Marieta de M. AMADO, Janaína (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- PIROLA, Juliana da Conceição. **A educação pública e o ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 8, n° 2, jul./dez. 2013
- PINSK, Jaime, PINSK, Carla Bassanezi. **O que é com ensinar**.
- KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. **O Brasil e a distante América do Sul**, Revista de História, São Paulo, v. 2, n. 145, 2001.
- SANTOS, Luciano. **Livros didáticos e mídia televisiva na construção das representações de América espanhola dos alunos de Ensino Básico do município de Inhumas** – Goiás Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, jul./dez. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves, **De Heródoto ao gravador: Histórias da História Oral**. Resgate, n° 1, 1990.

SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. **Ensino de história da América no Brasil e na Argentina (1995-2010):** Um estudo comparativo sobre a ótica da política de integração regional e da identidade latino-americana. 317 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2012.

\_\_\_\_\_. **As propostas do Setor Educacional do MERCOSUL para o ensino de História.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, jul./dez. 2013.

TANCREDI, Letícia. **A dificuldade de incorporação da sociedade brasileira a uma identidade latino-americana.** Contexto Internacional, Rio Grande do Sul, n° 4, jan/abril, 2016.

SALOMÓN, Saíd Lucas. **A análise de conteúdos de História da América Latina Contemporânea em livros didáticos (1997- 200).** Tese (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SITES

<https://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>



# EDUCATIO ROMANA: MOS MAIORUM E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NA REPÚBLICA

Amanda Cristina Amorim Silva Neves<sup>1</sup>

**Resumo:** A sociedade romana tem seu legado diluído em nossa cultura nos mais diversos aspectos, inclusive no educacional. O trabalho aqui apresentado trata-se de um estudo acerca da perspectiva educacional romana no período da República (509 a 27 a. C), levando em consideração dois modelos educacionais chave para compreendermos esse momento e para entender a busca pela construção de um modelo de cidadão ideal na Roma Republicana. Para esta tarefa, partiremos da perspectiva de que a educação romana pode ser dividida em dois momentos. O primeiro momento pode ser definido como o de uma educação de cunho nacionalista e primitiva que permanece até a conquista do território grego. Porém, a partir dessa dominação a influência grega vai afetar diretamente a forma de educar dos romanos. Nesse ponto, portanto, buscaremos refletir sobre o lugar destes modelos educacionais no interior do momento que a sociedade atravessava. Este lugar pode ser percebido relacionando-o aos interesses políticos e ideológicos, que nortearam uma mudança nos comportamentos. Em sua maioria, toda e qualquer perspectiva do que formavam o cidadão romano e perdurou pelos períodos a seguir, se deu em um modelo formado durante o período da República. Nessa etapa da história romana, se formaram o que chamamos de valores do cidadão romano que vão continuar até mais ou menos o fim da república e começo do Império.

**Palavras-chave:** Ensino. Roma. República.

## INTRODUÇÃO

Roma, conhecida por ser um dos maiores impérios que a antiguidade formou, contou com três tipos de governo até chegar na fase de declínio. O surgimento desta que ficou conhecida como a capital do Império se dá em um momento de expansão e desenvolvimento de toda a cultura do chamado Lácio, que está em um momento de plena confluência de povos e todos os elementos que se dão através desses contatos.

Segundo uma tradição historiográfica composta por Heródoto<sup>2</sup>, Tito Lívio<sup>3</sup> e Plutarco<sup>4</sup> o nascimento de Roma está atrelado ao dismantelo de Tróia e como sua crise deu origem a outros pequenos reinos e com a traição de Amúlio que toma o trono do

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST).

<sup>2</sup> Reconhecido como pai da História, nasceu em Halicarnasso. Além de historiador foi geógrafo e viveu durante 485 a.C. e 245 a.C. Suas obras trouxeram muitos aspectos históricos da antiguidade ao conhecimento do mundo.

<sup>3</sup> Historiador romano pertencente a antiguidade, nascido em 59 a.C. em Pádua, tem como principal obra *História de Roma* onde conta desde a fundação até a morte do imperador Nero.

<sup>4</sup> Historiador, prosador e filósofo da Grécia, mas que viveu também em Roma, foi autor de *Vidas Paralelas*, onde escreveu 46 biografias de romanos e gregos, sendo sua obra mais famosa.

irmão Numitor e transforma a rainha Reia Sílvia em uma vestal<sup>5</sup>, dando origem a mais famosa tradição do nascimento de Roma.

Na mitologia romana, Rômulo e Remo eram filhos de Reia Sílvia com o deus Marte e por conta da condição de vestal, ela não poderia ter engravidado, nesse contexto teria então Amúlio ordenado que as crianças fossem jogadas ao rio Tibre. Em meio a essa ordem um funcionário que estava a cargo dessa função colocou os irmãos em uma cesta para ser levada pela correnteza do rio.

Essa narração mítica conta com diversas formas de serem contadas, criadas ao longo do tempo, possivelmente a construção da paternidade divina que falamos anteriormente se dá pela concepção de um passado onde explicaria a grandeza dos fundadores da nação romana. Outra possibilidade é de um possível abuso por conta de Amúlio a sua sobrinha Reia, que teria usado de disfarce de Marte para cometer essa violência.

A narrativa descreve como as crianças teriam sido amamentadas por uma loba, até que alguns pastores que as encontram, criaram-nas. Estes desconhecaram suas origens e foram criados em meio ao campo, onde haviam desenvolvido habilidades de liderança que os escritos tradicionais julgam como qualidades que seriam inatas por conta de suas origens.

Com suas origens descobertas, os gêmeos atacam o reino de Alba Longa e colocaram o avô, Numitor no poder, fundando uma colônia exatamente onde teriam sido salvos pela loba. Depois de um conflito entre os irmãos que resultou na morte de Remo, Rômulo assume o poder e a cidade passa a se chamar Roma em sua homenagem.

A partir daí viu um enorme crescimento de população, pelo caráter agregador que a cidade manteve, porém como a maioria dos novos ocupantes da *Urbe* homens, se promove o Rapto das Sabinas<sup>6</sup> que irá tornar garantida a continuidade da descendência, porém essa atitude motivou uma guerra contra os Sabinos.

---

<sup>5</sup> Vestal eram como as sacerdotisas da deusa romana Vesta eram conhecidas. Essa função era exclusiva para mulheres que deveriam servir no período de trinta anos e durante esse período elas teriam que preservar a castidade e sua pureza.

<sup>6</sup> Segundo Tito Lívio, na obra *A História de Roma*, depois do território instaurado como Roma, percebeu-se uma falta de mulheres para que a descendência continuasse visto que os romanos não conseguiam casamentos porque os povos vizinhos não permitiam que suas filhas casassem com romanos porque tinha uma péssima fama. A partir disso Rômulo teve uma ideia facilmente aceita pelos romanos, organizou um evento em homenagem ao deus Netuno e convidou todos os povos vizinho. Toda a vizinhança compareceu, incluído várias jovens sabinas que foram raptadas pelos romanos e isso gerou conflitos mas acabou por gerar frutos para dar continuidade ao povo romano.

Com Rômulo a frente do poder ainda por muitos anos, Roma teve uma trajetória de muito êxito tanto na sociedade, quanto nos conflitos em que por ventura se envolveu durante seu projeto de expansão que teve início durante a monarquia. A monarquia em Roma é sempre tratada com certo cuidado pois grande parte dos escritos sobre são de perspectivas mistas entre lendárias e realísticas.

O que se percebe é que a monarquia em Roma, provavelmente não corresponde a uma condição de hereditariedade e sim a uma questão de força e capacidade de manutenção da proteção e desenvolvimento daquele território<sup>7</sup>. Formando assim um sistema próprio de controle de reis, sendo possível o reinado de reis “estrangeiros”, tal como Numa que era um sabino.

Dentro da Monarquia percebemos a importância da família dentro da sociedade romana e como esta era a base para as diversas instituições que governavam junto ao rei. Próximo do fim do período monárquico já existia uma divisão entre a figura do rei, o povo e o Senado. A divisão do povo entre patrícios e plebeus também conta com diversas teorias que buscam em possíveis dicotomias de origem, política e principalmente econômicas explicar o porquê dessa divisão

A tradição historiografia romana descreve que seriam em torno de trezentas famílias patrícias, possivelmente não sendo a maioria da população, mas que nos primórdios da República iram ganhar maior notoriedade e obter cargos de cunho religioso e político e ainda o controle de certos espaços de poder no estado romano como comentaremos a seguir.

A República Romana também passa por insuficiências no sentido de uma ampla documentação acerca de seu surgimento e como as instituições que já estavam ganhando força ao fim da monarquia vão tomar as rédeas dessa nova forma de governo que se estabelecia em Roma. O período de transição entre essas duas formas de poder é marcado sobretudo pela conquista do poder pela aristocracia diante de uma possibilidade de fortalecimento da camada formada pelos plebeus.

Dentro de contexto da instauração da República romana, conta-se ainda como possível justificativa do movimento de condução para a derrubada desse regime, o estupro de Lucrecia Tricipitino, filha de Espúrio<sup>8</sup> por Tarquínio, O Soberbo<sup>9</sup>. Segundo

---

<sup>7</sup> Existe uma exceção que seria Tarquínio Soberbo que era descendente de Tarquínio Prisco, porém sua chegada ao poder se deu forma irregular, haja visto ele ter tomado o poder.

<sup>8</sup> Espúrio Lucrécio Tricipitino foi Cônsul na Roma Republicana e um dos líderes da revolução que levou a monarquia ao fim.

Tito Lívio, Lúcio Tarquínio estava com um grupo de amigos bêbados em busca das melhores mulheres, porém esse sugeriu que voltassem às suas casas e verificasse se suas esposas estivessem em casa, “provando” quem seria a melhor das esposas.

Lucrécia, foi a única que estava em casa e acabou por oferecer um jantar ao seu marido e amigos, porém supostamente nessa noite Tarquínio, O Soberbo teria se apaixonado por Lucrécia e voltou dias depois a casa dela, violentando-a sob ameaça de desenrolá-la na sociedade provocando um flagrante de adultério. Lucrécia tendo cedido por conta dessa ameaça, chamou o pai e seu marido e lhe contou o acontecido, em seguida cometeu suicídio.

Diante desses fatos, esse acontecimento chegou ao povo e ao exército de forma devastadora, inflando uma necessidade de mudança e a retirada dos reis e seus descendentes que não tem limites para suas vontades. Provocando o movimento que deu início a formação da República romana.

Primeiramente, o termo “república” é oriundo da expressão de origem latina *res publica* e usualmente observada nos textos clássicos, tais como o de Cícero, dando vação ao que seria uma maior participação da “população” nas questões políticas. Porém, o que aconteceria era que os plebeus tinham uma representação no Senado, enquanto a participação de fato ficava nas mãos dos patrícios. (GELZER, 1969, p.269)

São muitos os romanistas que tratam o período da transição da monarquia para a república como um processo que não representava uma quebra, mas sim uma continuidade. Haja visto as questões políticas em Roma ficarem sempre nas mãos das famílias da aristocracia que ficaram o poder depois da monarquia terminada e existir apenas uma representação da população que seria a força do exército. (SYME, 1939, P.7)

Já Políbio, acreditava na participação de todos os cidadãos romanos, de diferentes classes sociais e fora essa participação que freou em partes os interesses da aristocracia mantendo uma unidade social e evitando possíveis revoluções que de alguma forma colocassem em perigo a paz de Roma. Ele descreveu que grande parte da população tinha acesso aos votos em Assembleias que tomavam as decisões de maior importância.

---

<sup>9</sup> Lúcio Tarquínio, o Soberbo era filho de Tarquínio Prisco, teria cometido o estupro de Lucrécia na ausência do seu pai e isso teria tido como consequência a expulsão e exílio do rei e sua família. Motivando a instauração da República.

Porém, ao longo da História como falamos anteriormente os escritos de Políbio foram sendo refutados em função de uma possível idealização, em virtude de que o mais próximo da realidade desse período se encontrava em uma participação muito mais formal e menos efetiva. O povo estava presente nas assembleias, tinham direito ao voto, mas na prática o poder estava submetido a elite a partir do Senado.

É importante deixar claro que essa elite romana é constituída por patrícios que eram além de grandes proprietários de terra e comerciantes, famílias de origem plebeia que haviam enriquecendo formando uma nova categoria, os chamados *nobiles*. Essas nobrezas recém construídas junto aos patrícios tinham total interesse na expansão em função de anexar as riquezas desses territórios.

A partir desse contexto, entendemos que por mais que existisse uma participação de uma parcela do povo, essa parcela de qualquer forma estava interligada ao contexto patrício e não eram os menos abastados. Para Gelzer (1969, p.269) antes da implementação do império já se via pouca ou nenhuma participação popular, estava tudo construído com base em vínculos de clientelismo<sup>10</sup> que são práticas das famílias ricas, criando uma dependência das famílias mais pobres.

Nesse ponto, entramos em uma corrente que defende que a República é um projeto de uma oligarquia desde a mudança do regime monárquico até a instauração dessa forma que engloba uma maior parcela da sociedade. Diante disso, tentaremos ir mais a fundo e pensar como a educação faz parte desse projeto na construção de cidadãos ideais para a manutenção dessa república.

Usaremos dois grandes nomes da República que vão de encontro a realidade educacional, que são Catão e Cícero que percorreram os mais diversos contextos da sociedade, principalmente pelo fato de que na antiguidade essas coisas funcionam de forma interligada.

Pensando nessa perspectiva, no primeiro capítulo buscamos compreender um pouco do contexto da sociedade romana, fazendo uma discussão historiográfica acerca dos costumes, tradições e valores que a cercavam e como todas essas características eram fomentadas através da educação, buscando envolver a importância do sistema educacional no contexto republicano.

---

<sup>10</sup> Antes de falarmos do clientelismo, é importante destacar a formação de um grupo para além dos patrícios e plebeus, que eram os clientes. Os clientes estavam diretamente ligados aos patrícios, pois tinham deles além de estadia, proteção em função de serviços prestados. E dessa conjuntura nasce o que conhecemos como clientelismo.

No segundo capítulo, continuamos dentro do contexto republicano, todavia dando destaque para uma incursão nas trajetórias de Catão e Cícero que são nossas bases para entender os modelos educacionais e como estes foram mudando através do tempo e principalmente dos interesses.

O terceiro capítulo será composto de um material pedagógico que se constituirá de um corpus de imagens analisadas, relativas ao cotidiano educacional e escolar da República Romana

## **A SOCIEDADE REPUBLICANA**

A sociedade romana tem seu legado presente em nossa cultura nos mais diversos aspectos, inclusive no educacional. Durkheim (1995) aponta que todo o produto do que chamamos de civilização intelectual deriva de Roma. A questão da sociedade, família e educação nesse território conta com especificidades particularmente interessantes na antiguidade, e são nessas especificidades que iremos nos ater para entender algumas questões relacionadas a educação, e esta associada à identidade do cidadão da República Romana entre os séculos 509 a 27 a. C.

Sabemos que desde sua fundação até meados do final da República (509 a 27 a. C.) Roma buscou uma unidade entre seus cidadãos, através de um modelo extremamente singular que obteve sucesso ao longo do tempo, tendo se constituído em uma sociedade de vitorioso imperialismo no que diz respeito a extensão territorial, ao poder de domínio forjado ao longo de séculos de expansão e ao seu legado cultural. Maria Pereira comenta que esse legado teria sido, inclusive, a parte de maior significado do legado romano, haja vista alguns padrões comportamentais e valores presentes no mundo ocidental atual. (PEREIRA, 1989, p.321)

Pierre Grimal descreve em sua obra *A Civilização Romana (1988)* que havia uma espécie de ordem de relevância entre os valores preconizados por Roma para os cidadãos. E essa hierarquia estava fixada nos conceitos de *fides, pietas e uirtus*, sendo estes conceitos base que fundamentavam a *mos maiorum*<sup>11</sup>. Tendo cada conceito deste um lugar no que podemos chamar de romanidade<sup>12</sup>. É nesse momento que as leis criadas quando o segundo rei de Roma Numa Pompílio (717 - 673 a.C.) estava no poder passaram a ter uma organicidade e construir a base para a convivência em sociedade.

---

<sup>11</sup> Conjunto ideal de comportamento que dava direção ao convívio em sociedade na Roma Antiga.

<sup>12</sup> Todas as características referentes ao que se relacionava diretamente aos romanos e a Roma, seus costumes e tradições. No tempo de Augusto (63 a.C. – 14) essa romanidade passa a ter como base a segurança e a paz do Império.

Grimal descreve a *fides* como uma garantia de boa-fé e bondade dentro da vida em sociedade sendo esta, portanto, uma reguladora das relações humanas e até mesmo das divinas. Ele argumenta sobre como esse valor traz uma segurança a toda e qualquer relação até mesmo em documentos de acordos contratuais, compras e vendas e também naqueles acordos tácitos. E isso seria uma característica de um território essencialmente agrícola tal como Roma que tem um comércio de produtos fornecidos pelo campo bastante vasto, sendo essa conduta uma razão irretocável para a unidade construída na sociedade romana. (GRIMAL, 1988)

Já a *pietas* se constitui em um valor que visa preservar relações para além da *pietas*, pois nesta está envolvida laços familiares ou de grupos e ainda as ligações de hierarquia dentro da sociedade. Grimal comenta que essa virtude consiste em uma manutenção dessas relações que existem entre as pessoas e que vão muito além das questões materiais, mantendo essas associações organizadas, sem perturbações. (GRIMAL, 1988). Nota-se, portanto, que *pietas* e *fides* são conceitos que se complementam na busca pela condição ideal de relações dentro de Roma.

E a *virtus* seria um complemento para a construção de um cidadão “completo”, haja vista este conceito ligar-se ao quanto um romano vivia em função da comunidade, da pátria e de seus interesses. Grimal aponta que a *virtus* estaria inexoravelmente ligada a dedicação à pátria e tudo que aquele indivíduo fizesse ao longo de sua vida para o bem da comunidade, porém este foi o conceito mais maleável e o que conheceu mudanças ao longo do tempo, principalmente com o advento do cristianismo, já durante o Império.

Nesse cenário é possível observar o quanto essa sociedade regula o comportamento de um indivíduo a partir de um modelo culturalmente idealizado, sendo almejado através da difusão e manutenção desses valores. E é fundamental pensar que esses três valores mais importantes e que dão significância a *mos maiorum* trazem tacitamente inúmeras outras virtudes arroladas, tais como: *dignitas*, *clementia*, *gloria*, *res publica*, entre outros e aquela nos interessa profundamente, que é a *humanitas*.

A *dignitas* também se mostra um conceito muito importante para entendermos a busca pelo cidadão idealizado por Roma, sendo esse conceito visto como uma espécie de notoriedade reconhecida pela sociedade e que representava o lugar social de cada indivíduo, podendo ser atribuído no nascimento ou alcançado durante a vida. (PITA, 2010). E é importante notar o quanto esses conceitos são fundamentais e necessários

para estabelecer uma boa convivência, sendo usados em diversas obras manuais<sup>13</sup>, inclusive pelos autores clássicos analisados nesse trabalho, Catão e Cícero.

Portanto, o *mos maiorum* e todos os inúmeros conceitos que estão ligados a ele davam a orientação para a vida em sociedade e como esta deveria ser conduzida pelos cidadãos de Roma. Sua manutenção era o objetivo de toda aquela comunidade transmutada no que chamamos de *Urbs* e toda essa prerrogativa demonstrava o quanto as tradições antigas eram importantes e o quanto se temia que elas fossem mudadas. Portanto, o *mos maiorum* é a base para a romanidade.

## O CENÁRIO POLÍTICO

A partir das transformações políticas que tornaram a monarquia romana uma república, os patrícios assumem o poder e com eles se forma um complexo sistema político onde o Senado<sup>14</sup> tinha enorme importância em função de certo destaque para os cidadãos e famílias de maior influência. Estes grupos tinham um lugar de relevância e de responsabilidade no sistema de poder vigente de Roma. Dessa forma esses nobres precisavam ser preparados como cidadãos, com as características ideais, desde criança para ocuparem esses espaços de governança.

Esse grupo que teve papel importante na realeza durante o período monárquico romano<sup>15</sup>, pôde ser declarado como uma aristocracia rural extremamente conservadora, que tem sua riqueza fincada e nutrida em suas terras. E são estes grupos e famílias que forjarão os padrões desejados aos próximos cidadãos que serão responsáveis por, além de dar continuidade ao poder de Roma, fazer com que ela cresça ainda mais. O grupo dos patrícios, então, começa a dividir os cidadãos em espécies de "castas" de onde seriam recrutados novos membros, tanto para o serviço político, como para o militar.

A escolha da República Romana como marco temporal desse estudo não foi de forma aleatória e sim pois a partir da historiografia romana, é possível notar que a

---

<sup>13</sup> Obras que ensinavam alguns aspectos da vida, tais como colher, cuidar da terra, se portar em sociedade. Catão é um dos autores que escrevem nesse tipo de formato.

<sup>14</sup> Instituição composta pelos cidadãos mais antigos, geralmente chefes das maiores famílias e estavam no poder desde a monarquia romana. O Senado era constituído pelas famílias mais abastadas e possuía uma rígida hierarquia. Era formado por trezentos membros de caráter vitalício. Tinha como função colocar em discussão assuntos públicos e também controlavam o rei, impondo alguns limites e submetendo as leis por ele a aprovação. Além disso o Senado também ficava a cargo de escolher o novo rei quando o que estava no poder morria. A indicação do nome do novo rei pelo senado tinha o nome de *Interregnum* que tinha como significado entre reinados. Além disso, o senado dispunha de amplos poderes no que se refere a administração e financeiro e ainda política externa e práticas religiosas de caráter cívico.

<sup>15</sup> Na Roma Antiga, foi a primeira forma de governo, seu início conta com a história de uma fundação lendária da cidade, datada 753 a.C. até 509 a.C.



monarquia passava por um momento de instabilidade, onde as aristocracias que estavam desligadas do poder se rebelaram, buscando uma reforma e essa reforma foi creditada, segundo Tito Lívio (2008), a Sérvio Túlio<sup>16</sup>. Tito Lívio descreve em sua obra como as inovações políticas<sup>17</sup> de Sérvio Túlio foram bem-sucedidas ainda que saibamos que não se faz possível a afirmação de que todos os reis existiram ou se foram parte da memória construída posteriormente.

Porém, o que nos chama atenção de fato no recorte temporal escolhido é a nova organização social imposta que tinha como parâmetro uma população dividida em classes, onde as fortunas eram definições de relevância social. Diante disso, a república romana é estabelecida por grupos da elite que não tinham seus interesses garantidos na monarquia, formando assim uma nova forma de governar não tão nova, baseada em princípios dessas oligarquias.

Sabemos que tentar estudar esse recorte temporal, no que se refere a historiografia romana, se compõe em um desafio pois a produção referente ao período que por muitas vezes não tem confiabilidade, haja visto uma possível busca pela construção de uma tradição. Sabemos ainda que a historiografia moderna trabalhou a documentação a partir de premissas diferentes, que por vezes não dissociavam os mitos e tradições construídos pelos próprios romanos posteriormente, da história, tornando em “histórias reais” historiografias produzidas por Tito Lívio, por exemplo, que é umas das fontes acerca do período republicano, mas que lança mão de inúmeros mitos construídos a posteriori, para explicar acontecimentos do passado romano.

Dito isso, nos colocamos ao lado, portanto, de uma vertente da historiografia romana que objetiva uma revisão da produção. A historiografia tradicional sobre Roma, sobretudo aquela herdeira da concepção historiográfica do século XIX, construiu uma imagem desta sociedade, ou seja, uma espécie de tradição sobre a história romana. Historiadores e escritores dessa Roma antiga, construíram uma imagem de Roma a partir da observação do Império expansionista, dando um caráter único para o que seria a identidade romana, deixando de lado aspectos importantes, principalmente quando se refere ao meu objeto de estudo que é a república passando pela perspectiva educacional.

---

<sup>16</sup> Sexto rei romano, segundo a tradição reinou de 578 a 539 a.C.

<sup>17</sup> As inovações políticas de Túlio teriam favorecido em sua maioria os plebeus. Ele teria criado cargos, promovido famílias à nobreza, estimulado o comércio e ainda o artesanato. Tais medidas foram chamadas de reformas servianas. Todavia, o projeto de Túlio não teria foco em beneficiar os plebeus, mas garantir a força do seu reino e uma plebe forte.

A questão de identidade sempre será uma compreensão que envolve entendermos que esta categoria está em constante movimento e por conseguinte transformação, tendo como resultado os movimentos de intersecção entre história e contexto social, sempre pensando o contexto das sociedades antigas já que essas sociedades não pensam em si mesmas como pensamos elas. Os estudos sobre o que seria essa identidade são muito instigantes e buscam pensar uma nova configuração, ou melhor, uma reestruturação desse passado romano e é nesse quadro que busco me inserir. (CIAMPA, 1987).

Acreditamos que a historiografia produzida ao longo do século XIX e que consolidou muito do que ainda entendemos como História de Roma, se converteu, muitas vezes, em grandes manuais. Seus mecanismos surgem na perspectiva de uma história proposta pelo positivismo<sup>18</sup>, ou seja, buscando uma história real, escrita a partir da verdade contida nas fontes, sem grande crítica documental e que, além de tudo, no que diz respeito à História da Antiguidade, a elegeu como um passado grandioso da Europa de então: “A História Nova nasceu em grande parte de uma revolta contra a historiografia positivista do século XIX, tal como havia sido definida por algumas obras metodológicas por volta de 1900.” (LE GOFF, 1993, p.28).

Nessa perspectiva, entenderemos como a sociedade da república romana e a educação foram responsáveis pelo estabelecimento de prerrogativas que darão origem ao que entendemos como o bom cidadão, aquele que para Cícero e Catão são os que, além de agricultores e proprietários de suas terras, são também bons soldados. O primeiro comentou em sua obra que vem dos camponeses os homens mais fortes e também os mais corajosos soldados. E ele continuava a explicar a superioridade romana através dessas características:

Não foi outra a principal causa da decadência de Cartago e Corinto senão essa vida errante, essa dispersão dos cidadãos, aos quais a ânsia de navegar e de enriquecer fez abandonar o cultivo dos campos e o prazer das armas. (CÍCERO, 1980)

A nossa pesquisa consiste em um estudo acerca da perspectiva educacional romana no período da República (509 a 27 a. C.), levando em consideração dois modelos educacionais que consideramos fundamentais para entender a busca pelo cidadão ideal na Roma Republicana, partindo da perspectiva que a trajetória educacional romana pode ser dividida em dois momentos. O primeiro onde a educação é de cunho nacionalista e primitiva e vai até a conquista do território grego a partir de 168

---

<sup>18</sup>O positivismo é a corrente de pensamento que entende que o conhecimento verdadeiro só é possível por meio da observação e da aferição empírica do mundo.

a.C., e o segundo onde a educação ainda tem um pano de fundo nacionalista todavia mais flexível. Porém, a partir dessa dominação a influência grega vai afetar diretamente a forma de educar dos romanos. Como descreve Horácio: “A Grécia conquistada conquistou por sua vez seu selvagem vencedor e trouxe a civilização ao rude Lácio.” (MARROU, 1966, p. 375).

Existem perspectivas que dividem a educação romana em até três períodos. Para Aranha (2006) por exemplo, existem três fases que a seccionam e podem ser explicadas através de um sistema educacional latino autêntico, que se limitava ao estudo de leis, códigos e costumes não dando atenção às ciências. Em um outro momento, o helenismo vai influenciar profundamente e isso vai render críticas daqueles que defendiam a tradição e, por último, uma fase onde o helenismo e o que se entende por cultura romana se fundem.

É importante comentar que grande parte da perspectiva que formaram o modelo de cidadão romano e que perdurou pelos períodos seguintes, foi construído durante o período da República. Nessa etapa da história romana se formaram o que chamamos de valores<sup>19</sup>, que vão continuar até mais ou menos o fim da república e começo do Império, onde Roma já passava por uma transformação bem mais significativa. Transformação essa que movimentou a política e uma nova perspectiva em diversos segmentos, porém o amago do que chamamos de homem romano e toda sua civilidade e como ele conduzia seu dia a dia dentro da sociedade.

## **SER CIDADÃO NA REPÚBLICA ROMANA**

O conceito de cidadão foi construído ao longo do tempo, em diferentes contextos da história, associado a premissas específicas às sociedades. Todavia, é necessário enfatizar que o termo cidadania vem do latim *civitas*. A partir de Botelho e Schwarcz (2012) a cidadania é descrita como uma temática extremamente recorrente no mundo contemporâneo, porém não se desenvolve em uma perspectiva concordante na historiografia.

Desde a Grécia Antiga, a cidadania (*politeía*) é um conceito utilizado para dar corpo ao que chamamos direitos dos cidadãos, ou seja, a cidadania seria na prática o que o cidadão nativo tinha como dever e direito, seja político ou social. Mas no caso da

---

<sup>19</sup> Valores que compreendem a manutenção das tradições e costumes romanos. Que fazem do cidadão aquele que estará sempre disposto a trabalhar por Roma, seja como um bom soldado, seja pagando os impostos, seja sendo um bom agricultor.

Grécia, a cidadania tinha, também, o pressuposto do nascimento. Em Roma, a *civitas* é utilizada para justificar o quadro político onde a pessoa está inserida e quais direitos essa pessoa poderia ter e principalmente quais deveres. E essa cidadania no território romano fazia inclusive a distinção entre estes e os estrangeiros e havia ainda a distinção entre os próprios romanos que não eram definidos como singulares pois a condição econômica tinha importância imensa.

A cidadania em Roma, portanto, estava intrinsicamente associada a ligação do homem adulto ao seu papel e sua participação no Estado Romano, muito mais que do que ao nascimento, isso porque o conceito de cidadão associava-se em demasia ao cenário jurídico. A participação política se traduzia em cidadania, estando sempre nas mãos da aristocracia que detinha o controle do senado. Ficava destinada à plebe somente uma espécie de representação, isso antes de todas as reformas<sup>20</sup> conhecidas que tornaram possíveis algumas concessões políticas aos plebeus.

E para discutirmos a cidadania efetivamente, devemos pensar o que é ser cidadão na república romana e quem era cidadão nesta. Para Aristóteles, por exemplo, cidadão é aquele que tem poderes públicos sem definições de limites, sendo estes aqueles que não precisavam usar a sua força de produção. Para Guarinello (2013, p.46): “[...] cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro.”

Mas no contexto romano, é necessário um cuidado maior ainda ao falarmos de cidadania. Esse cuidado se faz necessário, em largo sentido, pelo fato da categoria de cidadão romano ter uma ligação inegável com a condição jurídica. Ser cidadão romano é participar politicamente, cumprir com seus deveres com Roma e assim ter direitos garantidos. Para Funari (2013, p.76): “Roma apresentava diversas características em comum com as modernas noções de cidadania e participação popular na vida social.”. A família romana é um importante sustentáculo para toda a organização do contexto social, pois a família é muito mais do que seu pai ou sua mãe. A família era tudo que estava sobre propriedade do *pater*. E a continuidade dessa família é um princípio que

---

<sup>20</sup> Como exemplo, citamos aqui as Reformas propostas pelos irmãos Tibério e Caio Graco nas questões agrárias e na participação, ou melhor, representação política da plebe através do Senado.

será passado de pai para filho, haja visto filhas não terem a mesma importância no núcleo familiar.

Nesse ponto, portanto, buscaremos refletir em como estes modelos perpassam o viés educacional e como as perspectivas educacionais dialogam com o contexto sócio-político republicano. Partindo desse ponto, tentaremos entender como a educação e a escola são instrumentos para implementar projetos políticos, sejam eles tradicionalistas ou não, objetivando a formação de modelos de cidadão ideal e tradução do contexto expansionista romano. A imagem do que seria um “bom cidadão” é o cidadão que deixa o controle de suas terras para enveredar pela política e que defendia os interesses de Roma.

O desmantelo do mundo grego do ponto de vista político, dá cabo ao crescimento incessante ao que conheceríamos como Itália e se transformaria em um grandioso império. E as construções das relações nas próprias tribos italianas com etruscos vai dar início a esse desenvolvimento. Irrevogavelmente existe uma semelhança de caráter externo com a vida grega e está promove o que vamos chamar de inspirações, principalmente com a anexação de cidades gregas da Itália. Ao fim os italianos ou futuros romanos sentiam uma certa fascinação pelo gênio e pelo que conhecemos como cultura grega, pois se traduzia em beleza e ainda ecoava o êxito do período helênico. (ROSTOVTZEFF, 1983).

Porém, durante o período republicano e principalmente como crescimento e fortalecimento do poder do território Romano, a Grécia já não representa um modelo tão forte a ser seguido. E surge em Roma um grupo de políticos encabeçado por Catão. Catão era a figura política de maior representatividade no que se refere a total negação de tudo que fosse grego, ele sempre se referia ao povo da Grécia como *promiscuos e imorais* e não escondia que acreditava piamente que a proximidade da cultura grega com a romana era prejudicial à vida dos romanos. Não temos nenhum motivo para pensar que os senadores fossem dotados de uma perspicácia excepcional [...] Mas devemos reconhecer-lhes pelo menos um patriotismo intenso e uma firmeza a toda prova, uma fortaleza de espírito que resistia a toda derrota e desastre. (ROSTOUTZEFF, 1983, p. 87)

Nativos **de** Roma muito brevemente notaram que a influência da cultura grega seria rica e, principalmente, não significaria uma apropriação total de tradições e costumes gregos. A princípio o que se estabeleceu foi uma seleção a partir da consciência dos romanos do que era importante, do que de forma mais clara poderia ser aproveitado dentro da cultura romana. E para essa dinâmica, não diferente de outras perspectivas romanas, se constrói um termo que pode ser considerado um conceito, que é o *contaminatio*<sup>21</sup>.

É importante deixar claro que “povo romano” era esse, haja vista estarmos pousando o nosso olhar em um momento onde essa sociedade limita em larga escala o que ou quem pode ser ou não considerado romano. Nesse sentido, o que se chama de cidadão são aqueles que além de possuírem laços familiares ou com a cidade em si, eram provenientes dos povos que deram início ao povo romano ao se ligarem para povoar o início do território. Apesar da historiografia julgar complicado sintetizar uma cultura romana no período da República por conta do contato dessa sociedade com os mais diversos povos, religiões, culturas e línguas, existe um fator que nos permite essa façanha e que de certa forma dá origem a uma “cultura romana” e esse fator se construiu a partir das leis e normas que estabelecem a vivência naquela terra.

Os povos que foram agregados ao longo do tempo através de dominação, os que buscavam moradia e os nativos, todos tinham que adotar um modelo de princípios que dão sentido ético e moral para vida. E nesse sentido todo o povo busca adotar esses princípios para a vida. Com o tempo iremos compreender que isso não aconteceu com sucesso ao longo de toda a república, pois os contágios eram bilaterais e provocavam as mais variadas mudanças nas duas pontas da relação. Para Tito Lívio (2008), os cidadãos de Roma faziam uma espécie de separação entre os nativos, que eram os romanos de nascença e os romanos que adquiriram a cidadania.

Eles eram recebidos como membros do Estado, mas não tinham parte no exercício da soberania nacional. E tanto assim que os mantinham separados da *populus romanus*, que não podia ainda utilizar costume dos itálicos. (MAYNZ, 1876, p.41)

---

<sup>21</sup> Termo utilizado para designar o uso de coisas gregas como modelo.

Nesse ponto, é necessário também um certo cuidado ao analisar o que seria cidadão na perspectiva romana, pois a historiografia antiga nos descreve dois tipos de cidadãos romanos plenos que seriam *civitas optimo iure*<sup>22</sup> e *ciuitas sine suffragio*<sup>23</sup>. E esses dois tem total ligação com a inferência política ou não daquele indivíduo em questão. Para Humbert (1978, p.), a última opção era uma cidadania incompleta, pois excluía o direito a participar politicamente da sociedade, mas em contraponto garante o casamento com cidadãos romanos e ainda podem estabelecer negócios com esses mesmos cidadãos de forma legal.

E nesse momento, as famílias abastadas de Roma de forma muito rápida buscaram complementar a educação de seus filhos com a educação grega, a partir, principalmente, dos escravos<sup>24</sup> que produziam o ensinamento principalmente de ciências e artes desenvolvida por gregos. E algumas dessas crianças que eram ensinadas em casa e em escolas buscaram complementar suas atividades estudantis na própria Atenas. Para Marrou (1990, p.386) a educação romana que foi influenciada pela Grécia é muito maior do que imaginamos, tendo os aristocratas educado seus filhos com bases em vários ideais gregos.

Vários foram os autores que escreveram sobre a intervenção grega na educação romana. Sêneca, por exemplo, descreve em uma de suas cartas como os ensinamentos gregos e suas artes são educativas e como os romanos as descreviam como destinadas aos homens que fossem livres ou como eles chamaram, “liberais”.

É importante destacar que os modelos aqui escolhidos são representados por dois importantes oradores, políticos e pensadores do período republicano. Sendo assim, os autores para os quais voltamos nossa atenção são: Marco Pórcio Catão e Marco Túlio Cícero. Configurando uma importante conexão, haja vista que Cícero tem influência de Catão e usa de algumas de suas prerrogativas, porém marcando suas diferenças ao implementar conceitos que estabeleceram profundas mudanças que é o que nos chama atenção na construção do trabalho em questão.

---

<sup>22</sup> Povos que passavam a fazer parte do território através de anexação. Tinham todos os direitos de cidadania, em hábito privado e público.

<sup>23</sup> Povos que recebiam um tipo de cidadania com limitações ao direito de votar e que garantia o mínimo no que se refere aos direitos, em sua maioria era essa a cidadania concedida por Roma.

<sup>24</sup> Os escravos em Roma geralmente eram povos vencidos nas guerras de expansão eram esses escravos os designados a essa função.

A princípio, no período monárquico a educação romana não existia nenhuma espécie de organização e nem se destacava na antiguidade, pois não era institucionalizada e não contava com uma intervenção estatal. Apenas a partir do período republicano é possível notar a necessidade e as melhorias desse contexto. O início da república trouxe um novo cenário para Roma. Com o crescimento do comércio, a sociedade passa a compartilhar desse desenvolvimento e, nesta medida, se torna mais exigente em diversos aspectos, incluindo a educação. Em meados do século IV a.C. surgem as primeiras escolas "particulares"<sup>25</sup> que não se dedicavam a discussões filosóficas ou literárias mas, sim, promoviam um ensino mais "formal", sistemático. Os "conteúdos" de filosofia geralmente eram voltados para a moral e a ética, tudo aquilo o que, para esta sociedade, influencia na formação do cidadão idealizado por ela. "A República havia conservado para eles, o seu prestígio, porque, vivendo longe dos grandes centros, viam menos as suas fraquezas, e lembravam-se sempre de suas glórias passadas." (BOISSIER, 1945, p.23).

O termo *educatio* pode ser traduzido pelo que chamamos de educação. Para os romanos, *educatio* era o exercício de tornar a criança pronta para viver em sociedade. Ao longo do tempo foram sendo incorporados outros termos à noção de *educatio*, distinguindo a educação feita em casa, daquela feita na escola, sendo os termos: *educativo et disciplina*<sup>26</sup> e *educativo puerilis*<sup>27</sup>. É importante destacar que, das sociedades da antiguidade, a romana talvez tenha sido aquela que tenha feito uso de forma mais intensa e sistemática de uma memória de grandiosidade no sentido de educar e fornecer modelos identitários do que seria o cidadão ideal.

Segundo Giardina (1992, p.7), a educação destinada aos cidadãos romanos tinha como primeira preocupação ensinar retórica e também preparar a criança para a carreira militar. Isso com conhecimento prévio de que a educação era limitada a um pequeno grupo dessa sociedade. Sendo esse homem descrito como um cidadão especialmente

---

<sup>25</sup> A educação em Roma era feita em centros de ensino de caráter particular, pois o estado não intervinha nessa categoria até o período da república. E essas escolas eram destinadas a famílias menos abastadas que não conseguiam pagar por uma educação em casa. Geralmente essa educação era feita por pessoas que já tinham sido escravas ou soldados e até mesmo pessoas que tinham perdido suas terras e cobravam uma quantia menor que os professores que iam a casa ensinar. Geralmente esses estabelecimentos ficam localizados no Foro, em meio ao barulho do comércio e péssimas instalações. O professor pautava sua educação na transmissão do texto da Lei das Doze Tábuas.

<sup>26</sup> Em uma tradução aproximada seria "Educação e Formação".

<sup>27</sup> Em uma tradução aproximada seria "Crianças em Treinamento".



brilhante, porém menos culto que o homem grego, era um guerreiro extremamente disciplinado e eficiente, além de valente como nenhum outro. Sendo assim, a criança romana ou homem romano em formação é produto irrevogável da influência de sua própria cultura e meandros de religião e política que iam formar o perfil desse menino que seguiria como sua família defendendo a sociedade romana e os valores desta.

Fazendo uma comparação entre a educação grega e a romana, percebemos o quanto os modelos de inspiração mudam. Enquanto os gregos tinham deuses e heróis de certa forma inatingíveis e que dificilmente são passíveis de serem “imitados”, os heróis que Roma destaca e pretende que os meninos imitem são os soldados, os agricultores, os estadistas, ou seja, os grandes nomes da sociedade, os que tinham participação na República Romana. Sendo assim uma educação com um objetivo bem claro e prático, o de aprender algo que inevitavelmente o menino iria desempenhar quando adulto.

### **3. REFERÊNCIAS**

- BOISSIER, G. Cícero e seus amigos. Estudo sobre a sociedade romano no tempo de César. Lisboa: Quetzl, 1945.
- CATÃO. De l'agriculture. Paris, Belles Lettres, 1975.
- CÍCERO, M. T. Da Republica. Disponível em:<http://www.filosofianreapucarana.pbworks.com>
- CÍCERO, M. T. Da República. In: Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- GIARDINA, A. O Homem Romano. Lisboa, Portugal: Editora Presença, 1992.
- GRIMAL, P. – A civilização Romana. Trad. Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 2009.
- GRIMAL, P. A vida em Roma na Antiguidade. Trad. Victor Jabouille; João Lourenço; Maria Pimentel. Lisboa: Publicações Europa-América.
- PEREIRA, M. H. da R. Estudos de História da Cultura Clássica. Roma. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- LE GOFF, J. História e Memória. São Paulo. Editora da Unicamp, 1993
- MARROU, H. História da educação na antiguidade. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- MARROU, H. Roma adopta a Educação Grega, in História da Educação na Antiguidade, São Paulo: Herder, pp. 375
- MARROU, H. Histoire de l'éducation dans l'Antiquité. Le monde romain. 7 ed. Paris, Seuil, p. 14, 1981.

## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA MOÇAMBICANA.

Ana Carolina da Luz Nunes\*

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar a participação de mulheres moçambicanas nas guerras civis, contra a colonização portuguesa e pela independência de Moçambique, procurando compreender como e porque ocorreu o processo de inclusão feminina nos exércitos e nas lutas armadas levadas a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) criada em 1962. E, do mesmo modo, a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) em 1973 que legitimou essa inserção de mulheres nas discussões da organização e o seu papel diante do cenário revolucionário. Em decorrência disso, o objetivo é levar discussões a respeito desta participação e da perspectiva de empoderamento e emancipação feminina em Moçambique e como ocasionou, efetivamente, diversas transformações nas dinâmicas sociais e culturais da historicidade moçambicana em um contexto pós-independência, mas, sobretudo, no que se refere às relações de gênero. Para tanto, toma-se como procedimento inicial as referências bibliográficas relativas a estes temas-problemas.

**Palavras-chaves:** Mulher. Independência. Moçambique.

### A CHEGADA DOS ANOS DE LIBERTAÇÃO

O continente africano sofreu profundas transformações no âmbito cultural, religioso, linguístico e, sobretudo, no que diz respeito à sociedade em um curto período de tempo, isso se deve a invasão de potências imperialistas que consolidaram a exploração e instauraram o sistema colonial em África com conjunturas estabelecidas por elementos externos. Não pode ser negado o intenso processo de conquista e exploração de diversos países africanos, no entanto, é necessário perceber que as relações de “colonizador e colonizado” não foram iguais em todas as regiões, havia uma dinâmica de trocas e relações de poderes onde quem coordenava, sobretudo, a partir do século XX era o capital. Nesse contexto, pode-se salientar que após Segunda Guerra Mundial, as potências não possuíam condições de prolongar lutas contra algumas resistências que estavam surgindo em África. Algumas colônias africanas organizaram movimentos de libertação tendo apoio tanto da União Soviética como da República Popular da China, mas, sobretudo, da Organização das Nações Unidas (ONU) fundada logo após a guerra. Entretanto, é necessário ressaltar que todos esses apoios se perpassavam também por

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do grupo de pesquisa GMAD. Bolsista voluntária do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ CAPES)

relações de interesses não mais nas terras ou riquezas que foram exploradas do continente, mas sim de unir adeptos ao socialismo e de construir pactos entre a África e essas potências.

Os processos de independência não foram homogêneos, cada região obteve sua independência a partir de dinâmicas distintas, nesse sentido, Moçambique perpassa por um processo de libertação que se iniciou na década de 60 mediante a criação da Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO) <sup>1</sup>:

A frente foi fundada em 25 de junho de 1962 e surgiu como resultado da “fusão” de três grupos nacionalistas organizados em países vizinhos de Moçambique: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) formada em 1960, em Salisbury, capital da então Rodésia e atual Zimbábue; a MANU (Mozambique African National Union), fundada em Tanganica e localizada na atual Tanzânia em 1961; e a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) fundada na Niassalândia, atual Malaui em 1961 (História da Frelimo, [197-?], P. 5). Embora estes grupos tivessem interesses comuns o anticolonialismo e a conquista da independência havia, entre eles, diferentes correntes políticas que caracterizaram seus anseios. Assim, o acordo de união não significou ausência de contradições dentro do novo grupo nacionalista (SANTANA, 2009, p. 70)

Nesse sentido, é necessário compreender a ação colonial do império português a partir da construção de um poderio militar para controle da população, sobretudo, para repressão das organizações de guerrilheiros. No que diz respeito à população, são criados aldeamentos distantes das áreas de guerra com objetivo de afastar grande parte dos moçambicanos dessas organizações, ou seja, foram regiões que os exércitos portugueses tinham total controle e que a repressão era intensificada, além do recrutamento de nativos para combater nas lutas armadas em favor do império português e na tentativa de criar uma política de assimilação dessas populações que viviam “aldeadas”.

O processo de resistência se caracterizou em vários aspectos, a euforia pela libertação e a ideia da construção de um novo modelo de Estado – Nação e com uma nova estrutura social que até então não tinha um direcionamento fixo fomentava o desejo dos movimentos nacionalistas em prol da independência, apesar das divergências que podem ser associado à diversidade sócio político cultural entre os grupos que se

---

<sup>1</sup> Foi um dos primeiros partidos políticos anti colonialista a ser criado no país que comandou as guerras de independência e assumiu o poder logo após a independência e até hoje faz parte da estrutura política de Moçambique.

aliou, a ânsia pelo objetivo em comum foi maior que “simples barreiras ideológicas”, ou seja, se tratava de anos de exploração de recursos naturais, mas, sobretudo, da própria população, além disso, houve influências externas da URSS, China e de diversos outros países com perspectivas socialistas do pós-guerra que contribuiu para um direcionamento a respeito do que seria esse novo modelo social que estava sendo reivindicado pelo movimento de libertação.

Nesse contexto de lutas armadas e guerra civil pela reconstrução de um país hegemônico se sustentava nas relações de poder que se permeavam no meio urbano, ou seja, havia um poderio para essa elite urbana e a própria FRELIMO se encaixava nessa perspectiva, no entanto, a participação da camada rural da população foi de grande significado para a adesão de mais combatentes e agregados da FRELIMO, apesar dos interesses e motivações terem sido divergentes. Dessa forma, as discussões no interior da organização do movimento ocasionou guerras civis internas que perduraram até o pós independência. Nesse contexto, abre-se a compreensão para questionar a posição das mulheres frente a essa organização e como as mesmas foram afetadas com todo o contexto, essa foi uma das principais divergências fomentadas nos conflitos internos do movimento de independência ainda no período de luta armada, uma vez que dentre as pautas do seio da organização estava à participação efetiva dessas mulheres nas lutas armadas e nas discussões e decisões do movimento, mas, sobretudo, na inserção delas nos treinamentos militares. Nesse sentido, é possível que para elas o movimento estivesse para além de uma ideia de libertação nacional nas diversas esferas sociais, mas, se tratava de uma emancipação da mulher por ela mesma e/ou dentro do seio familiar, além disso, significava uma mudança nas perspectivas de gênero e do lugar social feminino em Moçambique.

Há diversas motivações a serem tratadas a respeito da inserção dessas mulheres na dinâmica do movimento de libertação, além disso, é necessário pontuar a trajetória desde a conquista de certa autonomia dentro de um modelo familiar baseado no poder patriarcal até o espaço também conquistado por elas dentro dos exércitos e da organização do movimento de libertação.

## **DO SEIO DA FAMÍLIA AO TOQUE EM ARMAS: A INSERÇÃO DAS MULHERES DE MOÇAMBIQUE NAS LUTAS ARMADAS.**

Inicialmente, é necessário pensar na organização social da sociedade moçambicana a partir da perspectiva de gênero que esta intrinsecamente ligada a todas

as esferas da sociedade de Moçambique e sua construção cultural. As mulheres “enfrentaram” de certa forma dois modelos de patriarcalismo, o primeiro, referente aos rituais pertencentes à própria cultura de seu grupo e o segundo, seria à interferência do catolicismo nesses aspectos culturais que traziam consigo a ideia de inferiorização dessas mulheres. Em contraponto, quando falamos da poligamia e como a mesma é/era tratada pela igreja católica, há uma ridicularização e uma deturpação dos aspectos que estão envolvidos dentro dessas práticas, para o pensamento ocidental, é condenável a ideia de um homem ter mais de uma mulher, no entanto, em Moçambique se tratava da conquista de honra e prestígio, mas, sobretudo estavam ligados às questões sociais e econômicas dos diversos grupos, nesse contexto é presumível a importância da mulher no seio dessa sociedade. O objetivo não é realizar um juízo de valor a respeito da posição dessas mulheres no meio social e sim compreender até onde, para elas, eram costumes naturalizados e que faziam parte de sua trajetória de vida enquanto mulher moçambicana, sobretudo, as motivações para iniciativas subversivas e suas participações no processo de libertação.

A partir disso, lança-se mão de uma trajetória de construção do movimento subversivo das mulheres moçambicanas, o mesmo se inicia na propagação de ideais anti colonialistas por meio da propaganda, isso teve início pelas mulheres camponesas que estavam afetadas com a exploração do trabalho no campo e a opressão que eram submetidas pelo império português. No meio urbano, muitas mulheres continuaram esse trabalho da propaganda e através de pequenos coletivos que se iniciaram na década de 60 no Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique saíram diversas mulheres que mais tarde assumiram posições de destaque no movimento e na própria FRELIMO.

Para Isabel Casimiro, a iniciativa de formar um exército feminino partiu das próprias mulheres. Desde 1965, um grupo de mulheres camponesas havia solicitado treino militar à Frelimo com o intuito de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade, tornando-se o primeiro Destacamento Feminino, apesar dos documentos e notícias mencionarem a sua criação apenas no ano de 1966, em uma reunião do Comitê Central. Isto demonstra que, ao menos em princípio, o motivo da reivindicação feminina para combater não se fundamentou em uma formação política, mas na necessidade que sentiram estas camponesas de se unirem em torno de uma causa coletiva para o seu bem e o de suas famílias (SANTANA, 2009 p. 73)

A luta armada pela libertação de Moçambique teve início em 1964, após inúmeras pressões de coletivos de mulheres que já haviam se formado devido à ausência

masculina em diversas regiões de Moçambique ocasionada pelo processo de trabalho migratório forçado, a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e o Primeiro Destacamento Feminino constituído por mulheres envolvidas na guerrilha e no ideal de emancipação foram exigir sua participação ativa nas negociações com os exércitos portugueses e o próprio império como na organização de frentes para combater na luta armada, ou seja, a admissão de mulheres nos exércitos. Isso foi consolidado no ano de 1966 e muitas mulheres adentraram o exercito com a necessidade de defender seu nacionalismo e de repelir quaisquer ato de subjugação vindo por parte dos colonizadores ou de qualquer outra organização dominante.

No entanto, a convivência dessas mulheres nos exércitos de guerrilheiros não foram fáceis, a discriminação e os abusos eram recorrente o que demonstrava divergências no exercito da FRELIMO a respeito da inserção dessas mulheres na luta armada e na preparação das mesmas para exercer as mesmas funções que os homens:

As mulheres que se haviam juntado à luta funcionavam, muitas vezes, como produtoras, reprodutoras, fonte de prazer sexual para os guerrilheiros que, sob a direção de alguns *charmien* (chefes tradicionais homens), organizavam o controle da sua força de trabalho e o controle dos homens, ao seu acesso. Alguns homens afirmavam que a mulher era um ser fraco, que não agüentava os treinos militares e que era perigoso aproximar fogo do capim” (CASIMIRO, 2004, p.173-174).

Nesse contexto, é necessário perceber as duas violências que essas mulheres foram submetidas, a primeira se tratava do colonizador com o colonizado, e a segunda que habitava no interior do movimento de libertação, os abusos sexuais e psicológicos que se perpassavam nas relações de poderes e na própria perspectiva do gênero. Se tornar guerrilheira foi uma grande conquista para as mulheres de Moçambique, no entanto, as condições que eram submetidas resultaram em questionamentos a respeito das tarefas que as mesmas poderiam realizar, nesse sentido:

Muitas mulheres que não se inseriram no Destacamento Feminino continuaram a contribuir com a Revolução através de outras formas, como por exemplo: no transporte de material, na produção de alimentos para as (os) combatentes; como informantes, professoras ou enfermeiras. Nesse sentido, um caso memorável foi o de uma carregadora de equipamentos que, mesmo depois de ter constatado que seu filho atado ao seu corpo havia falecido, em decorrência de ter sido atingido por uma explosão durante o percurso, não deixou de prosseguir o seu caminho, cumprindo a missão de entregar o armamento que carregava a Frelimo” (Tempo, Out. 1982, P 13).

A FRELIMO obteve um papel fundamental na emancipação das mulheres de acordo com as demandas das relações de poder, além disso, considerava-se que tinha a necessidade da criação de organização de mulheres envolvidas na libertação para que tivesse resultados efetivos com uma possível emancipação feminina. Nesse sentido, a FRELIMO fundou a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) e a mesma era em função da FRELIMO, ou seja, pode-se considerar que a criação dessa organização esteja intrinsecamente ligada ao controle dessas mulheres e de suas ações já que haveria uma fiscalização por estarem mais próximas da frente de libertação e não poderiam ir contra as diretrizes regentes. No primeiro Destacamento não se tinha essa “fiscalização” e as mulheres passavam pelos treinamentos nos exércitos e organizavam suas empreitadas longe das asas da FRELIMO, ou seja, mesmo com a ideia de emancipação ainda existia um desejo pelo controle do corpo feminino, no entanto, mesmo com toda a inferiorização muitas delas continuaram exercendo suas tarefas tanto nas lutas armadas como nas atividades secundárias e para que isso tornasse efetivo foram feitos diversos comitês para viabilizar as discussões sobre a inclusão das mulheres.

De uma forma geral, o princípio da emancipação da mulher esteve presente nos discursos dos governos socialistas em todo o mundo, mas, ao invés de adiar o compromisso da emancipação para uma fase posterior da revolução, a Frente considerou que ele deveria ser simultâneo ao da libertação nacional e estruturação do socialismo e, além disso, afirmou o envolvimento das mulheres como uma necessidade vital do processo revolucionário. Conforme o pensamento mais geral, a Frelimo também considerou que a exploração da mulher era parte integrante da exploração de classe presente na sociedade” (SANTANA, 2009 p. 77)

Moçambique se torna independente em 1975 e é possível perceber que o movimento das mulheres foi fomentado por princípios nacionalistas e que foram incorporados a grande organização como forma de monitoramento das tarefas e da delegação de ações para essas mulheres, é evidente que houve o treinamento militar e que estava ligado a movimento socialistas, nesse sentido, a partir disso, as mulheres de outras partes do mundo começam a fixar organizações de lutas armadas contra inquietações.

Samora Machel primeiro líder da Frente de Libertação Moçambicana proferia em seus discursos as mulheres como indivíduos que precisavam ser emancipados:

Se na FRELIMO ainda não há mulheres tratoristas ou motoristas é necessário imediatamente que haja, sem ter em conta as condições objetivas e subjetivas. A emancipação concebida mecanicamente leva, como vemos por exemplo nos países capitalistas, a reclamações e

atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, é a que fuma, é a que usa calças e mini saias, a que se dedica à promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos, etc. Outros, identificam a emancipação com a acumulação de diplomas, o diploma universitário em particular aparecendo como um certificado de emancipação. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em ter acesso a um certo nível econômico, social, cultural. Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher” (SANTANA, 2016 p.166)

Se pensar em uma esfera macro o movimento emancipatório das mulheres resultou em uma ruptura muito grande a respeito das concepções de gênero e nas tradições de comunidades africanas inclusive de Moçambique. É necessário perceber que até a contemporaneidade as mulheres ainda estão solicitando a participação na política e discussões que estava ocorrendo internamente e externamente.

Nesse sentido, as mulheres foram de extrema importância para a trajetória do movimento de libertação, muitas mulheres sofreram abusos ou morreram nas lutas armadas, contudo, deixaram vestígios para uma possível escrita da história que possibilite enxergar para além de um movimento de libertação. Segundo integrantes da FRELIMO, a emancipação feminina foi crucial para a fomentação de ideais socialistas que mais tarde construíram o novo Estado – Nação com novas estruturas sociais.

## **REFERÊNCIAS**

CABAÇO, José Luis. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação – São Paulo: Editora Unesp 2009.

CASIMIRO, Isabel. Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: Promédia, 2004.

CASIMIRO, Isabel. Movimentos sociais e movimento das mulheres em Moçambique.

SANTANA, Cristiane Soares. O olhar da FRELIMO sobre a emancipação feminina – Revista África (s) 2016.

SANTANA, Jacimara Sousa. A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975 – 1985) Revista História da África e de Estudos da Diáspora Africana; 2009.

REVISTA TEMPO (1975- 1985)



# O PROCESSO DE EMIGRAÇÃO CEARENSE NO DISTRITO DE LAGO DOS RODRIGUES ENTRE AS DÉCADAS DE 1950-1960

*Anderson Silva de Medeiros<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo problematizar às transformações causadas pelo fenômeno da emigração cearense no distrito de Lago dos Rodrigues – região do Médio Mearim-MA – nas décadas de 1950-1960, período mais intenso desse fenômeno. A migração interna no Brasil no final do século XIX ganhou novos contornos impulsionada pelas novas configurações sociais emergentes no período em questão: desde aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. O Maranhão encontra-se entre os estados de destinos desses emigrantes, principalmente, cearenses e piauienses. Assim, torna-se pertinente estudar o impacto causado na região central maranhense pela emigração cearense, buscando perceber a trajetória e os motivos que os fizeram permanecer no distrito em questão. A abordagem metodológica será com o uso da História Oral. A pesquisa encontra-se em andamento, buscando dialogar com autores que corroboram com a temática em questão, como: BRAGA NETO (2012), FERREIRA (2015), PORTELLI (2016).

**Palavras Chave:** Migração; Cidade; Maranhão.

## **Introdução**

A migração tornou-se uma característica dos trabalhadores, principalmente rurais, do final do século XIX e começo do século XX. Neste período o Brasil estava passando por várias mudanças estruturais significativas, não de maneira uniforme para todas as regiões, mais que afetou a todas. Algumas delas podemos citar: a divisão social do trabalho, o desenvolvimento da navegação a vapor, a construção de estradas interestaduais, dentre várias outras. Essas mudanças causaram também, a imigração de europeus, principalmente para o Sul do país, movimento esse patrocinado pelo próprio governo federal para atender as novas formas de trabalho.

Houve também uma movimentação em massa de nordestinos para outras regiões em decorrência das secas que assolavam os estados, combinado a políticas de incentivo para que esses camponeses migrassem para esses centros em desenvolvimento. Além do mais, é importante ressaltar que para esses camponeses, migrar é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução, como destaca Woortmann (1990, p. 35):

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas

---

\* Acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão do curso de Licenciatura plena em História, do Centro de Estudos Superiores de Caxias CESC-UEMA. e-mail: [anderson\\_medeiros96@hotmail.com](mailto:anderson_medeiros96@hotmail.com).

de “celeiros de mão-de obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da invisibilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

Assim, o fenômeno em questão é, não apenas causado por fatores climatológicos ou devido ao incentivo dos governos, mais sim pela ação desses próprios agentes sociais que estão diretamente envolvidos em todo esse complexo processo social.

Os estudos acerca dos movimentos migratórios ocorridos no país procuraram enfocar principalmente a entrada de estrangeiros em nosso território, “que vai do século XIX até mais ou menos a década de 1980; e um que remete ao envio de brasileiros para o exterior, intensificado a partir da década de 1980 com as mudanças no mercado de trabalho mundial” (MAGALHÃES, 2017 p. 9).

O outro enfoque dá-se também nos movimentos migratórios internos, sobretudo de Nordeste para as outras regiões do país, principalmente para o Sul e Sudeste brasileiro, atribuindo-a principalmente à seca e a pobreza no Nordeste, combinado à crescente industrialização e a riqueza agropéculária dessas regiões de destino. Sendo assim, contemplar os estudos migratórios internos dando enfoque para outras regiões que não seja as já mencionadas é percorrer caminhos historiográficos de poucas produções e de uma vastidão de possibilidades.

Diante disso, neste contexto encontramos a emigração cearense, que se intensifica a partir do final da década de 1970 e começo do século XX, fato este de grande relevância social na história do Ceará,

(...)a migração sempre esteve presente na história do Ceará, o cearense só passou a emigrar, no sentido de se deslocar para garantir os meios de sobrevivência, a partir da década de 70 do século XIX. Pois, antes disso, ele emigrava, mas não em função de buscar condições de vida em decorrência da precarização e vulnerabilidade social no semiárido. No contexto de então, a migração cearense era para fazer comércio, lucrar e para fugir das perseguições (BRAGA NETO, 2012, p. 21).

E cabe aqui problematizar às transformações causadas pelo fenômeno da emigração cearense no distrito de Lago dos Rodrigues<sup>2</sup> – região do Médio Mearim-MA – nas décadas de 1950-1960, período mais intenso desse fenômeno, buscando perceber a

---

<sup>2</sup> Distrito criado com a denominação de Lago dos Rodrigues, pela Lei Estadual nº 2151, de 26-10-1961, subordinado ao município de Lago do Junco.  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-dos-rodrigues/historico>

trajetória e os motivos que os fizeram permanecer no distrito em questão.

O século XX é sem dúvidas, o século da migração cearense para a região do Médio Mearim, encontrando nas décadas de 1950-1960 o período mais intenso desse fenômeno, no qual se configurara como um espaço de intensas transformações, tanto no âmbito social, como cultural. Foi concebida como a região das terras livres, da abundância de água e de boas colheitas (FERREIRA, 2015, p. 24).

Partindo disso, surge a necessidade de não apenas narrar, mas buscar entender qual o impacto que todo esse movimento migratório causou para a região Central maranhense, procurando perceber suas particularidades para uma melhor compreensão da sociedade que se formou a partir desses agentes sociais.

(..) abordar a migração de nordestinos no Médio Mearim, portanto, implica pensar espaços e experiências ainda pouco analisados na sua historicidade. Tal discussão é imprescindível para dar visibilidade a uma região parcamente presente, ou, por vezes, ausente nas construções identitárias regionais (FERREIRA, 2015, p. 22).

A pesquisa encontra-se em andamento, onde se procura construir uma história social porque a mesma analisa a “migração como um processo social, e os migrantes como agentes desse processo”(MORAES SILVA; MENEZES, p. 4). E busca-se a partir da História Oral problematizar a trajetória desses migrantes cearenses através de suas memórias, procurando identificar os motivos que os fizeram permanecer na região onde hoje localiza-se o município de Lago dos Rodrigues – MA. Ainda se utilizará a categoria sociológica *configuração social*<sup>3</sup>, para conferir os sentidos e significados, cabendo aqui também tecer uma abordagem histórico-sociológica para problematizar o objeto em questão.

### **Configurando o espaço do Médio Mearim: o Maranhão na primeira metade do século XX**

O final do século XIX e início do século XX é marcado pela descontinuidade dos trabalhos da grande lavoura, impacto causado principalmente pela abolição da escravatura. Assim como no restante do país, não houve políticas públicas voltadas para a reinserção dos novos libertos para as novas formas de trabalho e, esses novos libertos,

---

<sup>3</sup>[...]. Uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes [...] não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada.

comporia esses grupos de emigrantes cearenses que se movimentam para as regiões de destinos.

Segundo Barboza (2013, p. 11),

(...)a hidra cearense traz em sua composição uma população mesclada entre povos e culturas, com significativa presença de descendentes de africanos, embora tenha em sua configuração outras matrizes étnicas – indígenas e europeias. Trata-se de uma hidra que possuía muitas cabeças e várias cores

A partir daí, o meio rural maranhense ganhou importância, principalmente com o aproveitamento do babaçu. “No despontar do século XX, a preponderância da roça cultivada por moradores foreiros dos grandes proprietários, por posseiros em terras devolutas e por imigrantes nordestinos assentados em terras em diversificadas plantações modificou o meio rural maranhense.” (LACROIX, 2004, p. 18).

Cabe aqui pontuar que a relação do Maranhão com ondas migratórias acontece desde o processo de Colonização, proporcionada pelas duas frentes de exploração “uma pela planície via litoral, tendo como ponto de partida o Golfão Maranhense, e a outra pelo sertão, no Planalto, tendo como via de penetração o médio vale do rio Parnaíba (sertão de Pastos Bons).” Essa última possibilitou a migração de criadores de gado principalmente vindos do Piauí para as margens dos Rios Itapecuru e Mearim no final do século XVIII.

O Maranhão nas primeiras décadas do século XX é tomado pelas novas configurações sociais emergentes no país, e também pelos problemas ocorridos nos estados vizinhos. Como no caso das secas que desde 1877, atingiam o Nordeste de maneira mais agressiva, causando o deslocamento de milhares de camponeses para outras regiões do País, havendo o estado do Ceará como o mais atingido.

Segundo Braga Neto (2012, p 20.) “A migração foi um dos grandes problemas sociais da Província do Ceará no final do século XIX e começo do século XX”, isso devido ao fato de que a leva de camponeses migrando para outras regiões eram alarmantes e o governo do estado não intervinha de maneira satisfatória para que permanecessem. Ainda segundo o autor,

Com a incidência das grandes estiagens no Ceará, o problema da falta de trabalhadores se agravava ainda mais. Isto pode até parecer

contraditório, pois naturalmente tem-se uma maior oferta de trabalhadores devido à impossibilidade de se trabalhar a terra, o problema é que o Governo central revestia os socorros públicos em passagens de navio para os retirantes do Ceará. (BRAGA NETO, 2012, p. 38).

Não apenas os estados do Sul que recebiam essa leva de cearenses, o Maranhão também foi um dos principais destino, uma vez que havia também o incentivo do próprio governo do estado para suprir, tanto a mão de obra escassa, como para povoar os espaços livres existentes no estado. São políticas que se fizeram presentes desde o início, como mostra Barbosa (2015, p. 47):

(...) O estabelecimento de “agricultores nordestinos” foi estimulado e apoiado financeiramente desde o governo imperial. O destino desses deslocamentos, impulsionados pelas grandes secas de 1877, foram as cidades do litoral brasileiro, como Fortaleza, e os vales úmidos do Maranhão e da Amazônia.

E um desses vales é o Médio Mearim, que no início do século XX se encontrava ainda com resistências dos nativos que ali residiam. A região de terras livres como ficou conhecida, será um dos principais destinos de camponeses de várias procedências, principalmente de cearenses e piauienses. Ainda segundo a mesma autora, “Sem dúvidas, o que permitiu que camponeses garantissem a autonomia de seu modo de vida foi a existência de uma fronteira agrícola no interior do país, especialmente de terras livres e acessíveis através do sistema de posse.”(BARBOSA, 2015, p. 47). Sobre as vias de entradas, segundo o geógrafo Trovão (2008, p. 24):

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção da mão-de-obra no próprio nordeste usaram como “pontos” de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas através do vale do Parnaíba, tendo como entrada Floriano e Teresina.

A partir da década de 1920 o número de migrantes adentrando as regiões das terras livres era cada vez maior, ocasionando um certo reforço populacional para as povoações mais antigas, das cidades ribeirinhas do Rio Mearim Como Ipixuna<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Por lei provincial n.º. 196, de 29 de agosto de 1844, foi criada a freguesia de São Luís Gonzaga, depois elevada á categoria de Vila pela Lei n.º. 349, de 12 de junho de 1854 e transferida para o local

Bacabal e Pedreiras, e conseqüentemente o surgimento de novas povoações devido a abundância de terras aptas para a agricultura.

É nesta mesma época que a partir de 1918, teve início o processo de povoamento de Lago do Junco que se dá com a chegada de famílias nordestinas<sup>5</sup> com a expansão das lavouras na região somado a facilidade de terras livres para o cultivo. A elevação á categoria de município se dá no ano de 1961 no qual se contituia dos distritos de Lago dos Rodrigues<sup>6</sup> e Riachão, todos elevados á categoria no mesmo ano.

O período de 1930 a 1964, apesar de englobar conjunturas políticas nacionais e internacionais muito diversas, pode ser caracterizado como momento de redefinição do conceito de nação, tendo como “horizonte de expectatova” o nacionalismo, o desenvolvimento e a necessidade de ocupação dos ditos “espaços vazios” do extenso território brasileiro. (FERREIRA, 2015, p. 67).

E o espaço em questão estava inserido nessas políticas de povoamento. A partir da década de 1930, a emigração de nodestinos e, em particular, de cearenses se intensifica, encontrando nas décadas de 1950 e 1960, o maior fluxo de entrada que “nesta mesma década, pela primeira vez, o número de cearenses ultrapassa o de piauienses” (FERREIRA, 2015, p. 113).

Segundo Barbosa (2015, p. 48),

(...) desse modo, a partir da década de 1950, as frentes de expansão agrícola foram ocupando o estado na direção do Itapecuru para o Mearim e chegando também ás chamadas “terras livres” do Pindaré. Esse processo foi marcado, portanto, pela formação da frente agrícola propriamente dita, que, a partir da região de transição para o vale do Médio Mearim, foi ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, um de seus produtos comerciais por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual já a partir dos anos 1950.

Partindo da citação acima, é perceptível que a partir da década de 1950 já havia uma configuração social estabelecida pelos nordestinos, e por via de análise, as redes

---

“Machado”, pela Lei provincial nº 485, de 21 de 1854. Este território sofreu sucessivas modificações que deram lugar à criação de municípios de Pedreiras e Bacabal. (FERREIRA, 1959, p. 198).

<sup>5</sup> Informações extraídas do site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-do-junco/historico>: acessado em 13/08/2018.

<sup>6</sup> Informações extraídas do site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-dos-rodrigues/historico>: acessado em 13/08/2018.

socias cearenses já haviam ganhado forma.

### **Objeto em vias de construção: A influência dos migrantes cearenses para a formação do Distrito de Lago dos Rodrigues – MA.**

Os estudos acerca do processo migratório cearense para a região do Médio Mearim, nos conduz a um leque de possibilidades, uma vez que, do ponto de vista historiográfico, ainda são bastantes escassos se comparados a complexidade e importância histórica que esse fenômeno toma para a respectiva região maranhense

Nestas perspectivas é importante situar o Maranhão e sua produção historiográfica acerca da migração cearense, no período aqui pretendido para a análise que é entre as décadas de 1950-1960. Acerca das produções, cabe ressaltar que são poucas as abordagens específicas segundo Ferreira (2011, p. 2):

Duas monografias de conclusão de curso de graduação analisam migrações e políticas assistencialistas desenvolvidas na província durante a maldita dos três setes: a seca de 1877-1879. Apesar da distância de mais de dez anos na confecção dos dois trabalhos, não se observam mudanças significativas na construção do problema e no procedimento da análise. Nas palavras de Iracema Sá sua proposta é: “um estudo das migrações cearenses para o Maranhão no período de 1877-1879, analisando a estrutura econômica desta província e as medidas tomadas por seus governantes visando à assistência aos mesmos”.

Ainda segundo a autora, os referidos trabalhos de Sá (1997) “A imigração cearense no Maranhão (1877-1879)” e Gonçalves (2009) “A grande seca de 1877-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão”, apesar de se restringirem a descrições políticas do período estudado por ambos, tiveram méritos acerca do levantamento documental.

E essas poucas abordagens é visivelmente pertinente no campo historiográfico. Segundo a historiadora Marcia Milena Galdez Ferreira (2015), em sua tese intitulada “Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim – MA (1930-1970)” expõe o “problema” da pouca produção, segundo a mesma pesquisadora

*Convém ressaltar que a história do tempo presente o Maranhão conta com poucas abordagens. Antropólogos, Sociólogos e geógrafos têm sido por muitos anos majoritários nas pesquisas desenvolvidas sobre os sujeitos e a ocupação/transformação desses espaços nas últimas décadas. Abordar a migração de nordestinos no Médio Mearim, portanto, implica pensar espaços e experiências ainda pouco analisados em sua historicidade. Tal discussão é imprescindível para dar visibilidade a uma região parcamente presente ou, por vezes, ausente nas construções indenitárias regionais. (p. 22).*

Para a pesquisadora, é de suma importância que haja produções neste sentido de dar visibilidade a essa temática, uma vez que ela se mostra com múltiplas possibilidades de pesquisa. Seu trabalho procurou abordar as transformações sofridas no Médio Mearim a partir da chegada a fixação dos migrantes camponeses. O trabalho da pesquisadora é de suma importância para a pesquisa, uma vez que é a principal fonte historiográfica acerca da problematização da região central maranhense.

Além de analisar o movimento migratório que se deslocam de outras áreas do Maranhão, de outros estados do Nordeste, sua análise se concentrara principalmente sobre os migrantes cearenses e piauienses entre as décadas de 1930-1970. Ainda segundo FERREIRA 2015;

*O espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades. Concebo o Médio Mearim, as cidades e povoados que se constituem como lugar de morada de migrantes, como produto e produtores de suas práticas culturais e não como palco fixo e amorfo onde se desenrolam experiências. Os espaços se constituem, portanto, em lócus privilegiado para análise do historiador. Seus movimentos, arranjos e posturas provisórios precisam ser inquiridos na sua historicidade. (p. 44).*

E é neste sentido que se procura aqui estudar a migração cearense para o distrito de Lago dos Rodrigues, buscando perceber como esse movimento significou para o processo de povoamento do referido distrito, uma vez que o espaço é reconfigurado pelo agente social em questão tendo a migração como “prática de reprodução social”. (WOORTMANN, 1990, p. 39.)

Assim, diante de todos estes pressupostos, busca-se através das narrativas orais dos próprios cearenses que residem na espacialidade em questão, uma vez que, apesar da pouca disponibilidade de documentação escrita, trará um leque de possibilidades para



a pesquisa. Isso devido a inexistência de uma política para a conservação de acervos que tratem das trajetórias desses indivíduos.

Segundo PORTELLI (2016 p. 18) “A história oral, então, é história dos eventos, história da memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. E será a partir das entrevistas, que serão realizadas pelos colaboradores, que se desdobrará a pesquisa.

Há também a necessidade de construir uma abordagem histórico-sociológica “permitindo-nos ver a emigração cearense permeada por diversas questões que circunscrevem esse fenômeno social na sua complexidade”. (BRAGA NETO, 2012 p. 15). Essa interdisciplinaridade só é possível graças a abertura do campo da história nos últimos anos, que possibilitou ao historiador, servir-se de outras áreas para uma melhor compreensão de suas análises.

Um dos condicionantes para a escolha da pesquisa foi, além da importância dos estudos migratórios para a formação histórica dos municípios do Médio Mearim, também a proximidade do próprio pesquisador com a temática em questão, fazendo-se necessário ressaltar a familiaridade do mesmo com o seu objeto de estudo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAGA NETO, Edgar. **EMIGRAÇÃO CEARENSE ENTRE 1888 E 1915: Sentidos, controle e configuração social dos migrantes.** Fortaleza, 2012.

BARROS, José D´Assunção. **O campo da História: especialidades e Abordagens.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884).** São Paulo, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História. In: CASTRO, Hebe. **História Social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 1959.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **CONSTRUÇÃO DO ELDORADO MARANHENSE: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim – MA (1930-1970)**. Niterói – RJ, 2015.

\_\_\_\_\_ **Migração de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais**. São Paulo, julho 2011.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez; FERREIRAS, Norberto O; ROCHA, Cristiana Costa da. (org). **Histórias Sociais do Trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A campanha de produção**. São Luís, 2004.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: fases da sobrevivência (1889-1916)**. São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral e migrações: métodos, memória e experiências**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MORAIS SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. Brasília, 1990.

Sites consultados

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-do-junco/historico>: acessado em 13/08/2018.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/lago-dos-rodrigues/historico>: acessado em 13/08/2018.



# PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAIXEIRO VIAJANTE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA EM MEADOS DE SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Antônio Lopes Vieira Filho<sup>1</sup>

**RESUMO** - O caixeiro viajante foi um importante profissional no desenvolvimento do comércio em nível de Piauí e Brasil desde o período colonial até meados do século XX. Eles dispunham de um arsenal rico em práticas que se referiam à atividade econômica e também ao ser comerciante. Assim, desempenharam um importante papel na história social do Piauí, conscientizando a comunidade que os saberes advindos de suas práticas foram apropriados, ao passo que o papel que desempenhavam jamais poderá ser esquecido. Dessa forma, esse trabalho visa analisar as contribuições acerca das práticas e representações atribuídas à atividade caixeiral no município de Parnaíba-PI para o progresso econômico, político e social, identificando as origens e identidades ostentadas por esse profissional, a relação caixeiro-comerciante, como eram vistos pela sociedade e os seus recursos. Além disso, busca destacar a importância de representá-los na memória da sociedade com o auxílio de fontes orais, escritas e iconográficas.

**Palavras chave:** Caixeiro. Identidade. Representações.

## Introdução

O referido artigo tem como objetivo analisar as contribuições acerca das práticas atribuídas à atividade caixeiral no municípios de Parnaíba para o progresso econômico, político e social; identificando sua origem e identidades ostentadas pelo caixeiro como profissional do comércio ao longo do período estudado; a relação que existia entre caixeiros e comerciantes e como eram vistos pela sociedade; quais os recursos e meios de transporte que utilizavam em suas jornadas diárias no exercício de sua profissão e historicizar com o auxílio de fontes orais, escritas e iconográficas a identidade e a memória desse profissional do comércio.

O tema aqui abordado faz parte de minha pesquisa científica dentro do Programa de Pós Graduação em História – PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão, Campus São Luís, constituindo no futuro minha dissertação de mestrado do referido programa, a qual está vinculada à linha de pesquisa Memórias, Identidades e Cultura Escolar. Portanto o assunto mencionado neste artigo encontra-se atualmente em estágio de pesquisa, não dispondo ainda de uma resposta para as hipóteses aqui apontadas.

---

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-graduação em História/PPGHIST –UEMA São Luís –MA/ linha de pesquisa Memórias, Identidades e Cultura Escolar.

Durante a primeira metade do século XIX, os caixeiros foram considerados uma importante mão de obra para o comércio de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A maioria, vindos de Portugal entre os 10 e os 16 anos de idade, deixava seus familiares em sua terra natal para aventurarem uma vida melhor no novo continente. Ao deixarem Portugal rumo ao Brasil, os jovens lusitanos já tinham um emprego assegurado, seu destino seria aprender o ofício de caixeiro, uma vez que suas viagens eram arranjadas entre seus genitores e os comerciantes portugueses já fixados aqui.

Segundo Lenira Martinho Meneses em sua obra *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*:

[...] este menor colocado no seio da família do comerciante foi paulatinamente moldado segundo as regras de conduta do patrão, e preparado para a carreira mercantil, num contexto onde o ambiente familiar que o envolve obscurece totalmente a exploração de que é vítima (MARTINHO, 1993, p.48).

Na realidade esses menores recrutados em Portugal deveriam trabalhar tão somente pela moradia e alimentação, mais ou menos num período de três anos até que adquirissem conhecimento e traquejo. Ainda de acordo com a referida autora, esses caixeiros ao desembarcarem nos portos do Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, na época capital sede da Corte real portuguesa; como os mesmos não tinham nenhum parente que os acolhesse, sujeitavam-se a morar no próprio local de trabalho, chegando a dormir por trás de balcões e/ou por cima das mercadorias em espaços pequenos sem o menor conforto.

Mas apesar da vida que levavam, trabalhando o dia inteiro sem descanso ou hora pra parar, esses pequenos caixeiros mantinham uma relação patriarcal com seus patrões, pois os mesmos guardavam consigo a esperança de no futuro tornarem-se de fato um membro da família, quiçá sócio do patrão, casando-se com a filha do mesmo ou quem sabe até com a viúva em caso de falecimento do comerciante.

Dentre os principais motivos que fizeram com que esses jovens adolescentes viessem para o Brasil, além da crise financeira que assolava seu país, era pra fugirem do terror atribuído ao alistamento militar, considerado pelos pais dos mesmos como um atraso no futuro profissional do filho homem, além é claro da oportunidade de enriquecerem trabalhando como caixeiro nos grandes comércios existentes nas principais cidades brasileiras.

Por outro lado, a gravíssima crise económica e financeira que Portugal conheceu após o fim da guerra civil, ou seja, entre 1834-1836, a instabilidade política, as revoltas militares e o cíclico recrutamento de jovens para o exército, também contribuíram para a sua saída para o Brasil (mesmo das crianças com idades inferiores aos 14 anos), onde sempre existiam parentes e amigos para os acolher, num processo de continuidade de relações sociais e cumplicidades que vinham já do período colonial e que a independência do Brasil, neste particular, de modo algum extinguiu. (SOUSA, 2009, p 21).

O pressuposto para a compreensão das práticas e representações do caixeiro viajante é pautada no estudo de algumas pesquisas ligadas ao cinema, literatura, contos, novelas, romances e também nas práticas diárias desses atores sociais no exercício de sua profissão, haja vista que no Brasil e no exterior o caixeiro já foi personagem principal.

Para realizarmos o estudo do referido objeto de pesquisa partiremos do recorte temporal entre as décadas de 1930 a 1960 que se justifica em razão da fundação da Escola Técnica União Caixeiral, criada por caixeiros viajantes na cidade de Parnaíba-PI na segunda década do século XX com o objetivo de preparar mão de obra para o comércio local, pois a referida cidade vivia na época um intenso desenvolvimento por ser considerado, devido ao seu porto marítimo, o polo de negócios piauienses, onde eram feitas exportações para o centro sul do país bem como para o exterior. Porém, foi durante toda a década de 30, que a referida escola desempenhou seu papel quanto à formação desse profissional, de grande valia nos estabelecimentos comerciais e de respaldo junto à sociedade parnaibana.

Durante o século XX o porto das barcas foi de suma importância para o embarque e desembarque de produtos originários do comércio e da indústria. Localizado na cidade de Parnaíba, foi um dos principais cenários desse ator chamado caixeiro que juntamente com os comerciantes parnaibanos foram importantíssimos no desenvolvimento dos negócios no estado. Nesse período as empresas localizadas na cidade de Parnaíba tiveram um significativo crescimento impulsionado pelo extrativismo vegetal e animal.

O caixeiro viajante tinha dentre outras atribuições a de sair oferecendo mercadorias nas cidades ribeirinhas ao longo do curso do rio Parnaíba. Responsável pelas negociações, o caixeiro chegava a usar a mercadoria como moeda trocando por outros produtos ou mesmo por matéria prima como: carnaúba, bucho de peixe, pena de

ema, óleo de pequi, etc. Às vezes durante suas viagens chegava a utilizar o telegrafo<sup>2</sup> para fazer seus pedidos junto à empresa fornecedora para agilizar a entrega da mesma. Posteriormente podemos perceber que com a chegada do trem na região, passou se então a utilizar outra via paralela ao rio, aumentando conseqüentemente o número de comunidades visitadas, objetivando sempre a busca pelo progresso econômico.

Mas ao realizarmos um estudo bibliográfico mais aprofundado sobre o tema podemos perceber que ao trabalharmos as trajetórias profissionais dos caixeiros devemos considerar tal profissão como um dos prováveis pontos entre o global e o local. É preciso ainda analisar estas bibliografias em conjunto como posição e disposição num cenário mais amplo, em vista de priorizar os sentidos presentes nas práticas dos caixeiros, pois estas práticas gerariam uma dissolução de fronteiras espaciais, dentro do que se chama fluxo de serviços e mercadorias.

Os caixeiros atendem demandas de caráter local como forma última da extensão de uma cadeia de trocas e vivências. Sendo o recorte de análise pautado pela categoria de profissão, é necessário dispor o sentido dessa trajetória profissional. Escrever biografia não é tarefa das mais fáceis, pois cada sujeito possui suas subjetividades e identidade. A esse respeito, HALL (1992) relata:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1992, p. 13).

Também é preciso, ao trabalhar com a história de vida dos sujeitos, contada por eles mesmos, uma análise dos conteúdos das narrativas, usando, por exemplo, a metodologia da Análise de Discurso, que permite observar os processos pelos quais os indivíduos constroem suas identidades. Portanto é preciso historicizar: *como se processou a constituição do comércio realizado pelos caixeiros viajantes em meados do século passado? Sobre caixeiros viajantes, quais foram as estratégias, táticas e práticas de gestão desenvolvidas por eles na efetivação do comércio varejista? Quais foram os papéis sociais desses sujeitos no Piauí? Quais práticas os caracterizavam enquanto comerciantes?*

Para desenvolver este trabalho acerca da história do caixeiro como ser comerciante e as suas contribuições com o progresso político, econômico e social do estado do Piauí dentro do recorte espacial e temporal que me propus, utilizarei a história oral através das entrevistas que serão coletadas no decorrer da pesquisa, bem como farei uso da história escrita desses atores em obras literárias, livros, artigos científicos, teses e dissertações em Letras, História e Filosofia que discorrem sobre quem foram e o que fizeram os caixeiros dentro do contexto historiográfico outrora estudado.

Buscarei também ilustrar o referido profissional através de fontes iconográficas através de imagens ilustrativas da imponência peculiar à figura do caixeiro e sua jornada diária de trabalho, destacando seus produtos e a forma como os conduziam, além do meio de transporte que utilizavam no exercício de sua profissão; pois de acordo com Le Goff:

Dar-se-á certa valorização às fotografias, pois há um grande acervo a ser explorado. Na atualidade “a fotografia revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003, p 460).

Crê-se que os lugares de memória os quais incluem as cidades, as pessoas visitadas, os objetos de uso pessoal, as vestimentas utilizadas pelo caixeiro, poderão contribuir com esta pesquisa científica visto que é através do contado direto com esse “universo” ao qual estava inserida a função de caixeiro é que farão com que as lembranças fluam, pois para que haja a oralidade faz-se necessário que o entrevistado faça uma viagem nesse mundo da memória e consiga resgatar informações verossímil que atenda as expectativas do historiador e/ou entrevistador de maneira satisfatória.

### **Referencial teórico**

Dentre os teóricos que serão abordados no decorrer deste trabalho científico dentro daquilo que me proponho estudar acerca do caixeiro no referido recorte temporal e espacial, está Stuart Hall que vai abordar principalmente as definições de identidade/sujeito e as mudanças que ocorreram nessas definições ao longo da chamada modernidade tardia. Em sua obra “*A identidade cultural na Pós-modernidade*” distribuída em seis capítulos, o autor nos faz entender através da sua visão que os deslocamentos que ocorreram na definição de sujeito e identidade faz com que entendamos a tão falada crise de identidade na Pós-modernidade. Segundo



HALL(1992), “passamos de sujeitos centrados e unificados a sujeitos descentrados e contraditórios; fala também que a globalização exerce grande influência na formação das referidas identidades culturais”. Ainda segundo o autor, em oposição à aceitação geral provocada pela globalização em detrimento da troca do local pelo global, podemos perceber que o global tira proveito do local e até provoca um maior interesse pelo mesmo.

Abordaremos também a análise do discurso no que tange as práticas diárias do caixeiro para a realização de atividades no exercício da sua profissão seja como uma ferramenta de trabalho ou simplesmente como alternativa para comunicar-se com as demais pessoas que fazem parte de seu convívio social e/ou profissional. Para tanto utilizaremos ORLANDI (1999) que em seu livro “*Análise do Discurso princípios e procedimentos*” a qual utiliza como subsídio vários outros renomados autores especialistas no tema dentre eles Michel Foucault e “*A Ordem do Discurso*” de 1971.

Através do uso da linguagem, o homem modifica a realidade em que está inserido e a ele mesmo. O homem edifica a existência humana, ou seja, atribui-lhe sentido. Portanto é essa capacidade do homem de atribuir, incessantemente, sentidos que promove seu constante devir, e o das coisas, que interessa à análise do discurso. Na análise do discurso o que importa é o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto regras abstratas. Ou seja, avalia os métodos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Desta forma, coloca o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade.

Para visualizar o homem e seu discurso como influenciador/influenciado por sua história, este campo teórico articula conhecimentos dos campos das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, buscando transcendê-los e deslocá-los de seus lugares de saber, forçando-os a refletir sobre “[...] o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (ORLANDI, 1999, p 16).

Roger Chartier também me dará significativa contribuição acerca das práticas e representações as quais de certa forma poderão ser atreladas ao cotidiano do caixeiro diante da sociedade em que o mesmo esteve inserido dentro do contexto histórico que pretendemos discorrer. Em sua obra “*A História Cultural entre Práticas e Representações*” lançado em 1990, Chartier corrobora que, durante os anos de 1950 e 60, os historiadores buscavam uma forma de saber controlado, amparado sobre técnicas de investigação, de medidas estatísticas, conceitos teóricos dentre outros. Esses

historiadores esperavam que o saber próprio à história devesse ser adicionado à narrativa, por compreenderem que o mundo da narrativa era o mundo da ficção, do imaginário, da fábula.

Não obstante a tendência dominada pela historiografia nos dias atuais, propõe uma nova forma de questionar a realidade, toma como base temas do domínio da cultura e salienta o papel das representações. Portanto o trabalho de Roger Chartier me dará condições para que eu possa estabelecer uma nova atitude nos estudos da História Cultural perante os métodos, das fontes e dos temas pesquisados, procurando igualmente, nas diversas divisões especializadas da História um diálogo mais produtivo com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a teoria literária.

Como o referido objeto de estudo está intimamente ligado a história, memória e esquecimento, não poderia deixar de dialogar com teóricos como: *Jacques Le Goff* com sua memória e história; *Maurice Halbwachs* e a memória coletiva; *Pierre Nora* com os lugares de memória e por fim Michael Pollak que discutirá memória coletiva e individual. *Halbwachs*, outro teórico que utilizararei como fonte traz que as memórias não estão consolidadas nos corpos ou mentes, mas na sociedade circundante, por meio dos diversos grupos que as compõem. E isso se dá na medida em que, para relembrar, a pessoa precisa valer-se de combinações sociais que não são criadas por eles – afinal,

O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” – e também de outras pessoas que possam legitimar suas próprias recordações – “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras (HALBWACHS, 2006, p 72).

Em sua obra sobre os lugares de memória, Pierre Nora (1996, p 8) nos chama a atenção para uma particularidade que marca as sociedades que conhecem padrões de mudanças rápidas: “o medo de que tudo está no prenúncio de desaparecer acompanhada com a ansiedade sobre o significado preciso do presente e a incerteza sobre o futuro, investe até a mais humilde testemunha, o mais modesto vestígio, com a dignidade de ser potencialmente memorável”. Desta forma, “a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador” (NORA, 1996, p 10). Em linhas gerais,

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p 9).

Michael Pollak em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio*, salienta a importância dos ditos e dos não ditos para a construção de uma memória, seja ela coletiva ou individual. Também destaca a importância de rastros significativos que uma pessoa, um grupo ou uma pátria vai deixando em suas experiências de vida e que se tornam pontos de referência para qualquer estudo histórico. Principalmente quando os rastros, muitas vezes esquecidos ou ignorados, revelam interpretações distintas da oficial ou mesmo da que se acostuma ouvir.

Por fim não poderia deixar de utilizar a história oral considerada como um dos principais métodos de pesquisa no campo da historiografia, uma vez que o historiador se utiliza dos mais variados tipos de fontes em sua pesquisa científica, seja ela escrita ou oral. As entrevistas realizadas acerca do objeto de estudo dão subsídio ao pesquisador através de uma gama de informações as quais poderão ser de suma importância para a compreensão do assunto em questão. Segundo THOMPSON:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p 17).

### **Justificativa**

A razão que me motivou pela escolha do referido objeto de pesquisa foi com o desígnio de trazer à tona a importância desse profissional para o desenvolvimento do comércio a nível de Piauí e de Brasil desde o período colonial até meados do século XX. Seja pelos serviços prestados aos comerciantes portugueses que outrora lhe deram abrigo ao emigrarem para o nosso país, trazendo em sua bagagem principalmente o sonho de enriquecer e poder um dia retornar a sua terra natal, seja pela sua contribuição aos movimentos políticos, econômicos e sociais por eles impetrados durante principalmente a primeira metade do século XIX que foi a luta pelos seus direitos dentre eles ao fechamento das portas dos comércios aos domingos e feriados.

Salientar que os atores sociais que praticavam o ofício de caixeiro em meados do século passado dispunham de um verdadeiro arsenal de práticas ricas que se referiam não só à atividade econômica, mas também ao ser comerciante; ao mesmo tempo destacar que esses comerciantes representaram um importante papel na história social do estado; conscientizando a sociedade contemporânea que os saberes advindos de suas práticas foram apropriados, ao passo que o papel que eles desempenhavam jamais poderá ser esquecido.

Não podemos também deixar de louvar a iniciativa dos caixeiros associados pela criação de escolas destinadas ao ensino voltado à mão de obra para o comércio não só na cidade de Parnaíba-PI, mas em várias outras cidades espalhadas pelo Brasil; criaram também cooperativas e/ou associações da classe caixeiral além de periódicos e folhetins com o objetivo de assegurarem seus direitos como profissionais do comércio e proporcionar ajuda mútua aos seus associados e familiares sempre que necessitassem.

Cabe ressaltar o espírito aventureiro sempre peculiar a figura do caixeiro, superando os mais inusitados obstáculos sempre em busca da satisfação dos seus clientes e do progresso econômico. Chegando por terra em lombos de mulas ou por rio em embarcações a vapor ou navio a lugares longínquos vendendo seus produtos e levando informações dos grandes centros onde quer que vá, mantendo capital e interior “anteados” um ao outro. Hoje, as dificuldades do caixeiro são para se manter no mercado de trabalho, pois as facilidades estão por todos os lugares, o progresso aos poucos vai chegando onde antes somente ele com sua astúcia se atrevia chegar.

Portanto este artigo objetiva principalmente “resgatar” esta história a qual o caixeiro é o personagem principal e junto com ela os saberes e práticas do referido sujeito como forma não só respeitosa a esses atores sociais, mas que possa também contribuir para que a sua identidade e memória não se percam no tempo.

## **A economia parnaibana nas primeiras décadas do século XX**

Desde meados do século XVII até as primeiras décadas do século XIX, que a pecuária extensiva constituía-se como a base da economia da então província do Piauí, o gado era criado nas fazendas sertão a fora e aliado à pecuária existia inexpressiva agricultura de subsistência. O gado e o couro, naquela época, era comercializado principalmente com o estado da Bahia, paralelo a isso, as atividades industriais restringiam-se apenas à curtição (ressecamento) das peles bem como de uma rudimentar

e/ou quase que artesanal fabricação de grosseiros tecidos com o uso do algodão. Essas respectivas fazendas, constituíam basicamente o único recurso que dispunham para a geração econômica, sendo o couro (pele) uma das matérias primas aos quais era utilizada na confecção de inúmeros acessórios grosseiros no dia a dia das comunidades.

Os produtos industrializados eram escassos, a aquisição de produtos oriundos de outras praças era extremamente limitada, vinham de fora apenas os respectivos produtos os quais eram inviáveis de serem produzidos no interior das referidas famílias. A concentração de renda se dava a uma pequena minoria de família mais abastadas, ficando portanto a grande maioria da população sem um real poder de compra. O comércio desenvolveu-se no Delta do Rio Parnaíba desde o século XVI após concessão por parte do papa para as explorações além-mar, privilegiando portugueses e espanhóis com a referida medida. Além destes, piratas franceses e ingleses também aventuraram-se em mar aberto na esperança de encontrarem mercadorias de grande valor, entre elas podemos destacar o nosso pau – brasil.

O início das atividades comerciais baseada na criação de gado no interior da província, teria se dado por meio do Rio Parnaíba chegando até o entrepostos localizado no Porto das Barcas entre o Delta do Parnaíba e o Oceano Atlântico; naquela época já era possível encontrarmos as charqueadas, curtumes e o então comércio de sal. No entanto, a relativa importância da economia no litoral piauiense consolidou-se tardiamente devido ao predomínio da pecuária, limitada apenas a um porto de exportação, localizado na cidade de Parnaíba.

O litoral do Piauí configurava-se de maneira que facilitava a navegabilidade de antigos navios à vela (sumacas) que conseguiam chegar até o Porto das Barcas navegando pelo Rio Parnaíba e de lá conduziam até os navios de grande porte atracados no porto Marítimo. Devido a essa facilidade, a então Vila de São José da Parnaíba ascendia economicamente enquanto o restante da província permanecia num total atraso. Sua posição privilegiada, geograficamente falando, atrelada à sua ligação com o Delta do Parnaíba, principal via de escoamento de produtos vindos do interior da província, teriam sido importantes fatores para esse crescente desenvolvimento econômico da atual Parnaíba.

A distribuição do gado viabilizada pela navegação fluvial contribuía também para o crescimento da produção de gêneros de primeira necessidade (alimentícios) bem como da confecção de artigos oriundos do algodão o que facilitava a expansão da atividade comercial. Ainda nesse período, as trocas intensificaram-se

significativamente, prova disso foi o desenvolvimento acentuado de Parnaíba mencionada acima. O contingente populacional da cidade aumentou rapidamente devido à presença das charqueadas, haja vista que o crescente desenvolvimento do comércio aliado à exportação de peles (couro) contribuíram, sobremaneira, para atrair novos habitantes para a região litorânea. Durante o século XIX, houve um incremento dos negócios no Porto das Barcas; os negociantes passaram a exportar vários tipos de produtos (couro em cabelos, atanados e sola, couros, etc.) para outros portos.

Há registros que a província do Piauí teria cultivado naquela época produtos como: arroz, milho, mandioca, fumo, cana, porém a referida produção era insuficiente para o consumo das comunidades locais. Portanto o produto de maior destaque na exportação da província foi o algodão, seguido do fumo e da aguardente, ambos em menor número e esporadicamente.

### **Escola no Piauí prepara Caixeiros para o mercado de trabalho**

Na segunda década do século XX na cidade de Parnaíba foi fundada a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, uma instituição vinculada às atividades comerciais dos caixeiros viajantes, a referida escola contava com laboratórios para as aulas das disciplinas de física, química e ciências, um número considerável de livros em sua biblioteca além de máquinas de escrever, calcular, entre outros materiais de uso didático que viabilizasse um bom desempenho do processo de ensino-aprendizagem.

A escola da União Caixeiral tinha como principal objetivo a preparação/formação de profissionais para atuarem na área comercial. Os estudantes da União Caixeiral, eram advindos de todas as classes sociais, onde os mesmo já faziam parte ou almejavam o propósito profissional na área de atividades comerciais, em virtude da necessidade das empresas de mão-de-obra especializada, que formasse e desse condições de desempenhar funções antes não tão operacionalizadas, levando-se em conta uma formação mais adequada ao comércio. De acordo com DUARTE (2009):

Estudar na União Caixeiral passou a representar a ostentação de uma condição de reconhecimento, tanto intelectual como financeiro, o que despertou nos cidadãos o desejo de fazer parte da plêiade dos ascendentes caixeiros, construindo então na mentalidade do parnaibano uma identidade de ligação entre a União Caixeiral e o progresso na vida pessoal e profissional. (DUARTE, 2009, p. 15).

A criação da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, foi uma iniciativa de tamanha capacidade que permitiu aos jovens parnaibano o acesso em certas posições de destaque na sociedade e no comércio da época, que ascendia rapidamente. O comércio passou a ter um papel importante nesse processo, pois estimulava e dava suporte ao progresso em vias de afirmação na cidade. A escola da União Caixeiral era um referencial na preparação de profissionais para operarem na área comercial.

A referida escola teve sua fundação no dia 28 de abril de 1918, época de grande desenvolvimento da cidade de Parnaíba, a União Caixeiral simbolizava um verdadeiro polo de negócios no estado. A proposta dos seus idealizadores constituiu-se numa maneira de ampará-los, formando mão de obra específica para a área comercial, consolidando a categoria diante do progresso econômico registrado em Parnaíba naquele contexto histórico.

Após o encerramento de suas atividades educacionais, tanto a instituição propriamente dita bem como todo o seu acervo cultural foi disperso. Hoje considerada um lugar de memória, a referida escola corre o risco de perder as suas formações identitárias. Como um trajetória de 88 anos de atividades ligadas à educação, guarda em seu interior, um valiosíssimo acervo de objetos ligados à memória em um lugar de memória disponível para a pesquisa acadêmica de forma que posso contribuir com o entendimento de questões que incluem a escola no universo educacional parnaibano bem como a influência das classes mais abastadas no desenvolvimento econômico do estado do Piauí.

### **Os direitos adquiridos no exercício da profissão**

Sancionada pelo o então presidente da república Juscelino Kubitschek, a lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas. A referida lei mencionava vantagens acerca da profissão como, comissão, limite de dias estabelecidos para viagens, manutenção de despesas por conta do empregador, etc. Segue abaixo dois dos seus principais artigos.

Art 1º As atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas serão reguladas pelos preceitos desta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 - no que lhes for aplicável.

Art 2º O empregado vendedor terá direito à comissão avençada sobre as vendas que realizar. No caso de lhe ter sido reservada expressamente, com

exclusividade, uma zona de trabalho, terá esse direito sobre as vendas ali realizadas diretamente pela empresa ou por um preposto desta.

Além da profissão de caixeiro ter os seus direitos assegurados pela lei como foi acima colocado, a referida profissão, assim como inúmeras outras têm o seu dia no calendário, os caixeiros viajantes também ganharam o seu, de acordo com pesquisas realizadas, no dia 1º de setembro é comemorado o dia do caixeiro viajante (*fonte: portal UFRJ*). Percebe-se, portanto que esse profissional apesar de todas as dificuldades já enfrentadas em sua jornada diária de trabalho, hoje ter sua profissão reconhecida e uma data para celebração é sem dúvida grandes conquistas que contribuirão com seu legado para as futuras gerações desse tipo de vendedor.

Outra contribuição desses profissionais para a sociedade foi à abertura de estradas e a estabelecimento de vilas e cidades, pois em suas longas jornadas na sua maioria os caixeiros viajantes se deslocavam em costas de mulas criando trilhas uma vez que os meios de transporte naquela época eram muito improváveis. Foram, portanto através de suas paradas onde armavam pequenos empórios e feiras de vendas deram começo a formação de vilas e futuras cidades.

### **Referências bibliográficas**

- BRASIL. Lei nº 3.207 de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/7/1957, Página 18069
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DUARTE, Gilberto Escórcio. A educação técnica em Parnaíba: a união caixeiral como sintoma do desenvolvimento econômico, janeiro de 2009.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985
- HALBSWACHS, Maurice. *Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950 (*Memórias Coletivas*. São Paulo: Centauro, 2006).
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade - 11ª edição Título original: "The question of cultural identity", in: S. Hall, D. Held e T. McGrew. *Modernity and its futures*. Polity Press/Open University Press, 1992.



HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LE GOFF, Jacques. « Memória » in *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990. p.423- 483.

MARTINHO, Lenira Menezes *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência / Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein*; prefácio de Maria Odila Leite da Silva Dias. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n10, dez 1993, p.7-28.

## **NEM COLONOS, NEM *INVASORES*: POSSE E PROPRIEDADE EM LITÍGIOS DE TERRAS ENTRE POSSEIROS NO PARÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA(1893-1905)**

*Carlos Leandro Esteves\**

**Resumo:** O Pará de fins do século XIX e início do XX tem sido abordado pelos estudos que discutem o rural a partir de questões que priorizam o tratamento da economia da borracha e dos projetos de criação de colônias agrícolas na zona bragantina. Tais enfoques, entretanto, não contemplam uma série de conflitos por terra que tem na posse e no posseiro os fundamentos de uma miríade de concepções de propriedade que mobilizam distintas noções de direito à terra. O presente texto tem por objetivo tratar de litígios de terras ocorridos nas décadas iniciais da República no Pará que envolvem pequenos posseiros e herdeiros de datas de sesmaria numa região marcada por políticas de colonização dirigida e concessões de terras públicas a particulares mediante a distribuição de títulos de posse pelo governo estadual e pelas intendências municipais. Nossa abordagem tem como referencial a História Social da Propriedade, donde as formas e concepções de propriedade tem de ser analisadas na prática efetiva de apropriação da terra e dos recursos. Para tanto, faremos uso de documentação sobre processos de litígio de terras, como uma Ação de Força Velha e de protestos e contraprotostos, bem como de um abaixo-assinado de posseiros, publicados na imprensa paraense do período.

**Palavras-chave:** propriedade; posseiros; conflitos de terras.

A Amazônia da segunda metade do século XIX e início do XX, especialmente o Pará, tem sido abordada pela historiografia que discute o mundo rural a partir de três eixos dominantes: 1) a economia da borracha e o debate crítico da decadência/ausência de agricultura e braços para a lavoura frente ao predomínio do extrativismo do látex, donde se enfatiza modos de vida, trabalho e as relações de exploração nos espaços de seringais; 2) a formação de uma elite agrária vinculada ao comércio, a agricultura e a criação de gado no entorno de Belém e em fazendas no Marajó, interessando aos estudos demonstrar as relações entre patrimônio e herança em famílias de potentados paraenses da segunda metade do XIX; e, 2) a criação de colônias agrícolas e os projetos de intervenção estatal, tanto no Império quanto no início da República na conformação de um ideal disciplinador de um lavrador imigrante/nacional afeito às políticas de ocupação ordenada visando criar condições para o desenvolvimento agrícola numa zona pensada como produtora de gêneros para o abastecimento da capital.

Reveladores de aspectos *sui generis* da sociedade rural amazônica oitocentista, bem como instigadores das inúmeras perspectivas abertas para o avanço das pesquisas sobre a diversidade de formas de trabalho e ocupação da terra pela agricultura no período, tais

trabalhos situam-se na vertente crítica à naturalização do imaginário de uma Amazônia ausente de conflitos de terras – posto que provida de natureza abundante e vastas áreas a serem ocupadas por uma mão de obra imigrante – e a necessidade de superação desse imaginário pela via da presença de práticas de agricultura voltadas tanto para a exportação quanto provedoras do mercado interno e de subsistência em várias regiões do estado.

Dessa forma, os estudos que criticam a visão da decadência da agricultura e do predomínio do extrativismo do látex e da consequente economia da borracha na segunda metade do século XIX na Amazônia(SAMPAIO, 2014; BATISTA, 2014; NUNES, 2012) tem se dedicado a demonstrar que essa abordagem, aliada ao imaginário de colonização de uma Amazônia “vazia”(PEREIRA, 2016), implicou na produção de uma invisibilidade das práticas agrícolas na região, atribuindo à agricultura, sobretudo aquela voltada para a produção de gêneros alimentícios, uma condição acessória permanente das atividades extratoras – seja pela falta de braços, seja pela insignificante produção de alimentos – que não se sustenta quando do cotejamento dos dados empíricos do período(MACEDO, 2014).

O cerne de tais críticas reside tanto numa leitura a contrapelo da documentação oficial, sobretudo aquelas originadas dos Relatórios de Presidentes de Província(BATISTA, 2014; NUNES, 2012), como na incorporação de um novo *corpus* documental que partindo de renovadas indagações tem contribuído sobremaneira para recuperar a importância de práticas de lavoura em diversas regiões da Província do Pará durante o Império(MACEDO, 2014).Como resultado, torna-se cada vez mais insustentável a manutenção da dicotomia entre extrativismo e agricultura, observação válida principalmente para o período colonial, como tem demonstrado os estudos de Rafael Chambouleyron(2010) ao destacar as políticas de povoamento e ocupação pela agricultura como partes das preocupações da Coroa portuguesa para assegurar a efetividade da colonização na Amazônia lusa.

Ao considerarmos o período que compreende entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a despeito dos inegáveis avanços do debate recente, persiste ainda acerca do universo rural paraense a ideia de que este pode ser explicado unicamente a partir dos espaços dos seringais, dado o volume de produção de látex e o papel de destaque que a economia da goma elástica obteve na Amazônia à época. Outra vertente explicativa procura centrar suas análises nos inúmeros núcleos coloniais criados desde o Império e que aumentariam significativamente nas primeiras décadas da

República como uma das principais políticas de terras dirigida pelo Estado. Muito embora seja inegável que essas duas abordagens cubram experiências relevantes para as décadas mencionadas, além de realçar as diferenças regionais, desconstruindo a equivocada noção da Amazônia como um espaço homogêneo, quando propomos pensar as sociedades rurais paraenses sob a ótica da apropriação da terra, o que enseja a temática das efetivas relações de propriedade, tais abordagens não dão conta da diversidade das formas de ocupação e usos da terra na região na medida em que deixam de considerar variados sujeitos presentes e atuantes no espaço rural no período. Nossa proposta consiste em avançar ainda mais, para além do seringueiro e do colono, ao deslocar o olhar para a figura do *posseiro*, sujeito social tão presente na história e historiografia recentes da Amazônia nos séculos XX e XXI, principalmente nos estudos que se concentram nas regiões sul e sudeste do estado (GUERRA, 2013; SCHMINK & WOOD, 2012), mas que na mesma proporção permanece ausente dos estudos que se dedicam ao mundo rural paraense do XIX.

Longe de se configurar como uma questão surgida durante as décadas de 1970 e 80, como consequências dos malfadados “grandes projetos” dos governos militares para Amazônia, ainda que vista sob o prisma do avanço da fronteira agrícola colonizadora iniciada em décadas anteriores, as lutas por terra na Amazônia oriental protagonizadas por posseiros tem uma história pretérita que antecede aos conflitos fundiários do decurso do século XX, observação que se estende também para outras regiões do Brasil (MOTTA, 2008). Uma história tecida nas tramas das relações conflituosas com grandes potentados, projetos governamentais de colonização e disciplinarização do lavrador e do trabalho, da normatização jurídica da ocupação, e nas inúmeras querelas nas quais estiveram envolvidos como protagonistas numa cotidiana luta pelos usos da terra e dos recursos da natureza.

Nesse sentido, tais lutas compartilham com outras experiências, dinâmicas próprias dos conflitos de terras dos oitocentos, onde o apossamento ocorre nas fronteiras entre noções e práticas distintas acerca do direito de propriedade, bem como da própria definição do conceito, ensejado nas tentativas de regulamentação formal de um arcabouço jurídico capaz de erigir uma noção exclusiva do termo e pressões diversas pelo alargamento das experiências que deveriam ser consideradas sob a égide da propriedade. A análise desses conflitos desvela justamente a impossibilidade de se partir de uma ideia de propriedade preconcebida e *aprisionada* aos termos codificados emanados do Estado (CONGOST, 2007; GROSSI, 2006).

Assim, nosso objetivo no presente artigo é o de chamar a atenção para a prática de apossamentos de terras no Pará de fins do XIX e início do XX atentando para litígios que envolvem pequenos posseiros, suas estratégias de legitimação, concepções e práticas de propriedade e direitos tecidas em suas redes de relações de amizade e vizinhança, ações que desvelam noções de justiça que se defrontam em conflitos onde a defesa do direito à terra vai mobilizar tanto o repertório empírico de práticas costumeiras vinculadas à posse quanto o recurso à formalização jurídica que está sendo (re)construída no período republicano. É a partir desse complexo cenário que pretendemos apontar a maneira como a *simples posse* é compreendida pelos posseiros em seus variados litígios como propriedade.

Nossa abordagem se inscreve na vertente da História Social da Propriedade, para a qual, contrariando uma visão estatista que naturaliza a noção a partir de sua formalização institucional e sua consagração como lei, entende que a propriedade deve ser pensada no seu fazer-se histórico, como prática, a partir das relações sociais ensejadas pelos sujeitos atuantes na defesa de ideias de direito e justiça, conjugando aqui costumes e normas codificadas a serem mobilizados nos momentos das querelas por terra (THOMPSON, 1987; GROSSI, 2006; CONGOST, 2007; MOTTA, 2009).<sup>3</sup> Aqui, tanto a propriedade perde seu caráter único, absoluto, dando lugar a uma pluralidade de práticas de propriedade, quanto a própria lei deixa ser vista como emanção do Estado e passa a ser compreendida como produto das mesmas relações sociais que ensejam variadas noções de apropriação da terra e dos recursos disponíveis.

Trataremos, à guisa de exemplo, de dois casos de litígios de terras que, a despeito de suas particularidades, reúnem inúmeros aspectos pertinentes às várias experiências de conflitos de terras no Pará do período, tanto no que diz respeito às estratégias de defesa da posse quanto das articulações entre a experiência de tais práticas sociais e a formalização jurídica da propriedade. Trata-se num caso de uma disputa entre famílias de posseiros ocorrida nos anos iniciais da República na região do Apeú, área de

---

<sup>3</sup> Devemos em larga medida esse percurso metodológico às reflexões de alguns historiadores e sociólogos, tais como Rosa Congost, Rui Santos, Paolo Grossi, Margarida Sobral Neto, Márcia Motta, dentre outros estudiosos que nas últimas décadas tem se destacado no âmbito do debate sobre a propriedade a partir de uma abordagem que pretende discutir a questão como parte de uma história social que insira sujeitos concretos e suas relações proprietárias, donde o relevante é conceber o caráter histórico da propriedade, o que distancia tais ilações de uma concepção naturalizada da mesma. Tal grupo está longe de ser homogêneo, tanto em relação às espacialidades quanto às temporalidades estudadas, fator que tem contribuído enormemente para o conhecimento cada vez maior de realidades sociais rurais das mais diversas.

colonização por núcleos coloniais e localidade então pertencente ao município da capital Belém, e que sobre vários aspectos é representativo do debate que se quer travar aqui. O outro caso escolhido para a presente análise diz respeito a uma disputa por terras entre herdeiros de sesmarias e inúmeras famílias de posseiros na localidade de São João de Pirabas, então município de Salinas, região do Salgado no Pará. Essa disputa é interessante pois nos remete a práticas coletivas de luta, materializadas no abaixo-assinado publicado pelas famílias de posseiros em forma de contraprotesto à ameaça de expulsão perpetrada por uma herdeira de carta de sesmaria com pretensões de expansão do território sobre seu domínio.

Tais conflitos, assim como outros tantos do período, ocorrem no momento em que estão sendo aprovados e postos em vigor leis e decretos de terras no Pará republicano, o que a nosso ver está intimamente vinculado ao cenário de disputas por terra na região, tendo em vista que é possível apontar para um aumento significativo de litígios envolvendo posseiros e potentados locais nas décadas iniciais da República.

### **Posse, posseiros e a prática da propriedade no Pará oitocentista:**

A requisição de títulos de legitimação de posse, ou de *títulos de posse*, ganhou no Pará extrema relevância nos anos iniciais da República, sobretudo a partir de 1891, quando ao longo desse ano e do seguinte, o governo paraense aprovaria uma série de decretos por meio dos quais embasaria sua primeira legislação de terras aprovada em 1892 e regulamentada em 1900<sup>4</sup>. O Decreto nº 410, de 8 de outubro de 1891, estabelecia regras para a “legitimação de posses mansas e pacíficas”, além de conceder novo prazo para a revalidação de sesmarias e o reconhecimento de outras concessões de terras do governo.

Interessante apontar que a Lei n.º 82 de 1892 previa como legitimáveis todas as posses que: “tenham sido estabelecidas sem protesto ou oposição antes de 15 de novembro de 1889, mantidas sem interrupção depois dessa data”, desde que nelas fossem comprovadas morada habitual e cultura efetiva. Essa prerrogativa acabava por tornar nula as determinações da Lei de Terras de 1850, bem como o decreto de 1854

---

<sup>4</sup> Com a República e a Constituição de 1891 as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados da Federação. O Estado do Pará foi um dos primeiros a promulgar sua legislação de terras. A criação da Lei n. 713 de 2 de abril de 1900 mandou regulamentar a Lei 82 de 15 de setembro de 1892. Essas leis surgiram da reunião de inúmeros decretos lançados ao longo do ano de 1891 e 92. Para uma síntese do histórico dessas leis e decretos, ver: PALMA MUNIZ, João de. MUNIZ, Palma. *Legislação de Terras: dados estatísticos*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

que a regulamentava, na medida em tal legislação, embora reconhecesse a legitimidade da posse até a data de sua promulgação, proibia a aquisição de terras por apossamento em todo o Império a partir de então, no que as terras deveriam ser adquiridas somente mediante a compra. Tornar sem efeito essa determinação da Lei de Terras de 1850 não significava, contudo, esvaziá-la de importância enquanto marco de referência para os legisladores, isso porque em vários momentos será ainda a legislação imperial que irá inspirar as políticas de terras republicanas no Pará, como citamos acima, os advogados dos posseiros, e ainda, como veremos adiante, os próprios posseiros, que buscavam respaldo na referida lei em momentos de defesa do direito a permanecer na terra.

Muito embora existissem desde o Império leis que regulassem a venda de terras devolutas no âmbito provincial,<sup>5</sup> é somente nos anos iniciais da República que esta questão se acirra em face do avanço estatal na tentativa de normatizar o acesso a terras públicas no Pará ao substituir um cenário onde imperava a incerteza jurídica da propriedade, materializada por uma pluralidade de formas de acesso à terra, por regulamentos garantidores do pleno funcionamento da propriedade privada da terra. Não podendo ignorar a massiva existência de posses sem o título, até por que não se tratava de uma prerrogativa apenas de posseiros pobres visto que muitos grandes posseiros também não haviam declarado suas possessões, os primeiros governos republicanos no Pará estenderam recorrentemente o prazo para legitimação de posses e sesmarias caídas em comisso com o intuito de resolver definitivamente a questão do acesso à terra no estado.

Concomitante à pretensão de erigir um mercado de terras no estado verifica-se uma condenação da figura do posseiro pobre, em tudo distante do ideal de lavrador pretendido por uma concepção de moderna agricultura defendida por lideranças de grandes proprietários e por agências estatais (ESTEVEZ, 2015). Podemos observar aqui a aproximação entre dois pressupostos que assumirão cada vez mais a condição de pilares de um dado ideal de modernização da agricultura: o modelo de propriedade privada individual da terra e os fundamentos de uma lavoura erigida sob a égide de uma dada concepção de racionalização dos usos do solo que excluía as práticas costumeiras dos pequenos lavradores.

---

<sup>5</sup> Ver as leis de 1860, que versa sobre a venda de terras à prazo; a lei de 1865, que dá ao Presidente de Província o poder de fazer concessões de terras a particulares; e a de 1874, que regula o serviço de venda de terras.

A política de concessão de títulos de posse pelo Estado no período inicial da República no Pará esbarrava num complexo de fatores, nalguns casos heranças que remontavam ao período imperial, que atuava em conjunto com a nova legislação sobre terras e as tentativas de ordenamento do processo de ocupação de áreas devolutas. O desconhecimento real das áreas tituladas, a imprecisão dos limites declarados, as pretensões de expansão das áreas de posse manifestas na própria imprecisão das declarações, isso tanto para áreas tidas como “nacionais” como para áreas que abrangiam outras posses, nas redes e relações parentais e políticas em jogo, e em distintas concepções de direitos por parte de posseiros, dentre outros fatores, competiam para dificultar ou mesmo impedir que os primeiros governos republicanos no Pará alcançassem o objetivo de realizar um mapeamento da situação agrária no estado com vistas tanto a empreender a modernização de sua agricultura mediante a disciplinarização do lavrador quanto da regulamentação do acesso a terra, seja por compra, seja por outras modalidades previstas em lei, como a concessão de títulos de posse e a doação de terras públicas a particulares.

Vistas sob essa ótica, as concessões de títulos de posse seriam um primeiro passo no intento de atender aos objetivos de impedir definitivamente o livre acesso às terras por lavradores pobres, ao mesmo tempo em que difundia a lógica da propriedade privada fetichizada no documento. Importante esclarecer, no entanto, que de acordo com a legislação estadual o título de posse não garantia ao posseiro a “propriedade” da terra (TRECCANI, 2009). Segundo critérios legais, esta só seria garantida quando da *legitimação da posse*, fase posterior ao *título de posse*, que embora exigisse este uma série de critérios para ser expedido, o que nem sempre ocorria, como os episódios de conflitos nas terras do Apeú e São João de Pirabas bem demonstra, detinha ainda um caráter de registro, portanto uma função meramente cadastral, ainda que para o posseiro, e aqui reside nosso interesse, implicasse já num reconhecimento de sua posse e prova de primeira ocupação, o que fez com que o título fosse utilizado nas referidas querelas como prova de posse legítima, ainda que carente de legitimação legal.

#### **Litígios de terras no Apeú e em São João de Pirabas:**

Em 21 de outubro de 1905, o posseiro Manoel Raymundo de Souza por meio de seu advogado, solicitava ao Juiz de Direito da Primeira Vara da Capital que se juntasse aos autos de uma Ação de Força Velha na qual era réu, o título de posse concedido pela então Secretaria de Obras Públicas, Terras e Colonização do governo do estado ao seu pai, Fernando José de Souza, na ocasião já falecido. O referido documento datava de



1895, ano no qual o posseiro obteve para as terras que ocupava, “mansa e pacificamente” há mais de trinta anos, o título de uma posse que media cerca de trezentas braças de frente e mil e duzentas de fundo, onde teria fundado o sítio Paraízo, herdado pelo filho Manoel Raymundo, localizado no rio Apeú e próximo à vila de mesmo nome.<sup>6</sup>

As terras do *sítio Paraízo* possuíam, conforme descrição da transcrição do título de posse, uma casa de telhas e dois retiros também cobertos de telhas, nesse caso de madeira, além de vasta lavoura formada por roças de mandioca e cacau e do cultivo de árvores frutíferas. Consta ainda que as terras confrontavam pelo lado direito com terras de Francisco Gomes de Oliveira, pelo lado esquerdo com terras de Claro Gomes Lameira e pelos fundos com “terras nacionais”. Buscando legitimar sua posse por meio de respaldo legal, a solicitação fazia referência ao cumprimento das premissas contidas no artigo 125 da Lei de Terras de 1850.

A Ação de Força Velha Espoliativa contra a posse de Manoel Raymundo de Souza foi movida por Claro Gomes Lameira, posseiro e pessoa influente politicamente na localidade,<sup>7</sup> o mesmo que aparece no título de posse acima mencionado como confrontante dos limites declarados pelo pai de Manoel Raymundo. O acompanhamento do processo no decurso de dez anos desvela uma complexa teia de conflitos que envolve, além dos posseiros litigantes, parentes, posseiros vizinhos, políticos, advogados, juízes e agentes estatais.

A querela tem início, pelo que nos permite entrever a documentação consultada, antes mesmo da Ação de Força Velha, que data de 1897. Ela principia quando em setembro de 1895, o posseiro Manoel Raymundo de Souza e seu irmão Raymundo Damasceno de Souza, contestam juridicamente, por meio de pedido de nulidade de demarcação, a medição e demarcação realizada pelo posseiro Claro Gomes Lameira em terras por este denominada de *sítio São José*.<sup>8</sup> O problema é que a demarcação realizada em julho desse mesmo ano incluía a posse de Manoel Raymundo e seu irmão como parte da área reivindicada como sua por Claro Lameira, o que por meio da

---

<sup>6</sup> *Autos de uma Ação de Força Velha Espoliativa de autoria de Claro Gomes Lameira, 1897*. Centro de Memória da Amazônia-UFPA.

<sup>7</sup> Ao que tudo indica Claro Gomes Lameira era grande posseiro na região. Além de se declarar lavrador era ainda apontado como comerciante no Apeú e detinha cargos de influência política como o de membro de comissão eleitoral em Castanhal e Major-Fiscal do 1º Batalha da Reserva da Guarda Nacional na Comarca da Capital. Vide o jornal *O Pará*, em 20 e 28 de abril de 1889.

<sup>8</sup> Os títulos de posse citados, bem como os outros documentos doravante mencionados, constam transcritos nas folhas do processo de Ação de Força velha perpetrado pelo posseiro Claro Gomes Lameira.

documentação produzida pelos agrimensores e advogados transformava as *duas posses* existentes em apenas uma, e como consequência convertia o posseiro Manoel Raymundo em *invasor*.

A reação de Manoel Raymundo foi a de entrar com pedido de nulidade da demarcação realizada a mando de Claro Lameira, ao mesmo tempo em que apresentava *justificação* para sua posse. No mesmo documento, portanto, encontramos o pedido de nulidade da demarcação e a justificação de posse feita pelo posseiro Manoel Raymundo.<sup>9</sup> Na ocasião Manoel Raymundo citava uma série de irregularidades cometidas no ato da demarcação, dentre as quais o fato de não ter havido no momento da colocação do marco a exigência de sua presença, juntamente com seu advogado, e nem mesmo a presença do juiz demarcante, que naquele momento, segundo testemunhas, encontrava-se a bordo de uma canoa prestes a dirigir-se para estação de trem com destino a Belém.<sup>10</sup>

Em sua defesa Manoel Raymundo de Souza informava que parte das terras incluídas na demarcação feita por Claro Gomes Lameira consistia no *sítio Paraízo*, fundado por seu falecido pai há mais de trinta anos e que possuía na ocasião casas cobertas de telhas e vastas plantações, medindo trezentas braças de frente e mil e duzentas braças de fundo, sendo portanto posse legítima, o que se poderia provar pela morada habitual e cultura efetiva, sem “interrupção” alguma nem contestação de qualquer parte ao longo dos últimos trinta anos.

Após o intervalo de dois anos, para os quais não há documentos, agora a ação se dá por parte de Claro Gomes Lameira através da Força Velha Espoliativa. Ao que parece, após ter obtido sucesso na demarcação de 1895, quando incluiu o *sítio Paraízo* dentro dos limites declarados,<sup>11</sup> Claro Lameira move em fevereiro de 1897 uma ação de esbulho contra Manoel Raymundo com o intuito de retirá-lo das terras que alega ser

---

<sup>9</sup> Atos Cíveis de Justificação de Posse e Nulidade de Demarcação(9 de setembro de 1895). Centro de Memória da Amazônia - UFPA. Acervo de documentos Cíveis.

<sup>10</sup> A referência à ausência do juiz demarcante no momento de colocação do marco do terreno encontra-se tanto no pedido de nulidade feita por Manoel Raymundo quanto nos depoimentos das testemunhas arroladas posteriormente por ocasião da ação de esbulho na qual o posseiro aparece como réu.

<sup>11</sup> Essa informação, embora não conste no processo, pode ser confirmada em publicação do Jornal *Folha do Norte* em sua edição de 16 de setembro de 1896, quando da publicação de decisão judicial que negava recurso interposto por Manoel Raymundo de Souza e seu irmão contra os autos de demarcação da posse de Claro Lameira. Em outra edição do mesmo jornal, a de 27 de novembro do mesmo ano, ficamos sabendo que Claro Lameira compareceu à Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, agência que cuidava da questão das terras devolutas durante o governo de Lauro Sodré(1891-1897) para a assinatura do título de legitimação de posse, o que tornava, portanto, sua posse legítima de acordo com o Estado. *Folha do Norte*, 16 e 27 de novembro de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader>. Acesso em julho de 2018.

senhor e possuidor, além de exigir indenização pelos “danos e perdas” provocados pelo réu. Claro Lameira alega ser dono das terras que incluem tanto o *sítio São José* quanto o *sítio Paraíso*, área que media cerca de 495 há, segundo consta de título de posse expedido pelo governo estadual em seu nome.

Importante observar que a concessão pelos governos republicanos no Pará de títulos de posse e de legitimação de posse no período é razão para inúmeras contestações e protestos de posseiros que residiam em terras abrangidas pelos títulos concedidos. Há inúmeros casos, como os que aqui abordamos, de títulos concedidos a diferentes famílias de posseiros que versavam sobre as mesmas terras. Noutros, trata-se de área concedida como patrimônio municipal, as chamadas léguas patrimoniais, que ao serem confirmadas como terras pertencentes à municipalidade irão suscitar diversas contestações de posseiros que mantem posse nas terras e para as quais já obtiveram títulos de posse concedidos pelas autoridades estaduais.

Em sua ação, Claro Gomes afirmava que os réus, Manoel Raymundo e sua mulher, “com reconhecida má fé”, vinham embargando terras que possuía há mais de trinta e cinco anos, “introduzindo-se em parte dessas terras roçando e fazendo derrubadas e cortando madeiras”. A prova do esbulho residia na introdução sem consentimento do autor de práticas que configuravam a pretensão de usufruto da coisa alheia sem aprovação daquele que detinha o domínio. Note-se que os termos utilizados procuram remeter a práticas depreciativas: “roçar”, “derrubar”, “cortar”, quando mencionadas no contexto da ação reforçam a ideia defendida do ato de esbulhar. Tais termos são opostos àqueles mobilizados nas falas do réu e suas testemunhas, que fazem menção ao cultivo, plantações, criações, lavouras, etc.

Ação de Força Velha movida por Claro Gomes Lameira contra Manoel Raymundo de Souza cumpre uma dupla função ao longo do conflito pelas terras do Apeú. Ao mesmo tempo em que pretende inaugurar uma denúncia de *invasão*, desqualificando a posse do réu enquanto esbulho e convertendo o posseiro em *invasor* de terras alheias, busca produzir prova de domínio do autor na medida em que erige nas instâncias jurídicas documentação comprobatória de propriedade frente àqueles que pretendessem se apossar de suas terras. Mas, sobretudo, ante os interesses de posse do réu. Essa estratégia, num cenário em que tanto Lameira quanto Manoel Raymundo possuíam documentos expedidos pelo Estado, o *título de posse*(Manoel Raymundo) e o *título de legitimação de posse*(Claro Lameira), a ação de esbulho era operada como possibilidade real de exclusão do direito de posse do réu, visto tratar-se de posse

ilegítima segundo pressupostos defendidos no processo. Por seu turno, o posseiro Manoel Raymundo de Souza agia na esteira do costume da posse e na consagração desse direito pela obtenção do *título de posse*, reivindicando seu direito a partir do desbravamento de terras “nacionais” e da prática do cultivo, reconhecidos tanto pelo costume quanto pelas leis do Império e sua continuidade na República. Nesse sentido, a luta de Manoel Raymundo se dava tanto no terreno da legitimação de um direito à terra, consagrado na prática efetiva da posse, quanto na tentativa de ser reconhecido como posseiro e proprietário do *sítio Paraízo*, e não como *invasor*.<sup>12</sup>

O outro caso aqui analisado ocorre no distrito de São João de Pirabas, pertencente à época ao município de Salinas, área localizada na região do Salgado. Refere-se a Protesto de 1893 da sra. Mariana Tibúrcio de Mattos Muniz, herdeira de seu falecido marido Francisco Bernardino Muniz, que por sua vez herdara de seu pai, Joaquim de Figueiredo Muniz, sesmeiro, segundo informa, uma légua e meia de fundos e duas de frente no distrito de São João de Pirabas, município de Salinas, em uma área que se estendia do rio Pirabas ao rio Axindeua (*Folha do Norte*, 1896).<sup>13</sup>

O Protesto da referida senhora era dirigido contra famílias de posseiros que estariam ocupando ilegalmente terras por ela reivindicadas como pertencentes à área que foi demarcada a pedido de seu falecido sogro no ano de 1823 e aprovada no ano seguinte. De acordo com a autora, a mesma área teria sido reconhecida pela Repartição de Terras, Obras Públicas e Viação em 1835, segundo consta do primeiro registro de terras da agência provincial. Ainda segundo a Sra. Maria Tibúrcio de Mattos Muniz, as terras legadas em sesmarias constavam de registro feito pela mesma no livro da Intendência Municipal de Salinas (fls. 18 e 33), no que contava com informação confirmada pelo Secretário do município, o Sr. Sarmanho Netto.

---

<sup>12</sup> Não foi possível verificar na documentação que compõe todo o processo de litígio aqui analisado qual a sentença final dada, se em favor do Autor Claro Gomes Lameira, ou do Réu Manoel Raymundo de Souza. Sabemos, no entanto, que ambas as posses constam no *Índice Geral do Registro de Terras do Estado do Pará*, publicado pela Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, em 1907, durante o Governo Augusto Montenegro (1901-1909). No Livro de Registro de Posse, realizado pelo então secretário João de Palma Muniz, aparecem os nomes de Claro Gomes Lameira, como tendo registrado a posse do *sítio São José*, em 11 de dezembro de 1893; e o de Fernando José de Souza, pai de Manoel Raymundo, como registro datado de 20 de julho de 1895, mas sem fazer referência, como no caso de Lameira, ao nome do sítio. No dito livro de registros não constam mais informações sobre as posses, como tamanho, limites, etc. Se tomarmos essas informações como indícios para inferirmos o resultado da querela dos anos anteriores, é possível supor que o posseiro Manoel Raymundo de Souza tenha continuado na posse do *sítio Paraízo*.

<sup>13</sup> *Jornal Folha do Norte*, 18 de abril de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/425>. Acesso em agosto de 2018. Segundo carta de sesmaria concedida em nome de Joaquim de Figueiredo Moniz e datada de 14 de março de 1821, o correto seria légua e meia de testada e duas de fundo. *Registro de Carta de Data Sesmarias passada a Joaquim Figueiredo Moniz*. Coleção ITERPA Sesmarias, Livro 20; doc. 148, fl.112. Disponível em: [http://www.rosepepe.com.br/hotsite\\_acervo/sesmarias/](http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/). Acessado em agosto de 2018.

Ao que parece, a querela tem início quando a mesma Intendência de Salinas concede vários títulos de posse para famílias de posseiros ocupantes, segundo a autora, de lotes localizados na área de cuja sesmaria ela era herdeira, tratando-se, portanto, de terras das quais ela se intitulava senhora e possuidora. Como prova da alegada legitimidade, Mariana Tibúrcio mobilizava em seu Protesto todo o percurso documentado de registros pelo qual as terras passaram desde 1823 até a data do protesto feito em petição na data de 20 de fevereiro de 1893. A protestante ainda reivindicava como mais um elemento legitimador de seu direito de proprietária o fato de as ditas terras terem tido seus limites reconhecidos por engenheiro competente e seus marcos reavivados pelo mesmo quando da ocasião da elaboração do referido Protesto: “(...) é mais uma justificativa de que sou possuidora realmente, por títulos legais desse lote de terras que atravessa os fios da linha telegráfica, que vão ter à vila de Salinas, cujo trabalho veio esclarecer mais essa posse.”

Em declaração de 15 de abril de 1896 e publicada no dia 18 do mesmo mês no jornal *Folha do Norte*, passados portanto três anos desde o Protesto inicial, a Sra. Mariana Tibúrcio dava um prazo de 30 dias a contar da data de 1º de maio, para que os posseiros deixassem as terras nas quais estariam ocupando de forma ilegal e para as quais haviam recebido títulos provisórios por ela considerados sem qualquer validade perante a comprovação de que as terras compreendiam áreas de sesmaria legada pela família de seu falecido marido. Tratava-se aqui, como no caso dos posseiros do Apeú, da concessão de títulos de posse às famílias de posseiros, que careciam, portanto, de confirmação – a ser obtida mediante medição e demarcação, conforme destacamos acima – antes de receberem o título de legitimação de posse.

Pelo que pudemos verificar, as disputas se prolongaram pelos anos seguintes, visto que em março de 1899 as famílias – autodenominadas de moradores e posseiros – que ocupavam as terras reivindicadas como pertencentes à sesmaria da Sra. Mariana Tibúrcio, fizeram publicar na imprensa um abaixo-assinado em forma de “Contra-protesto” onde expunham a defesa do direito de permanecerem nas referidas terras uma vez que estas não estariam dentro dos limites declarados pela protestante. Segundo consta no dito documento publicado:

Nós, abaixo-assinados, moradores e posseiros de terras registradas no rio Axindeua, município de Salinas, tendo deparado na *Folha do Norte*(...), com um *protesto* de dona Mariana Tibúrcio de Mattos Muniz, assinado pelo seu procurador Manuel Castelo Branco, publicação essa que visa diretamente a nós e na qual a sua autora diz

que estamos *dentro do perímetro, das terras de sua propriedade, sem permissão sua ou de alguém por si autorizada*, declaramos formal e terminantemente ser falsa tal afirmativa, pois estamos em terrenos por lei e por direito de nossas propriedade e não dentro da área de sesmaria que essa senhora diz possuir nesse município, como vamos provar com fatos absolutamente incontestáveis e que nos dão os direitos consagrados nas leis das terras em vigor.<sup>14</sup>

A defesa feita pelos posseiros reiterava a versão de que não se encontravam dentro da sesmaria de dona Mariana. Prosseguem afirmando que a maioria das famílias ocupava as terras em litígio como posseiros “desde muito antes de 1854, quando entrou em execução a liberal lei que dava direito fácil de cada posseiro declarar a sua posse”, e que tendo declarado as ditas posses nunca encontraram qualquer oposição do Sr. Francisco Bernardino Muniz, marido falecido de dona Mariana Tibúrcio, que em momento algum teria feito protesto à ação dos posseiros. Segundo os posseiros, o falecido marido de dona Mariana Muniz não só não se opusera às posses como teria mantido com os posseiros ao longo dos anos as “mais inalteráveis relações de amizade”, tendo até mesmo comprado e vendido terras em negócios feitos com posseiros antigos e novos ocupantes.<sup>15</sup>

Ainda segundo os posseiros, o que dona Mariana Tibúrcio pretendia ao declarar os limites de sua propriedade era estendê-los para além da área que de fato possuía de modo a abarcar dentro da mesma os lotes das famílias de lavradores que haviam obtido títulos de posse junto à Intendência Municipal de Salinas e que ocupavam aquelas terras desde os tempos do falecido sesmeiro. Na defesa dos posseiros, portanto, a terras pertencentes à sesmaria de dona Mariana Tibúrcio não chegavam até o povoado onde estavam localizadas suas posses, pois findavam nos limites do igarapé Ubussú, afluente do rio Axindeua, muito aquém das terras onde mantinham suas posses. Os posseiros alegavam que, ao contrário do que afirmava dona Mariana, os antigos marcos demarcatórios não foram reavivados mas, tendo já desaparecidos, foram erguidos novos marcos a partir de novas medições que visavam atender aos interesses da protestante.

---

<sup>14</sup> *O Pará, 8 de março de 1899*. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1513>. Acesso em agosto de 2018.

<sup>15</sup> O abaixo-assinado cita o caso de uma posse comprada por Francisco Bernardino Muniz a um “primeiro posseiro” e vendida a Maria Florinda da Fonseca, moradora naquele ano, conforme documentação que constaria na Intendência junto aos registros dessa mesma posse. Em seguida, contrastando a extensão dos limites da área tida em sesmaria, os posseiros indagam: “como, pois, o finado F.B. Muniz era sesmeiro e comprava terrenos aqui situados, - os mesmos a que se refere o protesto de dona Mariana?”

Tratamos aqui, destacando seus principais momentos, de litígios de terras que mobilizaram famílias de posseiros nas localidades do Apeú e de São João de Pirabas, entre fins do século XIX e início do século XX. Deste, pudemos observar uma série de estratégias utilizadas pelos querelantes com o intuito de reivindicar para si o direito legítimo às terras em disputa. Ressaltamos desde o início que o entendimento acerca de quais direitos de propriedade estão sendo mobilizados devem ser buscados na *efetividade* da posse, nas relações concretas entre os sujeitos litigantes, e entre os sujeitos e a terra objeto da querela.

Não foi nosso intuito definirmos quem era o “verdadeiro” dono, mas de perscrutarmos como os querelantes concebiam seus direitos de posse e de propriedade e quais estratégias e recursos foram acionados na tentativa de, ao garantir o *meu* direito, subtrair o de *outrem*, embora tanto no caso do posseiro Manoel Raymundo no Apeú, quanto dos posseiros do Rio Axindeua, em Salinas, não se tratasse de um desconhecimento do direitos de Claro Lameira e da Sr.<sup>a</sup> Mariana Tibúrcio, mas de uma restrição as pretensões de expansão da posse do sítio São José e dos limites das terras de sesmaria herdadas.

O caráter inconcluso da documentação, por um lado, limita o alcance de nossa análise na medida em que nos impossibilita o conhecimento acerca do desfecho das disputas; por outro, entretanto, permite-nos ainda assim vislumbrar uma sociedade rural complexa e perpassada por conflitos, onde pequenos posseiros mobilizaram estratégias de defesa de suas posses utilizando-se dos recursos disponíveis contra a pretensão de expansão territorial de posseiros mais fortes e de grandes proprietários reconhecidamente bem relacionados com a política local.

#### Fontes Citadas:

*Ação de Força Velha Espoliativa de autoria de Claro Gomes Lameira em que são réus Manoel Raymundo de Souza e sua mulher.* Belém, Comarca da Capital, 1897.

Jornal *Folha do Norte*, 18 de abril de 1896.

Jornal *Folha do Norte*, 16 de novembro de 1896.

Jornal *Folha do Norte*, 27 de novembro de 1896.

Jornal *O Pará*, 8 de março de 1899.

Jornal *O Pará*, 20 de abril de 1899.

Jornal *O Pará*, 28 de abril de 1899.

*Registro de Carta de Data Sesmarias passada a Joaquim Figueiredo Moniz.* Coleção ITERPA Sesmarias, Livro 20; doc. 148, fl.112.

#### Bibliografia:

- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-pará(1850-1870)*. Belém: Ed. Açai, 2014.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial(1640-1706)*. Belém: Ed. Açai, 2010.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estúdios sobre “La gran obra de la propiedad.”* Barcelona: Crítica, 2007.
- ESTEVES, C.L.S. “A ‘Reconstrução radical da agricultura’: ocupação, propriedade e produtividade nas políticas públicas dos governos do Pará(1901-1912). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: 27 a 31 de julho de 2015.
- GROSSI, Paolo. *História da Propriedade e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- GUERRA, Gutemberg Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalização no Sudeste paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2013.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência(1889-1916)*. Belém: Ed. Açai, 2010.
- MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito – 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil(1822-1850)”, in: Motta e Paulo Zarth (Orgs.), *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (concepções de justiça e resistência nos Brasis)*, São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, 2008, v. I.pp.85-101.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Tese(Doutorado em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense/Uff, 2011.
- MUNIZ, João de Palma. *Índice Geral do Registro de Terras*. Belém: Secretaria de Estado, Obras Públicas, Terras e Viação. Governo Augusto Montenegro, 1907.
- \_\_\_\_\_. *Legislação de Terras: dados estatísticos*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014.
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora da UFPA, 2012.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição de propriedade*. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará, vol. 20, 2009.pp. 121-158.



**“PREFERIA MORRER DO QUE VIVER SENDO UM ESCRAVO”<sup>1</sup>:  
A MORTE VOLUNTÁRIA DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NO  
BRASIL. (1800-1888)<sup>2</sup>**

Carlos Victor de Sousa Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo:** A historiografia sobre a experiência negra dos escravizados no Brasil tem demonstrando as diversas relações sociais que estes sujeitos mantiveram neste “novo mundo”. Que iam da passividade ao extremismo, a depender das relações que mantinham no cotidiano. Atrelado a isto, a morte voluntária foi prática recorrente entre os escravizados, que cometiam o ato por diversas motivações e métodos. Não observamos apenas como fuga da vida escrava, mas o realce das subjetividades destes escravizados, enquanto *persona*, do qual negava a categoria de *res* (coisa) que tanto lhe atribuíam. O presente artigo tem como objetivo analisar estas práticas, observando as suas reverberações no século XIX, através da historiografia brasileira. Ademais, levantamos alguns questionamentos para que sejam o norte desta discussão: Por que se matar foi o caminho escolhido por estes escravizados? Quais as implicações impunham ao “poder” dos seus proprietários quando usavam seus corpos através do suicídio?

**Palavras- Chave:** Suicídios, escravizados, *persona*.

### **Introdução**

Michel de Certeau aponta que mesmo nas relações mais restritas os agentes históricos e sociais, não estão fora ou atônitos as dinâmicas de cultura e sociedade de seu tempo e espaço. Deste modo, através dessas produções de sociabilidade as quais estão imersos, estes agentes podem e devem ressignificar e produzir “cultura” a partir da já existente (In: BASTOS, 2016, p. 16). Neste viés, acreditamos que os negros escravizados no Maranhão produziam sociabilidades e formas de cultura, através de suas experiências e das condições que estavam submetidos e por intermédio das fontes e

---

<sup>1</sup> Frase da carta deixada pelo escravizado Mahommah Baquaqua. Exposto no artigo *Biografia de Mohommam G. Baquaqua* de Silvia Hunold Lara encontrado na Revista Brasileira de História.

<sup>2</sup> Artigo construído a partir da comunicação oral apresentada no V Simpósio Internacional em História Contemporânea, promovido pela Universidade Estadual do Maranhão, no Simpósio Temático *Propriedade, habitação e direito à cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos in-formais no Brasil*. Coordenado pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Mauro Amoroso (UERJ).

<sup>3</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pós Graduando (*Lato Sensu*) em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESFMA). Licenciado em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP-MA. Membro do grupo de pesquisa NEÁFRICA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global. Email: [victorcarlos5@gmail.com](mailto:victorcarlos5@gmail.com). Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.

documentos históricos tem permitido historiadores e pesquisadores a apreenderem sobre as dinâmicas sociais que eram desenvolvidas em sociedade.

Desse modo, quando observamos a prática da morte voluntária de modo geral, percebemos que essa obteve diversas significações sociais, sua prática ia de condenação ao consentimento da sociedade, variava, portanto, a partir do contexto histórico, cultural e dos comportamentos sociais. Nesse sentido, os negros escravizados no Brasil também procuraram o suicídio como resposta ou como “passagem” para as diversas relações que mantinham em vida. Depreender estas imbricações, a partir de sujeitos históricos ainda pouco afeitos com a escrita e quase não deixaram registros escritos, tem sido a principal adversidade para os historiadores, entretanto ainda é o caminho seguido por muitos.

Ainda que não possamos ouvir a “fala”, o desejo, as visões de mundo e as motivações dos escravizados nos documentos, no entanto, através das entrelinhas e analisando a partir do âmbito do “provável”, acreditamos ser possível compreender estas dinâmicas sociais e resquícios de um escravizado que ficou longe de ser apenas “coisa”, desprovido de vontade ou de sentimentos.

As documentações utilizadas nesta pesquisa se tratam de registros policiais, inquéritos, corpos de delitos e jornais que noticiavam os casos dos suicídios da sociedade maranhense. Todos se encontram acondicionados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e os jornais na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), ambos localizados em São Luís. É através desta documentação que buscamos vislumbrar sobre as diversas nuances e imbricações no meio social, quando diversos escravizados buscaram o suicídio.

Para compreender estas nuances, na primeira parte do artigo analisaremos as linhas historiográficas acerca dos escravizados, notaremos como tem se delineado e pensado os historiadores quando observam as relações escravistas que eram mantidas no Brasil colonial e imperial. Na segunda parte do artigo analisamos essencialmente a historiografia brasileira sobre a temática do suicídio, para observarmos como está estabelecido à pesquisa relacionada aos que se suicidaram.

A terceira e última parte tem como objetivo perceber como tem se desenvolvido as pesquisas no Maranhão e como a documentação do estado é vasta e ainda precisa de mais aprofundamento e discussão. Uma vez que parte da história invisibilizaram os suicidas e os escravizados.

Ao fim, o objetivo deste artigo tem como função discutir a prática do

suicídio como comportamento que acontecia entre os escravizados no Brasil, que encontraram na prática respostas para seus infortúnios, e assim, dá protagonismos a sujeitos que foram esquecidos na escrita da história.

### **1. A influência thompsiniana sobre a escravidão negra no Brasil:** a experiência histórica dos que foram esquecidos.

As renovações historiográficas do ocidente no século XX à ciência da História com a Escola dos Annales permitiu a ampliação dos objetos, dimensões e fontes históricas, influenciados por uma História problematizada, fazendo uso da interdisciplinaridade e abrindo para investigação sobre novos laços sociais e sujeitos históricos outrora marginalizados pela operação historiográfica. Retirando principalmente os paradigmas totalizantes que segundo José D Assunção Barros, pretendiam “antes das últimas décadas do século XX fornecer modelos globais que seriam capazes de explicar toda a experiência humana dentro de um único sistema de pensamento” (BARROS, 2007, p. 91-92).

Por outro lado, encabeçados por nomes como Raymond Williams, Eric Hobsbwan, Edward Palmer Thompson<sup>4</sup> e outros, foram o embrião da *Escola Marxista Revisionista ou Escola Neo Marxista Inglesa*, que teve como perspectiva principal um marxismo humanista. Um dos embates deste grupo era ao modelo antigo do denominado “marxismo ortodoxo”, influenciado pelo Estruturalismo de Levi Strauss, esta produção acadêmica marxista estruturalista inglesa desprezava as classes mais baixas e enfatizava as transformações e análise de estruturas macro econômicas, classes sociais concretas e utilizava conceitos rígidos como estrutura e superestrutura. Segundo João Melo Júnior: “Quando analisada apenas pela concepção puramente estruturalista, as ações coletivas empreendidas pelos atores sociais perdem-se em meio a dados estéreis.” (MELO JÚNIOR, 2011).

Neste sentido, E. P. Thompson buscou analisar as experiências históricas<sup>5</sup> e dar voz a ações sociais de homens e mulheres comuns do operariado inglês do século XVIII na luta de grupos sociais, é denominado “um historiador da classe operária e de suas ações coletivas” (MELO JÚNIOR, p. 2 e 3), através das experiências em sociedade,

---

<sup>4</sup> **Edward Palmer Thompson** (nasceu em [Oxford, 3 de fevereiro de 1924](#) — [Worcester, 28 de agosto de 1993](#)) foi um [historiador britânico](#) da concepção teórica [marxista](#) e é considerado por muitos como o maior historiador inglês do [século XX](#), um dos fundadores da chamada História Social.

<sup>5</sup> Uma de suas obras relacionada ao conceito de Experiência histórica e cultural é: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963).

que se tornariam modelos catalisadores de ação social. Acentua, portanto, os processos de auto formação das classes sociais, que acontecem a partir das experiências históricas, conquistas e aprendizados de homens e mulheres em sociedade.

Diante do excerto supracitado, nos propomos conduzirmos pelo viés teórico metodológico marxista renovado de Edward P. Thompson, pela sua forma de abordagem e influência na História Social. Usando em específico o seu conceito de Experiência Histórica, ao qual este teórico busca resgatar as influências e experiências dos sujeitos na construção dos processos históricos e das relações sociais, provocando na atividade do historiador o esclarecimento e o desvendar da dinâmica social. (PEREIRA, 2001,p. 28)

Silva Lara (1995, p. 43) escreveu sobre a influência de Thompson para os historiadores brasileiros da experiência negra no Brasil, afirma que a ligação de Thompson com a experiência escrava no Brasil é teórica e política e não temática, apesar da distância entre o tempo cronológico e os objetos para análise serem ínfimos, pouco dispomos de elementos em comum entre a sociedade inglesa do século XVIII e a brasileira do XIX.

A aproximação de Thompson e a experiência dos negros escravizados no Brasil desenvolvem-se após em suas análises sobre o operariado inglês, ter buscado outros meios que rejeitaram termos genéricos que encaixavam os seres sociais em classes concretas. Lara afirma que o autor recupera a operacionalidade analítica de alguns termos para “demolir a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVIII como uma sociedade consensual, de uma só classe.” (LARA, 1995, p. 3)

Neste sentido, a historiografia sobre a escravidão negra brasileira do final da década de 80 tentou renovar e encontrar outros meios de analisar a relação senhor-escravo, escravo-sociedade, desvencilhando-se principalmente de teorias que sempre encaixavam os sujeitos históricos em classes concretas e prontas. Nesta perspectiva, esta linha historiográfica propôs analisar as especificidades históricas, incluindo as experiências históricas dos negros, dando ênfase as questões regionais e das próprias relações sociais que eram construídas em sociedade, rejeitando análises amplas que não dariam conta das especificidades históricas, como afirma Sidney Chalhoub: “o significado de liberdade foi forjado na experiência do cativo”. (2003, p. 27)

Dessa forma, se propõe a analisar as experiências históricas desses escravizados através de seus suicídios, pois se entende ser a melhor forma de analisar e vislumbrar as principais motivações e relações que levaram o escravizado ao suicídio.

## 2. A experiência dos escravizados negros na historiografia brasileira: o suicídio

A prática do suicídio é conhecida em diversas temporalidades e sociedades, entretanto, a forma como assimilavam, compreendiam ou julgavam o ato variavam a partir de cada contexto, como afirma Ezequiel Canario: “Apesar de ser um ato individual, o suicídio tem uma dimensão social que é assimilada de diferentes maneiras em várias culturas, estando as atitudes destinadas aos suicidas intimamente relacionadas às concepções de morte e de morrer de cada grupo social”. (CANARIO, 2011, p. 22)

Esta afirmação pode ser corroborada por Fabio Lopes (2014, p. 33) que assevera que o suicídio não pode ser visualizado apenas como uma prática atemporal, mas temporaliza-lo é essencial, este autor parte do pressuposto de que cada época as pessoas se matavam por diversificadas motivações e os olhares do meio social também variavam. Neste sentido, os escravizados que encontravam no suicídio uma saída tinham motivações próprias de sua época, poderia ser pela sociedade que lhe reprimia e que tentava moldar seus comportamentos, pelos seus donos que queriam interferir sobre os rumos que os escravizados deveriam tomar ou os que encontravam no suicídio uma forma de libertação da vida escrava, como forma de reencontrar os seus ancestrais.

O neologismo da palavra *suicídio* surgiu no início da Era Moderna, acredita-se que este apareceu em 1642, termo do latim clássico *suicidium*, é formado pelo pronome *sui* (si) e o verbo *caedere* (matar). Sua primeira aparição é no texto *Religio medici* do autor Sir Thomas Browne (CANÁRIO, p. 28-29). Através do surgimento deste neologismo à época, surgem duas proposições: a primeira de que a prática provavelmente era um tema em voga na época, justificado pelo surgimento do neologismo, e segundo que a etimologia da palavra sugere a ideia do suicídio ser uma forma de matar e não de morrer.

É válido ressaltar que o ato de se suicidar não era considerado crime para as Leis Criminais do Império, segundo Luciana Sousa, o crime só era constado para quem auxiliasse ou ajudasse o pretensioso a cometer o ato (2014, p. 30). Ainda no século XIX é sabido que a Igreja Católica como religião oficial do Império brasileiro estabelecia diretrizes e tentava a partir dos seus preceitos de religiosidade, moldar e definir as relações sociais cotidianas. Neste quesito, através das *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*<sup>6</sup> criaram-se diretrizes da Igreja Católica Apostólica Romana onde estavam estabelecidas as condenações e punições ao corpo do suicida:

---

<sup>6</sup> Compêndio publicado em 1707, que procurava adequar os preceitos culturais do Concílio de Trento (1545-1563) “às práticas singulares do catolicismo em terras brasileiras” In: CANARIO, op. cit, p. 83.

Constituições Primeiras, em seu título LVII- Das pessoas que se deve negar a sepultura eclesiástica – havia a determinação de proibir o enterro em solo sagrado aos judeus, hereges, cismáticos, apóstatas, blasfemos, **suicidas**, duelistas, usuários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, professores religiosos enriquecidos (que não renunciavam os bens na hora da morte), os que não se confessaram antes da morte e que foram contrários a extrema-unção, infiéis, crianças que não fossem batizadas e adultos pagãos. [grifo nosso] (CANARIO, 2011, p. 83)

Nas primeiras décadas do século XIX os cemitérios eram administrados por entidades e irmandades religiosas, que impediam veementemente o enterro dos suicidas em solo sagrado. A única forma de evitar a proibição do enterro em solo sagrado seria a justificação por “sinais de contradição”, dentre elas a *falta de juízo* ou *arrependimento* antes da hora da morte, e para isto, precisaria ter tido pelo menos uma testemunha para comprovação do ato. Entretanto, a partir da década de 30 do século XIX, com a criação da lei assinada por D. Pedro I, os cemitérios foram aos poucos sendo laicizados, onde saíram de dentro das igrejas e pode ter uma abertura maior para o enterro dos suicidas.

Ao que diz respeito especificamente do suicídio como objeto, durante muito tempo foi visualizado nas brechas da História, evidenciado na historiografia brasileira só nas últimas décadas. Eixos como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia tem liderado as pesquisas sobre esta temática das vivências escravas no Brasil. O sentido de elencar estes percursos historiográficos é de demonstrar a atual discussão sobre o tema, de como tem sido posto a prática da morte voluntária escrava pela historiografia, a fim de estabelecer como se pretende ser construída esta pesquisa no Maranhão.

Podemos destacar algumas obras e pesquisas através de Ana Maria Oda e Saulo Oliveira (2008), que fizeram alguns levantamentos da abordagem do suicídio na historiografia brasileira. Acenam para os relatos dos suicídios de escravos encontrados nas narrações de viajantes que estiveram no Brasil, que demonstravam que o suicídio era uma prática muito comum entre os escravos brasileiros, as causas e os métodos variavam:

As mortes voluntárias entre cativos são descritas tanto na forma passiva de recusar alimento e deixar-se morrer de tristeza, como no banzo, quanto na forma ativa – por enforcamento, afogamento, uso de armas brancas e etc. Geralmente o desinteresse pela vida, a apatia extrema e o desejo de morrer são atribuídos, pelos narradores, a reações nostálgicas decorrentes da perda da liberdade e dos vínculos com a terra e grupo social de origem, e ainda aos castigos excessivos impostos pelos senhores.(p. 372)

Os dois autores discorrem que a palavra *banzo*<sup>7</sup> parece ter sua origem em 1793 na obra de Luís Antônio de Oliveira Mendes, nominada “*Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d’África e o Brasil*”. O século XX é um período em que inicia as primeiras análises sobre o suicídio de escravos no Brasil, sendo Roger Bastide em 1943 um dos primeiros a abordarem este tipo de vivência da vida escrava, particularizando o estudo entre cor e suicídio em São Paulo, usando relatos de viajantes e documentos policiais da cidade. Os autores atestam que Bastide acreditava que o suicídio dos escravos era principalmente um protesto contra a escravidão, assim “meio de se libertar de uma vida de castigos; ou seria decorrente das saudades da terra natal” (ODA e OLIVEIRA, p. 3)

José Alípio Goulart em “*Da fuga ao suicídio*” de 1972 defendia que o suicídio era em última estância a forma mais radical de protesto contra a escravidão, vinculado a quem não suportava mais rigores do sistema escravocrata. Seria, portanto, uma forma de fuga da vida tirana e castigada, o mesmo autor ratifica a justificativa de muito dos suicídios estarem ligado ao retorno à África. Outros três autores colocaram em evidência a prática do suicídio, Clóvis Moura (2004), Renato Pinto (1990) e Mary Karasch (2001) que em linhas gerais analisaram os suicídios escravos como forma de protesto, fuga e atrelada em certos casos ao banzo.

Nos últimos 10 anos surgiram novas pesquisas, dentro e fora do campo da História. Como exemplo, no campo das ciências médicas os dois autores supracitados, Saulo Veiga de Oliveira e Ana Maria Galdini Raimundo Oda tem desenvolvidos constantes pesquisas relacionadas aos suicídios de escravos em seus artigos e estudos, destaca-se o artigo “*O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas décadas da escravidão*”, do qual analisam os principais casos destacados pelo jornal *Gazeta de Notícias* da cidade de Campinas, os autores buscam fugir das visões da época, que tinham como causa para os suicídios relacionando aos rigores da escravidão ou a falta de religiosidade do povo negro, assim os autores procuram lançar mão de outras perspectivas, principalmente o olhar clínico nos diversos casos de suicídios.

Atentam para as descrições nos jornais, pela forma como eram noticiados os diversos casos de suicídios, observando uma variação de tratamento conforme a classe

---

<sup>7</sup> Palavra que significa nostalgia, sofrimento do escravo pela sua terra natal.

social do suicida, neste sentido foi notificada esta diferenciação a partir de como o noticiário tratava de casos que envolviam pobres, livres e escravos.

Para os primeiros geralmente se fornecia “nome, nacionalidade, ocupação, o local em que foi praticado e o meio utilizado para o suicídio”. Já os casos de escravos, constavam “nome do senhor e do escravo, se estava fugido, o local e os meios escolhidos para se matar”. Por outro lado, a classe mais abastada recebia uma diferença significativa na exposição, eram expostos os pormenores, notas de pesares e condolências. Uma forma de se por no lugar do outro, de oferecer sentimentos para uma morte ainda considerada difícil e dolorosa. Assim, foi possível perceber pelos autores uma diferenciação na forma como foi tratado os diversos casos de suicídios. (ODA e OLIVEIRA, p. 376)

Em “*Por hoje acaba a lida*”: *suicídio escravo na Bahia (1850-1888)*” (2004) artigo do historiador Jackson Ferreira é um desdobramento de sua dissertação de mestrado que tratou acerca do ato do suicídio na Bahia oitocentista, analisa o imaginário da sociedade dominante, observando as representações e as concepções étnicas de africanos e seus descendentes sobre os suicídios em meados do século XIX na Bahia.

Analisa o ato do suicídio como “mecanismo de resistência e negociação utilizado por muitos escravos para obter sua liberdade ou alguma autonomia”(p. 198). Destaca através das fontes coletadas: o lugar, método, motivos do ato, gênero, naturalidade e procedência do escravo, na busca de compreender as concepções culturais que permearam a Bahia da segunda metade do século XIX dada à pluralidade de etnias que vieram sobre condições escravas para o estado baiano.

Utilizando em específico as documentações de caráter policial e judicial, onde foi possível encontrar 524 casos de tentativas e consumação de suicídios, sendo 210 de escravos, 211 de livres e 30 de libertos entre as décadas de 1850 e 1888, possibilitou analisar as discussões sobre o ato a partir das visões da sociedade letrada na época que acreditavam nas possíveis causas dos atos suicidas, que poderiam resumir-se em falta de religião daquela gente, saudades da terra natal justificados pelo banzo, outros acreditavam em questões patológicas, como problemas psíquicos de determinados indivíduos. O autor trabalha o suicídio como perspectiva de resistência e luta contra o sistema escravocrata vigente, visualizando o ato como negociação de liberdade.

Ezequiel David do Amaral Canario debruça-se em sua dissertação “*É mais um scena da escravidão*”: *suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888*”(2011)



apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 2011, utiliza as mesmas fontes dos demais autores: como registros policiais e jornais, incrementando com livros literários da escola literária Romântica do Brasil, e tendo como foco as representações do suicídio e o tratamento com o corpo do suicida, que por se encontrar numa sociedade do Recife oitocentista, pautada numa religião judaico-cristã, tinham um tratamento de condenação e o de negação de enterro do corpo do suicida em solo sagrado, nos cemitérios administrados pela igreja católica.

É possível notar, em grande parte das pesquisas, que há um fio condutor para o escravizado dá cabo de sua própria vida, pelo menos a maioria está diretamente ligada ao cativo e nas relações que o escravizado mantinha com o seu senhor ou a sociedade. Ademais, a forma como a sociedade apreendia estes comportamentos variava, por estar em uma sociedade cristã que pregava a morte natural, e que sempre via na figura do Deus cristão como o único responsável pelas vidas na terra. Além disso, havia uma diferenciação na forma de tratar os casos, enquanto para livres e abastados havia maior consternação e condolências, para a classe mais baixa, e, sobretudo os escravizados, predominava o silêncio.

### **3. O suicídio dos escravizados na historiografia maranhense: um embrião a ser fortalecido.**

Os pesquisadores que se propuseram a analisar o suicídio de escravos no Maranhão foram Josenildo Pereira em sua dissertação e tese, respectivamente publicadas em 2001 e 2006. Pode-se encontrar nas monografias de Daylana Lopes e Luciana de Sousa, nos anos de 2010 e 2014, respectivamente. É necessário destacar os caminhos percorridos por esses, para acenar as possibilidades da pesquisa a ser desenvolvidas no Maranhão.

Josenildo Pereira apresentou sua dissertação de mestrado em 2001 na PUC-SP cujo título é “*Na Fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*”. O autor se propôs analisar as diversas ações de negros escravizados no meio social, observando estas práticas como realce de sua subjetividade enquanto agentes históricos, contrário à coisificação do escravo enquanto objeto desprovido de atitudes de resistência.

Entre os atos de resistência e luta escrava o autor destaca o suicídio de escravos na segunda parte da dissertação, no subcapítulo “*O suicídio de escravos: O*

*direito sobre a vida*” o autor entende que o ato da morte voluntária seria uma negação da instituição da escravidão, em que o ato poderia significar “para o escravo a luta pelo direito e propriedade de seu corpo, e; no limite sobre a própria vida, fato que criava um paradoxo face ao discurso jurídico que coisificava o escravo” (p. 100). O autor conclui: “defendemos a tese que o suicídio se constituía em última instância para o escravo, em um ato político, embora com um relativo alcance coletivo por se tratar de uma atitude pessoal e muitas das vezes “isolada” e silenciosa de dizer não”.

Daylana Cristina da Silva Lopes em sua monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão em 2010, cujo título é *Vivências Escravas na cidade: Experiências de liberdade em São Luís (1870-1888)*. A autora propõe a partir da inclusão da experiência negra no Brasil, repensar as construções de liberdade dos escravizados na cidade de São Luís.

Percorre os diversos tipos de comportamentos que os negros escravizados tiveram no meio social, destacando fugas, independência escrava, os casos de alforria da cidade e por fim os casos de suicídios encontrados em São Luís. Sobre esta última análise a autora acena que a pesquisa acerca dos suicídios ainda estava dando os primeiros passos.

Nas análises dos casos encontrados pela autora é possível depreender que a maioria dos casos de suicídios de escravizados era ligada ao cativo. Nesse sentido, encontrou motivações que eram ligadas à nulidade de alforria, sevícias de senhores, e resistência a venda ou troca de senhores. Assevera como o suicídio do escravizado tomou ações refratárias:

Desta forma, o suicídio constituía-se um paradoxo, pois o escravo enquanto coisa era propriedade de seu senhor. Entretanto enquanto sujeito, era senhor de seu corpo, contrariando a lógica escravista. Representando mais uma forma de limite ao domínio senhorial. (2010, p. 65)

Por fim, destacamos o trabalho de conclusão de curso de Luciana Sousa cujo título é “*Entre dramas e humor: representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880-1900)*”(2014), monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Maranhão. A abordagem da autora é do suicídio de pessoas de diversas classes sociais, dentre estas analisa alguns casos de escravizados encontrados no decorrer de sua pesquisa.

Entendendo por “representação” a partir de Roger Chartier, Sousa analisa as visões médicas e jurídicas no Brasil, observando a medicalização que o suicídio tomou durante o século XIX junto ao nascimento da psiquiatria.

Os objetos de análise da autora são o jornal *Diário do Maranhão* e o *Pacotilha* nas últimas duas décadas do século XIX, observando as conotações da narração e abordagem dos casos de suicídios. Dentre os casos destacados pela autora, abordou as representações de alguns casos de suicídios de escravizados no Maranhão, observou que geralmente eram ligados aos conflitos e negociações da escravidão. Nos noticiários dos casos destacava-se nome, proprietário do escravo e possíveis motivações para o cometimento do ato.

Dentre os espaços que excluía os escravos, a autora acredita que estes foram possíveis facilitadores para o suicídio, ela pontua as condições sociais dadas à população escrava no Maranhão oitocentista, destacando a falta de mantimentos básicos que faltava a população, e a dinâmica do poder que era excludente em relação às camadas sociais mais baixas. Neste ínterim, se pode encontrar diversos de casos de suicídios que foram abordados pelos jornais analisados pela autora.

A proposta de elencar este arcabouço historiográfico é demonstrar como tem se transcorrido a pesquisa do suicídio no Maranhão. Acenando para a necessidade ampliação da discussão e aprofundamento dos diversos casos de suicídios, seja pela ordem da História, Psicologia ou Antropologia.

**4. “Procurão com a morte, pôr termo aos seus sofrimentos”:** a guisa de introito dos casos maranhenses.

A pesquisa proposta ao mestrado acadêmico do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA) em seu presente andamento, temos catalogados 48 casos de suicídios de escravizados. Entre homens e mulheres que foram taxados de loucos, alienados mentais, viciados, desesperados, infelizes e dentre outras adjetivações por diversas vozes da sociedade.

As motivações eram ligadas, grande parte, as vivências do cativo, a exemplo os casos que envolviam conflitos entre senhores e escravizados, as resistências à venda, as fugas das punições pelas leis do império. Grande parte da população escrava era excluída dos campos de decisões de poder, e por outro lado eram tidos como “coisas” pela ordem do direito moderno. A população se via imersa a criminalidade da cidade e resistência de diversas formas, meio encontrado por muitos para acenarem a

sociedade que estavam vivos, e que faziam parte das dinâmicas sociais, é o caso do escravo Feliciano que assassinou o seu senhor e depois repentinamente, após resistir a prisão, morreu após beber uma porção.

O caso da morte do escravo Feliciano foi algo pouco definido pela documentação. Segundo o ofício o escravo “morreu em consequência da água que bebeu **de uma poça**; tendo sido recomendado ao subdelegado a investigação da real causa da morte”.<sup>8</sup>

O ofício do Chefe de Policia do Maranhão tratou acerca deste caso: (...) 3 do corr<sup>e</sup> sido barbaramente assassinado em sua fazenda o Alferes Pedro Gomes de Lima com um tiro dado pelo seu escravo de nome Feliciano que na ocasião da prisão resistio a quatro indivíduos que acudiraõ ao assassinado, tendo o dito escravo também morrido conforme dis o subdelegado estuporado em consequencia d’ uma porção da água que bebeu.<sup>9</sup>

Neste primeiro ofício não é transparecido o motivo do assassinato perpetrado pelo escravo ao seu senhor ou a suposta poção que ele bebeu. Em outra correspondência agora recebida pelo Chefe de Policia do Maranhão informa que o escravo confessou o ato contra seu senhor por este “tê-lo castigado pela primeira vez, injustamente”. Conclui o ofício que a morte repentina do escravo, conforme as testemunhas “afirmaram ter sido **estuporado**”.<sup>10</sup>

Algumas ponderações devem ser feitas sobre o caso de Feliciano, uma delas é de não se especificar a água ou a “poção” que o escravo bebeu e ocasionou em sua morte. As informações do ofício apesar de incompleta requerem outras fontes complementares do qual não dispomos, mas o ato de ter resistido à prisão e beber uma “poção”, que acreditamos se tratar de um veneno, e por este ter morrido “estuporado” leva-nos a crer que Feliciano estava se suicidando para evitar qualquer tipo de sanção ou punição pelas leis do Império.

Este caso é como forma de clarificar a possibilidade de analisar os diversos casos que ocorreram no Maranhão. Para consolidar seus intentos, os escravizados utilizaram diversos artifícios, como enforcamento em árvores ou casas, arma de fogo, arma branca, afogamento e precipício.

---

<sup>8</sup> Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão 1818-1852. - Correspondência do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, Maranhão, 13 de Agosto de 1849. Fl. 17 v – 18 doc. 86. p. 148.

<sup>9</sup> MARANHÃO, Secretária de Policia do Maranhão. Ofício de 13 de Agosto de 1849 do Chefe de Policia do Maranhão ao Presidente da Província. Setor de Códices Livro 1869. Fl 17v 18 doc. 286. APEM.

<sup>10</sup> Ibid, - Correspondência recebida pelo Chefe de Polícia do Maranhão das autoridades policiais, Chapadinha, 15 de Setembro de 1849. Número do documento 2918, p. 443.

Sobre este último modo, no dia 29 de Dezembro de 1851 o escravo de João Alípio Galvão, atirou-se da varanda da casa de João Pereira da Silva Galvão, por via da queda o mesmo escravizado morreu<sup>11</sup>. Foi tido como suicídio pela documentação à época, entretanto, Jackson Ferreira sinaliza que é preciso se atentar para a forma de analisar os casos do século XIX, as fontes de cunho policial são frágeis e pouco precisas nas informações, devido a pouca eficiência em registrar as ocorrências. Assim como também há possibilidade dos casos posto como suicídio se tratar de assassinatos cometidos por seus senhores, para não sofrerem qualquer tipo de punição.

Para além destes, é preciso por em evidência as diversas nuances que englobam o momento de suicidar dos escravizados, pensando para além de suas próprias atitudes, mas da reverberação desta sobre o poder (econômico e de direito) do seu senhor e sobre a sociedade. Na busca de incluir o Maranhão na historiografia consolidada, acerca da temática.

### **Considerações Finais**

O presente artigo buscou demonstrar as nuances e como tem se desenvolvido nas pesquisas relacionadas aos suicídios dos escravizados no Brasil Imperial. Refletindo sobre o atual estado das pesquisas, bem como nas possibilidades de se observar e construir novos modelos de reflexão sobre o momento que diversos escravizados decidiram não viver mais.

Entendemos que assim como as fugas, formações de quilombos e a criminalidade, o suicídio também foi aspecto comum na vivência destes escravizados, que necessita de aprofundamento maior de sua compreensão. Seja no âmbito da história, bem como da antropologia e da psicologia.

Consideramos algumas questões que foram levantadas inicialmente neste artigo. Por que se matar foi o caminho escolhido por estes escravizados? Os escravizados estiveram submetidos em diversas relações no cotidiano da sociedade escravista, é necessário observar e questionar as documentações para se compreender as diversas relações que estes escravizados tinham, pois, podem ser fundamentais para a compreensão das motivações que fizeram a da cabo de suas vidas.

---

<sup>11</sup> MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício de 31 de Dezembro de 1851 do Chefe de Polícia ao presidente da Província. APEM. Livro 1.869, Fl. 215v, doc. 79.

Quais as implicações impunham ao “poder” dos seus proprietários quando usavam seus corpos através do suicídio? O escravizado enquanto propriedade de alguém, considerado pelo direito moderno como “res”, quando se suicidava quebrava a lógica jurídica moderna que sempre lhe atribuiu o aspecto de coisa, além de demonstrar com o ato, que no final de tudo era o único e dono de seu próprio corpo. Por outro lado, a perda do braço escravo incidia diretamente no poder econômico dos seus senhores, que perdiam com a produção ou com os serviços que poderiam ser prestados pelo escravizados. Desta forma, acenamos para a necessidade desse aprofundamento, observando as características sociais, para se compreender e problematizar o suicídio escravo.

### **Referências Bibliográficas**

ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna** – São Luís: EDUEMA, 2016.

AMOGLIA, Ana Maria Faria. **Um suspiro de Liberdade:** suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888). Disponível em: [historia\\_demografica.tripod.com](http://historia_demografica.tripod.com) Acesso em: 28/11/17.

BARROS, José D’ Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BASTIDE, Roger. **Os suicídios em São Paulo**, segundo a cor. *Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, USP, n.71.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. “**É mais uma scena da escravidão**”: Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888/ Ezequiel David do Amaral Canario - Recife: o autor, 2011.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 16ª Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERREIRA, Jackson. **Por hoje se acaba a vida:** suicídio escravo na Bahia (1850-1888). *Afro-Ásia*, núm. 31, 2004, pp. 197-234; Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao Suicídio:** Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

KARASCH, Mary C. **A vida de escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **BLOWWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados de História . ISSN 2176 – 2767 , v. 12 , 1995. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300/8283> > Acesso em: 14. 09. 2017.

LOPES, Daylana Cristina da Silva. **Vivências Escrava na cidade: a luta pela liberdade em São Luís (1870 – 1888)**. IN: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna – São Luís: EDUEMA**, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vivências escrava na cidade: experiências de liberdade em São Luís (1870-1888)** (Monografia) – UEMA, 2010.

LOPES, Fábio Henrique Lopes. **A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América**. Eduerj, Rio de Janeiro, UERJ, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio**. A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Tradutor Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista – Pós-Graduação em História**, PUC/SP, São Paulo, 2001 - Dissertação (Mestrado).

\_\_\_\_\_. **A vida de escravos: Trabalho cotidiano no Maranhão do século XIX**. In ABRANTES, Elisabeth; Barroso, Reinaldo (org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna – São Luís: Eduema**, 2016.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo. Cia. Das Letras, 1989.

RODRIGUÊS, Bruno Pinheiro. **O suicídio de escravos em Cuiabá na segunda metade do século XIX**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza,

2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1279.pdf>. Acesso em: 30/11/17.

SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR:** representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900). (Monografia) – UFMA, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **A última fuga:** suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). *LPH – Revista de História*, Mariana, v.1, n.1, p.80-89. 1990.



## **ÁFRICA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: DE QUAL ÁFRICA ESTAMOS FALANDO E DE QUAL QUEREMOS FALAR**

**Cirila Regina Ferreira Serra\***

**Resumo:** No contexto brasileiro, a partir do advento da Lei 10.639/03, tem havido um número significativo de produções sobre a história de África. Tais produções têm sido realizadas no campo acadêmico e pelo Ministério da Educação - MEC em conjunto com diferentes Secretarias e órgãos públicos. Nesse cenário, diferentes perspectivas sobre a produção do conhecimento têm sido teorizadas, e é nessa acepção que a presente comunicação argumenta sobre as diferentes perspectivas em que a produção do conhecimento sobre a história de África tem sido abordada no meio acadêmico e nos materiais publicados por diferentes setores do Ministério da Educação como via de atender a Lei 10.639/03. Para tanto, faz-se um percurso por correntes como a perspectiva economicista, a metafísica da diferença e o afrocentrismo. Por fim, busca-se identificar em que medida as referidas correntes compõem na produção acadêmica e institucional sobre história da África.

**Palavras-chave:** Produção do conhecimento; História de África; Ensino.

### **1. A HISTÓRIA DE ÁFRICA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

As pesquisas sobre África no espaço acadêmico, no contexto brasileiro, enquanto objeto de pesquisa, passou a ser contemplado em maior proporção a partir dos anos 2000. A visibilidade aos estudos africanos em muito se deu em virtude da promulgação da Lei 10.639/03, o que impulsionou pesquisa, ensino e extensão no espaço acadêmico. Anterior a esses fatos, o caminho para a exaltação de uma identidade com fortes traços de africanidade, em busca da consolidação para consciência histórica, que culminou na conquista da Lei e na abertura à História de África no material didático e na academia, foi marcado por uma trajetória longa.

O sujeito negro brasileiro reconheceu que havia uma invisibilidade social quanto a sua participação nos setores, fossem eles públicos ou privados. Com isso, passou a lutar por igualdade de direitos, respeito e cidadania. Transformou o estigma de ser negro positivando esse chamamento, transformando assim a cor da pele em luta e autoafirmação. Nessa acepção, do início do século XX ao final, houve então a transformação do ‘homem de cor’ em ‘homem negro’ e posteriormente, o reconhecimento e reivindicação a herança africana.

Diante dos fatos, a África passou a ser colocada como elemento essencial para a existência do país e para a construção da sociedade brasileira. Na academia, nos anos 1960-70, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Katia Mattoso, Roger Bastide e outros desconstruíam o mito da democracia racial, falavam de um negro que foi posto em liberdade sem ter sido pensado uma política social que favorecesse minimamente aquela população então livre do cativo. Estes autores denunciavam que havia um racismo velado, não reconhecido pelo Estado brasileiro, pois negros e brancos não desfrutavam das mesmas oportunidades em igualdade o que constituía uma segregação social, uma discriminação racial na prática.

Os pesquisadores que desconstruíram, na academia, a tal harmonia existente no sistema escravista entre a *Casa Grande e a Senzala*,<sup>1</sup> que positivou a mestiçagem, mesmo estes, faziam pouca referência a ancestralidade africana. A África ainda continuava silenciada na história e na origem do brasileiro.

A presença de grupos de pesquisas voltados para História de África, antes do ‘boom’ dos estudos africanos no início do século XXI, era ínfima. Pequenos grupos e poucos pesquisadores plantando sementes que brotaram em sua maioria a partir da promulgação da Lei 10.639/03, que se deu em virtude do questionamento sobre a necessidade de se pensar uma reeducação para as relações étnico-raciais. O processo de independência das colônias nos anos 50, principalmente as colônias de língua portuguesa, na segunda metade do século XX, permitiu uma pequena abertura, porém importante, para relações entre Brasil e África.

Com o processo de independência dos territórios africanos, muitas universidades africanas passaram a ser administradas pelos próprios africanos, isso o que possibilitou a produção de conhecimento feita por e para eles e, posteriormente, para a historiografia Ocidental e para a História de África. Porém, já havia uma produção sobre a temática feita por pesquisadores norte-americanos em meados dos anos 1970. O Brasil compartilhou desse nascimento dos estudos sobre a África, em maior proporção, anos mais tarde, a partir da necessidade de formulação do currículo escolar nacional, influenciado pela luta antirracismo no Brasil.

Quanto à relação do Brasil com os países africanos recém independentes, no governo de Jânio Quadros (31/01-25/08/1961), houve uma aproximação, principalmente

---

\* Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>1</sup> Aqui faz-se referência a obra de Gilberto Freyre publicada em 1932, que se tornou referência aos estudos sobre mestiçagem no Brasil.

com de língua portuguesa, a partir de uma política internacional onde o seu Ministério das Relações Exteriores condenou o colonialismo europeu no continente africano e na Ásia. Isso favoreceu uma relação, ainda que tímida, entre o Brasil e África, que proporcionou alguns estudos acadêmicos a partir do surgimento de centros de pesquisas.

A criação de três importantes centros de estudos africanos ligados às universidades, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)<sup>2</sup>, criado em Salvador em 1959, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)<sup>3</sup>, no Rio de Janeiro em 1973 e o Centro de Estudos Africanos (CEA) em São Paulo, em 1979, possibilitaram pesquisas que lançavam luz sobre a história de África no contexto África-Brasil, ainda que, com algumas limitações. Sobre isso Luena Pereira ressalta,

Apesar da sua limitada institucionalização, estes estudos vêm assistindo, a partir da década de 1970, um lento desenvolvimento de pesquisas, impulsionada por pequenas, mas significativas iniciativas, como os acordos bilaterais que o CEAO/UFBA e o CEA/USP realizaram com algumas universidades africanas e a criação de disciplinas específicas sobre África, possibilitando, em alguns departamentos e programas de pós-graduação, de desenvolver teses e dissertações nesta área, com destaque para a Universidade de São Paulo (PEREIRA, 2010, p. 256).

Nos anos 60, a produção historiográfica ainda estava voltada para o sistema escravista; e as pesquisas relativas a África se desenvolviam em torno da temática escravidão. De uma maneira mais abrangente, nos anos 1980, os historiadores passaram a produzir trabalhos em que a escravidão aparecia mais investigada e heterogênea, pois a diversidade sobre a origem dos africanos escravizados na nova história social da escravidão passou a ter destaque.

Assim, nos anos 80, trabalhos como de João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos malês*, ainda no contexto da escravidão, ao analisar um grupo étnico específico da África mulçumana, trouxe para a historiografia da época uma pesquisa diferenciada, apresentando a luta de um grupo de escravizados que, guiados por uma crença se organizaram contra o sistema escravista. Outra referência para a historiografia foi o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro *O Trato dos Viventes*, publicado em 2000, onde o autor analisou o sistema escravista a partir do tráfico

---

<sup>2</sup> Criado em um momento de efervescência política e cultural, no qual o Brasil inaugurava uma política de presença diplomática e cultural na jovem África que se libertava do colonialismo. Informação retirada do site do CEAO, na aba de apresentação. Disponível em: <https://ceao.ufba.br/apresentacao>, acessado em 25/02/18.

<sup>3</sup> Com o objetivo de estimular laços com os novos países africanos independentes, o Centro foi extinto em 64 com Ditadura Civil Militar retornando as atividades em 1973 sob a direção do africanista Maria José Nunes Pereira.

transatlântico entre a América portuguesa e as feitorias de Angola, sem negar que do outro lado do atlântico havia civilizações com sistemas próprios de comércio, política, relações sociais e culturais.

Embora publicados em épocas diferentes, os trabalhos têm em comum um olhar, pode-se assim dizer, que reconhece as particularidades do continente africano ao fazer ligações dos processos de escravidão com as diferentes Áfricas ao se aprofundarem no contexto das relações sem ignorar a perspectiva africana.

Nos anos 90, Alberto Costa e Silva a partir de suas andanças pelo continente africano, como embaixador, compartilhou suas pesquisas no livro *A enxada e a Lança – a África antes dos portugueses*, publicado em 1992, disponibilizando ao público um dos primeiros trabalhos voltados para compreender a África por ela mesma, uma África antes da presença europeia, antes do tráfico de escravizados para o Atlântico. As teses de Leila Leite Hernandez, *Os Filhos da Terra do Sol: a formação do Estado Nação em Cabo Verde*, defendida em 1993, e de Valdemir Zamparoni, *Entre narros" & "mulungos": colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890 - c.1940*, defendida em 1998, foram uma das primeiras produzidas no Brasil que contemplavam a história de África, segundo informa Luena Pereira (2012). Tais trabalhos deram um passo inicial a futuros trabalhos acadêmicos que mais tarde contemplariam, em maior proporção, exclusivamente a história de África.

Embora no Brasil o processo de abertura para as pesquisas sobre África não tenha ocorrido na mesma intensidade e momento como foi nos Estados Unidos, o processo de introdução da História de África na produção historiográfica brasileira tem gerado um processo comparável, enquanto produção e financiamento, ao que foi naquele país.

Considerando a demora em tratar de tal temática, quando por exemplo, nos Estados Unidos já havia uma grande abertura para esse tipo de tema, compreende-se esse atraso quando revisamos o caminho trilhado pelo movimento social negro, assim como o discurso de democracia racial que retardou as discussões no que se refere ao lugar daqueles marcados por negro, da África e dos africanos na historiografia nacional.

Conforme observação feita por Slenes (2010) em *A importância da África para as Ciências Humanas*, há necessidade de mudanças internas, institucionais, no centro da academia, ou seja, necessidade da academia abrir-se para a periferia, fazendo assim, referência sobre o que ocorreu com a descentralização do eixo Europa. No caso brasileiro novos temas, novas vozes protagonistas que possam falar sobre a história de

sujeitos silenciados, marginalizados até mesmo invisibilizados pela historiografia nacional, isso inclui, nesse caso, a História da África, dos africanos e do negro brasileiro.

[...] houve no Brasil um processo semelhante ao [...] dos “estudos de área” nos Estados Unidos, onde especialistas não africanos, por um esforço de pesquisa e imaginação, se aproximaram à “vivência com a África”. Sugiro também que essa mudança tem preparado o caminho para um passo decisivo e necessário: a incorporação maior de negros (e índios e outros subalternos ainda marginalizados) como alunos de graduação, pós-graduandos e professores (SLENES, 2010, p. 28).

Diante do cenário que se inaugurava no meio acadêmico sobre o crescente número de pesquisas que se iniciaram a partir da primeira década do século XXI no Brasil, de fato, o advento da Lei 10.639/03 foi um marco definidor para impulsionar tais pesquisas a respeito da temática história de África. Nesse momento de produção de conhecimento sobre os estudos africanos no Brasil, assim como nos Estados Unidos, também houve incentivo à pesquisa científica acerca da África.

Esse crescente ingresso de pesquisas sobre África no meio acadêmico brasileiro, bem como na Europa Ocidental e no eixo estadunidense, foi acompanhado de uma valorização de pesquisas desenvolvidas por não africanos. No Brasil, essa questão é problematizada por Muryatan Barbosa (2010), que trata da crescente publicação de editoras brasileiras quanto a trabalhos sobre estudos africanos realizados, na maioria das vezes, por norte-americanos.

Publicou-se, por exemplo, livros interessantes como os de Paul Lovejoy (A escravidão na África), Roland Oliver (A experiência africana), John Thorthorn (A África e o mundo atlântico). [...] a excessão de Elikia M’Bokolo (África Negra), Hampaté Bâ (Amkoullel, o menino fula) e Joseph Ki-Zerbo (Para quando África?) não existe nenhuma publicação, por uma editora brasileira, de livros de autores africanos primordiais para a construção da história da África, Cheikh Anta Diop, T. Obenga, Bethwell Ogot, A. Ajayi, A. W. Andah, D. T. Niani, Ali Mazrui, J. Inikori e A. Boahen (BARBOSA, 2010, p. 91-92).

A valorização de pesquisas desenvolvidas por autores norte-americanos em detrimento dos autores africanos demonstra, ainda, um preconceito quanto a sua capacidade intelectual. Isso é construído no cenário internacional e absorvido pelo Brasil, que acaba por reproduzir suas heranças colonialistas de subalternidade por ainda considerar como suas principais referências o que é produzido na Europa e agora, com mais intensidade, nos Estados Unidos. Nesse sentido, Boaventura Santos propõem pensar as *Epistemologias do Sul* (2010), partindo do questionamento ao fato de que a

epistemologia dominante não considerou o contexto cultural e político para o âmbito da produção do conhecimento, mantendo assim a sua superioridade.

Assim, Santos sugere a produção de novas epistemologias para que se possa descontextualizar a epistemologia dominante, lançado luz para certas questões engessadas, com a finalidade de contribuir com a descolonização do saber.

A origem da história de África enquanto conhecimento acadêmico está ligada diretamente às lutas antirracistas e anticoloniais, o que segundo Muryatan Barbosa (2010) torna esse fato “a premissa fundamental da disciplina, que não pode ser perdida. Daí advém sua força acadêmica, assim como a sua legitimidade acadêmica” (BARBOSA, 2010, p. 89-90). O historiador de África não pode deixar de ter essa concepção sobre esse elemento fundante da disciplina, pois prossegue Barbosa em sua análise, “tornar-se-á mais um saber vazio e formalizador, como outros” (BARBOSA, 2010, p. 90). Isso torna o conhecimento sobre a história de África um instrumento importantíssimo de combate ao pensamento racista dentro e fora da academia.

Diante disso, coube a reflexão sobre o lugar da África na produção de conhecimento acadêmico, a qual analisamos até o momento para nos debruçarmos sobre a próxima questão: a de qual África estamos falando e precisamos tratar no espaço escolar.

## **2. DE QUAL ÁFRICA ESTAMOS FALANDO E DE QUAL QUEREMOS FALA**

O ensino de África tem se constituído num grande dilema para aqueles que são os responsáveis pela reeducação das relações étnico-raciais diante da tarefa de corrigir anos de negação do protagonismo negro e construir um processo de transformação da mentalidade para melhor compreensão dos processos históricos no que se refere a história de África, dos africanos e do negro no Brasil. Seguindo essa proposta, diretrizes, orientações e pareceres foram pensadas com o objetivo de atender o que propõem a Lei 10.639/03.

Considerando o histórico sobre educação e questão racial que analisamos no primeiro capítulo, assim como as definições postas nos termos da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o seu cumprimento, observou-se que este cenário condicionou o ensino de África a ser trabalhado numa perspectiva com vistas a educar as relações raciais, e muito a partir de um viés culturalista. Isso leva a questão sobre

qual África estamos falando no espaço escolar, uma vez que, tal perspectiva está relacionada a uma fala e objetivo da militância negra que muito buscou a promulgação da Lei.

Nesse sentido, percebe-se que o ensino de África está cada vez mais condicionado ao ensino das relações raciais, sendo trabalhado a partir da positivação do sujeito negro, valorização e pertencimento a uma identidade africana que lhe foi negada. Desse modo, o que se propõem é fazer uma reflexão sobre os caminhos que estão definindo o ensino de África, e a partir disso, analisar que África estamos construindo na produção acadêmica e no espaço escolar no contexto brasileiro.

A narrativa que tem se constituído enquanto proposta de ensino a partir da valorização do protagonismo negro, ao considerar a trajetória histórica do sujeito negro, tem a sua importância, e a Lei 10.639/03 tem sido um meio no âmbito da educação para essa efetivação. Porém, os efeitos de uma educação pensada a partir de uma memória de negação e silenciamento tem feito com que a história de África fique condicionada às questões brasileiras e não a sua história individual sem a diáspora. Partilhando dessas questões sobre ensino de África, Luena Pereira (2010) chama atenção sobre os efeitos que tal perspectiva tem gerado no processo educacional.

A maior parte dos cursos até hoje oferecidos tem se dedicado mais às questões afrobrasileiras e à sensibilização dos profissionais de ensino para a problemática das relações raciais na escola. Os conteúdos e a abordagem do continente africano nestes cursos são em geral pontuais e superficiais, apoiados em pouco material didático e com pobre articulação entre temáticas africanas e afrobrasileiras (PEREIRA, 2010, p. 270).

Tais efeitos têm marcado a formação profissional e a forma como está sendo conduzido o tratamento da problemática da questão racial, principalmente no que se refere ao espaço escolar. A positivação da história do negro seja ele brasileiro ou africano se faz necessária, e é nesse sentido que se compreende a importância da história de África no espaço escolar. O que Pereira está chamando atenção, assim como o presente trabalho propõem, é analisar a combinação que se faz entre a questão racial brasileira e o ensino de África.

Tal relação entre ensino de África e a Lei 10.639/03 faz com que sejam entendidos, primeiramente, como o direito jurídico no campo da educação com medida para atenuar a questão racial – o racismo. O que tem feito com que a produção do conhecimento sobre estudos africanos esteja direcionada a essa perspectiva e com isso,

a pluralidade existente na África, assim como a sua complexidade política, social e cultural sejam homogeneizadas.

Essa perspectiva tem definido uma África específica, que ocupa o espaço escolar nos poucos momentos que são disponibilizados para tratar sobre a temática. Nesse contexto, a observação posta por Barbosa (2010) de “que a história da África no Brasil será num futuro próximo será consequência do que está sendo consolidado hoje, enquanto conhecimento histórico, compromisso político e institucionalização acadêmica” (BARBOSA, 2010, p. 89), faz-se repensar sobre os caminhos que estão se definindo sobre a produção do conhecimento da história de África, algo que tem que ser tratado com muito cuidado.

Se ensino de África tem sido conduzido a uma questão racial brasileira, o que, na opinião de Luena Pereira, tem influenciado na produção acadêmica e na abordagem quanto a cursos e especializações, uma razão para isso está na presença da militância negra nas universidades e fora delas, o que acaba por conduzir os estudos africanos a uma perspectiva de continuidade histórica. Nesse sentido, a análise de Boaventura Santos (1996) sobre a equação moderna entre raízes e opções para pensar a transformação social cabe para pensar esse contexto. Para ele, “as raízes são entidades de grande escala, [...] cobrem vastos territórios simbólicos e longas durações históricas, mas não permitem cartografar em detalhe e sem ambiguidades as características do terreno”, pois é “um mapa que tanto orienta quanto desorienta” (SANTOS, 1996, p. 9), na contramão dessa perspectiva vem as opções como “entidades de pequena escala, cobrem territórios confinados e durações curtas, mas fazem-no com o detalhe necessário para permitir calcular o risco da escolha entre opções alternativas” (SANTOS, 1996, p. 10).

A busca pelas raízes é explicada pela procura profunda por origens e ela passa a sustentar opções dramáticas, pois as raízes são o que buscamos enquanto identificação para algo que nos dê sentido. Tal busca se sustenta por uma necessidade da modernidade de encontrarmos um ponto de início para compreensão de quem somos e, para isso, recorreremos ao passado e a partir dele queremos encontrar um entendimento para questões como nação, povos, identidades.

Nesse sentido, as raízes estariam representando o pensamento voltado para o passado, enquanto as opções, o futuro. Entretanto, para Santos, existe uma enganação nessa equação entre raízes e opções, uma vez que, tanto o pensamento das raízes,



quanto das opções, na verdade são pensamentos orientados para o futuro. Compreende-se, então, que as raízes de fato são opções.

[...] damos-nos conta de que as raízes da nossa sociabilidade e inteligibilidade são, de facto, optativas, mais viradas para uma ideia hegemônica de futuro que lhes deu sentido do que para o passado que, afinal, só existiu para funcionar como espelho antecipado do futuro (SANTOS, 1996, p. 18).

Outro equívoco, ainda de acordo com o referido autor, está na busca pelo equilíbrio entre raízes e opções, pois determinados momentos históricos é atribuída a dominação às raízes e, em outros, às opções, o que estabelece um vaivém na equação que se inicia no movimento das raízes seguindo para as opções e vice e versa.

Vêm-se num jogo ou movimento de raízes para opções e de opções para raízes, em que um dos vectores predomina na narrativa da identidade e da transformação. Mas, em verdade, do que se trata sempre é de opções. Enquanto certos tipos de opções pressupõem o domínio discursivo das raízes, outros tipos pressupõem a sua secundarização. O equilíbrio é inatingível. Consoante o momento histórico ou o grupo social, as raízes predominam sobre as opções ou, pelo contrário, as opções predominam sobre as raízes (SANTOS, 1996, p. 10).

Embora na sociedade moderna, de acordo com a análise de Santos (2010), a evolução se dê a partir da lógica de opções, ele explica do quanto a busca por raízes na modernidade tem construído formas de legitimá-las, citando o corpo, visto como raiz final, na busca pela hereditariedade. Um exemplo seria o uso da investigação científica a partir do genoma<sup>4</sup>. E é nesse contexto de buscas por raízes, o que na verdade, conforme Santos, são opções, que o ensino de África tem enveredado a uma lógica de reencontro às raízes africanas.

Essa busca de reencontro às raízes africanas ocasionou a reivindicação por uma educação que oportunizasse a imagem positiva do sujeito negro como via para atenuar a questão racial, bem como o racismo e seus derivados no espaço escolar e, conseqüentemente, no meio social, como apresentamos no primeiro capítulo. Assim, na contemplação da Lei 10.639/03, o ensino de história de África passou a ser compreendido, geralmente, por esse viés.

Entende-se que o objetivo da referida Lei é que o ensino de história de África possa possibilitar o aprendizado sobre o continente africano em seus diferentes contextos e dilemas, oportunizando conhecimento e compreensão dos processos

---

<sup>4</sup> **Genoma** é um **código genético**, que possui toda a informação hereditária de um ser, e é codificada no DNA. Fonte: <https://www.significados.com.br/genoma>. Acessado em 05/08/18.

históricos que lá ocorreram e que o contexto histórico que liga a história de África a do Brasil permita que os alunos possam compreender melhor os processos históricos do Brasil, a participação dos africanos e da África para a formação econômica, social e cultural do Brasil, assim como, a configuração étnica, social e cultural brasileira.

O problema tem sido observado na forma como tem sido conduzido o ensino de África, o que, segundo Luena Pereira (2010), tem sido utilizado, em sua maioria, para atender a perspectiva de posituação do sujeito negro, o que minimiza a história de África enquanto conteúdo e conhecimento.

Este viés tem tido reflexo nas inúmeras experiências de capacitação e formação de professores apoiadas ou não pelo Estado – nos níveis federal, estadual e municipal. Estes cursos, de variados formatos e diferentes cargas horárias, têm sido promovidos por entidades do movimento negro e, dentro das instituições de ensino superior, pela iniciativa de alguns professores e pesquisadores de temas africanos e afro-brasileiros, através de cursos de extensão e especialização. São experiências muito numerosas e diversificadas, mas que traduzem determinados caminhos e contradições (PEREIRA, 2010, p. 277).

A autora está propondo refletir sobre o que ela observa ser uma disputa entre os que acham que o ensino de África tem que estar voltado para fornecer a imagem de uma identidade positiva do sujeito negro e os que buscam uma narrativa sobre a África fora desse contexto, por via de uma narrativa científica validada pela academia.

Percebe-se que, se o ensino de história de África for conduzido sem essa perspectiva de idealização de raízes africanas construída a partir de vínculos culturais e religiosos, será possível um conhecimento que ressalte a diversidade e complexidade existente no continente, apresentando, assim, as diferentes Áfricas. A narrativa utilizada da África mãe e da irmandade entre negros brasileiros e africanos não apenas leva à interpretação de que aquele continente é homogêneo, como também, tira do sujeito africano a sua subjetividade, tornando-os um só indivíduo ou uma só África.

Ademais, desconsiderando-se as mudanças ocorridas ao longo dos séculos naquele continente, dentre elas: os movimentos de ocupação e exploração, as diferentes colônias que culminaram em processos de colonização distintos, os processos de independência, a presença da globalização e a África contemporânea, essa realidade acaba sendo invisibilizada no espaço escolar em troca de uma África onde somente os laços culturais com o Brasil são valorizados condicionando o conhecimento a uma visão um tanto limitada.

A busca por raízes, nesse caso, as raízes africanas como valorização do negro têm criado essa problemática ao ensino de história de África e para o próprio objetivo

da Lei que é o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003, Lei 10.639), e não somente o conhecimento da história de África a partir da cultura negra brasileira como uma herança africana como tem sido aplicado no espaço escolar.

Tal problemática advém de um discurso construído pelo pan-africanismo, que, no processo de luta pela independência dos territórios africanos, reivindicava a união entre povos africanos a partir da idealização da mãe África. Esta visão fundamentada no pan-africanismo vigora entre aqueles que desejam a construção da identidade negra a partir da busca por raízes africanas, as quais, na análise de Santos (2010), se tratam apenas de opções na busca por um sentido.

Assim, o pensamento construído fora de África tornou o sentido de “raça” o princípio organizador central para a África independente. Contudo, este pensamento pautado na afirmação da raça negra como viabilidade de uma soberania daquele continente tem sido questionado por uma nova corrente de pensadores africanos<sup>5</sup> que não seguem essa linha de idealização sem problematizar a complexidade dos processos históricos do seu continente.

Para Anthony Appiah (1997), a afirmação da raça adotada pelo pensamento pan-africanista foi uma herança deixada pelos seus precursores norte-americanos e que, posteriormente, passou a ser adotada como lema por uma unidade africana na luta pela libertação. Appiah chama atenção ao fato que os africanos não comungavam do pensamento de que eram inferiores racialmente, de modo que, o pensamento de afirmação da raça como enfrentamento ao sistema colonial foi introduzido com o processo de descolonização por pensadores como Alexander Crummell, seu principal precursor, Du Bois, Nkrumah e Léopold Senghor.

Quanto ao pensamento pan-africanista, Achille Mbembe (2001) fez a seguinte observação:

O pan-africanismo, em partícula, define o “nativo” e o “cidadão” a partir de sua identificação com o povo negro. Nesta mitologia, os negros tornam-se cidadãos não porque são seres humanos dotados de direitos políticos, mas por causa, tanto de sua cor, como do privilégio de sua autoctonia. As autenticidades territorial e racial confundem-se, e a África se torna de lugar, e, portanto, não pode reivindicar nenhuma

---

<sup>5</sup> Pensadores como Achille Mbembe, Anthony Appiah, Franz Fanon propõem repensar a África e o sujeito africano em outra perspectiva no pós-colonialismo

forma de africanidade. Assim, os corpos espacial, racial e cívico são um só, cada um deles sendo testemunha de uma origem comunal autóctone, a partir da qual todo aquele que nasceu nesta terra ou partilha da mesma cor e dos mesmos ancestrais é um irmão ou uma irmã (MBEMBE, 2001, p. 185).

Desse modo, no pensamento pan-africanista, a diferença que o processo de colonização afirmou ter os africanos foi positivada e utilizada como uma característica pertencente aos africanos e, em vista disso, construiu-se uma identidade africana pautada na raça negra como um elemento autóctone dos africanos, o que induziu a narrativa histórica à construção do sujeito africano na condição permanente de vítima de um processo de dominação. Analisando essa problemática Mbembe sublinhou:

Para justificar o direito à soberania e à autodeterminação, e para lutar pelo poder, duas categorias foram mobilizadas: de um lado, a figura do africano como um sujeito vitimizado e espoliado; de outro, a afirmação da singularidade cultural africana[...]. Ambas implicaram um profundo investimento na idéia de raça e uma radicalização da diferença (MBEMBE, 2001, p. 181).

Como pontua Mbembe, a narrativa do sujeito vitimizado e espoliado, assim como a afirmação da cultura africana, foram o alicerce para o discurso do nacionalismo africano que, em defesa da humanidade africana, positivou a concepção de raça, bem como os seus costumes e tradições como sendo um carácter peculiar próprio do sujeito africano.

A construção que pesa sobre a identidade africana, a qual Mbembe se refere, é, para ele, consequência da desumanização atribuída aos africanos no período do tráfico, pois, como resposta à afirmação de sua humanidade, foi introduzido o discurso da diferença como legitimação da humanidade antes questionada, assim como afirmação da singularidade cultural africana. Assim, segundo análise do autor, se configurou um problema de abordagem, pois a partir dessa visão o sujeito africano ocupou o lugar de passividade nos processos históricos. Para ele:

O discurso sobre a identidade africana ficou preso em um dilema do qual luta para se libertar: será que a identidade africana participa, em nome da diferença e da singularidade, na possibilidade de formas culturais diversas dentro de uma mesma humanidade – formas estas cujo objetivo não é ser auto-suficiente, e cuja significação última é universal? (MBEMBE, 2001, p. 183).

Tal discurso levou à compreensão do que fala Mbembe sobre a narrativa da raça como uma característica específica fortalecida na valorização da diferença e assim

utilizada como alicerce para defesa da humanidade dos africanos, o que, para Appiah (1997), na contemporaneidade a raça acabou se tornando uma questão de herança.

Assim, a concepção de uma raça negra tem sua influência na produção do conhecimento na diáspora e nas relações entre aqueles que buscam as suas raízes em uma África idealizada, com concepções similares ao que defendia Crummell em considerar a África a pátria da raça negra, fundamentada na solidariedade racial. Essa visão, no Brasil, tem produzido uma dificuldade em separar o ensino da história de África da questão racial brasileira.

Embora a Lei 10.639/03 tenha sido promulgada a partir do reconhecimento da importância e da ausência de uma narrativa que positivasse a participação do sujeito negro no livro didático e paradidático, tornando público o reconhecimento da problemática da questão racial que recai sobre aqueles de pele escura, não significa que o ensino de África e a produção do conhecimento tenha que seguir essa perspectiva. É importante que haja um equilíbrio dessa relação entre questão racial e ensino e produção sobre a História de África.

Em relação à perspectiva economicista, que seria uma segunda corrente de investigação sobre a narrativa que pesa sobre o curso da história de África na produção do conhecimento, Mbembe ressalta:

A escravidão, a colonização e o apartheid são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. Em todos os casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do apartheid são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar o seu destino (soberania) e de pertencer a si mesmo no mundo (autonomia) (MBEMBE, 2001, p. 174).

Na perspectiva economicista os três eventos: escravidão, colonização e apartheid foram justificadas como algo necessário para a economia. Nesse sentido, esses eventos, segundo Mbembe, são analisados como os principais fatores que compõem a singularidade da história africana e da própria tragédia da qual ela se baseia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que se propôs analisar, foi em que perspectiva a produção do conhecimento sobre a história de África tem sido teorizada na historiografia contemporânea, assim como os seus contextos e dilemas. Pois, no contexto brasileiro, a pesquisa, ensino e

produção do conhecimento estão condicionados, em sua maioria, à Lei 10.639/03, que tem por objetivo, entre outros, oportunizar, no espaço escolar, assim como no material didático, o conhecimento da história de África, seus contextos e dilemas, os processos econômicos, políticos, sociais e culturais. A omissão desse objetivo em troca da valorização da narrativa que idealiza uma continuidade histórica a partir de heranças africanas acaba por tornar simplista o conhecimento sobre a história do sujeito negro africano ou brasileiro.

A análise apresentada neste artigo se deu sobre a história de África na produção do conhecimento como um produto necessário a partir da Lei 10.639/03.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARBOSA, Muryatan Santana. História da África: ética e ciência. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano III, Nº 6, dez. 2010, p. 89-90.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BRASIL, Lei federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

FEIERMAN, Steven. *African histories and the dissolution of world history* [Histórias africanas e a dissolução da história mundial]. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O'BARR, J. (editors). **Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, pp.167-212. Tradução de Elisangela Queiroz.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001.

OLIVA, Anderson. **Lições sobre África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PEREIRA, Luena. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. ISSN: 1984-6150.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 45, Maio 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SLENES, Robert W. A importância da África para as Ciências Humanas. **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010.

## O PAPEL DAS NARRATIVAS LITERÁRIAS NA COMPOSIÇÃO DE UM MOSAICO DE REMINISCÊNCIAS DA DITADURA BRAILEIRA

Danielle Ferreira Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Se a tarefa do historiador é impedir que o inimigo continue a vencer, dando voz aos esquecidos, ele só alcançará isso apresentando as diversas nuances afetivas desse passado comum. No entanto, para alguns críticos, isso só será possível pelo diálogo com a literatura, com enorme potência para dar luz “aos restos, aos despojos, às ruínas e às destruições do passado”. Nessa perspectiva, as narrativas literárias são mobilizadas como uma forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre um passado, revelando uma visão utilitária da literatura, vista como arquivo, que armazena as barbáries de um passado. Diante disso, propõe-se problematizar de que modo as narrativas literárias, muito além do que meros arquivos, produzem diversas "artializações" de um mesmo contexto, captando as tensões e as fraturas que persistem enquanto pulsação latente. Para tanto, essa reflexão será fundamentada pelas ideias de Walter Benjamin, Paul Ricoeur, Beatriz Sarlo, Jacques Derrida e Roland Barthes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Escritura. Mal de arquivo.

*"turvo turvo  
a turva  
mão do sopra  
contra o muro  
escuro  
menos menos  
menos que escuro  
(FERREIRA GULLAR - Poema Sujo)*

Quando Ferreira Gullar escreveu o *Poema sujo* em 1975, em pleno exílio na cidade de Buenos Aires, o seu desejo era reacender "a suja luz dos perfumes da vida" através do "clarão da lembrança", como uma forma de lidar com toda a repressão que as ditaduras do Cone Sul lhe impunham naquele momento. Como resultado produziu uma narrativa na qual memória, corpo e linguagem se atravessam. Essa corporificação verbal, visual, olfativa e tátil da memória só pode ser alcançada por meio da lembrança que, conforme defende a teórica argentina Beatriz Sarlo, volta a assumir um papel de destaque na retomada do passado em um tipo de abordagem que ficou conhecida como *guinada subjetiva*<sup>2</sup>. Segundo Sarlo ela pode ser descrita como aquilo do que não se consegue escapar, assim como não se consegue não perceber um cheiro. Conforme Sarlo, “a lembrança, assim como o cheiro, acomete até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa” (SARLO, 2007, p. 10).

Nesse sentido, a ideia de lembrança de Beatriz Sarlo aproxima-se da ideia de memória de Walter Benjamin para quem “A memória é a mais épica de todas as



faculdades” (1992, p. 43) e da ideia de Paul Ricoeur, para quem a “mobilização da memória [está] a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade” (RICOEUR, 2007, p. 94). Isso porque toda a construção e desconstrução da identidade é coletiva, apesar do ato de rememoração ser um ato individual, muitas vezes, a escolha do que devemos lembrar, e do que devemos esquecer, é orientada pela sociedade, ou pela relação dialética que se estabelece entre as sociedades. Além disso, como a rememoração obriga mecanismos do que/como lembrar, pois, como defende Paul Ricoeur: “À celebração de um lado, corresponde a execração do outro (2007, p. 95), será no contato entre as memórias dos diversos narradores de uma sociedade que encontraremos, mais do que a sua incompletude, a consciência dessa incompletude.

Somado a isso tem-se o fato de que, conforme defende Walter Benjamin, “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2017, p. 37). Ressalte-se que essa chave, a lembrança, que não é controlável se apresenta sempre no presente: “o único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio” (SARLO, 2007, p. 10). Nesse sentido a lembrança aproxima-se da ideia de imagem benjaminiana, pois, conforme o filósofo alemão, “Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação” (BENJAMIN, 2006, p. 504). Assim, tanto o tempo próprio da lembrança, quanto a imagem benjaminiana reverberam e tecem a ideia de contemporaneidade, como a pesquisadora Maria Luiza Berwanger da Silva evidencia ao mostrar como o escritor pode transformar em sua narrativa o passado traumático da sociedade brasileira do período ditatorial em uma dimensão contemporânea:

Fábula do lugar em processo de decantação, exotismo tropical medido e revisão do cotidiano tecem a invenção da subjetividade, projetando na busca de uma verdadeira alegria, distinta daquela imposta pelos tempos de ditadura militar, onde o riso mascarava a palavra retida e que a música tropicalista dissimulava exemplarmente: é quando, pois, o engajamento cede lugar à tradução do íntimo, não sem provocar a emergência de uma profunda melancolia, perspectiva capaz de configurar o imaginário contemporâneo até nossos dias. (2009, p. 53).

O que essa dimensão contemporânea revela, ao criar uma singular relação entre os tempos, são as feridas reais e simbólicas da sociedade em que surge. Isso porque, o

escritor como um narrador contemporâneo deve pensar a história em suas fraturas de outrora, em suas trevas de agora e em suas possibilidades do amanhã, transformando a memória – e por desdobramento o esquecimento – em uma “utopia” que interpola o(s) tempo(s). Conforme Benjamin, a palavra utopia vem da junção das palavras gregas *ou+topos*, na qual *ou* carrega a ideia de negação, enquanto *topos* significa lugar, ou seja, negação de um determinado topos, ou desejo de dissipar algo, que pode ser um acontecimento histórico ou mesmo a percepção socialmente predominante sobre esse acontecimento histórico. A utopia benjaminiana realiza assim dois movimentos: parte de um topos, para em seguida negá-lo, e ao negá-lo ela busca um novo topos – no entanto, esse topos é (in)conclusivo. Nessa utopia benjaminiana, a exigência que um escritor deve assumir é a de não ser “contemporâneo” apenas com o seu tempo, mas também com o tempo passado e o tempo futuro, resistindo ao alheamento que normalmente acomete sociedades traumatizadas por Estados Autoritários. Ressalte-se que esse compromisso com o contemporâneo incide na maneira de narrar as memórias da ditadura civil-militar brasileira, pois promove um encontro entre os tempos e as gerações, uma travessia, nos moldes barthesianos, e, uma vontade de estabelecer uma assinatura.

No entanto, tal assinatura deve ser problematizada de modo a ressaltar a relação dialética presente no seu cerne, pois, conforme Jacques Derrida, a “assinatura” precisa tanto do autor, que a produz por meio de um projeto que atravessa toda a sua obra, quanto do outro, que confere autoridade à assinatura. Derrida discute se a assinatura recebida do “outro” carrega a lógica do acontecimento real, ou ao legitimar o discurso proferido no projeto do autor delimita-o em uma espécie de clausura social da qual é difícil sair. “Esse resto, ou rastro, deixado pelo texto, pela interpretação que se faz dele, pode perturbar ‘os espaços de arquivamento’, como afirma Derrida, estes deveriam ter a chance de serem perturbados naquilo que têm de assertivos” (MAGALHÃES, 2012, p. 117).

### **Da tarefa do historiador ao processo de escritura**

Conforme Walter Benjamin: "Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer" (BENJAMIN, 2013, p. 12). A partir disso, Jeanne Marie Gagnebin destaca a tarefa embaraçosa e ousada do

historiador diante da tensão entre presença e ausência que marca as operações realizadas pela memória: “presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Diante dessa tensão, resta ao historiador lutar contra o esquecimento e a mentira, sem cair numa concepção dogmática de verdade.

No entanto, cabe salientar que a tarefa do historiador que busca reeditar a memória dos vencedores, dando voz aos esquecidos, frustra-se quando este não consegue apresentar as diversas nuances afetivas desse passado traumático para a sociedade brasileira. Diante disso, em uma tentativa de demarcar o papel que a literatura e a história ocupam na construção, e/ou reconstrução das memórias de uma sociedade, o teórico Finazzi-Agrò traça um paralelo entre essas duas maneiras de tecer memórias:

[...] o mérito das grandes sínteses historiográficas, assim como o empenho das organizações tentando resgatar a memória das vítimas, é com certeza enorme [...], mas, apesar da sua fidelidade aos acontecimentos, apesar do seu escrúpulo documentário, essas obras não conseguem, a meu ver, mostrar de modo completo não aquilo que realmente aconteceu, mas a dor e o sangue, as lágrimas e as feridas que se abriram no corpo da Nação e na lembrança traumática dos sobreviventes. Aquilo que falta, mais uma vez, é a comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes – aquilo que falta, enfim, é o *pathos* que sempre acompanha a tragédia e a sua encenação: [...] não abre para nenhuma *kárthasis*, apresentando-se, por contra, como o Imprescritível que impossibilita a absolvição e a desculpa. (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p.181-182)

Além da capacidade de produzir *Kárthasis*, a literatura deve ser vista como uma escritura que, no seu percurso interpretativo, situa-se entre gozo de uma liberdade (produtiva) e a lembrança (reprodutiva). A escritura encontra-se aprisionada entre dois tempos, isto é, quer voltar-se para o mundo, quer dizer, para a história, e voltar-se para a literatura, ou seja, para ela mesma, renunciando a um referente, abrindo mão de qualquer forma de instrumentalização, minimizando-se a um dizer por instâncias estéticas que é quase um não dizer, é poesia, opacidade (SANTIAGO SOBRINHO, 2011, p. 54-55). O semiólogo francês Roland Barthes defende, assim, que quando um diálogo artístico, carregado de uma mesma intencionalidade da forma, transita por diversas narrativas de uma época, ou de épocas diversas, constrói-se uma escritura como travessia. Ainda com Barthes, o texto possui um movimento paradoxal, descentralizado, subversivo, sem fechamento, ou seja, o texto “não pode parar; o seu movimento

constitutivo é a *travessia*” (BARTHES, 2004, p. 67).

Nessa travessia, o texto assume uma carga significativa que capta as tensões, os sentimentos e os dilemas latentes de uma sociedade, como o passado traumático da ditadura civil-militar que assolou o Brasil de 1964 a 1985. Passado este que tem os seus *rastros* reverberados cada vez mais nas narrativas produzidas na última década, revelando as fragmentações de um Eu marcado pelas pulsações latentes de um mal-estar, fruto desse passado traumático, que ainda aflige a nossa sociedade. Essas narrativas acabam por produzirem *kárthasis* que levam o indivíduo contemporâneo a se reconhecer como um Eu fragmentado, fazendo emergir suas lembranças traumáticas. Isso porque essas ficções almejam, conforme defende Silviano Santiago (2000), em vez de tranquilizar o leitor, de garantir seu lugar de cliente pagante na sociedade burguesa, o despertar, transformando-o, radicalizando-o e servindo para acelerar o processo de expressão de sua própria experiência.

Nesse sentido, se o escritor ao se apropriar da realidade social de sua região, assume um engajamento político com a escrita de sua época, será através das imagens simbólicas que constrói que se dará o seu contato com a sociedade, que necessita dessas imagens para conseguir assimilar, ou enxergar, os conflitos em que está inserida. Isso porque, ao utilizar uma determinada escrita, o escritor assume uma escolha ideológica e uma postura social, ao mesmo tempo que torna a escrita que adota a sua assinatura, que o insere em uma proclamação coletiva, ou seja em:

[...] um sistema de obras ligadas por denominadores comuns [...], que se manifestam historicamente e fazem da literatura um aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns aos outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como um sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade (CANDIDO, 2000, p. 23).

Diante desse papel da literatura a assinatura do escritor, conforme defende Jacques Derrida: “não é simplesmente uma palavra, ou um nome próprio embaixo de um texto, é o conjunto da operação, o conjunto do texto, o conjunto da interpretação ativa que deixou um rastro ou um resto” [tradução nossa]. (DERRIDA, 1982, p. 72).

Esse rastro que o escritor deixa com sua assinatura perpassa, mas não se limita, a ideia de Barthes de que: “a escrita à qual me entrego é já toda instituição; ela desvenda o meu passado e a minha escolha, dá-me uma história, escancara a minha situação, engaja-me sem que eu precise dizê-lo” (BARTHES, 2004, p.24). Além disso, deve-se ter em mente que as travessias do texto – a assinatura escritura – podem ser empreendidas transmigando discursos históricos para impulsos artísticos, no trânsito entre artes, ou explorando diversos recursos estéticos, em uma trajetória que visa evidenciar a autoria escritural do escritor. Entretanto, “A multiplicidade das escritas é um fato moderno que obriga o escritor a uma escolha, faz da forma uma conduta e provoca uma ética da escrita”. (BARTHES, 2004, p.73). Dessa maneira, se por um lado, a autoria escritural deve ser definida por uma assinatura que determina limites, marca com um sinal e faz ver de modo preciso a identidade formal do escritor inserido em uma determinada cultura. Por outro lado, ao assinar uma escritura, o autor, ou os autores, deve fazê-la problemáticamente, para que sua indicação, sua marca, seja a sua máxima metáfora escritural, sempre provisória do vir a ser, ou seja, uma própria assinatura escritura.

Dentro dessa dupla busca e utilizando a metáfora do espelho, a qual visa produzir um confronto entre leitor e narrador, Milton Hatoum apresenta-nos em seu romance *A noite da Espera* (2017) a trajetória de Martim, um jovem exilado na França que se esforça em reconstruir seu passado ainda traumático da época da ditadura brasileira. No entanto, em diversos momentos, Martim é o próprio leitor, que esbarra em memórias ausentes, que lhe são negadas e as quais não tem acesso sem que saiba o porquê. O leitor percebe, assim, que acompanhar a busca de Martim, ao longo da narrativa, por essas memórias negadas é acender as fagulhas do passado que estão ocultas na escuridão do presente e enxerga os rastros da ditadura civil-militar ainda latentes na sociedade brasileira. Em *A noite da espera*, Hatoum constrói um narrador/personagem que é sugado pelos acontecimentos políticos dos anos ditatoriais, dos quais lembra poucos anos depois por meio de cinzas do tempo, fragmentos de textos seus e de amigos perdidos. Nesse contexto autoritário, Martim — diminutivo do Deus da Guerra Marte — coloca-se, mesmo sem querer, mesmo sem perceber, do lado apostado do seu pai Rodolfo — que significa “célebre lobo” —, pois enquanto este representa simbolicamente todo o aparato repressivo do Estado Autoritário, aquele representa a resistência ao novo modelo político e ideológico e a persistência por um retorno ao modelo e aos valores de outrora.

## **Do arquivo que limita**

Conforme Jacques Derrida, a ideia de assinatura é construída tanto pelo conjunto das obras de um determinado autor, ou de vários autores que se ocupam de uma problemática de uma mesma região, quanto pelo conjunto de interpretações dadas a essas obras. Além disso, é importante ser mencionado que a crítica corrobora e legitima a assinatura desses escritores no momento em que estrutura e torna público os imaginários simbólicos, restos, ou rastros, que estes revelam por meio de suas escrituras. Assim, a crítica literária, ao legitimar a escritura de um determinado escritor engajado politicamente, ajuda não só a construir a assinatura desse autor, mas também contribui na construção de uma relação dialógica da sociedade com o seu território. Nesse sentido, torna-se extremamente pertinente mapear alguns percursos de críticas literárias contemporâneas que estudam narrativas que captam as tensões de um Estado Autoritário que dominou o Brasil na segunda metade do século passado e que ainda persiste enquanto pulsação latente.

Dentro desse cenário da crítica literária, encontra-se o trabalho do pesquisador Silviano Santiago que ressalta como particularidade formal e temática da literatura que busca narrar a ditadura civil-militar a “descoberta assustada e indignada da violência do poder” (SANTIAGO, 1989, p. 13). Conforme o pesquisador, esse tipo de literatura teria aberto um “campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo, principalmente aquela que, na América Latina, tem sido pregada pelas forças militares quando ocupam o poder” (SANTIAGO, 1989, p. 14). Nessa mesma linha de raciocínio, o pesquisador Renato Bueno Franco defende que esse tipo de literatura “pode ser considerada como uma forma de resistência [...], [compreendendo] uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror” (FRANCO, 2003, p. 356). É possível perceber que tanto o argumento de Silvano Santiago quanto o de Renato Franco acabam reverberando em estudos críticos mais recentes como o de Eurídice Figueiredo, que defende que essa literatura “pelo viés da subjetividade, mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44). O que parece ser um ponto comum entre esses pesquisadores é o fato de que para eles as obras ficcionais que abordam o contexto da ditadura são tidas como uma espécie de “suplemento aos arquivos”, tendo em vista a dificuldade de acesso a muitos dos documentos sobre esse período. Dentro dessa perspectiva, defendem que essas obras ampliam as possibilidades de reflexão sobre diferentes características daquele passado,

que muitas vezes escapam aos textos históricos ou as pesquisas acadêmicas.

Evidencia-se nesses estudos uma abordagem de certa maneira utilitária da literatura. Postura que é corroborada pelos textos críticos de outros pesquisadores como Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè, para quem esse tipo de literatura deve ser vista como um “arquivo que guarda (...) a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio” (2014). Conforme destacam Vecchi e Dalcastagnè, a literatura se configura como um campo privilegiado a partir do qual se pode “praticar uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos e pode declinar-se em todas as forças que a constituem” (Vecchi & Dalcastagnè, 2014, p. 12). No que parece ser uma postura até mais radical do que a dos pesquisadores anteriores, estes defendem que as narrativas ficcionais evidenciam enorme potência para dar luz “aos restos, aos despojos, às ruínas e às destruições do passado, proporcionando uma monumentalidade alternativa” (VECCHI & DALCASTAGNÈ, 2014, p. 12). Nessa perspectiva, a literatura, segundo estes pesquisadores, abre caminhos para que se possa “reimaginar e narrar, inclusive no labirinto tormentoso de um passado que continua fugindo e não se deixa integralmente, ainda, apreender” (VECCHI & DALCASTAGNÈ, 2014, p. 12).

Ainda nesse mesmo tipo de abordagem, o pesquisador Márcio Seligmann-Silva destaca que a reconstrução do passado de contextos traumáticos exige uma nova “ética da representação” para buscar representar o irrepresentável da barbárie, uma ética que escape tanto do “positivismo inocente que acredita na possibilidade de se ‘dar conta’ do passado”, quanto do “relativismo inconsequente que quer resolver a questão da representação eliminando o real” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 10). Neste movimento reflexivo, os discursos “denotativo-representativos” e os “literários”, dentro da crítica realizada por Seligmann-Silva, ainda que mantenham suas fronteiras e particularidades, são mobilizados apenas como uma forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre o passado traumático. Na perspectiva crítica desse pesquisador, os textos ficcionais, ainda que sem a pretensão de substituir ou de se colocar como superiores às obras memorialísticas e acadêmicas, devem ser estudados pelo seu potencial de contribuir para uma interpretação mais ampla e multifacetada do passado autoritário.

Ressalte-se que a maioria desses pesquisadores realizaram suas abordagens críticas tomando como objeto de estudo obras literárias publicadas ao longo dessas últimas décadas, que atendem a todos os requisitos de um lugar de arquivo, sendo por

isso tidas como exemplares bem acabados de narrativas construídas sobre o período autoritário brasileiro. Dentre tais obras estão: *Amores exilados* (1997), de Godofredo de Oliveira Neto, *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, *História natural da ditadura* (2006), de Teixeira Coelho, *Soledad no Recife* (2009), de Urariano Mota, *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa, *O punho e a renda* (2010), de Edgard Telles Ribeiro, *K – Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, *Mar azul*, de Paola Vidal (2012) e *Vidas provisórias* (2013), de Edney Silvestre. Todas essas obras assemelham-se por construírem uma estrutura textual que serve em sua maioria, principalmente, como depósito para as ruínas do passado, como uma espécie de monumento que separa, isola, armazena as barbáries de um passado traumático. Obras que pelo modo como abordam os mais diversos acontecimentos da ditadura acabam por sustentar a visão utilitária das pesquisas acadêmicas que buscam estabelecer o seu lugar apenas como repositório, ou arquivo, de um passado marcado pela violência e pela repressão.

O que é interessante perceber é que a partir de 2014 houve uma espécie de boom na publicação de romances que elegeram a ditadura como contexto e cenário das narrativas ficcionais. Este boom pode estar associado ao interesse editorial no sentido de se aproveitar as lembranças em torno do cinquentenário do golpe de 1964 para a publicação de livros relacionados a esta temática, ou pode ser vinculado a um movimento geracional de escritores que não vivenciaram diretamente os anos repressivos e que vêm procurando, via ficção, lidar com esse passado autoritário. O que em ambos os casos surge de uma relação utilitária da literatura. Diante desse cenário, as pesquisas acadêmicas têm ocupado-se basicamente em analisar os imaginários construídos sobre a experiência autoritária durante a ditadura em diferentes romances publicados a partir de 2014, na esteira, principalmente, da ênfase nos acontecimentos que marcaram a ditadura civil-militar Brasileira. Encontra-se assim trabalhos acadêmicos, como os citados anteriormente, que investigam como essas obras literárias podem contribuir para lançar novos olhares sobre aspectos diferenciados das duas décadas da ditadura brasileira, como a luta armada, o apoio de setores da sociedade civil na sustentação ao regime, a experiência do exílio e o cotidiano durante aquele período.

Nesse sentido, tais críticas acabam por privilegiar o viés reprodutivo das narrativas, negligenciando o viés libertário (produtivo), ou seja, as formas como essas ficções produzem ‘artializações’ de um mesmo contexto. Essas abordagens críticas esquecem de investigar como o fazer estético da última década captado as tensões, os dilemas e as fraturas, desse passado que ainda persiste no presente. Fazer estético este



que deve ser lido como um retrato da memória dos "anos de chumbo", não apenas como um acontecimento pontual que deve ser rememorado, mas como um dos nervos da identidade brasileira, discutido-a como um problema político latente que ainda pode ser (re)vivido. Portanto, essas narrativas devem ser estudadas como *antiautoritárias*, *insubmissas* e *radicalmente críticas*, pois mais do que ser meros arquivos do passado, são travessias que também problematizam "os danos prováveis caso determinadas tendências do presente vençam" (HILÁRIO, 2013, p. 206).

### **Considerações Finais**

Parafraseando Agambem, o escritor transforma a sua narrativa em uma utopia quando utiliza a sua metáfora escritural para construir uma dimensão contemporânea, capaz de criar uma singular relação entre os tempos, tendo em vista que o contemporâneo ao fraturar as vértebras de seu tempo assume "o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações" (AGAMBEN, 2009, p. 75). O escritor como um narrador contemporâneo deve pensar a história em suas fraturas de outrora, em suas trevas de agora e em suas possibilidades do amanhã, transformando a memória – e por desdobramento o esquecimento – em uma "utopia" que interpola o(s) tempo(s). Nessa utopia benjaminiana, a exigência que um escritor deve assumir é a de não ser "contemporâneo" apenas com o seu tempo, mas também com o tempo passado e o tempo futuro, resistindo ao alheamento que normalmente acomete sociedades traumatizadas por Estados Autoritários.

Outro compromisso que tanto o escritor quanto o crítico literário devem assumir é o de não se esquivarem do processo de escritura que tece a narrativa literária, pois assim como a narrativa é fruto das tensões de sua época e de seu território, ela se realiza em um espaço de liberdade. Nesse sentido, se é inconcebível pensar uma narrativa que escape as lembranças do espaço do qual surge, deve ser inconcebível também pensá-la sem sua pulsação libertária, de criação, tendo em vista que ela se realiza exatamente no trânsito entre essas duas forças. Portanto, quando escritores e críticos literários detêm suas ações apenas na pulsação reprodutiva da literatura, ou seja, na lembrança ou memória, estão limitando-a a um mero instrumento, reduzido-a a uma ferramenta científica, que por mais que se negue, tem suas raízes no positivismo e que, na contemporaneidade, atende a uma indústria mercadológica.

Saliente-se por fim que o perigo que essas abordagens narrativas e críticas que

negam a liberdade literária trazem, que é o mesmo que se impôs a história por exemplo, é o de enclausurar suas narrativas em espaços de arquivamento que têm como principal objetivo transformá-las em um conhecimento sistemático e com utilidades pré-definidas. Entretanto, cabe questionar: se a literatura for abordada como um conhecimento sistemático, como a historiografia da literatura ocidental, ou medieval, ou moderna, ou ainda, se for abordada de modo a comprovar um determinado comportamento de dada sociedade, não estaríamos relegando a um papel secundário? Ou ainda transformando-a em um tipo de conhecimento que a distancia de seu movimento paradoxal, descentralizado, subversivo, sem fechamento, ou seja, de *travessia*?

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Max Welcman. 1ª ed. eBook. Editora Hedra Ltda., 2017.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG/Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Tradução de Maria Luz Moita; Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Lisboa: Relógio d'água Editores, 1992.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª ed. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda., 2000.

DERRIDA, Jacques. L'Oreille de l'Autre: otobiographies, transfert traductions, textes e débats avec Jacques Derrida. Dir. Claude Lévesque e Christie V. Tradução de Milena Magalhães. Macdonald, Montreal: VLB, 1982.

FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura como arquivo da ditadura brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, p. 179-190, jan./ jun. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo:

Perspectiva, 2004.

HILÁRIO, Leomir. **Teoria crítica e literatura A distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. Florianópolis, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013. ISSN 2175-7917. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 20/09/2018.

MAGALHÃES, Milena. **Uma biblioteca: leituras a assinatura rasurada de Milton Hatoum**. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-784X.2012v12n18p113>. Acesso em: 09/09/2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. 2a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTIAGO SOBRINHO, João Batista. **Mundanos fabulistas: Guimarães Rosa e Nietzsche**. Belo Horizonte: Crisálida/CEFET, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

SILVA, Maria Luiza Berwanger da. **Travessias poéticas contemporâneas: da recriação à invenção**. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **Literatura e práticas culturais**. Dourados/MS: UFGD, 2009.

VECCHI, Roberto & DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Literatura e Ditadura**, Brasília, n. 43, jan-jun, 2014, p.11-12.

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Fronteiras Literárias - GEFLi.

<sup>2</sup> Conforme Beatriz Sarlo, "a atual tendência acadêmica e do mercado de bens simbólicos que se propõe a reconstruir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva [...]. Contemporânea do que se chamou nos anos 1970 e 1980 de "guinada linguística" ou muitas vezes acompanhando-a como sua sombra, impôs-se a *guinada subjetiva*" (SARLO, 2007, p. 18).

# CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E REFLEXÃO: A EXPERIÊNCIA TEMPORAL NAS CONFISSÕES DE AGOSTINHO

David Mendonça do Nascimento\*

**Resumo:** A obra *Confissões* de Agostinho é uma narrativa de interioridade, onde ele revela por meio do exercício da confissão sua trajetória pessoal, sua experiência temporal humana. Esse exercício exige introspecção, de maneira que se torna uma busca pela própria identidade e pelas permanências de seu ser. Ao se dar conta desse fenômeno de rememoração presente em sua própria narrativa e do fenômeno do tempo em sua experiência, o filósofo busca compreender as operações da memória na natureza humana a partir de si mesmo, e, não somente isso, mas se pergunta sobre o que é esse tempo do qual ele experimenta em sua existência. Daí a narrativa da obra converge em duas brilhantes análises filosóficas: uma sobre a memória (livro X) e outra sobre o tempo (livro XI). A análise desse documento histórico tem grande importância para a epistemologia da história, pois possibilita uma discussão sobre a constituição da consciência histórica.

**Palavras-chave:** Confissão. Consciência. Interioridade.

## 1 Introdução

O objetivo deste texto é discutir o *conceito de consciência histórica* a partir da narrativa da obra *Confissões*, onde encontramos externalizada na escrita a experiência temporal do autor; uma análise sobre a memória e outra análise sobre o tempo. Tomamos como instrumento teórico interpretativo as reflexões do filósofo alemão Jörn Rüsen e do filósofo francês Paul Ricoeur.

Agostinho, filósofo do final da Idade Antiga e início da Idade Média (354-430), escreveu a obra *Confissões* (397 a 401 d.C.) estando entre 43/44 anos de idade. A obra está dividida em 13 volumes. Do livro 1 ao 9 trata-se de um material narrativo, autobiográfico, onde ele expõe em forma de oração sua trajetória de vida, sua *experiência temporal humana*. Do livro 10 ao 13 é de ordem filosófica/teológica e falam da *memória* (X), do *tempo* (XI), da *criação* de Deus (XII) e de questões diversas (XIII).

Nossa análise se limitará a alguns fragmentos da primeira parte da obra; ao livro 10, que fala sobre a memória e ao livro 11, que fala sobre o tempo. Nosso objetivo não é fazer uma análise minuciosa do discurso do filósofo, pois isso demandaria mais espaço, mas sim apenas apontar algumas reflexões importantes que devem ser sempre revisitadas pela epistemologia da história.

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.

Algumas questões se impõem em nossa abordagem: como a narrativa agostiniana sobre a sua experiência temporal se transforma numa consciência do tempo e numa reflexão sobre as operações da memória? Em que medida essa consciência temporal individual externalizada na obra, e as reflexões sobre a memória e o tempo, contribuem para refletirmos sobre questões epistemológicas importantes relacionadas à constituição da consciência histórica?

Na tentativa de sinalizar caminhos, optamos pelo seguinte percurso: primeiro, falaremos sobre o sentido da confissão agostiniana para entender qual exercício filosófico propiciou uma consciência temporal; segundo, tentaremos explicar o que é essa experiência temporal relacionando-a à constituição da consciência histórica, e terceiro, tentaremos conectar seu exercício de tomada de consciência temporal com as duas grandes análises da memória e do tempo, livros X e XI, respectivamente.

Nossa hipótese é que os fundamentos da ciência histórica se encontram no âmbito individual da experiência temporal humana, ou seja, nas operações práticas da vida cotidiana, no conjunto das atividades diárias de um indivíduo, e para discutir isso, utilizamos o livro *Confissões*, que nos pareceu ser uma demonstração sobre esse fenômeno, uma vez que o autor narra em primeira pessoa a trajetória de seu ser interior.

## **2 Confissão: consciência da transitoriedade e das permanências do ser**

Segundo David V. Meconi e Eleonore Stump (2016, p. 26), Agostinho precisava em sua carreira como bispo de Hipona “[...] obter o apoio da maioria do clero, especialmente do metropolitano da Numídia, arcebispo Megálio”, por isso pôs-se a escrever suas *Confissões* para “[...] mostrar que sua conversão cristã era verdadeira e que ele não era o simpatizante pagão que fora quando partiu da África anos antes [...]”. Portanto, ela foi um instrumento de defesa da autenticidade de sua identidade cristã. Na realidade “o que está relatado em *Confissões* é mais que um relato histórico de uma vida: é um projeto textual que tem como objetivo fazer o autor (sujeito confessional) ser digno do reconhecimento divino” (GUIMARÃES, 2014, p. 66).

Para Gareth B. Matthews (2007, p. 19), o caráter confessional do autor nas *Confissões* é fruto de piedade religiosa experimentada pela leitura da Bíblia e, seu estilo confessional de escrever suas reflexões sobre sua própria vida interior não pertence à sua época, é uma novidade entre os gêneros literários. O relato em primeira pessoa não

se encaixa na filosofia antiga, por isso *Confissões* é a primeira autobiografia significativa da literatura ocidental.

Reale & Antiseri (2003, p. 89) nos informam também que Agostinho foi o primeiro filósofo a descobrir a “pessoa” enquanto indivíduo irrepitível, singular na existência: “[...] o que ele propõe é o problema mais concreto do eu, do homem como indivíduo irrepitível, como pessoa, como indivíduo [...]”. Por isso as *Confissões* produzem uma singularização de seu ser em sua própria consciência.

Segundo Agostinho, Deus conhece “[...] o abismo da consciência humana [...]” (AGOSTINHO, 1980, p. 171. Livro: X, 2, 2), não adianta esconder-lhe nada e nem ficar sem reconhecer o pecado. Entretanto, não é possível achar Deus fora do homem, a busca por ele é dentro da alma: “o invoco sem dúvida dentro de mim”, disse Agostinho (AGOSTINHO, 1980, p. 10. Livro: I, 2, 2). Por isso as confissões não são com palavras vindas das cordas vocais, “[...] mas com palavras da alma e gritos do pensamento [...]”, essa experiência é e não é em silêncio, “é em silêncio quanto às palavras, mas é em clamor quanto aos afetos” (AGOSTINHO, 1980, p. 171. Livro: X, 2, 2).

A confissão é uma **experiência interna** da alma, pois Deus habita o interior do homem e sua existência está intrinsecamente relacionada a ele: “[...] não existiria, meu Deus, de modo nenhum existiria, se não estivésseis em mim” (AGOSTINHO, 1980, p. 10. Livro: I, 2, 2). Na realidade Deus está em toda parte, em todo universo (AGOSTINHO, 1980, p. 10. Livro: I, 3, 3). No entanto, nem mesmo sua criação pode contê-lo, por isso ele ora e diz: “A minha alma é estreita habitação para Vos receber; dilatai-a, Senhor. Ameaça ruína, restaurai-a. Tem manchas que ferem o vosso olhar. Eu o reconheço e o *confesso*”, e, então, pergunta retoricamente a Deus: “não **confessei** contra mim os meus crimes, e não ‘me perdoastes, meu Deus, a impiedade do meu coração’?”<sup>1</sup> (AGOSTINHO, 1980, p. 12. Livro: I, 5, 6, grifo nosso). Nesse sentido confessar é denunciar as manchas de sua própria alma. Ele se confessa a Deus e a seus leitores humanos (AGOSTINHO, 1980, p. 171. Livro: X, 2). Para Deus sua confissão é um pedido de perdão; para os homens é lição espiritual. Sua confissão consiste em (1) desagradar-se a si mesmo quando reconhecer em sua natureza algum mal e (2) atribuir apenas a Deus o bem que vier a reconhecer (AGOSTINHO, 1980, p. 171. Livro: X, 2, 2). Ou seja, a confissão é reconhecer o mau e/ou o bem dentro de si mediante uma

---

<sup>1</sup> Tendo em mente o Salmo 31 versículo 5.

retrospectiva da memória, é um processo de autorreconhecimento, de revelação de si mesmo pela narrativa de introspecção.

Para Agostinho Deus é a origem e causa de todas as coisas mutáveis e imutáveis: “Em Vós estão as causas de todas as coisas instáveis, permanecem as origens imutáveis de todas as coisas mudáveis, e vivem as razões eternas das coisas transitórias” (AGOSTINHO, 1980, p. 13. Livro: I, 6, 9). E como origem e causa das coisas imutáveis que originam as mutáveis ele mesmo, Deus, é o Ser supremo:

*Ou pode derivar-se doutra parte algum manancial por onde corram até nós o ser e a vida, diferentes dos que nos dais, Senhor – Vós, em quem o ser e a vida se equivalem, porque sois o **Ser supremo** e a suprema Vida? Sois o mais excelso e não Vos mudais. **O dia presente não passa por Vós**, e, contudo, em Vós se realiza, porque todas as coisas em Vós residem, nem teriam caminhos para passar se com o vosso poder as não contivésseis. “Porque os vossos anos não morrem”, **são um eterno dia sempre presente** (AGOSTINHO, 1980, p. 13-14. Livro: I, 6, 10, grifo meu).*

O Ser por excelência não muda, não passa, não sofre transformação, nele os tempos se mesclam, se fundem. Não existe em sua dimensão nenhuma sucessão, *tudo é um eterno agora*, mas, no entanto, como ele reside em todas as coisas e todas as coisas nele, as mudanças nele se realizam. De maneira que existe em Deus um paradoxo: Ele é “[...] Imutável e tudo mudando, nunca novo e nunca antigo [...] sempre em ação e sempre em repouso [...]” (AGOSTINHO, 1980, p. 11. Livro: I, 4, 4, grifo nosso). É como se para interagir com sua criação Deus precisasse participar voluntariamente dos acontecimentos transitórios da existência humana, de maneira que a origem de todo movimento do mundo está no imutável e imóvel. Ele fala que a passagem do presente não é possível em Deus. O tempo presente passa para o passado, mas para Deus é um “eterno agora”, é um “eterno presente”: “[...] Vós, porém, sois sempre o mesmo, e todas as coisas de amanhã e do futuro, de ontem e do passado, **hoje as fareis, hoje as fizestes**” (AGOSTINHO, 1980, p. 14. Livro: I, 6, 10, grifo nosso). Agostinho vai chegando à conclusão de que os dias passageiros dos quais experimentam os mortais em sua existência tem origem no “dia eterno” que desfruta Deus. Refletindo sobre o passado dos pais olha para o futuro dos que ainda virão e assim a humanidade recebe a transitoriedade daquilo que é intransitável. A consciência do tempo e a identidade se fundamentam sob uma profunda reflexão da oposição entre criatura e Criador. O nosso

ser é ser que passa, originado de um Ser supremo que nunca passa. É nessa tensão que a consciência de si mesmo como ser temporal vai emergindo.

Ele insiste numa **transtemporalidade da ação divina**, ou seja, Deus faz as coisas do passado e do futuro simultaneamente no presente, sua ação transita nos três tempos. Essa afirmação, embora muito problemática e difícil de entender, é facilmente compreendida quando levamos em consideração a distinção que ele faz de *tempo* e *eternidade*. O tempo é criatura divina, conforme elaborado no Livro XI, a eternidade é a condição necessária da existência do Ser supremo, é a não passagem, que para ele é um sempre agora<sup>2</sup>. Essa noção do “agora” deverá ser compreendida à medida que ele vai congelando a noção de tempo. O passado equivale à noção do que *não é mais*, o futuro à noção do que *ainda não é*, somente o presente marca a noção do que *agora é*. O presente é a única experiência possível sob a qual podemos admitir a existência das coisas transitórias e mesmo das coisas eternas. Portanto, a preponderância do presente sobre a sensação da mudança é fator necessário na análise sobre o tempo.

Uma demonstração de que a narrativa das *Confissões* é uma tomada progressiva da consciência do tempo está no início do capítulo VIII, do livro I:

*Seguindo o curso da minha vida, não é verdade que da infância passei à puerícia? Ou antes, não foi esta que veio até mim e sucedeu à infância? A infância não se afastou. Para onde fugiu então? Entretanto, ela já não existia, pois eu já não era um bebê que falava, mas um menino que principiava a balbuciar algumas palavras* (AGOSTINHO, 1980, p. 15. Livro: I, 8, 13).

Veja que nesse processo narrativo-reflexivo ele toma consciência que “da infância *passou* à puerícia” e que esta “sucedeu” àquela. Não foi a infância que se afastou, mas foi a puerícia que tomou o seu lugar, e então ela passou a não mais existir, deixou de ser. O uso dos verbos “passar” e “suceder” demonstram que deve haver um esforço da linguagem para externar ao público a consciência da sua própria transitoriedade. Nesse sentido a confissão é um ato de autorrevelação, uma *narrativa de interioridade*, pois conta a *condição interior* de cada fase de sua vida; a rememoração da evolução dos seus pensamentos, sentimentos e formas de ver o mundo e a si mesmo, é uma espécie de “história da interioridade”. É a narrativa de um “ser” que tem

---

<sup>2</sup> “Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. [...] o passado é impelido pelo futuro e [...] todo o passado e futuro são criados e dimanam d’Aquele que sempre é presente. Quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, não sendo ela nem passado nem futuro?” (AGOSTINHO, 1980, p. 216. Livro: XI, 11, 13).



consciência de que é *de vir* (vir-a-ser), um ser que caminha para o não-ser. A consciência de que é ser-no-tempo, portanto, mutável, corruptível e finito.

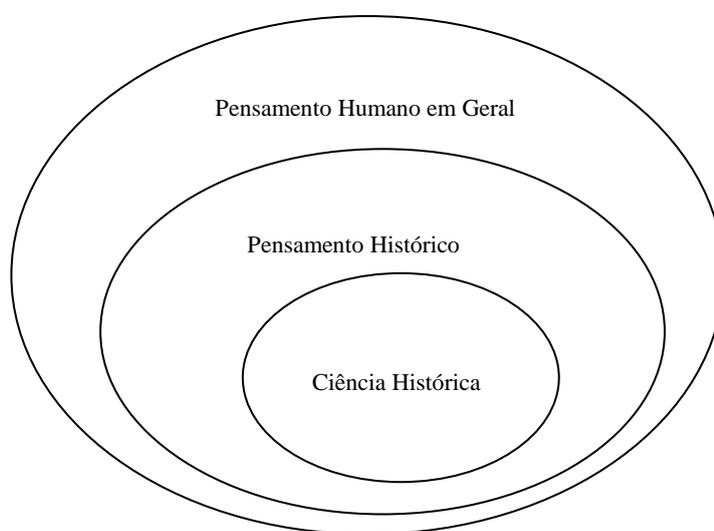
A prática de se confessar envolve *reminiscência*, o exercício de *interiorização*. A memória aciona as lembranças das ações passadas, os atos ilícitos ocultos que precisam ser revelados. As ações acontecem no transcurso da existência e deixam marcas que precisam ser interpretadas à medida que o presente exige respostas para problemas práticos do cotidiano, o meu “eu” passado precisa encontrar uma ligação com o meu “eu” presente, uma ligação estrutural entre passado, presente e futuro. Essa interiorização da consciência está presente na obra.

Ele revela seu espanto existencial: “A minha infância morreu há muito; mas eu vivo ainda” (AGOSTINHO, 1980, p. 13. Livro: I, 6, 9) e à proporção que lembra-se de sua condição infantil e compara-a com sua condição de adulto vai tomando consciência das **mudanças** transcorridas no tempo de sua existência, porém se depara com sua condição existencial de “ainda estar vivo”, ou seja, vê que embora “tenha sido”, “continua sendo”. Embora a transitoriedade seja um elemento da realidade, a confissão também é um processo de constituição da **identidade** pela narração das lembranças: “O fruto de minhas *Confissões* é ver, não **o que fui**, mas **o que sou** [...] Revelarei, pois àqueles a quem me mandais servir, não o que fui, mas o que já sou e o que ainda sou” (AGOSTINHO, 1980, p. 173. Livro: X, 3, 6, grifo nosso). Notemos que além de dizer “o que fui” e “o que sou”, o processo também inclui o fato de reconhecer “o que *ainda* sou”, ou seja, as **permanências do seu ser**: o que ficou em mim daquilo que fui um dia? O que ainda permanece que não mudou? – É uma busca pela própria identidade. O que Agostinho elabora em *Confissões* é uma interpretação de sua experiência temporal a fim de não se perder em meio às transformações do mundo e de si mesmo (RÜSEN, 2010, p. 60). A obra *Confissões* de Agostinho é um exemplo documentado de como se constitui a consciência histórica a partir da experiência do homem no tempo.

### 3 A experiência temporal e a consciência histórica

Consciência histórica nesse sentido é a consciência das mudanças e permanências do mundo e de si mesmo no transcurso do tempo. Rüsen explica que a *consciência histórica* é uma forma da “consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática” (RÜSEN, 2010, p. 57) e é justamente aí que

residem os fundamentos da história como ciência. Temos o *pensamento humano* em geral, que se dá em todos os âmbitos da existência humana; o *pensamento histórico*, que é uma particularidade dessa experiência do pensamento, uma dimensão específica do pensamento geral; e a *ciência histórica* que é uma particularidade das formas de pensamento histórico, ou seja, uma forma mais refinada de pensamento histórico, não a simples operação da memória ou da lembrança. Dessa maneira existe uma diferença entre *pensamento histórico* e *ciência histórica*. O seguinte diagrama poderá exemplificar melhor essa questão:



Portanto, a *consciência histórica* seria:

*[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar [...] sua vida prática no tempo [pois todo indivíduo] [...] tem de agir intencionalmente para poder viver* (RÜSEN, 2010, p. 57, grifo nosso).

É nessa relação entre o homem e sua experiência temporal que “[...] se enraízam as operações práticas da consciência histórica” (RÜSEN, 2010, p. 57). O homem *age* e *sofre* mudanças no mundo. Nessa dialética o indivíduo precisa formular um “[...] quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo [...] a fim de poder agir nesse decurso temporal (RÜSEN, 2010, p. 58). Tomando posse da consciência das experiências ocorridas no passado o homem formula as intenções de ações futuras. Daí a existência de dois tipos de consciência do tempo: (1) a consciência do tempo como “experiência” das transformações; (2) a consciência do

tempo como “intenção”, “expectativa” para o agir futuro. Portanto, “consciência histórica” seria:

*[...] o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana [...] A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo (RÜSEN, 2010, p. 58-59).*

A narrativa, nesse caso, ocupa papel importante na formação da consciência histórica. Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa* defende que

*[...] é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa [...] a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal (RICOEUR, 2010, p. 9).*

Segundo Rösen são três as especificidades da narrativa histórica: 1) recorrência à *lembrança*; 2) a representação das mudanças em uma *continuidade temporal*; 3) A busca pela *identidade* em meio às mudanças do mundo e de si. Entretanto, o espaço aqui não nos permite falar de cada uma dessas especificidades.

#### **4 As reflexões sobre a memória e o tempo na obra *Confissões***

A descoberta do “eu transitório” na narrativa de sua experiência temporal envolveu também um espanto diante do poder de sua memória, pois esta continha um espaço imensamente grande. Ele a compara a um imenso palácio com vários depósitos que guardam imagens captadas pelos sentidos do corpo com pensamentos e sentimentos que aumentam ou diminuem, variando conforme a atividade do espírito (AGOSTINHO, 1980, p. 176. X, 8, 12). Nesse lugar podemos procurar as imagens das coisas sempre quando queremos. Descreve como ocorre a operação da lembrança: chamamos as imagens (impressões sensoriais captadas pelos cinco sentidos do corpo) e mandamos elas comparecerem diante de nós, umas aparecem imediatamente, outras nos fazem esperar por mais tempo, outras irrompem aos turbilhões e ainda outras ocorrem com facilidade de maneira ordenada e classificada. Essa metáfora mostra a cena de um rei em seu palácio que manda comparecer diante de si os seus súditos para estarem em sua presença e lhe servirem segundo a sua vontade. Sobre as funções da memória ele diz:

*Tudo isto realizo no imenso palácio da memória. Aí estão presentes o céu, a terra e o mar com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. [...] Deste conjunto de ideias, tiro analogias de coisas por mim experimentadas ou em que acreditei apoiado em experiências anteriores. Teço umas e outras com as passadas. Medito as ações futuras, os acontecimentos, as esperanças. Reflito em tudo, como se me estivesse presente. “Farei isto e aquilo”, digo no meu interior, nesse seio imenso do espírito, repleto de imagens de tantas e tão grandes coisas. Tiro esta ou aquela conclusão: “Oh! Se sucedesse tal e tal acontecimento! Afaste Deus esta ou aquela calamidade!” (AGOSTINHO, 1980, p. 177. Livro: X, 8, 14, grifo nosso).*

Essa passagem prepara o que ele vai falar no livro XI sobre o tempo como *distentio anime* (distensão da alma). Agostinho observa que existem dois tipos de “objetos” da memória: 1º) aqueles que possuem corpo, imagem sensorial e significado; 2º) aqueles que não possuem corpo e, portanto, não tem imagem, mas, entretanto, possuem significado (são as ideias abstratas).

No primeiro caso, o que se faz presente na memória não é o objeto em si, mas a sua imagem, por isso quando lembrado o que vem ao presente é a imagem da imagem (isso porque a imagem original é a impressão primeira que afetou os sentidos).

No segundo caso, o que se faz presente na memória não é a coisa em si, visto não ter ela imagem que o represente, mas o seu significado, portanto a própria coisa. Se o significado da ideia abstrata é em si mesmo um “objeto”, então o que temos na lembrança da memória é o próprio objeto que é por natureza uma coisa abstrata. Seguindo a Platão, ele entende que essas ideias abstratas, não representadas por imagens corpóreas, são verdades inatas, presentes em nossa alma desde o nascimento. Aprender seria lembrar e coligar (coligar) as noções dispersas na memória. Ele observa a relação etimológica existente entre os verbos latinos *cogitare* (pensar) e *cogere* (juntar), ambos vem da mesma raiz *colligenda, cogenda* (subtrair à dispersão). Portanto, pensar é juntar, coligar ideias abstratas que estavam dispersas na memória (AGOSTINHO, 1980, p. 180. Livro: X, 11, 18).

A análise sobre o tempo inicia-se propriamente a partir do capítulo 10 do livro XI e começa com Agostinho expondo o questionamento daqueles (os maniqueístas) que discordam da interpretação de que Deus criou tudo a partir do nada (*creatio ex nihilo*), apenas com o poder de sua palavra, por um ato livre de sua vontade (volição) (AGOSTINHO, 1980, p. 215. Livro: XI, 10, 12). Segundo Rufino (2003, p.

35), Agostinho foi levado a elaborar a análise sobre o tempo por causa de sua controvérsia com o maniqueísmo e, especialmente, por ter passado nove anos sob essa seita. Os maniqueus costumavam censurar o livro de Gênesis <sup>3</sup> especialmente no ponto que se refere à criação (“no princípio criou Deus o céu e a terra”), por não acreditarem na doutrina da criação do universo. Segundo eles, o universo não teria princípio, sempre foi eterno, increado. A tese dos maniqueus está ligada a “antigos mitos cosmogônicos, classificados como mitos com criação e mitos sem criação” (Rufino, 2003, p. 38). A cosmogonia maniqueia era baseada em um sincretismo que englobava elementos gnósticos, judaico-cristãos e orientais vindos da Índia e China.

O primeiro passo foi esclarecer que a admiração dos maniqueus era uma armadilha da sua mente humana que necessariamente está presa às noções de temporalidade e espacialidade. O tempo também é criatura de Deus, passou existir assim que Deus resolveu por sua vontade criar o céu e a terra, Deus, porém vive na eternidade. Mas será necessário explicar o que é esse tempo o qual todas as criaturas estão sujeitas para que se possa compreender melhor o seu contraste com a eternidade. Por isso ele irá mais adiante num segundo passo questionando a natureza desse tempo:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem poderá apreender, mesmo que só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente. De que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? Para que digamos que o tempo verdadeiramente existe, porque tende a não ser? (AGOSTINHO, 1980, p. 217-218. Livro: XI, 14, 17).

---

<sup>3</sup> “No primeiro livro do Antigo Testamento, que leva por título ‘Gênesis’, costumam os maniqueus censurar o que ali está escrito: No princípio criou Deus o céu e a terra. Perguntam em que princípio e – nesse mesmo princípio do tempo em que criou Deus o céu e a terra – que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? O que foi que repentinamente o agradou para fazer o que nunca antes fira nos tempos eternos?” (Agostinho apud Rufino, 2003, p. 36).

Como de costume, ele primeiro coloca as dificuldades da conceituação sobre o tempo, mostrando que preservamos de maneira inconsciente na memória sua noção. Contudo, tem uma primeira certeza: “se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente”. Em seguida aponta o problema ontológico sobre o passado e o futuro: como podem existir se o futuro não existe por que ainda não chegou e o passado não existe por que já passou? Depois coloca em separado o problema ontológico do presente: como o presente pode existir se para ser tempo precisa deixar de ser presente e passar para o pretérito, e assim a causa de sua existência é a mesma pela qual deixa de existir? O tempo para existir tem que deixar de existir. Eis o paradoxo do tempo!

No capítulo 15, ele se pergunta como podemos medir o tempo: “Mas como pode ser breve ou longo o que não existe? Com efeito, o passado já não existe e o futuro ainda não existe” (AGOSTINHO, 1980, p. 218. Livro: XI, 15, 18). Não se pode medir o que é destituído de ser.

Não digamos, pois: “o tempo passado foi longo”, porque não encontraremos aquilo que tivesse podido ser longo, visto que já não existe desde o instante em que passou. Digamos antes: “aquele tempo presente foi longo”, porque só enquanto foi presente é que foi longo. Ainda não tinha passado ao não-ser, e, portanto existia uma coisa que podia ser longa. Mas, logo que passou, simultaneamente deixou de ser longo, porque deixou de existir (AGOSTINHO, 1980, p. 218. Livro: XI, 15, 18).

Com profundo senso retórico, baseado na gramática, observa que como a articulação da linguagem humana está presa à temporalidade, os verbos precisam ser empregados ou no passado, presente ou futuro para que a realidade possa ser assimilada. Por isso ele entra em alguns problemas da lógica da linguagem, o que Paul Ricoeur chama de *aporéticas da experiência do tempo* (RICOEUR, 2010). Diante da problemática ontológica do tempo, a linguagem humana se torna inapropriada para explicar como podemos medi-lo. O passado só existe porque deixa de existir e por isso não pode ser medido. O presente só é passível de medição enquanto não deixa de existir, mas não podemos identificar o momento de sua chegada, por isso não podemos mensurar sua duração. Se fracionarmos os anos em meses, e os meses em dias, e os dias em horas, e as horas em segundos, ainda assim não encontraremos o que chamamos de “presente” (o instante em que o tempo não passa).

Se pudermos conceber um espaço de tempo que não seja suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam, só a esse podemos chamar tempo presente. Mas este voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse, dividir-se-ia em passado e futuro. Logo, o tempo presente não tem nenhum espaço (AGOSTINHO, 1980, p. 219. Livro: XI, 15, 20).

Mas mesmo sem ser possível medir o tempo de forma objetiva, ainda assim de alguma forma o medimos de maneira subjetiva e comparativa, pois na prática do cotidiano dizemos que um tempo é “longo” e outro “breve”. Ele argumenta que podemos medir o tempo enquanto ele decorre (AGOSTINHO, 1980, p. 220. Livro: XI, 16, 21), mas *aonde* (o lugar) e *como* (a maneira) o medimos?

Antes de responder essas questões afirmará a existência do passado e do futuro. *O passado existe*, caso contrário os que narram fatos e acontecimentos não poderiam contar nada. *O futuro também existe*, caso contrário os profetas não poderiam vaticinar nada. “Existem, portanto, fatos futuros e pretéritos” (AGOSTINHO, 1980, p. 220. Livro: XI, 17, 22). Mas a questão é: como e onde existem o passado e o futuro?

Se existe coisas futuras e passadas, quero saber onde elas estão. [...] em qualquer parte onde estiverem, aí não são futuras nem pretéritas, mas presentes. [...] em qualquer parte onde estiverem, quaisquer que elas sejam, não podem existir senão no presente. Ainda que narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios. Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém, a sua imagem, quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória (AGOSTINHO, 1980, p. 221. Livro: XI, 18, 23, grifo nosso).

Então, temos alguns problemas distintos que precisam ser respondidos: *aonde* e *como* medimos o tempo? Como os tempos existem e *aonde* existem as coisas dos tempos? O *como* e o *onde* são estruturas do pensamento sem os quais fica difícil apreender a realidade de um conceito ou objeto. Por isso importa responder.

Essa brilhante constatação de Agostinho demonstra que ele desloca o problema do aspecto ontológico do tempo para o aspecto psicológico tomando como

referencial as análises sobre as operações da memória já feitas no livro X. É nesse momento que vemos as relações estreitas entre os dois temas: memória e tempo. O passado não existe enquanto tal, mas o que existem são as lembranças dos acontecimentos que ficaram registrados na memória como imagens-vestígio (*vestigia*).

Mas, esse argumento só vale para o passado. E quanto ao futuro? Quanto a este, Agostinho não tem resposta quando pensa nos vaticínios de profetas e adivinhos, mas diz que “as nossas ações futuras” são premeditadas no presente, embora ainda não existam. Os vestígios do passado servem para criarmos expectativas futuras. De maneira que a projeção do futuro só é possível por causa do passado e do presente. Então, passado, presente e futuro cruzam-se, convergindo para formar a percepção da realidade existencial humana.

Para Rufino (2003, p. 24) essas três categorias são independentes e interdependentes, ou seja, não são a mesma coisa, mas também não estão separadas umas das outras, mas sim imbricadas, portanto são *interdependentes*.

Por conseguinte, quando se diz que se vêem os acontecimentos futuros, não se vêem os próprios acontecimentos ainda inexistentes – isto é, os fatos futuros –, mas sim as suas causas, ou talvez os seus prognósticos já dotados de existência. Portanto, com relação aos que os vêem, esses acontecimentos não são futuros, mas sim presentes (AGOSTINHO, 1980, p. 220. Livro: XI, 18, 23).

Os prognósticos do futuro na realidade são imagens-vestígio do passado presente na memória. Depois de fazer uma invocação ao Senhor do futuro e dizer que “este modo misterioso está demasiado acima da” sua “inteligência” (AGOSTINHO, 1980, p. 221. Livro: XI, 19, 25), Agostinho irá propor uma nova terminologia para se referir aos três tempos que comumente chamamos de passado, presente e futuro:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras (AGOSTINHO, 1980, p. 222. Livro: XI, 20, 26).



Dessa forma Agostinho inaugura um conceito de temporalidade nunca antes pensado, a de um *triplo presente*. O presente se coloca aqui como senhor de nossa realidade, embora ele mesmo não seja algo fixável. O passado é nada mais nada menos do que as imagens das representações das coisas que ficaram registradas na memória (as *vestigia*) através da percepção dos sentidos do corpo. A lembrança invoca esses objetos que em conjunto formam o passado. O futuro é uma espécie de remontagem dessas imagens-vestígio projetados na memória como expectativa. E o presente é a visão de coisas que estão presentes, é atenção. O tempo se multiplica a partir do presente.

Mas é preciso retornar ao questionamento sobre a medida do tempo: como medimos o presente se ele não tem espaço? Deveria ser no momento em que ele passa. Entretanto, quando ele passa não podemos medi-lo, “porque já não será possível medi-lo” visto não existir mais. Ele aprofunda a questão ainda mais: “Que medimos nós senão o tempo nalgum espaço? [...] Em que espaço medimos o tempo que está para passar? [...] Mas nós não medimos o que não tem nenhuma extensão!” (AGOSTINHO, 1980, p. 222. Livro: XI, 21, 27). Por está destituído de ser, o tempo não tem espaço e nem extensão, contudo ainda o medimos em algum lugar. Como medimos o que não tem extensão? Em que lugar isso é possível?

Antes de responder essa questão ele irá, no capítulo 23, refutar a tese Aristotélica de que “o tempo é o movimento dos corpos”. Ele faz a seguinte pergunta: “Se os astros parassem e continuasse a mover-se a roda do oleiro, deixaria de haver tempo para medirmos as suas voltas?” (AGOSTINHO, 1980, p. 223. Livro: XI, 23, 29). Sua ideia é que não é o movimento que serve de critério para medir o tempo, e sim o tempo que serve de critério para medir o movimento<sup>4</sup>. Pois, se os astros parassem no céu<sup>5</sup>, ainda assim a roda do oleiro continuaria a se movimentar e seria possível perceber o tempo de sua duração. “Meço o movimento dum corpo com o tempo” (AGOSTINHO, 1980, p. 226. Livro: XI, 26, 33).

Mas só é possível medir o movimento dum corpo com o tempo porque medimos o próprio tempo. Então, como medimos o que não tem *extensão*? A resposta já

---

<sup>4</sup> Embora não descarte o fato de que os astros do céu demarcam estações, anos, meses e dias, conforme encontrado na Bíblia. Ele diz: “Há estrelas e luzeiros no céu que servem de sinais, indicam as estações, as horas e os anos. Com certeza existem” (*Conf.*, XI, 23, 29). Aqui ele está parafraseando Gênesis 1, 14: “Deus disse: ‘Que haja luzeiros no firmamento do céu para separar o dia e a noite; que eles sirvam de sinais, tanto para as festas, quanto para os dias e os anos’”.

<sup>5</sup> No livro de Josué capítulo 10 versículos 12 a 13 se encontra a história em que Josué através de uma oração parou o circuito do sol por cerca de um dia inteiro. Esse registro bíblico serve de pressuposto hipotético para Santo Agostinho construir seu argumento e admitir que não é o movimento dos corpos celestes que determinam a existência do tempo, mas que este independe daquele.

tinha sido sinalizada em *Conf.*, XI, 15, 19, quando fala à sua alma: “Foi-te concedida a prerrogativa de **perceberes e medires a sua duração** [do tempo]” (AGOSTINHO, 1980, p. 218, grifo nosso). Em *Conf.*, XI, 18, 24 ele coloca: “Por esses vaticínios é apenas profetizado o futuro já preconcebido *na alma*” (AGOSTINHO, 1980, p. 221, grifo nosso). Daí ele conclui: “Vejo, portanto, que o tempo é uma certa distensão” (AGOSTINHO, 1980, p. 224. Livro: XI, 23, 30). O tempo *não tem extensão*, mas *ele é uma distensão*. “O tempo não é outra coisa senão **distensão**; mas de que coisa o seja, ignoro-o. Seria para admirar que não fosse a **da própria alma**” (AGOSTINHO, 1980, p. 226. Livro: XI, 26, 33, grifo nosso). Portanto, o tempo é uma distensão (*distentio*) da própria alma (*animi*).

## 5 Considerações finais

Em nosso percurso apontamos que a consciência histórica emerge da experiência temporal humana. A consciência das mudanças e das permanências colocadas em um quadro interpretativo para agir intencionalmente no mundo nos ajuda a entender que as bases da ciência histórica se encontram na prática da vida cotidiana dos indivíduos. Utilizamos para provar essa nossa hipótese a obra *Confissões* de Santo Agostinho. A confissão agostiniana recorre às lembranças de maneira narrativa para declarar aos homens e a Deus quem ele foi e quem ele era. Percebemos que a narrativa causou no filósofo profundo senso de *transitoriedade* (mudanças), entretanto, também leva-o a se perguntar pelas *permanências* (identidade) de seu ser no mundo. Essa busca por compreender sua própria natureza se transforma em duas análises que contribuem até os dias atuais para uma reflexão epistemológica da história: uma sobre as operações da memória (livro X) e outra sobre o ser do tempo (livro XI). O que podemos constatar foi que a memória capacidade de abstração de imagens de objetos e que essas imagens (vestigia) quando projetadas pela lembrança são utilizadas como referenciais para o presente e futuro. De maneira que o passado não existe porque já passou, o presente não existe por que ainda não chegou, mas o que temos são as lembranças das representações dos objetos que ficaram em nossa memória.

## Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De magistro = Do mestre**. 2ed. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Do mestre, Trad. Angelo Ricci. Consultoria de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os pensadores).

GUIMARÃES, Pedro Henrique Corrêa. **Tempo da Palavra**: um estudo sobre as Confissões de Santo Agostinho (séc. IV d.C.). 105f. 2014. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História, Goiânia, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/cuPRY>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MATTHEWS, Gareth B. **Santo Agostinho**: a vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MECONI, David Vicente; STUMP, Eleonore (Org.). **Agostinho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: patrística e escolástica, v. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, v. 1.

RUFINO, José Renivaldo. **Passado, presente e futuro**: o tempo da consciência e a consciência do tempo no pensamento de Santo Agostinho. 179f. 2003. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Filosofia Recife: O Autor, 2003. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6313/1/arquivo6763\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6313/1/arquivo6763_1.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

# VIOLÊNCIA NO CAMPO: IGREJA CATÓLICA E MECANISMOS DE AÇÃO EM CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM (1970-1980)

*Dayane de Sousa Lima<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa versa sobre a atuação da Diocese de Bacabal em conflitos de terra travados na região do Médio Mearim entre as décadas de 1970 a 1980. A Igreja Católica desta região entrou como mediadora de posseiros ameaçados de expropriação. Os posseiros não tinham as terras documentadas não era uma preocupação demarcar e regulamentar terras. Eles construíram suas casas e viviam da lavoura e do coco babaçu. Nos anos de 1969 a Lei de Terras começou a privatizar terras públicas, estas foram compradas por grandes latifundiários o que impulsionou o aumento de conflitos de terra. O trabalho da Igreja Católica consistiu em buscar meios legais para dar assistência aos posseiros, o que resultou em ameaças vindas de latifundiários e do Estado. A Igreja se inseriu como mediadora, assim criaram e implementaram projetos e entidades como ACR e AJULAV para ganharem força diante da luta pela terra.

**Palavras-chave:** Diocese de Bacabal. Conflitos de Terra. Posseiros

## INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas fazem referência a um grave problema que atingiu o Brasil sobretudo na segunda metade do século XX. A questão da terra má distribuída provocou milhares de conflitos em várias regiões do país, sobretudo Norte e Nordeste. No Maranhão estes conflitos se configuraram de diferentes formas, nesta região a disputa por terra foi travada entre posseiros e latifundiários, no entanto esses posseiros receberam a intervenção de padres franciscanos pertencentes a Diocese de Bacabal. Várias estratégias foram utilizadas para que os posseiros continuassem nas terras. Com o aumento da violência no campo a Diocese de Bacabal implementou algumas entidades para apoiar os posseiros, tais como a Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e a Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV).

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHis da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, linha de pesquisa Poder e Sociabilidades. Bolsista BATI II - UEMA. Esta pesquisa é vinculada ao projeto Universal FAPEMA – Luta pela Terra no Médio Mearim – MA (1960-1990) coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Milena Galdez Ferreira.

A Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) acompanhou, denunciou e registrou conflitos nas diversas cidades e povoados do Médio Mearim que recebiam a assistência pastoral da Diocese de Bacabal. Esta recebia recursos sobretudo da Alemanha para financiar projetos de ajuda a viúvas e filhos das vítimas dos conflitos.

Esta entidade viabilizou a muitos posseiros a reflexão acerca da sua situação de violência vivenciada por eles. Ela tinha ainda um aspecto catequético, uma vez que as reflexões eram feitas baseados nos textos bíblicos e princípios cristãos da Igreja Católica. Lima Neto (2007, p.50) destaca que buscava-se o contato com os “trabalhadores rurais” para formar lideranças dentro das próprias localidades. Trabalhavam com o lema: ver, julgar e agir, assim eram vistos como a ala progressista da Igreja por causa da sua “*opção pelos pobres*”, apoiando a luta pela terra junto aos posseiros. Lima Neto cita a narrativa de Dona Antonia do Centrinho do Acrísio no município de Lago do Junco, onde a mesma atribui a militância dos posseiros ao trabalho da ACR.

A ACR começou a criar uma militância, que era de trabalhador rural assim a gente chamava de militância, essa militância nas comunidades começou a fazer aquele trabalho nas comunidades, é lendo o evangelho e **falando sobre o tempo de Cristo, que naquele tempo também o pessoal vivia subjugado, mas que depois veio a liberdade né. Essa liberdade pra que ela aconteça, ela teve sangue, aí eles começaram a orientar essa história de que tinha que ter o sindicato né.** Aí foi começando essa coisa assim, aí a gente começou a ir olhando pra frente e ver que a gente não tava errado né, que o coco era nativo, que ninguém tinha plantado, ninguém tinha aguçado, que eles [os fazendeiros] tinha comprado a terra, mas naquela hora ninguém tinha falado em babaçu, aí foi que começou, foi desse jeito. Aí nesse tempo todo mundo assistia bem o evangelho, ouvia bem né, aí começamos a achar que nós tava certo mesmo que eles [os fazendeiros] não era dono, eles podia ser os donos da terra, mas não podia ser os donos da gente, e nem era o dono do coco (Dona Antonia, Centrinho do Acrísio, grifos nossos). (LIMA NETO, 2007, p.50, grifo do autor).

O autor afirma que esse mecanismo de ação busca identificar os meios de exploração econômico, social e cultural imposto aos posseiros pelos latifundiários. Apontavam assim para uma luta legitimada respaldados por entidades e projetos mediados pela Igreja.

Outra entidade importante de apoio aos posseiros foi a Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) que consistia em aconselhar e acompanhar juridicamente os posseiros. Esta instituição contava com o apoio da Diocese de Bacabal, da Província

Franciscana Nossa Senhora da Assunção, de algumas lideranças políticas e com ajuda financeira de parceiros da Alemanha. Desse modo, tornou-se uma instituição temida pelos grandes proprietários de terra.

Na década de 1980, a AJULAV desenvolveu-se para uma instituição respeitada e temida pelos grandes. A combinação entre lideranças eclesiais engajadas – em primeiro lugar Dom Pascásio – com ligações e personalidades influentes na política federal e ligações com meios de comunicação no exterior, mormente na Alemanha de um lado e o acompanhamento jurídico competente do outro, deu uma chance aos lavradores angustiados, de conseguir manter seus direitos na luta contra a ganância de grandes proprietários e assegurar propriedade de terra para si e seus filhos. (LOHÈR, 2009, p.386).

Ao ser entrevistado o padre franciscano, Fr. Heriberto Rembecki narra que o ato de criar entidades de apoio, como a AJULAV foram incentivados pela III Conferência da América Latina (CELAM), cujo título dizia: *“A Igreja é de todos, mas de preferência dos pobres e dos jovens”*. Deste modo, sentiram a necessidade de se organizarem enquanto Igreja, ele cita especificamente as paróquias de: Lago do Junco, Lago da Pedra, Paulo Ramos e São Luís Gonzaga.

Assim, devido o aumento dos casos de conflitos na década de 1980, principalmente nos povoados assistidos por estas paróquias, criaram o escritório da AJULAV no convento dos franciscanos em Bacabal. “E os fazendeiros ficaram com raiva, porque agora teve alguém que orientava o lavrador, chamando a atenção para o direito”. (Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Muitas outras entidades foram implementadas como estratégias para garantir a permanência dos posseiros nas terras. Outras iniciativas se deram pelas Romarias da Terra que reivindicavam por Reforma Agrária, pela paz no campo e por justiça. Muitas foram as manifestações de apoio, no entanto muitas famílias foram expulsas, posseiros assassinados e casas foram queimadas em virtude da violência no campo.

## **AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MARANHÃO**

A disputa por terra no território maranhense constituiu-se de forma bastante heterogênea. Estes conflitos por posse e desapropriações se deram em várias regiões do Brasil e cada território teve sua própria dinâmica e interesses. A partir de

uma crise na política brasileira essas disputas tomaram rumos bem específicos, como: criação de mecanismos de defesa, de resistência e de reivindicações para tomada de terras. No último caso, essa tomada dava-se por pequenos ou grandes empresários, agropecuaristas, que reivindicavam a posse das áreas ocupadas. No caso dos posseiros a resistência se dava para permanecer nas terras.

Nos anos de 1969 a Lei de Terras Nº 2.979/ 17-07-1969, conhecida como “Lei de Terras Sarney”, começou a incentivar a privatização de terras públicas e a expansão de projetos agropecuários, o que impulsionou o aumento de conflitos de terra. As terras que nas décadas de 1930 a 1960 eram vistas como oportunidade para pequenos lavradores, nos anos de 1970 virou uma grande oportunidade para os pecuaristas, visando pastagens para o gado.

Em consequência da nova dinâmica de mercado das terras, ela passou a valer mais e começaram a cercar os hectares estabelecendo limites. Por estas e outras questões, como o desmatamento dos babaquais, aumentaram-se os conflitos e a violência. A cartilha criada para informar pequenos lavradores “O rosto do Maranhão” (Movimentos Pastorais de Bacabal, 1995) ressalta: “Na Lei Sarney, o que se fez foi acabar com o que se tinha – as matas – que serviam aos pequenos agricultores, para se plantar o que não se tinha – capim – que servia aos pecuaristas.” (APARECIDA et al. 1995, p.9).

De acordo com Barbosa (2013, p.140) em “*MULHERES DO BABAÇU: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*” foi a implantação da “Lei de Terras Sarney” que favoreceu o aumento dos conflitos por terra:

Foi, então, a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969) também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais no estado, o que contribuiu sobremaneira para o aumento dos conflitos no campo, na medida em que se tornou dispositivo de legitimação formal da exclusão de famílias camponesas de acesso à terra e aos babaquais. Nas regiões com incidência de babaquais, o efeito principal da lei foi a imobilização da força de trabalho, o que “ocorre para relativizar o papel da industrialização ou de transformações econômicas significativas” (ALMEIDA, 1995, p.27). Desse ponto de vista, pode-se relativizar o papel transformador da industrialização do babaçu, posto que, mesmo com as inovações tecnológicas no processo do coco, tratou-se de uma modernização conservadora que manteve intocável a estrutura da propriedade territorial.

Outras estratégias foram usadas por pecuaristas, o exemplo é a grilagem.

Em 1974, em Lago da Pedra, o primeiro conflito se deu porque grandes áreas nacionais foram entregues para fazendeiros. Nesse processo era feita a retirada de posseiros para vender as áreas para grandes empresas. Apesar do Estatuto da Terra garantir que a posse deveria ficar com moradores antigos, aqueles que ali plantaram e construíram casas, não foram respeitados. A justificativa é que os posseiros não passavam de invasores, deste modo, eram feitas as desapropriações das famílias. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecia as terras como desabitadas e passava o título para implantação da agropecuária.

Muitas eram as denúncias que chegavam aos bispos do Maranhão, focos de conflitos e violência eram constantes, o número de assassinatos crescia dia após dia, havia notícias de mortes, torturas, desapropriações, a Igreja e suas organizações acusavam fazendeiros e pistoleiros, sob a crítica de que nada se fazia para punir os responsáveis.

Dos mecanismos de ação para tentar pressionar o Estado a tratar da Reforma Agrária com mais seriedade destaca-se as Romarias da Terra. Trata-se de uma mobilização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades ligadas a Igreja Católica que acontece no Brasil, mas sua programação é regional onde a Igreja se reúne com seus fiéis e pessoas de outras denominações religiosas para reivindicar direitos como Reforma Agrária, saúde, educação, direitos trabalhistas, água, etc.

Ao tratar das Romarias da Terra Mitideiro Junior (2008, p.238) afirma que o evento se trata de uma potência frente aos conflitos no campo.

A Romaria da Terra não é uma manifestação, da qual a mística faz parte, ela é a própria mística. Outro exemplo ainda a ser estudado é pensar **a ocupação de terra como ato litúrgico**. O caráter místico da história do Êxodus na Bíblia dá certa “legitimidade” religiosa e universal ao povo oprimido do campo de resistir e lutar (ocupar) pela terra. (Grifo do autor).

A reunião para preparar a I Romaria da Terra no Maranhão aconteceu na cidade de Bacabal no Centro de Formação de Lideranças, em 18 de março de 1986, com a presença de Fr. Godofredo Bauerdick (Assessor da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR), Pe. Gianluigi Zufellatto (Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT), Ir. Carolina (Representante das Comunidades Eclesiais de Base CEB's – Diocese de Caxias), Chico Amâncio (represente da Diocese de Coroatá) e Francisco da Conceição (representante do “Jornal Tempos Novos”).



*Decidiu-se o tema central será o mesmo da Campanha da fraternidade – 86: TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS! A romaria acontecerá no dia 15 de setembro, no dia de Nossa Senhora das Dores. O local escolhido foi Vargem Grande, terra de São Raimundo dos Mulundus e centro de romaria. A Romaria da Terra começará às 07 horas em Polica e desaguará em Vargem Grande, haverá missa à tarde. (REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA I ROMARIA DA TERRA – 86).*

A cidade de Vargem Grande, pertencente à diocese de Coroatá, foi escolhida para sediar o evento, porque também sofria com conflitos de terra, consideraram assim que este local tinha identidade de luta e resistência.

Diferente das romarias tradicionais, na Romaria da Terra não há lugar fixo para a sua realização e não significa uma peregrinação para um santuário ou coisa do gênero. O que motiva o seu acontecimento em determinados lugares é o contexto político do local por onde os romeiros caminharão como resgate da memória de lutas passadas e que sirvam de incentivo às lutas atuais. Com isso, geralmente elas acontecem em áreas onde estão ocorrendo ou já ocorreram conflitos por terra, como por exemplo, o trajeto de um acampamento de sem terra para outro; de um acampamento para um assentamento da região; de um assentamento para um acampamento; de uma Igreja de um município a um acampamento ou assentamento; o entorno de áreas ou terras indígenas, lugares para lembrar as conquistas e lugares para resgatar a memória daqueles que morreram na luta, ou melhor, para trazer a história dos mártires para a luta atual. (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p.453-454).

As imagens a seguir retratam a primeira edição de Romarias da Terra no Estado do Maranhão:

Imagem 1 - I Romaria Da Terra – Vargem Grande - MA – 1986



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

Imagem 2 - I Romaria da Terra – Vargem Grande – MA – 1986 celebração da missa



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>

A II Romaria da terra realizou-se na cidade de Bacabal, mais uma vez trabalhadores rurais, posseiros, agentes de pastorais, clero e entidades organizaram o evento pedindo por direitos à terra para aqueles que vivem e retiram dela seu sustento.

A cartilha utilizada nesta Romaria da Terra, abordou temas como: Reforma Agrária, elaboração da Constituinte, resistência, ocupação de terras, dentre outros. Em convite para a II Romaria da Terra, D. Fr. Pascácio Rettler (OFM) fala aos fiéis:

Queridos irmãos do Estado do Maranhão, paz e bem.

Como posso ver esse povo de Deus? De modo especial irmãos lavradores que amo tanto, desaparecer vitimado pela Injustiça, Tortura, Expulsão de Terra, Morte e Crimes? Cada irmão e lavrador deve ser uma trombeta na imprensa e em toda parte, gritando com toda força, pedindo socorro para o grande naufrágio do Povo de Deus do Maranhão. Pode ser que os governos que tem o dever de salvar o Estado nas calamidades públicas, despertem com vosso clamor e não queiram passar por assassinos, deixando caprichosamente morrer milhares de lavradores que podiam salvar. Foi com palavras semelhantes que Padre Cícero convidou o povo do Ceará e do Nordeste para lutar contra a seca que atormenta até hoje o povo sertanejo. Pior, talvez, que o flagelo da seca é para os nossos irmãos lavradores o flagelo da falta de Terra e desprezo da palavra do Papa João Paulo II. “A REFORMA AGRÁRIA NÃO PODE FALHAR”.

Movido por tudo isso, a Diocese de Bacabal se sente feliz e honrada de convidar o Povo de Deus do Maranhão para a II ROMARIA DA TERRA no dia 12 de setembro. Nas diversas regiões do Brasil se fazem Romarias de Terra em lugares tradicionais, como Canindé: há outras também em locais de assentamento ou de luta do passado e do presente, como haverá em Bacabal. (D. PASCÁSIO RETTLER, 1987, p.2)

A imagem abaixo retrata a II edição da Romarias da Terra no Estado do Maranhão:

Imagem 3 - II Romaria da Terra Bacabal/MA 1987



Fonte: CPT/MA <http://www.arquivoscptma.ufma.br/>. Alguns sacerdotes acompanham a romaria.

## **REFORMA AGRÁRIA**

A reforma agrária é para o lavrador, sem-terra e posseiros a esperança que seus direitos sejam garantidos por lei. Vários movimentos sociais se empenharam para que isto acontecesse; entre eles se destaca a CPT, que diante de tantos conflitos contribuiu para que a terra fosse dividida principalmente entre os menos favorecidos da sociedade. De acordo com o Estatuto da Terra Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964 “§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (BRASIL, 1964).

Atualmente no Brasil o projeto de Reforma Agrária está associado ao INCRA e abrange os governos estaduais e municipais, sob a função de assentar famílias dando possibilidade de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento dos territórios.

A maioria dos posseiros do Médio Mearim eram migrantes vindos de alguns estados do Nordeste atingidos pelas secas e outros eram maranhenses que migravam de um município para outro buscando melhores condições de vida. A legalização das áreas que habitavam não era uma preocupação para o posseiro, “a terra não tinha dono” chegavam, plantavam e construíam suas casas, retiravam da terra o sustento da família e não eram incomodados com cercas de arame. Mais tarde começaram a surgir os problemas de não se ter um documento que lhes garantisse a posse.

Segundo Lima Neto (2007) a década de 1970 “é marcada pela exacerbação da submissão das famílias camponesas às formas de imobilização no âmbito comercial e, principalmente no produtivo”. O autor destaca que eram poucas as famílias que ainda tinham a posse de suas terras no município de Lago do Junco, MA neste período.

Em alguns casos, povoados inteiros passaram a viver na condição de agregados de um único proprietário. Com efeito, as famílias camponesas gradativamente passaram a vivenciar o aumento das restrições a implantação de seus roçados e a coleta do babaçu. O tempo de fartura e liberdade – que então fazia parte do passado - cedeu lugar ao tempo da sujeição e da precisão.

A partir daí, de forma mais generalizada, os chamados donos de terras passaram a condicionar a permanência das famílias camponesas no interior das fazendas ao pagamento de foro e o cumprimento de algumas obrigações para com o proprietário. Na medida em que se observa a expansão da atividade pecuária na região, inúmeras estratégias foram desenvolvidas pelos proprietários com o intuito de subordinar e imobilizar a mão-de-obra das famílias camponesas no interior destas propriedades. Algumas famílias se submeteram às exigências, outras se mudaram do local onde já trabalhavam e residiam há anos em busca de novas áreas livres ou para as periferias urbanas das cidades. (LIMA NETO, p.40, 2007, grifo do autor).

Diante de todas estas disputas construiu uma dinâmica que permitiu a criação de entidades que se ocuparam das questões da luta pela terra, a exemplo a Comissão Pastoral da terra (CPT), a Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's), etc. Assim reivindicavam junto ao posseiro que essa terra fosse cedida a quem já estava nela.

## **TERRA – ATUAÇÃO DA PROVÍNCIA FRANCISCANA E DIOCESE DE BACABAL**

É importante lembrar que quando se leva em consideração a história da migração de nordestinos para o Maranhão ou dos próprios maranhenses que migravam de um povoado ou município para outro dentro do próprio território, estamos falando na maioria das vezes de posseiros, ou seja, famílias que se negavam sair das terras que moravam a décadas, a luta não era para invadir, mas para permanecer. As bem feitorias feitas na terra eram uma prova de que essas famílias já estavam há bastante tempo naquele local. Assim relata Guilhermina Aguiar sobre os conflitos de terra em municípios assistidos pela Diocese de Bacabal:

Mas a luta pela terra aqui na Diocese de Bacabal, ela se diferencia de outras regiões, porque aqui na diocese de Bacabal não era ocupação, mas era garantir a permanência de quem estava na posse, porque o movimento aqui na diocese é o movimento de posseiros, ou seja, movimento de quem estava na posse da terra, mas que não tinha documento, que não tinha como provar que era dono, mas a lei garante. Por isso que a gente trabalhou muito o Código Civil, porque no Código Civil dizia bem claro, que se você mora numa área durante cinco anos e nunca foi incomodado, nunca apareceu dono e você tem bem feitoria nessa área, então se utiliza o usucapião especial, então a gente trabalhava muito essa questão do usucapião especial. Porque tinha gente que tinha 60 anos que os pais tinham nascido naquela área, então isso já era o suficiente. Então a gente incentivava muito também o beneficiamento da área, você não tinha que plantar só arroz e feijão, porque com o tempo você não ia ver as marcas, mas era plantar também frutas, laranjeira, situar com frutas essas coisas. Então isso era uma garantia da permanência das pessoas naquela posse, que eles estavam fazendo bem feitorias, ele realmente precisava. Olha que legal! Isso era interessante! Então, uma das justificativas para garantir a permanência dessas pessoas naquela posse era uma bem feitoria que ele estava fazendo. Porque ali ele provava que ele queria a terra realmente para sobreviver, então foi isso que garantiu a permanência desse povo nessa área. (Depoimento: Guilhermina Aguiar, ACR, 2015).

Em algumas regiões do Estado do Maranhão os conflitos de terra receberam a intervenção direta dos franciscanos. A Igreja Católica buscou dar auxílio para que os envolvidos no conflito buscassem seus direitos legais para permanecerem na terra.

A Diocese de Bacabal deu especial atenção a luta pela terra na região do

Médio Mearim porque essa área fazia parte do seu território de organização pastoral. Tal diocese foi criada em 22 de junho de 1968 pela Bula “*Visibilis natura*” do Papa Paulo VI e instalada em 1º de novembro de 1968, desmembrada da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, ela abrange atualmente 27 municípios<sup>2</sup>. Na ocasião dos conflitos, a diocese de Bacabal tinha como Bispo D. Frei Pascásio Rettler, OFM padre franciscano de nacionalidade alemã.

Com a atuação da Igreja, os lavradores ganhavam mais força e o número de reivindicações agrárias e negociações por parte da Igreja com o Estado cresceu. Muitas dessas negociações foram mediadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Outro movimento de muita importância nesse processo de negociações foram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Em 1988 suas reivindicações perderam força, devido a tantas dificuldades de serem atendidos e outros movimentos começam a surgir. Grupos de viúvas, que perderam seus maridos em virtude do conflito no campo, começam a se organizar para lutarem por seus direitos; as quebradeiras de coco, entre outros que começam a ganhar espaço nesse contexto de reivindicações.

Além destes, surgiram as cooperativas e associações para estruturarem a produção e comercialização de seus produtos. Estas são algumas das representações sociais que se formaram para lutarem por melhores condições de vida, para que tivessem o direito de plantar e desfrutar do lucro, esforço do próprio trabalho.

A Igreja se insere neste cenário de luta, além de tentar garantir direitos a esses sujeitos, faz com que haja uma participação deles na tomada de decisões para que sejam eles mesmos os agentes transformadores dessa realidade. Deste modo, inferimos que o foco não é somente legalizar as terras, mas, fazer com que eles mesmos lutem por seus direitos.

## **POSSEIROS – A LUTA PELO DIREITO DE PERMANECER**

As terras férteis do Maranhão encheram muita gente de esperança. Lavradores buscaram nas terras e rios maranhenses a perspectiva de dias melhores para suas famílias, uma chance de tirar o sustento da lavoura e ter um lugar para morar.

---

<sup>2</sup> Municípios atendidos pela Diocese de Bacabal: Altamira do Maranhão, Bacabal, Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Brejo de Areia, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lagoa G. do Maranhão, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos,

Marajá do Sena, Olho d'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, S. L. Gonzaga do Maranhão, E. Raimundo do D. Bezerra, São Roberto, Satubinha, Trizidela do Vale e Vitorino Freire. Fonte: <http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>

Fr. Heriberto Rembecki, OFM, relata que os franciscanos tentaram muitas vezes alertar os posseiros para que buscassem legalizar as terras que ocupavam. Este, no entanto, não era um trâmite muito viável. Eles tinham difícil acesso às leis e precisavam fazer viagens para a capital. Alguns ainda tentaram a legalização, apesar da burocracia e da falta de recursos, o que fez muitos deles desistirem.

Os freis pediam: “gente vão procurar a documentação”, povo: “Ah aqui a terra é nossa”. O outro tentou, foi lá a São Luís, mas chegou lá, não teve papel para preencher, foi viagem de uns dias e assim, foram [movimento com as mãos, sinal que o povo foi desistindo]. Aí o povo começou a trabalhar, a desmatar essa mata toda e aí começou. Naquela época em 58 a 59 Bacabal tinha mais de 50 usinas de beneficiamentos de arroz, trabalhando dia e noite e os carros e caminhões puxando arroz, puxando e puxando arroz. O arroz depois foi levado daqui até o Rio de Janeiro, a produção, isso foi início da década de 60. Depois [baixando tom de voz] vai vir o grito pela criação de gado, o grito do governo e foi o começo de conflito de terra. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Ao chegarem, os migrantes encontravam as terras desabitadas, com mata fechada e se fixavam. Ter dono não era uma questão, pois as terras eram as ditas “livres”, terras devolutas do Estado ou União. A expansão da agropecuária ocasionou uma configuração distinta para este território, pessoas com posses vindas de outros estados começaram um processo de compra e grilagem das terras ocupadas e começaram a expulsar os posseiros antigos. Estas foram motivações fundamentais para desencadear os conflitos de terra em várias povoados e municípios do Médio Mearim.

Eu me lembro, como em 72 veio um ricaço lá de São Paulo, ainda com a benção da Igreja, passaram por aqui no convento, e depois foram sobrevoar a área lá em Lago da pedra e Paulo Ramos na beira do Rio Grajaú, onde depois foi instalada a fazenda, a SABESA ocupando logo 10.900 hectares de terra, dizendo primeiro para o povo: “vocês tem que ficar, nós vamos precisar de vocês” e assim. E o povo ajudou a fazer a cerca e assim por diante. E depois de tudo pronto o povo não tinha mais direito de quebrar coco, tinha que desmatar o babaçu e assim. Nada de escola, nada disso viu? Ficou uma área grande só para o gado. Quatro grandes povoados foram extintos, de vez. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Ir. Teresinha de Jesus, pertencente a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, natural de Vitorino Freire, nascida em 1956, filha de lavradores, narra que as terras ocupadas por posseiros eram terras “sem dono”, usa o exemplo da migração de sua família de Vitorino Freire para Aldeia sinalizando serem “terras livres”.



Olha na verdade as terras é aquela coisa... Sobretudo no Maranhão a nossa região, por exemplo eu digo da minha família, a gente saiu de Vitorino Freire, eu tinha dois, três anos de idade e chegamos numa aldeia indígena que ainda tinha alguns índios e a gente foi ficando por ali, morando, colocando roça, daí chegando mais pessoas e não se preocupava, não tinha essa preocupação de demarcar terra, de registrar terra. Então eu conheci nesses momentos de conflitos pessoas que diziam: gente lá com seus 80 anos: “meu bisavô nasceu aqui, meu avô nasceu aqui”, construiu família e aí de repente a terra não é mais nossa. Porque não tinha registrado, não tinha essa preocupação, ou seja, eu acho que isso tem muito haver com a ganância, não tinham ganância, então... tinha lugar onde colocar a casa, tinha lugar de colocar a roça, esse ano aqui, no outro ano lá, não tinha nenhuma preocupação não, nenhuma preocupação. Então, com isso, eram os donos, porque moravam. (Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

A narrativa de Ir. Teresinha de Jesus, constrói a imagem da *ambição* de poderosos por grandes extensões territoriais com a finalidade de criar gado, o que resultou na retirada de muitas famílias de suas casas e as consequências foram os conflitos de terra marcados por violência de vários aspectos. Os latifundiários começaram a levantar cercas o que causou problemas para os posseiros. Seguiram-se várias restrições a esses posseiros, resultando em muitos embates “[...] inclusive alguns apresentavam documentos feitos em cartório, e tudo dessas terras que eles nunca tinham ido lá medir, mas que eles sabiam que existia, então o objetivo era exatamente aumentar fazenda”. (Depoimento: Ir. Teresinha de Jesus, 2015).

A Diocese de Bacabal, com apoio do bispo D. Pascásio Rettler, OFM e os franciscanos da Província Nossa Senhora da Assunção posicionaram-se em apoio aos posseiros e travaram muitas brigas com o estado, polícia e latifundiários para garantir a segurança e o direito à terra aos antigos ocupantes. As fontes aqui analisadas apontam que os latifundiários estavam amparados por poderes políticos facilitando a eles o acesso às terras, seja por compra ou por mandatos de desapropriação. Percebe-se nesse contexto a inserção de distintas categorias nesta disputa, são elas: posseiros, sindicatos, Igreja, Estado e latifundiários. Todos lutavam por um mesmo objetivo - terra - mas com interesses diferentes. É importante perceber a dinâmica de cada um para entendermos a movimentação desses grupos em torno dos conflitos.

Nesse sentido, categorias como “povo”, “popular”, dentre outras formas de designações que façam alusão a uma coletividade, são frequentemente mobilizadas por agentes que reivindicam a autoridade para falar em nome desses segmentos no curso das lutas internas que compõem a dinâmica de um espaço específico. O ato da mediação reconhecida em nome de grupos sociais categorizados como populares

produz, por si, uma força inversamente proporcional à autonomia apresentada em determinado domínio social. No caso em questão, a intervenção de agentes culturalmente favorecidos e reconhecidos por sua competência de mediação não apenas na esfera religiosa, mas no cruzamento com outros domínios, exerce essa força precisamente pela ausência de autonomia dos domínios nos quais estejam inseridos. (MACHADO, 2012, p.57).

Observar grupos sociais remete-se ao pensamento de que sempre funcionou em tal coerência. Contudo, convém entender as suas peculiaridades e conhecer os seus processos de (re)estruturação dos grupos, relações de poder, sociabilidades, etc. Neste caso, foram formados entidades e instituições motivados por sujeitos que reivindicavam o direito à terra.

A História Social busca esses aspectos que permitem a construção de mentalidades dos grupos, da própria identidade e dos campos de disputa. Desta forma, Burke (2002) discute a importância de conhecer os processos históricos para que não aconteça o erro de reproduzir ideias cristalizadas. É pre/ciso lançar um olhar sobre o passado para entendermos a dinâmica do presente; do contrário, não entenderemos o porquê e/ou para que houve a necessidade da formação de novas instituições em meio aos movimentos sociais.

Mais tarde, quando as organizações bem-sucedidas encomendam suas histórias oficiais, tais histórias não raro dão a impressão de que esses órgãos tiveram um planejamento consciente e foram institucionalizados desde o início. Assim, fica difícil não ler o presente no passado, mas deve resistir à tendência e o conceito de um movimento estimula a concepção da fluidez e espontaneidade do movimento de fundação, um 'movimento' que pode durar uma geração, porém está destinado a ser substituído pela fase de rotinização ou "cristalização". (BURKE, 2002, p.126).

Em meio ao contexto de conflitos de terra não há interesse em discutir estas categorias enquanto dominados ou dominadores, mas que todos os grupos envolvidos agiram de forma específica onde influenciaram e também foram influenciados durante o processo. As estratégias que cada grupo utilizou para reivindicar estas terras são movimentações diferentes diante de um problema social. Cada um se inseriu com as ferramentas que lhes era possível, seja por vias legais ou ilegais.

Não se pode pensar em passividade, pois mesmo os que sofrem têm suas formas de resistir e continuar (sobre)vivendo dentro do cenário. Deste modo, criam-se

estratégias e mecanismos de defesa dos grupos envolvidos. Segundo Bourdieu (1980) as camadas sociais não ficam alheias às questões conflitivas:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de imposições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais<sup>4</sup>. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. (BOURDIEU, 1980, p.12-13).

A participação desses mediadores na luta pela terra fez com que ao longo dos anos se constituíssem novas relações e práticas diferenciadas, pois a implementação de projetos e o surgimento de grupos organizados foram modificando as estruturas vigentes. Dessa forma, a Igreja criou projetos de apoio e incentivo para que estes posseiros permanecessem e cultivassem as terras que ocupavam. Vários projetos de formação política foram proporcionados pela Diocese de Bacabal e os franciscanos para que tivessem acesso à informação e melhorassem seus métodos de cultivo da terra.

## CONCLUSÃO

O problema da terra má distribuída no Brasil ainda está longe de se encerrar. Mesmo diante de longas décadas de luta de entidades, instituições, sindicatos, posseiros e lavradores nunca se implantou de fato a Reforma Agrária. As poucas terras que posseiros de algumas regiões conseguiram conquistar foi com muita luta e suor, mais ainda é pouco diante de toda violência praticada contra eles. A intervenção da Igreja Católica diante deste cenário foi válida para viabilizar diálogos com autoridades e por muitas vezes conseguiram passar por cima das burocracias devido as pressões. Ainda, podemos lembrar as inúmeras manifestações de apoio diante da violência.

Por outro lado diante do registro de dezenas de assassinatos a posseiros na Região do Médio Mearim nenhuma das denúncias foram investigadas e até hoje nenhum dos culpados foram condenados pelos crimes.

Aos mediadores foi atribuído o papel de fazer ouvir a voz daqueles intitulos de “*injustiçados*”. Assim, como instituição legitimada, apropriou-se da função de denúncia e defesa dos posseiros. Por muitas vezes estes gritaram por socorro, delegando e confiando à Igreja a solução destes conflitos.

Considera-se que diante deste cenário de migração, fixação, conflitos e resistência, houve (re)configuração nas relações, na cultura e identidade ressignificando o cenário no campo. Diante da luta, muitas conquistas também foram pontuadas, dentre elas a conquista de permanecer na terra e tirar dela o sustento, o sonho da *terra liberta*. No entanto esta realidade não se efetivou para todos, muitos posseiros foram obrigados a deixar para trás suas casas e lavouras.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Guilhermina. **Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR**. [09 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

APARECIDA, Cecília et.al. **O rosto do Maranhão, anúncio e denúncia, seus sistemas político e sócio econômico**. São Luís, 1995. p.9. (Apostila).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal Do Brasil. Ministério da Fazenda. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 302 nov. 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)> Acesso em 21 dez. 2015.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

D. PASCÁSIO RETTLER, *Convite para II Romaria da Terra, 1987*. (Folha Avulsa)

DIOCESE DE BACABAL. **Municípios na Diocese**. Disponível em: <<http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>> Acesso em: 5 maio 2018.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA**, 2007. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

LÖHER, Frei Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **Ação Política, missão pastoral e instâncias de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)**. São Luis, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

MITIDEIRO JUNIOR, Marco Antonio. **Ação territorial de uma igreja radical:**

teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado)

REMBECKI, Frei Heriberto. **Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção**. [07 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA I ROMARIA DA TERRA, 1986. (Folha Avulsa)

**ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE SOBRE  
A DICOTOMIA PRESENTE NOS DISCURSOS DESENVOLVIMENTISTAS  
DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.**

*Déborah Rachel Ribeiro dos Santos\**

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso desenvolvimentista fortemente atuante na imprensa do Maranhão durante a década de 1970 e 1980 com a implementação do Projeto Grande Carajás, especificamente com a construção da Estrada de Ferro Carajás, que tinha como um dos objetivos a movimentação da economia local e a geração de empregos. Dessa maneira, por meio da análise do jornal O Imparcial, a pesquisa busca identificar a dicotomia do discurso modernizante para o Maranhão e os resultados advindos com esse grande empreendimento, analisando assim a importância dos grandes discursos desenvolvimentistas durante o processo de abertura política no Brasil, além da relação do Estado com a iniciativa privada, para assim compreender como se conformou O Projeto Grande Carajás.

**Palavras-chave:** Projeto Grande Carajás, Economia, Desenvolvimento, Maranhão.

**Processo histórico do Projeto Grande Carajás**

O Projeto Grande Carajás (PGC) foi pensado e estruturado a partir da descoberta da imensa jazida de minérios que ocorreu em 1967 apenas três anos após o golpe empresarial-militar que resultou em 21 anos de uma ditadura militar brutal. A jazida está localizada na clareira da Serra Arqueada, no sudeste do Pará, atualmente como conhecida como Serra Carajás. O processo de descoberta e a preferência pelas pesquisas que seriam desenvolvidas naquela região foram marcados por uma série de conflitos e desacordos entre o Estado e a mineradora norte-americana US-Steel, que era legalmente a companhia que detinha a prioridade para explorar as jazidas de minério, visto que, o geólogo Breno Augusto dos Santos, que foi o responsável pela descoberta era um funcionário que prestava serviços para a companhia que estava realizando estudos dentro daquela região. Não tardou para que os conflitos começassem a aflorar por conta da grande descoberta que em sua primeira avaliação contou com um resultado de cerca

---

\* Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista INCT Proprietas/CNPq. E-mail: [deborahrachel123@outlook.com](mailto:deborahrachel123@outlook.com).

de 36 milhões de toneladas de minério, contudo, estudos mais recentes identificaram um volume muito maior, como mostra o autor Joan Botelho:

A serra de Carajás está localizada na região norte do Brasil, no Estado do Pará, no município de Parauapebas. Trata-se de uma área rica em exploração de minério de ferro e derivados, com potencial para exploração de minerais em no mínimo, 500 anos. É a maior província mineral do planeta, cuja reserva é estimada em 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 1 bilhão de toneladas de cobre, riqueza que poderá superar a exploração de minério de ferro e mais: 40 milhões de toneladas de bauxita, 60 milhões de toneladas de manganês e 124 milhões de toneladas de níquel, 13.000 toneladas de cassiterita que deverá produzir 9.240 toneladas de estanho e 2.2 toneladas de ouro. (BOTELHO, 2007, p.205-206).

É possível identificar o nababesco empreendimento que estava desde então sendo gerido pelo governo, pensando em um desenvolvimento industrial e estrutural em longo prazo. Com base no volume encontrado naquela região o governo brasileiro por sugestão do general Albuquerque Lima e o Ministro do Interior do Governo Costa e Silva, aconselharam que a companhia norte-americana US-Steel deveria entrar em um acordo com a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A)<sup>1</sup>, que até então era uma empresa estatal, para que ambas pudessem realizar a atividade de exploração na Serra Carajás. Em 1970 após diversas discussões sobre a atuação da empresa US-Steel e da Companhia Vale do Rio Doce referente a Serra Carajás, o governo brasileiro finalmente conseguiu negociar com a companhia norte-americana a participação CVRD enquanto sócia majoritária em um projeto unificado de pesquisa mineral. O acordo selado em abril deste mesmo ano resultou na criação da joint venture Amazônia Mineração S.A (AMZA), que alguns anos mais tarde seria responsável pela implementação do Projeto Grande Carajás.

Mediante aos fatores inicialmente mencionados, faz-se extremamente necessário à compreensão do contexto político-econômico nacional, sendo que, foi a partir do âmbito políticos e das medidas voltadas para o setor econômico que determinou-se o curso dos grandes projetos direcionados para região norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O regime militar instalado por meio de um golpe contra o Executivo em 1964, passava neste momento pelo fim do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), iniciando o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que

---

<sup>1</sup> Atualmente a empresa pertence ao setor privado, pois em 1997 a Vale foi privatizada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

encontrou o cenário econômico brasileiro profundamente fragilizado, por conta do fim de um ciclo de “prosperidade” da economia nacional com o salto do desenvolvimentismo e o crescimento industrial e produtivo derivados do chamado “Milagre Econômico”<sup>2</sup>, que permaneceu apenas enquanto as condições internacionais estavam favoráveis, entretanto, para além deste fator, no contexto econômico mundial um acontecimento foi essencial para este processo de enfraquecimento da economia do Brasil, o choque do petróleo em 1973, acabou por agravar o aumento dos preços do insumo, o avanço da inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos, reduzindo assim o crescimento da economia . Segundo Júlio César Bellingieri:

A gestão do Presidente general Ernesto Geisel (1974-79) foi caracterizada pela desaceleração do crescimento econômico, pelo aumento da taxa de inflação, pelos choques do petróleo de 1973 e de 1979, e por um processo de aprofundamento do endividamento externo. (BELLINGIERI, 2010, p. 7).

Perante um cenário econômico complexadamente fragilizado, o general Geisel em seu plano de governo voltado neste momento para o setor da economia lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento no final do ano de 1974, liderado pelo ministro da Fazenda Reis Velloso, sendo que, o objetivo inicial do plano era promover um ajuste na estrutura de oferta, visando um crescimento de longo prazo para a economia nacional. “Essa alteração na estrutura de oferta significava alterar a estrutura produtiva brasileira de modo que, em longo prazo, diminuísse a necessidade de importações e fortalecesse a capacidade de exportar de nossa economia” (GREMAUD, 2004, p. 413), dessa maneira, é possível observar claramente este método abordado na primeira parte do II PND, que estrutura o desenvolvimento e a grandeza do Brasil como uma potência emergente, pensando assim na consolidação no país de uma economia moderna, reajustando as bases para as novas realidades da economia mundial e estabelecendo estratégias de desenvolvimento social.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento baseou-se no apoio a indústria de base e centrou-se em alguns pontos específicos, dentre eles a realização de grandes investimentos pelas empresas estatais na produção de metais ferrosos e não ferrosos, destacando assim o Projeto Carajás. A implementação do PGC voltado especificamente

---

<sup>2</sup> Milagre econômico brasileiro é a denominação dada à época de crescimento econômico elevado durante o Regime Militar no Brasil, entre 1969 e 1973, também conhecido como "anos de chumbo". Todavia, é válido ressaltar que este momento da economia foi responsável pelo endividamento externo além do aumento da inflação.

para a mineração foi responsável por uma drástica mudança no modelo econômico das regiões que estavam inclusas neste grande projeto como, por exemplo, o Maranhão que teve no decorrer deste empreendimento a chamada “Era dos Grandes Projetos” e contou com a inserção de duas infraestruturas fundamentais para o funcionamento do PGC, sendo estas a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, além dos impactos nas demais áreas que também fazem parte da Amazônia Oriental<sup>3</sup>, como Tocantins, o Estado do Pará em que está localizada a Serra Carajás e alguns municípios de Goiás.

O general Ernesto Geisel assumiu o poder em meio a um cenário econômico extremamente problemático, seja este a nível nacional ou mundial. A grande proposta do governo voltada para o setor da economia era trabalhar para desenvolver de forma eficaz o II PND, visto que, o I Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado ainda no governo do General Médici, tinha algumas especificidades, incluindo o investimento em obras de infraestrutura como, a hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodoviária Transamazônica, todavia, por mais que de início estes investimentos tenham encontrado um espaço favorável, o episódio ocorrido no ano de 1974, ou seja, a crise do petróleo findou no acirramento de aspectos básicos da economia. Diante disso, o modelo econômico nacional que estava sendo implementado pelo governo Médici foi interrompido necessitando assim de uma mudança estrutural para adaptar-se as novas condições econômicas.

O governo militar de Ernesto Geisel trabalhou para movimentar a economia, buscando maneiras de incentivar os investimentos do capital multinacional e associado, almejando a rapidez no desenvolvimento do Projeto Carajás, frisando que durante todo o processo de estruturação do grande projeto, o governo fortificou o discurso desenvolvimentista, porém desta vez direcionado para as regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, com a integração da Amazônia Oriental. Os investimentos voltados para este empreendimento específicos partiram de algumas instituições, dentre elas o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Segundo o autor Botelho:

---

<sup>3</sup> Consiste em um Núcleo Regional formado por sócios dos seguintes Estados: Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá.



É no regime militar que surgem os grandes projetos governamentais financiados com recursos públicos, do BNDS, FINOR, SUDENE, FINAN e SUDAM, que associados aos interesses das oligarquias locais, projetaram impactos sociais, muitas vezes mais negativos que positivos. (BOTELHO, 2007, p.204).

A economia segue crescendo em “marcha forçada” aumentando cada vez mais a dívida externa do Brasil e quando finalmente se encerra o governo Geisel, o general João Figueiredo assume o poder em 1979. Logo de início o âmbito econômico sofre novamente um brutal impacto com o segundo choque do petróleo e as consequências conforme explica o autor Bellingieri foram:

O aumento das taxas de juros internacionais puxado pelos EUA, que reduziu a liquidez mundial e dificultou a captação de novos empréstimos, ao mesmo tempo em que aumentou os encargos da dívida externa brasileira, contratada a juros flutuantes; a deterioração da situação fiscal do governo, com redução da carga tributária bruta, aumento do pagamento de juros da dívida interna, aumento do déficit das estatais, etc. (BELLINGIERI, 2010, p. 9).

Conforme todos os fatores que complexavam cada vez mais as bases econômicas nacionais, fazia-se necessária a atuação de um empreendimento que fosse capaz de gerar riquezas de longo prazo e que obtivesse eficácia suficiente para cobrir todos os investimentos feitos no mesmo o mais rápido possível, dessa maneira, no dia 24 de novembro de 1980 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto-Lei nº 1.813, no qual anunciava-se a criação do Programa Grande Carajás (PGC), o decreto assinado pelo até então presidente general Figueiredo abordava as questões com relação ao regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, além dos empreendimentos integrantes que compreendiam o serviço de infraestrutura como prioridade. Esses projetos de infraestrutura ficam claros no Art. 2º do Decreto-Lei nº 1.813, explanando que:

Art. 2º Os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás compreendem:

I - serviços de infraestrutura, com prioridade para:

a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís; b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com

capacidade para transporte de grandes massas; d) outros projetos concernentes a infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;

II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. (BRASIL, decreto n.º 1.813, de 24 de Nov. de 1980).

Partindo deste decreto as obras se iniciaram nas regiões que faziam parte do projeto, com isso, no Tocantins foi construída a hidrelétrica de Tucuruí e no Maranhão, especificamente na capital, iniciou-se a construção da Estrada Ferro Carajás que é a responsável pelo transporte dos minérios extraídos nas jazidas de Serra Carajás e também a construção do Porto de Ponta da Madeira que tem como finalidade o escoamento da produção advinda das jazidas, sendo que este foi estrategicamente desenvolvido na Baía de São Marcos e é considerado o segundo em movimentação de cargas do Brasil. Conforme discorre Botelho em sua obra “*Conhecendo e debatendo a história do Maranhão*”<sup>4</sup> o autor afirma que:

Toda essa riqueza é exportada pelo Porto de Ponta da Madeira e transportada através da Ferrovia Carajás, construída estrategicamente entre Pará e o Maranhão para garantir o escoamento dessas riquezas minerais. A CVDR construiu uma ferrovia, com transporte seguro e de baixo custo. São 892 quilômetros de estrada de ferro ligando a Serra de Carajás no Pará ao Porto de Ponta da Madeira em São Luís, contando com a 56 Pátios distribuídos no Pará e Maranhão. (BOTELHO, 2007, p.206).

Conforme destacado acima, o Projeto Carajás possui uma infraestrutura grandiosa e fundamental para seu funcionamento, evidenciando que a construção do projeto se deu de uma forma rápida se comparado a todas estruturas que foram necessárias se desenvolverem para que fosse possível concretizar o projeto. O Decreto-Lei n.º 1.813 oficializou a construção do PGC em 1980, iniciando-se com construção da EFC e “finalizando” com a construção do Porto de Ponta da Madeira em 1986. Dentre

<sup>4</sup> BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

os mais diversos fatores aqui abordados é essencialmente necessário compreender o modelo econômico do Maranhão nas décadas de 1970 e 1980, para assim refletir sobre todos os impactos trazidos pela chamada “Era dos Grandes Projetos”.

### **Mudanças no modelo de sistema econômico do Maranhão (1970-1980)**

O Maranhão assim como outros estados brasileiros passou por determinadas mudanças no modelo econômico com o passar dos anos, desta forma, para analisar os diferentes métodos utilizados para estruturar a economia maranhense nas décadas de 1970-1980, é necessário retornarmos algumas décadas para compreender as atividades econômicas, sejam elas voltadas para o setor industrial ou não. Inicialmente para além da agricultura familiar vigente nos interiores, a indústria têxtil obtinha uma posição favorável e era uma das principais atividades responsáveis pela movimentação econômica no estado, contudo, por mais que não houvesse um distrito industrial bem estruturado como é possível observar atualmente, as fábricas que atuavam no estado maranhense, especificamente na capital, ou seja, em São Luís ou em alguns interiores, encontravam um espaço favorável, principalmente pelo cultivo de algodão. É possível observar que a partir do avanço tecnológico e do desenvolvimento industrial em outras regiões brasileiras, a indústria têxtil entra em processo de decadência durante 1940 e 1950, como destaca Botelho:

O cenário econômico das décadas de 40 e 50, do século XX, registra a decadência da indústria têxtil e conseqüentemente o fechamento das fabricas no Maranhão, inicialmente em Caxias e Codó. Em seguida houve o fechamento das fabricas de São Luis. Além de outros aspectos, a derrocada do parque têxtil maranhense pode ser explicada pela incipiência econômica e tecnológica da indústria local; pelas incoerências cambiais e financeiras do país; pelo desenvolvimento industrial de outras regiões como Sudeste e Sul, com as quais o Estado não podia competir. (BOTELHO, 2007, p.186).

A partir da decadência da indústria têxtil determinados setores ganharam espaço para a realização de outras atividades. O crescimento do hinterland<sup>5</sup> foi a grande novidade da época para o Maranhão, principalmente por conta do extrativismo do coco babaçu, a produção de arroz e o cultivo do algodão. As atividades de rizicultura assim como o extrativismo do babaçu cresciam gradativamente e possuíam regiões específicas

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pelo autor Joan Botelho em sua obra para trabalhar com a economia voltada para o interior do estado do Maranhão. Termo em inglês, traduzido significa interior.

para seu desenvolvimento. Conforme o crescimento de ambas as atividades realizadas em solo maranhense, a construção da Belém-Brasília, assim como a mudança no eixo político-administrativo nacional para o Planalto Central, tornou, por exemplo, a cidade de Imperatriz estratégica, isso por conta de sua localização privilegiada entre norte, nordeste e centro-oeste. Esta posição estratégica da cidade de Imperatriz foi um fator de suma importância, principalmente por conta dos projetos desenvolvimentistas por parte dos governos brasileiros, principalmente durante o regime empresarial-militar.

A indústria de produtos químicos e alimentícios que atuava conjuntamente com as atividades tradicionais e extrativistas entra em decadência no final dos anos de 1970. Durante todo o processo voltado para o setor econômico a nível nacional, o plano de desenvolvimento direcionado para as regiões norte, nordeste e centro-oeste estavam ganhando espaço. Durante fase pré-Carajás prevalecia às pequenas empresas intensivas de mão-de-obra, de baixa produtividade e voltadas para bens de consumo popular (bebidas e alimentos), sendo que, estes fatores dificultavam o crescimento econômico para o Maranhão. No ano de 1980 durante o governo do general João Figueiredo o início da construção do Programa Carajás deu um salto no modelo econômico exercido no Maranhão. Segundo a análise do autor Mesquita em seu trabalho, o mesmo afirma que:

A década de 1980 representa uma guinada importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias, numa agropecuária arcaica, pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima produtividade, por outro padrão, baseado em grandes empresas capitalista incentivadas pelo PGC. (MESQUITA, 2011, p.6).

Mediante todas as mudanças no âmbito da economia, o conjunto de transformações na indústria maranhense provocados pela inserção dos projetos direcionados para a extração e exportação do minério, além das atividades metalúrgicas e do agronegócio de soja, foram fundamental para a nova dinâmica do crescimento econômico, estrutural e seletivo. Com isso, para Polary:

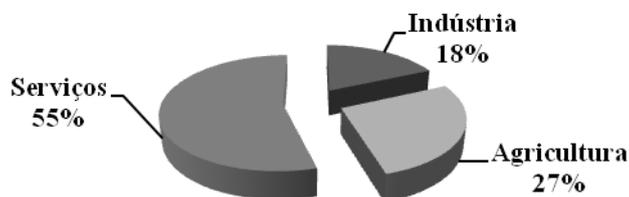
A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de dinamismo e modernização: o agronegócio, com destaque para a moderna produção da região sul maranhense, onde se expandem a soja e a pecuária, e o complexo minero metalúrgico, concentrado no oeste e norte do estado, em torno do alumínio e do minério de ferro.(POLARY, 2001, p23).

Torna-se, portanto notório que houve de fato uma grande mudança com relação ao crescimento industrial no Maranhão, isto se deve para além da atuação do programa a presença de diversas empresas que ao longo da década de 1980, foram se estabilizando no estado, contribuindo para a formação do distrito industrial, localizado na capital maranhense. Entretanto, por mais que todo o plano e o discurso desenvolvimentista tenham se nacionalizado em meio à sociedade, através principalmente da imprensa, que reforçou a ideia de modernização para a população com o advento do PGC, é preciso analisar as questões que colocam o Maranhão como um estado com baixíssimos números no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com relação principalmente a desigualdade social.

#### **A disparidade nos discursos desenvolvimentistas nos anos de 1970-1980**

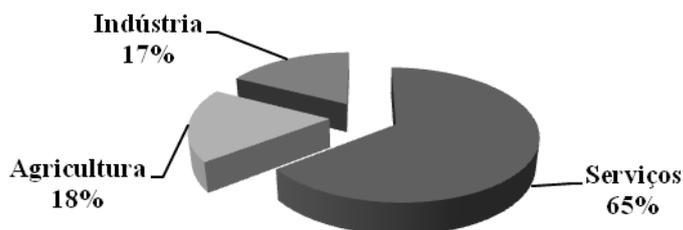
O Projeto Grande Carajás iniciado em 1980 é um claro exemplo de mudanças nos modelos econômicos utilizados até então nas regiões inseridas no plano desenvolvimentista do governo. No caso do estado do Maranhão a atuação intensiva da Companhia Vale do Rio Doce com o PGC, provocou mudanças na estrutura produtiva, pré-capitalista que anteriormente era gerida pelas pequenas empresas que estavam localizadas no estado maranhense. A partir de 1985, ano em que a Estrada de Ferro Carajás que liga São Luís- Ma ao estado do Pará foi concluída, a indústria assume maior relevância (adquirindo alguns pontos percentuais) e a agricultura declina, apesar do crescimento da soja, no setor comercial também é possível observar determinadas mudanças. Com base nos avanços no setor industrial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real do Maranhão na fase Pré-Carajás (1985), em que é possível perceber o aumento das atividades industriais no estado maior até que a própria Era Carajás (2004), em que é notório uma queda nos números do setor industrial.

### PIB do Maranhão por setores econômicos em 1985



Fonte: IBGE apud. MESQUITA, 2011, p.9

### PIB do Maranhão por setores econômicos em 2004



Fonte: IBGE apud. MESQUITA, 2011, p.9.

É possível identificar que o PIB no Maranhão obteve uma posição significativa na fase Pré-Carajás durante meados da década de 1980, dando destaque para a indústria de transformação e a construção civil, além da agricultura com a agropecuária, agricultura temporária e a silvicultura<sup>6</sup>. Entretanto, na Era Carajás no ano 2004, as atividades voltadas para o setor industrial e da agricultura sofrem com uma queda em seus números, em contraposição o campos dos serviços prestados cresceu visivelmente passando de 55% em 1985 para 64% em 2004.

Considerando os dados em relação ao crescimento econômico no Maranhão com o advento do Projeto Grande Carajás, é necessário analisar outros fatores essencialmente importantes para compreender a situação atual do estado maranhense. Partindo deste viés, destaco a questão da desigualdade social exorbitando que vai de encontro ao discurso desenvolvimentista veiculado pela imprensa durante a construção da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão que gerou e gera diversos impactos

<sup>6</sup> Silvicultura é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas.

ambientais, além dos conflitos de terras, visto que, grande parte da linha férrea corta reservas indígenas e áreas quilombolas. Além disso, a grande proposta do projeto foi à geração de emprego, motivo este que levou muitos indivíduos a migrarem para a capital do Maranhão em busca mudanças. Para Mesquita:

A concentração da renda e da terra continua alarmante, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; etc. As pesquisas e índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental realizados pela ONU/IPEA e Universidades desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de desigualdade em que se encontra a população. (MESQUITA, 2011, p.5).

A Companhia Vale do Rio Doce atual Vale S.A, buscou métodos de aproximação com a sociedade civil organizada, principalmente no que tange as políticas de preservação ambiental, além dos investimentos em segurança, treinamento e lazer. Todavia, diversas críticas permeiam sua atuação por conta da expulsão e indenização irrisória da população da área de instalação do projeto, evidenciando também a favelização acentuada por conta do inchaço populacional derivados dos migrantes do interior para a capital do Maranhão, o surgimento de bairros periféricos sem infraestrutura adequada, a ocupação de terras indígenas e a reestruturação produtiva neoliberal adotada pela empresa, que implica na terceirização e principalmente na redução do pessoal, aumentando assim a taxa de desemprego. Em uma análise sobre o processo de construção do estruturado Projeto Carajás o autor Gistelinck afirma que:

A população periférica ou próxima às regiões de grandes projetos se constituía em mão de obra no período de implantação (peões), como assalariados nas fazendas ou vivendo do subemprego (biscates), os empreendimentos ficam com extensas regiões. Os pequenos proprietários que vão ter seus terrenos comprados ou vão migrar para outras zonas de colonização, irão constituir-se em um problema, uma vez que deixarão de produzir alimentos e terão que buscar outras alternativas de sobrevivência. (GISTELINCK, 1988, p.35).

Em análise ao jornal O Imparcial foi possível identificar algumas matérias que reforçam o caráter positivo do grande projeto, enfatizando o modelo de modernização voltado para o nordeste. Dentro desse cenário, tomando como fundamento teórico a concepção do autor Antônio Gramsci de Estado ampliado, o jornal O Imparcial enquanto fonte impressa de pesquisa se configura no que o autor chama de “aparelho

privado de hegemonia” no qual, organizações como escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, os meios de comunicação, entre outros, atuam enquanto organismos sociais que elaboram e/ou difundem ideologias, buscando aliados a partir da formação de consenso, ou seja, a elaboração de um projeto de tomada de poder do Estado. Assim, o discurso nacionalizado pela imprensa durante o período de conformação do Projeto Grande Carajás, voltou-se estritamente para a formação de um consenso sobre a ideia modernizante e rica em benefícios direcionados ao Maranhão, almejando nacionalizar um projeto que não beneficiou e muito menos gerou riqueza para quem de fato o jornal se direcionava.

### Quadro 1- Jornal O Imparcial

DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA	PÁGINA
02/11/1983	Ferrovia de Carajás será inaugurada por Figueiredo.	03
02/11/1983	Deputados acompanham Figueiredo a São Luís.	03
04/11/1983	Ferrovia de Carajás será inaugurada hoje.	03
04/11/1983	O primeiro apito de trem em Carajás.	05
04/11/1983	Odebrecht entrega o 1º trecho da Ferrovia dos Carajás.	05
04/11/1983	Inauguração de ferrovia deixa L. Rocha orgulhoso pela modernização	06
05/11/1983	O Projeto Ferro Carajás não é mais um sonho, o início da operação da estrada de ferro é um marco histórico para o desenvolvimento da região.	02
10/11/1983	Empresários louvam a Ferrovia de Carajás	03
15/11/1983	Produção de Carajás já tem compradores.	03

*Fonte: O Imparcial. Elaboração própria.*

As informações apresentadas na tabela indicam o posicionamento do jornal diante do grande empreendimento que foi o Projeto Carajás. É válido ressaltar que antes mesmo do projeto ser implementado no Maranhão, o Comitê em Defesa da Ilha de São Luís, já se configurava retornando ao conceito de Gramsci enquanto aparelho contra hegemônico. Dessa forma, ciente de todos os impactos socioambientais, o Comitê se posicionou diversas vezes contrário ao empreendimento, por mais que a companhia Vale já apresentasse seus dispositivos de preservação ambiental, o comitê se manifestava publicamente sobre os impactos que seriam ocasionados.



### **Considerações finais**

O Projeto Grande Carajás foi um grande empreendimento inserido no plano desenvolvimentista voltado para o norte, nordeste e centro-oeste, regiões que essas que conformam a Amazônia Oriental. A ideia de modernização advinda com a propaganda sobre o Projeto Grande Carajás “foi lastreado pelo discurso do governo militar de integração da Amazônia Oriental, estratégia do governo” (BOTELHO, 2007, p.205). A partir disso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento foi fundamental para a mudança do modelo de sistema econômico, principalmente por que visava o Brasil enquanto potência emergente. Sendo assim, por mais que seja perceptível a mudança na economia maranhense, fatores negativos afloraram com o novo modo capitalista trazidos com os grandes projetos, exemplo disso foi expropriação de terra, gerando conflitos nas áreas de influencia do empreendimento, além das comunidades indígenas e quilombolas que sofrem constantemente com o perigo de desastre ambiental, os reflexos na capital também são perceptíveis, com o inchaço populacional que foi base para o surgimento de diversos bairros periféricos e sem estruturas básicas de moradia.

O Maranhão é um estado que cresce timidamente, possuindo números preocupantes no IDH, IBGE e no Gini. Nos diversos campos de pesquisa sobre a sociedade maranhense são apresentadas posições problemáticas para o estado. Dessa maneira, é a partir de questões como essas que se deve inicialmente refletir sobre a situação do estado maranhense, buscando identificar fatores que possam explicar a pobreza e a desigualdade do estado, não posicionando o estado apenas como um campo de atraso, mas sim como um âmbito de violência no campo e disputas políticas que alocam o desenvolvimento social para segundo plano.

### **Referências bibliográficas**

- ASSELIN, Victor. **Grilagem e violência em terras Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BARBOSA, Zulene. ALMEIDA, Desni. **A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. 2013.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

DOURADO, José Ribamar. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo** / José Ribamar Dourado, Roberto, Guimarães Boclin. – Brasília : IEL, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GISTELINCK, Franz. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: ed. do autor, 1988.

SCHWARTCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma bibliografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. pp. 412-437.

**A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão –1970/2008**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., Fortaleza, 2008, Anais...Fortaleza: BNB, 2008.

*BELLINGIERI, Julio Cesar. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento*. FAFIBE, 2010

MESQUITA, Benjamin. **NOTAS SOBRE A DINAMICA ECONOMICA RECENTE EM AREA PERIFÉRICA: As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011.

## **RESISTÊNCIA, VISIBILIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978)**

**Denilson Costa Pinheiro\***

**Resumo:** No cenário brasileiro de distensão política, no final dos anos 70, em meio à ditadura militar, surge o jornal *Lampião da Esquina* que lançou seu primeiro número no Rio de Janeiro, em 1978. O jornal configura-se como uma forma de resistência, uma vez que empreendia uma ressignificação da identidade homossexual, buscando combater as representações pejorativas criadas ao longo da história sobre a homossexualidade. O discurso jornalístico de *Lampião da Esquina* é o de defesa da visibilidade, da cidadania e dos direitos civis aos homossexuais, com a proposta de retirá-los dos “guetos” sociais. Devido aos 40 anos da primeira publicação desse jornal, este trabalho tem por objetivo ampliar a reflexão da história contemporânea do Brasil, desmistificando a associação da heteronormatividade como única e aceitável forma de sexualidade e demonstrar a

---

\* Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

importância do *Lampião da Esquina* para comunidade LGBT e seus movimentos de luta e resistência que perduram na atualidade.

**Palavras-Chave:** Lampião da Esquina. Resistência. Homossexualidade.

### **Introdução**

Este trabalho trata do empreendimento tido os 40 anos por um grupo de intelectuais para a formação do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), por meio da análise de algumas de suas publicações, as quais são símbolo de resistência à ditadura militar nos fins dos anos 70, e também insere o debate da sexualidade nas narrativas historiográficas, principalmente no que se refere à ditadura militar. Possui como objetivo dar visibilidade a temas que são ocultos ao se estudar esse período histórico, como a homossexualidade; desmistificar a associação da heteronormatividade como única e aceitável forma de sexualidade, podendo dessa forma escrever uma história que desafie questões que são cercadas de objetividade e tradicionalismo, e demonstrar a importância do *Lampião da Esquina* pra a comunidade LGBT do período atual.

O *Lampião da Esquina*, jornal que será analisado, lançou seu primeiro número experimental no Rio de Janeiro em abril de 1978, e esteve nas principais bancas de jornal do Brasil até o fim de julho de 1981, tendo mais de três anos de circulação, o que equivaleu a 38 publicações durante o seu período de existência. A criação deste jornal por um grupo de intelectuais – na maioria jornalistas – configura-se em uma forma de resistência, uma vez que teve como objetivo empreender uma sistemática ressignificação da identidade homossexual, buscando combater as representações pejorativas criadas ao longo da história brasileira sobre a homossexualidade.

Nesse sentido, o jornal foi um grande atuante na redefinição dessa identidade, a qual estava cercada por pensamentos machistas e homofóbicos do que era ser e viver como homossexual. Assim, o principal discurso do jornal foi o da defesa, visibilidade da cidadania e dos direitos civis dos homossexuais, ou seja, uma livre manifestação da sexualidade do indivíduo.

### **Breve contexto histórico brasileiro: anos 70**

Para melhor compreensão do empreendimento do grupo de intelectuais para a fundação do *Lampião da Esquina*, com sua proposta de defesa dos direitos civis aos

homossexuais, faz-se necessário uma análise do contexto histórico brasileiro no período da fundação do jornal.

De acordo com Marciano Vieira de Andrade (2015, p.20), no período de fundação do *Lampião da Esquina*, no final dos anos 70, a sociedade brasileira havia passado por diversas transformações, como mudanças socioeconômicas que ocorriam no país desde a década de 1950, um maior deslocamento da população do campo para as cidades grandes, devido os processos de industrialização e modernização; expansão da educação, tanto no ensino médio como no superior; e o crescimento da classe média nos centros urbanos.

Ainda segundo Andrade (2015, p. 20), quanto ao contexto político destaca que nesse período houve:

(...) a passagem de um fim de uma experiência considerada democrática (...) para um sistema político autoritário e que ficou marcado pela extinção da pluralidade partidária; pela suspensão de direitos políticos e civis; pela violação de direitos individuais; pela censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas e culturais; pela perseguição e repressão aos movimentos de contestação social e política, pelas prisões, (...) práticas de tortura, assassinato e exílio como medidas repressivas (...) que atingiram variados tipos de sujeitos envolvidos em práticas de protesto e questionamento político (...)

Entretanto, o fim da década de 70 é marcado por um processo de distensão política, caracterizada pelos militares como “lenta, gradual e segura”, a qual, segundo os líderes do regime ditatorial, traria o estabelecimento da democracia para o Brasil. Segundo Daniel Aarão Reis (2014, p.99), a distensão deveria ser lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas, de modo que se pudesse avaliar a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e segura, sob controle, com máxima segurança possível, no caso, a oferecida pelas forças militares.

Em decorrência da abertura política, a oposição ganhou forças para combater o regime ditatorial, havendo também uma diminuição da censura severa sobre os meios de comunicação, o que permitiu o uso desse recurso para a intensificação dos movimentos contrários à ditadura.

Nessa conjuntura, cresceram as manifestações de vários setores da sociedade em favor da redemocratização do país. O ano de 1978 foi de grandes transformações para o Brasil. Após uma década de governo militar bastante rigoroso (anos de chumbo), as novas medidas pareciam indicar que o fim da ditadura severa estava próximo, com

possibilidades de mudanças no quadro político brasileiro. Milhares de metalúrgicos largaram suas ferramentas e investiram contra as políticas salariais repressivas do governo; estudantes enchiam as principais ruas e capitais cantando “abaixo a ditadura”; rádios tocavam músicas que anteriormente tinham sido censuradas e agora estavam no topo das listas das mais tocadas; negros, mulheres e até mesmo homossexuais começaram a se organizar, exigindo ser ouvidos (GREEN, 2014, p.54).

As oposições ao governo militar, em sua maioria, já haviam abandonado a perspectiva do enfrentamento armado, pois “mantinham pequena influência na mídia, nos meios acadêmicos, na intelectualidade em geral, e em pouco mais tarde, participavam nos comitês de anistia e nos jornais alternativos” (REIS, 2014, p. 103).

Segundo Marcus Lima (2001, p.21), no contexto da ditadura, havia duas classes de jornais alternativos.

Alguns eram predominantemente políticos, baseados, grosso modo, nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50, e no marxismo vulgarizado nos meios estudantis dos anos 60. Esses periódicos eram no geral pedagógicos e dogmáticos. Outra classe de jornais foi criada por jornalistas que rejeitavam a primazia do discurso ideológico-militar. Estavam mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural.

Muitos desses jornais alternativos eram chamados de imprensa nanica, por conta do tamanho, normalmente no formato de tabloide. A circulação desses jornais era menor e o lucro não era o principal intuito da imprensa, por mais que ele tenha sido útil para a continuação das publicações.

No final da década de 1970, mesmo havendo uma diminuição da censura nos meios de comunicação, o que colaborou para a existência do jornal *Lampião da Esquina* por três anos, o mesmo passou por vários empecilhos para permanência de suas publicações, pois no processo de abertura do regime o governo ainda tentava fechar os jornais alternativos, os quais eram meios de oposição à ditadura. “Os editores destes jornais enfrentavam censura prévia, a proibição de números específicos, cortes em acesso ao papel para rodar o jornal, ou no caso do *Lampião da Esquina*, uma tentativa de enquadrar os editores na lei de imprensa por atentado aos bons costumes.” (GREEN, QUINALHA, 2015, p.14). O regime ditatorial tentou silenciar um dos principais veículos de circulação homossexual do país, mas a denúncia foi arquivada, possibilitando a continuidade das publicações do jornal.

Nesse período, a discussão a respeito da sexualidade obtém maior visibilidade no panorama cultural e político, devido o afrouxamento da censura que havia sido estabelecida no Brasil. Também se destaca nesse período a entrada de ideias propagadas pelos movimentos de afirmação gay dos Estados Unidos e da Europa, que combatiam os preconceitos e estereótipos criados pela sociedade aos homossexuais. Essas ideias defendiam a necessidade de assumir-se como homossexual e de lutar contra a discriminação, e encontraram eco em setores médios da sociedade brasileira, especialmente em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

### **Construção do *Lampião da Esquina***

A ideia da construção do *Lampião da Esquina* se deu através de reuniões<sup>7</sup> realizadas por um grupo de intelectuais, que inicialmente tinham como objetivo apenas discutir a proposta do ativista norte-americano e editor do jornal *Gay Sunshine*, Wiston Leyland, que estava com o trabalho de publicar uma antologia de escritores homossexuais da América Latina. Depois dessas discussões e de trocas de conhecimento e experiências, o *Lampião da Esquina* foi criado. (ANDRADE, 2015, p.25)

O conselho editorial<sup>8</sup> era formado por onze pessoas, sendo elas: Adão Costa, jornalista e tradutor (inglês/português); Aguinaldo Silva, jornalista e escritor; Clóvis Marques, jornalista e crítico de cinema; Darcy Penteadado, artista plástico e escritor; Francisco Bettencourt, jornalista, poeta e crítico de arte; Gasparino Damata, jornalista e escritor; Jean Bernard, crítico de cinema; João Silvério Trevisan, cineasta e escritor; Peter Fry, antropólogo e professor universitário.

De acordo com as profissões dos integrantes que formaram o conselho editorial do jornal, podemos perceber que eram sujeitos de classe média, nos servindo assim de significativo exemplo de como foi nesse setor da sociedade brasileira que começou a se formar e difundir uma política de identidade homossexual no contexto trabalhado (ANDRADE, 2015, p.26).

É importante ressaltar que o *Lampião da Esquina* não foi o primeiro jornal a ser produzido por homossexuais e destinado ao mesmo tipo de público. “Mídias alternativas surgiram a partir da década de 60, e o *Lampião* se torna o mais conhecido

<sup>7</sup> As reuniões ocorriam no apartamento do jornalista e escritor João Silvério Trevisan e do artista plástico Darcy Penteadado.

<sup>8</sup> Sobre a formação de conselho editorial ver: LAMPIÃO DA ESQUINA. Senhores do Conselho. n° 0, 1978, p.2

pela proporção não só de tiragens, mas também de sustentação do conteúdo” (FREITAS; PINTO, 2017, p.27). Sua existência tem como significado, a tentativa de afirmação sexual e de resistência à ditadura, sendo o reflexo de insatisfação contra um governo ditatorial e de uma sociedade conservadora. Portanto, o *Lampião da Esquina* não esteve sozinho nesse empreendimento de luta ao sistema repressivo da ditadura contra os homossexuais.

A primeira edição, publicada em abril de 1978, de caráter experimental, foi numerada como edição zero, “feita a partir de cotas tomadas de seus criadores e doações pedidas através de cartas a amigos do grupo” (ANDRADE, 2015, p. 29). O jornal, no seu início, teve uma tiragem de 10 mil exemplares, e chamava-se apenas *Lampião*. A utilização do nome *Lampião da Esquina* passou a ser adotado na edição de número um, isso devido o nome *Lampião* ter sido utilizado por outro periódico. O “Esquina” remete ao local onde os homossexuais costumavam frequentar em seus relacionamentos amorosos, escondendo-se dos “olhos” preconceituosos da sociedade.

O *Lampião da Esquina* apresentava textos informativos e opinativos, com críticas a filmes, textos, livros e músicas, proporcionando aos seus leitores conhecimento literário e artístico. Levava ao público notícias de todas as regiões do Brasil, através de reportagens, entrevistas e cartas de seus leitores, as quais eram publicadas e respondidas na coluna “Cartas na Mesa”.

O jornal se apropriou de muitos termos que estavam presentes na linguagem popular, ou no vocabulário dos homossexuais, objetivando aproximar o cotidiano do leitor com a escrita adotada nos editoriais. Também se utilizou de termos pejorativos e preconceituosos com sentido irônico, dando a eles um novo significado. Em alguns casos, essas palavras não eram bem recebidas pelos leitores, mas faziam parte da característica do *Lampião da Esquina*. Boneca, bicha, veado e outros termos eram constantemente utilizados nas notícias, reportagens e entrevistas do jornal. No editorial *As palavras: para que temê-las?*, o jornal explica o porquê do uso dessa linguagem:

O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las (...) empregamos sutilmente termos de outro idioma, como é o caso de *gay* (LAMPIÃO bagunçou logo o coreto, traduzindo-o para *guei*, que significa absolutamente nada). A primeira coisa a fazer, portanto, é perder medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas etc... (quanto a *veado*, ao vê-la escrita – ou ouvi-la – deve-se sempre lembrar o belíssimo animal que ela designa; esta palavra significa apenas isso) (LAMPIÃO DA ESQUINA, nº3, 1978, p.5)

O uso do vocabulário também demonstrava que os homossexuais não deveriam permanecer em silêncio, diante de constantes preconceitos em que eram submetidos, pois “fazer ironia velada das pessoas, sempre foi uma prática de alguns representantes da imprensa machista que para isso, contaram sempre com a cumplicidade do silêncio” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n° 3, 1978, p.5). O jornal *Lampião da Esquina* pretendia adotar uma posição diferente da imprensa em geral, utilizando-se desses termos pejorativos para dar uma ressignificação à homossexualidade.

O jornal era dividido em dois grupos, no que se refere à coordenação das atividades: um localizado no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Mas a edição e a distribuição eram feitas principalmente no Rio de Janeiro, devido Aguinaldo Silva, residente dessa cidade, ser o coordenador do jornal. A sede do jornal só veio a existir em setembro de 1979, em um edifício da Lapa no Rio de Janeiro. Para que o jornal fosse mantido, utilizou-se de arrecadação com as vendas do periódico por assinaturas, em bancas de jornal, pelos correios, e a venda de livros com temática homossexual e de publicidade voltados para o público gay.

Para distribuição do jornal em regiões fora do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi necessário uma articulação dos editores com distribuidores (pessoas físicas, livrarias, distribuidores de livros, revistas e jornais) de diversas cidades do Brasil. Desse modo, o *Lampião da Esquina* atingiu as principais localidades brasileiras, sendo um jornal de circulação nacional, não ficando restrito apenas ao eixo Rio – São Paulo e localidades próximas (ANDRADE, 2015, p.33).

### **Saindo do Gueto**

O número zero apresentou o propósito do jornal, de retirar o homossexual da clandestinidade e destruir estereótipos e preconceitos existentes com esse público. No primeiro editorial do *Lampião*, *Saindo do Gueto*, é demonstrada a necessidade de mudança da forma como a sociedade tratava a homossexualidade e um convite aos homossexuais a saírem do gueto,<sup>9</sup> afirmarem sua identidade:

(...) é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição (...). O que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que

---

<sup>9</sup> Gueto é um termo utilizado pelo jornal para caracterizar a segregação e opressão sofrida pelos homossexuais.



todos ao homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo direito de lutar por sua plena realização enquanto tal (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n°0, 1978, p.2).

Percebe-se que o jornal combatia a ideia da homossexualidade como forma de maldição e, conseqüentemente, a representação dos homossexuais como não sendo seres humanos. Esses preconceitos estavam muito arraigados na mentalidade da sociedade brasileira, gerando discriminação e violência, oprimindo a livre manifestação da sexualidade dos indivíduos. Por isso, o jornal em seu primeiro editorial aconselhava os homossexuais a dizerem “não” ao gueto.

Além de dar voz aos homossexuais e visibilidade às suas lutas, o *Lampião* também possuía outros objetivos: “Nós pretendemos ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas (...)” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n°0, 1978, p.2). Portanto, a luta do jornal pela conquista de direitos não se restringia apenas aos homossexuais, mas também a outros grupos considerados minoritários, e abrangia diversas temáticas como machismo, prostituição, racismo, discriminação, intolerância religiosa, meio ambiente, lesbianidade, aborto e entre outros.

No editorial *Nossas Gaiolas Comuns* apresenta a histórica exclusão desses grupos sociais, suas constantes lutas para terem visibilidade e a necessidade de terem voz.

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a história tem sujeitos e objetivos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas que também os sujeitos variam durante o processo. Estas lutas tem nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não conhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo em que é revolucionária é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis às categorias de pessoas que agora começam tentar um autoconhecimento tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n°1, 1978, p.2)

O *Lampião da Esquina* leva a mensagem aos seus leitores de que é preciso quebrar o silêncio sobre questões das chamadas “minorias” que se escondem em guetos sociais, para poderem revelar suas experiências, suas vivências, que sempre existiram, mas que eram reprimidas. Segundo Joan Scott (In. SILVA, LAGO, RAMOS, 1999, p.24), essa questão de dar voz aos sujeitos esquecidos dos relatos do passado tem sido

uma preocupação também dos historiadores, e já “produziu uma riqueza de novas evidências anteriormente ignoradas sobre esses outros e chamou a atenção para dimensões da vida e das atividades humanas normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais”. E mais:

(...) essas histórias forneceram evidências de uma imensidão de valores e práticas alternativas cuja existência desmente as construções hegemônicas de mundos sociais, sejam essas construções que buscam afirmar a superioridade política do homem branco, a coerência e unidade do “eu”, a naturalidade da heterossexualidade monogâmica, ou a inevitabilidade do progresso científico e do desenvolvimento econômico.

Também através das manchetes de algumas capas como: *Índios, eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa, aí chegou o homem branco e então*<sup>10</sup>; *Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação. São as mulheres fazendo política*<sup>11</sup>; e *Negros, qual o lugar deles?*<sup>12</sup>, pode-se perceber a pluralidade de assuntos tratados pelo jornal em relação às minorias. As abordagens desses temas estão relacionadas com os movimentos políticos da década de 70, com o movimento negro, feminista, homossexual e o indigenista, os quais buscaram romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura. “No entanto, foi a construção de uma colisão com as minorias, especialmente os negros e mulheres, o que mais marcou o projeto do jornal com outros problemas sociais e políticos da época” (ANDRADE, 2015, p. 94).

### **Lampião da Esquina e o contato com os seus leitores**

A primeira edição do *Lampião da Esquina* chegou às principais bancas do país no dia 25 de maio de 1978, custando 15 cruzeiros. A forma com que os leitores conseguiam os jornais era as mais diversas. Apesar das dificuldades no método de distribuição, o jornal possuía estratégias de circulação, utilizava-se muito do “boca-a-boca” e da propagação em locais de sociabilidade dos homossexuais, como saunas, boates e bares. Os leitores também colaboravam com a distribuição do jornal por diversas cidades brasileiras, indicando possíveis locais de venda.

No trecho de uma carta enviada ao jornal, assinada por Júlio C, residente de Madureira, Rio de Janeiro, o leitor escreve o seguinte: “Gostei muito do LAMPIÃO

<sup>10</sup> LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, n°8, jan. 1979.

<sup>11</sup> LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, n°11, abr. 1979.

<sup>12</sup> LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, n°15, ago. 1979.

(recebi o número zero na Boate Sótão, na Galeria Alaska, o rapaz da chapelaria me deu), mas algumas coisas me incomodaram no jornal.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n°1, 1978, p.14). Esse trecho da carta nos mostra que a circulação do jornal não se restringia somente às bancas, mas também em locais refinados e bastante frequentados como a Boate Sótão, a qual se localizava na Zona Sul do Rio de Janeiro, Ipanema.

As particularidades ou similaridades dos leitores, junto de diversidades culturais e suas opiniões eram percebidas na coluna *Cartas na Mesa*. Pessoas identificadas ou não, enviavam cartas à redação, assim os produtores do jornal sabiam da realidade que cada leitor possuía em sua região, já que a equipe do jornal localizava-se apenas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Além da narrativa de acontecimentos e informações das localidades dos leitores, eles davam sugestões ao conselho editorial ou faziam críticas a algumas publicações. Em alguns casos eram publicadas cartas que informavam gostos, idade, número de telefone e intenção do remetente, que na maioria dos casos, era de conhecer pessoas novas, que pudessem trocar experiências e conhecimentos, fazer novas amizades ou até mesmo, de iniciar um relacionamento.

### **Notícias do Maranhão**

Tratando-se especificamente da circulação do *Lampião da Esquina* no Maranhão, podemos perceber através deste trecho, da carta de Tony<sup>13</sup>, da cidade de São Luís, capital do estado, que poucas pessoas tinham acesso ao jornal: “Aqui no Maranhão, muita gente não sabe da existência desse jornal (eu mesmo não o conhecia; graças a amizade que tenho com uma pessoa residente aí, é que ele chegou às mãos junto com Peteca, correio de Copacabana etc.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n°5, 1978, p.15)

Logo após o relato indicando o pouco conhecimento dos maranhenses sobre o jornal, Tony descreve a sua cidade, São Luís, como uma forma de dar visibilidade à cidade, em meio a um cenário de esquecimento. Ele relata o número da população, cita a existência de belas praias, a fundação francesa, a colonização portuguesa, a arquitetura dos casarões e a diversidade de azulejos. Em seguida, fala das mudanças que estavam relacionadas com uma maior sociabilidade dos homossexuais, embora ainda em espaços de lazer exclusivos para esse público.

São Luís é uma cidade que possui todos os problemas de cidades grandes e, o que é pior, das provincianas. De alguns anos pra cá ela

<sup>13</sup> Possivelmente um leitor com pseudônimo para esconder sua identidade.

tomou ares de “independência” e procurou soltar suas “plumas”(…) por força das circunstâncias temos que viver como héteros para preservar nossa moral. Na periferia da cidade existe um dancing com o duvidoso nome de Pop's Bar, onde a comunidade guei da ilha se reúne para bater papo e “travoltar”<sup>14</sup> um pouco. A casa é uma espelunca. Como não temos opção melhor, somos obrigados a frequentá-la. (LAMPIÃO DA ESQUINA, n°5, 1978, p.15)

Diferentemente do Rio de Janeiro que possuía locais de sociabilidade bem famosos e diversificados como a Boate Sótão (Ipanema), Gaivota (Copacabana), 226 West (Copacabana), São Luís ainda não possuía uma diversificação de locais para que os homossexuais pudessem frequentar.

O historiador norte-americano James Naylor Green (2000, p.253-261), no seu livro *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, destaca que desde o final do século XIX, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já havia uma subcultura homossexual que estava presente em diversos lugares. E a partir de 1940, e no início da década de 1960 se intensifica esse tipo de cultura em espaços de sociabilidade como bares, discotecas, saunas etc., exclusivamente para homossexuais.

### **Considerações Finais**

A partir das análises documentais e bibliográficas, podemos perceber que o *Lampião da Esquina* foi um jornal crítico e pluralista, preocupado com os demais grupos sociais que não possuíam visibilidade na sociedade, denunciando a exclusão social das mulheres, negros e índios, que juntamente com os homossexuais, se encontravam no gueto. Também teve a intenção de promover o debate de ideais através da coluna *Cartas na Mesa*.

Por fim, é de se destacar que a luta iniciada há 40 anos pelo grupo de jornalistas do *Lampião da Esquina* se assemelha às da comunidade LGBT da atualidade; uma busca por visibilidade e igualdade, de uma construção de identidade homossexual e pluralista diante de uma sociedade machista e homofóbica. Portanto, o *Lampião da Esquina* pode ser considerado um grande símbolo de luta e resistência para os movimentos LGBT's.

### **Referências**

---

<sup>14</sup> É um neologismo que se refere ao comportamento do protagonista do filme “Os Embalos de Sábado a Noite”, o personagem Tony Manero (representado pelo ator norte-americano John Travolta), um excelente dançarino de disco *music* que frequentava as discotecas. O filme foi lançado em 1978, abordou o tema da vida noturna da juventude, das diversões nas discotecas, popularizando esse tipo de lazer.

**Fontes Primárias:**

Acervo Digital do Lâmpião da Esquina. *Grupo Dignidade*. Disponível em: [www.grupodignidade.org.br/projetos](http://www.grupodignidade.org.br/projetos). Acesso em: 15/03/2018.

LÂMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, nº0, abr. 1978

LÂMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, nº1, maio/jun. 1978.

LÂMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, nº3, jul./ago. 1978.

LÂMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, nº5, out. 1978.

**Bibliografia::**

ANDRADE, Marciano. **O “orgulho de ser”: identidade, política e gênero no Lâmpião da Esquina (1978-1981)**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2015.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Acervo*, v.27, nº1, Rio de Janeiro, p. 53-82, 2014.

\_\_\_\_\_; QUINALHA, Renan. **Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura**. 1 ed. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

LIMA, Marcus. Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil. *Revista Cronos*, Minas Gerais, Unileste, 2001, pp. 21-30.

PINTO, Rhanielly; FREITAS, Eliane. Ressignificando a homossexualidade: o jornal Lâmpião da Esquina e a Ditadura civil militar. *Emblemas*, v. 14, Catalão, Universidade Federal de Goiás, p. 23-63, 2017.

REIS FILHO, Aarão Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2014;

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999,pp.21-5

## ENTRE DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE “*HISTÓRIA 1*” DA EDITORA SARAIVA

Diego Fernando Silva Rabelo<sup>1</sup>

*[...] o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura [...]*  
(BITTENCOURT, 1997, p. 84).

O livro didático constitui-se como objeto cultural que tem a função de sistematizar o conhecimento produzido historicamente pelas sociedades humanas, sendo que alunos e professores os utilizam no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, é considerado como um veículo disseminador de valores, ideologias e reprodutor do saber oficial do estado.

Desde o século XIX os Estados Nacionais fomentaram e controlaram a publicação de livros didáticos, pois havia um projeto de estado para narrar a história da pátria, dentro de uma perspectiva nacionalista para construção de uma memória da nação, onde os heróis nacionais eram homens brancos, letrados que faziam parte das elites. No caso do Brasil por séculos os livros de História silenciaram os povos indígenas ou quando se reportavam a eles os representava como incivilizados. Bittencourt (1997, p. 72), assinala que:

*[...] O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento ensinado pelo professor [...] existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado da educação escolar. Outros docentes calam-se ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia-a-dia complicado. O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos.*

O trecho acima revela que os livros didáticos é um instrumento pedagógico amplamente utilizado pelos professores no âmbito da escola servindo de mediador para o desenvolvimento de práticas educativas no ensino das disciplinas escolares. Desta

---

<sup>1</sup>Mestrando em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

forma, os livros didáticos tem a função de apresentar os conhecimentos socialmente construídos pela humanidade ao longo dos tempos.

É importante destacar que os conteúdos presentes nos livros didáticos são selecionados conforme um conjunto de demandas, imposições sociais, políticas, econômicas e culturais dos grupos dominantes que possuem capital cultural. Nesta perspectiva Silva (2014, p. 13) nos fala que:

O livro didático é um produto de construção social. E como tal reflete uma visão de um grupo e serve para atender determinados interesses. Assim, é essencial ao/à professor/a, enquanto mediador/a do conhecimento histórico, esclarecer aos/as alunos/as que aquelas ideias representam uma visão particular de determinado fato, e que há outras possibilidades de interpretação e leituras diversas.

Para Bittencourt (2009, p. 314), [...] “o livro didático de História caracteriza-se por textos narrativos que reproduzem as informações históricas as quais por sua vez serão repetidas pelo professor e pelo aluno”. A partir dessa afirmação corroboramos com a historiadora Circe Bittencourt quando nos diz que os livros didáticos de História são instrumentos que tentam representar o passado em suas páginas. No entanto, essa representação muitas vezes acaba excluindo os povos indígenas ou os relega a um passado colonial distante e também os retratam de forma estereotipada. Neste sentido, Gobbi (2007, p. 7) assinala que:

Nos livros didáticos, a questão indígena vem sendo tratada, muitas vezes, de forma equivocada e estereotipada, em contraposição à maior parte da produção de conhecimentos da Etnologia Indígena contemporânea como constatam algumas pesquisas anteriores, os povos indígenas aparecem, geralmente, como personagem do passado ou do folclore, não havendo um compromisso com a realidade indígena, com a diversidade de suas etnias e culturas.

Para Lopes (2010, p. 48), “[...] os livros didáticos não consideram as diferenças existentes entre as sociedades indígenas, tornando-os homogêneos e genéricos. Assim, os caracteriza como: povos que falam só tupi, andam nus, comedores de mandioca e que vivem isolados”. Essas representações contribuem para que alunos e professores reproduzam preconceitos e estereótipos, uma vez que o livro didático as vezes é o único material disponível para estudo. Desta forma, elencamos abaixo cinco ideias errôneas e

equivocadas sobre os povos indígenas que são perpetuadas na maioria dos livros de História, conforme Freire (2009) apud Palhares (2012).

### **1 O índio genérico, que é apresentado como ser único e ausente de diferenças:**

A primeira ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma ideia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas a uma entidade supra étnica. (FREIRE, 2009, p. 83 apud PALHARES, 2012, p. 69-70).

### **2 Os índios como seres com culturas atrasadas:**

A segunda ideia equivocada é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Os povos indígenas produziram saberes, ciências, arte refinada, literatura, música etc. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensa muitas pessoas (FREIRE, 2009, p. 86 apud PALHARES, 2012, p. 70).

### **3 As culturas indígenas como culturas congeladas no passado:**

O terceiro equívoco é o congelamento das culturas indígenas. Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E, essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah, Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta de Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós (FREIRE, 2009, p. 92–93 apud PALHARES, 2012, p. 70).

### **4 Os índios como seres que só existem no passado**

O quarto equívoco consiste em achar que os índios fazem parte do passado do Brasil presos ao período colonial. (FREIRE, 2009, p. 97 apud PALHARES, 2012, p. 70)

### **5 O brasileiro como um não índio**

Por último, o quinto equívoco é o brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade. Há 500 anos atrás não existia no planeta terra um povo com



o nome de povo brasileiro. Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos com a contribuição, entre outras, de três grandes matrizes:

- 1 As matrizes europeias, assim no plural, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, italianos, alemães, poloneses etc;
- 2 As matrizes africanas, também no plural, da qual participaram diferentes povos como os sudaneses, yorubás, nagôs, gogês, ewes, haussá, bantos e tantos outros;
- 3 Finalmente, as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguística como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros.

Depois, as migrações de outros povos como os japoneses, os sírios – libaneses, os turcos, vieram diversificar e engrandecer ainda mais a nossa cultura. No entanto, como os europeus dominaram política e militarmente os demais povos, a tendência do brasileiro, hoje, é se identificar apenas com a vencedora matriz europeia – ignorando as culturas africanas e indígenas. Isso reduz e empobrece o Brasil, porque você acaba apresentando aquilo que é apenas uma parte, como se fosse o todo. (FREIRE, 2009, p. 101-102 apud PALHARES, 2012, p. 71).

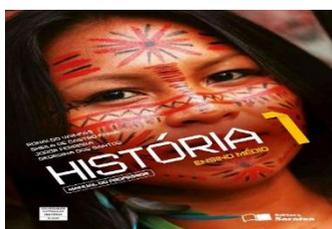
Ao analisarmos o fragmento exposto podemos perceber como os povos indígenas são descritos nas páginas de muitos livros didáticos de História sendo considerados como: sujeitos homogêneos, genéricos, primitivos, rústicos e presos ao passado colonial. Diante dessas representações negativas sobre as populações indígenas muitos estudiosos da temática indígena tem se manifestado publicamente para que o Ministério da Educação (MEC) através do PNLD insiram itens nos editais de compra dos livros didáticos sobre a valorização e promoção das culturas indígenas.

Diante do que foi exposto passaremos analisar os livros didáticos de História da Escola Estadual Centro de Ensino Liceu Maranhense. Sendo que a coleção adotada por essa escola intitula-se *História* que contempla livros para as três séries do ensino Médio. Nosso objetivo daqui adiante é tentar compreender como os povos indígenas são representados nessa coleção tendo em vista que a lei 11.645/08 instituiu obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas. Neste sentido, conseqüentemente as editoras tiveram que inserir essa temática com maior ênfase nas páginas dos livros, assim buscamos perceber como ocorreu essas representações e se ainda os povos indígenas continuam subrepresentados.

Os livros didáticos de História aderidos pela escola Liceu Maranhense fazem parte da coleção *História* e subdividem em três volumes: *História 1*; *História 2*, *História 3*. Os respectivos livros foram escolhidos pelos professores de História em reunião, pois a escola funciona em três turnos (matutino, vespertino, noturno). Neste sentido, coube aos docentes definirem qual livro seria utilizado pela escola, uma vez que o Ministério da Educação (MEC) envia as escolas o guia de livro didático aprovado pelo PNLD no qual contém as obras que podem ser selecionadas pelos professores no triênio vigente (2018-2020).

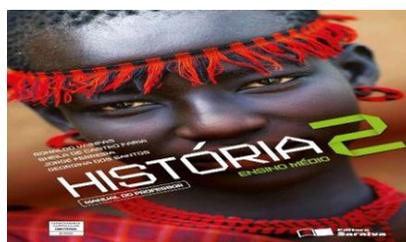
A seguir apresentamos as capas dos livros escolhidos pelos professores da referida escola.

Figura 1 – Capa do livro “História 1: Ensino médio”



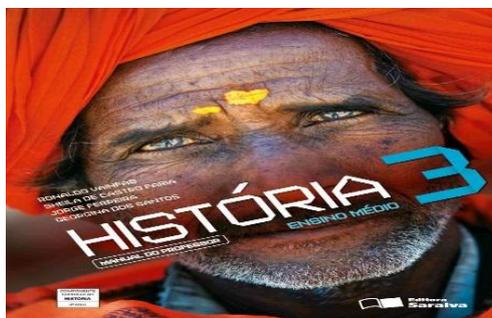
Fonte: Site da editora Saraiva

Figura 2 – Capa do livro “História 2: Ensino médio”



Fonte: Site da editora Saraiva

Figura 3 – Capa do livro “História 3: Ensino médio”



Fonte: Site da editora Saraiva

Os livros didáticos elencados serão usados nos próximos três anos pela supracitada escola. Neste sentido, passamos a análise desses livros, inicialmente

percebemos que as capas apresentam valorização dos povos indígenas, africanos e indianos. Essas mudanças imagéticas vem na perspectiva do cumprimento da lei 11.645/08 e das regras impostas pelos editais do PNLD para a inserção da temática indígena e africana. No entanto, tentaremos verificar se realmente a capa dialoga com os conteúdos presentes na obra e como os povos indígenas estão sendo representados nesses livros.

O primeiro livro a ser analisado é o do primeiro ano do ensino médio intitulado *História 1*. Esse livro traz de imediato na capa uma imagem de uma jovem indígena do grupo Barasano e Tuyuka da aldeia Rouxinol, Igarapé Tarumã – Açu, Manaus – AM. Neste sentido inferimos que os autores desse livro tentaram passar a ideia da valorização dos indígenas numa perspectiva do tempo presente. Contudo, numa análise mais apurada da obra verificaremos que os povos indígenas continuaram atrelados ao período colonial como meros atores coadjuvantes dos processos históricos.

Ao fazermos uma análise do sumário constatamos que fora reservado apenas um capítulo para abordar a temática indígena de forma simplista, e dando ênfase somente as sociedades Pré-Colombianas “*Mais, Astecas, Incas*”. Com relação aos povos indígenas do Brasil os reduziram somente os povos tupis negligenciando os outros grupos étnicos presentes a época da colonização. Abaixo mostramos o sumário desse livro didático para exemplificarmos que apenas um capítulo trata da questão indígena de forma sucinta, diluído no tópico “*Encontro e confronto dos Mundos dos Mundo*”.

**Figura 4 – Sumário do livro “História 1: Ensino médio”**

<SUMÁRIO SINTÉTICO>

ANO	UNIDADE
1º ano - 288p.	1 - A História antes da escrita; 2 - Do Oriente Próximo ao Mediterrâneo; 3 - A cristandade medieval em conflito com o Islã; 4 - Encontro e confronto dos mundos; 5 - Velho Mundo, novos conceitos; 6 - A colonização nos tempos do mercantilismo.
2º ano - 272p.	1 - Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista; 2 - No tempo da indústria; 3 - Américas independentes; 4 - A expansão do mundo burguês.
3º ano - 288p.	1 - Revoluções e guerras; 2 - Guerras frias, guerras quentes; 3 - Os caminhos para o Terceiro Milênio.

Fonte: Guia de Livros Didáticos do Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/pnld-20188>>.

Verificamos que a maior parte dos conteúdos presentes no livro analisado concentra-se no período colonial. Os indígenas brasileiros são apresentados como sociedades tribais e os povos Pré-Colombianos como civilizações. Verificamos que a mesma abordagem é recorrente no decorrer da História do Brasil nos livros didáticos de História de outros períodos como aqueles analisados no primeiro capítulo desta dissertação. Os autores insistem em fazer hierarquizações entre os povos indígenas. Contudo essa visão evolucionista já foi superada a décadas, mas permanece sendo vinculadas nos livros. Os autores dos livros precisam inserir novas discussões sobre as diversidades e particularidades das sociedades indígenas, entendê-las na perspectiva pluralidade étnica.

O capítulo nove apresenta-se como: “*Sociedades e impérios ameríndios da América Espanhola*”. Ao analisarmos esse capítulo percebemos que os autores do livro, tentam expor a diversidade das populações indígenas a época da colonização, porém essa diversidade só faz referência aos Astecas, Maias e Incas. Assim, os historiadores não fazem menção a outros povos indígenas, já descrito pela Arqueologia, como os toltecas, Olmecas e Zapotecas etc. Essa ausência de protagonismos de outros povos indígenas nos livros didáticos reforça a ideia que somente os povos pré-colombianos desenvolveram sociedades. Quando na verdade sabemos que muitos outros povos indígenas desenvolveram sofisticadas culturas.

Os autores do livro que estamos analisando definiram os indígenas como sendo aqueles que:

[...] havia tanto Estados altamente organizados quanto sociedades tribais que combinavam a caça, a pesca, a coleta e, por vezes, a agricultura [...] Nos planaltos mexicanos e andino, ergueram-se grandes impérios, governados por cidades com ampla estrutura e hierarquia social definida. [...] Ali, em um espaço que mal superava 5% da superfície continental, estava concentrada a maior parte da população indígena, cerca de 100 milhões. Nos 95% restantes do território, habitavam 50 milhões de nativos, entre grupos sedentários e nômades<sup>2</sup>. (VAINFAS et al., 2016, p. 124).

---

<sup>2</sup> Esse fragmento foi retirado do livro do Ensino Médio História 1 adotado pela Escola Estadual Centro de Ensino Liceu Maranhense.

A partir do trecho exposto podemos verificar que os autores do livro didático consideram somente os povos pré-colombianos como civilizações (Maias, Astecas e Incas) e as demais populações indígenas como grupos tribais e nômades que viviam da caça, pesca e coleta. Desta maneira, Vainfaset al., (2016, p. 125) fala que: “Nessas regiões floresceu o que os arqueólogos denominaram de altas culturas pré-colombianas”. Essa fala é carregada de simbolismo, pois ao nosso ver os autores do livro “*História*” concebem somente civilizados as sociedades indígenas que desenvolveram cidades. Entretanto é preciso pontuar que outros povos indígenas também possuíam complexas organizações sociais, políticas e econômicas, mas pouco sabemos sobre suas origens, pois faltam estudos históricos consistentes.

No tópico “*Explicando a diversidade*” os autores iniciam a discussão da seguinte maneira:

Os pesquisadores não têm encontrado dificuldades para identificar e caracterizar as diferenças na ocupação do território, nos sistemas agrícolas e na vida econômica dos povos nativos. Mas é difícil explicar a razão dessas diferenças. (VAINFAS et al., 2016, p. 126).

A passagem retirada do livro *História 1* nos revela que os autores reconhecem as diversidades dos povos indígenas que habitavam as Américas a época das colonizações. No entanto, o capítulo não explica essa diversidade e também não traz informações sobre esses grupos étnicos, sendo que atualmente a Arqueologia, Antropologia e a própria História já tem estudos sobre as populações indígenas do continente americano. Assim, percebe-se que nessa seção do livro as informações são extremamente triviais. Seria necessário que os autores buscassem uma bibliografia mais atualizada sobre o assunto.

No tópico “*Economia e sociedade asteca*” os autores começam analisando organização social e econômica dos povos indígenas Astecas. Numa primeira análise verificamos que fora reservado somente uma página para falar desses povos trazendo poucas informações sobre sua origem. Desta maneira, em uma determinada passagem do livro os autores se expressam assim:

No atual México situava-se o Império Asteca, herdeiro de muitos outras tribos indígenas que se sucediam na região há cerca de mil anos. [...] Os povos da região, entretanto, não domesticaram animais de carga nem dominaram a tecnologia do ferro. A maior parte dos

instrumentos era de pedra, embora trabalhassem o bronze e outros metais. (VAINFAS et al., 2016, p. 127).

A partir do trecho extraído do livro *História 1* percebemos que os Astecas são reduzidos a grupos tribais que ocuparam o atual México. Os autores também falam que os principais instrumentos desse povo eram feitos de pedra. Essas generalizações encontradas no livro *História 1* são simplistas, uma vez que as pesquisas arqueológicas vem mostrando que os povos Astecas dominaram técnicas sofisticadas de manipulação de metais e produziram riquíssimos objetos decorativos, utilitários e ritualísticos.

A narrativa adotada pelos autores do livro *História 1* parece-me confusa para a representação dos Astecas, pois ora são retratados como povos civilizados e ora como grupos tribais. Neste sentido, inferimos que os autores do livros ainda operam com conceitos eurocêntricos nas suas interpretações sobre esse povo.

No livro que estamos analisando encontramos um boxe que traz um pequeno texto informativo intitulado: “*os sacrifícios humanos praticados pelos Astecas*”. Nesse boxe a tentativa dos autores é chamar atenção dos alunos para os sacrifícios realizados pelos Astecas.

Abaixo transcrevemos essa passagem *ipsis litteris* e posteriormente faremos a análise.

### **Os sacrifícios humanos**

Os astecas dedicavam grandes sacrifícios ao deus Sol no Templo Maior de Tenochtitlán, nos quais eram executados os cativos de guerra. Era um ritual de comunhão entre o povo e a divindade, que, para os astecas, precisava de sangue para renascer a cada dia. Por essa razão os povos da região faziam guerras, mesmo que não houvessem um alvo material ou estratégico em disputa (VAINFAS et al., 2016,p. 127).

Esse boxe encontra-se na página 127 sobre o título “*Outra dimensão – Cultura: os sacrifícios humanos*”. Sendo que objetivo central desse boxe é informar sobre as execuções humanas praticadas pelos Astecas. Contudo as informações apresentadas não explicam os motivos reais que levavam os Astecas a praticar o sacrifício. A forma como esse texto está exposto no livro faz com que o aluno seja levado a crer que os povos

indígenas Astecas eram selvagens e bárbaros. Neste sentido, textos como esse precisam ser contextualizados, explicitando que a sociedade Asteca praticava esses sacrifícios devido as seus rituais e guerras.

Ao lado desse boxe fora inserido uma imagem que retrata o sacrifício de um prisioneiro de guerra Asteca. No entanto, a imagem exposta não foi contextualizada, os livros didáticos de História ainda na contemporaneidade continuam apresentando as imagens apenas como meras ilustrações. Desta forma, os autores de livros didáticos precisam compreender que as imagens são carregadas de simbolismo e que portanto devem ser explicadas aos alunos, assim as imagens não podem ser utilizadas apenas como ilustrações.

### **Considerações Finais**

Constatamos, preliminarmente, que os livros da escola estadual Centro de Ensino Liceu Maranhense apresentam algumas falhas apesar de ter passado pela comissão de avaliação de livros do PNLD. Desta maneira, elencamos abaixo as principais incongruências encontradas nesses materiais:

Apresenta os povos indígenas atrelados ao período colonial como se não existisse história indígena após esse período;

Valoriza os feitos heroicos dos colonizadores;

Homogeneiza as populações indígenas na categoria Tupis.

As sociedades Pré-Colombianas são retratadas ora como civilizadas e em outros momentos aparecem como incivilizadas;

Os autores do livro *História 1* reservaram somente um capítulo para falar dos povos indígenas da América. Contudo o conteúdo que os retratam contém informações superficiais e simplista.

Os autores não indicam filmes e nem sites sobre a temática indígena para que os alunos possam se aprofundar nos seus estudos.

Os autores não apresentam uma bibliografia atualizada sobre os povos indígenas, pois sabemos que atualmente existem várias publicações acerca desses grupos.

Os exercícios do livro ainda primam pela memorização e repetição de fatos históricos. Poderiam sugerir exercícios que fizesse os alunos a pesquisar e a refletir sobre os processos de contatos entre indígenas e europeus.

As imagens que ilustram os livros analisados deveriam ser tratadas como fontes históricas e deveriam ser contextualizadas dentro do período na qual foram produzidas. O livro analisado não mostram as resistências e alianças dos indígenas. Os indígenas aparecem com bastante ênfase no período colonial e nos demais períodos desaparecem.

## Referências

- AZEVEDO, Crislane Barbosa et al. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3789288.pdf>>. Acesso em 23 maio 2018.
- AZEVEDO, Edeílson Matias de. Livro didático: uma abordagem e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 4, n. 4, 2005. Disponível em: <<http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/69/61>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44520>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD: história: guia de livros didáticos: ensino médio**. Brasília, DF, 2017. 108 p.
- SILVA, Edson. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Orgs.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2016. p. 39-79.



## **A HISTÓRIA POLÍTICA E O USO DAS BIOGRAFIAS: DESAFIO E POSSIBILIDADES PARA O CAMPO HISTORIOGRÁFICO.**

Drielle Souza Bittencourt\*

**RESUMO:** Este trabalho tem como objeto de discussão o processo de renovação da História Política e o uso das biografias a partir desse contexto. Para tal compreensão é necessário entender os seus percursos dentro do campo historiográfico. Será possível perceber como tanto a história política como a biografia passaram por um período de ojeriza por parte dos historiadores. Com a História Política Renovada que ganhou impulso nas décadas de 1970 e 1980, o uso da biografia também ganhou mais espaço. Essas transformações foram muito importantes para o campo historiográfico.

### **O processo de “renovação” da História Política**

O campo da História Política é muito importante para construção historiográfica, mas quem se dedica ao tema precisa compreender o seu percurso no tempo, para entender a sua constituição atual. Com o advento da Escola dos Annales, na década de 1920, a História Política sofreu um período de ostracismo, por ser considerada factual, narrativa, que privilegiava os grandes homens, engessava as pesquisas com sua concepção documental. Essas críticas eram voltadas aos historiadores considerados como “positivistas” do século XIX. A História Política pertencente ao passado, antes do século XX, é considerada como tradicional.

No século XIX se destacou uma corrente historiográfica, que buscava incansavelmente valores no cientificismo, conhecida como escola positivista. Francisco Falcon (1997), todavia, considera equivocada essa denominação, porque afirma ser raro historiadores propriamente positivistas. Então, deveria ser chamada de historiografia metódica, pois a cientificidade considerada indispensável para conhecimento histórico era buscada no método histórico.

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST. Bolsista FAPEMA. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC.

Buscando se mostrar diferente do discurso literário, usava a cientificidade para provar a “verdade” histórica, ou seja, para ser verdadeiro era preciso comprovar. Nessa perspectiva, os historiadores deveriam narrar os acontecimentos de acordo como aconteceram. As fontes consideradas aptas ao estudo histórico, eram os documentos oficiais, pois continham veracidade.

De fato, a História Política era dentro da historiografia a modalidade mais significativa do século XIX, de acordo com Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2012), mas isso relaciona-se com o momento histórico daquele período, ou seja, as construções dos Estados-nação e os estabelecimentos de tradições nacionais na Europa e na América. “Seus distintos autores supunham que uma perfeita descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes corresponderia ao próprio processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa” (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 55). Compreendendo o historiador como um homem do seu tempo, os seus trabalhos têm a ver com os objetos e possibilidades de pesquisa da sua época. Por isso:

Durante séculos, a chamada história política desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstruir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e, portanto, acessíveis em um momento posterior. Mas também se refletia nesse tipo de história o brilho que emanava do Estado, realidade suprema e transcendente que é uma expressão do sagrado em nossas sociedades secularizadas – o que mostra o quanto é verdade que o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade (RÉMOND, 2003, p. 14).

René Rémond é um dos grandes pesquisadores do Político, foi uma figura significativa no movimento de “renovação” da história política na década de 1970. Tece duras críticas ao espaço que foi relegado às questões políticas no campo historiográfico, de 1929 a 1970, e rebate algumas críticas feitas pela Escola dos Annales, que sufocou a História Política nesse período. Mas, reconhece como os pesquisadores dessa escola foram importantes para os avanços que a ciência histórica vai passar a partir de então.

Entre 1929 e 1930 emerge o movimento historiográfico dos Annales, na França, através da inauguração da Revista dos Annales<sup>4</sup>, trazendo consigo uma enorme crítica e rejeição à História Política tradicional. A revista “pretendia exercer uma liderança

---

<sup>4</sup>Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*.

intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1991, p. 24). Foi dividida metodologicamente em três fases, chamadas de 1º geração dos *Annales* (1929-1946), 2º geração (1946-1968) e 3º geração (1968-1989). A primeira geração teve como expoentes Marc Bloch e Lucien Febvre<sup>5</sup>, as suas insatisfações com a História Política no começo do século XX:

Sem dúvida estavam vinculadas à relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos. Se a história, como sempre pretendeu Febvre, era filha de seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia (ODÁLIA, 1991, p. 04).

A primeira geração dos *Annales* se viu em meio a dois adversários principais para combater, como explica Francisco Falcon (1997): o espaço ocupado pela História Política tradicional dentro do campo historiográfico e como se formulava a concepção sobre a natureza do conhecimento histórico. Buscando soluções para essas questões, emerge a necessidade de compreender a história do homem em sua totalidade social, sendo necessário alargar as fronteiras do campo historiográfico e redefinir alguns pontos fundamentais, como noção de fonte histórica, o diálogo com outras áreas, a ampliação dos objetos de pesquisa, a inovação temática.

Com a segunda geração dos *Annales* pode-se observar a predominância dos métodos quantitativos aplicados a história econômica, social e demográfica. Na década de 1960 cresce a tendência da História Serial, tendo primeiro grande influência na história econômica para depois expandir-se para história social, principalmente na história populacional. Fernand Braudel, maior representante da segunda geração,

---

<sup>5</sup>O movimento dos *Annales*, em sua primeira geração, contou com dois líderes: Lucien Febvre, um especialista no século XVI, e o medievalista Marc Bloch. Embora fossem muito parecidos na maneira de abordar os problemas da história, diferiam bastante em seu comportamento. Febvre, oito anos mais velho, era expansivo, veemente e combativo, com uma tendência a zangar-se quando contrariado por seus colegas;

Bloch, ao contrário, era sereno, irônico e lacônico, demonstrando um amor quase inglês por qualificações e juízos reticentes. Apesar, ou por causa dessas diferenças, trabalharam juntos durante vinte anos entre as duas guerras (BURKE, 1991, p.16).

continuou tecendo duras críticas a História Política tradicional, principalmente por considerar que suas análises eram feitas num curto espaço de tempo, não dando conta de análises aprofundadas, pois os fatos precisam ser entendidos dentro de uma conjuntura estrutural, ou seja, na longa duração.

É possível perceber que as análises estatísticas gozavam de bastante prestígio nos estudos históricos. Como chama atenção René Rémond (2003), a História Política era acusada de não dispor de um acervo documental que pudesse ser tratado estatisticamente, assim havia uma superioridade dos dados econômicos em detrimento das características subjetivas da análise política. Dessa forma, a também considerada “Nova História”:

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude (RÉMOND, 2003, p. 16).

É preciso compreender que esse movimento, da maneira como está sendo analisado, é focado na sua trajetória na França, de acordo com Francisco Falcon (1997), essa noção de declínio da história política tradicional teve um curso restrito nesse país. Outro fator que o autor chama a atenção é para o fato da maioria das edições sobre história pelo mundo, nesse período, ser algum tipo de história política. René Rémond (2003) levanta a questão sobre as características da Escola dos Annales parecerem serem constitutivas do estudo do político, apesar das críticas feitas.

Com a terceira geração dos Annales houve uma mudança na concepção sobre como o estudo histórico deveria se constituir, ou seja, ficou inviável a possibilidade de uma história total, concretamente ela não tinha condições de se efetivar, então os olhares voltaram para as múltiplas histórias que estavam compreendidas nesse todo.

Dentro da escola que lhe relegou um período de ostracismo, sua importância volta à tona com a terceira geração, momento em que houve uma busca de renovação dos estudos políticos. Ciro Flamarion Cardoso (2012), em referência a Jacques Julliard (1974), explica sobre a importância da Ciência Política no movimento de renovação e a possibilidade de novas metodologias de pesquisa. Estava havendo uma mudança nas análises estruturalistas, que antes consideravam as relações partindo da estrutura para o acontecimento, não havendo possibilidade do contrário. A partir daquele momento, a

curta duração poderia gerar a longa duração, pois a partir de um dado acontecimento seria possível analisar também a conjuntura.

Os acontecimentos do século XX não deixaram passar despercebidos o tamanho do papel da política nas sociedades, “visto que domínios que no passado eram deixados a natureza e as forças espontâneas – como economia, a demografia e até mesmo a cultura – passaram a ser objeto de políticas específicas” (CARDOSO, 2012, p. 43). Se antes os estudos políticos sobre o Estado eram vistos como menos importantes, a partir da década de 1970 era inegável o aumento das atribuições do Estado. Problemas que antes não faziam parte da política passaram a fazer, não sendo mais possível afirmar que o político não se referia a verdadeiras realidades. Assim, é possível perceber:

A experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais [...] a medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 2003, p. 24).

A relação da política com o poder recebe novos olhares. Como grande exemplo, a contribuição do filósofo Michel Foucault que estudava “as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecido dos historiadores – famílias, escolas, asilos, prisões, hospícios, hospitais, etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social” (FALCON, 1997, 118). As trocas com outras disciplinas se tornaram fundamentais para História Política, seja em relação à técnica de pesquisa, ao tratamento com as fontes, ao uso de conceitos, ou seja, havia um intenso trânsito com métodos ou técnicas constituindo a interdisciplinaridade. Em relação à Ciência Política:

Conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. Assim também os estudos dos partidos e dos grupos de pressão, quando se transpõe seus ensinamentos para períodos remotos, descobre analogias instrutivas com as facções revolucionárias, os clubes ou formações parlamentares da monarquia constitucional, mas também particularidades reveladoras da diferença dos tempos e situações que mostram a diversidade das modalidades imaginadas para funções perenes (RÉMOND, 2003, p. 30).

A Ciência Política e a Sociologia apresentam à História Política novos modelos teóricos e metodológicos, ajudando a viabilizar a constituição da chamada Nova História Política. Assim, foi possível quebrar a associação do político com o factual, visto como engessamento da História Política tradicional. A partir de então, era inegável a pluralidade de ritmos que compunha o campo historiográfico do político, o qual “articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento” (RÉMOND, 2003, p. 34). O político tem conexão com todos os aspectos da vida coletiva, não podendo ser visto como um setor isolado ou separado. O seu movimento de renovação buscava resgatar sua “legitimidade” traçando esses caminhos, mas com três direções mais específicas:

- (1) Marcar suas próprias distancias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos (FALCON, 1997, p. 120).

A Nova História Política buscou ser um avanço em relação a tradicional, ou seja, admitir que não há neutralidade no estudo do político e entender que os estudos têm que transcender a figura central do Estado e dos grupos dominantes, não significa que esses assuntos precisam ser deixados de lado, mas sim que novos olhares precisavam ser lançados. Então, nos novos enfoques dado ao poder, os grupos populares (“homens comuns”) também precisavam ser analisados no contexto social, a chamada “história vista de baixo”. “Uma tônica da nova especialidade é priorizar a análise das representações, dos ritos, dos símbolos de poder, sem deixar de lado a discursividade, presentes nas memórias coletivas, basicamente estudadas a partir das técnicas da história oral” (MEDONÇA; FONTES, 2012, p. 59). Novas abordagens foram se consolidando, mas também sem deixar perder de vista a importância dos estudos sobre o Estado para História Política, por que:

O papel do Estado, na escala atual de concentração da propriedade, torna-se muito mais crucial do que em qualquer outro período, pois ele deve atuar compondo o conjunto díspar, concorrente e contraditório das diferentes frações do próprio capital – assegurando sua aparência como produto da necessidade de cada um – e como puro exercício das vontades singulares (expresso, por exemplo, por meio do voto) (MEDONÇA; FONTES, 2012, p. 62).

Nesse caminho de restauração da História Política, novas correntes marxistas também tiveram um papel essencial. Apesar de serem discussões heterogêneas, “lançaram novas luzes sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí novas formas de dominação” (FALCON, 1997, p. 118). O campo biográfico também saiu de um período de ojeriza nesse processo de renovação, como veremos na próxima seção.

### **História e Biografia: desafios e possibilidades do recurso biográfico no campo historiográfico**

O uso da biografia dentro do campo historiográfico suscita muitas questões e polêmicas. Os historiadores que adentram esse campo precisam estar em alerta para não cair em algumas armadilhas. Mas, é inegável a riqueza que a biografia traz para as pesquisas historiográficas, pois abre caminhos para análises que fogem da estrutura tradicional dos trabalhos acadêmicos. Dessa forma, é possível através da trajetória de um indivíduo conseguir analisar as relações e práticas sociais nas quais está inserido. Para que esse estudo seja possível, é preciso analisar os percursos feitos pela biografia dentro do campo histórico.

De acordo com Benito Schmidt (2012), o gênero biográfico e gênero histórico nasceram juntos na Grécia do século V a.C., se difundido a partir do século IV a.C., principalmente nas sociedades helenísticas e romanas. Na Antiguidade, a biografia se distinguia da História, pois a tarefa dos biógrafos era construir a narrativa sobre os personagens, para serem exemplos de vida para seus leitores, mesmo que para isso fosse preciso distorcer alguns fatos. As figuras biografadas eram repletas de ações morais que deviam ser seguidas pelos homens do presente. Em contrapartida, a História fazia parte dos acontecimentos coletivos e buscava atestar a confiabilidade para afirmar os acontecimentos que estudava. Dessa forma:

A separação entre História e biografia não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a História do lado dos acontecimentos coletivos e colocava a biografia a parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo cujo sentido era sugerido pelo autor [...] curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia. História e biografia divergiam aliás para

os gregos em seu próprio modo de expressão: narrativo para a História destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia dedicada a celebrar ou a estudar a natureza do homem, tarefa que a História de bom grado lhe deixava (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Ainda corroborando com Levillain (2003), a aproximação entre História e biografia influenciou na relação da primeira com o sujeito, ou seja, um estudo histórico do indivíduo levantava muitas suspeitas, da mesma forma como a relação entre a História e os deuses não era bem vista, antes do século IV a.C. pelos gregos. É importante destacar que a maneira como eram desenvolvidas as biografias tinha toda conexão com o regime político ao qual o historiador trabalhava.

Durante a Idade Média, a biografia continua com seu sentido moralista e separada da História, como afirma Benito Schmidt (2012). Nesse período, emergem as hagiografias em que os santos eram apresentados como modelos de virtude, castidade, fé, etc. “Essa chamada biografia clássica punha um acento muito maior no caráter político, moral ou religioso do biografado do que em sua pessoa, em sua singularidade” (BORGES, 2005, p. 205).

Na Idade Moderna, perpetua-se a figura do herói. As biografias modernas inspiravam-se na emergência do individualismo vindo do Renascimento. Eram exaltadas as qualidades do herói e como seus valores tinham a ver com grupo ao qual pertencia. Vavy Borges (2005) chama a atenção para o fato de na Idade Moderna (especialmente séculos XVII e XVIII) ter havido uma mudança de concepção em relação a biografia, a partir do exemplo da obra inglesa *Vida de Samuel Johnson*, de James Boswell, de 1791. “O trabalho é tido por muitos como o marco inicial do que hoje chamamos de biografia, dada sua preocupação com novos métodos de se investigar uma vida, compreendendo forte relação biógrafo/biografado (com quase 20 anos de pesquisa e 6 para ser escrito)” (BORGES, 2005, p. 205). A vida de Samuel, nessa obra, é contada a partir de uma pesquisa documental e várias entrevistas feitas com um número razoável de pessoas.

Durante o século XVIII, de acordo com Benito Schmidt (2012), há uma crise da figura do herói, pois as imensas atribuições que lhes foram dadas foram contestadas pela filosofia Iluminista. A figura do herói começou a ser substituída pela dos grandes homens. Giovanni Levi (2006) levanta uma problemática apontada, já no século em questão, sobre como a noção socialmente construída do indivíduo sufoca o que a



própria pessoa considerava como essencial. A grande questão era como equilibrar na narrativa a identidade e representação do indivíduo, dando conta dos seus elementos contraditórios. O autor afirma que essa era uma questão formulada no século XVIII, mas que ainda hoje persiste, pois:

Tal período apresenta muitas analogias com o nosso: a consciência de uma dissociação entre o personagem social e a percepção adquire aí particular intensidade. Os limites da biografia foram então claramente percebidos, ao mesmo tempo que assistia ao triunfo do gênero biográfico (LEVI, 2006, p. 170),

Com a chegada do século XIX, vem também grandes debates sobre o indivíduo na História. Com a expansão do positivismo e do marxismo, por exemplo, há uma redução da importância do indivíduo na História. Benito Schmidt (2012) afirma que, para August Comte, fundador do positivismo, há uma pouca influência do homem sobre a história. O autor chama a atenção para o fato de não haver uma valorização dos “grandes homens” por parte do positivismo, enquanto teoria da história, atribuindo tal premissa a um senso comum historiográfico. “São sobretudo as ações individuais dos grandes líderes políticos, militares e religiosos que emergem com mais clareza nos documentos oficiais, matéria-prima dos historiadores ditos positivistas” (SCHMIDT, 2012, p. 190). Se esses historiadores mantinham uma relação de “neutralidade” com os documentos, somado ao fato de uma perspectiva política elitista, seus destacariam o papel desempenhado pelos membros da elite. Em relação às obras de Marx, seu foco eram os atores coletivos (classes) e os grandes movimentos estruturais. Dessa forma, as ações individuais não tinham muita ênfase, então, na historiografia marxista clássica não há uma valorização do gênero biográfico.

Com o advento da Escola dos Annales no século XX, o mesmo movimento que colocou no ostracismo a História Política<sup>6</sup>, fez grande resistência à biografia no campo historiográfico. Com a História na “longa duração”, totalizante, vieram também novas possibilidades de pesquisa e de escrita. Com a história serial e quantitativa, as ações praticadas pelos indivíduos teriam serventia maior na elaboração de séries estatísticas. Para Fernand Braudel:

O tempo curto dos eventos e das ações individuais deve ser objeto de atenção dos jornalistas por ser mais superficial e caprichoso, cabendo

---

<sup>6</sup> Havia contra essa história política uma convergência quanto às críticas. Positivistas, marxistas e os fundadores dos Annales, todos, sem exceção, cerravam fileiras contra sua predominância, que dominava o panorama historiográfico, sendo o “inimigo comum” a ser combatido, pelas propostas emergentes (STEFFENS, 2010, p. 04).

ao historiador ocupar-se dos ciclos médios e das ‘prisões de longa duração’, essas sim, mais importantes no entendimento do passado (SCHMIDT, 2012, p. 190).

Nessa primeira metade do século XX, na proporção que a História ia alcançando seus objetivos enquanto disciplina, com características científicas, a biografia ficava num lugar mais isolado, mas não desapareceu.

Na década de 1980, acompanhando a “renovação” da História Política, houve também uma “redescoberta” da importância das biografias, ambos intimamente ligados com o intenso movimento de “renovação” historiográfica das últimas décadas do século XX. Vavy Borges (2005) percebe dois eixos extremamente ligados que podem explicar a retomada no fôlego das biografias no campo historiográfico: o primeiro tem a ver com o individualismo, pois na sociedade o indivíduo tem ocupado cada vez mais seu espaço e também o homem tem se preocupado mais a entender sobre ele mesmo, o interesse pela vida do outro também ficou maior, devido ao estímulo da mídia; o segundo eixo são as mudanças ocorridas nas disciplinas acadêmicas, que cada vez mais deram espaço para discussões sobre a biografia, sobretudo, com interdisciplinaridade.

Phillippe Levillain (2003) também chama a atenção para o individualismo, o qual considera que passou por uma renovação e remete a dois dados: “o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação de valores” (LEVILLAIN, 2003, p. 167). Nos anos 1970 esse individualismo toma características metodológicas, e os fenômenos coletivos eram explicados sobre o olhar de comportamentos e estratégias individuais. Se a sociedade modela os indivíduos, também é necessário explicar e compreender as preferências que eles manifestam. Assim, é possível entender o indivíduo com autonomia na sociedade.

A terceira geração dos Annales, que traz consigo esse movimento de “renovação”, conserva princípios das gerações anteriores, mas busca outras formas de compreender o contexto social. Agora, seria possível entendê-los a partir da observação de indivíduos inseridos nele. “A retomada das pesquisas biográficas relaciona-se com a crise do paradigma estruturalista” (SCHMIDT, 2012, p. 193). Ou seja, estava sendo feita uma retomada do papel dos indivíduos, em detrimento de tal paradigma que considerava a estrutura e suas relações de forma independente das intenções individuais. Assim:

A biografia reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio,

examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Este autor aponta dois fatores que considera importantes para reabilitação da biografia, primeiro uma evolução na historiografia francesa e segundo o desenvolvimento do diário e da autobiografia. Em relação a estas:

A autobiografia, por sua própria natureza, supõe uma cultura que faz parte da expressão do 'Eu'. Aparenta-se, em consequência disso, à biografia dos protagonistas: a biografia do eu é a prima irmão da biografia do Rei. Mas a história social, por mais impregnada que estivesse do coletivo, lhe deu, a partir de meados dos anos 70, uma dimensão nova, buscando-a como rastros expressivo dos meios sociais silenciosos no indivíduo, para devolver a palavra para aqueles que foram privados dela quando o 'Eu' tinha chance de não ser mais ninguém (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Ainda dentro da reabilitação do uso das biografias, Benito Schmidt (2012) apresenta a importância de historiadores marxistas, como E. P. Thompson, ao valorizar trajetórias singulares, questionando o modelo marxista estruturalista. Há um papel destacado também para micro história, na qual “uma das preocupações dos historiadores que se valem dessa perspectiva é justamente avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores” (SCHMIDT, 2012, p. 194). É possível observar a importância que as trajetórias individuais tomam tanto teórico quanto metodologicamente.

Dentro da perspectiva da História Política Renovada, as trajetórias políticas também se tornam fundamentais para pesquisa historiográfica, mesmo se voltando a uma figura renomada da política. A reconstrução de determinado período da sua trajetória, em vez de estabelecer um diálogo personalista e exaltador, procurara como as ações desse indivíduo influenciaram no meio social em que vive e como esse meio também tem a ver com os comportamentos e decisões tomada por ele. Esse tipo de pesquisa possibilita o estudo sobre a História Política em que o indivíduo analisado está inserido. Além disso, é possível perceber o caráter coletivo, porque “o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva” (RÉMOND, 2003, p. 449). A importância da política também acontece porque:

Não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para inteligência organizadora do real. O

acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável, a despeito do esforço que os historiadores possam fazer para reabsorvê-lo e integrá-lo numa sucessão lógica. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, ou para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência (RÉMOND, 2003, p. 449).

A partir da análise do autor, é possível perceber que a História Política não é linear, nem engessada, pelo contrário, é composta de várias nuances que são essenciais nos trabalhos historiográficos. A partir da troca com outras áreas ficaram ainda mais diversificadas suas possibilidades. A biografia política é um ótimo recurso metodológico para essa construção.

Então, vem a indagação: por que é importante biografar esse indivíduo? É importante detectar se sua atuação “em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já que, sem a compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos” (SCHMIDT, 2012, p. 190). Além disso, uma importante indagação a se fazer é: qual a importância da biografia?

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis (LEVI, 2006, p. 180).

É importante também ficar atento para como o contexto aparecerá no trabalho, porque se ele não consegue ter uma relação dialética com o indivíduo, será mais um problema do que uma solução. Assim, é importante evitar a construção de narrativas nas quais o contexto não consiga vir inserido na trajetória do biografado.

Na produção da narrativa biográfica, a literatura tem muito a contribuir. Há uma forte relação entre História e Literatura, porque a primeira “constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura de transmitem a historiografia” (LEVI, 2006, p. 168). O diálogo com outras áreas vem no sentido de enriquecer o trabalho do historiador. Mas também há características inerentes ao trabalho do historiador que foram importantes na “renovação” biográfica:

Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documento alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos de atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em um ato de comunicação por intermédio de um texto escrito (LEVI, 2006, p. 169).

Além disso, a biografia também pode ser uma fonte para a História, pois, “tem sido considerada uma fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes” (BORGES, 2005, p. 215). Uma biografia te dá subsídios para entender a vida de uma pessoa, mas também possibilita enxergar a sociedade, a época, os costumes, ou seja, uma certa compreensão do conjunto social em que está inserida.

Devido a importância que as fontes têm para pesquisa historiográfica, a construção de uma biografia histórica precisa ser feita munida por fontes. Não pode se perder de vista que antes de tudo ela é História, então, precisa se submeter aos procedimentos de pesquisa desse campo, sendo assim:

A prática do gênero, pelo menos no âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do *métier*, entre as quais se destacam a necessidade de se ter como guia de investigação um problema de pesquisa histórica formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas, e a de se expor os resultados do trabalho em um texto que remeta ‘para fora’ do texto, ou seja indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação (SCHMIDT, 2012, p. 190).

Além de utilizar as fontes também é necessário questioná-las e contrapô-las. “Penso que as melhores biografias são aquelas que o autor não só não se esconde, mas constrói a narração de certa forma acompanhando seu percurso de pesquisa” (BORGES, 2005, p. 218). O historiador-biógrafo não precisa se neutralizar, até porque todo trabalho está permeado por suas escolhas. Os fatos escolhidos fazem parte de sua seleção com o que lhe pareceu mais significativo, sem falar que a maneira como serão trabalhos é intrínseca à interpretação de quem está escrevendo. É preciso levar em conta que:

Não se pode ter a pretensão de esclarecer o mistério de uma vida somente a partir de fatos e de achados concretos; é significativo não só o que se encontrou documentado, mas as incertezas intuídas, as possibilidades etc. A sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de aproveitar ausências e vazios com os quais

ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-lo (BORGES, 2005, p. 221).

No que tange à biografia no campo da História, é possível perceber as diferentes maneiras de se relacionar durante o tempo. O espaço ocupado atualmente tem muito a ver com o processo de “renovação” da História Política.

## CONCLUSÃO

Apesar da história política parecer ter um lugar privilegiado na História, alguns temas, principalmente quando se pensa no ensino, são omitidos. Isso torna-se ainda mais grave quando se trata da história política de algumas regiões. Nesse movimento de repensar assuntos do político, sem focar apenas na atuação do Estado, o movimento que ganhou corpo na década 1970 e 1980 foi muito importante para os desdobramentos das novas pesquisas no campo da História.

Pensar uma história política mais problematizada requer meios que torne esse caminho mais dinâmico. Dessa forma, o uso das biografias se tornou um mecanismo importante não apenas para analisar a trajetória de uma determinada figura, mas também remontar aspectos importantes da sociedade em que está inserido.

## REFERENCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da História Oral** – 8. Ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEVILLAN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma história presente. In: RÉMOND, **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

## A PROSA DE PÓETICA EM *BUDAPESTE*, CHICO BUARQUE.

*Dulce Maurilia Ribeiro Borges*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem objetivo fazer uma breve análise do romance *Budapeste*, de Chico Buarque enfatizando a narrativa, cuja técnica evidencia traços da prosa poética. Para tal análise tomar-se-á como suporte teórico os estudos de Agamben (2016), Cohen (1978), Delas e Filliolet (1975), Dufrenne (1960), D’Onofrio (2004), Moisés (2003), Morin (2001), Todorov (2008), os quais concordam que a prosa e a poesia podem, como estratégia do escritor, serem fundidas. Alguns fragmentos da narrativa são destacados para mostrar o uso de figuras de linguagem voltadas à poesia, tornando a narrativa mais emotiva, o que denuncia o estado confuso do homem contemporâneo, que está alheio à sua essência poética. O narrador-protagonista de *Budapeste* representa uma considerável parcela da população brasileira que está imersa em um ambiente, nos quais não encontra mais prazer. Então, a ida ao desconhecido, à capital da Hungria, é a saída para lhe dar novo sentido à sua vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** PROSA POÉTICA. AGAMBEN. BUDAPESTE.

### INTRODUÇÃO

Considerando todo o processo evolutivo do romance e, pode-se dizer também revolucionário, propõe-se um breve estudo do terceiro romance do compositor e cantor, Chico Buarque, *Budapeste* (2003), a fim de destacar fragmentos poéticos que se misturam à narrativa, ousando afirmar que Chico utiliza a prosa poética como elemento diferenciador nessa sua narrativa. Mas para isso, foram feitas leituras lentas e investigativas desse romance, apesar de a narrativa, muitas vezes, exigir a velocidade, para que fosse possível adentrar ao mundo das sensações e emoções do narrador-protagonista, José Costa.

Diante desse cenário e, portanto, diferentemente dos tradicionais romances, *Budapeste* surge com a sensibilidade da poesia, podendo contribuir para a formação de uma atitude crítica mais aguçada, perante a brevidade das ações que rodeiam o ser humano na modernidade. Nessa premissa, parte-se do seguinte objetivo geral: fazer uma leitura analítica da narrativa de *Budapeste*, a partir de pesquisas teóricas que atestam a fusão, a mistura do poético na prosa. Visita-se os estudos sobre esse conteúdo dos teóricos Agamben (2016), Cohen (1978), Delas e Filliolet (1975), Dufrenne (1960), D’Onofrio (2004), Moisés (2003), Morin (1997) que, em consonância, acrescentam informações e revistam conceitos tanto da prosa, da poesia quanto da mistura das duas, a fim de verificar no romance citado a existência dessa característica.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Letras na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.



A escolha de pesquisar no romance marcas da poesia deveu-se ao fato de que, sendo a poeticidade é que “dá seiva à vida quotidiana” (MORIN, 1997, p. 28) e que não está desligada da prosa, então ela deveria se fazer presente em todos textos românticos; entretanto a poesia não se apresenta como característica comum a todas as prosas, principalmente, quando se trata de um romance do século XXI. Lembra-se que poucas artes permitem o registro escrito das modificações do pensar ocorridas no ser humano. A Literatura, a partir da segunda metade do século XX, com as produções literárias, principalmente de Clarice Lispector, esboçam indagações, implícita ou explicitamente, às questões existenciais do indivíduo, bem como oferecem modelos implícitos de como a subjetividade influencia na constituição da identidade do indivíduo. E, semelhante à Clarice, Chico Buarque, no século XXI, esmera a palavra escrita para apresentar a construção do texto ficcional, pensando nas relações que provocam mudanças significativas na narrativa, capazes de torná-las menos seca, mais sonora, sem perder o fio condutor do tema e da palavra que permite diferentes interpretações. Assim, *Budapeste* é posto para uma análise que tenta desnudar a narrativa, constituída puramente da palavra denotativa.

Portanto, analisar-se-á, primeiramente, as diversas literaturas que tratam do tema, em seguida, apresentar-se-á uma análise da narrativa desse romance evidenciando, por meio de fragmentos destacados dessa obra, o uso de recursos linguísticos do âmbito poético como técnica narrativa, que denunciam o estado confuso, frenético, mas não menos poético do homem contemporâneo, “aquele que mantém o olhar fixo no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2011, p. 62), porque nele vivem, em consonância, a prosa e a poesia.

### **PROSA PÓETICA: BREVE HISTÓRICO.**

Os autores pesquisados Delas e Filliolet (1975), Dufrenne (1960), 'Onofrio (2004) e Moisés (2003) acordam na suposição de que o nascimento da poesia coincide com a maneira medida, ritmada, constante de fazer um texto, e o vocábulo poesia é com frequência entendido como antônimo de prosa, para isto, o critério, uso de verso na constituição estrutural da poesia foi estabelecido na distinção dos dois vocábulos.

Julga-se necessário saber que a prosa, do latim *prosus*, significa “ir para frente”, “avançar sem limites” (MOISÉS, 2003, p. 76). Tal significação se seguida literalmente e se a disposição gráfica permitisse, um romance, por exemplo, poderia ser

escrito numa única linha. Poesia, por sua vez, pretende nomear e evocar coisas, caracterizada pelo ritmo da repetição, além de conter versos, os quais, do latim *versus* significa “retorno”, “volta para trás”, seriam um recorte na continuidade do texto. Segundo Dufrenne, a poesia seria distinta da prosa pela intensidade do estado poético que ela suscitaria. Para este autor ainda, compreender a poesia diferentemente da prosa é “perceber e consentir ao ser sensível da linguagem, assim como se percebe a música” (DUFRENNE, 1960, p. 106). Enquanto Cohen (1978) explica a poesia por meio da junção de dois elementos distintos: a substância e a forma. A primeira, que são os objetos, não pode ser unicamente poética em si; pois, segundo o teórico a poesia vem unicamente da forma e, para que ela se imponha, é necessário impedir o funcionamento normal da linguagem (o sentido denotativo), que transmite habitualmente as substâncias. Entretanto, para que se alcance o feito da poesia, a qual está no plano das emoções, é necessário embaralhar a mensagem denotativa, assim, poder-se-á perceber a forma inserida no *corpus* da afetividade. Em concordância com Cohen, Todorov explica o efeito poético ao se voltar o olhar para a palavra, preenchendo-a de emoção e atribuindo significado e valor que lhe cabe no contexto em que ela está inserida. O exemplo, a seguir, registra a explicação do estudioso:

Chamar o navio de “navio” é utilizar a linguagem apenas como um mediador de significação, é matar ao mesmo tempo o objeto e a palavra. Chamá-lo ‘vela’ é deter nosso olhar sobre a palavra, dar à linguagem um valor próprio e uma possibilidade de sobreviver ao mundo (TODOROV, 2008, p.75).

Entretanto, essa distinção não é mencionada até o período neoclássico, pois se considerava, acima do efeito produzido, o aspecto formal do texto. A partir do pré-romantismo, a poesia e prosa passam por alterações, dentre as quais a poesia deixou, gradativamente, em segundo plano a importância do aspecto formal para dar ênfase a um objeto ou a uma realidade sentida e descrita de maneira artística. Perceber-se-á o abandono paulatino da métrica, do ritmo e da estrofe, o que a aproximará, cada vez mais, da prosa literária. Enquanto, esta última foi adquirindo características da poesia como o uso de imagens, símbolos e ritmos.

Modernamente, consideram-se as características estruturais do texto poético comuns também à prosa literária. Quando um texto diferir-se de outro, como nos ensina D’Onofrio (2004), será somente pelo maior ou menor grau de poeticidade com que atuam essas características no texto. Nas palavras do teórico, “a poesia se diferencia da

prosa literária pela presença em grau maior de elementos fônicos, lexicais, sintáticos e semânticos constitutivos da narrativa literária” (D’ONOFRIO, 2004, p. 12).

Desse modo, a prosa adentra no território imaginativo da poesia, sendo necessária a teorização de formas intermediárias, chamadas de poema em prosa e prosa poética. A esta, deter-se-á porque somente ela servirá de base teórica para o estudo a que, aqui, se propõe. Prosa poética abrange textos descritivos ou narrativos. Esta forma intermediária confere a esses textos outras funções, que segundo Delas e Filliolet (1975), uma delas seria o qualificador de nível semelhante ou superior, àquele da função poética, ou seja, num texto de prosa poética, a noção de poeticidade se funda na de literariedade estabelecendo laços estreitos entre as duas formas de expressão. Essas duas formas foram denominadas por Moisés (2003) de a “do ‘eu” – é a poesia que utiliza a linguagem metafórica - e a “do ‘não-eu” – prosa que utiliza a mesma linguagem, mas não realçando em demasia o emocional, o subjetivo. Ainda sobre essa inserção da poesia na prosa, Agamben (2016) nos informa da possibilidade de encontrarmos na prosa o *enjambement* - elemento da poesia responsável pela ligação métrica, sequencial e rítmica entre versos, sendo “condição necessária da versificação” (AGAMBEN, 2016, p. 31). A partir dos versos brancos de Mallarmé, que tentou buscar a “autonomia poética”, integra a “prosa no domínio da poesia” (AGAMBEN, 2016, p. 31). Para esse teórico, ainda que tal elemento não estando, portanto, nela presente, mas preservada estivesse a estrutura de poema, determina o marco de fusão entre poesia e prosa, isto é, o discurso no qual a métrica e a sintaxe, sendo híbridas, relacionam-se em consonância; a primeira complementando a segunda, uma realizando-se na outra.

O teórico Moisés (2003) chama-nos atenção para um acontecimento que permeia o universo da prosa poética. Este novo termo, explica-nos o estudioso de maneira didática, é oriundo da fusão da prosa com poesia. Essa união acontecerá quando a musicalidade e o lirismo, mais a metaforização abundante e a divisão da frase em segmentos que recordarão o ritmo do verso, estiverem em harmonia num texto de prosa literária. Porém, esse autor adverte-nos o seguinte: “Se o assunto estiver em desacordo com os padrões literários, deverá pelo menos estar articulado a uma linguagem de sonoridade e ritmo poéticos” (MOISÉS, 2004, p. 28), isso para que o texto obtenha a denominação prosa poética.

Uma vez realizada a fusão, prosa literária e poesia, Moisés (2003) ainda observa, no texto agora de prosa poética, nove consequências resultantes desse efeito, a seguir comentadas:

a) Ao enredo não é dada grande relevância como acontece nos textos de denominação realista ou não-poético;

b) A narração, geralmente, é feita em primeira pessoa do singular, mesmo quando o foco narrativo estiver na terceira pessoa;

c) Os fatos são narrados à medida que são lembrados; essas lembranças, muitas vezes, vêm entrecortadas pela vaguidade, pela incerteza ou pela lentidão;

d) O vago ocasiona ambiguidade no relato e lembranças secundárias. Os detalhes são irrealistas;

e) Há presenças de metáforas de grandes extensões, as quais são associadas à lógica frasal contendo emoção e a estrutura sintática;

f) As frases são musicalizadas como se o sentido, oriundo do todo da narração juntamente com os significados das frases, adquirissem sons;

g) Relato dos acontecimentos de forma introspectiva, modo este que une o mundo do “não-eu” – exterior - e o mundo do “eu” – interior;

h) Diferentemente da prosa literária, na prosa poética, a metáfora, antes do término da leitura do texto, desperta o interesse pelo fato de a impressão ser captada de forma imediata.

“O romance é um ser vivo, uno e contínuo, como qualquer outro organismo” (TODOROV, 2008, p. 82) e levando em consideração a necessidade de adaptar-se ao meio que, frequentemente, impõe transformações, é digno de estudos sobre as mudanças acarretadas da união das duas formas, intitulada prosa poética. Em muitos romances escritos a partir da segunda metade do século XX, a narrativa é episódio, o que não importará, e sim a maneira das personagens se comportarem diante de um fato inesperado. E isso, como nos ressalta Moisés (2003), já é do território da poesia. As personagens, de acordo com o teórico, parecem flutuar, pouco ou nada comunicantes, voltadas para dentro de si, mais do que para o mundo exterior. Muito pouco se sabe sobre elas, exceto as poucas interferências pelo narrador para acrescentar uma ou outra notícia. Muitas vezes, tais informações são vagas pela minúcia de detalhes, os quais, para Moisés (2003), lembram a verbalização de desejos, angústias. O autor, ainda, atenta para a presença das reticências que objetivam o prolongamento do desconhecido, além de anunciar a linguagem automática surrealista, por conter as pulsões inconscientes das personagens que, depois, sobem à consciência pelo fluxo associativo.

Edgar Morin enfatiza a fusão da prosa e da poesia: a poesia se coloca porque a vida é sofrida, seca e não se resume à sua prosa, e a prosa modifica a poesia todas as vezes que a imaginação defronta-se com o cotidiano comum, porém, ambas são dependentes entre si. Para ele, “temos necessidade da prosa para sentir a poesia” (MORIN, 1997, pág. 67). Nas palavras Morin, citando Holderlin, prosa poética ou prosa-poesia, desse modo, constituem

portanto, o tecido de nossa vida. Holderlin afirmava: ‘o homem habita a terra poeticamente’. Acredito ser necessário dizer que o homem a habita, simultaneamente, poética e prosaicamente. Se não houvesse prosa, não haveria poesia, do mesmo modo que a poesia só poderia evidenciar-se em relação ao prosaísmo. Em nossas vidas, convivemos com essa dupla existência, essa dupla polaridade (MORIN, 1997, p.71).

É válido saber que a quantidade e qualidade dos fragmentos poéticos imbuídos na narrativa variam de romance para romance e de época para época e, tal poeticidade no romance se revela no todo e ao findar o romance, para que se consiga o deslumbramento da narrativa e uma visão que implica o encantamento do mundo da escrita, no qual o homem contemporâneo tem liberdade para dividir seu tempo, estando “à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos” (AGAMBEM, 2011, p. 72).

### **A PROSA PÓETICA COMO TÉCNICA NARRATIVA EM *BUDAPESTE*, CHICO BUARQUE.**

Para uma breve análise do romance *Budapeste* (2003), parte-se do pressuposto defendido pelos teóricos citados no início deste artigo e, principalmente, por Moisés (2003) de que a prosa funde-se ao poético e abrange todos os níveis da linguagem: da linguagem polissêmica (para expressar a polivalência das sensações) até a linguagem em que o fantástico une-se à realidade humana causando desconforto. Assim, há modificação da palavra denotativa que é a transferência semântica para o sentido conotativo, no qual, dentre outros recursos linguísticos, a metáfora e as alegorias das condições humanas serão as que, mais empregadas no texto, denunciarão o caráter emotivo daquele que se expressa; logo ter-se-á um texto, embora em forma de prosa, poetizado do ponto de vista de o autor denunciar seu estado de espírito, pois a poesia insere a palavra em uma série de experimentações sensoriais. Ela alia “num só lance verbal sentimento e memória, figura e som” (BOSI, 2015, p. 20).

*Budapeste* é um romance que exige do leitor certa cautela para desvendar o mistério que o autor, Chico Buarque, supostamente deseja transmitir. O professor Uziel Santos (2012) afirma que a genialidade da escrita buarqueana consiste na forma em que os fragmentos narrativos se tornam unidade por meio de recursos linguísticos que caracterizam a linguagem poética, isto é, a narrativa com estrutura da lógica sintática mistura-se à poesia, a qual é, por natureza, subordinada à sintaxe emotiva. No fragmento a seguir, Chico concede poder emotivo às palavras no momento em que atribui aos substantivos *cego* e *olhos* complementos combinados à lógica e à percepção sensorial:

Houve um tempo em que, se tivesse de optar entre duas cegueiras, escolheria ser cego ao esplendor do mar, às montanhas, ao pôr do sol no Rio de Janeiro, para ter olhos de ler o que há de belo, em letras negras sobre fundo branco (BUARQUE, 2003, p. 96).

Acrescenta-se ainda que muitas das palavras dessa narrativa foram aproximadas uma das outras pelo eixo vertical que permitiu a inserção da atmosfera subjetiva combinando-as segundo o padrão da emoção, pois o fazer vibrar em todos os significados foi objetivo primordial, isto é, muitos vocábulos foram usados fora de seu significado dicionarizado, já que imagens e ideias contidas naqueles vocábulos foram ampliadas, transcendendo o mundo visível: “[...] porque sem ela eu evitava me aventurar na cidade; receava perder, no vozerio da cidade, o fio de um idioma que vislumbrava apenas pela sua voz” (BUARQUE, 2003, p. 64-65).

Chico Buarque confessa que o processo de construção da narrativa de *Budapeste* deu-se materialmente, por meio de guias e manuais, e subjetivamente, já que a cidade é retratada com a alma, observando muitos lugares de cartões-postais e informando-se sobre hábitos inerentes ao povo húngaro. Partindo dessa informação, pode-se tentar explicar a narrativa desse romance repleta de fragmentos poéticos relacionados aos conflitos existenciais, à própria descrição de sensações, dos lugares onde a personagem vive e, até mesmo, às comparações que faz entre a cultura brasileira e húngara e suas mulheres: o andar de Kriska comparando-o com o da esposa Vanda. Esta diferencia-se daquela pelo balançar e “molejo do corpo” (BUARQUE, 2003) que tinha a sua mulher brasileira.

À medida em que o narrador de *Budapeste* aprimorava a sua literatura, cessavam as palavras com a primeira esposa. Ao lado da segunda, Kriska, ele ressurgiu como se o texto dele em prosa tivesse tornado poesia. Há um público que aceita e

aplaude a sua nova versão, a da escrita poética. Nesse sentido, a prosa poética abarca as implicações estéticas e formais, com o monólogo interior – conquista da prosa romântica moderna, usado pelas mãos de Chico Buarque -, que se estende da quebra da ordem causal exterior, das oscilações do tempo à dilatação da ação e do enredo. Este apresenta um foco fixo somente sob o ponto de vista do narrador-protagonista, o ponto introspectivo que conduz o leitor a problematização das personagens – expressa por sua linguagem característica – e da própria posição de quem narra. A descrição, no fragmento abaixo, apresenta enfaticamente o olhar contemplativo e silencioso de José Costa para a Kriska, para os objetos em sua volta:

E uma boa meia hora permanecemos assim, olhando as cinzas no cinzeiro, porque eu não tinha como apontar as coisas que me passavam pela cabeça [...] cada qual com seu silêncio; um dos silêncios acaba sugando o outro [...] Segui observando seu silêncio, decerto mais profundo que o meu, e de algum modo mais silencioso. E assim permanecemos outra meia hora, ela dentro de si e eu imerso no silêncio dela, tentando ler seus pensamentos depressa, antes que virassem palavras húngaras (BUARQUE, 2003, p. 61).

Como bem certifica Agamben sobre silêncio e palavra. Esta, segundo ele, “nos põe em contato com as coisas mudas” (AGAMBEN, 2016, p. 112). No caso do primeiro, o filósofo não o considera uma “suspensão do discurso, mas silêncio da própria palavra, a palavra a tornar-se visível: a ideia de linguagem” (AGAMBEN, 2016, p. 112). Acima, no fragmento, o silêncio e a palavra não dita, não conhecida, representam, nesse fragmento do romance, uma linguagem, supostamente de fácil compreensão, a qual está unida ao ato de existir, ou seja, há uma ordenação lógica que surge com o narrador ao lado de um aspecto intuitivo. Entretanto, tal linguagem requer atenção, pois constitui, para Josef, “a contínua luta por expressar-se e a decifração libertadora do autor, constituindo um recurso estilístico refinado de técnica expressiva” (Josef, 1980, p. 33). O narrador de Budapeste minimiza, algumas vezes, a comunicação direta da protagonista com outras personagens, com raros e estereotipados diálogos, admitindo muito mais o acesso indireto aos sentimentos e sensações via discurso indireto livre. Dessa forma, Chico Buarque, nesse romance, cuja narrativa tem traços semelhantes à de Clarice Lispector: “Como?! como tendo sido tão forte pudera dar à luz aqueles seres opacos, com braços moles e rostos ansiosos? [...] Como pudera ela dar à luz aqueles seres risonhos, fracos, sem austeridade?” (LISPECTOR, 1998, p. 60), abole muitas das ações exteriores, em geral, em favor do momento que segue em lentidão e da

busca psicológica de caracteres, que se esvaem. O narrador de *Budapeste* tal qual Clarice utiliza o discurso indireto livre como recurso capaz de apresentar enfaticamente o afloramento frequente dos desejos, intenções, frustrações e inquietações das personagens: “O Danúbio, pensei, era o Danúbio mas não era azul, era amarelo, a cidade toda era amarela [...] eu pensava que Budapeste fosse cinzenta” (BUARQUE, 2003, p. 11). Na origem dessa questão a “mundividência” (MOISÉS, 2006) habita a poesia ao instigar o real que lhe fornece sugestões para a composição da narrativa. Por isso, “o ficcionista impele uma mola que dá origem a um processo de transmutação das coisas, que já é poesia” (MOISÉS, 2006, p. 308).

A importância de fazer enxergar para além das letras, por meio dos signos verbais, a consciência de um eu quase real, constitui a chave de ouro da narrativa de *Budapeste*. Os elos inseparáveis do pensamento não-moldado e a inquietação são transpostos ao leitor em seus estados brutos de forma que a consciência infeliz daquela personagem que deseja ser lida e muito mais sentida. Isso é visualizado por meio de descrições do José Costa que preenche a frase comum com as conotações que captam o som, a música, o ritmo: “Ela virava as folhas com sofreguidão, para não perder o fio da aventura, ou a cadência das minhas frases” (BUARQUE, 2003, p. 95). Bosi defende a ideia de a prática da linguagem poética ser exercida como forma de varrer a palavra do fardo do cotidiano para manter “vivo o seu potencial de som e significação [...] restituindo-lhe dimensões originárias de radiante clareza e rara intensidade” (BOSI, 2015, p. 22).

Em *Budapeste*, cuja estrutura é não-linear, repleto de micronarrativas, é possível visualizar, desta vez na forma de *flashback*, voltas ao passado, longínquo ou recente, que o narrador-protagonista, em alguns momentos na narrativa, retorna a um presente em que talvez jamais estivesse estado presente. É uma narrativa inserida no contexto contemporâneo em que “não tem lugar simplesmente no tempo cronológico” (AGAMBEN, 2011, p. 65). Neste, a intempetividade da narrativa surge com urgência e o transforma. Talvez, por isso, a presença de fragmentos sejam visitantes do passado ou acontecendo no presente, entremeiam ainda descrição lógica mais a letra de música, causando-nos a sensação de velocidade nas ações, sendo estas acompanhadas pelo embalo do ritmo das palavras, o que dá ainda mais rapidez à descrição. É a mistura dessas letras à narrativa que nos faz percebê-la também rica em música, em poesia e que nos dá a ideia de fluxo, de vida. Abaixo, percebe-se as ações também sendo música que não deixa quieta a vida.



Saí pelo terraço com ela a reboque, ela aos tropeços por causa do salto alto. Alalaô ooô ooô... atravessei grupos de gays, de americanos, de políticos, o fotógrafo saltou na minha frente e tirou uma, duas, três, quatro fotos. A Vanda cobria o rosto, chorava, chutei o fotógrafo, passei pelo Álvaro, pelo travesti, passei diante da orquestra: mas que calor ooô ooô... (BUARQUE, 2003, p. 111).

Arrisca-se a comparar a estrutura narrativa de Buarque com a de Lispector outra vez. Nesse momento, destaco os recursos linguísticos que estão no âmbito da poesia. Em “Por um instante bateram palmas à potência inesperada do menino que, espantado e exultante, olhava para todos encantado” (LISPECTOR, 1998, p. 58) observa-se que Clarice Lispector faz de recursos linguísticos representando um caráter especial assumido pela palavra poética em *Feliz Aniversário* que, na visão de Moisés (2003), é o ritmo. Termo esse entendido pelo autor não somente como necessária para a repetição de certo movimento ou certa duração, e sim como expressão daquilo que no mundo interior do poeta é contínuo movimento de espirais, como uma sequência de sons, de sentidos e de sentimentos, uma sequência ao mesmo tempo musical e emotiva. O trecho acima mostra-nos como a repetição da consoante p, figura de som denominada aliteração, garante à prosa um ritmo acelerado e uma musicalidade própria ao enredo. De semelhante estratégia, Chico Buarque em: “Portanto eu arrematava a transcrição das fitas antes do jantar, levava as folhas datilografadas para a mesa e as deixava ali como esquecidas [...] Lavava a louça e me sentava [...]” (BUARQUE, 2003, p. 125) usa a repetição do sufixo *va* para dar a entender o ritmo veloz em que acontecem as ações. Isso nos direciona a pensar sobre a influência de suas composições musicais nessa narrativa, haja vista que, nos refrãos: “Quando amadas, se perfumam/ Se banham com leite, se arrumam/ Suas melenas [...]”, contido na letra da música *Mulheres de Atenas*, e “Que aqui passaram sambas imortais/ Que aqui sangraram pelos nossos pés / Que aqui sambaram nossos ancestrais [...], na de *Vai passar* nos apresentam uma sequência de ações que nos induzem à leitura desses versos com um pouco mais de pressa, pois o ritmo dessas músicas requer velocidade. Essa técnica, que originou-se da narração oral, por um lado negligencia alguns detalhes, mas por outro prioriza as repetições de forma a apresentar acontecimentos que transcorrem em ritmo rápido e que, algumas vezes, rimam entre si, como em canções e em poemas. Outras vezes, assim como no conto popular, há escassez de descrições em detrimento das ações: “Estaria bicando um vinho, ou fechando as cortinas, ou tomando um banho, ou em frente ao espelho, catando fios de cabelo branco [...]” (BUARQUE, 2003, p. 75), pois o narrador-personagem conta

levando sempre em consideração o essencial, como se estivesse lutando ou contra o tempo ou contra os obstáculos que talvez impeçam ou retardem a realização da vontade do narrador. A propriedade estilística de Chico Buarque é uma agilidade da expressão e do pensamento. A rapidez e os fragmentos muitas vezes concisos denotam a alma do homem contemporâneo cheia de ideias simultâneas que parecem transbordar pela abundância de pensamento, imagens ou sensações, as quais ele não consegue abarcar nem todas nem uma de cada vez, o que o leva a uma sensação de vazio, de perda ou mesmo de fracasso. E a força do poético que Chico empreende na narrativa em grande parte é identificada por essa rapidez das ações do narrador que algumas vezes se deleita pelos efeitos simultâneos, provocados tanto por uma palavra isolada, denotativa ou metaforizada, quanto por sua inserção no conjunto frasal, ou até mesmo pela ausência dela ou de outras do conjunto: “Eu era um calouro, eu era talvez um elemento estranho [...] eu não tinha saída, meu silêncio seria um acinte” [...] eu estava leve, eu estava magro, lá em cima me veio a sensação de ter ficado oco” (BUARQUE, 2003, p. 20-21).

Entretanto, é possível também destacar de ambas narrativas dos escritores que, em oposição à rapidez, a suavidade emerge com a repetição do som *s*. Em Clarice: “Começaram a se separar, andando meio de costas, sem saber como se desligar dos parentes sem brusquidão” (LISPECTOR, 1998, p. 66) e em Chico: “E menos mal que estivesse tão apressada, e nem me olhasse ao dizer que disse [...]” (BUARQUE, 2003, p. 103), ambos, mais uma vez, utilizam recurso linguístico que sugere uma lentidão que nos é, também, informada pelo contexto, e que nos faz perceber a influência da poesia na prosa e também da música, por meio da qual, em alguns versos, constituintes da letra da música *Construção*, Chico já nos fazia percebê-la: “E tropeçou no céu como se fosse um bêbado / E flutuou no ar como se fosse um pássaro [...]”. A lentidão na narrativa de *Budapeste* pode representar os momentos de divagação ou digressão que “é uma estratégia para protelar a conclusão, uma multiplicação do tempo no interior da obra, uma fuga permanente” (CALVINO, 1990, p. 61) que transforma o imaginário e este se transforma em palavras.

Assim como Calvino, Morin (1997) acredita que o “estado poético”, que pode ser manifestado por meio do poema, está submerso nas ações cotidianas, para que ele seja despertado, o escritor julga necessário frear o ritmo de vida, abster-se do inútil, do comum e um pouco da prosa para submergir ao estado da sensibilidade, no qual o silêncio e a solidão sejam prioritários na busca da palavra, da expressão que mais se

aproxima daquilo que sente e deseja que outros também o sintam. Assim, tanto o prosador e o poeta labutam para melhor denunciar o seu estado de espírito. Chico Buarque narra esse processo de concentração para transcrever o que vem à cabeça por meio da presença de imagens ou de sensações. O narrador-protagonista isola-se para melhor tentar captar a (s) palavra (s) “certas”, pois “a vida é um tecido misturado ou alternativo de prosa e poesia” (MORIN, 1997, pág. 61), bastando esforço para evidenciar o lado poético. José Costa soube que “a poesia é também filha do acaso” (CALVINO, 1990, pág. 86), o que lhe proporcionou a capacidade de “escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGABEM, 2011, p. 63).

Findou a tarde, o clube fechou as portas e eu não avançava na tarefa. Voltei para casa agastado, recusei o jantar e me isolei na despensa, que mantinha como escritório particular liguei o computador [...] Aprontei a ata, Kriska cantarolava no quarto, mas eu não podia ir para cama [...] Esbocei algumas linhas inspiradas no meu maço de cigarros, ganhei alento, fui em frente. [...] As frases eram minhas, mas não eram frases. As palavras eram as minhas, mas com outro peso. [...] Eu não sabia escrever poesia, e todavia estava escrevendo um poema sobre andorinhas. Sei que era poesia, porque intraduzível[...] (BUARQUE, 2003, págs. 131-133).

José Costa, por meio da palavra, inserido no “estado poético”, permitiu que um simples maço de cigarros com imagem de andorinhas voando, ganhasse “um sentido público e uma comunicação na teia intersubjetiva” (BOSI, 2015, p. 09). A poesia, e não mais a prosa, que ressignificou a escrita do *ghost writer* brasileiro, o qual sendo “alguém”, sem sair do seu tempo presente conflituoso e enérgico, consegue enxergar a veia poética no escuro de seu próprio tempo, é a esse tipo que Agamben (2011) qualifica de corajoso, porque foi “capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 65)

Tomando por pressuposto a definição de Moisés (2003) sobre a linguagem prosaica sendo aquela que narra, descreve aspectos da realidade, enfatizando o sentido denotativo das palavras, poderão, até mesmo, as metáforas estarem ligadas à denotação. Entretanto, quando confrontada aquela linguagem ao todo do texto e com demais recursos linguísticos da poesia, a linguagem, nesse caso, terá valor conotativo. Então, o escritor “deforma a realidade por via da imaginação” (MOISÉS, 2006), buscando inseri-la em estruturas que seleciona para esse objetivo. Nessa situação, as metáforas (transfiguradoras do real) e outras figuras de linguagem são indicadores de que o universo poético faz-se presente no texto, atribuindo-lhe comparações do estado da alma

à realidade. Logo “imaginar, estruturar, metaforizar constituem ações que implicam poesia, com a condição de se coordenarem e de se integrarem na matéria do romance” (MOISÉS, 2006, p. 309). As metáforas presentes em *Budapeste* são indicativos de que esse romance não é mera narrativa desprovida de impressões do outro sobre o outro e sobre o mundo. Elas denunciam o caráter emotivo que a palavra adquire inserida em um contexto onde a conotação, em muitos momentos, é evidente: “porque Kriska muda e inerte em posição fetal era uma irreabilidade, um corpo perfeito demais, uma superfície lisa demais, a misteriosa textura” (BUARQUE, 2003, p. 70).

Assim, é no conjunto textual juntamente com o conteúdo que as palavras estabelecem relações sinestésicas, oníricas, musicais etc. A comparação é outro recurso utilizado no romance que por meio dele o autor exprime as analogias novas que a imaginação do narrador-protagonista desvenda e constrói, constituindo também uma das expressões de pensamento capaz de mostrar a realidade enfrentada pelo eu. Há, em *Budapeste*, diversas comparações: “Falou Zsoze Kósta...Zsoze Kósta...me olhando de alto a baixo, como se meu nome fosse um traje inadequado [...] Eu escrevia como se andasse em minha casa, porém dentro d’água [...]” (BUARQUE, 2003, p.62)

Para José Costa, o desconhecido era mais atraente que o conhecido, somente a imaginação poderia servir de consolo às experiências que seriam traumatizantes ou não. O Rio de Janeiro impunha-lhe um ritmo diferente de trabalho e de vida àquele de *Budapeste*. Era o *frenesi* da cidade, ou talvez da língua, que causava-lhe ora deleite, ora angústia, ora sufocamento. Na narrativa, tal fato é até mesmo revelado pelo narrador, quando lia a própria biografia para sua esposa húngara: “Rápido, Kósta, mais rápido, falava Kriska, quando me detinha além da conta nos episódios do Rio de Janeiro” (BUARQUE, 2003 p.173). Em oposição à narração dos acontecimentos em *Budapeste*, cuja língua soava-lhe suave, demandava a ele uma certa lentidão: “Eu usufruía os fraseados, a melodia do meu húngaro, eu me deliciava com minha voz” (BUARQUE, 2003 p.173). Ele projetou seu desejo no infinito desconhecido e nele encontrou prazer, as sensações que tivera, mesmo mescladas umas às outras, criaram-lhe uma agradável impressão. Enquanto que as palavras húngaras, ainda que lhe fosse, de início, poucas conhecidas, não sendo ainda instrumentos capazes de expressar a mensagem, reafirma uma narrativa em que as construções poéticas, transmitidas pela música das palavras, ainda que sejam suaves, descrevem uma experiência angustiosa:

Branca, branca, branca, eu dizia, bela, bela, bela, era pobre meu vocabulário [...] Nas primeiras aulas me fazia passar sede, porque eu

falava água, água, água, água, sem acertar a prosódia. Os pães de abóbora, um dia trouxe à sala uma fornalha deles, passou-os fumegantes sob o meu nariz e jogou tudo fora, porque não soube denominá-los (BUARQUE, 2003, 45).

Para o Professor Wisnik, Budapeste, no momento em que finda, transforma-se em poesia: “e a mulher amada, cujo leite eu já sorvera, me fez beber da água com que havia lavado sua blusa” (BUARQUE, 2003, p.174), pois há nesse romance a visão oculta de si mesmo, a qual considera como um “*flash extremo*”, como “uma língua-música que desce de uma só vez, por inteiro” (WISNIK, 2003), pois o idioma almejado e aprendido pelo protagonista já era de seu domínio, assim como os hábitos e a cultura húngaros, o que lhe facilitou a imersão da alma para tentar captar as impressões mais íntimas e tentar expressá-las por meio das palavras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a prosa poética um elemento inovador na arte de narrar, ainda que não tenha sido pensada de forma proposital por parte do escritor, este artigo visou um breve estudo do terceiro romance de Chico Buarque, *Budapeste*, o qual apresenta narrativa de traços semelhantes àquela utilizada por Clarice Lispector, que também, por isso, despertou o interesse deste trabalho. Assim, com a técnica narrativa um pouco aproximada da de Clarice Lispector, Chico Buarque combinou, na narrativa do romance estudado, a estrutura poética com a inserção de uma subjetividade aguçada, adotando um foco narrativo que nos deixa ver algumas vezes, por dentro, a própria personagem.

Mascarado de fortes intenções, *Budapeste*, por meio da riqueza da sua temática, pelo tom que, num exame, às vezes demorado, outras vezes rápido, transborda de sensações, angústias, de egoísmo da vida, da indiferença do homem moderno, da busca pelo sentido de sua existência; tendo em um narrador-protagonista aquele que, muitas vezes, tem urgência de viver, de dizer sobre sua vivência, embora quando pouco a expresse, já a tenha vivido. Tudo isso, aliada à técnica poética que garante à narrativa mais vivacidade, mais emoção, mais impressões sobre aquilo que circunda e / ou inquieta José Costa.

A expressão do conteúdo de *Budapeste* denuncia a deterioração das relações pessoais e a indiferença daquele homem, cuja preocupação está voltada para o interesse do ter e do ser mais que qualquer interesse a outro ser. Com um futuro incerto

e um passado nebuloso, José Costa narra e é narrado por meio de recursos linguísticos que permitem transposições mais emotivas, musicalizando-as muitas vezes, porque é preciso inserir um ritmo àquilo que está sendo contado. Graças a estudos de teóricos, como: Agamben, Cohen, D’Onofrio, Moisés, Morin dentre outros, foi possível observar que, em *Budapeste*, Chico Buarque, cuja narrativa denota alguns dos conflitos existenciais do homem contemporâneo, nos sugere um tipo específico de leitura, a fim de que nela possamos perceber o ritmo frenético, ao qual muitos dos homens contemporâneos estão subjugados sem, contudo, perder a veia poética, impressa na letra escrita.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Ideia da prosa**. Trad. João Barrento. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é contemporâneo?** In: O espaço literário. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOSI, A. **Entre a Literatura e a História**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2015.

BUARQUE, C. **Budapeste**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Letras de músicas**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/66065/>. Acesso em: 05/ 07/ 2018.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COHEN, Jean. **Estrutura da linguagem poética**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DELAS, Daniel, FILLIOLET, Jacques. **Linguística e Poética**. Trad. Carlos Moisés. São Paulo: Cultrix, 1975.

D’ONOFRIO, Salvatore. **Teoria do texto 1: Prolegômeno e teoria da narrativa**. 2ªed. São Paulo, 2004.

DUFRENNE, Mikel. **O poético**. Trad. Luiz Arthur Nunes. Porto Alegre: Globo, 1960.

LISPECTOR, Clarice. **Feliz Aniversário in Laços de Família**. São Paulo, Rocco,1998.

MOISÉS, M. **A criação literária: Poesia**. 17ªed. São Paulo: Cultrix, 2003.

\_\_\_\_\_. **A criação literária: Prosa I**. 20ªed. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. **A criação Literária: Prosa II**. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Termos Literários**. 12ªed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Trad. Ana Paula de Viveiros, Lisboa: Edições Piaget, 1997.

SANTOS, Uziel. **Contemporaneidade em Budapeste: Visualidade, Fragmentação e Polifonia.** Disponível em: [www.uziporai.com.br/2012/07/literatura-uma-leitura-de-budapeste-de.html](http://www.uziporai.com.br/2012/07/literatura-uma-leitura-de-budapeste-de.html). Acesso em: 02/ 06/ 2018.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2008.

WISNIK, José Miguel. **Novo Romance: Budapeste.** Revista Índice. Disponível em: [http://www.chicobuarque.com.br/critica/crit\\_budapeste\\_wisnik.htm](http://www.chicobuarque.com.br/critica/crit_budapeste_wisnik.htm). Acesso em: 04/06/2018.

# FESTA DANÇANTE COMO ATO DE PROMESSA: NARRATIVAS DE CONSTRUÇÃO DO FESTEJO DE SÃO SEBASTIÃO EM UM TERREIRO DE MINA NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS-MA.

*Felipe Santos Soeiro*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo trazer à tona as discussões sobre festas de reggae nos festejos que homenageiam santos católicos e presentes no tambor de mina na zona rural de São Luís do Maranhão. Além de rituais específicos, é notória a presença de festas dançantes dentro dos festejos. Muitos ritmos fazem parte dessas celebrações, porém nessa região pôde-se perceber a frequência marcante do reggae. Ao andar por esses espaços é comum encontrar faixas e cartazes anunciando festas de radiolas de reggae nos festejos ou festas de santo, principalmente em terreiros de mina. Este ponto nos leva a refletir que relações podem existir entre o ritmo e a religiosidade ou entre os frequentadores do reggae e os santos homenageados. Trago neste trabalho, como ponto de análise, o festejo de São Sebastião, localizado no bairro do Tajipuru, na Zona Rural de São Luís e as narrativas de construção desse festejo a partir dos organizadores, tendo como ponto principal, as relações entre as festas dançantes e o santo.

**PALAVRAS-CHAVE:** FESTAS DE REGGAE, FESTEJOS DE SANTO, ZONA RURAL.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir de algumas experiências pessoais, em visitas na zona rural de São Luís- MA, surgiram algumas inquietações sobre a religiosidade das comunidades que habitam esses espaços. Além de rituais específicos, é de se notar a presença de festas dançantes dentro dos festejos onde santos católicos e presentes no tambor de mina são homenageados. Muitos ritmos fazem parte dessas celebrações, porém, nessa região, pôde-se perceber a presença marcante do reggae. E, embora o reggae tenha sido objeto de muitas pesquisas, tendo sido bem trabalhado na bibliografia maranhense, por autores de várias áreas e através de diversos eixos de abordagem, pouco ainda se sabe sobre a sua presença na zona rural de São Luís em momentos nos quais se festejam esses santos.

A chegada do reggae na cidade de São Luís ainda é ponto de discussão para muitos pesquisadores e sujeitos que fazem parte da dinâmica regueira, os quais tenderiam a legitimar sua “maranhensidade” e sua incorporação dentro da cultura popular local. Existem várias hipóteses sobre essa origem dentro do Maranhão, as quais

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em História e Mestrando em Cartografia Social e Política da Amazônia, pela Universidade Estadual do Maranhão/ Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Email: feliphesoeiro@gmail.com



ainda precisam ser discutidas mais a fundo.<sup>2</sup> De acordo com as versões, o reggae vai sendo introduzido entre as classes menos favorecidas, mais especificamente entre a população negra e periférica. A maioria dos autores que trabalham com a temática ressaltam os espaços urbanos como lugares onde os clubes se instalavam. Há poucas informações no que diz respeito ao momento em que o ritmo foi ganhando proporções em áreas rurais.

Nota-se que na dinâmica dessas comunidades, no que diz respeito às crenças, as tradições e a religiosidade podem se expandir para além dos rituais mais tradicionais, tecendo também relações com as festas populares da comunidade. Apesar de não ser algo específico da zona rural de São Luís, é encontrado com grande frequência nesses locais, daí o interesse desta pesquisa. Ao andar por essas essas comunidades é comum encontrar faixas e cartazes anunciando festas de radiolas de reggae e de serestas nos festejos ou festas de santo. Este ponto nos leva a refletir que relações podem existir entre essas festas e a religiosidade ou entre os frequentadores e aqueles que realizam as festas.

Essas aproximações entre as cerimônias religiosas e as festas e entre os ritos representativos e as recreações estabelecidas acima, podem ser pensadas a partir da ideia de sincretismo religioso, que durante os períodos festivos, além dos cultos cerimoniais, várias manifestações culturais se organizam em torno dessas datas. O reggae pode ser agrupado dentro desse conjunto de manifestações, visto muitas vezes os barracões dos terreiros, casas de promessas e igrejas se tornarem os únicos recintos de lazer da comunidade local, tornando ponto de encontro de várias pessoas, até mesmo de outras comunidades, além de se caracterizar também como parte do culto ou do rito dos festejos.

Desta forma, procura-se entender esse processo de apropriação da população rural de São Luís pelo ritmo reggae, que muitas vezes, são os mesmos frequentadores das manifestações culturais e religiosas afro-maranhense. O reggae se legitima junto ao público local através das festas de santo, e da cultura popular e das relações que existem entre ambos. Tomando estes pontos, tornam-se necessárias as discussões entre ritmo e

---

<sup>2</sup> Carlos Benedito Rodrigues da Silva (1995) destaca que o reggae do Maranhão chegou através da região do Pará, das mãos de Carlos Santos, que teria vendido discos de reggae para o discotecário Riba Macedo, o qual teria começado a reproduzir o ritmo em suas radiolas. Há também suposições de que o ritmo chegou à Ilha através de marinheiros do Caribe, que aportavam em São Luís e trocavam os discos por serviços sexuais de “prostitutas” no Porto do Itaqui, ou mesmo que sua chegada se deu pelas ondas curtas de rádio que interferiam nas programações locais.

religiosidade, a fim de problematizar os elementos de identidade entre esses dois segmentos.

Este artigo toma como ponto o festejo de São Sebastião, localizado no bairro do Tajipuru, zona rural de São Luís, realizado entre os dias 13 a 22 de janeiro de 2018. Através de uma análise da festa dirigida por Mãe Nely e sua família, iniciada com duas noites de festa dançante e seguida de uma programação intercalada entre tambor de mina, procissão, levantamento de mastro e império do Divino Espírito Santo. Pode-se perceber como foram construídas as narrativas em torno do festejo, onde a festa dançante torna-se elemento pioneiro e “porta de entrada” para as demais manifestações. Neste trabalho procuro entender de que forma a festa dançante, onde o ritmo mais executado é o reggae, passa a uma categoria de elemento religioso dentro do festejo à medida que ele é ofertado num ato de promessa.

## 2. NARRATIVAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DO FESTEJO DE SÃO SEBASTIÃO

Estabeleci minhas primeiras relações com a localidade onde aconteceria o festejo de São Sebastião no dia 11 de janeiro de 2018. Ao passar por um dos bairros da zona rural de São Luís, exatamente na comunidade do Andiroba, me deparo com uma faixa que indicava a festa na casa de D. Nely e Família, nos dias 13 e 14 de janeiro de 2018, no bairro do Tajipuru. O anúncio indicava a presença de radiolas de reggae e outras bandas.



Faixas de anúncio de festejos de santo e festas de reggae na zona rural de São Luís - foto de Felipe Soeiro.

Através desse primeiro contato pude estabelecer algumas relações com os organizadores da festa, em especial com D. Nely e sua filha Mozilene, mais conhecida como “Peu”. A partir do festejo, que ocorreu na segunda metade do mês de Janeiro,

adentrei naquele universo de uma família simples, mas que carregava uma grande responsabilidade em suas costas, a de organizar e fazer a festa de São Sebastião, santo padroeiro daquela casa.

Nos dias em que acompanhei o festejo, foi observado que a festa iniciava-se com duas noites de baile, ou como costumam chamar *festas dançantes* e em seguida seguia-se uma programação que intercalava entre novenas, procissão, levantamento do mastro e o império do Divino, sempre culminando no tambor em homenagem aos encantados. Dona Nely e Mozilene explica que cada noite é destinada a uma linha ou família de encantados, que “descem” na festa.

Um dos pontos de inquietação desse trabalho e que trago como perspectiva da pesquisa é de que forma as festas dançantes, mais especificamente o ritmo reggae, ganha proporção na zona rural e adentra nesses festejos de santo. Essas problemáticas podem começar a ganhar luz à medida que a trajetória da construção desse festejo pode ser descrita. Irei apresentar algumas narrativas, fruto das entrevistas realizadas no terreiro de Mãe Nely, para poder melhor compreender essas relações e levantar algumas questões em relação às festas dançantes dentro dos festejos de santo.

Dona Nely nasceu e viveu por muito tempo na cidade de Bacuri- MA, onde o principal santo padroeiro é São Sebastião. Durante a gravidez do seu primeiro filho teve muitas complicações. Nesse período foi feita uma promessa ao Divino Espírito Santo e a São Sebastião, que caso sobrevivesse, realizaria todo ano o festejo em agradecimento.

A promessa se inicia devido a uma dificuldade em sua gestação. Dona Nely, nesse momento, ainda não era iniciada no tambor de mina, e os acontecimentos que sucedem em sua vida não só impulsionam para a realização do festejo, mas também para o seu desenvolvimento em meio à religiosidade.

Segundo Dona Nely:

É como eu tou falando, então como eu tou falando. Foi o começo assim com oito dias minha mãe fez a promessa, a reza, pra pagar a promessa pra Divino Espirito Santo, ela tocava caixa, uma tia, uma madrastra minha também, era tudo caxeira. Então fizeram[...] foram num lugar longe [...] foram comprar um porco pra matar, e matou esse porco pra dá comer pro povo. Aí a minha mãe com a moça que era caixera régia, [...] disse, minha filha, a partir de hoje você vai tomar a responsabilidade, por que no momento que a gente pegou um bicho, tirou o sangue, numa festa de Divino é uma missão que eu assumi, pra ficar enquanto vida eu tivesse, eu fazer isso, é como eu faço. (Santos, 6 de abril de 2018b)

Em sua narrativa, a promessa inicia-se a partir de uma reza ou ladainha e do toque das caixas em homenagem ao Divino Espírito Santo. A matança do animal e o derramamento de seu sangue simbolizam o início de um ciclo, ou como a mesma coloca, de uma responsabilidade que teria que assumir todos os anos em realizar o festejo.

### **2.1. “PRA SÃO SEBASTIÃO ACEITAR TEM QUE VIM COMO FOI FEITA A PROMESSA”: Festa Dançante no festejo de São Sebastião.**

Para que possamos analisar a dinâmica do reggae na zona rural de São Luís do Maranhão, é necessário compreender as forma como o reggae chega ao estado e os motivos da sua grande receptividade entre os maranhenses. Isso ajuda a entender as constantes relações existentes entre o ritmo, a população negra e as manifestações populares e sagradas.

Ao analisar as ressignificações do reggae no Brasil é necessário tomarmos como ponto, a ideia de comunidade imaginada descrita por Benedict Anderson. Para o autor (2008), a identidade nacional é um produto cultural específico construído a partir destilação espontânea do cruzamento de diferentes forças históricas. O que podemos dizer é que a partir de uma construção simbólica dentro de uma lógica comunitária, indivíduos se mobilizam em torno de um imaginário em comum criando identidades para si.

Reforçando esses argumentos, Stuart Hall (2003, p. 48-49) diz que a identidade nacional não é a-histórica, sendo “formadas e transformadas no interior da transformação”, não sendo apenas uma entidade política, mas produzindo sentidos numa representação cultural. Logo, as pessoas não são apenas cidadãos legais, mas participam da ideia de nação, a partir do momento que podem ser representadas como parte de uma cultura nacional.

Aqui entendemos a expansão do reggae como fruto desse processo de globalização, onde produtos e elementos culturais agora são expostos numa escala global e as suas fronteiras são dissolvidas e acelerado os fluxos entre as nações. Dessa forma, culturas são expandidas e sofrem influências de outras culturas, sendo (re) significadas nos diferentes locais onde atuam.

Segundo Albuquerque (1997), O reggae surge de uma adaptação e mistura de ritmos como o rock-steady, rhythm and blues e o Ska, ritmo predominante desde as décadas de 40, na Jamaica. Sua porta de entrada foram os Sound-System, “veículos que

conduziram os sons na ilha para além de suas fronteiras”. O reggae nasceu nas ruas de Kingston, bairro de gueto, onde a maioria da população vivia em situação de miséria e precariedade e logo foi incorporado pelos rastamens, grupo político e religioso que pregava a volta dos filhos de Jah a África e a queda da Babilônia.

Para o autor, o reggae começa a ganhar força a partir da produção de *Catch a Fire*, primeiro disco da banda *Wailers*, formada por Bob Marley, Peter Tosh, Bunny Livingston e os irmãos Aston. Influenciados pelas grandes gravadoras, o ritmo toma proporções internacionais, repercutindo em vários locais.

Pode-se perceber também a expansão do reggae dentro das consequências da globalização, como a formação de identidades híbridas. Para Stuart Hall (2009, p.70-71) cada vez mais indivíduos ou grupos inscrevem-se para dar sentido ao mundo ser estar atados nos seus mínimos detalhes. O crescimento do cruzamento de culturas tem sido endêmica a vários movimentos populacionais, devido ao maior fluxo de pessoas e de culturas pelo mundo.

O autor ainda ressalta que:

O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os tradicionais e modernos como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agnóstico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em uma indecibilidade. (HALL, 2009, p.71)

Entende-se o consumo do reggae e a identificação do regueiro em alguns estados brasileiros, como elemento desse hibridismo, à medida que o ritmo não é algo originário do Brasil, mas pôde ser absorvido, incorporado e identificado como parte da cultura nacional. Nota-se como a representação do reggae em diferentes localidades assume novas práticas sociais dentro desse processo globalizante, dependentes dos usos e costumes que se irão fazer deste ritmo nos diferentes espaços.

De acordo com Silva (1995, p. 46) “é difícil definir exatamente quais elementos que determinaram a adoção do reggae pela população maranhense, fazendo o ritmo se espalhar, principalmente entre os bairros periféricos de São Luís”. Entretanto, algumas suposições são feitas principalmente referindo as semelhanças entre a Ilha de São Luís e o Caribe jamaicano.

O radialista Ademar Danilo (apud Silva, 1995, p. 46) acredita que esta conexão se faz devido à predominância dos ritmos caribenhos nos estados do Pará e Maranhão. Sendo o fato de tanto no Maranhão, quanto na Jamaica a maioria da população ser de

descendência negra. Para ele, isso cria laços a partir de uma identidade cultural em comum.

Reforçando essa suposição Brasil (2014), afirma que:

A aproximação e a afirmação do reggae como gênero musical naturalizado ao universo da cultura popular maranhense aconteceram em um processo de tessitura realizada a partir da realidade caribenha do litoral do Maranhão, assim como na Jamaica. A vinda de negros das mesmas etnias aos portos da Jamaica e à capitania do Maranhão gera uma rede de relações identitárias que se perderam na violência física e simbólica da escravidão, e foi reconstruída de forma dissonante, transversal e local nas travessias da comunicação oportunizadas pela intensificação dos fluxos informacionais e dos mercados transnacionais que surgiram no último quartel do século XX. (BRASIL, 2014, p. 58-59).

Através desses dois aspectos podemos analisar as ligações existentes entre os ritmos predominantes na Jamaica e no Maranhão, a partir dos elementos culturais deixados pelos negros aportados nas duas ilhas. Essas ligações baseiam-se além do compartilhamento de culturas em comum de um determinado povo, mas estão ligados diretamente aos elos emocionais e espirituais que esses ritmos transmitem.

Na tentativa de encontrar esses elos rítmicos entre as duas ilhas, este mesmo autor busca uma aproximação entre as batidas dos tambores encontrados na cultura maranhense e os elementos originais do reggae. Dentro destas ligações faz uma análise entre o Tambor de Crioula, ritmo tradicional da cultura maranhense, e o Nyiabing, ritmo “tribal” utilizado pelos rastasmens jamaicanos em seus cultos.

Tanto no Nyiabing, quanto no Tambor de crioula houve formas residuais influenciadoras e desdobradoras na formação do reggae. Diante disso podemos entender que:

No Nyianbing, o conjunto dos três tambores é chamado de “harpa”. O mais grave de todos é chamado de “papa smasher” ou “basher vaticano”, numa inferência ao sincretismo entre rastafarianismo e catolicismo na Jamaica. Este tambor seria equivalente ao meio no tambor de crioula; outro tambor é denominado “funde”, responsável pelos timbres médios e agudos do ritmo nyianbing, sua levada é sintonizada com o tambor grave, o “papa smasher”. Seu equivalente no tambor de crioula é o crivador, que também é meio agudo; e o terceiro tambor do nyianbing é o “akete”. Ele é o responsável pelos solos sincopados e pelos improvisos que compõe o jogo rítmico do nyianbing. As relações dialogais entre os tocadores se intensificaram com a comunicação musical do solista. O “akete” na aproximação sugerida aqui é o tambor grande do tambor de crioula, que também é o dono dos solos e dos deslocamentos temporais que caracterizam todo

o virtuosismo africano em termo de linguagem musical de caráter rítmico. (BRASIL, 2014, p. 59-60).

Ramusyo Brasil evidencia elementos de aproximação entre os dois ritmos assemelhados no timbre e nos elementos musicais. Essas conclusões dão suportes para problematizar como o reggae ao chegar ao Maranhão instala-se com grande receptividade, principalmente pela população negra e periférica do estado. Tanto o Nyanbing, quanto o tambor de crioula tem fortes ligações com o religioso partindo das influências dos sons “tribais” africanos. Esses sons (re) significados nas duas localidades trazem a possibilidade de um sentimento de ancestralidade em comum evidenciada através do ritmo, da música e da dança. (BRASIL, 2014).

Assim alguns elementos da cultura maranhense como o tambor de crioula, bumba-meu-boi e o tambor de mina, através das batidas, dos sons e das danças trazem essas vibrações, invadindo os corpos dos brincantes dando a sensação do transe. No reggae essa experiência pode ser adquirida nos graves proporcionados pelas radiolas, onde a potência do som invade os corpos proporcionando inúmeros sentimentos e sensações.

A semelhança entre os elementos sonoros africanos nas duas localidades, pode ser considerado como um dos motivos para qual o ritmo tenha grande aceitabilidade, este ponto pode ser demonstrado quando muitas das vezes os frequentadores dos clubes de reggae são os mesmos que estão envolvidos nessas manifestações culturais e religiosas afro-maranhenses. Durante essas manifestações culturais e festejos de santos o reggae está sempre presente.

Dessa forma, a narrativa de construção do festejo de São Sebastião através da promessa da Mãe Nely, também está intimamente relacionada às ligações entre o reggae e as manifestações religiosas e culturais e a expansão do reggae em São Luís do Maranhão, principalmente na zona rural.

A promessa da mãe de santo foi feita, de primeiro momento, somente com festa dançante. Segundo seu relato isso se deu devido à tradição da cidade onde morava Bacuri- MA, que já havia outras pessoas que realizavam festejos em homenagem ao santo. A mesma conta que muitos que realizavam a festa iam para a praça principal na qual entregavam a sua forma de oferta.

A promessa de Dona Nely começa por volta da década de 1970, mesmo período em que o reggae começa a ganhar proporção no Maranhão, e que durante o festejo na cidade de Bacuri, não existia exclusividade de ritmos, assim sendo tocado

merengue, lambada, seresta e o reggae. Nos dias de hoje em seu festejo, apesar de existir uma noite exclusiva para o reggae, as radiolas tocam de tudo um pouco. Como a mesma coloca “*eles botam reggae, eles botam tambor de crioula, eles botam a macumba mesmo na radiola, bota tudo, tudo, tudo eles botam*”.

Este ponto pode ser analisado a partir da própria introdução e expansão do reggae no Maranhão. Segundo Silva (1995), O ritmo num primeiro momento chega de forma sutil, sendo executado nas festas onde o predomínio era da salsa, da lambada e do merengue, entre o intervalo de uma música e outra o reggae era tocado. Como as pessoas já estavam juntas e por ser uma dança lenta, aproveitavam e continuavam dançando coladinhas.

As radiolas já tocavam outros ritmos caribenhos e posteriormente o reggae chega e adentra esses locais. Das três hipóteses que são colocadas, que não necessariamente se divergem, mas complementa-se, uma diz que o reggae teria vindo da região do Pará, mas precisamente pelas proximidades geográficas e por intermédio de Riba Macedo, um dos primeiros discotecários de reggae e precursor do ritmo no Maranhão. (FREIRE, 2012. p. 55).

Ferreti (2007) ao analisar as relações entre os terreiros de mina e as manifestações populares destaca que a religiosidade está também constantemente vinculada a cultura local. Além de ser um lugar pagamento de promessa, torna-se um espaço de diversão. Muitas “brincadeiras” se organizam nos seio da comunidade devido os membros pertencerem às mesmas classes sociais, daí o motivo de se incorporarem ao calendário religioso das comunidades, pedindo bênçãos e proteção.

Daí podermos observar a presença do reggae e as constantes relações com o sagrado e com as manifestações populares. No terreiro de Mãe Nely, a festa dançante está nas obrigações com o santo, nas obrigações com a mina e está no Bumba-meu-boi de costa de mão<sup>3</sup> e ambos estão intercalados entre uma música de reggae e outra.

Dona Nely argumenta que o primeiro ato de sua promessa foi à festa dançante, então este deve ser realizado até o seu dia de morte. A promessa da festa dançante foi feita no momento em que ela e seu primeiro filho quase morrem. Seu filho se tornando

---

<sup>3</sup> O bumba-meu-boi de costa de mão é conhecido pela batida do pandeiro que é feita com as costas das mãos, os grupos são originários da região do Litoral Ocidental Maranhense, tendo como berço o município de Cururupu. Tem um ritmo cadenciado marcado por instrumentos de percussão, como caixa, maracá e pandeiro. No terreiro de Mãe Nely no mês de junho também ocorre à realização do Bumba-meu-boi referente a esse sotaque.



o principal responsável pela organização e zelo por parte da promessa. Nas palavras de Dona Nely “*Esse santo representa ele, ele é coisa desse santo*”.

Segundo Mozilene:

A promessa do filho que ela não pode parar. Pedir permissão a Deus e a São Sebastião [...]. Aí a partir que ela se for, aí vamos nós sentarmos pra ver se vamos continuar fazendo festa dançante, ou continuar só a mina porque nós somos herdeiros dela na mina. Ai já é gosto dele depois que ela se for, é querer dele. Mas enquanto ficar tem que botar, nem que seja uma noite, uma coisinha básica, mas que comece. (Santos. 06 de abril de 2018a).

Para entendermos melhor de que forma a festa dançante assume papel de relevância no momento da promessa, utilizo o conceito de religiosidade, entendido por Giorgio Agamben. Para o autor:

Pode-se definir com religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião, sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. [...] É essencial o corte que separa as duas esferas, o limiar que a vítima deve atravessar, não importando se num sentido ou no outro. O que foi separado ritualmente pode ser restituído mediante ao rito, a esfera profana. Uma das formas mais simples de profanação ocorre através do contato (contagione) no mesmo sacrifício que realiza e regula a passagem da vítima da esfera humana para a divina. (AGAMBEN, 2007. p.58-59.).

Dessa forma, no momento em que a festa dançante num ato de promessa é oferecida ao santo, esta é separada e elevada a categoria de sagrado. Assim como os demais elementos do festejo, este passa a ser uma das formas de agradecimento e louvação ao santo devido as graças alcançadas. Como podemos observar em um dos questionamentos feito a filha de Dona Nely, caso a festa dançante fosse parada de ser feita, a mesma respondeu: “*É como se dissesse assim, pra São Sebastião aceitar tem que vim como foi feita a promessa*”.

Émile Durkheim (1996, p.414) em sua obra *As formas elementares da vida religiosa* discute sobre os elos existentes entre rito e a festa, analisando o elemento recreativo e estético nas cerimônias religiosas. Para o autor, “os ritos representativos e as recreações coletivas são inclusive coisas tão próximas que passam de um gênero a outro sem solução de continuidade”. Dessa forma podemos destacar as barreiras flutuantes existentes entre esses dois gêneros.

Em sua análise, o mundo das coisas religiosas é parcialmente imaginário, portanto, livre para as criações do espírito, onde há espaço a tudo que diverte o espírito fadigado. As festas e os momentos recreativos nos rituais tornam-se “pontos de fuga” do excesso do trabalho cotidiano, fazendo seus membros ter mais vigor, uma vida menos tensa, mais agradável e mais livre.

O autor ainda salienta que:

É por isso que a ideia mesma de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a ideia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços de cerimônia religiosa, pois sempre por efeito aproximar os indivíduos, por em movimento às massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital, etc. (DURKHEIM, 1996, p.417-418).

Percebem-se as imbricações entre a festa dançante e o elemento religioso destacado dentro do terreiro, uma vez que diversão e lazer estão simultaneamente relacionados com os ritos e religiosidade. Esses aspectos são direcionados pelas próprias entidades que regem o festejo, uma vez que a organização do festejo não é determinada por ela, nem pelos seus filhos, mas sim pelos encantados e pelo próprio Rei Sebastião que é um dos agraciados pela promessa.

São Sebastião veio na linha dela velhinho, velhinho. Então ele manda a mensagem pra Pedro Angaço, Pedro Angaço manda pro filho Légua, que vem até ela. Aí no sonho ele vem e diz é desse jeito. Quando chegou e disse que a partir do dia 12 a 22 começaria e terminaria. De 12 a 22 são nove noite, chega 20 pra procissão, aí vem 18 levantamento do mastro com o tambor da mata, 19 tambor e pela manhã matança do boi de São Sebastião, o de carne, o de carne, 9 horas do dia, dia 20 veem a procissão, 21 vem o tambor da Turquia e 22 encerrando com o derrubamento do mastro, representando todos os dias de tambores, com a descida dos impérios, que este ano com Tanajé e a partir do ano que vem, que com três anos tem que ser com ele, e a partir dos três anos vai ser de novo com as caixeiros botando em cima e tirando. (SANTOS. 06 de abril de 2018b).

Dessa forma, a festa dançante torna-se elemento principal à medida que é ordenada pelos encantados, nesta configuração não assume somente papel de diversão,

mas representa também como forma de oferta e agradecimento, ou seja, um elemento ritual sincrético.



Mãe Nely com Léguas Boji Buá- entidade chefe da família de léguas- foto de Felipe Soeiro.

A festa dançante também pode ser pensada à medida que se torna fonte de renda e de circulação de pessoas. O reggae, um dos ritmos mais executados, e que atrai a maior parcela da população jovem da Zona Rural é realizado sempre nos primeiros dias dos festejos, como forma de atração de pessoas para os demais ritos. Outro ponto destacado pelos entrevistados é que como não contam com ajuda de nenhum órgão ou da federação de umbandistas de São Luís para a organização do festejo, a festa dançante acaba tornando uma forma de arrecadação de lucro para a organização dos demais rituais.

O reggae na zona rural torna-se elemento de identidade à medida que reúne seus iguais no processo de identificação tanto religioso, quanto cultural. Segundo Ferreti (2013), os elementos sincréticos podem construir uma identidade específica do grupo, através dos rituais e festas características dessa casa. Apesar da “não tradicionalidade” deste terreiro, aspecto por muito tempo não priorizado por pesquisadores, leva-se em consideração as características específicas, entendendo que cada local possui suas próprias regras, seus cultos e suas dinâmicas.

Como pode ser observado e colocado em entrevista, às comunidades, em que são realizados os festejos respeitam as datas que acontecem as festas dançantes em cada bairro, assim como as mesmas participam dos festejos de ambos:

A festa é assim, cada tempo de festa de cada bairro é mandado convite pra cada lugar. Quem faz uma festa em tal mês, manda pra aquele da semana e do mês e vai até aquela festa. Então a nossa é exclusiva só

pra nós, tem outra em Santa Maria, mas ela respeita nossa data e nós respeitamos a dela. A nossa é no começo e a dela é no final, então eles vem até nós e nós vamos até eles. (SANTOS. 06 de abril 2018a).

O reggae faz parte da vivência da maioria dos moradores dessa região, da mesma forma que está presente na vida dos organizadores do festejo. Ao andar pelos bairros da zona rural constantemente encontram-se anúncios de festas de reggae em várias comunidades. Como coloca Mozilene: *“Somos muito reggae, hoje que tem uma balanceada na seresta, mas a família foi toda crescendo dentro do reggae, mas também pela raça, por nós negros gostarmos do som da Jamaica”*.

## CONCLUSÃO

A construção do festejo de São Sebastião no bairro do Tajipuru, zona rural de São Luís- MA, inicia-se de uma promessa feita pela mãe de santo em prol de dificuldades de saúde na qual ela e sua família passavam. De primeiro momento, a promessa se referia somente ao santo e estendia-se a ritos religiosos da igreja católica e festa dançante. Posteriormente devido as demais dificuldades em que a mãe de santo foi passando, a promessa desdobra-se dentro do tambor de mina.

Partindo desse pressuposto procuro perceber como as organizações desse festejo de santo buscam reconfigurar a vida dessa comunidade, a partir da sua própria dinâmica. Em primeiro momento a própria organização dos membros e agentes da festa se dá em prol da ideia de obrigação que se tem com o santo ou com a entidade, no momento em que se firma um compromisso com ele. Essa relação se dá através de algo pedido ou alcançado, onde o participante retribui na organização da festa.

Dessa forma, os ritos aqui presentes e narrados nesse trabalho seriam formas encontradas para superar as dificuldades existentes e agradecer as graças alcançadas. Assim, nesses momentos em que a vida cotidiana é suspendida, é possível perceber as relações dessas pessoas, entendendo os laços que os une. Observam-se as formas que elas encaram a vida, mesmo diante das dificuldades existentes. O momento do festejo, ao mesmo tempo, que traz a ideia de obrigação com algo, reflete um momento de alegria diante dos objetivos alcançados.

O conceito de sincretismo inscreve-se à medida que os elementos do tambor de mina estão extremamente vinculados aos católicos e das demais manifestações populares. Destaca-se o caráter relacional do festejo, à medida que é capaz de aproximar elementos religiosos que aparentemente parecem opostos.

Dessa forma, a festa dançante se insere dentro dos festejos de santo não como apenas elemento de lazer, mas como parte do sagrado apresentado em forma de agradecimento ou obrigação. O reggae torna-se elemento de agradecimento, de socialização, além de recurso para organização do festejo em meio a simplicidade e ao mesmo tempo grande responsabilidade que é organizar o festejo para santos e encantados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo, Boiotempo, 2007.
- ALBUQUERQUE, Carlos. O eterno verão do reggae. São Paulo. Ed.34. 1997.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das letras, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (trad) Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 8. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 (p. 47 a 99).
- \_\_\_\_\_. A questão multicultural. In. **Da Diáspora: identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BRASIL, Ramusyo. **O reggae no Caribe brasileiro**. São Luís. Pitomba. 2014.
- FERRETI, Sergio Figueiredo. **Festas religiosas em terreiros de culto afro**. In: BRAGA, S I G. Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades. Manaus, EDUA/FAPEAM, 2007, p 77-97.
- \_\_\_\_\_. **Repensando o sincretismo**. 2ed. São Paulo, Edusp, Arché Editora, 2013.
- FREIRE, Karla Cristina Ferro. **Onde o reggae é a lei. São Luís: Jamaica brasileira?** São Luís: EDUFMA. 2012.
- SILVA, Carlos Benedito Da. **Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural**. São Luís: EDUFMA, 1995.
- Entrevistas:**
- SANTOS, Mozilene Alves dos. **Entrevista concedida a Felipe Santos Soeiro**. 06 de abr de 2018a.
- SANTOS, Nely Alves dos. **Entrevista concedida a Felipe Santos Soeiro**. 06 de abr de 2018b.

# **GALAAZ E NUNO ÁLVARES PEREIRA: O MODELO DE CAVALEIRO PERFEITO NAS OBRAS *DEMANDA DO SANTO GRAAL E CRÓNICA DO CONDESTÁVEL DE PORTUGAL***

*Gabriel Crispim de Barros\**

**Resumo:** O trabalho tem como fundamento analisar a relação da obra do século XIII *Demanda do Santo Graal* pertencente a Matéria da Bretanha, como criador de bases que influenciam no modelo de cavaleiro ideal para a figura histórica de Nuno Álvares Pereira na obra do século XIV *Crónica do Condestável de Portugal*. Dessa forma, destacando nas duas produções, os paralelos que podem ser traçados nos dois personagens principais de cada narrativa, o cavaleiro fictício Galaaaz, descrito como possuindo características puras e carregado de uma forte espiritualidade, como um modelo de cavalaria almejado por Nuno Álvares Pereira na *Crónica*. Com isso, procurando demonstrar a importância do estudo de Nuno Álvares Pereira na atualidade através da análise do modelo de cavaleiro descrito na obra *Demanda do Santo Graal* em Galaaaz como um modelo de conduta ideal a ser buscado pela nobreza do medievo como é referenciado em a *Crónica do Condestável de Portugal*.

**Palavras-chaves:** Galaaaz, Nuno Álvares Pereira, Modelo de Cavalaria.

## **Introdução**

A obra *A Demanda do Santo Graal* está inserida na denominada "Matéria da Bretanha", em suma, no ciclo de histórias medievais correspondente ao Rei Artur e seus Cavaleiros da Távola Redonda. As histórias arturianas ao longo do período medieval passaram por uma apropriação de diversos segmentos políticos da sociedade europeia que visavam sua hegemonia, isso influenciou diretamente o modelo de cavaleiro ideal apresentado no decorrer dos séculos a partir de seus personagens.

No contexto de cristianização das histórias relacionadas ao Rei Artur encontra-se *A Demanda do Santo Graal* escrita por um autor anônimo do século XIII na França e usada como ferramenta para a inserção de códigos e valores morais cristãos no seio da cavalaria da época, em suma, a literatura arturiana apropriada pela Igreja Católica para exaltar em sua narrativa e em seus personagens qualidades religiosas baseado nos preceitos cristãos. O enredo é centrado na busca por uma relíquia sagrada que é chamado de Santo Graal que trata-se do cálice usado por Jesus na Última Ceia e que o contém o sangue de Cristo, tal objeto santificado garante abundância de forma tanto

material quanto espiritual, surgindo em uma rápida aparição no reino e retirando-se da corte devido aos pecados dos cavaleiros e do próprio monarca. Dessa forma, os mais de cento e cinquenta cavaleiros que fazem parte da Távola Redonda de Artur iniciam uma demanda para conseguir reivindicar o Santo Graal, entretanto, apenas o cavaleiro Galaaz por sua espiritualidade, religiosidade e pureza é o escolhido para encontrar a santa relíquia, sendo acompanhado por mais dois cavaleiros, Percival e Boors, e no fim com Galaaz é levado até os céus após a missão ser cumprida.

A narrativa adentrou de forma intensa na Península Ibérica, no mesmo século em que foi escrita, circulando especialmente em Portugal onde o modelo de cavaleiro cristão, virgem, puro e espirituoso, proposto em *A Demanda do Santo Graal*. Nesta obra, é personificado no personagem central Galaaz e seguido por figuras históricas, como o nobre e general português Nuno Álvares Pereira (1360-1431), que almejou ter as mesmas qualidades que o cavaleiro fictício para tornar-se invicto em batalha, buscando proteger Portugal e o seu rei como, por exemplo, possuir sua castidade eterna. Isso é referenciado na obra *Crónica do Condestável de Portugal* escrita no século XV por um autor anônimo e tendo como foco principal no enredo narrar a vida e as façanhas do condestável Nuno Álvares Pereira, exaltando sua figura como um cavaleiro quase santo durante antes e depois do período conhecido como Crise de 1383–1385 em Portugal, entretanto, sem dispor de um rigoroso comprometimento cronológico em sua composição.

### **Galaaz e seu papel em *A Demanda do Santo Graal***

Galaaz é um personagem central na obra *A Demanda do Santo Graal*, é o cavaleiro perfeito que é a manifestações do cristão perfeito, sendo aquele que é o escolhido para alcançar o Santo Graal por sua pureza e espiritualidade. Seus valores morais e espirituais são os motivos que tornam o cavaleiro invencível em batalha, nunca perdendo uma luta pelo fato de Deus está ao seu lado. Diferente de seus demais companheiros que o acompanham na jornada na busca pela relíquia santa, Percival e Boors, Galaaz nunca cai nas tentações e nos prazeres terrenos, é o cavaleiro perfeito que jura castidade eterna e nunca se rende as graças das mulheres, assim, demonstrando sua pureza que faz escolhido para alcançar o Cálice Sagrado e o impede de ser derrotado pelos inimigos.

Todos os outros cavaleiros são inferiores à pureza do eleito, mesmo seus dois companheiros principais, Persival e Boorz. Galaaz está

mais ligado ao espiritual que ao temporal e tem uma forte relação com a conduta dos *oratores*. Suas ações são muito difíceis de serem aplicadas na vida cotidiana, o que não impediu que se tornassem modelo de conduta para os medievos. (ZIERER,2012. p.37.).

Em diversas passagens da narrativa medieval é demonstrado o caráter de escolhido para alcançar a santa relíquia que o personagem de Galaaz exerce através de sua pureza, como, por exemplo, ao ser aquele destinado a se sentar no assento perigoso que pertenceria aquele escolhido para alcançar o Santo Graal e também ao puxar uma espada fincada em uma pedra, façanha essa que anteriormente nas histórias da Matéria da Bretanha que era atribuída ao próprio rei Artur. O cavaleiro não tem desejos por mulheres e se mantém puro através de sua virgindade eterna, nunca caindo em tentação, além disso, utiliza como parte de sua vestimenta uma túnica com farpas renunciando qualquer prazer carnal, bem como passa suas aventuras rezando, jejuando e se confessando, em suma, todas características do que pode ser considerado bom cristão. Outras passagens de *A Demanda do Santo Graal* indicam a figura de Galaaz com um caráter praticamente santo ao realizar façanhas que são muito próximas às atribuídas ao próprio Jesus Cristo, pois o cavaleiro presente na obra consegue exorcizar um demônio, expulsando a criatura nefasta, fazer um parálítico andar e curar uma pessoa leprosa, demonstrando o caráter milagroso do personagem e ao mesmo tempo também o lado da generosidade cristã com os mais necessitados.

Por sua castidade e pureza, é abençoado aos olhos de Deus, assim, o cavaleiro é mostrado como invencível em batalha, sempre saindo vencedor das lutas, esteja acompanhado ou sozinho, sendo uma prova da presença do Criador ao seu lado. Além disso, Galaaz é descrito como possuidor de uma grande beleza, tanto externamente quanto internamente, como uma forma de demonstrar a natureza de sua espiritualidade e bondade. Tal como os demais cavaleiros na busca pelo Cálice Sagrado, Galaaz é constantemente testado no decorrer da obra, por exemplo, sua aparência em determinada passagem de *A Demanda do Santo Graal* acaba por atrair a atenção de uma donzela filha do rei Brutus que, apaixonada, insiste em consumir o ato carnal com o cavaleiro. Galaaz se recusa a cair na tentação por seu comprometimento espiritual e por seu juramento de eterna castidade. Assim, após diversos acontecimentos a princesa tira sua própria vida com uma espada e o cavaleiro não quebra seu juramento, mantendo-se puro. Porém, isso acarreta em uma batalha em que Galaaz e seu companheiro Boors são cercados pelo exército do rei Brutus, entretanto, o cavaleiro escolhido pela relíquia santa



saí vitorioso, com isso, demonstrando para este monarca que Deus estava ao lado dos dois cavaleiros e que eles eram inocentes.

Desta forma, no enredo de *A Demanda do Santo Graal*, a conduta do modelo de cavaleiro cristão personificado em Galaaz torna o personagem invencível em batalha por sua castidade, pureza, religiosidade e generosidade, características atribuídas ao modelo de bom cristão que remetem ao próprio Jesus Cristo, assim, fazendo Galaaz ser aquele abençoado por Deus, quase uma figura santa e o escolhido para alcançar o Cálice Sagrado, bem como o maior dos cavaleiros. Tais características do modelo de cavaleiro cristão são opostas e uma resposta ao modelo de cavaleiro cortês personificado na figura de Lancelot, pai de Galaaz, que nas narrativas anteriores da Matéria da Bretanha era o personagem descrito como o maior dos cavaleiros e era completamente devoto a Rainha Guinevere, esposa do Rei Artur e seu amor proibido na qual consumava carnalmente.

Na obra francesa do século XII *O Cavaleiro da Carreta* de Chrétien de Troyes (c. 1135 – c. 1191), é exaltado o amor cortês de Lancelot com o modelo de cavaleiro ideal, sendo aquele que realiza suas incríveis façanhas em nome de sua amada donzela, vencendo os inimigos em prol de seu amor proibido, a Rainha Guinevere, chegando a consumarem relação. Entretanto, em contraposição a esse modelo de cavalaria, em *A Demanda do Santo Graal* é enfatizado o aspecto pecaminoso desse amor cortês, sendo este constantemente condenado no decorrer da história, ao ponto que na obra Lancelot tem uma visão do inferno por seu caso adúltero e seu pecado da luxúria, bem como não consegue alcançar a relíquia sagrada por não conseguir abandonar seu amor por Guinevere. Enquanto isso, na narrativa é exaltado o modelo de cavaleiro cristão na figura de seu filho Galaaz que realiza suas aventuras em busca do Santo Graal em prol do espiritual e não do carnal em contraposição ao seu pai Lancelot, sendo ele aquele que é o maior dos cavaleiros por sua pureza e não por sua submissão a uma donzela como o cavaleiro cortês. Assim, de um lado temos em Lancelot na obra *O Cavaleiro da Carreta* constantemente sendo testado para provar seu amor, enquanto, de outro temos Galaaz na obra *A Demanda do Santo Graal* que é constantemente testado para provar sua espiritualidade e religiosidade, mediante ao seu papel como escolhido para alcançar o Santo Graal. Um é a personificação do modelo de cavaleiro cortês, enquanto, o outro é o modelo de cavaleiro cristão.

A diferença básica entre o cavaleiro cortês e o cristão é que o primeiro deve provar seu valor através de uma série de aventuras capazes de enobrecê-lo. A aventura dá sentido à ação do cavaleiro. Ele deve testar continuamente sua valentia e força, por merecer o

amor de determinada dama. Lancelot do Lago é quem melhor expressa esse modelo de cavaleiro cortês. No *Cavaleiro da Carreta*, fará qualquer ato para provar seu amor a Guinevere, inclusive sendo joguete dos caprichos da dama que, ao reconhecê-lo num torneio, coloca-o à prova pedindo que perca os combates para, em seguida, pedir-lhe que os ganhe. Já o modelo do cavaleiro cristão proposto na *Demanda do Santo Graal*, através de Galaaz, realiza façanhas voltadas para um propósito não mais carnal e sim espiritual. (ZIERER, 2012. p.39).

Percebe-se, então, que Galaaz trata-se do modelo de cavaleiro ideal na perspectiva cristã da utilização da Matéria da Bretanha pela Igreja Católica como forma de implementar no circuito da cavalaria os preceitos do cristianismo. Ele é exaltado por suas características que correspondem ao bom cristão, demonstrando pureza, religiosidade, generosidade e espiritualidade, por isso, é o escolhido para alcançar o Santo Graal e é abençoado por Deus, demonstrando sempre vitorioso mediante qualquer inimigo. Seu voto de castidade, sua ligação com o espiritual juntamente com seu desapego ao material e a carne tornam Galaaz o maior dos cavaleiros na obra *A Demanda do Santo Graal*, aquele eleito para alcançar a Santa relíquia, nunca derrotado em combate, conseguindo realizar sua missão e por fim, demonstrando seu caráter santificado e puro, o cavaleiro tem sua alma elevada até os céus por anjos juntamente com o Cálice Sagrado.

Apesar de ser um personagem fictício, Galaaz é o modelo de cavaleiro perfeito que foi buscado por figuras históricas durante o período medieval, assim, quando a obra foi inserida em Portugal, Galaaz passou a ser o modelo almejado pela nobreza portuguesa, com destaque ao condestável Nuno Álvares Pereira, general que se espelhava no cavaleiro.

### **Nuno Álvares Pereira e seu papel em a Crónica do Condestável de Portugal**

Nuno Álvares Pereira foi o principal comandante militar do rei Dom João I (1357 - 1433), exercendo o posto de Condestável, considerado a maior graduação do exército de Portugal abaixo apenas do próprio monarca. Nuno Álvares Pereira uma figura de suma importância na chamada Crise de 1383–1385 em Portugal em que atuou como general a favor do rei D. João de Portugal em oposição ao rei D. João de Castela (1358-1390), sendo exaltado como o herói da Batalha de Aljubarrota que foi decisiva para garantir a legitimação de Dom João de Portugal no trono lusitano em oposição ao domínio castelhano. Conhecido por sua espiritualidade e religiosidade, bem como nunca

tendo sido derrotado em batalha, Nuno Álvares Pereira foi beatificado no dia 23 de janeiro de 1918 e canonizado em 26 de abril de 2009, passando a ser conhecido como Santo Condestável.

Em a *Crónica do Condestável de Portugal* escrita por um autor anônimo do século XV, temos uma narrativa de caráter biográfico a respeito da vida de Nuno Álvares Pereira, entretanto, sem um comprometimento cronológico, por exemplo, jamais indicando os anos dos acontecimentos relatados. Na obra, o general é exaltado como um herói abençoado por Deus e com um forte comprometimento religioso e espiritual, demonstrando sempre generosidade com os mais necessitados, bem como valentia tomando a frente das linhas de batalha, nunca recuando e nunca perdendo uma batalha. No início da crônica, a família de Nuno Álvares Pereira é exaltada, com seus progenitores demonstrando várias características positivas, entretanto, a figura do condestável é destacada ao mostrar que ele supera as qualidades de seus próprios pais ao ponto de ser comparável a um santo e aquele responsável pelo nascimento do reino lusitano. Além disso, Nuno Álvares Pereira é chamado juntamente com seus aliados no decorrer da obra de “verdadeiros portugueses” ao se aliar a figura de D. João I de Portugal, apesar do mesmo ser bastardo, pois com a morte de D. Fernando I de Portugal em 1383 ocorre uma forte crise dinástica que culminou na possibilidade de Castela dominar o território lusitano, assim, o general possui uma visão que Deus o iluminou para se aliar a D. João de Portugal como uma vontade divina da prosperidade dessa “nação portuguesa”:

[...] andava pensando como o conde Andeiro urdia o fim da sua traça, e que muitos dos fidalgos portugueses se não pejavam já de falar do Rei de Castela como seu senhor, Nun'Álvares escutou uma voz, como se fosse o espírito de Deus, dizer-lhe que a defesa do reino cabia a D. João, Mestre de Avis, que era filho de El-Rei Pedro, e mui nobre e valente cavaleiro.” (*Crónica do Condestável de Portugal*. p.67).

Durante a crise de sucessão, converteu-se em um dos principais aliados do futuro rei Dom João de Portugal que iniciaria a Dinastia de Avis, sendo colocado com o decorrer da *Crónica do Condestável de Portugal* características do personagem fictício Galaaz de *A Demanda do Santo Graal* na figura de Nuno Álvares Pereira, possuindo o mesmo como referência a ser seguida. A própria crônica faz citações explícitas ao desejo do condestável de Portugal em seguir os mesmo passos do cavaleiro escolhido pelo Santo Graal, dessa forma, Nuno Álvares Pereira utilizava Galaaz como modelo de

cavaleiro perfeito, pretendendo ser como ele para alcançar vitórias protegendo o rei e nunca sendo derrotado, buscando ter a mesma pureza espiritual e a religiosidade que o personagem fictício da *Matéria da Bretanha*:

“E como ali soubesse que, por virtude de não casar, Galaaz lograra acabar tão grandes e notáveis feitos, desejava também ficar solteiro, pois via o seu rei ameaçado dos inimigos e sonhava livrá-lo com nobres façanhas de cavalaria.” (*Crónica do Condestável de Portugal*, p.20).

Nuno Álvares Pereira tal como Galaaz almejava não se casar e ser eternamente casto, dessa forma, puro espiritualmente sem está ligado aos prazeres carnisais, assim, o condestável buscava ter façanhas seguindo a proposta do modelo de cavaleiro perfeito em *A Demanda do Santo Graal*. Entretanto, Nuno Álvares Pereira não permaneceu solteiro como era seu desejo, com isso, ao contrário de Galaaz no ciclo arturiano, o general lusitano foi obrigado a se casar com uma viúva por razões políticas e financeiras por insistência de seu pai, possuindo três filhos desse relacionamento, dois meninos que morreram precocemente e uma menina chamada Beatriz Pereira de Alvim (1380–1412) que cresceu e tornou-se uma condessa.

Desta forma, Nuno Álvares Pereira é retratado em a *Crónica do Condestável de Portugal* como possuindo características semelhantes ou almejando possuir tais características do cavaleiro Galaaz, seja pela busca do condestável por castidade eterna, mesmo que tenha falhado, seja por sua conduta religiosa e espiritual ou por sua atuação em combate seguindo as normas da cavalaria e por entrar de forma valente nas linhas de frente de batalha permanecendo invicto por sua fé, nunca recuando na presença do inimigo.

Dessa forma, mediante a Crise de 1383–1385 em Portugal, também conhecida como Revolução de Avis, o condestável Nuno Álvares Pereira é uma figura central nesse movimento ao ser um dos principais apoiadores de D. João I de Portugal que apesar de sua origem ilegítima é nomeado como monarca diante da crise dinástica com a morte D. Fernando I de Portugal e a possibilidade do território lusitano tornar-se domínio castelhano. O general tornar-se um dos principais líderes militares do período e tem suas façanhas exaltadas na obra *Crónica do Condestável de Portugal* escrita por um autor anônimo após a morte de Nuno Álvares Pereira. O condestável por suas características seguindo o modelo de cavaleiro ideal cristão é comparável a figura de Galaaz retratado na *Demanda do Santo Graal* do século XIII que circulou na Península

Ibérica, ambos possuindo características semelhantes no que se refere à espiritualidade, honra, religiosidade, bondade, valentia, pureza, generosidade, sendo descritos como figuras praticamente santas por sua fé em Deus. Com isso, percebe-se de acordo com as duas obras que uma figura fictícia da Matéria da Bretanha tornou-se um modelo a ser seguido pela sociedade europeia no período medieval, assim, no contexto lusitano, o condestável Nuno Álvares Pereira almejava ter as mesmas qualidades espirituais que o cavaleiro Galaaz. da Távola Redonda, sendo ambos retratados nas narrativas literárias de forma semelhantes.

### **Galaaz como modelo de cavaleiro para Nuno Álvares Pereira**

De acordo com a obra *Crónica do Condestável de Portugal*, Galaaz foi o modelo de inspiração de Nuno Álvares Pereira, ele leu e ouviu as histórias fantásticas dos cavaleiros da Távola Redonda, tendo especialmente a figura de Galaaz como seu modelo de cavaleiro perfeito, procurando alcançar as mesmas características espirituais e façanhas em batalha que ele. Assim, sendo possível traçar vários paralelos entre o cavaleiro fictício Galaaz escolhido para alcançar o Cálice Sagrado em *A Demanda do Santo Graal* com a figura histórica do condestável Nuno Álvares Pereira como é retratado em a *Crónica do Condestável de Portugal*.

Assim cresceu, andando a monte e à caça, sem entender em amor de mulheres, coisa que não lhe chegava ao coração. Tinha, sim, em grande gosto ouvir e ler livros de histórias, e, mais que nenhum, a de Galaaz e de Távola Redonda (*Crónica do Condestável de Portugal*. p.20.).

Ambas as figuras são retratadas como possuindo um profundo vínculo religioso atrelado aos preceitos cristãos pregados pela Igreja Católica, demonstrando uma forte fé e uma espiritualidade marcada na personalidade de ambos e que tem como referência o próprio Jesus Cristo, sendo descritos com um caráter santificado. O cavaleiro Galaaz em *A Demanda do Santo Graal* demonstra uma pureza espiritual que se abstém dos prazeres e tentações da carne, possuindo como característica marcante a castidade eterna, em suma, mais ligado a perspectiva da espiritualidade em contraposição ao apego aos bens mundanos, com isso, sendo vitorioso em batalha devido a benção de Deus.

O general lusitano Nuno Álvares Pereira usando Galaaz como modelo de cavaleiro perfeito, como apontado em *Crónica do Condestável de Portugal*, almejava

permanecer solteiro e virgem, não chegando ao seu coração o amor pelas mulheres, assim, buscando reivindicar a mesma santidade de Galaaz através de sua pureza, dessa forma, sendo abençoado como a figura fictícia da Matéria da Bretanha e sendo invicto em batalha, entretanto, Nuno Álvares Pereira, apesar de almejar tal castidade, se casou e teve filhos, apesar disso, é mostrado com características paralelas ao próprio cavaleiro da Távola Redonda eleito pelo Cálice Sagrado. Além disso, ambos são retratados nas obras como os escolhidos por sua religiosidade e pureza, possuindo ambos uma missão de suma importância, com isso, enquanto Galaaz é aquele eleito para alcançar o Santo Graal, o condestável Nuno Álvares Pereira é retratado como aquele destinado a salvar o reino luso. Bravura e valentia também são características marcantes tanto no general português quanto no cavaleiro fictício, bem como a questão honra cavalheiresca, ambos são retratados como guerreiros corajosos que nunca desistem, lutando na frente de batalha e em todas às vezes nunca sendo derrotados, pois possuem fé que Deus está ao seu lado.

A superação do filho mediante a figura paterna é um tema implícito também em ambas as obras literárias, sendo abordado de forma um tanto quanto indireta no decorrer das duas narrativas medievais. Galaaz em *A Demanda do Santo Graal* é dito como o maior dos cavaleiros por suas virtudes e purezas, o eleito para alcançar a santa relíquia, o modelo de cavaleiro cristão ideal, enquanto, seu pai, Lancelot, que nas obras anteriores da Matéria da Bretanha era dito como o maior dos cavaleiros, o modelo de cavaleiro cortês perfeito subordinado a sua donzela, é descrito no enredo como um cavaleiro pecador que não consegue alcançar o Cálice Sagrado por seu amor pela rainha, possuindo até mesmo uma visão infernal por seu caso adúltero. Enquanto isso, Nuno Álvares Pereira de acordo com *Crónica do Condestável de Portugal* é apontado como uma figura que superou tanto a figura paterna quanto a figura materna, ambos são descritos como possuidores de características virtuosas, o pai fundou uma fortaleza, enquanto, a mãe era retratada como piedosa e virtuosa, mas o condestável é mostrado como superior ao ser colocado como fundador de um reino por sua atuação na Crise de 1383–1385 em Portugal e quase um santo por sua pureza espiritual atrelado com sua forte religiosidade. A generosidade e compaixão com os mais necessitados, vinculado de forma recorrente a moralidade cristã medieval, também está presente tanto em Galaaz quanto em Nuno Álvares Pereira nas duas narrativas. O cavaleiro escolhido pelo Cálice Sagrado durante a *Demanda do Santo Graal* auxilia e acaba por curar milagrosamente um paralítico, façanha semelhante com caráter santo e paralelo a Jesus

Cristo, enquanto, Nuno Álvares Pereira na obra *Crónica do Condestável de Portugal*, é retratado auxiliando um cego a encontrar seu caminho.

Podemos observar os elementos de Galaaz e o Condestável no quadro a seguir (Quadro 1):

QUADRO 1. CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES DE GALAAZ E O CONDESTÁVEL DE PORTUGAL, D. NUNO

GALAAZ/GALAAHA D EM A <i>DEMANDA DO SANTO GRAAL</i> (SÉCULO XIII)	Cavaleiro puro escolhido para alcançar o Santo Graal	Espirituoso, ligado sempre a fé cristã, e colocando Deus acima de tudo	Lutava nas linhas de frente da batalha mostrando valentia e fidelidade. Deus era o responsável por suas vitórias	Jurou eterna castidade	Generosidad e com os mais necessitados	Superaçã o das virtudes da figura paterna
NUNO ÁLVARES PEREIRA EM A <i>CRÓNICA DO CONDESTÁVEL DE PORTUGAL</i> (SÉCULO XV)	Cavaleiro puro destinado a salvar a “nação portuguesa” (o reino luso)	Espirituoso, ligado sempre a fé cristã, e colocando Deus acima de tudo	Lutava nas linhas de frente da batalha mostrando valentia e fidelidade. Deus era o responsável por suas vitórias	Almejou a eterna castidade, mas se casou	Generosidad e com os mais necessitados	Superaçã o das virtudes da figura paterna e também materna

Desse modo, como visto no decorrer do texto e na tabela, podemos traçar várias características paralelas presentes em Galaaz e Nuno Álvares Pereira nas duas obras do período medieval, *Demanda do Santo Graal* e *A Crónica do Condestável de Portugal*, demonstrando o modelo de cavaleiro cristão ideal seguidas tanto pelo general lusitano histórico quanto pelo cavaleiro fictício escolhido pelo Cálice Sagrado nas histórias do Rei Artur. Com isso, percebe-se que o condestável Nuno Álvares Pereira se espelhava na figura do personagem Galaaz, almejando o modelo de cavaleiro perfeito cristão

durante sua vida, seja por espiritualidade, sua generosidade, sua religiosidade, sua pureza, sua honra ou atuação em combate, procurando até mesmo tornar-se casto eternamente como o cavaleiro para seguir sua figura e ter façanhas em batalha como ele, sendo ambos caracterizados de formas semelhantes ao longo das duas respectivas obras.

### **Considerações finais**

Percebe-se, nesse caso, a importância de ressaltar o papel da Literatura juntamente com sua relação próxima e ao mesmo tempo distante com a História no que se constitui através da corrente historiográfica denominada História Cultural. Dessa forma, é demonstrado essa ligação na construção da figura histórica do general lusitano Nuno Álvares Pereira durante a *Crónica do Condestável de Portugal* que é inspirado fortemente no modelo de conduta cristão de cavaleiro ideal personificado em Galaaz na *Demanda do Santo Graal*. Assim, percebe-se a influência do cavaleiro fictício da literatura da Matéria da Bretanha influenciando personagens históricos portugueses como Nuno Álvares Pereira que almejava o modelo de cavaleiro cristão ideal de Galaaz, admirando e almejando a virgindade eterna característica do cavaleiro eleito pelo Cálice Sagrado.

Com isso, demonstrando que a representação de Galaaz em *A Demanda do Santo Graal* com suas características puras, santas, belas, generosas espirituosas e religiosas que o fazem eleito para alcançar a santa relíquia na narrativa lendária, possuindo um forte paralelo a Jesus Cristo, tornou-se um modelo de conduta de cavaleiro perfeito a ser seguido pela sociedade medieval, apesar de suas ações e características serem difíceis de serem aplicadas. A figura histórica do período da Crise de 1383–1385 em Portugal, Nuno Álvares Pereira, almejou as mesmas características do cavaleiro Galaaz, buscando até mesmo possuir sua eterna castidade, com ambos representados com características semelhantes ao longo das duas obras medievais, sendo desapegados ao material e ligados ao espiritual, bem como acreditando em Deus na vitória e jamais sendo derrotados pelos inimigos.

### **Referências bibliográficas**

**A Demanda do Santo Graal.** Texto sobre os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

**Crónica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira por autor anônimo do século XV.** Lisboa: Sá da Costa, 1972. (Adaptação de Jaime Cortesão).



PASSAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Editora Autêntica, 2008, 2º Ed.

ZIERER, Adriana. **Artur como Modelo Régio nas Fontes Ibéricas Medievais (Parte I): A Demanda do Santo Graal**. Disponível em:

<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/640/563>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

ZIERER, Adriana. **O Mito Arturiano e sua Cristianização nos Séculos XII e XIII**. Disponível em:

[http://www.academia.edu/24318423/O Mito Arturiano e sua Cristianiza%C3%A7%C3%A3o nos S%C3%A9culos XII e XIII Arthurian Myth and its Christianization in 12th and 13 th centuries](http://www.academia.edu/24318423/O_Mito_Arturiano_e_sua_Cristianiza%C3%A7%C3%A3o_nos_S%C3%A9culos_XII_e_XIII_Arthurian_Myth_and_its_Christianization_in_12th_and_13_th_centuries) . Acesso em 10 de setembro de 2018.

ZIERER, Adriana. **O Nobre e o Rei: A Influência de Galaaz na Elaboração da Imagem de Nun'Álvares Pereira**. Disponível em:

<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/526/457>. Acesso em: 24 de junho de 2018.

ZIERER, Adriana. **Virtudes e vícios dos cavaleiros n'A Demanda do Santo Graal**.

Disponível em: <http://editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/37-47.pdf>.

Acesso em: 25 de junho de 2018.

## **A LUTA E RESISTÊNCIA NA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM - MA: A EXPERIÊNCIA DO POVOADO ALDEIA NOS ANOS 1980.**

*Jaciara Leite Frazão<sup>1</sup>*

**Resumo:** Diante das mudanças em curso com a Ditadura Civil-Militar, as disputas no campo se deram de forma mais enérgica. No caso específico do campo maranhense foi intensificado com a Lei de Terras 2.979 de 1969, resultando na expulsão de milhares de camponeses das áreas rurais do estado. A região do Médio Mearim- MA, palco de intensos conflitos agrários nas décadas de 1970 e de 1980, contou com o engajamento de setores da Igreja Católica, inspirados na Teologia da Libertação que passam a mediar, como em outras regiões do país, a luta pela terra. Organizam-se movimentos de resistência e de mobilização política dos trabalhadores rurais com apoio das CEB's, CPT e da ACR. Através de entrevistas e da imprensa, propomos analisar a experiência do povoado Aldeia, Bacabal -MA, um espaço que sofreu investidas de latifundiários e de seus cúmplices no intuito de expulsar seus moradores.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Povoado Aldeia; Médio Mearim-MA.

### **Introdução**

O presente trabalho propõe através de entrevistas<sup>2</sup> e da imprensa, analisar a luta pela terra no povoado Aldeia, localizado no município de Bacabal. O povoado foi invadido duas vezes na década de 1980 e a comunidade vivenciou diversas formas de violência. Aldeia foi se configurando como um espaço de intensas disputas, ao sofrer as investidas de latifundiários e de seus cúmplices no intuito de expulsar seus moradores. A participação da Igreja Católica e de suas entidades foi de grande importância na luta pela permanência na terra. O povoado Aldeia é, no período de estudo, a materialização de uma experiência de conflito e de resistência.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão - PPGHIST. Membro integrante da equipe do Projeto Universal: *Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos*, coordenado pela Prof<sup>a</sup>Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira (DHG/UEMA), e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA).

<sup>2</sup> Centro minha análise da história dos conflitos de terra da década de 1980 em Aldeia na entrevista, de A. P. A, de A. J. C, de I. S. S e de R. M, pois encontrei certa resistência para conseguir entrevistar outros moradores. Alguns pelo avançar da idade tendo dificuldade de rememorar, outros que evitam falar sobre as invasões do povoado, pelo medo ainda muito visível da experiência vivida.

Nessa abordagem utilizarei a História Oral como metodologia que viabiliza que vozes do campesinato maranhense narrem e interpretem suas experiências. Ao rememorar os fatos passados, os sujeitos selecionam, silenciam e ‘esquecem’ acontecimentos e interpretações. Como afirma Michel Pollak (1989, p.5), a discussão da memória e das disputas de memória, requer, também, a problematização de esquecimentos e silêncios.

Conforme Verena Alberti (2005, p.167), a memória está em constante negociação, os fatos rememorados são selecionados e instituem a identidade do indivíduo e/ou da sociedade. Nessas disputas, prevalece o que tem importância para um determinado grupo, o que nos ajuda a entender o porquê de tal seleção, pois existem múltiplas memórias em constantes disputas. Dessa forma, buscamos interpretar as experiências dos moradores do Povoado Aldeia que foi constituindo-se uma área de disputas e graves conflitos na década de 1980.

No decorrer do século XX, a luta pela posse da terra se tornou frequente. No campo maranhense foi marcada por diversas formas de violência (física, psicológica, material e simbólica), praticadas por latifundiários, grileiros e outros agentes que ameaçaram e expulsaram os posseiros da terra. A região do Médio Mearim foi palco de intensos conflitos, por dispor de terras livres e férteis, ser um lugar de condições ambientais favoráveis, abrigar uma frente agrícola de expressão que a fez se tornar conhecida e representada por muitos como “*eldorado*”<sup>3</sup>.

O Médio Mearim localiza-se na região central do estado do Maranhão, um espaço de grandes trocas culturais e permeado pela presença de correntes migratórias de nordestinos e de maranhenses de outras regiões do estado, com uma experiência de ocupação no final do século XIX<sup>4</sup>, estendendo no alvorecer da década de 1920 e intensificaram-se a partir de 1950.

O campo maranhense passou por mudanças significativas na segunda metade do século XX. O aumento do número de migrantes no Maranhão propiciou a disputa por terras e o acréscimo no valor do foro<sup>5</sup>, tornando a terra mais concorrida, já

---

<sup>3</sup> Representação social que difundia a região do Médio Mearim como um espaço de terras livres e férteis, em condições ambientais favoráveis, sendo assim atrativo para as correntes migratórias. Para mais ver o trabalho de FERREIRA, Márcia Milena Galdez. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

<sup>4</sup> Ver Ferreira, op.cit.

<sup>5</sup> Prática recorrente no campo, em que proprietários de terra alugam determinadas áreas e cobram pelo uso uma taxa.

que houve ampliação da demanda, resultando em deslocamentos das terras de ocupação mais antiga, como o Vale do Itapecuru para outras áreas em busca de terras livres.

As correntes migratórias que ocuparam o Maranhão até o início do século XX, estabeleciam-se principalmente na região do Itapecuru, como afirma Viviane Barbosa (2013, p.139), mas foram direcionando-se para o vale do Médio Mearim em busca de *terras livres*. O movimento migratório ocorria de forma acelerada ocasionando um desequilíbrio na demanda de terras disponíveis para os camponeses. Provavelmente a elevação do valor do foro da terra, levou camponeses nordestinos e maranhenses a migrarem para o Oeste de estado, em busca de novas oportunidades.

A ocupação do Médio Mearim advém de migrantes nordestinos, principalmente do Ceará e Piauí, e de maranhenses que se deslocam de terras antigas do Leste do Maranhão como do Itapecuru e do vale do Parnaíba em direção ao Oeste, fixando-se na região Central do Estado.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e do vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver como posseiros estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. (FERREIRA, 2015, p.25 e 26)

A partir do final da década de 1960, com a Lei de Terras de 1969, intensifica-se a venda de terras devolutas e assiste-se ao avanço da grilagem. Mudanças que acarretou a expulsão de diversas famílias de trabalhadores rurais da região.

Esses conflitos se intensificam no campo maranhense na década de 1960, com a posse de José Sarney<sup>6</sup> como Governador do Estado, e a promulgação da Lei 2.979, mais conhecida como Lei Sarney de Terra, que torna obrigatório a comprovação de titularidade, respaldava a privatização das terras públicas e incentiva a expansão de projetos agropecuários, agroindústrias, dentre outros. “Aos poucos aterra que era

---

<sup>6</sup>A eleição de 1966 para o pleito de Governador do Estado foi vencida por José Sarney, dando início a uma oligarquia no sistema político local e com instância Nacional. Ver o trabalho COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JUNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). História do Maranhão em Tempos de República. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

livremente usufruída pelos camponeses foi assumindo valor de mercado”. (BARBOSA, 2013, p.143).

O resultado da Lei de Terras (Lei nº 2.979, de 17/07/1969) foi devastador para o campesinato maranhense que passou a conviver com intensos conflitos, em virtude de um discurso desenvolvimentista que considerava as terras dos pequenos proprietários rurais improdutivas, por não produzirem em larga escala, sendo então incentivados os grandes projetos e a expulsão dos trabalhadores rurais, que resistiram às medidas impostas.

O trabalho desenvolvido de parte da Igreja Católica e das instituições ligada a mesma, foi importante no processo de resistência e mobilização. Inspirados na Teologia da Libertação<sup>7</sup>, voltam-se para a defesa e a formação política do campesinato. A instituição assumiu um compromisso com as necessidades do povo, buscando libertar os considerados oprimidos.

Assim, organizaram-se nas décadas de 1960 e 1970 os movimentos de resistência e mobilização política, com a criação de CEBS<sup>8</sup> (Comunidades Eclesiais de Base), da CPT<sup>9</sup> (Comissão Pastoral da Terra) e da ACR<sup>10</sup> (Animação dos Cristãos no Meio Rural) visando, dentre outros objetivos, apoiar a luta pela terra e denunciar ações de violência cometidas contra trabalhadores rurais.

O Médio Mearim foi ocupado por sujeitos que tiveram experiências de vida diversas, dentre elas podemos citar a vivência de pessoas ligadas aos movimentos de luta pela terra e vinculada à Igreja Católica, que contou também com a atuação de Freis Franciscanos da Ordem dos Frades Menores oriundos da Alemanha. Sua vinda foi em

---

<sup>7</sup>O final da década de 1960 foi marcado por um processo de revolução na postura da Igreja Católica, que se voltou para os pobres, passando a criticar o sistema que causava a pobreza e as formas de opressão. Foi nesse contexto que nasceu o que se designou Teologia da Libertação, um novo jeito de ser igreja, numa perspectiva de libertação dos jugos econômicos, políticos e sociais e no intuito de mudar o quadro de desigualdades em que estavam envolvidos. Para mais, ver o trabalho de BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

<sup>8</sup>AS CEBS são criadas na década de 1960, em conformidade as decisões tomadas no Concílio do Vaticano II (1962-1965), que sinaliza a necessidade de uma adequação da Igreja Católica a realidade do mundo, em uma ação mais participativa na sociedade. Uma nova estrutura da Igreja, buscando aproximação com seus fiéis, uma inovação na maneira de evangelização e de presença mais direta nas bases.

<sup>9</sup>A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 no Brasil, encarregado de assistir os trabalhadores, fazendo registro da violência, dos assassinatos, mapeando as áreas em litígio, faziam denúncias aos órgãos competentes, concedia assessoria jurídica, dentre outros trabalhos realizados

<sup>10</sup>A Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) é uma instituição ligada à Igreja Católica, que também foi muito atuante no Médio Mearim. A ACR surgiu em Pernambuco, teve suas ideias anunciadas no Maranhão pelo Frei Godofredo no fim da década de 1960, sua atuação de forma mais intensa ocorre na década de 1980, com atuação na paróquia de Bacabal. Para mais, ver LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Teresina, Halley, 2009.

virtude de uma “crise de vocação”, precisando ocupar os cargos de vacância da Igreja e ampliação do seu campo de atuação. A escolha do Brasil foi acertada após várias reuniões, o Arcebispo de São Luís Dom Adalberto Sobral teria feito solicitação de religiosos para reatar tradições de franciscanos no Maranhão.

Os Freis Franciscanos chegam ao Brasil em 1952 para atuar nos estados do Maranhão e Piauí. No Maranhão, a proposta inicial era trabalhar na diocese de São Luís, e após perceberem que Bacabal estava em crescimento e contava com uma população considerável de migrantes, ampliaram o projeto de missão para Bacabal em 1953, dando início a trabalhos voltados à evangelização, educação, saúde, entre outros aspectos, como a terra que foi se tornando uma necessidade diante dos conflitos deflagrados e da grande luta que se tornou permanecer na terra.

Os trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica junto às comunidades de base espalhadas pelo Médio Mearim ajudaram os trabalhadores a se organizar politicamente e a buscar formas de resistência nos embates da luta pela terra que foi se intensificando nas décadas de 1970 e 1980.

A luta pela permanência e posse da terra tornou-se uma bandeira de luta de famílias camponesas, pequenos proprietários, entre outros segmentos da sociedade. Uma realidade que abateu diversos estados do Brasil. O Maranhão, não diferentemente, passou a ser palco de inúmeros conflitos agrários. O Estado de exceção e as medidas de violência, marcas da Ditadura Civil-Militar, favoreceram o cenário de negação de direitos e de retaliações aos questionamentos das novas ordens.

O campo foi brutalmente atacado por políticas que visavam os “grandes projetos” em detrimento da população camponesa, que passou a ter que enfrentar grandes latifundiários que contavam com o poder do capital, utilizado em larga escala, e do apoio do Estado e de seus agentes, na empreitada de apoderar-se das terras públicas do Estado.

### **Povoado Aldeia: alvo de intensos conflitos**

O povoado Aldeia fica localizado no município de Bacabal, é um dos inúmeros exemplos de conflitos deflagrados no Médio Mearim. Também conhecido por Aldeia do Odino, nome dado em homenagem a um dos primeiros moradores e considerado o fundador do povoado. Segundo os dados obtidos, Odino tinha ascendência indígena.

Era o antigo que morava lá, mais velho, foi o que fundou a Aldeia. Praticamente ele era o mais velho, era mais velho, era quem organizava o povoado a comunidade, aí era respeitado como se fosse assim o delegado do povoado. Aí colocaram, o nome dele como Aldeia do Odino, assim ficou. Tinha descendência mais já longe. (A. J. C, 2016)

O povoado também era conhecido como *Aldeia dos índios*, referência aos antigos moradores, como narra dona R. M uma das moradoras antiga do povoado. Os mais antigos relatam que quando chegaram ao povoado, ainda viam índios, mas com a chegada de novos moradores, eles foram se afastando.

Aí eles, eles viam assim os mais antigos que ainda tinham índio assim, mais eles vinham assim provisória né, não era mesmo Aldeia mesmo certa deles né. Aí só que eles ainda chegaram a ver, aí que começou o pessoal chegarem morando, fazendo casas, acho que eles foram se afastando, mas aí, na nossa nação pra cá a gente não conheceu mais índio. Aí chama assim Aldeia dos índios né porque, porque era antigamente. Era mesmo dos índios né, mas a gente não chegou a alcançar esse tempo deles. (R.M, 2016)

No cemitério ainda são preservados alguns artefatos materiais, como lápides de moradores antigos que datam do século XX, sendo mais antigo que a própria cidade de Bacabal. Os moradores passaram a utilizar os artefatos como provas diante das tentativas de expulsão dos moradores, que envolve também a própria identidade do povoado. Os Freis franciscanos foram orientando os moradores da importância da conservação do cemitério antigo, tendo em vista que a comunidade dispõe hoje de dois cemitérios, como prova cabal e legítima da existência do povoado.

As lápides que ainda são preservadas nos cemitérios, as missas realizadas no dia 23 de novembro de cada ano, em memória da primeira invasão do povoado, são rituais carregados de simbolismos, uma maneira de “reatualizar” a memória dos moradores antigos, e passa para os novos as experiências vividas nesse espaço de conflito e resistência. Os moradores enfatizam a importância de não se perder essa história, que precisa ser passado de pai para filho, diante do esfacelamento da memória desse lugar, lembrar tem se tornado uma necessidade no curso da modernidade. São lugares de memória, como afirma Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade.( NORA, 1993, p.12 e 13, grifos meus)

Um povoado antigo, inicialmente de população nativa. Os brancos foram chegando e ocupando o lugar. Alguns moradores têm características de ascendência indígena, apesar de não assumirem essa identidade. O lugar era tranquilo, com plantações de roça e igarapé, que possibilitava aos moradores se alimentarem de peixe. Com o passar dos anos, se tornou um espaço de disputa e conflitos intensos.

O povo já vivia na Aldeia, já tava já com muitos anos já morando na Aldeia, inclusive lá chamava Aldeia dos índios, porque lá morava os índios era dos índios, ah muitos tempos atrás, inclusive lá dentro do terreno tinha uma área mais ou menos de uma meia hectare que era só frechau [sic], aquela frecha [sic], que índio atira, era só essas flechas lá, que agente tinha que tirar as flechas pra fazer gaiola pegar passarinho, essa coisas assim. Aldeia era muito, Aldeia tinha fartura, tinha fartura, porque as pessoa da época ainda tinha muito homem trabalhador que botava muita roça nessas terras, então tinha muita fartura ainda de legume, muito babaçu, muito peixe naquele igarapé, vocês que não andaram no igarapé, tinha muito peixe, hoje não tem porque já se acabou, praticamente no Brasil inteiro, mas era tranquilo agente, podia dormir desse jeito ai, com a porta aberta, não tinha movimento de ladrão não tinha essas coisas nada o povo vivia tranquilo aí foi que surgiu os fazendeiros lá querendo expulsar o povo. (A. J.C, 2016)

O povoado passou a ser alvo de disputas, o desejo eminente de expulsar os moradores e se apossar das terras, resultou em conflitos e mortes. No livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*, do Frei Eurico Loher, (2009, p. 413), é apresentado um histórico dos possíveis compradores dessas terras, entre esses são citadas empresas e o ultimo proprietário citado é Ananias Vieira Lins. Os moradores não relatam ou desconhecem essas empresas, mas falam que um fazendeiro começou a negociar a venda das terras com um morador, preferindo não revelar o nome, porque pessoas de sua família ainda residem no local. O nome de Ananias é citado como o fazendeiro que teria comprado a terra, e que contava com o apoio de seu irmão José



Vieira, (político atualmente influente de Bacabal) que estaria por trás das investidas para expulsão dos moradores e apropriação das terras.

### **A invasão de 1985**

O povoado foi invadido duas vezes, em 1985 e 1988. As ameaças de invasões são constantes e anteriores a primeira invasão que ocorreu no dia 23 de novembro de 1985. O clima de tensão é vivenciado no cotidiano. Desde proibição de fazer roça, de sair de casa, a intimidação por meio de tiros disparados por pistoleiros próximos as plantações. O medo imperava na comunidade, por outro lado, a terra é o único recurso de sobrevivência dos trabalhadores, era preciso resistir e lutar para permanecer na terra.

As primeiras invasão que a gente teve aqui foi dos jagunços querendo tomar a terra né. Pistoleiro, muito pistoleiro, alugaram uma casa ali pra beira da estrada (faz gestos), aí fazia muito tiroteio pra cá que era pra gente saí pra eles se apossarem né. Aí botaram pistoleiro lá dentro da, da nossa área pra onde a gente ia trabalhar, ficou tomada de pistoleiro, de dia que a gente quase não saia nem na porta com medo de tiro, que era muito tiro, eles faziam tiro de lá pra cá, do povoado pra cá, porque pra li realmente morava pouca gente, só morava mais mesmo era pra cá. Eu mesmo quando era de dia lavava as roupas dos meus meninos era aqui dentro de casa, que eu não tinha coragem de saí nem no meio do terreiro. Lavava dentro da bacia as roupinhas deles na bacia e estendia dentro de casa mesmo. De dia os homens ia dormir e as mulher ia fazer comida e cuidar dos meninos, de noite as mulheres ia dormir e os homens vigiar, pra eles não invadir, porque a vontade deles era de invadir a noite, aí os homens ficam de vigiar a noite todinha .Vinha comunidade de fora ajudar a gente aqui também, aí ficamos nisso, ficamos, ficamos, e eles atentando a gente pra saí, a gente sem querer saí, que não era pra saí mesmo que não era deles né, não era deles, não tinha comprado, a gente não tinha dado pra eles. (R. M, 2016)

No dia 23 de novembro de 1985, Aldeia sofreu sua primeira invasão “oficial”, pois as ameaças já eram parte do cotidiano dos moradores que viviam sobressaltados diante das constantes intimidações. Como relatam os moradores, parecia uma guerrilha, que contou com um contingente de policiais, muito bem armados, o que foi tido como desnecessário para apenas o cumprimento de uma Ação de Manutenção

de Posse, obtida por Ananias Vieira na Comarca de Bacabal<sup>11</sup>, contra sete famílias do povoado. Seu A. P. A (2016), narra a primeira invasão do povoado pelos policiais:

Um dia reuniu todo mundo, todo mundo, todas essas igrejas aqui da reunião, reuniu nós passemos uma cerca bem aqui lá pra casa da Santinha, lá foi que montaram o lugar de celebrar missa viu e a reunião, quando nós tava lá, chegou 13 d-20 cheia de saldade [sic], 13, tudo armado viu, armaram a metralhadora bem aqui, armaram outra lá na saída, aí foram viu investigar o povo, rapaz nós tivemos muita sorte de não ter, mas nós só não peguemos taca nesse dia porque Deus é bom, quando ele chegou a primeira cara que ele viu foi do advogado de São Luís o senhor doutor Sandra apareceu, era Silva Junior, aí falou pra ele: mais doutor que isso dia de sábado, cê ta aqui um dia de sábado, que negocio é esse, aí ele maneirou né, mais o que tudo que é de ferro essas coisas, só não levaram arma nossa porque foi escondido tudo no mato né. Quando eles saíram daqui uma hora da tarde foram no senhor (inaudível), Pau Santo e lá eles mataram um. A polícia matou lá um velho de, nesse mesmo dia saíram daqui pro Pau Santo e os cabras do Pau Santo tavam tudinho aqui. Chegaram lá acharam o velho, o velho foi correr, correr escondendo um rifle, saiu na carreira com o rifle nas costa pra esconder, o safado atirou nele matou, tudo nesse dia. [...] Prendeu dois, inclusive Manoel aqui Tintino foi um dos que vinha, parece que veio foi mandado, prenderam ele e um rapaz do Pau Santo mesmo prenderam ele, mais com dois dias saiu. (grifos meus)

A ação era truculenta e desmedida. Chegavam invadindo as casas em busca de alguma suposta prova que legitimasse suas ações indevidas. A violência era praticada de forma indiscriminada, independente de sexo e de idade. Dona R.M, uma das entrevistadas relata os momentos difíceis que passou ao lado da filha, e ressalta que a presença de um representante da Igreja, era vista como um alívio, uma proteção divina naquele momento.

Eu dando papa pra menina que eu tinha tava, tava começando assim engatinhar, um chegou escanchou a metralhadora bem assim no canto da mesa que eu tava dando papa pra menina né, também eu fiz de conta que eu nem tava vendo aquilo ali não, comecei a dá comida pra minha filha, aqui é na vontade de Deus, se eu tiver de morrer dando comida pra essa menina, então chegou o meu dia eu não posso correr pra lugar nenhum mesmo, porque pra todo lado que agente corria tinha gente, tinha policial, aí foi que graças a Deus, que tinha umas

---

<sup>11</sup>Para mais sobre o conflito de Aldeia ver, LOHER, Eurico. Franciscanos no Maranhão e Piauí. Teresina, Halley, 2009.

pessoas aqui que tava o Bispo Bom Pasçar nessa época. (R. M, 2016, grifos meus)

Provavelmente a ação da polícia não teve resultados mais drásticos no povoado, em virtude de ter a presença do advogado Sandes que trabalhava dando assistência jurídica aos trabalhadores, o Bispo Dom Pascácio, representantes da ACR, dentre outros. Levaram nesse dia três homens presos e foram em direção ao povoado Pau Santo, onde cometeram o assassinato de Manoel Monteiro de 76 anos de idade, com cinco tiros. No momento da chegada no povoado Pau Santo, seu Manoel segundo as informações nas das narrativas dos moradores do povoado Aldeia, ele teria corrido para esconder uma arma no mato, quando saiu na porta do fundo da casa foi alvejado.

Aí ele chegou mesmo o coronel, o Secretário de Segurança, e disse: olha você tá detido, você ta detido, você vai. Eu disse não, não to fazendo nada. Não, você ta detido, levou logo, levou logo pro carro né, aí pegou outro rapaz lá na frente e pegou outro e levou, aí agente passou o dia até mais ou menos umas três horas da tarde andando com esse pessoal aí, aí da Aldeia agente foi pra, pra Pau Santo, só que na entrada do Pau Santo, tem uma casa de fazenda que é, é de outro fazendeiro cúmplice deles, aí agente ficou lá, nós dois ficamos lá junto com alguns policiais e os outros foram lá pro Pau Santo e lá atiraram lá pra todo lado e mataram o finado Manoel Monteiro. (A.J. C, 2016)

Nesse ínterim dos conflitos, o apoio de representantes da Igreja foi muito importante, por outro lado, uma nova organização estava surgindo para fortalecer as investidas contra os trabalhadores rurais. Os proprietários rurais se unem em reposta ao anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo Federal, que tinha como presidente José Sarney. Em 1985, foi organizada a UDR (União Democrática Ruralista)<sup>12</sup>. Posteriormente foi constituindo sedes em outros estados, como por exemplo, no Maranhão, com a primeira sede em Bacabal. Essa entidade tinha como intuito proteger o direito de propriedade e lutar contra a reforma agrária.

Houve grande mobilização de Bispos, Padres e Leigos em apoio aos lavradores. Nesse período, os proprietários de terra contavam com o apoio integral da UDR- União Democrática Ruralista, que dispunha de muito dinheiro para comprar armas e munições, bem como para

---

<sup>12</sup>Ver o trabalho de BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

contratar pistoleiros e jagunços, tentando a qualquer custo demonstrar a sua força e a fragilidade dos lavradores. No presente caso, havia interesse maior, visto que o proprietário Ananias Vieira Lins é irmão de José Vieira Lins, um dos fundadores da UDR na região, e sendo este violento e orgulhoso não poderia sair como perdedor desta disputa. (LOHER, 2009, p.415)

### **A INVASÃO DE 1888: "UMA CHUVA DE BALAS"**

Um clima de muita tensão toma conta dos moradores do povoado Aldeia, pois anterior a segunda invasão, ocorreu o assassinato do morador do povoado Manoel Neco Pereira, conhecido como Manoel Tintino, no dia 22 de janeiro de 1888, esse crime foi noticiado nos jornais de circulação da época. Como afirma Loher (2009, p. 415), ele era um dos réus da Ação de Manutenção de Posse, obtida por Ananias Vieira em 1885, contra sete famílias do Povoado Aldeia. Ele foi assassinado em Bacabal.

A segunda invasão, que teve proporções ainda mais drásticas, ocorreu em um domingo de carnaval, no dia 14 de fevereiro de 1888, foi liderada por policiais misturados com pistoleiros em uma ação violenta contra a comunidade. I. S. S (2016), narra que essa segunda invasão contou com uma ação conjunta de agentes do Estado e de particulares:

[...] Mas dizem que tem policial pelo meio os mesmo policiais que vieram em 85, foi os mesmo que vieram em 88. Só que assim eles não vieram fardados, vieram mesmo aí acho que pago, porque né, na época todo mundo fazia esse serviço surjo né, e era fácil, eu creio que era fácil né, mais fácil de fazer, aí eles vieram aproveitaram a oportunidade né, já tinham o desejo mesmo de tirar a gente daqui, acho que eles eram bem pago por quem tinha o interesse de tirar, de tomar essa terra da gente, e aconteceu isso aí, veio jagunço veio, tem até jagunço que o pessoal aqui conhece já, que trabalhava aqui dentro, que convivia aqui dentro entendeu da comunidade, era o que, aquele cabeça que vinha, que indicava, que mostrava tudo né, que mostrava qual o melhor caminho, como chegar até aqui. [...] aí a gente fica assim querendo não acreditar, porque quem pode nós defender nesse momento são, é a própria policia, e a própria policia que veio aqui atacar a gente, então a gente fica assim, ficou assim meio paralisado, sem querer acreditar, sem querer dar crédito naquilo que o pessoal falava, mas disse que houve muito policial que entrou aqui nesse dia houve, o mesminho que vieram em 85. Muitos foram os mesminho.

A. J. C (2016), ratifica essa questão:

Era misturado, misturado, pistoleiro, é tanta da gente que ninguém via quem era dentro dos carros. O pessoal não via quem era dentro do carro. E na caçamba tinha uns buracos na caçamba, que cabia só a boca da espingarda, aí era só atirando, atirando, sei lá pra onde, pra que lado fosse. (grifos meu)

Um dia aparentemente normal, até que caçambas blindadas cheia de homens fortemente armado invadiram o povoado tocando tochas de fogo nas casas. Momentos aterrorizantes, descrito por dona R. M, moradora das primeiras casas do povoado, que não teve tempo de correr. Seu esposo quase foi atingido por um tiro de fuzil.

Aí depois vem os fogos nas casas, botaram fogo nas casas, queimaram as casas, se o espírito não me engana foi vinte, vinte seis casas, vinte seis casas que foram queimadas, eu tava dentro de casa nesse dia, nesse dia foi um terror, foi no dia 14 de fevereiro, dia dos carnaval, os homens tinha passado a noite em vigília né, de dia eles dormia, agente ficava lutando que quando deu assim negócio de doze pra uma hora eu chamei minha garota assim ( faz gesto mostrando a altura da filha), ela tinha sete anos nessa época, é, não nove anos, ela tinha nove anos nessa época, eu chamei ela pra nós ir buscar água pra lavar roupa dos meninos que eu só lavava dentro de casa né, meu marido ficou dormindo, eu disse vamos, vamos buscar um caminho de água no poço, ela levou uma latinha e eu levei uma maumita[sic], o poço era lá embaixo não tinha água, nesse tempo ainda a gente buscava água no poço, quando nós chegamos no poço eu escutei os tiros, só que eles estavam avisando que eles iam entrar, as caçambas ia entrar, ninguém nem acreditava né, pensava que era só pra amedrontar agente mesmo, aí quando eu cheguei que eu vi aqueles carros diferentes, eu disse:-minha filha corre, corre que aí vem uns carros, aí ela já com a mamita[sic] cheia na cabeça e eu também, eu correndo e pegando aqui no bracinho dela e puxando, quando nós chegamos bem aqui, aí meu menino mais velho, eu gritando pra ele, chama teu pai, chama teu pai, nessas alturas o pessoal já tava tudo correndo, só via era gente correr pra todo lado, chama teu pai, chama teu pai, com medo dele chegar e achar ele dormindo. Ele acordou torduado e correu foi pra porta. Quando ele correu pra porta eles atiraram, agente mediu um chave (faz gesto de um palmo...) assim da cabeça dele pra onde o tiro pegou. (R. M, 2016)

A invasão de 1988 é veiculada nas reportagens dos jornais em circulação que teria sido comanda por pistoleiros. Ao entrarem no povoado mataram o morador chamado Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos de idade, que tentava fugir no momento da invasão e teve sua vida ceifada de forma brusca. Foi um momento de muito sofrimento para os moradores que não sabiam o que fazer diante da perda de um morador e da destruição do povoado. A Igreja Católica deu assistência aos moradores da

comunidade prestando auxílio nas suas necessidades básicas, já que muitos tinham perdido tudo, e buscava confortar o lado espiritual com celebração de missa e na participação do funeral do morador assassinado na invasão de 1988.

Para proteger os filhos da eminência da morte, dona Raimunda colocou-os debaixo da cama. Viveu momentos angustiantes ouvindo tiros. Sua casa ficou destruída. O povoado recebeu auxílio de outras comunidades, que se ajudavam mutuamente, pois qualquer dia podiam ser elas precisando de socorro. O Médio Mearim, por ser pontilhado de conflitos, essa troca se torna frequente e necessária. Todos ficaram surpresos por sua família conseguir sobreviver.

Aí já tava caindo os bolões de barro ali da parede do quarto e os bichinhos deitadinho debaixo da cama, já tava começando a cair bolão de barro, meu esposo chegou tirou o colchão da cama, encostou na parede, encostava caixa, encostando tudo que nós ia achando, assim pegando e encostando na parede do quarto, que eles perceberam que tinha gente aqui dentro de casa, porque tinha oitenta, oitocentas pessoas de comunidade de fora que tava nessa época pra ajudar nós, aí eles vieram daqui (fez gesto apontando pra porta do quintal), disse assim rapaz:- o Domingos e nem a família dele não saiu, já tão morto uma hora dessa, todo mundo pensou que nós estava morto, mas se não morreram até agora eles não more só (grifo meu) aí vieram, todos assim arrastando assim no chão com as armas atravessadas na boca né (faz gestos), travesando, nessa hora, nessa hora eu senti medo, ainda não tinha sentido medo até essa hora, essa hora me transpassou o medo, nessa hora eles entraram, quando eles entraram tudo de barriga no chão, aí foram atirar neles também, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, aí furaram os pneus da caçamba, das caçambas blindadas, furaram dois pneus ainda daqui, furaram, eles saíram tira, tira, tira, tira, mais (...) de covarde, saíram chamando nós aqui de covarde né, aí foram embora, aí gente foi, quando eu sai fora que eu olhei, vi logo um morto ali, (...) eles ficaram colocaram fogo naquelas casa de cima lá do alto (faz gestos apontando o lugar). (R.M, 2016)

Em uma atitude desesperada, dona R.M decidiu tirar os seus filhos da casa, com medo de consumarem a tentativa de matar sua família, já que atiravam sem parar. Levou os filhos pelo quintal até o igarapé, mesmo com medo que morressem afogados. Muitas crianças ficaram perdidas dos pais, correram no mato na busca de encontrar um refúgio e um alívio para seus pés que estavam cheios de espinhos. Atravessaram igarapé e chegavam a outras comunidades. O terror assola a população.

Até agora eu guentei, mas agora vamos correr, vamos tirar os meninos daqui, os bichinhos tudo rajadinho, tudo lamiadinho de terra, tiramos e saímos com eles aqui no quintal, ficou tudo aberto, ficou tudo cheio de bala, aí eu fui e deixei eles num lugar chamado barreira, descemo aqui traversando igarapé, dentro de solta, aí deixei eles lá e voltei pra cá, eu disse vou em casa de novo pra ver, porque Domingos tinha ficado, voltei quando eu voltei só vi os estragos, muita casa queimada, muita fumaça, aqui dentro de casa o arrependimento que eu tenho que eu não guardei as balas, que eu achei aqui dentro de casa, e os chumbos, deu dois litros. (...) Menino perdido, mãe perdeu filho, filho perdeu mãe, teve menino que pai veio ver com três dias depois sem saber onde era que tava, se pensou que tinha era morrido afogado dentro do igarapé que os bichinhos só fazia ( faz gesto dos meninos pulando) cair dentro da água e saia do outro lado, foram saí em comunidade aqui, Bomba, Boa Vista, foram saí, as comunidades acolhendo os meninos, aí depois que vinha deixar, tirando os espinhos dos pés, os pés chega que tava (gestos com a mão) tudo assim duro de espinho de correr dentro do mato, aí foi que depois as comunidades vinha deixar as crianças, sem saber pra onde tava menino, menino sem saber pra onde tava mãe, ( música) foi pavor, aqui foi pavor grande de mais esse aqui. (R.M, 2016)

Após o massacre, os pistoleiros se retiram. O trabalho de entidades ligadas à Igreja Católica foi muito importante nesse momento em que as famílias perderam o pouco que tinham e recomeçar do zero não era tarefa fácil. Os auxílios começaram a chegar no dia seguinte. Nesses momentos de intenso sofrimento a solidariedade se aguça entre as comunidades, na ocasião após o massacre foi realizado uma caminhada de apoio a Comunidade Aldeia, que começou do Sítio Novo e contou com um número significativo de público.

A postura do governador do estado, Eptácio Cafeteira, depois do massacre foi de disponibilizar uma “proteção”, enviando policiais para permanecer no povoado. Esta ação da polícia é de certa forma contraditória, e, em um momento são os agentes da violência, e em outros são chamados para proteger a comunidade. O governador Eptácio Cafeteira determinou as construções das casas queimadas e que providencias fossem tomadas para a desapropriação da área em questão, como afirma Loher: “[...] Uma área de 600 hectares de terra do Povoado Aldeia foi desapropriada pelo Governo Federal e entregue aos lavradores e suas famílias, onde permanecem morando e trabalhando até os dias de hoje. (2009, p.416). Para além das contradições inerentes ao processo, o Vice-Governador do estado, João Alberto, que no momento se encontrava em Bacabal, deu assistência ao povoado que se encontrava devastado.

Do outro dia em diante começou a chegar, era carrada mesmo de coisa pra nós, porque ninguém podia saí, aí ninguém tinha nem coragem, que um drama desse que agente passou aqui, ficou todo mundo traumatizado, quem não tinha casa que queimaram, aqueles tinha ficado casa chamava pra vim, ficava um monte, tudo dentro de uma casa só, até que mandaram fazer novamente as casa, aí foi só isso, isso aí foi verdade pura. (R.M, 2016)

E o que ficou, foi um povoado destruído, e o sentimento de indignação, diante da barbárie sofrida. Muitos, ainda atônitos sem entender o porquê de tudo aquilo, um ódio desmedido contra os trabalhadores que resistiam em permanecer na terra. Os “trabalhadores” do suposto proprietário executavam a ordem de acabar com empecilhos para os grandes negócios. A impunidade que imperava com a conivência do Estado e dos seus agentes permitia-lhes agir das formas mais sórdidas possíveis. Pelos crimes cometidos não foram responsabilizados, e nem seus mandantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos trabalhadores rurais que se estabeleceram no Médio Mearim, chegaram com o sonho de ter encontrado o *eldorado*, mas não demorou em se depararem com os conflitos agrários e buscarem formas de resistência diante dos embates com latifundiários, grileiros e outros agentes, que utilizando pistoleiros, prática ainda recorrente, efetuaram inúmeras mortes e expropriação de trabalhadores da terra. Foi esse cenário de violência generalizada e institucionalizada que possibilitou a execução de projetos na lógica desenvolvimentista do Estado.

Diante de um estado de recessão de direitos, o apoio de parte da Igreja Católica e entidades ligadas à mesma contribuíram de forma significativa na luta em prol da terra no Povoado Aldeia, assim como outros povoados na região, são exemplos de comunidades que resistiram aos ataques de pistoleiros, e dos agentes do Estado que atuaram ao lado do interesse do capital. Os diversos crimes cometidos após as duas invasões não tiveram os culpados responsabilizados.

Intentamos a partir das entrevistas dos moradores do Povoado Aldeia, refletir a situação de vulnerabilidade campesina na região do Médio Mearim na década de 1980, que foram sendo envolvidos em experiências de conflitos agrários. A apropriação de terras do estado tem se configurado em uma situação de violência cotidiana, de forma irrestrita e em números alarmantes, como vivido pelo Povoado Aldeia, assim como outros da região do Médio Mearim, são marcados pela luta em prol



da permanência na terra. Esta se faz no cotidiano diante de um clima tenso de ameaças constantes de invasões e de diversas formas de violências que foram empreendidas contra as famílias dos trabalhadores rurais, no intento de expulsá-los.

## REFERÊNCIA

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 (Tese de doutorado).

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). **História do Maranhão em Tempos de República**. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez Ferreira. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Teresina, Halley, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez.1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

### Fontes Orais

A. P. A. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

A. J. C. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

I. S. S. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

R. M. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

## **JORNAIS**

Silva Junior comanda assassinato de lavrador. O Imparcial, São Luis, 24 nov. 1985.

CNBB solidariza com bispos do Maranhão. Jornal Pequeno, São Luis, 05 dez. 1985.

Vinte Federações rurais condenam Silva Junior. Jornal Pequeno, São Luis, 08 dez. 1985.

Dezenas de casas incendiadas e lavrador é assassinado Jornal Pequeno, São Luis, 18 fev. 1988.

Polícia faz exumação de um cadáver no Povoado Aldeias. Jornal de Hoje, São Luis, 26 fev. 1988.

Fazendeiro e pistoleiros queimam casas em Aldeia. O Estado do Maranhão, São Luis, 18 fev. 1988.

Aldeia vai ser desapropriada. O Estado do Maranhão, São Luis, 25 fev. 1988.

## **ENTRE FESTAS E FESTEJOS: REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES E OS USOS DE MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE ENSINO JOÃO MARQUES MIRANDA CURURUPU-MA**

*Jêibel Márcio Pires Carvalho\**

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é analisar as representações dos festejos realizados no Bairro de São Benedito localizado na periferia de Cururupu, perceber a

---

\* Graduado em Letras Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS/UEMA) – Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão.

homogeneidade desenvolvida pelos sujeitos na realização das atividades, a pluralidade de olhares que dirigentes religiosos e escolares possuem sobre essa dinâmica, bem como, a constituição das representações ali vivenciadas e usos de memórias na construção e reconstrução do imaginário simbólico. O texto ampara-se no entrelaçamento dos sujeitos que dialogam no dinamismo nas práticas realizadas por que frequentadores de terreiros e escola. Pretende-se fazer uma análise discursiva de histórias que permeiam estes espaços, as experiências alojadas no Centro de Ensino João Marques Miranda, escola localizada no referido bairro, como tem desenvolvido o ensino de história na representação das identidades no cotidiano, como essas memórias tem contribuído para reconhecimento da comunidade na preservação das tradições existentes, como, esses atores têm negociado essas representações em contextos reais.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Memória; Festejos.

## **INTRODUÇÃO**

Cururupu é município do estado, localizado no litoral ocidental maranhense, a 465 km da capital São Luís, habitado inicialmente pelos índios tupinambás, cujo cacique da tribo era conhecido como Cabelo de Velha, nome hoje dado a uma baía próxima a sede do município. Seu povoamento tornou-se possível por volta de 1816 a partir das entradas chefiadas por Bento Maciel Parente que subjugou os índios tupinambás ali aldeados e matou o cacique Cabelo de Velha. Os índios sobreviventes deste massacre abandonaram a terra devido à impossibilidade de convívio pacífico com o homem branco. A partir daí portugueses vindo de Guimarães, começaram a povoar a região, iniciando assim o ciclo das grandes fazendas na região.

Quanto à origem do nome uma das explicações, centra-se na ideia que com a junção do som da arma (pu) que matou o cacique Cabelo de Velha, que os índios chamavam de Cururu<sup>1</sup>. CURURU+PU<sup>2</sup> deu origem ao nome como hoje se conhece. Outra versão para a origem do nome deve-se a uma fazenda existente à margem esquerda do rio que banha a atual sede do município cujo nome era Fazenda Cururupu.

Através da Lei Provincial nº. 13 de maio de 1835 foi criada a freguesia de Cururupu, conhecida pelo 3º Distrito de Cabelo de Velha subordinada administrativamente a Guimarães. Em 1842 outra Lei Provincial a de nº. 120 de 03 de outubro, eleva a freguesia a categoria de vila, conhecida como Cururupu, desmembrando-se então de Guimarães e conquistando sua autonomia administrativa. A Lei Estadual nº 893 de 09 março de 1920 eleva a vila a categoria de cidade. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede.

Atualmente a sede do município apresenta características de cidade histórica contendo um patrimônio arquitetônico avaliado como do tipo colonial. A zona rural é composta por comunidades tradicionais quilombolas e na região continental estão os pescadores artesanais. O município de Cururupu concentra hoje uma população estimada em 30.805 mil habitantes sendo a maioria negra.

Os negros que hoje povoam a cidade são descendentes de povos que vieram do Daomé<sup>3</sup> para trabalharem na condição de escravos nas antigas fazendas de mandioca, açúcar e aguardente. A cidade é banhada pelos rios Liconde e Cururupu, o município sobrevive da agricultura, pesca e comércio. As religiões praticadas pelos cururupuenses são: catolicismo<sup>4</sup>, protestantismo<sup>5</sup> e religiões de matriz africana<sup>6</sup>.

## **CURURUPU E O MOVIMENTO NEGRO**

Logo após o centenário da abolição em 1988, por conta das discussões que permearam por todo país, suscitou discussões acerca do que teria sido a abolição para os

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos nativos tupinambás que habitavam o local, significando na língua nativa “cabelo de velha”.

<sup>2</sup> Quanto à origem do nome de Cururupu há uma terceira versão pouco aceitável que diz que devido a grande quantidade de sapos cururu na região e o nome se originou aos sons do seu coaxar.

<sup>3</sup> País africano de onde vieram negros escravizados para trabalharem nas fazendas de mandioca, açúcar e aguardente de Cururupu, Daomé é atualmente Benim.

<sup>4</sup> Cururupu possui três grandes templos católicos Igreja de São Benedito, São João Batista e São Jorge.

<sup>5</sup> As igrejas protestantes possuem quatro templos sendo: Assembléia de Deus, Batista Nacional, Nacional Kerigma e Igreja Universal do Reino de Deus.

<sup>6</sup> O último registro de templos de religiões de matriz africana apontava cento e dezesseis terreiros entre sede e povoados.

negros e como seus efeitos repercutem até os dias hoje para a população afrodescendente, quais foram realmente às contribuições em contextos reais. Frente as indagações elencadas por anos, e pelo próprio sistema que se manteve afastado das discussões que pudessem assumir os enormes débitos com a os descendentes desses escravizados, o município de Cururupu inicia as primeiras discussões em sobre a farsa da abolição que nada mais foi do que jogar negros a todo tipo de sorte, assume a partir de então uma posicionamento mais político, abandonando práticas que antes faziam alusão a data, em 1991 tem inicio o Movimento Negro.

O Grupo de Consciência Negra de Cururupu (GCNC)<sup>7</sup> tem como proposta, combater o racismo, o preconceito, a intolerância, bem como, reconstituir as histórias de vidas de lideranças comunitárias que contribuíram para a afirmação da identidade negra, dando visibilidade às comunidades de terreiros de religião de Matriz africana.

Na aquiescência das discussões, em 1994 é fundado o Bloco Afro Omirá<sup>8</sup>, grupo localizado no bairro de Armazém, em suas atividades desfila no carnaval pelas ruas de Cururupu, demonstrando elementos da cultura africana e afro-brasileira utilizando elementos como: músicas e indumentárias. Com a aproximação do tricentenário da morte de Zumbi, em 1995, o tema abordado foi: *Mãe Isabel, quilombola de Zumbi*, a escolha da temática ocorreu pela passagem das comemorações a Zumbi, também pela considerável contribuição que e Isabel Pinto da Silva ou como era carinhosamente conhecida, Isabel Mineira deu a cultura afro-brasileira em variados aspectos, sendo a primeira pessoa a abrir um terreiro de Mina em Cururupu.

Os grupos organizam atividades de sensibilização nas escolas, movimentos de representação política, trabalhos de reafirmação da identidade, ao mesmo tempo, inicia um processo para relacionar as casas de cultos africanos existentes em Cururupu, como forma de dar ressignificação aos cultos, demonstrando que essas atividades/rituais também compõem o ciclo religioso da cidade.

Cururupu reúne hoje, 26 bairros e algumas concentrações habitacionais, com exceção do centro da cidade, os demais bairros, possuem de dois a quatro templos de religião de matriz africana, ou mesmo quarto-altares, ficando uma expressiva quantidade de casas no bairro de São Benedito.

---

<sup>7</sup> Primeiro grupo do Movimento Negro fundado em Cururupu em 21 de fevereiro de 1991.

<sup>8</sup> Bloco Afro Omirá que em dialeto yorubá significa liberdade, organizado pelo grupo que leva o mesmo nome fundado em 26 de outubro de 1995.

## ENTRE FESTAS E FESTEJOS

*Ominirá homenageia com um forte oku inu<sup>9</sup>, salve a velha mãe guerreira kizomba em Cururupu, valeu negro Zumbi Izabel quilombola Ominirá quilombo novo vem contar a tua história. Valeu mãe Izabel com seis mil e três vitórias, ecoou nos palmares, Zumbi é rei da história (Jêibel Di Carvalho, 1995).*

A estrofe acima é parte de uma das músicas que o Bloco Afro Ominirá em 1995, desfilou pelas ruas e avenidas de Cururupu, homenageando o líder de palmares e a Mãe de Santo Izabel Mineira<sup>10</sup>, o bloco nesta celebração demonstrou a resistência do quilombo dos palmares e a riqueza da religiosidade africana presente em Cururupu, dando ênfase ao Bairro de São Benedito, onde ficava localizado o terreiro de Mãe Izabel.

O Bairro de São Benedito localizado na sede do município é um bairro com uma população majoritariamente negra, por ruas e praças que também manifestam suas tradições culturais e religiosas. Há quase um século, acontece o festejo de São Benedito, atraindo devotos de várias partes do município, de outras cidades maranhense e outros estados.

As festividades acontecem na primeira semana de outubro, o evento é realizado em novena, as demonstrações de devoção se desenvolvem com missas católicas que acontecem todas as noites ao som de cantos e ladainhas, sendo os noitantes os responsáveis em animar a noite, variando entre o tocar de foguetes, execução de músicas de orquestra e o tradicional leilão que acontece ao término das missas sendo que os objetos ali leiloados são oriundos de promessas feitas por devotos, pelo recebimento das graças alcançadas por intermédio do santo.

Este entrecruzamento religioso que esses sujeitos realizam demonstrando uma comunicação com o sagrado no sentido de manter a santidade no mundo (ELIADE, 1992), é observado nos variados elementos que compõem o vasto cenário que é o bairro de São Benedito.

Esses laços de familiaridades, são bem recorrentes na linguagem que os devotos acionam para se juntar ao universo sagrado das festividades do padroeiro. Nesta demonstração, há pagamentos de promessas, oferta de presentes, vigília, diálogo com o

---

<sup>9</sup> Música composta para o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e também para comemorar os 6003 partos realizados por Mãe Izabel Mineira. (Autoria, Jêibel Di Carvalho)

<sup>11</sup> Izabel Pinto da Silva, nascida em novembro de 1903, foi a primeira pessoa a abrir um terreiro de mina em Cururupu, considerada como a maior mãe de santo de Cururupu.

santo, pungadas, rimas na roda de tambor, tudo isto acontece nos dias do festejo numa circularidade de trocas e abertura de um espaço religioso em detrimento do outro.

A regularidade com que esses fatos acontecem no festejo do Glorioso São Benedito, atesta um trânsito religioso instituído no bairro, observa-se a existência dos dois universos, sobretudo da presença de uma comunidade que se mostra dinâmica na realização dos festejos.

Junta-se à programação católica, a roda de tambor de crioula, está que sempre acontece em frente a igreja em lugar de destaque, com sua parêlha<sup>11</sup> de tambores, aos olhos do santo, os coureiros e as coureiras desenvolvem a mística da tradição, do qual o santo é padroeiro. Neste espetáculo que reúne fé e devoção, a comunidade, que, ao apreciar a roda de tambor que fartamente é recheada por toadas que versam sobre o cotidiano rural, coureiras que não dispensam uma pungada com devotas ávidas em demonstrar a Binidito<sup>12</sup> a satisfação em executar a dança que reflete sua tradição ancestral e seu agradecimento em fazer parte do seleto cortejo de dançantes, ornada ainda por um séquito de observadores que teimam em acompanhar o coro de vozes, que parece a celebração de uma troca sagrada entre devotos e o santo.

O grupo de espectadores que acompanham as batidas secular que deu origem ao festejo, muitas vezes, aos olhos atentos de curiosos, nos dando a entender, a curiosidade da relação, que a manifestação teria com o festejo. Mircea Eliade (1992) ao discorrer sobre o sagrado e o profano e de seus elementos constitutivos para a instalação de eventos que evidenciem a presença do sagrado e de sua ligação com a ancestralidade, fala que mesmo em sociedades dessacralizadas há uma exuberância festiva que marca as realizações de atividades do passado, bem como essa comunhão presente entre esses dois mundos. Ainda neste espaço de festejos, se juntam às celebrações às entidades africanas, manifestadas nas casas existentes no bairro.

É oportuno mencionar, que não há dissociação nesses dois campos de execução da fé, a festa que acontece em uma quadra do bairro no mês de outubro, era recepcionado no mês de agosto em uma rua próxima com um festejo de matriz africana, o festejo aos voduns acontecia em três dias (FERRETI, 2015, p. 168) como se naturalmente, desse início, ao ciclo dos eventos do bairro, com rodas de tambor de crioula, ladainhas católicas, toque as entidades caboclas e procissões, para tanto

---

<sup>11</sup> Parêlha é o nome utilizado para designar os três tambores que são tocados na roda de tambor, sendo, portanto, o tambor grande, meia e crivador.

<sup>12</sup> Binidito é como muitos devotos chamam o padroeiro do tambor de crioula.

compreende-se que a realização destas festividades que envolvia três festejos de dinâmicas distintas, mas necessário àquele cotidiano, faz do bairro um local de festas e festejos .

Como relacionar esses eventos com seus adeptos, tendo em vista que ambos participam das atividades nos templos? Em um construto social o templo com protocolo católico é aos olhos da sociedade o que a convenção social diria ser de desenvolvimento ritual sagrado, haja vista essa prática ser secularmente difundida. Por outro lado os festejos realizados em casa de terreiros assumiriam o papel de profano? Mesmo se praticando rituais que fazem com que seus participantes professem sua fé?

Essas perguntas tentam evidenciar a funcionalidade religiosa que é o bairro de São Benedito, com seus templos católicos, templo-terreiro e templos de matrizes africanas, que de uma forma ou de outra aglutinam a população que transitam nesses dois campos da religiosidade cururupuense. Gustavo Soldati Reis, ao discutir sobre o universo religioso no estado do Pará diz que o santo é aquele que não perde nada do que recebeu (REIS, 2016, p. 14). Centra-se aqui o ponto de discussão que dá sustentáculo para a convivência desses ethos. O santo assume aqui a entidade que não escolhe qual a origem da devoção, é eminente lembrar que o viés pelo qual os pedidos, as orações às rezas as pungas ao santo não se perdem, uma vez que esta distinção é feita pelo convívio social aos quais esses sujeitos estão inseridos.

Neste sentido, o bairro de São Benedito ao receber eventos religiosos, caminha entre tambores africanos e orações cristãs numa relação de troca. De um lado, um festejo de matriz católica que se entrelaça com adeptos que em suas práticas tentam demonstrar o catolicismo como sistema imutável (POMPA, 2003, p. 22), bifurcando o comportamento de outros adeptos que não vêm distinção entre esses dois universos. É nas ruas e praças de São Benedito que se configura o conceito de fé para quem é de santo, mas com ligações no dinamismo do festejo, que muito antes de assumir sua posição católica, perpassa pela acolhida dos eventos profanos.

Não é de se estranhar que esses devotos em sua maioria, antes mesmo de participarem de atividades que aos olhos de muitos desconstruía a imagem idealizada do bom devoto, participam religiosamente dos cultos de matriz católica, demonstrando como os festejos se entrelaçam de maneira harmoniosa, entre o tempo dos rituais nas missas e o soar de tambores e vozes dos coureiros.

Os tambores que ecoam em homenagem ao santo cozinheiro traduzem ao mesmo tempo uma troca nesses espaços de manifestações religiosas e culturais, mas



também a permanência de uma cultura ancestral que veio com os negros escravizados para esta terra. Isto evidencia que a “associação entre sagrado e profano dentro da cultura negra, permitiu que esses trasladados e seus descendentes cultivassem não só uma cultura musical, mas também uma permanência religiosa de sua terra” (CUTRIM, 2016, p. 264). Esta conservação religiosa vivificada no espaço onde acontece esse entrecruzamento devocional configura as festas e festejos do município de Cururupu como lugar de pluralidade cultural, bem como um aglomerado de personagens que bebem nas tradições do profano e do sagrado.

É na figura dos devotos, sendo eles: católicos, coureiros e mineiros que se configura este espaço, o que Mircea Eliade (1992) chama de revelação do espaço sagrado o que demonstra a personificação do elemento homem como construtor de ethos, a partir da relação que adquire com o meio ao qual desenvolve sua devoção e consequentemente expressa sua fé.

Há humildade privilégios de almas puras, que os anjos cultivam nesta val/ quero te-lá como tu bem a tiveste/ sendo meu fanal.

(Refrão)

Vê teus filhos na tormenta desta vida/ Benedito lá no seu trono de luz/ roga a Deus uma benção bem fecunda /ao país da santa cruz.

Deus altíssimo no céu te resplandece/ povo humilde nesta terra te bendiz/ manifesta-se em cantos de louvor gente bem feliz.

(Refrão)

Glorifico nesta hora e para sempre o teu nome excesso em cada geração/manso e puro como tu São Benedito/quero ser cristão.

(Refrão)

Tu que vives lá perto de nosso Deus /ensina-nos a praticar o amor/para que também conquistemos os céus com todo ardor.

(Refrão)

Fortifica-nos em nossa caminhada para um reino de verdade e paz confiantes esperamos tua ajuda/ que tudo nos faz.

As estrofes acima fazem parte do hino a São Bendito, que todas as noites ao final da missa são executadas por uma multidão. A utilização do hino é para demonstrar a relação dinâmica desses sujeitos na convivência entre o templo/igreja e os templos/terreiros personificando mundos aparentemente diferentes, mais muito

próximos, por conta dos atores que frequentam os espaços, não fazendo relação de diferenças. Neste sentido, o que significaria para o devoto esta relação, parto da ideia da primeira estrofe que evidencia a busca do homem comum em seguir os passos da imagem santificada, numa demonstração de confiança. Mesmo com os erros almeja seguir na mesma direção. Dialogando com o refrão infere-se acerca do desejo de qualquer devoto, em receber bênçãos não importando qual liturgia pratica.

Nesta perspectiva, a tradição segue seu percurso, agora num outro momento que para muitos devotos é a completude do ato religioso, participantes podem demonstrar sua gratidão e devoção utilizando todo o corpo.

#### Refrão

Beleza que beleza tambor de São Bendito beleza.

Coureira passou rastando na pungada do tambor/ coureira ficou de olho que lá vem bom dançador.

Glorioso São Benedito sua parrelha de tambor/ coureiro ficou de olho que lá vem bom tocador.

Ó tocador de frente, toca fogo no tambor/coureiro ficou animado que lá vem bom cantador.

Quem canta pra Benedito/ canta um pouquinho mais/ vim agradecer de perto a graça que ele nos faz. (PULIDO, 2016)<sup>13</sup>.

Fica evidente nas rimas acima o papel conciliador que é festejo para o devoto, é nas rimas que criam momentos que traduzem todo desejo e gratidão em participar das festividades e principalmente por externar sua fé de várias maneiras, perpassando por um momento mais protocolar e outro de cunho mais informal. Como não evidenciar neste texto outro elemento constituinte das proclamações ritualísticas do bairro que durante anos fora um ponto de encontro para moradores cururupuenses de modo geral.

O navio apitou<sup>14</sup>

Eu estou na proa

Muitas caravelas

Em cima da croa. (bis)

---

<sup>13</sup> Cantador de tambor de crioula do município de Cururupu, residente no Bairro de Fátima.

<sup>14</sup> Doutrina executada nos toques de tambor de Mina, à família das Caravelas, o terreiro de Izabel Mineira era em formato de barco, e o nome era Pingo d água.

Rainha Rosa

Pra que mandou me chamar (bis)

Só ela mesma é quem pode

Com o rolo grande do mar (bis)<sup>15</sup>.

Claramente se percebe no fragmento acima, tratar-se de uma doutrina dos cultos de matriz africana. A estrofe tem por objetivo vivificar, a memória da personagem que deu luz ao texto, que sabiamente convivia com as três manifestações, era na figura de Izabel Mineira que os moradores viam no bairro de São Benedito a pluralidade de olhares: de um lado uma sacerdotisa que fartamente agregava elementos dos cultos católicos em sua casa, de outro, um templo que mesclam sagrado e profano no desenvolvimento da novena beneditina.

### **REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES, E OS USOS DE MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE ENSINO JOÃO MARQUES MIRANDA CURURUPU-MA.**

O Centro de Ensino João Marques Miranda, escola da rede estadual de ensino localizado a Rua General Osório, s/n bairro de São Benedito Cururupu-MA, a instituição trabalha com a modalidade EJA. O João Marques Miranda é circundado por terreiros 11 (onze) de religião de matriz africana, templos que desenvolvem atividades litúrgicas durante o ano todo o que possibilita uma convivência desses ethos, num relação de trânsito que sujeitos fazem nas instituições. No tocante as atividades pedagógicas centram-se na ideia das representações de identidades, por conta da própria etnografia ao qual está inserida. Vincula-se a isto, como as memórias do imaginário simbólico de comunidade escolar e representantes religiosos poderiam contribuir para o ensino de História, na tentativa de dar ressignificação a esses sujeitos e suas práticas, para tanto, a contribuição que a memória local poderia contribuir se firma na utilização da Lei 10.639/2003 que orienta as escolas a ensinarem História da África e Cultura Afro-brasileira, como forma de evidenciar as contribuições que os povos africanos deram para a formação do Brasil.

Essas representações muito embora desconhecidas por muitos que frequentam a escola, seria de fundamental importância para que adeptos das diversas religiões que

---

<sup>15</sup> Doutrina de Rainha Rosa, mãe de Rosinha encantado que recebia Mãe Izabel, esta desce na Bancada de Princesas e Tobossas.

convivem no espaço escolar pudessem dialogar em pé de igualdade, contribuindo para que adeptos de cultos africanos professassem sua fé na escola, reafirmando sua identidade e consolidando o que versa a Lei 10.639/2003. Para isto, é necessário que escola e representações religiosas se aproximem em contextos reais abandonando a velha prática do distanciamento que se arrasta por anos, isto por conta de um ensino pautado na discriminação, com uma desenvoltura que privilegia uma manifestação em detrimento da outra, essas memórias aqui reverberadas, contribuiriam para a permanência do dinamismo dos festejos, uma vez que a convivência dessas manifestações é diária e incorporam ensino e aprendizagem aos membros da comunidade, espera-se com isto, manter uma harmonia entre as festas e os festejos alojados no bairro.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evidência da riqueza de fatores que se entrelaçam na cidade de Cururupu nestes manifestos da religiosidade cristão/católica e afro-brasileira, comum aos mais variados eventos em que a fé assume seu papel de conciliador nas práticas ancestrais, externa que o bairro de São Benedito é sim, este local onde, este entrelaçamento cultural acontece, seja numa concepção sagrada ou profana ou mesmo na mesclagem desses dois universos, que dinamizam este bairro num processo de reatualização das crenças, num processo contínuo de motivações, apegos, ações e, sobretudo de doação a esses universos.

Este sentimento de pertencimento, a que esses indivíduos se inserem, demonstra a clara compreensão observada nas rimas de tambor de crioula, onde todos os elementos que constituem a tradição são merecidamente invocados nos cantos que animam as rodas e selam esse encontro tácito do santo com seus devotos. Não obstante, os cantos executados em missas e procissões expressam a vida cotidiana dos devotos, entrelaçados com os prodígios do santo na terra e suas maravilhas no céu. É na interpretação dos versos que o homem comum confirma sua familiaridade com o sagrado.

Cantando hinos católicos, toadas de tambor de crioula, doutrinas para vodum, que este artigo se propôs a dialogar com esses elementos que fazem do bairro de São Benedito um espaço de negociação, com suas peculiaridades e seus entrelaçamentos culturais, artísticos e religiosos, numa simbiose que traduz uma multiculturalidade presente nas ruas e praças. É fácil concordar que as atividades católicas não convivem

sem a marcação alegre e festiva do tambor de crioula, assim como também não se desgarra da ação social que são os terreiros de mina.

É na convivência dessas manifestações que se confirma Cururupu como terra de festas e festejos, e o bairro de São Benedito como espaço que agrega sagrado e profano. Na homogeneização dos elementos que circundam os festejos ali praticados fazendo do bairro um local onde o cotidiano vive nas práticas festivas e, sobretudo, da circularidade que é a fé do devoto na contribuição que direciona esses três festejos, que, de forma cultural, democratiza a identidade e protagonizam uma singularidade do bairro de São Benedito.

## REFERÊNCIAS:

CUTRIM, Laiana Lindozo Barros. “VAMOS DAR UM BAILE NO SALÃO DA BARONESA”: as representações femininas na dança do Cacuriá em São Luis-MA. In: SILVA, Tatiana Raquel Reis; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; DAMASCENO, Pyetra Cutrim Lins. **Diálogos monográficos /histórias do Maranhão**: do oitocentos ao tempo presente. São Luís: EDUEMA, 2016.

ELIADE, Mírcea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Ed Martins Fontes, 1992.

FERRETI, Sergio Figueiredo. **Querebentã de Zomadônu**: etnografia das Casas das Minas. 2º Ed São Luís: EDUFMA, 1996.

FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha; LIMA, Zelinda Machado de Castro e (Orgs.). **Perfis de cultura popular**: mestres, pesquisadores e incentivadores da cultura popular maranhense. São Luís: CMF, 2015.

MUNANGA, Kabenguelê. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - MEC, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**. V. 25, Nº. 3, P. 421 461, 2003.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: Ed. Edusc, 2003.

REIS, Gustavo Soldati. **EVANGÉLICOS NA AMAZÔNIA PARAENSE**: Identidade entre as representações da palavra escrita e imaginada. Texto apresentado no II Simpósio Internacional da ABHR, (Associação Brasileira de Histórias das Religiões), UFSC em julho de 2016.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. HISTÓRIA E CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O RACISMO E SEUS DERIVADOS. In: MUNANGA, Kabenguelê. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A DESCONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO LIVRO DIDÁTICO. In: MUNANGA, Kabenguelê. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC, 2005.

## **“KIZOMBA FESTA DA RAÇA:” 30 ANOS DO ENREDO MANIFESTO, HISTÓRIA E LITERATURA E A REFUNDAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO NA DÉCADA DE 80**

*Jêibel Márcio Pires Carvalho* \*

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é discutir, as reverberações que o samba enredo “Kizomba, festa da raça”, contribui para a reafirmação do povo negro, poesia igualmente intensa, ativamente transgressora, buscou desconstruir um dos mais caros mitos da história oficial brasileira, aquela que atribui à generosidade da princesa Isabel todo o crédito e veneração pelo fim da escravidão, transcritos nos livros didáticos. A mensagem transmite através dos versos que envolvem História e Literatura em referência a líderes negros no combate a discriminação, inscreve-se em uma narrativa bem mais ampla de resistência. Passados trinta anos do enredo manifesto, o que constituiu uma oportunidade para refletir sobre o processo de integração do negro na sociedade e sobre os efeitos das experiências históricas no presente. Sendo inegáveis as reverberações que o ano de 1988 trouxe, sendo crucial para a refundação do movimento negro na década de 80.

---

\* Graduado em Letras Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UEMA) – Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Maranhão.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Movimento Negro; Literatura.

*Valeu Zumbi  
O grito forte dos Palmares  
Que correu terras, céus e mares  
Influenciando a Abolição.*

*Zumbi valeu  
Hoje a Vila é Kizomba  
É batuque, canto e dança.*

*Jongo e Maracatu  
Vem menininha, pra dançar o Caxambu (bis)*

*Ô ô nega mina  
Anastácia não se deixou escravizar  
Ô ô Clementina  
O pagode é o partido popular*

*Sacerdote ergue a taça  
Convocando toda a massa  
Nesse evento que com graça  
Gente de todas as raças  
Numa mesma emoção*

*Esta Kizomba é nossa constituição*

*Que magia  
Reza ageum e Orixá  
Tem a força da Cultura  
Tem a arte e a bravura  
E um bom jogo de cintura*

*Faz valer seus ideais  
E a beleza pura dos seus rituais*

*Vem a Lua de Luanda  
Para iluminar a rua  
Nossa sede é nossa sede*

*De que o Apartheid se destrua.*

*(Rodolpho de Souza, Jonas Rodrigues e Luís Carlos da Vila, 1988.*

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil, a Unidos de Vila Isabel<sup>1</sup> levantou a Sapucaí com o samba enredo “Kizomba, festa da raça”. A composição de Rodolpho de Souza, Jonas Rodrigues e Luís Carlos da Vila, encantou a todos, numa simbiose de reafirmação e pertencimento a cultura negra, sendo decisiva para o título da escola, tornando-se, “instantaneamente, um clássico do carnaval brasileiro” (SOUZA, 2013, p. 1).

Samba-enredo marcado por um ritmo forte, harmônico, cadenciado, envolvente e convidativo, bem próximo das batidas dos atabaques, xerequês e agogôs de terreiros de candomblés, mina, umbanda e tantas outras manifestações da ancestralidade africana em terras brasileiras, a música trazia uma poesia igualmente intensa, (SOUZA, 2013, p. 1) ativamente transgressora, viva, harmoniosa, latente e, sobretudo festiva à comunidade negra.

[...] posto que buscou desconstruir um dos mais caros mitos da história oficial brasileira, marcadamente ideologizada; aquele que atribui à generosidade da princesa Isabel todo o crédito e veneração pelo fim da escravidão no Brasil acentuadamente transcritos nos livros didáticos escolares, e secularmente transferidos para os currículos e propagada pelas escolas do país (REZENDE, 2017, p. 155).

A referência ao samba enredo não é destituída de relações com o que se discute aqui neste trabalho. A mensagem que se tenta transmitir à população brasileira, através

---

<sup>2</sup> Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Isabel é uma das mais tradicionais escolas de samba da cidade Rio de Janeiro. Atualmente está sediada no Boulevard 28 de setembro, no bairro Vila Isabel. Foi campeã do Grupo Especial do Carnaval em 1988, 2006 e 2013.



de estrofes e versos envolventes, inscreve-se em uma narrativa bem mais ampla de lutas, formas de resistência e tentativas de valorização do legado e do patrimônio cultural afro-brasileiro neste país. Aliás, seria necessário recordar ainda que estávamos aqui no ano de 1988, próximos da comemoração do centenário da abolição da escravatura, o que constituiu uma oportunidade ímpar para refletir sobre o processo de integração do negro na sociedade brasileira e sobre os efeitos das experiências históricas sobre o presente.

Com efeito, a análise mais detalhada desse enredo permite por o manifesto uma dentre outras formas de comunicar à sociedade brasileira sobre a importância da cultura e da identidade negra em nosso país. Isto é, o que entra em questão a partir de então são as estratégias adotadas para “evidenciar as inúmeras contribuições para a formação da nação brasileira, com seus valores e patrimônios culturais comuns a todos os grupos” (SANTOS, 2010, p. 35).

Lembramos que são inegáveis as reverberações que o ano de “1988 trouxe, [...] sendo crucial para a refundação do movimento negro” (RIOS, 2012, p. 44). Em boa medida, a ocasião foi tomada como oportunidade para operar uma crítica às narrativas consagradas sobre a nação e, particularmente, para demarcar um processo de reflexão coletiva sobre o que efetivamente deveria ser comemorado. Por essa razão, o Movimento Negro organizou nesse ano a marcha contra o racismo e a farsa da abolição, manifestação que ocorreu no Rio de Janeiro no dia 11 de Maio de 1988, centro da capital carioca.

O centenário da Abolição em 1988 entrou para a história do movimento negro como o segundo marco nacional da luta antirracista contemporânea. Ao contrário da fundação do MNU, a onda de manifestações que questionou a data comemorativa de 13 de Maio possuiu maior alcance, seja porque se tratava de momento simbólico para a nação, seja porque foi realizada nas proximidades da campanha pela reforma constitucional. Não era para menos: tratava-se de uma oportunidade política francamente aberta para a consolidação do movimento negro na cena política nacional (RIOS, 2012, p. 51).

Neste sentido, evidenciamos que naquele momento algumas inquietações surgem se agregando as já formatadas desde a abolição, convém lembrar a importância do movimento negro neste andamento, em suscitar questões atinentes à população negra do país, para tanto:

Quando falamos em movimento negro nos referimos a coletivos de pessoas que se sentem comprometidos e se organizam, nas várias partes do mundo onde se deu a diáspora africana: nas Américas, na Ásia, na Europa, na Oceania e na própria África (na diáspora interna), para lutar e criar uma nova situação de poder em que os/as negros/as

sejam reconhecidos/as e respeitados/as como portadores de uma tradição própria, com seus próprios valores civilizatórios, herdados dos seus antepassados. E que sejam incluídos não somente na base produtiva dessas sociedades, mas também na condição de dirigentes do desenvolvimento social, político, econômico e cultural em seus países (OLIVEIRA, 2016, p. 9).

Muito ainda se discute a repercussão que a marcha contra o racismo contribuiu para suscitar algumas conformações, trazendo à sociedade tanto os descasos que negros sofreram na escravidão como a negação do estado brasileiro, nos contributos a que tiveram na construção do país. Realçamos que, outros movimentos aconteceram no Brasil, sucessivas manifestações voltadas para o pertencimento e ressignificação do negro; eventos que abraçariam em largas proporções, as causas voltadas as condições as quais viviam sobretudo a falta de políticas públicas voltada a causa negra, que cooperassem com sua reafirmação como ator no processo de construção.

Nesta busca, em tentar dar outra conotação ao mapa no qual se encontrava o Brasil naquela época e conseqüentemente reconfigurar os novos conceitos no qual o país assumiria a partir da década de 80 em vários aspectos: políticos, culturais e sociais, vale mencionar, a que teve intensa participação popular na elaboração do texto, porque quem quis, e se manifestou, e foi acolhido, com suas sugestões na elaboração das normas que conduziriam o país. “Os brasileiros de 30 anos atrás puderam construir com a participação, senão de todos, mas de uma maioria expressiva da população brasileira, sobretudo a participação marcante da militância negra nos anos 80” (GOMES, 2010, p. 5) a chamada Constituição Cidadã. Carta que traria a concepção de repensar o país como uma nação de iguais, e conseqüentemente propor direitos às classes até então vilipendiado:

É na década de 80, no século XX, durante o processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas reivindicações e denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem um caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissivo diante da centralidade da raça na formação do país (GOMES, 2010, p. 2-3).

É aquiescência da década de 1980, que as grandes discussões no que concerne a redemocratização do país que surgem debates voltados para a condição do negro, há uma incursão nas problematizações das questões raciais existentes no Brasil, suas consequências à população negra, o movimento negro de certa forma abandona sua militância mais artística e assume uma visão mais intelectualizada, participando de reivindicações com o propósito de sentar-se à mesa das discussões, objetivando apresentar propostas que solucionassem as questões as quais eram submetidos. Com isto a retomada das campanhas contra o racismo, e de um movimento que pudesse assumir a participação como protagonista na formação do país, exigindo o “reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma imagem positiva” (ÁVILA, 2010, p. 20).

Nilma Lino Gomes (2011) no trabalho denominado “*Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas*”, menciona acerca da participação do Movimento Negro nas discussões das propostas, mais reitera que a:

CF/88 [...] não incluíram, de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação. Os debates em torno da questão racial realizados entre o Movimento Negro e os parlamentares revelam um processo de esvaziamento do conteúdo político das reivindicações (RODRIGUES apud GOMES, 2011, p. 5).

No entanto, “se por um lado apesar das reivindicações do Movimento Negro não houve, um direcionamento para essas questões, mesmo com toda a imersão da militância, nos [...] seguimentos” (OLIVEIRA, 2016, p. 9), essa ação nomeadamente de exclusão, atribuída à população afrodescendente, fortaleceram os Movimentos Sociais na pressão para agilizar políticas de ações afirmativas ao povo negro.

Sete anos após a promulgação da CF/88, e comemoração do centenário da abolição, aproximadamente 30 mil pessoas caminharam nas ruas de Brasília, em rememoração ao tricentenário da morte do herói quilombola (RIOS, 2012, p. 52) pela luta e resistência do líder do Quilombo dos Palmares, negros e negras com faixas e todo baticum peculiar às nações africanas, protestaram por ações afirmativas que beneficiassem a população negra do país e assim:

[...] em 1995, por ocasião das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, os movimentos sociais negros realizaram uma marcha, a Marcha dos 300 anos de Zumbi dos Palmares até Brasília, onde entregaram uma reivindicação por políticas públicas de ações

afirmativas ao então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Nessa comemoração, o presidente fez um discurso no qual, pela primeira vez, o Estado brasileiro reconhecia oficialmente a existência do racismo, mudando o posicionamento até então adotado, sem grandes alterações, desde a década de 1930. No ano seguinte, a luta dos movimentos sociais negros também aparece na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que reafirma a orientação de que os currículos escolares deveriam tratar da participação dos negros e indígenas na formação da sociedade brasileira (BAKKE, 2011, p. 9).

Com frases de efeitos, “*Reaja à violência racial!*”; “*Negro também quer poder!*”; “*Palmares! Zumbi! Assim eu resisti!*”; “*Queremos escola, queremos emprego!*”; “*Zumbi vive, Racismo, não!*” (RIOS, 2012, p. 56), a multidão que movimentou Brasília no Dia 20 de Novembro de 1995, representava uma massa significativa da população brasileira que clamava por justiça social, esta marcha que marcava o início de uma série de mudanças no cenário político. As reivindicações concatenadas priorizam o acesso à educação como forma de colaborar para a ascensão social do negro. A partir da Marcha Zumbi dos Palmares<sup>2</sup> as questões étnico-raciais brasileiras entraram em pauta em diferentes níveis governamentais e sociais (DUARTE, 2008, p. 5).

O objetivo da marcha era apresentar ao governo brasileiro, o reconhecimento das injustiças históricas sofridas por esses brasileiros, principalmente a falta de acesso às políticas afirmativas, bem como, a criação de um núcleo de debates que problematizassem questões atinentes ao negro no país, de posto disto o Presidente Fernando Henrique Cardoso, (1995/2003) criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI População Negra). O movimento havia conseguido influenciar os rumos da luta contra o racismo no país. A data foi fundamental e abriu caminho, para a formulação posterior das políticas de ações afirmativas no Brasil.

Ao que representou a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, achamos importante, explicitar o que em termos gerais são essas ações, para que assim, sejam reverberadas, ações afirmativas:

[...] são medidas que buscam o fim de uma série de desigualdades que foram sendo produzidas, reproduzidas e acumuladas ao longo da história humana, bem como pretendem compensar as inúmeras perdas

---

<sup>2</sup> Marcha organizada pelo Movimento Negro de várias partes do país, o evento aconteceu do dia 20 de novembro de 1995 em Brasília.

provocadas pela exclusão social, discriminação e marginalização, dentre outras ações oriundas do julgamento por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero. Assim, a intenção das ações afirmativas gira em torno da busca por garantir igualdade de oportunidade e tratamento às minorias, funcionando como primeiro passo para a inclusão destes nas esferas sociais das quais não fazem parte (SECAD, MEC/2006).

Sendo assim, a educação formal sempre se constituiu em marco no panorama das reivindicações do Movimento Negro (GOMES, 2010, p. 20), na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, com favorecimento as causas da população negra, em torno desse pensamento, inúmeras ações de mobilização foram realizadas, com a finalidade de aproximar à população negra para as negociações que tratariam de ações que trariam o negro para o centro das decisões:

Ao longo do século XX, a imprensa brasileira foi intensamente utilizada como instrumento de suas campanhas; Setores da Frente Negra Brasileira (FNB) criaram salas de aula de alfabetização para os trabalhadores e trabalhadoras negras em diversas localidades; Destacam-se as experiências do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir do fim da década de 1970 - e seus desdobramentos com a política antirracista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados - das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas (SCARAMAL, 2008, p. 9).

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, que decorrem desde as “manifestações mais reservadas por conta do sistema ditatorial, até as primeiras manifestações de ruas que ganharam bastante notoriedade com a redemocratização do país” (RIOS, 2012, p. 52), as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira (GOMES, 2010, p. 2-3) e valorizar a história e a cultura do povo negro. A partir de 2001, ano em que foi realizada em Durban, na África do Sul, a 3º Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, o Estado brasileiro compromete-se a eliminar o racismo e a discriminação racial no país (ALVES, 2015, p. 4) tornando-se signatário da Declaração e do Plano de Ação resultantes desta conferência. Entre os resultados, a Lei 9.394/96 LBDN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-

Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Diante da publicação da Lei 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Esses debates que iniciou na década de 80, até os dias de hoje ainda é bastante recorrente por conta da carência neste setor, reafirmamos que essas conquistas partiram da atuação do movimento, ainda em situação de clandestinidade no período da escravidão e da precariedade nos primeiros anos, o que fortaleceu a instituição na busca dessas políticas.

Frequente nas discussões, as relações étnico-raciais são aquelas criadas por sujeitos de diferentes grupos, partindo de ideias, conceitos (BARBOSA, 2002) e informações sobre as diferenças raciais, percebendo suas semelhanças, criando, desta forma, um sentimento de pertencimento racial.

No Brasil a presença de várias etnias, que contribuíram para a formação do povo brasileiro e variedade cultural, isto por conta do emaranhado de crenças, como articular este sentimento frente às questões étnico-raciais e os contributos oriundos das populações negras? Para tanto, se faz importante destacar que no processo de escravização, a contribuição que aos olhos da sociedade foi servil aos ditames da elite, não houve, portanto, a participação intelectual negra.

Referindo-se sobre a história e a formação do povo brasileiro, percebe-se que durante vários séculos o Brasil vivenciou um intenso, profundo e violento processo de colonização, que interferiu drasticamente em diversas circunstâncias que determinaram as características de uma sociedade. Assim, a partir da colonização, houve uma imposição de cultura e costumes de maneira determinante, revelando uma inferioridade dos grupos étnicos diferentes do padrão europeu. Isso ocorreu de tal forma que tratou os povos nativos como animais, que mereciam um tratamento desumano, uma mentalidade e ideologia propagada por séculos (VIRGULINO; SILVA; SILVA, 2013, p. 17).

Não obstante, a supremacia intelectual, na qual o Brasil desenvolveu durante o período que antecederam estas discussões, claramente os contributos das “diversas formas de expressão sociocultural da população negra” (ÁVILA, 2010, p. 14) foram

negados historicamente, contribuindo para o empobrecimento e desaparecimento de importantes manifestações de raízes africanas. Com isso, as discussões culminaram em propostas para a implementação de ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme elaboração da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Estas propostas assumiriam o rol de orientações para a implementação das relações étnico-raciais com abrangência em todos os níveis de ensino nas instituições, públicas e particulares do território nacional.

Frente à necessidade da promoção, do respeito mútuo, do respeito ao outro, do reconhecimento das diferenças e da possibilidade de se falar sobre as mesmas sem medo ou preconceito.

A SECAD propunha as escolas que as práticas desenvolvidas, no âmbito da sala de aula, contribuíssem para a socialização, das contribuições da população negra nas esferas políticas, educacionais, culturais, artísticas e religiosas com o propósito de dar visibilidade às culturas africanas transplantadas no Brasil, e que ajudaram a consolidar a cultura afro-brasileira, neste sentido há apontamentos para a formação de professores no combate à discriminação que as populações negras passam no ambiente escolar, atribuímos a isto, uma forma de reconhecer as identidades e o abandono às práticas as datas alusivas, com seu caráter meramente comemorativo, mas com esforços para a valorização dos saberes existentes por conta do que essas datas representam, busca-se com isto “a compreensão e o respeito à diferença para uma educação multicultural”. (ÁVILA, 2010, p. 13) sendo estas condutas indispensáveis.

Ao que reverbera o CNE, acerca do reconhecimento a cultura e História negra no Brasil, mencionamos uma gama considerável de indivíduos com posturas de desqualificar negros por conta dos traços fenotípicos africanos, no tocante ao enfrentamento destes casos, a situação se explica pelo “silenciamento” (GOMES, 2010, p. 20) sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares.

Este encorajamento para criação de condições que protagonizem o negro no espaço escolar, com o enfrentamento e aquisição de conhecimentos, só será possível, mediante uma mudança de postura no que diz respeito à imersão de fato nos conteúdos que versem para as relações étnico-raciais. Reflitamos, por um momento, no que aprendemos sobre a “África, (OLIVA, 2003, p. 421) a cultura de matriz afro-brasileira e negros/as na escola”. Além da escravidão, quase nada a não ser que o/a leitor/a tenha tido a felicidade de encontrar um ou uma docente com preparo, pois se nas escolas

prevalece à presença de materiais didáticos que excluem e inferiorizam a cultura afro-brasileira, fora dela à situação é praticamente a mesma.

A sanção das diretrizes significa uma mudança, não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população (GOMES, 2010, p. 20), de modo a perceber que a diversidade não está nos livros didáticos, mas sim nos alunos e nas suas maneiras de se comportar diante da sociedade. Já faz alguns anos que se fala da importância da Educação brasileira incorporar temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, esse foi, justamente, o objetivo da **Lei 10.639/03**. *Essa revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente* sugere que (GOMES, 2008, p. 72), “*poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e à miséria*”. Em outras palavras:

A sociedade se beneficiaria em muitos sentidos: tanto pedagógicos, no tocante a uma visão mais afirmativa da diversidade étnico-racial, quanto políticos, na problematização das relações de poder que marcam os diferentes segmentos da população (GOMES, 2008, p. 72).

Espera-se, que ao longo dos anos, o caráter emergencial dessa medida de ação afirmativa dê lugar ao seu total enraizamento enquanto lei nacional, a ponto de passar a fazer parte do imaginário pedagógico e da política educacional brasileira, e não mais ser vista como uma legislação específica. Nesse caso, entendida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 10.639/03 poderá garantir aquilo que os defensores das ações afirmativas pleiteiam, ou melhor, que as políticas universais brasileiras incluam e garantam, de forma explícita, o direito à diferença (GOMES, 2010, p. 21).

Sabe-se que embora as desigualdades raciais não se iniciem na escola, nela encontra um terreno fértil para se reproduzir. É na escola, enquanto lócus do saber formal, que as crianças e adolescentes das classes populares passam a maior parte do tempo-aprendendo toda a historiografia oficial que ressalta a figura do herói, bom, belo e europeu em detrimento do patrimônio cultural de outros povos, especialmente do povo negro. E esse modelo influencia fortemente na construção da identidade desses alunos, causando distorções imensas na sua formação, e comprometendo as relações estabelecidas socialmente (FRANCO, 2008, p. 51).

A escola tem uma responsabilidade imensa na discussão sobre educação e diversidade étnico-cultural, pois sua função social é partilhar o conhecimento



acumulado pela humanidade com os seus alunos e isso significa partilhar o conhecimento produzido pelos diversos povos que entraram na formação do povo brasileiro (FRANCO, 2008, p. 86). A Lei 10.639/03 representa uma importante ferramenta nas questões que envolvem as discussões para a inclusão das ações voltadas para a implementação das políticas para trabalhar as relações étnico-raciais nas escolas, contribuindo para que a sociedade e, sobretudo as instituições de ensino venham:

[...] reconhecer a existência do afrodescendente, seus ancestrais (africanos), sua trajetória na educação brasileira, na condição de sujeitos e na construção da cultura e da sociedade. A alteração da LDB representou um ganho legal e político, agora, é preciso que ele se reflita no âmbito do ensino e da aprendizagem para que se tenha um resultado eficaz nos campos societário e educativo (ÁVILA, 2010, p. 10).

Este reconhecimento, muito embora tardiamente elencado, em se tratando de políticas públicas das causas negras, vem como um ajustamento de condutas as populações inferiorizadas no cenário sociocultural, se inserindo no debate o currículo. Cabe ressaltar que:

[...] para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade, queremos construir daqui para frente (CNE/CP, 2004, p. 14).

Ao propor leis que repensem a situação das populações que contribuíram para a construção da sociedade brasileira, o governo não apenas cumpriu o seu papel, como abriu espaços de debates para a construção de uma autoestima focada na ressignificação desses grupos, no tocante a preservação e manutenção de suas raízes:

Espera-se que, ao longo dos anos, o caráter emergencial dessa medida de ação afirmativa dê lugar ao seu total enraizamento enquanto lei nacional, a ponto de passar a fazer parte do imaginário pedagógico e da política educacional brasileira, e não mais ser vista como uma legislação específica (GOMES, 2010, p. 21).

O reconhecimento da cultura desses povos na sociedade necessita ser valorizada, sem necessariamente passar por situações de obrigatoriedade, em que se observa a falta de pertencimento por uma boa parcela dos envolvidos, pois é de fundamental importância que as instituições trabalhem cuidadosamente no ambiente escolar, essas relações incorporando, por fim essas atividades na prática curricular e naturalizando os aspectos culturais desses povos.

Retomo ao que foi o enredo manifesto neste processo de ressignificação do negro, para muitos as representações identitárias alojadas no desfile da Vila Isabel, fez ressurgir os laços com o continente africano, evidenciando a riqueza da cultura negra, não obstante, não foi difícil para o movimento negro de refazer a partir das comemorações, tinha-se em mão um coro afinado não só com a melodia mais também com o conjunto de elementos que coloriram o desfile.

Este percurso ao ano de 1988 e ao enredo manifesto, fez com que se percebam as mudanças ocorridas desde 1988 até hoje, como a partir do centenário da abolição, o movimento negro assumiu um posicionamento mais estratégico o de incorporar a sociedade o negro. Esse processo de refundação muito embora ainda esteja acontecendo, deve-se as enormes contribuições que as músicas da década de 80 ajudaram na contribuição da afirmação da identidade negra, composições como o enredo manifesto da Vila Isabel, Banda Reflexu's<sup>3</sup>, Banda Beijo<sup>4</sup>, que em suas composições convidavam a população negra a rever a verdadeira história de sua ancestralidade, no tocante ao enredo manifesto vimos o colorido da África inundando as ruas do Rio de Janeiro, levando o negro a conhecer elementos das nações africanas.

É inegável que neste processo para que chegássemos a Lei que torna obrigatório o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, as discussões dos anos 80 foram importantes para a construção dessas políticas, na aquiescência dos debates, muitos grupos de movimento negro surgiram pelo Brasil, a exemplo do município de Cururupu, que inicia esses debates contribuindo na refundação do MN, agora com uma posição mais intelectualizada e participativa nas políticas contribuindo para a afirmação do movimento negro como entidade que privilegia as causas negras. Esta refundação é hoje o reflexo de uma população negra imponderada de suas raízes.

## **REFERÊNCIAS:**

ÁVILA, Irene Aparecida. **Questões étnico-raciais e a Educação: um currículo multicultural que reconstrua práticas pedagógicas centradas na diferença e na justiça social.** 2010. 167f.

Dissertação - (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

---

<sup>3</sup> A Banda Reflexu's é uma banda brasileira de samba-reggae, formada em Salvador na Bahia em 1986. Uma das primeiras bandas de axé a conquistarem espaço no eixo Rio-São Paulo, a Banda Reflexu's tem um trabalho musical voltado à valorização da história e cultura afro-brasileira.

<sup>4</sup> Banda Beijo foi uma banda baiana de axé music do Brasil. Teve sua origem no Bloco Beijo e foi formada em 1988.

BAKKER, Rachel Rua Baptiste. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639.** 2011. 222f. Tese. (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Secad /MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História.

DICIONÁRIO INFORMAL, Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br>> acesso em 08 de abril de 2018.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças. **Educação e diversidade étnico-cultural: concepções elaboradas por estudantes no âmbito da Escola Municipal Helena Magalhães.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

GOMES, Nilma Lino, Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, Ana Paula (Org.). **Modos de fazer: cadernos de atividades, saberes e fazeres.** Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. cap.1, p. 19-26.

VILA, Martinho da. Festa da Raça. Rio de Janeiro. 1 LP.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES 1995- GELEDÉS. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>> em: 29 de abr. 2018.

MEDEIROS, Meiriele de Sousa. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: uma análise da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no ensino fundamental II da U.I.M. "Hélio de Sousa Queiroz", em Caxias.** 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em História Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**, ano, 25, n. 3, pp. 421-461. 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras**. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). São Paulo: Revista História Hoje, 2009.

OLIVEIRA, Luís Cláudio; MIRANDA, Janira Sodré; SANTOS, Roseane Ramos Silva dos. **Educação para as relações etnicorraciais**: Brasília: CNTE, 2016.

REZENDE, Rafael Otávio Dias: **O negro nas narrativas das escolas de samba cariocas**: um estudo de Kizomba (1988), Orfeu (1998), Candaces (2007) e Angola (2012). 2017. 195f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

RIOS, Flávia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo** (1978-2010). 85: 14-79. São Paulo: Lua Nova, 2012.

SANTANA, Jardelina Garcia: **A formação da identidade étnico-racial na perspectiva da Lei 10.639/03 nas escolas municipais de Amargosa-BA**. 2016. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de professores e religiões africanas**: um diálogo necessário. 2º Ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

SOUZA, Rodolpho de; RODRIGUES, Jonas; VILA, Luís Carlos da. Festa da Raça Brasileira. In: VILA, Martinho. **Festa da Raça Brasileira**. Rio de Janeiro: Discos CBS, Columbia Broadcasting System, 1988. LP. Faixa 6.

## **O SER QUÂNTICO-HOLÍSTICO: UMA PROPOSTA DE REINTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E FILOSOFIA**

**João Pedro da Silva Moraes<sup>1</sup>**

**Resumo:** O processo de desagregação do conhecimento na concepção holística, acompanha a de *mythos*<sup>2</sup>-*logos* no contexto do século IX – V (na Grécia Clássica), quando se dá, a transferência do sistema silábico de escrita para o alfabético (importado dos fenícios), levando o acesso à leitura a um número bem maior de pessoas. Com efeito, não significou uma popularização da escrita, mas sua difusão foi aos poucos transformando uma extremamente baseada nos mitos (e na tradição oral) para uma que encontra no discurso escrito, a corporificação do pensamento filosófico. Se na Idade Média não foi enxergada uma grande pulverização do conhecimento, por conta da Teologia, a Idade Moderna, sobretudo, após a revolução científica, acentua a segmentação do saber, que chegará ao auge no século XIX, com os cientificismos. Entretanto, os debates sobre a necessidade de interdisciplinaridade, no início do século XX, e as discussões sobre holismo, encabeçada pelas ciências humanas e a física quântica, no final do século XX e início do XXI, fizeram emergir uma questão importante: o conhecimento em sua plena potência, dá-se de forma integrado, holístico.

**Palavras-chave:** Holístico, Escrita, *Mythos*, *Logos*.

### **O ser quântico-holístico: Uma proposta de reintegração do conhecimento através da relação entre História, Literatura e Filosofia.**

A relação entre Filosofia, Literatura e História e o processo de desagregação, na concepção holística, acompanha a de *mythos*<sup>3</sup>-*logos* no contexto do século IX – V quando se dá a transferência e consolidação do sistema silábico de escrita para o alfabético (importado dos fenícios), levando o acesso à leitura pela simplificação do

---

<sup>1</sup> Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. [Z1joapedro@hotmail.com](mailto:Z1joapedro@hotmail.com)

<sup>2</sup> Pensada aqui como “Mito”. Contudo, na Grécia clássica possuía inúmeros significados, tais como : discurso, mensagem, relato, invenção, entre outros.

sistema composto por vogais e consoantes, a um número bem maior de pessoas que aqueles compostos, quase exclusivamente, pelos que se ocupavam de sua função - os escribas –, e o surgimento da episteme. É claro que não significou uma popularização da escrita e do acesso à leitura, mas sua difusão (pela facilitação que sofreu) foi aos poucos transformando uma sociedade extremamente baseada nas narrativas míticas (que tem como instrumento vital a tradição oral) para uma que encontra no discurso escrito uma corporificação do pensamento, e mais tarde, do pensamento filosófico<sup>4</sup>. Segundo Rodolfo Pais Nunes Lopes (2014):

De acordo com esta tese, que abarca não só a filosofia, como também todas as áreas do saber, a civilização grega, especificamente entre os séculos VI e IV a.C., operou uma verdadeira revolução no que respeita ao modelo geral de entendimento do real. Um tanto abruptamente, “as crenças pueris” em narrativas cosmogônicas protagonizadas por deuses deram lugar a explicações racionais que regiam e determinavam a estrutura do real; passaram do ‘mythos ao logos’ [...] Assim, mythos-logos são concebidas como duas dimensões da intelectualidade humana perfeitamente opostas e incompatíveis. O primeiro diz respeito à modalidade pictórica e simbólica, totalmente desprovida de rigor analítico e racionalidade, enquanto que o segundo será o inverso. A constituição do que entendemos por filosofia (tendo em conta o cânone ocidental) depende por inteiramente desta superação que, assim, constitui o seu primeiro passo decisivo. É verdade esta concepção, sobretudo no que respeita ao preconceito antropológico em que assenta, tem sido alvo de duras críticas que expõem com suficiente clareza as suas fragilidades teóricas; mas também não é menos verdade que, nas suas linhas gerais, ela continua a ser seguida, ainda que tacitamente, por uma quantidade considerável de estudiosos de todas as criações humanas em geral (LOPES, 2014, p. 26 – 27).

Sobre esse processo também afirma Nicolau Sevcenko (2005)<sup>5</sup>

Agora o pensamento adquire autonomia e formula a narrativa segundo as convenções de uma estética afinada com uma hierarquia de valores, que corresponde a um sistema social e político instituído e vertical. Nessa nova situação, o mito continua existindo, mas sua existência está vinculada à representação literária.

---

<sup>4</sup>Como via de demarcação espaço-temporal, há um consenso entre os estudiosos do tema que o início da racionalidade ocidental ou da filosofia teria sido inaugurado por Tales de Mileto no século VI a.C. Ver LOPES, Rodolfo P. N. *A tensão Mythos-Logos em Platão*. Universidade de Coimbra. 2014.

<sup>5</sup>Em prefácio à edição brasileira de Brunel (2005, p. XXIII).

Vernant data o início desse processo tomando como base, as ideias dos milésios. Para ele é no princípio do século VI, na Mileto jônica, que homens como Tales, Anaxímenes e Anaximandro inauguraram um novo modo de reflexão com base na natureza (*physis*), livre de toda imagem “dramática” das teogonias e cosmogonias antigas.

Com os milésios, pela primeira vez, a origem e a ordem do mundo tomam forma de um problema explicitamente colocado a que se deve dar uma resposta em mistério, ao nível da inteligência humana, suscetível a ser exposta e debatida publicamente, diante do conjunto de cidadãos, como as outras questões da vida corrente. (VERNANT, 2002, p.144)

É claro que esse processo não resultou em uma transição revolucionária da tradição oral para o texto escrito e nem do completo abandono do saber mítico em razão desse novo *logos* que estava sendo engendrado, pelo menos até a época de Platão, mas essa transição resultou em uma crescente valorização do sistema escrito que como consequência foi afastando cada vez mais os gregos, do contexto de total domínio da oralidade (caracterizada em épocas anteriores), período em que Sócrates caracteriza como declínio do mito. Em sociedades onde a escrita ainda não é sistemática e de uso relevante, a tradição oral encontra ares (narradores e ouvintes) para difundir suas narrativas<sup>6</sup>. Esses *mythos* encontram nos ouvintes um processo de interpretação simbólica e subjetiva que quando são materializados no texto escrito, não existem. Ao adquirir corpo textual eles se encerram numa estrutura fechada que se opõe àquela aberta e volátil do registro oral, resultando numa exposição à crítica e a diversidade de opiniões e questionamentos, não mais a autoria é atribuída ao divino, a voz divina das musas, como nos poemas homéricos, mas a um autor cujo sua existência e produção são claramente verificáveis no tempo e espaço.

Esse contínuo desenvolvimento da escrita trouxe consigo necessidades antes não encontradas na relação do indivíduo com o mito. O *logos* se põe contrário ao mito à medida que abarcaria uma característica de possuir ou ter que possuir uma realidade

---

<sup>6</sup> Discussão interessante acerca do narrar e do ouvir e do próprio declínio da narração encontra-se em BENJAMIM, Walter. O narrador. In. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Benjamim mostra como a arte de narrar está em “vias de extinção” e como isso se dá com a aceleração do modo de perceber o tempo na modernidade. O romance com sua individualização do homem e depois a informação (imprensa) aplicam golpes fulminantes à narração. Já passou o tempo em que o tempo não contava[...] o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”. Podemos perceber o germe do declínio da narrativa oral com o período do declínio do mito, o próprio surgimento da escrita e do *logos*.

demonstrativa, verificável para os leitores. Mas isso não significa associar as sociedades de tradição oral com a irracionalidade, falta de inteligência, ausência de senso crítico ou até mesmo a-historicidade e as de tradição escrita como objetiva, racional e crítica como considerava a história tradicional, que sacralizava o documento escrito e oficial e atribuía a povos, onde havia sua ausência, como povos sem história.

A escrita e o surgimento da episteme representou, na verdade, uma quebra ao contínuo exercício da memória em detrimento da rememoração e ao mesmo tempo a segmentação dos conhecimentos, antes integrados a concepção holística, como é o caso da Filosofia, História e da Literatura. O paradigma racional discursivo, que derivou do novo sistema de escrita, não tornou as narrativas míticas e a oralidade obsoleta, mas o estabelecimento da narrativa textual, incorreu o movimento filosófico a duas linhas de pensamento: uma onde se encontra o *mythos*, o campo da abstração, do simbólico e subjetivo sem pretensões de validação pelo critério do real e do verificável onde podemos encontrar Calíope; a outra de natureza argumentativa e com vistas a apresentar um resultado objetivo, viável, verdadeiro, verificável, científico onde podemos encontrar Clio (principalmente com Tucídides e a partir dele) e a filosofia. Conforme Vernant,

Já no século VI a.c', Teágenes de Reggio e Hecateu inauguram a postura intelectual que se perpetua depois deles: os mitos tradicionais já não são apenas retomados, desenvolvidos, modificados; eles constituem o objeto de um exame racional; submetem-se as narrativas, particularmente as de Homero, a uma reflexão crítica, ou então aplica-se a elas um método de exegese alegórica. [...] Mas é com o desenvolvimento da história e da filosofia que a interrogação ganha toda a sua amplitude e que, por conseguinte, a crítica atinge o mito em geral. Confrontada à investigação do historiador e ao raciocínio do filósofo' a fábula vê ser-lhe recusada, dada sua condição de fábula, qualquer competência para falar do divino de modo válido e autêntico. Assim, ao mesmo tempo que se dedicam com o máximo cuidado a repertoriar e a fixar seu patrimônio lendário, os gregos são levados a questioná-lo, de maneira às vezes radical, apresentando com clareza o problema da verdade - ou da falsidade - do mito[...]Mas, quer recolham preciosamente seus mitos, quer os interpretem, critiquemos ou rejeitem-nos em nome de outro tipo de saber, mais verídico, os antigos continuam a reconhecer neles o papel intelectual que lhes era comumente atribuído, na Grécia das cidades-Estados, como instrumento de informação sobre o mundo do além. (VERNANT, 2002, p.19-21)

Os mitos eram, portanto, uma instituição de memória social, um instrumento de comunicação do saber que eram fundamentais na cultura grega e que mesmo em



declínio (com o desenvolvimento de um tipo de *logos* oriundo da sistematização da escrita) ainda ocupava papel importante na visão de mundo dos gregos. Com efeito, sua passagem à escrita destituiu-lhe a autoridade essencialmente divina (da voz das musas e dos deuses) e encerrou-lhe num espaço bidimensional e limitado que – textualizado – colocou-lhe à uma exposição à crítica, perdendo aquela abertura e volatilidade que o definia.

A filosofia, portanto, buscaria se constituir na oposição daquilo em que consistia o mito. Sua narrativa não seria resultado de inspiração divina e nem sua autoridade seria atribuída às musas, mas a um autor situado no espaço e no tempo, cuja a racionalidade demonstrativa (própria de um tipo de *logos* oriundo do desenvolvimento da escrita) seria fulcral para a relevância do seu discurso, ou seja, o saber contido no texto filosófico necessitaria de uma episteme fundamentada em “garantir um nexos de veracidade entre o discurso e o objeto desse discurso, uma *adequação* entre ‘o que se diz’ e ‘o que é’” (LOPES, 2014, p.16). A própria relação entre produtor e receptor sofre alterações nesse contexto.

A interpretação simbólica e subjetiva características do processo hermenêutico das narrativas míticas, enfraquece mediante um tipo de narrativa – a textual – na qual interessa, sobretudo, a compatibilização entre o que é dito e a realidade. As condições objetivas da vida humana (aquilo que é verificável, observável, que pode ser “provado”) pautadas sobre um critério de verdade, que é externo, tornam-se o centro desse tipo de racionalidade que move tanto o autor quanto o leitor. É bem verdade, que muitas produções decorrentes da textualização eram sobretudo traduções das narrativas míticas para o texto escrito, portanto prescindido de validação, contudo as que se destacariam e se constituiriam como eminentemente filosóficas são as que estabeleceriam uma argumentação objetivando apresentar um resultado válido, “verdadeiro”. O pensamento grego, portanto, nesse contexto, não se caracterizaria pela cisão completa e absoluta entre o mito e o *logos*, mas na superação e na valorização do último em relação ao primeiro.

Como já exposto, essa distinção seria, junto com o surgimento escrita (e um tipo de *logos* derivado desse fenômeno) e o desenvolvimento desta, no contexto da Grécia Clássica, fator determinante para a fragmentação do saber, notadamente, da filosofia. O mito de Toth, para além de explicar que o surgimento da escrita enfraquece a memória e deixa os homens menos sábios, está sinalizando o que Sócrates percebeu de forma sistemática: que o surgimento da escrita e esse *logos* que a compreende segmentou a

filosofia (enquanto cosmovisão) e a concepção holística presente no período mítico, e fez da linguagem textual espaço das distinções entre os saberes. Razão e mito, episteme e *doxa*, prosa e poesia, História e Literatura, foram, aos poucos, tornando-se distinções fundamentais na filosofia grega ocidental. Mas se Sócrates sinalizou sobre esse contínuo processo de segmentação e de involução da sabedoria humana como visto na passagem “tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros”, do mito egípcio já citado, Aristóteles em “Poética” sistematizaria uma hierarquia das áreas de conhecimento e o que se ocuparia cada uma delas, notadamente, História e Literatura que é cerne da nossa análise. Sobre essa distinção diz o filósofo:

Do que foi dito, também fica evidente que não é função do poeta realiza um relato exato dos eventos, mas sim daquilo que poderia acontecer e que é possível dentro da probabilidade ou da necessidade. O historiador e o poeta não se diferenciam pelo fato de um usar prosa e o outro, versos. A obra de Heródoto poderia ser versificada, com o que não seria menos obra de história, estando a métrica presente ou não. A diferença está no fato de o primeiro relatar o que realmente aconteceu, enquanto o segundo, o que poderia ter acontecido. Consequentemente, a poesia é mais filosófica e mais séria do que a história, pois a poesia se ocupa do universal, ao passo que a história se restringe ao particular. O *universal* é o que cabe a um certo tipo de pessoa dizer ou fazer em determinadas circunstâncias segundo o provável ou o necessário; esse é o objetivo da poesia, ainda que atribuindo nomes a indivíduos. O *particular* o que fez Alcebiades, ou experimentou (ARISTÓTELES, 2012, p. 55).

Essa hierarquização e sistematização dos campos de conhecimento se tornaria as bases do pensamento ocidental. Conforme Henrique Borralho,

Partindo desses exemplos e tomando a aceção aristotélica de separação entre poesia ( literatura) e história, preposto de uma teorização que segmenta a poética da poesia (*poiesis*) de uma poética na história (enredo, narrativa, trama, seleção, imaginação e até mesmo verossimilhança), pode-se aferir o quanto o processo de construção da cognominada racionalização na Grécia clássica, ainda que estivesse assentada em uma concepção holística de conhecimento em seus primórdios, segmentou lenda, mito, filosofia, do processo de imaginação, criação, nos vários ramos do conhecimento. (BORRALHO, 2012 , p. 32)

E acrescenta:

Iniciava-se uma longa jornada de conhecimentos específicos, de compêndios alicerçando uma convicção de que a vida era fragmentada, divisa, não integrada e atomizada. A disputa de espaço

de poder dentro dos ramos de conhecimento suplantou em algumas ocasiões até mesmo a pergunta inicial. Quem somos? De onde viemos? Para onde iremos? Foram essas e outras pessoas que motivaram, embora de forma distinta, em lugares e tempos dísticos o surgimento do pensamento ascético, mitológico, filosófico, por conseguinte litero-histórico ( p.33)

Nesse sentido, História e Literatura (já apartadas da Filosofia), seguiriam caminhos diferentes. A história proveniente da filosofia, foi aos poucos, assumindo uma característica moral que para os gregos era instrumento de afirmação e legitimação sobre os outros povos. O caráter da investigação tornou-se próprio da história e a busca da verdade, pela experiência, pela verificação, pela observação do mundo prosaico, seu objetivo, tornando-se importante instrumento da Paideia grega. Essas características que passaram a definir a história, foram, paulatinamente, abastando-a de seus elementos intrínsecos reflexivos e filosóficos, por conseguinte, da poesia e da filosofia.

Cada vez mais guarnecidas, história e literatura foram esticando o laço que os entrelaçava em torno do conhecimento. A literatura seguiria o caminho da *mimesis*, da verossimilhança, da inverossimilhança, da representação, da subjetividade, da imaginação e da abstração. A história, por seu turno, se representaria pela apropriação da dimensão prosaica do mundo, do mundo “real”. Ela se encarregaria de apreender a realidade objetiva afastando-se cada vez mais da imaginação literária e dos aspectos metafísico da filosofia.

Com Heródoto a História passou a se caracterizar e adquirir sentido pela sua característica de investigação e pela busca da verdade. Através de relatos que “ouviu” e dos fatos que “viu”, o historiador grego construía suas narrativas pautadas num estatuto de verdade que a pesquisa empírica, centrada no mundo real lhe garantia. Não mais as musas que ditavam o saber através de um processo de possessão sobre os *aedos*<sup>7</sup>, era o próprio historiador, no caso Heródoto, que através da investigação, construía sua escrita. O historiador sabe por que “viu” e não por inspiração.

É nesse ponto que se agudiza a separação entre a História e Literatura . Cada vez mais, os historiadores procuravam se distanciar do saber transmitido pelas musas aos poetas (através da inspiração ou possessão) definindo um território próprio, autônomo, um estatuto particular que os diferenciava da *doxa* e os interligava a *alétheia*<sup>8</sup>. A verdade, então, se dessacralizou, passou de ser própria somente da divindade e se tornou

---

<sup>7</sup> Poeta.

<sup>8</sup> Palavra que está associada aquilo que é revelado. Ligada também a ideia de verdade.

humana, oriunda do esforço intelectual, palpável ao pesquisador que se pautasse na perscrutação do mundo prosaico por critérios objetivos e racionais.

Com Tucídides essa distinção se intensificou. Para ele, a investigação do fato e de seu caráter verdadeiro se dava pelas evidências e pelos vestígios arqueológicos. Segundo ele, o poeta engrandecia e adornava os fatos para que seus personagens ganhassem fama imortal. As coisas que narram não podem ser verificadas, encaminhando-se muitas vezes para a território da fábula. Políbio, Tácito e Tito Lívio também seguiriam pelo mesmo caminho, ao enfatizar o testemunho, a investigação e a busca pela verdade como tarefas principais ao historiador. O historiador deveria ser um homem ativo, que viaja, testemunha, presencia os fatos que relata e narra o verdadeiro.

Ainda que o processo de fragmentação do conhecimento, notadamente a separação entre Literatura e História da Filosofia, inicie-se na Antiguidade, essa separação entre Clio e Calíope não se resume necessariamente em isolamento. Filósofos como Platão e Aristóteles que identificaram essa desintegração do conhecimento, percebiam a necessidade de comunicação entre as diversas áreas e utilizavam a filosofia para tal. Se na Antiguidade não se observou essa profunda pulverização do conhecimento, grande parte da Idade Média também não testemunhou tal fato. Segundo Dórea,

Apesar da mudança de foco com a cristianização da filosofia (Platônica e Aristotélica), este período manteve, através da Teologia, a estrutura circular de retroalimentação das disciplinas que, apesar da separação, evitava o isolamento em áreas fechadas. (DÓREA, 2012 , p.3)

É a partir do século XIII, quando as obras de Aristóteles deixam de serem proibidas e começam a ser aceitas e, mais tarde, se tornam obrigatórias nas universidades, que começa a ocorrer um processo de quebra de uma visão cosmológica, antropológica, teológica e epistemológica na intelectualidade europeia, resultando em uma separação progressiva entre religião, ciência, tradição e filosofia. Essa mudança que se intensificará nos séculos subsequentes, encontrará “um marco significativo no modelo cartesiano de ciências do século XVII (DÓREA, 2012, p. 4). A ênfase no ser humano em detrimento do todo e da relação com o mundo, o cultivo da dúvida cartesiana, e a mecanicidade da física newtoniana, cimentaram o *logos* nas condições objetivas da existência. Essas características que se inter-relacionaram nesse contexto cognominado posteriormente de “Revolução Científica” (século XVI – XVIII),

influenciaram os séculos posteriores, tendo alcançado o ápice no século XIX (com os cientificismos), e influenciam até hoje, as concepções de mundo e ciência. Segundo Zohar, é

[...]de comum acordo, que as influências mais poderosas sobre nossa cultura moderna, derivam da revolução filosófica e científica do século XVII, do cultivo da dúvida cartesiana e do nascimento da física newtoniana ou clássica. Ambas mudaram radicalmente o modo como vemos a nós mesmos e nossa relação com o mundo. A filosofia cartesiana arrancou os seres humanos do contexto religioso, social e familiar e lançou-os de ponta-cabeça no que este livro chama de "cultura centrada no eu", uma cultura dominada pelo egocentrismo, por uma ênfase exagerada do "eu" e do "meu". A visão de Newton arrancou-nos da própria substância do Universo. A física clássica transmutou o cosmo vivo dos gregos e da Idade Média, um cosmo cheio de sentido e inteligência e movido pelo amor de Deus em benefício do homem, numa máquina morta e previsível[...] Ao longo da História, temos retirado da teoria física corrente da época nossa concepção a respeito de nós mesmos e de nosso lugar no Universo. Assim, ao longo destes trezentos anos, físicos e não-físicos têm encontrado na coloração fria da visão newtoniana suas filosofias pessoais, seu sentido de identidade própria e suas noções de como se relacionam com o mundo e com as outras pessoas. (ZOHAR, 1990, p.7-8)

Contudo, foi no século XIX que a separação entre História e Literatura alcançou o ápice - o século dos chamados cientificismos. A forma de “ciência” que se estabelece nesse período, torna-se superior, segundo seus adeptos, a qualquer tipo de interpretação e compreensão subjetiva da realidade (religião, filosofia, metafísica, etc.). Calcados em um ideal de progresso, objetividade, imparcialidade, concretude, realidade, utilidade, verdade incontestável e leis irrefutáveis, abastaram-se de tudo que era espiritual, metafísico, do campo da abstração e da imaginação. A subjetividade torna-se tudo aquilo que um cientista não deve utilizar no processo de relação com o objeto a ser desvendado.

No século seguinte, as discussões sobre interdisciplinaridade , trouxeram avanços significativos para as áreas de conhecimentos ditas “afins”. História, Filosofia e Literatura, passaram a dialogar com mais frequência nos textos acadêmicos e na prática docente. Porém , frente aos problemas cada vez mais complexos, transversais e mundiais que se prostram no nosso século, a simples tomada de um pelo outro como fonte, não seria suficiente para responder a essas questões. Segundo Edgar Morin

“Para articular o conhecimento, organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma

do pensamento[...] A esse problema universal confronta-se a *educação do futuro*, pois existe cada vez mais ampla, profunda e grave, entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. (MORIN,2000, p. 32-33)

Com efeito, é interessante notar as possibilidades de diálogos entre os campos de conhecimento quando se pensa a linguagem como uma forma de trazer e dar sentido no mundo sensível ao que era oriundo e uno do/e no campo das ideias. Se tomarmos a Literatura e a linguagem literária como uma forma de dizibilidade específica desse conhecimento amalgamado no outro plano, podemos questionar o que a diferença de outras áreas que também se ocupam da existência e das potencialidades do ser nos seus diversos âmbitos como a história e a filosofia? A pergunta inicial sobre o que é o ser e sua pluralidade (potências) fizeram-nas caminhar em linhas distintas, causando uma falsa impressão que também distintas deviam ser umas das outras enquanto paradigmas da compreensão humana, afinal as perguntas podem ser diferentes, mas o produto recai sempre sobre a questão das condições da nossa existência. (BORRALHO, 2016, p. 49).

Em artigo recente intitulado “O homem é o animal que vai ao cinema” (frase Agambeniana) Alberto Pucheu, citando Deleuze, diz, a respeito do perigoso poder que a informação via mídia jornalística possui em inventar a notícia como se fosse verdade absoluta, criar estereótipos, vender a “verdade” segundo seus interesses e enfatizar deliberadamente os aspectos negativos da vida (calamidades, mortes, destruição, desemprego, fome, miséria, corrupção...), é preciso “revirar a imagem”, ou seja, ter forças para superar essa lógica através da “contrainformação” e da “resistência” pela resistência da arte. (PUCHEU, 2016, p.238-239) Por que, então, não reviramos essa “imagem” da segmentação que pelos estudos recentes se revelam já obsoletas e prejudiciais ao desenvolvimento do conhecimento? A bela análise de Pucheu, do cinema enquanto potência, e por isso ligado a filosofia e a poesia<sup>9</sup> (e também a história), levamos mais uma vez à noção de vínculo cosmológico que tem as representações acerca da condição humana e que buscam o desvelamento da nossa existência. Contudo, essa ideia, segundo Compagnon, já prescinde de discussão, afinal:

---

<sup>9</sup> “[...] seria preciso dizer que o cinema ao qual ele se refere [Agamben] não é, obviamente, todo e qualquer filme criado ao longo dos últimos séculos, mas, tão somente, aqueles que, em decorrência e tal leitura, seriam construídos de maneira que façam eles se indiscernibilizar dos modos poéticos e filosóficos – filmes-poemas, filmes-poéticos, filmes-ensaios, filmes-filosóficos[...]” (p.243)

[...]para que procurar ainda conciliar a literatura e a história, se os próprios historiadores não creem mais nessa distinção? A epistemologia da história, também ela sensível aos progressos da hermenêutica da suspeita, transformou-se, e as consequências se fizeram sentir na leitura de todos os textos, inclusive os literários. [...] A história dos historiadores não é mais una e unificada, mas se compõe de uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios. Ela não tem mais esse sentido único que as filosofias totalizantes da história lhe atribuíam desde Hegel. A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. (COMPAGNON, 2006 p. 222)

Nesse ponto, justifica-se a emergência da visão de mundo holística como fundamental para uma renovação do conhecimento. Para Elizabeth Teixeira “Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde”,

O paradigma holístico emerge de uma crise da ciência, de uma crise do paradigma cartesiano-newtoniano, que postula a racionalidade, a objetividade e a quantificação como únicos meios de se chegar ao conhecimento. Esse paradigma busca uma nova visão, que deverá ser responsável em dissolver toda espécie de reducionismo. (TEIXEIRA,1996, p.286)

Compreender e sentir a necessidade de uma nova configuração do conhecimento, de uma construção autônoma e singular da nossa existência em detrimento de ideologias que só ultrajam a nossa essência e paradigmas pré-programados impostos como verdadeiros e adequados para nossa vida, que nos afastam cada vez mais do “*selfie*” e se introjetam, portanto, heterônomas, na nossa subjetividade - no processo de suprimento do vazio do ser (se passando por identidades singulares mas que são externas, tomada das ideologias), se revela extremamente importante e faz de nós, realmente, contemporâneos. Conforme Agamben,

Pode dizer-se contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nessas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade. Com isso, todavia, ainda não responderemos a nossa pergunta. Por que conseguir perceber as trevas que provêm da época deveria nos interessar? Não é talvez o escuro uma experiência anônima e, por definição, impenetrável, algo que não está direcionado para nós e não pode, por isso, nos dizer respeito? Ao contrário, o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpretá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provêm do seu tempo.(AGAMBEN, 2009, p.63)

Vemos, então, que a questão está em refletir como enxergamos a vida e como organizamos o conhecimento existente e, a partir deles, tomamos sentido na experiência na vida social. A autorreflexão que sugere o oráculo de delfos - “conhece-te a ti mesmo” - é substancial para a abertura das faculdades mentais no sentido holístico. Segundo o sociólogo Edgar Morin, em relação a considerações/proposições para a educação do futuro, “Para articular o conhecimento, organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento”(MORIN, 2000, p.35-36). Portanto, o ponto crucial é entender a inadequação dos saberes desunidos, notadamente história e literatura, frente à problemas cada vez mais multidisciplinares e transversais que se colocam nos dias atuais.

É nesse sentido que a perspectiva quântico-holística torna-se fundamental para uma renovação no conhecimento e nas formas de acesso ao saber que temos hoje. Teoria formulada pelo estadista sul-africano Jan Christiaan Smuts em sua obra “Holism and Evolution (1926), o holismo se refere ao universo e a natureza viva como constituídas por conjuntos que formam “Todos”. Mais do que meramente a soma das partes de um organismo, são unidades interconectadas e vivas, que quando dissociadas comprometem seu valor existencial. Por seu turno, Danah Zohar em “ O ser quântico: uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência, baseada na nova física “ (1990) , define o ser quântico como formado pela relação entre mente e corpo mutuamente criativos, que se inter-relaciona com tudo o que existe e que é uno (pelo seu aspecto onda) e múltiplo (pelo seu aspecto partícula) ao mesmo tempo<sup>10</sup>. O micro portanto, para o ser quântico, é apenas uma dimensão do macro , ou seja, cada pedaço da realidade, ainda que mínimo, contém o todo . Segundo Zohar (1990, p. 99) “Na linguagem da física quântica deve-se concluir que os sistemas macroscópicos estão sempre correlacionados em seus estados microscópicos” (Apud DENNETT, 1984, p 1453.)

A tomada do paradigma quântico-holística se revela totalmente propícia para uma evolução do nosso próprio modo de existir e do modo como enxergamos a vida, na medida que ela nos leva a uma autorreflexão e, por conseguinte, a uma autocrítica de nossos modelos pautados numa lógica de mundo organizada, selecionada e sistematizada mediante jogos de interesses dos grandes controladores do sistema

---

<sup>10</sup> Para a física quântica, tudo o que existe (seres humanos, natureza, objetos) são formados pela dualidade onda-partícula. Tudo é portanto, onda e partícula ao mesmo tempo.



político-econômico vigente no mundo atual. Ela nos leva a obliterar a perspectiva mecânica e linear da vida em prol de uma visão plural, “aberta”, diversificada, considerando universo, a natureza e a e nossa existência nos seus entrecruzamentos.

A física quântica, a medicina e psicologia holística<sup>11</sup> contribuíram fortemente, por esse ângulo, para uma nova forma de se conceber o mundo, na medida em que (des)especializam as práticas e levam em conta os diversos saberes no entendimento da existência, tal como o corpo, a mente e todas as suas derivações como partes integrantes de um organismo (todo) interconectado e interdependente<sup>12</sup>.

Então por que não seguir esse caminho com a história, literatura e a filosofia? Ou melhor, com o próprio conhecimento? Segundo a física e filósofa Danah Zohar,

Coisas e acontecimentos que antes eram concebidos como entidades separadas pelo espaço e pelo tempo agora são vistos pelo teórico quântico como tão integralmente ligados que sua ligação faz as vezes de ambos, espaço e tempo. Eles se comportam como aspectos múltiplos de um todo maior, sendo que suas existências "individuais" ganham definição e sentido através do contato com esse todo (ZOHAR, 1990, p.19)

A maior preocupação da autora, nesta obra, é mostrar como o exemplo da física quântica com suas interconexões entre onda, partícula, tempo e espaço, energia e matéria podem ser tomadas na vida diária “ele é mais um livro sobre como o conhecimento da nova física poderá iluminar nossa compreensão da vida diária, ajudando-nos a entender nosso relacionamento com nós mesmos[...] e com o todo”. (ZOHAR, 1990, p. 7). No micromundo das micropartículas, podemos enxergar o macro de forma proporcional. O universo passa a ser tomado como organismo vivo e não como uma simples existência mecânica, como se nós seres humanos fossemos estrangeiros a ele, sem nenhum papel a não ser viver e morrer aleatoriamente e sem ter relações com o cosmo e as forças que vivem e se inter-relacionam no universo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

História, Literatura e Filosofia apresentam-se, hoje, como dois campos de conhecimentos diferentes. Entretanto, a relação entre elas, seus diálogos e suas conexões são objetos de diversas discussões acerca dos limites entre a

---

<sup>11</sup> Referências introdutórias que podem ser melhor entendidas. In: BORRALHO, Henrique. *Versura: ensaios* (2011-2017). São Luís: Ed. Uema; Café & Lápis, 2017.

<sup>12</sup> Ver JUNG, C. G. *O Eu e o Inconsciente*. Ed. Vozes, Petrópolis 2008.

interdisciplinaridade, a natureza do estatuto que define o que cada uma tem de particular, ou seja, aquilo que as diferencia e a necessidade e os desafios de uma perspectiva transdisciplinar ou holística.

História, Literatura e Filosofia, afinal, se ocupam dos mesmos aspectos da condição humana. Ambas tiveram a mesma matriz geradora (Mnemosine) e estabelecem uma relação mútua com ela. Pensar esses campos de conhecimento nos seus diálogos, interconexões e entrecruzamentos é se posicionar contra uma perspectiva de segmentação do conhecimento ou uma simples relação interdisciplinar. É tomar a abordagem holística como cerne da visão sobre a natureza humana, o conhecimento e o universo, ou seja, o todo.

Portanto, observa-se como a concepção quântico-holística, integradora do conhecimento e do modo de ver o mundo, possibilita, como quando ainda predominava essa concepção no mundo grego, uma ampliação dos horizontes do conhecimento e das potencialidades do ser humano em detrimento da segmentação e atomização do saber, frutos de deliberações, desejos, motivações que acompanham a conjuntura política, econômica e social de cada período.

## REFERÊNCIAS

### Obra :

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo, Edipro, 2012.

BORRALHO, Henrique. **Versura : ensaios (2011-2017)**. São Luís : Ed. Uema; Café & Lápis, 2017.

LOPES, Rodolfo P. N. **A Tensão mythos-logos em Platão**. Departamento de Línguas e Literaturas da Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra , 2014

LOPES, Edson Pereira. **O cuidado com a alma imortal nos diálogos Fédon, Fedro e República de Platão**. São Paulo, 2008.

WEIL, Pierre . **Nova Linguagem Holística: Pontes sobre as fronteiras das ciências físicas , biológicas, humanas e as tradições espirituais**. Rio de Janeiro . Editora : Espaço Tempo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Holística: Uma Nova Visão e Abordagem do Real** - Ed. Palas Athenas, São Paulo, 1990.

PLATÃO. **Fedro**. São Paulo, Edipro, 2012.

ZOHAR, Danah. *O ser quântico: uma visão revolucionária da natureza humana e da consciência, baseada na nova física*. São Paulo: Best Seller, 1990.

**Capítulo de Livro :**

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Onde Clio e Caliope se fundem: a metáfora da farinha d'água. In: Teoria literária e suas fronteiras**. PUCHEU, Alberto; TROCOLI, Flávia; BRANCO, Sônia. Rio de Janeiro: Azougue Ed.2014, pp. 25-40.

BENJAMIM, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In : *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

**Artigo em periódico:**

BORRALHO, José Henrique de Paula. **O fim da separação entre literatura e história**. Revista Contemporânea.Vol 2, série 4. 2013. pp. 1-23. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/revistacontemporanea/dossie-4-historia-e-literatura>. Acessado em 1/7/2017 às 14h.

LIMA, Marinalva Vilar; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. História e Historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo, *Mnemosine Revista*, São Paulo, vol.1, n.2, jul./dez. 2010.

# UMA ANÁLISE DO ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL ATRAVÉS DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

João Vitor Natali de Campos<sup>1</sup>  
Claudienne da Cruz Ferreira<sup>2</sup>

## Resumo:

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como os livros didáticos de história do ensino médio abordam os conteúdos de história Medieval, de modo a verificar como o mesmo é tratado pelos autores e as possíveis modificações ocorridas ao longo do século XXI. Entende-se a importância do livro didático que o mesmo contribui para o conhecimento do estudante, além de ser um instrumento de trabalho para o professor orientar os seus alunos. No entanto, verificou-se que os livros didáticos de história do Ensino Médio, disponibilizados pelo MEC nos últimos anos, possuem alguns problemas relacionados ao tratamento dado a estes assuntos, tais como a pouca abrangência do conteúdo, falta de problematização ou abordados de forma superficial, tornando pouco atrativa a temática para o processo de ensino-aprendizado. Portanto, diante das observações realizadas, percebemos a necessidade de utilizarmos as outras abordagens didáticas, a fim de interligar os assuntos do passado ao presente, bem como entender quais foram as suas contribuições para o mundo atual. Temos como um dos mais diversos exemplos, a importância da imagem da mulher e as suas ações no Ocidente, visando não somente o conhecimento do passado, mas o reconhecimento do papel feminino na construção da sociedade, seus lugares sociais, e os imaginários que as cercam, entre eles a dominação masculina sobre seus corpos e vidas. O reconhecimento deste papel nos possibilita problematizar o papel da mulher na nossa sociedade, sendo que isto não pode somente ser feito em relação a mulher, mais em relação a outras temáticas.

**Palavras-chave:** Livros didáticos, História Medieval, Atualidade.

## INTRODUÇÃO

A intenção do trabalho é de analisarmos um dos assuntos que ainda geram preocupações para os historiadores e especialmente para os professores de história, que seria a questão de como a história está sendo apresentada para a comunidade fora do meio acadêmico, principalmente no âmbito escolar. Há um grande reforço de produções relacionadas ao ensino de história, discutindo sobre as relações de diálogo entre os

---

<sup>1</sup> Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Integrante do Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval-Mnemosyne(UEMA). E-mail: [jvcampos93@gmail.com](mailto:jvcampos93@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Grupo de Pesquisa *Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão*. Este artigo é resultado de bolsa de iniciação científica, desenvolvida entre 2016-2018, com financiamento da FAPEMA, sob a orientação da Prof. Dra. Adriana Zierer. E-mail: [ferreira.claudienne3@gmail.com](mailto:ferreira.claudienne3@gmail.com)

alunos e os professores e os materiais utilizados para o ensino, no caso seria o livro didático que colaboraria para a aplicação do ensino nas escolas.

Segundo Guimarães (2012, p.92), o livro didático é considerado o segundo livro mais utilizado pelos brasileiros depois da Bíblia. Desde o ano de 1929, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu na intenção de fazer com que o material didático nacional seja aplicado para os alunos e professores nas escolas básicas, afim de ocorrer um aprofundamento maior sobre aquilo que é trabalhado nas aulas.

O livro didático tem a intenção do o aluno em atingir um conhecimento mais abrangente sobre os assuntos a serem trabalhados, e visualizar aquilo que não está próximo do seu cotidiano, como o caso das imagens. É possível perceber ao longo dos anos, o livro didático obteve várias modificações, inclusive nos livros de História, desde as explicações sobre os assuntos apresentados e os recursos que serviram para facilitar a forma de ensino do aluno.

Na atualidade, com o avanço da tecnologia, fez com que o modo antigo de ensinar que seria decorar os conteúdos, tivesse um acréscimo além da utilização do livro didático. Com as novas formas de aprofundar o ensino de história, faz com que, além de ajudar o professor a criar um diálogo mais próximo com os alunos, já que eles estão acostumados com o universo da tecnologia. Além disso, tivemos transformações importantes no ensino da história, onde a obrigatoriedade do ensino sobre a história indígena e afro-brasileira nos livros didáticos, perante a Lei 11.645/2008 e a Lei 10.639/03 que garante a obrigatoriedade do ensino das culturas Africanas e Afro-Brasileiras, dando visibilidade a esses grupos a importância desses grupos nas contribuições para a formação da história brasileira, e até mesmo os seus atos de resistência durante séculos. Assim, por meio das contribuições da Nova História, faz com que a história deixasse de centralizar principalmente as civilizações europeias na história.

No entanto, por mais que o livro didático tenha a sua importância para o ensino, é possível perceber que o livro didático ainda não atingiu o interesse dos discentes em geral, seja o livro em si ou o texto didático, que seria aquele que escreveu o livro. Para Pereira (2007), um dos problemas seria a falta de aprofundamento teórico para abordar os determinados temas, tornando o livro didático como a única base para trabalhar com os alunos, além dos discentes serem dependentes apenas do livro didático para a obtenção do conhecimento. Outro motivo seria a ausência da participação

universitária no quesito de contribuir apresentando outras formas de ensinar e abordar sobre os assuntos apresentados na sala de aula:

A universidade deixa de cumprir funções fundamentais como tornar público o conhecimento e, sobretudo, criar mecanismos para que os produtos da investigação acadêmica se tornem objetos do ensino escolar. A escola, ao confinar-se no espaço bastante restrito do didatismo, sucumbe à política do mais fácil, na medida em que estranha toda a forma de enfrentamento com o conteúdo novo, com a abordagem nova, com o inusitado e perigoso das conclusões dos trabalhos acadêmicos que, via de regra, suspendem a veracidade de muito do que ainda se ensina nas escolas (PEREIRA, 2007, p. 04).

Mesmo diante das divergências que há em relação ao livro didático, pois o próprio livro serve como uma forma de fazer com que o aluno tenha o conhecimento de mundos e realidades além do seu cotidiano, onde o aluno possa utilizá-lo muito mais do que apenas aprender o conteúdo dado, mas fazer com que ele seja um ser pensante sobre a realidade que vive.

Tendo essa grande responsabilidade que é o livro didático, mas pouco apreciada, fomos entender as estruturas desses materiais, mas principalmente sobre conteúdo que tratem sobre a Idade Média. Qual a necessidade de discutirmos sobre a Idade Média nos livros didáticos? Desde o período moderno, por influência dos iluministas, a visão dada sobre a Idade Média, seria a de que era um período caracterizado pelos seus problemas e de atrasos. Sendo vista como a Idade das trevas, no qual essa visão permaneceu por muito tempo, elaborada pelos humanistas, consideraram o período Moderno como uma superação diante dos problemas deixados na Idade Média( BARBOSA; SILVA, 2014) por parte além desse período ser apenas descrito em sua maioria, pelos grandes acontecimentos, sendo bons ou ruins, fazendo com que os assuntos apresentados não integram inteiramente a realidade brasileira.

## **O ENSINO SOBRE A IDADE MÉDIA NOS LIVROS ESCOLARES**

Tendo essa preocupação sobre a questão da Idade Média nas instituições escolares, utilizamos livros didáticos do Ensino Médio, a fim de analisarmos as descrições sobre a Idade Média, conforme os temas são apresentados pelos autores. Todos esses livros retratam a história em geral, tanto a global quanto a do Brasil, e podemos dizer que os temas apresentados nos livros, tratam os assuntos de uma forma

resumida e muitos desses temas seguem o mesmo corte cronológico e a história destaca apenas as ações realizadas no Ocidente.

No livro de Moraes (2009), a Idade Média está inserida na Unidade 4, dividida em três capítulos. O capítulo 11, que é o início da unidade, titulado “A formação do mundo medieval”, onde inicia discutindo sobre os acontecimentos que ocorreram na Alta Idade Média entre os séculos V ao IX, destacando de início do capítulo sobre o fim do império romano com a vinda dos povos germânicos, os reinos francos, império bizantinos e a formação do Islamismo. No capítulo seguinte, “O Feudalismo” aborda as estruturas do regime feudal, desde o seu conceito até o seu estabelecimento, as ações da Igreja Católica como poder central e as cruzadas. O último capítulo, o “Transformações e crise na Idade Média” explica sobre os motivos que deram fim ao Feudalismo, a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos, a formação das monarquias e as expansões marítimas.

O livro em si apresenta esses assuntos de uma forma resumida, tanto que cada capítulo contém mais de 10 páginas ou menos, destaca em sua maioria os grandes conflitos que ocorreram na Europa, além de conter muitas. Na segunda página do capítulo 11 fala como surgiu o preconceito sobre a Idade Média ser vista como “Idade das trevas” e o livro não explica de forma sobre o conceito de Idade Média.

Braick e Mota (2007) divide a Idade Média em quatro capítulos, entre a Alta e a Baixa Idade Média, o nascimento e a expansão do Islamismo e a Civilização Bizantina. O diferencial do seu livro seriam as discussões entre o passado e o presente, onde destaca as questões como os ataques terroristas na questão da formação do Islamismo e a questão da falta de tratamento de esgoto comparando com um dos sintomas que causaram a formação da Peste Negra. O livro segue no corte cronológico tradicional, mas também destaca as questões sobre o preconceito com a Idade Média como “Idade das trevas” e o termo “Bárbaro” visto como algo que remete a seres inferiores. Outra coisa interessante seria as dicas de filmes e livros na parte das atividades que estão no final do livro didático, como forma de incentivo para que os alunos e professores possam aprofundar sobre os assuntos dados.

O tema sobre história medieval foi trabalhado na unidade 4 é intitulado “O mundo medieval ocidental”. Dividido em dois capítulos: A Alta Idade Média. Nesse capítulo é dividido nos tópicos que tratam da formação do feudalismo e sua consolidação. Já o próximo capítulo é intitulado - A Baixa Idade Média. Que trata das transformações do feudalismo, as cruzadas e a expansão europeia, e a crise e decadência do feudalismo (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005)

Segundo Seriacopi (2005), foi adotado o recorte temático em suas distribuições temporais, sendo o medievo trabalhado a partir do aspecto religioso. Todos os aspectos são interligados pela influência das religiões cristãs, mulçumanas e um pequeno tópico sobre religiões africanas.

De fato, foi possível perceber as diferenças de interpretação dos autores dos livros didáticos sobre ao longo dos anos e as atribuições que foram ocorrendo, contribuindo no ensino dos assuntos a serem trabalhados. Entende-se a importância dos acontecimentos no medievo, mas é visível que a linguagem resumida dos livros faz com que os temas não sejam aparentemente interessantes, sendo que a maioria dos autores não buscam relações com outros eventos pós Idade Média para contribuir melhor nas discussões na sala de aula.

## **NOVAS ABORDAGENS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: ENSINO DAS IMAGENS E DA LITERATURA**

De acordo com Knauss (2001) conhecimento histórico deve ser orientado para que os sujeitos se questionem em relação aos seus conhecimentos, seus valores e as formas como se posicionam no mundo:

O processo deve levar a que o aluno construa seu objeto de conhecimento, desenvolvendo-se como sujeito da investigação, e por consequência, como autor de valores, idéias, conceitos, palavras, discursos e textos, confrontados com a expressão dos colegas – ultrapassando o conhecimento comum que serviu como incentivação inicial (KNAUSS, 2001, p. 39).

As discussões acerca da autonomia do professor em sala de aula, mesmo está sendo propiciada na liberdade do profissional de traçar seus planos e diretrizes, ainda é recorrente até mesmo entre seus pares a discussão de que o professor está somente “enrolando” os alunos. Porém, devemos compreender que:

[...] a "autonomia docente" que não implica descompromisso com o social ou o "cada um faz aquilo que acha certo"; pelo contrário, a prática e a cultura profissional são postos em primeiro plano pela urgência de se rever o modelo de ensino, haja vista a constatação de que reformas centralizadoras - impostas de cima para baixo e elaboradas com base em formulações teóricas consagradas pelo modismo acadêmico- tem seu alcance limitado (GUSMÃO, 2004, p. 153- 154).

É necessário criar-se mecanismos de dinamização do ensino, tanto para superar o mecanicismo da transmissão do conteúdo, como para tornar-se mais envolvendo o



corpo discente. Mesmo que a estrutura dos conteúdos de história já vinha pré-definidas nos livros didáticos de ensino médio, cremos que é o papel do professor superar as limitações das informações consagradas e repassadas de forma desligada dos sujeitos que as estuda. A história é uma ciência que liga o tempo ao homem, portanto ao estudarmos o passado somos envolvidos pelos questionamentos, anseios e a identidade formadora do indivíduo atual.

Compreendemos as limitações físicas e estruturais presentes na construção do livro didático. Entre outros fatores estão o próprio processo editorial, que criva os conteúdos que devem estar presentes ou não nos livros que serão distribuídos aos alunos do ensino médio. Mesmo compreendendo a importância desses fatores, nossa proposta versa sobre o conteúdo e os mecanismos que podem ser adotados pelos professores para suprir as lacunas e silenciamentos presentes na disposição dos conteúdos de história medieval.

O uso das imagens que estão expostas de forma meramente ilustrativas nos livros didáticos representa uma forma de construção de nossas abordagens metodológicas para o ensino de história. Tomamos como objeto de inquietação a ausência de informações sobre as mulheres medievais, pois como o conteúdo é disposto parece que somente existiram homens no período medieval, e sabemos que não. Mesmo sendo negada as mulheres a atuação nos centros de poder, elas faziam-se presentes nos diferentes estamentos sociais.

Ao analisarmos os livros didáticos encontramos duas ilustrações sobre a mulher medieval, mesmo que não estejam acompanhadas de texto explicativo sobre a mulher especificamente. A primeira imagem apresentada no livro de forma meramente ilustrativa ao texto que trata dos camponeses, sua labuta e as condições de vassalagem.



**FIGURA 1:** Junho (As riquíssimas horas do duque de Berry) (Século XV)

O texto não fala sobre a importância da mulher na sociedade e na subsistência da comunidade, sendo jogada a imagem de forma meramente ilustrativa, para reforçar visualmente as informações sobre os camponeses e suas atividades.

A imagem não é problematizada, o que para Baldissera representa uma das limitações dos historiadores, pois em sua maioria não sabemos interpretar um texto visual:

Quando se usa a imagem, é, na maioria das vezes, como ilustração, apenas. Isto é, a imagem não é estudada e explorada devidamente com todas as suas potencialidades. A relutância no uso da imagem também se atribui às limitações advindas do caráter polissêmico da mesma, isto é, dos vários significados que dela podem advir. (BALDISSERA, 2003, p. 249)

A imagem deve ser lida como um texto, pois também representa um instrumento de linguagem, capaz de produzir grande diversidade de interpretações. É necessário buscarmos compreender a mensagem existente na imagem, suas significações, e potencialidades.

De acordo com Litz (2009) o uso das imagens no processo de ensino tem demonstrado ser bastante eficaz, e por isso muito utilizado pedagogicamente no ensino de história. Muitas são as possibilidades de formas de imagens que podem ser aproveitadas para incrementar o ensino de história, tais como: vídeo games, cinema, pinturas, fotografias, mapas, internet, quadrinhos, entre outras.

Diante do exposto, propomos como metodologia a problematização da imagem, torna-las nossos objetos para explorar suas múltiplas facetas. Diante da imagem da camponesa na lavoura, devemos inquietar nossos alunos a olhar com criticidade a ilustração. Qual a importância econômica e social da atividade desempenhada por essas mulheres? Porque o livro didático não fala dessas mulheres? Quais suas condições de moradias? Porque elas se vestem de forma diferente das nobres? Quais as principais atividades desempenhadas por essas mulheres? Qual o papel da mulher na família? Qual era a condição feminina durante o medievo?

Após levantarmos todas essas e outras inquietações que podem surgir, propomos aos alunos organizarem grupos e distribuir entre eles temas/problemas aos quais eles irão pesquisar e apresentar aos demais colegas. É importante que haja interesse dos

alunos diante do tema adotado pelo grupo para que a pesquisa tenha mais riqueza na coleta e sua exposição.

A pesquisa visa possibilitar aos alunos contato com outras obras e fontes de pesquisa, entre elas a internet- que é tão utilizada por nossos alunos, porém poucas vezes de forma correta. É importante instigarmos a curiosidade e o espírito de detetive, para a construção de um conhecimento que vá além das limitações do livro didático adotado pela escola.



**Figura 2:** Casamento de Leonor de Aquitânia com o Rei Luís VII, da França (Crônicas de Saint-Denis) (Séculos XII-XIII)

Ao analisarmos a segunda imagem, deparamo-nos com uma ilustração de um casamento, pois era necessário a presença feminina neste rito. Porém, novamente o texto escrito não menciona as mulheres, tratando somente da importância do casamento para a manutenção e acordos entre linhagens. Porque novamente a mulher é silenciada? Quando o casamento se tornou obrigatório? Qual a função da mulher no casamento? Quais os imaginários que rondam a mulher abastada e as outras mulheres?

Ao compararmos as duas imagens podemos tratar sobre seus vestuários, seus papéis sociais e econômicos, seus imaginários e silenciamentos. Será que ainda existem permanências desses mecanismos de invisibilidade feminina em nossa sociedade? Como estudar o período medieval pode nos fazer questionar a sociedade contemporânea? Quais as rupturas desses imaginários, dessas representações, das condições econômicas, sociais e culturais?

Uma das questões que precisam ser abordadas, seria a necessidade de relacionarmos a historiografia com o presente e saber que esses acontecimentos de outrora carregam as marcas da nossa realidade, mesmo de forma indireta. Para o historiador Jacques Le Goff, a Idade Média possui a sua longa extensão muito além do seu período. A Idade Média, não diferencia de outros períodos, pois assim como a Idade Média, os outros acontecimentos históricos também possuem os seus períodos de trevas e de luzes (LE GOFF, 2008, p.15). Através das realizações feitas na Idade Média, os valores e construções nas diversas modalidades, foram necessárias para o desenvolvimento do período moderno, assim como foi o caso do período moderno:

Talvez seja preciso apontar que um verdadeiro período histórico é habitualmente longo: ele evolui, pois, a história jamais é imóvel. No decorrer dessa evolução, ele é levado a experimentar renascimentos mais ou menos brilhantes, que amiúde se baseiam no passado, fruto de um fascínio por este último, sentido pela humanidade da época. Mas esse passado só serve como uma herança que permite o salto para um novo período (LE GOFF, 2015, p.129).

De fato, o Brasil não vivenciou o cotidiano medieval, já que os processos da colonização portuguesa ocorreram nos anos iniciais do período moderno, mas boa parte das tradições e crenças dos Portugueses tiveram notoriedade desde a Idade Média, tornando-se então partes da cultura popular do Brasil, apesar dessas tradições europeias serem parecidas, mas não idênticas das tradições na Europa.

Um desses exemplos seria a literatura de cordel, que teve a sua formação na Península Ibérica no século, sendo que parte da estrutura do cordel vieram através dos trovadores na Idade Média, onde a literatura passou a ter outras formas de compreender a literatura, além da leitura, onde o cordel começou a ser expressado na oralidade e no visual. O Cordel chegou ao Brasil entre no século XVIII, mantendo o costume dos Portugueses de venderem as histórias nos espaços públicos, mas em folhas soltas antes dos livros.

Desde então, o Cordel passou a adquirir características nacionais e depois regionais, utilizando a linguagem popular, onde entre os diversos lugares do Brasil, o nordeste ganhou destaque pelas diversas produções que foram ocorrendo ao longo dos séculos, pelas histórias narradas na oralidade e pela popularidade das expressões artísticas das xilogravuras que passaram a retratar o cotidiano do Nordeste e histórias fictícias, mas com características locais para a melhor compreensão daqueles que

possuíam ou possuem dificuldades para ler, mas também tornaram-se formas mais atrativas para despertar o público no interesse da leitura:

Para o povo nordestino, a literatura de cordel torna-se um dos principais meios de transmissão de valores, de mitos, da fantasia, de histórias e de sonhos indispensáveis à formação do imaginário que o singulariza relativamente ao restante do povo brasileiro, assumindo um caráter híbrido que se registra no plano popular (por ser feito pelo povo para o povo), no etnográfico (vide os valores, crenças e imagens), no da crônica poética (como bem atestam o ritmo e a musicalidade pungente de seus versos) e no registro histórico (durante muito tempo, o maior meio divulgador de informações no Nordeste brasileiro) (PEREIRA, 2014, p. 199).

Mesmo que as narrativas de Cordel tenham caráter regional, alguns modelos que eram populares na Idade Média, passaram a ser contadas na linguagem regional do Nordeste, que seriam as novelas de Cavalaria. Para Carvalho (2012, p.592), as novelas de Cavalaria possuíam notoriedade na Europa da Idade Média, que permaneceu viva através dos cantadores, apresentando histórias como as *do Rei Arthur e os cavaleiros da Távola Redonda*, *A canção de Rolando*, entre outros, que tiveram popularidade entre os séculos X-XII.

O Cavaleiro visto na figura de um herói é considerado um modelo ideal não apenas de personalidade, mas também nos aspectos sociais, sendo um modelo ideal, precisaria ser de sangue nobre e também modelo de religiosidade, já que para ser um bom cavaleiro, era preciso lutar pela causa cristã e ser o modelo de santidade. Além disso, as narrativas descrevem o Cavaleiro como aquele que possui uma personalidade forte, onde ele é ágil para enfrentar os desafios que surgirem no seu caminho.

Existem histórias de Cordel, que retratam sobre as novelas de Cavalaria, adaptadas na linguagem popular, mas alguns contextos das narrativas de Cordel são retratados no Brasil ou na Europa. Uma das obras intitula-se *A batalha de Oliveiros contra Ferrabraz*, escrita pelo poeta Leandro Gomes de Barros (1865-1918).A história retrata de uma batalha entre a França e a Turquia no período das Cruzadas, e os personagens principais são o Oliveiros e os dozes cavaleiros, conhecidos como os Doze Pares da França, que seriam os cavaleiros do Rei Carlos Magno, que estavam prestes a enfrentar o Ferrabraz, que representava o exército turco.

O outro livro seria *O príncipe João sem medo e princesa da ilha dos diamantes* de Francisco Sales de Arêda (1916-2005), que aborda a história do João Sem Medo, que

demonstra as características de um herói medieval que demonstra coragem para enfrentar os inimigos e conseguir o amor da princesa.

Com a produção das novelas de cavalaria em cordel, facilita o entendimento da linguagem e além dos livros de cordel serem bastante acessíveis, poderiam ser meios de colaborar com o ensino do professor e para a melhor compreensão do aluno, para que ele possa aprofundar no assunto a ser discutido. Através da literatura, é possível mostrar para os alunos as diversas formas de entender a história muito além de fontes documentais, como a Antropologia, por exemplo. Através da formação do movimento dos Annales na terceira geração e com o estabelecimento da História Cultural, passou a ser possível analisar a história com outros tipos de fontes que contribuem para a historiografia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram observados nos livros didáticos as análises sobre a Idade Média, desde os seus pontos positivos e negativos mostrando que esse período que durou mais de mil anos, é vista de forma resumida e destacam em sua maioria os grandes acontecimentos, e ainda carece de breves análises para o ensino dos alunos e para o professor. Para isso que foram apresentadas as outras abordagens para o ensino como o caso das representações das mulheres na Idade Média e da conexão da literatura de cordel com o medievo, na intenção de aprimorar o ensino didático, para que os professores possam utilizar esses elementos para aplicar com os alunos e que os alunos compreendam a Idade Média em uma outra perspectiva.

A necessidade de ensinar História é fazer com que com os que os alunos não apenas compreendam aquilo que foi passado na aula, mas fazer com que eles sejam seres críticos, mostrando por meio das diferentes culturas dos tempos anteriores ainda possuem ligações com a atualidade ao invés de julgar se o passado é melhor que o presente ou vice versa. As conexões com outros períodos históricos fazem contribuem para a construção da identidade das sociedades onde vivem e analisar os seus benefícios ou os seus malefícios (PEREIRA, 2014, p.08-09).

## **REFERÊNCIAS**

BALDISSERA, José Alberto. Imagens e construção do conhecimento histórico. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et all.(org). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO/ANPUH/RS, 2003, p. 247- 265.

BARBOSA, Gabriel Furtado; SILVA, André Costa Aciole da. A Idade Média foi a Idade das Trevas? – uma análise acerca das concepções sobre idade média entre discentes e livros didáticos de escolas do ensino médio de Goiânia. VI Semana da Licenciatura em História do IFG. **Anais**, Goiânia, 2016, p.01-11

BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2007.

CARVALHO, Solange Peixe Pinheiro de. O léxico Cavaleiroso no sertão brasileiro. I Congresso Internacional sobre Matéria Cavaleiresca. **Anais**. São Paulo, USP, 2012, p. 591-604

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente**. São Paulo: editora UNESP, 2004.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. **Repensando o ensino de História**. 4ª ed. São Paulo: Cortês, 2001, p. 26- 46.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de história. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PDE. Curitiba, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História: Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2009.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânia de Souza. **História do Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora FTD, 2005.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. A cristalização do imaginário medieval na literatura de cordel. **Nau Literária: crítica e teoria de literaturas**. PPG-LET-UFRGS. Porto Alegre, Vol. 10 N. 02, jul/dez 2014, p. 188-207.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Representações da Idade Média no Livro Didático**. In: Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007, São Leopoldo- RS, p. 01-09.

SERIACOPI, Gislane e Reinaldo. **História: Volume Único**. São Paulo: Editora Ática, 2005.



# HOMOSSEXUAIS E DITADURA: ENSINO DE HISTÓRIA E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS CONTRA HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

*Jefferson Maciel Lira\**

**RESUMO:** O ambiente escolar é por diversas vezes um espaço de preconceito e discriminação, o ensino de história portanto torna-se uma de fundamental importância para o combate as indiferenças e discriminações. Este trabalho em específico tem o objetivo de discutir instrumentos pedagógicos que auxiliem o docente na prática pedagógica contra a homofobia no espaço escolar a partir do ensino da ditadura militar. Dessa maneira auxiliar a desconstrução de conceitos e elucidação de dilemas sociais que envolvem as questões de gênero e sexualidades.

**PALAVRAS CHAVE :** Ditadura, Homossexuais, Ensino

## INTRODUÇÃO

A pluralidade cultural, é um estudo das temáticas que diz respeito ao conhecimento e valorização das características éticas culturais dos grupos vigentes no Brasil, assim como as diferenças as orientações sexuais presentes em todos os âmbitos da vida. Abrange um amplo campo de debates a quem se interessa em pensar sobre a construção identitária do indivíduo, nesse ponto, sabe-se que essa construção estará permeada por conflitos que podem fazer com que esse indivíduo repulse o diferente ou igual, dependendo dos valores absorvidos.

Na atualidade o tema proposto, “pluralidade sócio-cultural” minimamente trabalhado nas escolas e por vezes passa despercebidos nos planos de aulas dos professores. Nesse sentido esse projeto buscará quebrar alguns “tabus” na educação do ensino básico. E, sobretudo buscar a reciproca do respeito muito, através da conscientização diante da diversidade sócio-cultural em que esta pautada a sociedade contemporânea.

A realidade da educação brasileira nos faz refletir que o despejo de conteúdos exorbitante ao plano de trabalho dos professores, baseados em um sistema apenas tecnicista, induzem os docentes a uma prática conteudista que não permite a interlocução com as realidades presentes na vida do aluno, o que contribui para a disseminação ainda maior destas disparidades sociais, além de um elemento que se torna um encaço para os

---

\* Mestrando em História Social pelo PPGHIS/UFMA, orientando da Profª Drª Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira, Bolsista CAPES, email: jeff.maciell@hotmail.com

educadores como a má remuneração e a sobrecarga de trabalho, que são obrigados a submeter-se ao anseio de atingir uma estabilidade financeira.

Segundo Nilda Lino Gomes (2006), o campo da educação deve ser compreendido de forma articulada com as lutas sociais, políticas e culturais que se desenrolam na sociedade. Para ela a educação escolar pode ser entendida como constituinte no processo de humanização, por estar associada aos processos culturais, na construção identitária de gênero, de raça, de orientação sexual, religiosas e outros. Temos no Brasil uma pluralidade genuína étnica e cultural, e divisões sociais acentuadíssimas, rico/pobre, de homem/mulher; criança/adolescente; jovens/adultos; Contudo, tem-se algo em comum, a vida em sociedade. Para se conviver pacificamente é preciso saber até onde vai o seu espaço, e respeitar o do outro, trabalhar com diversidade sociocultural tem esse significado de fazer com que o indivíduo se torne consciente do mundo em sua volta, contribuindo para valores na construção do cidadão.

Analisar a relação do convívio entre alunos e professores sobre as abordagens dos temas transversais, é verificar de que maneira isso afeta a vida de ambos. Fazendo o uso da História como elemento fomentador do esclarecimento, do convívio das diferenças apresentadas aos alunos como pertencentes do processo histórico, em que esses espaços possam propiciar uma maior integração no ambiente escolar. O recorte seria o pano de fundo do ambiente escolar, propondo a discutir as relações de pluralidade no meio social dentro da sala de aula, e perceber como este elemento é abordado pela escola e como é absorvido pelos alunos.

Respeitar e valorizar todos estes componentes sociais, também é educar, direcionar o indivíduo a exercer seus direitos e deveres na cidadania e contribuir para a construção da identidade na nação e a sócio-culturalização.

A diversidade cultural não é apenas um elemento contido no plano político pedagógico, é uma característica da realidade do indivíduo, fazer com que o sujeito se perceba dentro deste processo, não apenas como agente passivo, mas como agente construtor dos processos elencando o protagonismo do aluno, a fim de combater qualquer tipo de preconceito.

A pretensão do projeto realizado é de caráter pedagógico, na medida em que, como aponta CANEN (2006), busca-se traduzir para uma linguagem ordenada, técnica e acadêmica, o arcabouço das experiências, discursos, falas, fragmentos, imagens e cenas do cotidiano relativo aos sujeitos pesquisados.

Discutir como marcadores de diferença operam na construção da(s) identidades e das relações sociais para além do circuito escolar, de forma que possa condenar toda

discriminação de caráter étnico, racial, classe social, credo religioso, sexo e outra característica peculiar do indivíduo.

Desta maneira, pretende-se entender a pluralidade cultural para o melhoramento do desempenho de socialização e de exercício da cidadania. Analisaremos as questões pertencentes ao que o indivíduo discute no dia a dia, como é o caso da sexualidade. Tendo em virtude que estas análises não são compreendidas e refutadas dentro do espaço educacional.

Através de uma abordagem pedagógica e didáticas das questões supracitadas, pretende-se auxiliar o sujeito sobre a concepção de si e dos outros, para que modifiquem completamente o direcionamento de suas escolhas, lapidando-os em valores, comportamento e alteridade. Além disso, ressaltar a importância dos Temas Transversais para colocar em pauta os preconceitos que ainda vigoram na sociedade brasileira.

Segunda a Ana Canen, que defende uma visão do multiculturalismo e da liberdade de escolhas religiosas e das questões sexuais que estão presentes no cotidiano dos brasileiros. Desta forma, Canen (2006) nos afirma que a partir de uma reparação dos alunos cometidos pela arrogância de questionar a escolha ou opção cultural, sexual ou religiosa dos indivíduos, a autora refuta que a partir deste viés, a escola possa trabalhar de uma forma mais adequada e bem elaborada destes temas que estão em voga e que ganham cada vez mais discussões não somente no espaço escolar.

Portanto, pensar a articulação dos conteúdos programáticos do Ensino de História atrelado a transversalidade temática proposta por pelo Parâmetros Curriculares Nacionais, e neste caso abordando a pluralidade cultural enfatizando um eixo específico acerca das Orientações Sexuais, torna-se o cumprimento de propostas pedagógicas prevista pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional e dos PCN's além do desempenho efetivo dos objetivos específicos do Ensino de História previsto pelos PCN's.

Atrair esses elementos pedagógicos programáticos e didáticos para o combate à discriminação e preconceito por orientação sexual e identidade de gênero é construir mecanismos poderosos e efetivos para a construção de uma sociedade que consiga pensar e viver com e na diversidade sexual e ou sociocultural.

O combate a homofobia no ambiente escolar é um passo de fundamental importância para pensarmos a sociedade em que desejamos e sobre a construção e promoção de políticas públicas que possam impactar a vida da população LGBT+ como um todo. Dessa forma consideramos necessário a discussão de estratégias pedagógicas para o combate a homofobia no espaço escolar.

## **ENSINO DE HISTÓRIA, PCN'S E CONTEXTO ATUAL**

No ano de 2004, o governo federal brasileiro o programa “Brasil sem Homofobia” que tinha o objetivo de construir e implantar políticas públicas que promovesse o enfrentamento da homofobia no país.

Programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos dos GLBT  
O Programa Brasil sem Homofobia é uma das bases fundamentais da luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença no Brasil e, como já sabemos, é resultado de uma parceria entre o Governo e sociedade civil coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD e prevê uma série de ações nas áreas da saúde, segurança pública, trabalho, educação e cidadania, inclusive a criação de serviços de combate à homofobia. (BRASIL,2006)

Dessa maneira há um arcabouço institucional que sinaliza ações diretas para o enfrentamento do avanço da homofobia desde 2004. As ações propostas aqui, são ações que permeiam essas atividades previstas pelos programas institucionais do governo assim como as diretrizes instituídas para as bases da educação.

O Brasil tem índices alarmantes sobre a homofobia, estes dados por muitas vezes são apenas aqueles que são denunciados e que conseguem entrar para as estatísticas, o que nos faz refletir que esses dados podem ser maiores do que os presentes.

Diante desta realidade social, de aumento da violência por orientação sexual, identidades sexuais, identidades de gênero e as formas de violência transformadas em bullying no espaço escolar é necessário traçar estratégias para conter os discursos de ódio, de intolerância sexual e discriminação que estão avançando disseminados pelo discurso do conservadorismo em nome de uma moral, de uma ordem e de valores que parecem mais excluir, diminuir, silenciar e matar do que valorizar e organizar os seres em sociedade.

Acerca do que podemos perceber que é previsto dentro das diretrizes educacionais, os parâmetros curriculares nacionais sinalizam para incentivar o uso de temas transversais como didática pedagógica para abordar questões que de alguma maneira não sejam abordadas dentro dos conteúdos programados de cada disciplina.

Desta forma, está previsto nos PCN's um eixo temático específico denominado “Orientação Sexual”. Bem como já discutimos a importância de aplicar transversalmente acerca da pluralidade sócio cultural que é a porta de entrada de todos os outros eixos, encontramos portanto as diretrizes principais para executarmos de maneira responsável e efetiva os temas transversos. Sobre os PCN's compreende-se

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, p 287, 1997)

Fundamentalmente há caminhos para que não deixe de ser relevante a discussão sobre sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero prevista pelos parâmetros dentro do ambiente escolar. Porém, quando conseguimos aproximar estas diretrizes e traçar práticas pedagógicas executáveis atreladas às disciplinas programadas, conseguimos obter êxito quanto aos objetivos traçados no planejamento dos parâmetros.

Portanto, unir os temas transversais sobre orientação sexual e o Ensino de História, se torna uma maneira eficaz de desempenhar as competências da disciplina de História e dos temas transversais. Segundo os PCN's esta atribuído a disciplina de História tem os seguintes objetivos

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; [...]

desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania; [...]

saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; (BRASIL, P 4, 1997)

O elo para esta relação está na transposição pedagógica como ferramenta de ensino, que une teoria da ciência histórica e suas metodologias da produção do conhecimento histórico ao Ensino de História dentro do ensino básico.

As formas de utilização de ferramentas são diversas para efetuar a elaboração do conhecimento e por em prática o que já discutimos anteriormente. Podem ser utilizados filmes, documentários, músicas que explorem dentro de um determinado contexto histórico previsto dentro dos conteúdos da disciplina de História reflexões e questões que possam e devam ser problematizadas e trabalhadas, e no caso como é o foco deste artigo o combate a homofobia.

A produção da consciência histórica do aluno é construída através do exercício da descoberta e da problematização com os problemas reais contidos nas fontes e a desconstrução de conceitos, argumentos e valores calcificados de forma equivocada pelos uníssonos megafones discursivos que por muito tempo dirigiram a História e maneira que ela foi construída.

Diante desta possibilidade, dar ao aluno através do ensino de história a capacidade de perceber a possibilidade de mudar a História, de ser agente ativo no processo de construção da mesma e a capacidade de se perceber enquanto sujeito histórico pertencente ao seu momento vislumbra portas para o enfrentamento de preconceitos já fincados em seus saberes.

Portanto pensando nesta forma, compreendo uma das muitas estratégias para compor essa prática de transposição pedagógica e combate a homofobia, escolhendo dentro dos conteúdos de História o período tenebroso da ditadura militar brasileira e a perseguição moral aos homossexuais durante o regime, que culmina em silenciamento dessa população dentro destes recortes históricos no momento de narrar os acontecimentos, bem como sobre os pilares que ajudaram a calcificar os discursos de ódio, exclusão e preconceito que circundam a pessoa LGBTQ+ até hoje.

## **TRANSPOSIÇÃO PEDAGÓGICA : USO DOS JORNAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

O ofício do historiador e a escolha de suas fontes e objetos, como muitos sabem, podem suscitar inúmeras querelas no que se refere ao exercício da historiografia. Por muitos anos, dentro do campo historiográfico, pensou-se a investigação histórica

alicerçada apenas em documentos oficiais, pois estes asseguravam ao trabalho do historiador seu traço de objetividade investigativa e cientificidade.

Paralelamente à consolidação das teorias e metodologias da História dentro dos espaços de demarcados de atuação, importantes mudanças surgiam na sociedade como um todo trazendo importantes alterações na prática historiográfica. O surgimento da imprensa escrita e da sua enorme difusão na transição do século XIX para o XX fez com que o pesquisador revisasse seu entendimento sobre suas fontes. Passava a existir uma ampla variedade de arquivos que serviriam de embasamento documental para a escrita da História.

Atualmente sabemos que os jornais constituem-se enquanto fontes primordiais para o fazer historiográfico, diferentemente do século XIX, período em que a noção hegemônica era justamente a de que os impressos jornalísticos nada mais eram que escrituras irrelevantes para a reflexão sobre o passado. Trazendo para a realidade nacional, é preciso destacar três elementos fundamentais de contribuição para a historiografia: "a consciência da imprensa como tema de investigação, a produção bibliográfica daí decorrente e a preocupação com a criação dos cursos de jornalismo" (LUSTOSA, 2008, p. 443)

O processo de renovação temática e metodológica tem estreita relação com o advento da Escola dos Annales. A terceira geração desse movimento propôs novos questionamentos, abordagens e metodologias de análise histórica. Além da interdisciplinaridade, representada pelo diálogo com outras áreas como a Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, a utilização jornais como fonte também ganhava muito espaço na condução do trabalho do historiador do século XX.

A difusão dos estudos culturais, tendo como foco o abandono da macro-história, representava nada mais que o alargamento do campo histórico e as renovações temáticas, ensejando proveitosas e inovadoras leituras por parte dos historiadores acerca da visão sobre o que agora seria o documento. Consonante a esse movimento, tem-se a renovação trazida pelo marxismo teórico, tendo como principais expoentes Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Raymond Williams.

A atuação tanto da Escola dos Annales, na França, quanto da *New Left Review*, na Inglaterra, acabaram por deslocar, ao longo do século XX, o eixo de análise histórica. Pós Segunda Guerra Mundial—historiadores pelo mundo, influenciados por esses dois movimentos, passaram elaborar uma produção focada em outros referenciais, a chamada “história vista de baixo”.

Neste sentido, importante é destacar o papel primordial das fontes jornalísticas no que se refere ao processo de elaboração do conhecimento histórico. Algumas referências teóricas são extremamente caras ao exercício de revisão teórica deste trabalho cuja análise parte da visão de um dos principais jornais do Estado do Maranhão durante o início da ditadura empresarial-militar no Brasil.

Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1980) afirmam que as fontes impressas produzem eficazes resultados no que tange à produção historiográfica. Antes tidos e vistos como elementos secundários de arcabouço documental, os jornais apresentam, segundo as autoras, subsídios necessários de identificação de intervenção social e manipulação em prol de determinados projetos.

É inegável que a utilização dos jornais como fonte documental é de grande relevância para o estudo da História do Brasil contemporâneo. Tânia Regina de Luca, no seu trabalho intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, presente no livro *Fontes Históricas*, organizado pela professora Carla Bassanezi Pinsky, versa que o papel desempenhado pelos periódicos, em qualquer tempo histórico, mais especialmente em períodos de regime autoritário, como a Ditadura Empresarial-Militar nascida em 1964, tem influências nos principais dilemas contemporâneos.

Como podemos notar, Tânia Regina de Luca traz uma louvável contribuição acerca da historicização dos impressos:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas. (DE LUCA, 2008. p. 139)

A materialidade dos impressos, as técnicas de impressão e o lugar social da imprensa são, para a pesquisadora Tânia de Luca, elementos metodológicos que têm orientado o manejo dessas fontes, reverberando na produção de futuras pesquisas com diferentes eixos temáticos, recortes temporais e aspectos teóricos. A partir disto, cabe ao historiador refletir acerca dos discursos ali ditos e não ditos pelos jornais.

Em determinado momento, quando um periódico seleciona uma temática, através de seu ordenamento, estruturação e, sobretudo, narrativa, expõe ao historiador seu conteúdo, público alvo e até mesmo orientação ideológica. Portanto, o investigador histórico, no exercício de análise de uma notícia, estipula a meta de apontar as razões



pelas quais o meio de comunicação em questão optou por relatar tal assunto. Tânia de Luca afirma que “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”( DE LUCA, 2008)

Algumas orientações são de suma importância para uma exitosa elaboração histórica advinda de reflexões estabelecidas a partir dos jornais enquanto arcabouço documental. Com objetivo de facilitar a pesquisa histórica com jornais, é preciso antes de tudo localizar a fonte em alguma instituição de pesquisa, arquivos e bibliotecas públicas ou privadas, como também nas próprias sedes dos meios de comunicação na qual estejam devidamente acondicionadas. Além disso, é necessário averiguar as condições de consulta e manuseio destas fontes; atentar para sua periodicidade; e, por fim, esmiuçar todo o material de acordo com a problemática elegida.

No que se refere à problemática dos jornais enquanto fonte documental para a pesquisa histórica, pode-se ressaltar que a importância desse tipo de exercício, no que tange a proposição de análises que objetivem examinar as particularidades históricas do Maranhão em relação ao posicionamento institucional do Jornal Pequeno e Jornal do Dia, Jornal do Maranhão acerca dos indivíduos homossexuais, nos quais não foram apenas fisicamente reprimidos, mas moralmente em sua maioria através dos discursos contidos nas páginas destes impressos.

## **PROBLEMATIZANDO OS IMPRESSOS**

Durante o Regime Empresarial Militar instaurado pós 64, foi possível compreender que mulheres foram subjugadas em nome de valores morais, homens que demonstrassem um comportamento “desviante” do padrão exercido e elaborado pelo regime autoritário eram duramente reprimido e perseguido. A elaboração de discursos que consolidasse este comportamento se fazia necessário para fortalecer os princípios balizadores da ditadura quem estariam pautados em nome de uma moral, ordem e da família monogâmica cristã. Não importa que preço iria custar, mas seria necessário manter a dita ordem para que pudesse de algum modo construir um tal ambiente propício para o desenvolvimento e progresso nacional.

Este empenho do regime custou a vida de muitos, dentre esse bojo de homossexuais, travestis, transgêneros, lésbicas e etc. Dessa forma, na narrativa histórica esses personagens por muito tempo foram mais uma vez vítimas da violência, e nesse caso do violento silêncio e da invisibilidade nas teias da memória e da História, portanto se constitui de grande relevância por

ênfase a estes indivíduos históricos afim de elucidar parte de suas experiências históricas durante este período no Brasil e a partir disso refletir de que forma estas repressões influíram nas suas vivencias e experiências sociais, afetivas e históricas traçando um paralelo com os dias atuais.

A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa.”(Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969)

A reportagem mostra que homens “anormais” devem se portar apenas no ambiente privado segundo suas necessidades de uso de trajes, e não devem avançar ao seio da dinâmica social. Neste caso fica nítida a construção que é feita sobre o homossexual, assim como o tipo de atuação na corporação policial deveria ter, que era de forma agressiva e violenta, tornando os indivíduos homossexuais fora do circuito da sua humanidade.

pode delegado de polícia prender homem que anda pela via pública vestido de roupas femininas, com cabeleira e enfeitos femininos, provocando escândalo, ou simplesmente atraindo a atenção pública? Pode e deve”(Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969)

A repressão com poder de polícia parece sempre ter agressivas atitudes com todos aqueles que desempenham comportamentos aos homossexuais, considerando sem pestanejar, prendê-los em prol da garantia da ordem pública. Discursos assim, constroem consensualmente à população que indivíduos homossexuais detêm condutas desordenadas e “anormais” passíveis portanto de correção.

Este tipo de discurso que ainda é possível encontrar em outras plataformas de comunicação hoje para além dos impressos, reforçam e legitimam as violências e agressões sofridas pela comunidade LGBTQ+. Uma sociedade que conduziu e tratou desta forma indivíduos, de alguma maneira ainda que discursiva contribuíram para o reforço de estereótipos que circundam até hoje homossexuais e tornam discursos de ódio e preconceito permissivos nos dias atuais.

Portanto, cabe ao docente problematizar essas fontes contextualizando e elucidando que implicações materializadas nas relações sociais dos homossexuais são possíveis de identificar que configuram uma experiência de discriminação e preconceito.

No jornal do Maranhão encontramos um aspecto mais sutil da repressão moral a estes indivíduos porém não menos violenta, se torna sutil pois circunda instituição familiar que se torna a supervisora direta responsável pela conduta moral e honrosa dos indivíduos com a inspeção legitimada da Igreja e do Regime

Um exame criterioso de procedimento moral de lares dir-nos-á que existe grande falta de responsabilidade de posições claras e atitudes decididas dos pais em relação a seus filhos. Em nome duma liberdade mal entendida permitem aos filhos a ma maiores libertinagens.

Ninguém poderá ser, pois, contra a liberdade que os pais promoveram em seus lares, educando sadiamente seus filhos. Mister se faz, contudo, levantar a voz contra os excessos da liberdade, ou seja , contra a libertinagem.

*(Jornal do Maranhão, 12/04/64, p.9)*

No texto a palavra libertinagem, diz respeito ao comportamento contrario daquilo que a igreja considera exemplar, moralmente aceito e que esta dentro dos padrões sacros que se opõe diretamente com atos pecaminosos, considerados excessos do uso da liberdade que para o discurso católico era esta em atos profanos, nefastos e distante da santidade divina. A libertinagem pode ser compreendida de forma ampla, tais como sexo fora do casamento, prostituição, adultério, e desta forma praticas homossexuais.

O que a igreja esta tentando garantir é esta moral velado pelo regime autoritário que encontra legitimidade no discurso religioso católico, mas que transpõe a fiscalização direta não a si mas as famílias. Que implicações isso pode ter? o cabresto e a opressão familiar em relação aos indivíduos que apresentavam tais praticas, no tocante a homossexualidade podemos inferir quantos não passaram por desprezo familiar, correção parental, perda dos laços familiares e ou até de seus próprios lares reforçado, propagado e legitimado pelo discurso da igreja e do próprio regime.

É sabido pelos docentes a realidade em muitos dos lares brasileiros e de quantos adolescentes e jovens brasileiros tem suas bases familiares estremecidas diante da expressão de suas sexualidade e muitos são afetados diretamente quando expõe sua condição a família, o que implica diretamente na sua vivencia escolar e na sua experiência enquanto sujeito histórico nesta sociedade enquanto um corpo “desviante”.

Esta problematização pode ser levanta e abordada de forma sensível e cauteloso pelo docentes em sala de aula a partir da documentação. Este exercício permite portanto transversalizar esta temática com a utilização dos fontes históricas e pela transposição pedagógica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo sempre propôs a trazer uma pequena reflexão sobre a experiência dos indivíduos homossexuais durante o regime autoritário permitindo portanto lançar luz sobre estas experiências enquanto sujeitos histórico silenciados e invisibilizados, porém com uma objetivo mais amplo, transpor para a vivencia da sala de aula através do uso do Ensino da História a extensão do debate e a reflexão sobre sexualidade, orientação sexual e identidade gênero a partir da leitura, manuseio e análise crítica de fontes históricas.

É um proposta que traça estratégias para efetivar o dialogo sobre temas tão importantes como os temas transversais e que delinea um enfrentamento sobre o avanço de discursos conservadores que impedem a discussão , o dialogo e a efetiva pratica da reflexão já prevista em PCN's pelas próprias diretrizes.

Este trabalho fruto de uma reflexão apresentada em comunicação oral é um anseio e uma reflexão sobre que meios, estratégias e fundamentos é possível traças e delinear a partir da instrumentalização da pratica do Ensino de História que possibilite o combate direto ao bullying, preconceito e discriminação sexual ou de identidade de gênero no espaço escolar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

BRASIL Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. CP/DF Resolução nº1, de 17 de junho de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e para o ensino de historia e cultura afro-brasileira e africana.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação/Secad. 2004 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

CANDAU, Vera (org.) 2008. Sociedade, Educação e cultura(s) 2. Ed. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. 2001. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A.

CANEN, Ana. 2006. Multiculturalismo e identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: Cadernos PENESB. Rio de Janeiro/Niterói, v. 6. P. 35-47.

\_\_\_\_\_. Competência pedagógica e pluralidade cultural: eixo na formação de professores? Cadernos de pesquisa, n. 102, p.89-107, Nov. 1997

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 139

GONÇALVES, Luiz Alberto O.; Silva, Petronilha Beatriz G. Movimento negro e educação.

LUSTOSA, Isabel Imprensa, história e literatura. (org.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 443

Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n.15, p.134-158, set./dez.2 000.

Experiências étnico-culturais para a formação de professores / organizado por Nilda Lino Gomes e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. 2º ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a\\_pdf/modulo3-tema4-aula9.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema4-aula9.pdf) p.1

Apostila da secretaria especial de direitos humanos

### **FONTES DOCUMENTAIS**

Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

Jornal do Maranhão, São Luís, 12.04.64. Acervo Biblioteca Pública Benedito Leite.

## "INIMIGOS DA MORAL": HOMOSSEXUAIS EM TEMPOS DE DITADURA NO MARANHÃO

*Jefferson Maciel Lira\**

**RESUMO** : O estudo sobre a ditadura empresarial militar dentro da historiografia nacional tem ganhado bastante espaço, atrelar a este arcabouço consistente a discussão sobre sexualidade é um movimento historiográfico recente que requer bastante cuidado, no Maranhão sobre tudo a chance de inserir esta problemática é de grande relevância para o progresso da temática. Este trabalho objetiva portanto demonstrar de que forma os discursos acerca dos homossexuais durante a ditadura eram apresentados, de que maneira intervina nas sociabilidades deste indivíduos e quais instrumentos eram utilizados pelo regime ditatorial no Maranhão.

**PALAVRAS CHAVE** : Ditadura, Homossexuais, Maranhão.

### INTRODUÇÃO

Após a instauração do Golpe Empresarial-Militar tendo em vista a vitória em mãos pelas militares e classe dominante, era necessário, entretanto a tomada de decisões que desmanchasse todo o aparato do governo deposto, sendo justificada a posição adotada, como um posicionamento político almejado para a nação brasileira.

Para conferir legitimidade e legalidade, foi necessário adotar medidas legislativas emergenciais. Dessa forma, o novo regime apresentou como ação inicial um Ato Institucional, que a historiografia mais tarde classificou como “AI-1” devido as edições de novos atos semelhantes.

Ou seja, o projeto estruturado em 1964 como editado no primeiro ato deixa explícito o caráter ideológico previsto para ser posto em prática para reorganização da sociedade brasileira, e o aspecto que destacamos são a pretensa “ação restauradora da reconstrução moral”, que nos interessa para perceber desde de seus primeiros passos que articulação e estrutura de poder estava sendo posta em prática para o projeto de governabilidade para o país. A moral que deveria ser restaurada era pautada em valores militares e cristãos, com o interesse de atribuir condutas dos “bons costumes e moral” a nação no “No interesse da paz e da honra nacional e sem as limitações previstas na Constituição...” (Jornal Pequeno, 03 de setembro, 1964, p4)

---

\* Mestrando em História Social pelo PPGHIS/UFMA, orientando da Profª Drª Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira, Bolsista CAPES, email: jeff.maciell@hotmail.com

Diante disso, esta pesquisa analisará o posicionamento institucional dos aparelhos privados de hegemonia durante a Ditadura Empresarial-Militar<sup>1</sup>. Os periódicos trabalhados serão: o *Jornal Pequeno*, o *Jornal do Dia*<sup>2</sup>, *Jornal O Estado do Maranhão* grandes veículos da comunicação impressa de São Luís nas décadas de 1960, 1970 e 1980, Livro didático da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica - Néelson Barbosa nas escolas, materiais de cunho religioso produzido pela Igreja como o *Jornal do Maranhão* : Semanário de orientação Católica- *Jornal a serviço da família e do Povo* (MA) e a *Revista Brasileira*, e o *Fundamentos da Doutrina - Escola Superior de Guerra* que são os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional bases discursiva e ideológica do Regime Empresarial Militar.

As principais questões abordadas serão matérias, notícias e reportagens relacionadas a homossexualidade durante o contexto da Ditadura Empresarial-Militar relacionando o comportamento destes indivíduos como ameaça não apenas ao novo governo instaurado, mas um risco a degradação moral da sociedade, que deveria ser evitado e suprimido do meio social, estabelecendo através dos meios de comunicação - impressos e os discursos dos APH ( aparelhos privados de hegemonia) um comportamento normativo a ser seguido, ainda que não seja um discurso objetivamente nítido.

## CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO

O Estado passa então a intervir mais na vida social do indivíduo no sentido de garantir uma normatização da esfera pública com vistas a, pretensamente, assegurar o dito bem estar social. Segundo o professor de ciência política da Universidade Federal de Santa Catarina Nilson Borges (2003) a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento<sup>3</sup>, que são as bases do Regime Militar instaurado no Brasil, tem origem nos Estados Unidos durante o período da "Guerra Fria". Seus fundamentos

---

<sup>1</sup>A escolha do termo "Empresarial-Militar", , é um posicionamento dentro dos confrontos historiográficos em torno do caráter do Golpe de 64 e caracterização do próprio regime. Compreendendo que a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que reproduz várias considerações, concordamos com a aplicação do termo "Empresarial-Militar", proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra 1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe, no resalta o caráter classista do Golpe e da Ditadura

<sup>2</sup> A Biblioteca Pública Benedito Leite só possui as edições do *Jornal do Dia* de 8 de março de 1953 até 30 de setembro de 1958 e de 17 de janeiro de 1960 até 01 de maio de 1973, quando mudou de nome para se tornar *O Estado do Maranhão*.

<sup>3</sup> Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os "inimigos internos", ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que "inimigo interno" era antes de tudo, comunista e subversivos

básicos são a manutenção de um Estado forte, da ordem social e da concepção de guerra permanente e total entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, o exército brasileiro teorizou essa ideologia na Escola Superior de Guerra<sup>4</sup>, preparando quadros para gestar um Estado em regime de exceção como propósito claro, segundo Padrós de:

defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. Essa experiência teve paralelo, concretamente, nos regimes semelhantes que se disseminaram pelo Cone sul latino-americano, entre as décadas de 1960 a 1980. (PADRÓS, p.16, 2005)

Nesse sentido, a dita degenerescência dos sagrados valores instituídos pela família e pela Igreja, instâncias reguladores da ordem social, atribuída aos indivíduos homossexuais, expressos principalmente na sua busca por uma liberalidade sexual desvinculada de normas ou padrões, passam a ser vistos como expressões diretas não só da anormalidade da sua natureza pervertida como também uma clara associação ao sentido subversivo e desagregador do “ateísmo comunista” e como tal, deveriam ser diretamente combatidos em sua essência “pecadora e corruptora”.

Logo, este trabalho se propõe a responder importantes questões, tais como: de que maneira se efetuou uma regulação da sexualidade e do comportamento moral na sociedade? Quais os discursos ideológico e moral utilizados para o convencimento na sociedade civil acerca de regulação da sexualidade? De que forma os homossexuais eram compreendidos e perseguidos moralmente?

Portanto, uma vez que o Regime Empresarial-Militar durou vinte e um anos, propõe-se a analisar o esforço de uma regulação moral longo das fases do regime, tendo como foco principal, os indivíduos homossexuais, desde o início ao auge da repressão e no processo de transição para democracia.

O caráter inovador da presente análise dá-se no sentido de uma investigação da temática a partir de uma perspectiva teórica gramsciniana e bakhtiniana, ou seja, ao buscar focar o controle e a repressão moral aos indivíduos homossexuais, atrelando a isto uma demanda da pauta de uma fração da classe dominante instaurada, ou seja uma articulação de um projeto de uma classe com vistas a uma moralização nacional, e não apenas investigando o controle institucionais, mas buscando perceber de que forma os

---

<sup>4</sup> A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria.



jornais, escola e igreja materializam e legitimam esse projeto de moralização junto à opinião pública. Levando-se em consideração as peculiaridades regionais, entender como esses acontecimentos de perseguição moral a essa parcela da população reverberaram no Estado do Maranhão, colocando-o no cenário nacional dos estudos sobre homossexualidade e ditadura, desse modo, despertando o interesse para a produção historiográfica local, uma vez que a maioria dessas pesquisas ainda se concentram nos eixos centro-sul do país

Como importante subsídio teórico desta pesquisa, temos as elaborações do filósofo italiano Antonio Gramsci<sup>5</sup>. Seus pressupostos construídos ainda na primeira metade do século XX deram um novo fôlego ao marxismo contemporâneo. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Partido ajudam de forma sistemática a se pensar novas alternativas teórico-metodológicas acerca do protagonismo da imprensa escrita na construção de consensos e dissensos dentro da sociedade.

A categoria teórica “Sociedade Civil” aperfeiçoada por Gramsci contribuiu de maneira extremamente positiva para o materialismo histórico, enriquecendo a teoria marxista sobre o Estado e ratificando seu caráter classista. Isto posto, o aparelho estatal constitui-se em sentido amplo, comportando duas grandes esferas: a Sociedade Civil e seus organismos “privados”, que para Gramsci podem ser a Igreja, os meios de comunicação, os partidos políticos, as associações de classe e até o sistema educacional, responsáveis pela processo de formulação e difusão de ideologias; e a Sociedade Política, o Estado em seu sentido mais restrito, dotado de meios coercitivos como a burocracia, a polícia, o exército e o sistema jurídico.

Além dos conceitos Sociedade Civil e Sociedade Política, Gramsci destaca-se pela formulação de uma nova caracterização da categoria Hegemonia. Este conceito pode ser lido como um direcionamento político, intelectual, cultural e moral. No entanto, essa orientação está revestida de um caráter coercivo, representado pela dominação de uma classe ou fração de classe através da prevalência política, ideológica e cultural sobre outras classes ou grupo de classes.

A partir da “supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e bloco de classes e frações de classe” (ALMEIDA, 2011, p. 121), reflexo da combinação entre coerção e consenso, a

---

<sup>5</sup> Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano

hegemonia é exercida. O processo de desenvolvimento desta é quase sempre fruto do protagonismo político-social de uma classe ou fração de classe. Sendo assim, ao falarmos sobre hegemonia, faz-se necessário retornarmos a Gramsci neste ponto:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (GRAMSCI, 2005, vol 5, p. 62).

Através da análise dos escritos gramscianos, percebemos que a Hegemonia se constrói dentro da Sociedade Civil, a partir de suas entidades privadas, e acaba se consolidando dentro do Estado restrito. No entanto, a construção da hegemonia pode ser dada de forma passiva, mediante apoio disperso à fração de classe dirigente e dominante, e também ativa, através de uma adesão coletiva. Ações coordenadas e leituras eficazes dos quadros sociais, políticos e econômicos são de extremamente caros à afirmação classista dentro da sociedade.

As frações de classe dirigente e dominante em determinadas sociedades estabelecem sua hegemonia através de secundárias concessões econômicas às classes dominadas e também mediante busca incessante pelo consenso político, cultural (moral) e ideológico. Segundo Gramsci, "dominar" não é igual a "dirigir": a direção exige determinadas concessões aos grupos subordinados, para que estes "concedam", por vez indiretamente, e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo ou classe. Este convencimento é estabelecido dentro da sociedade civil a partir dos chamados "Aparelhos Privados de Hegemonia", citados anteriormente.

Os planos superestruturais, formados pela Sociedade Civil e pela Sociedade Política, e seus correspondentes aparelhos, contêm disputas econômicas, políticas e ético-culturais que suscitam o estabelecimento de uma hegemonia momentânea. Aquela classe, grupo de classes ou frações de classes que conseguem se tornar hegemônicas legitimam e universalizam seus modelos de práticas, saberes, modos de representação e autoridade.

Portanto, torna-se claro o quanto oneroso é estabelecer a hegemonia dentro da política, pois este processo demanda a modificação de valores e pontos de vista

mediante construção de novas premissas éticas que fomentam o consenso e facilitam o direcionamento ético e político de uma classe ou bloco de classes. Logo, aglutinar apoios e consensos carece de mecanismos e estratégias de persuasão e convencimento.

Considerando o sentido dos termos adotados por Gramsci como Sociedade Civil, Sociedade Política e Hegemonia, percebemos uma estreita relação entre tais. Dentro do campo da Sociedade Civil que se desenvolve e se promove a Hegemonia, mediante direção e consenso. Portanto, na Sociedade Civil existe a asserção de universalização de um projeto de classe ou de um bloco de classes, mediante os já citados “Aparelhos Privados de Hegemonia”, (Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional como escolas e universidades, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos).

Já entendido esse momento de conceituação a partir de Gramsci, é necessário compreender o conceito utilizado aqui elaborado por Mikhail Bakhtin<sup>6</sup> denominado Vozes do discurso. Bakhtin estava preocupado em elaborar uma teoria acerca dos discursos que possuísse o campo da linguística e o campo social, que houvesse uma interação dialética entre ambos, que não ocasionasse um entendimento estático sobre os enunciados, a enunciação e enunciatário. De forma heterodoxa Bakhtin percebe que os enunciados (ou discursos) são sempre carregados de outros discursos, ou seja, são constituídos no processo de elaboração da enunciação de elementos presentes em outros discursos e que reproduzem em seus enunciados heranças discursivas.

Em outras palavras, o enunciado ou os discursos produzidos são permeados por discursos antecessores ao mesmo e que são por sequencia reproduzidos, é de fundamental importância ressaltar que esses enunciados que antecedem o discurso produzido não necessariamente precisam pertencer a um indivíduo, levando em consideração o aspecto social na obra e conceitos de Bakhtin, mas deve ser levado em conta o meio social ao qual pertence quem ou algo que enuncia.

Vozes do discurso pode ser compreendido por outras formas de denominação como heteroglossia, plurivocidade e bivocalidade, porém em alguns momentos o conceito de Vozes de discurso é comumente confundido com o conceito de polifonia elaborado por Bakhtin para resignar-se ao modelo estético proposto por Dostoiévski, que relaciona literariamente as vozes do autor com as vozes dos personagens em que ambos simbioticamente pronunciavam-se na mesma sintonia dentro da obra literária, ou

---

<sup>6</sup> Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi um pensador russo que nasceu em 1895 em uma cidade provincial chamada Orel, e que morreu em 1975, na capital da Rússia, Moscou

seja os conceitos de vozes de discurso se compreende diferente de polifonia , pois nas vozes do discurso além de quem enuncia e o enunciatário existem as vozes anteriores que estão presentes na elaboração do enunciado em relação ao que esta sendo discursado segundo Bakhtin :

Todo conjunto verbal, se for grande e criativo, constitui um sistema de relações marcado pela complexidade e pela pluralidade de seus níveis. Uma atitude fecunda para com a língua exclui a palavra separada da voz, a palavra da pessoa. Em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas (a voz dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente.( BAKHTIN ,1997,p.353)

Dessa maneira, os discursos apresentados no jornais acerca dos indivíduos homossexuais, estão sempre envoltos de discursos concomitantes que reproduzem o mesmo tom enunciativo, como apontado neste texto anteriormente sobre a Doutrina de Segurança Nacional ,pautada em uma ideia moralizadora em que assegura a unidade familiar instruída apenas entre os agentes sociais como homem e mulher em um modelo cristão, que também são os discursos apresentados e produzidos pela igreja em suas liturgias e direcionamento ideológico religioso a partir da biblia e de materiais eclesiásticos doutrinários, assim como os discursos direcionado ao condicionamento moral e civil oferecido na escolas pela Educação Moral e Cívica obrigatória a fim de moldar esses corpos sociais para um fim útil ao convívio em sociedade, a partir de uma perspectiva padrão e moralizatoria expressas no livros didáticos.

Condenam portanto, toda e qualquer configuração familiar e de comportamento que torne disforme esta concepção institucional (família) , que neste caso põe em risco o comportamento e existência social dos indivíduos homossexuais, destoantes destes parâmetros veemente assegurados pela base do regime empresarial-militar, que se reproduzem nos discursos dos aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil afim de construir este consenso em torno destes comportamentos rerepresentando estes discursos a partir de enunciados existentes anteriormente a eles, as vozes do discurso, pois o discursos segundo Bakhtin

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e

servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2009, p. 42)

O que daria origem a esta forma de construção do consenso, a partir do uso de aparelhos privados que presentes na sociedade civil como Jornais, Revistas, Mídias em suas diversas naturezas como Rádio e TV, de forma discursiva que demonstrem o tom ideológico e moral contido nestes enunciados a fim de cumprir um papel legitimador para a regulação da sexualidade dos corpos sociais, alcançando diretamente na materialização dos comportamentos sociais para a instituição de um padrão, dessa maneira de na tentativa da construção de consenso e de coerção do indivíduo, para este estabelecimento de regulação moral pois segundo Bakhtin os discursos produzidos “influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação... no processo de explicitação dos principais modos de comportamento” (BAKHTIN, 2009, p. 44-45).

Portanto compreende-se ainda que discursivamente exista uma tentativa de materializar um conduta comportamental a partir dos padrões compreendidos e ordenados pelo próprio regime, acerca de uma orientação sexual única e de um comportamento de dominação da expressão de comportamento de homens e mulheres, a partir de outros discursos de APH presentes e afinados com o discurso oficial, ou seja, uma anunciação de base ideológica pois “a palavra pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (BAKHTIN, 2009, p. 37).

É um projeto reorganização moral da sociedade com base em elementos de reconstituição moral em prol de um ordenamento social, um seguridade da instituição familiar em nome da segurança nacional, portanto ideologicamente estas regulações se apresentam legitimadoras de um processo ideológico nestas instancias privadas na sociedade civil atreladas a fração de classe que ascendeu ao poder durante o regime empresarial-militar em que estão situados dentro de uma classe media brasileira moldada em bases cristas e assegurando junto aos militares os valores que devem ser mantidos em manutenção, configurando portanto na perspectiva de um Estado Ampliado, uma ação de poder pois segundo Bakhtin

toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro, ou à coletividade (BAKHTIN, 2009, p. 117).

Os elementos utilizados para efetuar na sociedade civil discursivamente essas regulações de comportamento e sexualidade extirpando qualquer conduta que considerada “desviante” do padrão por estes estabelecidos , são de caráter ideológico moral, os APH elaboram no campo discursivo a forma como estes sujeitos são constituídos socialmente pois “toda palavra é ideológica” (BAKHTIN, 2009, p. 126), e a ideologia é propagar que as praticas homossexuais são uma violação a moral e aos bons costumes, condutas sociais aprazíveis a ordem social e ao bem comum a humanidade, portanto é demonstrar que deve-se estar atento a corrosão que estes indivíduos podem trazer para a dinâmica social com vistas a um caos da moralidade que levaria a todos a um grau de subversão e desordem propensos as praticas antinaturais, ao ateísmo e ao comunismo.

Portanto, é necessário manter um respeito as normas estabelecidas pelo Regime Empresarial-militar atrelado aos discursos de outras instituições na sociedade civil, os APH, para a saúde dos valores e regras morais e sociais instauradas.

Desta forma compreendemos que o uso dos APH tem uma função discursiva ideológica para uma ação não somente coercitiva mas da tentativa da organização da vontade coletiva pois “todos os índices de valor com características ideológicas realizados por um organismo individual constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se exteriorizam no material ideológico” (BAKHTIN, 2009, p. 46). Através do consenso ideológico e político é que tenta-se construir esta hegemonia, como um convencimento dos aspectos morais, ideológicos e políticos instaurado dentro do seio da Sociedade Civil,

Através do processo de formação de consenso nesta sociedade, diante dos discursos apresentados nos jornais, nas praticas educativas das disciplinas escolares e os discursos contidos nos livros didáticos representando a Escola, a Igreja através dos discursos contidos na revista brasileira e os discursos produzidos pelo próprio regime através da doutrina segurança nacional a partir dos fundamentos doutrinários da escola superior de guerra, pois eram indivíduos expurgados pelo regime autoritário, por diversos momentos repudiados pela esquerda e condenados pela igreja à sociedade.

## **HOMOSSEXUAIS EM FOCO**

No bojo do cenário político instaurado pós 64, é possível inferir de que maneira não apenas as mulheres como representantes máximo da feminilidade, mas também, homens que adquirissem um comportamento social que se aproximasse ou assemelhasse a este padrão feminino era visto como “padrão desviante”<sup>7</sup>. A estes era destinado um lugar mais insalubre de condições sociais, não apenas pela sua orientação sexual, que resumia-se apenas pelas práticas sexuais “invertidas”, “abomináveis”, “pecadoras”, mas também pelo comportamento caricato e próximo daqueles destinados apenas às mulheres.

No cenário político do Regime Empresarial-Militar, após o Golpe de 64, estes processos de opressão de comportamento, padronização de comportamento social, condicionamento de expressão e uma construção de consenso em torno destes padrões normalizantes, vão assumir posturas de enfrentamentos diretos a refração destes indivíduos no meio social.

A família é um dos pontos relevantes para entender de que maneira estas organizações sociais configuram-se e discursivamente propõe a constituição dos sujeitos. Em um modelo cristão, a constituição da família se dá de maneira sólida apenas na união entre um homem e uma mulher, definidos socialmente, o que não deixa brechas e nem arestas para qualquer outro tipo de natureza de relações.

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade”.( Relatório do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família, 1975)

Desta forma, a utilização do discurso em proteção da família, tendo em vistas os subversivos não apenas da ordem moral, mas incluindo em um tipo de desordem natural da condição humana, os homossexuais são alvo fácil e rápido como principais agentes sociais danosos à continuidade do bem estar de convívio social, são caracterizados

---

<sup>7</sup> Desempenha um padrão de comportamento social diferente daquele que era esperado para o sexo biológico que possui, atua em descompasso a sua natureza biológica.

como indivíduos não preparados para conviver socialmente e uma ameaça latente à preservação da instituição familiar.

O conhecimento das características estruturais e do funcionamento das instituições sociais mais significativas de uma nação é indispensável à compreensão da forma como atua seu Poder Nacional. Esses aspectos conquanto abrangentes, ficarão incompletos se não se levarem em conta os valores do grupo

Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram na família, destacam-se as do sistema de papéis e, em decorrência, as do conjunto de direitos e deveres de cada um de seus membros. O diálogo espontâneo entre pais e filhos, entre cônjuges e entre irmãos, vai crescendo em importância facilitando os relacionamentos através da participação e do companherismo, acelerando o processo de maturidade. O diálogo aparece também como substitutivo de todo um sistema de autoritarismo e intolerância dos pais e, através dele, em vez de imposição de vontades e de pontos de vista intransigentes, transmitem-se e cotejam-se experiências (Manual Básico, 1986: p.88-89)

Tal Discurso produzido por conservadores de Direita e pelos militares, que possuem uma extrema aversão aos homossexuais que são vistos como prova do fracasso da condição de macho e de homem, traidores da natureza masculina, considerados, também incapazes de desenvolver qualquer trabalho dentro da corporação que lhe exigisse força ou alguma habilidade que lhe impusesse coragem ou agilidade, desprovidos de quaisquer uma dessas virtudes, eram chamados de pederastas<sup>8</sup>.

Estes discursos constituem aplicabilidade prática nas sociabilidades e constituição destes indivíduos, que são suprimidos, perseguidos e rechaçados discursivamente e moralmente no meio social a partir destes elementos paradigmáticos trazidos nos jornais ou em qualquer meio de comunicação, que de alguma maneira estão afinados com o discurso base para a instauração e manutenção do regime empresarial-militar instaurado. Outro discurso que interdiscursa com os jornais são os próprios regimentos na corporação militar. Os militares preveem em seu Código Penal Militar punição para a prática de “Pederastias” ficando claro o posicionamento dentro da corporação militar reacionário às práticas homossexuais, segundo o Código Penal Militar

---

<sup>8</sup> Homens que mantinham práticas sexuais como outros homens e que na Grécia era uma relação mantida entre um neófito e um homem experiente.



Inclui-se entre os crimes sexuais nova figura : a pederastia ou outro ato de libidinagem , quando a sua prática se der em lugar sujeito à administração militar. É a maneira de tornar mais severa a repressão contra o mal, onde os regulamentos disciplinares se revelam insuficientes(Código Penal Militar,1969,p.18)

O Homossexual não poderia assegurar a continuidade familiar, pois é uma considerada parcela estérea da relação humana, o que levaria a um total colapso sobre a preservação humana de continuidade. Representa um tipo de perversão moral que contagia aos menores e a idoneidade do lar com a sua promiscuidade latente pelos seus desejos libidinosos expressivos. Sob tais discursos se propagava a supressão dos homossexuais do seio da sociedade não apenas civil, mas militar.

Neste cenário político tenso de polarização entre a Direita e Militares de um lado e Esquerda (Comunistas/Subversivos) de outro, poderia inferir que a esquerda tinha como principal objetivo atender as demandas de subversão da sociedade com o objetivo da derrubada do regime autoritário vigente, apoiando, por sua vez, movimentos ou agrupamentos de cunho subversivo. A partir disso, influenciados pela bandeira do comunismo, pautada na liberdade revelada e executada em todas as suas faces.O destoamento entre as práticas de luta dos movimentos de esquerda e a não inserção da causa dos homossexuais como ponto de reflexão.

A esquerda, mesmo que sustentada por estes ideais, não demonstra através de suas ações apoio à causa dos homossexuais. Pelo contrário, o movimento dos homossexuais não encontra apoio na esquerda, esbarrando diante também de outro enfretamento dentro da própria esquerda, o que provoca o isolamento dos homossexuais.

Assim a fração conservadora provoca o esfacelamento de homossexuais declarando seu expurgo, e a Esquerda assume a mesma postura, absorvendo o mesmo discurso diante desta realidade, assegurando que homossexuais são realmente o problema de padrão desviante.

No entanto, as lutas de mulheres, homossexuais e negros não passam a ser prioridade de pauta deste lado da linha partidária, não sendo visto como propício um enfretamento de ordenamento minoritário, dentro do arco das lutas maiores, de combate do operariado em oposição as forças capitalistas de opressão. Todos os outros movimentos sociais de lutas são subjogados ao movimento do operariado.

A atuação do poder que antes estava definido apenas por parte do Estado, compreendido no seu sentido restrito, agora também estava reproduzido dentro da sociedade civil, de diversas maneiras de organizações para os encontros das classes em torno da construção da hegemonia de um projeto da fração de classe dominante conservadora.

É na sociedade civil que se desenvolve os projetos acerca da construção hegemônica, tendo como ponto de partida, o direcionamento e construção do consenso, a fim de exercer a dominação de um ideal de uma classe mediante a atividade da construção de consenso, ao tornar um projeto moral e político de vida social um caráter hegemônico.

Neste sentido o impresso aqui analisado, *O Jornal Pequeno*<sup>9</sup>, marcado por um forte cunho popular, posiciona-se politicamente contrário as atitudes do governo do Estado do Maranhão. Seu apelo popular e sua opinião ao governo estadual não impede que o impresso demonstre o mesmo posicionamento em relação aos homossexuais, considerados como “Transviados”.

A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969)

A reportagem mostra que homens “anormais” devem se portar apenas no ambiente privado segundo suas necessidades de uso de trajes, e não devem avançar ao seio da dinâmica social. Neste caso fica nítida a construção que é feita sobre o homossexual, assim como o tipo de atuação na corporação policial deveria ter “pode delegado de polícia prender homem que anda pela via pública vestido de roupas femininas, com cabeleira e enfeitos femininos, provocando escândalo, ou simplesmente atraindo a atenção pública? Pode e deve”( Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. )

A Polícia, portanto, tem posturas violentas e agressivas com indivíduos que apresentam comportamento semelhante aos homossexuais sendo necessário, portanto, prendê-los para assegurar a ordem pública. Discursos como estes em jornais tentam, construir consenso sobre a postura desordenada e “anormal” que estes homossexuais

---

<sup>9</sup> Jornal Pequeno é um [jornal brasileiro](#) que circula em [São Luís](#), capital do [Maranhão](#). É o segundo jornal mais antigo do estado, perdendo apenas para [O Imparcial](#). Circula desde 1951. O Jornal Pequeno se notabiliza pelo combate ao esquema político chefiado e instalado pelo [José Sarney](#) em [1966](#).

tem na cidade de São Luís. Esta reportagem é transcrita do jornal *O Povo*<sup>10</sup>, da cidade de Fortaleza, relatando a vida social da cidade questionando a ida de “invertidos” às casas e clubes de “bom comportamento”, impedindo a circularidade de tais indivíduos por uma questão moral.

A presença de discursos transcritos de outras cidades para São Luís, nos faz refletir sobre o propósito de reportagens, como estas, estarem asseguradas dentro das páginas do impresso ludovicense, uma vez que o ocorrido não se passou em São Luís. É a partir disto que se encontra espaço para entender a construção do consenso em torno desta temática.

Os homossexuais como ameaças que são, precisavam de alguma forma serem detidos e toda a sociedade brasileira precisaria ser alertada. Trechos como esses transcritos nos fazem inferir primeiro sobre o mecanismo de interligação de notícias que circulam nacionalmente, do discurso do Regime Empresarial-Militar autoritário sustentado nos preceitos de ordem social e segurança nacional da ESG.

As notícias reproduzidas tem o intuito de atingir propósitos específicos. Assim, ao relatar o caso de homossexuais circulantes nas casas de boas condutas da cidade de Fortaleza que incomodam a sociedade “casta” e moralista, compartilham as ideias de realocação destes indivíduos cada vez mais em espaços privados, sua condenação como corrosivos à moral e, principalmente, como agentes mensageiros da subversão. Aqui é atribuído um segundo aspecto: a dimensão pedagógica (de uma autoritária pedagogia), através deste tipo de censura moral de acordo com Fico (2001).

Neste sentido, os jornais apresentam um discurso afinado com o planejamento de moralização da sociedade. Os considerados como “transviados” deveriam ter espaços reduzidos socialmente, e seu comportamento lapidado e enquadrado.

Setores da sociedade, regidos pelos embasamentos morais cristãos, em honraria e asseguridade da família pelo convívio com os homossexuais seria afetada, uma vez que, conforme a reportagem “se sair porém para via pública haverá de convir que provocará escândalo com a sua anormalidade com prejuízo para formação de jovens de ambos os sexos, especialmente crianças”( *O Jornal Pequeno*, São Luís, 23.06.1969. )

Absorvem cada vez mais o discurso de anormalidade deste indivíduos, tornam-se indesejáveis, não apenas pelo próprio regime, porém por parte considerável da

---

<sup>10</sup> Fundado em [7 de janeiro](#) de [1928](#) por [Demócrito Rocha](#), em seu primeiro editorial, *O Povo* defendeu o propósito de um jornal "defender dos interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes", da época, e capaz de "levar o desenvolvimento ao Ceará".

sociedade civil. Esta condição entre a animalidade e a humanidade sobre os homossexuais era comumente propalada. Como exemplo podem ser citadas as disciplinas de caráter normalizador presentes nas Cartilhas de Moral e Cívica, nas quais o "errante" deveria ser coagido a conserta-se para o convívio de bem estar.

O trabalho deveria ser outro componente de exclusão moral destes "homens efeminados", não sendo possível inserir-se no ambiente de trabalho na mesma condição de aceitação, restringindo-se cada vez seus espaços. Os homossexuais travestis, por exemplo, tinham na prostituição um mercado de trabalho que poderia se constituir em um setor para elevados lucros e investimentos para aqueles que controlavam a atividade.

A distinção de espaço público e privado para circulação destes indivíduos fica clara por diversas vezes "*se o indivíduo não passar além dos batentes de sua casa*", assegurados por um "limite da tolerância social". O Estado deveria garantir aos cidadãos que os "invertidos" permanecessem dentro de espaços privados, pois "o limite da tolerancia social, devem ser custodiados correccionalmente em nome da moral pública."(Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969.)

Ainda que algumas destas reportagens analisadas estejam presentes no Jornal Pequeno, que apesar de ser um periódico de característica popular, posiciona-se em certas questões como política e economia contrário ao regime empresarial militar. No tocante aos aspectos morais, da família, dos bons costumes, as reportagens apresentam um alinhamento ao discurso assumido pelo sistema ditatorial repressor sobre parcela marginal da sociedade, neste caso os homossexuais.

Os enfrentamentos da classe artística, das mulheres, da imprensa, são recorrentes durante este período de cerceamento das liberdades. A liberdade dos homossexuais também são suprimidas, mas os enfrentamentos são isolados, ou de pequenos agrupamentos e não de movimentos, que ocorre apenas no fim da década de 70 e 80.

O regime empresarial-militar, através de seus mecanismos de coerção e controle detinham quaisquer tipos de rebeldia ou revolta subversiva, ainda que não política, mesmo não declaradas ligações partidárias e políticas deste grupos homossexuais, afinal não eram compreendidos também pela esquerda para que desse apoio à causa, estes também o consideravam um mal social.

No Jornal do Dia<sup>11</sup>, jornal que assume sempre uma postura a favor ao regime empresarial-militar em suas diversas reportagens, publica uma reportagem que tem por título "As bonecas pernambucanas engrossam com a polícia" que relata um caso de enfretamento de travestis que queriam sair durante o período carnavalesco a fim de usufruir das diversões na cidade do Recife, mais precisamente na Av. dos Guararapes, uma das principais avenidas do centro da capital pernambucana, e são impedidas pelos policiais.

As “ Bonecas” Pernambucanas resolveram realizar no Carnaval o primeiro baile das bonecas, “contra tudo e contra todos e sem ligar para a proibição da Policia”

“o sr.Juraci comerciante um dos lideres do movimento revelou que na reunião compareceram dezenas de travestis.Tendo explicado que o primeiro golpe que recebemos este ano foi a proibição de nós oribirmos pelas ruas.Imagina que Bebete, gastou 450 cruzeiros com uma maxissaia e sonhava desfilar pela Avenida Guararapes, e agora não será possível.” (Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971)

Relata que na pessoa de Sr. Juraci Pereira, um dos líderes do movimento, reuniram-se dezenas de homossexuais travestis, para discutir a proibição das mesmas para sair para a atividade brincante do carnaval.

O trecho acima demonstra a forma de organização da luta desses homossexuais para garantia apenas de seus direitos de mobilidade na cidade, trajando seus adereços, o que poderia ser um risco à moralidade. Não há um viés de perigo político direto, mas os maus costumes, a corrosão da moralidade trazida por estes indivíduos poderia ser solo propício aos jovens para servir de mola propulsora para subversão.

A presença desta reportagem no Jornal do Dia demonstra novamente a tentativa criar consenso com o objetivo de impedir tais movimentações na cidade de São Luís, demonstrando à sociedade de maneira pedagógica aquilo que deveria ser seguido e o que deve ser repellido. Uma manobra de controle elencando inimigos internos que deveriam ser combatidos pela "revolução democrática" em prol da ordem e ao cidadão padrões de comportamento para garantia da continuidade da instauração da instituição familiar, base única da paz e a segurança nacional.

---

<sup>11</sup> Jornal fundado em 1959, tinha como principais noticias esporte e colunas sociais,posteriormente é comprado em 1973 pelo ainda então Governador José Sarney e Bandeira Tribuzzi e torna-se o Jornal O Estado do Maranhão.

As manobras de construção de consenso, coerção e controle, se dão em diversas naturezas e se apresentam pulverizadas no seio da sociedade civil, milimetricamente pensados, em um nível de sofisticação elaborado para atingir ao seu real objetivo: a manutenção dos militares no poder e da classe dominante beneficiada, atendendo às demandas desta classe, garantindo, portanto, a segurança nacional daquilo que por eles mesmos foram oficialmente elencados como ameaça nacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto é uma pequena demonstração de como a perseguição moral se estrutura sobre os homens homossexuais, a fim de enquadrá-los socialmente através de ferramentas do próprio Estado numa perspectiva de um Estado Ampliado em prol da garantia de um Estado de segurança nacional, a partir da participação dos jornais através de seus discursos para conseguir configurar a sociedade civil da maneira esperada para garantir o poder e a manutenção das classes que ascenderam ao poder a partir de 1964.

Assim, como se pôde inferir, que estes agrupamentos homossexuais não se fixam em um panorama político durante os meados da década de 60 e meados da década de 70. São considerados uma ameaça à ordem pública, pelos conservadores, e não constam na pauta dos movimentos de esquerda. Nos primeiros momentos de transição, já é possível perceber uma dinâmica e movimentação em apoio a estes grupos, mas até então o que esteve sobre a mesa para esta mesma oposição são as questões recorrentes ao massacre do capitalismo sobre a classe operária.

Indivíduos homossexuais sofrem opressão, coerção e violência moral durante o período da ditadura, por não terem esteio o suficiente para um engendramento no panorama político, para que pudesse ter apoio. Inevitavelmente é um discurso político de ordem e segurança travestido de um discurso meramente moralista sobre estes indivíduos homossexuais, cercado do apoio da igreja, do regime autoritário e negligenciado dos campos de esquerda. A moral assegurada propagava o conservadorismo, no qual homossexuais jamais seriam encaixados.

Este reordenamento moral em que relocam estes indivíduos homossexuais para um enquadramento e um destoar do eixo dinâmico social, é perceptível e presente nos discursos dos jornais ,como principais fomentadores deste consenso acerca destas questões dentro desta sociedade , a partir de um balizamento destes discursos com discursos moralizantes anteriores, que são extremamente conservadores e suprimem

toda e qualquer forma de comportamento que se destaquem do modelo por eles propagados.

Dessa forma, é possível identificar o papel fundamental da imprensa em instaurar dentro da sociedade civil uma forma de perseguição aos homossexuais, travando um guerra discursiva em nome da moral, dos bons costumes e da seguridade familiar e nacional, atrelando portanto estes indivíduos homossexuais enquanto principais responsáveis pela degenerescência da capacidade humana de permanecer lúcido para escolhas políticas, sociais, sexuais e religiosas consonantes com os discursos daqueles estabelecidos no poder.

Portanto, a partir destas análises podemos afirmar que interpretamos uma regulação insaturada solo maranhense, independente de seus posicionamentos políticos, afim de erradicar ou remediar o comportamento homossexual, mesmo que no Maranhão não tenha se instalado uma repressão coercitiva estrutural e ativa em relação a “correção” destes indivíduos ,como podemos verificar em outras localidades do sul e sudeste do país, inferimos que havia uma repressão moral consensual , cruel, organizada e pragmática que tiveram êxitos em efeitos políticos, sociais e morais que nos alcançam ate os dias de hoje na sociedade civil acerca dos homossexuais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. Revista Com Política, n.1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. P.353

BORGES FILHO, N. ; A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). Brasil Republicano. 1ed. Rio: Civilização Brasileira, 2003, v. IV, p. 14-42.

CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Hílton Lobo. Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis Complementares. São Paulo: Editora Atlas, 1971.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de

Janeiro: Campus, 1989.

FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 102-108

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhate. 36

ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2009, p. 132.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Editora Vozes, 2ª edição, 1984

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, segurança nacional e Terror de Estado. Revista História e Luta de Classes ,ano 3-Edição nº 4, 2007.

SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

## **DOCUMENTAÇÃO**

Código Penal Militar. Decreto-Lei Nº 1.001- de 21 de Outubro de 1969. Coleção LEX nº 16. Dos crimes Sexuais, Pederastia ou outro ato de Libidinagem, P.18

Relatório do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família. Rio de Janeiro, ESG, 1975.

Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Jornal Pequeno, São Luís, 03 .09. 1964. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite

Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite



## **MODOS E MODAS: UM NOVO OLHAR PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.**

*Jéssica Mayara Santos Sampaio<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A moda envolve as representações do cotidiano, comportamentos sociais e os discursos presentes no espaço público e privado. Estudar distinção social através de modos e aparência permite compreender as transformações na vida urbana, que construiu novas relações, bem como os discursos e as práticas que ajudavam a expressar diferentes distinções e hierarquizações. Este trabalho apresenta a questão modos e modas, como uma abordagem de ensino de história que possibilita compreender as transformações de sociedade, as representações de gênero em relação ao contexto urbano e social. Busca-se analisar a remodelação de costumes e hábitos da sociedade, expressos principalmente nas novas indumentárias, etiquetas e comportamentos de homens e mulheres. Objetiva-se dar ênfase às possibilidades de abordagem dessa temática em sala de aula, que levam à compreensão de alguns aspectos da cidade de São Luís entre 1930 a 1950.

**Palavras-chave:** Ensino de História. São Luís. Moda.

O estudo sobre moda é uma das variedades do campo da História. Relaciona-se com todas as esferas da vida social, mudanças no cotidiano e cenário urbano, hábitos e padrões sociais estabelecidos, assim como abre possibilidades de pesquisa sobre a construção da identidade, relações econômicas e políticas, bem estar, beleza e aparência, mostrando que através dos discursos e práticas que envolvem esses aspectos, é possível a compreensão acerca das representações da vida, costumes e modificações que ocorreram na sociedade. Por outro lado, a moda também proporciona a análise de características de gênero, marcadas pela definição dos papéis de homens e mulheres na sociedade, entre outros pontos que podem ser trabalhados detalhadamente devido à amplitude do tema, como os discursos presentes nos periódicos que visavam enquadrar e moldar padrões para mulheres e homens.

Desta forma estabelece o diálogo com outros campos da história, o que torna a investigação ainda mais rica, com a diversidade de questionamentos que surgem ao explorar esse universo levando em consideração a moda e o cenário em que está inserida. A própria amplitude desse tema no âmbito acadêmico, também é uma novidade. Os assuntos mais abordados eram voltados para outros tipos de questionamentos e críticas, como a visão da cidade através da política de

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST).

determinado governante, ou o capital financeiro que envolve uma sociedade. A discussão sobre comportamento, vestimentas, o gosto pessoal, a inserção dos indivíduos em grupos sociais, surgiu com a História Cultural, trazendo um leque de abordagens que até então ainda não tinham sido feitos em pesquisas mais tradicionais.

A moda tem seu papel na disputa do espaço social, pois “está relacionada com o mostrar-se através da utilização de elementos que facilitam a diferenciação das camadas sociais, como um meio de visibilidade e manutenção da posição social” (SCHPUN, 1999, p.126). Por isso, existe a possibilidade de observar os traços entre o indivíduo e a sociedade, principalmente no que diz respeito às alterações de comportamento, espaços de sociabilidade, mudança do cenário urbano e preocupação com o corpo e a beleza.

Nesse sentido, pretende-se analisar as transformações sociais no contexto urbano da cidade de São Luís, por meio da análise da moda e das representações de gênero no período de 1930 a 1950. Abordagem que se torna pertinente, na medida em que busca elucidar como a indumentária e o comportamento transmitem informações sobre a sociedade, maneiras de ser e agir, portanto, remete o estudo da moda como significativo às análises das relações sociais e de gênero.

Para a investigação, levamos em consideração que as práticas sociais e as representações envolvem a forma como os hábitos e costumes são adotados, seja por meio das estratégias para conseguir chamar atenção ou pelo simples fato de poder ser notado em determinada ocasião, por isso a moda está tão presente nas permanências e mudanças sociais. No século XIX, as mulheres viviam reclusas ao privado, ao comprometimento com o bem estar da família e à preocupação com tudo que se referia à manutenção do lar, por isso só era possível observar adornos, vestimentas e comportamentos em datas selecionadas, daí a necessidade de esbanjar riqueza e refinamento, em locais e situações alheias ao cotidiano feminino. No início do século XX, com uma dinâmica diferente de vida, as primeiras décadas foram marcadas pela singularidade, estranheza e agitação.

Os hábitos, costumes e a moda configuravam um novo enquadramento no contexto histórico, pois começaram a demonstrar as expectativas, modo de pensar, a individualidade e a organização da sociedade, envolvendo esse caminho entre público e privado, juntamente com a intensidade da modernização, por mais que fosse sentida com muito mais força em outras cidades, também deixava seu vestígio em São Luís, capital do estado do Maranhão. No momento em que são criados novos espaços de lazer, questões como higiene e saúde estavam em evidência, sob o olhar da busca de

resultados efetivos para a diminuição de doenças e sujeira, a circulação da presença feminina burguesa em locais que antes não permitiam suas manifestações, a não ser em momentos festivos ou de reuniões, passou a ser permitida se fosse acompanhada pela família ou pelo marido. Informações e discursos presentes nos jornais deixavam claro quais regras deveriam ser seguidas para se tornar um indivíduo moderno, que visava progresso, mas que seguissem os padrões estabelecidos de moralidade e bem estar sociais.

A moda conversa com os debates sobre gênero, pois entre a análise das práticas e representações na sociedade, estão as determinações impostas aos indivíduos através do contexto social, por meio dos “relacionamentos familiares, formas de expressar a sexualidade, ideias sobre maternidade e paternidade, os modos como se dão as relações de trabalho, a divisão de tarefas ou a distribuição social” (PINSKY, 2009, p 32) de poder e liberdade. Todos esses fatores tem ligação com a dinâmica da sociedade, a partir de condutas, práticas e do discurso construído por meio das relações sociais, que funcionam como estruturadores das ações e normas que circulam na sociedade e influenciam o desenvolvimento de discriminações, contestações e conflitos entre homens e mulheres.

As relações de gênero estão presentes nesse campo da história, pois apoiam-se em discussões sobre a condição feminina, práticas políticas, econômicas e sociais, que também fazem parte dos processos históricos em que as relações sociais são marcadas e definidas pelas relações de poder, em que é possível fazer ligações entre uma diversidade de aspectos que permitem o entendimento sobre práticas, condutas e influencias.

O tema moda e transformações sociais, também permeia aspectos fazem parte da historiografia, como cultura, identidade, memória, representações; o que nos leva a dar destaque à importância do tema e à quantidade de informações que fogem à problematização, devido às reduzidas pesquisas feitas em São Luís.

A História Social da moda e dos costumes refere-se às transformações culturais, econômicas, etc, e o modo como esses aspectos se articulam com as mudanças e as condições de padrões estético, de comportamento e morais. Desse modo, há uma preocupação voltada para a análise dos discursos presentes na documentação: jornais, revistas e obra literária, devido à existência de um discurso normatizador, que tinha a função de afirmar na aparência e nos papéis sociais, as definições de gênero dessa sociedade, que também marcavam as distinções e hierarquizações de classe. Para além

desse ponto, Lipovetsky (2009, p.43) afirma que “a moda desenvolve a reivindicação da individualidade”, e se tornou um meio de expressão e visibilidade.

As vestimentas e adornos traduziam a influência da economia no comportamento moral, social e na elegância. Tornou-se importante considerar a aparência um referencial de mudança social, visto que, a roupa foi modelada por um discurso indicado “por um sentimento de vir a ser, configurado pelas expectativas e desejos da sociedade” (BONADIO; MATTOS, 2011, p. 18). Ainda assim, vale lembrar que a moda gera símbolos que levam às diferenciações sociais. De acordo com Halbwachs (1990, p.48), “cada sociedade recorta seu espaço a seu modo, para construir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças.” Nesse recorte, a memória pode sofrer manipulação seja através de um documento escrito, oral, imagético, pois é importante lembrar que no espaço se delineiam relações de pequenos grupos dominantes, que manifestam suas histórias e suas tradições, embora essa inserção seja desconfortável para a maioria dos indivíduos que não participaram desse processo.

A moda nem sempre foi vista como um instrumento que possibilita análises. Por isso Calanca (2011, p.37), afirma que a desvalorização desse estudo pode ser “compreendida dentro de um âmbito historiográfico mais amplo, (...) alguns historiadores definem a historia social como uma “nova história” e outros como “uma história fraca”. No entanto, a investigação sobre modos e relações sociais é capaz de reconstruir os âmbitos político, econômico e social através das roupas que funcionam como símbolos de distinção, mas constituem na perspectiva de gênero: normas sociais e a própria construção das relações entre homens e mulheres.

Para a autora (2011, p.39), o historiador que estuda a indumentária tem a possibilidade de trabalhar com questões culturais, “o consumo ostentatório, a representação simbólica das hierarquias econômicas e sociais; a distribuição das marcas de origem; questões repletas de conteúdos morais e sujeitas” a uma evolução que se estende durante todo o processo histórico, mas que se dá de forma gradativa e complexa, pois ocorre de um século a outro.

As vestimentas, ornamentos, comportamentos tem valor no jogo das aparências. O campo da moda é cercado por objetos de significação e valor. Logo, a satisfação em utilizar esses é necessária para o âmbito pessoal, pelo uso de um objeto que marca o indivíduo com condições econômicas, status, identidade e também pelo lado do grupo social em que está inserido, que aumenta o valor e o motivo do consumo de

determinados itens para que sua presença seja notada em espaço público e se diferencie dos demais.

Além disso, pode-se voltar o olhar também para a importância das memórias e identidades dos menos privilegiados. Já que as representações levam à uma constituição de manutenção de classes, de modo que a história oficial mostra uma face dos acontecimentos, apresentando apenas a visão de grupo, que se vale dos vestígios a seu favor. A importância desse estudo está na investigação acerca da moda e das representações com a intenção de refletir sobre a importância e valorização do conhecimento da história da cidade de São Luís, mostrando que é possível estudar história através da forma como os indivíduos se vestem e se comportam em sociedade.

Os conceitos de moda, comportamento e transformações sociais fazem parte do processo historiográfico, assim como as categorias e a documentação, configurando a importância desta pesquisa e as informações que surgem com a ampliação das linguagens que envolvem esses aspectos da investigação histórica. Dessa forma, pode-se afirmar que são pontos essenciais para entender as singularidades das relações sociais, as expressões de individualidade e aparência, e o cenário estrutural urbano em que as formas de sociabilidades se fixavam.

O próprio espaço ocupado representa uma distribuição de poder e status. A moda, os costumes, até os móveis e adereços, tudo lembra a organização social. O que é adotado por indivíduos economicamente abastados são aspectos que passam a ter valor de acordo com quem está usando, o ambiente em que está localizado, sem contar especificamente a sua função, e sim, características que movimentam a vida e o status social, pois de acordo com Halbwachs (1990, p.145) “é necessário que a todo instante cada parte saiba onde encontrar a linha que delimita os poderes que elas tem, uma sobre a outra”.

As cidades podem se transformar, mas a diferenciação entre os indivíduos surge de acordo com o equilíbrio e a adequação às novas condições, de modo que seja desenvolvida a legitimação dos grupos sociais através das relações estabelecidas entre os que detém maior prestígio e os que não se adequam às imposições econômicas, políticas e sociais exigidas por essas disputas.

A moda e a identidade são elementos presentes nos segmentos mais abastados e nos com condições econômicas mais restritas. Por não dispor de ferramentas iguais na balança social, são considerados fatores que aumentam significativamente o distanciamento entre as classes sociais. As mais favorecidas estão em busca de

mudanças e novidades, para criar possibilidade de identificação visual com seu status na sociedade, revigorar as relações para garantir o sentimento de pertencimento, com a finalidade de esbanjar, identificar a posição social.

O sentimento de pertencimento está relacionado com a aparência, o ser e o possuir, de acordo com o crescimento dos investimentos para aparecer nas ruas, festas e reuniões, que poderia ser notado nos trajes elegantes vestidos pela classe burguesa e camadas médias, pois além de manter vivo o refinamento, cooperava para revigorar as relações políticas, econômicas e sociais. Assim, a moda era responsável por produzir símbolos e padrões de refinamento, para estabelecer que a integridade do círculo social fosse consolidada e fortalecida e evitar a aproximação ou semelhança com outros segmentos sociais.

É necessário aprender a interpretar os costumes, valores, discursos, presentes em cada período da história, devido a dificuldade de identificar em uma primeira impressão, as deformidades apresentadas pelas fontes, que em grande parte são construídas com intenção, baseadas em opiniões e o interesse fixar uma verdade. As fontes são tratadas como um armazém de informações, que podem ser munidos de inúmeras revelações, mas são construídos através de registros e processos do cotidiano, peculiaridades de grupos e da memória dos indivíduos.

Nesse sentido, as relações entre os indivíduos e o ambiente são submetidas à regras de controle. As roupas deram visibilidade ao corpo, os cenários urbanos se reconfiguravam com as inspirações vindas de outros países e até mesmo de outras capitais; a estruturação das definições dos papéis sociais e das relações de gênero na sociedade, embora as convenções sociais obrigassem a manter um padrão tradicional e social, de acordo com os costumes estabelecidos.

Belo, feio, moderno, urbano, novidades, sociabilidades. Os conceitos podem ser alterados e distorcidos, de acordo com as dimensões tratadas da realidade estudada. Levando em consideração que o sentido destes está relacionado com as possibilidades de interpretação, a palavra não carrega somente um sentido e sua definição está ligada à forma de apropriação.

Portanto, vale ressaltar a importância da contribuição documental para o ensino de história dentro da sala de aula, destacando jornais e revista como ferramenta para explicar tanto o âmbito local quanto o nacional, a imprensa como espaço de disputas, mas também fazer conexões entre datas e mostrar sempre a importância do tema para o

aluno, para responder a uma antiga e recorrente pergunta presente na realidade escolar: “ pra que estudar esse assunto? ”.

Logo, por se tratar de uma investigação historiográfica local, o contexto nacional também é responsável pela discussão, diante da importância que consta a ligação e comparação de determinados acontecimentos e questões. Os discursos e práticas sociais indicam que a moda permite o entendimento das relações em diversos âmbitos da sociedade, seja político, social, econômico, além de se tornar um elo entre o consumo, cotidiano, aparência e sociedade

A construção de um material paradidático serve para fazer essa conexão entre as temporalidades, assim como levantar discussões que tenham relação com as situações do dia a dia do aluno, envolvendo a realidade da escola, do campo afetivo/familiar e do campo econômico, de modo que tenham ferramentas para compreender o exercício do poder e uma possível hierarquização, as estratégias de superioridade e distinção social; e por vezes, mostrando as comparações entre “o antes e o depois”, mudanças e permanências, visto que o ensino de história pode proporcionar ao aluno a problematização de conceitos, a contextualização de problemas e as condições para buscar possíveis soluções.

Material que seria direcionado para explorar a importância das relações sociais, de gênero e da moda em sala de aula, como para compreender o emaranhado de situações que ocorrem ao nosso redor, permitindo a correlação com as questões do presente, envolvendo temáticas como distinções sociais, artifícios para manutenção da beleza, posições femininas nos diversos setores sociais, diferentes papéis sociais para homens e mulheres, controle social, ideais femininos e masculinos, produção e comércio da moda. Indo além das ligações entre roupa e comportamento, analisar o cenário de submissão da “figura feminina” e que ainda hoje sofre preconceitos, desde a escolha de sua profissão à desvalorização salarial e afeta este público devido à hierarquia de gênero.

Mostrar ainda a presença de um discurso completamente contraditório às conquistas e lutas diárias que passam as mulheres, enfrentando baixa remuneração, assédio em ambiente profissional, dupla jornada de trabalho - em que dedica o tempo para afazeres domésticos e aos filhos, e ainda convive com a sombra da violência, que tem avançado assustadoramente por todas as classes sociais. Através destes aspectos, proporcionar a construção de um material paradidático, apontando novas formas de falar sobre moda, gênero e relações sociais, em busca da estruturação de um material mais

dinâmico, que permita ao aluno pensar além do que será apresentado e levar as discussões para outros espaços sociais.

História, memória e identidades estão interligados. A memória coletiva mostra que não existe relação entre o que foi vivido e o fixado, mas sim a construção estabelecida por grupos dominantes. Logo, é um processo de seleção, onde as molduras são colocadas para determinar o enquadramento, e a reconstrução do passado é feita de acordo com a referência desejada, pois os acontecimentos tem significados singulares. Desse modo Pollack (1992, p.4) afirma que, “a memória é seletiva, faz fronteira entre o dizível e o não dizível”.

Através da história é possível refletir, analisar e pensar sobre diversos aspectos da sociedade e do cotidiano, por isso se torna significativa para o ensino, pois não se associa apenas à fixação e assimilação de data e feitos, e sim à compreensão dos processos e acontecimentos, tornando os indivíduos mais críticos e reflexivos, a partir da noção que não existe a verdade e sim o encadeamento dos fatos e a visão de acordo com o lugar do indivíduo na sociedade.

Levando em consideração o cotidiano escolar e a disciplina, o aluno é ensinado a ler as relações sociais, culturais, econômicas, já que a disciplina influencia na formação do cidadão, à medida que o torna crítico e reflexivo. Por isso, Magalhães (2009, p.45) afirma que “o ensino de história gera a percepção de processos de pertencimento de gênero, classe e grupo social”, pois é uma forma de incentivar o aluno a ser consciente sobre sua função social, e o seu olhar sobre a disciplina deve ser como um verdadeiro explorador do tempo.

A aproximação com a história permite o estreitamento com a educação e a cultura, por exemplo. O estudo sobre moda é uma das variedades do campo da História, marcado por mudanças de hábitos, progresso e padrões sociais e estéticos. Portanto, é através do estudo do passado que se pode perceber a importância da interpretação dos fatos e a construção de reflexões sobre temas variados. Inclui-se ainda, a relevância das características regionais para contribuir para o desenvolvimento do indivíduo através da maior exploração da estrutura do tempo histórico.

O incentivo à valorização da história da cidade de São Luís, que mantém preservado o cenário, através de ruas, igrejas, monumentos e casarões, e impulsiona a imaginação do leitor para reconstruir os personagens e a sociedade, de modo social e urbano, entre as décadas de 1930 a 1950. Por isso, o trabalho do professor em sala de aula requer cuidados, é importante organizar os conteúdos e utilizar ferramentas que



dinamizem a transmissão de informações sobre determinado assunto, de modo que exista interação e interesse dos alunos.

Logo, colabora para que o professor relacione “o que se aprende de História na escola (...) com as fases da vida do sujeito (criança, juventude e adulto), das diferentes regiões e situações, de seu papel na vida diária, na política e em outras esferas da vida” (CERRI, 2007, p.62), dando condições para o aluno construir sua identidade, sua interpretação do passado e um novo olhar sobre a história da cidade.

Por isso é fundamental realizar o levantamento da produção historiográfica da região escolhida para pesquisa, que considera as exclusividades do espaço que podem se tornar molas propulsoras do trabalho. Ressaltar as características de uma cidade e sua importância dentro do contexto histórico reforça a história cultural, a construção das identidades, as relações com os grupos sociais e os discursos presentes nas estruturas de poder, que interferem no cotidiano e nas manifestações dos hábitos. Essa análise ocorre a partir da coleta das informações necessárias para entender sobre a organização da vida social na cidade de São Luís. O envolvimento com as fontes presentes nos arquivos (manuscritos, fotografias, jornais, etc) contribui para transmitir informações, valores e principalmente, reutilizar os documentos para desenvolver novas interpretações sobre o período estudado

Problematizar e (re)construir o passado e o presente é a função do historiador, por isso a importância em investigar dos vestígios do homem no tempo em que está inserido, para ter a capacidade de projetar os acontecimentos. Logo, de acordo com Hartog (2013, p.163), a História é “ao mesmo tempo, inquérito, investigação judicial que, na sequência de procedimentos bem definidos (...) desempenha o principal papel, deve levar a ‘ver’ claramente”, o que explica a ligação da relação entre o historiador e seu objeto de pesquisa, que se tornou ainda mais árdua com a interdisciplinaridade e a expansão das fontes, que aumentou também, as possibilidades de reconstruir a história em diversos caminhos e consta como um desafio ao historiador, por ser “intimidado” a trabalhar com os mais diversos vestígios históricos e interpretá-los; e quando professor, mapear as possibilidades de trabalhar estes em sala de aula, levando à descobertas e aprendizagem, desenvolvimento individual e ao trabalho coletivo.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D’Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

- CALANCA, Daniela. **História Social da Moda**. 2 edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- CERRI, Luis Fernando. **Uma proposta de mapa do tempo para artesãos de mapas do tempo**: historia do ensino de historia e didática da historia. Ed UEPG, 2007
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados nº (11) 5, p. 173-191, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In.: **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva e o espaço. In.: **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.;
- HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores vêem. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: companhia das letras, 2009
- MAGALHAES, Marcelo de Souza. Historia e cidadania: porque ensinar historia hoje? In.:**Ensino de Historia**: conceitos, temáticas e cidadania. Org: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Rio de Janeiro : FAPERJ, 2009.
- MATTOS, Maria de Fátima da S. Costa G de. Moda, imagem e representação. In. : BONADIO; MATTOS (Org.). **História e Cultura de Moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In.: PINSKY, Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: contexto, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 201
- POLLACK, M. Memória e identidade social. In. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- POLLACK, M. Memória e identidade social. In. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

## AS MULHERES QUE FICAM: MIGRAÇÃO DE MARANHENSES DO MÉDIO MEARIM PARA GARIMPOS NA PERSPECTIVA FEMININA (1960-1990)

Jordana Maria Dourado Maciel<sup>1</sup>

**RESUMO:** A corrida pelo ouro inicia-se em 1979, quando Serra Pelada é descoberta como terra aurífera. A partir daí, novas formas nas relações de garimpagem são traçadas. A saga começa quando uma pepita de ouro fora encontrada na fazenda Três Barras, atraindo levas de trabalhadores, dentre esses, maranhenses. Em decorrência da enorme proporção, Serra Pelada passa a ser controlada pela Ditadura Militar, a partir de Sebastião Rodrigues de Moura, popularmente conhecido como Major Curió. Para uma mulher, a ausência do marido no seio familiar altera o seu cotidiano. “Mãe sozinha”, “mulher largada”, marido “enrabichado com outra” são representações comumente acionadas. Portanto, um dos enfoques da pesquisa busca compreender as construções culturais que dão forma a essas relações, visto que, o tempo que os homens levam para *bamburrar* pode ser demorado e, em alguns casos, eles não retornam devido a constituição de novas famílias ou mortes em decorrência de doenças ou brigas.

**Palavras-chave:** Gênero; Garimpo; Maranhão.

### Introdução

O garimpo configura-se como uma das alternativas encontrada pelos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e renda para manutenção familiar. A corrida pelo ouro tem seu maior marco no final da década de 1970, quando a Serra Pelada é descoberta como terra aurífera em larga escala. Apreende-se que a partir daí, novas formas nas relações de garimpagem são traçadas, o que a antropóloga Letícia Tedesco (2015) destaca como *Garimpo pré e pós Serra Pelada*, no que diz respeito as mudanças drásticas ocorridas a partir do início da atividade no garimpo do Pará, mesmo levando em consideração que essa atividade não é iniciado em meados do século XX. A intensificação dos conflitos de terra ocorridos no Eldorado Maranhense<sup>2</sup> permite que outros rumos sejam traçados em busca de renda e é nesse momento que a pesquisa tem sua relevância: As partidas de homens que, inseridos em um contexto socioeconômico, abandonam temporariamente (ou em certos casos, de maneira definitiva) sua família. Percebe-se que o indivíduo que mais sente o impacto dessa transformação é a mulher

---

\* Graduada do 6º período do curso de História-UEMA; Bolsista PIBIC/FAPEMA; Membro da equipe do projeto Universal: Luta pela Terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências narrativas e deslocamentos. Coordenado pela Prof. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira (UEMA).

<sup>2</sup> Referência às regiões do Médio Mearim conhecidas por suas *terras sem dono*, férteis e com bons invernos principalmente em meados do século XX.

(mães, filhas e esposas principalmente), que adequam-se a uma situação, que, por mais presente que esteja em seu meio, dá forma a estratégias de sobrevivências diversas.

Acima de tudo, é relevante destacar como as narrativas femininas acerca do garimpo são de suma importância para o entendimento dessa questão, já que essas mulheres estão em contato intenso com o mundo do garimpo, mesmo que de maneira indireta, e sente, ainda que distante, o impacto das doenças que assolam o garimpeiro no barraco, as tentações sexuais e medo do não retorno, o desejo de *bamburrar*<sup>3</sup>, o receio de conflitos com outros trabalhadores e o risco de morte. Companheiras que assumem as tarefas dos homens e não deixam de praticar as suas na criação dos filhos, no sustento da família, na agricultura familiar e na sociabilidade.

Na estrutura patriarcal onde estamos inseridos, Rocha afirma que “de um modo geral, a presença e permanência dessas mulheres em espaços reconhecidos como de domínio masculino implica uma dupla exploração: a de classe e a de gênero.” (ROCHA, 2015, p. 19) Para uma mulher, a ausência do marido no seio familiar, mesmo que temporariamente, já altera o seu cotidiano. Em casos de separação definitiva é referida como *mulher largada*, interpretado como uma espécie de perda de valor. “Mãe sozinha”, “mulher largada”, marido “enrabichado com outra” são representações comumente acionados por esses sujeitos. Portanto, um dos enfoques da pesquisa é buscar compreender as construções culturais que dão forma a essas relações, visto que, o tempo que os homens levam para *bamburrar* pode ser demorado e, em alguns casos, eles não retornam, pois constituem uma nova família em outro local ou, também, em decorrência de graves doenças, como a malária, muito comum nesses ambientes, além de brigas com outros garimpeiros que podem findar em mortes. Uma outra questão diz respeito a muitas mulheres recorrerem à ajuda de vizinhos, parentes e às vendas “fiado”<sup>4</sup> em mercearias.

O Médio Mearim, seguindo uma análise histórica, sempre esteve inserido numa teia de processos migratórios. As campanhas governamentais, as secas, as migrações “espontâneas” em busca de melhorias configuram um espaço onde o ato de migrar não causa estranhamento sendo antes uma prática social recorrente. A migração para o Eldorado, local representado como fértil, abundante e de terras sem donos permitiu a

---

<sup>3</sup> O termo “bambúrrio” pode ser entendido como acaso, sorte ou êxito inesperado, e faz referência ao encontro de ouro dentro dos garimpos. Além disso, expressa a possibilidade de enriquecimento conquistada pelo garimpeiro, sendo entendido como “aquele que bamburrou”.

<sup>4</sup> Venda concedida sem dinheiro imediato, feita a partir do acordo entre vendedor e cliente para definirem o pagamento.

vinda de inúmeras famílias que, desde o século XIX (data referida em decorrência das primeiras campanhas governamentais estimulando a ocupação dessa região) alteraram o recorte geográfico ao qual estudamos. Barbosa reitera que “sem dúvida, o que permitiu que camponeses garantissem a autonomia de seu modo de vida foi a existência de uma fronteira agrícola no interior do país, especialmente de terras livres acessíveis através do sistema de posse.” (BARBOSA, 2015, p. 45).

Portanto, adaptar-se a ausência temporária é comum para essas mulheres, que observaram suas mães, avós e outras parentas vivenciarem as mesmas situações com seus companheiros. A busca por melhores condições de vida para a família está pautada em regras e costumes que estabelece a possibilidades da migração e a redivisão de tarefas e responsabilidades, tornando a saída de um membro uma prática presente no contexto social em que estão inseridos. Infere-se isso a partir dos relatos que afirmam o auxílio de outros parentes durante a ausência do homem. Sobre essa perspectiva, Cristiana Costa da Rocha destaca que:

Após o casamento, os homens tendem a migrar em busca de trabalho. Enquanto isso, algumas esposas costumam permanecer em casa e assumem as atividades agrícolas, além de manterem ativas as relações de parentesco e comunitárias. Em outros casos, as filhas destes trabalhadores migram para a cidade, por intermédio de parentes e amigos, para o trabalho doméstico. (ROCHA, 2015, p. 22. Grifo nosso).

Por conseguinte, entende-se que todos esses indivíduos possuem uma historicidade e interpretá-las possibilita enxergar como eles se comportam dentro dessas situações. Em outras palavras, essas mulheres aprenderam, viram, sentiram ou cresceram vivenciando partidas masculinas do seu meio social.

### **A recorrência a garimpos**

Primeiramente é necessário compreender o espaço denominado garimpo e como os migrantes são atraídos para ele. Essa análise possibilita perceber como as mulheres compreendem esses ambientes, pois em decorrência de não terem tido contato, o que é passado a elas é a representação apresentada por seus filhos, maridos e outros parentes.

De maneira sintetizada o garimpo consiste em um trabalho rudimentar de extração mineral, geralmente associado a ferramentas simples, tendo baixa aplicação de renda e poucos recursos. Robson José Peixoto apresenta que:

Para melhor entendimento, o garimpo é uma forma de extrair riquezas minerais (pedras preciosas e semipreciosas são mais comuns)

utilizando-se, na maioria das vezes, de poucos recursos, baixo investimento, equipamentos simples e ferramentas rústicas. Segundo a legislação brasileira vigente sobre mineração, a atividade garimpeira é considerada uma forma legal de extração de riquezas minerais desde que atenda a determinadas regras e obrigações. É facultado a qualquer brasileiro ou cooperativa de garimpeiros que esteja regularizado no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão no país que controla todas as atividades de mineração. O garimpo se torna problema justamente porque a maioria deles segue às margens da lei. Infelizmente, no Brasil, muitos garimpos quase sempre estão associados a confrontos, assassinatos, roubos, disputas de terra, prostituição, vícios, insegurança, impunidade, patrocínio de armas e narcotráfico e à degradação ambiental. (PEIXOTO, 2011)

Diferencia-se do trabalho feitos pelos mineradores, que por outro lado, possuem melhores condições de serviços e ferramentas industriais fornecidas por grandes empresas. Durante a década de 1980 a corrida pelo ouro foi iniciada a partir da enorme mina detectada em Serra Pelada, daí em diante a febre do ouro estendeu-se para diversas outras regiões, afetando até mesmo outros países, como Venezuela e Guiana Francesa. (THEIJE, 2007). O fenômeno da garimpagem é antigo, e vale ressaltar que também na região amazônica, o Vale dos Tapajós apresenta atividade desde a década de 1950, mas foi especialmente a Serra Pelada<sup>5</sup> que trouxe à cena a estratégia econômica de enriquecimento com base nas jazidas de ouro. A rápida midiaticização deste deu a ele vida curta, o grande número de garimpeiros em busca de ouro alterou de maneira drástica o cenário resultando em seu rápido fim.

A propaganda do ouro na região amazônica pode ser comparada com o Eldorado maranhense de espaços vazios e terras férteis intensificada nos anos 50, que tinha o objetivo de desenvolver a produção agrícola, e da mesma maneira, divulgar a possibilidade de enriquecimento nas terras auríferas amazônicas possibilitaria o desenvolvimento mineral. Deve-se considerar que a febre do ouro coincidiu justamente com a intensificação dos conflitos de terra ocorridos nas regiões maranhenses. No final dos anos de 1970, em decorrência da Lei de Terras Sarney, personagens antes não mencionados, como grileiros, fazendeiros e empresários demonstravam que o tempo de terras devolutas atingia seu fim definitivo e entrava em cena violentas disputas para dominação territorial. (BARBOSA, 2015)

Após análises de jornais que circulavam no Pará no momento da febre do ouro, encontramos uma manchete que destaca a forte presença de maranhenses nos garimpos do estado, especialmente no garimpo do Peixoto<sup>6</sup>:

---

<sup>5</sup> Localizada no sudeste do estado do Pará.

<sup>6</sup> Localizado da cidade de Peixoto de Azevedo, a 698 km de Cuiabá.

Localizado à altura do quilometro 684 da rodovia Cuiabá-Santarém, o garimpo do Peixoto deve este nome ao Rio Peixoto de Azevedo, que corre próximo. O garimpo surgiu no começo de 1976, quando milhares de maranhenses, alguns vindo diretamente de seu Estado, outros provenientes de garimpos do Tapajós e Amazonas, transferiram-se para a região.

No ano passado, quando esse garimpo alcançou a fase ótima de produção do ouro, chegou a haver uma concentração de 38 mil homens, a grande maioria maranhenses. Com a decadência da produção foi reduzida a 25 mil garimpeiros, dos quais alguns poucos vivem com suas famílias. Existem cerca de 600 mulheres, na maior parte prostitutas.

(A LOUCA corrida em busca do ouro, Jornal do Comércio, Manaus, 02 mar, 1980, grifos meus)

Não é novidade mencionar que o nordestino, mais especificamente aquele castigado pela seca, seja retratado como vítima e que suas ações ocorrem de maneira passiva. Assim como as migrações para as terras férteis do Maranhão em décadas anteriores não ocorreu sempre de maneira direcionada, do mesmo modo, quem migra em busca do ouro também não valida a imagem de miserável e castigado. Uma das entrevistas realizadas no município de Bacabal evidencia bem essa concepção. O marido de dona Dalva, quando garimpeiro, trabalhava em outros municípios em serviços diversos e decide migrar para o garimpo durante as suas férias. Portanto, a possibilidade de serviço nos garimpos serve como uma espécie de renda extra, pois sendo pouco ou não, o dinheiro entrava a partir do exercício de outras atividades.

Dentro dos garimpos, na maior parte das vezes, os entrevistados relataram sobre a presença de mulheres e bebidas, sempre mencionando como motivo de discórdia entre trabalhadores, além de trazer prejuízos e tumultos. Quando as esposas relatam sobre a ausência do marido, não deixa de destacar as possíveis relações com outras mulheres dentro desses ambientes. Quanto a isso, é importante apontar o que seria garimpo aberto e garimpo fechado. Conforme Tedesco (2015), os fechados significam os que têm como objetivo central achar ouro, portanto, a entrada de indivíduos para esse serviço é sempre vigiada pelo dono do garimpo, onde não são permitidas entradas de bebidas alcoólicas e mulheres, enquanto os garimpos abertos tendem a caracterizar-se pela frequente entrada de indivíduos não só em busca de ouro, no que diz respeito a presença de boates e comércios. Nos relatos orais, os homens sempre dizem estar longe desses “desvios” (prostitutas e bebidas), mas tocam sempre em histórias de amigos que fracassaram no garimpo e perderam tudo *pra mulher*. Tivemos a oportunidade de conhecer uma senhora na feira de Bacabal, aparentemente bem vestida, com joias a ouro, que preferiu não se

identificar que desconfiou de seu marido estar “enrabichado com perigete”, durante a sua saída para o trabalho no garimpo. Diante disto, conseguiu meios para “caçá-lo” e lá comprovou a sua relação com outra. Mesmo relatando ter-se separado do homem, permaneceu lá durante alguns anos e disse ter arranjado empregos por lá, dentre esses, de cozinheira.

Devido às más condições de saneamento básico no ambiente de trabalho, houve um surto de doenças tropicais, especialmente malária, na região amazônica entre o final da década de 70 e início dos anos 80, justamente quando os garimpos do Pará entram em seu auge. A malária consiste em uma doença que tem como principais sintomas calafrios, febre, sudorese intensa, dor de cabeça e nos músculos e aumento no tamanho do fígado. (ANDRIS, 2007, p. 103)

Em decorrência disso, muitos garimpeiros contraíram a doença e voltavam para casa em grave estado de saúde, precisando gastar tudo o que haviam conseguido nas minas com o tratamento, ou no caso daqueles que não *bamburraram*, recorrer a dinheiro emprestado e ao trabalho dobrado de parentes (esposa e mãe, principalmente). Em algumas situações o falecimento do garimpeiro se dava no próprio barraco<sup>7</sup> e as famílias não eram comunicadas, ou seja, esposas se tornavam viúvas sem sequer ter conhecimento.

O jornal Diário do Pará publicou em 1982 um grande alerta em relação as doenças que assolavam as populações do garimpo:

A população paraense, principalmente das zonas Rural e de garimpo, está correndo risco de ser atingida por epidemias de várias doenças, principalmente de origem tropical como malária, esquistossomose, filariose e febre amarela. Por falta de verbas a delegacia regional da Sucam Superintendência de Campanhas do Ministério da Saúde suspendeu as operações de combate que mantinha em todo o interior do Estado no que diz respeito à erradicação dessas doenças.

Paulo Almeida Xavier, delegado regional da Sucam neste Estado, viajou para Brasília e segundo se apurou, foi ao encontro do superintendente do órgão tentar conseguir verbas para solucionar parte do pagamento, pelo menos, do pessoal de Campo que opera no combate à febre amarela. Desde junho passado a Sucam no Pará vem diminuindo o ritmo das campanhas junto à população paraense.

Nos últimos três meses a delegacia da Sucam vem lutando para obter recursos e continuar sua atuação no interior do Estado. A falta de verbas além de paralisar as campanhas de erradicação da “febre amarela”, que registra a maior número de casos, principalmente entre as populações de garimpo e zonas rurais do interior, está ocasionando o atraso no pagamento das diárias do pessoal do campo que se estima em aproximadamente 700 pessoas. Estas recebem salários, além das

---

<sup>7</sup> Alojamento dos garimpeiros.



diárias entre 16 e 30 mil cruzeiros. Por ganharem pouco mantêm-se praticamente com as diárias que se encontram em atraso desde junho. (SUCAM PÁRA sem dinheiro. Diário do Pará, Belém, 26 ago. 1982, grifo meu)

No ambiente do garimpo havia muitos conflitos tanto internos, ou seja, entre garimpeiros em relação a dívidas, roubos ou mulheres no caso dos abertos, como também com a Polícia Federal e Militar, os *fedecas/homens de bota*<sup>8</sup> (ambos recorrentes). A violência nessas brigas chegava até mesmo em assassinatos e no sepultamento em chamadas *covas rasas*<sup>9</sup>.

### **Serra Pelada na Ditadura: devoção no retorno.**

Em 1978 ocorreu na história do Brasil um acontecimento singular, que em apenas dois anos atrairia para a região sul do Pará milhares de indivíduos. A *Febre do Ouro* iniciou quando um funcionário da fazenda Três Barras, que tinha como proprietário Genésio Ferreira da Silva, observou que em meio a vegetação abundante, parte do território estava “careca”. Após aproximar-se da localidade pôde constatar que ali havia ouro.

Primeiramente, a região permaneceu sob o domínio de Seu Genésio, que estabeleceu uma política tributária denominada de “10%”: todo faturamento ali extraído deveria ter retorno de 10% a ele. Assim, o exorbitante número de homens que chegavam para *garimpar* formou a maior fonte de lucro do dono da fazenda.

Tedesco afirma que

O vazamento da notícia da descoberta de ouro na fazenda de Genésio foi rápido e atingiu em cheio a população que já estava em Carajás (a ponto das fazendas locais esvaziarem), além de atrair muitas pessoas de todas as partes do Brasil, não apenas contingentes populacionais migrantes “sem alternativa de sobrevivência” (leia-se nordestinos castigados pela seca), como também pessoas de todos os estratos sociais e profissões, tais como profissionais liberais e empregados do setor formal de diferentes atividades comerciais. (TEDESCO, 2015, p. 73).

O segundo e mais significativo dono do *Formigueiro Humano*<sup>10</sup> foi o Major Sebastião Rodrigues de Moura, popularmente conhecido como Major Curió. O seu domínio foi estabelecido após o movimento de luta armada denominado Guerrilha do Araguaia:

---

<sup>8</sup> Como os garimpeiros se referem aos policiais militares e federais que atuavam nas regiões auríferas.

<sup>9</sup> Sepultura simples.

<sup>10</sup> Designação dada pela imprensa na década de 80 devido a forte atração de sujeitos para o local.

A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), também abrangendo terras do Maranhão, na área conhecida como 'Bico do Papagaio'. Ocorreu entre meados dos anos 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil chegaram à região, e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros. Execuções, eliminação de vestígios e tortura estão nos relatos colhidos, assim como na literatura existente sobre a guerrilha. (PEIXOTO, 2011, p. 479)

A área permaneceu sob segurança nacional e, desse modo, o major foi nomeado pelo Exército Brasileiro para combater vestígios do movimento. Desde então, Curió fixou-se na área e arquitetou um regime que diferenciou Serra Pelada de outros garimpos. Nomeado *Garimpo Fechado*, era proibida a entrada de mulheres, bebidas alcoólicas e indivíduos menores de idade. Além disso, algumas práticas foram organizadas, como o horário para cantar o hino nacional e para ouvir discursos de Sebastião.

Em 1982, foi eleito Deputado Federal pelo Partido Democrático Social e, devido a grande importância de sua imagem frente ao garimpo, foi fundado o município de Curionópolis, que abriga o distrito de Serra Pelada em 1981, no qual foi eleito prefeito duas vezes.

Nas narrativas acerca do interventor, ele sempre é mencionado com seriedade e de poucas palavras, além de ser creditado por lutar pelos ideais dos garimpeiros. Apesar disso, é preciso relativizar a figura de Curió, visto que a Comissão Nacional da Verdade<sup>11</sup> investiga crimes ordenados por ele durante a Ditadura Civil - Militar (1964-1985) no contexto da Guerrilha do Araguaia. Além disso, o poderio estabelecido por Curió em Serra Pelada utilizando dos serviços da Polícia Federal demonstra prática inegável de mandonismo<sup>12</sup>.

Acerca disso, o *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) publicou em 1980 que

Se alguém perguntar pelo Major Lechinni no garimpo, com certeza ninguém saberá responder, por desconhecimento do nome. Mas se indagar pelo Major Curió, cada um dos 25 mil garimpeiros de Serra Pelada, sem exceção, apontará quem é e cobrirá o Major de rasgados elogios.

Com 12 anos de vivência na região amazônica, em especial nas áreas de graves tensões sociais, o Major Curió, bigodes fartos e bem

---

<sup>11</sup> Comissão instituída pelo Governo com o intuito de investigar as violações aos Direitos Humanos praticados durante os anos de 1946 e 1988, tendo seus membros nomeados pela ex presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016).

<sup>12</sup> Segundo o historiador Dr. José Murilo de Carvalho, o Mandonismo é característica da política tradicional, no qual o mandão exerce sobre a população um domínio arbitrário, impedindo alguns acessos.

cuidados, é figura carismática na serra onde passa de 20 a 25 dias por mês, com folga de 5 dias em Brasília. Um exemplo claro desse carisma foi dado anteontem, quando, guiando um grupo de jornalistas e técnicos da Vale do Rio Doce através do garimpo, nos caminhos por que passava, era saudado aos berros pelos garimpeiros, uma forma de cumprimento simpático comum entre eles. (OURO DE Serra Pelada faz garimpeiro não ligar pra diamantes, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 jun, 1980. Grifos meus).

Desde a segunda metade da década de 80, Serra Pelada entra em colapso, tendo as atividades auríferas suspensas. Em 1998 inúmeros protestos passam a ser organizados por garimpeiros reivindicando um pagamento de R\$ 120 milhões retidos pelo Governo Federal.

Das entrevistas realizadas em Bacabal (2017-2018), os garimpeiros, tanto os que bamburraram como os que não obtiveram nenhum resultado, ainda esperam fielmente o retorno desse valor, mesmo sem receber nenhuma informação segura vinda do Governo Federal.

### **Quem são essas mulheres?**

A História por muito tempo foi palco estritamente masculino, tanto para quem escreve, quanto para as personagens que dão corpo a ela, com a emergência da Escola dos Annales<sup>13</sup>, a historiografia alcançou uma margem mais ampliada, possibilitando novas abordagens. Entre as transformações decorridas, a história social tornou-se um dos grandes avanços, afetando diretamente o campo que concebe a mulher o seu devido espaço e, conseqüentemente, tem possibilitado novos critérios de análises. Compreender essa revolução, parte da ideia de que ao longo da história, homens e mulheres, de maneira relacional, traçam e dão forma às atividades sociais. Mais do que afirmar o espaço da mulher, significa alargar a metodologia que fundamenta a história como um todo. Joana Maria Pedro (2011), afirma que:

Sabemos, também, que os acervos que permitem a pesquisa das grandes figuras do mundo público foram guardados, principalmente, pelas esposas, filhas, netas. Elas têm sido as guardiãs da memória. Mesmo assim, algumas pessoas parecem achar que as categorias “gênero” ou “mulheres”, “mulher”, “masculinidades”, “feminilidades”, em nada contribuem para o conhecimento que constroem. (PEDRO, 2011, p. 270)

Portanto, incluir a mulher na historiográfica abre dois leques: A democratização do espaço e o ato de dar voz a quem, por muito tempo, foi silenciada.

---

<sup>13</sup> Movimento inaugurado na França que deu a historiografia novos paradigmas.

No Brasil, a emergência de produções relacionadas à mulher data do final da década de 70 do século XX e de maneira gradativa, vem aumentando significativamente. Trata-se de uma caminhada árdua e desafiadora que visa problematizar a mulher não só em um sentido militante, mas sim, como parte da construção científica. Mesmo após duras críticas aos métodos positivistas e a influência da Escola dos Annales, ainda estamos imbricados na supervalorização de indivíduos e na reprodução da história como ciência objetiva e protagonizada por homens.

Nossa pesquisa aprofunda-se em um tema que vai além da inclusão política da mulher, no sentido feminista mais radical da questão. Não cabe aqui discutir sobre a saída da mulher do seio tradicional ao qual pertence, mas sim compreender fenômenos, expandir fronteiras e tocar em temas que ainda não foram esmiuçados em relação à ida de homens para garimpos. A mulher é sujeito ativo do mundo do garimpo, ainda que de forma indireta, pois é ela que, após o retorno do marido, cuida das doenças adquiridas pelo trabalho intenso e das más condições de higienização do local, precisa alterar sua rotina diária e dobrar o serviço para conquistar uma renda extra enquanto os louros do garimpo não chegam, assume o papel do homem na educação dos filhos, recorre a vizinhos, parentes e amigos e também às vendas “fiado”<sup>14</sup> em mercearias.

No decorrer das entrevistas, uma das narradoras, Dona Maria Dalva (2017)<sup>15</sup> relata a história de seu compadre que migrou para o garimpo e não retornou, deixando a , sem dar satisfações. Quando é perguntado se ela não sentia medo da história repetir-se com ela, responde “Não, porque ele gostava muito dos filhos, ele gostava muito dos filhos... Agora esse meu compadre ele não veio mais porque ele morava com a vizinha” (MARIA DALVA, 2017).

Durante a pesquisa podemos compreender como as esposas de homens que migram para garimpos se representam e são representadas como mulheres que aceitam sua partida, que afirmam não contestar a decisão do marido. Como narra dona Nazaré, quando o marido contou-lhe sobre a decisão ela o respondeu: “Se quiser ir vai, se quiser ficar, fica” (NAZARÉ, 2017).

Interpretar as representações dessas mulheres requer uma análise mais ampliada da carga social que é depositada ao longo da vida do indivíduo, levando isso conta,

---

<sup>14</sup> Venda feita sem que o dinheiro seja entregue no momento da compra.

<sup>15</sup> As duas entrevistas, com Maria Dalva e Nazaré foram realizadas no município de Bacabal – Maranhão no dia 9 de agosto de 2017.

chega-se à mulheres que são adaptadas com a migração, corajosas e *desenroladas*<sup>16</sup>, que buscam serviços fora de casa, como lavar roupas, fazer faxinas e até colocar os filhos para trabalhar, sobretudo mulheres, que atuam na venda de comidas, na atividade extrativa do coco babaçu e também em serviços domésticos, fora de casa, chegando até a migrar para outras cidades, com o intuito trabalhar em *casas de família*<sup>17</sup> e mandar parte do que recebe para ajudar na manutenção familiar.

A partir da pesquisa realizada por Cristiana Costa da Rocha (2015) sobre a migração de piauienses para outras regiões, entende-se que “quando o homem do campo migra em busca de trabalho, é a parceira quem assume o roçado, além do trabalho doméstico e a educação dos filhos.” (ROCHA, 2015, p. 20). A entrevista realizada pela historiadora com a esposa de um migrante, Seu Francisco, que trabalha de roçado<sup>18</sup> em fazendas do sudeste, revela como a mulher assume não só o papel, mas também as tarefas do parceiro e não deixa de praticar as suas:

Sônia relatou que, além de manter a roça, onde planta arroz, feijão e milho para o consumo da família, quebra coco babaçu para a extração da amêndoa e, também, para a venda e fabricação caseira do azeite. Além disso aproveita a matéria prima para fabricar sabão para uso doméstico e as cascas para fazer carvão. (ROCHA, 2015, p. 20)

A cronologia referente às esposas de migrantes está sempre relacionada com acontecimentos pessoais: o casamento, o nascimento do primeiro filho, o falecimento de algum ente, isso demonstra como a vida pessoal não distingue-se das tarefas do dia-a-dia, do serviço e das relações além da família. Exemplo disso está nos relatos de dona Maria Dalva (2017), que calcula as viagens do marido para garimpos de acordo com acontecimentos que marcaram o seio familiar:

Quando ele foi as primeiras vezes, assim, de férias, ai quando ele foi pro garimpo essa última vez as meninas já era grande já, ai eu fiquei, ah, eu já tinha menina, tinha a Delvanir, tinha Deusimar, tinha o Tonho e o Dida, tinha quatro, eu fiquei com quatro, pra mim, a memória já não tá dando certo. (MARIA DALVA, 2017)

### **Entre mulheres que ficam e vão.**

A partir das entrevistas realizadas no município de Bacabal – Maranhão, compreendemos que as mulheres não vivenciaram apenas a partida dos maridos/pais/filhos, mas também percorreram os caminhos aos garimpos, entretanto,

---

<sup>16</sup> Termo que reflete a maneira com que essas mulheres se designam, significando um posicionamento ativo e audacioso.

<sup>17</sup> Referente à serviços doméstico.

<sup>18</sup> Trabalho relativo a plantações e cultivos.

são poucos os trabalhos que tratam especificamente sobre a presença delas nesse ambiente. Até então pode-se perceber que durante a ausência do homem, a mulher ocupa uma posição de abandono, assumindo espaços referidos por elas como “lugar de homem”, ou seja, os *bicos*<sup>19</sup>, o serviço no roçado, a educação dos filhos e a obtenção de renda necessária para a sobrevivência familiar.

A escassez de produções relacionadas as mulheres no garimpo infere na falsa ideia de que esse ambiente é unicamente masculino, entretanto, grande número de mulheres não só viviam nos espaços próximos ao garimpo, como também trabalhavam nos barrancos e até eram donas.

Comumente, quando mencionada a presença feminina nos ambientes auríferos, logo é acionada a figura das “mulheres da beira”, associando a serviços sexuais. Durante as entrevistas é corriqueiro referir-se a homens que perdiam todo o ouro que haviam conseguido para prostitutas. *Botar na beira e rodar peão* fazem parte das narrativas masculinas acerca das relações de gênero. As duas fazem referência aos “investimentos” feitos por garimpeiros a mulheres que consumiam o seu ouro e, no último caso, os trocavam por outro peão. Em contrapartida, o fluxo migratório que passou a existir principalmente a partir da década de 80 possibilitou a formação de espaços sociais, alterando as atividades desempenhadas por esses sujeitos. O crescimento das cidades ao redor dos garimpos formou bares, escolas, comércios, dentre outros serviços. Alguns garimpeiros optavam por levar consigo a família que, ao estabelecerem-se, também procuravam fontes de renda.

No filme *Os Trapalhões em Serra Pelada* que foi ao ar em 1982, dirigido pelo cineasta croata Josip Bogoslaw Tanko e elenco composto por Renato Aragão (Didi Mocó), Manfred Sant’Anna (Dedé), Antônio Carlos Gomes (Mussum) e Mauro Faccio Gonçalves (Zacarias), faz uma representação acerca do garimpo antes da Intervenção Federal. Logo na cena inicial é evidenciado as festas que ocorriam nas *Beiras*, com mulheres dançando e tendo o corpo coberto por dinheiro, além de receber pepitas de ouro como forma de presente. No decorrer da festa, a personagem Didi Mocó aparece conversando de maneira íntima com a garçonete do estabelecimento, demonstrando que independente da ocupação prestada, as mulheres ali presentes relacionavam-se com os garimpeiros.

---

<sup>19</sup> Expressão utilizada para referir-se a trabalho temporário, durante a ausência de emprego fixo.

É necessário relativizar, de antemão, as práticas de prostituição, sendo mais apropriado referir-se as relações de troca de sexo por dinheiro nesses ambientes, visto que as *mulheres da beira* não estão inseridas unicamente nesse tipo de serviço, podendo durante o dia exercer funções de cozinheiras, manicure, atendentes de pequenos comércios, além, é claro, da existência de mulheres que não mantinham as relações supracitadas. O enfoque, portanto, parte da premissa de compreender as leis existentes dentro do garimpo que tem como objetivo estabelecer as normas de relações sociais nesse ambiente.

Primeiramente, o garimpo é visto como local transitório, não de permanência. Geralmente, o homem sai de sua terra natal em busca de renda e, dessa forma, deixa esposa, filhos e sua casa para trás. Não existe tempo exato de serviço, logo entende-se que vários fatores podem interferir, “o esgotamento das jazidas ou as dificuldades crescentes de encontrar ouro em um espaço, as flutuações econômicas globais sobre o preço do ouro e as mudanças nas políticas e na legislação mineral e o quadro de instabilidade se adensa.” (TEDESCO, 2015, p.30) Apesar disso, os garimpos brasileiros e de fronteiras passaram pelo que os pesquisadores denominam de fases, nas quais determinados grupos de indivíduos viram nas adjacências dos garimpos possibilidade de estabelecer empreendimentos rentáveis, e paulatinamente vilarejos nos arredores dos barrancos foram sendo formados, denominados de Currutelas.

Os estereótipos firmados sobre o garimpo como ambiente estritamente masculino é superado durante as entrevistas orais com os migrantes, que sempre mencionam a presença de mulheres, entretanto, o número de homens é notoriamente superior, o que nos leva ao que Rocha descreve como dupla exploração (ROCHA, 2015, p. 26), o primeiro pelo fato de ser mulher pobre e o segundo por estar inserida num contexto de dominação masculina.

Em uma entrevista realizada em maio de 2018 tivemos a oportunidade de conversar com dona Maria Garimpeira (assim denominada e bastante conhecida por ter trabalhado em barrancos durante muito tempo). Ela narrou com destreza sob quais circunstâncias chega ao garimpo. Decidiu casar-se muito nova e logo ficou gestante, após o nascimento de suas filhas, seu marido adquiriu uma relação extraconjugal e a abandonou. Dona Maria retornou a casa de seus pais e logo decidiu migrar para o garimpo de Palmares<sup>20</sup>, mas não com o intuito de garimpar, mas sim para buscar o seu

---

<sup>20</sup> Localizado na fronteira entre Amazonas e Pará, localizada na rodovia BR-230.

irmão que há muito tempo havia saído e não estabelecia contato. Ao chegar recebeu a notícia de que seu irmão havia contraído malária e “beirava a morte”, porém conseguiu retorná-lo a tempo à sua terra natal. Após esse contato com garimpo, decidiu que também tentaria bamburrar. Ela narra que precisou de uma longa conversa com seus pais, que acabaram acatando sua decisão e assumiram suas filhas durante a ausência.

É interessante destacar que, tanto homens quanto mulheres possuem a preocupação de reforçar que não envolviam-se com os ambientes de *Beira*. Ou seja, Maria Garimpeira frizou bastante em sua fala que sabia da existência, mas nunca chegou perto.

Logo quando chegou, trabalhou em serviços domésticos para a dona de um barranco<sup>21</sup>. Porém, viu na *peneira* uma possibilidade de conseguir renda. Após algum tempo de serviço sem bamburrar, decidiu migrar para o garimpo de Caciporé<sup>22</sup>, no qual seu primo possuía um barranco. Quando indagada sobre as condições de sociabilidade num ambiente em sua maioria masculino, diz ela ter encontrado formas de se virar agindo “como homem”, sem “dar muita confiança”. Nesse meio tempo, chegou a contrair malária, mas disse ter sido salva por um “paquera” que a deu remédios e a ajudou na sua recuperação.

Em Cassiporé Maria garimpeira conseguiu bamburrar e voltou para buscar suas filhas, as quais estudaram e moraram na Currutela, o que narra com muita emoção, pois as duas, atualmente, estão concluindo o ensino superior.

### **Considerações Finais**

É notório destacar a historiografia como palco estritamente protagonizado por homens, que por sua vez, agiu como elemento silenciador da mulher. Desde as sociedades mais remotas, o papel feminino foi tratado como marginalizado, como se as mulheres não tivessem agido no mundo. Dar voz a esses sujeitos parte da premissa não somente de acrescentar materiais, mas de afirmar o papel feminino como útil no entendimento histórico social. Essa personagem, dentro do ambiente ao qual estamos nos debruçando, o Médio Mearim, existe, movimenta-se e age de maneira ativa.

Durante muito tempo, os “espaços vazios” do Maranhão eram representados como Eldorado e atraíram inúmeras pessoas em busca de boas condições de vida, terras

---

<sup>21</sup> A dona do barranco mencionado pela entrevistada Maria Garimpeira era moradora de Bacabal, mas veio a falecer antes de conseguirmos entrar em contato, em fevereiro de 2018.

<sup>22</sup> Localizado a 374 quilômetros de Macapá, no município de Calçoene.



férteis, bons invernos e renda melhorada. Cearenses, piauienses e maranhenses de outras localidades migraram para as regiões do Médio Mearim e estabeleceram ali vivências que refletiram em seus descendentes. Migrar não é simplesmente sair de um lugar para o outro, mas sim, carregar consigo sonhos e metas para si e seus familiares. O fim de terras devolutas e os intensos conflitos que foram surgindo a partir de grileiros, empresários, grandes fazendeiros e após a Lei de Terras Sarney configurou ao espaço um local de expulsão. Novas rotas foram buscadas e dentro das possibilidades o êxodo rural, a migração para outras áreas rurais e, o mais importante nessa pesquisa, para garimpos.

A permanência de famílias nos municípios que rodeiam o Rio Mearim, enquanto o *homem da casa* migrava em busca de possibilidade de renda para o sustento, ocasionou uma gama de situações e estratégias de mulheres, sendo essas mães, esposas, filhas e até irmãs para *dar conta* enquanto o lucro não chega. E como estranhar algo que está em seu meio? Essa região sempre esteve adaptada a atividades migratórias, e suas ancestrais também vivenciaram a partida de seus maridos (filhos, pais e irmãos) para o serviço remunerado.

O garimpo consiste em um serviço rudimentar, com uso de ferramentas simples. Durante os anos de 1960-1990 essa possibilidade de renda impulsiona um grande número de migrações e esse crescimento desordenado torna o ambiente de trabalho dos garimpeiros impróprio, com poucas ações de saneamento por parte do estado. Muitas mortes em decorrência de doenças tropicais tem um surto justamente nesse período, em especial a malária. Devido ao pouco acesso aos meios de comunicação, muitas mulheres perderam seus maridos sem ter conhecimento, além disso, a formação de novas famílias por parte dos maridos justifica o não retorno de muitos deles.

A partir das entrevistas realizadas no município de Bacabal foi possível perceber que esses homens que migravam para garimpos não eram vítimas, ou seja, não viajavam de maneira passiva. Muitos deles encontraram no garimpo um meio de renda extra, durante os recessos de seu emprego. Em contrapartida, enquanto alguns fizeram uma boa renda, outros voltaram com prejuízos, o que aumentava ainda mais um reflexo sobre as ações das mulheres, que necessitavam aumentar a carga de trabalho para auxiliar no sustento da família.

Mesmo inseridos num ambiente de riscos, devido a informalidade do trabalho e a rotina pesada que precisam enfrentar, a possibilidade de *bamburrar* é vista como motivo de honra tanto para homens que migram quanto para as mulheres que ficam. Em

relação a esse aspecto, Rocha (2015) afirma que “E, para o sujeito pobre do campo, o trabalho é motivo de orgulho e não de dor. Mesmo inserido em condições de trabalho compulsório, muitas vezes, esses sujeitos não se sentem explorados, já que o trabalho braçal intenso não incomoda a todos.” (ROCHA, 2015, p.33)

Portanto, o trabalho em garimpos possui um peso social imenso, visto que, a mulher, mesmo na ausência do marido, tem um parceiro ativo na manutenção familiar. Embora essa situação implique nas vendas sem dinheiro imediato, chamadas “fiado”, ou na educação dos filhos somente por parte das mães. Desse modo, a representação de migrações como algo natural por esses sujeitos é recorrente nesta e em outras pesquisas, “um projeto familiar, ela é feita numa ação combinada de trabalho entre os que migram e aqueles que ficam”. (ROCHA, 2015, p.33) Acerca disso, a entrevistada Maria Dalva (2017) menciona que

Não, só que ele trouxe dinheiro né, quando ele chegou a primeira vez nós não tínhamos muro no quintal, ele murou meu quintal, ai ajeitou a casa, nós aumentamos mais a casa lá, porque ele trouxe um dinheirinho, ele não é estragado meu marido, não é estragado não, até hoje ele não é estragado não! O que ele ganha ele trás, se ele ganhar no serviço, tem a nota, ele trás, ajusta a cota tudinho, ai ele diz, isso aqui é pra isso, isso aqui é pra cá, ele nunca foi homem de gastar o dinheiro dele na rua assim não. Homem é homem! Só que ele nunca foi muito estragado assim de mais, demais não. (MARIA DALVA, 2017. Grifos meus).

Por isso, compreende-se que a migração e a espera são realidades que fazem parte do contexto que essas mulheres estão inseridas e as formas de sobreviver a essas situações norteiam as estratégias tomadas a partir da ausência masculina. Entender a perspectiva feminina acerca do garimpo entre 1960 a 1990, ambiente dominado em sua maioria por homens, possibilita uma nova e relevante visão de como esse meio de sobrevivência e anseio de obtenção de riqueza impactou a história social desses indivíduos e suas famílias.

## REFERÊNCIAS

- ANDRIS, Deborah A; BAIKIE, Peggy. **Sinais e sintomas**. 4.ed.Guanabara Koogan. 2006.
- BARBOSA, Viviane Oliveira. **Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo**. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e

ROCHA, Cristina Costa da (org.). *Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** *Topoi (Rio J.)* [online]. 2011, vol.12, n.22, pp.270-283. ISSN 1518-3319. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012022015>. PEIXOTO, José Robson. **A degradação ambiental oculta pelos garimpos de topázio imperial no Alto Maracujá.** 2005. Disponível em: [http://www.comciencia.br/dossies172/reportagens/2005/11/11\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/dossies172/reportagens/2005/11/11_impr.shtml). Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

ROCHA, Cristiana Costa. **A sedução do Verde.** In: BARBOSA, Viviane de Oliveira, MELO, Aldina da Silva (org.). *Mulheres Rurais e Violência. Algumas abordagens*. São Luís: EDUFMA, 2015.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica.** 420p. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Antropologia Social e Cultural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Vrije Universiteit Amsterdam. Amsterdam, 2015. (tese de Doutorado)

THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v.18, n.1, p.71-93, 2007.

#### **FONTES ORAIS**

MARIA, Dalva Lemos Aguiar. Entrevista realizada por Márcia Milena Galdez Ferreira, Jordana Maria Dourado Maciel e José de Ribamar Lemos Aguiar em Bacabal entre 8 e 10 de agosto de 2017.

#### **JORNAIS**

“*A louca corrida em busca do ouro*”. *Jornal do Comércio*, p. 5, 02 de mar. 1980.

“*Ex-garimpeiros de serra pelada fazem protesto por ouro retido.*” *Folha de São Paulo*, São Paulo, sábado, 22 ago, 1998.

“*Ouro de serra pelada faz garimpeiro não ligar pra diamantes.*” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jun, 1980.

“*Sucam Pará sem dinheiro*”. *Diário do Pará*, p. 5, 26 ago. 1982.

**ENTRE AVENTURAS, SOFRIMENTOS E A SORTE DE BAMBURRAR:  
PERCURSO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO DE MARANHENSES PARA OS  
GARIMPOS BRASILEIROS.**

*José Ribamar Lemos De Oliveira\**

**RESUMO:** A presente pesquisa busca analisar a migração de homens maranhenses no período de 1960 a 1990 para garimpos. Essas migrações ocorriam simultaneamente com a promulgação e aplicação da chamada Lei de Terras de 1969, que intensificou a expulsão de “posseiros” de suas terras, em prol de projetos agropecuários, da agroindústria, e da pecuária extensiva. Nos anos de 1960 e nas décadas seguintes, essas transformações no campo levaram ao fim do tempo das terras sem dono e ao início da grilagem e da expropriação. Centenas de homens passam a aventurar-se na busca por ouro e pedras preciosas na região Norte, e em outras regiões do Brasil, onde havia garimpos. Utilizamos como principal documentação na pesquisa: discussão das bibliografias disponíveis sobre o tema e entrevistas de História Oral com homens do Médio Mearim-MA, personagens que migraram temporariamente para os garimpos e que hoje residem na cidade de Bacabal – MA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração; Homens; Garimpo.

### **Introdução**

O artigo tem como proposta mapear fluxos migratórios de homens que viviam no Médio Mearim para os garimpos brasileiros, analisando os motivos de expulsão e atração, bem como as representações em torno do garimpo, especialmente a partir da memória dos sujeitos que neles atuaram.

O Médio Mearim tem nas décadas de 1930 a 1960 um significativo crescimento demográfico e econômico com a migração de pessoas que vinham de outras regiões do Brasil, com expectativa de melhores condições de vida. Personagens migrantes do sertão, constituídos por meio da experiência e envoltos pelo gosto e necessidade de sobrevivência.

No final da década de 1960 a Lei de Terras de 1969, transforma o campo: facilitando as negociações das terras devolutas e comumente favorecendo o avanço da grilagem e da pecuária extensiva, transformando bruscamente diversas áreas rurais do Maranhão, dentre as quais, a região do Médio Mearim, representada largamente em

---

\* Graduando do 6º período do curso de História-UEMA; Bolsista PIBIC/FAPEMA; Membro da equipe do projeto Universal: Luta pela Terra no Médio Mearim (1960-1990): experiências narrativas e deslocamentos, coordenado pela Prof. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira (UEMA).

narrativas orais, na imprensa e em documentos oficiais até meados do século XX como terras sem dono e “espaço vazio”. (FERREIRA, 2015).

Nas duas décadas seguintes, exclusivamente nas décadas de 80 e 90 com o surgimento da Serra Pelada e de outros garimpos na região Norte do país, muitas pessoas resolvem migrar para as regiões dos garimpos, ainda nutrindo em seus ideais a esperança de melhorias de vida.

O campo maranhense durante o recorte temporal do trabalho, sofre grandes transformações, especialmente após a Lei de Terras do Governo Sarney, obrigando homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos a modificarem suas relações com a terra e o trabalho e, na maioria das vezes, alterando até mesmo seu local de habitação. Intensificam-se os acordos de negociação das chamadas “terras devolutas” a grilagem e a pecuária extensiva avançam, modificando assim, violentamente diversas áreas rurais do Maranhão, em especial o Médio Mearim.

No Maranhão, o processo mais comum de expropriação dos trabalhadores rurais foi à grilagem em seus mais variados níveis: 1) terra apropriada, geralmente com violência, para simples especulação, reserva de valor; 2) terras tomadas e destinadas a atividades agropecuárias; os posseiros foram expulsos ou passaram a pagar renda (coco ou arroz); 3) terras foram tomadas por um herdeiro do dono que possuía o título das terras, expulsando os demais (herança sem partilha); 4) terras como objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios; 5) terras indígenas invadidas por empresas ou fazendeiros (LUNA, 1984, p. 46).

Muitos trabalhadores do campo são ameaçados pelo latifúndio, e acabam sendo expulsos de suas terras, em decorrência disso, migram para outras regiões do campo maranhense, como é o caso de homens jovens e adultos que buscam oportunidades de trabalho longe das terras do Médio Mearim.

### **1 Em busca da fortuna “fácil”: um olhar sobre o processo migratório de homens que viviam no Médio Mearim para os garimpos.**

Visamos identificar os elementos que atraíam os homens residentes no Médio Mearim, para os garimpos, onde foi possível detectar na maioria das entrevistas que os mesmos se referiam ao garimpo como um lugar de aventura, sofrimento, e muito trabalho e aprendizado, “onde se tem que ter muita coragem pra ir rumo a ele” (CURUÁ, 2017). Um lócus de busca do ouro escondido na terra e que a partir desse ouro se constrói uma vida melhor.

Ao “rumar”<sup>23</sup> para lugares de onde se tinham notícias de “que estavam pegando ouro”, muitos desses homens deixavam suas mulheres e filhos, ou na ausência desses, deixavam pai e mãe, e iam buscar “escapar” das condições em que viviam no Médio Mearim. Enquanto alguns migrantes simplesmente rumavam alimentados pelo espírito de aventura, outros migravam na ânsia de *bamburrar*<sup>24</sup>.

A partir da abordagem da História Social, buscamos interpretar elementos específicos relacionados ao comportamento e às relações sociais estabelecidas por homens que migraram para o garimpo. Intentamos discutir por meio dessa abordagem o modo de construção desses sujeitos históricos e suas relações sociais, analisando a partir do comportamento social dos garimpeiros, os múltiplos aspectos percebidos no contexto da migração, da mobilidade, dos movimentos sociais e da construção das representações coletivas em torno do garimpo. Segundo Hebe Castro:

[...] a história social recolocava como questão nos anos 60, no auge das abordagens estruturalistas, o papel da ação humana na história. Ao se formular como problema o comportamento humano, no estudo das migrações, da mobilidade social, das estratégias de preservação de fortunas ou status, das greves ou do protesto popular, o tempo da experiência e do vivido se impunha aos pesquisadores (CASTRO, 1997, p.81).

Ao utilizarmos a História Oral como metodologia de pesquisa, intentamos compreender e interpretar percursos e experiência de garimpeiros. Caminhos trilhados desde o Maranhão até os confins da Amazônia, passando por experiências nos seringais, nas fabricas, nos babaçuais e nas *terras sem dono*.

Ao longo da pesquisa buscamos dialogar com Alessandro Portelli (2012, p.20) e Verena Alberti (2006, p.178). Em *Ouvir Contar: textos em história oral* Alberti apresenta ideias que indicam a relevância do uso de História Oral. Pensando a relação que a História Oral exerce sobre o risco do fascínio do vivido, presente nos estudos com fontes orais, a autora alerta sobre o cuidado que se deve ter com a fala dos entrevistados, pois tais narrativas não podem ser concebidas como verdade. Além desse alerta, trabalha também as especificidades da História Oral, desconstruindo a ideia de que a mesma serve apenas para preencher lacunas, argumentando que contribui para

---

<sup>23</sup> Ir em direção a regiões onde se tem notícias da existência de garimpos.

<sup>24</sup> Termo utilizado quando o garimpeiro encontra uma boa quantidade de ouro no barranco.

abordagem de experiências subjetivas, transformando a memória em narrativas e reconstruindo o passado.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, e a da história oral como um todo, decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p. 5)

Verena Alberti sinaliza ainda para a atitude equivocada que muitos pesquisadores aplicam no tratamento das entrevistas, julgando-as como uma história acabada. Para a autora o desafio do pesquisador após colher os relatos orais, está em analisar e interpretar as entrevistas de História Oral, assim como qualquer outro documento de estudo. Ao desenvolver o primeiro passo que é a transcrição do relato oral gravado, é necessário fazer perguntas ao documento, e a partir dessas perguntas subtrair desse documento as evidências e os elementos que correspondem à problemática descrita nos objetivos da pesquisa.

Por meio do jogo das *entre/vistas* orais presenciamos diversos momentos de compartilhamento das experiências com outros possíveis futuros narradores. Um dos narradores assim se manifesta quando no desenvolver da *entre/vista* percebe a chegada de um companheiro de garimpo: “Estamos falando aqui pra mulher, dando entrevista sobre a vida dos garimpeiros de Serra Pelada. Da aí uma entrevista dos garimpeiros ai pra mulher também” (ELIAS, 2017).

Partindo desse momento promovido pela utilização dos métodos de História Oral, presenciamos a interação entre os indivíduos que compõem a *entre/vista* de História Oral, pesquisador e narrador ou narradores constroem por meio das trocas de olhares uma relação de intersubjetividade que advém da multivocalidade e que resultará em um texto que é fruto da bipolaridade dialógica. Como afirma Alessandro Portelli:

Na história oral, enfim, o relato da história não é um fim em si mesmo. No que diz respeito ao entrevistador, visa à produção de um outro texto: uma fita, um vídeo, e, principalmente, um texto escrito, um livro. Essas diferenças resultam num uso diferente do espaço: em vez de uma ‘roda’ de ouvintes, a situação da entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois

se olham. A ideia de que existe um ‘observado’ e um ‘observador’ é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A ‘entre/vista’, afinal, é uma troca de olhares. (PORTELLI, 2012, p.20)

Intentamos nos aproximar e discutir o modo de vida dos garimpeiros e de suas famílias em relação à vida de garimpo. Através da análise de entrevistas realizadas com homens que saíram do Médio Mearim com destino aos garimpos existentes na região Norte, em especial nos estados do Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia.

Ao abordar a História Social do garimpo não podemos deixar de analisar as representações construídas sobre os mesmos. Ao falar das construções sociais nos arriscamos a adentrar em um novo campo da História, configurada como História Cultural. Para Sandra Pesavento:

*Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar a aquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. (PESAVENTO, 2008, p. 42).*

Trabalhamos ainda na interface da Nova História Política com a História Cultural, pelo mesmo viés, tendo a memória como caminho para analisar a experiência de migração desses homens, que como força de trabalho saíram do Maranhão na década de 1980, especialmente em busca das minas de ouro de Serra Pelada – PA, assim como vários outros garimpos espalhados pelo Brasil.

Buscamos compreender as transformações existentes nos planos sociais e culturais que compactuaram com o rumar dos homens da região do Médio Mearim para os garimpos. Por meio das leituras e discussões relacionadas à história da Migração, do Garimpo e sobre os conceitos de memória, buscamos relacionar as narrativas orais com os documentos escritos, para assim obter um melhor desenvolvimento metodológico do trabalho.

Na busca incansável por seus sonhos, os personagens que outrora foram esquecidos ou que preconceituosamente foram taxados, agora são elevados a um importante patamar ligado ao entendimento sobre o mundo da migração, o processo do



trabalho e também as relações sociais e de cotidiano estabelecidas no decorrer de sua história de vida.

Segundo Ferreira (1992, p. 268), *“a massa passou a ser o objeto central, sendo estudado dentro da política, que perpassa por diversos campos da sociedade, buscando analisar suas transformações e oscilações”*.

Vários historiadores desde a Escola dos Annales começaram a buscar, a questionar e a defender o estudo da “nova velha História”, vindos dessa forma a problematizar a hegemônica estrutura da política, propiciando por meio da nova História Cultural a transformação da historiografia, não mais permanecendo apenas como uma narrativa restrita aos grandes personagens, mas sim direcionar seu olhar “as multidões” de trabalhadores.

Nas entrevistas realizadas em Bacabal - MA foi possível perceber que muitos garimpeiros são filhos de lavradores, descendentes de pessoas que viviam da roça, eram vaqueiros, quebradeiras de coco, camponeses que provavelmente foram afetados pelos conflitos rurais ocorridos intensamente nos anos que antecedem ou coincidem com o recorte temporal da pesquisa.

Encontramos também pessoas naturais de outros estados como Piauí e Ceará, alguns solteiros outros casados, e a maioria ou alfabetizados ou analfabetos. A partir dos resultados obtidos no decorrer de um ano de pesquisa foi possível construir uma tabela mapeando expectativas geradas pela migração para os garimpos, nos ajudando a refletir sobre várias questões que norteiam a migração de homens da região do Médio Mearim para os garimpos. Segue a tabela abaixo:

## 2 Perfil dos Garimpeiros entrevistados

Nome	Idade	Profissão	O que ganhou com o garimpo?	Profissão dos Pais	Local de Nascimento	Representação do Garimpo	Situação Conjugal	Ano que foi para o garimpo?	Malária	Local de Residência	Motivos de Migração para o garimpo?
<i>Antônio Cantanhede</i>	78	Aposentado	Não Ganhou nada, só malária e vários problemas relacionados ao trabalho pesado do garimpo.	Lavradores (Pai: Roça; Mãe: Quebradeira de Coco)	Vitória do Mearim	Um lugar muito falado, lugar de se ganhar dinheiro.	Viúvo (Esposa faleceu depois que chegou do garimpo)	1985	1 vez	Bacabal - MA	“Fui fazer uma aventura, mas não deu certo nada pra mim.”
<i>Ari</i>	70	Dono de uma loja de calçados	Um valor de quarenta e cinco mil, mas não fez nada produtivo.	Trabalhavam com roça, plantando arroz, milho, mandioca e cana, com a plantação da cana fabricavam cachaça e rapadura.	Piauí	Lugar mais rico do mundo.	Casado	De 1980 á 1984.		Bacabal - MA	“Fui pro garimpo por causa da condição financeira, fui pra lá tentar a sorte, ver se ganhava algum dinheiro... com ambição de enriquecer”
<i>Codado/bigode</i>	58	Taxista	Uma casa própria	Roça	Piauí	Lugar de aventura, lugar de sofrimento, lugar de muito trabalho e aprendizado, onde se tem que ter muita coragem pra ir rumo á ele	Solteiro (Separou assim que voltou do garimpo)	92 (Passou oito meses) e 95 (Passou dois anos e dois meses)	3 vezes	Bacabal – MA	Intuito de melhorar de vida
<i>Curuá</i>	63	Dono de comércio	Um terreno, duas casas, uma fazenda no interior e o próprio	Pai; falecido Mãe; dona de casa.	São Luís Gonzaga – MA	Lugar de sofrimento e aprendizado, um lugar onde se encontra o ouro e	Casado	De 77 á 99.	5 vezes	Bacabal – MA	Com o pai falecido, teve que começar a trabalhar desde cedo, com isso

			comércio.			desse ouro se constrói uma vida melhor.					ele vê no garimpo um modo de criar os irmãos, dos quais ele cita que um dos irmãos hoje é formado, com a ajuda do trabalho no garimpo.
<b>Elias</b>	73	Vendedor de verdura	Um pouco de dinheiro para pagar as contas, beber umas cachaças e escapar...	Trabalhavam na roça.	Ceará / Boa Viagem	Lugar de aventura, muito trabalho e perigoso.	Casado	Década de 80 á 81	2 vezes	Bacabal - MA	“Pra escapar da difícil situação em que vivia.”
<b>Eugênio Nunes</b>	70	Aposentado	Ganhou Experiência, aprendeu sobre o garimpo e por fim a tão esperada aposentadoria.	O pai era Funcionário Público e a mãe dona de casa.	Chapadinha - MA	“Lugar de muitas brigas, lugar muito perigoso onde se via gente de todo lugar do mundo.”	Solteiro	85 a 87	varias vezes durante os anos de 85 a 87	Bacabal - MA	“Fui para o garimpo pra conhecer como era lá e fazer as carteiras dos garimpeiros para que eles tivessem direitos”
<b>José Ribamar Silva</b>	68	Vendedor de verdura	Não conseguiu nada	Lavradores	Alto Alegre -MA	Um lugar onde se você tiver a sorte de encontrar o ouro, tudo bem! Mas se não, você vai só sofrer.	Casado	83		Bacabal - MA	“Fui mesmo por ir. Fui por causa das fofocas que os homens falavam do garimpo, fui caçar crescer... todo garimpo tem fofoca moço”

<b>João Batista Aguiar</b>	72	Operador de maquina.	O garimpo lhe deu uma casa, uma geladeira, umas doses de uísque e umas grades de cerveja.	Mãe: quebradeira de coco Pai: trabalhava na roça.	Santa Rita - MA	Lugar de sofrimento, lugar onde a maioria tudo que ganhava acabava por lá mesmo... terra do cão.	Casado	Ano de 81 e 82		Bacabal - MA	Se aventurar no garimpo do Cumaru, e ganhar dinheiro pra arrumar a casa.
<b>Manoel do Sorvete</b>	56	Vendedor de sorvete	Nunca teve sorte de ganhar nada no garimpo.	Lavradores, pai falecido.	São Luis Gonzaga - MA	Um lugar bom para quem tem sorte e que goste de trabalhar.	Casado	Ano de 82		Bacabal - MA	“Ir ganhar dinheiro, pra poder criar o filho.”
<b>Múndico do Limão</b>	65	Vendedor de limão	Não ganhou nada de muito valor no garimpo, ganhou só um dinheirinho pra pagar as contas.	Trabalhavam de roça.	Bacabal - MA	Lugar de muito esforço, esperança.	Casado	Ano de 82		Bacabal - MA	“Tentar a sorte, melhorar a vida, conseguir alguma coisa para o sustento da família.”
<b>Raimundo Chaga de Almeida</b>	78	Aposentado	Quase nada.	Pai: Lavrador Mãe: dona de casa	Livramento - MA	Lugar de muito trabalho, perigo, cansaço e aventura.	Casado	Ano de 80 á 88		Bacabal - MA	“Aventurar a sorte, ir em busca do dinheiro abençoada do garimpo, na vontade de encontrar o ouro que ajudaria a cuidar melhor da família.”
<b>Raimundo Queiroz Sousa</b>	68	Dono de bar	Nada de vantagem, só sofrimento.	Viviam de roça. Pai: vendedor de verdura Mãe: dona de casa.	Povoado Boa Vista da Tábua/ Bacabal - MA	Lugar de muito ouro, onde quem chegava lá ficava muito rico.	Casado	Ano de 80		Bacabal - MA	“Quando surge o garimpo, a fofoca se espalha, com a noticia de que lá nesse lugar, estava dando muito ouro, então eu fui pra

												lá.”.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------

### 3 Migração: experiência e rememoração

Ao problematizar as motivações da migração de garimpeiros do Médio Mearim para os garimpos brasileiros, visamos discutir as peculiaridades desses sujeitos, bem como as representações construídas em torno de tal experiência migrante. As representações sociais dizem respeito a forma como os garimpeiros dão sentido à experiência de migrar, nessa seara elas nos ajudam a compreender as várias possibilidades de leitura do vivido

A narrativa de Raimundo Queiroz pincela elementos da experiência desses garimpeiros no decorrer da vida de garimpo. Ao se mudar para a cidade, Raimundo Queiroz sempre levava a sobrevivência da família em primeiro lugar, ao entrar em contato com homens que constantemente migravam para o garimpo de Serra Pelada, Queiroz cria um horizonte de expectativa sobre o garimpo como meio para sua ascensão econômica.

Ao migrar para o garimpo de Serra Pelada em 1980, depois de muito trabalho Raimundo Queiroz se torna dono de barranco e por oito anos desenvolve o trabalho de administrar esse barranco. Para ajudar na administração do barranco, conta com a ajuda de um amigo, um sócio de confiança que tempos depois acaba falecendo.

Após a morte do sócio, Raimundo Queiroz retorna para a casa dos pais no Maranhão. Cerca de quatro meses depois volta a migrar, dessa vez para o garimpo de São Francisco, localizado no sul do Pará, onde permaneceu por seis meses. Seu Raimundo Queiroz relata que: *“Tomava dinheiro emprestado. Pra poder ir vendia um porco, uma jumenta e não tinha nada, mas é triste, até que gente chegou lá, passar fome a gente passava uma fome do diabo”* (QUEIROZ, 2017). Para viajar para o garimpo muitos homens acabavam pedindo dinheiro emprestado ou se *“virando como pode”*. (QUEIROZ, 2017).

Estamos diante das representações do passado de Raimundo Queiroz, representações criadas por ele, através de experiências vividas no passado. A sensibilidade do presente dá significação ao vivido, fazendo com que Raimundo Queiroz, assim como vários outros garimpeiros percebam a realidade e construam por meio do passado teias de significações que dão sentido ao mundo.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem em sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva,

bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 42)

Na busca pela sobrevivência, muitos desses homens trilhavam em busca de outras experiências, motivados pela expectativa do enriquecimento nos garimpos do norte do país. Grande parte desses migrantes eram filhos de personagens tidos como trabalhadores rurais, que agora com a mudança do cenário político e econômico, tentavam ganhar a vida nos garimpos de Serra Pelada, Cumaru, Maria Bonita, dentre outros existentes na época, se aventurando em novas atividades remuneradas.

Pretende-se a partir desse trabalho fazer uma aproximação entre história política e história social, entender as experiências desses homens que depositavam a confiança de uma vida melhor nos garimpos, compreendendo não só os motivos de atração, mas também os modos de vida no garimpo e como ocorriam as transformações e inquietudes dentro do barranco.

Analisando as entrevistas realizadas na cidade de Bacabal - MA foi possível delimitar que os homens que migravam para os garimpos do Norte do país em sua grande maioria eram do estado do Maranhão, especialmente nascidos no Médio Mearim, muitos deles eram casados e ficavam no garimpo cerca de cinco a oito anos, em um dos casos um entrevistado transitou ao longo de 20 (vinte) anos por garimpos. Nas entrevistas relata-se que normalmente não ficavam o ano inteiro no garimpo, muitos permaneciam cerca de três a quatro meses e depois retornavam para suas casas.

Seu Curuá conta durante a entrevista como acontecia o trabalho dentro do garimpo, essa narrativa se torna interessante, pois a partir desse relato foi possível entender um pouco mais dos elementos da vida no garimpo.

Oia lá era o seguinte: a gente entrava pro mato. Eu acho que vocês não sabem uque é garimpo ainda não né? Não sabe não né? A gente entrava pro mato ai quando chegava lá, você pegava logo um rancho que tivesse o ouro né!! Você penteava por meio daquele barro de cima, ai quando chegava no cascalho. O cascalho é uma pedra branca, como uma areia branquinha, ai quando você...ai no meio daquele cascalho tem o ouro né! Ai quando você tira aquele cascalho, você vai lavando, ai é que você apresenta o ouro na maquina, a gente chama de maquina né. Agora o garimpo o bom do garimpo é... quer dizer pra muita gente, eu não gostava desse tipo de coisa que era pegar o ouro da semana todinha e gastar no sábado e nos domingo, pra mim não era muito bom não, eu não fazia isso não.. (CURUÁ, 2017).

Seguindo sempre no dinamismo de idas e vindas foi possível mapear tanto na fala de seu Curuá quanto na narrativa de seu Ari que os trabalhos de garimpagem eram realizados em determinados períodos. Seu Ari relaciona esse dinamismo que é recorrente na fala de todos os garimpeiros as estações do ano Inverno e Verão.

Não nos só ficava lá enquanto o Garimpo tava funcionando, porque o Garimpo lá só funcionava no Verão, no inverno ele não funcionava por causa das barreiras que desmoronavam, então no inverno era pra ir no Maquinário pra fazer o rebaixamento que era pra gente poder trabalhar no Verão.. (ARI, 2017)

Seu Ari também relata como era o cotidiano do garimpeiro em Serra Pelada, um cotidiano de muito trabalho, exposição ao perigo, mas que era superado diante da vontade de “*bamburrar*”.

Todo dia descíamos pro barranco pra carregar os sacos de terra, essa era a nossa rotina, umas cinco horas... cinco e meia o caba já estava descendo pra lá, lá chamasse barranco. O barranco é isso aqui ó!! Dois metro aqui com metro aqui o (simétrica ilustrativa) Tá certo? Isso aqui é a média pra Dez homens trabalhar, é um cavando, um enchendo o Saco e o outro... e os outros carregavam.. (ARI, 2017)

Em relação à doença mais recorrente no garimpo: muitos garimpeiros se queixavam da Malária, como a principal doença que acabava interrompendo o sonho de muitos migrantes maranhenses. Seu Curuá o garimpeiro que mais sofreu com essa doença relata como era representada entre os garimpeiros de Maria Bonita.

Cada Malária era uma Cruz, tipo uma Cruz, uma cruz e meia e duas, cada uma. A pessoa que pegava Malária na Maria bonita, era mais pesada? Era, era mais pesada, agora dizem eles que a malária mais pesada era aquela de meia Cruz, diz que era a pior que tinha de se carregar, o resto é de duas, uma, uma e meia mais... Eu não sei. Eles é quem falam, eu não sei muito bem. (CURUÀ, 2017)

Raimundo Queiroz representa o garimpo como um lugar onde a pandemia de doenças tropicais exemplificadas como a malária, prejudicava constantemente a sobrevivência de muitos garimpeiros.

[...] a malária lá era braba de mais, era daquelas que caia o cabelo, ai eu fui lá na Sucan, cansei de ir lá. fui fazer uns exames que só recebia uma hora depois o resultado, deitei um pouco e ai quando foi uma



hora eu fui lá ver e ai me disseram pra ir ali naquele pé de farmácia comprar uns comprimidos e pra mim ir se embora dali que o negócio tava feio. Lá tinha uma boca de baixo, que quem trabalhava lá, tinha uma febre braba, era só 24 horas. Com 24 horas já passava na rede morto. Era febre daquela febre braba de cai o cabelo, que chamam hepatite preta né! Eu acho que essa febre que eu panhei no São Francisco era dela. essa febre foi braba. (QUEIROZ, 2017)

Por meio de entrevistas temáticas realizadas com sete homens e três mulheres. Percebe-se que nas décadas de 70, 80 e 90 á um grande fluxo de migrantes residentes no Maranhão para os garimpos de Serra Pelada, Cumaru e Maria Bonita, sendo mais recorrente entre os migrantes a referencia ao garimpo de Serra Pelada. Nele percebe-se a vigilância promovida por Sebastião Rodrigues de Moura, “o major Curió”.

A presença de Curió passa a representar a própria Ditadura Militar, sendo o major respeitado pelos garimpeiros em geral, tendo também sua grande influência sob as relações sociais dos garimpeiros, proibindo a entrada de mulheres, bebidas e armas.

### **3 Considerações Finais**

O garimpo se torna um lugar de importantes representações na vida dos homens que se arriscam nele se aventurar, um lugar nitidamente movimentado pelos anseios de melhorias econômicas, de poder social, apesar de marcado pela exploração dos garimpeiros. O objetivo do garimpeiro evidencia-se quando, dentro da mobilidade espacial o “vagar sem rumo”, traz a expectativa de dias melhores, mas em contrapartida se encontram submetidos a duras condições de trabalho no exaustivo caminho dentro das minas, mas ainda assim buscam oportunidades que o mesmo estabelece. Tais questões são percebidas através da narração de acontecimentos que se davam cotidianamente dentro do garimpo.

Na tentativa ousada de busca pelos garimpos, os migrantes garimpeiros, chamados também de trecheiros, acabam passando por várias situações e por vários lugares em busca de melhores perspectivas. Tais situações se revelam importantes, quando na busca de se compreender como se deu a chegada ao garimpo, narram dificuldades enfrentadas desde sua saída do local de origem ou de migração, até o cotidiano de trabalho exaustivo nos garimpos.

O garimpo é representado como lugar de passagem, como lugar de se ganhar dinheiro, sendo desconectado da ideia de lugar bom para moradia, embora visto como

importante para a economia em momentos de prosperidade. No garimpo o migrante se torna garimpeiro em busca de ouro, o trabalho realizado sobre a extração do ouro se dá de forma semi-mecanizada nas décadas de estudos. O ouro também é idealizado como objeto mágico, que de certa forma vai contribuir para a atração de migrantes das várias regiões do Brasil, com o destaque para a presença de maranhenses nos garimpos. *“Eram tantos do Maranhão, chegavam precisando de dinheiro e depois iam se embora, eles vão atrás de recursos, com a esperança de que lá tá dando isso e que tá dando aquilo.”* (QUEIROZ, 2017).

Os motivos de expulsão são recorrentemente; as dificuldades enfrentadas em seu local de moradia, sempre estavam tentando conseguir algo de melhor para o futuro, por isso depositavam no garimpo a esperança da solução para seus problemas. *“Ha! Falavam que lá tava dando ouro, que chegava aqui rico, que era isso que era aquilo e ai quando chegava lá, cadê? Não tava dando era nada.”* (QUEIROZ, 2017)

Na maioria das vezes o sonho acabava se tornando um pesadelo, pois toda a representação que havia se criado em torno do garimpo, acabava se diluindo em frustrações.

Tem sim! Tem muita gente invocada com esse negócio ai! Loucura! Eu mesmo não vou mais pra canto nenhum. Não tem condição não. Até onde eu andei não vi nada de vantagem. Pegar uma malária braba lá, se você não tinha um pedacinho de dinheiro pra vim embora. Ficava lá! Eu vi muita gente, a cabeça ficava igual o ombro da gente sem ter um fiapo de cabelo. Era um batalhão de homem com a cabeça só a sola. Ai eu perguntava pro povo que diacho é isso aí? Ai eles diziam que era a febre que adoecia a pessoa e fazia o cabelo cair tudo. Se eu chegar a dizer que vou, to acabado! (risos) Eu me lembro de tá aqui de um jeito e chegar pra me ver nessa situação. Diacho é isso! É triste! (QUEIROZ, 2017)

O garimpo não seria um local de fixação, mas apenas de passagem, pois o que estava nas expectativas dos próprios garimpeiros, era se em determinado barranco as condições de encontrar o ouro eram favoráveis ou não, nisso o garimpeiro acabava percorrendo vários garimpos no decorrer de sua vida.

Em constante esforço, ao mapear sobre as condições de vida dos garimpeiros, visamos aprofundar por meio das discussões teóricas e metodológicas, a interpretação de elementos recorrentes nas entrevistas de homens do Médio Mearim que migraram para os garimpos. Tais elementos relacionados as aventuras, ao sofrimento e a sorte de encontrar ouro, constroem o percurso do trabalho, nos ajudando a compreender e a

mergulhar nos aspectos das experiências de homens que apostaram suas vidas na garimpagem, trabalharam para “*bamburra*” e desistiram do garimpo.

## Referências

### Fontes Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.

BARBOSA, Lívia. **Representações nacionais e identidades garimpeira**; carência material e pobreza simbólica. Relatório final da pesquisa do projeto paconamé. Rio de Janeiro: Cetem, 1991.

\_\_\_\_\_. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. In: **Estudos Históricos**, Rio Janeiro, vol. 4. 8, 1991, p. 229-243.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo**. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro FLAMARION e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração**. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim - MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

PASSOS, Messias Modesto dos. **Mundo do Garimpo**. Disponível em: <https://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acesso realizado em: 04 de jan. de 2018, às 20:10h.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p. (Coleção História & Reflexões, 5)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

TEDESCO, Leticia da Luz. **Atores sociais na batalha: estigma e cidadania entre prostitutas, através de uma ONG em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão

(Graduação em Ciências Sociais), Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

### **Fontes Orais**

**Antônio Vale Cantanhede**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**Elias Vieira de Sousa**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**José dos Santos Moura**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**José Felipe Medeiros**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

**Raimundo Queiroz**, entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em Agosto de 2017.

# A PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE NA IMPRENSA MARANHENSE: PERSPECTIVAS E DILEMAS VOLTADOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE BÁSICA DO MARANHÃO\*.

*Josieuder Silva Pereira* \*\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce nos principais jornais maranhenses (jornal Pequeno, o imparcial e o estado do Maranhão), com perspectivas voltadas para o ensino de história. Nesse meandro esse trabalho visa compartilhar a conjuntura governamental do primeiro mandato da então governadora Roseana Sarney (1995-1998), recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil, e no estado do Maranhão. As principais metas, de muitas almejadas por esse trabalho, é popularizar o acesso aos impressos maranhenses no período do governo de Roseana Sarney e, sobretudo, a privatização da companhia Vale Do Rio Doce (CVRD), trabalhando com enfoques de estratégias pedagógicas nas escolas da Rede Básica de Ensino do Maranhão, criando mecanismos de aproximação do aluno com a História “mais” recente do Maranhão, tal como, paradidáticos, para elucidar esse fato tão importante da história maranhense, aproximando-o com discursões presentes no contexto atual.

**Palavras Chaves** – Ensino de História, Privatização e Imprensa.

## INTRODUÇÃO

O uso de impressos como opção metodológica pode em muito contribuir para desnaturalizar interpretações clássicas sobre a História que impedem que as especificidades locais sejam destacadas. Segundo Tânia de Luca<sup>1</sup> (2011), a utilização de jornais pode ser um profícuo caminho para a elaboração de outras interpretações sobre a História. Tal perspectiva, a nosso ver, pode ser ainda mais importante e transformadora quando os impressos deixarem de ser fonte de pesquisa especificamente nos âmbito restrito da academia e penetrar no cotidiano escolar.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1981), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1989) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). É professora Livre Docente em História do Brasil Republicano (2009) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Foi editora da "Revista Brasileira de História" (ANPUH, biênio 1999/2001) e da revista "História" (Programas de pós-graduação em História da Unesp/Assis e Franca). Por duas vezes coordenou o Fórum Nacional de Programas de Pós-graduação em História da ANPUH, na condição de secretária geral da entidade (biênios 2007/2009 e 2015/2017). Foi segunda tesoureira da ANPUH (biênio 2001/2003) e vice-presidente (biênio 2013-2015), quando coordenou a organização do Simpósio Nacional da entidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia, História Social da Cultura, História da Imprensa, História dos Intelectuais, construção dos discursos em torno da nação e do nacionalismo. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a imprensa, entre as décadas finais do XIX e os primeiros decênios da centúria seguinte. Pesquisadora principal no projeto temático "A circulação transatlântica dos impressos. A globalização da cultura no século XIX", financiado pela Fapesp (Processo 11/07342-9, vigência set. 2011 a ago. 2016). Responsável, junto ao CNPq, pelo financiamento do projeto Estudos de jornais em língua estrangeira (TRANSFOPRESS Brasil), Edital Universal, 14/2014, processo 446392/2014-6, vigência nov. 2015/out.2017.

Segundo Magali Angel<sup>2</sup> (2007) há atualmente sinais de mudanças importantes que, de um lado, indicam um crescente questionamento da perspectiva preconceituosa em relação ao ensino de História e, de outro, apontam o paulatino movimento de professores dos departamentos de história das licenciaturas, no sentido de assumirem a responsabilidade, ao lado dos professores das faculdades ou dos departamentos de educação, na formação de profissionais da área de ensino.

Contudo, é também inquestionável que tais mudanças se vêm operando em ritmo bastante lento e, muitas vezes, de forma muito restrita. Entre as inúmeras dificuldades, é preciso mencionar, primeiramente, a permanência, nos meios universitários, de convicções que hierarquizam pesquisa e ensino, sendo atribuído à primeira o papel de criar/produzir o conhecimento, que caberá ao segundo reproduzir. O ato de ensinar é visto, assim, como mera repetição dos saberes de referência – no nosso caso, a história – por meio de uma linguagem didática e, portanto, simplificada, quase sempre distorcida.

Nessa perspectiva, o eixo central desse trabalho agora apresentado reside na divulgação acervos dos jornais *O Estado do Maranhão*<sup>3</sup>, *Jornal Pequeno*<sup>4</sup> e *O Imparcial*<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1979), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1985) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Foi professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de 1979 a 2006. Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Política (CNPq). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, História Intelectual, História e Literatura, História da Imprensa, História Social da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, imprensa e literatura; intelectuais identidade nacional, educação e saúde; cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> O *Jornal o Estado do Maranhão* foi fundado em 1973, depois que o então ex-governador do Maranhão José Sarney e seu amigo Bandeira Tribuzi compraram o jornal *O Dia*, que foi fundado em 1959, decidiram mudar nome do jornal em homenagem ao Maranhão: *O Estado do Maranhão*, porém decide que o ano de 1959 é o início do jornal. Em 1994, o jornal fez campanha aberta a então candidata, Roseana Sarney, prevendo vitória no 1º turno, o que não ocorreu. Ela venceu no 2º turno em meio das acusações de fraude eleitoral até hoje. O jornal repetiu em 1998. Haja vista, esse jornal foi comprado por José Sarney para ser um meio propagador das suas campanhas políticas apresentando suas ideias. Mesmo que ideias que não atendessem as massas populares, fossem ideias boas e serviria para revitalizar o Maranhão. Ou seja, serve como propaganda midiática para o grupo Sarney.

<sup>4</sup> Em 29 de maio de 1951, o *Jornal Pequeno* foi lançado em São Luís pelo jornalista José de Ribamar Bogéa, num momento em que todos os órgãos de imprensa do Estado, de uma forma ou de outra, achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos. Circulavam à época no Maranhão os jornais “*O Combate*”, “*Jornal do Povo*”, “*Tribuna*”, dos partidos de oposição; “*O Imparcial*” e “*O Globo*”, do grupo “*Diários Associados*”; “*Diário de São Luís*” e “*Diário Popular*”, de roupagem abertamente governista, comandados pelo grupo do então senador Vitorino Freire. O *Jornal Pequeno*, ainda em seus primórdios fez história, porque surgiu na condição de único órgão de imprensa conceitualmente apertidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes. Colunas como “*O Mundo em Poucas Palavras*”, “*Defendendo o Nosso Povo*”, “*Coisas que Acontecem*”, “*Língua de Trapo*”, “*No Cafezinho*”, “*Dicionário do Povo*”, criaram uma nova linguagem jornalística, inusitada mesmo para aqueles tempos.

<sup>5</sup> Entrou em circulação em 1º de maio de 1926 e desde então até hoje, é o jornal mais antigo em circulação do Maranhão. Fazendo parte dos diários associados, junto com o correio brasiliense e outros

levantando as publicações de tais impressos acerca do período da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Haja vista os objetivos do trabalho são viáveis, na medida em que o material é de fácil acesso, pois, os mesmos estão disponíveis na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão Benedito Leite. Sendo assim, os objetivos propostos nesse trabalho é difundir as pesquisas realizadas sobre a História do Presente do Maranhão, articular a produção acadêmica à alunos-leitores das escolas públicas da Rede Básica do Maranhão.

Disseminar essa produção acadêmica entre um público mais amplo, situado fora das universidades e promover a dinamização da prática pedagógica do ensino de História nas escolas da Rede Básica de Ensino do Maranhão voltado ao período do governo de Roseana Sarney recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso em 1994 a partir da análise da cobertura da imprensa local sobre o processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, ocorrido em maio de 1997. Todavia, esse projeto pode em muito contribuir para a formação do aluno do ensino básico, pois o mesmo, terá como foco a História do Tempo Presente no Maranhão, especificamente no primeiro governo da Roseana Sarney, sobretudo a privatização de uma das maiores empresas públicas do Brasil situada no Maranhão.

## REVISÃO TEÓRICA, METODOLÓGICA E HISTORIOGRÁFICA

Todavia, privatização é uma diretriz básica da política neoliberal implementada no a partir do final da segunda guerra mundial, portanto é de suma importância o entendimento desse termo neoliberalismo. Assim, Monica Piccolo apresenta, o gradual processo de transformação do discurso neoliberal e hegemônico teve início na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial. Tomando como alvo preferencial as políticas públicas implementadas nos Estados Unidos pelo Presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, e na Inglaterra de Margaret Thatcher. No processo de dilapidação do Estado brasileiro teve início ainda durante a ditadura e prosseguiu sem interrupções no governo

---

imparciais de outros estados, fundado por Assis Chateaubriand. É o segundo jornal mais importante do Maranhão

Sarney com um modernização econômica através da privatização como elemento gerador de receita e redutor do déficit público.

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das “livres forças do mercado”, este sim convertida em “entidade suprema” do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não-intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais (MENDOÇA, 2004, p. 106-107).

A visão neoliberal chamada de modernizadora por seus ideólogos, tinha como base fundamental, a substituição do Estado pelo Mercado como agente responsável pelo crescimento social, onde o segundo, mais racional, assumiria todos os papéis na estruturação das bases para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Monica Piccolo Almeida em sua tese, ela apresenta os mecanismos que possibilitaram a consolidação hegemônica do discurso e das práticas neoliberais que se traduziram em uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade. E os distintos projetos que conduziram a política econômica brasileira cujo desenlace foi a transformação do ideário neoliberal e, principalmente, a privatização como agenda principal dos governos nos anos noventa.

Assim como Collor, Fernando Henrique também configura seu programa de governo em torno do diagnóstico da falência do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista fundamentado no campo da ciência política e da economia. Trazendo as privatizações brasileiras como provedoras de receita para a economia brasileira, e são essas reformas do Estado implementadas por Fernando Collor e aprofundadas por Fernando Henrique como o grande ponto de partida para o crescimento econômico do Brasil, (PICCOLO 2010). E, portanto, a (des)organização econômica brasileira dos anos noventa legitimaria o projeto privatista da cartilha neoliberal.

O modelo neoliberal implantado no Brasil destacando-o as políticas adotadas na economia e suas principais consequências sociais, apresentou graves desequilíbrios, de ordem econômica, social e política. Da mesma forma que outros países latino-



americanos, o Brasil também viveu experiência de cunho neoliberal, que transformaram de forma intensa sua estrutura econômica e intensificou alguns indicadores sociais, tais como o desemprego, a miséria, a concentração da renda e a violência.

Medidas inicialmente chamadas de modernizadoras, impactaram na sociedade de forma geral, os empresários passaram a sentir o peso da concorrência de empresas estrangeiras, o mercado passou a conhecer novos produtos, os automóveis produzidos internamente apresentam sensíveis melhoras, com incremento tecnológico, melhoras na qualidade e na produtividade do setor, isso inicialmente, mas, essa política de privatização desencadeou uma instabilidade política e um falecimento do estado gerando crise econômica na sociedade brasileira, principalmente, nas classes “subalternas”, sobretudo, os trabalhadores de salário mínimo.

No caso do Maranhão encontramos poucos trabalhos que apresentam estudos sobre o processo do neoliberalismo que estão ligados aos discursos de privatização. E Também sobre singularidades das ideais modernizantes do Estado-mínimo.

No desenrolar desse processo Zulene Muniz Barbosa , apresenta o emaranhado das políticas adotadas pelos governos do José Sarney de 1965-1979 e o da Roseana Sarney, usando o “Novo” como discurso, principalmente, enfatizadas na mídia, não passaram de estratégia política para a perpetuação dos mesmo no cenário da política do Maranhão, e uma dessas estratégias está o discurso neoliberal adotada pela governadora Roseana Sarney.

Segundo Zulene Barbosa, O governo da Roseana Sarney agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foi importante as políticas iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundado no governo de Fernando Cardoso, (1994 e 1998).

Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. E, portanto, a privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado racional de seu governo, porque evitar o desperdício e alocar eficazmente os recursos públicos e humanos. Foi esta a justificativa para as sucessivas privatizações de empresas estatais.

E também podemos destacar, sobre esse Processo de implementação neoliberal podemos destacar Wagner Cabral da Costa, onde ele apresenta os mecanismos usados pela oligarquia Sarney para que essa oligarquia se perpetuasse no poder dentro da

política maranhense, e uma característica marcante dessa oligarquia em atuação foi a defesa da modernização capitalista da economia.

E segundo Vagner Cabral, o governo estadual tem procurado implementar algumas medidas do receituário neoliberal, tais como, a tentativa de doação fraudulenta (disfarçada de “privatização”) do Banco do Estado, a reforma administrativa (com ênfase na criação das gerências regionais), o apoio à grande agricultura de exportação (em detrimento da agricultura familiar).

Haja vista, que as interpretações sobre a consolidação do neoliberalismo no Maranhão ainda não dão conta de esclarecer esse processo, mas, servem de ponto de partida para uma análise maior no âmbito da política econômica adotada pelos governos de Roseana Sarney (1995-1998). E uma das políticas econômicas atoadas por esse governo foi a privatização da CVRD que ocorreu em 1997, concomitante apoio dado ao governo federal.

Todavia, foi levantada a bibliografias sobre a história da Vale do Rio Doce, para um entendimento sobre sua origem e suas especificidades, assim, Fundada em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.352, durante o governo de Getúlio Vargas, a Companhia tornou-se, em 65 anos, a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo.

A Vale do Rio Doce foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, para cobrir a procura da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados “Acordos de Washington”, firmados no dia 3 de março de 1942, nos EUA, o governo britânico se dispunha a transferir ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de 14 milhões de dólares.

Na década de 50, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. Nos anos 70, a companhia se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo e foi levada pelo governo brasileiro ao Norte do país. Em 1995, a CVRD foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional.

Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República Fernando Collor de Melo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar os processo de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O argumento do governo foi, entre outros, a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação. Outro argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade e obter maior taxa de retorno sobre o capital investido e que ela vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava.

Finalmente, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo. Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

Um dos autores que podemos destacar sobre a privatização da Vale do Rio Doce que é o tema central do projeto é Monica Piccolo onde ela apresenta dados que afirmam que a venda da Companhia Vale do Rio Doce foi a empresa vendida que mais arrecadou fundos para os cofres públicos. Todavia, essa privatização foi a mais importante tanto em âmbito nacional como estadual.

Das empresas vendidas em 1997, a que garantiu a maior arrecadação foi a Companhia Vale do Rio Doce. Da totalidade de recursos adquiridos com as privatizações, 87% provieram da venda da maior siderúrgica do país. Se não por esse percentual, a privatização da Vale também assume destaque pelo fato de ter sido o único caso em que houve transferência de dívida pública para a iniciativa privada. Do montante final arrecadado em 1997, 44% foram representados por transferência de dívidas na privatização da empresa. (PICCOLLO, 2010, p. 336).

Foi necessário e de suma importância à leitura metodológica e teórica sobre o uso do jornal como, para melhor entendimento dos mesmos e até mesmo para uma boa compressão didática para os alunos, para que os mesmos tenham noção de como os jornais funcionam dentro do estado. Assim foram privilegiadas leituras metodológicas do uso do jornal, que tem autores como Maria Helena Rolin Capelato, para Capelato;

A imprensa é porta voz das elites, o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos. Pequenos periódicos ligados as classes trabalhadoras. Os meios de comunicações tendem a desviar

as vistas dos leitores para planos e ângulos convenientes aos dominantes. Manipulações de visões, com objetivo de lucro ou ideologias impedindo que os interesses dos menos favorecidos sejam atendidos. A imprensa resgata, comenta e participa da história, batalha pela conquista de corações e mentes. (CAPELATO, p.15, 1987)

Segundo Tânia de Luca (2011), a utilização de jornais pode ser um profícuo caminho para a elaboração de outras interpretações sobre a História. Tal perspectiva, a nosso ver, pode ser ainda mais importante e transformadora quando os impressos deixarem de ser fonte de pesquisa especificamente nos âmbito restrito da academia e penetrar no cotidiano escolar. Segundo Magali Angel (2007) há atualmente sinais de mudanças importantes que, de um lado, indicam um crescente questionamento da perspectiva preconceituosa em relação ao ensino de História e, de outro, apontam o paulatino movimento de professores dos departamentos de história das licenciaturas, no sentido de assumirem a responsabilidade, ao lado dos professores das faculdades ou dos departamentos de educação, na formação de profissionais da área de ensino. e, principalmente o fio condutor de todo o arcabouço teórico e metodológico que tange a minha produção acadêmica, e que é usado para a compreensão dos jornais, onde o mesmo é usado como instrumentos de construção de um projeto que vinha ou não a se tornar hegemônico, Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antonio Gramsci<sup>6</sup>.

Assim para Gramsci, em sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou “sentido restrito” e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

A privatização da CVRD insere-se metodologicamente no campo da História do Tempo Presente, pois, tal fato ocorreu nos anos noventa do século passado e, todavia, e

---

<sup>6</sup> O filósofo italiano Antonio Gramsci é tido como um dos mais importantes formuladores comunistas. Não está fora de questão que seja o mais importante. Esse sardo franzino, casado com uma russa, nascido em 1891, chegou a trabalhar com Mussolini na redação do jornal socialista italiano “Avanti!”, em 1915. Foi preso por ação do mesmo Mussolini em 1926, e condenado a vinte anos de prisão. Recebeu liberdade condicional por motivo de saúde e morreu em uma clínica romana em 1937. Na prisão escreveu suas reflexões, publicadas no Brasil pela editora Civilização Brasileira, na década de 1970, com o título de “Cadernos do Cárcere” (quatro volumes). Não são fáceis de ler. Gramsci escrevia quase que em código, para que os censores não confiscassem suas “lições”, que saíam da prisão por uma sua cunhada, funcionária da embaixada soviética em Roma.

um campo que merece um maior aprofundamento. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2013), o estudo da História do Tempo Presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político.

O estudo da História do tempo presente é um processo de longa construção, pois, não é fácil escrever sobre o tempo “vivido” sem recair em enfadonhos momentos quem trazem a tona a sua própria memória sobre o fato. Para efeito de problematização o historiador deve ter a máxima atenção epistemológica no ato de escrever sobre o Tempo Presente. Fazer assim, questionamentos contundentes e qualitativos no ato da pesquisa histórica sobre o “fazer” História do Tempo Presente.

A escrita da História do Tempo presente é algo que o historiador deve ter se atentar para os momentos propícios de onde se fala, principalmente, quando é um fato recorrente, do qual o historiador presenciou. Portanto, tem que haver uma criticidade tanto subjetiva quanto objetiva de onde se fala. Por isso segundo Maranhão Filho o historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, ele deve buscar a objetividade como historiador e identificar as peculiaridades da “verdade” do tempo vivido, portanto;

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144)

Monica Piccolo (2010) a “História Contemporânea outros pontos polêmicos marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente”, os postos essenciais que marcam o desenvolvimento do estudo sobre a História do Tempo Presente é;

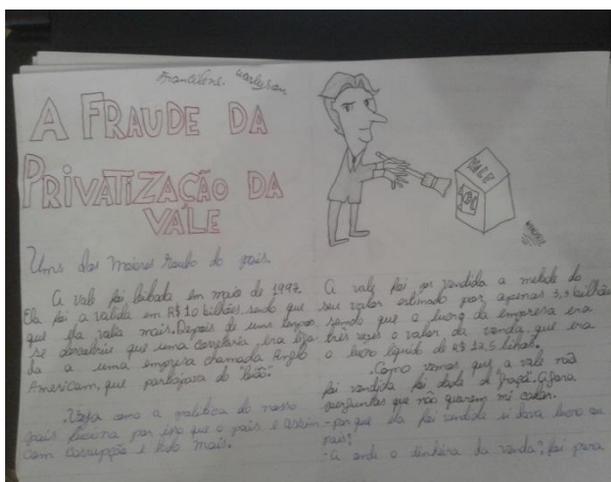
O abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente esperando o momento que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador, e o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos (PICCOLO, 2010, p.36).

Para a autora, o historiador ao adentrar nas vicissitudes do estudo sobre História do Tempo Presente deve ter uma atenção erudita com cuidados que levem ao entendimento

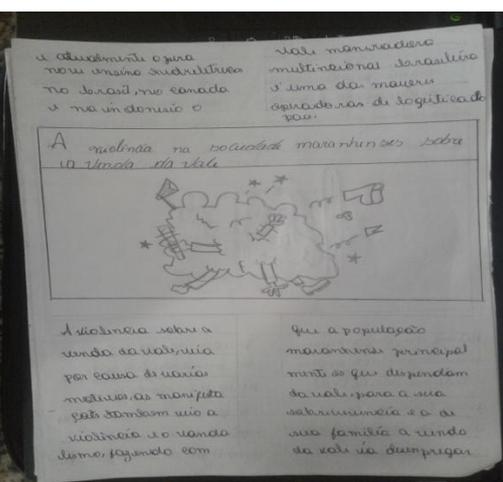
dos limites do enfrentamento do estudo categórico do presente, em que, essas “categorias passam, fundamentalmente, por um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem em torno de questões que já se encontravam presentes no *métier* historiográfico” (MONICA 2010).

Dentro da lógica do Tempo Presente que vem ganhando notoriedade com novas abordagens e novas pesquisas, podemos destacar a relação com a construção história com o uso do jornal como fonte, principalmente, com os estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Assim, com essa aproximação entre o tempo presente e o uso do jornal como fonte, pode em muito contribuir para a construção historiográfica.

## RESULTADOS INICIAIS DO TRABALHO

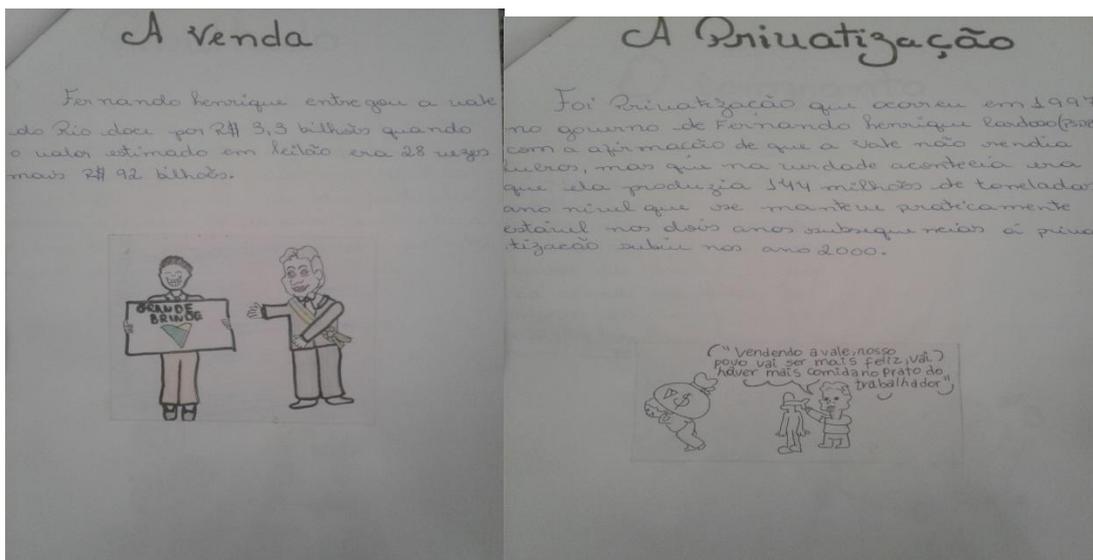


Fonte: arquivo pessoal



Fonte: arquivo pessoal

Essas duas imagens ilustram o desenvolvimentos dos alunos em meio à leitura e análise dos impressos Maranhenses. Está em evidência a interpretação dos alunos após as apresentações sobre o tema e sua análise. “*como vemos que a vale não foi vendida, foi dada de “graça”. Agora perguntas que não me querem me calar. Porque ela foi vendida se ela dava lucro para o País? A onde foi o dinheiro da venda foi parar?*” (GRIFO NOSSO). O outro aluno destaca a violência sobre os manifestantes durante protesto causado pela venda da Vale, “*a violência na sociedade maranhense sobre a venda da vale*”. (GRIFO NOSSO).



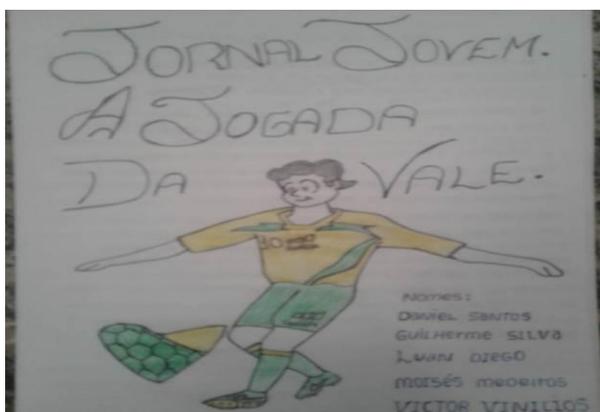
Fonte: arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal

Nas imagens acima está em evidência a construção das atividades do alunos do terceiro ano da escola Rural dos Lopes, uma produção textual com base analítica dos impressos maranhenses, os mesmo ainda fizeram desenhos sátiros pra destacar a venda da Vale, após a leitura e a análise dos jornais os alunos em grupo construíram suas próprias interpretações, onde os alunos destacam a venda e o leilão da vale, “*Fernando Henrique entregou a Vale do Rio Doce por R\$ 3, bilhões quando o valor estimado em leilão era 28 vezes mais, cerca de R\$92 92 bilhões*”, (GRIFO NOSSO).

Outra aluna destacou o discurso do presidente FHC usada como desculpa para leiloar a CVRD. “*a privatização ocorreu em 1997 no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com a afirmação que a Vale não rendia lucros. vendendo a Vale nosso povo será mais feliz, vai haver mais comida no prato do trabalhador*”. (GRIFO NOSSO).

Por ultimo apresentarei uma imagem em que o aluno faz uma sátira bem critica sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em que, o mesmo coloca como uma jogada a venda da Vale.



Fonte: arquivo pessoal

## **CONCLUSÃO**

É de grande relevância o uso dos impressos como metodologia de ensino, pois, os mesmo podem proporcionar uma maior aproximação do aluno leitor da rede básica de ensino com a história, mediante seus efeitos mais recentes.

Assim, podemos viabilizar com a elaboração desse trabalho, uma dinamização da prática pedagógica do ensino de História voltado ao período do governo de Roseana Sarney recuperando as especificidades maranhenses diante de um processo maior de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso em 1994 a partir da análise da cobertura da imprensa local sobre o processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, ocorrido em maio de 1997.

Todavia, repensar os (des)caminhos da consolidação do neoliberalismo no Brasil em busca das especificidades do Maranhão, a partir da análise do processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, e compartilhar os resultados desse repensar com as escolas da Rede Básica pode em muito contribuir para a superação do fosso ainda hoje existente entre universidade e sociedade. Caminho profícuo, acreditamos, para reversão dos perversos índices educacionais do estado do Maranhão.

Contudo, popularizando o acesso aos impressos maranhenses no período do governo de Roseana Sarney como estratégias pedagógicas das escolas da Rede Básica de Ensino do estado do Maranhão, e promovendo uma aproximação e intercâmbio entre as pesquisas realizadas no âmbito da academia e as escolas da Rede Básica de Ensino de. Assim, com um teor redimensionando ao Ensino a respeito do processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil a partir da investigação sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

Compartilhando aos alunos da rede básica de ensino uma maior criticidade e embasamento sobre esse processo maior que foi a venda para da Vale do Rio Doce no ano de 1997, e assim, construindo novas abordagens e novos caminhos para o ensino de História do Maranhão. A única maneira de a classe trabalhadora ascender economicamente, infelizmente ou felizmente é estudando. Assim, a educação é uma forte ferramenta de mudança social e racional.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Jornal O Estado do Maranhão dos anos 1995-1998

Jornal Pequeno dos anos 1995-1998

Jornal Imparcial dos anos de 1995-1999



- BARBOA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão.** Disponível em: <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf>
- BELO, Werbeth Serejo. **Uma perspectiva “imparcial” do “milagre econômico”: construindo o consenso em torno do projeto do projeto desenvolvimentista.** São Luis 2015, monografia (graduação) – Curso de Historia da Universidade Estadual do Maranhão
- COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?.** Disponível em <HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf>
- COSTA, Wagner Cabra (1997) **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A Trajetória da Oligarquia Sarney,** ( Mimeog.).
- CALDEIRA, José Ribamar Chaves. **As eleições de 1994 e 1998 no Maranhão.** Escritos São Luis, Lithograf, 2001. Pp. 34-88.
- GOMES, Ilse (2001) **Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições.** Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **INVENÇÃO DE UMA RAINHA DA ESPADA:** Reatualizações e embaraços da dinâmica política do *Maranhão dinástico.* Tese de Doutorado em Políticas Publicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1985.** Petrópolis: Editora vozes, 1984.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo.** In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sócias e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz E Terra, 1995.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul,** *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 135-146 [2002]
- BAER, Werner. MALONEY, William. **Neoliberalismo e Redistribuição de renda na América Latina,** *Revista de economia politica,* vol, 17, nº3 (63), Julho-setembro/ 1997.
- MARIANI, Édio João. **A trajetória de Implementação do Neoliberalismo,** *Revista Urutágua,* Revista acadêmica multidisciplinar - <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>.Nº13-agosto./set./out./nov. 2007.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Neoliberalismo e desenvolvimento**

na América Latina, Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101013124027/6ParteIII1.pdf>

PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.** Niterói: Tese de Doutorado, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira.** São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

SILAVA JUNIOR, Ary Ramos da. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos Salinas (1988- 1992).** O incremento da corrupção e seus custos sociais. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Unesp, Campus de Araraquara./SP, abril de 2006.

CARDOSO, Ciro Framarion; VAINFAS, Ronaldo. Historia e Análise de Textos. In: Ciro Framarion; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História.** Rio De Janeiro: Campus, 1997, p. 375-400.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol, 03. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

FALCON, Francisco. História e Poder. In; Ciro Framarion Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). **Domínios da História.** Rio De Janeiro: Campus, 1997, p. 375-400.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 111-124, maio/jun. 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “**velha história política**”: o retorno da história política. : desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 90-119, jun./ago. 2000.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: um ensaio de nós mesmos. IN: **Revista catarinense de História**, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.** Niterói: Tese de Doutorado, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira.** São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1996.

# GOVERNO ROSEANA SARNEY (1995-1998): O POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO NAS PRIMEIRAS PRIVATIZAÇÕES DO ANO DE 1995 E A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD EM 1997

*Josieuder Silva Pereira<sup>1\*</sup>*

**Resumo:** Roseana Sarney assume o governo do Maranhão em 1995, em seus primeiros meses de mandato é “mencionado” no jornal O estado do Maranhão o discurso de modernidade política e econômica, visando como agenda de governo, privatização e reformas. Nos editoriais de tal jornal, no primeiro ano de mandato da então governadora, são “anunciados” que a máquina estatal é gordurosa e que algumas empresas maranhenses são ineficientes, precisando-as serem privatizadas, ou seja, o jornal é evidentemente a favor de determinadas privatizações. No contexto da agenda neoliberal do ano de 1997, entra em cheque a venda de uma grande empresa nacional, a CVRD. Em editorial, o jornal o estado do Maranhão é claramente contrário a essa privatização. Sendo assim, o principal objetivo desse trabalho é compreender, porque tal jornal foi a “favor” da agenda neoliberal na conjuntura das privatizações de empresas públicas maranhenses e “contrário” a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A Companhia Vale do Rio Doce entrou no programa de desestatização no ano de 1995 e foi leiloada no dia 07 de Maio de 1997. Este trabalho Toma como análise teórica A Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antônio Gramsci, para melhor entendimento do posicionamento institucionais desse jornal O estado do Maranhão.

**Palavras-Chaves:** Governo, Jornal o estado do Maranhão e Neoliberalismo.

## INTRODUÇÃO

É de suma importância à compressão do posicionamento institucional do maior impresso – (jornal o estado do Maranhão) sobre o processo de privatização de uma estatal brasileira no território maranhense que ocorreu em 1997, e sobre as primeiras privatizações que ocorreram nos primeiros meses de mandatos da governadora Roseana Sarney, no estado do Maranhão.

O jornal o estado do Maranhão é o jornal de maior circulação no Maranhão. A utilização desse impresso foi importantíssima no processo de privatizações da CVRD, noticiando imensas reportagens sobre esse acontecimento, e também nos discursos de privatização do ano de 1995. Assim, é relevante entender o posicionamento

---

<sup>1</sup> \*Graduado em História Licenciatura pela Universidade estadual do Maranhão (UEMA), membro do Núcleo de pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) e professor da rede básica de ensino do município de Primeira Cruz-MA.

institucional desse grande jornal no processo de consolidação do neoliberalismo no estado do Maranhão.

Tomarei como análise teórica, para melhor entendimento do posicionamento institucional desse jornal (o estado do Maranhão), a Teoria do Estado Ampliado do Filósofo Italiano Antônio Gramsci. Na sua concepção o Estado em sentido Ampliado é dividido entre Sociedade Política ou “sentido restrito” e Sociedade Civil. E transitando entre a Sociedade Política e Sociedade Civil estão os Intelectuais Orgânicos, que são responsáveis pela elaboração de um Projeto que venha se tornar Hegemônico. E no seio dessa Sociedade Civil estão os aparelhos Privados de Hegemonia, e Contra Hegemonia, um desses aparelhos que será analisado nesse trabalho é a Imprensa. Segundo Gramsci, esses aparelhos são utilizados para a organização da vontade coletiva.

Neste caso, o jornal o estado do Maranhão, poderia estar “garantindo” a perpetuação hegemônica do processo de consolidação do neoliberalismo no Estado, nas privatizações dos primeiros meses do governo Roseana (1995-1998), como umas das diretrizes principais a privatização e a reforma do estado. Mediante a isso, no caso Da Vale o mesmo jornal estava funcionando dentro dessa Sociedade Civil, em um movimento de Contra Hegemônico, pois estava contrário a nacionalização do projeto de privatização CVRD.

No decorrer do trabalho, foram lidas linhas teóricas de cunho, História do Tempo Presente, História Política e História Econômica, para assim, termos uma maior compreensão a respeito das relações entre a Sociedade e o Estado, sobretudo, a relação de poder entre ambas as estruturas.

Sendo assim, o principal objetivo desse trabalho é compreender, porque tal jornal foi a “favor” da agenda neoliberal na conjuntura das privatizações de empresas públicas maranhenses e “contrário” a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Todavia, a Companhia Vale do Rio Doce entrou no programa de desestatização no ano de 1995 e foi leiloadada no dia 07 de Maio de 1997.

O processo de consolidação do neoliberalismo no Maranhão foi concretizado com as privatizações das estatais maranhenses, principalmente, a antiga Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas Vale, esse é um projeto do governo Federal, que a frente tinha Fernando Henrique Cardoso, por isso, um projeto de âmbito federal pode estar ligado ao projeto de âmbito estadual, ou seja, no Maranhão.

Foi usado como fonte documental para possibilitar uma maior compreensão dessa abordagem, os editoriais do jornal o estado do Maranhão, um datado de 4 de maio de

1997 e outros 3 editoriais do ano de 1995, pois é, no editorial que o jornal apresenta seu posicionamento sobre os assuntos do “cotidiano”. E também os periódicos no período em que o estado foi governado por Roseana Sarney, mais especificamente entre os anos de 1995/1998. Todavia, serão privilegiadas as discussões acerca da (re)estruturação das políticas públicas no âmbito político e econômico.

Privilegiando leituras sobre a historiografia no que tange os processos de consolidação do neoliberalismo no Brasil e no Maranhão. Assim, contribuir para a construção da historiografia no Maranhão, sobretudo com ênfase em História do Tempo Presente, e o processo de consolidação das políticas neoliberais implementadas no Brasil, mas, especificamente, para entender como se deu esse processo no Maranhão.

### **O TEMPO PRESENTE, JORNAL COMO FONTE E O ESTADO AMPLIADO DE GRAMSCI.**

O Governo Roseana (1995-1998), e “suas” privatizações, insere-se metodologicamente no campo da História do Tempo Presente, pois, tal fato ocorreu nos anos noventa do século passado e, todavia, é um campo que merece um maior aprofundamento. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2013), o estudo da História do Tempo Presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político.

O estudo da História do Tempo Presente é um processo de longa construção, pois, não é fácil escrever sobre o tempo “vivido” sem recair em enfadonhos momentos quem trazem a tona a sua própria memória sobre o fato. Para efeito de problematização o historiador deve ter a máxima atenção epistemológica no ato de escrever sobre o Tempo Presente. Fazer assim, questionamentos contundentes e qualitativos no ato da pesquisa histórica sobre o “fazer” História do Tempo Presente.

A escrita da História do Tempo Presente é algo que o historiador deve ter se atentar para os momentos propícios de onde se fala, principalmente, quando é um fato recorrente, do qual o historiador presenciou. Portanto, tem que haver uma criticidade tanto subjetiva quanto objetiva de onde se fala. Por isso segundo Maranhão Filho o historiador deve ter cuidado por muitas vezes ser testemunha e historiador, ele deve buscar a objetividade como historiador e identificar as peculiaridades da “verdade” do tempo vivido, portanto;

A escrita do tempo presente deve ser identificada não como a expressão de um sujeito, mas como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à exterioridade e estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144)

Monica Piccolo (2010) a “História Contemporânea outros pontos polêmicos marcam o desenvolvimento de uma História do Tempo Presente”, os postos essenciais que marcam o desenvolvimento do estudo sobre a História do Tempo Presente é;

O abandono da noção do passado como imóvel, estático, pronto e acabado, encontrando-se petrificado somente esperando o momento que será ressuscitado, trazido à vida pela sapiência e erudição do historiador, e o entendimento e definição do presente e seus limites cronológicos (PICCOLO, 2010, p.36).

Para a autora, o historiador ao adentrar nas vicissitudes do estudo sobre História do Tempo Presente deve ter uma atenção erudita com cuidados que levem ao entendimento dos limites do enfrentamento do estudo categórico do presente, em que, essas “categorias passam, fundamentalmente, por um novo entendimento e, por consequência, uma nova abordagem em torno de questões que já se encontravam presentes no *métier* historiográfico” (MONICA 2010).

Dentro da lógica do Tempo Presente que vem ganhando notoriedade com novas abordagens e novas pesquisas, podemos destacar a relação com a construção história com o uso do jornal como fonte, principalmente, com os estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Assim, com essa aproximação entre o tempo presente e o uso do jornal como fonte, pode em muito contribuir para a construção historiográfica.

Desse modo, para podermos ter uma noção sobre a privatização da Vale que ocorreu em 1997, é necessária a compressão do jornal o estado do Maranhão<sup>2</sup>, como fonte histórica, até mesmo entender como esses periódicos agem na sociedade. Assim;

A imprensa é porta voz das elites, o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos. Pequenos periódicos ligados as classes trabalhadoras. Os meios de comunicações tendem a desviar as vistas dos leitores para planos e ângulos convenientes aos dominantes. Manipulações de visões, com objetivo de lucro ou ideologias impedindo que os interesses dos menos favorecidos sejam atendidos. A imprensa resgata, comenta e participa da história, batalha pela conquista de corações e mentes. ( CAPELATO, p.15, 1987)

---

<sup>2</sup> O Jornal o Estado do Maranhão foi fundado em 1973, depois que o então ex-governador do Maranhão José Sarney e seu amigo Bandeira Tribuzi compraram o jornal Do Dia, que foi fundado em 1959, decidiram mudar nome do jornal em homenagem ao Maranhão: *O Estado do Maranhão*, porém decide que o ano de 1959 é o início do jornal.

Para Capelato os periódicos podem agir dentro da sociedade como um porta voz cheio de interesses de uma classe. E que, portanto, essa voz pode ser usada como meio de propagar ideologias da classe dominante, em que essa classe domina “as mentes e os corações” da sociedade. Portanto, os impressos podem ter sido usados como peça essencial no embate das privatização de 1995 e da CVRD<sup>3</sup>.

O conceito do Estado Ampliado para Gramsci consiste em enriquecer as novas abordagens e interpretações sobre a participação política dos sujeitos dentro da esfera social e econômica, como esses sujeitos coletivos ou não agem para a conquista do poder, tornando-se uma classe dominante-dirigente.

Na esfera do Estado no sentido amplo podemos identificar a ação dos Aparelhos Privados de hegemonia que são “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e por isso, privados) e que não caracterizam pelo uso da repressão”

---

<sup>3</sup> A Vale do Rio Doce foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, para cobrir a procura da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados “Acordos de Washington”, firmados no dia 3 de março de 1942, nos EUA, o governo britânico se dispunha a transferir ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de 14 milhões de dólares.

Na década de 50, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. Nos anos 70, a companhia se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo e foi levada pelo governo brasileiro ao Norte do país. Em 1995, a CVRD foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional.

Está presente em 13 Estados brasileiros: Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E ainda, em 16 países: África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Peru e Suíça. Durante 55 anos a Vale do Rio Doce foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao Estado brasileiro. Desde 1984, a privatização da estatal já era cogitada e alvo de muitas discussões. Segundo Severo Gomes<sup>5</sup>, já na década de 80 o imenso complexo da Vale do Rio Doce, agente fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro, esteve a ponto de ter seu controle transferido para grupos privados, através de uma bem sucedida operação que foi abortada nos últimos momentos.

Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República Fernando Collor de Melo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar o processo de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O argumento do governo foi, entre outros, a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação. Outro argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade e obter maior taxa de retorno sobre o capital investido e que ela vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava.

Finalmente, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo. Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

Um dos autores que podemos destacar sobre a privatização da Vale do Rio Doce que é o tema central do projeto é Monica Piccolo onde ela apresenta dados que afirmam que a venda da Companhia Vale do Rio Doce foi a empresa vendida que mais arrecadou fundos para os cofres públicos. Todavia, essa privatização foi a mais importante tanto em âmbito nacional como estadual.

(COUTINHO, 1989, p. 76). Grosso modo, esses pares são responsáveis por propagar as ideologias político-econômicas das frações de classe.

Para Gramsci, o Estado organiza seus meios culturais por instituições estatais ou na própria Sociedade Civil, não havendo um equilíbrio mútuo entre as esferas da Sociedade Política e da Sociedade Civil, como destaca Carlos Nelson Coutinho;

Não como *equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.). Portanto, o Estado em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* ( que Gramsci também chama de “Estado em sentido restrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, as organizações material da cultura ( revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76)

O Estado no seu sentido amplo abrange duas esferas, a Sociedade Política e a Sociedade civil. Dentro de cada esfera existem grupos sociais que organizam uma vontade hegemônica de um grupo ou de frações de classes, construída a partir de organizações de cunho privado, como a igreja, sindicatos, as escolas, etc. Todavia, para Gramsci, o Estado poder ser em “Sentido Restrito ou Estado-Coerção”, em que a classe dominante organiza seu monopólio por um conjunto de instituições burocráticas ou por meio da violência ou do consenso, e duas instituições são a burocracia estatal e a Polícia Militar.

No seio da Sociedade Civil, para Gramsci, existem organizações responsáveis por elaborar e propagar as suas ideologias, tais como: o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, as organizações material da cultura (revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massa).

Todavia, Gramsci estabelece uma ligação com os meios de comunicação, em especial a imprensa escrita. Segundo o filósofo italiano, os jornais são verdadeiros partidos políticos, onde essa imprensa escrita pode estar ligada a determinadas frações de classes para atender interesses político-ideológicos dentro do Estado para garantir a hegemonia do grupo dominante-dirigente.



Gramsci destaca os movimentos dos partidos políticos, como eles nascem e se constituem enquanto organizações responsáveis dentro do Estado. “Os partidos nascem e se constituem como organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes” (GRAMSCI, 2012, vol. 05, p. 76).

A atuação desses partidos, como a imprensa, serve para garantir a Hegemonia de determinado projeto, ou até mesmo, que um novo projeto se torne hegemônico. E inserido nesses aparelhos estão os Intelectuais Orgânicos que transitam entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, em que, os mesmos têm o objetivo de nacionalização de determinados projetos.

### **UMA BREVE DISCUSSÃO NEOLIBERAL NO GOVERNO ROSEANA SARNEY**

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços. Portanto, Sonia de Regina Mendonça apresenta;

O neoliberalismo ganhara força no mundo capitalista no decorrer dos anos 1980. Na visão dos seus defensores, a economia deveria ser deixada ao sabor das “livres forças do mercado”, este sim convertida em “entidade suprema” do capitalismo em transformação desde a crise do Petróleo da década de 1970(...) o receituário neoliberal baseia-se em três diretrizes centrais: o princípio da não-intervenção do Estado na economia (ou estado-Mínimo), a redução dos gastos públicos e a privatizações de empresas estatais (MENDOÇA, 2004, p. 106-107).

Assim, as políticas econômicas adotadas pelo governo do estado do Maranhão no período de 1995-1998, que tinha a sua frente à governadora Roseana Sarney, foi incorporando ao seu governo princípios da política econômica neoliberal, que um dos seus receituários, prega a privatização das empresas públicas, para assim diminuir os gastos públicos e aumentar o índice de crescimento, portanto, foi nesse discurso do receituário neoliberal que a governadora começou o processo de privatização das empresas públicas do Maranhão, um projeto de âmbito federal, que concomitou com a venda da Companhia Vale do rio Doce<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Das empresas vendidas em 1997, a que garantiu a maior arrecadação foi a Companhia Vale do Rio Doce. Da totalidade de recursos adquiridos com as privatizações, 87% provieram da venda da maior siderúrgica do país. Se não por esse percentual, a privatização da Vale também assume destaque pelo fato de ter sido o único caso em que houve transferência de dívida pública para a iniciativa privada. Do montante final arrecadado em 1997, 44% foram representados por transferência de dívidas na privatização da empresa. (PICCOLLO, 2010, p. 336).

No desenrolar desse processo neoliberal no Maranhão, Zulene Barbosa, fala que o emaranhado das políticas adotadas pelos governos de José Sarney de 1965-1979 e o de Roseana Sarney, usando o “Novo” como discurso, principalmente, enfatizadas na mídia, não passaram de estratégias políticas para a perpetuação e manutenção desse grupo no cenário central da política no Maranhão, e uma dessas estratégias está o receituário neoliberal adotado pela governadora Roseana Sarney no seu discurso da modernidade, reforma do estado e do “Novo Tempo”.

O governo da Roseana Sarney agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foi importante as políticas iniciadas no governo Fernando Collor e aprofundadas no governo de Fernando Cardoso, (1994 e 1998). (BARBOSA, p. 7, s/d)

Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. E, portanto, a privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado “racional” de seu governo, porque é necessário evitar o desperdício e alocar eficazmente os recursos públicos e humanos.

Podemos destacar, sobre esse processo de implementação e consolidação do neoliberalismo, Sergio Cabral da Costa. Em que os discursos usados pela oligarquia “sarneyistas” de perpetuação no poder dentro da política maranhense é de uma variante da política econômica neoliberal, e que as características marcantes dessa oligarquia era, sobretudo, a defesa da modernização capitalista da economia maranhense.

Segundo Wagner Cabral, o governo estadual tem procurado programar algumas medidas do receituário neoliberal, tais como, a tentativa de doação fraudulenta (disfarçada de “privatização”) do Banco do Estado, a reforma administrativa (com ênfase na criação das gerências regionais), e o apoio à grande agricultura de exportação (em detrimento da agricultura familiar).

**SER OU NÃO SER?** *O posicionamento do jornal o estado do maranhão nas privatizações de 1995 e na venda da Vale*

Começamos apresentando um trecho do editorial intitulado “rumo a modernidade”, em que, o jornal destaca como modernidade as privatizações dentro do

governo Roseana. Percebemos como, a concepção do jornal “fala” que o governo de Roseana só pode ser moderno eliminando uma excessiva maquina gordurosa, que nada pode contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Além disso a reforma administrativa traz no seu bojo as privatizações, que figuram nos propósitos de qualquer governo moderno, não maculado pela estreiteza das visões ultrapassadas. Nada tem a ver com o fetiche “neoliberal”, nem com a concepção do “Estado mínimo” apregoado por vozes guturais, cujos ecos, por serem deformados, não ultrapassam o limite dos que, também por deformação, se prestam a ouvi-las[...]O conjunto de medidas reformadoras elimina a parte excessiva do Estado ao extinguir organismos cuja função perdeu sentido nos novos tempos. (JORNAL O ESATDO DO MARANHÃO, 20 DE JANEIRO DE 1995)<sup>5</sup>

Neste sentido, o jornal chama qualquer movimento contrario as privatizações de atraso, em que, nada se trata de um “fetiche neoliberal”. Evidentemente, percebemos que o Jornal o Estado do Maranhão é totalmente favorável as privatizações, pois, apresenta que qualquer governo que se prese como moderno tem que ter no seu bojo as privatizações. O jornal vai além, defende um discurso que, é preciso privatizar, ou melhor dizendo vender empresas que trazem o atraso do Estado, como ele mesmo diz; *“Para se ter apenas um exemplo, a chamada Governadoria livra-se de penduricalhos inertes, perdulários e improdutivos e ganha uma Secretaria de governo dotada dos instrumentos necessários a um eficiente assessoramento à Governadora”*. (JORNAL O ESATDO DO MARANHÃO, 20 DE JANEIRO DE 1995)

A partir da leitura do editorial no qual vamos externar para apresentar o posicionamneto do jornal, percebemos que o mesmo é contra a privatização da Vale e a favor das manifestações populares, chegando a criticar o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Disposição do plano em vender a Vale do Rio Doce, atropelado a vontade popular manifestada na Justiça e na nas ruas, parece hoje muito mais um capricho do que uma ação de governo destinada a atender supostos interesses nacionais. E pior, o governo, na sua birra, chega a desprezar o direito do povo de externar sua posição ao classificar as manifestações contrárias à privatização da Vale de “histeria do contra”. Com sua habilidade no jogo de palavras, o presidente da República deixa aberto, assim, o caminho para carimbar de “histeria” toda e qualquer manifestação em posição aos atos do governo. (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> EDITORIAL: Rumo à modernidade

<sup>6</sup> Editorial: O preço do leilão 04 de maio de 1997 4 de Maio de 1997– p. 4.

Já neste editorial, o jornal o Estado do Maranhão critica a atitude do presidente em atropelar a soberania popular enfatizada nas manifestações, vigílias e também nas instâncias judiciais, que são contrários a venda da Vale. Quais circunstâncias em que o mesmo jornal é a favor e contrário do mesmo processo, ou seja, privatização? Podemos entender como um posicionamento de defender um governo e não as empresas públicas. Os dois lados da mesma moeda.

Segundo o jornal, a privatização da CVRD é muito mais um capricho do presidente do que realmente atende aos interesses nacionais. “Birra” do presidente como externa o jornal. O presidente despreza as manifestações do povo brasileiro em chamar de “histeria” a atitude de posicionar-se contra essa privatização, como se as manifestações não fossem válidas, e que apenas o presidente “fosse o certo”.

No próximo editorial, apresentamos o posicionamento do mesmo jornal, “chamando” de paquiderme a máquina estatal, empresas que não dão lucro, são apenas uma gordura excessiva pouco lucrativa, em poucas palavras, “aquilo que é gorduroso é ruim, se é ruim deve ser eliminado”, o jornal se coloca favorável às privatizações de empresas que estão pesando na conta do Estado do Maranhão.

Não é segredo que o Estado Maranhense sofre as consequências de haver se tornado um paquiderme avantajado, cujos excessos de gordura são mantidos pelo consumo incontrolável de verbas públicas. Um exemplo perfeito é a Copema, um complexo industrial marcado pelo descontrole administrativo, pela baixa produtividade e pela influência nefasta de um corporativismo. Tais fatores transformam a empresa numa ilha de ineficiência, cuja manutenção é feita com recursos extraídos do Tesouro. Tudo em nome de um punhado de funcionários, sem levar em conta importantes prioridades do governo. O ESTADO DO MARANHÃO, 18 DE JANEIRO DE 1995<sup>7</sup>.

Pra falar de ineficiência, o jornal ainda em seu editorial traz um exemplo de uma empresa que tem como descontrole administrativo. Isso não passa de um exemplo que traz uma imponência de “verdade”, que a sociedade maranhense deve acreditar que certas empresas devem ser vendidas, pois, são poucas lucrativas e ineficientes para o Estado e que o mesmo não pode arcar com prejuízos causados pela má administração do próprio Estado, em nome de “certos” funcionários, segundo o posicionamento do jornal o governo teve manter suas contas em dia em nome de outras prioridades deve manter bojo das privatizações, privatizar sem ao menos pensar em revitalizar tal empresa,

---

<sup>7</sup> EDITORIAL: Fora do seu tempo

menosprezando os funcionários, como se os trabalhadores não fossem prioridades de um governo e sim a privatização da Copema<sup>8</sup>.

Os órgãos que poderão ser privatizados, certamente estão pesando no orçamento do Estado, sem a contrapartida necessária. Como o Estado nem sempre é melhor gestor de alguns segmentos do que a iniciativa privada, o remédio é entregar, ao preço justo, a quem se habilite e demonstre capacidade gerencial. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 21 DE FEVEREIRO DE 1995.)<sup>9</sup>

No trecho do editorial acima o jornal enfatiza que algumas empresas estão pesando no orçamento do Estado, e as mesmas precisam passar a um preço justo a iniciativa privada, por um preço “justo”. No discurso do jornal a solução ou o remédio para melhorar as empresas é o capital privado, aqui é uma evidência de como o jornal defende que a iniciativa privada, ela sim é capaz de promover o avigoreamento de empresas que não trazem lucros para o Estado.

Em uma clara demonstração de sustentabilidade a respeito das privatizações o jornal que além de favorável nesse momento das privatizações, é antes de qualquer coisa, a favor do atual governo, da então governadora Roseana Sarney, oras, o impresso pertence a sua família, ou melhor dizendo a oligarquia sarneyista. Como Maria Helena Capelato apresenta, “a imprensa não passa de uma porta voz das elites”. Neste caso, o Jornal o Estado do Maranhão é porta voz de uma família servindo de palanque para seus projetos políticos hegemônicos.

Fica aqui claro o posicionamento do jornal, contrário a essa privatização, e em apoio às manifestações contrárias. O jornal vai ainda mais longe, acusando o presidente de autoritário e favorável às lideranças que dão suporte a sociedade civil em manifestar-se. *“A verdade é que Fernando Henrique parece convencido de que só ele sabe o que é bom para o Brasil, mesmo que a sociedade civil, através das suas lideranças mais representativas, como agora no caso do leilão da Vale, entenda o contrário”*. (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4).

É importante frisar, este jornal pertence ao grupo que está no poder no estado do Maranhão, a oligarquia Sarney, e esse mesmo grupo apoiou Fernando Henrique na

---

<sup>8</sup> Criada em 1975, a Copema tem elevados custos operacionais – cerca de R\$ 1,4 milhão por ano. Só a folha de pessoal está na faixa de R\$ 108 mil por mês, não computando aí o acréscimo decorrente do reajuste salarial concedido antecorrente pela Governadora Roseana Sarney. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE JANEIRO DE 1995). REPORTAGEM: empresas são deficitárias.

<sup>9</sup> EDITORIAL: Críticos de Plantão.

eleição de 1994. E agora fica criticando-o, por um projeto, no qual esse grupo adotou, a implementação de políticas neoliberais.

Todavia, percebemos que há um interesse por trás disso, a reeleição da candidata da oligarquia Roseana Sarney no ano seguinte, em 1998. Esse grupo vai alegar que foi contrário à privatização da maior mineradora do mundo em sua campanha eleitoral, enfatizando que esteve do lado do povo e foi contrário à venda da Vale, com intuito de conseguir o maior número de votos possíveis.

Percebemos tal estratégia no próprio editorial, que afirma que o presidente irá pagar caro sendo contrário ao povo no processo de privatização da Vale, enfatizando que.

O leilão da Vale sem dúvida produzirá consequências políticas devastadoras para o seu sonho de permanecer no poder por mais um mandato. Reprimindo e ignorando no episódio, o povo saberá das nas urnas, no pleito de 98, a resposta àquele que preferiu fazer ouvido mouco justo à fonte do seu poder (O ESTADO DO MARANHÃO, 4 de Maio de 1997, p. 4).

No mais, a real intenção do jornal O Estado do Maranhão, pertencente ao grupo dirigente, sendo favorável às manifestações e contrário à privatização da CVRD, é uma estratégia política em capitanear votos nas eleições de 1998, popularizando a governadora Roseana Sarney, usando o discurso que esteve do lado do povo quanto à venda da Vale, para promoção de sua reeleição.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Chamo de “considerações parciais”, pois ainda tem muito a se pesquisar sobre esse processo tão intenso de debatido na sociedade brasileira, sobretudo, na historiografia maranhense. Todavia, é de suma importância abordarmos esse tema neste trabalho, que foi escrito no bojo das privatizações do primeiro mandato da governadora Roseana Sarney (1995-1998), e na privatização da Companhia Vale do Rio Doce que ocorreu em 1997.

Antes de qualquer coisa entender esse processo não é fácil, mas a abordagem é precisa. É interessante como, o jornal (o estado do Maranhão), se posiciona a favor e contrário do mesmo fato, ou seja, das privatizações, os dois lados da mesma moeda.

Foram imensas reportagens em editoriais bem elaborados apresentando que, as privatizações são necessárias para o governo Roseana, que deve se adequar a modernidade do sistema capitalista, sem colocar em xeque a consolidação do neoliberalismo. No contexto regional, as privatizações são o desenrolar das políticas

modernas, já no âmbito nacional que foi a privatização da Vale não é valido passar por cima da soberania do povo.

É interessante que, quando os convêm bem, as privatizações são importantes para o governo, mas quando não, a privatização é desnecessária, não são fatos isolados esse processo das privatização, das politicas neoliberais, ambos momentos fazem parte do mesmo governo. Como entender a mudança radical em pouco mais de dois anos e em dois anos mudar novamente o discurso, na privatização da CEMAR que ocorreu em 2000, já no segundo mandato da Roseana Sarney. São momentos distintos da mesma família, dentro da consolidação da oligarquia como hegemônicos momentos do grande Aparelho Privado de Hegemonia (o jornal) caracterizado por Gramsci como um Partido que servem pra colocar em pratica um projeto que vem a se tornar hegemônico.

Ainda há muito o que pesquisar e debruçar nos jornais, neste caso o “estadão”, como é chamado o jornal o estado do Maranhão, o próximo passo é investigar como se deu o processo da CEMAR, dentro das paginas do tal jornal. Para ir construindo um entendimento sobre a historiografia maranhense, entendo as vicissitudes de um mesmo governo nas “mudanças” de posições, sobre o mesmo processo. Compreender, porque um momento contra e outro a favor das privatizações?

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as politicas sócias e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz E Terra, 1995.
- BARBOA, Zulene Muniz. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Disponível em: [HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf](http://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/barbosa2.pdf)
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Imprensa e História no Brasil – SP: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.**
- COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo/Maranhão novo quais os tempos da oligarquia?**. Disponível em [HTTP://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf](http://WWW.fundaj.gov.br/imagens/stories/observanordeste/cabral2.pdf)
- COSTA, Wagner Cabra (1997) **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A Trajetória da Oligarquia Sarney**, ( Mimeog.).
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol, 03. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia do Tempo Presente: desafios. IN: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p, 111-124, maio/jun. 2000.
- GOMES, Ilse (2001) **Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições**. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **INVENÇÃO DE UMA RAINHA DA ESPADA:** Reatualizações e embaraços da dinâmica política do *Maranhão dinástico*. Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2006.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: um ensaio de nós mesmos. IN: **Revista catarinense de História**, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização brasileira**. São Paulo: Editora: Moderna, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PICCOLO, Monica. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de Doutorado, 2010.



# ALGUMAS HISTÓRIAS PARA ÁFRICA: CONTOS AFRICANOS COMO NARRATIVAS SÓCIO HISTÓRICAS

*Joyce Oliveira Pereira\**

**Resumo:** A partir do pós-guerra as memórias subterrâneas vieram a emergir, conflitar e disputar espaço no contexto social da narrativa ‘oficial’, dessa maneira muitas práticas sociais foram tomadas pelos historiadores como fontes históricas de acesso a uma determinada experiência temporal. Este trabalho tem como objetivo analisar como os contos africanos são narrativas sócio históricas nas quais é possível apreender através da contextualização aspectos que remetem aos grupos étnicos às quais pertencem, procurando estabelecer o conhecimento de visões de mundo, aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos necessários à construção de imagens de África longe de estereótipos. Os métodos utilizados nesse processo tem se baseado na História Social Inglesa (THOMPSON), nos estudos sobre tradição oral em África (BÃ). Observam-se essas narrativas como lugares de memória histórica (NORA), memória coletiva (HALBWACHS), de esquecimentos (RICOUER), inserindo esse estudo num campo maior das epistemologias do Sul (SANTOS) e a historiografia africanista produzida no Brasil.

**Palavras-chave:** Narrativas; Contos; África

*Somos do Terceiro Mundo, e pessoas do Terceiro Mundo olham para a frente, nós gostamos que as coisas sejam novas, porque o que temos de melhor ainda está por vir, enquanto no Ocidente o melhor já passou, então eles tem que transformar esse passado num fetiche*  
*Chimamanda Ngozi Adichie*

## A HISTÓRIA E A MEMÓRIA COMO PALCO DE DISPUTA SOCIAL

A História enquanto operação científica possui técnicas de produção que determinam o produto final (escrita) e carrega em si relações de linguagem e poder a partir do lugar social que o historiador ocupa e a quem essa escrita se dirige. Obedece a regras próprias de uma instituição e, por isso é necessário a compreensão dessa dinâmica, já que essa narrativa pode ser apropriada como uma realidade da atividade humana (CERTEAU, 2013, p. XVI).

No caso do Ocidente houve visões predominantes sobre os ‘modelos’ de História e sua função social enquanto narrativa, e por volta da Idade Moderna ocorreram mudanças na concepção da ideia de tempo, no qual as filosofias históricas foram essenciais para o surgimento de uma de futuro inédito, longe da repetição e tradição

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

apregoados pela Igreja até então, abrindo uma nova face de experimentação do passado e, do futuro enquanto experiência humana:

O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba no presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história. Em outras palavras, a aceleração do tempo, antes uma categoria escatológica, torna-se no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, antes ainda que a técnica assegurasse à aceleração um campo de experiência que lhe fosse totalmente adequado (KOSELLECK, 2006, p. 37).

A reconstrução do passado tomando esse ponto não podia adotar a *Historia Magistra Vitae* como modelo de interpretação social, assim, o tempo foi adquirindo uma qualidade temporal própria, no qual diversos períodos e experiências ocuparam de forma alternada a história, essa agora tendo um ar “instrutivo” desde que conduzisse e entusiasmasse no rumo de uma recriação autônoma e independente (KOSELLECK, 2006, p. 60).

Essa visão do tempo histórico como agente de mudanças influenciou diretamente na concepção de História elaborada no século XIX que buscou o reconhecimento enquanto ciência. Para tal, esse modelo procurou responder a algumas questões de sua época, que disciplinaram o campo estabelecendo assim, fronteiras ao ofício do fazer historiográfico na concepção de representância:

Esse conceito de dívida herança vem se colocar sob o de representância proposto, no âmbito da epistemologia do conhecimento histórico, como guardião da pretensão referencial do discurso do histórico: que as condições: que as construções do historiador possam ambicionar ser tangencialmente, de algum modo, reconstruções que efetivamente adveio “tal como tendo efetivamente sido”, segundo as palavras de Leopold Ranke, é o que significa o conceito de representância (RICOUER, 2007, p. 375).

A crise de representação dada por essa nova perspectiva, trouxe para a história uma função social de ‘traduzir’ as verdades contidas na experiência do tempo que agora serviam aos homens como signo de orientação para o futuro desconhecido. Dessa forma, a ‘falta’ do passado no presente é o que justifica a existência da ciência devido à função de inscrever o conhecimento do ser da historicidade do sujeito em ação nas narrativas, portanto tratando sempre da intratemporalidade. Um das grandes

questões relacionadas a esse modo de operacionalização é a ideia da objetivação do “modo de ser histórico” (RICOUER, 2007, p. 387).

Esse regime de historicidade inscreveu determinações histórico-temporais de aspecto ‘evolutivo’, traçando uma história universal como sistema, em que os eventos são interdependentes e a todo o momento teria de ser reescrita devido ao horizonte de expectativa (KOSSELECK, 2006, p. 131-132) configurando-se através de metanarrativas que buscavam a intervenção dos sujeitos na vida pública:

No contexto internacional do sistema europeu, a identidade histórica de cada sociedade se entende (e se preserva) mediante a reflexão histórica. Para apreender a complexa correlação entre identidade própria e interação das sociedades europeias, Ranke lançou, mão de uma abordagem semelhante à que preconizara para a pesquisa histórica: trabalhar com analogias, correspondências, analogias. Essa moldura teórico-metódica orientou toda a obra de Ranke, das monografias sobre a Guerra dos Sete Anos, sobre as revoluções de 1791 e 1795, sobre os papas, sobre a história alemã no tempo da Reforma, sobre a história da Prússia, da França ou Inglaterra. A convergência e a interconexão de tantas facetas ele buscou sintetizar na História Universal (1881-1888) (MARTINS, CALDAS, 2013, p. 18).

Sobre isso Benjamim já apontou que não é possível o conhecimento do passado tal qual ele foi, mas só sendo exequível a apropriação de reminiscências existentes, a história sendo assim, “um tempo saturado de agoras” e, não de um tempo homogêneo de vazio (BENJAMIM, 2013, p. 11).

Essa visão de uma história única expressa em metanarrativas acabou por obliterar, esquecer e apagar experiências históricas de sujeitos visando forjar uma identidade nacional, essencial no processo de formação do Estado no século XIX:

Como toda narrativa, estos relatos nacionales son selectivos. Construir un conjunto de héroes implica opacar la acción de los otros. Resaltar ciertos rasgos como señales de heroísmo implica, silenciar otros rasgos, especialmente los errores y malos pasos de los que son definidos como héroes y deben aparecer imaculados en esa historia. Una vez establecidas estas narrativas canónicas oficiales, ligadas históricamente al proceso de centralización política de la etapa de conformación de Estados nacionales, expresan y cristalizan en los textos de historia que se transmiten, a la educación formal (JELIN, 2002, p. 41).

O surgimento das nações e a institucionalização da História enquanto ciência foram responsáveis pela fabricação de memórias coletivas nacionais, em via regra através de processos de imposição e violência, assim, essas narrativas tinha como

intuito a coesão social e, a produção de lugares de memória em seus diversos tipos é responsável por esse processo ‘educativo’ na formação dos sujeitos e, para que isso acontecesse foi necessários processos de enquadramento de memória e do passado necessário para a representação dos sujeitos e de certos grupos no espaço social da escrita.

O passado chega através das memórias coletivas, frutos das escolhas e recusas dos grupos sociais havendo uma pluralidade de narrativas que levam em consideração outras memórias, que em geral foram marginalizadas perante a história oficial sendo imprescindível para os historiadores a identificação de esquemas e da amnésia social que são exemplos dos conflitos de interesses que existem na formação das memórias históricas.

A memória sendo uma construção coletiva, muitas vezes silencia vozes subterrâneas em suas narrativas, que podem de alguma maneira trazer embates e disputas sobre uma memória dita oficial. Há momentos que são cruciais para trazer à baila essas narrativas, sejam eles motivos individuais, ou políticos, ou até mesmo uma conjugação múltipla, mas de todas as maneiras, a colocação dessas memórias subterrâneas dentro das narrativas oficiais é um palco de disputas já que está se falando de formação de identidades coletivas, o que pressupõe num âmbito do Estado Nacional, uma coesão social.

No caso do Ocidente essa reorientação aconteceu a partir da experiência traumática ocorrida nas duas grandes guerras mundiais, gerando uma crise de representação social no século XX, que contestaram a ideia de nação e de verdade elaborada a partir de concepções do Iluminismo, mostrando que o ‘progresso’ não é um fim em si mesmo que levaria à um mundo ‘perfeito’:

Ainda em outras palavras, acontecimentos como as duas grandes guerras, os campos de concentração stalinistas e nazistas, o holocausto, os fascismos em geral, a Guerra Fria, os movimentos de descolonização e as guerras civis que se desdobraram, as ditaduras civil-militares na América Latina e a queda do Muro de Berlim, constituíram conjunturas e desafios até então inéditos diante dos quais os homens não foram capazes de se posicionar como haviam feito até então, a partir dos sentidos e orientações que haviam constituído ao longo do século XIX, em especial no que diz respeito a dois sentidos específicos: nação/identidade e verdade translúcida (ABREU; RANGEL, 2015, p. 08).

Dessa maneira o sujeito cartesiano foi sendo descentrado demonstrando um processo mais amplo que interferia na estabilidade das instituições e práticas sociais estabelecidas na modernidade, calcados na unicidade, objetividade e, a História não passando ao largo desse processo foi afetada ao submergir ao debate a questão de memórias que contestam a versão pública construída, criando assim clivagens entre as versões de um mesmo evento ou processo (POLLACK, 1989, p. 04).

A memória é alvo de disputas sociais já que é compartilhada socialmente pelos sujeitos de forma individual ou coletiva, muitas vezes formada através de processos de enquadramento que visam esconder conflitos subjacentes à formação das identidades. Dessa forma, existem trabalhos elaborativos na psique (no ato de lembrar) e na construção das narrativas que visam a elaboração das memórias responsáveis na construção de identidades coletivas.

O aparecimento dessas “memórias subterrâneas” tendeu a provocar revisionismos ou o surgimento de outras versões de eventos e processos históricos que dão outro sentido à elaboração do passado essencial no processo de construção das identidades coletivas e de grupos sociais específicos (JELIN, 2002, p. 41):

Historiadores ligados ao campo da história do tempo presente e, sobretudo história oral tem se preocupado em construir um espaço, no interior da narrativa histórica, de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Esta preocupação tem se traduzido, por um lado, no esforço de desvendar as mais sutis e camufladas relação de dominação entre os homens - estabelecidas muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção de memória (s); , por outro, na intenção de resgatar memórias, experiências e vivências ocultadas e silenciadas. A nova historiografia dá voz aqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala. Ela procura pelos relatos construídos ao longo da trajetória pessoal de cada indivíduo, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais ligados à subjetividade, elementos que escapam às demais análises (Thompson, 1992) (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 103).

Esse dever de memória é importante no sentido de dar visibilidade a conflitos, sujeitos sociais até então excluídos das narrativas e também não permitir o ressurgimento ou reafirmação de concepções ideológicas de grupos até pouco tempo (ou ainda) dominantes que violentavam em diversos sentidos a maioria desprivilegiada socialmente. Dessa maneira, escrever História é perceber que essa narrativa tem um

sentido político e pode ser utilizada para conceder cidadania aos grupos sociais através dessas reconstituições.

Para tal foi necessário repensar métodos de pesquisa histórica que viessem a se adequar às necessidades do pesquisador e do próprio objeto com o objetivo de ‘ dar voz’ à esse sujeitos que durante muito tempo foram afastados nas narrativas públicas:

A comunidade acadêmica, preocupada com a transmissão das heranças do passado que possam servir como esteios para o futuro, tem buscado criar alternativas para que o registro da fala de narradores, anônimos ou não, possa funcionar como um dos elos entre o que passou e o que ficou, possa se transformar no olhar do tempo presente sobre as experiências do tempo ido, mas não mais perdido (DELGADO, 2003, p. 22).

Os historiadores profissionais têm, portanto um papel essencial nesse processo de (re)construção de narrativas que contemplem as lutas políticas imbricadas à construção social das memórias coletivas e identidades atentando para o lado do subjetivo humano que podem interferir no processo, mas sempre tendo em foco o papel de não deixar ser esquecido “ a memória do que não pode se repetir”(ARAUJO;SANTOS, 2007, p. 103). Podem-se tomar os escritos da filósofa Ana Arendt sobre os regimes totalitários para entender essa questão:

O tema do mal, em Arendt, não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou pecado humano. A novidade de sua reflexão reside juntamente em evidenciar que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis do ponto de vista da destruição e da morte em qualquer motivação maligna. O pano de fundo do exame dessa questão, e, Arendt, é o processo de naturalização da sociedade e de artificialização da natureza ocorrida com a massificação, a industrialização e a tecnificação das decisões e das organizações humanas. O mal é abordado, desse modo, na perspectiva ético-política e não na visão moral religiosa (AGUIAR, 2018, p. 28).

Desse modo, a partir dessa profunda crise de valores sociais a construção das identidades culturais passou a ser pensadas através das relações de poder e de que maneira elas poderiam ser inscritas através desse paradigma da diferença, que não tem a mesma configuração binária do Iluminismo, mas que é resultado da modernidade vernácula:

Isso é o que Derrida, em outro contexto, denomina *differànce* “o movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença” (Derrida, 1981, 1982). Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que absolutamente “Outro”. É uma “onda” de similaridades

e diferenças, que recusa a divisão em oposição binárias fixa. *Differánce* caracteriza uma sistema em que “cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados] através de um jogo sistemático de diferenças “(Derrida, 1972). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e “posicionado” ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinados em termos relacionais (HALL, 2009, p. 58).

Assim, a implosão das identidades tem sido o processo constante que se inscreveu nas sociedades trazendo à baila processos de hibridação, no qual as tradições são agora tomadas como um “repertório de significados” e, não mais um ponto fixo de ancoragem para orientação no mundo (HALL, 2009, p. 70), rompendo dessa forma com interpretações e usos sociais do passado que se pretendem enquanto universais e finais fruto não só de uma tendência dos estudos históricos, mas também da atuação desses grupos na esfera pública e nas instituições de reprodução do poder na busca e construção de narrativas que os contemple e representem enquanto sujeitos históricos:

A política de cotas mudou consideravelmente a composição demográfica das universidades brasileiras, o que tem impactado positivamente no processo de produção do conhecimento, pois, á medida que a universidade se torna mais inclusiva, as questões de pesquisa se aproximam do universo desses estudantes. Dessa nova perspectiva, é preciso conhecer para intervir e transformar as históricas desigualdades. É, na constante busca dos estudantes pela contribuição teórica e política de outras pensadoras e pensadores, desloca-se o eurocentrismo de nossas referencias bibliográficas (FIGUEREDO, 2018, p. 09).

A narrativa da História se tornando ‘plural’ em suas configurações, espaços e sujeitos abre uma dimensão de reformulação dos sentidos que se ligam ao passado e, dessa maneira é possível evitar processo ligados à violações de grupos sociais tomando através da reparação narratória a presença necessária na contestação de etnocentrismos a presença social na memória nacional.

A disputa pela representação social na memória está ligada aos processos democráticos e pós-coloniais que apontam para a falência do projeto iluminista e da modernidade. Tais processos visam a grupos até então marginalizados o estabelecimento de um lugar social na nação que venham a criar visões positivadas, a denunciar violências, mas, sobretudo garantir o reconhecimento que na produção da

história enquanto experiências do vivido sociais e coletivas existem múltiplos atores em cada contexto, reconhecendo diferentes práticas do “ser na historicidade”.

Dessa maneira, falando de histórias que cresceram ‘à margem’ desse processo, trabalharemos especificamente o caso de África e como se deu esse processo de emergência de narrativas que contestam o eurocentrismo e constroem um continente com múltiplas faces.

## **OS CONTOS COMO NARRATIVAS SOCIAIS: O CASO EUROPEU E O DE ÁFRICA**

Segundo Carneiro, os primeiros contos populares a serem registrados foram no século XVII, durante o reinado de Luís XVI. O responsável pela tarefa teria sido Charles Perrault, que organizou uma coletânea chamada de *Contos da Mamãe Gansa* por volta de 1679. As estórias contidas nessa obra são consideradas como clássicos da literatura infantil entre as quais, estão: *A Bela adormecida no Bosque*, *Chapeuzinho Vermelho*, *O Barba Azul*, *O gato de Botas*; *Fadas*, *Cinderela*, *Henrique do Topete* e *O pequeno Polegar* (CARNEIRO, 2018, p. 50).

Como dito anteriormente, ao coletar os contos, geralmente os intelectuais realizavam processos diversos que acabavam interferindo na narrativa, no caso de Perrault, não foi diferente, ele as adaptou ao ambiente da corte francesa, respondendo assim aos anseios do contexto ao qual pertencia. Jean de La Fontaine também se debruçou ao estudo de tradições orais existentes na memória social de cunho moralista recorrendo à textos medievais, elaborando assim, as *Fábulas de La Fontaine*:

Je chante les héros dont Ésope est le père,  
Truope de qui l’histoire, encor que mensogère,  
Contient des vérités qui servent de leçons.  
Tout parle em mon ouvrage, et même le poissons:  
Ce qu’ils disent s’adresse a tous tant que nous  
[sommés];  
Je me sers d’animaux por instruire les hommes (LA FONTAINE,  
1987, p. 13).

No texto acima, La Fontaine demonstra o aspecto didático que os contos possuem na educação dos sujeitos, assim são portadores de códigos de conduta coletivos que são nas narrativas representados por meio de alegorias próprias. Os contos remontam a diferentes instituições sociais que se justificam na experiência histórica: “A unidade de composição do conto não reside em nenhuma particularidade do psiquismo



humano, nem em uma particularidade da criação artística, mas na realidade histórica do passado. O que agora é narrado outrora era feiro, representando, e o que não se fazia imaginava-se (PROP, 2002, p. 439)”.

Darton procurando compreendê-los usa os estudos dos folcloristas que contabilizaram diversas narrativas existentes e, aponta que eles são essenciais na compreensão das dinâmicas do Antigo Regime, mas que existem problemáticas sendo possível

Éstudá-lo ao nível da estrutura, observando a maneira como a narrativa é organizada e como os temas se combinam, sem vez de nos concentrarmos em pequenos detalhes. Assim é possível comparar os contos com outras histórias. E, finalmente, trabalhando como todo o conjunto dos contos populares franceses, poderemos distinguir características gerais, temas centrais e elementos de difuso tom (DARTON, 1986, p. 33).

Os contos dos Irmãos Grimm sofreram alterações como já vimos, foram adaptados ao contexto cristão, retirando deles características e episódios de violência, mas que continuam tendo o tom didático aos sujeitos que se dedicam à sua leitura (CARNEIRO, 2018, p. 51).

Então, mesmo sofrendo alterações em suas narrativas primeiras, os contos, trazem consigo núcleos duros de repetição presente na oralidade, que estão ligados e submetidos às ao imaginário social mediado pela linguagem e, que também são reificados como representação coletiva através de um conjunto de repertórios que visam significar e estabelecer valores sociais.

Levando essas questões para os contos africanos é preciso dizer que eles se inserem dentro das tradições orais que são consideradas como uma das fontes principais para o conhecimento das criações socioculturais das sociedades ágrafas, mas como visto anteriormente, em alguns contextos pode haver a coexistência dela com a escrita. Em África, possuem um aspecto funcional na transmissão de saberes estando associada a um lugar de poder social que poucos possuem acesso:

Vale registrar que os detêm o “conhecimento da palavra falada” por revelação divina são denominados “tradicionalistas” e transmitem-no com fidelidade, uma vez que a palavra tem um caráter sagrado derivado de sua origem divina e da força nela depositadas. Significa dizer que a fala tem uma relação direta com a harmonia do homem consigo mesmo e com o mundo que o cerca. Assim, a mentira é execrada, pois “aquele que corrompe a palavra corrompe a si próprio” (HERNANDEZ, 2008, p. 28).

Também existem os griôs, responsáveis principalmente pela transmissão das genealogias familiares, possuindo uma linguagem mais livre, mas com o mesmo compromisso com a verdade, estabelecendo estruturas de mediação nessas sociedades marcadas pelas hierarquias, deferências, reverências possuindo um aspecto sagrado que só eles conhecem e que está ligado a forma como dizem as coisas (BARRY, 2000, p. 08). Sobre a importância do contador é importante saber que:

A contação de histórias não se configura uma ação comum a qualquer pessoa, “não é de uma pessoa”, é uma arte, um ritual, em que o artista, o narrador, possui todas as habilidades necessárias para entreter e salvar a memória de um povo. Bedran (2012, p. 43), afirma que “o ato de narrar significa um reencontro de experiências transmitidas de indivíduos para indivíduo” e que a importância desse ato está em registrar “na memória das gerações elementos essenciais à vida em seus diversos momentos” (CARNEIRO, 2018, p. 34).

As tradições orais e os contos estão enraizados por experiências que compõem redes de memórias que comportam passados individuais e/ou coletivos dando assim, sentido e significados sociais necessários à perpetuação de histórias de uma comunidade e, também são responsáveis pela elaboração de um repertório de explicações sobre o universo (CARNEIRO, 2018, p. 29-30). No caso da Senegâmbia, Boubacar analisou que as tradições orais trazem em

Suas narrativas míticas ensinam sobre a origem das coisas. Essas narrativas trazem dados preciosos sobre as civilizações mandinga, ao mesmo tempo em que revelam os laços indiscutíveis entre estas e as civilizações do antigo Egito. Tratam dos animais sagrados, divindades tutelares e objetos culturais e habituais com o Wagadu “Sa ba”, a grande serpente tutelar do wagadu que dá prosperidade. Atribui-se a ela a origem do ouro de Wagadu e Manden. Com efeito, é comum na narrativa histórica mandinga se fazer constantemente referência à lenda e até mesmo ao mito como elemento de legitimação ou autenticação de uma situação, de uma formação ou de explicação de um evento (BARRY, 2000, p. 09).

Se pode conjecturar que a compilação das tradições orais e dos contos se insere a partir de contextos de reinvenção do continente pelos europeus e de uma nova visão atribuída pelos relatos de viagem realizados a partir do século XVIII, “que criaram um novo campo discursivo, forjando uma consciência planetária a respeito do outro colonial e suas culturas” estando associados às diferentes fases do capitalismo e as conquistas realizadas por ele no mundo colonial (MACHADO, 2000, p. 281).

Dessa maneira, o Imperialismo como grande produtor de tradições em África, construiu auto representação de si próprio que justificassem o seu domínio

produzindo um sentido de ocupação e ordenação espacial a partir de da criação de narrativas e práticas de tradições inventadas que visavam justificar o poder estrangeiro sobre os locais através de práticas rituais, o uso de símbolos que representassem o poder e a superioridade dos brancos sobre os negros tinham que ser reificados a todo instante visando a produção de memória:

As experiências históricas efetivas demonstraram que o “imperialismo colonial” dispunha de mecanismos ideológicos que levavam as massas a se identificarem com o Estado e nações imperiais, conferindo justificação e reconhecendo legitimidade ao sistema político e social do seu país. Valia-se de mostras etnográficas, exposições universais e feiras mundiais , imensos rituais de massa em que o Ocidente se auto-representava glorificando uma missão civilizadora auto-atribuída (HERNANDEZ, 2008, p. 93-94).

A literatura, entre ela, os relatos de viagem legaram à África construções de visões ligadas ao ‘primitivismo’, ‘selvageria’, ‘ausência de civilização’. É importante lembrar que no século XIX as sociedades africanas em sua maioria eram vistas como a-históricas devido à sua ausência de escrita (HEGEL, 1995, p. 174), podendo conjecturar que a coleta e compilação de tradições orais africanas pelos europeus também era uma das maneiras de demonstrar sua suposta superioridade racial e afirmação de poder e dominação.

Nessa zona de contato entre colonizador e colonizado que pressupõe relações assimétricas de poder é possível o processo de transculturação, já que não os dominados não controlam o que emana da cultura dominante (PRATT, 1999).

Observando livros que trazem a compilação dessas narrativas na atualidade, ainda é perceptível o discurso que aponta para o ‘espírito de viajante do europeu’ de desbravador e conhecedor do continente, revelando assim permanências:

Nasceu em Brest, na Bretanha (França) em 5 de abril de 1944. Adolescente, descobriu os setes mares e quase todos os continentes. Já se deixou mestiçar pelas cores do mundo.

Grande conhecedor do continente africano, que frequenta há mais de 25 anos, é autor de vários romances e narrativas que têm como cenário o Togo, Burkina Fasso, Níger, Guiné. Já publicou também uma antologia de contos da África Ocidental (YVES PINGUILLY, 2005, p. 253).

Essas tradições orais possuem traços ligados à memória social e coletiva trazendo consigo significações sobre a gênese do cosmo, códigos de conduta, explicações etiológicas, comportamento dos animais, valor da palavra e esses aspectos são apontados pelos compiladores europeus como importantes:

A África é um continente muito especial e, viajando por diferentes países teria sido impossível não tropeçar em contos e lendas escondidos em cada esquina. Neste livro recolhi alguns deles. Há desde os mais antigos e desconhecidos - como os de príncipes e princesas, que passaram dos avós aos netos através dos séculos sem serem escritos – até os mais modernos - como as fábulas de animais, que agradem tanto aos pequenos como os maiores (SOLER-PONT, 2009, p. 133).

Dessa maneira, a compilação dos contos pode ser uma face da persistência do discurso colonizador da África, mas também como uma maneira de resistência ou negociação com o sistema (colonialista ou não) de preservação ou reificação da memória social através da escrita tendo em vista os empenhos dos europeus em apagar os sentidos de existência dos africanos em suas diversas facetas através de extermínio, escravização ou políticas de assimilação.

Muitas vezes os contos africanos são tomados de maneira ‘universal’, não sendo possível identificar à qual grupo social pertence, o que é essencial para a compreensão do simbolismo que possui. Isso ocorre devido à visão introduzida também pelo colonialismo europeu que África, os africanos e a negritude são uma coisa em si mesma:

O pensamento europeu sempre tendeu a abordar a identidade não em termos de pertencimento mútuo (copertencimento) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo, do surgimento do ser e da sua manifestação em seu ser primeiro, ou ainda, em seu próprio espelho. Em contrapartida interessa, compreender que, como consequência direta dessa lógica de autoficção, de autocontemplação e até mesmo de enclausuramento, o negro e a raça tem sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias (MBEMBE, 2018, p. 12).

De toda maneira, essas tradições orais, contos pensando como uma Literatura oral são representativas e reconstituidoras de sociedades com um *self* diferenciado dos referenciais judaico cristão que prevalecem no mundo ocidental, sendo assim, um lugar de memórias de grupos sociais que podem existir ou não, e para o historiador é uma das fontes que podem ser utilizadas na pesquisa histórica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tempo é uma categoria essencial para História, já que é devido à passagem dele que a memória surge como uma necessidade de ‘guardar’ o passado em suas diversas formas ao longo das conjunturas. Para além da evocação do passado

também está ligada à identidades de sujeitos ou grupos sociais e, dessas duas maneiras entre outras se torna uma espécie de matéria prima para a História, já que esta última se constitui através da ausência da primeira.

A narrativa histórica sendo vista como um lugar de memória traz em sua ciência e epistemologia os combates pela representação dos sujeitos sociais. Esse processo se embates pelo reconhecimento e representação da memória de pessoas comuns tem sido muito recorrentes desde meados do século XX.

O sentido do passado é essencial para a formulação de memória histórica, assim compreender as disputas que existem no processo de interpretação e construção do passado é crucial para a compreensão de como os sujeitos processo a história e as representações individuais e coletivas. Dessa maneira, escrever História é perceber que essa narrativa tem um sentido político e pode ser utilizada para conceder cidadania aos grupos sociais através dessas reconstituições e o historiador sendo uma agente responsável nesse processo processos deve estar sensível, atento e posicionado politicamente no que concerne às questões que envolvem o processo de emergência de memórias subterrâneas.

Encerrando a discussão é importante lembrar que a Literatura serviu ao colonizador como uma das maneiras de construir um imaginário que fosse mais dócil, no entanto ela também pode ser uma possibilidade de discurso contra hegemônico e, no caso dos contos africanos um provérbio traz o ensinamento: “o macaco, mesmo com uma pele dum carneiro, é um macaco”, que são uma fonte e possível chave explicativa para o conhecimento das dinâmicas sócio históricas dos povos africanos ao mundo ocidental.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, M. & RANGEL, M. “Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo.” **História e Cultura**, Franca.V. 4, n. 2, p. 7-24, set. 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Americanah**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AGUIAR, Odílio Alves. Violência e Banalidade do Mal. In: **Cult-Revista Brasileira de Cultura**. Ano 21, nº09, São Paulo, janeiro de 2018, p. 28-31.

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Myrian S. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, 79, p. 95-111, dez. 2007.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARNEIRO, Laryssa. Ingrid da Costa. **Festa no céu e outros contos: o simbólico e o plurifuncional das narrativas populares de Caxias – MA**. (Dissertação). Mestrado em Letras. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís (MA), 2018.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de M. (Orgs). **A história contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DARTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultura Francesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graaal, 1986.

DELGADO, Lucilia. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.

FIGUEREDO, Angela. Prefácio à edição brasileira: In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p.07-11.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 1995.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4ª edição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo Veintiuno, 2002. p. 39-62

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed.PUC-RIO, 2006.

LA FONTAINE, Jean. **Fables**. Paris: Édition Jean-Claude Lattès, 1987.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo Resenha - PRATT, Mary Louise –Relatos de Viagem e transculturação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo,v. 20, nº39, p. 281-289, 2000.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold Von Ranke (1795-1886). *In: A constituição da História enquanto ciência: de Ranke a Braudel*. Org: Bentivoglio, Julio; LOPES, Marco Antônio. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013, pp. 13-32.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº 01, 2001, pp. 171-209.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, p. 7-28 dez. 1993..

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 6ª Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PINGUILLY, Yves. **Contos e lendas da África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *In: Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

RANGER, Terence. A invenção da tradição na África Colonial. *In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 219-269.

SOLER-PONT, Anna. **O príncipe medroso e outros contos africanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. *In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.). Usos & abusos de História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 34-41.

## AS REPRESENTAÇÕES DE PABLO ESCOBAR E DO CARTEL DE MEDELLÍN NA IMPRENSA MARANHENSE (1984-1993)

Laura Santos Botelho<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo é apresentar os resultados finais do primeiro ano da pesquisa que analisou como a imprensa maranhense abordou a atuação e dismantelamento do Cartel de Medellín na Colômbia e a trajetória de seu líder, Pablo Escobar. O marco inicial da pesquisa é 1984, ano em que foi sancionada a Lei de extradição e 1993, com a morte de Pablo Escobar que demarca o encerramento da análise, pois abriu-se uma nova fase do narcotráfico na Colômbia com a liderança do Cartel de Cali. Utilizamos como fontes primárias os textos selecionados dos jornais maranhenses *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e *o Jornal Pequeno*. Partimos da hipótese de que a abordagem na imprensa brasileira sobre a luta do governo colombiano contra o Cartel de Medellín e Pablo Escobar contribuiu para a legitimação de um imaginário social sobre a Colômbia como um local da América Latina dominado pelo narcotráfico.

**Palavras chaves:** narcotráfico, imprensa, Cartel de Medellín

Neste artigo, esforçamo-nos para apresentar um levantamento bibliográfico sobre o tema e elencar as principais temáticas sobre o narcotráfico colombiano encontradas nos jornais maranhenses. Devido a escassez de trabalhos sobre a temática na área de História utilizamos muitos artigos das ciências sociais e relações internacionais publicados em importantes revistas acadêmicas.

O levantamento bibliográfico realizado apontou para o fato de que a compreensão de alguns conceitos é fundamental para o estudo do tema da pesquisa. O artigo de Carlos Medina Gallego intitulado *Mafia y narcotráfico en Colombia: elementos para un estudio comparado* (2012) analisa o conceito de narcotráfico da seguinte maneira:

[...] faz referência a um conjunto de atividades ilegais através das quais se implementa a produção, transporte e comercialização de drogas psicoativas e a constituição de um modelo [de] organização econômica e social ilegal com altíssimo nível de influência nos aspectos econômicos e políticos das sociedades formais". (GALLEGO,2012. p.5.) .

O mesmo autor também aborda “cartel” como uma “forma particular de articulações em redes clandestinas através das quais operam os diferentes *empresários*

---

<sup>1</sup> Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão e Bolsista de iniciação científica PIBIC-UEMA.



da droga compartilhando recursos e estratégias que possibilitam os processos de produção [...]”. (Ibidem, p.05). Ele faz um histórico sobre o desenvolvimento do tráfico de drogas na Colômbia e afirma que a introdução do fenômeno do narcotráfico na Colômbia relaciona-se diretamente com a proibição do consumo de narcóticos no país no começo do século XX, quando os Estados Unidos declararam guerra contra a produção e o tráfico de drogas na América Latina. Segundo o autor, após o “ciclo da marihuana” (maconha em língua espanhola) que entrou em decadência devido sua legalização para consumo pessoal no seu principal mercado consumidor, os Estados Unidos, e o bloqueio de canais e rotas de exportação, os produtores e traficantes desse psicotrópico passaram a investir num novo produto, o tráfico de cocaína, que ganhou força a partir da década de 1970.

O historiador colombiano Dário Betancourt aponta a década de 1970 e a estabelecida prática de contrabando como sendo um antecedente relevante para o desenvolvimento do tráfico de cocaína<sup>2</sup> na Colômbia. Segundo o autor:

Todos los relatos y estudios coinciden en afirmar que los primeros traficantes, que hacia 1968-70 entablaron contactos con los traficantes y compradores norteamericanos para los primeros embarques [...] fueron antiguos contrabandistas de electrodomésticos, cigarrillos y whisky [...] que se caracterizaban por conocer a la perfección de las rutas [...] e sobre la sutilezas de este mundo ilegal se construyeron las primeras redes de comercio y transporte de marihuana y cocaína. (Los... BETANCOURT, D. p.08.)

Sara Tufano, em análise do processo de pacificação durante o governo de Virgílio Barco na Colômbia<sup>3</sup> aponta que “Os Estados Unidos substituíram o discurso anticomunista pelo da guerra contra as drogas” (TUFANO, 2016. p. 91.). Essa análise se torna de extrema importância para essa pesquisa, pois demonstrou a relação direta entre os interesses da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, que usava o discurso antidrogas para intervir em governos da região como defensores dos interesses e bem estar dessas sociedades. Com isso, procurava-se positivar a presença dos Estados Unidos na região. A revisão dos jornais demonstrou que durante o período estudado o discurso antidrogas preponderou, sobretudo, durante o governo de Virgílio Barco.

---

<sup>2</sup> Alcaloide extraído das folhas da coca. "**Cocaína**", in Dicionário PRIBERAM da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://www.priberam>. (Dicionário PRIBERAM, 2013). Consultado em 27-01-2018.

<sup>3</sup>Virgílio Barco governou a Colômbia de 1986 a 1990 como um representante do Partido Liberal.

O historiador Forrest Hylton no livro *A Revolução Colombiana* (2010) problematizou visões simplistas e errôneas sobre a história da Colômbia e ressaltou que: “em geral os investigadores advertem sobre o erro de se interpretar a violência do final do século XX como resultado lógico dos padrões do século XIX. As provas históricas são insuficientes para respaldar a ideia de que uma ‘cultura de violência’ explica a política colombiana” (HYLTON, 2010. p. 38.). Neste mesmo livro, no capítulo intitulado “Negociando a Guerra Suja (1982-1990)”, Forrest demonstra como as organizações criminosas do tráfico de drogas transformaram a cidade de Medellín num “centro do único produto de exportação que os colombianos fabricavam e controlavam totalmente”, configurando um monopólio do tráfico de cocaína facilitado pelas migrações de colombianos para os Estados Unidos”. (HYLTON, 2010. p.105).

### **Caracterização das fontes primárias**

Neste texto não iremos apresentar os resultados obtidos no jornal o *Estado do Maranhão*<sup>4</sup> porque já foi apresentado e publicado. Nos deteremos na próximas páginas nos resultados dos jornais *O Imparcial* e do *Jornal Pequeno*.

No jornal *O Imparcial* encontramos 53 reportagens, nenhum delas veio assinada e apenas indicam a região de origem (na maioria das vezes são cidades colombianas ou de outros países, provavelmente de onde partem as notícias). As principais temáticas que apareceram no jornal relacionadas ao narcotráfico foram sobre: a perseguição ao narcotráfico (as mais numerosas); os atentados cometidos pelos traficantes; o Brasil e o narcotráfico, que inclui reportagens sobre o Maranhão; e a participação dos EUA no combate ao narcotráfico. Encontramos apenas um artigo de opinião.

No *Jornal Pequeno* encontramos apenas 7 textos, também sem assinatura e apresentando apenas a cidade de onde provavelmente vieram. Neste jornal as notícias concentraram-se na relação do Brasil e dos brasileiros (incluindo maranhenses) com o tráfico na Colômbia e, em segundo lugar, abordaram a participação dos EUA no combate ao narcotráfico.

## **1. O Imparcial**

### **Combate ao narcotráfico**

---

<sup>4</sup> Apresentado e publicado no IV Simpósio Internacional de História Contemporânea: I Colóquio de História das Américas do Norte e Nordeste do Brasil, 2017.

O recorte cronológico desta pesquisa se insere no contexto internacional nos últimos anos da Guerra Fria. Com o fim da bipolarização geopolítica em 1989, os Estados Unidos assumiram a hegemonia regional na América Latina. Sendo assim, políticas que antes estavam voltadas para combater os movimentos insurgentes comunistas nos países latinos se voltaram para a eliminação do tráfico de drogas nos países andinos, especialmente a Colômbia, Peru e Bolívia (GUZZI, 2008.p.32). Porém as medidas contra o tráfico de drogas são anteriores, remetem ao governo de Richard Nixon (1969-1974) que passou a utilizar o discurso antidrogas para intervir nos países produtores de drogas, embora na década de 1970 os EUA enfrentassem alguns problemas como a crise do petróleo e escândalos envolvendo o próprio Nixon. Porém tal questão recolocou-se com grande força na década de 1980 durante os dois mandatos de Ronald Reagan (1982-1989) e de George Bush (1989-1993) que levaram ao recrudescimento do combate ao tráfico de drogas (GUZZI, 2008, p.27). Portanto, a compreensão do contexto internacional e principalmente o conhecimento das relações entre Colômbia, EUA e Brasil mostram-se de extrema importância para a compreensão das temáticas encontradas nos jornais maranhenses.

O combate ao narcotráfico e a perseguição aos narcotraficantes são as temáticas que mais apareceram no jornal *O Imparcial*. Os Estados Unidos apareceram como principal expoente nessa luta. Semelhante ao jornal *O Estado do Maranhão*, em que as notícias que abrem esta temática são as que se referiram à intensificação da caçada aos traficantes na Colômbia após o assassinato do ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla, *O Imparcial* ressaltou que o governo colombiano “[...] desde o assassinato de Bonilla tem intensificado seu controle sobre o tráfico de narcóticos no país. [...] vão prosseguir e intensificar essas ações em todo território nacional”. (COLÔMBIA, 1984)<sup>5</sup>. O combate ao narcotráfico se intensificou também no sentido de desestruturar os principais pontos de fabricação de drogas contando com grandes apreensões: “Seis meses depois, apesar de nenhum dos mais poderosos chefes das máfias de drogas colombianas haver sido preso, milhares de toneladas de cocaína e maconha foram apreendidas”. (TRAFICANTES DE, 1985.p.06.). Mas, para além de uma luta nacional com altos investimentos em termos de aparato policial, o governo colombiano alertou para uma luta internacional, cobrando responsabilidades também de países consumidores da droga

---

<sup>5</sup> A ausência de dados ou referências incompletas de reportagens neste relatório se dá porque em várias notícias não identificamos a paginação do periódico e elas também não vem assinadas.

Bogotá- [...] Numa mobilização sem precedentes na luta contra o crime organizado e o terrorismo, foi criado um “Estatuto de defesa da democracia” [...] O “estatuto” prevê inclusive recompensas de até 43 mil dólares e redução de penas para aqueles que delataram ou deram informações sobre o narcotráfico.

O presidente colombiano, Barco Vargas, anunciou que o serviço militar obrigatório aumentou para 24 meses, e os soldados e todas as forças começaram a sair às ruas, patrulhando, em apoio à polícia, que por sua vez aumentará sua força em cerca de cinco mil homens.

[...] fez um chamado a outros países “produtores” de drogas e especialmente aos “consumidores”, para que se juntem “ de maneira decidida a luta frontal empreendida pela Colômbia contra o narcotráfico”. [...] o presidente colombiano disse que “este não é problema de um só país nem uma questão bilateral, mundial, pronta e eficaz, para erradicá-lo”. (EXÉRCITO, 1988.p. 10).

Ainda nas esferas internacionais se percebe uma ampla comoção em torno de grandes acordos internacionais envolvendo a ONU, os Estados Unidos e países produtores de droga e na tentativa de combate ao tráfico de cocaína. Nessa perspectiva, destacam-se notícias sobre a “ajuda” oferecida pelos Estados Unidos para intervir na Colômbia “O Fundo das Nações Unidas que conta com recursos orçamentários anuais da ordem de US\$ 40 milhões pretende investir, em 1985 e 1986 na América Latina cerca de US\$ 50 milhões, em projetos de substituição da cultura de cocaína”. (ONU, 1985.p. 06.). Tal projeto, segundo a notícia, também abarcaria o Brasil: “Um amplo programa de combate à produção e consumo de tóxicos no Brasil será montado pelo Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) a ser executado com a ajuda do Fundo das Nações Unidas de Combate as drogas (ibidem)<sup>6</sup>.

As estratégias de combate ao narcotráfico na Colômbia deram início a uma guerra entre o Estado e os traficantes. Há indícios da intensificação desse conflito a partir de 1989, ano em que os jornais mais noticiam sobre a perseguição aos criminosos e também pelo aparecimento de um novo elemento, o Cartel de Cali, que após a extinção do Cartel de Medellín, assumirá os negócios da droga segundo esse fragmento: “A Colômbia está em guerra. Sim, isto é uma guerra’ [...] Virgílio Barco [...] está

---

<sup>6</sup> Sobre esses valores não obtivemos nesse primeiro ano de pesquisa nenhum trabalho que especifique sua veracidade e aplicação.

disposto a levar o combate contra a máfia dos traficantes, ramificada em dois poderosos carteis, até as últimas consequências.” (BARCO, 1989.p.02).

Em 1989 apareceram as primeiras derrotas do *Cartel de Medellín* nas páginas de *O Imparcial*:

[...] no front de guerra, o Exército colombiano já começou a comemorar o que chama de “o princípio do fim” do poderoso Cartel de Medellín, organização responsável por 80 por cento da cocaína que entra nos Estados Unidos. O motivo da festa foi a [prisão] de Freddy Rodriguez Celades filho do folclórico “el mexicano” Gonzalo Rodriguez Gacha[...].

Outro golpe duro contra os traficantes foi a prisão de Luís Fernando Galeano[...] aparentemente tem relações com peixes grandes do tráfico, como o mega-traficante Pablo Escobar Gaviria, provavelmente o homem mais poderoso da Colômbia que iniciou sua carreira com fortunas de automóveis.(ibidem).

Note-se que embora a organização principal do narcotráfico estivesse sofrendo consideráveis derrotas, tanto o Cartel de Medellín como a figura de Pablo Escobar aparecem respectivamente como “responsável por 80% da produção de cocaína” e como o “homem mais poderoso da Colômbia”.

As notícias seguintes sobre a questão do combate ao narcotráfico abordaram as extradições, prisões e assassinatos dos principais líderes do Cartel de Medellín, dentre eles Pablo Escobar, em 1993. As extradições estabelecidas em 1979 se tornaram uma das principais estratégias para desestabilizar ou combater o narcotráfico e, ao mesmo tempo, um ponto de desavença entre os países sul-americanos e os EUA. (GUZZI, 2008, p.43). À medida que ocorreram as extradições percebe-se o gradual deterioramento do cartel:

Eduardo Martinez Romero [...] “é um tubarão de tamanho médio”, segundo disseram autoridades norte-americanas, as quais enfatizaram que a extradição aprovada pelo governo da Colômbia foi “um importante triunfo na luta contra o narcotráfico”. Por outro lado, os cartéis da droga anteciparam que morrerão cinco cidadãos norte-americanos e 10 juízes colombianos para cada colombiano extraditado para os Estados Unidos sob acusação de narcotráfico. (CONTADOR, 1989. p. 02.).

Várias as notícias enfatizaram tal questão. Detenções e perdas dos principais agentes do narcotráfico colombiano foram cada vez mais relacionadas ao Cartel de

Medellín. As prisões demonstram que a grande potência do tráfico já não conseguia se manter intocável, muitos de seus expoentes morreram em confronto com a polícia como é o caso de “El Mexicano” e Ocampo, os principal aliado de Escobar.

O exército colombiano capturou ontem José Ocampo, apontado pelas autoridades como o quinto homem do Cartel de Medellín sobre o qual pesa um pedido de extradição dos estados Unidos. [...] Ocampo é considerado um dos mais importantes assessores do chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria. (DETENÇÃO, 1989.p.02.).

As ações isoladas de Pablo Escobar tornaram-se cada vez mais limitadas depois da fuga da prisão em 1992. Nesse período, o governo colombiano, sempre com o apoio estadunidense, intensificou os esforços para sua captura, como registrou a manchete “O Departamento de Defesa dos Estados Unidos informou que enviou a Colômbia pessoal e equipamentos militares [...]” (POLÍCIA. 1992.p.07). Por outro lado, a liderança do tráfico de cocaína por Pablo Escobar e o *Cartel de Medellín*, associados às suas ações violentas, geraram inimigos entre os narcotraficantes locais que se organizavam para tentar matá-lo. A organização criminosa que teve mais destaque e “sucesso” nos seus esforços foi a que se autodenominava *Los Pepes*(Perseguidos por Pablo Escobar): “[...] A polícia diz que os grupo já matou mais de 37 colaboradores de Pablo Escobar, além de ter destruído prédios pertencentes à família do traficante[...].” (PEPES, de 1993.p.07.). No geral, as reportagens falam sobre as ameaças que Escobar e sua família receberam (CUNHADO, 1993.p.10.). A reportagem que notifica a morte de Pablo Escobar é muito pequena, apenas informativa, sem correspondência com o imponente título que a acompanhou: (POLÍCIA EXECUTA, 1993.p.01.).

### **Narcotraficantes e os atentados**

As notícias sobre os atentados impetrados pelo *Cartel de Medellín* também destacaram-se no jornal *O Imparcial*. Este relata os atentados de forma branda, mesmo tratando-se de assassinatos brutais e explosões de carros bombas que atingiram diversos inocentes: Uma bomba detonada por controle remoto explodiu um ônibus carregado de policiais em Bogotá, matando 3 e ferindo 34, alguns seriamente.[...] O vice- diretor da

Polícia Nacional, Octavio Vargas Silva, responsabilizou o “crime organizado” pelo atentado (BOMBA MATA, 1993.p.08.).

A violência dos atentados contra civis, autoridades e rivais se instalava na Colômbia e culminava com altos índices de pessoas mortas e aparecem constantemente títulos de reportagens como esta: “A violência explode na Colômbia com 26 mortos”. (1990.p.02.). Embora não encontramos muitas notícias sobre a ameaça à imprensa, cabe destacar os constantes atentados sofridos por jornalistas que denunciaram ou envolveram-se com o narcotráfico. (JORNALISTA SOFRE, 1990.p.02.).

Em 1989, intensificaram-se os atentados motivados pelas disputas dos principais mercados da cocaína entre o Cartel de Medellín e o Cartel de Cali: O massacre de [ilegível]<sup>7</sup> ocorrido [...] perto de Cali, marca a dramática retomada da “guerra da cocaína” entre os carteis de Cali e Medellín, pela primazia do narcotráfico( TRAFICANTES, 1990.p.02.).

### **Estados Unidos contra o narcotráfico**

Outra temática recorrente na imprensa maranhense foi a participação dos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico. A interferência estadunidense apareceu nas notícias sobre a ajuda oferecida à Colômbia na forma de dinheiro, armas e militares. A DEA (*Drug Enforcement Administration* - Agência Antidrogas dos EUA) foi a principal representante dos Estados Unidos em países latino-americanos quando se tratou de assuntos relacionados ao combate às drogas e contava com o apoio da CIA (*Central Intelligence Agency* - Central de Inteligência Americana) e do FBI (*Federal Bureau of Investigation* - Departamento Federal de Investigação). (GUZZI, 2008, p. 31). Porém, ainda na administração Reagan um outro dispositivo foi criado para tal fim, a *National Security Decision Directive* (NSDD) em 1986, que estabelecia a aliança entre narcoterrorismo de esquerda e o narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA. (SANTOS, 2007, 178). Tal discurso levou a administração Reagan e os governos seguintes a investirem e a intervirem econômica e militarmente na Colômbia. Constantemente foram anunciados valores em dólares destinados ao governo colombiano para contribuir no combate ao tráfico:

---

<sup>7</sup> A indicação “ilegível” será usada sempre para nos referirmos a um trecho que não foi possível transcrever, mas que sua ausência não prejudicou a compreensão da ideia e/ou informação do texto.

Washington- Para ajudar na luta contra o tráfico de cocaína na Colômbia [...] George Bush, autorizou a verba de 65 milhões de dólares que estão a disposição de Bogotá [...] O porta-voz da presidência Marlin Fitzwater (informou que) a ajuda será dividida em três partes: os primeiros 20 milhões de dólares chegariam à Colômbia em duas semanas: compreende oito helicópteros Huey [...] outros 12 helicópteros Huey, um helicóptero Blackhawk, caminhões jipes, carros de choque e ajuda médica, num total de 36,4 milhões de dólares[...]. (COLÔMBIA, 1989, p.02.).

Em fevereiro de 1990, George Bush foi a Cartagena, na Colômbia, para discutir com um conjunto de países da região (Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia) uma estratégia regional para combater o narcotráfico. Mas a estratégia norte-americana de criar uma força militar de combate ao narcotráfico foi rechaçada pela maioria dos países participantes. Diante da postura dos países sul-americanos, os Estados Unidos adotaram “a guerra de baixa intensidade” que consistia em oferecer ajuda militar e econômica para o combate às drogas internamente nos países. (SANTOS, 2007, p.180). A administração Bush realizou duas reuniões de cúpula uma em Cartagena (1990) e outra no Texas em 1992.<sup>8</sup> Nesta declarou que a luta antidrogas era seu inimigo número um (HERZ, 2002, p.08). Tal fato foi noticiado no imparcial da seguinte maneira:

**Washington-** A reunião de cúpula de 15 de fevereiro próximo, em Cartagena, será breve e de consequências significativas. [...] Pela parte norte-americana, a luta contra a droga se articula em duas frentes: internas e externas. A guerra contra a droga não é feita apenas através das armas-agentes contra narcotraficantes é também uma guerra burocrática. Uma condição fundamental é que a guerra burocrática não provoque cisões nas ações entre os países. Se vier a ocorrer, se envenenará o [ilegível] internacional, agravando o problema. (AMERICANOS, 1990.p.02.).

Nos anos finais do Governo César Gaviria (1990-1994), com a fuga de Pablo Escobar, começou-se a “questionar a verdadeira vigência do Estado de Direito Colombiano, implantando na Colômbia a renarcotização da agenda externa”. (MARTUSCELLI, 2016 p.06). Nas reportagens enfatizou-se o empenho dos EUA em tentar barrar a empresa internacional dos traficantes através de prisões efetivadas em operações internacionais, da caça a Pablo Escobar e aos membros do Cartel de Medellín

---

<sup>8</sup>Cúpula de Santo Antônio.



“[...] O chefe da polícia anti-droga norte-americana, Bob Martinez, pediu ontem todo empenho do governo colombiano na recaptura de Escobar, chamado por Martinez de gangster sanguinário”. (GOVERNO COLOMBIANO, 1992.p.07.).

Nem sempre os esforços dos Estados Unidos relatados no jornal se referiram somente ao território colombiano, mas também à esfera interna do país que tinha como objetivo barrar a entrada de narcóticos oriundos de países latino-americanos (SANTOS, 2007.p.178).

Washington-(ANDA-ANSA)-A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou uma emenda de lei para a luta contra a droga..., segundo a qual o presidente Ronald Reagan deverá utilizar o Exército para impedir que os contrabandistas possam introduzir drogas nos Estados Unidos. [] prevê que dentro de 30 dias o presidente decida o emprego de aviões-radar para individualizar e perseguir aeronaves e navios suspeitos de quererem introduzir drogas. (LUTA ARMADA, 1986.p. 04.).

### **O Brasil e o Maranhão na rota do narcotráfico**

Se pensado em relação ao conjunto das pesquisas realizadas nos outros jornais, uma peculiaridade de *O Imparcial* consistiu no destaque atribuído a notícias que estabeleciam relações entre o narcotráfico colombiano e o Brasil. Noticiou-se ainda uma provável tentativa de se estabelecer uma nova rota do tráfico na América do Sul que passaria pelo Maranhão, como alternativa às rotas tradicionais então bloqueadas pelos agentes antinarcóticos. Na historiografia lida até o momento não encontramos referências que abordem tal tema entre Colômbia e Brasil. Encontramos apenas menções sobre como a cocaína colombiana teria “contribuído negativamente para o aumento do narcotráfico nas cidades brasileiras. Essa ainda é exportada por portos brasileiros para a Europa e para outras localidades”. (MARTUSCELLI, 2016, p.11).

Em *O Imparcial*, as notícias sobre a influência do narcotráfico colombiano no Brasil, em geral, disseram respeito principalmente a possíveis vínculos com políticos brasileiros, porém elas não foram recorrentes nem repetidas, mas demonstram as conexões latino-americanas do tráfico:

Nova Iorque- os principais dirigentes do cartel de Medellín teriam se refugiado na cidade de Manaus [...] segundo os agentes do Serviço de Repressão de ao trafico de Drogas dos Estados Unidos (DEA), informou, ontem a noite, a rede de televisão norte americana, NBC.

Pablo Escobar Gaviria e Gonsalo Rodriguez Gacha, dois dos traficantes mais procurados da Colômbia, “estão em Manaus, onde possuem grande número de numerosas propriedades”, disse a BNC. [...] Agentes da DEA informaram a BNC que o Cartel de Medellín fez no Brasil numerosos investimentos em imóveis, com a ajuda de dois intermediários colombianos, que foram indetificados pelas fontes como Diego Londono White e um irmão deste.( DIRIGENTES DO, 1989,p.02.).

Hoje se sabe que Pablo Escobar se escondeu no Panamá, porém sobre suas investidas no mercado do Brasil, mesmo sem termos tido acesso a indícios comprobatórios, encontramos recorrentes notícias que enfatizaram esforços do cartel de *Medellin* nesse sentido, quando enfrentava dificuldades de exportar cocaína para os Estados Unidos. As notícias referem-se a amplas investigações a respeito do narcotráfico no Brasil. “Bogotá- O governo colombiano enviou à fronteira com o Brasil 300 soldados e vários helicópteros para reforçar a vigilância na região limítrofe” esse envio de forças armadas “faz parte de um acordo com o Brasil para controlar, em conjunto, a presença de guerrilheiros, narcotraficantes e garimpeiros”.( COLÔMBIA, 1991.p.02.). Diante dessas implicações os autores consultados consideram que os acordos firmados nas décadas de 1980 e 1990 sobre cooperação judicial, policial e militar no combate ao narcotráfico, e a assinatura, em 1981, de um acordo anti-drogas, e 1991, de um ajuste complementar sobre cooperação judiciária [...] podem ser consideradas insuficientes para se estabelecer uma relação direta do envolvimento do Brasil e Colômbia. (VILLA; OSTOS, 2005, p.21).

A Colômbia compartilha com o Brasil uma fronteira de 1.644 km, porém, segundo alguns autores estudados, o Brasil e a Colômbia mantiveram “uma política de quase indiferença”. (VILLA; OSTOS, p. 21). Patrícia Nabuco Martuscelli (2016) seguindo a mesma linha de Villa e Ostos coloca que “as relações Colômbia e países vizinhos possui, assim, caráter “intermésticas”, quem pautam essas relações, são o “plantio e o tráfico de drogas, a atuação dos atores armados, a questão dos direitos humanos, os deslocamentos forçados, as possibilidades de desastres ecológicos, e a lavagem de dinheiro” (VILLA; OSTOS,2005,p.108). Portanto, de acordo com os mesmos autores, a Colômbia e o Brasil têm visões divergentes e só teria havido uma maior aproximação mais recentemente com os governos Uribe e Lula (VILLA; OSTOS, p.21,22).

Em uma reportagem do ano de 1988, quando José Sarney era presidente do Brasil (1985-1990), encontramos uma notícia muito significativa a respeito da relação entre Brasil e Colômbia no que diz respeito ao narcotráfico:

Bogotá- o presidente José Sarney revelou ontem [...] que o Brasil está estudando uma fórmula de ampliar o acordo de cooperação conjunta contra o narcotráfico. “O narcotráfico é um problema moral, e toda a humanidade deve está engajada contra ele, e não apenas o Brasil e a Colômbia”, disse o presidente.

Antes desta solenidade Sarney teve seu primeiro encontro de trabalho com o presidente colombiano Virgílio Barco para um estudo dos convênios de cooperação. Ele aparentava satisfação após a reunião, que considerou “muito produtiva”. Segundo Sarney “o comunicado conjunto que o Brasil e a Colômbia assinarão vai expressar o alto nível das relações entre os dois países”.

O presidente Sarney falou do grande interesse brasileiro de importar carvão da Colômbia que, segundo disse, “passará a ser o grande fornecedor para a indústria siderúrgica brasileira”. Também o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré falou sobre os acordos que serão feitos durante a viagem de Sarney a Colômbia: “temos muitos interesses comuns, e com esta viagem esperamos consolidar esses interesses, através de acordos que permitirão o aumento das importações de produtos colombianos pelo Brasil e, ao mesmo tempo, o incremento de nossas importações para este país, pois é indispensável que haja um equilíbrio na balança comercial”, disse Sodré.

O ministro falou também sobre o problema do narcotráfico, questão hoje, que mais preocupa o governo colombiano, afirmando que “o Brasil se juntará na luta contra o narcotráfico, e ajudará a Colômbia a vencer esse momento de dificuldade, solidário com o presidente Virgílio Barco”. (BRASIL, 1988.p. 10.).

Esta notícia apresenta fragmentos da fala do presidente Sarney no qual ele demonstra o seu grande interesse na resolução do problema do narcotráfico e também interesse em estabelecer relações econômicas com a Colômbia<sup>9</sup>. Existe também uma reportagem sobre a prisão de traficantes de drogas que tinham relações com traficantes de países vizinhos da Colômbia “(...) A cocaína estaria entrando em São Luis através d

---

<sup>9</sup> As pesquisas no NEHA, em particular, a do Noé Conceição, tem demonstrado: a preocupação e envolvimento de Sarney com projetos e políticas que procuram criar intercâmbios e cooperação econômica entre o Brasil e a América Latina. (CONCEIÇÃO, R. Noé. O Brasil e o Merconsul na Imprensa maranhense,2017).

imperatriz que teria uma conexão com o centro distribuidor na Bolívia. É o primeiro processo de droga pesada em São Luís esse ano(...)" (SÃO LUÍS, 1986, capa, p. 01.

## 2. Jornal Pequeno

A abordagem do *Jornal Pequeno* sobre o tema do narcotráfico foi distinta da dos outros dois jornais. Em primeiro lugar, foram encontradas apenas sete notícias e todas as notícias buscam relacionar tal tema ao Brasil. Tais notícias enfatizaram que o Brasil e, particularmente, o Maranhão, entraram na rota do tráfico devido a pressão externa exercida sobre seus principais mercados:

**Bogotá-** Os narcotraficantes sofreram outros golpes em 1990. [...] Quando as incursões da polícia colombiana dificultaram a ação dos cartéis de Medellín e Cali [...] os barões da droga instalaram seus laboratórios em países vizinhos, inclusive no Brasil.

Um relatório da Interpol, divulgado esta semana na Colômbia, diz que o narcotráfico reagiu à ofensiva do governo transferindo seus laboratórios para Brasil e Equador e utilizando os países vizinhos para contrabandear a droga. (BARÕES DA COCA, 1991.p.04.).

As notícias baseiam-se basicamente em congressos e relatórios<sup>10</sup> publicados abertamente “Congresso dos EUA denúncia: Brasil é a capital da droga. O jornal Pequeno, 1985” como nessa notícia em que os EUA demonstram grande preocupação quanto a presença e produção da cocaína no país: “O Brasil se transformou num país produtor de drogas e num ponto para seu embarque e o seu governo contribuiu somente com recursos escassos para combater a produção” segundo essa notícia esse trecho faz parte de um relatório publicado nos Estados Unidos.

Em uma dessas manchetes se tem uma notícia sobre um possível encontro de Paulo César Farias<sup>11</sup> com Pablo Escobar e que ambos estariam envolvidos num grande esquema de corrupção. No entanto, a reportagem não apresenta muitos detalhes e nem

---

<sup>10</sup> Não se trata de congressos no sentido de eventos, mas do legislativo dos EUA, o Congresso dos EUA. Com relação ao que seriam esses relatórios não sabemos ao certo, pois não tivemos acesso a tal documento citado nessa reportagem, as informações são retiradas da notícia encontrada no *Jornal pequeno*.

<sup>11</sup> “Ex-tesoureiro de Fernando Collor, foi figura central nos escândalos que derrubaram o então presidente no impeachment. Foi morto em 23 de junho de 1996”. (BERTONI,Estevão;VARELLA,Juca.19 de junho 2016. Folha de S. Paulo. UOL. Consultado em 31 de julho de 2018.).

referências historiográficas que aprofundam as notícias em que apareçam representantes políticos brasileiros com os traficantes do Cartel de Medellín e o Cartel de Cali

A Polícia federal está investigando um encontro que teria ocorrido há cerca de dois anos entre PC Farias e o traficante colombiano Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín. Na época eles teriam discutido como lavar o dinheiro da quadrilha de PC, calculado em mais de US\$ bilhão. O encontro, segundo informou uma importante fonte da polícia Federal, teria ocorrido exatamente em Cabo Frio, na mesma data e local denunciado pela principal testemunha da chacina de Vigário Geral, Ivan Custódio Barbosa de Lima. O secretário da Polícia Civil do Rio, Nilo Batista, recebeu com espanto a informação: “nunca ouvi falar nisso, mas hoje não duvido de mais nada”. (JB). (ESCOBAR, 1993.)

No jornal Pequeno encontramos outra reportagem que liga vários deputados brasileiros e maranhenses ao tráfico internacional de cocaína

**Brasília** - A prisão no dia 17 de maio do ex-secretário parlamentar Marcos Aurélio Marques de Sousa transportando 631 kg de cocaína levou a Polícia Federal a suspeitar de ramificações do tráfico de drogas no congresso. [...] Marcos levava carteira funcional de parlamentar assinada pelo deputado César Bandeira (PFL-MA).

Para a polícia, Marcos é do Cartel de Cali [...] a fazenda na ilha de Marajó em que foi preso é considerada sede do cartel de Cali na Amazônia e uma das principais rotas de exportação de cocaína para os Estados Unidos, Europa e África.

Os 631 quilos de cocaína apreendidos pela Polícia federal tiveram origem na cidade de Letícia, na fronteira com a Colômbia, e entraram no Brasil por Alta Floresta (MT), de onde foram transportados para a ilha de Marajó em um avião comandado por Marcos. (VASCONCELOS, 1993.).

As notícias que se referem ao Maranhão relacionadas a essa rota dos narcotraficantes coincide como uma reportagem encontrada no jornal *O Estado do Maranhão* (PF, 1993.p. 8) em que a possível rota é a mesma

Agentes da Polícia Federal, sob o comando do delegado Victor Arantes, conseguiram prender Firmino Caldas, o Peruano Rafael Emundo Borjas Tamares, Daniel Romivan Nunes Lima e seu irmão Ruaney Nunes Lima, que formavam uma quadrilha de traficantes de cocaína, que certamente seriam comercializados em nossa capital.

ROTA DO TRÁFICO

[...] a droga saía de Letícia na Colômbia, chegando a Tabatinga, no Amazonas, de onde era distribuída para Belém. Depois chegava a São Luís, de onde era distribuída para o Rio de Janeiro e depois era mandada para Miami nos Estados Unidos e Frankfurt na Alemanha.

Sabe-se que tem gente graúda envolvida na sujeira. (POLÍCIA FEDERAL, 1993.).

O que surpreende nesse jornal é o entendimento da amplitude da questão do narcotráfico que, ao contrário dos outros dois jornais, apresenta uma visão que tem preocupação em demonstrar a complexidade dos problemas dos países produtores de coca. Essa postura fica evidente quando se observa o seguinte trecho de artigo de opinião:

[...] Esse esforço, voltado para o combate a produção e comercialização de drogas, vem colocando num mesmo plano realidades distintas, não diferenciando os problemas peculiares existentes entre países produtores e países consumidores de drogas ilícitas. Nesse sentido verifica-se uma carência de investigações científicas que enfoquem o problema de forma adequada, analisando as questões econômicas e socioculturais dos países produtores e as razões que fomentam a geração de mercados consumidores de drogas, suas naturezas, características e consequências. Esse vazio vem permitindo que as ações orientadas pelos países desenvolvidos sejam de caráter genérico, tanto nos aspectos de repressão, tratamento como de prevenção ao uso de drogas de abuso.

[...] no caso de problemas concretos, como destruir plantações, laboratórios de cocaína e prender narcotraficantes [...] estão situando a luta contra a droga fora de seu verdadeiro contexto econômico, social e político [...].

Por trás dos problemas das drogas não se pode ignorar as profundas injustiças existentes nas relações econômicas entre países ricos e os países de terceiro mundo [...]. A solução passa pela diversificação de suas atividades econômicas... (DROGAS, 1991. p. 03.).

Nesse primeiro ano de pesquisa fizemos um amplo levantamento das fontes: fotografia, leitura, fichamento e análises parciais do conteúdo das reportagens que nos ajudaram na seleção dos temas mais recorrentes nos periódicos e realizamos o levantamento e a leitura de textos historiográficos sobre a temática.

## Referências bibliográficas

- BETANCOURT, Darío. **Los Cinco Focos de la máfia colombiana (1968-1988) elementos para una história.** Red Académica, 1991. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co>
- BETANCOURT, Darío. **Tendencias de las máfias colombianas de la cocaína y la amapola.** Nueva Sociedad, 1993. Disponível em: <http://nuso.org/articulo>
- BITTENCOURT, Drielle Sousa. Histórico do jornal O Imparcial. In-----**O jornal O Imparcial: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de Sarney (1964-1966).** Monografia/História- UEMA -São Luís, 2016.
- CAVON, Alfredo Fauner. Indústria do narcotráfico e a expansão da cocaína. In. CALVON, F. **Organização do narcotráfico a partir da década de 70: os novos modelos de gestão da empresa capitalista são utilizados no tráfico de drogas?.** UFSC. Florianópolis, 2012, p, 11-23.
- GALLEGO, Medina Carlos. **Marfia y narcotráfico en Colombia: elementos para un estudio comparado.** Clasco, Buenos Aires, 2012. *Disponível em:* <http://biblioteca.clasco.edu.ar>
- GUZZI, André Cavaller. O combate ao tráfico de drogas nos governos Reagan e bush. In\_\_\_\_\_. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas.** São Paulo-PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2008.
- HYLTON, Forrest. Introdução: recordando a Colômbia; Negociando a guerra suja (1982-1990). In. HYLTON, F. **A revolução colombiana.** São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 29-44; 105-118.
- MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **A política externa colombiana para o conflito armado: algumas aproximações sobre seu impacto na relação Brasil-Colômbia.** Rio de Janeiro, Intellector, ano 11, vol. 12, n. 24, 2016. Disponível em: [www.revistaintellector.cenegri.org.br](http://www.revistaintellector.cenegri.org.br)
- SANTOS, Marcelo. A política de segurança dos EUA para a América Latina no pós Guerra Fria. In\_\_\_\_\_. **O poder norte-americano e a América Latina no pós Guerra Fria.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- TUFANO, Sara. **Capítulo 3: Nuestra guerra no es de palabras: a política de paz durante o governo de Vírgilio Barco.** In. **Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980,** São Paulo, 2016, p. 90-141. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses](http://www.teses.usp.br/teses)

## A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM MUSEUS: UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA

*Larissa Rachel Ribeiro de Abreu*<sup>1</sup>

**Resumo:** Museus possuem “práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares” (BRASIL, 2007, p. 19), ou seja, não devem ser considerados apenas apêndices da área do patrimônio. Tal premissa referida na Política Nacional de Museus serve de base para que se entenda a importância pedagógica de tais instituições, pois são lugares de memória importantes para o fazer/ser social. Assim, aproximar escolas e museus serve de estímulo à criatividade e à reflexão sobre questões inerentes não apenas ao patrimônio, mas inclusive ao momento político vivido. Por ser um ambiente público, ao se entrar em um museu, depara-se com objetos, sujeitos, discursos, práticas e representações diferentes, gerando um campo fértil para análises. Portanto, analisar-se-á a prática pedagógica em museus como questão de memória, partindo-se da premissa de que tudo em um acervo pode ser experienciado e alvo de reflexões do público escolar, estimulando o processo cognitivo.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica. Museus. Memória

### Introdução

Neste trabalho, pretende-se discutir como estimular a prática pedagógica em museus, pois as temáticas abordadas nesses locais servem como suportes da memória coletiva, bem como da individual, dependendo das experiências vividas pelos visitantes. Assim, ao longo deste estudo, pretende-se expor de que forma o museu pode ser usado como instrumento não apenas como um adendo às aulas, mas como um incentivador da memória e de seus desdobramentos sociais, tendo em vista o quanto se pode enriquecer o conhecimento através de uma visita a tal instituição.

Dessa forma, começa-se falando da memória e de seu uso social, enfocando sua importância para a sociedade. Para isso, busca-se entender como a memória, em suas formas individual e coletiva, é agregada ao contexto histórico.

A etapa seguinte faz referência ao museu e sua função dentro da sociedade, analisando o mesmo a partir do viés da memória e de sua relação com os grupos sociais, exprimindo sua importância desde sua gênese na Antiguidade Clássica.

Por último, procura-se entender as instituições museológicas como lugares de promoção de conhecimento, o que reforça seu caráter pedagógico e, portanto, devendo ser utilizados como ambientes de prática pedagógica a partir de seu caráter promotor de conhecimento e reflexões.

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Açailândia; Mestre em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA).



Toma-se como referências principais a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que afirma a importância da educação e do conhecimento em ambientes de museu, a Política Nacional de Museus, que regulamenta o funcionamento e determina os objetivos de tais instituições, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que especificam elementos relativos à prática pedagógica. Também são utilizados autores das áreas de história, memória, museus e patrimônio para reforçar o debate sobre os museus como lugares de educação e memória.

E uma das maneiras de incentivar a valorização desses lugares é através do estabelecimento de uma conexão de práticas pedagógicas em ambientes de museus, pois estes lugares são propícios para ocorrer a subjetivação de temas, objetos, sujeitos, ou seja, a ligação entre a vivência do visitante, seu olhar interpretativo, e aquilo que é exposto na instituição. Exatamente por isso que tudo pode ser musealizado, isto é, tudo pode transformado em discurso de museu.

### **A memória como expressão social**

Percebe-se nos museus o caráter intrínseco de resguardo da história, seja ela voltada para o passado ou o presente, e por isso precisam ser analisados sobre o viés da memória, pois esta “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 137).

Assim, traçando-se um histórico da relação homem/memória, o homem sempre se utilizou da mesma como forma de expressão. Segundo Le Goff (2003, p. 419), a memória, além de preservar algumas informações importantes para o ser humano e se constituir como uma das funções psíquicas serve também para o homem “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Ao se analisar os principais episódios da história, desde a Pré-história até os dias atuais, vê-se que os fatos sempre foram construídos a partir de elementos da memória, seja ela individual ou coletiva, pois:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros (HALBWACHS, 1990, p. 34).

É a memória que mantém vivos os laços sociais, pois com base no que se rememora pode-se combater, inspirar, reviver elementos da história, não deixando que caiam no esquecimento aqueles fatos importantes para a coletividade. Dessa forma, percebe-se que existe uma ligação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva, já que a primeira “depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convivência e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54).

Ao se perceber esta ligação entre as memórias, pode-se estimular a criação de espaços públicos, como museus, bibliotecas e antiquários, locais em que os visitantes podem ter experiências próprias sobre a memória exposta, bem como ter contato com o pensamento de outros sobre um mesmo tema, mas de forma diversa do seu (LE GOFF, 2003).

Assim, "a noção de memória é entendida como o conjunto de conhecimentos e lembranças do passado que se apoia nas experiências produzidas e transmitidas por grupos sociais específicos" (PIO, 2006, p.48). A relação entre memória e história se fortalece principalmente no século XIX, quando o discurso e os movimentos nacionalistas se destacaram na Europa e ecoaram em todo o mundo. A memória não poderia estar de fora desse contexto, pois os muitos aspectos do nacionalismo se inspiraram em elementos memoriais.

É importante refletir sobre os fatos passados, pois não se pode voltar no tempo e nem conservar os fatos tais como eram ou aconteceram, de forma que "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado" (BOSI, 1994, p.55).

A lembrança pura e simples, como um fato isolado e individual, não tem status de fato histórico, mas se vista dentro de um contexto, geralmente coletivo, torna-se base para repensar acontecimentos, especialmente no que concerne às questões da cultura humana, pois esta é um reflexo da valorização ou não da memória de uma sociedade.

A memória, assim, só passa a ser valorizada se houver o sentimento de pertencimento, de ser integrante de um momento, lugar ou acontecimento. As lembranças humanas, os conflitos e demais acontecimentos marcantes no mundo, e até mesmo o ensino escolar são frutos de escolhas realizadas a partir do que se quer guardar para as gerações posteriores.

Existem várias situações históricas em que a memória foi “escolhida” para que apenas alguns fatos fizessem parte da história dita oficial, tais como momentos de

guerras, regimes totalitários, escolhas de governantes, enfim, todo um legado de histórias condensadas, ou mesmo esquecidas, para que não fizessem parte da construção identitária obtida através da história.

Dessa maneira, o patrimônio pode ser utilizado como promotor de reflexões sobre diversos assuntos com relação à memória e à cultura de uma maneira geral, pois se baseia em imagens e recortes históricos para representar e entender momentos vividos pelos mais diversos grupos sociais, pois:

Os fatos e as noções que temos mais facilidade de lembrar são de domínio comum (...) Essas lembranças estão para “todo o mundo” dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los (HALBWACHS, 1990, p. 49).

### **Os museus e seus *status social***

Um museu é um lugar de interações diversas, sejam sujeito/sujeito ou sujeito/objeto. Assim, Francisco Ramos (2004, p.61) afirma que “no museu, impõe-se uma maneira de pensar que procura enxergar o que há de sujeito no objeto e o que há de objeto no sujeito, até que se chegue a novas experiências para as tessituras entre nós e o mundo”. Mais ainda:

O ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano. Falar sobre objetos é falar necessariamente acerca de nossa própria historicidade. O trabalho pedagógico com o objeto gerador sugere que, inicialmente, sejam exploradas as múltiplas relações entre o objeto e quem o escolheu (RAMOS, 2004, p.62).

Portanto, muito diferente do que se imagina, os museus são locais de culto à memória, não apenas depósitos de objetos antigos, com discursos superados e menosprezados pelo tempo. Na verdade, devem ser vistos como guardiães da memória e da cultura. É mais que guardar coisas, é lugar de propagação do conhecimento, de relacionar sujeito e objeto.

Quando se investiga a origem do termo museu, descobre-se que vem da Grécia Antiga, mais precisamente da expressão *mouseion*, a casa das musas, filhas de Zeus e *Mnemosine*. Estas eram poetisas, dançarinas e narradoras, donas de uma memória fabulosa e de grande criatividade, e que faziam os homens esquecerem suas tristezas (VASCONCELLOS, 2006). Era, portanto, um “local dedicado, sobretudo, ao saber e ao

deleite da filosofia” (VASCONCELLOS, 2006, p.13), ou seja, era um lugar em que se cultuava a memória e a criatividade, e que tinha por finalidade agradar às divindades mais que ao público em geral.

Assim, retomando ao conceito acima, o museu deve ser um lugar voltado para estimular a memória, em que se possa refletir sobre os fatos ao longo do tempo, a fim de dar um novo significado ao presente e ao futuro, no qual se consiga dar um passo rumo à construção da identidade.

É importante frisar que existe uma dupla vocação dos museus, pois ao mesmo tempo em que possuem a tarefa de fazer história, também fazem parte ou pertencem à história.

Os museus caracterizam-se por coletar objetos que não pertencem mais à compreensão da vida, estranhos ao tempo e à história que envolve. No entanto, essas instituições, além de contar a história do passado por meio de seus fragmentos, são essencialmente história (SANTOS, 2004, p.111).

O programa do acervo precisa ser pensado de maneira criteriosa, sendo importante que "na coleta do material a ser apresentado, busque-se na casa ou fora, tudo que for possível para interpretar o tema de maneira mais verdadeira, representativa e expressiva" (COSTA, 2010, p.70), pois tal acervo tem que ser um conjunto flexível e compreensível para quaisquer públicos, possibilitando a elaboração de mensagens que sigam uma linha de pensamento, mas sem que haja alteração do sentido original.

Por trás de uma exposição museológica sempre há algum objetivo a ser seguido, um direcionamento, por vezes com base em pressupostos ideológicos e políticos. Não se pode esquecer que, como instituição educacional, o museu tem suas funções política e social, pois, muitas vezes, é através delas que se conhece partes da história que não devem ser esquecidas, mesmo que sejam traumáticas para alguns, expressando o direcionamento político da localidade, seus desdobramentos e consequências, que ficam evidenciadas através da exposição.

Qualquer museu é o lugar onde se expõem objetos, e isso compõe processos comunicativos que necessariamente se constituem na seleção de peças que devem ir para o acervo e no modo de ordenar as exposições. Tudo isso sempre se orienta por determinada postura teórica, que pode ir dos modelos de doutrinação até parâmetros que estimulam o ato de reflexão. [...] Desse modo, o que mais interessa é saber o direcionamento que foi adotado. Dizer que tal livro ou tal exposição são educativos não é o bastante. É necessário saber o

sentido que se dá à prática pedagógica. Se o parâmetro é o exercício da reflexão crítica, o mais comum é ver a existência de espaços e publicações que vendem anti-educação como se fosse educação. (RAMOS, 2004, p.14)

Dessa maneira, é preciso que a exposição provoque curiosidade nos visitantes, atice a vontade de compreender mais sobre a história ou cultura e seja mais um instrumental em favor do conhecimento e da troca de experiências, ou seja, um museu precisa se tornar uma casa de experiências (RAMOS, 2004), pois, a leitura dos objetos expostos é subjetiva, baseando-se no ponto de vista do leitor.

*Deve-se ir aos museus para interrogar e se interrogar, para escapar da amnésia, para ter experiência cultural, pois o museu é instância educacional autônoma. Para ser educativa, a arte precisa ser arte e não educativa; do mesmo modo, para ser educativo, o museu precisa ser espaço de cultura e não um museu educativo. É na sua precípua ação cultural que se apresenta a possibilidade de ser educativo. O museu não é lugar de ensinar a cultura, mas, sim, lugar de cultura (SANTOS apud CARVALHO; KRAMER, 2012, p.210).*

Deve-se ressignificar o que se vivencia em uma exposição, pois assim se consegue considerar um museu como um lugar de histórias, contrariando a definição de que seria um depósito de objetos antigos. Na verdade é um lugar em que se possa refletir sobre o passado, a fim de dar um novo significado ao presente e ao futuro, no qual se consiga dar um passo rumo à construção da identidade. “Repensar os objetos dentro e fora dos museus leva, necessariamente, a novas aberturas para a existência do ato de perceber” (RAMOS, 2004, p.154).

Sendo assim, o museu seria uma espécie de quebra-cabeça, em que cada peça precisa estar bem encaixada, sendo estas peças a pesquisa, a preservação, a gestão e o público, ou seja, o público deve ser parte do patrimônio, integrante da construção do museu, pois só assim sentirá que faz parte desta identidade (SANTOS, 2004). Uma gestão ruim precariza todos os serviços da instituição, principalmente sua própria preservação, bem como um museu sem pesquisas atuais sobre seu acervo não se torna atrativo, pois o público, foco principal do mesmo, vai se afastando e perdendo o interesse.

É necessária a aproximação do público com a instituição, que deve ser vista como parte integrante da sociedade. Além disso, as reflexões sobre o acervo devem ter como base a produção do conhecimento, desde as informações adquiridas antes da visita ao museu, a exposição como um todo, passando pelas metodologias utilizadas para a

montagem e futura compreensão do exposto e pelas pessoas que trabalham na instituição, até a análise posterior feita pelo visitante, ou seja, à ressignificação que será dada após a visita (RAMOS, 2004).

### **A prática pedagógica em museus como questão de memória**

De acordo com a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão ligado a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) que regulamenta as ações das instituições museais desde 1946, museu seria:

*Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. É uma instituição aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe as evidências materiais do homem e de seu ambiente, para fins de pesquisa, educação e lazer (ICOM apud ALMEIDA & VASCONCELLOS, 2002, p.105).*

Ou seja, o museu é um espaço onde se promove e estimula a educação, bem como um local em que se deve inserir a comunidade em seus diálogos, pois só assim se consegue desconstruir a imagem do museu como lugar de sacralidade que permaneceu por muito tempo.

Outra definição de museus é postulada na Política Nacional de Museus, documento importante para regular as ações do campo museal, para a qual as instituições museológicas são:

*Unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira (BRASIL, 2007, p.2).*

Através do museu se tem contato com o patrimônio cultural, o que ajuda na formação de um discurso e uma linguagem própria, pois de uma maneira geral o patrimônio serve como suporte de memória (SANTOS, 2004) para a elaboração do processo de aprendizagem, que não deve estar baseado apenas em informações de sala de aula, mas nos âmbitos da educação não-formal, base de formação crítica do indivíduo. Isto porque a educação é um importante fator socializador e precisa fazer uso da memória presente nestes ambientes como elemento de formação identitária, pois a partir da relação entre memória e educação o sujeito desenvolve um sentimento de

pertencimento ao grupo, base para a construção da identidade. Por isso, os museus precisam ser,

Espaços altamente sedutores, instigadores de nossa imaginação, da nossa ludicidade, são espaços argumentativos e persuasivos. Então, porque não, atrair esse público para suas causas? Por que não estabelecer um diálogo com esse ‘jovem amigo do museu’? Quando digo estabelecer um diálogo, refiro-me à abertura de espaços de convivência no cotidiano dessas instituições. É um ir além, de visitas orientadas e participação nas atividades educativo-culturais (MATTOS, 2005, p.2).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), uma das bases legais da educação brasileira, reconhecem a complexidade da prática educativa e buscam auxiliar o professor em suas tarefas e para isso “é necessário que a instituição escolar garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva” (BRASIL, 1997, p. 34) e em consonância com as questões sociais vigentes.

E para isso, é necessário o uso de fontes diversas no processo de ensino-aprendizagem, o que redefine significativamente a área teórico-metodológica. Estas mudanças não ficaram apenas na questão do fazer historiográfico, já que envolvem os caminhos da sala de aula na busca por inserir o alunado na sociedade.

A partir dessas transformações, deve-se incentivar a aproximação dos alunos com o patrimônio cultural de forma crítica, pois assim irão perceber que a história estudada é sua história também. No entanto, ainda é pequena a presença de público nos museus brasileiros, especialmente jovens e crianças, fato que poderia ser sanado se os museus fossem mais atrativos e se houvessem mais serviços educativos.

Para que o público escolar se sinta atraído por tais instituições, ele precisa aprender a ler o patrimônio, a interpretar um objeto, um monumento ou um discurso museal, pois tais leituras podem auxiliar no conhecimento sobre história humana (RAMOS, 2004). E para isso é preciso ter sensibilidade para compreender através de objetos e exposições, refletir sobre o que está sendo visto, pois o que importa para a ação pedagógica não é somente ir ao museu, mas pensar sobre o assunto exposto. Ou seja, é necessário se aprender com a cultura, com a arte e, conseqüentemente, com os museus e demais instituições de memória.

Aprender com a cultura e seus desdobramentos fica mais fácil com o uso de materiais diferentes dos livros, fato atestado nos PCN’s, ao afirmar que “o trabalho

pedagógico requer estudos de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas), que devem se transformar em instrumentos de construção do saber histórico escolar” (BRASIL, 1997, p.26), ou seja, uma exposição museal é uma nova fonte de construção do conhecimento que deve ser explorada. E mais:

Quando o museu se coloca como instituição que expõe estudos de cultura material, pressupõe-se exatamente isso: a vida que há nos objetos, a historicidade constitutiva dos objetos, que permite novas aventuras para o ato de conhecer o nosso mundo e o mundo de outros tempos e outros espaços (RAMOS, 2004, p.152).

Outra definição de museu que reforça sua importância para construção de conhecimento é de Tomislav Sola, museólogo importante na Europa, que especifica as funções e objetivos dos museus:

É uma organização sem fins lucrativos que coleciona, analisa, preserva e apresenta objetos pertencentes ao patrimônio natural e cultural de maneira a aumentar a quantidade e a qualidade dos conhecimentos. Um museu deve divertir seus visitantes e ajudá-los a se distrair. Utilizando argumentos científicos e uma linguagem moderna, ele deve ajudar os visitantes a compreender a experiência do passado. Em uma relação mútua com seus usuários, ele deve encontrar nas experiências do passado a sabedoria necessária para o presente e o futuro (POULOT, 2013, p. 20).

Em consonância com os PCN's, que enfatizam as diferentes referências que estruturam a memória individual e que a inserem na memória coletiva, as experiências do passado possibilitam um diálogo entre memória e identidade. Além disso, tem-se como objetivo da educação a construção de sujeitos históricos, incluindo, assim, no espaço da memória “todos aqueles que exprimem suas especificidades e características” (BRASIL, 1997, p.27).

Para utilização dos museus como lugares promotores de conhecimento para o público escolar, o professor deve ter como premissas básicas os seguintes pontos: definição dos objetivos da visita, seleção do acervo ou museu a ser visitado e visitá-lo antecipadamente, investigar se existem atividades oferecidas pela instituição e adequá-las aos objetivos da visita, preparar os alunos com discussões e atividades anteriores ligadas ao assunto, organizar a visita conforme os objetivos propostos, trabalhar os aspectos posteriores à visita e avaliar o processo educativo promovido pela visita (ALMEIDA E VASCONCELLOS, 2002).



Dessa maneira, a visita ao museu será bem aproveitada tanto pelo aluno quanto pelo professor, pois haverá reflexão acerca do assunto revelado pela exposição. O professor precisa encarar como um dever ensiná-lo a “ler” a exposição, a compreender e analisar o que foi visto, pois assim ele se sentirá motivado a visitar outros museus e a valorizar o patrimônio histórico e artístico. “O museu deve ser fórum, lugar de encontro, espaço de debate, um lugar onde as coisas se produzam e não apenas o já produzido é comunicado” (CABRAL apud BARÃO, 2005, p.3).

A partir de tal premissa, um acervo museal é uma representação de um lugar social, associado a uma prática, à representação e ao tempo, possibilitando análises com conjunturas comuns, mas excluindo fatos de acordo com o momento vivido. Assim, “é preciso entrar no reino dialógico dos museus” (RAMOS, 2004, p.8), pois é preciso compreender as entrelinhas do discurso museal e suas possíveis intencionalidades, já que “além do diálogo, da aprendizagem pela oralidade, do desenvolvimento da capacidade de observação, a investigação dos objetos fornece oportunidades para atividades com a escrita” (BITTENCOURT, 2009, p. 360).

Sendo assim, como lugar social, faz parte de um sistema social, isto é, de um conjunto de pessoas, regras e elementos que regem um grupo social. Neste sistema macro existem outros menores que o integram, dentre os quais se podem destacar o sistema de ensino, “elementos materiais (conjuntos das instituições de ensino) e ideais (conjunto de leis e normas que regem as instituições educacionais) que passam a formar uma unidade, no caso, um sistema de ensino” (LIBÂNEO, 2003, p. 228).

Este sistema de ensino é influenciado diretamente pelos outros sistemas sociais, econômico, administrativo, cultural, reforçando o conceito de que a escola reflete aquilo que se percebe fora dela, já que esta é onde se encontram as políticas e diretrizes do sistema, podendo utilizar os mais variados mecanismos de disseminação do conhecimento por ser local onde a formação humana passa a se desenvolver mediante o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas (LIBÂNEO, 2003).

Porém, a educação também se faz presente em outros espaços e momentos fora da escola, como em museus, que, conforme já afirmado anteriormente, podem estimular a troca de conhecimentos, visto que se tem contato com culturas e experiências distintas, estimulando o processo de reflexão.

Os elementos de um museu possuem um significado diferenciado para cada visitante, porém possuem um significado maior que é fazer “mediação entre passado e presente, entre material e imaterial, entre alma e corpo, que são condição e efeito de

determinada modalidade de autoconsciência” (LIPPI, 2008, p. 135), demonstrando a importância de sua utilização como elemento integrante do sistema de ensino.

É necessário que se tenha em mente que educar é criar desencadear a formação crítica do indivíduo, processo que se dá continuamente, independente de se tratar do âmbito escolar, familiar ou em qualquer outro lugar; é sempre ter os olhos voltados para a formação crítica pessoal, pois:

Educar é promover a autonomia do ser consciente que somos - capazes de proceder a escolhas, hierarquizar alternativas, formular e guiar-se por valores e critérios éticos, definir conveniências múltiplas e seus efeitos, reconhecer erros e insuficiências, propor e repropor direções [...]. É com a formação crítica que os museus deveriam comprometer-se ao trabalhar com as questões de identidade e da história (MENESES, 1979, p. 94).

Nesse ínterim, o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) designa educação patrimonial (ou ação patrimonial) como um "processo permanente e sistemático de educação, tomando o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (apud LIPPI, 2008, p. 147), ou seja, a partir desse processo se pode estimular a formação crítica com base nos conhecimentos adquiridos com o patrimônio.

Para existir diálogo com o patrimônio, mais especificamente com os museus, é preciso entender que há um tripé composto por conhecimento, memória e educação, o que reforça a ideia de que existe um papel social para os museus e que este "não pode ser dissociado da motivação de seus visitantes, que é, na maior parte dos casos, educação, aquisição de cultura, entretenimento ou divertimento" (BARRETO, 2000, p. 66).

Assim, quando há a expansão da educação e a renovação pedagógica, há também uma melhor integração entre público e cultura, ou seja, quando a instituição museológica trabalha com base em seu papel educativo, ela não está assumindo uma função de escola, mas sim de lugar de fomento ao olhar sensível sobre o patrimônio, de espaço de diálogo e reflexão, estimulando o interesse e o gosto pela informação e pelo conhecimento advindo de formas diversas. Na verdade, a partir das linguagens diversificadas que as instituições promotoras de memória e cultura, como os museus, pode-se ter um incentivo maior à produção e circulação de conhecimentos.

## **Considerações finais**

A partir das discussões geradas, pôde-se perceber a importância dos museus dentro do campo da educação, não apenas para o ensino, e sim para se pensar em questões como patrimônio, memória e cultura de um modo geral. Em ambientes de museu se percebe que a educação não é deve ocorrer apenas na escola, mas em todos os lugares que estimulam o pensar e a promoção de conhecimentos.

Assim, percebe-se a necessidade de integrar a multiplicidade de significados que a memória carrega como promotora do diálogo pulsante entre objetos e sujeitos históricos expostos em museus, aproximando-os e dessacralizando os objetos.

Os museus são locais onde se pode promover ações de estímulo à cidadania, por exemplo, à leitura de objetos e sua ressignificação, criando um vínculo de integração com o patrimônio e promovendo o surgimento de sujeitos mais ativos no que diz respeito ao conhecimento da realidade passada ou atual de um ou mais grupos sociais.

## **Referências**

ALMEIDA, Adriana Mortara & VASCONCELOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BARÃO, Adriana. *Revista Eletrônica do Museu da Cidade*. Disponível em: <http://www.museudacidade.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 11.dez.2013.

BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Col. Turismo).

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: organização e textos*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

CARVALHO, Cristina; KRAMER, Sonia. Dentro e fora do museu: de ser contemplador, colecionador, mediador In: ALMEIDA, Rogério et al. *Artes, Museu e Educação*. Curitiba: CRV, 2012.

COSTA, Carina. *Expor, reter, transformar e/ou projetar: temporalidades em cena nos museus contemporâneos*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 82, p. 415-420, set.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 30.ago.2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Paris: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIBÂNIO, J. C. A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. In: COSTA, M. V. (org.). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

LIPPI, Lúcia. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MATTOS, Yara. *Os museus e seus amigos*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em: 31.ago.2018.

MENESES, Ulpiano B. *Educação em Museus: sedução, riscos e ilusões*. In: Revista Ciências e Letras. N. 27, jan/jun, 1979. Faculdade Porto Alegrense de Educação, Rio Grande do Sul.

PIO, Leopoldo Guilherme. *Musealização e cultura contemporânea*. In: BITTENCOURT, José Neves; CHAGAS, Mário (orgs). *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*. N. 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, Francisco. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus Brasileiros e Política Cultural*. Disponível em: <<http://www.rbc.org.br>, RBCS>, vol. 19, nº 55. jun.2004, . Acesso em: 25.ago.18.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Turismo e Museus*. São Paulo: Aleph, 2006. (Coleção ABC do Turismo).

## **A LUTA PELA TERRA PROMETIDA: OS CONFLITOS AGRÁRIOS NARRADOS PELO FREI FRANCISCANO ADOLFO TEMME.**

**Laryssa Gomes Pimenta<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar o posicionamento de membros da Igreja Católica, inspirados na Teologia da Libertação, perante os conflitos de terra ocorridos no Médio Mearim a partir da Lei de Terras de 1969, quando se posicionam como favoráveis a formação política dos camponeses. Tal pesquisa será desenvolvida com base nos estudos de documentos (Crônicas e Diários de Desobriga) produzidos pelo Frei franciscano Adolfo Temme nas décadas de 1970 e 1980, nos quais podemos perceber o apoio aos camponeses na luta pela terra, bem como a denúncia de crimes ocorridos na região, decorrentes da grilagem e da expulsão da terra.

**Palavras-chave:** Teologia da libertação. Adolfo Temme. Crônicas.

### **Introdução**

O Brasil atualmente ainda é um país marcado por constantes conflitos por terra, frutos de uma gritante má distribuição das propriedades rurais, do número significativo de latifúndios no território nacional e principalmente, pela falta de políticas públicas que visem a (re)organização do cenário camponês, conseqüentemente, resultando nos diversos embates e surgimentos de movimentos sociais em torno desta causa.

Os conflitos por terra no país começam a ganhar destaque desde o século XIX, após a lei de terra de 1850, se estendendo ao longo dos séculos e permanecendo até os dias atuais. No estado do Maranhão, com a lei 2.979, Lei Sarney de Terras, de 1969, os conflitos passam a ficar ainda mais constantes, acirrando as relações existentes, provocando novas disputas por terra, dentre outras inúmeras problemáticas. A lógica mercadológica passa a englobar o cenário rural, mudando as estruturas, a organização e as atividades ali desenvolvidas, em prol de um projeto político e econômico que visa o investimento de grandes grupos empresariais e maior arrecadação de lucros para os mesmos, promovendo no estado, uma grande desigualdade e um crescimento desordenado das cidades e povoados.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA. Essa pesquisa é vinculada ao projeto universal FAPEMA Luta pela terra no Médio Mearim-MA (1960-1990): experiências, narrativas, deslocamentos, coordenado pelo Prof. Dra Márcia Milena Galdez Ferreira (UEMA). Apresentação no V Simpósio de História Contemporânea, 2018.

Com o cenário no campo cada vez mais crítico, com a crescente violência, altos índices de mortalidade, ameaças e embates entre grandes proprietários, posseiros e lavradores, os mesmos passam a se organizar como forma de resistência as represálias constantes, e luta pela causa maior, a Reforma Agrária, dando origem a alguns movimentos sociais como o MST, e a frente progressista da Igreja Católica, chamada Teologia da Libertação, se espalhando por boa parte do território nacional, como no estado do Maranhão, lugar marcado pelas disputas no campo.

A Teologia da Libertação assume um papel extremamente relevante no período que chamamos de ditatorial, sendo ela, uma das inspirações de setores da Igreja Católica nesse período, que abre espaços em seus mecanismos de fala, para apoiar as lutas e denunciar os crimes no campo, como ocorreu na região do Médio Mearim, com as crônicas do Frei Franciscano Adolfo Temme. A Teologia da Libertação, passa a agir nas mais diversas localidades, como participante ativa de muitos embates, presenciando crimes, ameaças, chegando a sofrer com as mesmas. Inúmeros relatos colocam os membros da igreja como uma garantia de segurança contra novos crimes, evitando que os pistoleiros voltassem para as zonas de conflito para fazer novas vítimas, em outros, após a participação e ao apoio dado a muitos dos trabalhadores rurais, e em decorrência das denúncias, muitos desses agentes passam a sofrer represálias por parte do Estado e de grandes latifundiários.

Adolfo Temme nas décadas de 70-80 do século XX se torna uma figura muito importante, no tocante a representatividade, da Teologia da Libertação, e de veiculação e propagação em tom de denúncia, dos crimes ocorridos contra a população rural, na região do Médio Mearim. A aproximação e identificação do Frei com as dificuldades ali encontradas, começam a gerar inquietações e indignação, levando o mesmo a publicar inúmeros casos em suas crônicas, nos boletins da paróquia, os quais busco analisar ao longo desta pesquisa.

Diante disto, tal artigo, tem como objetivo traçar o percurso dessa ideologia, que é a teologia da libertação, através das relações que estavam se formando, das mudanças ocorridas dentro da Igreja, da doutrina Católica, e do quadro político-social do Brasil do século XX, buscando melhor compreender, o papel desempenhado por tal instituição e seus membros, na luta pela terra, analisando o contexto o qual o Frei Franciscano Adolfo Temme presenciou ao longo de sua trajetória, narrando conflitos, mostrando a organização estabelecida em cada localidade, para que assim, possamos melhor compreender os conflitos existentes no meio rural.

## Concílio do Vaticano II

Para se falar de teologia da libertação, primeiramente precisamos compreender o contexto que motivou seu surgimento de tal. O cenário mundial e nacional no século XX passava por grandes acontecimentos que marcam a humanidade até os dias de hoje, como o século das grandes Guerras<sup>2</sup>, de grandes avanços no meio científico com a criação de medicamentos, o aumento e a rápida propagação na parcela da sociedade que se classificava como ateia, acarretando em grande preocupação por parte instituição Católica.

O Concílio do Vaticano II surge portanto num cenário que o Papa João XXIII classifica como “crise humanitária”, que para ele, exigia um posicionamento da Igreja Católica. Esse acontecimento teve como causa principal, voltar a atenção dessa poderosa Instituição, para aqueles que então eram vistos como minoria. A preocupação com os pobres, com os marginalizados e as nações subjugadas pelos países de primeiro mundo, agora recebiam atenção e apoio de setores da Igreja Católica. Posteriormente, ocorre a chamada Conferência de Medellín, que resulta em grande repercussão pela América Latina, e traz em seu interior, causas muito semelhantes às debatidas no Concílio do Vaticano II.

As novas formas de organização social, a industrialização, o capitalismo, teorias marxistas, etc. abalaram diretamente a ortodoxia da Igreja. Em virtude dessas contingências ela reconhece a necessidade de repensar sua postura e espaço de fala inserido nesta sociedade (LIMA, p.32. 2018).

As ações da Igreja se encaminhavam para uma tentativa de dialogar com as novas perspectivas da sociedade, mas sem prejudicar sua estrutura. É relevante entendermos que esse novo modelo de Igreja Católica que buscava rever sua postura não fez mudanças bruscas e rápidas, enquanto uns estavam de acordo com essas ideias, outros temiam que a instituição fosse abalada e se colocaram contra a qualquer ideia que se opunha a sua forma de vida tradicional (LIMA, p.33, 2018).

Convocada pelo Papa Paulo VI, tinha como um de seus feitos, o posicionamento e a notoriedade dada as indiferenças presentes nas nações latino-americanas, que fizeram parte dessa conferência, assim como a evangelização e luta pela justiça em seu continente, trabalhando a ideia de que a Igreja Católica deveria constantemente voltar-se

---

<sup>2</sup> Primeira e Segunda Guerra Mundial; Conflitos em Hiroshima e Nagasaki

para os desassistidos. Alguns textos bíblicos eram utilizados como forma de embasamento pra suas novas causas, para suas novas lutas.

A Teologia da Libertação, assim, procura dar a sua contribuição para o processo de libertação dos pobres, modificando a pastoral da Igreja que passa a assumir cada vez mais a defesa dos direitos humanos e dos pobres e a denunciar as violências do capitalismo no Terceiro Mundo. (COSTA, 1994, p.14).

Com a Igreja mudando seu olhar e dando espaço para as minorias, os setores progressistas passam a observar uma possibilidade de aumentar o campo de atuação nas demandas sociais, em nome da Igreja, que no Brasil, durante a década de 70-80, enfrenta um regime civil-militar, que embora tenha os setores conservadores como apoiadores do golpe e de todo movimento militar, também existem aqueles que se voltam contra a ordem estabelecida.

Diante disto, é nesse cenário de demandas sociais, de luta por justiça, de mudanças nas causas defendidas pela Igreja, que surge o que se chama de Teologia da Libertação. É válido ressaltar que nem o Concílio do Vaticano II, nem a Conferência de Medellín podem ser interpretados como aqueles que dão origem a Teologia da libertação, sendo ela, uma frente que surge dos anseios sociais, da identificação dos membros da Igreja Católica com as causas que já se faziam presentes anteriormente a tais posicionamentos evidenciados pela autoridade maior Católica.

### **Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's):**

A Teologia da Libertação surge em meados do século XX, com o propósito de apoiar as lutas sociais e a população marginalizada socialmente, através dos estudos de textos bíblicos, os quais interpretam como semelhantes, próximos das dificuldades enfrentadas pelas minorias. A mesma se classifica em uma frente progressista na Igreja Católica, inspiradas também pelas ideologias marxistas, entendendo a partir daí as relações injustas existentes na sociedade, sendo ela agora, a porta-voz dos que necessitam de ajuda.

A Teologia da Libertação nasceu como propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se



vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] “A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora (BOFF, 2014, p.61).

Diante dessa tendência marxista, esse setor foi duramente criticado pela ala conservadora, sob argumento de que incitaria a luta de classes para que uma se sobreponha à outra, e por propagar ideologias políticas. Muito embora a Teologia da Libertação seja um posicionamento adotado por membros da Igreja, tal ideologia não pode ser vista como homogênea dentro desta instituição.

A Teologia da Libertação na região do Médio Mearim assume um papel relevante diante dos conflitos agrários ali existentes. Um ponto muito importante que faz parte do processo de construção do que é hoje, a Teologia da Libertação, é a chamada “opção pelos pobres”, que consiste justamente em voltar os olhares para os oprimidos, e para todos aqueles que sofrem com as mazelas do sistema capitalista, em especial, as nações vistas como de terceiro mundo, que servem como base para a exploração e enriquecimento de países já desenvolvidos.

Os clérigos inspirados nessa teoria passam agora a militar a favor dos direitos daqueles que são excluídos pela população, inspirando os camponeses a permanecerem nas lutas, com palavras de coragem, organização e promovendo lideranças. Tornando explícito a ideia que “não podemos, contudo, ver os trabalhadores rurais como passivos ou apenas como vítimas do processo” (PETIT; PEREIRA; PESSÔA. p. 352, 2014). Diante deste quadro de inquietações sociais, criou-se um dos mecanismos mais eficazes que possibilitou uma luta, de forma conjunta entre a igreja e os trabalhadores, que são as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

As CEB's se originam a partir da identificação conjunta dos lavradores, posseiros e membros da Igreja com seus problemas, em outras palavras, eles se unem devido as mesmas necessidades, no caso da região do Médio Mearim, a necessidade de justiça diante dos crimes ocorridos, da demanda por terra e pela Reforma Agrária.

Já as CEB's por estarem se estruturando, no início não se apresentaram como perigo ao governo, tornando-se um espaço para elaboração de interesses populares, de modo que, quando se inicia o processo de "liberalização" política do “regime militar, elas se constituíam na principal força organizada nos meios populares, fato que contribuiu para fazer da Igreja um dos principais interlocutores políticos da ditadura nesse período. (COSTA, 1994, p.13. apud LIMA, p.38, 2018).

Tais comunidades surgem com o propósito de reinterpretação dos textos bíblicos, associados a realidade de seus membros, promovendo uma reflexão em torno das relações de poder, da estrutura social e dos direitos civis suprimidos pelo cenário ditatorial. As CEB's começam a se organizar próximo as igrejas, por isso recebe o nome de "Eclesiais". A sigla CEB's é dotada de significados estritamente ligadas a Teologia da Libertação (TdL) e as demandas sociais.

A denominação de Comunidade é resultado da própria organização de seus membros, Eclesiais pelo fato de estar ligada à Igreja e ter em seu corpo, funcionários como Freis, padres; e por fim, o termo Base, este último surgiu da reflexão que as CEB's são frutos da base, das camadas desfavorecidas, dos pobres, negros, trabalhadores, entendendo assim, que as CEB's funcionam pela "opção pelos pobres".

O papel do setor progressista da Igreja, não consistia em tomar o lugar de fala dos participantes dos movimentos e se posicionar como representante, e sim, de apoiadores, mediadores como mostra:

Dentre os mecanismos de ação dos mediadores, estão: o incentivo a resistência, criação e implementação de projetos e entidades para a conquista da terra e reforma agrária, projetos a educação dos filhos de lavradores e incentivo para a utilização de técnicas agroecológicas na tentativa de manter as famílias ni campo (LIMA, p. 20. 2018)

### **Franciscano Adolfo Temme e suas Crônicas**

Adolfo Temme foi um Frei Franciscano alemão, que atuou no Maranhão como diretor da diocese de Bacabal, região do Médio Mearim. Inspirado pela teologia da libertação, o então Frei Franciscano desempenha um papel extremamente importante para a compreensão das tensões presentes no campo no período de 1970-80, momento em que ele começa a escrever relatos em tom de denúncia, sobre os crimes ocorridos nos interiores pelo qual passou.

Adolfo Temme começa seus escritos com um diário de desobriga, *Mala de Couro*, onde ele relata as inúmeras experiências que teve em uma viagem de 20 dias, por diversos povoados, mostrando o papel da Igreja e o empenho de seus membros, em levar os ensinamentos e práticas cristãs, em muitas localidades. Ao longo do seu diário ele também narra os acontecimentos do seu dia a dia, contando o seu trajeto de um local para o outro, comentando sobre sua recepção, suas estalagens, sobre o cotidiano das comunidades por onde passou.

Ao longo do diário é possível perceber o papel organizador que a igreja desempenha, desde as obrigações cristãs, como catecismo, batizado, casamentos, missas, até a escolaridade, e posteriormente, de incentivadora das lutas sociais que irão surgindo. Em seu diário é possível percebermos a preocupação por parte dos trabalhadores em seguir a vida cristã, seguir os rituais. A preocupação em manter um local para realização das missas, um local para celebrar casamentos, batizados, parecem essenciais no meio.

Só na hora da missa deu para apreciar direito a Capela. Domingos falou: “É pobre, mas é obra de nossas mãos.” Era assim mesmo, no sentido literal, porque no reboco de barro se viam mãos e dedos. Para Cocalino, até uma Catedral teria que ser de barro e de palha. É a natureza que fornece o material para a obra do culto divino (TEMME, p. 13, 1978).

Já são 7h, e ainda não chegou nenhuma das mulheres para fazer o café. A missa começa depois das oito. Depois da missa tem meia hora de pausa para preparar as crianças, em seguida começa o batismo. Dia de missa no Interior é uma festa de cores. Para todo lado que a gente olha tem beleza para ver: rostos serenos e distraídos. Durante o batismo a juventude se reúne com Almecy na sombra de uma grande árvore. O assunto é noivado e matrimônio (TEMME, p. 18 1978).

Em suas crônicas, Frei Adolfo Temme tornar públicas as atrocidades cometidas contra trabalhadores rurais, cobrando justiça das autoridades e ação por parte da população rural. Temme, passa a utilizar dos folhetins da Igreja, que possuíam um certo alcance, no tocante a quantidade de pessoas que tinham acesso a este material, para proferir as mazelas que presencia e os crimes que tem conhecimento.

Convite para participar do aniversário de morte do companheiro ferreirinha morto no dia 11 de agosto de 85 em Santa Tereza, município do Lago da Pedra/MA. No dia 11 de agosto de 86, segunda-feira, às 14hs vamos celebrar a Santa Missa e levantar a voz em ATO PUBLICO na praça de Santa Tereza, no local da morte. [...]  
O enterro do Ferreirinha não juntou ninguém por causa do medo. Agora deixar o medo em casa e chegar só com a coragem[...] (TEMME, Frei Adolfo, 1986).

São Manoel 25 de setembro de 86  
Paz e bem para todos os cristãos. Queremos falar do sofrimento de São Manoel, pois já faz uns dois meses que estamos desabrigados, 18 pai de famílias; mas também os que tem suas casas não seconde sofrer, todos vão dormir no mato, temendo a situação e compartilhando no sofrimento. Irmão, não só o São Manoel sofre, mas todos aqueles que sentem a situação, todas as comunidades vizinhas, todo cristão que observa os ensinamentos de Cristo, pois é no

sofrimento que encontramos Jesus. Irmãos, sabemos que muitos não podem nos visitar mas desejam saber como vivemos.

Foi no dia 5 de agosto, com o sequestro do companheiro Ribamar Santos, que começou a mudança da nossa comunidade. Consideramos o Ribamar um dos mais quentes da nossa luta. Neste dia São Manoel ficou pasmado, triste, ao mesmo tempo alegre pela salvação do companheiro [...] (TEMME, Frei Adolfo, 1986).

Frei Adolfo Temme, assume um papel de porta-voz, dos conflitos por terra ocorridos na região do Médio Mearim, uma vez que aquela população dificilmente conseguia espaço para falar sobre suas dificuldades, exigir seus direitos e lutar pela tão repudiada, pelos governantes, Reforma Agrária.

Mesmo com um setor progressista da Igreja Católica assumindo um certo papel de “canal de fala” dos anseios camponeses, é válido ressaltar que a mesma não busca legitimar a luta dos trabalhadores rurais, assim como não deve ser considerada como a organizadora e propagadora dos ideais revolucionários que tomam conta do campo, deixando claro assim, o reconhecimento, a consciência e a politização que aqueles lavradores e posseiros detinham de sua atual situação, sendo a CEB, um grande exemplo da organização conjunta entre igreja e comunidade e a identificação entre ambos com as mazelas sociais, mesmo que com motivações diferentes.

A Igreja Católica neste período enfrenta uma mudança interna em seu posicionamento diante do novo quadro político brasileiro instaurado após o golpe de 64, que possibilitou a inserção de um regime ditatorial no país. Neste contexto, é possível observarmos a mudança ou até mesmo uma contradição nas ações Católicas, que durante o período do governo de João Goulart, estava do lado daqueles que hoje analisamos como apoiadores do golpe, promovendo a Marcha da família com Deus pela liberdade.

Posteriormente, diante das mudanças drásticas ocorridas, com a diminuição de direitos, do aumento da marginalização das minorias, da drástica mudança no cenário rural, alguns setores de dentro da Igreja, voltam-se contra a ordem estabelecida, e passam a militar ao lado dos que necessitam. Segundo Lima(2018), a igreja representava perigo, portanto muitas acusações pesavam sobre ela, era importante para o Regime Civil/Militar manter padres e freiras calados.

Inicialmente, boa parte do clero brasileiro deu apoio aos setores civis e militares que articularam a deposição do presidente João Goulart, mas o incremento dos conflitos agrários, bem como a crescente violência a estes relacionada, a perseguição que sofreram membros da Igreja Católica e a continuidade da ditadura foram fatores relevantes,

inseridos no processo de mudanças internas provocadas após o Concílio Vaticano II, para mudar de posição diante do autoritarismo dos governos militares (PETIT; PEREIRA; PESSÔA. p. 353, 2014).

### **A Lei n. 2.979 de 15 de junho de 1969 (Lei de Terras)**

A Lei n. 2.979 de 15 de junho de 1969, também chamada de Lei de Terras ou Lei Sarney de Terras, como ficou popularmente conhecida, surge como um fator agravante para as disputas que já se faziam presentes no âmbito rural, aumentando significativamente os impactos no modo de vida, tanto econômico quanto social dos trabalhadores rurais do estado do Maranhão. As mudanças ocorridas foram suficientes para o crescimento das taxas de violência no campo, de família expropriadas de suas propriedades e das atividades migratórias em buscas de Terras devolutas.

A maior parte das terras do Maranhão contava com grande quantidade de posseiros, muitos dos quais já viviam na terra há várias gerações. Logo, para expulsar os camponeses de suas terras foram organizadas milícias armadas, sendo que a maioria delas contava com apoio das polícias estaduais, com a intenção de promover uma “limpeza das terras”. Isso levou à morte centenas de camponeses durante sangrentos conflitos na luta pela terra no Maranhão. Quando o governo do estado ofereceu algum suporte aos posseiros, como doação de lotes e indenizações de benfeitorias das antigas posses, esta eram insuficientes em números e na infraestrutura agrária montada para atender os trabalhadores rurais (p.14XXIX Simpósio de História Nacional. Pinheiro, 2017).

Com a campanha de José Sarney voltada para o desenvolvimento e liberdade que seu governo traria para o Maranhão, de rompimento com a antiga oligarquia de Vitorino Freire, o mesmo embala o povo ao som do slogan de seu governo, “Maranhão Novo”, trazendo em seu conteúdo planos de desenvolvimento tanto para a zona urbana, quanto para a rural, dando ênfase na educação e progresso no estado. Tal discurso de modernização do campo, possibilita a José Sarney implantação da lei, que visa o beneficiamento direto de grandes empresários latifundiários, constituindo uma elite agrária, que agora encontra um cenário fértil pra a implantação de atividades como agropecuária e o plantio em larga escala, consequentemente resultando na lógica mercadológica do campo.

O adjetivo *libertado*, proveniente do latim *libertus*, significando “posto em liberdade”, é empregado pelo governador Sarney, ao que parece com dupla intenção: a de evidenciar a condição na qual encontrara os maranhenses até aquele momento e a de se colocar como o libertador desse povo. Ao estabelecer uma analogia entre a condição dos

maranhenses e a escravidão, o governador deixa clara que sua intenção, para além de implantar um governo que se preocupasse “salvar” os maranhenses da escravidão, era, sobretudo, de criar uma nova imagem perante os seus eleitores: a do *salvador*” (PACHÊCO FILHO, p. 117, 2015).

A exigência de titulação como única forma de compra e comprovação da propriedade rural, os posseiros e lavradores que não possuíam a documentação necessária para comprovar a posse, acabaram por resultar no processo de Grilagem das propriedades, onde eram feitas as falsificações de títulos de terra, obrigando assim, os trabalhadores rurais e suas famílias a saírem daquela localidade. Diante deste entrave no tocante a comprovação de posse, os pequenos produtores e suas famílias passam agora a condição de expropriados, aumentando assim, a parcela de pessoas desabrigadas, desempregadas, assim como também possibilita o aumento dos grupos de luta pela terra e os fortalecem, como as CEB's.

Os fluxos migratórios internos aumentam drasticamente, devido a escassez cada vez maior de Terras devolutas no estado, obrigando os mesmos a migrarem para outras cidades, algumas urbanas, em busca de trabalho e outras formas de obter uma renda. A política de incentivo a atividade agropecuária, o aumento significativo no tamanho das propriedades particulares, a mecanização do campo, o projeto das grandes empresas como ALUMAR, companhia Vale do Rio Doce, são grandes beneficiadores dessa empreitada do novo governo, sendo estes alguns dos impactos enfrentados no meio rural, que culminou numa grande tensão social.

[...] a Lei de Terras ou Lei Sarney de Terras, aprovada no final de seu mandato e implantada no governo sucessor, beneficiando grandes grupos nacionais que compraram terras virgens e áreas de fronteira a preços simbólicos, provocando, com isso, o deslocamento de um sem número de nordestinos e causando a destruição de muitos povoados construídos por esses flagelados da seca, que desde 1877 acorrem ao Maranhão, encontrando abrigo às margens de seus rios e de suas terras férteis, dali fazendo seus oásis (PACHÊCO FILHO, p. 96/97. 2015).

Consequentemente, tal situação, acarretou no aumento da perseguição a trabalhadores rurais, assim como a resistência e organização do setor campestre também, as ligas camponesas e os movimentos sociais passam a fazer parte do cenário nacional, levantando a bandeira da Reforma Agrária, política duramente reprimida pelo setor da elite rural. Inúmeros desses movimentos passam a ser criminalizados e assistíamos a ameaças comunistas a serem combatidas, o que torna a luta cada vez mais injusta, mais desigual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou explicar as mais diversas motivações para o surgimento da frente progressista da Igreja Católica, que deu origem a Teologia da Libertação, incorporada por muitos clérigos no Brasil na segunda metade do século XX, até os dias hoje, abordando o Concílio do Vaticano II e da Conferência de Medellín, como peça fundamental para a organização da Igreja, e para a mudança da perspectiva que a mesma tinha em relação aos pobres e as nações subdesenvolvidas, abordando questões políticas, econômicas e sociais, entendendo que a Igreja possuía um papel para além das Igrejas e das missas, colocando a Teologia da Libertação como a praxis dos valores e ensinamentos cristãos.

Podemos também observar o papel que foi desempenhado pela Igreja no processo de Luta pela terra na região do Médio Mearim, analisando o posicionamento de alguns membros, como o Frei Adolfo Temme, no tocante a articulação dos camponeses, na denúncia dos crimes, e também no papel das CEB's, abordando seus feitos. Mostrando que a Igreja nessa região passa a ter uma grande importância no que se refere a divulgação dos problemas agrários e das represálias, assim como foi se fez presente na criação das CEB's, que pudemos perceber, que se firmou como uma das principais ferramentas de organização, de debate, de criação de soluções para os problemas enfrentados, sendo ela, uma válvula de escape para as perseguições, e como mecanismo estruturante para as ações reivindicatórias.

Analisamos as crônicas escritas pelo Frei Franciscano Adolfo Temme, como forma de compreender as relações e disputas presentes no meio rural do estado do Maranhão, mostrando os conteúdos de algumas de suas produções, e abordando também a criação da CEB's, e suas zonas de atuação.

Por fim, podemos observar as mudanças jurídicas implementadas no Brasil e no Maranhão durante o período que abrange as décadas de 70 e 80, e se torna algo fundamental para a compreensão das relações e dos problemas que estavam surgindo, com ênfase na Lei de 2.979, abordando seus impactos no campo, assim como um estudo sobre o que foi o governo de José Sarney para o povo maranhense.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: atuação da CPT no Maranhão 1976/1981**. São Luís: Curso de graduação em História da UFMA, 1994. (Monografia de graduação)

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos Agrários no Médio Mearim – MA1970-1990**: memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia. UEMA, São Luís, 2017.

LIMA, Dayane de Sousa. **Franciscanos em missão: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim 1970-1980**. UFMA. São Luís, 2018. (Dissertação do programa de Pós-Graduação em História Social).

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **E porque muitos juraram para trair....** EdUEMA, São Luís, 2015.

PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do Estado do Pará: 1960-1990**. Tempos históricos, volume 18, 2º semestre de 2014.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e teologia da libertação**. São Paulo, Ed. Fonte Editorial, 2014.

TEMME, Adolfo. **Mala de couro – diário de desobriga**. OFM – Terezina, 2011.

Crônicas:

TEMME, Adolfo. **Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha, morto no dia 11 de agosto de 85**.

TEMME, Adolfo. **Carta vai vem**. São Manoel, 25 de setembro de 86.

TEMME, Adolfo. **Irmãos em Cristo: FELIZ PÁSCOA**. 30 de março de 86.



**ESTADO AUTORITÁRIO PORTUGUÊS: A AÇÃO DA POLÍCIA  
INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO DIREÇÃO- GERAL DE  
SEGURANÇA (PIDE/DGS) SOB A PERSPECTIVA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS  
(1968/1974)**

*Luana dos Anjos Pereira\**

**RESUMO:** O Estado-Novo foi um regime político autoritário erigido por António Salazar que, depois de algum tempo, resistirá à própria morte política do seu mentor, continuando sob a vigência do seu sucessor Marcelo Caetano. Diante disso, esse trabalho pretende ponderar a ação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que foi um dos sustentáculos para que o regime perdurasse por tanto tempo. Portanto, a pesquisa será centrada na análise do jornal Diário de Notícias, no período entre 1968 e 1975, com o objetivo de analisar a atuação da PIDE/DGS através das publicações do periódico.

**Palavras-chave:** Estado-Novo, PIDE/DGS, Diário de Notícias.

### **Introdução**

Compreender as análises e estudos historiográficos sobre a ditadura salazarista é de suma importância para se entender a História Contemporânea e o processo político de Portugal. A partir disso, faz-se necessário analisar o período do Estado Novo que resultou em uma redemocratização que se constituiu em um processo gradativo e foi através dele que a sociedade pode ter de volta vários direitos que ao decorrer do regime autoritário foram retirados.

A pesquisa pretende colaborar com a ampliação e desenvolvimento das obras historiográficas brasileiras em relação à história contemporânea de Portugal. Reconhecemos que ainda são bem escassas as produções brasileiras em relação ao período do Estado Novo em Portugal. Portanto, para este trabalho, serão analisadas as matérias/editoriais sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) publicada no jornal Diário de Notícias.

Constituída a partir de 1932, a ditadura salazarista, como era chamada, nasceu do golpe militar de 28 de maio de 1926, derrubando a I República portuguesa e instituindo a chamada Ditadura Nacional Militar, que se transformou em um regime ditatorial civil erigido pelo chefe do governo, António de Oliveira Salazar. Desse modo, em 1928, Salazar tornou-se Ministro das Finanças da ditadura civil. Com o passar dos tempos, Salazar passou a cuidar não somente dos assuntos financeiros, mas também de

---

\* Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista UEMA/CNPq no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil.

temas político. Aprovada em 1933, uma nova constituição estabeleceu o início do Estado Novo e veio consagrar um ditador que exerceu um intenso controle sobre o Estado, a economia e a sociedade.

Após a criação da nova Constituição salazarista, observou-se a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e à restrição da ação de alguns órgãos de poder, como a Assembleia Nacional. Diante disso, o poder do Presidente da República passou a ser figurativo. Nesse contexto, a autoridade estava reunida nas mãos do Primeiro Ministro.

Em substituição a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) fora criada, em 1945, a PIDE no auge do Estado Novo. A PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos a respeito desses delitos, cabendo-lhe ainda colaborar com a Polícia Judiciária (PJ) e as polícias estrangeiras na perseguição de prevaricadores internacionais (PIMENTEL, 2011, p.140).

Ainda de acordo com a nova Constituição, regulamentou-se o papel do Estado como intermediador entre o operariado e o patronato, o que resultou no esvaziamento dos sindicatos profissionais como órgãos de representação. Essa maneira era uma forma de conter os conflitos de classe. “Nem a Abrilada de 1961<sup>3</sup>, nem o atentado em Lisboa de 4 de julho de 1937<sup>4</sup> conseguiram provocar aquilo que uma vulgar queda da cadeira provocou, tirar o poder das mãos de Salazar” (KOVÁČ, 1981, p.4). Em 1958, o governo aboliu o direito ao voto. Logo depois, a recusa de Salazar em conceder independência às colônias africanas deu início a guerras de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Portanto é correto dizer que a autonomia explica em parte a longevidade do regime, a resistência do Salazarismo a um mundo em constante mudança e, como consequência, a lenta agonia que precedeu seu fim. Operado em 4 de setembro de 1968 ao hematoma cerebral causado pela queda de uma cadeira de lona no verão desse ano, Salazar piora e os médicos declaram a sua incapacidade física permanente para o exercício da função (ROSAS, 1998, p.485).

O chamado Estado Novo sobreviveu mesmo após a morte do seu mentor, em 1968, pois continuou sob a vigência do seu sucessor, Marcello Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”. As ideias políticas de Caetano não eram muito distintas do seu antecessor Salazar. No entanto, Marcelo Caetano faz algumas divisões acerca das liberdades que o país tanto esperava serem restauradas, focando nas

---

<sup>3</sup> Tentativa de golpe de Estado ocorrida em Portugal, em abril de 1961.

<sup>4</sup> Um atentado mal executado por parte dos comunistas.

liberdades “majoritárias”, uma vez que acreditava que eram as prioridades. Dessa forma, seu objetivo era proteger a liberdade da classe dominante.

O comando de Caetano conteve alguns poderes policiais, a PIDE passou a chamar-se DGS (Direção-Geral de Segurança):

No último período da vida da polícia política, correspondente ao período em que Marcelo Caetano foi presidente do conselho, a PIDE foi substituída, em 1969, pela Direção-Geral de Segurança (DGS), depois reorganizada, em 1972. Continuou, porém, com os mesmos poderes da sua antecessora. No entanto, o prazo da prisão preventiva passou a ser mais curto, ficando esta polícia com três meses para instruir os processos (ADEMAR; ARANHA, 2014, p.23)

Apesar das investidas de Marcelo em um governo reformista, ele acabou perdendo o apoio dos liberais após uma fraude nas eleições de 1969<sup>5</sup> na Assembleia Nacional, e pode-se verificar que a Assembleia ainda estava dominada pelos eleitos na lista do regime. Não obstante, a “Primavera Marcelista”<sup>6</sup> foi derrubada pela Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974. As agitações foram iniciadas quando algumas tropas começaram a se posicionar perto do palácio do governo, objetivando tomá-lo de forma muito rápida. Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de 24 horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência. (ARCARY, 2014, p. 235). A polícia política PIDE/DGS foi logo um objeto de reivindicação e criminalização.

Partindo desse contexto histórico, compreende-se que os estudos acerca do Estado Novo e, especialmente da ação da PIDE/DGS, são essenciais para entender o que foi a ditadura Estado novista, período de repressão e autoritarismo.

O uso do jornal Diário de Notícias na pesquisa irá ajudar a entender como agia o periódico em relação à polícia política portuguesa que serviu, por um lado, para intimidar e, deste modo, prevenir a contestação pública ao regime e, por outro lado, para destruir a oposição contra o Estado Novo. A análise do Diário de Notícias, jornal de grande circulação irá proporcionar o entendimento da dinâmica da política portuguesa. A partir dessa análise, ficará mais clara a função da imprensa escrita no regime do salazarismo.

---

<sup>5</sup> Pelo fato de não ter sido eleito nenhum deputado da oposição, acreditou-se que as eleições teriam sido fraudadas.

<sup>6</sup> O governo de Marcelo Caetano foi marcado por muitas mudanças e reformas, por isso, ficou conhecido como Primavera Marcelista.

## **O Diário de Notícias como um aparelho privado de hegemonia**

Os pontos teóricos trabalhados no projeto evidenciam fundamentos a respeito do Estado e suas repartições. Portanto, a partir das leituras bibliográficas referentes ao período de 1968 a 1975, pode se perceber o grau de censura desenvolvido pela PIDE/DGS sob as páginas do jornal Diário de Notícias. Tal processo, segundo a perspectiva gramsciana, é referente ao que o teórico italiano chama de “aparelho privado de hegemonia” em prol de estabelecer pela sociedade civil um consenso que seja favorável à classe dominante da época.

Gramsci desenvolveu a teoria do Estado ampliado, ideia fundamental para explicar que o Estado não compreende somente o aparelho jurídico de comando e repressão, caracterizado como “sociedade política”, mas também a “sociedade civil” que seria um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos etc. A sociedade civil e a sociedade política vão se configurar em um equilíbrio para a melhor compreensão do Estado ampliado. Desse modo, segundo Carlos Nelson Coutinho, a sociedade política será o Estado em seu sentido limitado ou Estado-coerção:

A Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p.76).

Gramsci distingue essas esferas em dois momentos. O primeiro vai ser na função em que exercem na vida social e em suas relações de poder. No entanto, antes de mencionar a segunda distinção, é importante ressaltar que ambas se assemelham no modo em que buscam aliados, através da sua hegemonia, ou seja, buscam aliados mediante à direção política e ao consenso. Na segunda diferenciação, Gramsci destaca que a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado controlados pela burocracia e o poder policial- militar. Já a sociedade civil se utiliza dos “aparelhos privados de hegemonia”:

A sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos

aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo. (COUTINHO, 1989, p.78)

Em Gramsci, o conceito de hegemonia refere-se aos meios e processos através dos quais a classe social dominante integra a sua concepção de mundo às “massas instrumentais”. Portanto, hegemonia significa, deste modo, organização do consenso. Ou seja, uma classe ou fração de classe no poder torna-se efetivamente hegemônica a partir do momento em que consegue obter, tanto por parte das classes aliadas, quanto por parte das classes menores, uma identidade destas com a sua concepção ideológica de dominação; quando sua visão de mundo particular se universaliza, sendo compartilhada como próprias pelas demais classes. Tal conexão, por sua vez, no quadro de um essencial exercício hegemônico, não se dá sobre uma base ideológica abstrata, no sentido de uma pura e simples aceitação com os conteúdos do discurso dominante, mas implica na existência de benefícios concretos no campo da existência material das classes dirigidas, na satisfação de algumas das suas aspirações de ordem econômica, política e culturais mais imediatas, ou seja, numa coerência orgânica de tais classes.

O Estado surge, dessa forma, como instância garantidora da manutenção de uma hegemonia, na medida em que lhe cabe criar as condições necessárias de materialização dos conteúdos e práticas constituintes do projeto político-ideológico de expansão da classe hegemônica. Em termos gramscianos: a função do Estado é de “educar o consenso” das classes dominadas; fazer com que tais classes compartilhem a visão de mundo da classe que exerce a hegemonia.

## **PIDE/DGS**

A polícia política de Salazar e Caetano não investigava para prender, mas sim prendia para investigar. Os interrogatórios eram sob torturas, como o isolamento em cela, a do sono, estátua e a dos espancamentos. Vale ressaltar que antes da PIDE existia a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) criada em 29 de agosto de 1933:

A partir de junho de 1934, foram ainda atribuídas a PVDE competências prisionais, sendo criada, no seu seio, uma secção de presos políticos e sociais, bem como de controle da atividade dos engajadores de emigrantes clandestinos e da circulação de passaportes falsos (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.12).

O campo do Tarrafal era para onde a PVDE mandava alguns de seus presos políticos, uma espécie de campo de concentração:

O objetivo principal desse tipo de campo era eliminar (no sentido etimológico do termo *eliminare*, que significa em lati

‘fazer sair’) ou neutralizar, fazendo desaparecer (*exterminare*), do corpo social qualquer pessoa considerada politicamente, ‘racionalmente’ ou socialmente suspeita. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p. 13).

Após a Segunda Guerra Mundial, Salazar fizera algumas modificações em seu regime, uma delas foi a substituição da PVDE pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que centralizou todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado. Uns dos principais alvos da polícia política eram os comunistas. A partir dos anos 1960, a situação se agravou, houve muitos jovens comunistas do Partido Comunista Português (PCP) presos, entre eles, operários, estudantes e intelectuais.

Ao abordar as torturas que a PIDE exercia, os autores relatam que até nas torturas existia a luta de classes, uma vez que “a luta de classes tão detestada por Salazar nunca deixou de estar presente no seio da PIDE, que tratava diferentemente operários, camponeses, intelectuais, burgueses, homens e mulheres” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.19).

Através de uma entrevista com um dos torturados, foi possível saber que a PIDE/DGS mantinha relações com a CIA por meio de manuais de tortura que a CIA fornecia para a PIDE/DGS:

Foi sobretudo utilizada à tortura ‘científica’ da privação, em parte aprendida, a partir de 1957 com a CIA: a privação de movimento, ou estátua, a privação de dormir ou tortura do sono, e a privação de contatos com o exterior, ou isolamento (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.18)

Já no governo de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, a PIDE passou a chamar-se de Direção-Geral de Segurança (DGS). Em 1972, a DGS passa por uma reorganização, mas continua com os mesmos poderes de sua antecessora PIDE. Na época do marcelismo, aumentaram-se as atividades opositoras ao regime, mas também aumentaram a repressão e a violência da PIDE/DGS:

Terrível foi o caso de José Pedro Soares, preso em 1 de junho de 1971. A então DGS resolveu levar quase ao limite quer o tempo quer o grau de violência da tortura neste preso, o que motivou, aliás, que o seu caso fosse levado à Assembleia Nacional, por deputados da Ala Liberal que pediram um inquérito às condições prisionais e à actuação da PIDE/DGS. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.24)

Sobre os torturadores da PIDE/DGS, serão classificados como pessoas “normais”, porém com um prévio afastamento de seu grupo familiar, escolar etc., como destacado por “um dos elementos da PIDE confessou que, quando entrava ao serviço

nessa polícia, mudava totalmente, esquecendo crenças, valores e amizades” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.25). Foi somente em 1974, com a Revolução dos Cravos, que se abriu o processo de redemocratização, e a PIDE foi então criminalizada.

### **O Diário de Notícias no período da repressão**

O Diário de Notícias nasceu em 29 de dezembro de 1864. Seu fundador, Eduardo Coelho, exerceu um papel essencial na evolução industrial da imprensa, pois desenvolveu alguns mecanismos para administrar o jornal. Pressupunha que se a tiragem aumentasse, as despesas conservavam-se aproximadamente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado. Logo, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam ser mais caros, de modo que, para embolsar maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma ampla camada de leitores.

O Diário de Notícias também procurou inovar em seu conteúdo:

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e ‘com a possível verdade’; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir [...] (SOUSA, 2011, p. 66).

No entanto, apesar dos fundadores do Diário de Notícias terem feito um empenho para afastá-lo de conceitos políticos, é com uma imagem colada ao regime que o jornal vai atravessar o extenso período do Estado Novo (1926-1974), estando nele publicada uma série de ilustres entrevistas feita por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal, que tinha passado a ser conduzida por Augusto de Castro, uma destacável figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com algumas interrupções, até 1971:

Pode vossa excelência contar com a minha dedicação e a vontade decidida de corresponder à distinção de que fui objecto. Procurarei dar o meu melhor, servir o meu país, o mesmo é dizer colaborar incondicionalmente com vossa excelência na tarefa nacional que pesa sobre os seus ombros (GOMES, 2014, p.40)

Nesse contexto, de 1971 e até 1974, o DN teria como diretor Fernando Fragoso, em um período de mudança no jornalismo português, em grande medida em virtude da disparidade de ideologias políticas que ganharam peso nesse momento, com os fatos relacionados a maio de 1968 e as revoltas estudantis. Logo, apesar do controle dos médias não ter diminuído no percurso da repartição de Marcelo Caetano (que sucede a Salazar em 1968), do qual a continuação da censura (que passa a chamar-se exame prévio) é uma das aparências mais evidentes, a verdade é que, nesse período, as redações dos jornais vão sofrer algumas alterações, como o aumento do número de jornalistas e da presença de mulheres nas redações. (GOMES, 2012, p.370).

Novamente, o DN, já pioneiro de vendas entre os periódicos nacionais, afasta-se do modelo predominante, no alcance em que as suas “pesadas estruturas empresariais e históricas dependências editoriais relativamente ao poder político” o “resguardaram das transformações em curso”, contribuindo para “manter quase intocáveis antigas culturas redatoriais formalizadas e hierarquizadas, praticamente vedadas em relação a novas admissões” (Baptista, 2012, p. 222).

Ainda sobre a censura durante o Estado Novo, Mário Mesquita vai escrever que “a censura desvalorizava, duplamente, a profissão de jornalista [...], pelo que a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável. Sob Salazar e Caetano – escreve Mário Mesquita – alguns jornais e jornalistas resistiram, na medida das suas possibilidades e do espaço de livre expressão que lhes era concedido. Mas também houve quem se corrompesse. A maioria ficou pelo meio-termo – se é que o meio-termo existia ou existe. Isto é: acomodou-se, procurando não se aviltar” (MESQUITA, 1988, p. 94, apud FIGUEREDO, 2007, p.40)

É em meio a essas conturbações descritas que o Diário de Notícias perpassa pela época da Ditadura Salazarista e o Marcelismo, com publicações “razoáveis” por conta da censura do regime. No entanto, a partir de 1974, o jornal sobre a direção de Fernando Fragoso, vai enfrentar duras transformações dentro do jornal e uma forte reação contra a sua permanência no periódico. O jornal irá passar por várias modificações por conta do processo revolucionário em curso, e por conta de opiniões divergentes dentro do jornal, que era fortemente ligado com o regime ditatorial, essas diferenças ideológicas irão gerar um clima de tensão no DN.

## **Considerações Finais**



De acordo com as análises feitas nesse artigo, pode-se constatar que o Diário de Notícias era um grande instrumento do Estado Novo. Suas características ideológicas, assim como seus editoriais, sustentavam o regime vigente, visto que o jornal estava sob as mãos de um grupo econômico ligado ao regime de Marcelo Caetano. Sendo assim, de acordo com a perspectiva gramsciana, o Diário de Notícias era um aparelho privado de hegemonia que garantia o consenso com o objetivo de sustentar esse regime ditatorial.

A eclosão da guerra colonial em 1961 faz com que se aumente a ação da Polícia Política nas colónias. Em 1974, o Movimento das Forças Armadas, apoiado pelo povo, põe fim aos 48 anos de ditadura e à guerra colonial. Após a queda desse regime, vimos que se inicia em Portugal o período de criminalização da PIDE/DGS e o processo de redemocratização, então os olhares são voltados para as colónias em África e entra em cena o papel dos movimentos de Libertação. E isso vai ganhar um destaque maior nas páginas do periódico a partir de 1974. É também a partir do 25 de abril, que os jornais ganham novamente a sua autonomia que lhe foi retirada com a censura, viveu-se então, um momento político de grande agitação no setor dos media.

O Estado Novo preocupava-se em ocultar a realidade das coisas, portanto, ele se utilizava da PIDE/DGS para manter um controle sob a sociedade e também dos meios de comunicação sociais nacionais e internacionais. Desse modo, o Estado se utilizava de todos os mecanismos para estabelecer uma censura prévia, anulando e cortando tudo o que fosse contra a imagem do regime, não apenas isso, mas também para promover uma aparência positiva da realidade apresentando-a como verdadeira.

### **Referências**

ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos. **No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE**. Lisboa: Editora Parsifal, Lda., 2014.

ARCARY, Valerio. **“O outro 25 de abril e as diretas já”**. Outros tempos, v. 11, n. 17, 2014, p.230-45.

BAPTISTA, C. **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses. Do Século XIX ao Marcelino**. Lisboa: Editora Escritório, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

FIGUEREDO, João. **Os Jornais como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975**. Coimbra: Editora MinervaCoimbra, 2007.

GOMES, Pedro Marques. **Os saneamentos Políticos no Diário de Notícias**. Lisboa: Editora Alêtheia Editores, 2014.

KOVÁČ, Michael. “**Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano**”. Anais do 5º ano do curso da Língua e Literatura Portuguesa, 1981.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal. v.7. O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOUSA, J. P. “**Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do Diário de Notícias**”. In: CABRERA, A. (Org.). *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011. pp. 53-83.

## **A ação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) e um ensaio sobre o Diário de Notícias no ano de 1974.**

*Luana dos Anjos Pereira\**

**RESUMO:** O Estado-Novo foi um regime político autoritário erigido por António Salazar que, depois de algum tempo, resistirá à própria morte política do seu mentor, continuando sob a vigência do seu sucessor Marcelo Caetano. Diante disso, esse trabalho pretende refletir a ação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que foi um dos sustentáculos para que o regime perdurasse por tanto tempo. Portanto, a pesquisa será centrada na análise do jornal Diário de Notícias, especificamente no período de 1974, que foi um momento da história portuguesa que ficou marcado com o início do processo de redemocratização e de descolonização das colônias portuguesas.

**Palavras-Chave:** Estado Novo. PIDE/DGS. Diário de Notícias.

### **Introdução**

Entender as análises e estudos historiográficos sobre a ditadura salazarista é de suma importância para se entender a História Contemporânea e o processo político de Portugal. A partir disso, faz-se necessário analisar o período do Estado Novo que resultou em uma redemocratização que se constituiu em um processo gradativo e foi através dele que a sociedade pode ter de volta vários direitos que ao decorrer do regime autoritário foram retirados.

A pesquisa pretende colaborar com a ampliação e desenvolvimento das obras historiográficas brasileiras em relação à história contemporânea de Portugal. Reconhecemos que ainda são bem escassas as produções brasileiras em relação ao período do Estado Novo em Portugal. Portanto, para este trabalho, serão analisadas as matérias/editoriais sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) publicada no jornal Diário de Notícias. Constituída a partir de 1932, a ditadura salazarista, como era chamada, nasceu do golpe militar de 28 de maio de 1926, derrubando a I República portuguesa e instituindo a chamada Ditadura

---

\* Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista UEMA/CNPq no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil”.

Nacional Militar, que se transformou em um regime ditatorial civil erigido pelo chefe do governo, António de Oliveira Salazar.

Desse modo, em 1928, Salazar tornou-se Ministro das Finanças da ditadura civil. Com o passar dos tempos, Salazar passou a cuidar não somente dos assuntos financeiros, mas também de temas político. Aprovada em 1933, uma nova constituição estabeleceu o início do Estado Novo e veio consagrar um ditador que exerceu um intenso controle sobre o Estado, a economia e a sociedade.

Após a criação da nova Constituição salazarista, observou-se a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e à restrição da ação de alguns órgãos de poder, como a Assembleia Nacional. Diante disso, o poder do Presidente da República passou a ser figurativo. Nesse contexto, a autoridade estava reunida nas mãos do Primeiro Ministro.

Em substituição a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) fora criada em 1945, a PIDE no auge do Estado Novo. A PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos a respeito desses delitos, cabendo-lhe ainda colaborar com a Polícia Judiciária (PJ) e as polícias estrangeiras na perseguição de prevaricadores internacionais (PIMENTEL, 2011, p.140)

Ainda de acordo com a nova Constituição, regulamentou-se o papel do Estado como intermediador entre o operariado e o patronato, o que resultou no esvaziamento dos sindicatos profissionais como órgãos de representação. Essa maneira era uma forma de conter os conflitos de classe. “Nem a Abrilada de 1961<sup>1</sup> nem o atentado em Lisboa de 4 de julho de 1937<sup>2</sup> conseguiram provocar aquilo que uma vulgar queda da cadeira provocou, tirar o poder das mãos de Salazar” (KOVÁČ, 1981, p.4). Em 1958, o governo aboliu o direito ao voto. Logo depois, a recusa de Salazar em conceder independência às colônias africanas deu início a guerras de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Portanto é correto dizer que a autonomia explica em parte a longevidade do regime, a resistência do Salazarismo a um mundo em constante mudança e, como consequência, a lenta agonia que precedeu seu fim. Operado em 4 de setembro de 1968 ao hematoma cerebral causado pela queda de uma cadeira de lona no verão desse ano, Salazar piora e os médicos declaram a sua incapacidade física permanente para o exercício da função (ROSAS, 1998, p.485).

---

<sup>1</sup> Tentativa de golpe de Estado ocorrida em Portugal, em abril de 1961.

<sup>2</sup> Um atentado mal executado por parte dos comunistas.

O chamado Estado Novo sobreviveu mesmo após a morte do seu mentor, em 1968, pois continuou sob a vigência do seu sucessor, Marcello Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”. As ideias políticas de Caetano não eram muito distintas do seu antecessor Salazar. No entanto, Marcelo Caetano faz algumas divisões acerca das liberdades que o país tanto esperava serem restauradas, focando nas liberdades “majoritárias”, uma vez que acreditava que eram as prioridades. Dessa forma, seu objetivo era proteger a liberdade da classe dominante.

O comando de Caetano conteve alguns poderes policiais, a PIDE passou a chamar-se DGS (Direção-Geral de Segurança):

No último período da vida da polícia política, correspondente ao período em que Marcelo Caetano foi presidente do conselho, a PIDE foi substituída, em 1969, pela Direcção-Geral de Segurança (DGS), depois reorganizada, em 1972. Continuou, porém, com os mesmos poderes da sua antecessora. No entanto, o prazo da prisão preventiva passou a ser mais curto, ficando esta polícia com três meses para instruir os processos (ADEMAR; ARANHA, 2014, p.23)

Apesar das investidas de Marcelo em um governo reformista, ele acabou perdendo o apoio dos liberais após uma fraude nas eleições de 1969<sup>3</sup> na Assembleia Nacional, e pode-se verificar que a Assembleia ainda estava dominada pelos eleitos na lista do regime. Não obstante, a “Primavera Marcelista”<sup>4</sup> foi derrubada pela Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974. As agitações foram iniciadas quando algumas tropas começaram a se posicionar perto do palácio do governo, objetivando tomá-lo de forma muito rápida. “Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de 24 horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência”. (ARCARY, 2014, p. 235). A polícia política PIDE/DGS foi logo um objeto de reivindicação e criminalização.

O *Diário de Notícias* foi um dos jornais industriais pioneiros em Portugal, a imprensa passou a ser vista como um negócio análogo aos demais. Sendo assim, o jornal tinha como um dos seus objetivos ser factual e era um jornal voltado para os negócios e não para a política. No entanto, com o advento do Estado-Novo os jornais, assim como outros meios midiáticos, passaram pela censura prévia. A liberdade

---

<sup>3</sup> Pelo fato de não ter sido eleito nenhum deputado da oposição, acreditou-se que as eleições teriam sido fraudadas.

<sup>4</sup> O governo de Marcelo Caetano foi marcado por muitas mudanças e reformas, por isso, ficou conhecido como Primavera Marcelista.

irrestrita desaparece completamente nas épocas de ditaduras. Nesses momentos, até mesmo a "boa" imprensa sofre pressões (CAPELATO, 1988, p.30).

Diante disso, o recorte temporal dessa pesquisa (1968-1975), está voltado para os momentos finais dessa repressão, que se intensificou a censura aos jornais e também redobrou as atividades da Polícia Política. Posto isso, utilizaremos o periódico como fonte histórica para uma análise mais aprofundada da ditadura Estado-Novista. Nesse contexto, veremos que a imprensa tem um papel importante na sustentação dessa ideologia.

Portanto, o *Diário de Notícias* está inserido nesse contexto, com uma importante função no Estado Novo uma vez que era um jornal de grande movimentação no país, que passa a ser um instrumento do Estado. Partindo dessa conjectura, a análise das publicações e editoriais irá nos ajudar a visualizar como funcionavam as engrenagens da ditadura salazarista. Sendo assim, algumas publicações que estão nesse relatório irão nos ajudar a pensar como funcionava a sociedade naquela época.

Partindo desse contexto histórico, compreende-se que os estudos acerca do Estado Novo e, especialmente da ação da PIDE/DGS, são essenciais para entender o que foi a Ditadura Estado Novista, período de repressão e autoritarismo.

### **Estrutura da PIDE/DGS**

A polícia política de Salazar e Caetano não investigava para prender, mas sim prendia para investigar. Os interrogatórios eram sob torturas, como o isolamento em cela, a do sono, estátua e a dos espancamentos. Vale ressaltar que antes da PIDE existia a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) criada em 29 de agosto de 1933:

A partir de junho de 1934, foram ainda atribuídas a PVDE competências prisionais, sendo criada, no seu seio, uma secção de presos políticos e sociais, bem como de controle da atividade dos engajadores de emigrantes clandestinos e da circulação de passaportes falsos (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.12)

O campo do Tarrafal era para onde a PVDE mandava alguns de seus presos políticos, uma espécie de campo de concentração:

O objetivo principal desse tipo de campo era eliminar (no sentido etimológico do termo *eliminare*, que significa em latim 'fazer sair') ou neutralizar, fazendo desaparecer (*exterminare*), do corpo social qualquer pessoa considerada politicamente, 'racionalmente' ou socialmente suspeita. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p. 13).

Após a Segunda Guerra Mundial, Salazar fizera algumas modificações em seu regime, uma delas foi a substituição da PVDE pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que centralizou todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado. Uns dos principais alvos da polícia política eram os comunistas. A partir dos anos 1960, a situação se agravou, houve muitos jovens do Partido Comunista Português (PCP) presos, entre eles, operários, estudantes e intelectuais. Ao abordar as torturas que a PIDE exercia, os autores relatam que até nas torturas existia a luta de classes, uma vez que “a luta de classes tão detestada por Salazar nunca deixou de estar presente no seio da PIDE, que tratava diferentemente operários, camponeses, intelectuais, burgueses, homens e mulheres” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.19).

Através de uma entrevista com um dos torturados, foi possível saber que a PIDE/DGS mantinha relações com a CIA por meio de manuais de tortura que a CIA fornecia para a PIDE/DGS:

Foi sobretudo utilizada à tortura ‘científica’ da privação, em parte aprendida, a partir de 1957 com a CIA: a privação de movimento, ou estátua, a privação dormir ou tortura do sono, e a privação de contatos com o exterior, ou isolamento (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.18)

Já no governo de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, a PIDE passou a chamar-se de Direção-Geral de Segurança (DGS). Em 1972, a DGS passa por uma reorganização, mas continua com os mesmos poderes de sua antecessora PIDE. Na época do marcelismo, aumentaram-se as atividades opositoras ao regime, mas também aumentaram a repressão e a violência da PIDE/DGS:

Terrível foi o caso de José Pedro Soares, preso em 1 de junho de 1971. A então DGS resolveu levar quase ao limite quer o tempo quer o grau de violência da tortura neste preso, o que motivou, aliás, que o seu caso fosse levado à Assembleia Nacional, por deputados da Ala Liberal que pediram um inquérito às condições prisionais e à actuação da PIDE/DGS. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.24)

Sobre os torturadores da PIDE/DGS, serão classificados como pessoas “normais”, porém com um prévio afastamento de seu grupo familiar, escolar etc., como destacado por “um dos elementos da PIDE confessou que, quando entrava ao serviço nessa polícia, mudava totalmente, esquecendo crenças, valores e amizades” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.25). Foi somente em 1974, com a Revolução dos Cravos, que se abriu o processo de redemocratização, e a PIDE foi então criminalizada.

## **Um ensaio sobre o Diário de Notícias**

Os pontos teóricos trabalhados no projeto evidenciam fundamentos a respeito do Estado e suas repartições. Portanto, a partir das leituras bibliográficas referentes ao período de 1968 a 1975, pode se perceber o grau de censura desenvolvido pela PIDE/DGS sob as páginas do jornal *Diário de Notícias*. Tal processo, segundo a perspectiva gramsciana, é referente ao que o teórico italiano chama de “aparelho privado de hegemonia” em prol de estabelecer pela sociedade civil um consenso que seja favorável à classe dominante da época. Gramsci desenvolveu a teoria do Estado ampliado, ideia fundamental para explicar que o Estado não compreende somente o aparelho jurídico de comando e repressão, caracterizado como “sociedade política”, mas também a “sociedade civil” que seria um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos etc. A sociedade civil e a sociedade política vão se configurar em um equilíbrio para a melhor compreensão do Estado ampliado. Desse modo, segundo Carlos Nelson Coutinho, a sociedade política será o Estado em seu sentido limitado ou Estado-coerção:

A Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p.76).

Gramsci distingue essas esferas em dois momentos. O primeiro vai ser na função em que exercem na vida social e em suas relações de poder. No entanto, antes de mencionar a segunda distinção, é importante ressaltar que ambas se assemelham no modo em que buscam aliados, através da sua hegemonia, ou seja, buscam aliados mediante à direção política e ao consenso. Na segunda diferenciação, Gramsci destaca que a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado controlados pela burocracia e o poder policial- militar. Já a sociedade civil se utiliza dos “aparelhos privados de hegemonia”:

A sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo. (COUTINHO, 1989, p.78)



Em Gramsci, o conceito de hegemonia refere-se aos meios e processos através dos quais a classe social dominante integra a sua concepção de mundo às “massas instrumentais”. Portanto, hegemonia significa, deste modo, organização do consenso. Ou seja, uma classe ou fração de classe no poder torna-se efetivamente hegemônica a partir do momento em que consegue obter, tanto por parte das classes aliadas, quanto por parte das classes menores, uma identidade destas com a sua concepção ideológica de dominação; quando sua visão de mundo particular se universaliza, sendo compartilhada como próprias pelas demais classes. Tal conexão, por sua vez, no quadro de um essencial exercício hegemônico, não se dá sobre uma base ideológica abstrata, no sentido de uma pura e simples aceitação com os conteúdos do discurso dominante, mas implica na existência de benefícios concretos no campo da existência material das classes dirigidas, na satisfação de algumas das suas aspirações de ordem econômica, política e culturais mais imediatas, ou seja, numa coerência orgânica de tais classes.

O Estado surge, dessa forma, como instância garantidora da manutenção de uma hegemonia, na medida em que lhe cabe criar as condições necessárias de materialização dos conteúdos e práticas constituintes do projeto político-ideológico de expansão da classe hegemônica. Em termos gramscianos: a função do Estado é de “educar o consenso” das classes dominadas; fazer com que tais classes compartilhem a visão de mundo da classe que exerce a hegemonia.

O *Diário de Notícias* nasceu em 29 de dezembro de 1864. Seu fundador, Eduardo Coelho, exerceu um papel essencial na evolução industrial da imprensa pois desenvolveu alguns mecanismos para administrar o jornal. Pressupunha que se a tiragem aumentasse, as despesas conservavam-se aproximadamente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado. Logo, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam ser mais caros, de modo que para embolsar maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma ampla camada de leitores.

O *Diário de Notícias* também procurou inovar em seu conteúdo:

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e «com a possível verdade»; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir (...) (SOUSA, 2011, p. 66).

No entanto, apesar dos fundadores do *Diário de Notícias* terem feito um empenho para afastá-lo de conceitos políticos, é com uma imagem colada ao regime que o jornal vai atravessar o extenso período do Estado Novo (1926-1974), estando nele publicada uma série de ilustres entrevistas feitas por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal, que tinha passado a ser conduzida por Augusto de Castro, uma destacável figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com algumas interrupções, até 1971:

Pode vossa excelência contar com a minha dedicação e a vontade decidida de corresponder à distinção de que fui objecto. Procurarei dar o meu melhor, servir o meu país, o mesmo é dizer colaborar incondicionalmente com vossa excelência na tarefa nacional que pesa sobre os seus ombros (GOMES, 2014, p.40)

Nesse contexto, de 1971 e até 1974, o *DN* teria como diretor Fernando Frago, em um período de mudança no jornalismo português, em grande medida em virtude da disparidade de ideologias políticas que ganharam peso neste momento, com os fatos relacionados com o maio de 1968 e as revoltas estudantis. Logo, apesar do controle das médias não ter diminuído no percurso da repartição de Marcelo Caetano (que sucede a Salazar em 1968), do qual a continuação da censura (que passa a chamar-se exame prévio) é uma das aparências mais evidentes, a verdade é que, neste período, as redações dos jornais vão sofrer algumas alterações, como o aumento do número de jornalistas e da presença de mulheres nas redações. (GOMES, 2012, p.370).

Novamente, o *DN*, já pioneiro de vendas entre os periódicos nacionais, afasta-se do modelo predominante, no alcance em que as suas “pesadas estruturas empresariais e históricas dependências editoriais relativamente ao poder político” o “resguardaram das transformações em curso”, contribuindo para “manter quase intocáveis antigas culturas redatoriais formalizadas e hierarquizadas, praticamente vedadas em relação a novas admissões” (Baptista, 2012, p. 222)

Ainda sobre a censura durante o Estado Novo, Mário Mesquita vai escrever que “a censura desvalorizava, duplamente, a profissão de jornalista (...), pelo que a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável. Sob Salazar e Caetano – escreve Mário Mesquita – alguns jornais e jornalistas resistiram, na medida das suas possibilidades e do espaço de livre expressão que lhes era concedido. Mas também houve quem se corrompesse. A maioria ficou pelo meio termo – se é que o meio termo

existia ou existe. Isto é: acomodou-se, procurando não se aviltar” (MESQUITA, 1988, p. 94, apud FIGUEIRA, 2007, p.40)

É em meio a essas conturbações descritas que o *Diário de Notícias* perpassa pela época da Ditadura Salazarista e o Marcelismo, com publicações “razoáveis” por conta da censura do regime. No entanto, a partir de 1974, o jornal sobre a direção de Fernando Fragoso, que vai enfrentar duras transformações dentro do jornal e uma forte reação contra a sua permanência no periódico. O jornal irá passar por várias modificações por conta do processo revolucionário em curso, e por conta de opiniões divergentes dentro do jornal, que era fortemente ligado com o regime ditatorial, essas diferenças ideológicas irão gerar um clima de tensão no *DN*.

#### **Análise dos editoriais do Diário de Notícias no ano de 1974**

Como já havia mencionado aqui antes, o *Diário de Notícias* durante o Estado-Novo sofreu com a censura prévia do regime. Diante desse cenário de repressão, o periódico sofre algumas modificações em suas reportagens. O anúncio da morte de Salazar em 27 de julho de 1970, ganha uma edição especial de destaque, é importante ressaltar que Salazar foi considerado pelo Diário como um dos portugueses mais ilustres que Portugal pode conhecer. Ainda nessa conjuntura em 17 de março de 1974, seus editoriais, demonstram como estava a estrutura do jornal, ou seja, um jornal extremamente político, que abordava os temas políticos do mundo todo.

Logo após o golpe de 25 de abril de 1974, se inicia em Portugal um longo processo de descolonização das colônias portuguesas em África. Dessa maneira, iniciaram-se vários movimentos a favor da independência das colônias portuguesas africanas. Diante disso, o *Diário de Notícias*, já sem a censura estabelecida pela polícia política, vai ser um dos principais jornais que irá acompanhar todos os conflitos que mobilizaram o andamento dessa descolonização. A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época (CAPELATO, 1998, p.54)

Durante o extenso período do Estado-Novo em Portugal, a polícia política portuguesa desempenhou um conjunto de ações e subversões para manter o Império, movimentações que se estenderam as colônias africanas. Após o 25 de abril, as reportagens expõem exatamente os gastos que a PIDE/DGS teve durante o período da ditadura estabelecida por Salazar. A partir de 1961 a polícia política irá intensificar suas

atividades nos territórios africanos, e as colónias portuguesas se tornam praticamente um campo de batalha que só terá fim com a Revolução dos Cravos em 1974.

Sendo assim, em uma publicação de 26 de junho de 1974, irá retratado nessa notícia as reclamações que foram feitas no Plenário de Medicina, que consistem na exigência de uma resolução para a situação dos problemas nas colónias e também para que o Movimento das Forças Armadas e o Governo provisório reconhecessem os direitos da população e a independência dos povos de Guiné Bissau, Angola e Moçambique, na afirmação que um povo que oprime outros povos não pode, ele próprio ser livre.

Uma notícia, também datada do dia 26 de junho de 1974, retrata um artigo de um jornal francês que foi destaque no DN. O título desse artigo seria explicado por conta da descoberta da importância econômica de uma região em Angola chamada Cabinda, despertando o interesse dos partidos políticos democratas, constituídos por oficiais portugueses. Nesse contexto, esses partidos queriam a separação da região de Cabinda de Angola e também a libertação de Portugal. Diante disso, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) irá intensificar suas atividades militares naquela região para garantir que o poder do povo de Angola prevalecesse.

Em Angola o poder estava dividido entre três frentes de descolonização, eram elas, a Frente Nacional de libertação de Angola (FNLA), União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) e o MPLA. Por isso o *Diário de Notícias* vai destacar as atividades de cada movimento de libertação, as disputas políticas entre os três diferentes movimentos para a libertação colonial de Angola acabaram ocasionando uma guerra civil no país.

### **Considerações Finais**

De acordo com as análises feitas nesse artigo, pode-se constatar que o *Diário de Notícias* era uma ferramenta do Estado Novo. Suas características ideológicas e assim como seus editoriais, sustentavam o regime vigente, visto que o jornal estava sob as mãos de um grupo econômico ligado ao regime de Marcelo Caetano. Sendo assim, de acordo com a perspectiva gramsciana, o *Diário de Notícias* era um aparelho privado de hegemonia que garantia o consenso com o objetivo de sustentar esse regime ditatorial.

A eclosão da guerra colonial em 1961 faz com que se aumente a ação da Polícia Política nas colónias. Em 1974, o Movimento das Forças Armadas, apoiado pelo povo, põe fim aos 48 anos de ditadura e à guerra colonial. Após a queda desse regime, vimos

que se inicia em Portugal o período de criminalização da PIDE/DGS e o processo de redemocratização, então os olhares são voltados para as colónias em África e entra em cena o papel dos movimentos de Libertação. E isso vai ganhar um destaque maior nas páginas do periódico a partir de 1974. É também a partir do 25 de abril, que os jornais ganham novamente a sua autonomia que lhe foi retirada com a censura, viveu-se então, um momento político de grande agitação no setor dos media.

De acordo com a revisão bibliográfica e os editoriais analisados no relatório, podemos nos aprofundar no que foi a ação da PIDE/DGS, e também como ficou a sociedade portuguesa realidade das coisas, portanto, ele se utilizava da PIDE/DGS para manter um controle sob a sociedade e também dos Meios de Comunicação Social nacionais e internacionais. Desse modo, o estado se utilizava de todos os mecanismos para estabelecer uma censura prévia, anulando e cortando tudo o que fosse contra a imagem do regime, não apenas isso, mas também para promover uma aparência positiva da realidade apresentando-a como verdadeira.

## **Referências**

ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos. **No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE**. Lisboa Editora Parsifal, Lda, 2014.

ARCARY, Valerio. **O outro 25 de abril e as diretas já**. In. Outros tempos, vol. 11, n17, 2014 p.230-245.

BAPTISTA, C. **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses. Do Século IX ao Marcelino**. Lisboa: Editora Escritório, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. P.78.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

FIGUEREDO, João. **Os Jornais como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975**. Coimbra: Editora MinervaCoimbra, Edição 2007.

GOMES, Pedro Marques. **Os saneamentos Políticos no Diário de Notícias**. Lisboa: Editora Alêtheia Editores, 2014.

KOVÁČ, Michael. **Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano**. Artigo publicado nos anais do 5º ano do curso da Língua e Literatura Portuguesa, 1981.

PIMENTEL, Irene Fluenser. A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, Justiça e memória. In: **Acervo**, v. 24, n° 1, p. 139- 156. Rio de Janeiro, 2011.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal. v.7. O Estado Novo (1926-1974)**. Editorial Estampa 1998.

SOARES, Fundação Mário. **Casa Comum**, Diário de Notícias Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=diário+de+notícias>>. Acesso em: 20 de Jul. de 2018.

SOUSA, J. P. Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do Diário de Notícias. In: CABRERA, A. (Org.). **Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, p. 53-83, 2011.

# A HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO DO PORTO: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A VISÃO BRASILEIRA DESTE EVENTO.

*Lucas Gomes Carvalho Pinto\**

**Resumo:** Em 1820 eclodiu em Portugal um movimento conhecido como Revolução do Porto. Notadamente contraditório, tal movimento fora caracterizado pela historiografia tanto brasileira quanto portuguesa como liberal para Portugal e absolutista para o Brasil. Em Portugal, este evento constituiu-se em uma verdadeira área de estudos, tanto para a história econômica quanto para a do pensamento político. Em relação a esse último, vários historiadores consideram como o momento inicial do liberalismo em Portugal. Já no Brasil, as mudanças iniciadas por este evento, de um modo geral, não receberam uma abordagem específica. Neste sentido, pretende-se no limite deste trabalho elaborar uma pequena revisão do que os principais autores da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX escreviam sobre a Revolução do Porto procurando apontar suas principais linhas interpretativas.

**Palavras-chave:** Revolução do Porto; historiografia, independência

## INTRODUÇÃO

Em 1820 eclodiu em Portugal um movimento conhecido como Revolução do Porto ou movimento liberal do Porto. Notadamente contraditório, tal movimento fora caracterizado pela historiografia tanto brasileira quanto portuguesa como liberal para Portugal e absolutista para o Brasil. Sua faceta de cunho liberal em ações voltadas para o lado lusitano é explicada pelos historiadores dos dois países devido a ela, influenciada pela constituição espanhola de Cádiz de 1812<sup>5</sup>, ter criado as Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa e forçado o monarca D. João VI a jurar as Bases da Constituição Portuguesa, limitando assim seus poderes e encerrando o absolutismo em terras lusas. Já seu aspecto absolutista para com o Brasil foi interpretado dessa

---

\* Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em 2015 e aluno do mestrado em História da mesma instituição. Bolsista do Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado dos Programas de Pós-graduação da UEMA. E-mail: soulucasgomes@yahoo.com.br

<sup>5</sup> A revolução liberal portuguesa se iniciou em estreita sintonia com os acontecimentos da Espanha incorporando definições, negativas e projeções já amadurecidas durante as seções parlamentares espanholas ocorridas desde 1810. O movimento português avançou propostas originais, sempre elaboradas diante da experiência anterior e paralela, verificada cotidianamente nos domínios vizinhos e, no que se refere a América, diante da crescente desagregação do Império espanhol. Em 1820, com a recusa de D. João VI em voltar para Lisboa, a revolução espanhola do mesmo ano que retoma a Constituição de Cádiz elaborada entre 1810 a 1814 e forçou o monarca espanhol a jura-la, aparecia como alternativa liberal aos desígnios do rei português. As novas instruções publicadas pelos vintistas após o seu levante seguiram rigorosamente o método previsto pela Constituição espanhola de 1812 com todos os artigos adaptados à realidade portuguesa a exceção daqueles que se referiam à definição nacional (BERBEL, 2008, p. 225-231).

maneira, segundo essa mesma historiografia, devido as ações despóticas das Cortes que iniciaram o processo de “recolonização<sup>6</sup>” do Brasil culminando com a proclamação da independência em 1822.

Como se pode observar, a contradição parece ser a tônica na explicação desse evento histórico. Tal aspecto pode ser remontado a historiografia dos dois países diretamente envolvidos por este evento pois desde o século XIX, com a separação de suas histórias, logo após a dissociação dos reinos da monarquia portuguesa, a Revolução do Porto adquiriu o significado de divisor de águas na explicação da nacionalidade de ambos países (BERBEL, 1999, p. 21).

Dessa forma, em Portugal, a Revolução do Porto constitui-se em uma verdadeira área de estudos, tanto para a história econômica quanto para a do pensamento político<sup>7</sup>. Em relação a esse último, vários historiadores consideram como o momento inicial do liberalismo em Portugal. Já no Brasil, as mudanças iniciadas por esse evento, de um modo geral, não receberam uma abordagem específica, constituindo-se em um capítulo da história da Independência (BERBEL, 1999, p. 20 e 21).

Neste sentido, pretende-se no limite do presente artigo, elaborar uma pequena revisão do que os principais autores da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX escreviam sobre este evento procurando apontar as principais linhas interpretativas sobre esse tema. É de se ressaltar que esses autores escreviam sobre a Independência inserindo como já citado por Berbel, a Revolução do Porto e seus desdobramentos como parte da explicação para o processo de emancipação do então reino do Brasil da parte europeia do Império lusitano. Dessa forma, nunca é possível analisar esse evento sem levantar algumas considerações sobre a explicação da Independência bem como a vinculação desta na explicação de outros temas bastante explorados pela historiografia política brasileira como Nação e Estado.

Apesar de concordar com João Paulo Pimenta, sobre o fato de a Independência ser responsável pela criação de uma historiografia brasileira diferente da portuguesa e

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que o vocábulo *recolonização* é “um neologismo cunhado durante o movimento de Independência para denunciar o caráter das disposições legais impostas ao Brasil pelas Cortes” (ROCHA, 2001 *apud* BERBEL, 2005, p. 792). “A utilização das expressões referentes à recolonização tinham, naquele momento, o objetivo de afirmar o governo de D. Pedro e só foram utilizadas quando sua oposição ao de Lisboa tornou-se irremediável, serviu para caracterizar a política implementada pelos liberais portugueses (presentes também na América) e, nesses termos, estava vinculada ao propósito de manutenção das bases tradicionais da unidade do Império” (BERBEL, 2005, p. 793).

<sup>7</sup> Entre esses estudos nós podemos citar obras como *História da Revolução Portuguesa de 1820* de José D’Arriaga (1888), *História de Portugal* de Oliveira Martins (1989), *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial* de Valentim Alexandre (1993) e *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-23 e 1826-28)* de Zília Osório Castro (2002) (BERBEL, 1999, p. 25 e 2005, p. 791).



que, portanto, é inadequado ter diferentes visões sobre esse tema já que independência e liberalismo podem ser vistos como parte de um todo (2008, p. 72), me aterei, por enquanto, nos limites deste trabalho, aos autores brasileiros que lançaram as principais balizas interpretativas sobre esse tema.

## **VARNHAGEN E OLIVEIRA LIMA: CONTINUIDADES E HERANÇA IBÉRICA.**

Desde os primeiros momentos da ruptura entre Brasil e Portugal, um conjunto de linguagens, ideias e projetos construíram a imagem de uma independência necessária, positiva e profícua, que além de representar um caminho “natural” de amadurecimento das relações entre colônia e metrópole, evitou as convulsões e destruições que caracterizaram os outros movimentos de independência, notadamente da América espanhola<sup>8</sup> (PIMENTA, 2008, p. 73).

Por conta disso duas ideias tornaram-se presentes nas primeiras interpretações desse tema no Brasil ainda no decorrer do século XIX: a da revolução conservadora e a do Brasil nacional como um herdeiro português da civilização europeia (PIMENTA, 2008, p. 73). Nesse contexto de construção da nação brasileira, de escrita laudatória ao ramo americano da casa de Bragança e de explicação da independência como algo deveras “natural” e “inevitável”, a Revolução do Porto fora vista principalmente a partir de seu viés recolonizador, sustentando a interpretação de que a emancipação brasileira ocorrera e/ou fora precipitada pelas atitudes despóticas das Cortes de Lisboa.

Entre os principais autores que encabeçaram esse viés interpretativo podemos citar Francisco Adolfo de Varnhagen e Manuel Oliveira Lima<sup>9</sup>. A primeira versão do que se pode chamar de *léxico da continuidade* nasceu com as primeiras narrativas dos sucessos que levaram a separação do Brasil de Portugal, sendo parte significativa delas patrocinadas pela própria Coroa. Sua maior expressão no século XIX se expressou através de uma ausência, uma vez que a obra considerada fundadora da historiografia nacional, a *História Geral do Brasil* (1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen encerra-

---

<sup>8</sup> Após o século XIX, à “inevitabilidade” e “naturalidade” na forma com a qual se deu a Independência somou-se uma variada gama de combinações e apropriações na explicação da nossa emancipação política, a saber: revolução ou não, continuidade ou ruptura, desenvolvimento ou dependência, conservadorismo ou liberalismo, etc. (RIBEIRO, 1997, p. 23).

<sup>9</sup> Chama-se atenção para o fato de que ambos autores são anteriores a década de 1930, data que Emília Viotti da Costa estabelece como uma espécie de marco nas explicações sobre a Independência da América Portuguesa que entre outros aspectos era caracterizada por ter como pressuposto básico as ações de homens como José Bonifácio, José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e D. Pedro, julgados predestinados a conduzirem o Brasil à separação (RIBEIRO, 1997, p. 15).

se justamente antes da independência. Este tema só veio a ser tratado por esse autor em obra publicada postumamente, a *História da Independência* em 1916<sup>10</sup> o que pode ser considerado como um sintoma do fraco apoio que a Coroa pôs nas temáticas vinculadas ao momento da ruptura (COSTA, 2005, p. 56 e 57).

Na *História Geral do Brasil*, Varnhagen tratou dos três séculos de colonização portuguesa como processo de constituição de uma nacionalidade, o que significava tomar uma posição nos debates que envolviam as elites brasileiras aglutinadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (COSTA, 2005, p. 57). Assim, ele atribuiu a continuidade uma conotação positiva no qual o Brasil independente significava a vitória da civilização europeia sobre a barbárie autóctone, interpretação essa que pode ser tributária dentre outras fontes da obra de Robert Southey, *História do Brasil*, publicada originalmente em 1816. Alguns fatores, no entanto, apressaram esse devir natural, a saber: a vinda da família real e sua posterior retirada, os arbítrios injustos e despóticos das Cortes de Lisboa e o apoio dado ao herdeiro da coroa (COSTA, 2005, p. 58).

Nesse sentido a Revolução do Porto, para Varnhagen, não passava de um capítulo antecedente e explicativo da Independência. Dessa forma, ao iniciar a obra *História da Independência*, remonta à situação da ex-metrópole portuguesa no ano de 1820 ressaltando a situação humilhante e vexatória que o reino lusitano se encontrara após o fim das invasões francesas, quando, mesmo em paz, encontrava-se acéfalo, sem a presença do monarca (VARNHAGEN, 2011, p. 270 e 271).

Tendo encontrado na situação de Portugal na época em que a América Portuguesa fora sede do Império ultramarino português a explicação para o levante do Porto, Varnhagen começa um longo relato recheado de trechos de cartas de diplomatas da corte joanina, por meio do qual tentava explicar o retorno de D. João VI, ressaltando a sua vontade de permanecer em terras americanas. A partir daí passa a caracterizar as medidas autoritárias das Cortes e a situação humilhante à qual “eles” queriam submeter o Brasil destacando a tentativa de retorno de diversas instituições e do comércio a situação pré-1808.

A Casa da Suplicação do Rio de Janeiro ficaria reduzida a simples Relação provincial, estabelecendo-se nela uma mesa, por onde se despachariam os assuntos que corriam pelas do Desembargo do Paço e Consciência; ficando, portanto, dependentes da metrópole quaisquer

---

<sup>10</sup> Gladys Sabina Ribeiro aponta outra data para a publicação dessa obra, em 1917, a saber no tomo LXXIX do volume 33 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1997, p. 15).

mercês que se houvessem de fazer [...] Em meados do mês de março era apresentado um projeto de relações comerciais com o Brasil, que veio assustar os deputados do Brasil e daí a dois meses excitou os clamores do Brasil todo. [...] O comércio entre os dois reinos seria considerado como de entre províncias do mesmo continente, e só feito por navios nacionais; estabelecia-se troca dos produtos com exclusão dos similares dos demais países, com grande desvantagem do Brasil, pela menor soma que exportaria; favoreciam-se nos direitos de exportação de Lisboa os gêneros do Brasil, que aí entrassem em depósito, para converter de novo Lisboa no empório do comércio do Brasil. Desta sorte, sob aparências de reciprocidade, volveria o comércio do Brasil quase ao mesmo estado em que estava em 1808 (VARNHAGEN, 2011, p. 349).

Contudo, é bom lembrarmos que após um longo relato sobre o retorno do rei a Portugal, Varnhagen nos fala das alternativas do Brasil diante de seu novo momento histórico, ressaltando que a separação já estava feita desde a vinda da Corte, o que mais uma vez indica como a Revolução do Porto fora interpretado por esse autor como um fator que precipitou a Independência:

Esta revolução triunfante marcava uma nova era para o Brasil: se não adere a ela, fica separado em Estado independente; se adere e consegue proclamar também as novas instituições, era mais que seguro que não se havia de dar ao trabalho de se libertar do jugo do antigo sistema de governo, para voltar ao jugo maior e mais humilhante do estado colonial, de que aliás já se libertara com a vinda da Corte (VARNHAGEN, 2011, p. 279).

Outro grande autor de renome a tratar da Independência e do movimento constitucional do Porto fora Manuel de Oliveira Lima, a quem devemos o mais erudito tratamento dado ao tema desde Varnhagen. Tendo publicado sua obra *O movimento de Independência, 1821/1822* durante a comemoração do primeiro centenário da emancipação política brasileira, Oliveira Lima, influenciado por sua carreira diplomática e por seu monarquismo pessoal, afirmou que a presença da corte joanina instaurou um verdadeiro Estado Soberano em terras americanas e, foi edificado sobre essas bases, mas sem destruí-las, a Independência se realizou como um “desquite amigável”, ou seja, uma transformação política com conservação da ordem (COSTA, 2005, p. 68 e 69).

Dessa forma, para Oliveira Lima, a Revolução do Porto também foi inserida como um antecedente da independência e assim como para Varnhagen significou apenas o estopim de um processo já iniciado, e cujas as causas e motivações

remontavam mais ao estado econômico em que se encontrava Portugal do que a possível nova reorganização de cunho liberal do Império Português. Para ele:

A revolução portuguesa de 1820 foi pois a causa apenas próxima de uma separação que contava muitas causas remotas e obedecera ela própria a diversas razões das quais nenhuma contrariava, antes todas militavam a favor da solução radical, sem ser quase violenta, que o problema político da união veio a receber. Foram sobretudo quatro os motivos determinantes do movimento liberal que implantou o constitucionalismo em Portugal. Em primeiro lugar a miséria do velho reino, refletida não somente no atraso do pagamento de ordenados e soldos - miséria financeira - como no fechamento das fábricas e no abandono da agricultura - miséria econômica -; depois a dupla humilhação da tutela britânica e da primazia brasileira; por fim o contágio espanhol (LIMA, 1989, p. 19 e 20).

Outro ponto no qual Oliveira Lima apresentava uma ideia convergente com a de Varnhagen é a respeito da vontade do rei D. João VI permanecer na porção americana de seu reino.

Ao passo entretanto que Portugal andava assim humilhado na sua mais briosas instituições, dava o rei mostras inequívocas de não querer mais regressar do Brasil, transformando quiçá de direito, como de fato já o era, a antiga colônia em sede da monarquia. No *Campeão*, que se publicava em Londres, considerava-se assente que Dom João VI, nem queria voltar, nem repartir sua autoridade (LIMA, 1989, p. 20).

Contudo, para além disso é preciso lembrar que esse autor não se esquece de vincular a eclosão do movimento ao estado de tutela britânica que o reino português se encontrava:

A tutela britânica não era disfarçada, antes bem visível, pois que se achava representada pelo procônsul Beresford, o alcaide de Gomes Freire, desempenhando junto à regência o papel que, já antes do franco protetorado de hoje, cabia no Egito a lord Cromer ou a lord Kitchener. Ainda depois da revolução o governo britânico dava como uma das razões para não querer intervir nos negócios de Portugal, o que era um meio de deles afastar a Santa Aliança, o azedume que ficara no exército nacional, produzido pela subalternação dos seus oficiais aos oficiais estrangeiros, quais eram os ingleses, durante e após a campanha peninsular contra Napoleão (LIMA, 1989, p. 20).

A partir disso, ele segue o mesmo caminho trilhado por seu antecessor em destacar as medidas despóticas das Cortes de Lisboa. Apesar de se alinhar a Varnhagen no aspecto da continuidade, é de se ressaltar que Oliveira Lima se distanciava deste por não fazer um elogio generalizado da colonização ibérica, já que ressaltava a peculiaridade da civilização forjada na América Lusa, caracterizada por uma tendência democrática social e racialmente, prefigurando-se nele argumentação que seria

posteriormente desenvolvida por seu conterrâneo Gilberto Freyre (COSTA, 2005, p. 69 e 70).

### **CAIO PRADO JR. E JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: REVOLUÇÃO CONSERVADORA E GUERRA NACIONAL.**

Pode-se remontar a década de 1930 a primeira grande renovação historiográfica no que se diz respeito aos estudos sobre a Independência no Brasil e que se mostraria verdadeiramente influente até a atualidade, tributária sobretudo da produção de intelectuais brasileiros (PIMENTA, 2008, p. 75). Não seria nenhum impropério, então, afirmar que o trabalho de maior renome feito sobre esse assunto nesta época fora o de Caio Prado Jr., notadamente em suas duas principais obras *Evolução Política do Brasil* de 1933 e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942.

A inovação representada pela interpretação de Caio Prado Jr. ocorreu, pois, influenciado por uma ótica marxista, que possibilitou o autor perceber a Independência como uma revolução que opôs “portugueses” e “brasileiros” desdobrando-se aproximadamente até 1850, quando só então esses últimos teriam se consolidado, ao mesmo tempo em que passou a categorizar a herança lusa como algo nefasto. Assim, para ele a Independência seria, então, no seu conjunto, uma “revolução conservadora” (PIMENTA, 2008, p. 75).

A autora Wilma Peres da Costa concorda com essa avaliação da obra de Caio Prado Jr. ao dizer que:

Foi assim a partir da centralidade atribuída à luta de classes que Caio Prado, em *Evolução Política do Brasil*, enfatizou a dimensão de *ruptura* presente no processo de Independência do Brasil. A Independência aparecia para ele como uma *Revolução*, que se desdobrava em um processo alongado, transcorrendo entre 1808-1831 e, em certas dimensões, até 1850 (COSTA, 2005, p. 78).

Para esta autora, a grande inovação de Caio Prado Jr. apresentada na obra *Evolução Política do Brasil*, foi dizer que a nação não estava pré-configurada na colônia, estabelecendo a ideia de oposição entre colônia e nação com uma nitidez jamais apresentada até então, evitando impor uma linearidade nesse processo e enfatizando a Independência como uma construção política (COSTA, 2005, p. 78 e 79).

Dessa forma, para ele o conflito não foi construtor de alternativas políticas de conteúdo democrático, uma vez que o legado institucional colonial e a permanência da

escravidão foram as verdadeiras forças aglutinadoras. Caio Prado Jr., portanto, concluiu que a Colônia não podia gerar a nação; tampouco a independência poderia ser considerada sua fundadora (COSTA, 2005, p. 80 e 81).

Desse modo, Caio Prado Jr. concorda com seus antecessores ao vincular as origens do movimento do Porto a situação econômica e política portuguesa em 1820 interpretando-a como uma resposta das elites portuguesas ao fim do monopólio comercial do Brasil, sendo que para ele uma classe econômica específica foi a mais abalada com o fim desse monopólio:

Também aqui repercutira desfavoravelmente em certos meios a política de D. João. Já nos referimos a classe que no Brasil prosperava à sombra do regime de colônia, regime a que direta ou indiretamente se ligavam seus interesses. Queremos falar dos comerciantes portugueses. Também eles se viram prejudicados pela supressão das inúmeras restrições que oneravam a economia brasileira. Com o declínio do regime colonial, sentiam-se decair dos passados privilégios e vantagens (PRADO JR., 1999, p. 48).

Este autor chama atenção para as diferentes classes sociais atingidas pela Revolução do Porto no Brasil quando ao falar da heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam percebe que as classes superiores vistas por ele como forças reacionárias desejavam o retorno do Brasil ao seu passado colonial. Já as camadas populares, vistas por ele como a classe oprimida, enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social (PRADO JR., 1999, p. 50).

Já em um momento completamente distinto ao de Caio Prado Jr., marcado pela ditadura militar e pela resistência a ela, José Honório Rodrigues elaborou uma nova interpretação da independência na obra *Independência: revolução e contra-revolução*, de 1975, apreendendo-a como uma revolução, verdadeira guerra de libertação nacional, popular e nacionalista, sem qualquer feição conservadora e comparável com ao que ocorrera na América Hispânica. Nesta versão, D. Pedro e a monarquia desempenharam um papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas, como o parlamento e as forças armadas (PIMENTA, 2008, p. 76).

É de se ressaltar que o momento no qual José Honório Rodrigues escrevera sua obra fora marcada pela grande visibilidade que o tema da Independência ganhara pela efeméride do seu Sesquicentenário (1972), comemorada com grande alarde pelo regime militar no plano dos discursos, das festividades públicas e das grandes expressões públicas. Isso parece ter influenciado a escrita de Rodrigues, ao apresentar uma

interpretação nacionalista e jacobina da Independência, que ressaltava suas descontinuidades, em que a emancipação política era fruto de um sentimento nacional preexistente, constituído nos séculos de domínio colonial caracterizados pela ação popular e não pelo protagonismo de D. Pedro (COSTA, 2005, p. 86).

Nesse sentido, para Rodrigues, a Revolução do Porto não foi uma revolução, pois não afetou senão aspectos superficiais da sociedade lusitana, não possuía caráter popular, sendo um movimento prioritariamente de cunho elitista, liderado por uma classe social específica, a burguesia portuguesa, voltado para a reversão do quadro comercial que Portugal se encontrava em relação ao Brasil (RODRIGUES, 1975, p. 69).

A ausência da participação popular na Revolução parece ser um argumento importante na explicação de Rodrigues, tendo em vista que ele a retoma para diferenciá-la de outros eventos importantes da história de Portugal, e para caracterizá-lo como apenas acessórios a Revolução do Porto. Em sua visão o papel da burguesia comercial portuguesa no movimento foi muito mais importante que a popular, para ele vista como ausente, e até mesmo do que a militar (RODRIGUES, 1975, p. 70).

É interessante notarmos que, para ele, todos os caminhos que a Revolução do Porto poderia seguir estão sumariados nos artigos de José Liberato Freire de Carvalho:

Excetuada a solução final do iberismo, da ligação à Espanha, que os revolucionários de 1820 não admitiam, todas as queixas e aspirações portuguesas estão sumariadas nestes artigos de José Liberato Freire de Carvalho: a espoliação das liberdades e fortuna de Portugal, a quebra dos laços sociais entre este e o Brasil, o direito de ter uma administração local própria, a necessidade da preferência pelos produtos portugueses, o emprego das rendas portuguesas em Portugal, a liberdade contra a dura servidão a que tem sido sujeito Portugal, a revolta contra a situação de colônia a que se vira reduzida a metrópole. Tudo isso, agravos e reivindicações constituíam o sumo da revolta de 1820, contida ainda nos caminhos mais políticos e econômicos que sociais, e sem pretensões de transformações radicais, respeitando as estruturas econômicas e social portuguesas (RODRIGUES, 1975, p. 72)

Tal opinião é contrastada pela visão de Valentin Alexandre (1993, p. 463) que afirma ser abusivo apresentar esses artigos do jornalista português como síntese do liberalismo vintista por altura do levantamento do Porto, tendo em vista que eles representam apenas um dos pontos culminantes do longo trabalho de teorização efetuado, tanto por Freire de Carvalho, quanto por outro publicista, Rocha Loureiro.

Tendo em vista que José Honório Rodrigues via a Independência como uma guerra revolucionária de conotação nacionalista, não nos parece estranho a forma com a

qual ele enquadra o movimento do Porto, como um movimento nitidamente de viés recolonizador caracterizado por ser burguês, liberal politicamente e colonialista economicamente. Para ele, o principal objetivo da burguesia comercial portuguesa era dominar o Brasil como mercado e dele fazer uma extensão do mercado nacional (RODRIGUES, 1975, p. 73).

Em sua visão, a Revolução do Porto era em sua essência um movimento anti-brasileiro, que em sua tentativa de subjugar a antiga colônia e agora reino do Brasil, terminou por provocar o nascimento do sentimento nacional no Brasil e ser o estopim da guerra de independência (RODRIGUES, 1975, p. 137 e 138).

### **MARIA ODILA DA SILVA DIAS: A INTERIORIZAÇÃO DA METRÓPOLE E O PROFISSIONALISMO ACADÊMICO**

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu uma profissionalização da pesquisa histórica no Brasil, e talvez a principal inovação dessa época para esse tema seja o consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de transformações políticas, passando a ser vista como indissociável do contexto geral português (PIMENTA, 2008, p 77).

Nessa época segundo Wilma Peres Costa (2005, p. 90-92), surgiram três grandes vias interpretativas sobre a independência no meio historiográfico acadêmico. A primeira, de Emília Viotti da Costa, que no texto *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil* na obra *Brasil em Perspectiva* organizado por Carlos Guilherme Mota de 1976, no qual ela busca compreender a opinião dos contemporâneos a partir das determinações que lhes conferem significado e para tanto, afirma que o pensamento ilustrado é o patrimônio comum da crise do Antigo Regime na Europa e na América sendo a independência vista como uma atualização dos interesses em torno da escravidão.

O autor a encabeçar a segunda via interpretativa é Fernando Novais, que na obra *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)* analisa a Independência como inserida no campo das rupturas sendo, portanto, uma revolução que conduziu o grande senhorio escravista ao poder e como uma das alternativas geradas pelo Antigo Sistema Colonial (COSTA, 2005, p. 92-93 e PIMENTA, 2008, p 78).



Entre os autores que incorporaram esse novo viés historiográfico, marcado pela profissionalização acadêmica, mas que ao mesmo tempo a criticavam está Maria Odila da Silva Dias, que constitui o terceiro viés interpretativo sobre o tema elencado por Costa e que em um capítulo da obra *1822: dimensões* organizado por Carlos Guilherme Mota, intitulado *A interiorização da metrópole* avaliava de uma forma diferente o enfoque dado as pressões externas e ao quadro mundial, pois, pensando muito mais em 1808 do que em 1822, afirmava que a sociedade brasileira do final do século XVIII não possuía outra alternativa senão se transformar em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social (PIMENTA, 2008, p. 79 e 80). Maria Odila da Silva Dias, portanto analisou a Independência como uma continuidade conservadora caracterizada pela lenta e persistente elaboração de um campo de interesses comum entre as elites lusas e americanas desde o século XVIII (COSTA, 2005, p. 96-97).

Nesta inovadora interpretação da Independência, Dias passa a enxergar a Revolução do Porto e as medidas das Cortes de Lisboa como a consumação formal da independência já realizada anteriormente com o processo de interiorização da metrópole. É de se ressaltar, porém, que ela também traz à tona como argumento explicativo da Revolução do Porto de 1820 a situação que Portugal se encontrava pós-invasão francesa (DIAS, 1986, p. 165 e 166).

A Revolução do Porto representou, na visão de Maria Odila, um cisma entre os interesses portugueses e brasileiros. Assim, este movimento encerrou a alternativa do Reino Unido, em que se abrigava a convergência de interesses entre as elites lusas e brasileiras (COSTA, 2005, p. 97).

## **CONCLUSÃO:**

Após Maria Odila, muitos outros autores escreveram obras, teses e estudos sobre a Independência e também sobre a Revolução do Porto, a se destacar: Florestan Fernandes na obra *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica* de 1974 que, seguindo premissas marxistas, via a independência como uma etapa necessária para a revolução burguesa em terras brasileiras; e José Murilo de Carvalho, que em sua tese *A construção da ordem: a elite política imperial* de 1980 mostrou que a independência ocorreu da forma que se deu devido ao tipo de elite política gerado pela

política colonial portuguesa que se caracterizava por uma “homogeneidade ideológica e de treinamento” adquirida na Universidade de Coimbra (PIMENTA, 2008, p. 80 a 82).

Também por essa época outros dois autores se inseriram nesse conjunto de obras sobre esse período, renovando a percepção sobre a construção do Estado Nacional, são eles Ilmar Rohloff de Matos, em sua tese *O tempo saquarema*, de 1985, que afirmava que os agentes políticos que o construíram surgiram dos conflitos de interesses presentes na província do Rio de Janeiro formando o que o autor denominou “grupo saquarema”; e Luís Felipe de Alencastro que na obra *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII* ligava aos interesses do tráfico negro do emergente Estado brasileiro em oposição ao controle metropolitano (COSTA, 2005, p. 104 e 105).

Na década de 1990, o debate econômico ganhou novo alento e passou a criticar a centralidade até então atribuída a crise do sistema colonial na explicação desses eventos, chamando atenção, portanto, para a acumulação de capital na colônia. Esta nova visão inspirou novos estudos que analisaram a economia não como uma rivalidade entre colônia e metrópole, mas sim em uma perspectiva de conjunto do Império português (COSTA, 2005, p. 106 e 107).

O historiador João Paulo Pimenta, então, separa três grandes tendências de explicação da independência ao longo desde o século XIX até os dias atuais: 01-a insistência e considera-la um movimento anti-português; 02-a insistência em uma continuidade processual pautada por interesses mercantis; e 03-a ênfase de que ela condicionaria a construção de uma ordem conservadora (2008, p. 81 e 82).

Dessa forma, em relação a Revolução do Porto, perante os autores analisados com maior atenção nesse artigo, podemos dizer que a historiografia brasileira prioriza os elementos políticos do debate nas cortes associados, de algum modo, a “questão da Independência”, não levando em consideração em nenhum momento, pelos menos entre os autores aqui citados, os outros significados que ela possuiu dentro do Império ultramarino português. Entre este, nós podemos apontar a reorganização deste Império a partir de um viés liberal que apesar de representar uma possível recolonização, esta só afetava mais diretamente as elites fluminenses tendo em vista que a priori as elites maranhenses e do Grão-Pará, que a época somavam praticamente metade da América Portuguesa, permaneceram vinculados a Portugal e as Cortes até os últimos momentos.

Corroborando com essa ideia, João Paulo Pimenta (2008, p. 81 e 82) afirma que as tendências sobre o estudo da independência, por ele apresentada, consolidam a

imperiosidade de articular a independência com o liberalismo português, bem como a repercussão da independência nos demais quadrantes regionais brasileiros para além do Rio de Janeiro cuja a investigação denota mais uma vez a importância do movimento liberal português para o tema.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamentos, 1993.

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Indias*, 2008, vol. LXVIII, num. 242, p. 225-254.

\_\_\_\_\_. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 791-808.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2005, p. 53-118.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1986.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento da Independência: 1821-1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de História Iberoamericana*. Semestral. Ano 2008. Vol. 1. Núm. 1, p. 70-105.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, SP: [s.n.], 1997.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 1º vol.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Independência do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *História Geral do Brasil*. Centro de documentação do pensamento brasileiro –CDPB, 2011.

## LAICIDADE OU CONFSSIONALISMO: UMA DISPUTA PELA MEMÓRIA E IDENTIDADE NO BRASIL

*Luís Flavio Santos Prazeres\**

**RESUMO:** Neste artigo, proponho uma reflexão sobre a questão da laicidade no Estado brasileiro, principalmente no campo educacional, após os últimos embates, na qual o STF aprovou o ensino religioso confessional nas escolas públicas de ensino fundamental. Como esta decisão entra em choque com os marcos legais estabelecidos no Brasil: a Constituição de 1988, a LDB Lei nº 9394/96 e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a decisão levou repensar o exercício da atividade docente da disciplina de História no ensino fundamental e seu papel social numa perspectiva laica.

### INTRODUÇÃO

A tentativa de debater a laicidade no campo educacional do Brasil levou a pensar nas disputas travadas por agentes do campo religioso para conquistar cada vez mais espaços no ambiente escolar. Esse embate não é recente, ocorre desde o período colonial e vem se perpetuando até os dias atuais como um “cabo de guerra” entre os defensores do regime laico, de um lado, e dos defensores do confessionalismo religioso, principalmente católico, do outro.

O mais recente reflexo desse conflito foi o julgamento realizado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, no dia 27 de setembro de 2017, da ação de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria-Geral da República, que defendia que as aulas de religião no ensino fundamental podem ser de caráter confessional, modificando assim a lei em vigor. Seis dos 11 ministros votaram a favor do ensino confessional e contra o pedido da Procuradoria. Esta decisão acirrou ainda mais as discussões sobre a laicidade do Estado e do ensino laico no Brasil.

Portanto, pensando na concretização de um Estado laico e em uma educação que proporcione um sentimento de pertença social, fundamentado nos princípios legais da Constituição de 1988, do Art. 33 da LDB 9.394/96, e sua nova redação Lei 9475/97<sup>2</sup> e da Base Nacional Curricular Comum, é que este artigo pretende discutir uma proposta

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão e mestrando do Curso de Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas – PPGHIST, pela Universidade Estadual do Maranhão.

<sup>2</sup> Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

pedagógica no ensino de História que contemple a História das Religiões, na perspectiva de Micea Eliade que será explicado posteriormente.

O julgamento da ação do STF envolve muito mais problemas na estrutura social do que se possa imaginar à primeira vista, pois envolve relações de poder através da disputa por memórias e identidades dentro do campo religioso e educacional.

### **CAMPO RELIGIOSO E EDUCACIONAL: CONCEITOS DE HABITUS E CAMPO.**

O espaço escolar é um lugar de embates pela memória e pela identidade. É o espaço de formação dos alunos, de construção de seus conhecimentos, é o espaço onde há uma relação de forças para enquadrar os alunos nos valores sociais dominantes, que são construídos socialmente e impostos ou naturalizados por grupos sociais dominantes. Logo, o sistema de ensino também reproduz a estrutura social, a organização dos currículos escolares, das disciplinas e dos materiais didáticos que são usados em sala de aula seguem essa perspectiva. Bourdieu afirma que

Embora o sistema de ensino simule conhecer apenas os valores propriamente escolares quando, na verdade, está a serviço dos valores das classes dominantes, isto é possível porque os sistemas de maneiras que distinguem as taxinômias escolares remetem sempre [...] a diferenças sociais. (BOURDIEU, 2003, p.258)

Esses valores que permeiam o campo escolar também constituem o habitus, que é um sistema de disposições socialmente construídas, é a forma pela qual os indivíduos percebem o mundo ao seu redor, mas também é influenciado por ele. O habitus reflete a cultura do grupo que é incorporada pelo indivíduo e a maneira como esta relação de incorporação acontece, há uma influência mútua. O habitus

como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. (BOURDIEU, 2003, p.191)

A identificação do habitus dos agentes sociais em disputa pela memória e pela identidade dentro dos campos religioso e político é de grande relevância para compreendermos como o processo de construção dos habitus passa a ser influenciado por diferentes instituições produtoras de valores culturais e referências identitárias.

Neste artigo proponho considerarmos principalmente a igreja e a escola, sem esquecer a importância das outras instituições e grupos sociais, visto que, enquanto são elementos socializadores que estabelecem relação de interdependência.

Pierre Bourdieu, ao analisar os elementos estruturantes nas práticas sociais e para compreender as práticas, desenvolve os conceitos de campos e habitus que, apesar de distintos, são indissociáveis. O campo para Bourdieu funciona como instrumento que permite perceber ou localizar as posições dos agentes sociais em um determinado espaço social. Esses espaços sociais correspondem aos campos - político, religioso, jurídico, escolar, familiar - que possuem relativa autonomia, pois identificam-se espaços de relações.

O campo intelectual como universo relativamente autônomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual[...]tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações. (BOURDIEU, 2002, p.66)

As ações dos agentes sociais, segundo Bourdieu (2002), são produto de um encontro entre um habitus e um campo, portando o habitus individual é construído pelas demandas do campo que o indivíduo vive, “é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, o habitus, a hexis, indica a disposição incorporada quase postural...”(BOURDIEU, 2002, p.69), logo ao estabelecer o Ensino Religioso confessional dentro do campo educacional está se estabelecendo a construção de um habitus próprio dos agentes sociais do grupo religioso e que entre em confronto com outros agentes sociais que defendem uma educação laica, ambos tentando estabelecer sua identidade e seus princípios na sociedade.

A escola é um espaço de relações sociais e de relações de poder, é um espaço de reprodução cultural e social, é onde se estabelece um poder simbólico e uma violência simbólica<sup>3</sup>, pois é incorporado pelo indivíduo, é naturalizado, muitas vezes estruturando sua identidade que construída através das relações que se estabelecem. Para Bourdieu “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o

---

<sup>3</sup> Para Bourdieu (2002, p.11), É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que <<os sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>.

exercem” (BOURDIEU, 2002, p.7), esse poder se dá por meio dos conflitos simbólicos que ocorrem dentro e entre os grupos sociais.

Nesta perspectiva de que o espaço escolar se constitui como relações de poder, é possível destacar a importância de repensarmos o local e a forma como o ensino da história das religiões vem sendo trabalhado neste campo tão significativo na construção da memória e identidade individual e coletiva. Neste sentido, repensamos também em como o ensino de história pode contribuir para fomentar uma educação laica, democrática, inclusiva e possibilite uma formação crítica e autônoma para os educandos? Com um ensino voltado para a cidadania, para o conhecimento e respeito às diversidades.

### **MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE: UMA DISPUTA PELO CAMPO EDUCACIONAL.**

Os conceitos de memória, história e identidade são distintos, porém intrínsecos ao campo educacional e religioso, pois são categorias que envolvem uma “luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo[...]o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2003, p. 11). Como a memória e a história se relacionam com os sistemas simbólicos como instrumentos de legitimação da dominação através da consolidação de uma identidade que se deseja como nacional? Esta pergunta nos leva a um debate sobre essas categorias e sua relação com os conceitos de habitus, campo e poder simbólico propostos por Pierre Bourdieu, destacando o campo religioso e educacional, sem que se deixe de perceber que esse embate também envolve o campo político, jurídico e familiar.

O sociólogo Maurice Halbwachs, ressalta o indivíduo como ser social que, por mais que na aparência esteja sozinho, tem seus atos explicados por sua natureza de ser social, percebe-se em Halbwachs a influência durkheimiana. Para ele a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo específico. Halbwachs afirma que “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.” (HALBWACHS, 1990, p.26).

Podemos perceber que para o autor, o grupo social exerce influências sobre o indivíduo que lembra, mas destaca também como essa lembrança já é marcada pela relação que o indivíduo estabelece com o grupo, o que pode levá-lo a relembrar um acontecimento ou não, visto que este acontecimento poderia estar em seu interesse ou não. Mas, mesmo que se creia que esta seleção remeta a uma lembrança individual, que faz parte unicamente de nós mesmo, é coletiva. Já estamos tão impregnados pelas influências sociais, pelos habitus que cada campo exerce sobre nós, segundo Bourdieu (2002).

Entendendo o habitus como “um sistema de disposições socialmente construídas”(BOURDIEU, 2003, p.191) disposições exteriores que são incorporadas, internalizadas pelo indivíduo, são esquemas implantados pelos agentes de cada campo de forma coletiva, e o campo compreendido como um espaço social, que formado por um certo habitus, tenta impor seus valores, suas práticas e ideologias como dominantes, relacionamos com a concepção de memória coletiva em Halbwachs para compreender como as estruturas sociais, exercem influência de como o indivíduo entende o mundo a seu redor, pois os indivíduos lembram, mas os grupos sociais determinam.

E essa ação dos grupos sociais sobre o indivíduo estão diretamente relacionadas com o cerne deste trabalho que é entender como os grupos religiosos vem disputando a memória e a identidade dentro do ambiente escolar, através da consolidação do Ensino Religioso confessional, com outros grupos sociais que defendem a laicidade.

Pierre Nora distingue memória e história, semelhante a Halbwachs, compreende a memória como algo vivido e a história é a representação do vivido, do passado que já não existe mais. A história começa onde a memória acaba, pois já não há mais meios de memória, e essa ausência de memória leva ao “desejo de memória”, de registros, de arquivos, ou seja, de história.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vividos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança, e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações[...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...] (NORA, 1981, p.9)

Após o desenvolvimento industrial, segundo Nora (1981), o mundo vive um processo aceleração que provocou uma ruptura com o passado e com as sociedades de



memória, e isso levou a uma disputa pelos “lugares de memória”. Esses “lugares de memória” não nascem espontaneamente, são disputadas por cada grupo que deseja “redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1981, p.17). O que nos remete mais uma vez a busca dos agentes religiosos de estabelecer suas disposições dentro do campo educacional como forma de redefinir ou fortalecer sua identidade.

Pollack analisa como a memória reforça os sentimentos de identidade, o que remete a como os sujeitos agem na construção do passado, na elaboração de uma memória, destacando o papel do Estado na construção de uma memória oficial e dos historiadores na legitimação e reelaboração dessas memórias. Como existe uma multiplicidade de atores e agentes envolvidos na elaboração das memórias que lutam para legitimar sua posição.

Assim também Halbwachs, longe de ver essa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição européia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLACK, 1989, p.3)

Apesar de Halbwachs não considerar a memória coletiva como uma imposição, uma dominação ou violência simbólica, Pollack ressalta que nos estudos atuais “essa abordagem irá interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLACK, 1989, p.4). Assim, Pollack acentua as batalhas pela memória entre uma memória que se propõe como oficial, nacional e opressora e as memórias subterrâneas, silenciadas.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições[...] (POLLACK, 1989, p.4).

Podemos abstrair de Pollack que a memória reforça o sentimento de pertencimento, reforça a coesão dos grupos que se identificam com determinados

elementos. Grupos que podem ser compreendidos como instituições sociais que buscam definir seu lugar ou determinar quais posições eles ocupam nesse campo. Aqui destacaremos dois grupos, as instituições religiosas e a escola. Por que as instituições religiosas e a escola? É nesses dois grupos que analisaremos a batalha pela redefinição das identidades. É dentro do campo educacional que os agentes religiosos tentam estabelecer suas práxis para naturalizar esses valores no indivíduo. É o exercício de um poder simbólico para legitimação dos interesses de um grupo, segundo Bourdieu (2003, p.48).

Ainda debatendo as categorias de memória e identidade, toma-se aqui as ideias de Stuart Hall para relacionarmos a concepção de crise das identidades com o anseio das igrejas no Brasil de reforçar o seu papel social e a sua suposta identidade nacional. O argumento inicial de Hall é que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p.07). Essa crise de identidade que descreve Hall é resulta de um processo de mudanças que está afetando as antigas referências sociais e essa mudança “produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p.12). A identidade é construída historicamente, está em constante construção e transformação. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p.13).

Reforço, ainda embasado em Stuart Hall e Pollack, que as identidades são construções sociais, nós não nascemos com elas. O princípio da identidade nacional segue o mesmo princípio e tente a anular e subordinar as diferenças culturais. Hall afirma que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural” (HALL, 2006, p.59). O que nos leva a compreender a cultura nacional como uma estrutura de poder que acentua as desigualdades sociais seja nos espaços religiosos ou, principalmente, educacionais, pois são espaços de formação de crianças e jovens e que estão mais suscetíveis a construção de valores, de *habitus*.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.

As diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. (HALL, 2006, p.50).

Portanto, a ideia de identidade nacional como unidade, como elemento constitutivo de uma nação unificada não existe, segundo Stuart Hall. Logo, a tentativa de se impor qualquer crença religiosa como elemento constitutivo de uma identidade nacional entra no jogo de poder, de luta pela memória e pela identidade, de instituições e agentes que desejam se estabelecer como predominante, como o discurso oficial dessa sociedade.

### **LAICIDADE E PROSELITISMO RELIGIOSO NA ESCOLA: UMA DISPUTA POR MEMÓRIA E IDENTIDADE.**

Compreender as ações do Estado brasileiro seja no campo jurídico, religioso ou educacional é de suma importância para pensarmos o pluralismo religioso e a tolerância religiosa nos espaços públicos da nossa sociedade, em especial no espaço escolar, espaço de formação de crianças e adolescentes, que será diretamente afetado pela decisão do STF.

Com este intuito faz-se necessário a utilização de algumas noções fundamentais para a compreensão desta proposta, tais como Estado laico, identidade, laicidade e secularização e confessionalismo e como estas categorias são abordados na atual legislação educacional brasileira. Nessa perspectiva laica, Habermas (2007) propõe, na obra *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*, que o Estado democrático deve ter bases de legitimação neutras e não mais sustentadas em princípios religiosos.

A decisão do STF trata especificamente do Ensino Religioso para o ensino fundamental das escolas públicas do país. Nas instituições particulares, onde existe uma escolha familiar entre uma escola confessional ou não confessional, fica a cargo da família essa escolha. Mas, e quanto à escola pública? Se em determinada escola ocorre a predominância de uma religião dentro do Ensino Religioso, quais escolhas a família e o educando podem fazer? Talvez, como sugerem os ministros do STF, o aluno possa decidir se assiste ou não as aulas, devido a seu caráter facultativo. Mas, além de perder parte das aulas que têm como objetivo sua formação cidadã, os alunos seriam excluídos do processo de ensino-aprendizagem, sendo-lhes imposta de qualquer forma uma limitação. Esta limitação é criticada por Habermas (2007) ao afirmar que “A exclusão

de determinadas esferas da vida social revela o que é recusado ao discriminado: uma pertença social isenta de qualquer tipo de limitação” (HABERMAS, 2007, p.298).

A Constituição de 1988, seguiu o pensamento laico da primeira constituição republicana e estabeleceu em seu artigo 19 que:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Recusar fé aos documentos públicos;

Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2017, p. 31)

Neste artigo constitucional fica evidente o princípio da laicidade. Para melhor entendimento da discussão é necessário a compreensão de alguns conceitos como laicidade e secularização. E para compreensão destas expressões abordar-se-á Baubérot (2011) que analisa os dois termos como conceitos com “significado preciso”, associados ao advento da “modernidade”, a partir do século XVI. O termo secularização para Casanova foi adotado com o sentido de “apropriação pelo Estado ou por uma potência laica de bens ou funções que até então pertencia ao domínio da Igreja” (CASANOVA, 1994, p.12 apud BAUBÉROT, 2011, p.286). Nessa acepção a secularização está vinculada as transformações socioculturais, em que o Estado se apropria das funções religiosas. Já a laicização está associada ao ordenamento jurídico, a uma ação do Estado, como afirma Baubérot: “O processo de laicização, por sua vez, concerne à regulação política, jurídica e institucional da religião, do credo, da totalidade do simbólico, com suas transações e seus conflitos explícitos”. (BAUBÉROT, 2011, p.287). Isto é, existe uma ação política e jurídica para que o processo de laicização se operacionalize enquanto que a secularização remete as mudanças socioculturais dos saberes que leva a perda de domínio religioso ou da importância religiosa em dada sociedade.

Adentrando mais no aspecto educacional, podemos observar que no art. 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e, principalmente, na redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997, o Ensino Religioso é colocado como

“parte integrante da formação do cidadão”, “assegurando o respeito à diversidade religiosa” e “vedando qualquer forma de proselitismo”. A atual LDB é, portanto, estruturada na laicidade da Constituição de 1988, tanto em seu artigo 19 quanto no artigo 210:

Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2017, p. 31)

Estes documentos e, principalmente, o artigo 33 da LDB 9394/1996 ressaltam o ensino não confessional e não proselitista. Estes aspectos também são evidenciados em diversos pontos da BNCC, como no trecho abaixo:

A Educação Básica deve[...]assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BRASIL, 2017, p.14)

Observe que a BNCC, também fundamenta-se na perspectiva laica e de respeito a diversidade cultural e religiosa dos educandos, apesar de não se referir aos termos laicidade ou confessionalismo, o texto destaca em diferentes passagens o respeito a diversidade cultural, a democracia inclusiva, conhecer o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, a igualdade e a equidade. Isto só é possível no espaço escolar se ao invés de uma visão de educação proselitista, seja oferecido o conhecimento e o respeito da diversidade cultural e religiosa. Pois o educando está em processo de formação, que se dá através das relações que são estabelecidas no contexto histórico-social em que ele está inserido e que contribui para a formação da sua identidade.

A questão identitária é outro ponto importantíssimo para esse debate, uma vez que os espaços públicos, como a escola, são espaços para o embate de memórias e para a constituição de uma identidade. Stuart Hall (2006), na obra *Identidade cultural e pós-modernidade*, explica as mudanças atuais que levaram ao surgimento do sujeito pós-

moderno, sujeito que não possui “uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p.12), pois a sociedade está em processo de constante transformação no mundo globalizado, provocando um colapso das identidades.

Diante desta crise de identidades, desse processo de mudanças há um embate entre identidades e a educação escolar é um espaço para esse embate. Existem identidades diferentes, mas quando, dentro da estrutura social, alguma se sente ameaçada, busca-se um processo de homogeneização, de uma identidade nacional, uma tradição, como argumentam Hobsbawn e Ranger

Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado. (HOBSBAWN e RANGER apud: HALL, 2006, p.54)

É uma disputa por memórias, por identidades, uma disputa política para impor valores que são considerados históricos, que remetem a um passado glorioso e que se deseja, para a coletividade que interessa, resgatar ou restaurar as identidades anteriores à crise que se apresenta. A religião nesse caso vai além do intuito de contribuição para a formação de valores, mas passa a ser um elemento disciplinar e de adequação social. Stuart Hall (2006) retoma esse aspecto e afirma que “a homegeinização cultural é o grito angustiado daqueles/as que estão convencidos/as de que a globalização ameaça solapar as identidades e a ‘unidade’ das culturas nacionais” (HALL, 2006, p.77). Esse anseio pelo resgate de valores, pela volta de um passado memorável, fica evidente na fala da senadora gaúcha Emília Fernandes, quando da votação da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996 pela Lei 9475/1997 que trata do ensino religioso nas escolas públicas,

[...] a pobreza e o esquecimento de determinados valores são responsabilidade de todos nós. Cada vez mais são esquecidas questões éticas e morais, que são jogadas por terra pela televisão, pelos meios de comunicação. Esses valores precisam ser resgatados. [...]É necessário resgatarmos no ser humano a vontade e o desejo de olhar o mundo não apenas pelos olhos materiais. (DSF, 9/7/1997, p.13.455; apud: CUNHA, 2016, p.692)

É o que vem tentando fazer as instituições religiosas no início do século XXI. Diante de um processo de secularização e laicização que o Estado e a sociedade brasileira vêm passando, as igrejas cristãs e, principalmente, a católica que predominou

como a principal instituição religiosa desde o século XVI, tentam ganhar espaço e se apresentar como um elemento da identidade nacional. Essa disputa não é recente. E é esse passado memorável, glorioso que continua se fazendo presente não só no discurso da senadora, mas entre outros agentes sociais.

Analisando um breve histórico, desde o período colonial, quando a Igreja Católica tinha o papel de catequizador dos povos nativos e de propagar a fé cristã no Novo Mundo, que o cristianismo ganhou seu espaço na América portuguesa, assim como em todo período imperial, a relação continuou a mesma estabelecida pela Constituição Federal de 1824, que determinava o catolicismo como religião oficial. No início da República observa-se o crescimento das ideias positivistas e a defesa do Estado laico e é na Constituição de 1891 que ocorre a secularização dos aparelhos estatais e o Estado assume o controle da educação e a laicidade dos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos. Neste momento, a legislação do Estado republicano brasileiro recém implantada adere a laicização e mesmo preconizando a liberdade de culto, a sociedade, em geral, mantém as origens culturais cristãs católicas e ainda adotam práticas de exclusão de outras confissões religiosas. O que continuou ocorrendo também no ambiente escolar.

Com o governo de Getúlio Vargas ocorre uma reaproximação entre Estado e Igreja Católica. Mariano afirma que “neste período, a igreja católica conseguiu avançar de maneira na retomada de sua privilegiada relação com o Estado que alcançou o status de religião ‘quase’ oficial” (MARIANO, 2001, p.145 apud ORO, 2011, p.226). A Igreja Católica reforça seu controle social e religioso no Brasil e é neste momento também que outras religiões sofrem grande perseguição religiosa por parte do Estado.

Após uma rápida abordagem sobre a legislação do Ensino Religioso no Brasil, evidenciaremos a Constituição de 1988, a visão da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, da BNCC e das Resoluções sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental no Brasil, o que convém ressaltar que em todo o período republicano as Constituições, bem como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecem o Ensino Religioso de caráter laico e facultativo, porém, talvez em decorrência da tradição histórica cristã católica da sociedade brasileira, ocorre uma predominância dos interesses cristãos nas legislações. Mas nos cabe neste momento compreender essa tradicional relação entre a igreja católica e a educação brasileira mais nos dias atuais que levam a um enfraquecimento do Estado laico e da liberdade religiosa e, conseqüentemente, da cidadania, visto que os educandos têm um de seus principais

espaços de aprendizagem, de construção do conhecimento permeado por relações de poder que ocupam estes espaços.

Mesmo com as determinações legais, legisladores e ministros da justiça defendem o Ensino Religioso confessional e afirmam que o ensino confessional de caráter facultativo não desrespeita a laicidade, o que contradiz a afirmação de Celso Lafer, citado por Andrea Russar (2015), quando diz que, “laico significa tanto o que é independente de qualquer confissão religiosa quanto o relativo ao mundo da vida civil”. E a proposta do STF estabelece justamente a presença de confissões religiosas na vida civil, dentro do espaço escolar, em um ambiente de crianças e adolescentes que estão em processo de formação e que podem ser influenciados de acordo com o tipo de ensino que predomina em sua vida, internalizando os habitus de determinados grupos, e ainda podem sofrer perseguições ou exclusão social. Por isso é necessário que haja um tratamento equitativo, que todos tenham iguais direitos.

No art. 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e, principalmente, na redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997, o Ensino Religioso é colocado como “parte integrante da formação do cidadão”, “assegurando o respeito à diversidade religiosa” e “vedando qualquer forma de proselitismo”. É notória a importância da diversidade de tradições religiosas no âmbito sensível da convivência humana.

Art. 1.º O art. 33 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1.º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§2.º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (LDB 9.394/96, 2017, p. 24)

Então qual tratamento histórico será dado ao estudo das religiões em uma perspectiva interdisciplinar laica? Será utilizada a perspectiva da História das Religiões



que se desenvolveu no século XIX e tem como um dos principais representantes Mircea Eliade que afirma:

Quer lhe agrade ou não, o historiador das religiões não terminou sua obra quando reconstituiu a história de uma forma religiosa ou quando desembarçou seu contexto sociológico, econômico ou político. Deve ainda compreender o significado, quer dizer que deve identificar e iluminar as situações e as posições que introduziram ou tornaram possível o aparecimento ou o triunfo desta forma religiosa num momento particular da história. Isso constitui a verdadeira função cultural do historiador das religiões. (ELIADE, 1978 apud GUERRIERO, 2003, p. 60-61)

Assim, buscando compreender os acontecimentos religiosos inseridos no tempo pretende-se realizar uma proposta para a compreensão e o respeito aos diferentes fenômenos religiosos, reforçando os princípios da Constituição Federal e da LDB 9.394/96. As ações do FONAPER, Fórum Permanente do Ensino Religioso, órgão criado em 1995, que tem como objetivo, segundo o Art. 3 de seu estatuto, “consultar, refletir, propor, deliberar e encaminhar assuntos pertinentes ao Ensino Religioso(...)” (GIUMBELLI, 2012, p.6). O FONAPER é um órgão ligado à Igreja Católica, mas que junto com outras confissões religiosas tem proposto um ensino “supra confessional” respeitando as diversidades culturais dos educandos. (GIUMBELLI, 2012, p.7)

Segundo Giumbelli (2012), o “FONAPER têm procurado construir uma nova concepção de ensino religioso – a qual, segundo Junqueira (2002), deve privilegiar ‘informações no campo sociológico-fenomenológico, tradições e cultura, teologias, textos sagrados orais ou escritos, ethos, ritos, onde o professor seja um educador e não um agente religioso” (JUNQUERIA, 2002 apud GUIMBELLI, 2012, p. 28). Giumbelli, mantém uma linha próxima a de Eliade, uma visão acadêmica do ensino religioso. Abordando a História das Religiões propõe o estudo de diferentes religiões bem como de seus ritos, práticas, mitos, crenças de forma proporciona uma educação mais equitativa e democrática, para que a escola possa exercer a sua “função de integração cultura” (BOURDIEU, 2001, p. 205). Assim a escola tem o papel de propagar a tolerância cultural, religiosa, divergindo da proposta do Superior Tribunal de Federal que, através do ensino confessional e proselitista, pode consagrar as diferenças de forma negativa possibilitando uma religiosidade dominante e uma ou algumas religiosidades excluídas do processo de ensino.

Com esta abordagem ocorre maior aproximação com os princípios defendidos pela Constituição de 1988, pela LDB 9.394/96 e da BNCC que prezam pelo ensino laico e o respeito a diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo discutimos a relação entre memória e história na construção das identidades a partir das concepções de habitus e campo de Pierre Bourdieu, para discutirmos os conceitos de laicidade, secularização e confessionalismo presentes no Estado brasileiro e como estes conceitos se fazem presentes nas instituições públicas, principalmente no espaço escolar. Espaço de formação de crianças e jovens, que estão em processo de construção das suas identidades e, por isso, a escola torna-se um importante espaço para a disputa de memórias e identidades, para a construção de valores.

Há uma forte tendência dentro do Estado que vem agindo para através dos mecanismos legais reforçar a laicização dentro da escola. A LDB 9394/96 e a BNCC de 2017 defendem o ensino laico e não confessional, estimulando um ensino com valores democráticos e o respeito a diversidade. Porém, do lado oposto existe uma tendência para reforça o confessionalismo religioso cristão como elemento da identidade nacional. O ensino de história na perspectiva História das Religiões e não o dogmatismo religioso, é um meio para pensarmos uma escola pública laica, que não limite a participação do educando no processo de ensino e aprendizagem pela sua exclusão.

A escola não pode ser um espaço de exclusão sob qualquer preceito e sim um espaço de inclusão e respeito, tarefa que deve ser exercida por toda a comunidade escolar e não apenas pelos docentes de Ensino Religioso ou de História.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

BAUBÉROT, Jean. A favor de uma sociologia intercultural e histórica da laicidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol 11, núm.2, p.284-302, maio/ago., 2011. Disponível em < <http://www.redalyc.org/html/742/74220016007/>>. Acesso em: 15/07/2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Trad. Sergio Miceli e Wilson Campos Vieira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz – 5ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em < <http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 02/11/2017.

\_\_\_\_\_. **LDBEN**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Brasília: Senado Federal Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum do Ensino Básico**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.475**. 22 jul. 1997. Brasília, DF, 1997. Disponível em < <http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 02/11/2017.

CUNHA, Luiz Antônio. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. **Revista Educação e Pesquisa**. vol.42 no.3 São Paulo July/Sept. 2016 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022016000300681](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000300681).

GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das religiões: desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003.

GIUMBELLI, Emerson; CARNEIRO, Sandra de Sá. Ensino religioso no estado do Rio de Janeiro - registros e controvérsias. **Comunicações do Iser**, Rio de Janeiro, n. 60, 2012. Disponível em < <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n2/numero2-egiumbelli.pdf>>. Acesso em 16/07/2018.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007. p.400.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva**. In.: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70

HALL, Stuart. **A identidade em questão/As culturas nacionais como comunidades imaginadas**. In: \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol 11, núm.2, p.238-258, maio/ago., 2011. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/742/74220016007/>>. Acesso em: 15/07/2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, p. 7-28 dez. 1993.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol 11, núm.2, p.221-237, maio/ago., 2011. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/742/74220016004>>. Acesso em: 03/07/2018.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989.

\_\_\_\_\_, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 3-15, 1989.

RUSSAR, Andrea. Brasil: A Laicidade e a Liberdade Religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988. **E-gov**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>> acessado em 24/07/2018.

## PROJETOS EM DISPUTA NA ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA

Marcos Paulo Teixeira<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O golpe militar que marcou o início da Ditadura Empresarial militar<sup>2</sup> no Brasil está inserido num contexto de efervescência político do sistema mundo. A América Latina inviabilizada em função das drásticas condições de financiamento do mercado mundial foi palco, mesma após os horrores das duas Guerras Mundiais, de passar por experiências de instauração de regimes autoritários, embora estes regimes da América Latina tivessem práticas repressivas idênticas e até partilhassem de informações com o intuito da atividade repressiva, focaremos mais nos projetos de transição do regime ditatorial para a democracia no caso brasileiro, sem deixar de mencionar a realidade do sistema mundo que tem uma importância fundamental nas mudanças ocorridas no Brasil.

Após os governos dos primeiros ditadores presidentes Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) temos a partir do governo Geisel (1974-1979) um projeto de sociedade que permitisse uma abertura política com um intuito de garantir uma participação controlada da sociedade. É importante ainda salientar que o projeto vitorioso em 1964 e a implantação da ditadura contou com a participação de vários setores da classe dominante, demarcado principalmente pelos setores ligados ao capital multinacional e associado, que a partir de 1964 moldou o Estado e a sociedade. Esse tipo de modernização em benefício dos seus interesses classistas. Essas mudanças estão ligadas aos processos das sociedades ocidentais em virtude dos projetos de desenvolvimento e progresso característicos das sociedades ocidentais com o advento da modernidade, que ainda carregam elementos constituídos desse projeto que passou a ser modelo no mundo ocidental.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC).

<sup>2</sup> Em sua obra, *“1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”*. René Dreifuss analisa a participação dos civis, sendo estes pertencentes ao bloco ligado ao capital multinacional e associado, tanto na conjuntura da deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de cargos-chaves no Governo Militar. Mesmo com uso da denominação de “civis”, Dreifuss deixa bem claro que estes eram ligados a setores empresariais e estavam de acordo com os projetos elencados por esse seguimento. Uma parte significativa de pesquisadores, num cunho revisionista tenta utilizar o termo civil para caracterizar uma participação ativa de vários atores dentro dessa classe, o que de fato não aconteceu, desde os primeiros dias do golpe vários atores dentro da sociedade civil lutaram e pegaram com suas vidas pelo fim do movimento. Para uma leitura mais aprofundada sobre a discussão do termo, ver Demian Bezerra de Melo: *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

O período da ditadura foi marcado pela ideia de progresso e modernização da sociedade e do Estado, embora estes fossem ligados a exploração da classe trabalhadora urbana e rural, é inegável que o crescimento da economia foi uma das peças fundamentais na obtenção de certo consenso do regime na sociedade.

A ideia que os projetos da ditadura fizeram o país crescer foi um projeto utilizado muito bem pelos arquitetos do estado que até os dias de hoje setores da sociedade levantam essas questões para defender a volta dos militares ao poder. Vale ressaltar que esse crescimento só foi possível pelo arrocho para os trabalhadores e que na se traduziu em distribuição de renda, pelo contrario, ao final do período de crescimento econômico a concentração de renda aumenta vertiginosamente no país. Sobre isso Daniel Aarão cita:

Mas o primeiro governo ditatorial não apenas cassou e reprimiu, também fez obra construtiva. A aliança com os Estados Unidos traduziu-se no envio de um corpo expedicionário brasileiro da Republica Dominicana no quadro de uma intervenção militar liderada pelo governo estadunidense, e numa legislação propicia a investimentos estrangeiros, o que garantiu uma atitude favorável do mundo dos negócios, da indústria e dos investidores internacionais. (REIS, 2014, p.88).

Mesmo com o milagre econômico e o desenvolvimento como projeto de modernização da sociedade em função das conjunturas internas e externas, a economia acaba tendo um papel importante na mudança do regime brasileiro, a partir do governo Geisel a conjuntura do sistema mundo se modifica e novos projetos de desenvolvimento econômico lutam pela hegemonia do capitalismo mundial. Trataremos agora das mudanças empreendidas e também as dinâmicas ocorridas dentro desses projetos na condução do Estado brasileiro nos governos Geisel, Figueiredo e Sarney para examinar essas mudanças nas disputas dos projetos que se apresentavam em disputa para o modelo de democracia e desenvolvimento e modernização que iriam redesenhar as estruturas do Estado para a democracia.

## **O LONGO CAMINHO DA TRANSIÇÃO**

Os longos 21 anos de Ditadura foram marcados pela mudança estrutural orquestrada principalmente pela fração da classe chamada de tecno-empresária. A partir do Governo Geisel, principalmente em virtude da turbulência econômica, não somente interna quanto externa, o regime começou a enfrentar diversas crises com relação ao seu modelo, que serão abordadas nas próximas linhas, para demonstrar o longo e pactuado caminho de retorno ao regime “democrático”.

Nas diversas discussões sobre o tema, é consensual que a partir do governo Geisel as mudanças na procura de um novo modelo de regime foram buscadas em virtude de problemas enfrentados pelos que estavam no poder.

Nesse sentido é importante salientar que o recente período tem uma periodização própria, chamada de “Transição”. No período do governo Geisel até a posse de Collor, podemos dividi-la também em três momentos distintos; um primeiro, ainda no governo Geisel, é apresentado como “Distensão”; no governo Figueiredo é chamada de “Abertura Política”; e no período que compreende a eleição da chapa Tancredo-Sarney e ao governo do último em virtude do falecimento de Tancredo Neves, é conhecida como “Transição” indo até a posse de Fernando Collor de Melo (1990-1991). Tal periodização, todavia, não invalida chamar o período todo de “Transição”, tendo em vista que se tratou de um longo projeto que visava chegar a um novo regime. A divisão proposta em Distensão, Abertura Política e Transição, tomando por base os governos dos últimos Presidentes militares do regime e do primeiro civil, ajuda no entendimento dos diversos fatos que ocorreram nos diferentes momentos desse longo processo. Essa divisão se manifesta nas principais obras referentes ao tema.

Primeiro, falaremos dos acontecimentos que levaram a mudança por parte dos que estavam no poder em busca de outra maneira de conduzir o Estado. Um aspecto importante de análise sobre os fatos que mudaram a face do regime é observar as dinâmicas de mudança da economia mundial que interferiram no modelo de desenvolvimento durante a Ditadura. Roberto Santana Santos observa que um fator preponderante na condução nas mudanças começa principalmente no final do chamado “Milagre Econômico”, caracterizado como um modelo que viria a ter como um de seus desdobramentos uma extrema concentração de renda, como explicita o autor:

Essa política econômica se traduzia por meio de uma extrema concentração de renda e somente era possível ser aplicada a partir de um regime ditatorial que reprimisse de maneira violenta qualquer contestação a essa prática. Os 5% mais ricos do país em 1960 tinham 27,4% da renda total do país, e em 1970 já possuíam 36,3%. O investimento estrangeiro direto no mercado interno brasileiro levou a criação de um parque industrial de bens duráveis de propriedade estrangeira que se dirigia a um restrito mercado de classe alta e média no Brasil. O arrocho salarial era a base dessa produção por meio da superexploração do trabalhador, mas também limite dessa mesma produção, visto que esse trabalhador, devido as precárias condições de sobrevivência impostas pelo sistema, não se torna um consumidor. (SANTOS, 2014, p.53)

Todos esses desdobramentos tiveram um peso maior ainda no contexto de duas crises na economia mundial, os dois choques do petróleo e um forte déficit na conta do governo americano, forçando o pagamento dos empréstimos internacionais e também freando a concessão de novos pelos bancos internacionais, o que impactou significativamente o modelo de desenvolvimento nos governos militares, como aponta Santos:

O Brasil, na condição de país mais devedor do mercado internacional quando dos choques do petróleo e do rearranjo da economia capitalista no fim dos anos 1970, sofreria na década de 1980 com a cobrança das dividas ( na casa dos 70 bilhões de dólares) acompanhada de taxas de juros altíssimas. Os Estados Unidos apresentam um déficit público de 280 milhões de dólares, o qual deveria ser concertado com a exigência de pagamentos dos empréstimos aos países periféricos. Esse cenário inviabiliza a manutenção do modelo subimperialista e empurra o governo ditatorial á uma saída endógena. No entanto, a influência neoliberal no mercado internacional já era muito forte. O desenvolvimento induzido pelo Estado no Brasil se encontrava na contramão do ritmo global do capitalismo avançado. ( SANTOS, 2014, p.54)

Por trás dessa reorganização, uma nova vertente na economia mundial, com a ascensão do neoliberalismo, que vinha em forte crítica ao keynianismo, como pontua o autor:

As idéias centrais do keynianismo, principalmente o Estado de bem-estar social, são destruídas pelo avanço das medidas neoliberais, que se tornaram hegemônicas graças aos sistemas de comunicação cada vez mais monopolizados. Assim assistimos nos países centrais à aplicação de programas de privatização de empresas estatais e sucateamento de serviços públicos, uma alta financeirização da economia, com destaque á especulação financeira, e a procura por mão de obra barata por parte das multinacionais. (SANTOS, 2014, p.55).

Os desdobramentos desses episódios contribuíram de forma sistemática para as mudanças profundas ocorridas no regime. Com a forte crise na economia, o modelo usado pelos militares, que servia de base para a ditadura num determinado momento, começava a ruir. Os ideólogos do Estado buscavam uma saída para tal situação. O certo é que a crise do sistema econômico foi um dos principais fatores da mudança de rumo do regime como pontua Santos:

A história da transição no Brasil é a historia de como a classe dominante venceu a luta de classes em uma determinada conjuntura, ao não só se manter no poder enquanto falava de mudança, mas aprofundar a dependência e a superexploração do trabalho com o neoliberalismo e legitimar suas ações por meio da apropriação do que seria um regime “democrático”. (SANTOS, 2014, p. 57).



Para entender melhor os três momentos dessa fase, vamos analisar o que alguns autores destacam sobre os respectivos períodos, para poder melhor problematizar o que seria o resultado desse processo de reorganização de forças dentro da sociedade brasileira. Um dos principais trabalhos que toca no ponto tanto da Distensão quanto da Abertura é o de Maria Helena Moreira Alves, **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**.

Segundo Alves, podemos observar a tentativa de reorganização das forças para tentar viabilizar mudanças que não comprometessem os que estavam no poder. A partir desse período, os militares e as classes que tomaram o Estado tentaram mudanças com o intuito da manutenção, com apenas concessões para as outras classes que compunham a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a análise do período da Distensão, o governo Ernesto Geisel é visto como o primeiro a começar a executar de fato mudanças dentro do regime. Maria Helena aponta qual a principal característica do que seria a distensão:

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção do apoio político e social. (ALVES, 1985, p. 185).

Essa significativa mudança no padrão do regime permite analisar em que seria calçado o projeto da distensão, que deveria buscar novos mecanismos para obtenção do consenso dentro da sociedade e garantir também uma maior flexibilidade em algumas instâncias para o restante da população. Visava-se, assim, uma flexibilização com restrições definidas pelos militares. O produto dessas reconfigurações seria um modelo de governo no qual outros atores, então fora dos debates, teriam um espaço controlado. Ao final do projeto, se chegaria a um modelo político denominado de “Democracia Forte”, como explicita Maria Helena:

O resultado final do sistema político a ser desenvolvido constituiria o que o presidente Geisel chamou de “Democracia relativa” ou “democracia forte”. Neste modelo de democracia relativa, o Estado disporia, pela constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada. (ALVES, 1985, p.186)

É importante ressaltar que nesse momento a força que domina o projeto de distensão é, sobretudo, militar na busca por um regime que consiga manter a governabilidade sem enfrentar maiores problemas na condução do Estado.

Já no período de João Batista Figueiredo (1979-1985), último militar a presidir o Brasil na Ditadura, a “Abertura Política” ganha de fato uma feição de maior flexibilização. É nesse período que entidades da sociedade civil, tais como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ganham mais espaços de atuação e exercem um papel no sentido de pressionar por maiores mudanças no regime, fazendo com que o interesse de vários segmentos da sociedade, outrora não levados em consideração, passem a dialogar com os que estão no poder. (ALVES, 1985, p. 225)

Neste período podemos observar episódios como o da Anistia, que sintetizou o que seria o projeto de abertura promovido pelos militares. Uma importante contribuição sobre o episódio é encontrada em Renato Lemos no artigo, **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**, no qual o autor aborda os limites desta, buscando elementos de longa duração na República; elenca uma série de momentos em que a questão da anistia foi posta na ordem do dia durante outros episódios. Evidente na sua obra a crítica ao “caráter contra-revolucionário da prática conciliatória das elites políticas brasileiras” e de “conciliação como forma de preservação dos interesses das classes dominantes”. Nesse ponto, a anistia, segundo o autor, seria resultado de uma negociação com setores da oposição, mas que teve iniciativa dos militares moderados do regime, como pontua Renato Lemos:

Integrou a agenda de microtransformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação de leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar. Os limites das reformas foram dados, desde logo, pelo caráter estritamente burguês da direção do processo político. O sentido básico da transição foi preservar as condições de dominação transformadora. (LEMONS, 2002, p.293)

O resultado desta indica os movimentos feitos no projeto de “Abertura” na busca da preservação das condições de dominação existentes, com apenas concessões feitas para as classes antes sem espaço de participação.

Por fim, falaremos do momento posterior ao governo de Figueiredo, o governo de José Sarney (1985-1990), ex-membro da ARENA, partido de sustentação da ditadura numa chapa conjunta com Tancredo Neves. Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira<sup>3</sup> e do Movimento das “Diretas Já”, numa conjuntura de negociação da passagem do poder do executivo federal para as mãos de civis, tínhamos após 21 anos de Ditadura, um civil no poder; eleito indiretamente pelo Congresso, com uma forte negociação de diversos setores. Veremos nas próximas linhas algumas das principais questões referentes ao período.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, as forças políticas da “oposição” tentam um novo rearranjo para traçar as metas da passagem do poder para os civis. Nesse ínterim, como pontua Bráslvio Sallum, é importante destacar os vários projetos que disputavam a sucessão, para interpretar tanto os que estavam do lado da situação como os que se encontravam na oposição:

As próprias divisões do partido governista (o PDS)<sup>4</sup> em relação a questão sucessória conservam afinidades com as alternativas estratégicas que polarizavam os participantes do pacto desenvolvimentista em desagregação. Paulo Maluf opunha-se ao oficialismo com base numa retórica neoliberal, que dava cores modernas ao seu estilo patrimonialista de gestão da coisa pública. Tinha o apoio de parte dos parlamentares do PDS e das elites regionais “pedessistas” fora do poder nos estados. Mario Andreazza, identificado com o desenvolvimentismo do período Médici, com o ministro Delfim Neto, com o presidente Figueiredo e as elites regionais “revolucionárias” que detinham o poder nos estados, prometia retomar o crescimento sem recusar a estratégia adotada pelo governo no enfretamento da crise. Aureliano Chaves, vice-presidente da República, opunha-se à política de Delfim Neto e simpatizava com o desenvolvimentismo. Seu universo ideológico e político tinha afinidades com a Tecnoburocracia empresarial do Estado e vinculava-se, entre os militares, ao grupo que orbitava em torno do ex-presidente Ernesto Geisel. (SALLUM, 1996, p. 105-106)

Do lado da oposição, dois projetos se mostravam com força. O que se sagrou vencedor da disputa, tem no seu principal elemento um leque enorme de alianças com diversos partidos e representantes da sociedade:

No pólo oposicionista, a afinidade com a orientação desenvolvimentista era muito grande. Já se viu que com Ulisses Guimarães o desenvolvimentismo adquiria tonalidades nacionalistas e

---

<sup>3</sup> Foi uma proposta de Emenda Constitucional que visava a volta das eleições diretas para a Presidência da República, tendo em vista que essa era feita por um colégio eleitoral no congresso. A proposta foi rejeitada em 1984, frustrando grande parte da população que apoiava a ideia. Seu nome deriva do deputado federal que propôs a emenda, Dante de Oliveira.

<sup>4</sup> Partido Democrático Social.

populares mais acentuadas do que o aceitável para a maioria do empresariado. Com Tancredo Neves, a orientação econômica mais conservadora, o tom se modera e, especialmente depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, subordina-se ao tema dominante de sua campanha, a conciliação nacional. (SALLUM, 1996, p. 106).

A longa lista que formava a “Aliança Democrática”<sup>5</sup> é a prova que o discurso da “Conciliação Nacional” tomava ares de um novo projeto que iria promover uma reorganização do Estado brasileiro, chamado de “Nova República” pelo próprio Tancredo, esse projeto estava balizado em vários aspectos já conhecidos da política nacional:

Socialmente, sua candidatura deitava raízes no grande empresariado, especificamente aquele que dependia das conexões para sobreviver; na Tecnoburocracia estatal; nas oligarquias regionais que sobreviviam à custa de recursos do tesouro; nos assalariados e na classe média profissional que apoiavam massivamente a campanha pelas eleições diretas e votava na oposição. (SALLUM, 1996, p. 107)

Essa conjuntura remonta a montagem do que conhecemos como “Nova República”. Ao mesmo tempo em que foi conservadora, tutelada, permitiu que novas forças sociais reclamassem mais espaços. O que de certo podemos observar, é que, apesar do processo ser tutelado, desde a “Distensão” e também a “Abertura”, ele não saiu exatamente como seus ideólogos planejaram.

Já no governo Sarney, após a morte de Tancredo em virtude de sua doença, a “Transição” segue com seu caráter tutelado e também com novas dinâmicas. A primeira problemática do período segue sobre a sucessão do vice. Sarney enfrenta resistência para assumir. Na verdade, essa resistência reside no fato dos compromissos assumidos pelo pacto da “Aliança Nacional”, proposta por Tancredo, uma mudança pelo vice levaria as mais rodadas de negociação e poderia levar a “Nova República” para outro rumo que não fosse o definido nas negociações anteriores.

Em linhas gerais o governo Sarney demonstrou o caráter do pacto proposto para o período. A remoção do entulho autoritário, as reformas constitucionais davam ares de maior liberdade política por parte do novo governo, como cita Sallum:

Essas e outras mudanças nas normas reguladoras da vida pública, acrescidas de certa tolerância dos poderes constituídos ao descumprimento da lei, criaram um arranjo político pelo qual os mais diversos segmentos sociais, mesmo as massas populares, puderam lutar por seus interesses com grande liberdade de organização e atuação. (SALLUM, 1996, p. 118)

---

<sup>5</sup> Podemos identificar nessa aliança, diversos partidos como o PMDB, PDT, PTB, , a Frente Liberal, que fora criado por dissidentes do PDS.

Uma das principais questões referente ao período são as crises e os programas de combate a ela. Os planos propostos pelas diversas equipes econômicas do governo, teriam um peso ainda maior na questão política. Se cada um dos planos seguia determinadas linhas econômicas, de acordo com o período que elas se davam, na questão política, esses planos serviam de base política para a vitória do projeto da “Nova República”, como explicita Sallum:

É verdade que as políticas heterodoxas sempre foram justificadas em nome da iminência da desordem econômica. E assim foram entendidas pela maioria da população, bombardeada pela retórica governamental e dos meios aliados de comunicação de massa. Mas seu sentido básico foi o de impor ou ampliar – mesmo por meio da crença no seu caráter salvador – a autoridade política governamental tanto sobre os partidos e centros de poder existentes no interior do Estado como sobre a descosturada aliança desenvolvimentista. Por meio de medidas extraordinárias, de éditos autoritários, supostamente salvadores, calavam-se divergências e manifestavam-se os antigos pactantes, de forma a impor-lhes um novo pacto que resolvesse, de uma vez e numa determinada direção, a crise do Estado, raiz das dificuldades econômicas que se buscava superar. (SALLUM, 1996, p. 130-131).

Em última análise, é necessário colocar a Assembleia Nacional Constituinte como ponto central do período em questão. As movimentações em torno dos projetos presentes na ANC favorecem um amplo debate das rupturas e continuidades. Nesse período, é importante salientar que a “mudança” do regime não se configurou efetivamente, e algumas permanências se mantêm ainda hoje da estrutura herdada da ditadura.

## CONCLUSÃO

Ao analisar o contexto da Transição brasileira é necessário levar em consideração o avanço e os estágios do capitalismo e das expectativas tanto do Estado quanto da sociedade como projeto de modernização e desenvolvimento da sociedade. Para tanto utilizarei as categorias de desenvolvimento do capitalismo de Boaventura, segundo ele há três períodos distintos de desenvolvimento desse sistema econômico. O primeiro é chamado de *capitalismo liberal*, ocorre no século XIX, o segundo é chamado de *capitalismo organizado*, no período entre guerras e também após a segunda guerra mundial. O terceiro inicia-se na década de sessenta e é chamado de *capitalismo*

*desorganizado*. Para além dessas categorizações Boaventura nos fornece uma rápida e precisa explicação de suas características e problemas frente a modernidade:

Não interessa aqui caracterizar em detalhe cada um destes períodos. Interessa tão somente fazê-lo enquanto necessário para definir a trajetória do projecto sócio-cultural da modernidade em cada um deles. O meu argumento é que o primeiro período tornou claro no plano social e político que o projecto da modernidade era demasiado ambicioso e internamente contraditório e que, por isso, o excesso das promessas se saldaria historicamente num défice talvez irreparável. O segundo período tentou que fossem cumpridas, e até cumpridas em excesso, algumas das promessas, ao mesmo tempo que procurou compatibilizar com elas outras promessas contraditórias na expectativa de que o défice no cumprimento destas, mesmo se irreparável, fosse o menor possível. O terceiro período, que estamos a viver, representa a consciência que esse défice, que é de fato irreparável, é maior do que se julgou anteriormente, e de tal modo que não faz sentido continuar a esperar que o projecto da modernidade se cumpra no que até agora não se cumpriu. O projecto da modernidade cumpriu algumas de suas promessas e até cumpriu em excesso, e por isso inviabilizou o cumprimento de todas as restantes. Estas últimas, na medida em que sua legitimidade ideológica permanece, ou até se fortalece, têm de ser repensadas e, mais do que isso, têm de ser reinventadas, o que só será possível no âmbito de um outro paradigma, cujos sinais de emergência começam a acumular-se. (SANTOS, 2002, p. 72, 73).

Em virtude dessa explicação sobre as fases e seus desdobramentos, podemos identificar as passagens do capitalismo na recente história do Brasil e assim traçar um panorama e analisar os projetos dentro da modernidade. Ao levar em consideração as ordens de classificação e características do autor, fica claro que o pacto feito nos anos da Transição levou ao capitalismo organizado, que tentou cumprir uma série de promessas características da modernidade essas estando inseridas não somente na ideia de progresso e desenvolvimento, elas inserem-se num contexto quase que teleológico de alcance de um patamar de desenvolvimento através de um pacto, como foi construído na constituinte de 1988, uma mudança significativa na condução do Estado e na sua relação com a sociedade antes marginalizada por completo.

Alçando um leque de direitos que como sabemos, a partir das eleições de 1989 já entrariam em confronto com o projeto que surgia na disputa do sistema capitalista mundial e ia contra esses direitos e a própria relação do Estado com a sociedade, o projeto neoliberal começa com uma feroz contrarreforma modificando as relações dentro da sociedade.

Outo ponto importante a ser analisado, do ponto de vista de Boaventura é quanto ao desencantamento desses projetos, em função de um maior prognóstico da realidade para o enfrentamento dos problemas em face dessas promessas não alcançadas com a modernidade. Embora o autor trabalhe numa perspectiva de análise de Portugal, um país situado na semiperiferia da Europa, Boaventura permite pensar a realidade brasileira na periferia do mundo, com estruturas de subdesenvolvimento e, portanto mais inviabilizado frente ao sistema mundo. Os projetos que levam a nossa sociedade ao terceiro período do capitalismo crescem e afetam diretamente o projeto de desenvolvimento calçado na realidade brasileira em relação ao mundo.

## **REFERÊNCIAS**

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEMONS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-64**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e democracia- 1964-2010**. Parte 2. A vida política. Entre ditadura e democracia – Da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. P. 75-125.

SALLUM, Brasília. **Labirintos. Dos generais à nova republica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Roberto Santana. **Uma análise estrutural do fim da ditadura no Brasil**. Revista História e Lutas de Classe, ano 10 - edição nº 17. pag. 53-58.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alice. O social e o político na transição pós-moderna**. 2002

## O JORNAL DO DIA E A POLÍTICA AGRÁRIA: A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO.

Mariana Sulidade\*

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta apontamentos para análise da atuação do Jornal do Dia na relação entre imprensa e construção do consenso sobre a política agrária do estado do Maranhão. As implicações entre imprensa - consenso- e projeto político no presente artigo está traduzida a partir de um olhar metodológico de matriz gramsciana sobre o Estado e sobre a forma relacional de poder existente na sociedade civil. Objetivamos também saber o movimento de construção, ou em termo gramsciano, da coletivização do projeto de progresso e modernização da agricultura pelas zonas de posicionamento e de silêncio estabelecidas pelo impresso. Para tanto, verifica-se a atuação da imprensa local como sujeitos políticos e sua relação com as pautas da política agrária no estado do Maranhão nos anos de 1968-1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal do Dia, política agrária, imprensa, consenso.

### Imprensa e História: apontamentos metodológicos

A imprensa e seu uso como fonte histórica ganhou grande relevância no Brasil a partir da década de 1970 com a emergência de movimentos que contestavam a hierarquia de espaços e fontes pautados na pretensa categoria de verdade e neutralidade histórica.

No final dos anos de 1960 e início de 1970 os primeiros estudos gramscianos são organizados no Brasil<sup>6</sup>, e, por conseguinte suas análises conferirão grande contribuição para a compreensão da história política do Brasil a partir das categorias de *estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico e aparelhos privados de hegemonia*<sup>7</sup>.

O Jornal do Dia será analisado a partir do conceito gramsciano de *aparelhos privados de hegemonia* podendo ser compreendido como espaços da sociedade civil organizados para o objetivo de disputas de programas políticos e formulação de projetos, ou seja, atua segundo a lógica de um partido<sup>8</sup> cuja "função é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual" (GRAMSCI, 2002 p.25).

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). Professora de História da Educação Básica da Rede Privada de São Luís.

<sup>6</sup> As primeiras obras de Gramsci são traduzidas e publicadas no Brasil entre 1966-1968 sem sucesso editorial devido o recrudescimento político no Brasil e refluxo da liberdade de imprensa, sendo a literatura marxista alvo de censura. (GRSMSCI, 2014, p. 37).

<sup>7</sup> Ver o tópico 1.3 do presente trabalho.

<sup>8</sup> O partido político para Gramsci transborda a concepção tradicional de organização de classe. Gramsci é um dos principais críticos da concepção conservadora e burocrática do partido enquanto espaço



A inserção teórica metodológica da imprensa como aparelho privado de hegemonia (que exerce a função de partido político) supera a concepção na qual tal espaço cumpre apenas um papel de extensão da dominação de Estado, ou seja, como esquemas de comunicação cujo principal objetivo seja "manipular" leitores para coordenar e guiar os interesses do Estado (interesses vistos com homogeneidade de classe), considerado como o único espaço de exercício de poder.

Assim, o jornal pode ter múltiplos espaços em sua estrutura física: notas, propagandas, colunas assinadas, editorial e etc, Essa pluralidade não reflete necessariamente a pluralidade de linha ideológica do jornal. Portanto quando nos referimos ao posicionamento do jornal estamos evidentemente falando dos editoriais- espaços não assinados do jornal - permitindo uma margem de acerto referente às posições institucionais defendidas no e pelo impresso.

Há uma unidade em torno do qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si mesmo quando nele existam espaços para expressões de posições contraditórias [...] como qualquer partido, o jornal não escapa de contradições internas e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. (SILVA, 2005, p. 31-32)

Portanto, o jornalismo e a imprensa aqui são compreendidos como formas particulares de construção e fiscalização de um determinado programa socioeconômico e cultural. Em linhas gerais, a imprensa é um partido político atuando como organizador da vontade coletiva para nacionalizar um determinado projeto ou “para organizar e difundir determinado tipos de cultura”<sup>9</sup> (GRAMSCI, 2001, p.32).

### **Jornal do Dia: Breve Histórico**

O Jornal do Dia<sup>10</sup>, desde a sua criação, sempre se mostrou próximo às classes empresarial e agrária. Deputados, comerciantes, escritores, industriais estiveram em

---

hierárquico deliberativo de funções (no caso do da experiência italiana), sua crítica também recai aos sindicatos . Portanto, compreendemos o partido não só núcleo organizador de classe, mas é o espaço de elaboração de um projeto político coletivo da experiência de classe em vias de nacionalização, podendo ser um jornal, uma associação, uma escola, um instituto de pesquisa e etc. (GRAMSCI, 2001)

<sup>9</sup> O conceito de cultura para Gramsci diz respeito às diversas formas de visão de mundo derivadas da relação entre o político e o econômico, ou seja, constituindo um espaço de disputa, não sendo portanto uma relação secundária ou mero reflexo de uma estrutura econômica."Cultura, para Gramsci, compõe-se do conjunto dos projetos e visões de mundo – pautados por valores, crenças e autopercepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar social– desenvolvidos por cada classe ou fração, em permanente disputa" (FONTES e MENDONÇA, 2012, p.63)

<sup>10</sup> Utilizaremos também a sigla JD para se referir ao Jornal do Dia.

diferentes contextos ligados de forma administrativa a esse periódico. Não obstante, esse periódico consistiu em dos principais impressos de circulação do estado do Maranhão. Fundado em março de 1953, teve como diretor inicial e primeiro gerente respectivamente, o professor Arimathea Athayde<sup>11</sup> e o empresário Raimundo Emerson Bacelar<sup>12</sup>. A partir de 1955, a direção do periódico passou ser exercida pelo então deputado federal Cid Carvalho (PSD) que muda o slogan do jornal para "*Jornal do Dia -alma e pensamento da cidade*".

Em 1959, o JD foi comprado pelo Deputado Alberto Aboud<sup>13</sup>, voltando a se chamar apenas Jornal do Dia, inaugurando assim uma fase de aperfeiçoamento gráfico, pois nesse mesmo ano é criada a empresa Jaguar LTDA localizada no centro da cidade de São Luís, responsável pela editoração do jornal<sup>14</sup> sob o comando de Walberth Pinheiro, posteriormente sendo denominada Gráfica e Editora Jornal do Dia S/A.

A década de 1960, alguns acontecimentos marcaram definitivamente a trajetória do impresso em particular: as eleições estaduais de 1965, elegendo o Sarney para o cargo e a compra do periódico em 1966, pelo Governador José Sarney<sup>15</sup>. Em seu aspecto geral, o golpe empresarial militar e seu desdobramento refletindo nas

---

<sup>11</sup> Arimathea Athayde também foi correspondente do jornal O Globo e primeiro secretário de Comunicação Social do Maranhão, no governo de João Castelo (1979-1982). Disponível em: <https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2014/07/30/morre-o-jornalista-arimathea-athayde-primeiro-secretario-de-comunicacao-social-maranhao/>.

<sup>12</sup> Fundador da Cia Agropecuária do Maranhão (Agropema) detentora do maior plantel de gado nelore puro do Norte e Nordeste. Raimundo Bacelar nasceu no povoado de Curalinho, hoje município Coelho Neto-Maranhão, filho do grande proprietário de terra Duque Bacelar. Raimundo Bacelar foi deputado nas décadas de 1950 e 1960. Atuou diretamente na defesa dos interesses da agroindústria, agropecuária e sistemas de comunicação no Maranhão. Em julho de 1964 inaugurou a Usina Itapirema, empreendimento industrial de produção de açúcar. Foi um dos proprietários da CEPALMA (Celulose e Papeis do Maranhão. S/A) empresa familiar inaugurada em 1973, e beneficiada pelos recursos da SUDENE como aprovação do projeto de instalação em 1968, um dos maiores empreendimentos do Maranhão durante a primeira metade década de 1970. Foi proprietário e fundador do grupo de comunicação Difusora. Nas décadas de 1970 e 1980 atuou nas agências financeiras BANESPA- Seguros e BNDES. Em 1988, foi nomeado presidente da Mineração Rio do Norte. Fontes **Meio Século de TV Difusora no Maranhão receberá homenagem em Brasília**. Disponível em [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br) **Emoção marca cerimônia de despedida do ex-deputado Raimundo Emerson Machado Bacelar**. Disponível em: [portalgaditas.com.br](http://portalgaditas.com.br) Acesso em 25.01.2017.

<sup>13</sup> Industrial, ingressou na política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito deputado estadual no pleito de outubro de 1958. Transferindo-se para o Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1962 conquistou uma cadeira de deputado federal. A família Aboud teve tradição empresarial no Maranhão desde participações ativas na Companhia do Comércio do Maranhão e posteriormente na FIEMA (Federação de Indústrias e Empresas do Maranhão). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadiah-chames-aboud-n>. Acesso 21.01.2017.

<sup>14</sup> Ramon Bezerra Costa e Francisco Gonçalves da Conceição apontam que a criação da empresa Jaguar tem relação direta com crescimento do mercado editorial do estado, dentre os acionistas está Alberto Aboud, na época dono e proprietário do jornal em estudo. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/R12-0243-1.pdf>.

<sup>15</sup> O periódico continuará com o mesmo nome Jornal do Dia sendo modificado apenas em 1973, por Jornal o Estado do Maranhão.

reconfigurações partidárias estaduais e nos decretos -leis a partir de então. Em 1967, passou a vigorar a Lei de Imprensa que resultou no controle e censura da imprensa nacional.

A partir da metade da década de 1960, o JD se voltaria para a campanha dos méritos do governador José Sarney. Entre o interesse privado e público, o editorial se confundia com as próprias agências de Estado. O editor chefe do jornal passou ser o escritor e amigo do governador, Bandeira Tribuzzi, e diretor responsável o Senador pela Arena Clodomir Millet.

Jornal do Dia. 07.01.1968

### O JD e a política agrária.

O JD estava, em 1969, sob direção do Deputado Federal Arthur Carvalho, eleito em março do mesmo ano como presidente da Assembleia Legislativa do estado do Maranhão.

O diário matutino JD tinha periodicidade de seis vezes por semana. Continha oito páginas ao custo de vinte centavos (NCR\$ 0,20). Já havia se consolidado como um grande jornal local com uma proposta gráfica de maior qualidade em relação aos anos

de sua criação quando a impressão ainda era feita com placas de chumbo quente<sup>16</sup>. Enfatizava a Política Nacional, tema que quase sempre é a principal notícia do impresso. Em seguida, são dispostas as notícias estaduais ligadas a economia e política organizadas da seguinte forma: a) em sintonia com alguma decisão federal b) relatório das agências e atuação dos agentes estaduais- onde estão localizadas as principais notícias sobre a política agrária c) relação entre Sarney e o presidente. Esta última procura construir a ideia de *esforço* do governador em trazer ao Maranhão "*os ventos do progresso*" através das relatorias de viagens constantemente publicadas no JD, da percepção de reconhecimento dos agentes externos ao "empenho de José Sarney" e na insistência da proximidade entre o presidente e o governador. Nas três últimas páginas do jornal estavam os assuntos referentes a esportes, as notícias policiais e eventos culturais.

A política econômica do "milagre" partir do período 1969, é reorientada para a valorização do modelo agroexportador o que explicaria as políticas de expansão da fronteira na região Norte-Nordeste ( MACARINI, 2005).

A agricultura é o canal a ser privilegiado para o desenvolvimento econômico via ampliação da fronteira agrícola, modernização da agricultura e liberação de crédito e subsídios estatal. No Maranhão o ano de 1969 demarca a reforma agrária estadual intitulada Lei de Terras a partir da lei 2979, que altera a posse e propriedade da terra (ALMEIDA, MOURÃO, 1976).

É disponibilizado, a partir de maio de 1969, um espaço mensal para a divulgação da atuação da SUDEMA anexado no Jornal do Dia: *Cadernos. Sudema - Maranhão Novo Notícias*. As prioridades do periódico mensal é divulgar as atuações do Governo Estadual nas áreas de infraestrutura, indústria e agropecuária. O *caderno* divulgado no JD de 25 de maio de 1969, apresenta as seguintes manchetes: "Governador José Sarney estimula a Agropecuária"; "A agricultura Maranhense se desenvolve com auxílio da SUDENE"; "Estudo no Setor Primário da Economia Maranhense". Sobre essa última notícia o caderno mensal informa

Quando no estado do Maranhão, dos técnicos da FAO deliberaram o Conselho Estadual de Agricultura com aprovação do Secretário de Agricultura, Sudema, Escritório da Sudene, Banco do Brasil, Basa e Federação da Agricultura construir cinco equipes com assessoramento de técnicos colocados à disposição dos órgãos ligados ao setor agropecuário do Estado para realizar estudos do setor primário da

---

<sup>16</sup> Sobre a qualidade e progresso da impressão ver [imirante.com/oestado/internos/historico](http://imirante.com/oestado/internos/historico).

economia maranhense. (Setor Primário da Economia Maranhense **Sudema- Ano I 05.1969**. Jornal do Dia, São Luís, 25.05.1969).

A política agrária é abordada pelo JD como sinônimo de progresso e tecnicização do campo. O editorial funciona um como canal de divulgação da política governamental não destoando suas posições, opinando relativamente de forma homogênea a respeito da relação entre Estado e agricultura.

No ano de 1969, é criado um espaço, não assinado, de discussões e divulgação sobre tendências da agropecuária chamado de *Atualidades Agropecuárias*. Nesse espaço são apresentadas informações de caráter técnico sobre o campo como tipo de capim, tendências de plantio, características de rebanho, características de grãos e etc. Tais temas são apresentados como recomendações da FAO, órgão ligado às Nações Unidas sobre alimentação e agricultura mundial. O espaço é claramente destinado ao "criador de gado" e às grandes lavouras.



**Agricultura do Maranhão Será Estudada e Planejada com Ajuda da FAO/SUDEMA.**  
Jornal do Dia 12.04.1969, p. 03.

Os interesses de classe são defendidos como interesses públicos. As notícias sobre a Federação da Agricultura do Estado do Maranhão, Cia Agropecuária Agropema<sup>17</sup>, - entidades patronais ligadas a pecuaristas- e Conselho Estadual de Agricultura<sup>18</sup> são construídas a partir de uma ótica nacionalização de projetos políticos.

Esse importante programa de trabalho iniciado pela Sudene com assessoramento da FAO/ONU em todos estados do Nordeste terá como base um estudo integral da agricultura estadual[...] Participará dessa importante reunião representantes dos seguintes órgãos: FAO/ONU, Divisão de Programação do DAA-SUDEMA, Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Basa, DAC-SUDEMA Federação da Agricultura do Estado do Maranhão. Nos próximos 15 dias estarão

<sup>17</sup> A Agropema já citada, foi fundada em 1965 pelo ex-deputado Raimundo Emerson Bacelar.

<sup>18</sup> Agência estadual ligada ao Ministério da Agricultura.

chegando a São Luís representantes da Sudene para dar início, em coordenação aos órgãos locais ao importante trabalho de relevante importância para todo o planejamento e desenvolvimento do Setor Primário do Maranhão. (**Agricultura do Maranhão será estudada e planejada com ajuda da FAO/SUDENE**. Jornal do Dia, São Luís, 05.04.1969.)

Segundo a perspectiva do jornal, o trabalho citado é de "relevante importância" e reafirma se tratar de uma aliança para além das estruturas estaduais, pois envolve a participação de um órgão das Nações Unidas como bem sugere o título da matéria.

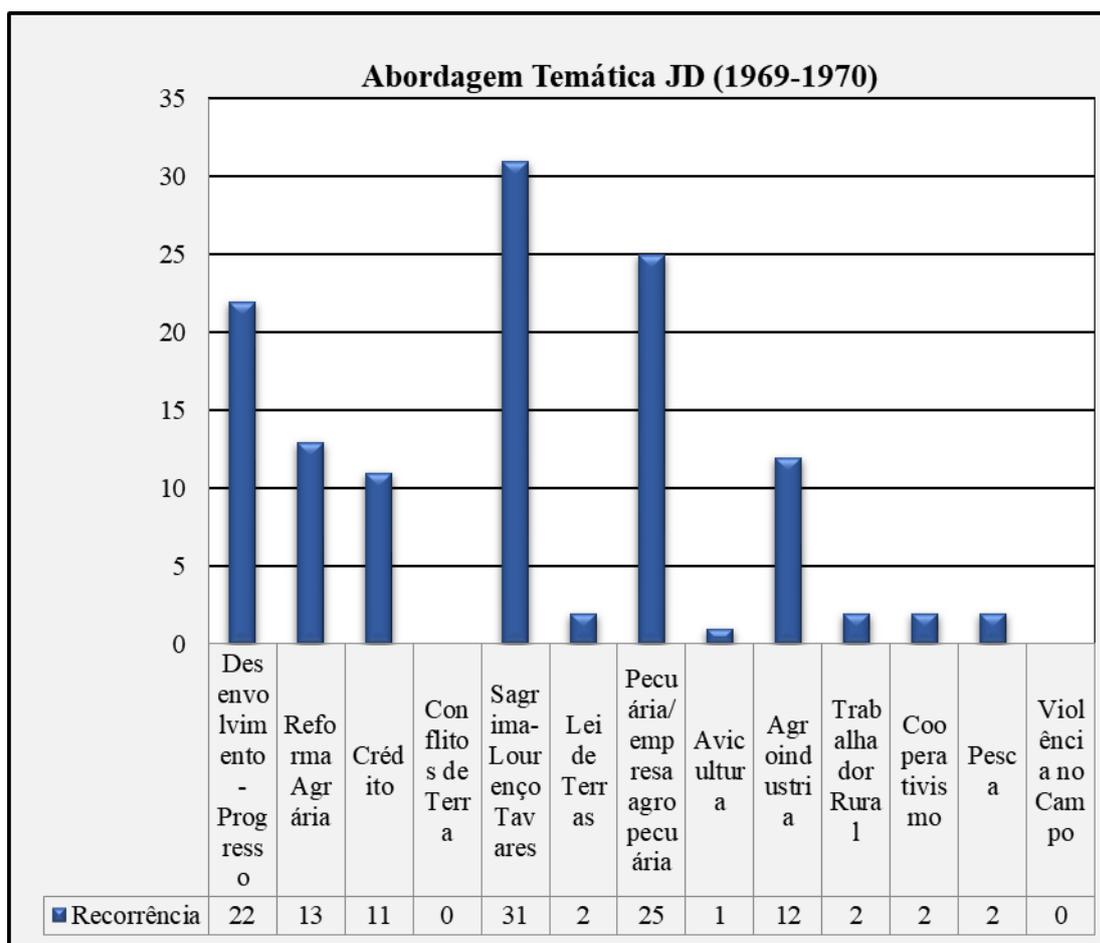
Em seis de maio de 1969, o jornal apresenta a seguinte manchete: *Agropecuária do Maranhão e Piauí tem prioridade na Sudene*. É disponibilizado na íntegra a resolução do então superintendente da SUDENE, Joaquim de Oliveira Filho que beneficiará a aplicação projetos agropecuários.

A cada posicionamento do jornal é refletido o grau de relevância que a pecuária tem para o desenvolvimento do Maranhão. Esse projeto é colocado como uma via emergencial para as políticas agrárias do governo estadual. Palavras como "relevância" "importância", "desenvolvimento agrário", são sugeridas ao leitor dando ao projeto de expansão da agropecuária um caráter de programa político extraordinário para o campo.

Não é utilizado o termo latifúndio para ao grande proprietário de terras, o JD utiliza a denominação "empresa agrícola", "empresa agropecuária" ou mesmo "produtor rural". Sabemos que essa estratégia é revestida por uma noção de ocupação moderna do campo camuflando o aspecto reacionário em torno do *grande fazendeiro*, dissociando-o de elementos retrógrados, mas, e sobretudo, construindo uma nova identidade de classe dos grandes proprietários que se recusam a enxergar-se enquanto latifundiários. Esse movimento não é isolado, mas já previsto desde o Estatuto da Terra que estabelece critérios de diferenciação do latifúndio e cria a categoria *empresa rural*

Sobre a seletividade das notícias referente ao meio rural há um privilégio temático no Jornal do Dia que traduz os interesses de classe do impresso e sua atuação como sujeito coletivo em defesa do modelo de política agrária voltada para a pecuária generalizada pelo termo "setor primário", ou "empresa agropecuária". O gráfico abaixo expressa os privilégios temáticos do Jornal do Dia a respeito das políticas agrárias no Maranhão.

**Gráfico I** Abordagem temática do JD - Agricultura (1969-1970).



**Fonte:** Gráfico de elaboração própria a partir do Jornal do Dia (1969-1970), São Luís. Biblioteca do Estado do Maranhão.

O total de matérias e reportagens catalogadas corresponde a 123 (para execução Gráfico III) nos períodos de 1969 ao primeiro semestre de 1970. Temas como atuação da SAGRIMA e de seu secretário, Lourenço José Tavares, representam aproximadamente 25% das abordagens sobre a política agrária. Em seguida, está a Pecuário-Agropecuária com 20,17% e as abordagens que remetem ao progresso e modernização, 17,75%.

A Lei 2979/69 (Lei de Terras Sarney) foi mencionada pelo impresso pela primeira vez em 14 de novembro de 1969. A matéria fala sobre uma palestra ministrada pelo Secretário da Agricultura, Lourenço Tavares ao corpo de oficiais do 24º BC a convite do Coronel Audízio Siebra de Brito.

Na oportunidade o Dr. Lourenço Vieira discorreu acerca de vários aspectos conjunturais da nossa agropecuária, mostrando, através de quadros e gráficos o que encontrou ao assumir a Pasta e dizendo o que já foi feito no sentido de modificar em parte o comportamento da setor primário da nossa economia,

que corresponde 80% da renda gerada em nosso estado[...] o Dr. Lourenço disse que tudo que foi realizado "so foi possível graças a Reforma Administrativa da Sagrama, à nova lei [...] e a política de Preços Mínimos. (**Lourenço expõe trabalhos da Agricultura no 24 BC**. Jornal do Dia, São Luís, 14.11.1969)

Na notícia acima, não é esclarecida a razão pela qual se deu a exposição do secretário ou quais os objetivos da palestra. Aqui, percebe-se a dubiedade do termo “*setor primário*”, pois em outros momentos o termo é utilizado para designar a agropecuária e tão somente ela.

A Lei de Terras/1969 é novamente mencionada em 31 de dezembro de 1969 com o tema "*Governo Regulamenta Lei de Terras para Desenvolvimento Agrário*". Na ocasião é publicado trecho de falas oficiais sobre os objetivos proposto na lei. Outra menção a lei é feita em 1970, quando são transcritos os termos da lei para apresentar os critérios para a aquisição de terras públicas na reportagem intitulada *Concorrência Pública para a cessão de Terras do Estado* (Jornal do Dia, 31.01.1970 p.3).

Ao somarmos esse quantitativo, os três temas mais citados (Sagrama; Agropecuária; Desenvolvimento-Progresso) representam 62,92% das abordagens do Jornal do Dia sobre a questão agrária no Maranhão. O que pode parecer uma conta aleatória, não o é. Ao compararmos a Lei de Terras/1969, hoje grande referência para o debate sobre a questão agrária no Maranhão, sua abordagem pelo Jornal o Dia corresponde 1,63% dos interesses temáticos do impresso em questão.

O tema reforma agrária é mencionado como um aspecto diretamente ligado à estrutura fundiária estadual, aparecendo somente uma vez, em 11 de março de 1970 na seguinte manchete: *Sagrama distribui 5000 títulos de propriedades rurais este mês*. As outras recorrências sobre reforma agrária dizem respeito às discussões nacionais com um caráter de exterioridade e distanciamento frente às problemáticas locais e deslocadas às políticas agrárias defendidas pelo impresso.

Nas matérias e reportagens sobre a Secretaria da Agricultura, há a predominância do desenvolvimento de políticas voltadas ao ensino e pesquisa na agricultura. São divulgados cursos e centros de pesquisas. Em *Sagrama vai promover pesquisas e experiências Agronômicas* (Jornal do Dia, 27 de abril de 1969) é exposto o esforço da Secretaria na promoção da profissionalização e incentivo a pesquisa em campo de interesse do desenvolvimento do estado.



A inauguração do Centro de Pesquisa, em janeiro de 1969, também é referenciada pelo jornal como um grande acontecimento para o desenvolvimento da agricultura. É adotado pelo jornal uma linguagem técnica na confecção da informação.

O Centro de Pesquisa tem como objetivo realizar a análise no campo da Agricultura, Pecuária e de Recursos Naturais [...] A Secretaria da Agricultura pretende promover um completo levantamento das principais zonas agrícolas do Estado para determinar o potencial de hidrogênio do solo. (**Sagrima vai inaugurar Centro de Pesquisa dia 1º**. Jornal do Dia. São Luís, 30.01.1969).

O Jornal do Dia enfatiza o espírito de iniciativa da Sagrima, a setorização das discussões a partir da construção do discurso de legitimidade profissional na emergência da autoridade de uma nova formação técnica no planejamento estadual e na atuação de novos agentes na condução da agricultura do estado através de especializações promovidas pela Secretaria.

### **Considerações Finais**

A imprensa e seu uso como fonte histórica ganhou grande relevância no Brasil a partir da década de 1970 com a emergência de movimentos que contestavam a hierarquia de espaços e fontes pautados na pretensa categoria de verdade e neutralidade histórica.

A determinação sobre a imprensa como espaço autônomo não foi a proposta abordada nesse trabalho. Se a imprensa desempenha um papel de sensor, no mínimo acreditamos que se refere à vigilância de uma classe para com outra. Em outras palavras, sendo a imprensa um aparelho privado de hegemonia e este produzido a partir de sua filiação social de classe, acreditamos que a linha editorial de um determinado impresso expressa essa posição de classe e interesse de uma classe sobre as outras.

A seletividade presente no JD a respeito das políticas voltadas para a agricultura esclarece e traduz a atuação desse impresso enquanto partido político no sentido que: planeja, formula, atua, e convence segmentos da sociedade civil para adesão de uma plataforma política para a questão agrária no estado.

### **REFERENCIAS**

### **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Alfredo. MOURÃO, Laís. **A Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo**. São Luís, 1976.

COSTA, Ramon Bezerra. CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves. **As origens do jornal O Estado do Maranhão**. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0243-1.pdf>.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512005000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003) Acesso em 21 de janeiro de 2017.

#### MATÉRIAS ON LINE

**Emoção marca cerimônia de despedida do ex-deputado Raimundo Emerson Machado Bacelar**. Disponível em [www.portalgaditas.com.br](http://www.portalgaditas.com.br) Acesso em 21 de janeiro de 2017.

**Histórico**. Disponível em: <http://imirante.com/oestadoma/internas/historico/> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

**Meio Século de TV Difusora no Maranhão receberá homenagem em Brasília**. Disponível em [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br) Acesso em 25 de janeiro de 2017.

#### JORNAIS

Jornal do Dia. (1969-1970) São Luís. Biblioteca Pública do Benedito Leite – Sessão Periódicos

**Cadernos. Sudema - Maranhão Novo Notícias**. Ano I 05.1969. Jornal do Dia, São Luís, 25.05.1969.

**Agricultura do Maranhão será estudada e planejada com ajuda da FAO/SUDENE**. Jornal do Dia, São Luís, 05.04.1969

**Agropecuária do Maranhão e Piauí tem prioridade na Sudene**. Jornal do Dia, 06.05.1969.

**Lourenço expõe trabalhos da Agricultura no 24 BC**. Jornal do Dia, São Luís, 14.11.1969

**Sagrira distribui 5000 títulos de propriedades rurais este mês**. Jornal do Dia 11.03.1970.

**Sagrira vai promover pesquisas e experiências Agronômicas**, Jornal do Dia, 27 de abril de 1969.

**Sagrira vai inaugurar Centro de Pesquisa dia 1º**, Jornal do Dia. São Luís, 30.01.1970.

## Ensino de História e Memória das Lutas Camponesas no Brasil

*Mariana da Sulidade\**

**RESUMO:** O presente capítulo objetiva refletir sobre os pontos de encontro entre ensino de História e as lutas camponesas a partir da relação entre memória/esquecimento no conhecimento histórico escolar, como também apresentar apontamentos para a compreensão da luta pela terra no Maranhão recente, a partir da discussão historiográfica sobre o tema. Destacaremos, ainda, a nebulosa relação entre Estado e terra no Brasil e no Maranhão durante o regime de exceção de 1964, como também as implicações dessa relação nas formas de luta pela terra na década de 1980. Acreditamos que a presente trajetória nos auxiliará na reflexão sobre a importância dessa temática para o ensino de História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História. Memória. Lutas camponesas

### Apontamentos sobre a Questão Agrária no Brasil

Precisamos pontuar que a história da luta pela terra está localizada na própria historicidade da questão agrária<sup>1</sup> no Brasil. A partir de 1930, com o processo de industrialização, o campo passou a ser interesse de dois modelos de política agrícola: colonização e expansão da fronteira agrícola. Tais movimentos tornaram-se a constância do pensamento econômico em relação agricultura brasileira e se cristalizaram com o golpe de estado de 1937 (CAMARGO, 1986).

O campo, visto como um espaço vazio e subdesenvolvido, tornou-se um dos alvos para o programa de desenvolvimento nacional e da enérgica campanha de colonização, sendo esta última uma das principais atuações do Estado Novo para questão agrária (CAMARGO, 1986).

A "marcha para o oeste", o disciplinamento do trabalho do camponês na atuação do Ministério da Agricultura - sob a coordenação do Ministro Fernando Costa - e a criação de departamentos de controle de produção agrícola modelaram as políticas públicas para agricultura brasileira (LINHARES e SILVA, 1999).

No contexto do pós-Segunda Guerra, o campo emerge enquanto força política na agenda nacional e a questão agrária passa a ficar no centro das estratégias para o desenvolvimento da nação, aceleração e modernização industrial. E, não por acaso, os

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC). Professora de História da Educação Básica da Rede Privada de São Luís.

<sup>1</sup> Sobre esse aspecto é cabível a definição conceitual correspondente à Questão Agrária como conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária. (MENDONÇA, 2010). Dentro desta questão de maior amplitude que é a Questão Agrária, aborda-se a luta pela terra e diversos projetos em torno de cada categoria envolvida.

diversos movimentos nacionalistas ganham fôlego no cenário político do país tendo em comum a defesa de uma reforma agrária no Brasil.

Existia certo consenso entre comunistas, esquerda nacionalista e nacionalistas liberais a respeito da necessidade de uma reforma agrária no país. Para todos eles, a oligarquia rural representava o latifúndio improdutivo ou pouco rentável e um setor social e político arcaico, isto é, avesso aos novos interesses industriais e democráticos. Desde a era Vargas a colonização e a reforma agrária eram interpretados como fatores indispensáveis à modernização da agricultura, à formação de um mercado interno consumidor e à efetiva industrialização do país. (MOREIRA, 1998, p. 6)

As Reformas de Base<sup>2</sup> de Goulart não alcançaram sua finalidade, embora nos anos de 1962 a 1964, um intenso debate sobre a condução da Reforma Agrária circulou nos meios acadêmicos e políticos<sup>3</sup>. O Golpe de Estado de abril de 1964 rearticulou as formas de violência diante da mobilização da classe operária e das organizações de base camponesa. Militares, classe empresarial e grandes latifundiários forjaram a continuidade das linhas desenvolvimentistas de exploração da terra. Latifúndio e grande capital sustentaram o véu da modernização agrícola no Brasil.

Em novembro de 1964, o ditador Castelo Branco assinou um dos principais marcos legais de reordenamento fundiário do Brasil Contemporâneo: o Estatuto da Terra, que dispôs sobre a propriedade rural. Tal dispositivo jurídico representou a síntese da tensão entre Estado e agricultura.

As experiências de contestação que reivindicavam as Reformas de Base de certa forma impulsionaram a elaboração do Estatuto que, de acordo com Regina Bruno (1995), representou muito mais uma postura conciliativa entre Estado e sociedade civil do que uma pretensa mobilização pela democratização do acesso à terra.

Se, de um lado, não ignoraram o pré-64 - pelo contrário, supunham o movimento social, a luta pelas reformas de base e a proposta de reforma do governo João Goulart -, de outro subestimaram a oposição da grande propriedade e do empresariado à reforma agrária. Ou superestimaram a força da “revolução” ao acreditar que os militares poderiam facilmente desvencilhar-se da grande propriedade fundiária, bastando-lhes a iniciativa política. Este tipo de pensamento e de crença é próprio das conjunturas de transição e de mudanças autoritárias: acreditaram-se absolutos e não reconheceram sua relatividade histórica (BRUNO, 1995, p.30).

---

<sup>2</sup> Programas de reformas econômicas e sociais do presidente João Goulart.

<sup>3</sup> Para localização das discussões sobre a temática agrária no pensamento de esquerda no Brasil ver MOTTA, 2014 p. 25-89.

O Estatuto aponta para algumas contradições, além disso, delimita e organiza a estrutura agrária brasileira. Os conceitos latifúndio, minifúndio, módulo rural, propriedade familiar são definidos (ESTATUTO DA TERRA, Art.4, 1964). No entanto, o mesmo precisa ser compreendido à luz dos movimentos das classes dominantes agrárias que, em articulação com Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), tecniciza e, posteriormente, militariza as discussões sobre o campo brasileiro como aponta a historiadora Sônia Mendonça,

Pode-se perceber que a política fundiária da gestão Castelo Branco encontrava-se, desde seu nascedouro, defasada, posto existirem novos interesses por parte das inúmeras frações das classes dominantes, em especial as internacionalizadas. Se, no pré 1964, setores da burguesia industrial produtora de bens de consumo básico sensíveis aos apelos de reforma agrária recusaram-na por motivos políticos, no pós 1964, depois de neutralizado o perigo comunista, essa mesma burguesia outra vez omitir-se-ia, levando ao recuo nos intentos reformistas do Governo. O Estatuto da Terra deve ser apreendido como um campo de forças no qual, desde a elaboração do projeto até sua aprovação final, verificou-se a disputa entre representante do Governo e técnicos oriundos do Ipes e porta-vozes das frações dominantes agrárias, contrárias à implantação de sua versão original (MENDONÇA, 2010, p 430).

Em linhas gerais, a presença de uma lei que regulamentaria a estrutura agrária do país parece-nos um salto dentro das concepções de luta no campo. As contradições presentes no Estatuto, porém, desqualificam sua própria pretensão reformista, como a de associação entre produtividade e latifúndio, além de não considerar a relação entre o pequeno camponês e a terra, não agregados no conceito de propriedade burguesa.

Outro aspecto de nota no Estatuto da Terra é a consolidação da política agrícola<sup>4</sup> voltada para uso da agricultura no desenvolvimento do capitalismo no Brasil priorizando uma modernização do latifúndio sem alterar a estrutura agrária concentracionista. Tal projeto político para o campo significou o recuo de uma política redistributivista e de democratização da terra.

A legislação não determina uma política. O Estatuto da Terra, na sua ambiguidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964,

---

<sup>4</sup> É importante salientarmos sobre a utilização dos termos política agrícola e política agrária. O primeiro, diz respeito ao conjunto de atuações estatais de reordenamento da agricultura para fluxos econômicos, enquanto o segundo corresponde aos desdobramentos das políticas fundiárias considerando um determinado modelo agrícola a atender as demandas do campo em sua totalidade. Portanto, não há política agrária sem uma determinada política agrícola, embora o uso deste, de forma isolada historicamente foi usado pelas classes dominantes agrárias para submeter a questão agrária às demandas econômicas (MOTTA, 2010).

uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares (PALMEIRA, 1989, p.96).

### **Ensino de História e Memória das Lutas Camponesas**

Os estudos desenvolvidos acerca da relação História e memória libertaram a narrativa histórica da sua "maldição de Funes"<sup>5</sup>. Essa perspectiva abriu caminhos para repensar as possibilidades de abusos da História, os abusos da leitura sobre o passado, para forjar projetos de temporalidade. Questões de certa forma apontadas por Walter Benjamin nas teses sobre o conceito de História em que apresenta uma crítica radical ao conceito de História pautado na ideologia do progresso, apresentando a concepção de História em movimento, enquanto projeto a ser utilizado e apropriado no contexto de lutas de classe (BENJAMIN, 2005, Tese 8).

Sobre outras categorias reinscritas na crítica historiográfica dos anos 1970-1980, o desenvolvimento analítico do tempo histórico conduziu reflexões sobre as possíveis relações entre História e reprojeção de futuro, conduzidas pela função social do historiador a partir da genealogia do presente (FONTANA, 1998).

Sobre a reflexão do tempo construído, as contribuições sobre a relação entre história e memória coletiva também acrescentaram possibilidades analíticas a respeito do tempo-presente e tempo-passado. Segundo Pierre Nora, "a história é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado" (NORA, 1984, p.1). Ou seja, é a luta contra a "peste do esquecimento"<sup>6</sup>. Entre limitações e críticas, as contribuições desse historiador versam sobre ampliação das formas pelas quais se constroem memórias coletivas.

O conceito "lugares de memória", lido como lugares onde se revisita, e se constrói um dispositivo de afirmação da tradição, é importante para entendermos como eles reconduzem o assombroso temido medo da história, o esquecimento, uma vez que, "lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora" (NORA, 1984, p. 12).

---

<sup>5</sup> Personagem de Luís Borges em "Funes, o memorioso" que tinha como privilégio ou maldição (não se sabe!) de tudo lembrar.

<sup>6</sup> Epidemia que assolou Macondo, cidade fictícia do romance "Cem anos de Solidão", de Gabriel García Márquez.

Não obstante, a análise apresentada acima demarcou a conflituosa e inerente relação entre História e memória. No entanto, algumas outras contribuições giraram em torno de se pensar a história e a memória coletiva como categorias em movimento.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.19)

Muito nos interessa o conceito de "memória social" do historiador inglês Peter Burke que nos ajuda a compreender os interesses de grupos presentes no ensino de História, tendo em vista que a "história social do lembrar" pode ser compreendida como "complexo processo de seleção e interpretações em uma fórmula simples, os meios pelos quais se registra e se recorda o passado" (BURKE, 2000, p. 69).

Já nos é sabido que tanto a memória quanto o esquecimento podem ser moldados a partir de interesses de grupos sociais que agem na conformação de uma narrativa histórica, na invenção de tradições e na construção de formas de ver o mundo.

Tanto a história quanto a memória passaram a revelar-se cada vez mais problemáticas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados (BURKE, 2000, p.67).

O historiador Peter Burke deixa claras as dubiedades que o termo memória social pode provocar quanto ao condicionamento irrestrito à memória individual na aparente anulação do processo subjetivo do indivíduo,

Se usarmos termos como "memória social", nos arriscaremos a tratar os conceitos, uma abstração, como tendo uma existência concreta, material. Por outro lado, se nos recusarmos a usar esses termos, há o perigo de não percebermos as diferentes maneiras pelas quais as ideias dos indivíduos são influenciadas pelos grupos a que eles pertencem (BURKE, 2000, p.69).

A definição acima atravessa a discussão entre ensino de História e lutas camponesas no que tange à seletividade e exclusão dos movimentos camponeses na História ensinada. O fenômeno político entre terra e poder no Brasil é o ponto fundamental para reconstruir o conhecimento histórico sobre o país e se reconstruir enquanto sujeito histórico participante desse processo, uma vez que se trata do

conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas, ligado à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra.

A ausência dessa temática em sala de aula oculta parte significativa das experiências de resistência de milhares de pessoas organizadas coletivamente na luta pelo direito à terra durante a ditadura empresarial-militar, além dos crimes de Estado para com parte significativa da população, representando um risco para as instituições democráticas com a naturalização das práticas de violência que, não sendo lembradas, não são lidas coletivamente como catástrofe.

En el marco de este proceso, y en relación directa con el futuro de las democracias en los países de la región, es importante analizar las políticas del olvido, el impacto en el corto y largo plazos de la pérdida de la memoria colectiva —la voluntaria y la inducida— así como el papel que la cultura puede y debe desempeñar para fortalecer las instituciones democráticas y asegurar la continuidad del deseo consensual de vivir en democracia. Creo que la sensación de pérdida' periódica de la memoria se debe a que la violencia ejercida desde el Estado - tanto bajo regímenes dictatoriales como desde los marcos de gobiernos electos a perpetuidad institucional - no ha sido, ni es, percibida como una catástrofe. (SOSNOVSK, 1997 p. 8-9)

O projeto de esquecimento em questão também atua na perpetuação sobre as experiências traumáticas da ditadura empresarial-militar (violações aos direitos humanos) e os limites do ensino de História na construção de um novo agir no mundo.

Nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos. Esse é um desafio central da humanidade, que tem importância redobrada em países da América Latina, caracterizados historicamente pelas violações dos direitos humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais (BRASIL, 2007, p. 22).

Assim, de certa forma, a revisão da prática historiográfica nos anos 1970 e 1980, mormente sobre as reflexões entre história e memória, aprofundou a crítica sobre um determinado conceito de História pautado na perspectiva unilateral do tempo, e de forma mais contundente, localizou a relação entre apego às tradições e projeto de História.

Enrique Padrós, ao examinar os usos dos esquecimentos sobre o passado recente das ditaduras, localiza a memória como o lugar de disputas

Em última instância a sonegação da informação, da experiência e a imposição do esquecimento, são mecanismos para consolidar o



anestesiamento geral e desresponsabilização histórica. Tais mecanismos contribuem para a implantação de uma memória reciclada que interessa ao poder dominante que, evidentemente, se afasta ainda mais do passado histórico (PADRÓS, s/d, p.87).

O projeto autoritário inaugurado em 1964 deixou consequências ainda indecifráveis e "sua fratura na sociedade foi tão profunda que suas fendas permanecem abertas até a atualidade" (CERRI, 2011, p. 10). Muitos são os desafios para os caminhos da História ensinada sobre a reconstrução da ditadura empresarial-militar no ensino de História.

A repressão política no campo durante a ditadura empresarial-militar foi letal para inúmeros camponeses e camponesas. Inúmeras foram as formas de perseguição aos movimentos sociais rurais, que vão desde a desarticulação dos sindicatos às agressões físicas e assassinatos.

Na construção de conhecimento histórico em sala de aula, que objetiva se posicionar diante de um passado e que nos redirecione para "agir no mundo", não se pode omitir o significado das ditaduras (no caso em estudo, a iniciada em 1964) para a sociedade em geral, e sua atuação no sentido da efetivação de políticas violentas, violando direitos básicos, como os direito à vida e à reprodução desta

Na prática escolar, a construção de um conhecimento histórico das ditaduras militares, comprometido com a Educação em Direitos Humanos, significa que o professor deve não apenas abastecer os alunos de informações e dados sobre os acontecimentos, fatos, personagens e processos relacionados às ditaduras militares, mas, ao mesmo tempo, conduzir uma problematização que oriente os alunos no sentido de perceber a violência e as violações de direitos humanos que caracterizam os fatos, acontecimentos e processos constitutivos de tais circunstâncias (SETEMY, 2017, s/p).

No Maranhão, foram assassinados 148 camponeses e seus apoiadores durante o período de 1964 a 1988<sup>7</sup>. Negligenciar parte desse passado compromete saber quem somos e o que podemos conceber sobre nós mesmos, revelando o projeto de esquecimento em torno da construção de um conceito de História linear.

Os planos do passado coletivo que implicam situações de ruptura e violência acabam por gerar memórias ou esquecimentos traumáticos. Isso é ainda mais intenso quando os grupos contendores são patrícios e sua luta implica também na definição no sentido da História nacional (CERRI, 2011, p. 10).

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis no Relatório Final Comissão Camponesa da Verdade 2014, p. 420.

A problemática agrária em que o Brasil está inserido é parte de complexas relações socioeconômicas que não podem ser negligenciadas pelo ensino de História e nem podem ser encaradas isoladamente, mas em relação com as experiências de diversos grupos.

Nesse contexto, os estudos históricos desempenham um papel importante, na medida em que contemplam pesquisas e reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social, em uma época. Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial (PCN, 1998, p.34).

A inserção da temática da questão agrária em sala de aula, a partir do movimento camponês, contribui para a construção do conhecimento histórico representando um campo de disputas sobre "o que construir como saber histórico escolar " e " por que construir", haja vista a necessidade de uma concepção historiográfica que abarque sua representação na sala de aula, já que esta também é espaço de uma operação historiográfica e construção da "história social do lembrar".

A possibilidade de enfrentamento (disputas) de memória também traz consigo algumas questões:

expressam-se, pois, nos exercícios de memórias, as afetividades e subjetivações dos sujeitos nas suas mais diferentes ações. Porque se se leem as memórias como propostas e respostas políticas colocadas ao presente, a investida de pesquisa histórica necessita perceber que o encontro do passado não é meramente um exercício de "recuperação" do mesmo. O passado ganha uma efervescência que responde a desafios não dele em si, mas do tempo presente, pontuado por disputas colocadas ao sujeito pelo meio social (SANTOS, 2007, p. 86).

### **Considerações Finais**

Muito se tem a fazer na reconstrução da memória social das resistências camponesas, assim como das inúmeras violências institucionalizadas sofridas por milhares de pessoas no Brasil rural.

Assassinatos, estupros, espancamentos, incêndios, destruição de bens materiais, expropriação e expulsão são algumas das muitas práticas presentes nas narrativas sobre o campo, sobre a luta pela terra. Nenhuma dessas práticas está presente no processo de construção do saber histórico em sala de aula, ou seja, nas formas de como o ensino de História se apresenta no movimento de construção da memória social do país e construção do conhecimento histórico escolar.

Revisitar a historiografia sobre as lutas camponesas no Brasil e Maranhão diante de novas fontes<sup>8</sup> constitui um desafio para reconstrução da História do Tempo Presente, não se trata da dicotomia vítima x acusado, ou a judicialização do conhecimento histórico em sala de aula, mas não perder de vista a máxima de Peter Burke sobre a função social do historiador que corresponde lembrar o que a sociedade deseja esquecer. Desse desafio, o ensino de História não pode se furtar.

Estaria no desafio do ensino de História o instável e difícil equilíbrio entre afirmação e negação do passado. O dever da memória seria desvinculado do dever de penitência e o conhecimento sobre o passado passaria a ser responsabilidade (primordial, mas não isolada) do conhecimento histórico, que não se confunde com tribunais, mas não se desvincula de seu fundamento ético de anúncio e denúncia sobre os modos pelos quais os seres humanos se relacionam (RAMOS, 2010, p. 405).

Diante disso, podemos nos comprometer a reconstruir os caminhos da História ensinada comprometidos com a ampliação de passados e de experiências para constituir uma escola e prática pedagógica atenta aos desafios contemporâneos

A escola fundamental constitui-se, portanto, num espaço onde todos interesses estão em constantes disputas. Pode-se impor tanto um ensino de História descolado das práticas sociais quanto se pode desenvolver um ensino comprometido com o debate da diversidade das experiências históricas (FONSECA, 1993, p.150).

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Currículo de História e Políticas Públicas: os programas de História no Brasil na Escola Secundária. In. BITTENCOURT, Circe (Org). **O saber Histórico em Sala de Aula**. São Paulo. Contexto, 1998.
- ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. São Paulo. Boitempo, 2002.
- ASSELIM, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane Oliveira. **Na terra das palmeiras: trabalho e identidades no universo**
- BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história**. In: LÖWY, M. Alarme de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo. Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

---

<sup>8</sup> Demarco a importância de possibilidade de trabalho dos relatórios sobre os crimes da ditadura contra camponeses e apoiadores da Reforma Agrária em sala de aula e na inclusão de construção de materiais paradidáticos e didáticos.

- \_\_\_\_\_. **Usos didáticos de Documentos.** In: Ensino de História: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 325-350.
- BORGES, Jorge Luís. **Funes, o memorioso.** IN: BORGES, Jorge Luís. Ficções. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino Fundamental. História Brasília: MEC, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos PNLD 2010 -2014 História - Ensino Fundamental.** Ministério da Educação. Brasília: MEC. Disponível: [www.fnede.gov.br](http://www.fnede.gov.br).
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional em Direitos Humanos.** Ministério da Educação: MEC, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial da União **DECRETOS E LEIS.** Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).
- \_\_\_\_\_. **Memórias Reveladas.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional Disponível: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>.
- \_\_\_\_\_. **Camponeses mortos e excluídos da justiça de transição.** Secretaria de direitos humanos. Brasília, 2013. Disponível: [dh.sdh.gov.br](http://dh.sdh.gov.br)
- BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto.** Estudos Sociedade e Agricultura n. 5 Rio de Janeiro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>
- \_\_\_\_\_. **Senhores da terra, senhores da guerra: as novas faces das elites agroindustriais no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- CAMARGO, Aspásia. **Questão Agrária, crise de poder e Reformas de Base (1930-1964)** In: III. O Brasil Republicano. FAUSTO, Boris (Orgs) Vol. 10. São Paulo. Difel, 1986.
- CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985.** Camponeses mortos e desaparecidos. Brasília. MDA, 2011.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e Poder. Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo.** São Paulo. Annablume, 2013.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. **Essa Terra é Nossa: depoimento sobre a vida e a luta dos camponeses no estado do Maranhão.** GALANO, Ana Maria. Entrevista e edição. Petrópolis, Vozes. 1980.
- COMISSÃO Nacional Da Verdade. **Relatório Final.** Brasília: CNV, 2014. DOSSIÊ REPARAÇÃO. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília: Ministério da Justiça, nº 3, Jan/Jun 2010, p.40-173.
- COMISSÃO Pastoral Da Terra. **Questão Agrária.** Disponível em [www.cpt.nacional.org.br](http://www.cpt.nacional.org.br).
- \_\_\_\_\_. **Conflitos de terras no Brasil.** 1985-1988. Disponível em : [www.cpt.nacional.org.br](http://www.cpt.nacional.org.br).
- \_\_\_\_\_. **Nossa História.** Disponível em : [www.cpt.nacional.org.br](http://www.cpt.nacional.org.br).
- \_\_\_\_\_. CEDOC. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra, 1975.** Disponível em [www.cpt.nacional.org.br](http://www.cpt.nacional.org.br).
- COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. **Historiografia e ensino de história na formação do patriotismo no início do século XX.** Juiz de Fora: Anais do IV

Congresso de Pesquisa Ensino de História da Educação em Minas Gerais, maio de 2007.

ESTEVEZ, Carlos Leandro. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas : uma resistência aplicada (1948-1964)**. Dissertação Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio. Sete barracas em busca de um elo**. Iperatriz. Ética, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Cia das Letras. São Paulo. 2012.

KALLÁS, Ana Lima. **Ditadura e Redemocratização no Ensino de História. Revisitação a partir dos eventos recentes**. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais> Acesso em 12.09.2017.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 2, 2001. Disponível em: <[www.fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/81](http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/81)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares** (Trad. Yara Aun Houry). Projeto História. São Paulo, 1993.

OLIVINDO, Mário Sérgio Pereira De. **Ensino de História e memória: usos do Passado e os desafios do historiador e do Professor**. Disponível: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em 21.01.2011.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Estudos Avançados, vol.3 no.7 São Paulo, 1989. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006).

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da Memória e do Esquecimento na História. Metras n. 22. Literatura e Autoritarismo. 2001. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num4/ass02/pag01.html>

ROSAS, Fernando. **Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política**. Germinal: Marxismo e Educação em debate, Londrina, v.1, n.1, p.84-87, jun. 2009.

ROUSSO, Henry. **Rumo a uma globalização da memória**. Goiânia, vol.19 n.1 p.265-279, 2013.

RÜSSEN, J. **Razão Histórica: Teoria da História, fundamentos da ciência histórica**. Brasília, UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Márcia Pereira dos. **História e memória: desafios de uma relação teórica**. OPSIS. Vol.30. n.9 p.81-97, 2007.

SOSNOVSKI, Saúl. **Políticas de la memoria y el olvido**. Disponível em : <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5072991.pdf>

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo. Boitempo, 2003.

# UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO *ESTUDAR HISTÓRIA: DAS ORIGENS À ERA DIGITAL* NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO PERÍODO: ‘*A VOLTA DA DEMOCRACIA AO BRASIL*’

Nalini Mendes Gomes<sup>1</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa emerge de um contexto histórico que pretende dar visibilidade aos sujeitos mulheres, relacionado as questões pertinentes a gênero dentro do contexto do livro didático e das políticas afirmativas fazendo uma análise de como é realizada a abordagem desta temática na construção de um material conciso que contemple as discussões do processo de redemocratização no Brasil. Como consequência dessas angústias situadas no meio social trazendo à tona elementos que retrate as questões de memória, gênero e políticas afirmativas na perspectiva do livro didático. *Palavras-chave:* Gênero; Políticas afirmativas; Livro Didático.

## INTRODUÇÃO

A temática sobre gênero, quilombos, identidades e representatividade são sustentadas pela metodologia da história oral que permite dar visibilidade a história dos sujeitos excluídos socialmente da escrita. Tecer uma escolha categórica no tempo e espaço se remete da necessidade de reconstituir a memória de mulheres que ao longo da história foram silenciadas tais como um leque de possibilidades que permitam esta análise com base na pluralidade das narrativas marcadas por diferentes interesses dentro do contexto do livro didático.

O interesse pelo presente estudo nasce a partir das inquietações acerca da mulher à frente das instituições representativas e por continuidade a proposta do projeto de pesquisa meneada pelo interesse e desafio de tecer um olhar as mulheres-professoras remanescentes de quilombos que cresceu acerca do meu percurso profissional e a minha identidade pessoal, o desdobramento de estudo, portanto, para as questões étnicos raciais que dá sustentação a esta análise.

Torna-se importante ressaltar estes sujeitos; dando visibilidade à memória de mulheres-professoras que por muito tempo, foram excluídas ao longo do espaço e do tempo, além das lutas permanentes que envolvem as políticas afirmativas dentro de um contexto.

Em consonância, a intenção de retratar a história das mulheres tem-se por objetivo considerá-las como novos sujeitos, destacando a importância de sua construção

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em História pela Universidade Estadual no Maranhão - UEMA, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professora dos Anos Iniciais no município de São José de Ribamar. E-mail: nalinimendesgomes@gmail.com

cultural ao longo do tempo, como aborda Burke (1992, p. 11) “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” da sociedade.

Ao constitui-se “memórias” de mulheres destaca-se por acreditar nas pluralidades dos sujeitos, de narrativas, de ações, sustentado por uma visão otimista reelaborada na década de 1980, que segundo Salvatici (2005, p. 32): “O conceito de “pluralidade”, destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações”.

É importante um olhar atento para o conhecimento das memórias de mulheres, das políticas afirmativas que implementem os valores e ressaltem as especificidades de cada área, tal qual trazendo um olhar reflexivo para as questões ligados aos quilombos, em especial das mulheres que ao decorrer do tempo vêm assumindo maior representatividade nos espaços públicos e privados. Para Sarlo (2002) sobre o espaço público: “Vivemos numa época de forte subjetividade e, nesse sentido, as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que “o pessoal” adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública<sup>2</sup>”. (p.25) Neste espaço consolidam-se as relações sociais, estabelecidas dentro e fora do âmbito escolar, sendo considerado como um espaço de conflito que reverberaram um movimento de representação e disputa.

## **MEMÓRIA DE MULHERES: UMA ANÁLISE “A VOLTA DA DEMOCRACIA AO BRASIL”**

Cabe destacar que nesse processo no qual busca-se analisar é um espaço para identificar a reelaboração de identidade brasileira, é visto dentro da perspectiva Passos (1999, p.124), destaca que a “identidade passa por um processo de ressignificação [...]. Cada vez mais as mulheres mostram que o limiar entre o público e o privado é tênue, e que elas são capazes de enfrentar o primeiro com segurança e competência. ” O espaço ocupado pela mulher se restringia ao ambiente doméstico, aos cuidados da casa, dos filhos, do marido, cabendo a dimensão do público ao homem, portanto ao longo do

---

<sup>2</sup> “Vivimos una época de fuerte subjetividad y, en ese sentido, las prerrogativas del testimonio se apoyan en la visibilidad que "lo personal" ha adquirido como lugar no simplemente de intimidad sino de manifestación pública”. (p.25) SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado**. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Madri: Siglo Veintiuno, 2002.

movimento de mulheres e feministas, este espaço que anteriormente dominado aos homens, passa a receber um contingente feminino, evidentemente que em ritmo gradativo.

A Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos individuais e sociais, destacou a cidadania das mulheres no espaço público e na vida familiar, assegurando-lhes o acesso aos direitos civis e políticos. Além do que, reconheceu as questões relativas à discriminação racial entre as mulheres no Brasil (BRASIL, 1988).

As relações sociais exercem um modo dialético ao longo do tempo, de forma a surgir concepções ou até mesmo ressignificações que vem atribuir sentido as diversas tendências da sociedade. Desta forma, é possível identificar as categorias gênero, identidade, representatividade e comunidades remanescente de quilombo como relativamente novas no contexto histórico-social, principalmente quando se retrata da participação efetiva das mulheres nesta área.

É importante traçar um percurso histórico da educação no Brasil para compreender a presença da mulher nos espaços públicos e privados, e consequentemente a sua representação nestas esferas, além das trajetórias das comunidades quilombolas, que são fortemente marcadas pela busca de uma educação de qualidade capaz de atender as especificidades dos locais, além do respeito a identidade de cada povo, da cultura e acima de tudo de cada memória.

A escolha pelo presente livro de análise *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da editora Moderna, 9º ano, da autora Patrícia Ramos Braick ser uma das coleções de maior circulação nacional, segundo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017 o sexto mais distribuído com um total de 600.179 exemplares, mas especificamente no contexto do ano estudado nesta análise que refere-se ao nono ano do ensino fundamental são 127.537 livro do aluno e 3.552 manual do professor, afim de compreender se a temática abordada dentro do livro didático referente ao processo de redemocratização do Brasil, com ênfase nas relações de gênero e das políticas afirmativas fazendo um breve destaque que para tal projeção de efetividade do ensino perpassa pela forma como o docente media seu trabalho em sala de aula, esta análise portanto, pretende contemplar as questões de abordagem do livro didático.

A história, desse ponto de vista, não deve e não pode confundir-se com o simples aprendizado de conteúdos, mas deve perseguir a possibilidade de adquirir competências específicas capazes de fundamentar uma reelaboração incessante da experiência temporal com relação às experiências passadas. Mais do que transmitir conteúdos através de uma boa didática, esta teria que dar condições de



criar as bases para o estabelecimento de relações com o passado que são necessariamente distintas segundo os presentes vividos (GUIMARÃES 2009, p. 49)

Como destaca Fonseca (2003, p. 43): “O livro didático é o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”, com base no exposto torna-se necessário o questionamento de que muitas das vezes este é o único material de conhecimento sistematizado que vincula o lar dos alunos e também um dos, se não o maior, recurso didático utilizado pelo professor.

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por turma, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos assumidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino (Brasil, 1998b, p. 79).

Um das grandes preocupações no que se refere a utilização de materiais didáticos é que paralelo do processo de globalização das últimas décadas a nível mundial houve um leque de possibilidades de recursos a ser utilizado pelo docente, o livro didático é uma das fontes, mas não somente deve o ser. Medeiros (2005, p. 59), destaca que: “a incorporação dessas linguagens evidencia também a aproximação que deve existir entre o conhecimento histórico e a realidade em que o aluno vive, trazendo para a sala de aula um novo conceito de ensino e aprendizagem.”

Os novos desafios do ensino de História que são apresentados às discussões com o avanço tecnológico e o processo de globalização envolvente nas últimas décadas são elementos que vão nortear esta pesquisa, tal qual os assuntos significativos de gênero e das políticas afirmativas abordados no livro didático intitulado por: *ESTUDAR HISTÓRIA (DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL)* da Editora Moderna, cuja autora Patrícia Ramos Braick, onde percebe-se dentre o subtítulo a preocupação em retratar à problemática da ‘era digital’, como fator preponderante para um ensino vinculado a renovação.

É evidente que, a prática docente é fundamental no processo de ensino-aprendizagem pois há várias maneiras e recursos que o professor pode desenvolver para aproximar ou até mesmo distanciar os alunos dessa perspectiva inovadora.

As intensas correntes pedagógicas, as renovações curriculares a própria homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que visa um conjunto de

aprendizagens essenciais a todos os estudantes trazem à tona reflexões acerca da necessidade de analisar o livro didático e o ensino de história, principalmente as temáticas que ganharam espaço e voz durante movimento dos *Annales*, mais especificamente em sua terceira fase que dá espaços para sustentar a escrita da história de sujeitos excluídos socialmente.

As correntes pedagógicas inovadoras deram recito à possibilidade de ensino mais dinâmico, com predomínio de participação mais efetiva dos alunos, cede ao professor maiores chances de utilização de recursos didáticos que agregado ao livro tracem um ensino mais eficaz, além da preocupação voltada a formação de sujeitos críticos, criativos, dinâmicos e reflexivos em suas práticas sociais, estas implicações formam também, as múltiplas identidades.

Permitindo o estudo ou abertura para o debate das histórias dos sujeitos excluídos socialmente além da mudança de um ensino tradicional para outro que anseie os quesitos multidisciplinar e de pluralidades, capaz de atender as novas demandas sociais. “Uma das críticas mais pertinentes sobre os métodos tradicionais focaliza a insuficiência deles na formação intelectual ou no desenvolvimento do espírito críticos dos alunos. ” (BITTENCOURT, 2011, p. 230). Tendo-se, portanto, a necessidade de uma mudança nos métodos e práticas educacionais no ensino de História que contemple a formação e desenvolvimento crítico dos alunos.

Com uma visão acerca do livro didático a ser analisado é possível ver em sua capa a presença de uma imagem da obra chamada Rise do artista Andy Scott que navegavam no rio Clyde, localizado na Escócia. Feita em aço galvanizado, cerca de 6m de altura e representa um anjo cujas asas lembram hélices de barco, a obra tem traços de representação de uma imagem feminina, além de culminar marcas do local de criação, o escultor tem umas propostas e técnicas modernas e tem marcas de sua arte em espaços públicos.

Medeiros (2005), destaca em seus escritos a significativa relevância acerca da presença de imagens, como possibilidade de uma fonte que reserva uma série de projeções, tais como partir dela para pressupostos pedagógicos ou trazê-la para marcar e restabelecer conexões entre as temáticas.

As imagens têm sido utilizadas reiteradamente como material didático para o ensino de História, adquirindo caráter educativo e pedagógico. Trabalhar com imagens possibilita ao aluno entrar em contato com testemunhos diretos de temas históricos. O uso de imagens em sala de aula exige, porém, uma proposta metodológica alicerçada em

pressupostos pedagógicos e historiográficos para que se torne uma fonte importante no processo de ensino e aprendizagem. (MEDEIROS, 2005, p. 64)

Analisando mais precisamente o capítulo 13, nomeado por “A volta da democracia ao Brasil”, nota-se as fotografias de crianças, jovens e idosos de várias etnias diferentes, estas fazendo elucidação ao texto escrito que destaca as mudanças ocorridas nesse novo contexto social que amparados pela Constituição de 1988, como volta a garantia aos direitos humanos básicos pelo ao menos neste caminhar assegurados pela lei, o texto contempla ainda que essa volta a democracia não ocorreu de maneira repentina e tornando-se um desafio até os dias atuais, a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros.

Neste item é destinado um parágrafo para tratar das questões específicas da mulher, trazendo à tona os desafios para a igualdade salarial, mas o avanço nos direitos e o adentro ao mercado de trabalho. Reitera-se que somente um parágrafo para referir-se as mulheres é relativamente insignificante, pois as questões pertinentes a esta categoria deveria haver uma explanação mais ampla mostrando os desafios enfrentados tais como as políticas voltadas para este grupo. O que se percebe é um ligeiro item após um breve exposto sobre o governo de Dilma Rousseff, fazendo-se refletir a importância desta temática dentro do contexto brasileiro.

Assegura então, a necessidades das questões de gênero, as disputas de memória em torno da representação e das identidades femininas, tratadas nas obsoletas temáticas do mercado de trabalho. Cabe ressaltar, que durante o período de redemocratização no Brasil a figura feminina redigiu espaços centrais, principalmente com os movimentos sociais, marcados por um espaço de disputa dos assuntos que envolve políticas voltadas à mulher.

Em consonância, a intenção de retratar a história das mulheres tem-se por objetivo considerá-las como novos sujeitos, destacando a importância de sua construção cultural ao longo do tempo, como aborda Burke (1992, p. 11) “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” da sociedade.

As últimas décadas no Brasil, em especial nos anos 60, 70 e 80, foram marcados pelas lutas feministas que trouxeram à tona as discussões de gênero em todos os âmbitos políticos, de forma a questionar os lugares ocupados por mulheres da cidade e do campo, tanto nos espaços públicos quanto privados.

Neste sentido, é possível compreender que a mulher ocupa um lugar amplo na sociedade, envolvido por uma dimensão política capaz de elevar a consciência da formação do sujeito e são estas lutas que as envolvem e asseguram seus direitos sociais. Partindo disso, incorporam novos elementos que integram sua identidade como no processo de escolarização, que segundo Amorim (2009)

As mulheres escolarizadas incorporam novos elementos no processo de escolarização, como as modificações no comportamento, na comunidade, construindo e revelando julgamento a respeito do objeto (escolarização) representado. (AMORIM, 2009, p.128-129):

A escolarização, portanto, consiste em um elemento importante na relação da identidade social e de gênero, pois pode interferir de várias maneiras dentro da perspectiva a ser analisada, quando levada em consideração o aspecto formativo por qual passa as mulheres.

Cabe ressaltar que a história das mulheres brasileiras deve ser analisada levando em consideração a própria história da formação econômica, política e social do Brasil, tendo em vista que tais aspectos contribuíram substancialmente para a atual conjuntura do país.

As relações sociais exercem um modo dialético ao longo do tempo, de forma a surgir concepções ou até mesmo ressignificações que vem atribuir sentido as diversas tendências da sociedade. Desta forma, é possível identificar as categorias gênero, identidade e representatividade como relativamente novas no contexto histórico-social, principalmente quando se retrata da participação efetiva das mulheres no viés de desafios e conquista na atualidade.

É importante ressaltar que no Brasil o movimento de mulheres surgiu a partir da necessidade de direitos básicos da mulher, tais como: à cidadania, à atuação em espaços públicos e privados, à saúde, à economia, setores estes, ocupados estritamente por homens. Enquanto o movimento feminista buscava atender uma necessidade mais específica e de participação da mulher na política.

É importante destacar que para Pinto (2003):

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar o movimento de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr xeque a condição de opressão

da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. (PINTO 2003, p. 43).

Com isso, é possível notar que os movimentos, feminista e de mulheres almejavam visibilidade às questões pessoais e coletivo, dentre eles, a garantia por direito à cidadania<sup>3</sup> e a representação nas esferas públicas e privadas.

Para tanto é importante demarcar o percurso das mulheres no contexto brasileiro, a partir do cenário mundial, que destaca a década de 1960, onde os movimentos de mulheres começam a se configurar como uma história complexa de lutas e reivindicações por direitos específicos, caracterizando-se como a mais importante da história das mulheres, pois é quando se apresentam com mais força e interligada a política em um sistema óbvio e ao mesmo tempo complexo, repleto de reivindicações específicas.

De acordo com estudos,

no final da década de 60, onde eclodiam grandes discussões da temática nos EUA e na Europa. Um grande marco histórico do movimento feminista, foi o protesto que ficou conhecido como a queima dos sutiãs, do qual as mulheres ativistas do movimento Wolman's Liberation Movement dos EUA, pretendiam colocar fogo em objetos como sutiãs, maquiagens, espartilhos e outros que impunham a indução de uma ditadura da beleza. [...] Com a ajuda da mídia, a atitude dessas mulheres teve uma repercussão a nível mundial, que, trouxe consigo uma grande reflexão da questão de gênero, representando uma grande influência pelo mundo, onde este ato simbolizava uma abertura da liberdade feminina. (PEDRO&GUEDES, 2010, p.6 APUD CAVALCANTI, 2008)

Portanto, essa atitude pela liberdade feminina repercutiu mundialmente a respeito das questões de gênero, pois em vários países as mulheres sempre foram sujeitos passivos da construção da sua história e identidade, sendo assim este marco histórico representou às mulheres: um grito a liberdade social, cultural e político, reverenciando assim, valores morais constituídos na sociedade. Desta forma, é necessário relacionar a situação do contexto mundial com a situação política do Brasil, afim de entender o caminho do movimento da mulher, em especial, o movimento feminista.

---

<sup>3</sup> Cidadania em seu significado mais geral, isto é, como consciência de pertencer a sociedade, como capacidade do indivíduo de se sentir responsável pelo bom funcionamento das instituições e como obrigação das instituições de respeitar os direitos de homens e mulheres. (SANTOS, W. dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.104).

O Brasil passou por um período político comandado por militares, cuja as principais características de governar foram à falta de democracia, censura e perseguições políticas, que atingiram diretamente e indiretamente toda a população brasileira. Os movimentos que começavam a emergir, acabaram sendo censurados e reprimidos pela forma de governo que não admitiam quaisquer abalos que se contrapunham ao autoritarismo militar. Alguns grupos de mulheres promoviam passeatas, agitações, organizações secretas para lutar contra o despotismo desta década.

O regime militar enfraqueceu os canais de integração social dos trabalhadores e reduziram drasticamente o acesso à cidadania social, impondo o que pode ser chamado de “cidadania em recesso”. (CAPPELLIN, 2006)

Portando, este foi um período de massacre do progresso social, configurado por um cenário de coibição individual e coletiva, capaz de retroceder uma nação nos aspectos democráticos. Este período caracterizou-se pelas fortes pressões da sociedade em busca da democracia e como resposta o governo decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que permitia poderes de repressão e perseguições políticas, havendo um número expressivo de pessoas torturadas, mortas e exiladas. Os anos de 1960, foram bastante conturbados para os brasileiros.

Para Sarti (2001, p.32): “A memória dos “anos de chumbo<sup>4</sup>”, com os depoimentos de mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permite dizer que o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar.”

Na década de 70, no governo de Geisel (1974-1979) começa a surgir uma lenta abertura à democracia, dada a partir da eliminação do Ato Instituição do AI-5 e os demais atos, com o governo de Figueiredo (1979-1985) volta a abertura política, logo os princípios democráticos.

Durante o período militar, a educação ficou em planos secundários da agenda dos parlamentares, o que correspondeu estatisticamente para o Brasil elevados índices de analfabetismo, principalmente na região Norte e Nordeste, e para tentar diminuir estes indicadores, os militares criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tem por público-alvo, os jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa

---

<sup>4</sup> Segundo Ridenti (1990, p. 113-128), trata-se de demonstrar que foi diferenciada a participação política das mulheres durante o período da Ditadura Militar, quando passaram a intervir significativamente na cena política, quer para apoiar o golpe de 1964, quer para combatê-lo, das formas mais moderadas às mais extremadas.

humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida” (MENEZES&SANTOS, 2002).

Desta forma, o movimento feminista, nesta década, lutava por questões políticas, que levassem-nas ter visibilidade pessoal e social, que permitisse acesso à educação, pública, gratuita e de qualidade a ela e a seus filhos, desta forma assumiram uma postura de sujeitos mais ativos pelas demandas democráticas.

Estes temas que antes eram tratados de forma discriminatória pela sociedade, e até mesmo pela maioria das mulheres, começam a ser discutido, derrubando mitos, e conquistando visibilidade dentro do território social e político, assumindo que a mulher tem um papel importante no universo amplo da sociedade, e não apenas dentro das suas casas. Harmônico ao feminismo que caracteriza-se pela busca constante dos direitos políticos, destaca-se o movimento de mulheres, que segundo Pinto (2003)

Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. (PINTO, 2003, p.43)

Sendo assim o movimento feminista e de mulheres destacam-se principalmente na década de 80, após a promulgação da Constituição de 1988, que legitima, os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população brasileira.

Desta maneira, é possível perceber que a Constituição de 1988, contribuiu para um momento de democracia dentro do cenário brasileira. Sendo assim as mulheres tem um aparato documental para assegurar condições iguais aos dos homens e buscam melhores condições de vida, no sentido de espaço e ascensão social, política, econômica e cultural, tanto na cidade quanto no campo, construindo assim a identidade social.

Para Pimenta (1999, p.18) “a identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado”. Nesse caminhar, cabe destacar que contempla um organismo processual, algo que se (re) configurar em um determinado tempo e espaço.

Logo, é possível perceber que a identidade não é algo fixo, que não sofre variação, mas constitui como flexível, passível de mudanças.

Portanto, o entendimento a respeito da categoria gênero se refere a uma identidade do sujeito, como destaca Louro (2012):

Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. (LOURO, 2012, p.28)

Caracterizando os aspectos e constituído o estudo por gênero, Louro (2012, p.30) aponta que: “os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero”.

Tornando-se importante a abordagem destas categorias no livro didático para que os alunos e alunas tomem conhecimento dos processos itinerantes que permeiam as lutas por espaço de memória, entendendo-lhes que todos as conquistas no meio social partiram de árduos momentos de lutas pela inserção da mulher nas atividades públicas. Pensar sobre isto, pode tornar significativo as discussões acerca do desencadear no processo de escolarização, das consciências políticas e do lugar de memória. Para Nora (1993):

(...) a memória representa vida, sempre carregados de grupos vivos, e está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (...). A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p.9)

Acredita-se desta maneira que através deste ponto de partida, ao considerar significativo o entendimento sobre gênero, representação e identidade tal qual o lugar de memória na formação dos alunos, é possível a constituição de cidadãos mais crítico e reflexivos sobre os processos sociais.

## **HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS NEGROS E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

As imagens trabalhadas nos subtópicos ‘As diferenças entre negros e brancos no Brasil’, e ‘Os negros e as políticas afirmativas’ traz uma charge do cartunista Laerte, 2011, criticando a morte por armas de fogo de jovens negros e um gráfico mostrando a distribuição por cor ou raça entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico no Brasil – 2013 com fonte direta da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (Pnad)/IBGE além de uma indicação do site a cor da cultura mostrando e dando suporte ao processo de valorização da cultura negra o texto também mostra os avanços da população preta ou parda com relação ao Censo 2000, principalmente quanto a Constituição de 1988



declarou crime inafiançável ao racismo e políticas afirmativas para a inclusão socioeconômica desta população com o intuito de reparar as práticas discriminatórias, essas políticas vão sendo constituídas de desafios ao longo do processo histórico ficando evidente que são muitos os desafios a serem enfrentados pela população parda e negra.

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, 12 tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres “para ser o que for e ser tudo” – livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males. Portanto, como professores(as) ou cidadãos(ãs) comuns, não podemos mais nos silenciar diante do crime de racismo no cotidiano escolar, em especial se desejamos realmente ser considerados educadores e ser sujeitos de nossa própria história. (SECAD, 2005 p.11-12)

E são estas discussões que devem se fazer presente quando se refere as pessoas negras ou pardas no processo de ensino e aprendizagem, o livro didático como forma de material essencial e de acessibilidade aos educandos deveria refletir acerca dessas temáticas com mais propriedade, de modo a propiciar aos alunos questionamentos sobre o tema que é extremamente importante principalmente porque diz respeito a formação de uma identidade, a formação de uma história construída em cada luta e resistência.

As décadas de 80 e 90 sofreram fortes mudanças pela transição dos períodos militar para o civil, alterando também as concepções de currículo e práticas docentes, as novas linguagens advindas de uma transformação no ensino-aprendizagem deram então, abertura para concorrentes pedagógicas que levaria o aluno ao modelo mais participativo deste processo, com a influência de fontes e materiais que aproximasse o aluno a desenvolver um pensamento mais crítico acerca das temáticas que lhes eram mediadas.

Como a educação brasileira historicamente se constituiu pautada na ausência da história do negro, e essa realidade só foi se modificando após inúmeras mobilizações, por parte de representações dos movimentos negros, de grupos sociais que viram a

necessidade da inserção e participação mais efetiva nos currículos das escolas, pois muitos não tiveram acesso nas instituições escolares, tão pouco na história do país.

Com a chegada da década de 1980 e a redemocratização abre-se um cenário de novas possibilidades de atuação de políticas em torno das noções de etnia e cultura que possibilitaram ganhos consideráveis ao movimento político negro em diversas áreas, inclusive na educação. (BAKKE, 2011, p.48)

Neste contexto, fica evidente que com a força participativa que integrava o movimento, os debates sobre alterações nos currículos escolares, tal como, a inserção deste tema dentro das salas de aula tornou-se instituída em 1998 com os Parâmetros Curriculares Nacionais neste caminhar ainda como temática transversal e de pluralidade cultural sendo a efetivado de fato, com leis mais específicas em 2003 com a Lei 10.639<sup>5</sup>, afim de intervir nas desigualdades raciais e sendo sua versão complementar em 2008, com a Lei 11.645<sup>6</sup>, ampliando portanto a lei de 9.394 de 1996.

Como eixo de discussão o guia do PNLD traz para nortear o seguinte tópico:

Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando o caráter multicultural da nossa sociedade; abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (PNLD, 2016, p.10)

Deste modo, ao considerar estes quesitos para análise deste livro didático, é possível destacar que o livro precisar trazer de forma mais significativa a promoção

---

<sup>5</sup> "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

<sup>6</sup>§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

positiva da identidade negra, tal como fazendo alusões ao processo de resistência e das demandas efetivas no qual fizeram o aparecimento destes sujeitos não somente nos livros mais na sociedade de forma geral. Mostrando e valorizando o caráter étnico-racial, promovendo através de imagem a positividade da identidade, assim como questionamentos reflexivos aos jovens para o combate ao racismo e o alcance a uma construção por uma sociedade mais justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os espaços escolares devem propiciar ao educando a construção de sujeitos capazes de compreender as diversidades e as pluralidades sociais, vinculando, portanto, o desejo por uma sociedade que dá possibilidade de fala aos sujeitos silenciados ao longo da história, além do mais, o respeito as memórias das vozes que calaram. Trabalhando no intuito de diminuir e nos anseios mais profundos, de erradicar as práticas discriminatórias existente entre os seres, seja ele a quaisquer pertencimentos de grupos sociais e identitários.

As práticas docentes, correntes, concepções, metodologias e os recursos didáticos são aparatos que vão sustentar uma lógica cada vez mais dinâmica da globalização e de inovações, mas são ainda, os elementos centrais que subsidiam a relação de ensino e aprendizagem e a partir de então, recorrem as experiências e expectativas de transformações na construção de um país de fato democrático.

## **REFERÊNCIA**

AMORIM, Elisângela Santos de. **Trajetória Educacional de Mulheres em assentamentos de Reforma Agrária da região Tocantina-MA.** São Luís/Florianópolis: Edufma/Editora Mulheres, 2009.

BAKKE, R. R. B. **Na escola com os orixás:** o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, FFLCH/USP, 2011.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011, p. 223-252.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História:** das origens do homem à era digital. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Brasília, DF: SEF, 1998b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PNLD 2017: História – Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. 10 p.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira, In: PRIORE, Maria Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.p.640-667.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003, p. 49.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 35-50, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 8.ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, Elisabeth. Fontes e linguagens para uma prática renovada. **Vidya**, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul.-dez. 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>, visitado em 6/2/2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, p. 7-28 dez. 1993.

PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **IN: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. ISSN 2177-8248. Londrina, 2010

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. **In:** PIMENTA, Selma Garrido. (Org. LIMA, Maria Socorro Lucena. A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional. (Tese de doutorado) São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2001.). Saberes pedagógicos e atividades docentes. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p.15 a 34)

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. Tempo Social; Rev, Sociol, USP, S.Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

SALVATICI, S. **Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. X'Revista de História Oral, v. 8, n. 1, p. 29 – 42, jan-jun 2005.

SANTOS, Reinilda de Oliveira. **Encantaria em Sala de Aula: Ensino das Religiões afro-brasileiras e construção da consciência histórica através de seções didáticas no site do Museu Afrodigital do Maranhão**. Dissertação. Programa De Pós-Graduação Em História, Ensino e Narrativas. Universidade Estadual do Maranhão –UEMA. 2018.

SANTOS, dos W. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARLO, Beatriz. Crítica del testimonio: sujeto y experiencia. In: \_\_\_\_\_. **Tiempo Pasado**. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Madri: Siglo Veintiuno, 2002.

SARTI, Cynthia A. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro**. Cad. Pagu [online]. 2001, n.16, pp.31-48. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100003>.

SECAD. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p.

## **MOVIMENTO CLARIDADE E SEU IDEAL DE CABOVERDIANIDADE (1936-1975): A INFLUÊNCIA DOS POSTULADOS DE GILBERTO FREYRE SOBRE OS CLARIDOSOS**

*NAYARA DE FÁTIMA NUNES SANTOS\**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar quais foram os impactos das concepções do luso-tropicalismo e do ideal de mestiçagem, realizadas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, sobre a sociedade cabo-verdiana, analisando também assim a forma pela qual os postulados desse sociólogo foram absorvidos pelos claridosos. As produções freyrianas foram bastante importantes e difundidas entre esses intelectuais cabo-verdianos, os mesmos fundaram a Revista Claridade no ano de 1936 e cujas obras obtiveram grande importância no âmbito literário em Cabo Verde. O grupo possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao processo de construção de um ideal de caboverdianidade, onde serviu para forjar um ideal de nação após a independência do país no ano de 1975.

**Palavras-chave:** Cabo Verde. Luso-tropicalismo. Claridosos.

### **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa busca analisar quais foram os impactos das concepções do luso-tropicalismo e do ideal de mestiçagem, realizadas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre sobre a sociedade cabo-verdiana, analisando a forma pela qual esses postulados foram absorvidos pelos claridosos. As produções freyrianas foram bastante importantes e difundidas entre esses intelectuais cabo-verdianos, os mesmos fundaram a Revista Claridade no ano de 1936 cujas obras obtiveram grande importância no âmbito literário em Cabo Verde. O grupo possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao processo de construção de um ideal de caboverdianidade, o qual serviu para a formação de um ideal de nação após a independência do país no ano de 1975. Nesse sentido a presente pesquisa tem com recorte espacial, a sociedade cabo-verdiana a partir da fundação da revista Claridade até a independência desse país, como recorte temporal a pesquisa se concentra aos anos de 1936 a 1975.

É necessário verificar o contexto de cada nação estudada para que assim seja possível compreender melhor o tipo de literatura que é produzida e as similitudes com as de outros países. No que se refere a Literatura africana de língua portuguesa, observamos uma total ligação com Portugal, que vai muito além do uso do português, mas também a termos culturais que o período de colonização fora instalado. Sabe-se que a obra escrita seja ela literária ou acadêmica se deriva de ações, ideias e interesses, e estão nitidamente ligadas a quem escreve a obra, aos hábitos e aos costumes da época

em que foi escrita. A Literatura africana por muito tempo percorreu a ideia de dualidade nos aspectos de moderno *versus* tradicional, colonizado *versus* colonizador, entretanto em vários países, principalmente no pós-independência surge uma nova forma de ver a literatura, a mesma passa a ser um objeto de afirmação nacional, com evidencia no tocante ao ato de valorizar o uso das línguas maternas. Desse modo para Augel:

Fez e continua a fazer parte da política cultural de uma grande parte dos países africanos a preocupação em valorizar as línguas maternas, faladas pelas diferentes etnias nacionais, como constituindo um elemento básico e indispensável para a afirmação da identidade pessoal e coletiva. (AUGEL,1998, p.33)

Com o avanço de pesquisas, os estudos sobre África ganharam cada vez mais espaço e novos pesquisadores se debruçaram sobre esse continente.

A presente pesquisa se debruça a partir da abordagem da história cultural. A história cultural perpassa por quatro fases, não que ocorra uma divisão precisa, mas de acordos com os acontecimentos ocorre a necessidade da cronologia. A primeira seria a que Burke denomina de fase clássica da história cultural, a mesma perpassa ao período de 1800-1950, possui com nomes de destaque, Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, esses intelectuais se concentravam em fazer uma análise a partir da visão que o historiador realiza um retrato de uma determinada época e lugar, nesse sentido tem muita análise referente a artes, os mesmos viam as manifestações artísticas como forma de se estudar uma determinada cultura

A segunda fase se concentra em uma análise da cultura mais relacionada a visão econômica, nesse sentido temos Max Weber como nome de destaque, esse intelectual procurava analisar como a cultura interfere nas transformações econômicas. A terceira fase pode ser compreendida como a necessidade de se estudar a história da cultura popular, essa nova abordagem ganha destaque na década de 1960. A quarta fase, fica conhecida como Nova História Cultural. Burke denomina de NHC, a mesma ganha destaque a partir de 1980, essa nova abordagem da história cultural se preocupa em analisar a história das mentalidades, nesse sentido tem nomes destaques: Michel Foucault Mikhail Bakhtin, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Essa expansão da história cultural é auxiliada por outras ciências, nesse sentido tem a antropologia com destaque ao auxílio a estudos da história cultural. Nomes de destaque de antropólogos estudados pelos historiadores: Marcel Mauss, Mary

Douglas, Clifford Geertz e Edward Evans-Prichard A história cultural era ligada a uma narrativa tradicional, com essa nova abordagem da mesma percebe-se que ocorre uma mudança, a mesma passa a se preocupar em dar voz as minorias, a história de vidas e principalmente ocorre uma nova visão de narrativa que se preocupam não apenas em apresentar uma história dos vencidos e triunfal, mas sim com visões críticas de cada relato.

Nesse sentido a abordagem referente a história cultural nos possibilita apresentar uma perspectiva que interpreta a literatura, não apenas como uma narrativa, mas também como fruto de uma dominação política, especialmente na construção de uma identidade nacional.

O processo de revisão das fontes históricas, foi inaugurado com a Escola dos Annales em 1930, e se efetiva nos anos de 1970, onde é possível observar uma confluência de debates a respeito do que poderia ser considerado fonte. Alguns autores começaram a defender a ideia de que a literatura deveria ser utilizada sim como documento científico. Para Ribeiro (2000), a literatura deve ao mesmo nível que a História ocupar lugar de importância em meio a essas análises, uma vez que as duas possuem uma forte ligação frente aos processos políticos e sociais, que variam do período em que foram vividos ou escritos, tendo em vista que as mesmas são narrativas, entende-se assim que nem a história nem a literatura são estáticas, mas que assumem um lugar específico justamente por que elas são dialéticas. Desse modo podemos de acordo com a concepção de Pesavento:

Tanto História quanto literatura são modos de explicar o presente, inventar o passado, pensar o futuro, e utilizam de estratégias retóricas para colocar em forma de narrativa os fatos sobre os quais se propõe abordar. Ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor (PESAVENTO,2004, p.81).

Assim podemos afirmar que, a literatura e a História se complementam.

Vemos dessa forma que o trato com as fontes, independentemente do tipo que elas sejam, deve procurar entender o contexto no qual foi escrita, além do meio social do autor, sempre observando seus ideais pautados numa intencionalidade. Desse modo para Chartier:



todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar da realidade do texto construído, pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita. (1994, p.102)

Atualmente é possível afirmar e observar a utilização da Literatura no âmbito da História bem como um número considerável de produções acadêmicas no qual as obras literárias constituem pontos cruciais da pesquisa. Neste caso aqui em específico, objetivamos diminuir e preencher algumas lacunas ainda existentes no que diz respeito ao conhecimento sobre a História da África e dos povos africanos, utilizando especialmente a Literatura africana, com foco nos países de língua oficial portuguesa. Para além disso, busca-se entender e reconhecer as ligações entre as literaturas, principalmente a Literatura brasileira com a literatura cabo-verdiana.

É visto que a literatura deve uma grande representatividade no campo político desse país. Os claridosos e a revista *Claridade* serviram para mostrarem que além de obras literárias, esse movimento possui um teor político e social. O contexto que foi fundada a revista *Claridade* se passava em torno do processo de independência de Cabo Verde, nesse cenário, era presente uma forte repreensão e os intelectuais encontraram na escrita a necessidade de se fazerem ouvido, dessa forma “A literatura contém, agora um projeto ideológico mediante o qual é deflagrada a polemica em torno da consciência do país, isto é, do nacional.” (HERNANDEZ,2002, p.136)

A década de 1950 em cabo verde foi marcada por constantes embates políticos e identitários e isso refletiu nas produções literárias, as mesmas foram vistas como representantes dessa luta pela independência e criação de uma identidade nacional. Do ponto de vista do ideal de caboverdianidade proposta pelos claridosos é possível afirmar que, “ Vista desse ângulo a afirmação identitária dos claridosos era um instrumento cultural que serviria mais tarde de suporte à luta pela independência. ” (SILVEIRA,2005, p.141)

A revista *Claridade* foi fundada em 1936, no país de Cabo Verde e deve como fundadores: Jorge Barbosa, Baltassar Lopes, que era o pseudônimo de Osvaldo Alcântara, e Manuel Lopes.

Assim podemos entender de acordo com Ferreira que “Claridade é luz que nasce, luz nova que alumina, que se rasga diante dos nossos olhos, e rasgando-se diante

dos olhos desnuda as coisas novas, as coisas nunca vistas por que ocultas na opacidade do lado de lá. ” (FERREIRA,1986, p.LXV)

Como já foi exposto o projeto quer tecer como as produções de Gilberto Freyre teve impacto nos claridosos, a partir do ideal de mestiçagem e o lusotropicalismo.

Gilberto Freyre afirma que:

(..)o complexo teórico lusotropical tem como base a bem propalada noção de que os portugueses foram colonizadores mais suaves e benignos, assim como mais propensos à miscigenação com gentes de cor, habitantes dos trópicos, devido a um conjunto de fatores de ordem climatológica, geográfica, histórico-cultural e mesmo genética, que teriam sido decisivos na formação da “maior civilização moderna nos trópicos”. (FREYRE,1992, p.190)

Desse modo fica evidente o porquê desses intelectuais absorverem esses postulados freyrianos, visto que os claridosos enalteciam as semelhanças entre Brasil e Cabo-Verde, assim a concepção de lusotropicalismo serviu para embasar isso, de acordo com a mesma, Portugal foi uma nação colonizadora mais branda e a que mais possibilitou o processo de sínteses cultural, principalmente no ideal de mestiçagem.

O estudo acerca do continente africano começou a ser realizado de forma interdisciplinar, problematizador e totalizante. Em África começou a se observar uma necessidade de se fazer uma história nacional e também uma narrativa dos africanos como agente de sua própria história, em meio a isso a literatura exerceu um grande papel, pois ela serviu como instrumento de luta política e ideológica.

No que concerne aos aparatos metodológicos nosso projeto se debruça a partir de uma perspectiva de análise trans e interdisciplinar, posto isso foi catalogado e realizado uma análise qualitativa e quantitativa de todo o segundo volume da Revista Claridade, especificando os poemas, versos que consta em cada número, e realizando apontamentos sobre os escritos dos autores. Esse processo de catalogação dos temas e poemas presentes na revista, foi necessário para compreender melhor como esses intelectuais da Claridade realizaram de formas muito singulares as problemáticas recorrentes na sociedade cabo-verdiana e a construção de um ideal identitário.

## REVISTA CLARIDADE

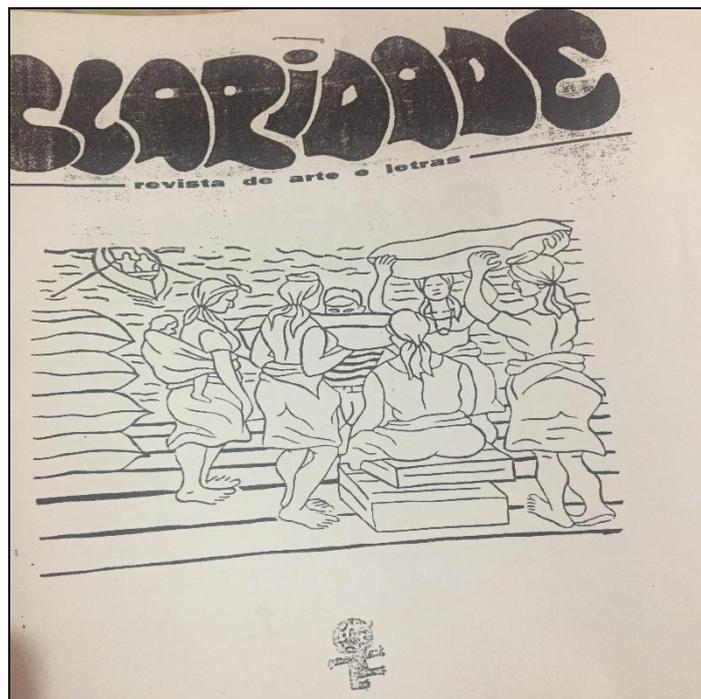


Imagem da capa da revista Claridade. Fonte: registro fotográfico do próprio autor.

A revista Claridade foi fundada em 1936, no país de Cabo Verde e deve como fundadores: Jorge Barbosa (1902-1971), em suas poesias trabalhou com temas que retratavam políticos e sociais do país, Baltassar Lopes, que era o pseudônimo de Osvaldo Alcântara (1907-1990), esse autor escreveu várias obras e a que mais se destacou foi o romance Chiquinho, que retratava a sociedade de Cabo Verde no começo do século XX, e foi essa obra que deu início ao movimento Claridade, e Manuel Lopes (1907-2005), esse autor abordou em suas obras temas como emigração e seca. Muito se pergunta acerca do nome. Muitos afirmavam que o nome Claridade originou da revista francesa Clarité, porém em termos políticos e ideológicos as duas são completamente opostas, enquanto a revista Claridade enaltece Portugal, a revista Clarité quer de todas as formas romper com os ideais de direita.

Os claridosos se inspiraram diretamente no modernismo brasileiro e o mesmo serviu como um guia para tais intelectuais, além dessa semelhança com os modernistas, a realidade do sertão nordestino foi outro tema muito abordado pelos literários do movimento Claridade, até mesmo pelas características climáticas do sertão do Nordeste e Cabo Verde. A literatura brasileira foi tão importante no processo de inspiração dos claridosos que em muitas obras desses intelectuais ocorre citação de

autores brasileiros, como exemplo o autor Jorge Barbosa cita em um de seus poemas o autor Manuel Bandeira, é de grande valor ressaltar que não deve haver a concepção de que a literatura cabo-verdiana foi uma réplica do movimento modernista brasileiro, e sim ver que esta foi uma inspiração para os romancistas cabo-verdianos que já a muito tempo detinham dessa vontade de criação de uma identidade nacional, “(...) tem prosseguimento a idéia genérica de descobrir a ‘Terra Mãe’, mediante uma identificação nacional com forte acento literário.”(HERNANDEZ,2002,p.134)desse modo sempre ocorreu um anseio por parte dos intelectuais em mostrarem a literatura da terra.

A revista Claridade foi escrita em Crioulo, uma língua que possui duas variantes, “(...) as diferentes variantes faladas no país refletem-se na criação literária e assim temos tanto textos escritos num crioulo aportuguesado (*kriol lebi*), como num crioulo tradicional (*kriol fundu*) de vários níveis de profundidade(...)” (AUGEL, 1998.p.36). Em Cabo Verde utiliza-se a versão aportuguesada do Crioulo, desse modo a língua é morfologicamente uma simplificação do português. Apenas sua primeira publicação foi publicada nessa língua isso refletiu como uma forma de resistência e de uma consciência de afirmação de identidade nacional. Porém os claridosos eram ambíguos no que consiste na criação desse ideal de nacionalismo, pois ao mesmo tempo em que eles queriam uma identidade cabo-verdiana, eles sempre acabavam se ligando com as características portuguesas e isso denota uma ideia de pertence a Portugal, isso se demonstra na utilização no uso do crioulo aportuguesado.

Entender quem são esses fundadores do movimento Claridade é de extrema importância, por que assim ficará mais fácil entender seus objetivos. Os pais da claridade têm sua formação bem elitista e muitos estudaram em Portugal, isso também pode ser uma forma de entender o porquê que os mesmos são tão distantes do continente e tão próximos da metrópole. Os fundadores desse movimento: Baltasar Lopes foi o autor da obra Chiquinho,1947 obra que deu início a esse movimento, Jorge Barbosa, esse autor é considerado o pioneiro da poesia cabo-verdiana e Manuel Lopes. Os três escritores são muito prestigiados em Cabo Verde pelas suas importantes obras, eles foram os primeiros a pensarem nas problemáticas de Cabo Verde e as obras literárias são bem prestigiadas tanto na poesia quanto no romance. Esses autores possuem em suas concepções a necessidade de criarem uma identidade nacional que fuja do pertencimento desse país ao continente africano, essa necessidade de afastamento se deve principalmente a necessidade de Cabo Verde se ver inserido no

contexto luso-tropical. Assim esses intelectuais proclamam uma aproximação ao invés de um distanciamento.

### **LITERATURA: INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO NACIONAL.**

É visto que a literatura deve uma grande representatividade no campo político desse país. Os claridosos e a revista Claridade serviram para mostrarem que além de obras leiterias esse movimento é de um grande teor político e social. O contexto que foi fundada a revista Claridade se passava em torno do processo de independência de Cabo Verde, nesse cenário, era presente uma forte repressão e os intelectuais encontraram na escrita a necessidade de se fazerem ser ouvido, dessa forma “A literatura contém, agora um projeto ideológico mediante o qual é deflagrada a polemica em torno da consciência do país, isto é, do nacional.” (HERNANDEZ,2002, p.136)

Nesse período ocorria dois partidos, o PAICV e o PAIGC.O primeiro buscava a independência, mas sem querer romper com a herança europeia, os claridosos faziam parte desse partido, pois eles se vangloriavam e exaltavam por terem sido colonizados por Portugal. O outro partido ia contra esse ideal, para eles deveria uma ruptura com a dominação colonial e enaltecer o ideal de caboverdianidade. A década de 1950 em cabo verde foi marcada por esses constantes embates e isso refletiu nas produções literárias, e as mesmas foram vistas como representantes por essa luta de independência. Logo após essa criação bipartidária surgiu o PAICV, que afirmava que era necessária romper com as heranças europeias.

A sua “ambivalência” e o seu “querer bipartido”, embora envoltos numa roupagem conceptual mais sofisticada, marcavam profundamente seu ideário regional de “fincar os pés na terra”. Abria-se deste modo, uma nova via para afirmação da identidade, a do nativismo literário, liderado pelo Movimento Claridoso, fundado em 1936, (...)” (SILVEIRA,1935, p.139)

Mesmo os claridosos indo contra esse distanciamento, ocorreu mesmo assim a necessidade do se fazer nacional, e isso coube a literatura. “Vista desse ângulo a afirmação identitária dos claridosos era um instrumento cultural que serviria mais tarde de suporte à luta pela independência.” (SILVEIRA,1935, p.141)

### **IMPACTOS DAS PRODUÇÕES FREYRIANAS SOBRE OS CLARIDOSOS.**

Como já foi exposto o projeto quer tecer como as produções de Gilberto Freyre teve impacto nos claridosos. Esse sociólogo foi financiado por Portugal para ir

conhecer as terras portuguesas na África, em um contexto na qual, diversos países de África estavam passando pelo processo de independência, desse modo o regime do ditador Antônio de Oliveira Salazar, viu uma oportunidade de se manter ainda mais no poder, é valido apresentar que os postulados desse sociólogo em uma primeira instancia não foram bem aceitos, visto que ideologicamente, ainda continha conceitos bem eurocêntricos e racistas, entretanto em um período crítico do colonialismo português seria valido apresentar similitudes entre essa nação e os trópicos. Gilberto Freyre foi bem aclamado pelos intelectuais claridosos, os mesmos viam esse sociólogo como uma espécie de “mestre” e que eles tinham muito o que aprender com ele, a obra freyriana que mais causou impacto nesses intelectuais foi, Casa Grande Senzala(1992) visto que nesse livro ocorre o conceito de mestiçagem e de lusotropicalismo que foi postulado por Gilberto Freyre. Outro livro que teve bastante destaque foi Um brasileiro em terras portuguesas(1953), onde o autor faz um discurso acerca das similitudes ente o eixo Portugal e os trópicos, enfatizando as relações entre Cabo-Verde e Brasil.

Fica evidente assim o por que dos claridosos absorverem os postulados de Freyre, visto que esses intelectuais aclamavam, enalteciam e queriam de todas as formas reconhecer as semelhanças entre Cabo Verde e Brasil, assim a concepção de lusotropicalismo serviu para embasar isso, de acordo com essa concepção os portugueses foi uma nação colonizadora mais branda e que mais possibilitou o processo de sínteses cultural, principalmente no ideal de mestiçagem.

Mesmo Freyre sendo aclamado pelos claridosos ele sofreu uma dura crítica e sentiu um grande descontentamento por parte desses intelectuais No livro Aventura e Rotina: sugestão de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação,1953,esse descontentamento se deu pois Gilberto Freyre visitou apenas três ilhas são elas São Vicente, Santiago e Sal, desse modo não é possível se ter uma totalidade do arquipélago sendo que foi analisado apenas três ilhas, além disso algo que gerou um forte embate dos claridosos com o sociólogo foi que o mesmo afirma que a ilha de Santiago, é o território que mais contem características africanas, como sabemos os claridosos não gostavam que afirmassem sua relação com o continente africano. Freyre sofreu bastante críticas, pois os intelectuais afirmam que o autor só tinha conhecido três ilhas do arquipélago e não tinha como ele afirmar isso sem conhecer o país como um todo. O sociólogo também foi criticado por falar em um tom depreciativo da língua crioula, o autor Baltassar Lopes criticou Freyre por isso, até por que Lopes é um defensor dessa língua e assim como ele muitos autores veem o crioulo como um elo

com Portugal, visto que o crioulo falado em Cabo Verde (*kriol lebi*), tem sua base lexical no idioma português. No trecho abaixo é possível ver o tom depreciativo por parte do sociólogo (“(...) como em quase todo arquipélago inteiro, se fala um dialeto que nenhum português ou brasileiro é capaz de compreender(...)”) (FREYRE, 1953, p.301).

## QUANTO A ANÁLISE DO 2º VOLUME DA REVISTA CLARIDADE

Ao longo da pesquisa foi possível catalogar todo o segundo volume da revista Claridade. Esse volume possui oito obras sendo, uma morna, duas notas, dois contos e três poemas.

Na primeira página encontramos a morna *Venus*, escrita por Xavier da Cruz. A morna é um gênero musical típico do arquipélago de Cabo Verde onde nos versos se observa constantemente a retratação do cotidiano dos cabo-verdianos, além disso retratar também a relação com os irmãos além da terra ou seja aqueles cabo-verdianos que emigraram e principalmente a morna traz um forte amor a terra natal. Esse texto está inscrito em Crioulo, a língua oficial desse país. Observa-se que nesse texto possui um ritmo e uma rima que a cada verso concluído as palavras se complementam, visto que ele é escrito em um gênero musical. Pude observar na morna a presença de termos que demonstram uma certa lamentação, isso pode ser visto em palavras como: *dor*, *sofrimento* e *matám*. Podemos observar assim que nessa morna retrata o cotidiano de Cabo Verde que na maioria das vezes é bem lamentoso, devido a seca e a fome, relacionamos assim com as palavras *dor* e *matám*, e também podemos perceber a relação de nostalgia com os cabo-verdianos que tiveram que sair do país e a relação de amor com a pátria já que muito afirmam que Venus é o planeta do amor, podemos ver no trecho: “Venus! oh astro di nhá pensamento, (...)” (CRUZ, 1996, p.1)

As páginas 2, 3 e 9 retratam um conto, *Um galo que cantou na Baía*, escrito por Manuel Lopes. O conto gira em torno de alguns marinheiros de uma companhia marítima chamada de Grinalda, onde os mesmos são capturados fazendo contrabando de garrações de grog, uma bebida alcoólica quente feita à base de rum, água e açúcar, ou como conhecemos aguardente. O título do conto se deve a uma morna feita por um dos personagens, o guarda Tol, “Era assim estado de transe de Tol. Então, qualquer coisa tinha que sair. E saía uma morna.” (LOPES, 1986, p.3) nessa morna ele canta: “Já cantá galo na baía.” (LOPES, 1986, p.9). Nesse conto observa-se principalmente elementos culturais de Cabo Verde, o gênero musical, morna e a bebida grog. Ocorre também a demonstração por parte da economia cabo-verdiana, e retrata a presença de ingleses,

nesse país, onde o autor cita uma Companhia de carvão ,observa-se isso no trecho “Trabalhou nos anos melhores em Companhias inglesas de carvão e atravessava as ruas todos os dias, enfarruscado, atrás de companheiros silenciosos.”(LOPES,1986.p.2) No arquipélago a maioria da população não possui ensino superior e assim a mão de obra acaba sendo barata o que para muitas empresas é algo vantajoso.

A página quatro traz a nota, *Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil*, escrita por Osório de Oliveira, a mesma foi transcrita em Lisboa no ano de 1936, como uma forma de enaltecer as semelhanças entre Cabo Verde e Brasil, mais precisamente o nordeste brasileiro. Se observa esse enaltecimento quando o autor fala que:

Os cabo verdianos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhe forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. (OLIVEIRA, 1986, p.4)

Nessa nota é observado a citação de algumas ilhas que compõem o arquipélago tais como; Brava, Fogo, Sant’lago (Santiago) e São Vicente. É possível observar nesse trecho: “E note-se que os habitantes de Sant’Lago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano, por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por ai ainda influir o “éthos” da África negra.”(OLIVEIRA,1986,p.4)no exposto vemos a retratação do autor ao falar que a ilha de Sant’Lago é a ilha com menor índice intelectual e que isso se deve ao fato de ser a ilha mais puramente africana, ou seja, a ilha que mais possui pessoas de cor escura, desse modo ele associa o baixo índice intelectual a tez escura. Isso é algo que pode gerar vários debates, principalmente a respeito do racismo. Ele também fala da importância que as mulheres exercem em Cabo verde, ao se verificar a figura matriarcal como chefe da família, isso se deve ao processo de imigração por parte dos maridos, que migram e deixam as mulheres cuidando da família. É bastante expressivo a quantidade de famílias monoparentais no país. O autor também apresenta que os caboverdianos possuem o alto índice intelectual, lembrando que são aqueles com características menos africanas no trecho,

“O alto nível mental dos caboverdeanos é há muito, uma das maiores provas a excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora. Mas os caboverdeanos, até há pouco, se tinham talento literário aproveitaram cantando na Itália, como Henrique de



Vasconcelos, que foi um dos artistas da prosa, sem se importarem com a tragédia do seu povo e da alma de sua terra.”(OLIVEIRA,1986,p.4)

Vemos nesse trecho a forte afirmação da contribuição dos portugueses para Cabo Verde, visto que de acordo com os intelectuais da Claridade Portugal foi uma espécie de luz para esse país. Ao contrário do que falam que Portugal foi uma nação colonizadora ruim, os cabo-verdianos discordam e afirmam que a forma de colonizar de Portugal foi única. Observamos também quando o autor fala dos intelectuais que não se preocupam em retratar o cotidiano de Cabo Verde e isso denota uma falta de interesse em retratar esse país que tanto tem a contribuir. Nessa nota, é possível ver que o autor retratar algumas coisas do cotidiano de uma parte da população cabo-verdiana.

As páginas 5 e 10 é a nota, *Notas para o estudo da linguagem das ilhas*, escrita por Baltazar Lopes. A mesma foi uma forma de apresentação da língua oficial de Cabo Verde, o crioulo, o autor afirma que “O crioulo de Cabo Verde é uma linguagem nitidamente romântica, portuguesa. ” (LOPES,1986, p.5). Ele começou expondo que alguns autores veem o crioulo como uma fusão da língua indígena e europeia, já outros, como uma forma de relação entre vencedor versus vencido. O crioulo se formou como um meio de entendimento para o colonizador e colonizado. “Por um lado, o crioulo caboverdeano constitui um grupo definido e solidário nas suas subdivisões. ” (LOPES,1986, p.10), os cabo-verdianos veem esse país com um lugar único, e o crioulo falado em Cabo Verde é diferente dos demais, isso se teve ao fato dessa língua ter sido fortemente influenciado pelo idioma português. O crioulo constituiu uma espécie de simplificação do português, mas nos dias atuais é uma das principais formas de comunicação entre a população local. Por mais que o português seja o idioma oficial, no cotidiano os cabo-verdianos falam o crioulo, que é tida como a língua nacional, atualmente o governo busca tornar o Crioulo na língua oficial de Cabo Verde. Tem um intenso debate sobre essa língua, onde muitos letristas acham que o crioulo é uma língua e já outros veem como dialeto. José Osório de Oliveira afirma que o crioulo é uma língua. Também se observa nesse texto mais uma vez a relação que os claridosos fazem com o Brasil ao estabelecerem comparações com a linguagem sertaneja, que na concepção de muitos deles é mais complicada em relação a linguagem metropolitana.

As páginas seis e sete, são onde aparecem a sessão de poemas escritos por Jorge Barbosa Osvaldo Alcântara.

No tocante aos poemas, observa-se que primeiro é *Vertigem*, do autor Jorge Barbosa, segue abaixo um trecho desse poema:

Metete medo  
a sugestão de pavor que dá  
a rocha talhada a pique!

Nesse poema pude observar elementos que consistiam na cultura e economia desse arquipélago, como: a presença de barco e da pesca, que constituem algo importante em Cabo Verde, pois é uma das bases da economia. Outro ponto tratado nesse poema, foi a conquista de independência do país. No poema também se faz presente a demonstração da realidade cabo-verdiana, onde uma boa parte da população passa por adversidades cíclicas, isso ocorre principalmente por causa da falta de chuva, que gera a seca e a escassez de alimentos, e isso é algo que gera uma intensa migração por parte da população local. Nos poemas pude observar a relação saudosista do país, sobretudo, daqueles que migraram para além desse continente. “*Vertigem*”, esse poema começa retratando um dilema que tem como figura principal um abismo vertiginoso, daí é que parte o título. No decorrer dos versos vemos a nostalgia do eu lírico ao retratar uma espécie de moradia, “Mas do outro lado aparece uma aguarela sem estética / que tem no entanto / uma harmonia / tão inocente e tão alegre.” (BARBOSA, 1986, p. 6). No trecho “Todo o encantamento do quadro humilde enche-me a retina e deixa a minh’alma uma invasão de ternura...” (BARBOSA, 1986 p.6). Nesse exposto vemos que mesmo com as mazelas o eu lírico ainda vê esperança e se deixa conduzir por bons sentimentos, como a ternura, desse modo mesmo com as problemáticas do país o que vemos é que os cabo verdianos continuam encantados pela sua pátria.

Os dois poemas que seguem são *Presença* e *Mamã* de Osvaldo Alcantara. No poema *Presença* entendi que se passa em torno de um romance, onde o *eu lírico* deixa bem nítido o desejo carnal que tem com sua amada, e como ele a quer a todo o momento. Ele tem um sentimento com ela de pose e ao mesmo tempo de cuidado. Para ele sua amada é seu universo, é aquela que dilata suas pupilas e que a cada enche sua vida de alegria, como se pode observar no trecho abaixo:

“Que és para mim?  
Minha amante,  
minha mamã adormentando os meus cuidados  
de filho vadio?”

O segundo poema é *Mamãi*. Nele observei elementos principalmente de caráter religioso, e do catolicismo, ao longo de todo o poema é citado, Deus nosso senhor e a Virgem nossa senhora. Nesse poema também se encontra a retratação dos imigrantes que foram para outros lugares em busca de melhores condições de vida. A fé é algo que se faz permanente nesse poema, e o poeta retrata a suplica de um cabo-verdiano em meio as dificuldades encontradas.

“Mamãzinha,  
dorme, dorme,  
mas, pela virgem nossa senhora ,  
quando te acordares  
não te zangues comigo  
e com os outros meninos  
que se alimentam da ternura das tuas entranhas.”

(ALCANTARA, 1986, p.7)

As páginas 8, e 10 trazem o conto *O lobo e o Chibinho*, escrito por S Nicolau. Esse conto retrata a situação do personagem Ti’Lobo e Chibinho onde o primeiro está em uma situação precária, passando por fome, como já ressaltado, uma situação bastante comum em Cabo Verde, no qual a escassez de chuva acaba gerando a falta de alimento. O segundo personagem, está em uma situação mais favorável e Ti’Lobo olhando isso acaba pedindo ajuda e Chibinho que fala que sua fonte de alimento é uma figueira, porém essa arvore tem algumas regras, a pessoa só pode comer até quando se saciar e ao final dizer duas palavras e assim voltar ao chão. Porém Ti’Lobo se deixa levar pela gula e acaba desobedecendo fazendo assim com que ele seja castigado. Esse conto mostra elementos religiosos, onde ocorre a presença de Nosso Senhor e retrata também a vaidade, a gula, ou seja, alguns dos pecados de algo com a religião cristã.

## CONCLUSÃO

O movimento Claridade possuía uma dualidade no que diz respeito a relação que esses literários tinham em enaltecer Portugal, tendo em vista que eles se inspiraram no movimento modernista brasileiro, porém no modernismo brasileiro, observa-se a vontade de romper com a cultura Portuguesa e criar um ideal de nacionalidade puramente brasileiro, entretanto, em Cabo Verde, e no movimento

claridade, o que observei foi que esses intelectuais não queriam romper com Portugal, pelo contrário eles acreditavam que essa nação havia exercido uma forte influência intelectual no país, contribuindo para a cultura cabo-verdiana.

Não obstante, também existe uma outra vertente, a que discorda dos claridosos no que diz respeito a essa forma de enaltecer Portugal, no tocante ao ideal de nacionalidade. Essa linha política afirma que para se construir uma nacionalidade é necessário romper com a antiga nação colonizadora que no caso é Portugal. Algo que se deve ter atenção é em desconstruir essa ideia de que o movimento claridade foi uma réplica do movimento modernismo brasileiro, na realidade constituiu o estopim de um anseio que por muito tempo era latente entre os intelectuais daquele país. Os fundadores desse movimento eram intelectuais elitista e muitos deles estudaram em Portugal, daí se observa também a forte relação que esses estudiosos tiveram em enaltecer a terra-mãe. De fato, esses intelectuais não foram apenas estudiosos literários, eles influenciaram diretamente a política e a construção da identidade nacional. Assim, deve-se observar como a literatura detém de interferências diretas no campo político e ideológico.

Ao longo das leituras também foi possível observar a relação dos postulados do sociólogo Gilberto Freyre e com os mesmos foram absorvidos pelos intelectuais da Claridade, principalmente no tocante ao conceito de lusotropicalismo postulado por Freyre.

No decorrer da análise do segundo volume, foi possível perceber ao longo da catalogação a retratação do cotidiano de Cabo Verde, e a forte presença dos intelectuais da Claridade ao afirmarem a sua influência portuguesa, principalmente na presença de aspectos culturais, como gêneros musicais e bebidas típicas do país e também a forte retratação da língua materna, o crioulo.

Por fim, concludo que esse trabalho muito tem a contribuir para a relação entre Brasil e Cabo Verde, daí se observa que para além de qualquer coisa deve se visualizar a literatura como uma executora política. Esperamos que a pesquisa tenha conseguido retratar as contribuições do Movimento Literário da Claridade para a sociedade cabo-verdiana e ter mostrado também para os brasileiros a importância desse movimento, assim como o seu esforço para a criação de um ideal de caborvedianidade.

## **REFERÊNCIA**

### **Bibliografia**

AUGEL, Moema Parente. **A Nova Literatura da Guiné Bissau**. Republica da Guiné Bissau:KEBUR,1998.

BURKE, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE Peter, **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BORGES, Valdeci. Historia e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, ano 1, num. 3, jun/2010.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala** [1933]. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

\_\_\_\_\_. **“Aventura e rotina”**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os filhos da terra do sol: formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo:Summus,2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009

SILVEIRA, Onésimo. **A democracia em Cabo Verde**. Extra-coleção. Lisboa: edições colibri, 2005.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio (Org.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. 1. ed. Bahia, Editora EDUFBA, 2014.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **Identidade cabo-verdiana**. Praia, IBNL, 2007.

CURTIN, Philippe. **Tendências recentes das pesquisas africanas e contribuições à história geral**. In: História Geral da África: metodologia e pré-história da África, vol. 1. São Paulo: Editora UNESCO, 1980.

DUARTE, Manuel. **Cabo-verdianidade e africanidade**. Praia, Spleen, 1999.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da Nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo**. Florianópolis /Praia, Editora da UFSC e IBNL, 2006.

MENDES, Washigton Carlos da Silva. **O movimento literário da Claridade: Lusotropicalismo, mestiçagem e a constituição de um Estado-nação em Cabo Verde (1936-1975)**. Maranhão: UEMA,2014..

PINTO, Joao Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, N°6, 145-160, Junho 2009.

SALLA, Thiago Mio. **A revista claridade e o discurso Freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdina e a metrópole portuguesa nos anos 1930.** Via Atlantica, São Paulo, N°.25,103-117,julho, 2014.

SILVEIRA, Onésio. **Conscientização na literatura cabo-verdiana.** Lisboa: Casa dos estudantes do Império, 1963.

\_\_\_\_\_. **A democracia em Cabo Verde.** Extra-colecção. Lisboa: edições colibri, 2005.

PAULA, Júlio Cesar Machado de. **Manuel Bandeira e Claridade: confluências literárias entre o modernismo brasileiro e o cabo-verdiano.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. USP, 2005.

FERREIRA, Manuel.(org.) “O fulgor e a esperança de uma nova idade”, Prefácio. In. **Claridade, Revista de Arte e Letras.** Lisboa, ALAC,1986,2. ed. p. LXV.

\_\_\_\_\_. **Claridade, Revista de Arte e Letras.** Lisboa, ALAC,1986,2. Ed.

**Fonte**

FERREIRA, Manuel.(org.) **Claridade, Revista de Arte e Letras.** Lisboa, ALAC,1986,2. ed.

## O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NO MARANHÃO: FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO (1966-1971)

*Paulo Leandro da Costa Moraes\**

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar a formação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão, a partir de um diálogo teórico com as principais análises sobre partido político, privilegiando aquelas que destacam o elemento social e suas implicações como ponto de partida do seu conjunto analítico. Percebendo o partido político como uma instituição que carrega determinada identidade de classe e que nesse conjunto pode apresentar dada função (regressiva ou progressiva), como fundamentado nas concepções gramscianas, e que essas funções podem ser capazes de relevar características organizacionais do partido.

**Palavras-chave:** MDB-MA. Formação. Composição.

### INTRODUÇÃO

O processo de instalação do MDB no Maranhão é resultado de uma política nacional de reconfiguração do sistema partidário brasileiro, que tem como ponto de partida a vitória de candidatos da oposição nas eleições de 1965, em estados considerados chave, entre eles, Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso, questão que põe em xeque a hegemonia da Ditadura Empresarial-militar<sup>1</sup>.

O bipartidarismo é instaurado, portanto, a partir de uma medida coercitiva do Estado ditatorial, sendo materializada por meio do Ato Institucional nº 2, que entre outras coisas, determinava a extinção de todos os partidos políticos existentes. Como destaca Maria Alves, tal medida visava “controlar a representação política”. Em complementação a tal medida foi baixado ainda o Ato Complementar nº 4, que tinha como principal finalidade estabelecer as condições nas quais seriam formadas as novas organizações partidárias, pelo qual, deveriam contar com um número superior a 120 deputados e 20 senadores, não poderiam receber o termo partido em suas nomenclaturas e teriam caráter temporário (ALVES, 1984).

---

\* Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves.

<sup>1</sup> Conceituação criada a partir das elaborações de Armand Dreifuss (1981), destacando-se o protagonismo dos setores empresarial e militar no golpe que depôs João Goulart instaurando uma ditadura que marcou a história nacional recente. Essa terminologia nos permite ainda destacar a atuação dessas frações no controle da máquina estatal com a presença de tecno-empresários em setores específicos da administração pública.

Um dos objetivos do Ato Institucional n. 2, foi exatamente eliminar o fantasma dos velhos partidos reformistas e progressistas estampados nas siglas PSD e principalmente PTB. Esse novo Ato Institucional extinguiu os partidos até então existentes. Na sequência, o Ato Complementar n. 4 estabeleceu um sistema partidário compulsório segundo o qual dificilmente se poderia dar vida a mais de dois partidos (SOARES et al, 2016 p.12).

Logo é nesse contexto que surgem as duas principais organizações partidárias que dão corpo a política bipartidária, representada por uma organização de sustentação do governo: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era formada majoritariamente por ex-membros da UDN e uma oposição “consentida”, organizada em torno da sigla partidária do Movimento Democrático Brasileiro, fundada principalmente por deputados do PTB<sup>2</sup>.

A existência de uma oposição política fazia parte de um mecanismo presente na administração militar, que visava “manter os mecanismos democráticos liberais até então vigentes”, um meio termo, que pode ter como explicação, como aponta Maria D’Alva Kinzo, na necessidade de manter íntegra a imagem do país em âmbito internacional, abrindo a possibilidade de espaço para civis participantes do golpe, mantendo a coesão das forças militares e os “procedimentos legitimadores democráticos” (KINZO, 1988, p. 17-20).

O processo de reconfiguração política, com a passagem compulsória do pluripartidarismo ao sistema bipartidário no Brasil (1965) é uma medida, portanto, que ocorre “de cima para baixo”, tendo as políticas partidárias estaduais e municipais que se adequar ao novo formato. E no Maranhão não é diferente, os órgãos são formados a partir de uma comissão que atuava no legislativo federal.

## **DA CIÊNCIA POLÍTICA A HISTORIOGRAFIA**

Com a ampliação historiográfica advinda da chamada terceira geração dos Annales, pôde-se observar um novo olhar a cerca das questões ligadas ou aspecto político. Laurindo Pereira (2008), divide a história política em três fases: a) a fase pré-*annales* em que “a hegemonia da história política era tão vigorosa que, às vezes, se confundia com a história como um todo”, e tinha como padrão o acontecimento; b) o

---

<sup>2</sup> Consideradas as três maiores forças eleitorais do período, vemos que a ARENA recebeu 86 deputados da UDN, 78 do PSD e 38 do PTB, enquanto O MDB ficou com 75 deputados do PTB, 44 do PSD e 10 da UDN (MOTTA, 2008, p. 98).



período 1929-1974, que compreende a chamada primeira e segunda geração dos Anales”, em que predomina a “história-problema com ênfase nas séries, na conjuntura e na estrutura, tornando o fato desprezível”; e c) a fase compreendida entre 1974 e os dias atuais, que compreende a chamada terceira geração dos Anales, em que o político ganha novos contornos com a “renovação da História como um todo”, os historiadores se abriram para o diálogo com outros campos do conhecimento, entre eles a Ciência Política. Como destaca Pereira, os “pontos principais da mudança são o reconhecimento da especificidade do político e a transformação dos conceitos de Estado e poder” (PEREIRA, 2008, p.6).

Este tipo de produção que foi por muito tempo alijado do fazer histórico, principalmente a partir da chamada Escola dos Annales, com sua pretensão de construção de uma história total, como aponta Renê Rémond (2003), que destinou à história política tudo que havia de mais indesejável da produção positivista, e de uma história que deveria ser suplantada, com seu caráter “factual, anedótico, individualista, subjetivista, idealista”. Mas, como o mesmo autor aponta, este tipo de análise retorna para o centro das produções históricas exatamente por provar não ser nada daquilo que fora acusada. Logo, o próprio espaço político pode ser o reflexo de questões que perpassam toda a sociedade.

Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da ideia de fazer do interesse superior da coletividade nacional (RÉMOND, 2003, p.24).

Serge Berstein ressalta que os historiadores renovaram significativamente a produção histórica no que diz respeito as forças políticas, com o lançamento de um novo olhar sobre os tradicionalismos e ideologias políticas, porém, segundo o autor: “foram os trabalhos dos cientistas políticos que mudaram as perspectivas de abordagem e a natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações”. E é exatamente essas análises inauguradas pelos cientistas políticos que levam os historiadores a refletirem sobre o “significado da existência e o papel dos partidos na pequena fatia histórica que lhes diz respeito: do fim do século XIX até os dias atuais” (BENSTEIN, 2003, p.60).

## **POR UMA CONCEPÇÃO MARXISTA DE ANÁLISE DO PARTIDO POLÍTICO**

Para uma melhor localização teórica das concepções de partido na teoria gramsciana, é necessário destacar as produções da Ciência Política, por meio das quais é possível identificar uma diversidade de noções que buscam explicar o partido político e sua atuação, partindo de perspectivas que elencam diferentes particularidades deste importante instrumento político da sociedade moderna. Assim, de acordo o ressaltado por Huntington, “é a instituição distintiva da política moderna”, apesar de que para este autor, ela não é a única, instituição que distingue a política moderna, muito menos a mais importante (HUNTINGTON apud CERRONI, 1993, p.123).

Panebianco destaca pelo menos três enfoques diferentes no que diz respeito às abordagens teóricas acerca dos partidos políticos: as que enfatizam a estrutura organizativa; aquelas que elencam a orientação ideológica e as que destacam a base social. De acordo com o autor, uma das grandes expressões da perspectiva estrutural organizativa é Max Weber, que se concentra nos elementos que distingue os partidos modernos de qualquer outro grupo organizado e que historicamente tenham exercido funções similares, se aproximando principalmente do aparato burocrático, local privilegiado para o funcionamento e concorrência dos partidos, na busca pelo controle estatal (PANEBIANCO, 2005).

O dicionário de política escrito por Norberto Bobbio et al (1998) traz uma definição de partido político tendo como pressuposto as formulações de Weber, em que o partido político extrapola o caráter associativo e traz em seu cerne a busca por objetivos, que se delinea de forma material e/ou ideal, que podem ser de caráter “pessoal” e /ou “coletivo”. Nesse sentido, o partido seria muito mais que uma entidade agregadora de indivíduos e passa a ter uma função dupla, de “transmissão do questionamento político” e “permissão que as massas participem no processo de formulação das decisões políticas” (BOBBIO et al, 1998, p.898).

Portanto, para essa corrente de pensamento, o grau em que uma organização partidária estabelece “estratégias de adaptação ou de predomínio sobre a realidade exterior depende da força de sua institucionalização”, ou seja, é exatamente o modo como o partido surge e como se estabelece organizacionalmente que vai determinar sua autonomia e sua sistematização interna. Além disso, Weber faz uma classificação ampla dos partidos políticos, entre “partidos de representação individual e partidos de representação de massas; tendo como principal critério o elemento “histórico-organizativo” (MENDONÇA, 2008, p.71)

Todavia, se somou uma diversidade de críticas, por parte de uma corrente caracterizada por Umberto Cerroni de ceticismo organizativo, às vertentes que destacam determinada organização partidária (CERRONI, 1992). Um dos mais influentes, de acordo com Cerroni, foi Robert Michels que destaca que o ideal democrático se torna impossível pela incapacidade das massas poderem deter o poder governamental e pela impossibilidade de uma democracia direta, exigindo uma delegação por parte dessas massas, substituindo a “igualdade genérica do ideal de democracia pela igualdade dos organizados”. Nesse sentido, o que existe é uma profissionalização dos partidos modernos, com capacidades específicas “criando uma elite, inclusive nos partidos operários” (MICHELS, s.d. p.10).

Outrossim, Joseph Schumpeter destaca um interesse direto dos cidadãos pela prática política, elencando a necessidade do preparo prévio desse indivíduo para participar desses espaços de poder, ao contrário este cidadão estaria preso a interesses particulares e afastado da esfera pública (SCHUMPETER, 1961, p. 320).

Outro autor que figuraria entre os ceticistas organizativos para Cerroni é Maurice Duverger, que teria favorecido uma “tendência autocrática” dos partidos políticos. Embora para este último autor existam algumas exceções, como o fato de acreditar que os partidos são obrigados a estabelecer algumas concessões às massas e ao princípio democrático, para estabelecer influências, a regra é a concepção de “autocracia”. Seu conjunto de pressupostos acerca da dinâmica dos partidos políticos o leva a admitir que a administração partidária assuma sempre um modelo oligárquico (CERRONI, 1982). Uma das críticas feitas por Viana (2003) aos trabalhos de Robert Michels, *A sociologia dos partidos* e de Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*, é que estes são trabalhos extremamente descritivos.

Os trabalhos de Robert Michels buscam enfatizar a natureza sociológica dos partidos. Nesse sentido, o autor destaca uma classificação bastante ampla dos partidos políticos, baseada em diferentes questões sociais como a “proteção dos inferiores por uma figura dominante, os que se vinculam a seitas religiosas, os que se sustentam em figuras carismáticas, entre outros”, dedicando “mais atenção às estruturas, considerando nos Partidos, sobretudo, o seu aspecto de “maquinismo”, organização, aparelho” (BARACHO, 1979, p. 131)

Por outro lado, a corrente de análise partidária que elenca como principal ponto de discussão a base social, se inspira principalmente nas concepções do materialismo-dialético, embora estudiosos populistas e nacionalistas, que não estão filiados ao

marxismo também privilegiem esse tipo de análise. Nesse sentido, os escritores marxistas compreendem os partidos como “agentes portadores da identidade de classe”, e são transformados em “veículos de divisão social”, já os segundos os identificam como ferramenta política de uma “interação policlassista, nacional e/ou popular” (PANEBIANCO, 2005).

Marx e Engels viveram numa época em que ainda não existiam os partidos políticos modernos e somente no final de suas vidas é que os primeiros partidos socialdemocratas surgiram. Eles criticaram os partidos políticos existentes em sua época e, certamente, o posterior desenvolvimento de tais partidos [...] O debate entre Rosa Luxemburgo, integrante do partido socialdemocrata alemão, e Lênin, líder do partido bolchevique na Rússia, marcariam os primeiros passos de uma teoria marxista do partido político (VIANA, 2003, p. 7-8).

Após essas primeiras proposições teóricas acerca dos partidos políticos, houve outras importantes contribuições de estudiosos marxistas, por um lado, aprofundando as proposições de Rosa Luxemburgo, entre eles Otto Ruhle, Paul Mattick, entre outros, que buscaram demonstrar o caráter conservador dos partidos políticos; e por outro, pensando o partido político como “sujeito da história”, como afirmado por Lênin, seguiram as elaborações de Stálin, Togliatti, Lukács, Gramsci, entre outros.

Gramsci por sua vez, ao priorizar o elemento histórico, não deixa de dialogar com aquelas concepções sociológicas, sobretudo ao destacar alguns traços da política moderna, como a profissionalização da política e o papel dos chefes ao destacar uma “progressiva complexidade da profissionalização da política, devido à qual os chefes dos partidos tornam-se, cada vez mais profissionais” (GRAMSCI, 2007, p.160).

No entanto, a introdução do conceito de práxis, isto é, da relação intrínseca entre teoria e prática, revela um sentido histórico, que a “separação de dirigentes e dirigidos naturalizada nas concepções de Michels e Duvenger” não prioriza. A análise dessa profissionalização deve ocorrer segundo um “teorema das proporções definidas<sup>3</sup>”, princípio que para Gramsci

---

<sup>3</sup> Gramsci destaca que o “teorema das proporções definidas” é um conceito adaptado de “Pantaleoni, nos Principii di economia pura: “os corpos só se combinam em proporções definidas, e cada quantidade de um elemento que supere a quantidade exigida para uma combinação com outros elementos presentes em quantidade definidas[...] (GRAMSCI, 2007, p. 84).

Pode ser aplicado aos partidos, aos sindicatos, às fabricas, para ver como cada grupo social tem uma lei própria de proporções definidas, que varia de acordo com o nível de cultura, independência mental, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade e de disciplina de seus membros mais atrasados e periféricos[...] Seria possível usar metaforicamente esta lei para compreender como um “movimento” ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que seus dirigentes adquiriram determinadas capacidades (GRAMSCI, 2007, p.84)

O autor, porém, destaca que o recurso ao teorema “tem um valor esquemático e metafórico”, não podendo ser “aplicado mecanicamente, já que nos agregados humanos o elemento qualitativo tem uma função predominante” (GRAMSCI, 2007, p. 84). É aqui que está um dos grandes diferenciais da abordagem gramsciana, a introdução de uma concepção dialética, que dialoga intrinsecamente com o caráter histórico e que desmonstra-se relevante nos estudos acerca do partido político, da formação e conformação de forças partidárias e, nesse sentido, do MDB no Maranhão.

A própria noção do Estado Ampliado em Gramsci nos permite destacar certa complexidade do partido político, sua atuação como parte integrante não só no Estado Restrito, mas como elemento importante da Sociedade Civil, como destaca Umberto Cerroni, “a centralidade do partido depende do fato de que no mundo moderno produziu-se uma cisão vertical entre a esfera social e a esfera estatal e que o partido acaba de certo modo, por constituir o veículo mediante o qual aquela cisão é mediada e regulada” (CERRONI, 1993, p. 123).

Além disso, o equilíbrio entre Sociedade Civil e Política e a necessidade do exercício da hegemonia nos Estados de tipo ocidental fazem do partido político não apenas um grupo profissional, ligado aos espaços de poder, mas um elemento de relevância ideológica da esfera civil.

As concepções do partido político elaboradas por Gramsci permitem operacionalizar uma análise mais coerente da formação do MDB no Maranhão, que leve em consideração não só a questão instrucional e política em seu âmbito restrito, mas que possa dialogar com o elemento social e histórico, ou seja, que tem relação com as mudanças sociais e políticas que estavam ocorrendo em âmbito nacional: como a Ditadura Empresarial-militar, nas particularidades que se desenrolavam no estado, com

a ascensão política da oligarquia sarneista e a atuação política dos aparelhos privados de hegemonia.

### **MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO NO MARANHÃO, SUA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO.**

A reunião para constituição dos órgãos regionais do MDB ocorreu no dia 18 de abril de 1966, apenas três dias após aquela que constituiu a ARENA no Maranhão (*JORNAL O IMPARCIAL*, 19/04/1966, p. 1), na qual foram escolhidos os membros da comissão executiva regional, através de sufrágio secreto, sendo eleitos os seguintes nomes:

#### **Quadro 1: Lista de nomes e cargos da comissão executiva do MDB-MA, instituída a 18 de abril de 1966.**

Nomes	Cargo na comissão executiva do MDB-MA	Partido originário	Cargo desempenhado na política
Renato Archer da Silva	Presidente	PTB	Deputado federal
Cid Rojas de Carvalho	1º vice-presidente	PTB	Deputado federal
Pedro Braga Filho	2º vice-presidente	PTB	Deputado federal
Sebastião Archer da Silva	3º vice-presidente	PSD	Senador
José Burnett da Silva	Secretário geral	PSD	Deputado federal
José de Matos Carvalho	Tesoureiro	PSD	Deputado federal

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria.

É possível observar que todos os membros da comissão executiva do MDB-MA já atuavam na política parlamentar, questão que tem uma explicação no próprio

processo de formação do partido, como um “partido de quadros”<sup>4</sup>. Como destaca Lameira e Peres), “A reforma partidária que constituiu o bipartidarismo determinou sua criação, essencialmente pela via parlamentar. Portanto formado no parlamento, independente de organização social precedente, por quadros parlamentares, de várias composições ideológicas” (LAMEIRA,; PERES, 2015, p. 2).

O caráter parlamentar na criação do MDB no Maranhão aponta para o centralismo burocrático como apresentado pela teoria gramsciana, sendo uma organização partidária sem “unidade”, mas uma mera “justaposição mecânica de unidades”, caracterizado sobretudo pela variada composição ideológica. Se para Gramsci, a burocracia, “é a força consuetudinária mais perigosa; se ela se organiza como corpo em si, solitária e independente, o partido termina por anacronizar” (GRAMSCI apud FILIPPINI, 2018 p. 607). O MDB-MA como um partido, com pouquíssima representatividade no Estado, evidencia esse caráter anacrônico em relação ao contexto político que se formava. Portanto, entre os elementos históricos da formação do partido, que podem determinar os elementos de sua atuação. É perceptível que as lideranças do partido foram identificadas com o “vitorinismo” e é possível verificar mesmo a presença expressiva de membros da facção vitorinista<sup>5</sup> na composição da comissão executiva regional do MDB-MA, o que contribui para a seu anacronismo, a partir das concepções gramscianas.

Porém, a criação do partido no Maranhão é resultado de uma atuação coercitiva da Ditadura Empresarial-militar, o que condiciona e de certo modo seleciona a composição partidária. É relevante destacar que o PTB e o PSD são os principais partidos que iram compor os quadros do MDB nacional, e são esses indivíduos que perdem espaço não só no cenário político federal, mas em boa parte dos estados. Embora existissem casos onde membros desses partidos tenham ido compor a ARENA, é necessário destacar que essa composição implica em uma relação de fidelidade partidária que estava explícito na “Lei orgânica dos partidos” (Lei nº 4.740, de 15 de junho de 1965).

---

<sup>4</sup> De acordo com Maurice Duvenger, os “partidos de quadros” são aqueles que nascem da iniciativa de eleitos desejosos de controlar os comitês que canalizam a massa dos eleitores, “a finalidade essencial dessa construção é, portanto, assegurar a reeleição dos parlamentares [...] É tipicamente, mais forte por suas personalidades representativas que pela massa de seus filiados” (DUVENGER, apud BERSTEIN, 2003, p. 65).

<sup>5</sup> Devido à presença de candidatos dos extintos PSD na composição da comissão executiva regional, partido que compunha a base política do vitorinismo no Maranhão.

Isto posto, podemos afirmar que a forma como as forças políticas são acomodadas no estado após a instauração do bipartidarismo segue uma característica nacional, de “confluência das mais variadas tendências que por razões de sobrevivência política eram obrigados a conviver em um mesmo partido” (KINZO, 1988, p.31).

Se formos observar a relação dos deputados do PSD ingressantes no MDB-MA em comparação àqueles que ingressam na ARENA-MA, podemos perceber esse padrão de convergência de tendências. Embora o PSD tenha tido uma presença expressiva na formação do MDB-MA, essa participação de deputados pessedistas se torna significativa até mesmo na composição da ARENA-MA, questão que, conforme explica José Caldeira (1978, p.75), se fundamenta na ampla hegemonia do PSD no Maranhão, e na atuação política de Victorino Freire.

**Tabela 1: A formação da ARENA-MA e do MDB-MA a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão<sup>6</sup>.**

<b>Partidos e coligações extintas</b>	<b>MDB-MA</b>	<b>ARENA-MA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>PSD</b>	9	6	15
<b>Oposições</b>	1	4	5
<b>Coligadas*</b>			
<b>PSP</b>	0	5	5
<b>PTB</b>	2	1	3
<b>PL</b>	3	0	3

**\* Formada pelos partidos: PDC, UDN, PTN e PR.**

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral. Elaboração própria.

Pode-se destacar, portanto, que embora a ampla hegemonia do PSD, partido que compunha a base do vitorinismo, contando com 23 deputados<sup>7</sup>, eleitos para a Assembleia Legislativa do estado no pleito de 1962, este sofre uma cisão, segundo destaca Pacheco Filho, causada inicialmente pelos “constantes desmandos

<sup>6</sup> Devido falta de informações sobre a trajetória política dos deputados estaduais do Maranhão, o quadro produzido a partir dos partidos declarados pelos candidatos nas eleições legislativas de 1962 e 1966, disponibilizados pelo Supremo Tribunal Eleitoral.

<sup>7</sup> Como destacado por Milson Coutinho (1988, p. 149)



administrativos praticados pelo governador [...], o racha no segmento local do partido<sup>8</sup>, que levaram o PSD nacional a provocar seu isolamento, causando o aproveitamento político de seus opositores” (PACHECO FILHO, 2015, p. 54), fortalecendo o apelo eleitoral de José Sarney e as chamadas “oposições coligadas”.

Ainda segundo Costa “o golpe provocou o acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense” (COSTA, 2006, p. 81), que mesmo em 1962 viu um grupo de seis deputados federais abandonarem o partido e entrarem para o PTB, condições que estabelecem uma divisão significativa do PSD na formação dos novos partidos, e mesmo a diminuição significativa de representantes dessa agremiação política na formação dos partidos (de 23 para 15 representantes).

Na sequência é relevante observar os representantes do legislativo, tanto em âmbito, federal, quanto estadual, que saem vitoriosos nas eleições de 1966, já após a implementação do bipartidarismo, bem como a composição social dos partidos e sua conformação nos liames políticos estaduais. Abaixo é possível observar o quadro dos deputados federais:

**Quadro 2: Deputados Federais (1966-1970), suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.**

Deputados	Profissão declarada	Outras atividades a partir da Declaração de bens	Declaração de bens
Cid Rojas Américo de Carvalho	Advogado	Produtor rural	Total: Cr\$ 102.808.000,00
Domingos Freitas Diniz Neto	Engenheiro	Empresário	Total: Cr\$ 54.863.000,00
Renato Bayma Archer da Silva	Funcionário público	Empresário	Total: Cr\$ 92.833.785,00 + £ 350,00 + US\$ 300,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

<sup>8</sup> Racha proveniente da disputa interna entre o então governador do Estado (1961-1965), Newton Belo e Vitorino Freire, sobre quem seria indicado como candidato do PSD nas eleições de 1965.

O conjunto de profissões declaradas pelos deputados é considerado elitizado, sobretudo em um estado onde boa parte da população não tem acesso ao ensino superior. A pouca diversidade de profissões declaradas aponta ainda para as dificuldades de acesso do conjunto populacional aos espaços de poder, sobretudo na esfera federal.

Por outro lado, é importante destacar os deputados, não tinham nas profissões declaradas sua única fonte de renda. A partir da análise da declaração de bens é possível observar diferentes atividades econômicas em que os deputados obtinham uma renda complementar, sobretudo na prática de produção rural e nos investimentos em ações empresariais.

É possível identificar uma concentração, sobretudo, nas atividades empresariais, com maior destaque para o conjunto de acionistas, em diferentes ramos, muitos deles com ações em empresas variadas, como é o caso de Renato Archer, declara possuir pelo menos Cr\$ 2.606.400,00 em ações em diferentes entidades. Outra atividade que pode ser percebida nas declarações dos deputados federais, é a prática de produção rural, ligada exclusivamente à criação de gado.

Uma forma de mensurar o volume dos bens declarados pelos deputados é a partir do salário mínimo, que girava em torno de Cr\$ 51.000,00, naquele ano, o que revela uma quantidade razoável dos bens declarados, levando em consideração as atividades profissionais e econômicas presentes nas declarações e, sobretudo, o período em que alguns desses deputados exercem cargos públicos.

De modo geral, há pouca variação no conjunto de atividades que podem ser observadas a partir das declarações de bens dos candidatos a deputado federal, com concentração em duas principais, o que evidencia certo padrão na atuação econômica da classe política principalmente dos deputados federais. É relevante ressaltar que boa parte dos candidatos já havia atuado ou atuavam no legislativo federal.

A partir disso, podemos inferir que os deputados não tinham a prática política como única profissional, mas que são provenientes de um meio social bastante semelhante, e que concentrava boa parte dos candidatos, sobretudo a partir das práticas empresarial e pecuária. Embora seja aceitável que os candidatos possam ter ocultado um ou outro bem, em linhas gerais é possível perceber o caráter dominante de classe em que se inserem os parlamentares.

Já no legislativo estadual a situação é bastante diversa, como podemos evidenciar no quadro a seguir:

**Quadro 3: Deputados Estaduais suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.**

Deputados	Ocupação declarada	Total de bens declarados
Adail da Silva Carneiro	Industrial e Deputado Estadual	Cr\$ 26.498.000,00
João Batista Freitas Diniz	Funcionário público	Cr\$ 42.185.000,00
Isaac Rubens Brito Dias	Funcionário público	Cr\$ 5.750.000,00
João Batista Macêdo Sandes	Advogado	Cr\$ 1.495.000,00
José Ribamar Dominici	Criador de animais	Cr\$ 17.000.000,00
Moisés Alves dos Reis	Comerciante	Cr\$ 94.700.000,00
Yolanda Holanda Campos e Silva	Doméstica	Cr\$ 4.500.000,00
José D'Assunção Brandão	Médico	Cr\$ 1.078.000,00
José Bayma Serra	Industriário	Declara não possuir bens

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

O caráter inédito de muitos nomes na política local se relaciona, sobretudo, ao momento histórico de formação do partido, criado em abril de 1966, ver-se obrigado a formar um grupo de candidatos apenas 5 meses depois (setembro de 1966). Nesse sentido, boa parte dos candidatos, sobretudo à Assembleia Legislativa, foi formada por nomes que não eram comuns à política estadual. Dos 38 candidatos, apenas 13 já haviam atuado na Assembleia Legislativa, ao contrário dos candidatos à Câmara dos Deputados, onde boa parte já atuava na política federal.

Esse ineditismo dos nomes evidencia a dificuldade encontrada pelo partido para formar candidatos a partir dos nomes que já atuavam no estado, devido as condições atípicas de formação e constituição do partido no Maranhão. Logo, a seleção de candidatos a Assembleia Legislativa, foi caracterizada pela escolha de nomes que

atuavam em diferentes setores da sociedade, e com atividades bastante variadas, como se pode observar nas profissões declaradas.

De modo geral, as profissões declaradas pelos deputados evidenciam que boa parte deles é proveniente de setores médios, com concentração em funcionários públicos, advogados e comerciantes. O conjunto de profissões, apesar de bem diversificado, não apresenta uma disparidade social, as declarações de bens, que se relacionam de modo bastante próximo com as profissões declaradas. Apenas um deles declara a atuação como Deputado Estadual como profissão.

É possível observar certa hierarquização entre os membros do partido, sobretudo entre as diferentes categorias do legislativo, com uma concentração de deputados federais de políticos que já gozavam de uma carreira consolidada, e com um aporte econômico identificado nas declarações de bens com caráter mais significativo e que já atuavam nos quadros da política federal. No que se refere ao poder legislativo estadual, se pode observar uma diversidade muito maior no elemento profissional e no aporte econômico das declarações de bens.

Gramsci destaca a importância de pelo menos três elementos na formação de um partido: “o elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, que abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais” (GRAMSCI, 2007, p.316), que pode ser observada aqui pela atuação dos fundadores do partido, entre eles Cid Carvalho e Renato Archer, que também são relevantes na instalação do MDB no Maranhão e ajudam a manter a coesão do partido nesse primeiro momento.

Outro “elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só físico, mas moral e intelectual” (GRAMSCI, 2007, p.317). Que pode ser percebido a partir da gama de filiados, que apresentam expressiva atuação na Assembleia Legislativa do Estado, e que tinha base principalmente no antigo PSD maranhense.

E, por fim, “um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (GRAMSCI, 2007, p.317), que não é observável na formação do MDB-MA, seja pelo seu caráter parlamentar, ou pela dificuldade de diálogo com amplos setores de massa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conformação de forças no pós-bipartidarismo evidência os resultados da interferência ditatorial nos rumos da política partidária. Sobretudo, a partir um aspecto fundamental da atuação da Ditadura empresarial-militar: o controle de criação e implementação dos partidos. Que se dar sobretudo da esfera federal para as instâncias menores do poder.

Nesse contexto, as diferentes realidades partidárias no âmbito regional, acabam tendo que adequar as novas condições da política representativa. E nesse processo de conformação dos agentes políticos, pode-se identificar pelo menos dois condicionantes diversos no Maranhão.

Inicialmente, a atuação direta do presidente-militar, Castelo Branco, não só na incrementação da política bipartidária, por meio dos atos institucionais, e sobretudo na formação de uma política que fosse capaz de implementar um projeto modernizador no estado, com o apoio direto a José Sarney, que passa a ser representante desse projeto. Como destaca Castelo Branco:

O Maranhão seria o grande campo experimental para a Revolução: campo para uma ação moralizadora; campo para demonstrar até que ponto desceu a coisa pública neste país e campo para fazer funcionar as potencialidades de um Estado[sic] rico que paradoxalmente só tem servido para manter um povo pobre e abandonado. (*JORNAL O IMPARCIAL*, 08/12/1964)

Por outro lado, a cultura partidária do estado, onde é perceptível determinada vocação governista, com o interesse dos políticos estaduais, principalmente no partido que compunha a base do governo, como destaca José Caldeira:

Era bastante comum o deputado estadual se transferir de um partido para outro, no curso do próprio mandato; e essa transferência era mais comum entre os oposicionistas; que mudavam para o partido situacionista conforme as pressões e as ofertas manifestadas pelo executivo, dentro de pacto firmado entre este e o legislativo (*CALDEIRA*, 1978, p.79).

É importante destacar a necessidade de análises historiográficas que possam dar visibilidade ao poder legislativo e as questões partidárias no Maranhão. A escassez de trabalhos se deve sobretudo, a tradição recente de estudos que possam privilegiar as particularidades do partido político e a concentração de pesquisas sobre o sarneismo no estado, conferindo àquela temática uma infinidade de discussões a serem exploradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I) Fontes Documentais:

#### Acervos de Instituições

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

#### Legislação

BRASIL. **Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a constituição federal de 1946, as constituições estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo poder constituinte originário da revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. [\*\*Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965\*\*](#). Dispõe sobre a organização dos partidos políticos.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.740, de 15 de novembro de 1965**. Lei orgânica dos partidos.

#### Matérias de Jornais:

Constituídos ontem os órgãos regionais do MDB, *Jornal O Imparcial*, 19 de abril de 1966.

Presidente Humberto Castelo Branco quer eleições em 65 para governador, *Jornal O Imparcial*, 08 de dezembro de 1964.

### II) Dicionários

BOBBIO, Norberto. Verbete: partido político. IN: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2009

FELIPPINI, Michele. Verbete: partido. IN: \_\_\_\_\_. **Dicionário Gramsciano**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

### III) Bibliografia

ALVES. Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. 358 p.

[BARACHO, José Alfredo de Oliveira](#). Teoria geral dos partidos políticos. [Revista de Informação legislativa](#). v. 16, n. 64 (out./dez. 1979). Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181114> >. Acesso em: 25 de fev. de 2018.

BERNSTEIN, Serge. Partidos políticos e sociologia IN: RÉMOND, René. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira & Silvia Anette Kneip. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 222 p.

COSTA, Wagner Cabral. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006, 284 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB**. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. Anais I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf> >. Acesso em: 15 de dez. de 2017.

MENDONÇA, José Carlos. Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade. **Revista em Tese**, Vol. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008, p. 67-83. ISSN 1806-5023. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13456> >. Acesso em: 15 de mar. de 2018.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos**. Tradução: Hamilton Trevisan. São Paulo: Editora Senzala. [s.d.]

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“Porque muitos juraram para trair”**. São Luís: EDUEMA, 2015. 152 p.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos.**São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o Marxismo. **Revista OPSIS.** V.8, n. 11. Goiás: 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.5216/o.v8i11.9356> >. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política.** Tradução Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

SOARES, Alessandro O; TAUIL, Rafael M; COLOMBO, Lucélia. **O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. Sinais.** v.1, n.19. Espírito Santo: 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25067/s.v1i19.13215>. Acesso em: 09 de mar. de 2018.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Editora Fondo de Cultura. 1961.

VIANA. Nildo. **O que são Partidos Políticos?** Goiânia: Editora Germinal. 2003.



## AS ELEIÇÕES DE 1966 E AS IMPLICAÇÕES DO BIPARTIDARISMO NO MARANHÃO

Paulo Leandro da Costa Moraes\*

**RESUMO:** A reconfiguração política instituída pelo bipartidarismo, através do Ato Institucional nº2 (1965), formando um partido de apoio a ditadura Empresarial-militar (Aliança Renovadora Nacional-ARENA) e um de oposição consentida (Movimento Democrático Brasileiro-MDB); produzia um cenário partidário favorável a implementação das políticas ditatoriais. Todavia o implemento dessa política partidária, devia estar associada a uma menor representatividade do partido oposicionista buscada através da criação de consenso em torno da ARENA e de medidas arbitrárias que pudesse garantir a maioria situacionista nos diferentes espaços de poder. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar como se dá o processo eleitoral pós-bipartidarismo no Maranhão, mais especificamente as eleições de 1965, levando em conta as características em que se circunscrevem a atuação e conformação das forças partidárias dando destaque a composição do MDB.

**Palavras-chave:** Bipartidarismo. MDB-MA. Eleições de 1966.

### INTRODUÇÃO

Sabendo-se que a instauração do bipartidarismo no Brasil, é fruto de uma medida governamental que visava desarticular a oposição, “permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar medidas destinadas a institucionalização definitiva do Estado” (ALVES, 1984, p.95)<sup>1</sup>, é possível destacar que não só a formação dos partidos mais a própria organização das eleições de 1966 foi regulamentada pelos atos complementares.

A arbitrariedade dos atos complementares tornou-se ainda mais evidente em meados de 1966, à medida que o governo passava à ofensiva para preparar as eleições. Somente em junho e julho, o executivo baixou 18 atos complementares, regulamentando as condições em que se realizaram as eleições, a filiação partidária dos candidatos, a perda de mandatos municipais[...]. Durante o período de vigência de Ato Institucional Nº 2, o presidente da República baixou 36 atos complementares (ALVES, 1984, p. 101).

---

\* Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela professora do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves.

<sup>1</sup> A instauração do bipartidarismo no Brasil, ocorre através do Ato Institucional nº 2, promulgado no seio da Ditadura empresarial-militar, que extinguiu todos os partidos até então existentes e do Ato Complementar nº4 que regulamentava a criação das novas organizações partidárias.

Nesse sentido, as eleições legislativas de 1966 foram marcadas pela presença constante do governo, produzindo as condições necessárias para a formação de sua base de sustentação política que, aliada aos constantes expurgos no partido de oposição, limitou significativamente a representação política do MDB. As eleições ocorreram no dia 15 de novembro de 1966, como determinava o Ato Institucional nº 3., nos 22 estados e ainda nos territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Destarte, as mudanças ocorridas na formação partidária e nas condições em que se circunscrevem as eleições legislativas de 1966, produziram-se um cenário político favorável à ARENA, que teve uma vitória expressiva no pleito. Na esfera nacional, “na Câmara, conquistou 277 cadeiras, contra 132 do MDB (ficando com 68%) e no Senado 47 cadeiras contra 19 do MBD (ficando com 71%). Somente na Guanabara o MDB superou a ARENA” (SKIDMORE, 1988, p. 144).

No Maranhão, além das alterações feitas pelo governo no processo eleitoral, a análise das condições em que se circunscrevem as eleições de 1966 não pode estar dissociada do próprio cenário político do estado e, sobretudo, as alterações ocorridas no colégio eleitoral, que em 1962 contava com 497.436 eleitores e após revisão, encomenda pelo governador Castelo Branco, em 1965, passa a ser constituído de 291.230 eleitores, “sendo suprimidos, portanto 206.206 ‘eleitores’, incluídos na categoria de ‘fantasmas’. Ou seja, no período 1962/1966, o colégio eleitoral do Maranhão teve seu contingente reduzido a 58,55%” (CALDEIRA, 1978, p.43).

A revisão do colégio eleitoral maranhense compunha o apoio de Castelo Branco a candidatura de José Sarney<sup>2</sup>, visando o desbarate da facção vitorinista, que aliada a uma “‘intervenção branca’ na Justiça Eleitoral do Maranhão com a convocação de tropas do Exército para garantir as eleições e o apoio da máquina federal no Estado” (COSTA, 2002 p. 5), possibilitaram uma vitória expressiva do candidato udenista sobre os demais candidatos.

Se, por um lado, a presença do governo federal contribui para a eleição de José Sarney, por outro não se pode negar a sua articulação com as forças sociais do estado, a imprensa e o uso de um “discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, no

---

<sup>2</sup> “Apoio explicado pelo fato de a UDN ter se constituído na principal base de apoio civil ao golpe militar. Dessa forma, algumas lideranças udenistas (entre elas José Sarney) obtiveram acesso ao governo federal e atuaram, em conjunto com a facção militar ‘sarbonista’ no sentido de ‘sanar’ segundo sua ótica elitista, o sistema político brasileiro” (COSTA, 2006, p.81)

qual a imagem do ‘novo’ e do ‘moderno’ é fartamente explorada” (COSTA, 2002, p.2), a fim de construir consenso em torno do projeto político por ele defendido.

Logo, a vitória de José Sarney no pleito de 1965 para governador, com o auxílio das forças militares, produziu um cenário favorável à implantação da ARENA-MA que, embora não fosse homogênea, era capaz de fortalecer a imagem do partido através do *Jonal Pequeno e do O imparcial*, com as constantes aparições e discursos, o que também ajudou no processo de articulação na capital e nos municípios. Além disso, não se pode menosprezar o uso da máquina pública na formação da base política sarneista, e diretamente na formação da ARENA-MA.

No período, consolidou-se a supremacia da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense. Sob certos aspectos, essa situação pode ser exemplificada por ser a ARENA integrada pelas lideranças políticas que detêm o comando e o controle do institucional do Poder legal dos executivos estadual e da quase totalidade dos municípios, por um lado; por outro, por ter contado aquele Partido, desde a constituição do sistema bipartidário com a maioria dos assentos nos legislativos federal, estadual e municipal. Apesar das dissensões políticas internas em torno das lideranças, que comandam as correntes dentro do partido governista, a ARENA maranhense, por ser um partido do Poder, conta com recursos visíveis e invisíveis capazes de influenciar o comportamento eleitoral das populações. (CALDEIRA, 1978, p. 39).

Nesse sentido, as eleições de 1966 para o poder legislativo são balizadas, em diferentes níveis, pela atuação do próprio poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, que como destaca José Caldeira, altera a própria fisionomia do eleitorado maranhense, a partir das “transformações da realidade material da sociedade, tendo como principal interesse influenciar o comportamento político e conseqüentemente eleitoral das populações, a favor dos administradores” (CALDEIRA, 1978, p. 37), sobretudo em sociedades de economias predominantemente primária e pouco urbanizada, onde a população de baixo nível de renda constitui a parte mais significativa do eleitorado.

## **OS CANDIDATOS DO MDB-MA**

A reunião de escolha de candidatos do MDB-MA que concorriam nas eleições de 1966 no Maranhão ocorreu no dia 12 de setembro de 1966, com a presença de lideranças nacionais do partido<sup>3</sup>. De acordo com a ata da reunião, a escolha dos

---

<sup>3</sup> Estavam presentes na reunião os deputados Federais Vieira de Melo e Martins Rodrigues, importantes lideranças do MDB nacional. Além disso, o jornal *O Imparcial* (11/09/1996, p.1), destacava a presença de

candidatos ocorrera por voto secreto, sendo constado um total de 11 candidatos à Câmara dos Deputados e 39 candidatos a Assembleia Legislativa do estado, ficando adiada a votação para candidato ao Senado Federal.

Diversas questões foram marcantes na formação do MDB, como, por exemplo, a atuação do então governador José Sarney, dos aparelhos privados de hegemonia que produziam intenso consenso em relação à ARENA-MA, e as condições políticas produzidas pela Ditadura Empresarial-militar. Elementos que visavam à produção de uma oposição sem muita expressão, tanto em âmbito federal quanto nos estados, o que interfere não só na formação do partido, mas também na escolha dos candidatos.

**Quadro 1: Candidatos a Deputados Federais, suas respectivas formações profissionais e declaração de bens.**

Candidatos	Profissão declarada	Outras atividades a partir da Declaração de bens	Declaração de bens
Antônio Euzébio da Costa Rodrigues	Médico, funcionário público federal	Produtor rural	Total: Cr\$ 68.050.000,00
Cid Rojas Américo de Carvalho	Advogado	Produtor rural	Total: Cr\$ 102.808.000,00
Cesário Guilherme Coimbra	Médico	Produtor rural e Empresário	Posse de terras: 1200 ha Rebanho de Gado: 220 cabeças Ações em empresas: 200 ações no Banco do Estado do Maranhão. Outros: Cr\$ 803.000,00
Domingos Freitas Diniz Neto	Engenheiro	Empresário	Total: Cr\$ 54.863.000,00
Ivaldo Perdigão Freire	Médico	Empresário	Total: Cr\$ 60.400.000,00
José Ramalho Burnett da Silva	Advogado	**	Total: Cr\$ 42.279.510,00
Lino Machado Filho	Advogado	Empresário	Posse de Terras: 68 ha Ações em empresas: 110 ações na Empresa o Combate; 400 ações na Industria de Baterias S.A; - IMBASA
Pedro Braga Filho	Médico	Produtor rural e empresário	Total: Cr\$ 23.462.900,00
Renato Bayma Archer da Silva	Funcionário público	Empresário	Total: Cr\$ 92.833.785,00 + £ 350,00 + US\$ 300,00

Doutel de Andrade, Benjamin Farah e Martins Rodrigues e do marechal Amaury Krueel, que era considerado o candidato do MDB à presidência. Porém, a presença desses últimos não foi registrada.

Aldenir José da Silva		Empresário	Total: Cr\$ 77.295.770,00
Hildenê de Gusmão Castelo Branco		**	Total: Cr\$ 21.352.700,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

Alguns dos candidatos à Câmara dos deputados já atuavam na política nacional, como Cid Carvalho, Renato Archer, José Burnett, Cesário Coimbra e Pedro Braga; outros atuavam no legislativo estadual, como era o caso de Ivaldo Perdigão e Aldenir da Silva; há ainda o caso de Lino Machado que não teve votos suficientes para ser eleito à Câmara dos Deputados, pelas “Oposições Coligadas” no pleito de 1962. É relevante destacar ainda o caso de Costa Rodrigues, que concorreu contra José Sarney nas eleições para o governo do Estado, ficando em segundo lugar com 68.560 votos.

Um primeiro olhar acerca das ocupações profissionais dos candidatos a deputado federal, nos permite afirmar que, em sua maioria, são advogados e médicos, com 63,6% das profissões declaradas. O conjunto de profissões declaradas pelos candidatos é considerado elitizado, sobretudo em um estado onde boa parte da população não tem acesso ao ensino superior. A pouca diversidade de profissões declaradas aponta ainda para as dificuldades de acesso do conjunto populacional aos espaços de poder, sobretudo na esfera federal.

Por outro lado, é importante destacar que a maioria dos candidatos, não tinham nas profissões declaradas sua única fonte de renda, a partir da análise da declaração de bens é possível observar diferentes atividades econômicas em que os deputados obtinham uma renda complementar, sobretudo na prática de produção rural e nos investimentos em ações empresariais.

Abaixo é apresentada a porcentagem comum a cada uma das atividades econômicas complementares em que os candidatos se enquadram:

**Tabela 1: porcentagem das demais atividades identificadas nas declarações de bens**

<b>Tipo de alteração parcial</b>	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>
<b>Produtor rural</b>	2	18,1
<b>Empresário</b>	5	45,4
<b>Produtor rural e empresário</b>	2	18,1
<b>Total</b>	9	81,6*

**\* A soma das porcentagens é inferior a 100% pois a quantidade de atividades identificada nas declarações não se aplica para a totalidade dos candidatos.**

Fonte: Declarações de Bens do TRE-MA. Elaboração própria

É possível identificar uma concentração nas atividades empresariais, com maior destaque para o conjunto de acionistas, em diferentes ramos, muitos deles com ações em empresas variadas, como é o caso de Renato Archer, que declara possuir pelo menos Cr\$ 2.606.400,00 em ações em diferentes entidades, além dele pelo menos outros 7 candidatos declararem ter algum tipo de investimento.

Outra atividade que pode ser percebida nas declarações dos candidatos a deputado federal, é a prática de produção rural, ligada exclusivamente à criação de gado. Costa Rodrigues, por exemplo, afirma ter pelo menos 1.256 cabeças de gado, avaliadas em mais ou menos Cr\$ 20.000.000,00. Em alguns casos, é possível observar que esse tipo de bem tem origem em heranças, como é o caso de Cesário Guilherme Coimbra.

Uma forma de mensurar o volume dos bens declarados pelos deputados é a partir do salário mínimo, que girava em torno de Cr\$ 51.000,00, naquele ano, o que revela uma quantidade razoável dos bens declarados, levando em consideração as atividades profissionais e econômicas presentes nas declarações e, sobretudo, o período em que alguns desses deputados exercem cargos públicos.

De modo geral, há pouca variação no conjunto de atividades que podem ser observadas a partir das declarações de bens dos candidatos a deputado federal, com concentração em duas principais, o que evidencia certo padrão na atuação econômica da classe política principalmente dos deputados federais. É relevante ressaltar que boa parte dos candidatos já havia atuado ou atuavam no legislativo federal.

A partir disso, podemos inferir que os deputados não tinham a prática política como única profissional, mas que são provenientes de um meio social bastante semelhante, e que concentrava boa parte dos candidatos, sobretudo a partir das práticas empresarial e pecuária. Embora seja aceitável que os candidatos possam ter ocultado um ou outro bem, em linhas gerais é possível perceber o caráter dominante de classe em que se inserem boa parte dos candidatos.

Já a escolha dos candidatos à assembleia legislativa, por sua vez, é marcada pelo caráter inédito de muitos dos nomes que concorriam à Assembleia Legislativa do estado, pela diversidade social e ocupacional dos escolhidos, e por ser o único a ter presença feminina concorrendo ao pleito de 15 de novembro de 1966.

O caráter inédito de muitos nomes na política local se relaciona, sobretudo, ao momento histórico de formação do partido, criado em abril de 1966, ver-se obrigado a formar um grupo de candidatos apenas 5 meses depois (setembro de 1966). Nesse

sentido, boa parte dos candidatos, sobretudo à Assembleia Legislativa, foi formada por nomes que não eram comuns à política estadual. Dos 38 candidatos, apenas 13 já haviam atuado na Assembleia Legislativa, ao contrário dos candidatos à Câmara dos Deputados, onde boa parte já atuava na política federal.

Esse ineditismo dos nomes evidencia a dificuldade encontrada pelo partido para formar candidatos a partir dos nomes que já atuavam no estado, devido as condições atípicas de formação e constituição do partido no Maranhão, e que já foram apontados em momento anterior desse trabalho. Logo, a seleção de candidatos a Assembleia Legislativa, foi caracterizada pela escolha de nomes que atuavam em diferentes setores da sociedade, e com atividades bastante variadas, como se pode observar na tabela a seguir.

**Tabela 2: Lista das profissões dos candidatos a Assembleia Legislativa**

<b>Profissões</b>	<b>Quantidade de candidatos</b>	<b>%</b>
<b>Funcionários públicos</b>	12	31,5
<b>Advogados</b>	8	21,0
<b>Comerciantes</b>	6	15,7
<b>Contadores</b>	2	5,2
<b>Jornalistas</b>	2	5,2
<b>Médicos</b>	1	2,6
<b>Motoristas</b>	1	2,6
<b>Industriário</b>	1	2,6
<b>Produtor Rural</b>	1	2,6
<b>Bancário</b>	1	2,6
<b>Doméstica</b>	1	2,6
<b>Aposentado</b>	1	2,6
<b>Político</b>	1	2,6
<b>Total</b>	38	99,4*

**\* A soma das porcentagens é inferior a 100% pois foi considerado apenas a primeira casa decimal.**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria

De modo geral, as profissões declaradas pelos candidatos evidenciam que boa parte dos candidatos do MDB-MA é proveniente de setores médios, com concentração em funcionários públicos e advogados, que lideravam os profissionais que se candidataram à Assembleia Legislativa. É possível verificar uma quantidade significativa ainda de comerciantes, que declaravam ter até Cr\$ 160.300.000,00, como é o caso de José Lira Brito. O conjunto de profissões, apesar de bem diversificado, não apresenta uma disparidade social, nem as declarações de bens, que se relacionam de

modo bastante próximo com as profissões declaradas. Apenas um deles declara a atuação como Deputado Estadual como profissão.

É possível observar certa hierarquização entre os membros do partido, sobretudo entre as diferentes categorias em que os candidatos concorriam, com uma concentração de candidatos para os cargos federais de uma maioria de políticos que já gozavam de uma carreira política consolidada, e com um aporte econômico identificado nas declarações de bens com caráter mais significativo e que já atuavam nos quadros da política federal. No que se refere ao poder legislativo estadual, se pode observar uma diversidade muito maior no elemento profissional e no aporte econômico das declarações de bens.

Gramsci destaca a importância de pelo menos três elementos na formação de um partido: “o elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, que abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais” (GRAMSCI, 2007, p.316), que pode ser observada aqui pela atuação dos fundadores do partido, entre eles Cid Carvalho e Renato Archer, que também são relevantes na instalação do MDB no Maranhão e ajudam a manter a coesão do partido nesse primeiro momento.

Outro “elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só físico, mas moral e intelectual” (GRAMSCI, 2007, p.317). Que pode ser percebido a partir da gama de filiados, que visavam principalmente a candidatura para a Assembleia Legislativa do Estado, e que tinha base principalmente no antigo PSD maranhense.

E, por fim, “um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo” (GRAMSCI, 2007, p.317), que não é observável na formação do MDB-MA, seja pelo seu caráter parlamentar, ou pela dificuldade de diálogo com amplos setores da massa.

## **A PROPAGANDA POLÍTICA E A ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA**

A propaganda eleitoral teve início logo após os registros dos candidatos no Tribunal Regional Eleitoral. O jornal *O Imparcial* produziu uma reportagem apontando como deveria ser realizada a propaganda política no estado, seguindo a legislação nacional.



Destaca-se que todas as propagandas eleitorais deveriam ser realizadas sob a responsabilidade dos partidos, a fim de evitar o abuso de poder econômico, sendo por eles paga, como disposto no artigo 241 do código eleitoral, o que pode ser evidenciado através do plano de despesas dos partidos entregue ao Tribunal regional eleitoral.

**Tabela 3: Despesas dos partidos com campanha política**

<b>Partidos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Valor máximo a ser gasto por categoria</b>
<b>ARENA</b>	Senador	Cr\$ 100.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 200.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 350.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 15.000.000,00
<b>MDB</b>	Senador	Cr\$ 10.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 5.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 2.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 1.000.000,00

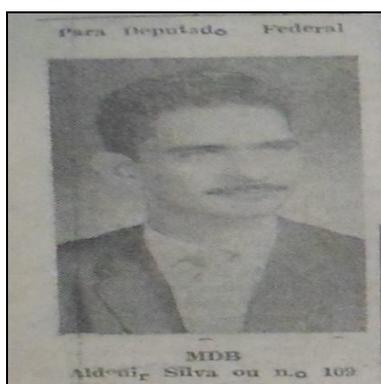
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Elaboração própria.

A partir do comparativo das despesas máximas a serem realizadas pelos partidos, é possível observar claramente a disparidade de valores entre as agremiações políticas. No caso do senador, por exemplo, o valor máximo a ser gasto pela ARENA é 900% a mais do que foi declarado pelo MDB. Por outro lado, enquanto os valores a serem gastos com as três primeiras categorias são crescentes na ARENA, no MDB esse valor é decrescente.

Pode-se depreender que as condições econômicas em que os partidos fazem suas campanhas apresentam significativo abuso de poder, mesmo que passando por todos os trânsitos legais, mas a diferença de valores evidencia as condições desiguais em que se circunscrevem a campanha, com o destaque da ARENA em relação ao MDB.

Outro elemento a ser destacado é o caráter das propagandas políticas, que deveriam seguir determinados parâmetros de censura, sendo que “não deverá empregar meios publicitários destinados a criar artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais” (Art. 242, LEI Nº 4.737, 15/07/1965). Essa questão está presente no padrão em que as propagandas apareciam nos jornais impressos, sempre de modo didático e com poucas informações.

### Figura 1: Propaganda política de Aldenir Silva, candidato a Dep. Federal



Fonte: *Jornal Pequeno*, 13/11/1966, p.6

As propagandas geralmente eram compostas por uma fotografia do candidato, embora em alguns casos se dispensasse, o cargo para o qual o candidato estava concorrendo, o nome, o partido e o número, como se observa figura 1. As propagandas através dos jornais impressos seguiam esse padrão, sem menção a programas de governo, ou propostas políticas. Eram construídas de modo pedagógico para atingir o leitor da forma mais simples possível e evitando qualquer tipo de opinião, acompanhado de uma frase curta, como na propaganda do candidato da ARENA, Raimundo Lima: “Para o povo evangélico, um deputado crente”; ou da candidata do MDB, Izilda Mota: “uma voz em prol da mulher maranhense, na defesa da família do humilde homem de trabalho das cidades e dos campos” (*Jornal Pequeno*, 11 e 13/11/1966). As frases estavam geralmente relacionadas a uma questão moral, a que o candidato buscava ressaltar, ou a um elemento pessoal, que se buscava destacar.

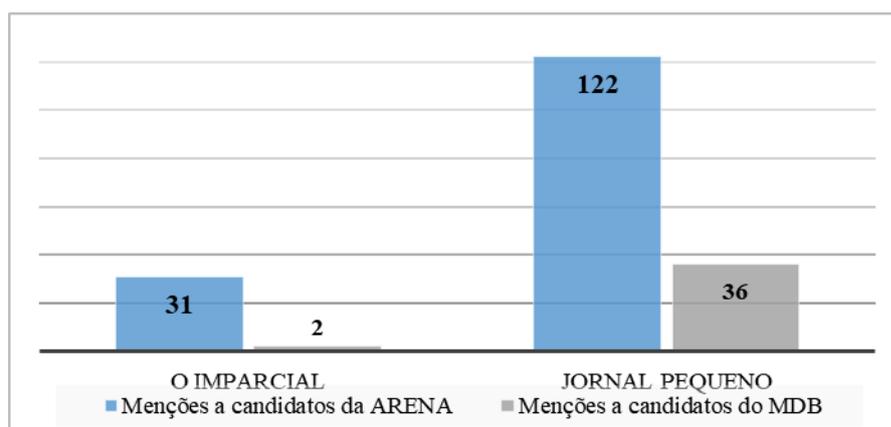
Obviamente que as condições históricas em que se circunscrevem as eleições são fundamentais para o caráter em que a propaganda aparece, sobretudo em contexto de Ditadura militar, e com sua atuação repressiva, que impõe as condições em que a propaganda política acontece.

Como já mencionado em momento anterior desse trabalho, a imprensa local atua claramente na construção de consenso em torno da criação da ARENA do Maranhão, em detrimento do MDB. Todavia, a elaboração de uma imagem hegemônica em torno da ARENA-MA, não se resume ao momento de formação das siglas partidárias, mas aparece ainda mais enfaticamente na propaganda para as eleições de 15 de novembro de 1966.

De modo geral, é possível observar que os candidatos da ARENA têm significativo espaço no jornal *O Imparcial*, sendo que aparecem diariamente os nomes

de todos os candidatos da ARENA, desde a escolha dos candidatos até às vésperas das eleições, questão que se fundamenta no considerável poder econômico disponibilizado pela ARENA na sua campanha. Além disso, é possível verificar a predominância dos candidatos da ARENA em relação aos do MDB, na quantidade de vezes em que as propagandas aparecem nos jornais.

**Gráfico 1: quantidade de menções a candidatos dos partidos nos principais jornais locais**



Fonte: *Jornal O Imparcial e Jornal Pequeno* entre os dias 18/10 e 15/11/1966. Elaboração própria

É possível observar a atuação direta dos jornais na construção de consenso a favor da ARENA, com presença marcante nos jornais locais. Embora o jornal *O Imparcial* não tenha contado com um número tão grande de citações, se comparado ao *Jornal Pequeno*, aquele produziu relevantes textos que tratavam especificamente da relevância da ARENA-MA para a implantação das medidas necessárias ao Maranhão, constituindo uma bancada importante para o governador José Sarney.

Em editorial publicado no dia das eleições, sob o título: “A grande decisão”, o jornal *O Imparcial* destaca a trajetória do governo estadual desde as eleições de 1965, com a vitória de José Sarney, e a importância da continuidade das ações políticas do governo e da formação de uma base de apoio que pudesse sustentar o governo.

As eleições de 1965, quando o povo arrebentou os grilhões que lhe eram impostos pela prepotência como forma de governo e pelo governo como instrumento de fraudes constituiu apenas o primeiro passo no processo de recuperação do Estado.

Os homens que conduziram o Estado aos novos caminhos estão abrigados na sigla partidária da ARENA. É por isso que o povo no comprimento do trabalho iniciado em 1965 com a eleição de Sarney vai agora eleger os representantes. (*O imparcial*, 15/11/1966, p. 1).

Nesse sentido, é possível verificar a atuação direta do aparelho privado de hegemonia na construção de consenso em torno da ARENA, destacando a continuidade política das eleições de 1965, elemento que é constantemente retomado pela imprensa local como momento de libertação do Maranhão. Esse processo, todavia, não se esgotava com a eleição de José Sarney, mas teria continuidade na construção de uma base governamental que pudesse mudar as estruturas políticas do estado, e fazer as mudanças necessárias, base que só poderia ser construída com a predominância da ARENA nas eleições de 1996. O próprio governador lança uma mensagem em favor dos candidatos da ARENA:

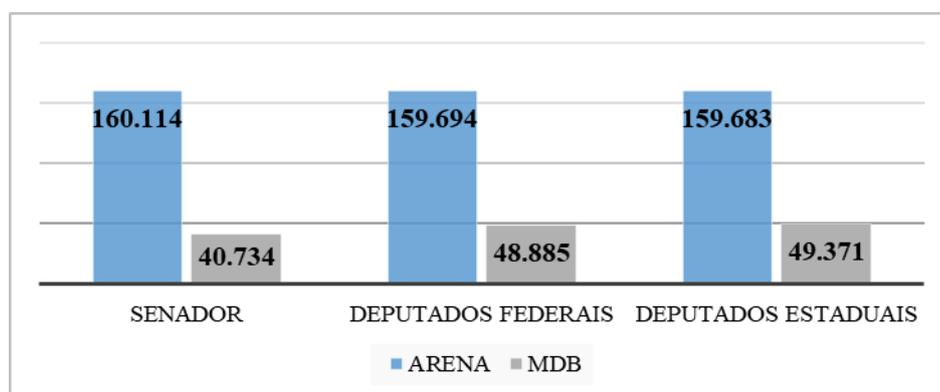
Cumpri o meu dever de político, sem macular os deveres de minha investidura. Assim congratulo-me com todos os maranhenses pelo clima desta pugna eleitoral e aos meus amigos em particular, tenho uma mensagem em favor dos candidatos da ARENA. Eles ajudarão a consolidar a obra de governo que estamos realizando (Jornal Pequeno e O Imparcial, 13/11/1966, p. 1).

Logo a propaganda política, que embasou as eleições de 1966, foi marcada pela presença constante de favorecimento político da imprensa maranhense aos candidatos da ARENA, que foram construídos ideologicamente como os responsáveis pela continuação das mudanças que o Maranhão precisava, tidos como aqueles que poderiam realmente permitir o trabalho do governador José Sarney, sem embaraços políticos.

## **O RESULTADO DAS ELEIÇÕES**

O Maranhão contava com um eleitorado de 292.443 eleitores, 9,04% da população do estado, o menor público eleitoral do país em relação ao total da população. Desse total, apenas 233.060 votaram em 1966. O resultado das eleições aos diferentes cargos não foi nenhuma novidade, com uma vitória substancial da ARENA, como resultado da atuação dos diferentes elementos que foram apresentados.

**Gráfico 2: Número de votos obtidos por partido nas diferentes categorias concorridas no Maranhão nas eleições de 1966.**



Fonte: Superior Tribunal Eleitoral. Elaboração própria

A quantidade de votos recebidos pela ARENA, em relação ao MDB, aponta para a hegemonia daquele partido, que conquistou votos nos diferentes seguimentos para o qual concorria. É possível verificar ainda uma aproximação relevante no público votante nos diferentes cargos, o que atesta que boa parte dos eleitores votou na ARENA nos diferentes cargos, seguindo a regra expressa no artigo 146, IX, b, que determinava que o eleitor somente poderia votar em candidatos do mesmo partido para os cargos de deputado federal e estadual, sob pena de terem seus votos cancelados. (CÓDIGO ELEITORAL, 1965).

A parcela de candidatos eleitos pela ARENA em relação ao MDB, nos diferentes cargos, foi de 13 deputados federais, contra 3 do MDB e 31 deputados estaduais, contra 9 do MDB, além do senador maranhense, que foi eleito pela ARENA. Os dados da quantidade de candidatos eleitos se relacionam à quantidade de votos recebidos nos diferentes cargos, e representam claramente o que já foi afirmado: a hegemonia da ARENA nos diferentes cargos em que concorreu. Além disso, estão ligados aos interesses políticos da Ditadura Empresarial-militar de formar um partido de “oposição menos decorativa, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 66-67). No Maranhão, as condições de instalação e o desenrolar eleitoral permitem evidenciar essa exclusão sistemática, que fica mais evidente no resultado das eleições e na representação do partido nas diferentes esferas do poder.

O gráfico transparece a relevância da questão partidária nas eleições de 1966, evidenciando como os elementos destacados no trabalho influenciam na hegemonia do

ARENA na referida eleição, sobretudo, com a atuação do governador José Sarney, que gozava de relevante prestígio no estado, em conjunto com os aparelhos privados de hegemonia, do ideal de “revolução” difundido pela ditadura Empresarial-militar e apropriado pelo discurso arenista.

Já a quantidade votos brancos e nulos foi de 32.182, para o Senado (13,8% do número de votantes); 24.481, para a Câmara dos deputados (10,5% do número de votantes); e 24.006, para a Assembleia Legislativa do estado (10,3 % do número de votantes), que representa uma média de 11,5% dos votos, comparados com 7,5% nas eleições de 1962 e 8,6% nas eleições de 1965. Número muito aquém da média nacional que foi de 21%, ao qual para Skidmore estaria explicada pela “natureza confusa do processo de votação e a eficiência dos ativistas anti-governo que recomendavam os votos em branco como sinal de protesto” (SKIDMORE, 1988, p.114). Essa particularidade do caso maranhense, nos permite inferir que no estado, o ativismo anti-governista não foi tão efêmero, até mesmo pela natureza eleitoral, como pode ser observado nas eleições anteriores; e a atuação sistemática dos aparelhos privados de hegemonia.

Por outro lado, a porcentagem das abstenções nas eleições de 1966 no Maranhão foi de 20,3%, significando um aumento substancial em relação as eleições de 1965, que foram de 8,7%, porém bem inferior as eleições de 1962, que teve um total de 35,7% de abstenções. Essa oscilação no número de abstenções é resultado sobretudo da operação do governo federal no colégio eleitoral maranhense, com supressão de 41.45% do eleitorado; e a possibilidades de votos cancelados pela lei do voto vinculado em 1966 (CÓDIGO ELEITORAL, 1965).

É indispensável destacar, portanto, quais foram os candidatos do MDB que conquistaram cadeiras na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa:

**Quadro 3: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Câmara dos Deputados e seus respectivos votos**

<b>Eleitos para a Câmara dos Deputados</b>	<b>Votos recebidos</b>
Renato Bayma Archer da Silva	11.782
Domingos de Freitas Diniz Neto	6.812
Cid Rojas Américo de Carvalho	6.422

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

A eleição dos candidatos do MDB-MA para a Câmara dos Deputados não trouxe grandes novidades, pois figuravam entre os eleitos as duas principais lideranças do MDB no estado: Cid Carvalho e Renato Archer, que já eram bastante conhecidos no eleitorado maranhense e já atuavam na Câmara dos Deputados. Os votos recebidos pelos candidatos do MDB foram significativamente inferiores aos recebidos pela ARENA: Renato Archer, o candidato mais votado do MDB, recebeu a quantidade aproximada de votos do 6º colocado da ARENA (Eurico Bartolomeu Ribeiro – 11.889 votos).

Já Domingos de Freitas Diniz Neto, pode ser considerado uma novidade entre os nomes eleitos. Domingos Neto, que não era proveniente de nenhum partido, ingressara no MDB depois de participar da criação das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR), da qual foi diretor entre 1957 e 1961. Foi nomeado Secretário de Viação e Obras públicas e Diretor do departamento de Estradas de Rodagem (DER), durante o governo de Newton Belo, cargo em que permaneceu até 1966 (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete: Domingos Diniz Neto).

Todavia, é relevante considerar que boa parte dos candidatos seguia um padrão profissional e atuava em ramos semelhantes da economia. Nesse sentido, as condições sociais em que os candidatos se inserem demonstram as semelhanças políticas em que concorrem, o que possibilita suas vitórias. É importante considerar que a presença dos candidatos nos municípios do estado, foi um elemento fundamental de suas vitórias, seja pelo reconhecimento partidário, como nos casos de Renato Archer e Cid Carvalho, ou político, como na atuação de Domingos Neto em órgãos do Governo.

Entre os candidatos eleitos à Assembleia Legislativa do Maranhão, é possível verificar a tendência seguida na indicação dos candidatos, com muitos nomes eleitos pela primeira vez: dos nove candidatos eleitos, somente três já haviam sido eleitos anteriormente.

**Quadro 4: Relação nominal dos candidatos do MDB-MA eleitos para a Assembleia Legislativa e seus respectivos votos**

<b>Eleitos para a Assembleia Legislativa</b>	<b>Votos Recebidos</b>
Moisés Alves dos Reis	3.314
João Batista de Freitas Diniz	2.296
Isaac Rubens Britto Dias	2.274
João Batista Macêdo Sandes	2.247
José Ribamar Dominice	2.162

Adail da Silva Carneiro	2.118
Yolanda de Holanda Campos e Silva	2.090
José D'Assunção Brandão	1.935
José Bayma Serra	1.906

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

Entre os candidatos que já atuavam como deputados estaduais estavam José Ribamar Dominice, Adail da Silva Carneiro e José Bayma Serra, todos originários do antigo PSD. A presença de candidatos com pouco reconhecimento político no estado permite admitir as condições em que se estabelecem as relações políticas, sobretudo, a partir do destaque da ARENA-MA, que dá indícios da pouca representatividade, resultado não só da questão numérica dos deputados do MDB-MA no Maranhão, mas de sua possibilidade de atuação política.

Os votos dados ao primeiro candidato do MDB se aproximam aos que foram dados ao 16º colocado da ARENA (Ruy Ilayno Coelho de Abreu – 3.238 votos), o que reforça a inexpressividade do MDB nas eleições.

Todavia, é necessário levar em consideração os diversos fatores que influenciaram nos resultados eleitorais, como a atuação institucional da Ditadura Empresarial-militar, na formação de uma oposição com pouca expressividade, não só no governo federal, mas nos diferentes estados, bem como a ação dos aparelhos privados de hegemonia e do governo estadual na formação de uma base política que pudesse sustentar a administração de José Sarney. Além disso, é preciso levar em consideração as mudanças que a política partidária no Maranhão já atravessava, com o desgaste do PSD, e a saída de muitos de seus representantes para o PTB, e a ascensão das “Oposições Coligadas”.

É a partir de um contexto histórico e suas particularidades que o MDB-MA é instalado e esses elementos devem ser levados em consideração na explicação não só na falta de representatividade do partido na conjuntura de sua criação, como no resultado das eleições de 1965.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **I) Fontes Documentais:**

#### **Acervos de Instituições**

Tribunal Superior Eleitoral (Endereço eletrônico: <https://www.tse.jus.br/partidos>)

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão



## Legislação

BRASIL. **Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantém a constituição federal de 1946, as constituições estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo poder constituinte originário da revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965.** Dispõe sobre a organização dos partidos políticos.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral.

## Matérias de Jornais:

A grande decisão. *Jornal O Imparcial*. 15 de novembro de 1966.

SARNEY, José. Mensagem aos maranhenses, *Jornal O imparcial*. 13 de novembro de 1966.

\_\_\_\_\_. Mensagem aos maranhenses, *Jornal Pequeno*. 13 de novembro de 1966.

## II) Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. 358 p.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

\_\_\_\_\_. Novo Tempo / Maranhão Novo: Quais Os Tempos Da Oligarquia? SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

vt

# AS MULHERES SOBRENATURAIS NOS LIVROS DE LINHAGENS IBÉRICOS E AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS MEDIEVAIS NA ATUALIDADE.

*Polyana de Fátima Magalhães Muniz<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os Livros de Linhagens portugueses, em especial o produzido pelo conde D. Pedro de Barcelos, do século XIV, são fontes históricas e literárias do medievo ibérico que pretendiam catalogar os nomes e linhagens mais importantes. Analisá-los nos permite obter informações sobre a organização social, valores e silenciamentos daquela sociedade. Nosso foco, no entanto, paira sobre a presença das mulheres portuguesas e de que modo são representadas, considerando os usos ideológicos de personagens míticas sobrenaturais em um contexto cristão e notadamente misógino. A partir destas, temos como objetivo pensar nas figuras históricas inspiradas/refletidas nessas categorias e discutir a importância dos estudos voltados para as mulheres como contraponto à historiografia tradicional e as disputas políticas do presente, que séculos depois, ainda relegam as mulheres papéis históricos de segunda categoria. **Palavras – chave:** *Livro de Linhagens; Portugal Medieval; Gênero.*

## INTRODUÇÃO

Mais uma vez estamos diante de um momento enigmático, que se constitui em volta da manutenção de direitos conquistados pelos movimentos sociais ao redor do mundo, da edificação da democracia e preservação de ideais humanitários e a destruição desses frente ao crescente pensamento conservador e indiscutivelmente misógino. O contexto histórico que vem se desenhando nos últimos anos no Brasil está permeado de disputas em torno de memórias divergentes, que por trás de um dito revisionismo histórico duvidoso, tenta apagar narrativas até então incontestáveis. Refiro-me aqui principalmente a fatos do passado postos em uma luz de dúvida (diferente da saudável reflexão do saber histórico) e negados, como a tortura e os horrores da ditadura civil-militar brasileira ou o Holocausto Nazista, além de outros temas como a escravidão africana e diferentes acontecimentos políticos do passado de modo geral, modificados ao bel-prazer do narrador – sem fontes, historiografia ou honestidade intelectual.

Para Peter Burke (2006), o papel de historiadores e historiadoras também pode ser desempenhado como resistência contra esquecimentos conscientes de memórias incômodas ou estratégicas. Uma segunda e constante resistência é realizada por

---

<sup>1</sup> Mestranda e bolsista em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA).

aquelas(es) que lidam com os estudos das mulheres e de gênero, pois tiveram historicamente suas áreas diminuídas e ignoradas em relação a academia tradicional e sua *história dos homens no tempo*. Joan Scott (1989) explica que provar que as mulheres tiveram uma história e participaram efetivamente das mudanças sociais não foi suficiente, sendo separadas dos demais *temas* pesquisados.

Cada tempo histórico apresenta, teórica e metodologicamente, desafios aos que se propõem analisa-los. A Idade Média, especialmente o medievo ibérico no qual me debruço, provoca reflexões específicas sobre aquela sociedade e seus impactos no contexto do Brasil sejam a partir de possíveis permanências, influências ou representações. Ainda, pesquisar sobre as mulheres medievais também apresenta certos desafios tais como: a periodização corrente da história econômica e social que atribuem as mulheres, de modo geral, apenas as funções reprodutoras e os papéis familiares, e que põem em dúvida se “as consequências de um desenvolvimento ou de um declínio tocaram da mesma maneira os dois sexos” (AUTOR, 1990, p. 14); a divisão da esfera privada e pública que necessita de problematização, para que não seja naturalizada; a reavaliação de fontes tradicionais com o objetivo de inserir novos pontos de vista e a noção de que o que constituiu ‘mulher’ (modelo ou contraste), foi à visão masculina, autora da maioria das fontes medievais conhecidas.

É necessário delimitar aqui sob qual aspecto e contexto estou me referindo. O fenômeno específico de interesse desse artigo é a utilização de mito/narrativas, que possuem personagens femininos sobrenaturais, a partir do exemplo de *contos melusonianos*<sup>2</sup> presentes nos nobiliários e literaturas de entretenimentos das cortes a partir do século XII, considerando de que modo podemos compreender as relações sociais refletidas nessas fontes, e o que elas nos dizem sobre esse período histórico distante e ao mesmo tempo presente. Desejo aqui proporcionar um questionamento acerca dos papéis femininos construídos historicamente e de que modo podemos utilizá-los para refletir e transformar nosso presente.

---

<sup>2</sup> Esquema narrativo que pode ser resumido a partir de algumas constantes: “Uma mulher muito bonita, de aparência nobre e com uma aura de perfeição sobrenatural, é encontrada em uma floresta por um homem nobre, mortal, que se apaixona. Ela está próxima da água, isto é, algum poço, lago, córrego, fonte etc. E canta, encantadoramente. A figura o seduz e promete casar-se com o desconhecido, isto com a condição de um interdito. Ele promete cumpri-lo. E inevitavelmente, depois de algum tempo felizes, de uma descendência gerada e a linhagem ter aumentado em poder e riqueza, a mesma proibição é desobedecida, e com a mesma proporção, tudo é perdido” (MUNIZ, 2016, p. 15).

As raízes culturais envolvidas nas versões do conto e as influências do cristianismo e de uma nobreza ávida de legitimação devem ser percebidas de forma a aplacar primeiro as peculiaridades da sociedade medieval (percebendo também as nuances da região), como também a construção de uma identidade familiar que é forçada e que passa a realmente transmitir para a sociedade a força da mulher sobrenatural, como aconteceu com as linhagens pesquisadas.

A sociedade medieval, principalmente na Baixa Idade Média, é percebida como misógina. A mulher, segundo a concepção eclesiástica, era vista como a culpada pela perda do homem, e quando não mãe e esposa leal (ao modelo da Virgem Maria), estava relacionada à feitiçaria e ao Diabo (que tinha no feminino sua leal serva, já que esta era levada facilmente pelas emoções e paixões), a mentira e a traição, além de ser considerada inferior. Foram estas concepções ‘cristãs’ que originaram as concepções de nossa própria sociedade, extremamente ambíguas.

No entanto, é também uma mulher-serpente (símbolo do demônio – como também a Cabra) que traz legitimidade e poder a uma família específica. É ela que constrói castelos, conquista territórios e principalmente gera uma descendência forte. Melusina é assim representada como emblema do estudo do feminino, devido suas origens pagãs (onde a figura feminina é mais “valorizada” – ligando-a a água que é origem da vida) e seus aspectos poderosos, ainda que inseridos em uma sociedade como a medieval.

### **Narrativas míticas de mulheres sobrenaturais**

No contexto ibérico foram identificadas pelo menos duas personagens adaptadas aos moldes da personagem mítica Melusina. Os dois exemplos estão presentes nos *Livros de Linhagens do Conde d. Pedro de Barcelos*<sup>3</sup>, produzido no século XIV. São elas a *A dama do pé de Cabra* e a *Dona Marinha*. Apesar das influências de mitologias ‘pagãs’ semelhantes, não se deve, entretanto, deixar de notar que quando transformados em obras literárias são resultados de uma interpretação autoral e, portanto, modificadas por ele e por sua bagagem social.

---

<sup>3</sup> “Caracterizado como uma obra longa, o LL<sup>3</sup> expande o número de personagens inseridos. Possui 83 títulos, reunindo as gerações e os matrimônios que as unem. Autores apontam para as influências que sofreu o Conde Pedro Afonso na produção do nobiliário, como o *Liber Regum*, ou a versão navarra deste, chamada *Libro de las Geraciones*, e outras crônicas universais. Isto porque amplia a genealogia a todas as casas reais: as bíblicas, da Babilônia, Pérsia, Roma, dos reis arturianos, de Castela, de Navarra e de França, terminando com Portugal.” (MUNIZ, 2016, p. 50.)

Não existe, segundo Aline Dias da Silveira, uma ‘Melusina portuguesa’, considerando que as próprias heranças regionais portuguesas e a função social em que o mito foi inserido no *Livro de Linhagens* são específicas. No entanto, José Mattoso, historiador português que editou e comentou a publicação do *Livro de Linhagens* percebe na dita narrativa uma clara prova do encontro, possivelmente antigo, de culturas, que de qualquer forma não são originárias do Portugal medieval, mas anteriores a sua formação. É essencial para esse trabalho, portanto, o entendimento de sincretismo e valorização do contexto histórico regional.

Entender qual o contexto macro de sua produção e quais são os elementos envolvidos na narrativa que podem ser comparados e diferenciados das lendas das fadas que circulavam oralmente pela Idade Média, e que permeavam a cultura popular é essencial para esta pesquisa. Se deve considerar o caráter sincrético das lendas medievais, levando em conta as associações e disputas entre as culturas populares e eruditas, ou seja, aquelas de herança pagã e aquelas provenientes da produção cristã e letrada. O mesmo pode ser dito sobre a sociedade brasileira desde seu início.

Não devemos esquecer-nos dos elementos narrativos e representativos dessas histórias, junto à compreensão do maravilhoso e do imaginário medieval, que dizem tanto sobre mitologia e sua utilização, modificação, e adaptação política feita pelo cristianismo e pela nobreza medieval. Para Burke (2006), a utilização dos mitos elimina as diferenças entre o passado e o presente, e de forma consciente transforma os heróis (e heroínas) do passado em fundadores de nosso presente.

Dentro das diversas sociedades em que existe, possui as mais diversas funções, e só a partir dessa perspectiva podemos construir um entendimento das diversas interpretações que lhe são dadas posteriormente, mas acima de tudo, como explica Elíade (1972), o mito funda o pensamento organizacional de uma dada comunidade. Serve de exemplo e de narrativa inicial da origem humana, e está presente a partir de uma concepção de passado imemorial, que direciona a cronologia, seja ela linear ou cíclica.

O mito consiste em uma narrativa, o que não significa que o seja falso ou mentiroso. Tem suas funções de legitimação e organização da sociedade em que é transmitido, partindo do questionamento humano entre si mesmo e o universo em que vive. Com o tempo, no entanto, se transforma em patrimônio literário. Só se transforma alienador quando deixa de desempenhar seu papel original e é utilizado para outros fins. Nesse sentido, trabalhamos não com mitos, mas com suas reinterpretações, que são

fontes para a literatura. Por conseguinte, um conto ou novela podem derivar de um dado complexo mítico, mas sua presença escrita já pressupõe um processo de elaboração/interpretação de certo autor. É nesse cenário que surgem os *contos melusinianos*.

As primeiras aparições escritas desse modelo de contos foram entre os séculos XII e XIII e faziam parte da literatura de entretenimento das cortes, produzida em língua vulgar e constituída em torno dos principados regionais (MORÁS, 1999, p. 229). Apesar disso também eram produzidos em latim narrativas nas cortes de Henrique II, dos Plantageneta, pelas figuras dos *curiales* (administradores jurídicos e fiscais), jovens universitários instruídos, como Gautier Map e Gervais de Tilbury.

O primeiro (Walter Map, em inglês), livreiro e clérigo medieval, teve como principal obra *De nugis curialium* (Mentiras dos cortesãos), escrito entre 1181-1193, coleção de trívias e anedotas, que contêm fofocas das cortes e escrita satírica. São dois os relatos identificados com o enredo aqui supracitado: Henno dos dentes grande (Henno Dentolas) e Edric, o selvagem (*Eadric Silvaticus*). O segundo, Gervais de Tilbury, escreveu o *Otia Imperialia*, entre 1210-1214, que foi sua obra mais conhecida, sendo um tipo de *Speculum literature*, com características de uma enciclopédia, também conhecido como o ‘Livro das Maravilhas’. Dois contos parecem ser da temática melusianiana, “A dama do castelo de Esperver”, e a história de Raymond do castelo de Rousset, chamada “Olhos abertos após o Pecado”. Esse último conto tem como tema o pecado original, e por isso considera as proximidades entre Eva e as serpentes.

Nesses relatos não há datas, nem a personagem da fada é nomeada, embora a linhagem que ela funda é citada como alguma família contemporânea ao autor. Aparece com aspectos anti-clericais, faltando as missas, não se benzendo, e com o final do relato, tem aparência de serpente ou dragão quando próxima a um meio aquático, ou ainda de súcubo. Ela é sedutora e diabólica. Há ainda outras versões e obras, como o *Speculum Naturale*, de Hélinand de Froidmont etc. (SILVA, 2011)

No século XIII e XIV o tema foi adaptado para os relatos linhagísticos, e a Melusina (Mèlusine, Mellusine, Mesluzine, Messurine, Meslusigne ou Mellusigne) ganha nome e se transforma em romance, e a família do esposo é a Lusignan, nobres importantes em Poitou, cujo ramo mais antigo se extinguiu em 1308 (passando seus domínios para o poder real e depois para o Duque de Berry). Mãe Lusina (Mère Lusine), ou seja, “mãe dos Lusignan”, e assim se apropriaram da dama antiga, unindo-se pelo casamento.

Em 1392, o livreiro Jean d'Arras começa a produzir uma obra para o duque, *O Romance de Melusina – ou a nobre história dos Lusignan*, que tem como fonte a história oral, os conhecimentos populares, além das crônicas de Gervais de Tilbury. A lenda ascendeu para o estatuto de obra literária. Foi produzido ainda um romance em versos de Coudrette (1404-1405, na Inglaterra). A figura mítica da Melusina é parte da tradição folclórica moderna na França, representada em monumentos e em obras artísticas.

Há várias aparições da personagem nos anos posteriores, seja em versões literárias em vários países europeus, seja em óperas e peças do século XIX. Para os autores que analisaram a obra de Arras, é possível perceber sobre o ordenamento social do século XIV e da sociedade de onde o autor escreveu. Por fim, *A Dama Pé de Cabra e a Dona Marinha*, as duas personagens portuguesas, são as figuras ligadas aos contos melusinianos contidas no *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*.

A pressão que as representações populares causavam na religião e nas preocupações dos eruditos cristãos foi em geral bastante forte durante toda Idade Média, embora seja detectável momentos de maior repressão por parte da Igreja contra os discursos e ações que ameaçam sua unidade, e de maior afrouxamento na vigilância e ataque contra costumes e aspectos laicos. Ainda assim a memória do paganismo continuava viva e atuante na Europa cristã, sendo integrada no cotidiano e na literatura, inclusive nas histórias de linhagens, que tinham caráter político.

Para a historiadora Aline Silveira, o ritual e o pacto por qual passam essas histórias feéricas são um espelho (que não deixa de ser utilizados para fins políticos) das relações matrimoniais e vassálicas medievais. Dessa forma, é possível identificar na literatura laica e nas diversas manifestações culturais as representações e idealizações desses pactos. A partir desse ponto de vista, é perceptível a função legitimadora de narrativas como essas, pois representam os valores da época (SILVEIRA, 2002, p. 10).

Existe uma estrutura ritualística comum entre os pactos feéricos e os pactos vassálicos e matrimoniais que nos ajuda a compreender mais a fundo como esses esquemas narrativos serviriam para a classe nobre, refletindo como as relações políticas e familiares se descortinavam no medievo. Esses três elementos podem ser destacados no ritual: 1) O ambiente de encontro, geralmente natural e desabitado, evocando o limite entre os dois mundos (humano e sobrenatural), sendo um dos elementos de análise também das constantes das duas narrativas; 2) O sacrifício ('dever sagrado'), momento

de união do ser sobrenatural em que é acolhida a restrição do interdito ou condição; 3) O poder da palavra, evidenciada em uma sociedade pautada pela oralidade.

Essa explicação é de suma importância, visto que insere e dá sentido à construção da narrativa, dentro do contexto histórico das relações medievais, como também procura intermediar as possíveis funções originais do mito fundador (e suas regulamentações próprias) aos usos simbólicos adaptados para sua fase ‘alienante’, isto é, no momento histórico estudado, de utilização política do maravilhoso e do imaginário.

A partir do inventário do maravilhoso medieval construído por Le Goff, que categorizou os enredos e motivos das narrativas dos *mirabilia*, é possível identificar os elementos que demonstram as particularidades e as proximidades dos contos melusinianos com o maravilhoso medieval de forma geral. Mas o que podemos entender como maravilhoso, conceito essencial dentro do contexto medieval? O primeiro passo, segundo Le Goff, é tentar visualizar a diferença entre o que consideramos maravilhoso e o que o homem medieval, inserido em uma mentalidade diversa, concebia como tal. Enquanto vemos uma categoria, de espírito ou da literatura, os homens cultos da Idade Média viam um universo. Este está extremamente ligado às línguas vernáculas, que se tornaram línguas literárias. Além disso, é encontrado em sua maioria exemplos que liguem esses mesmo universos as raízes pré-cristãs, embora este seja encontrado também em representações hagiográficas (LE GOFF, 1983, p. 17).

Através da diferenciação feita por Tzvetan Todorov, entre o estranho e o maravilhoso, conclui-se que o segundo é relacionado ao sobrenatural. Como função, o maravilhoso evidencia um contraponto ao cotidiano e a sua banalidade. Assim, suas temáticas são uma realidade ‘ao contrário’: abundância alimentar, liberdade sexual, ócio, mulheres poderosas... Essa funcionalidade também deu poder para que o maravilhoso representasse uma poderosa ideologia contra o cristianismo, isto é, aquele do cânone oficial que tentou destruir e regulamentar as demais manifestações culturais e religiosas durante a Idade Média.

### **Mulheres medievais ibéricas – a contradição das representações**

A presença das mulheres sobrenaturais melusinianas na fonte portuguesa precisa ser discutida em especial. Para esclarecer a produção das crônicas dinástica e nobiliária, tão importante para a região ibérica na Baixa Idade Média, devemos levar em consideração o contexto histórico e os grupos envolvidos. No plano político, historiadores identificam no período da Baixa Idade Média o surgimento do estado-



nação, tanto no plano prático (exércitos nacionais, protecionismo econômico) e simbólico (conceito de fronteira, bandeiras etc.) (FRANCO JR, 2001, p. 67). Teoricamente, a divisão da sociedade em três grandes ordens sociais não foi afetada pelos tempos de crise, mas na prática as mudanças econômicas, o processo de centralização régia etc., ganharam novos aspectos e modificaram as divisões sociais internas.

A nobreza saudosista de seus direitos e tradições fechou-se em senhorios opulentos, *exaltando* as grandes linhagens e reclamando junto ao poder real a manutenção de seus privilégios, e estes por vezes cediam e identificavam-se com os mesmos interesses feudais. “O último quarto do século XIV é realmente uma época de mutações para a composição, a mentalidade, os recursos materiais e a força política da nobreza” (MATTOSO, 1987, p. 15).

Esse quadro tem relação com a progressão da percepção que os nobres tinham de si mesmos, de forma que durante o período de 1210 até o fim do século XIII ocorre a estabilização das estruturas nobiliárquicas, no século posterior surge uma nova consciência em relação ao poder político nacional e com a nobreza castelhano-leonesa, formada do início do século XIV até às vésperas da Revolução de 1383 (Revolução de Avis).

A produção do *Livro de Linhagens do Conde d. Pedro* aconteceu em um momento marcado pela centralização régia e por uma reestruturação da nobreza senhorial, que vinha perdendo disputas importantes, em revoltas e campanhas contra muçumanos, e não criava fontes de rendimento duradouras. O enfraquecimento desta permitiu, a partir de meados do século XIII e XIV, a ascensão de uma nobreza de origens diferentes, vindas da pequena nobreza fundiária, de zonas setentrionais rurais ou montanhosas, participando da política, muitas vezes em função de proximidade em relação ao rei (MOCELIM, 2007, p. 188).

Nos séculos XIII e XIV foi inaugurada nos reinos ibéricos essa tradição ‘identitária’. A escrita do 3º Livro de Linhagens, o do Conde D. Pedro de Barcelos (filho bastardo de D. Dinis), surgiu em “um período de enfrentamento mais agressivo em relação ao inimigo mouro, os conflitos sociais internos também marcavam a tônica do período.” (BARROS, 2008, p.164). Além disso, as disputas entre a nobreza e o clero e a busca pela ‘identidade cultural’ também são elementos contextuais da produção de *A Dama do Pé de Cabra* e *Dona Marinha*.

Seja para inserir-se socialmente ou para afirmar um poder em decadência, a utilização da literatura genealógica apresentava simbolicamente uma forte declaração de poder, e de pertencimento. Como documentos históricos, visto que registravam as origens das famílias nobres, a utilização de personagens míticas e sobrenaturais diz muito sobre os desejos dessa mesma nobreza.

Como principal papel, os Livros de Linhagens desempenhavam a função de reconstrução social da memória familiar, principalmente no seio da nobreza feudal (BARROS, 2008, p. 160). Buscavam atender uma necessidade social da vida pública, na medida em que regiam a vida das pessoas através da observação de suas genealogias e do grau de parentesco. A utilidade de conhecer seus ancestrais funcionava para evitar casamentos incestuosos ou para definir direitos fundamentais da sociedade feudal (OLIVEIRA, 2008, p.173). Fazendo assim os nobiliários verdadeiros instrumentos de inserção social, ou mesmo de exclusão, e ainda as disputas entre famílias rivais, ou a amizade entre casas relacionadas, eram herdadas como qualquer bem material ou brasão.

Dessa forma, parece unanimidade entre os historiadores a caracterização que ganha esse gênero, no que tange sua importância política e social, e as disputas pelo poder, que aconteciam não só a nível material, bélico, mas também no nível simbólico.

Uma importante questão acerca do desenvolvimento dos gêneros narrativos nessa região foi a intervenção de clérigos a serviço dos nobres. Durante a segunda metade do século XIII os primeiros sinais dessa colaboração na cultura profana aconteceram, sendo a redação do *Livro Velho de Linhagens* um dos melhores exemplos (exaltando a linhagem dos Maia). Ainda tiveram traduções feitas por clérigos que foram adaptadas na *Crónica Geral de Espanha* de 1344, e para José Mattoso, nesta mesma época outros clérigos, servindo as famílias dos Laras e dos Haros, em Castela e Navarra, redigiam os feitos e memórias das linhagens. Essas narrativas foram as fontes utilizadas pelo conde d. Pedro para produzir sua obra (MATTOSO, 1992, p. 326).

Essa afirmação é bastante significativa, por dois importantes pontos: o primeiro deles diz respeito a ajuda que os clérigos deram para a aristocracia, “para adquirirem consciência do tempo, da sucessão das gerações no passado”, e de introduzirem no mundo escrito tradições que até então permaneciam essencialmente orais. Ligado a esse fator está o fenômeno daqueles nobres que não possuíam tradições expressivas, e que almejavam uma ascensão social. Para isto buscavam, para assegurar postos e posições

adquiridas, apropriarem-se das tradições familiares daqueles com quem se casavam, ou até mesmo criando mitos.

O segundo ponto diz respeito aos aspectos associados ao demoníaco e ao maléfico segundo a visão cristã, nos elementos textuais e simbólicos das narrativas. O principal desses elementos é a natureza do interdito imposto pela personagem sobrenatural. A Dama faz com que o marido prometa nunca se santificar, e quando o mesmo descumpre a promessa e se benze a esposa vai embora.

Uma das constantes nos *contos melusinianos*, a promessa descumprida e os aspectos anticristãos da personagem sobrenatural são claros exemplos da modificação dessas narrativas. Em Portugal, a promessa feita pelo marido é exatamente de negar sua religião, em favor do casamento com o sobrenatural. Ela mostra durante a narrativa diversos elementos demoníacos, como sua aparição na floresta e suas características físicas (pé forçado, como de uma cabra).

Logo após benzer-se e quebrar o pacto com a mulher sobrenatural, Diego Lopez (personagem representante da linhagem dos Haro) estaria renovando sua fidelidade com o cristianismo e se redimindo perante a sociedade por sua escolha (de não se santificar e de casar com um híbrido). Não antes de conquistar o espaço natural representado pela Dama do Pé de Cabra e de gerar uma descendência forte: Enheguez Guerra. Essa redenção vem do erro de dom Diego Lopez de se deixar levar pela paixão, quando foi “encantado” pelo canto que ouviu. O maravilhoso cristão presente nesta versão, assim como em outras, demonstra a participação da Igreja, influenciando ou produzindo obras literárias inspiradas em mitos pagãos.

A condição feita pelo ser mágico é um dos elementos essenciais de caracterização do padrão ‘melusiniano’ de enredo, visto que, para adentrar e agir neste mundo, a fada precisa de um pacto que assegure sua estadia. No *Romance de Melusina ou A nobre história dos Lusignan*, de Jean d’Arras, o tabu imposto pela mulher garante que sua ascendência sobrenatural não seja descoberta. No caso ibérico, o maravilhoso cristão garante aspectos mais maniqueísta, que mostram a duplicidade da personagem frente ao mundo cristão.

Outro ponto interessante é a não-denominação das personagens femininas na maioria dos exemplos citados. Os descendentes masculinos são destacados na narrativa, mas apesar de serem sobrenaturais e principais para o desenvolver da narrativas, as mulheres não possuem nome. Esse fenômeno é bastante sugestivo para nossa reflexão,

considerando o silenciamento pelo qual as mulheres ocidentais estiveram e estão sujeitas. Ser nomeado é existir.

A narrativa descreve a história de uma linhagem, mas reflete algumas informações sobre a sociedade em que estava inserida, mostrando modelos de conduta, representando os valores cristãos e aqueles da nobreza. A mulher sobrenatural é retratada de acordo com o julgamento cristão sobre o feminino e o que considera demoníaco. O papel das mulheres na fundação da linhagem e na desgraça delas é explicitado de forma ambígua, demonstrando as contradições do medievo.

Para além disso, como emblema dos estudos sobre o feminino, podemos tomar o exemplo de Melusina, seja em qual forma e região ela estiver, como o desenho da complexa e contraditória relação social no qual estão inseridas as mulheres como um grupo, e de que forma sua representação modifica o imaginário da sociedade sobre as mesmas, o que afeta diariamente o modo como se organizam, como se enxergam, consomem e por quais mecanismos são aceitas, violentadas e excluídas dos demais campos sociais, ainda que “valorizadas” por certos aspectos construídos a partir do olhar do outro.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes Primárias:**

D'ARRAS, Jean. **A história de Melusina ou o romance dos Lusignan**. São Paulo: Martins

Fontes, 1999.

MATTOSO, José. Narrativas de fundo mítico. In: **Narrativas dos livros de linhagem**.

Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 65-68.

MATTOSO, José (Org.) **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. Lisboa: Academia das

Ciências de Lisboa, 1980.

### **Obras Gerais:**

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa 1994.

\_\_\_\_\_. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa – A família e o poder**. Ed. Estampa:

Lisboa, 1987.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de uma composição medieval**. Ed. Estampa: Lisboa, 1987.

\_\_\_\_\_. **Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-**

1325. Volume I – Composição. Ed. Estampa: Lisboa, 1988.  
\_\_\_\_\_. **Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal**  
**1096-**

1325. Volume II. – Composição. Ed. Estampa: Lisboa, 1988.  
\_\_\_\_\_. **Portugal medieval – novas interpretações.** Imprensa Nacional –  
Casa da  
Moeda: Lisboa, 1992.

**Obras Teóricas:**

BARROS, José D'Assunção. **História, Imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis.** Conexão – Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan/jun. 2007, p. 11-39.

BURKE, Peter. História como memória social. \_\_\_\_\_. In: **Variedades de história cultural.** 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67-89.

DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. IN: LE GOFF, Jacques.

**História: novos problemas.** Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora: tradução de Theo

Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 131-145.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FRANCO JR, Hilário. **A Eva barbada – Ensaio de Mitologia Medieval.** São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. O imaginário medieval. In: **Signum.** Revista da Associação Brasileira de

Estudos Medievais. São Paulo: FAPESP, n° 10, 2008, p. 63-72.

SERBENNA, Carlos A. **Imaginário, ideologia e representação social.** Caderno de pesquisas

interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH. N° 52. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Gender and the Politics of History.** New York: Columbia University Press, 1989. Tradução: Cristine Ruffino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS CORPO. 3.ed. Recife, 1996.

**Obras Específicas:**

BARROS, José D'Assunção. Os Livros de Linhagens na Idade Média portuguesa – Um gênero híbrido, suspenso entre a genealogia e a narrativa. **Itinerários.** Araraquara (SP), n. 27,

p. 159-182, jul/dez. 2008

\_\_\_\_\_. Os Livros de Linhagens medievais: entre o discurso genealógico e a materialidade manuscrita – Um estudo sobre os Livros de Linhagens da Idade

Média portuguesa. **Revista de Estudo da Linguagem.** Belo Horizonte (MG), v. 16, n. 02, p.

89-127, jul/dez 2008.

LOPES, Graça Videira Lopes. **Mulheres medievais: Histórias de proveito e exemplo. Apresentado em Da letra ao imaginário** – Colóquio internacional de homenagem à Profª

Irene Freire Antunes, FCSH-UNL, Maio de 2011, p. 01-10.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média.** São Paulo: Editora Contexto, 1990.

MACHADO, Ana Maria. Le merveilleux et la poetique de l'incertain dans l'adame au pied de chevre (du moyen âge au xxxie siecle). *Maravilhoso e a Poética da Incerteza em A Dama do Pé de Cabra (Da Idade Média ao Século XXI)* (Trad. de Maria Cristina Batalha). Rio de Janeiro, O Marrare – **Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa**, v.14, primeiro semestre de 2011, p. 1-17.

MOCELIM, Adriana. “Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2007.

MORÁS, Antônio V. P. Das representações míticas à cultura clerical: as Fadas da Literatura Medieval. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 37, 1999, p. 229-252.

NUNES, Irene Freire – “Mulheres Sobrenaturais no Nobiliário Português – a Dama Pé de Cabra e a Dona Marinha”. **Medievalista**. Nº8, (Julho de 2010).

OLIVIERI, Filippo Lourenço. Os celtas e os cultos das Águas: Crenças e rituais. **BRATHAIR**. São Luís (UEMA), nº 6(2), 2006, p.79-88.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire. A dona do pé de cabra, agonia e triunfo do feminino. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Niterói, RJ, nº34,2008, p.160-180.

PICOITO, Pedro. O Sonho de Jacob: Sacralidade e legitimação política nos Livros de Linhagens. **Lusitana Sacra**. Lisboa, 2º série, nº 10, 1998, p. 123-148.

PIETRO LASA, J. Ramon. La genealogía de los Haro en el Livro De Linhagens del Conde De Barcelos. **Anuario de Estudios Medievales** 43/2, jul./dez. de 2013, pp. 833-869.

PIZARRO, José Augusto de Souto Mayor. Linhagens Medievais Portuguesas – Genealogias e Estratégias (1279-1325). **Dissertação de Doutorado**. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

SAMYN, Henrique M. Aspectos do imaginário ao demônio e à feitiçaria nas narrativas da “Dama do Pé de Cabra”. Insólito, Mitos, Lendas, Crenças- **Anais do VII Painel Reflexões sobre o Insólito na narrativa ficcional/ II Encontro Nacional o Insólito como Questão da Narrativa Ficcional**. Dialogarts: Rio de Janeiro. 2011, p.60-66

SILVA, Francisco Vaz. Mulheres de Outro Mundo – Fadas e serpentes. **Círculo de Leitores e Temas e Debates**, Lisboa, 2011.

SILVEIRA, Aline Dias da. A Dama do Pé de Cabra: o pacto feérico na Idade Média ibérica. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. A “fada medieval” e o destino. **Revista Mosaico**. V. 04, nº 1, jan/jun 2011, p. 2-9.

SIQUEIRA, Ana Márcia Alves. O Mito como fonte de criação literária. In: **Perspectivas**, 17-18. São Paulo, 1994-1995, p.249-266.

\_\_\_\_\_. Relações de poder nos livros de linhagens portuguesas. In: **Literatura e História antiga e medieval**. ZIERER, Adriana; FEITOSA, Márcia (orgs.) EDUFMA, 2011 p.89-103.

## O HOLOCAUSTO ATRAVÉS DOS OLHOS DE UM JUDEU.

*Priscilla Piccolo Neves\**

*O anjo da história é assim um anjo decaído e sua rebeldia o tornou impotente para auxiliar os vencidos, mortos e humilhados. Não estando mais sintonizado com o poder ele próprio está condenado a ser um vencido e um enxovalhado. Sua natureza de ser destinado à vida eterna o submete ao castigo de assistir paralisado, ele, cuja missão precípua é agir e salvar, à destruição do mundo e à degradação de si mesmo.*

*Nicolau Sevcenko*

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância do estudo do Holocausto Judaico e as determinações nazistas nas décadas de 30 e 40 na educação básica brasileira, a partir do uso de memórias. Busca expor esta temática através lembranças individuais de uma testemunha que vivenciou e teve participação direta neste período.

De acordo com o pesquisador Alon Confino (2016) uma das tarefas centrais do historiador não é simplesmente narrar o passado como infinitamente rico e complexo, mas também torná-lo compreensível, além de identificar padrões que reduzam uma grande quantidade de detalhes à uma história articulada, encontrando um sentido narrativo em um universo de acontecimentos aparentemente não relacionados. O papel do professor de história na educação básica remete a um trabalho de estimular no aluno a construção de uma consciência crítica baseada em princípios morais e éticos.

A história não é dogma, ou seja, é constante, mutável. Porém, isso não lhe confere a pecha relativista e/ou ficcionista que por vezes salta ao imaginário do aluno a partir do seu senso comum; afinal, refletir não é necessariamente relativizar. Dessa maneira, questionar a realidade ao seu entorno observando problemas e tratando de resolvê-los, valendo-se para isso do pensamento lógico, da criatividade, da intuição, da capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão e Doutoranda no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Membro do INCT Proprietas e Bolsista Extensão CNPq.



é uma noção primordial para que, mais que quantidade do conhecimento, tenhamos a sua qualidade como um norte vitalício (MEC/SEF, 1997).

Algumas ideias defendem que o ensino de História tem como sua principal função moldar a consciência e ditar as obrigações e os comportamentos sociais, ao invés de guiar os cidadãos para desenvolverem uma capacidade autônoma e reflexiva, para participarem do meio social de uma forma colaboradora, seguindo a constatação de Vesna Gidiva e Valentia Hlebec “É mais do que evidente que ensinar história é antes de tudo um trabalho ideológico e político e não uma questão de normas profissionais”. (LAVILLE; GIDIVA, 1999, pág. 132), pois, aprender história é ler e compreender o mundo em que vivemos e a sociedade em que estamos inseridos.

Neste trabalho será feito uma análise da obra autobiográfica, *É isto um homem?* Esta obra foi escolhida como uma forma de auxiliar o ensino do conteúdo do Holocausto para a educação básica, agindo como auxiliar aos métodos já propostos nos livros didáticos. Utilizando das discussões sobre memória, história e literatura, esta obra será analisada com o objetivo de demonstrar a importância do uso da memória no ensino de História na educação básica e os estudos da micro história.

Para corroborar a perspectiva de que a História é um leque de interpretações, pretendo apresentar o ponto de vista de um sobrevivente do Holocausto. Partindo de memórias individuais para abordar tais questões, este trabalho tem como eixo as discussões sobre autobiografias, micro-história, memória e literaturas especializadas que buscam mostrar diferentes pontos de vista sobre um dos períodos mais tenebrosos da história mundial, o Holocausto.

### **Um diálogo entre Memória, História e Literatura**

A memória é vista por muitos pesquisadores como a propriedade de conservar certas informações. Quando tratamos do ensino do Holocausto na educação básica, o uso de memórias (relatos) de testemunhas permite ao aluno uma maior aproximação com o tema. A linguagem literária, mais próxima à própria linguagem dos alunos, possibilita maior compreensão e aproximação aos acontecimentos deste período. Para Le Goff (1994), a memória representa um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas. Existem diferentes formas de se armazenar estas memórias. Assim, minha pesquisa irá girar em torno de apenas uma dessas formas, a autobiografia, como meio de armazenamento e sua exteriorização.

Entende-se a biografia como um gênero literário cujo objeto é a história da vida de alguém, relatos de aventuras biográficas e narração de fatos particulares de várias fases da vida de uma pessoa ou de um personagem. A biografia é uma espécie de história focada na vida de uma só pessoa, mas que nos permite ter uma ideia do contexto histórico e social ao qual ela está inserida. As autobiografias são as memórias de uma pessoa focadas ao longo, ou, em uma determinada época da vida, narradas pela mesma.

A memória autobiográfica está diretamente ligada ao conceito de memória histórica. Halbwachs (2003) defende que a história individual faz parte de uma história geral. A memória histórica nos permite conhecer o passado de uma forma bem abrangente, impessoal e resumida, enquanto a autobiográfica nos apresenta um panorama bem mais contínuo e denso. As lembranças podem ser agrupadas de duas formas: em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, ou como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena da qual são imagens parciais.

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós (HALBWACHS, 2003, p. 29).

Utilizando dos conceitos de micro-história defendidos por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, podemos entender o Holocausto judaico através de testemunhos de pessoas que vivenciaram este período. Reduzindo a escala e analisando condutas individuais e coletivas, torna-se possível descrever e compreender melhor esta época da história mundial.

A análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula (REVEL, 2000, pág. 17).

A micro-história nos permite, então, conhecer o passado através de um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptações. Proporciona o entendimento de que a história não é igual para todos e muito menos estável, havendo assim suas exceções e extremidades. A participação de cada indivíduo na história geral e na formação e modificação das estruturas da sociedade é regida por características sociais comuns, porém, cada história pessoal tem suas particularidades.

Os estudos de caso, portanto, levam ao enriquecimento de uma análise social, tornando-a mais complexa. Os focos diferenciados nestes casos ampliam o conhecimento da história geral.

Segundo Halbwachs (2003), não há apenas uma memória coletiva que se opõe à história, mas sim várias memórias. No caso que tange aos conteúdos sobre o ensino do Holocausto na educação básica, é perceptível esta variação acerca das memórias quando os testemunhos de vítimas deste regime são usados como ferramenta metodológica. A memória individual não está isolada nem isenta de interferência de memórias externas, sendo elas históricas ou coletivas.

A história é considerada uma espécie de “invenção” do mundo adulto, resultante de múltiplas interferências, incapaz de ser aprendida por uma racionalidade objetiva, não podendo assim ser assimilada como conhecimento “verdadeiro”. Halbwachs (2003) defende que ao se utilizar a memória como metodologia para a transposição dos conteúdos históricos torna-se fundamental basear-se em uma sequência temporal, pois os historiadores necessitam de uma referência que seja comum a todas as consciências.

O uso das memórias em formas de autobiografias nos leva a ampliar o conhecimento de uma sociedade fortemente diferenciada e compreender como ela responde aos “acidentes” da história. Cabe ao ensino de História introduzir aos alunos o maior número possível de variáveis, sem deixar de identificar suas regularidades.

Com a consciência histórica do que é substrato, o sujeito age e produz no tempo e no espaço que lhe são próprios, efeitos concretos. As ações assim efetivadas constituem-se em experiências vividas. A reflexão historicizante operada pelo sujeito insere tais experiências no conjunto acumulado da História, cujo legado se articula em tradição, memória e narrativa. No primeiro caso da ação, pode-se falar de história-processo: a vivência e sua interiorização pela consciência. No segundo, de história-produto: o sujeito, consciente da dimensão histórica em que se insere e age (MARTINS 2011, pág. 47).

Segundo Márcia Motta (2012) a história e a memória não são sinônimos, pois a história aposta na descontinuidade, visto que ao mesmo tempo registra, distância, problematiza, critica e faz uma reflexão. A história é manipulada e reconstruída a partir de interesses, sejam econômicos, políticos ou sociais, que podem se opor à memória. Ainda teria como objetivo denunciar e investigar os elementos que foram exaltados por ela. Já Henry Rousso (1996) defende o fim da oposição entre história e memória, “(...)o

próprio fato de se escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa por oposição sumária entre história e memória, pois se equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender” (ROUSSO, 1996, pág. 97). Para o autor, o maior problema enfrentado na história das memórias seria a divergência entre o que a historiografia possa dizer de um acontecimento passado e as percepções que prevalecem no mesmo momento na sociedade, no tempo e no local determinados.

Quando se usa a memória para se ensinar a história, o pesquisador precisa tomar o cuidado de problematizá-la, pois ao contrário da memória que busca enaltecer o passado, a história busca uma representação crítica do mesmo. Para Motta (2012) a história seria uma operação intelectual que ao criticar as fontes, a reconstituiria baseada em uma teoria de interpretação na qual o que importa não é só a noção de consenso, mas também a de conflito.

As memórias são fontes históricas que nos possibilitam identificar elementos específicos de alguns grupos sociais, “no campo da história da memória, a função da testemunha não tem por que ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia geral, cabendo ter para com ela as mesmas precauções.” (ROUSSO, 1996, pág. 99). Os relatos ajudam a perceber uma determinada leitura sobre o acontecimento, as contradições, as diferentes visões de um fato e os elos que ligam ou afastam grupos sociais. Peter Burke as entende como fenômenos históricos e as denomina como história social da recordação,

Michel Pollack (1992) busca definir os elementos que constroem a memória. Para ele, a memória seria composta por elementos vividos pelo próprio indivíduo, formando um passado único para cada pessoa. Também fazem parte dela as experiências e situações vividas por outros, mas que são compartilhadas, causando assim a sensação de que o indivíduo viveu ou presenciou situações nas quais apenas ouviu falar. Os lugares de memória, reconhecidos por ele como monumentos, arquivos e museus, seriam os responsáveis pela transmissão de uma continuidade com o passado a partir do presente. Assim como Motta, Pollack defende que a memória é construída a partir de disputas de valores em conflitos sociais.

A memória, portanto, seria construído não só pela lembrança, mas também pelo esquecimento, pois o processo de sua construção se daria a partir de escolhas de quais fatos seriam lembrados. Quando se usa a autobiografia como fonte histórica não se pode esquecer estes elementos responsáveis pela construção da memória, pois são

extremamente importantes para delimitar a relação entre o passado e a história do tempo presente.

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a consequente libertação dos presos nazistas, muitos sobreviventes se mantiveram em silêncio sobre suas experiências nos campos de concentração. Muitos optaram por tentar esquecer este período tenebroso de suas vidas, como diz Primo Levi em sua obra, uma vez que o que passaram iria além de qualquer imaginação humana. A maioria das pessoas não conseguiria acreditar até que ponto um ser humano pode chegar. Segundo Pollack, duas razões explicariam esta opção pelo esquecimento: o sentimento de culpa e as lembranças que os atormentavam pelo que presenciaram ou até mesmo pelo que foram obrigados quando estavam agarrados ao menor sinal de esperança de que conseguiram escapar daquele horror. Para este pesquisador, o esquecimento era parte importante na construção de uma memória sem traumas, só assim conseguiriam voltar, ou pelo menos tentar, se readaptar na sociedade.

Para se legitimar uma História do Tempo Presente é mais do que necessário se entender o porquê de tais situações vividas serem lembradas ou esquecidas. As biografias escolhidas para este trabalho foram selecionadas a partir de critérios que buscam entender, a partir de diferentes pontos de vista e situações, as circunstâncias às quais os judeus foram impostos durante o período nazista.

Recuperando a perspectiva de Halbwachs, “por historia, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que o período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 2003, pág. 79). As lembranças, por sua vez, podem ser agrupadas de duas formas: em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, ou como se distribuindo em uma sociedade, grande ou pequena, da qual são imagens parciais.

Como toda fonte histórica, a memória também deve ser questionada. Para Motta (2012) é preciso reconstruir um variado leque de interpretações sobre os acontecimentos pesquisados, pois somente assim se fugiria de um juízo moral que anteciparia o resgate da evidência possibilitando a aproximação da realidade vivida. Deve-se levar em conta que o passado ou o presente estudado foi ou tem sido vivido por diferentes grupos sociais e que constroem ou construíram embates, concepções de vida, visões de mundo e projetos sociais.

Seguindo a interpretação de Estevão Martins (2011), nenhum indivíduo nasce em um mundo sem história. Sua identidade como sujeito agente evolui de herança sociocultural para a constituição autônoma de si. Ele passa por um processo de apropriação consciente de seus fatores componentes de sua crítica pela razão. O ensino de História parte de uma seleção de múltiplas leituras, interpretações de sujeitos históricos situados socialmente. Usando a definição de Goodson, o currículo é “sempre parte de uma tradição seletiva, um perfeito exemplo de invenção da tradição” (SILVA; FONSECA, 2010, pág. 16)

a memória individual, tempo coletivo e espaço social se associam para formar a cultura histórica com a qual (e na qual) a identidade se forja, consolida, atua e reproduz. A memória pessoal, associada à memória coletiva inscrita na historicidade do espaço social em que cada indivíduo emerge, marca não apenas a identidade particular do sujeito agente, mas também a coletividade identitária com que cada um se depara e que cada um quer assumir, modificar, transformar e mesmo rejeitar. Há aqui a inserção em uma dinâmica que se pode chamar, como Jörn Rüsen, de constante antropológica da cultura histórica (RÜSEN, 2001). (...) A cada instante todos os instantes precisam ser processados idealmente em um construto significativo que apelidamos “história”. Passado, presente e futuro são fatores da cultura histórica, operados pela síntese ativa do agente racional humano sob a forma de cenário, encontrado e produzido, da vida concreta (MARTINS, 2011. pág. 51).

Portanto, ainda de acordo com Estevão Martins, pode-se ver o ensino da História como sendo um meio para se desenvolver a missão mais destacada no estabelecimento da correlação substantiva entre a vida cotidiana do presente e o passado historicizado. O ensino deve tomar seu ponto de partida justamente nas questões que os estudantes percebem, em suas experiências atuais, não podendo ser adequadamente entendidas se não se recorrer a uma volta ao passado. Seu “lugar social” é também o lugar em que constroem suas experiências históricas. O encontro do lugar atual e do lugar passado na experiência dos estudantes (e do público em geral, é bom lembrar) tem por objetivo ensinar a sensação de que o tema “diz respeito a mim [a nós]”. A noção de “dizer respeito à”, enquanto categoria relevante para o ensino de história, significa que determinados contextos históricos, para o grupo, não são simplesmente “coisa do passado”, mas possuem uma relação existencial remanescente com o presente. Dessa identificação inicial evoluir-se-ia para a busca de respostas críticas na história que contribuam para a elaboração ou expansão da identidade singular ou coletiva. Sem que se perca de vista, no entanto, o caráter metódico da contextualização do passado, pois de outra forma o risco de haver uma apropriação

particularizada e uma instrumentalização subjetiva do passado, colocando-o preconceituosamente a serviço de causas atuais, é imediato (MARTINS 2011, pág. 56).

A memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a liberação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1984, pág. 47).

Para Vavy Borges (2011), o uso de biografias como fontes históricas está diretamente ligado a dois grandes eixos que se relacionam entre si: os movimentos das sociedades e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade. Para ela, cada vez mais o indivíduo tem seu espaço e sua independência social e a autobiografia seria uma forma de demonstrar esta liberdade e suas relações com a sociedade. “Toda literatura contemporânea afirma a ausência de um sentido unitário para a vida, de um valor ao qual ligar a multiplicidade da experiência e descobre assim que todo homem é um arquipélago.” (BORGES, 2011, pág. 210).

No campo da literatura, a autobiografia se tornou uma forma de armazenar memórias de um indivíduo. Trata-se de uma extrema fragmentação da sociedade em uma vida individual nos diferentes tempos e seus retornos, de caráter contraditório, oposicionista dos pensamentos e da linguagem. Para Rousseau a autobiografia seria uma tentativa para restituir ao indivíduo sua forma complexa, apresentando a totalidade do homem e de sua intimidade.

Ao se ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da História se cruzam ou mesmo se confundem, quantos temas estão contidos ou próximos da biografia: a micro-história, os estudos de caso; a História oral, as histórias da vida; os trabalhos sobre vida cotidiana, sobre sensibilidade, sobre sociabilidade. Também a discussão sobre memória, sobre geração, sobre família, sobre gênero são de grande interesse para quem precisa entender a vida individual (BORGES, 2011, pág. 215).

A biografia é não somente uma fonte de conhecimento pessoal, mas também um meio para se conhecer a história. Além de nos permitir um aprofundamento no conhecimento humano, proporciona mecanismos para o entendimento da época e sobre a sociedade em que o biografado pertenceu. Todo trabalho de história é fruto de uma representação baseada na reconstrução de fatos. Portanto, a biografia também é uma fonte de conhecimento feita através da construção resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço marcados por interesses pessoais e coletivos. Cada relato individual tem uma significação funcional e estrutural para o quadro completo da história.

Pierre Bourdieu (1996) caracteriza o relato autobiográfico como sendo uma narrativa preocupada em dar sentido, tornar razoável e extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, com consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, estabelecidos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Para Martins, “Deve-se ter presente que, nas relações sociais dentro de certa cultura, a consciência do pertencimento individual e comum à história é construída ao longo de um processo de reflexão, no qual e pelo qual o “mero ocorrido” no tempo transforma-se em história” (MARTINS, 2011, pág. 45). A partir deste pensamento, pode-se chegar à conclusão de que a hipótese levantada por Laville sobre a importância da família, do ambiente e dos meios de comunicação para a construção de uma consciência histórica para o aluno é pertinente.

A história é ensinada através de representações de um fato. Para Lefebvre:

As representações formam-se no cotidiano, entendido como um nível da realidade social onde ocorrem a construção e transformação da sociedade, sendo que o desnivelamento desse nível é a chave para a compreensão das representações. Estas se constituem como resultado das formulações teóricas – o concebido – e das experiências da vida social e prática, no plano individual e coletivo – o vivido. Dessa maneira, as representações apresentam-se como manifestações da relação do concebido com a vivência, emergindo da consciência individual e da correlação com as condições históricas particulares e gerais. São, portanto, fruto do ser individual e social. Assim, entende-se que a representação é inerente ao viver e sua compreensão (LEFEBVRE, apud NETO, 2010, pág. 224).

A utilização das fontes orais tem recebido, nas últimas décadas, importante aporte teórico e metodológico por meio de publicações, encontros de especialistas e debates que dissiparam muitos dos questionamentos que recaíam sobre as supostas precariedades dos relatos orais e da fragilidade da memória. Entendo haver consenso de que essa questão esteja superada, uma vez que qualquer fonte documental utilizada pelo pesquisador está sujeita à imprecisões e limitações, sendo produzida em determinado contexto histórico-social envolvendo subjetividades, pressões, crenças, interesses. De acordo com Neto (2010), para Pollak (1992), “o fundamental é o rigor crítico que deve ser aplicado pelo pesquisador na coleta, seleção e análise das fontes, seja qual for seu tipo” (NETO 2010, pág. 225).

Esta cada vez mais comum fazer uso de biografias como fontes históricas. Giovanni Levi (1996) exalta a importância do uso de biografias para se entender o



passado. Busca-se captar através dela a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, além de se tornarem provas para a validação de hipóteses científicas particulares, das práticas e do funcionamento efetivo das leis e das regras sociais.

Ao meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análises e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas (LEVI, 1996, pág. 168).

A expressão literária manifestada em forma biográfica pode ser entendida como um meio de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época como um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, os pensamentos e práticas e diversas outras questões que se movimentam entre as sociedades e tempos históricos (BORGES, 2010, pág. 98).

Para Levi, a biografia constitui um canal direto e privilegiado para que os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura possam ser transmitidos à historiografia, sendo assim, altamente influenciadores dos historiadores trazendo novos questionamentos sobre o cotidiano de um único indivíduo.

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas (LEVI, 1996, pág. 180)

As biografias nem sempre possuem um modelo de racionalidade, muitas vezes são escritas de acordo com a importância dada pelo autor sobre determinado tema ou limites estabelecidos, não seguindo assim uma linha cronológica ou até mesmo uma personalidade coerente e estável. Quando se trata do conceito de autobiografia, contamos com a percepção que o próprio sujeito tem de si mesmo, tanto no particular quanto no social. O que era tido como socialmente determinante e comunicável só ocultava o que o próprio julgava essencial.

O discurso sobre si e o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido. A própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido (BOURDIEU, 1996, pág. 189).

As memórias de um indivíduo são compostas por testemunhos daquilo a que se permite lembrar, do que se esquece e do que seus instrumentos culturais e sociais disponibilizam para que lhes permitam captar seu passado. Suas ideias atuais devem lhe indicar o que deve ser enfatizado em função de uma noção política e moral no presente. Tanto como em qualquer outra linguagem, a autobiografia, contém testemunhos baseados na interpretação da realidade do autor.

A biografia que será aqui apresentada, portanto, nada mais é do que uma forma de tentar auxiliar no ensino do tema do Holocausto na educação básica a partir de uma forma de testemunhos de sobreviventes que constituem uma história geral, mas que não deve ser lida apenas de cima para baixo. Apesar de suas especificidades, todas as histórias levam ao mesmo objetivo: retratar as repressões desencadeadas pelos nazistas sobre o povo judaico em toda a Europa. As biografias não nos limitam a uma nação, mas sim a um amplo conhecimento territorial.

Assim, “Os acontecimentos são, naturalmente, únicos, mas só podem ser compreendidos, até mesmo em sua particularidade, se forem restituídos aos diferentes níveis de uma dinâmica histórica” (REVEL, 2000, p. 35).

A meu ver, mais interessantes do que a história dita oficial, são as reações daqueles cuja história foi omitida no processo. As biografias apresentadas a seguir se inserem não só nas abordagens clássicas de uma biografia, mas também nas classificações de Levi (1996) como biografia e contexto e biografia e os casos extremos.

No que se refere à classificação da biografia e contexto, não é somente a trajetória pessoal do indivíduo que está sendo registrada, mas também a época, o meio e a ambiência, fazendo uma reconstituição histórica e social que se desenrola ao longo dos acontecimentos vivenciados pelos autores. Já na classificação entre biografia e os casos extremos, estas obras se identificam por usarem o estudo de caso para se entender a o contexto histórico através da micro-história, permitindo a análise mais profunda do Holocausto Judeu.

Para alguns autores como Antonio Simplicio Neto, o ensino de História tem trabalhado por décadas com uma virtual capacidade de, através de um resgate pretensamente crítico do passado, apostar numa transformação positiva e projetar um novo futuro (NETO 2010, pág. 222). A rememoração das vítimas do Holocausto ainda é muito necessária no ensino básico brasileiro, pois, no sentido benjaminiano da palavra rememoração, é uma memória que está ativa na transformação do presente. Portanto,

sua importância se dá a expor o que aconteceu como forma de prevenir que tais atrocidades se repitam no futuro.

### **É isto um Homem?**

O livro *É isto um Homem?* é a autobiografia de Primo Levi, um judeu italiano sobrevivente do mais importante e conhecido complexo de campos de concentração alemães, Auschwitz. Situado na Polônia, este complexo era o destino final de muitos judeus prisioneiros do regime nazista. Composto por três campos principais: Auschwitz I, Auschwitz II ou Auschwitz Birkenau e Auschwitz III ou Auschwitz – Monowitz. Poucos prisioneiros conseguiram sobreviver à dissolução deste complexo e Levi mostra que o fato de sua vida ter sido poupada fora apenas um golpe de sorte desencadeado por uma sucessiva onda de acasos, mas o principal deles fora o de ter adoecido justamente na época da dissolução do campo e largado para morrer junto a outros detentos enfermos. Sua obra é considerada a mais importante compilação memorialística do século XX e nos possibilita entender de uma forma pessoal, sentimental e reflexiva o que acontecia na mente de um judeu prisioneiro do regime nazista.

O interesse do autor ao produzir esta obra se dá a partir da necessidade de expor as atrocidades cometidas nos campos de concentração e tornar o leitor uma testemunha do ponto em que uma pessoa pode chegar sem perder sua humanidade, suas esperanças, seus valores e princípios. Ao mesmo tempo em que narra sua trajetória desde sua prisão, em 1943, até a sua libertação, em 1945, busca fazer uma reflexão sobre como ocorria a perda da individualidade e identidade. Levi procura expor como era seu cotidiano e a rotina a qual todos eram obrigados a seguir.

Nascido em Turim, Itália, em 1919, Primo Levi é capturado em dezembro de 1943 por uma milícia fascista e deportado para o campo de Auschwitz III na Polônia. Ao contrário da obra de Mietek, sua narrativa reflete a dor e a desesperança nos campos de uma forma mais pessoal e reflexiva. Ao longo da obra é possível perceber suas angústias, medos e inquietações, ao ponto de instigar o leitor a sentir os mesmos sentimentos retratados por ele.

Através de suas memórias podemos saber, pelo seu ponto de vista, os detalhes de como eram feitos os transportes de prisioneiros para os campos de concentração. Por meio de um relato cheio de reflexão e de sentimentalismo, é possível vivenciar o desespero dos judeus ao serem trancados em trens super lotados, como diz Levi, iguais

a animais, sem direito a água ou comida e sem saber o que os aguarda, pois já haviam ouvido rumores de locais destinados unicamente a morte de prisioneiros.

(...) Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão- e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (Levi, 1988, págs 24 e 25).

Primo Levi nos oportuniza o acompanhamento das diferenças hierárquicas que ocorriam no campo através da narração de seu cotidiano. Permite-nos, ainda, ter acesso a detalhes que nem sempre são contados, como o fato de que toda a comida disponibilizada para os prisioneiros judeus, ao contrário do que ocorria com os outros detentos, reduzia-se a uma sopa rala e uma ração (pão). Também lhes era negado o acesso à água potável e só não morriam de desidratação graças à sopa extremamente rala. Seus pertences se baseavam em uma calça, uma camiseta, uma blusa de manga comprida, uma tigela, uma colher e um par de sapatos de madeira. Como não eram trocados com regularidade, era preciso tomar muito cuidado para que suas roupas não vivessem sujas ou fossem roubadas. Caso isso acontecesse, estavam sujeitos a severas punições dos guardas. Ele nos mostra os trabalhos braçais que eram obrigados a fazer e como os sapatos machucavam os pés, além de narrar as constantes humilhações a que eram submetidos.

Sua narrativa permite conhecer por dentro como funcionava o sistema de hierarquização desta prisão. O campo se dividia em três categorias: os criminosos, os políticos e os judeus. Hierarquicamente, os detentos acusados de crimes comuns e políticos mandavam tanto nos judeus como os soldados nazistas, ou seja, os judeus eram os escravos dos escravos. Os prisioneiros perdem sua identidade e passam a ser reconhecidos por números tatuados em seus braços ao ingressar em Auschwitz. Quanto mais elevada a numeração, maior o nível de submissão imposta a este prisioneiro. Outro problema bastante comum se deve à comunicação entre os próprios detentos e os soldados do campo. Os idiomas oficiais neste local eram o alemão e o polonês. Porém, seus prisioneiros vinham de diferentes nacionalidades e conseqüentemente a maioria não falava os idiomas “oficiais”. Primo Levi relata que apesar da dificuldade de comunicação, aprender os comandos básicos dados pelos nazistas era essencial para a

sobrevivência no campo. Quanto mais rápido se conformavam e se adaptavam a nova realidade mais chances tinham de resistir e escapar das seleções que designavam quem iria para as câmaras de gás no campo de Auschwitz II.

(...) Quando a necessidade aperta, aprende-se em breve a apagar a nossa mente o passado e o futuro. Quinze dias depois a chegada, já tenho a fome regulamentar, essa fome crônica que os homens livres desconhecem; que faz sonhar, a noite; que fica dentro de cada fragmento de nossos corpos. Aprendi a não deixar que me roubem; alias, vejo por ai uma colher, um barbante, um botão dos quais consigo tomar posse sem risco de punição, embolso-os, considero-os meus, de pleno direito. Já apareceram, no peito de meus pés, as torpes chagas que nunca irão sarar. Empurro vagões, trabalho com a pá, desfaleço na chuva, tremo no vento; meu ventre esta inchado, meus membros ressequidos, meu rosto tímido de manhã e chupado a noite; alguns de nós tem a pele amarelada, outros cinzentada; quando não nos vemos durante três ou quatro dias, custamos a reconhecer-nos (Levi, 1988, pág. 35).

Levi nos mostra até que ponto o ser humano é capaz de ir para tentar sobreviver. Relembra como eram os roubos de pertences dos prisioneiros por outros detentos e de como funcionava o esquema de “mercado negro” dentro do campo, em que a moeda de troca era muitas vezes um pedaço de pão. Até que ponto um ser humano pode ser levado para tentar sobreviver? É a pergunta frequente que Primo Levi se faz em suas memórias.

Embora muitos tenham perdido a confiança, há aqueles que ainda lutavam para tentar manter o mínimo de humanidade e sanidade com esperanças de que um dia conseguiriam ser libertados e que suas memórias seriam importantes para entender o que acontecia dentro dos muros dos campos. Era o que acreditava um dos companheiros de Levi, o ex-sargento Steinlauf. Foi através desta filosofia que Levi tentou não se deixar abater pelo que lhe acontecia.

Sabemos de onde viemos; as lembranças do mundo de fora povoam nosso sonhos e nossas vigílias; percebemos com assombro que não esquecemos nada; cada lembrança evocada renasce à nossa frente, dolorosamente nítida. Não sabemos, porem, para onde vamos. Talvez sobrevivamos às doenças e escapemos às seleções talvez aguentemos o trabalho e a fome que nos consomem, mas, e depois? Aqui, longe (por enquanto) das blasfêmias e das pancadas, podemos retornar dentro de nós e refletir, e tornar-se claro, então que voltaremos. Viajamos ate aqui nos vagões chumbados; vimos partir rumo ao nada nossas mulheres e nossas crianças; nós, feito escravos, marchamos cem vezes, ida e volta, para a nossa fadiga, apagados na alma antes que pela morte anônima. Não voltaremos. Ninguém deve sair daqui; poderia levar ao mundo, junto com a marca gravada na carne, a má

nova daquilo, em Auschwitz, o homem chegou a fazer do homem (Levi, 1988, págs. 54 e 55).

Uma das constantes preocupações de Primo Levi era se caso conseguisse escapar, como as pessoas reagiriam aos seus relatos dos horrores presenciados. Ele temia que não acreditassem nele, afinal quão baixo um ser humano pode aguentar ir e mesmo assim sobreviver?

Apesar de todas as violências, humilhações e desesperanças que lhes foram impostas, Primo Levi consegue sobreviver à desocupação do campo em 1945. Com o avanço das tropas Soviéticas e a constante perda do exército nazista durante a Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração que se localizavam no caminho do avanço das tropas inimigas estavam sendo desativados e seus prisioneiros encaminhados para campos de extermínio. Na mesma época em que começa o processo de desocupação, Levi fica doente, é internado na enfermaria e posteriormente largado à própria sorte junto com outros enfermos que não possuíam condições de fazerem o longo caminho ate Auschwitz II com o propósito de serem exterminados nas câmaras de gás. Como sua condição não era uma das piores e sua ala não abrigava nenhuma doença contagiosa, ele, junto com dois outros enfermos que também se encontravam em condições razoáveis, unem suas forças e criam possibilidades mínimas para que sobrevivam até a chegada dos soldados russos e a ajuda que viria com eles. Ele relembra o desespero dos doentes de outras barracões por não conseguirem se alimentar e a tristeza que os atingia por também não conseguirem ajudar. Infelizmente, dos onze doentes que estavam na enfermaria, somente Levi e os dois que gozavam de melhor saúde conseguiram sobreviver. Os outros morreram nas enfermarias russas improvisadas nos campos de Auschwitz.

O livro de Primo Levi, lançado em 1947, foi um dos primeiros livros autobiográficos após a Segunda Guerra Mundial que relatavam os horrores deste período. Inicialmente seu livro não é bem aceito pela sociedade, pois as pessoas ainda tinham dificuldades em acreditar quão longe o ser humano foi capaz de ir com sua maldade. Apenas na reedição, publicada em 1958, com a ajuda de uma grande editora italiana, que Levi consegue uma maior visibilidade e aceitação de seus relatos. Atualmente seu livro é referencia para qualquer pessoa que queira entender como era a vida de um prisioneiro Judeu em um campo de concentração.

Muitos judeus até hoje não conseguem relatar o trauma vivido por eles nos campos, algumas das maiores atrocidades simplesmente foram esquecidas pelo seu

inconsciente, e aqueles que conseguem tem sua credibilidade questionada, pois o grau de crueldade é enorme e muitas pessoas não conseguem acreditar que algum ser humano é capaz de tais atos. Como diz Mietek “palavras não são suficientes para descrever nosso estado” (PEMPER, 2010, pág 90) e como afirma Sligman-Silva (2008) a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e outro construído pela sociedade.

Pode-se dizer que ocorreu a construção de uma memória coletiva e de uma nova identidade compartilhada por todos os sobreviventes do holocausto. Apenas eles são capazes de entender o que sofreram e se apoiarem mutuamente para que haja uma possível recuperação que nem sempre é possível, pois segundo Sligman-Silva (2008) “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”.

Os lugares de memórias são essenciais para se manter viva a memória do que aconteceu durante o holocausto, por mais que seja doloroso, não deve ser uma memória esquecida nem banalizada. O monumento aos judeus na praça central de Berlim serve como um importante lugar homenagem e de rememoração ao fato.

A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma comunidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de vive na consciência do grupo que a mantém, as memórias do holocausto estarão vivas para sempre dentro de seus sobreviventes, não importa o tempo que se passe, o trauma sofrido modificou estas pessoas até o ultimo segundo de suas vidas de uma forma irreparável.

Para Levi somente após compartilhar suas memórias com a sociedade é que seria capaz de ser reinserido em seu meio. Este compartilhamento seria a porta de entrada para que um sobrevivente conseguisse retomar sua vida do ponto em que fora obrigado a se afastar dela. De acordo com Sligman-Silva (2008) as situações que envolvem experiências traumáticas necessitam buscar um compromisso entre o trabalho de memória individual e o construído pela sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Companhia da Letras, 2012;

- BARROS, José D'Assunção. História E Literatura – novas relações para os novos tempos. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**, N.º6, maio-outubro 2010;
- BORGES, Valdecir Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, N.º 3, junho, 2010.
- BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011;
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003;
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CONFINO, Alon. **Um Mundo sem Judeus: Da Perseguição ao Genocídio, A Visão do Imaginário Nazista**. São Paulo: Cultrix, 2016;
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da Barbárie: a História do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Nova Stella, 1990;
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006;
- GILBERT, Martin. **O Holocausto: história dos judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010;
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Vol. 6 N° 11, Julho de 2014;
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003;
- HERF, Jeffrey. **Inimigo Judeu: Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto**. São Paulo: Edipro, 2014;
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 19, n° 38. 1999;
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990;
- \_\_\_\_\_. Memória. In: **Enciclopédia ENAUDI**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984;
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;
- LEVI, Primo. **É isto um Homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988;



MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**. Curitiba. n.42, out/dez. 2011;

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. (org) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012;

NETO, Antonio Simplício de Almeida. Dimensão Utópica nas representações sobre o ensino de História: Memória dos professores. **Educação Social**. Campinas. Vol. 31, n° 110, jan.-mar. 2010;

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo. Dez. 1993;

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, N. 10, 1992;

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15;

REVEL, Jacques. Prefácio: A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;

ROSENTHAL, Gabriele. A Estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996;

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003;

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

SELIGMAN-SILVAS, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003;

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto, 2016.

## UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Rafaella Barbosa Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O discurso pela busca de padrões de qualidade na educação se tornou algo recorrente nas últimas décadas, a Lei nº 9394/96- LDB marca o objetivo e a definição de prioridades referentes a melhoria da qualidade do ensino, destacando os rumos do processo educacional e as prioridades para o alcance da almejada melhoria da qualidade do ensino. Este artigo se propõe a analisar as políticas voltadas para a educação no Brasil tendo como base a retórica neoliberal proposta em diferentes governos. Para estruturação do trabalho faremos uma análise inicial sobre o discurso em busca da educação de qualidade, e por seguinte analisaremos de que forma de organização federalista do Estado tem as suas implicações na organização educacional, o que colide para que se chegue a almejada qualidade no ensino, tendo em vista a influência das agências internacionais e a resolução de problemas ainda não resolvidos, no âmbito educacional e social.

**Palavras- chave:** Políticas educacionais, Estado, Formação de professores.

### Introdução

A falta de um consenso sobre as políticas públicas, percebemos o quanto as questões relacionadas a educação são alvos de intensas disputas, em que diversos grupos, com projetos políticos antagônicos concorrem entre si, afetando as políticas educacionais e não possibilitando a sua continuidade, isso fica perceptível ao analisarmos as políticas educacionais, voltadas para diferentes âmbitos, e principalmente no que se refere aos discursos sobre o que é ou não alvo de preocupações, em especial o currículo e as formações, incluindo a formação de professores. Para Libâneo as práticas educativas em uma sociedade estão vinculadas a interesses de grupos e a relações de poder em diversos âmbitos (LIBÂNEO, 2016, p. 40)

Desta maneira, tais práticas educacionais estão ligadas a diferentes discursos e embates teóricos, inclusive para a condução do processo de ensino- aprendizagem. Um recorrente discurso utilizado no meio educacional, se refere a busca de padrões de qualidade na educação, conforme Sarmiento (2012) a Lei nº 9394/96- LDB marca o objetivo e a definição de prioridades referentes a melhoria da qualidade do ensino, destacando os rumos do processo educacional e as prioridades para o alcance da almejada melhoria da qualidade do ensino. Para Gomes e Colares (2012) a busca pela

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST-UEMA), desenvolve o projeto de mestrado intitulado: “A formação continuada e professores para o Ensino de História”, sob a coordenação da Prof. Drª Sandra Regina Rodrigues dos Santos. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

qualidade voltada para educação está ligada a uma retórica liberal, que sintetiza a busca pela qualidade como a resolução de todos os problemas no âmbito educacional. No entanto o que está por detrás desse discurso de qualidade é o crescimento da educação como um grande negócio.

O discurso neoliberal é marcado pelo tecnicismo: valoriza-se a competência como sinônimo de autoridade do ritmo e da produtividade de trabalho. Assim a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos passariam necessariamente pela gerência adequada e eficiente, traduzido na expressão “qualidade total” que, diga-se de passagem, não passa de mais uma promessa falaciosa daqueles que controlam a política e economicamente os meios de produção e que buscam, ao mesmo tempo, despolarizar as questões sociais (GOMES e COLARES, 2012. P. 286).

A partir dos anos de 1990, o governo tenta mesmo que a passos lentos, buscar a qualidade educacional que passa a ser cobrada como um dos caminhos para o alcance do desenvolvimento do país, a União através do MEC, tenta cumprir tais determinações, que muitas vezes esbarra no sistema de cooperação entre os entes federados: o federal, o estadual e o municipal (SARMENTO, 2012). Atrelado a busca pela qualidade no ensino percebemos que a formação de professores é colocada como um dos alvos principais nas políticas educativas, ficando esta principalmente a cargo dos estados e municípios. Segundo Freitas (2014), a formação de professores como área estratégica, mobiliza o poder público e empresarial para intervir mais diretamente na educação. No entanto é necessário que sejam definidos os objetivos e funções da escola, já que estas definições incidem diretamente em várias formas de organização, inclusive na formação continuada de professores.

Para Libâneo, as políticas educacionais ao se atrelarem as orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a concepção de escola estaria ligada a um lugar de acolhimento e proteção social, ocorrendo assim um desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica, e a conseqüente desvalorização do conhecimento escolar (LIBÂNEO, 2016, p. 41). Este debate sobre a função que a escola pública deve obter indica as formas de funcionamento e diferentes significados da qualidade de ensino, contribuindo para a fragilidades das políticas públicas para a escola.

Para Fernandes (2012) a busca pela melhoria da escola pública foi retomada durante o processo de redemocratização do país, no qual o discurso voltado para a educação estava ancorado na descentralização e na municipalização, para que ocorresse

a melhoria dos serviços. A própria Constituição<sup>2</sup> de 1988, consolidou a educação como um direito social garantido por lei, o que aumentou a despesa pública com este setor, já que anteriormente este direito, dentre outros<sup>3</sup>, não estavam garantidos perante a lei.

Sobre a tão almejada qualidade educacional, o que significa então, qualidade? Para Sarmento (2012), a qualidade vai muito além de bons resultados nas avaliações<sup>4</sup> de larga escala, mais tem sua origem nas organizações internacionais cuja principal preocupação é o desenvolvimento econômico, o que explica claramente o interesse de organizações<sup>5</sup> econômicas. Percebe-se assim, que a preocupação com a educação é resultado de pressões externas intrinsecamente ligadas a posição econômica de atraso, o que gerou uma mobilização de vários setores inclusive do empresariado, estas pressões de diversos lados influenciaram as políticas governamentais voltadas para a educação, dentre as quais podemos citar: Plano Nacional de Educação- PNE (2001-2019), Movimento Todos pela Educação<sup>6</sup>, Plano de Ação Articulada- PAR, Plano de Desenvolvimento da Escola- PDE.

O que se pode verificar, no desenvolvimento de todas essas ações políticas, é uma duplicidade de perspectivas que buscam atuar em um mesmo universo. Um projeto democratizante vinha envolvendo a sociedade na discussão e planejamento de políticas que possam encaminhar uma educação de qualidade abrangente levar a um país independente em que todos os brasileiros se reconheçam e se respeitem como povo, nação desenvolvida a partir de ampla participação. De outro lado, um projeto de características estreitamente gerenciais, rigorosamente planejado e definido, busca conduzir a política municipal para as ações necessárias ao cumprimento da meta definida para o IDEB 2022 (SARMENTO, 2012, p. 21).

Gomes e Colares (2012) analisam que o discurso que prega a busca pela qualidade é um discurso artificioso que tem sua origem nos meios empresariais, que tendem a defender e valorizar o ensino privado como sinônimo de qualidade, em relação as escolas públicas, o que reduz os problemas educacionais a simples questões administrativas e gerenciais, tira a responsabilidade do Estado e fortalece a privatização

---

<sup>2</sup> A Constituição Federal de 1988 também ficou conhecida como “Constituição Cidadã”

<sup>3</sup> Direitos sociais como saúde, educação, previdência social e assistência social, que passaram a ser assegurados pelo setor público.

<sup>4</sup> As avaliações de Larga Escala são alvo de críticas por parte de vários estudiosos da educação, por não apresentar e problematizar a realidade educacional, estão entre elas o Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb).

<sup>5</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico- OCDE, Fundo Monetário Internacional- FMI e o Banco Mundial- BIRD.

<sup>6</sup> O Movimento todos pela Educação é patrocinado por grupos empresariais de grande porte, dentre os quais: Fundação Itaú, Roberto Marinho, Susano Papel e celulose, Santander, Bradesco, dentre outros.

educacional, ao passo como se deu de maneira mais efetiva no Ensino superior Brasileiro. Portanto, tratar da qualidade de políticas educativas requer como desafio a valorização e formação docente em nosso país, para Freitas (2012), teria como ponto de partida a formação de qualidade dos profissionais da área de educação, as suas condições concretas e materiais de trabalho, tais reivindicações<sup>7</sup> devem ser tratadas como prioridade para as políticas públicas de Estado.

No entanto ao mesmo tempo que a LDB definia como prioridade a qualidade educacional, a mesma dava aos municípios e aos estados a responsabilidade de oferecer o ensino fundamental, este processo de municipalização, aumentou as responsabilidades dos municípios, mais não levou em consideração as diversidades das situações por todo o Brasil, e a dotação dos recursos para assumir tais responsabilidades. No entanto essa forma de organização educacional, na qual ocorre a distribuição de competências denominada de federalismo<sup>8</sup>, pode ser analisada como uma forma de transpor a responsabilidade da educação para outros entes e não somente a União, para Sarmiento “Essas alterações eram partes de reformas voltadas para a descentralização administrativa, financeira e pedagógica, na linha da flexibilidade na gestão. Com maior autonomia para os sistemas e as escolas e uma perspectiva de responsabilização do envolvidos” (SARMENTO, 2012, p. 12).

Para Fernandes (2012) a Constituição de 1988 é a principal responsável pela descentralização da educação básica ao definir e consolidar a distribuição de competências. “o artigo 211 definiu que os Estados seriam responsáveis pelo ensino médio, enquanto os municípios se responsabilizariam pela educação infantil (creches e pré-escolas). O ensino fundamental passou a ser competência comum entre Estados e Municípios” (FERNANDES, 2012, p. 64). Esta distribuição estava prevista levando em consideração o regime de colaboração entre os entes federados, no entanto, na prática ocorre a divisão de responsabilidades que descentraliza e desequilibra a educação do país, levando-se em consideração um país desigual como o nosso.

A descentralização da educação no Brasil tem sido induzida pelo poder central, na maioria das vezes, que responsabiliza seus entes pela condução das políticas educacionais o que por vez, afeta principalmente a qualidade do ensino. Assim observa-

---

<sup>7</sup> Dentre as políticas de valorização dos profissionais da educação podemos citar, a formação inicial e continuada, às condições de trabalho e a carreira e remuneração dos profissionais da educação.

<sup>8</sup> Tipo de organização do Estado, na qual ocorrem pactos em que as demais esferas autônomas se comprometem, firmando acordos de ordem voluntária com finalidades comuns. “O federalismo diz respeito à organização política-territorial do poder, em que a fundamentação se estabelece na dupla soberania do governo central e a dos entes federados.” (FERNANDES, 2012, p. 5).

se que a condução das políticas educacionais é diretamente influenciada pela forma de organização do Estado, no caso do Brasil por se tratar de uma organização federalista, a responsabilidade pela educação é também dividida entre os entes federados, mais nem sempre essa responsabilização esta acompanhada pelo repasse de verbas para garantir a efetivação das políticas.

Desta maneira apresentamos um panorama sobre as políticas educacionais brasileira levando em consideração a sua forma de organização federalista, e então iremos nos ater a legislação que norteia a educação no país, com maior ênfase para a formação de professores, já que as discursões referentes a qualidade do ensino se voltam para estes profissionais.

### **Perspectivas atuais para a formação de professores**

Na última década os cursos de formação de professores foram objeto de inúmeros documentos normatizadores. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação mediante o Parecer CNE/CES 492 de 3 de abril de 2001 e fixadas pela Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002. O texto enfatiza a formação de um profissional qualificado a exercer atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estes são aspectos que se inter-relacionam, ou deveriam, na formação do professor de História. É um rompimento com o que propôs a política de formação de professores defendida pelo políticas educacionais nos anos 1970 e 1980, que distinguia as formações do professor e do pesquisador.

A necessidade de formação do professor/pesquisador e da superação da dicotomia entre teoria e prática na formação de professores está posta, no meio acadêmico brasileiro, desde pelo menos a década de 1980. Os cursos de formação de professores, muito além de formarem pessoas capacitadas a ministrar determinados conteúdos, devem ser capazes de formar professores que produzam conhecimento, reflitam sobre suas práticas e pesquisem. Portanto, a concepção de professores se alterou profundamente nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990.

Para Marcelo Magalhães (2007) os PCNs na versão de 1999, é o indicio que o MEC atribui à formação de professores, uma das dificuldades em implementar a reforma do Ensino Médio, já que estes profissionais não teriam uma formação que adequasse a prática ao ensino fundamentada em “competências e habilidades”. Ao apontar a formação do professor como um problema, a proposta critica o modelo aplicacionista de conhecimento, na qual o professor detem o conhecimento ao assistir as

aulas das disciplinas e depois aplica os conhecimentos aprendidos (MAGALHÃES, 2007, p. 63)

Mais do que não ser implementado por um problema de formação, a proposta vai de encontro a anos de experiências formativas acumuladas, tanto na universidade como nas escolas. Gerações de professores se formaram pensando na especificidade do ensino de suas disciplinas. No caso de História, a luta pelo fim da licenciatura curta, implantada nos anos 1970, e o desenvolvimento da pós-graduação geraram o pressuposto, até hoje válido, de que a formação do professor é indissociável da formação do pesquisador. Neste modelo, o professor de História adquire autonomia em sua prática docente ao saber, dentre outras coisas, como se constrói conhecimento na área. Isto permite que o professor e o pesquisador de História compartilhem uma linguagem comum, apesar da especificidade de suas práticas. (MAGALHÃES, 2007, p. 64)

Sendo assim, tanto o processo de formação inicial como a formação continuada deveriam dar respostas aos desafios lançados pela contemporaneidade, garantindo o desenvolvimento crescente de novos conhecimentos e tecnologia. Para Melo (2000), o professor é um dos profissionais que mais necessita manter-se atualizado, aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Logo, transformar essa necessidade em um direito, é fundamental para um alcance melhor do seu desempenho e de sua valorização como profissional.

Estudiosos de políticas de Educação, a exemplo de Frigotto (2003), apontam que na década de 90 as orientações das políticas educacionais seguem as orientações do neoliberalismo. O governo Fernando Henrique Cardoso formulou várias leis, decretos, resoluções e medidas provisórias que institucionalizavam e implementavam políticas para o campo educacional. Essas novas diretrizes visavam assegurar as bases da nova sociedade de comunicação e informação, priorizando a inovação e o conhecimento, além de exigir a formação do professor de nível superior.

Assim, em articulação com as atuais tendências mundiais, o governo propôs medidas que viabilizassem políticas cujas diretrizes e metas apontassem, dentre outros aspectos, para a formação inicial e continuada de professores. Magalhães atentou para a culpabilização para a formação de professores expressa nos PCNs, e que há uma tentativa de aproximação na formação de professores expressa na LDB a partir de então, no entanto para Ferreira e Franco (2008) são necessárias iniciativas que integrem esses dois mundos, que reconheçam a importância de uma real aproximação.

A carreira de professor implica uma extenuante jornada de trabalho, tornando-se cada vez menos atrativa para os recém-formados nas graduações de história. Não raro, os alunos mais bem qualificados

direcionam suas carreiras para a pós-graduação, afastando-se completamente da atividade docente. Essa situação é verificável em todas as áreas, mais especialmente dramática no caso da história, onde há uma oferta de profissionais que permanecem no campo pela impossibilidade de encontrar alternativas rentáveis (FERREIRA; FRANCO, 2008, p. 90)

As autoras abordadas acima assinalam que o carreira da pós-graduação e as atividades docentes são caminhos diferentes a serem trilhados para os recém-formados, no entanto uma outra perspectiva de aproximação seria para além da formação inicial a formação continuada<sup>9</sup> de professores nos âmbitos acadêmicos, professores do ensino fundamental e médio com cursos de mestrado e doutorado, possibilita uma aproximação entre academia e escola. Já que nestes cursos de formação continuada em nível stricto sensu<sup>10</sup> os professores teriam uma maior contato com debates atualizados e com a pesquisa, essa expectativa pode ser correspondida com a instituição de mestrados profissionais<sup>11</sup>.

Desta maneira se vê no ensino de pós-graduação para além da sua função técnica e social proposta por Cunha (1975) pode-se falar que o ensino pós graduado acarreta funções e consequências, desta maneira o autor pensa nas funções a pós- graduação com duas funções distintas, sendo elas a função técnica e a função social. Resumidamente a função técnica, é pensada por Cunha como uma definição de mercado, na qual este nível de ensino passa a ser exigido para que se atenda a demanda de profissionais mais qualificados e pesquisadores que atendam a nova etapa de desenvolvimento econômico do país que passa a ser pensado nos moldes da ditadura militar. Já a função social definida por Cunha, o autor chama a atenção para o sentido da pós graduação assumir um caráter de distinção social, já que o ensino de graduação estava se expandindo, a Pós restabelece um valor econômico e simbólico já trabalhados anteriormente. (CUNHA, 1975, p. 5)

---

<sup>9</sup> O termo “formação continuada” vem acompanhado do conceito de formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p.227).

<sup>10</sup> As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

<sup>11</sup> O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação stricto sensu voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Disponível em: [www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional](http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional)



Desta maneira, pensa-se que para além da função técnica e social explanadas por Cunha, a institucionalização do ensino de pós-graduação no país poderá possibilitar um momento de aproximação entre o ensino e pesquisa que estavam dissociados. No que se refere a formação de professores os cursos de pós-graduação possibilitam uma formação continuada no âmbito acadêmico, e uma maior preocupação com o Ensino de história que deve reconfigurar com o passar do tempo.

## **LDB**

A primeira LDB data de 1961, e reconheceu o Ministério da Educação como órgão público federal responsável pelo campo educacional, tendo a função de velar pelo cumprimento da obrigação das leis de ensino. Para Magalhães (2006) esta LDB reforçava a tradição de centralização das decisões sobre a escola fora ela, ou seja, o planejamento era feito por órgãos do governo criados para tal finalidade, o que era visto como “pacotes” externos a realidade escolar .

No período em que se estabeleceu no país a Ditadura Militar, a educação acompanhou o modo como as políticas públicas foram direcionadas, com estilo autoritário. Nos períodos seguintes pós governos militares, iniciaram as mobilizações dos setores educacionais para que se elaborasse a segunda. Com o governo de Fernando Henrique Cardoso e uma nova composição partidária, uma ação incisiva do MEC por meio de manobras, o projeto originário da Câmara e fruto de longa discussão é substituído por outro, elaborado e assumido pelo senador Darcy Ribeiro. Esse projeto é aprovado em fevereiro de 1996 no plenário, de onde retorna para a Câmara, que introduz pequenas alterações e o aprova em 17 de dezembro de 1996. De lá segue para sanção presidencial e é promulgado como lei no dia 20 de dezembro do mesmo ano, sem qualquer veto presidencial, o que mostra sua total sintonia com a nova aliança no poder. (PINTO, 2002) O novo projeto da LDB foi encaminhado ao congresso, modificado e aprovado no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 9394/96.

A LDB de 1996 atribuiu a União o papel de formular diretrizes para o Ensino Superior e para a educação básica, em conjunto com os estados e municípios, o que abriu espaço para que o governo organizasse os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, a partir da definição de competências e habilidades que é amplamente discutido por profissionais de várias áreas da educação e não se tem um certo consenso sobre a organização dos currículos com base nas competências e habilidades. Outra atribuição a

LDB de 1996 é a realização de avaliações de larga escala, para que se tenha um diagnóstico quantitativo do sistema educacional brasileiro, fato que também é amplamente discutido por profissionais da educação.

Quanto as atribuições aos professores elencadas da LDB, o artigo 13, ao apontar as atribuições aos docentes, determina as suas competências profissionais se tornando importante para regulamentação das atribuições aos profissionais da educação. No título VI- dos profissionais da Educação dos artigos 61 ao 67 a LDB elenca itens quanto a formação dos profissionais da educação, o que de certa maneira expressa um preocupação com a formação deste profissionais a fim de se atenderem os objetivos de diferentes níveis de ensino.

### **PNE**

O mesmo movimento que originou a LDB, deu origem posteriormente ao Plano Nacional de Educação PNE, encaminhado ao Congresso Nacional, modificado e aprovado em dezembro de 2001, que iria vigorar até 2010. Durante o governo Lula uma nova conferência deu origem ao PNE que iria vigorar na próxima década, este trazia em seu bojo o Sistema Nacional de Educação que iria envolver amplos setores na discussão. Este plano foi bastante questionado por não contemplar alguns pontos muito importantes dos projetos e demandas do CONAE 2010, dentre os quais encontra-se a ausência de um diagnóstico da situação atual, de não prever acompanhamento para garantir o cumprimento do Plano, e a questão dos recursos financeiros considera dos insuficientes (SARMENTO, 2012, p. 27).

O PNE prevê que a consecução das metas e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na qual os entes deverão elaborar seus planos de educação ou adequar os planos conforme o PNE em vigência. Dentre as expectativas podemos destacar a meta de número 14: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores” (BRASIL, 2014, p. 35). Para que tais metas estabelecidas pelo PNE sejam alcançadas, o mesmo documento traça algumas estratégias, para a meta citada acima podemos destacar que o incentivo a expansão deve ocorrer entre as

agências<sup>12</sup> de fomento, o incentivo a programas de financiamento-Fies<sup>13</sup> e educação a distância, e a grande incentivo para áreas científicas e tecnológicas. Pelas estratégias citadas acima fica perceptível que o governo abre amplo espaço a iniciativa privada e incentiva os estudantes através dos programas de financiamentos e uma certa preferência a determinadas áreas, principalmente as tecnológicas, fortalecendo a hierarquia entre as áreas.

No que se refere ao processo de formação continuada dos profissionais da educação básica, o PNE (2014-1024) estabelece como meta de número 16:

a necessidade de formar, em nível de pós- graduação , 50% ( cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o ultimo ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) profissionais da educação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistemas de ensino (BRASIL, 2014, p. 35).

Como estratégias para o alcance da meta 16 citada acima, é levado em consideração o regime de colaboração entre os entes federados discutido anteriormente, que não funciona no que tange a educação básica e dificilmente funcionará para a formação continuada dos professores. E ampliação de ofertas de bolsas de estudos para a pós-graduação de professores.

### **Possíveis conclusões**

Justificamos assim a escolha pelo tema que será trabalhado no decorrer da pesquisa, como enfoque principal a formação de professores. Realizamos uma breve análise do percurso da formação dos professores de história e iniciamos algumas questões que irão nortear a pesquisa posteriormente.

Entendemos que a educação é modelada por uma legislação, e que o Estado brasileiro deve corresponder as exigências sociais através das mesmas. Assim, a formação de professores deve atender as demandas da sociedade, no que se refere ao ensino de história, as grandes mudanças políticas e econômicas causam muita perplexidade entre professores e alunos de História em geral, criando atitudes de descrença em relação ao conhecimento histórico, deve-se sempre ser levado em

---

<sup>12</sup> Dentre as agências de fomento podemos destacar a atuação da Capes e no âmbito estadual a atuação da Fapema.

<sup>13</sup> O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Privado (FIES) em 2007 foi ampliado, ao contemplar estudantes de mestrado e doutorado em instituições privadas, ao passo que antes só contemplava alunos de graduação.

consideração para o ensino de História o seu potencial transformador. É necessário que os professores não percam de vista o potencial deste ensino e o seu conhecimento humanista, para que não ocorra uma demasiada simplificação do conhecimento (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 17).

Portanto, debitamos a imensa importância do papel do professor e de sua formação como alavanca no processo de ensino, mais não nos responsabilizamos completamente pelo processo, sabendo-se de tantas outras questões que influenciam o sistema de ensino. Mas acreditamos que a História bem ensinada, desempenha uma papel de grande importância nesta sociedade.

### Referências

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/1996. Disponível em [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, jan-junho de 2008.

FERNANDES, Thamyres Wan de Pol. Do federalismo à distribuição de competências: o caso da educação brasileira. IN: **Educação e qualidade:** sistemas educacionais em construção. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

FRIGOTTO. Gaudêncio. **Educação e a crise do capital real**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CUNHA, Luís Antônio. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de administração de empresas**. Vol. 14 no .5 São Paulo Sept./Oct. 1974.

GOMES, Marco Antônio de oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A educação em tempos de neoliberalismo: dilemas e possibilidades. **Acta Scientiarum Education**, Vol. 34, núm. 2, Paraná, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**. V.46. n.159. 2016

MAGALHÃES, Marcelo de Souza . Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. **Revista Tempo**,

vol. 11, n.21, p. 49-64, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a05.pdf>.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da Educação no Brasil: Um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 108-135, setembro 2002. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula**. São Paulo. Contexto, 2013.

SARMENTO, Diva Chaves. Educação: federalismo e qualidade. IN: **Educação e qualidade: sistemas educacionais em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.



# A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL.

Rafaella Barbosa Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo se propõe a analisar de que maneira a reforma Universitária ocorrida no ano de 1968, durante o período da ditadura militar, influenciou diretamente na criação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para entender o contexto político do momento e assim se construir o presente estudo. Para estruturação do trabalho faremos uma explanação inicial sobre o controle e as mudanças que o processo ditatorial executa no campo Educacional, para então, se entender alguns dos elementos característicos da Reforma Universitária nos anos iniciais do Regime Militar. Em seguida, busca-se refletir sobre a função social da pós-graduação, considerando as diretrizes de sua criação. Tendo em vista que neste período ocorreu uma crescente demanda por acesso ao ensino superior privado, surgindo assim, a necessidade de se ter professores preparados e qualificados para lecionar nessas instituições, desta maneira ocorreu como reflexo, uma crescente busca e valorização da carreira Universitária e da pesquisa pública. Para além do crescimento que teve o ensino de graduação e assim o seu reflexo direto para a ampliação e intensificação do ensino de pós-graduação, foi a Reforma Universitária de 1968 que do lado de outras alterações, institucionalizou o ensino de pós-graduação no Brasil.

**Palavras-chave:** Ditadura. Reforma Universitária. Ensino de Pós-graduação.

## Introdução

Considerando que, a educação e as políticas educacionais estão inseridas no contexto das políticas públicas, em que o Estado delimita muito bem o modelo que deve ser seguido, esse mesmo Estado, que deveria ter um projeto para o país, mais que no entanto, muda a sua face a cada governo. Desta maneira “a educação se torna caminho fácil para a intervenção do poder público como resultado de pressões de grupos hegemônicos da sociedade civil”(ABUD, 2017, p. 14).

As propostas educacionais são resultados de escolhas, e concepções, a cada posse de novos líderes políticos, surgem propostas de modificações do sistema de ensino. O que de fato não deveria acontecer, pois, o Sistema Educacional fica enfraquecido e volátil a tantas mudanças, não chegando a se instituir de maneira eficaz.

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST-UEMA), desenvolve o projeto de mestrado intitulado: “A formação continuada e professores para o Ensino de História”, sob a coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues dos Santos. A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

De fato, não é uma tarefa de governo, mas de Estado. E é uma tarefa de toda a sociedade, na medida em que o Estado, enquanto guardião do bem público, expressa, ou deveria expressar, os interesses de toda a sociedade. Nessa condição, toda a sociedade deveria não apenas se sentir representada no Estado, mas vivenciar o Estado como coisa sua. Nesses termos, a forma pela qual a sociedade, em seu conjunto, estará cuidando da educação é reforçando seu caráter público e cobrando do Estado a efetiva priorização da educação. (SAVIANI, 2010, p. 385)

Levando em consideração a intervenção que a educação sofre durante os vários governos, não sendo tratada como uma política de Estado. A título de exemplo e vivência, assistimos a formulação de as reformas propostas ultraconservadoras<sup>2</sup> e provadas pelo atual governo não democrático de Temer, que teve início com o Golpe de 2016. A intenção desse estudo não é realizar de uma comparação entre governos, iremos analisar neste artigo, não tão distante do ponto de vista temporal, as reformas executadas pela ditadura militar, e de início cabe uma explanação do contexto Político em que ocorre o Golpe e a instalação do Governo militar ditatorial.

No contexto do início dos anos 60 o mundo vivia o período denominado de Guerra Fria e o Brasil optou por se estabelecer do lado dos Estados Unidos, país, que apoiou o golpe militar e estimulou a radicalização do regime, oferecendo o suporte financeiro necessário para a implantação do mesmo. O período hasteado pela ditadura apresentou em cunho político com várias estratégias para um distanciamento das ideias de inspiração socialista, e voltado para as reformas de cunho econômico esse período que seguem o modelo de base capitalista.

Em síntese e conforme pontua Fonseca (1992) A expansão do ensino superior foi um desdobramento natural da reforma universitária e uma consequência da política do estado para a educação. A expansão fazia-se necessária, em primeiro lugar, para dá suporte aos projetos de desenvolvimento traçados pelo Estado e, em segundo para atender à demanda reprimida por mais vagas neste nível de ensino. (Fonseca, 1992, p. 27)

Neste sentido (MARTINS 1989, Apud p. FONSECA, 1992 p. 27) A reforma Universitária legitimou a presença do ensino particular ao estruturar o ensino superior brasileiro sob a forma jurídica de autarquia, fundação ou associação.

---

<sup>2</sup> Dentre as várias interferências que o governo de Michel Temer faz no país, para atender as necessidades do capital externo e as tendências do âmbito privado, a educação brasileira sofre duros golpes dentre os tais podem ser citados a mudanças na Lei de Diretrizes e Bases- LDB no Plano Nacional de Educação-PNE e a aprovação Base Nacional Comum Curricular-BNCC, que atinge o Ensino fundamental e mais incisivamente reformula o Ensino Médio.



São sobre estes dois modelos que o Brasil passa aspirar a partir do golpe civil-militar de 1964, na qual os vários setores da sociedade passam a ser modelados, ajustados e controlados, inclusive a educação do país.

### **A Educação nos moldes da Ditadura**

Na perspectiva do golpe de 1964, em que os militares assumiram o poder no Brasil, este governo de caráter não democrático, passa a conduzir diferentes âmbitos da sociedade brasileira. Durante a fase inicial, a maior preocupação do governo estava em realizar ajustes estruturais e uma demasiada preocupação com reformas econômicas, na qual o Brasil abre espaço na agenda das grandes economias mundiais, movido pelo anseio dos projetos de desenvolvimentos de grande porte, e a superação dos problemas tecnológicos da indústria nacional. Neste aspecto foram elaborados planos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que necessariamente exigia a formação de uma mão-de-obra especializada. Assim o setor educacional passa a atender uma necessidade de mercado, uma vez que as escolas precisavam preparar técnicos e pesquisadores que atendam a lógica econômica industrial.

De acordo com Romanelli (1990) a partir do ano de 1964 a sociedade brasileira passou a viver profundas mudanças, principalmente no âmbito da economia, e assim o sistema educacional foi marcado por dois momentos claramente definidos.

O primeiro corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política da recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem, caracterizam essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe. ( ROMANELLI, 1990, p.196)

Com um foco para processos de urbanização e industrialização, depois dessa fase inicial de ajuste estrutural, quando várias reformas do Estado são realizadas, a inflação é mantida sob controle, os projetos de desenvolvimento de grande porte são concebidos e realizados, acelera-se o ritmo de crescimento, fase conhecida como “milagre econômico”, o país abre espaço na agenda das grandes economias mundiais. Face a esse contexto econômico que aparentemente está muito bem resolvido, para o campo educacional o regime militar significa uma clara inflexão na política existente.

A política de planejamento que já estava em vigor no Brasil desde governos anteriores <sup>3</sup> tem seu ápice durante os governos militares, passando a ser adotado em larga escala, buscando-se imprimir um cunho científico e técnico para atender as demandas econômicas do país como citadas acima. Inserida nessa política de planejamentos, a educação é um setor do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) na qual está incluída o Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), o planejamento adotado tem intensas repercussões no modelo educacional, mencionamos assim algumas ações que não encontram nesse estudo espaço para serem melhor detalhados, mas que serão citados a título de exemplos, trata-se da educação de jovens e adultos materializadas no MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). (VIEIRA, FARIAS, 2003)

Para além dos programas reportados acima, uma política educacional que teve ênfase durante o período em que estamos trabalhando, é a expansão como resposta à demanda social, já que Poder Público é o principal responsável pela oferta de educação básica, apesar de ser cada vez mais estimulada a iniciativa privada. De acordo com os dados apresentados por Vieira e Farias (2003) durante o período houve uma elevação no número das matrículas<sup>4</sup> no ensino fundamental, mas em contrapartida houve um decréscimo nos investimentos para esta área de ensino, sendo que a sua expansão não chegou a acompanhar os índices de crescimento populacional. Fica posto que o ensino fundamental e médio a tendência do período foi de crescimento da oferta no sistema público, mais que também foi acompanhado em menor escala pelo ensino privado. Desta maneira segundo Silva (1988) em 1964, há uma crise da educação básica, manifesta tanto em termos de uma queda nas taxas de crescimento, como em termos de uma “qualidade precária”.

Para o entendimento do contexto educacional durante o período ditatorial teríamos que traçar um longo percurso, como a intenção deste não é essa, iremos então nos ater em um dos elementos característicos da política educacional durante o período, A Reforma Universitária.

Para Vieira e Farias (2003), as políticas para o campo educacional percorridos pela Educação são regidos por duas leis e um amplo conjunto de decretos-lei: a regulamentação da reforma universitária, que institui os princípios para a organização e

---

<sup>3</sup> A exemplo temos o Plano SALTE durante o governo Dutra e outros planos globais foram elaborados durante os governos de Vargas, Juscelino e João Goulart.

<sup>4</sup> De acordo com Vieira e Silva as matrículas passaram de 7.428.002 em 1960, para 12.812.029, em 1970, observando que a oferta de matrículas públicas aumenta de 88,4% para 91,0%.

funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (Lei n 5.540/68) e a segunda, fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau ( Lei n 5.692/71).

Sobre a regulamentação da reforma universitária, primeira lei citada acima, um dos seus desdobramentos de acordo com Cunha (1975) a reforma no ensino superior teve início nas manifestações de insatisfação de 1968, logo, em 1969 foi promulgada o Decreto de Lei nº 477 que deixava sobre responsabilidade do MEC todas as ações universitárias. Esta foi uma maneira encontrada para controlar e evitar que atividades consideradas subversivas ocorressem no meio acadêmico, assim o MEC tinha o poder de desligar e suspender qualquer estudante, funcionário e professor das suas atividades, impedindo-os de trabalhar no Ensino Superior Brasileiro.

Segundo Cunha (1975) esse decreto foi um desdobramento do Ato Institucional nº 5 de Dezembro de 1968<sup>5</sup>, cuja principal função dentro do ensino superior consistia em eliminar qualquer manifestação de descontentamento das camadas médias que ascendiam através do Ensino Superior.

Fica posto assim, que o Decreto Lei 477/69 foi uma maneira encontrada pelo regime ditatorial de silenciar um meio social de grande discussão política, as Universidades, uma vez que o meio acadêmico é, ou deveria ser, um local de intensas contestações e manifestações. Portanto o regime ditatorial, tira completamente o caráter democrático da Educação em todas as instâncias, uma vez que, para Gramsci “ A educação realmente democrática tende a elevar os cidadãos, mesmo que abstratamente, para condições de governar”, e isso é justamente o que esse tipo de regime não enseja, dar aos cidadãos meios e condições mínimas para se contrapor ao governo e muito menos chegar ao poder.

## **A reforma Universitária de 1968 e a implementação dos Cursos de Pós-Graduação**

---

<sup>5</sup> Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.[...]

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
  - a) liberdade vigiada;
  - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
  - c) domicílio determinado,

Ao se trabalhar com ensino de 1º e 2º grau<sup>6</sup> no período ditatorial fica posto, que ocorreu uma ampliação na oferta da rede pública, ainda que acompanhada pela precariedade, no entanto no que tange ao Ensino superior, a lógica privada é a peça chave do momento. Para Santos (2005) a reforma da Universidade, representou um elemento fundamental para o Estado orientar as políticas voltadas para a educação superior sobre dois âmbitos, o de expansão e de modernização. Para a política de expansão, ocorreu ampla liberação de verbas para o setor privado, para a abertura de escolas superiores isoladas e o aumento cinco vezes maior de vagas para este grau de ensino. No sentido da política de modernização ocorreu o apoio a implementação de pesquisas e da pós-graduação.

O Parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, de autoria de Newton Sucupira, teve como objeto a conceituação da pós-graduação. Data também desse ano o início do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação no Brasil em nível de mestrado que foi o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1969 o mesmo conselheiro foi o relator do parecer 77/69, aprovado em 11 de fevereiro de 1969, que regulamentou a implantação da pós-graduação no Brasil e, também nesse ano, é instituído o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desencadeia-se, a partir daí, a fase de implantação da pós-graduação em educação stricto sensu (SAVIANI, 2000, p. 5)

Como preconizado por Saviani, a partir de 1968 foi regulamentado o Ensino de Pós- Graduação no Brasil, desde então este foi o ponto de partida para implementação de diversos cursos de Pós no regime stricto sensu. Adiante analisaremos o que propiciou tal implementação e regulamentação, tendo como ponto de partida a expansão universitária e a necessidade de mão de obra qualificada para lecionar nas Faculdades e Universidades.

A Institucionalização do Ensino de pós-graduação que ocorreu pela Lei nº 5.540 de 28-11-68, a chamada reforma universitária, tinha por objetivos, formar professores qualificados, para atender a demanda da expansão das graduações, formar profissionais de alta qualificação para as empresas públicas e privadas e para a burocracia governamental, e estimular estudos e pesquisas que servissem ao desenvolvimento do país, no entanto Cunha também atribui como objetivo da pós-graduação a manutenção da alta cultura que permanece privilégios de alguns. (CUNHA, 1975, p. 245)

---

<sup>6</sup> Estas modalidades de Ensino de 1º e 2º grau, hoje se constituem como Ensino de nível básico, divididos em Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com a atual LDB 9394/96.

Diante da expansão da Universidade os docentes precisavam estar preparados para lecionar, como esse processo aconteceu de maneira rápida conforme o preconizado pela Reforma Universitária, no início o Brasil usou a estratégia da contratação de professores europeus de doutores formados no exterior, do processo do doutorado direto<sup>7</sup> até atingir uma implementação dos cursos de Pós- Graduação. De maneira mais efetiva a pós-graduação foi suprindo a carência de infraestrutura com muito trabalho e criatividade. Aos poucos, com o apoio financeiro e acompanhamento da CAPES, as condições foram se adequando e os programas foram sendo implantados em ritmo acelerado rumo à sua consolidação, atingindo o ápice nos dois anos seguintes, com destaque em 1971, sendo implementados quatro programas.<sup>8</sup> (SAVIANI, 2000)

A reforma de 1968 modificou e modernizou o ensino superior brasileiro, principalmente no que tange as Universidades Federais e Estaduais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela reforma, criando condições que aos poucos se modificaram para que ocorresse a aproximação entre ensino e pesquisa, tendo em vista que neste momento também ocorreu o fortalecimento da função de extensão, e nesse processo, introduziu-se o regime departamental, institucionalização da carreira acadêmica atrelando o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, dentre outras. Na esteira desse processo e no atendimento a novos anseios criou-se então uma política nacional de pós-graduação.

Expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Nos últimos 35 anos, a pós-graduação tornou-se um instrumento fundamental da renovação do ensino superior no país. Sua implantação impulsionou posteriormente um vigoroso programa de iniciação científica, que tem contribuído para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionando a formação de novas gerações de pesquisadores. (MARTINS, 2009, p. 17)

Diante desta modernização que ocorreu nas Universidades Públicas a partir da Reforma de 1968, esta mesma reforma abriu espaço para o surgimento demasiado do Ensino Superior privado, que se distanciava do direcionamento com a preocupação com

---

<sup>7</sup> Aluno recém-formado que havia se destacado nos estudos realizados e que era convidado a participar das atividades da disciplina, preparando-se para reger a cadeira como livre docente com perspectiva de vir a se tornar catedrático. Era, assim, uma espécie de formação em serviço associada em alguns casos, a estágio de aperfeiçoamento no exterior e, posteriormente, de bolsas para a obtenção do doutorado em universidades estrangeiras.

<sup>8</sup> De 1968 a 1971 foram criados na Universidade de São Paulo, o da Federal Fluminense, o mestrado em Filosofia da Educação da PUC de São Paulo e o programa de pós-graduação do Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. (SAVIANI, 2000, p.6)

a formação mais completa de profissionais, preocupados com a articulação entre ensino e pesquisa e extensão. O direcionamento do Ensino Superior privado estruturou-se nos moldes de empresas educacionais preocupadas com a obtenção do lucro econômico e rápido atendimento da demanda de mercado. Esse novo padrão, quebrou com a concepção de ensino superior fundeada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais. (MARTINS, 2009)

Esse processo se amplia sobre o pretexto de falta de recursos para ampliação de vagas para o Ensino Superior, já que existia um alto número de estudantes que eram aprovados, mais que não conseguiam entrar nas universidades por falta de vagas, sendo considerados excedentes, o regime ditatorial abre amplo espaço para o setor privado, como destacado por Martins (2009, p. 21) “Deve-se destacar que a Constituição de 1967 disponibilizou recursos financeiros e ajuda técnica ao ensino particular”.

Entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período. Em sua fase inicial, ou seja, desde o final dos anos de 1960 até a década de 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu basicamente através da proliferação de estabelecimentos isolados de pequeno porte. A partir da segunda metade da década de 1970, o processo de organização institucional do setor privado sofreu uma transformação gradual. Num primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas, através de um processo de fusão. Num momento posterior, a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. (MARTINS, 2009, p. 23)

Notamos assim através desses dados colocada por Martins o amplo crescimento da rede privada para o ensino superior. Porém o argumento utilizado que era a falta de recursos entra em confronto, um vez que o mesmo governo fornece recursos para a ampliação das Instituições de Ensino Superior Particular e amplia os investimento para o âmbito da pesquisa, a fim de corresponder ao seu caráter desenvolvimentista tecnológico.

Assim, fica notório que o Ensino de pós-graduação é institucionalizado a fim de atender várias demandas, dentre as quais mão de obra qualificada para as universidades públicas e que estavam passando por um momento de modernização, fornecimento de mão de obra para as instituições particulares que estavam passando pelo processo de

ampla expansão, como explanado anteriormente, e atendimento a demanda de fomento e aproximação entre ensino e pesquisa.

Para Cunha (1975) a Pós-Graduação também passa a desempenhar a função de discriminação social, reestabelecendo o valor econômico e simbólico do diploma, diferenciando aqueles que tinham apenas o Ensino Superior, que já estavam em expansão, e outros que dariam continuidade recebendo títulos de mestre e doutor. Tais títulos trariam a marca da raridade de alto valor, tanto econômico, já que passariam a ser melhor remunerados, quanto simbólico, atribuindo um certo prestígio social.

De acordo com Cunha (1974) pode-se falar que o ensino pós graduado acarreta funções e consequências, desta maneira o autor pensa nas funções a pós-graduação com duas funções distintas, sendo elas a função técnica e a função social. Resumidamente a função técnica, é pensada por Cunha como uma definição de mercado, na qual este nível de ensino passa a ser exigido para que se atenda a demanda de profissionais mais qualificados e pesquisadores que atendam a nova etapa de desenvolvimento econômico do país que passa a ser pensado nos moldes da ditadura militar. Já a função social definida por Cunha, o autor chama a atenção para o sentido da pós graduação assumir um caráter de distinção social, já que o ensino de graduação estava se expandindo, a Pós restabelece um valor econômico e simbólico já trabalhados anteriormente.

Já no Parecer de 1968 advertia-se a respeito do perigo de se reproduzir na pós-graduação o fenômeno da expansão-deterioração que vinha ocorrendo na graduação. A intenção era a de manter uma política de duplo critério: de um lado, promove-se a inevitável "democratização" da graduação e, de outro, restringe-se a pós-graduação que, "por sua natureza (... ) há de ser restrita aos mais aptos". "De um lado a Universidade não pode fugir à contingência de absorver o fluxo crescente de candidatos, conforme o ideal democrático; doutra parte, para ser fiel a uma de suas dimensões essenciais há de contribuir para a manutenção da alta cultura que permanece privilégio de alguns." (CUNHA, 1975, p.5)

Desta maneira, pensa-se que para além da função técnica e social explanadas por Cunha, a institucionalização do ensino de pós- graduação no país possibilitou um momento de aproximação entre o ensino e pesquisa que estavam dissociados, e mais ainda passou a ser uma oportunidade de dá continuidade aos estudos para que os profissionais de mantivessem mais próximos das atuais indagações e discursões, independente das suas áreas de Formação Superior.

Compreendemos, no entanto que o fato da pós-graduação ser institucionalizada não assegurou, naquele momento e nem atualmente, que a sua expansão ocorresse de maneira rápida e uniforme por todo o país, não sendo suficiente para atingir os objetivos traçados naquele momento, eram necessárias outras medidas articuladas que resultassem na concretização das ações objetivas para instauração e expansão organizada da pós-graduação, de forma inclusive a dar conta das diferentes demandas regionais. Tratava-se de viabilizar um determinado projeto de sociedade, voltado para a consolidação do capitalismo. O desenvolvimento e a afirmação da pós-graduação se deram sobretudo no contexto do referido projeto, no que diz respeito à política educacional, se baseava em pressupostos da teoria do capital humano qualificado para atender a lógica de mercado na qual o país estava inserido. ( SANTOS e AZEVEDO 2009)

### **Conclusão**

As discussões apresentadas até aqui, partiram que estudos iniciais que serão ampliados no decorrer da pesquisa que se encontra em modo inicial. No entanto, podemos perceber o contexto em que o ensino e Pós-Graduação foi institucionalizado no Brasil. Percebemos então que este processo ocorreu a fim de atender a uma lógica desenvolvimentista em que o país estava inserido, atendendo a demandas do capital externo e interno, que reflete diretamente na maneira como as políticas educacionais são manuseadas.

Fica posto que o ensino pós graduado atendeu a um momento de modernização e expansão do ensino, principalmente o ensino superior privado, em que ambos precisavam da mão de obra de docentes, cada vez mais qualificada para seguirem esta lógica de mercado. As ações do estado foram de grande importância burocrática. Porém, não se pode deixar de lado que, este mesmo governo que controlava com mãos de ferro as ações de professores e estudantes para que ambos não se posicionassem politicamente contra o regime, e quando tais ações ocorriam muitos passavam a ser perseguidos e sofriam as consequências de um regime militar.

Desta maneira, apresentamos algumas possíveis indicações sobre a institucionalização do ensino de pós-graduação no Brasil, e possivelmente iremos continuar a pesquisa a fim de entender como esta política de ensino passou a ser tratado nos governos posteriores.



## **Referências**

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017.

CUNHA, Luís Antônio. **A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social**. Revista de administração de empresas. Vol. 14 no .5 São Paulo Sept./Oct. 1974.

\_\_\_\_\_. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, F.Alves, 1975.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis- RJ: Vozes, 1990.

SANTOS, Ana Lúcia Felix e Azevedo, Janete Maria Lins. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. O ensino superior no Brasil: a formação dos profissionais da educação. In: SOUSA, Antonio Paulino de. **Teoria crítica, Educação e Formação Profissional**. São Luís: EDUFMA, 2005.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, vol. 15, n. 44, maio-ago, 2010.

\_\_\_\_\_. A pós-graduação em educação no Brasil trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 1, n.1 - p. 1-95 - jan./jun. 2000.

SILVA, Tereza Roserley Neubauer da. O que foi feito e o que ainda resta fazer para alfabetizar a população brasileira. In: **Alternativas de alfabetização para a América Latina e o Caribe**. Brasília: INEP 1988.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.

# A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NA DERRUBADA DO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR, APONTAMENTOS SOBRE A INTERFERÊNCIA ESTADUNIDENSE NAS PÁGINAS DE *O ESTADO DO MARANHÃO*

Rafael Alves Nunes Neto

**Resumo:** As eleições chilenas de 1970 entraram para a história pela chegada ao Palácio *La Moneda* do primeiro candidato socialista eleito constitucionalmente, o governo de Salvador Allende desde o início apresentou um programa contrário aos interesses de significativos setores da sociedade chilena tais como empresários, banqueiros, políticos de centro, direita e aos interesses estadunidenses. Dessa forma o golpe que fora consumado em 11 de setembro de 1973, obteve a participação desses setores e órgãos e empresas dos Estados Unidos. A comunicação apresentará como o periódico *O Estado do Maranhão* apresentou as denúncias da participação americana no processo que culminou com o golpe e instalação da Ditadura de Pinochet.

**Palavras-chave:** Golpe, periódico, Estados Unidos.

## Introdução

O golpe militar no Chile apresentou características semelhantes aos demais golpes do Cone Sul, setores das elites nacionais temendo o avanço do comunismo apoiaram as quebras de institucionalidade como o caso chileno.

A quebra da institucionalidade no Chile iniciou no dia 11 de setembro de 1973, através de um golpe militar que derrubou o governo socialista de Salvador Allende e que colocou no poder uma junta militar formada por quatro oficiais<sup>1</sup> que se pronunciaram à população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando suas atitudes na suposta existência de grupos armados e da grave crise econômica. Os integrantes dessa junta foram o general do exército Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de carabineiros general Cesar Mendoza e o general Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea (FACH).

Segundo Veronica Valdivia (2006) o golpe chileno começou ser idealizado logo após a vitória de Allende no sufrágio de 1970, devido ao seu programa socialista que contrariava vários setores, pois as transformações revolucionárias previstas pelo programa da Unidade Popular afetariam os interesses de empresários, políticos conservadores, nacionalistas, ultradireitistas e de setores de centro.

---

<sup>1</sup> A historiadora Verónica Valdivia no artigo “Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989)” refere-se à sociedade chilena, que até então esses oficiais não tão eram conhecidos da nação.

Fue este carácter revolucionario de La Unidad Popular lo que hizo de La lucha de sus opositores una empresa ausente de reglas, pues se trataba de impedir el logro de los afanes revolucionarios y la reimposición de la dominación, mediante la exclusión de los sectores populares políticamente activados. El conjunto de los intereses afectados por el gobierno popular determinó la emergencia de un bloque insurreccional de amplio espectro, que incluía a empresarios liberales, políticos conservadores, nacionalistas de ultraderecha y sectores de centro. (VALDIVIA, 2006, p. 50).

Nasha Dahás (2014) menciona o impacto provocado por Salvador Allende numa conjuntura marcada por diversos golpes na América Latina (1952 na Bolívia, 1954 no Paraguai e Guatemala, em 1962 e 1968 no Peru, no Brasil em 1964, 1972 no Equador e Uruguai em 1973). As mudanças que mais afetaram os grupos sociais mencionados foram: a estatização e nacionalização de setores chaves da economia e a participação dos trabalhadores em todos os setores da sociedade através da *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT).

Para o cientista político Anthony W. Pereira (2005) as transformações sociais empregadas por Salvador Allende foram imensamente superiores àquelas que ocorreram no governo de João Goulart. Ao contrário do golpe brasileiro de 1964, o golpe chileno foi ofensivo, e não preventivo (Drake, 1996, p.32 – 33). Como já mencionado anteriormente, os regimes militares no Cone Sul se enquadram num contexto marcado pela Guerra Fria, mas, conforme ressalta Samantha Viz Quadrat, os golpes foram garantidos por fortes articulações internas que envolveram significativos setores sociais.

Carlos Huneeus (2016) enfatiza o fatores que corresponderam para a liderança de Pinochet, segundo o estudioso chileno o general utilizou-se de uma habilidade política, utilizando-se de um discurso anticomunista, nacionalista e um certo populismo econômico agregou a simpatia de amplos setores da sociedade chilena, principalmente setores da direita e líderes políticos de direita.

Verónica Valdivia no artigo “*i Estamos em guerra, señores!*”. *El Régime Militar de Pinochet y el “Pueblo”, 1973-1980* cita as primeiras declarações logo após a tomada da presidência pelo golpe militar, segundo a autora a Junta Militar se pronunciou à população chilena declarando guerra ao marxismo como aponta a citação a seguir:

La noche del 11 de septiembre de 1973, cuando la Junta Militar hizo su primera aparición, el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Gustavo Leigh Guzmán, hizo explícita la naturaleza del nuevo gobierno. En esa oportunidad comunicó que el país estaba en guerra, aunque de un tipo particular, lo cual implicaba una misión específica.

Esta se resumía em la frase: “Tenemos la certeza, la seguridad de que la mayoría del Pueblo chileno está contra el marxismo, está dispuesto a extirpar el cáncer marxista hasta las últimas consecuencias”. Ello fue ratificado al día siguiente en la conferencia ofrecida a la prensa extranjera, cuando un desconocido general Augusto Pinochet informo: “La resistencia marxista no há terminado, aún quedan extremistas. Yo debo manifestar que Chile está en este momento en estado de guerra interna. (VALDIVIA, 2010, p.166-167)

## Metodologia

O nosso trabalho utiliza como base os estudos da historiadora Maria Helena Capelato sobre a grande imprensa. Neles a autora analisa jornais de grande tiragem ressaltando duas características principais: a preocupação de corresponder aos interesses públicos de determinados grupos políticos e o lucro. (CAPELATO, 1988)

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). (CAPELATO, 1988, p.18)

Nesse sentido, a informação é um direito público, mas o jornalismo é geralmente uma atividade exercida pelo setor privado, portanto os empresários-jornalistas atuam na esfera privada almejando o lucro, utilizando de várias formas para enfrentar a concorrência através de notícias, opiniões e atrativos diversos para atrair a todos os gostos.

Para Capelato (1988) os jornais expressam a opinião pública, porém os interesses dominantes ressoam mais forte: “os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da “*vox populi*” (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “*vox domini*” (voz dos dominantes).” (CAPELATO, 1988, p.18)

Tânia Regina de Luca coloca que nos anos 70 existiam poucos trabalhos que utilizavam a imprensa como fonte de pesquisa, mesmo havendo uma preocupação em escrever a história da imprensa.

Segundo Capelato (2015), os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a uma estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de

Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória. (CAPELATO, 2015, p 128)

A historiadora, cita o jornalista Samuel Wainer que coloca o poder da imprensa como líder e comandante dos maiores movimentos políticos da história do Brasil e lembra a afirmação do cientista político Francisco Weffort de que a imprensa não é um partido político, mas muitas vezes se coloca como tal. (CAPELATO, 2015, p 128.) Segundo Capelato (2015) os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória. (CAPELATO, 2015, p 128)

A autora afirma que em cada periódico observamos projetos políticos de poder “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativo de vários setores da sociedade.” (CAPELATO, 1980, p. 4).

Nesse sentido, a respeito do jornal Capelato afirmou: “A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem – se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”. (CAPELATO, 2015, p.115).

Capelato (2015) coloca que a utilização do jornal requer algumas perguntas a serem respondidas pelo pesquisador, como quem são os proprietários do jornal, a quem ele se dirige, a partir de quais objetivos e quais os recursos dispõe para se conquistar o público pretendido.

A análise da fonte-jornal pressupõe a realização dessa tarefa. Ao invés de se perguntar se as idéias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para que? Como e quando?(CAPELATO, 1988, p.24)

É importante o pesquisador se atentar aos editoriais contidos no impresso, pois segundo a historiadora os editoriais é a parte menos digna de fé, dessa forma as notícias contidas nessa parte do impresso devem serem usados com cautela, nessa análise requer que o pesquisador delimite os interesses econômicos e políticos, que se distinga a imprensa oficial da oficiosa, que se diferencie imprensa e opinião pública.

No que se refere ao estudo da ideologia que orienta as opiniões expressas no jornal, cabe privilegiar a análise dos editoriais, espaço destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos do periódico. Mas elas também são expostas em artigos publicados por jornalistas “da casa” ou colaboradores externos. A análise do conteúdo pressupõe análise externa relacionada ao conhecimento do contexto histórico ao qual se refere a periodização estabelecida para a pesquisa e também às mudanças ocorridas ao longo desse período. (CAPELATO, 2015, p.131)

Falando especificamente das fontes utilizada na pesquisa, podemos afirmar que o periódico pertence a grande imprensa, haja vista que *O Imparcial* pertencia ao grupo Diários Associados, enfoque que veremos mais adiante.

Maria Helena Capelato (2015), no artigo intitulado *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador* lembra que a recusa dos jornais como fonte de pesquisa se fundamentava numa leitura positivista que exigia a busca pela “verdade do fato”. Nessa lógica o jornal era considerado o “sacrário do tempo dos fatos”, porém nas décadas de 1970 e 1980 a imprensa começou a ganhar destaque na historiografia brasileira, de modo que, “desde então, os jornais passaram a integrar o corpus documental considerado apropriado para o ofício do historiador.”. (CAPELATO, 2015, p.215).

### **A participação americana e a consumação do golpe de 11 de setembro**

Como apontamos anteriormente o programa político da Unidade Popular contrariava vários setores da sociedade chilena e também setores externos que no caso os EUA, a Revolução Cubana ligou o alerta ao governo americano sob a eminência de uma “cubanização” da América Latina, dessa forma órgãos norte-americanos começaram a atuar em países latinos de forma a conter um suposto crescimento de governos alinhados à Cuba, URSS e China.

Marcelo Akashi (2004) coloca em seu trabalho a presença da CIA<sup>2</sup> em eleições no Chile, segundo o autor entre as décadas de 60 e 70 o governo norte-americano atuou nas eleições de 64, 70 e no golpe de 1973, Akashi (2004) aponta várias ações desencadeadas como manipulação de propaganda da imprensa, fraudes em pesquisas eleitorais, apoio à partidos políticos e até fomento para o golpe militar.

---

<sup>2</sup> Agencia central de inteligência – principal órgão norte-americano de inteligência.

O historiador Enrique Serra Padrós, no artigo *Repressão e violência: Segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*, trabalha como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi difundida e serviu como meio para a quebra da institucionalidade na América Latina. Inicialmente, o autor ressalta que uma das principais premissas da DSN foi a rejeição da divisão de classes, porque entrava em conflito com a ideia de unidade política. Nas suas palavras, “segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe” (PADRÓS,2008).

Dessa forma, qualquer sentimento antagônico ao princípio da DSN é visto como “ideologia estranha” nocivo aos interesses da nação, ou seja, a ideologia comunista era vista como estranha, como nociva, pois não fazia parte da cultura latino-americana, essa ideologia foi apropriada pelas elites locais aliadas aos interesses norte-americanos.

Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do “inimigo interno” a ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre” (PADRÓS, 2008, p.147).

Em seguida, Enrique Serra Padrós coloca que a partir dos princípios da DSN foi se instituído o terror de estado entre as décadas de 60 e 70, dirigido a partir do poder central contra movimentos insurgentes, utilizando o uso maciço das torturas, presença de esquadrões da morte, desaparecimentos e internacionalização do sistema repressivo. Segundo o historiador, grupos paramilitares após os golpes de Estado na Argentina, Chile e Uruguai diluíram-se dentro das forças repressivas dentro do Estado e continuaram exercendo as mesmas atividades terroristas, porém de forma institucionalizada de um estado sem limites (PADRÓS, 2008, p.161).

No Chile, a diferença residiu em que a direita e extrema-direita, com cobertura e apoio da CIA – bem maiores do que nos casos citados - , patrocinaram atentados desestabilizadores e se organizaram no esquadrão paramilitar *Patria y Libertad*, opondo-se ao governo de socialista da Unidade Popular, usando certas estruturas do poder estatal que haviam permanecido fora do controle de Allende (particularmente nas forças de segurança), ou, então, evoluíram, gradualmente, para posições de franca conspiração. (PADRÓS, 2008, p155.)

Um dos principais órgãos responsáveis pela defesa da Segurança Nacional foi a DINA, segundo a historiadora Priscila Antunes (2007) a DINA foi responsável por coletar e reunir informações para auxiliar na produção de defesa da segurança nacional.

### **A participação estadunidense nas páginas de *O Estado do Maranhão***

Antes de apontarmos como as notícias acerca da participação dos EUA foram divulgadas pelo impresso maranhense entendemos que é importante colocar um breve histórico sobre o veículo de imprensa que durante a década de 1970 já era um periódico da grande imprensa.

Teresa Cristina no artigo “*Revolução e Evolução*”: *O “Milagre maranhense” e o consenso do progresso no jornal Do Dia/O Estado do Maranhão (1873/74)*. (CRISTINA, 2015, p. 204), escreve que o jornal *O Estado do Maranhão* é herdeiro do jornal *Do Dia* fundado em 1959, quando Albert Aboud comprou o jornal de Alexandre Costa. Segundo a historiadora, o jornal circulava desde 1953, fundado por um grupo político conservador do estado e continuou nessa perspectiva política após a aquisição por Alberto Aboud, membro do PTB e, posteriormente, do PSB, entre as décadas de 50 e 60. Após o golpe militar brasileiro, este empresário pertencente a uma rica família de origem libanesa, filiou-se a Arena e o impresso expressou posicionamentos favoráveis à Ditadura Militar. Nas palavras da autora: “...não é de surpreender que este jornal tenha tido uma perspectiva de apoio a Ditadura Empresarial Militar desde o momento do Golpe, como é possível observar em suas publicações nos primeiros anos de regime.” (CRISTINA, 2015, p.204). Em 1973, o jornal foi adquirido pelo senador maranhense José Sarney e mudou o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*. A ligação de José Sarney com o regime militar brasileiro tornou-se um dado relevante para a análise da abordagem do jornal sobre o regime militar chileno, mas que rapidamente foi colocado em questão.

Nesse sentido, cabe destacar um aspecto relevante observado no primeiro contato com os textos do jornal *O Estado do Maranhão* foi a discrepância na maneira como o periódico tratou o golpe militar e o regime chileno, especialmente, quando comparado ao Brasil, onde se vivia uma situação similar. Cabe ressaltar que no ano do golpe militar no Chile (1973), o Regime Militar do Brasil completava nove anos de vigência e o Ato Institucional nº 5 (AI-5), cinco anos antes deu amparo legal para a instauração do período de maior violência de Estado do período. Mas *O Estado do*



*Maranhão* enaltecia o golpe brasileiro comemorando a data e classificando-a como a “Revolução de 31 de março de 1964”<sup>3</sup>. Em contrapartida, ao se referir ao Chile, os termos mudavam e afirmava-se que neste caso o que aconteceu em 11 de setembro de 1973 foi um golpe militar. Da mesma forma, o termo “golpe” apareceu para se referir a outros países latino-americanos que viveram a mesma situação na época.

O golpe segundo o jornal *O Estado do Maranhão* foi através do emprego de armas, tanques e aviões de guerra, na qual ocasionaram a morte de Salvador Allende, ruas foram ocupadas e instalações, há também a resistência operaria que segundo a matéria era formada na indústria têxtil, após 16 horas combates entre a resistência e exército, foram vencidos pelos militares na matéria não se estipula um número exato de mortos, os militares chilenos também ordenaram a entrega de armas pelo civis num prazo de 48 horas – e importante ressaltar que eles utilizaram a Lei Anti-terror<sup>4</sup> assinada ainda pelo então presidente Salvador Allende.

Ainda nesta matéria coloca que Nixon – Presidente dos EUA, sabia da articulação para o golpe, em algumas notícias analisadas posteriormente observamos como essa informação divulgada pelo impresso.

Importante ressaltar que a maioria das notícias vinculadas pelo jornal maranhense são de correspondentes na matéria que trata do dia do golpe coloca a situação do enviado do Jornal do Brasil a Santiago, Humberto Vasconcelos, que estava confinado nos escritórios da UPI, e as matérias não estavam chegando ao Brasil devido interrupção das comunicações. “Não se sabe com exatidão o número de mortos. Fala-se em 200, 500 e até mil. Embora ninguém possa caminhar nas ruas, a não serem as patrulhas militares. A Junta deu um prazo de 48 horas pra que todo civil que tenha armas as entregue as forças armadas.” Dessa forma observamos que o jornal *O Estado* utiliza em muitos casos a visão de outro impresso que no caso é da imprensa carioca no que se refere às notícias sobre o Chile.

---

<sup>3</sup> No período que compreende a pesquisa, é recorrente matérias do jornal *O Estado do Maranhão*, enaltecer as datas de 31 de março de 64 e primeiro de Abril, sendo frequente reportagens que abordam a chamada “Revolução de 64”, lembrando ao leitor a comemoração desses episódios na cena política nacional.

<sup>4</sup> O jornal coloca a lei denominada “Anti-terror”, porém ela é conhecida como Lei de Controle de Armas, aprovada em junho de 1973, impedia que os cidadão chilenos portassem armas, sem a autorização do exército, segundo o cientista político Anthony Pereira essa lei representou um fortalecimento do poder conferido aos militares. (PEREIRA, 2005. p.155-156).

Em uma matéria fala do apoio da CIA<sup>5</sup> ao sangrento golpe militar no Chile, comenta-se o ataque que o TASS(soviética) fez ao órgão estadunidense em patrocinar o sangrento golpe de 11 de setembro de 73, em tom irônico a agência soviética comenta a felicitação de Washington pela dissolução da DINA por Pinochet. “A central de inteligência norte-americana (CIA) foi novamente atacada ontem pela agência TASS por haver preparado o Chile a derrubada sangrenta do governo socialista de Salvador Allende”.

Recorrente as matérias sobre a participação da CIA no golpe militar, uma notícia já colocava que a CIA que mantinha o governo de Pinochet<sup>6</sup>, neste momento já bastante criticado pela falta dos direitos humanos, sendo denunciado pelo secretário do partido comunista chileno (posto na ilegalidade desde o golpe) Luis Corvalan, que afirmou em Londres que sem a ajuda dos agentes da CIA no Chile, Pinochet não se manteria no poder, o secretário ainda fez um apelo ao presidente dos EUA, Jimmy Carter, para que cesse a ajuda da CIA no Chile.

Nesta conjuntura de intensa repressão e violência de Estado, muitos opositores foram presos pelo regime, em alguns casos ocorreu a libertação de presos políticos em face de ajuda financeira, nesse caso os EUA atuou como negociador e ao mesmo tempo parceiro comercial do Chile<sup>7</sup>, trata-se da libertação de 49 presos políticos, incluindo o ex-ministro da Educação de Salvador Allende, Anibal Palma, essa libertação coincidiu com a chegada do secretário do Tesouro norte-americano William Simon ao Chile, a libertação desses presos políticos é consequência de negociações entre os EUA e Chile.

Ainda em relação a visita do secretário de tesouro norte-americano, William Simon, o jornal notícia que os EUA só iria ajudar financeiramente o Chile<sup>8</sup>, caso o Chile respeitasse os Direitos Humanos.

No meio desses assuntos sobre os Direitos Humanos no Chile um assunto que repercutiu corriqueiramente nas páginas do *Estado do Maranhão* foi o atentado contra a vida do ex-chanceler de Salvador Allende, Orlando Letelier, em Washington no ano de 1976, importante ressaltarmos que as matérias sobre o caso só foram noticiadas no impresso maranhense quase dois anos após o ocorrido. Esse caso gerou uma séria crise

---

<sup>5</sup> CIA, **O Estado do Maranhão**, 26.08.1977 p1.

<sup>6</sup> CIA mantém Pinochet no governo do Chile, **O Estado do Maranhão**, 13.09.1977 p2.

<sup>7</sup> Chile liberta presos políticos, **O Estado do Maranhão**, 07.05.1976 p1; Norte-americanos condicionam ajuda ao Chile: Direitos humanos, **O Estado do Maranhão**, 08.05.1976 p1.

<sup>8</sup> Norte-americanos condicionam ajuda ao Chile: Direitos humanos, **O Estado do Maranhão**, 08.05.1976 p1.

diplomática entre os EUA e Chile, e até mesmo uma crise dentro do próprio Chile - perda de apoio de Pinochet em razão do atentado contra Letelier.

Em um editorial<sup>9</sup> do *O Estado do Maranhão*, o jornalista Paulo N Moraes, comenta sobre as relações estremecidas entre os EUA e Chile, neste editorial comenta a situação bem tensa na qual o Chile passa em sua relação diplomática com os EUA, toda essa situação é referente ao pedido de extradição feito pelos EUA que foi negado pelo Supremo Tribunal do Chile, dessa forma o embaixador dos EUA no Chile retornou à Washington. Uma das razões apontadas pelo juiz chileno negando a extradição vem a ser a “falta de evidências” sobre a culpa dos três oficiais, sendo rechaçados pela justiça norte-americana na qual afirma que há evidências sobre a participação no assassinato de Letelier, segundo o comunicado norte-americano o ato é caracterizado como um ato de terrorismo sem precedentes, importante ressaltar que a secretaria de Letelier era norte-americana, o senador Edward Kennedy pediu aos governos europeus e latinos que adotassem severas represálias ao governo de Pinochet, o senador ainda comenta que a negação da extradição dos oficiais colocava em dúvidas a independência do Judiciário chileno frente ao governo de Pinochet – salienta-se que a ditadura Pinochet aparelhou o Judiciário – nesta forma as relações entre as nações se tornaram instáveis, em resposta o governo chileno (através da imprensa alinhada) acusa os EUA de estar dando um teor político em um caso que cabia apenas a Justiça, ou seja, o regime não se considerava culpado pelo assassinato de um ex-chanceler do governo anterior, tomado o poder através de um golpe extremamente violento.

Em outro texto o jornalista comenta a recusa do governo em extraditar os militares chilenos para os EUA<sup>10</sup>.

Ainda em relação ao problema diplomático surgido entre os países EUA e Chile em decorrência da não extradição dos acusados na morte de Orlando Letelier, os EUA excluíram o Chile de exercícios militares<sup>11</sup>, essa decisão gerou descontentamento da Junta militar chilena.

As notícias vinculadas pelo impresso apresentam duas características no que diz respeito as relações entre os EUA e Chile, se no ano de 1973 havia uma parceira e como a historiografia apontou o apoio de órgãos americanos para derrubar o governo da UP

---

<sup>9</sup> Relações comprometidas, *O Estado do Maranhão*, 19.05.1979 p16.

<sup>10</sup> As tramas de um “acidente”, *O Estado do Maranhão*, 22.05.1979 p16.

<sup>11</sup> EUA exclui Chile do Treinamento Naval, *O Estado do Maranhão*, 19.06.1980 p11.

anos depois essas relações se estremeceram em razão do atentado contra Letelier na cidade de Washington.

## **Conclusão**

Através da historiografia e das matérias vinculadas observamos como os EUA atuaram para desestabilizar o governo de Salvador Allende e patrocinou o golpe militar que inaugurou uma ditadura de 17 anos no Chile, atividade essa que não se resumiu apenas ao Chile, todavia as atividades da ditadura de Pinochet não respeitaram nem mesmo o território norte-americano como observamos posteriormente que o atentado contra a vida de Letelier e sua secretaria ocasionou atritos diplomáticos entre as duas nações.

## **Referências**

- AKASHI, Marcelo. **A INTERVENÇÃO DA CASA BRANCA NO CHILE: Como o governo dos Estados Unidos da América derrubou o Presidente Salvador Allende do poder**. 2004. 77 págs. Relações Internacionais – UniCeub, Brasília.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil, imprensa oficial e imprensa contestadora o jornal como documento, o papel do jornal na história**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira**. 3ed. São Paulo: Editora Senac, 2013. p.285-316.
- DAHÁS, Nashla. O Movimento de Izquierda Revolucionaria do Chile e a construção de uma memória radical para América latina. In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p.175-191.
- HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Taurus, 2016.
- OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O “Milagre Maranhense” e o consenso do progresso no jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973/1974). In: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco:**

**estado, imprensa e historiografia.** São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. p.193-212.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In. Fico, Carlos et al.(Org.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 p.143-178.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de uma Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet.** 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.

# AS JORNADAS DA CLASSE TRABALHADORA CHILENA PELO RETORNO À DEMOCRACIA, UMA ANÁLISE A PARTIR PERÍODICO O ESTADO DO MARANHÃO.

Rafael Alves Nunes Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** O golpe militar de 11 de setembro inaugurou um período bastante conturbado na vida chilena, a partir da aplicação neoliberal instituída pela Ditadura, a classe trabalhadora presenciou a retirada de direitos e as consequentes ações repressivas do Estado autoritário em coagir as atividades operárias pelo retorno à democracia. Essa comunicação tem por objetivo expor os resultados da pesquisa sobre a Ditadura do Gal. Augusto Pinochet nos periódico maranhense *O Estado do Maranhão*.

**Palavras-chave:** Ditadura, classe trabalhadora, O Estado do Maranhão.

## Introdução

O regime autoritário chileno foi instituído no dia 11 de setembro de 1973 e, segundo Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino, utilizou de ações brutais para consolidar o seu êxito. (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p.179). Desde os primeiros dias após o golpe, iniciou-se uma intensa perseguição aos suspeitos de “subversão”, muitos deles foram levados para o Estádio Nacional (um estádio de futebol) para serem interrogados. Cerca de mil detidos foram executados, direitos civis foram suspensos e a população em geral obrigada a obedecer ao toque de recolher imposto pelos militares. Segundo as autoras, o principal objetivo de Augusto Pinochet era erradicar o comunismo tanto dentro do Chile como fora, dessa forma o regime chileno liderou a Operação Condor<sup>2</sup>.

A historiadora chilena Verónica Valdivia (2006) coloca que a Junta Militar chilena ormada por quatro oficiais<sup>3</sup> que se pronunciaram à população para anunciar a quebra da institucionalidade, justificando suas atitudes na suposta existência de grupos armados e da grave crise econômica. Os integrantes dessa junta foram o general do

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de História licenciatura da UEMA e membro do núcleo de estudos históricos americanos – NEHA.

<sup>2</sup> Operação Condor buscou estabelecer contatos entre os regimes militares de Chile, Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai, para investigar, informar e combater os focos de “subversão”. Para uma maior compreensão do tema ver: Sobrenome do autor (data do livro).

<sup>3</sup> A historiadora Verónica Valdivia no artigo Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989) refere-se à sociedade chilena, que até então esses oficiais não tão eram conhecidos da nação.

exército Augusto Pinochet, o almirante José Toribio Merino, o diretor do corpo de carabineiros general Cesar Mendoza e o general Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea (FACH).

Verónica Valdivia explica que dentre os quatro oficiais o mais perigoso era o General Gustavo Leigh, pois não precisou ler a declaração do golpe num papel, ao contrário, explicou com desenvoltura as “razões” para tamanha violência. O Gal. Augusto Pinochet ocupava o segundo escalão da hierarquia militar e foi incluído na junta apenas três dias antes do golpe. A autora ressalta que Pinochet começou a ganhar espaço na conspiração porque era o único interessado em impor um projeto neoliberal para o Chile e por representar o ramo militar mais importante no exército que promoveu oficiais aliados e aposentou militares opositores. (VALDIVIA, 2015, p.124 - 129).

A historiadora chilena Verónica Valdivia (2015) afirma ainda que o general Augusto Pinochet foi uma figura central no desenvolvimento e constituição de um legado social, político, econômico e cultural da ditadura para o país. Tanto que o regime militar chileno se tornou conhecido como “Pinochetismo” e seu legado perdura até os dias atuais na constituição e na União Democrática Independente (UDI)<sup>4</sup>. Segundo a autora, o regime, além de personalista, também pode ser caracterizado por ser institucionalista, ou seja, esse personalismo se deve em razão do apoio dos organismos de repressão a Pinochet, a sua sobreposição nas disputas dentro da Junta Militar, o isolamento internacional e as organizações sociais de apoio que foram cultivadas após o golpe.

Carlos Huneeus (2016) enfatiza o fatores que corresponderam para a liderança de Pinochet, segundo o estudioso chileno o general utilizou-se de uma habilidade política, utilizando-se de um discurso anticomunista, nacionalista e um certo populismo econômico agregou a simpatia de amplos setores da sociedade chilena, principalmente setores da direita e líderes políticos de direita.

Verónica Valdivia no artigo “*i Estamos em guerra, señores!*”. *El Régime Militar de Pinochet y el “Pueblo”, 1973-1980* cita as primeiras declarações logo após a tomada

---

<sup>4</sup> A origem da UDI foi o Movimento Gremial da Universidade Católica (1967), de inspiração corporativa franquista, aliado ideologicamente ao neoliberalismo, ambos católicos tradicionalistas. As “associações” defendiam o Poder Social, ou seja, a autonomia das organizações intermediárias com relação ao Estado, que deviam se concentrar em seus fins específicos e ser alheias a outros partidos, enquanto o Poder Político estaria nas mãos de elites, fossem naturais ou tecnocratas, nas quais radicariam as decisões mais importantes.

da presidência pelo golpe militar, segundo a autora a Junta Militar se pronunciou à população chilena declarando guerra ao marxismo como aponta a citação a seguir:

La noche del 11 de septiembre de 1973, cuando la Junta Militar hizo su primera aparición, el comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Gustavo Leigh Guzmán, hizo explícita la naturaleza del nuevo gobierno. En esa oportunidad comunicó que el país estaba en guerra, aunque de un tipo particular, lo cual implicaba una misión específica. Esta se resumía en la frase: “Tenemos la certeza, la seguridad de que la mayoría del Pueblo chileno está contra el marxismo, está dispuesto a extirpar el cáncer marxista hasta las últimas consecuencias”. Ello fue ratificado al día siguiente en la conferencia ofrecida a la prensa extranjera, cuando un desconocido general Augusto Pinochet informo: “La resistencia marxista no há terminado, aún quedan extremistas. Yo debo manifestar que Chile está en este momento en estado de guerra interna. (VALDIVIA, 2010, p.166-167)

## Metodologia

O nosso trabalho utiliza como base os estudos da historiadora Maria Helena Capelato sobre a grande imprensa. Neles a autora analisa jornais de grande tiragem ressaltando duas características principais: a preocupação de corresponder aos interesses públicos de determinados grupos políticos e o lucro. (CAPELATO, 1988)

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). (CAPELATO, 1988, p.18)

Nesse sentido, a informação é um direito público, mas o jornalismo é geralmente uma atividade exercida pelo setor privado, portanto os empresários-jornalistas atuam na esfera privada almejando o lucro, utilizando de várias formas para enfrentar a concorrência através de notícias, opiniões e atrativos diversos para atrair a todos os gostos.

Para Capelato (1988) os jornais expressam a opinião pública, porém os interesses dominantes ressoam mais forte: “os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da “*vox populi*” (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “*vox domini*” (voz dos dominantes).” (CAPELATO, 1988, p.18)

Tânia Regina de Luca coloca que nos anos 70 existiam poucos trabalhos que utilizavam a imprensa como fonte de pesquisa, mesmo havendo uma preocupação em escrever a história da imprensa.



Segundo Capelato (2015), os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a uma estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória. (CAPELATO, 2015, p 128)

A historiadora, cita o jornalista Samuel Wainer que coloca o poder da imprensa como líder e comandante dos maiores movimentos políticos da história do Brasil e lembra a afirmação do cientista político Francisco Weffort de que a imprensa não é um partido político, mas muitas vezes se coloca como tal. (CAPELATO, 2015, p 128.) Segundo Capelato (2015) os meios de comunicação exercem papel bem semelhante aos partidos políticos, devido a estrutura partidária frágil que existe no Brasil, principalmente nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, lembra a eleição de Fernando Collor de Melo em que o papel da mídia foi determinante para sua vitória. (CAPELATO, 2015, p 128)

A autora afirma que em cada periódico observamos projetos políticos de poder “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativo de vários setores da sociedade.” (CAPELATO, 1980, p. 4).

Nesse sentido, a respeito do jornal Capelato afirmou: “A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem – se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”. (CAPELATO, 2015, p.115).

Capelato (2015) coloca que a utilização do jornal requer algumas perguntas a serem respondidas pelo pesquisador, como quem são os proprietários do jornal, a quem ele se dirige, a partir de quais objetivos e quais os recursos dispõe para se conquistar o público pretendido.

A análise da fonte-jornal pressupõe a realização dessa tarefa. Ao invés de se perguntar se as idéias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para que? Como e quando?(CAPELATO, 1988, p.24)

É importante o pesquisador se atentar aos editoriais contidos no impresso, pois segundo a historiadora os editoriais é a parte menos digna de fé, dessa forma as notícias contidas nessa parte do impresso devem serem usados com cautela, nessa análise requer que o pesquisador delimite os interesses econômicos e políticos, que se distinga a imprensa oficial da oficiosa, que se diferencie imprensa e opinião pública.

No que se refere ao estudo da ideologia que orienta as opiniões expressas no jornal, cabe privilegiar a análise dos editoriais, espaço destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos do periódico. Mas elas também são expostas em artigos publicados por jornalistas “da casa” ou colaboradores externos. A análise do conteúdo pressupõe análise externa relacionada ao conhecimento do contexto histórico ao qual se refere a periodização estabelecida para a pesquisa e também às mudanças ocorridas ao longo desse período. (CAPELATO, 2015, p.131)

Falando especificamente das fontes utilizada na pesquisa, podemos afirmar que o periódico pertence a grande imprensa, haja vista que *O Imparcial* pertencia ao grupo Diários Associados, enfoque que veremos mais adiante.

Maria Helena Capelato (2015), no artigo intitulado *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador* lembra que a recusa dos jornais como fonte de pesquisa se fundamentava numa leitura positivista que exigia a busca pela “verdade do fato”. Nessa lógica o jornal era considerado o “sacrário do tempo dos fatos”, porém nas décadas de 1970 e 1980 a imprensa começou a ganhar destaque na historiografia brasileira, de modo que, “desde então, os jornais passaram a integrar o corpus documental considerado apropriado para o ofício do historiador.” (CAPELATO, 2015, p.215).

### **A Ditadura Pinochet e aplicação neoliberal apontamentos da historiografia**

Valdivia (2010) escreve que no Chile não havia uma ameaça real de movimentos armados de esquerda tal como havia na Argentina da década de 70, a experiência chilena foi de propriedade privada e da incapacidade da oposição em organizar grupos de cidadãos contrários ao governo.

Com a Junta Militar no poder, logo se teve a percepção de que a mesma não atuaria apenas como poder moderador, mas que vinha para transformar o país profundamente. Ainda segundo Sader (1984), “o modelo de referência para os

militares chilenos seria o brasileiro que, naquele momento, vivia o auge do “milagre””. (SADER, 1984, p.37).

Perry Anderson (1995) num artigo sobre o neoliberalismo enfatiza o pioneirismo chileno no que tange a aplicação das premissas da Escola de Chicago. O autor explica que a implantação do neoliberalismo no Chile caracterizou-se pela desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, concentração da renda, privatização de bens públicos.

Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. (ANDERSON, 1995, p.19)

Nas palavras de Perry Anderson (1995) a aplicação neoliberal das premissas da escola de Chicago não incluía a democracia, dessa forma abria mão do respeito aos Direitos Humanos e portanto a execução de reformas econômicas a luz de uma das mais cruéis ditaduras militares pós-guerra.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. (ANDERSON, 1995, p.10-20)

Carlos Huneeus (2016) afirma que as reformas econômicas do Regime Pinochet foram aplicadas para superar a profunda crise no momento do golpe. O autor ressalta que essas reformas foram aplicadas através de uma intensa violência empregada pelos militares aos seus opositores.

Abarcaron un amplio abanico de medidas, desde la eliminación de los controles de precios, la apertura comercial a la competencia internacional y el fomento a las exportaciones, hasta un radical proceso de privatización de las empresas públicas e incluso de los

servicios de salud y previsión social, así como también de cientos de empresas intervenidas y estatizadas durante el Gobierno de Salvador Allende. (HUNEEUS, 2016, p68).

Para Carlos Huneeus (2016) os *Chicago boys* foram importantes para a legitimação do regime militar porque a equipe não era composta por pessoas tecnocratas que orientavam suas decisões por considerações acadêmicas, tão pouco eram pessoas mandatárias dos interesses do grande capital nacional ou internacional.

Eram pessoas de direita, portanto, compartilhavam dos objetivos políticos do regime, aceitando as facilidades proporcionadas por uma ordem autoritária para impulsionar um câmbio radical da economia e também pode desejo de manter-se no poder. (HUNEEUS, 2016, p.371)

De acordo com Sader (1984) primeiras medidas dos militares chilenos direcionaram-se à recuperação de uma economia estagnada, utilizando políticas neoliberais, arrocho salarial, liberalização das remessas de lucro internacionais, redução de impostos à exportação, e a liberação dos preços, causando euforia aos empresários.

O intelectual norte-americano Noam Chomsky no livro *Contendo a democracia* aborda a política internacional estadunidense no pós-guerra, reflete como os Estados Unidos atuaram nos países da América Latina tais como México, Brasil, Chile, Panamá, entre outros, que em exceção do México tiveram a quebra da institucionalidade patrocinada pela potência da América do Norte, falando especificamente do Chile o autor coloca que “o custo social pago pelo povo chileno é o mais alto da América Latina” (CHOMSKY, 2003, p.291).

“O Chile, atingido de maneira especialmente dura no período de 1982-1984, está agora crescendo mais depressa do que durante a década anterior dos rapazes de Chicago” afirmou David Felix, encantado com a ideologia de livre mercado, que sem dúvida é sumamente benéfica para alguns – os ricos, com a inclusão crucial dos investidores estrangeiros. A recuperação do Chile, argumentou Felix, é atribuível a “uma combinação da severa repressão salarial do regime Pinochet com um resgate do falido setor bancário privado, astutamente administrado pela equipe econômica que substituiu os desacreditados Rapazes de Chicago, e com o acesso incomumente generoso a empréstimos de instituições financeiras internacionais. (CHOMSKY, 2003, p.291)

Como observamos na citação anterior Chomsky observa que o crescimento chileno beneficiava apenas os ricos e que era resultado da severa repressão salarial, o

autor também destaca o fracasso dos Chicago Boys quando esse crescimento uma década após a atuação da escola de Chicago e quando coloca que o regime estava recuperando o sistema bancário chileno

Como ferramenta desse novo modelo econômico o governo se utilizou de um severo plano de privatização e diminuição do gasto público, assumindo um caminho inverso ao do governo de Salvador Allende que depuseram. Em relação à diminuição do gasto público Emir Sader (1984) destaca o licenciamento maciço de empregados públicos e redução da despesa social do governo.

A privatização entregava a quase totalidade das empresas ao capital particular, enquanto os serviços estatais eram reduzidos a uma expressão mínima e o contingente de funcionários públicos sofria uma diminuição drástica, na busca do ideal de um “Estado barato”. Esse critério não seria seguido, no entanto, no que toca às funções político-militares e repressivas do Estado, onde nunca tinha nem remotamente concentrado tanto poder e recursos materiais e humanos. (SADER, 1984, p.48).

Através dessa citação observamos que o princípio neoliberal de “Estado Mínimo” aplicou-se apenas para um setor social, enquanto para as forças militares e policiais houve um aumento de poder e recursos materiais e humanos.

Outra característica importante mencionada pelo sociólogo brasileiro vem a ser o fim dos serviços sociais do Estado chileno, introduzindo um individualismo e fragmentação das relações sociais.

A previdência social, a educação e a saúde foram privatizadas, o que significava, por exemplo, no caso dessa última, o favorecimento financeiro para que os trabalhadores abandonassem os contratos assistenciais com os serviços públicos e assinassem convênios, sempre individuais, com empresas privadas, em condições vantajosas. Procurou-se assim desmontar os serviços coletivos que o Estado propiciava e principalmente a liquidação das formas coletivas e sindicais de organização desses serviços, transformando-os ao mesmo tempo em fonte de centralização de recursos nas mãos dos grandes grupos financeiros, que foram invariavelmente os que com rapidez passaram a controlar esse novo ramo dos negócios. Proliferaram as escolas particulares para os setores de maiores recursos, enquanto a educação pública passou à responsabilidade dos municípios, pobres e mal equipados para dar conta dessa nova função. (SADER, 1984, p 48-49).

O processo de privatização que mais beneficiou o capital estrangeiro foi sobre a exploração das minas de cobre. Pinochet instituiu uma lei que beneficiava o capital financeiro internacional na exploração da principal riqueza nacional. Esta lei foi incorporada à Constituição reformulada e imposta durante a ditadura<sup>5</sup>.

No âmbito trabalhista e principalmente nos sindicatos, o governo criou o Plano Trabalhista que visava institucionalização do controle repressivo sobre as reivindicações e as organizações dos trabalhadores. O direito de greve era aceito, mas com um limite de paralisações das atividades que era no máximo por 59 dias, sendo que os empresários podiam contratar trabalhadores a partir do trigésimo dia de greve para substituir os grevistas, além de restrição do funcionamento dos sindicatos.

Para Nashla Dahás (2014) a Ditadura de Augusto Pinochet acompanhou uma lógica comum na América latina de modernização/desenvolvimento e crescimento econômico, ao custo humano da negação da violência por parte do Estado.

### **As jornadas chilenas nas páginas de *O Estado do Maranhão***

Antes de apontarmos como as notícias acerca da participação dos EUA foram divulgadas pelo impresso maranhense entendemos que é importante colocar um breve histórico sobre o veículo de imprensa que durante a década de 1970 já era um periódico da grande imprensa.

Teresa Cristina no artigo “*Revolução e Evolução*”: *O “Milagre maranhense” e o consenso do progresso no jornal Do Dia/O Estado do Maranhão (1873/74)*. (CRISTINA, 2015, p. 204), escreve que o jornal *O Estado do Maranhão* é herdeiro do jornal *Do Dia* fundado em 1959, quando Albert Aboud comprou o jornal de Alexandre Costa. Segundo a historiadora, o jornal circulava desde 1953, fundado por um grupo político conservador do estado e continuou nessa perspectiva política após a aquisição por Alberto Aboud, membro do PTB e, posteriormente, do PSB, entre as décadas de 50 e 60. Após o golpe militar brasileiro, este empresário pertencente a uma rica família de origem libanesa, filiou-se a Arena e o impresso expressou posicionamentos favoráveis à Ditadura Militar. Nas palavras da autora: “...não é de surpreender que este jornal tenha tido uma perspectiva de apoio a Ditadura Empresarial Militar desde o momento do Golpe, como é possível observar em suas publicações nos primeiros anos de regime.”

---

<sup>5</sup> Até os dias atuais essa mesma Constituição vigora no País, apresentando vários aspectos do Regime de Pinochet, tais como um modelo de Estado mínimo e grande poder militar.

(CRISTINA, 2015, p.204). Em 1973, o jornal foi adquirido pelo senador maranhense José Sarney e mudou o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*. A ligação de José Sarney com o regime militar brasileiro tornou-se um dado relevante para a análise da abordagem do jornal sobre o regime militar chileno, mas que rapidamente foi colocado em questão.

Nesse sentido, cabe destacar um aspecto relevante observado no primeiro contato com os textos do jornal *O Estado do Maranhão* foi a discrepância na maneira como o periódico tratou o golpe militar e o regime chileno, especialmente, quando comparado ao Brasil, onde se vivia uma situação similar. Cabe ressaltar que no ano do golpe militar no Chile (1973), o Regime Militar do Brasil completava nove anos de vigência e o Ato Institucional nº 5 (AI-5), cinco anos antes deu amparo legal para a instauração do período de maior violência de Estado do período. Mas *O Estado do Maranhão* enaltecia o golpe brasileiro comemorando a data e classificando-a como a “Revolução de 31 de março de 1964”<sup>6</sup>. Em contrapartida, ao se referir ao Chile, os termos mudavam e afirmava-se que neste caso o que aconteceu em 11 de setembro de 1973 foi um golpe militar. Da mesma forma, o termo “golpe” apareceu para se referir a outros países latino-americanos que viveram a mesma situação na época.

A década de 1980 apresenta uma nova dinâmica sobre a resistência contra a ditadura de Pinochet, enquanto que na década anterior as notícias no que diz respeito a resistência contra a ditadura se restringiam em sua maioria aos movimentos de luta armada, observamos que a partir dos primeiros anos dos anos 80 essa reivindicação se apresenta a partir dos trabalhadores, sindicatos, população em geral e estudantes, todavia iremos nos restringir as principais notícias das jornadas dos trabalhadores pelo retorno à democracia.

A crise econômica que atingiu de forma bem violenta a América Latina foi um dos responsáveis pelo esgotamento de várias ditaduras, os primeiros sinais desse esgotamento no Chile se observa pelas “paralisações nacionais” em uma notícia de 14 de maio de 1983 intitulada de *Chile pode ser atingido por uma “paralisação nacional”*<sup>7</sup> fala sobre as reivindicações dos trabalhadores chilenos, representados pelo sindicalista Rodolfo Seguel, nessa matéria o sindicalista aponta como solução para os problemas

---

<sup>6</sup> No período que compreende a pesquisa, é recorrente matérias do jornal *O Estado do Maranhão*, enaltecer as datas de 31 de março de 64 e primeiro de Abril, sendo frequente reportagens que abordam a chamada “Revolução de 64”, lembrando ao leitor a comemoração desses episódios na cena política nacional.

<sup>7</sup> Chile pode ser atingido por uma “paralisação nacional. *O Estado do Maranhão*, 14.05.1983, p6.

dos trabalhadores era a mudança de governo que obrigatoriamente seria o retorno à democracia, Seguel intitulou o “presidente” Augusto Pinochet como “ditador absurdo, fanático, e obcecado”

Em outra matéria intitulada por *Oposição pretende realizar grande protesto no Chile*<sup>8</sup> nesse texto presente no *O Estado* observamos que a ideia dos organizadores era unir o povo chileno, pois em um trecho coloca que a organização pedia aos participantes que os mesmo levassem apenas bandeiras chilenas evitando bandeiras de partidos políticos, nessa matéria também observa-se que os sindicatos formaram juntamente com alguns partidos a aliança democrática que pedia o retorno da democracia.

A ditadura de Pinochet é reconhecida internacionalmente pelo emprego da violência, em um texto no jornal *O Estado* coloca o assassinato de um dos maiores opositores da ditadura o sindicalista Tucapel Jimenez, um dos maiores opositores à ditadura, foi assassinado por desconhecidos<sup>9</sup>, que segundo pessoas próximas não foi realizado por pessoas comuns, Jimenez era presidente da Associação Nacional de Empregados Fiscais – ANEF, vice presidente da União de Trabalhadores Democráticos, o sindicalista foi morto por três disparos de arma de fogo, seu corpo foi encontrado dentro de um táxi de sua propriedade, segundo familiares ele havia saído pra se reunir com outros dirigentes sindicais.

A oposição contra o regime militar chileno, ao longo dos anos 80 foi intensificando os protestos contra a ditadura, jornadas de protesto no mês de julho<sup>10</sup>, mesmo com toda a repressão exercida pelo governo, essas manifestações tinham a finalidade de pressionar a ditadura, pedir abertura política e de melhores condições de vida, pois neste período o Chile passava por uma grave crise financeira.

Através dessas matérias observamos que o jornal *O Estado do Maranhão* apresentou o descontentamento da população chilena em relação a ditadura chilena, apontando ao leitor que de fato havia uma ditadura no Chile, algo que não observamos

---

<sup>8</sup> Oposição pretende realizar grande protesto no Chile, **O Estado do Maranhão**, 12.06.1985, p6.

<sup>9</sup> Sindicalista assassinado por desconhecido: Chile, **O Estado do Maranhão**, 27.02.1982 p.6.

<sup>10</sup> Opositores de Pinochet farão uma nova jornada de protestos, **O Estado do Maranhão**, 31.07.1983 p.6; Atentados terroristas ocorrem em Santiago e causa vítimas, **O Estado do Maranhão**, São Luís 24.12.1983 p.6; Pinochet pode ser atingido por uma “paralisação nacional”, **O Estado do Maranhão**, São Luís 29.12.1983 p.6; Mulheres fazem reunião e pedem a volta da democracia ao Chile, **O Estado do Maranhão**, São Luís 31.12.1983 p.6; Subversivo morre e desarticula grupo de terror no Chile, **O Estado do Maranhão**, São Luís 01.01.1984 p.6; Pinochet editará lei anti-terror, **O Estado do Maranhão**, São Luís 05.01.1984 p.6; Chile está sujeito a uma revolução, **O Estado do Maranhão**, São Luís 06.01.1984 p.6; Seguel pode não ser reeleito para o seu sindicato, **O Estado do Maranhão**, São Luís 10.01.1984 p.6; Chancelaria estuda a situação dos refugiados no Chile, **O Estado do Maranhão**, São Luís 19.01.1984 p.6; Manifestação se realiza na escuridão, **O Estado do Maranhão**, 22.06.1985 p6.



nesse mesmo periódico quando analisamos notícias sobre o golpe militar no ano de 1973 e primeiros anos de ditadura, pois em várias ocasiões o jornal coloca a ditadura de Pinochet como governo.

### **Conclusão**

As jornadas chilenas, na década de 80 foram os primeiros sinais do esgotamento da Ditadura Pinochet, observamos que a abordagem do jornal a partir da década de 80 se alterou em virtude do contexto de redemocratização em curso no Brasil, pois no período da década de 70 principalmente nos últimos dias de governo de Salvador Allende e início de ditadura militar o periódico se posicionou como entusiasta do regime então em vigência, haja visto o contexto de regime autoritário no Brasil.

### **Referências**

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil, imprensa oficial e imprensa contestadora o jornal como documento, o papel do jornal na história**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CHOMSKY, Noam, **Contendo a democracia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago: Taurus, 2016.
- OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O “Milagre Maranhense” e o consenso do progresso no jornal do Dia/O Estado do Maranhão (1973/1974). In: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. p.193-212.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela (org). **História da América Latina**. 1º Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

VALDIVIA, Verónica Ortiz de Zárate. “Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el “Pueblo”. 1973-1980. **História , Santiago de Chile**, n.43, v.1, enero-junio, 2010: 163-201.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e o Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p.121-141.

ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz. Lecciones de una Revolución: Jaime Guzmán y Los Gremialistas, 1973-1980. In: ZARATE, Verónica Valdivia Ortiz; VALLEJOS, Rolando Alvarez; VALLEJOS, Julio Pinto (org). **Su revolución contra nuestra revolución: Izquierdas y derecha en el Chile de Pinochet**. 1º Ed. Santiago: LOM EDICIONES, 2006. p. 49-100.

# **DISPUTAS POLÍTICAS E HEGEMONIA DE PODER: PERSPECTIVA DA TRAJETÓRIA POLÍTICA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA NA HISTÓRIA BRASILEIRA**

*Raíssa Caroline Macau Mendes\**

**RESUMO:** As diversas relações de poder são emblemáticas quando se discute as disputas em torno de um projeto político na sociedade, pois destaca o quão complexas são e fundamentais no andamento das dinâmicas sociais, econômicas e de pensamento. Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória política econômica no contexto brasileiro em relação aos processos ocorridos no Brasil durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, passando pela redemocratização e, chegando, as dinâmicas atuais em uma discussão sintética, destacando os principais transcurso dos projetos hegemônicos no país, além de apresentar o caso do Maranhão nessa perspectiva de análise, corroborando as dinâmicas do cenário nacional, sob uma perspectiva de análise na matriz gramsciana para pensar os projetos hegemônicos, assim como, o exercício de poder dos intelectuais na política econômica brasileira.

## **INTRODUÇÃO**

A contemporaneidade tem singularidades importantes no contexto histórico e nas perspectivas de desenvolvimento em torno da complexidade dos fatores que levaram para muitas mudanças significativas nos séculos XX e XXI, ou seja, as disputas por um poderio mundial e ideologias políticas hegemônicas. Os projetos pensados para serem executados em diversos setores da sociedade com intuito de hegemonia de poder foram fundamentais no processo de andamento e relações de influências ideológicas, mas que tinha um sentido de desenvolvimento e interesses em torno de planejamentos imediatos e disputas em busca da soberania política e econômica nos setores governamentais.

Nesse sentido, o pensamento político se torna algo expressivo para a obtenção de desenvolvimento nos projetos e a compreensão das formas de poder que podem ser postas em prática, sendo elas governamentais, jurídicas, empresariais, dentre outras. A importância do posicionamento teórico se remete na discussão em que os papéis das figuras emblemáticas exercem fortalecendo o programa em que buscam

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) pela Universidade Estadual do Maranhão, graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo. Bolsista de Mestrado/UEMA.

legitimidade e apoio por parte de aliados e a dinâmica que será exercida em torno de todo o planejamento político, ou seja, destacará o papel do olhar teórico e historiográfico em torno do exercício de poder hegemônico.

Isto posto, as dinâmicas brasileiras estão diretamente ligadas às internacionais, no que tange as políticas econômicas e nos projetos inseridos na sociedade. As relações de poder muito se interligam em quais concepções é necessário se adequar para a legitimação de interesses frente às classes dominantes emergentes no mundo. Essa configuração política se deu de maneira central ao longo do período da Guerra Fria e, conseqüentemente, nas explosões dos golpes de Estado na América Latina, quer dizer, havia alinhamentos políticos e econômicos em volta de toda uma estrutura de poder, por um lado o projeto capitalista encabeçado pelos Estados Unidos e, por outro, o projeto socialista na representação da União Soviética.

Nesse aspecto, a partir dessas conjunturas, os ideais tinham orientações específicas e dinâmicas fundamentais em diversos setores sociais nos países alinhados ou não a uma determinada doutrina. Não foi diferente do Brasil, pois diante toda uma corrida de ideologias governamentais as estruturas políticas e econômicas mudam também; por conseguinte, atingem os estados da Federação Brasileira, como no caso desta investigação, o Maranhão, que adentra às essas perspectivas e demonstra todo um engajamento em diversas áreas, mas tendo posicionamentos e alinhamentos recorrentes até os dias atuais de maneira significativa.

O Brasil, como parte estratégica das conjunturas internacionais, teve um papel essencial na estruturação dos poderes das classes dominantes na América Latina. Com a disputa de poder em torno supremacia capitalista, torna-se necessário uma predisposição de apoio aos projetos hegemônicos, sendo que tais ações desencadearia até a transição do século XX ao XXI, ou seja, posições essas que deixariam marcas consideradas na estrutura de supremacia de um projeto.

Diante disso, o Maranhão se torna uma peça nesse grande jogo de xadrez, quer dizer, é necessário que o estado destaque políticas econômicas formadas em torno do planejamento macro, envolvendo setores ligados ao capital multinacional. No entanto, não ficaria apenas nas décadas da segunda metade do século XX, pelo contrário, transpassaria outro período da história brasileira, tanto no sentido político econômico quanto no meio social, sobretudo este, que houve um parecer considerável.

Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória política econômica no contexto brasileiro em relação aos processos ocorridos no Brasil durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, passando pela redemocratização e, chegando, as dinâmicas atuais em uma discussão sintética, destacando os principais transcurso dos projetos hegemônicos no país, além de apresentar o caso do Maranhão nessa perspectiva de análise, corroborando as dinâmicas do cenário nacional.

Em síntese, em linhas centrais, discorrer a orientação teórica adotada no trabalho para demarcar as discussões de maneira primordial para melhor entendimento. Além disso, é fundamental destacar que os debates aqui expostos são para entender o exercício de poder relacionado às classes dominantes e como a hegemonia dos projetos se tornaram tão primordiais para o pensamento político do país, ocasionando pensamentos retrógrafos frente as diversas conquistas sociais, no que tange aos posicionamentos políticos e as lutas de classes em torno de perspectivas antagônicas e proativas. Diante disso, este artigo tentará mapear as discrepâncias destacadas por governos de diferentes concepções e direcionamentos políticos e econômicos em busca em algo em comum: hegemonia de poder.

### **HEGEMONIA DE PODER: pontos e contrapontos das disputas políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo**

A hegemonia no exercício de poder é um fator primordial para os projetos da classe dominante nas dinâmicas mundiais. Essa prerrogativa foi essencial nas disputas de poder na contemporaneidade, sobretudo, na segunda metade do século XX. Com o advento de duas grandes guerras mundiais, o mundo entrava em nova perspectiva de disputas ideológicas: o capitalismo e o socialismo. Nesse aspecto, as corridas em torno de planejamentos políticos e econômicos se tornaram fundamentais para o predomínio de qual ideologia iria prevalecer e ser a vencedora.

Mas o clima internacional de entendimento e unidade democrática não durou muito: num discurso de março de 1946 (em Fulton, no Missouri/EUA), pronunciado ao lado do presidente americano H. Truman (que determinara o covarde lançamento de bombas atômicas, em agosto de 1945, sobre um Japão já derrotado e de joelhos), W. Churchill, que dirigia a Inglaterra no período da guerras, apontou a União Soviética e os países da Europa Central que se orientavam para

o socialismo como um perigo para a democracia [...] (NETTO, 2014, p. 33).

O clima de concorrência por parte das grandes potências favoreceu o desenvolvimento da explosão dos movimentos revolucionários, como o cubano, e a fase das Ditaduras Militares no eixo Cone-Sul da América Latina com financiamento do capitalismo norte-americano e o “afastamento” de qualquer possibilidade de implantação do socialismo em países latino-americanos, vistos pelos Estados Unidos como um “bom celeiro” de investimentos, sendo que o Chile houve essa experiência, por via democrática, do socialismo e derrubado em 1970 pelo golpe militar de Augusto Pinochet.

As relações se tornavam cada vez mais delimitadas, quando se fala de processos econômicos em desenvolvimentos capitalistas em diversos setores da sociedade, principalmente, no que tange aos investimentos empresariais voltados aos setores industriais. No entanto, René Dreifuss (1987) relaciona os projetos econômicos voltados aos capitais multinacionais e associados para legitimar a política de desenvolvimento rápido e imediato, ou seja, um país que está integralmente ligado às disposições do capital financeiro internacional e as várias associações decorrentes aos fatores da força sócio-econômica e caracterização da modernização nos setores da sociedade, inclusive, da política capitalista, quer dizer, é necessário haver uma moderna predisposição na política econômica, fator esse muito presente no Brasil pré e pós Golpe de Estado.

A hegemonia como elemento de legitimação de projetos é fundamental para a construção de consenso, isto é, um prisma de manutenção em relação aos planos pensados em torno de uma perspectiva nas esferas da Sociedade Civil<sup>2</sup> em eclosão da nacionalização de propostas governamentais. Para Antonio Gramsci,

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem

---

<sup>2</sup> Para Gramsci, o Estado é pensado no sentido Ampliado, ou seja, “podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, plano que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2016, p. 49).

Dessa forma, o pensamento político e econômico se destaca de maneira muito central das tomadas de poder na América Latina, mas no caso desta investigação, as dinâmicas no Brasil. Nesse sentido, os planos econômicos foram fundamentais para equação nas prerrogativas desenvolvimentistas no Estado brasileiro. Numa visão gramsciana, é necessário a hegemonia de projetos nos setores econômicos para que ocorresse, de fato, a entrada do capital multinacional, inclusive, dos Estados Unidos, culminando, em 1964, o golpe de Estado. Revela-se, portanto, que as transições políticas brasileiras estavam estritamente ligadas ao capital financeiro, ou seja, o ponto exemplar na abertura da Ditadura Empresarial-Militar<sup>3</sup> e, conseqüentemente, às aberturas financeiras do capital estrangeiro.

A elite orgânica empresarial deve ser considerada como o praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado forjando a sua própria forma de Estado (DREIFUSS, 1987, p. 230).

A elite orgânica brasileira já articulava toda uma conjuntura em torno da legitimação de projetos para atender seus próprios interesses, neste caso, foi crucial a tomada de poder em 1964, pois a partir desse contexto a classe dominante detém de monopólios voltados aos seus benefícios. O empresariado internacional articula toda uma condição para exceder interesses centrais voltados à implantação de capital financeiro. Porém, ainda nas ideologias das classes dominantes, houve movimentos

---

<sup>3</sup> O termo adotado Empresarial-Militar faz alusão a uma fração de classe da sociedade na representatividade dos empresários que articularam o golpe juntamente com os militares, além de representar um posicionamento teórico revisionista do golpe em torno da conspiração que desistiu João Goulart do poder e levou a toda a conjuntura do processo de ações da Ditadura. René Dreifuss (1987) remete ao regime ditatorial como forma de exercício do poder direto e da fração de classe, na figura dos empresários, obtendo uma forte importância no apoio das Forças Armadas e, assim, concretizando o projeto de destituição de Goulart e a instauração de um regime militar e, conseqüentemente, a implantação dos projetos pensados pelos Intelectuais Orgânicos na nacionalização dos projetos do capital multinacional e associado do país.

contra hegemônicos ligados aos financiamentos capitalistas brasileiros, quer dizer, não existia apenas um bloco dominante emergente, mas sim vários na busca de demarcação de seus próprios projetos. Então, qual projeto hegemônico seria posto em prática nas dinâmicas econômicas brasileiras? Seria aquele que teria mais apoio nas perspectivas de engajamento com o bloco empresarial dominante e os investimentos centrais em prol do desenvolvimentismo imediato.

Diante disso, os planos econômicos foram essenciais na hegemonia de poder e, conseqüentemente, fariam parte de todo processo Empresarial-Militar no Brasil. Assim, os principais planejamentos eram aqueles ligados ao meio governamental e ao empresariado, como por exemplo, a promulgação do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) em 1964, mas também a reforma no Sistema Financeiro brasileiro para suprir as execuções de investimentos.

Tendo optado pelo gradualismo, as autoridades reconheceram que por um longo período teriam que “conviver com a inflação”, o que as conduziu à criação de um sistema abrangente de indexação que em princípio deveria restringir-se aos ativos financeiros. Com base nesse mecanismo de “correção monetária” foi possível reformar e aperfeiçoar o sistema financeiro, criando-se ativos financeiros que canalizaram recursos para atender as necessidades de financiamento do déficit público (PASTORE; PINOTTI, 2007, p. 30).

As reformulações do Sistema Financeiro foram primordiais para o andamento da hegemonia de projetos, pois com os Planos Econômicos as aberturas financeiras se tornaram centrais nas dinâmicas brasileiras. No entanto, com os diagnósticos inflacionários em trânsito foi necessário uma flexibilização do governo frente as posições políticas, ou seja, o desenvolvimentismo em andamento a abertura ao capital estrangeiro e o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro se tornavam crucial e, dessa forma, o processo em prol do desenvolvimento em diversos setores da sociedade era, de fato, exposto ao projeto macro político: o desenvolvimento acelerado e crescimento econômico.

Com a Ditadura Empresarial-Militar efetivada, cabia à classe dominante explanar todo um contexto de apresentação do desenvolvimentismo no Brasil, pois era o principal projeto no âmbito econômico no país. Diante disso, era necessário desempenhar perspectivas em aberturas ao mercado externo, haja vista das novas possibilidades de investimentos. Esse processo no país se pendurou até a crise do dito



“Milagre Econômico”, mas que teve reflexos significativos na especulação capitalista em torno dos setores industriais, de infraestrutura e agroexportação.

Apesar do domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transnacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas a nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições. Suas atividades, relacionadas ao macro-marketing, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais (DREIFUSS, 1987, p. 72).

À vista disso, o modelo econômico governamental a ser adotado se interligava diretamente com os projetos hegemônicos em prol da modernização no Brasil. Porém, já havia configurações de modernização no país, sobretudo, na criação das Superintendências de Desenvolvimento das regiões, pois garantia uma melhor visibilidade nas construções infraestruturais e industriais em diversas áreas do Brasil, projeto de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo Maria Helena Alves (1984), as dinâmicas econômicas brasileiras muito se interligava à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, visando proporções significativas de desenvolvimento econômico imediato. Assim,

O modelo econômico posto em prática pelo governo obedecia a uma tendência definida como “produtivista”. Segundo esta visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico. [...] A posição “produtivista” está implícita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: o crescimento é necessário para aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil, desenvolver o interior e a região amazônica para “tamponar as vias de penetração e adiantar o supremo objetivo de realização do pleno potencial do país como potência mundial”. O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade, como já foi observado, a doutrina da ESG aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo sucessivas gerações como preço da rápida acumulação de capital (ALVES, 1984, p. 146-147).

Além disso, destacar as facetas geradas por projetos políticos econômicos em prol da hegemonia é fundamental para o próprio entendimento das dinâmicas desempenhadas por setores centrais da Sociedade Civil: a burguesia empresarial. Nesse sentido, é importante mencionar que as perspectivas de governo destacam em qual alinhamento determinado governo se encontra, no caso do Brasil, são políticas voltadas para a modernização imediata, destacando, assim, pontos significativos no andamento das políticas. No caso dos projetos contra hegemônicos em torno classe dominante, destacam-se atividades que não condiziam aos exercícios pensados em torno da nacionalização de um determinado projeto, ou seja, setores que não eram ligados ao grande empresariado nacional e internacional, isto é, os contrapontos da hegemonia, mas ainda assim, havia esses mesmos contrapontos presentes nos projetos em andamento, a exemplo disso, o fracasso do “Milagre Econômico” e próprias disputas entre o empresariado brasileiro pela nacionalização de seu projeto de governo.

### **PLANOS ECONÔMICOS E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: o desenvolvimentismo presente no Maranhão em tempos de sarneísmo**

A política do desenvolvimentismo esteve presente fortemente no período das décadas de 1960 e 1970, pois estava diretamente ligado à modernização imediata no país e, assim, era necessário para a abertura aos investimentos do capital financeiro estrangeiro. Nesse aspecto, o Maranhão também integrou-se no projeto do desenvolvimento a curto prazo, no qual ficou conhecido como “Maranhão Novo” e, posteriormente, a desmontura do “Milagre Maranhense”.

Com a entrada de José Sarney ao governo do estado em 1966, as perspectivas a favor do desenvolvimento nas dinâmicas maranhenses, a política de retirada do “Maranhão” da “obscuridade corrupta” da oligarquia *vitorinista*, deixava claro as primeiras medidas da nova gestão governamental, ou seja, precisava de uma nova perspectiva de ideologias alinhadas à dinâmica da Ditadura Empresarial-Militar e, conseqüentemente, as políticas centrais em torno da economia e infraestrutura.

Nas palavras do novo governo, o progresso e o desenvolvimento eram os pontos principais para o avanço na estruturação nos diversos setores ligados ao governo. Diante disso, Monica Piccolo destaca a pretensão do governo Sarney, “o progresso era materializado nas estradas que cortariam o Maranhão e na eletricidade” (PICCOLO, 2015, p. 77). Significa dizer que, o desenvolvimento só poderia ser

concreto com a entrada de José Sarney ao governo do estado e, assim, acoplar o Maranhão às dinâmicas federais da Ditadura Empresarial-Militar, quer dizer, o estado maranhense precisava dialogar com as novas políticas governamentais ditatoriais e, por isso, a estreita relação como o governo federal, o que será a marca da gestão de José Sarney.

Cabe ressaltar que, com o apoio da Ditadura, Sarney teve notoriedade no processo de candidatura e, posterior, ganho de eleição. Como seria possível retirar um estado imerso nas fraudes e torná-lo importante? Uma das principais respostas está ligado ao apoio dos Aparelhos Privados de Hegemonia na conjuntura política, determinando “novos tempos” ao Maranhão, depois a ação das Superintendências de Desenvolvimento para o então desenvolvimento acelerado, mas também o sustentáculo do grande empresariado brasileiro.

O desenvolvimento implica em duas frentes: Estado e Capital, condicionado as ações dialéticas política-economia nos diversos envolvimentos no desenvolvimentismo, ou seja,

O mercado interno está inevitavelmente vinculado ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportações de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro, assim como as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas (LENIN, 2012, p. 99).

Nesse sentido, a associação entre as ações do Estado, frente às estadistas envolvendo diretrizes governamentais em questões centrais e relevantes, e do Capital, utilizando mecanismos da Sociedade Civil no âmbito do empresariado, são de grande importância na legitimação do então projeto hegemônico em pleito. Observa-se, portanto, que os desenvolvimentos das propostas econômicas e políticas tinham uma função e aplicabilidade afim, quer dizer, era necessário pôr em prática os planos que então viriam a se tornar hegemônicos e, justamente, a estreita relação entre empresariado-governo era a principal hegemonia a ser levada em consideração. Dando vazão aos principais apoiadores desses projetos em questão, mas que era principal a intensificação do modelo concreto de interesses da classe dominante e a estruturação de novas prerrogativas políticas maranhenses.

Os muitos investimentos advindos do capital nacional e multinacional teriam outra parcela significativa para a atuação dos projetos desenvolvimentistas que seriam importantes na dinâmica econômica do Maranhão: a execução das Superintendências de Desenvolvimento no aspecto da modernização. Esses pontos destacavam a necessidade do Maranhão atender as diversas prerrogativas que o governo federal exigia e, com isso, era preciso haver projetos voltados para uma elaboração concisa em relação à economia.

As Superintendências atuantes no Maranhão – o único estado da federação brasileira a receber incentivos financeiros de duas agências estatais ao mesmo tempo – eram a SUDENE<sup>4</sup> e SUDAM<sup>5</sup>. “Havia os investimentos que vinham das

---

<sup>4</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, mais conhecida pela sigla Sudene, é uma autarquia federal, subordinada ao Ministério do Interior, com sede em Recife, Pernambuco. O objetivo de sua criação foi a promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste, região que para os fins da Sudene compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e parte do território de Minas Gerais enquadrada no Polígono das Secas, e o território federal de Fernando de Noronha. O Nordeste da Sudene é, a rigor, uma definição já de “política de desenvolvimento”, pois é o conjunto de estados “subdesenvolvidos” em relação à parte do país que se poderia considerar como “mais desenvolvida”. Inclui o estado do Maranhão, não tradicionalmente reconhecido como Nordeste, a parte mineira, que tampouco tem algo a ver com seus novos parceiros regionais, e o território federal de Fernando de Noronha, uma simples base militar do Exército. Esse conjunto de 1.650.000km<sup>2</sup> correspondente a 18,4% do território nacional, abrigava em 1980 cerca de 35 milhões de habitantes, ou seja, 30% da população brasileira. A Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, do Congresso Nacional, promulgada pelo presidente Juscelino Kubitschek. O diploma legal dispõe como finalidades e funções da superintendência: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor, e d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>>. Acesso em 22 de Julho de 2018.

<sup>5</sup> Em 14 de setembro de 1966, o Grupo de Trabalho da Amazônia (Ministro Roberto de Oliveira Campos e João Gonçalves de Souza), encaminhara ao Presidente Castelo Branco, o projeto de lei votado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e criando a SUDAM, com outros mecanismos para agilizar a sua atuação e um estrutura diferenciada. Em 27 de outubro de 1966, o Presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.174, dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. A Lei nº 5.174 era marcada pela liberalidade que conferia as pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras. A SUDAM, criada em substituição à SPVEA, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. O primeiro superintendente foi o General Mário de Barros Cavalcante. Já o primeiro superintendente da SUDAM civil, assumiu no início de abril de 1974. Hugo de Almeida era engenheiro civil e industrial. Teve a missão de implantar a Zona Franca de Manaus e foi quem introduziu o sistema de reunião mensal do CONDEL. A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. Atuou ainda na coordenação e supervisão, outras vezes mesmo elaboração e execução de programas e planos de

superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o próprio Estado” (MENDES, 2016, p. 331), ou seja, os investimentos que eram licitados pelo governo eram enviados pelas Superintendências, condicionados pelo nível e área do licitante e, assim, ocorrer a predisposição do capital diante a argumentação frente à aplicação.

É pertinente destacar que a SUDENE tinha alvos específicos voltados ao desenvolvimento e a investimentos nos setores da industrialização e infraestrutura, mas também nos setores da agroindustrialização, apesar de ser um fator determinante nas ações governamentais em prol das licitações nas diversas áreas econômicas presentes no Maranhão, ou seja, apresentava pontos importantes na atuação política do estado.

Em relação do caso da SUDAM, o interessante estava na aplicação nos setores de agropecuário e agroexportação, ou seja, o descerramento ao capital estrangeiro e a entrada de empresas estrangeiras forma de fundamental importância na questão da problemática da terra, grilagem<sup>6</sup> e latifúndio<sup>7</sup>, sobretudo, no interior do Maranhão, mas também nos investimentos em prol da elite empresarial maranhense em fundamentar as indústrias voltadas ao agroexportação modernas e que chamassem atenção dos investidores. Desse modo, as relações de investimentos por parte da SUDENE e SUDAM são interessantes, apesar do desempenho da SUDENE tenha sido mais significativo do que da SUDAM, no sentido de abrangência.

É interessante frisar que a atuação da SUDAM estava interligada à Amazônia Legal<sup>8</sup> e tinha como uma das principais prerrogativas o avanço no setor

---

outros órgãos federais. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/87-historico-sudam>>. Acesso em 22 de Julho de 2018.

<sup>6</sup> É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>>. Acesso em 22 de Julho de 2018.

<sup>7</sup> Grande extensão de terra (propriedade agrícola), pertencente a uma pessoa, grupo familiar ou empresa que caracteriza pela exploração intensiva ou extensiva dos recursos provenientes do local.

<sup>8</sup> O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia - que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos -, mas pelas necessidades de desenvolvimento identificadas na região. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor

agroexportador, isto é, com a modernização promovida na política do “Maranhão Novo” os avanços nos setores da agricultura e pecuária eram de grande valia. Segundo Asselin,

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam respostas (ASSELIN, 2009, p. 165).

Já o caso da SUDENE, os investimentos estavam em diversos setores: industrialização, infraestrutura, questão da terra; ampliava o leque de possibilidades de atuações no Maranhão. Além disso, a execução financeira da Superintendência estava diretamente relacionada à entrada do capital estrangeiro e à implantação de empresas multinacionais no estado. Porém, houve a necessidade de criação de um órgão que recebesse e redistribuísse esses investimentos. Nessa conjuntura, cria-se pela Lei nº 2.669, de 29 de Julho de 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, que tinha como intuito,

É criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA de natureza autárquica com objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ou Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (LEGISLAÇÃO SUDEMA, 29 de Julho de 1966).

---

densidade demográfica do país (cerca de 4 habitantes por km<sup>2</sup>). Nos nove estados residem 55,9% da população indígena brasileira, cerca de 250 mil pessoas, segundo a FUNASA. Nela também está a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de um quinto do volume total de água doce do planeta. Por abranger 3 biomas, exibe a elevada biodiversidade dos mesmos. Na Amazônia são aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 de mamíferos. Os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões. Os rios amazônicos guardam outras 3 mil espécies de peixes. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em 22 de Julho de 2018.

Com isso, após a legislação e promulgação da SUDEMA, os investimentos advindos, tanto da SUDENE quanto da SUDAM, eram recebidos por esse órgão e, posteriormente, destinados às devidas licitações nas áreas solicitadas, que estivessem com os investimentos designados. Além disso, foi a partir da SUDEMA que se deu o ponto de partida para a questão da concentração de terra e o latifúndio, consolidado no momento de aprovação da Lei de Terras de 1969, ou seja, com as atribuições dos investimentos feitos pela SUDEMA estreitam-se as relações com o grande empresariado rural e, também, ampliam-se os investimentos estrangeiros para a aplicação e implantação de capital por meio das empresas, haja vista a facilidade que o governo do Maranhão proporcionava, dentro da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense”.

No entanto, observa-se a complexidade nas ações do Estado Restrito e do capital estrangeiro na inserção da política referente à consolidação nos diversos aspectos do latifúndio, política econômica, industrialização e infraestrutura, promovendo, segundo Octavio Ianni, “o novo ciclo de globalização do capitalismo” (IANNI, 2004, p. 39) uma vez que as dinâmicas do mercado monetário e mercantil se inter-relacionam, segundo Marx;

O sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores (MARX, 2008, p. 201).

Os investimentos destinados às agências estatais, às indústrias e aos projetos de infraestrutura foram um foco importante para a dinâmica do desenvolvimentismo no “Maranhão Novo”, determinando perspectivas de acesso ao capital multinacional e também liames com o empresariado regional, nacional e internacional. Com o PAEG e a DSND em exercício, a funcionalidade da movimentação capitalista era de fundamental importância, ou seja, “a concentração de capitais atinge patamares inimagináveis e produz uma gigantesca socialização das forças produtivas” (FONTES, 2010, p. 150), pois era interessante propagar as novas diretrizes políticas e o “bom celeiro” para a aplicação capitalista.

Diante disso, o acesso a essas práticas demonstrava que a hegemonia do “Maranhão Novo” era relevante e significativa. Assim, os investimentos nas indústrias, habitação, administração, infraestrutura e, até mesmo, na questão da terra eram publicizados como o marco da “funcionalidade” do projeto do “Milagre Maranhense” apresentado e apoiado pela cúpula empresarial presente no capitalismo maranhense, ou seja, era necessário a organização e administração no cunho político e econômico; daí a representatividade da SUDEMA, que não estava somente interligada à SUDENE e à SUDAM, mas em toda a dinâmica de atuações financeiras no Maranhão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O entendimento do Estado capitalista no mundo contemporâneo é a centralidade de toda a discussão em torno do desenvolvimento imediato. Essa perspectiva adentra ao Brasil a partir da década de 1960 e há uma incorporação mais efetiva na Ditadura Empresarial-Militar, pois era necessário abrir para o capital financeiro estrangeiro e investir em novas prerrogativas nos setores brasileiros.

Esse artigo procurou apontar alguns fatores ligados à política de desenvolvimento e as implicações dos projetos hegemônicos flexionados aos planos políticos e econômicos. Além disso, foi de fundamental importância o arcabouço teórico para pensar a atuação da classe dominante no Brasil, assim como, no Maranhão (a partir da entrada de José Sarney em 1966).

Nesse sentido, pensar essas perspectivas é essencial para o andamento governamental durante o período da Ditadura e que existem continuidades até os dias atuais, no que tange na atuação do capital financeiro estrangeiro e do grande empresariado brasileiro e estrangeiro. Dessa forma, discutir as entradas de investimentos por meio do capital, mas também a atuação das Superintendências de Desenvolvimento no Norte e Nordeste foi crucial para os investimentos estrangeiros, exemplo claro, o Maranhão nas dinâmicas ditatoriais, além da abertura à implantação de uma oligarquia duradoura: a sarneísta.

Em tese, as organizações dos projetos hegemônicos destacaram, ao mesmo tempo, o sucesso, em primeira instância, e o fracasso anos depois. No entanto, o projeto da classe dominante só era hegemônico para outro patamar, mas que, ainda sim, fortalece a atuação do capital financeiro internacional no mundo contemporâneo, sendo um dos principais fatores que desencadeiam as desigualdades sociais em prol do



desenvolvimento imediato e a formação de uma classe dominante mais fortalecida e destacada nos setores da economia e, principalmente, da política.

## REFERÊNCIAS

### 1) LEGISLAÇÃO

**MARANHÃO.** Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, São Luís, 29 de Julho de 1966.

### 2) BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010.

GIANNAZI, Carlos. **A doutrina de segurança nacional e “milagre econômico” (1969-1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo, volume 2. Caderno 24. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política**, volume 3. Caderno 13. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUNA, Regina Célia M. **A terra era liberta: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré – MA**. São Luís: EDUFMA, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN. PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: Editora UEMA, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. IN: **Revista História e Lutas de Classes**, nº 4, julho de 2007, p. 43-51.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. IN. MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). IN: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

\_\_\_\_\_. O Sarneísmo rumo ao Poder: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. IN: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

# CONCEITOS ECONÔMICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA ABORDAGEM DOS CONCEITOS ECONÔMICOS PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

*Raíssa Caroline Macau Mendes\**

**RESUMO:** O livro didático como ferramenta pedagógica exerce um papel significativo na condução escolar dos alunos em sala de aula, porém não pode ser engessado como único procedimento metodológico adotado nas aulas, ou até mesmo, sendo caracterizado como uma “verdade absoluta” exposto nas páginas do exemplar. Esta ferramenta deve ser vista como auxílio ao professor, assim como, para o aluno na condução do ensino-aprendizagem. No entanto, não se pode negar, segundo Flávia Caimi (2017), a importância que o livro didático detém, sendo, até mesmo, o único meio de educação e indústria cultural para alguns alunos. Neste aspecto, este artigo tem com finalidade a análise do livro didático do terceiro ano do ensino médio adotado em algumas principais escolas públicas maranhenses, tendo como eixo de observação a abordagem dos conceitos econômicos presentes nos conteúdos, sobretudo, na reformulação do Sistema Financeiro brasileiro em 1964, a interpelação adotada, o estudo historiográfico, as recomendações do guia do PNL, pontos de discussão do PCN e a estrutura curricular trabalhadas pelos autores na dinâmica educacional na vigente da série então destacada.

## INTRODUÇÃO

O livro didático como ferramenta pedagógica exerce um papel significativo na condução escolar dos alunos em sala de aula, porém não pode ser engessado como único procedimento metodológico adotado nas aulas, ou até mesmo, sendo caracterizado como uma “verdade absoluta” exposto nas páginas do exemplar. Esta ferramenta deve ser vista como auxílio ao professor, assim como, para o aluno na condução do ensino-aprendizagem. No entanto, não se pode negar, segundo Flávia Caimi (2017), a importância que o livro didático detém, sendo, até mesmo, o único meio de educação e indústria cultural para alguns alunos.

Perceber as nuances presentes nos livros didáticos são de grande importância para a análise dos conteúdos contidos na obra, além de transcorrer as trajetórias feitas por um grupo de autores e as perspectivas de alcance ao público-alvo: o

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) pela Universidade Estadual do Maranhão, graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo. Bolsista de Mestrado/UEMA.

alunado do ensino básico e, em específico, os assuntos abordados nos conteúdos de História presentes nos livros.

É importante frisar que toda trajetória percorrida pelos autores dos livros didáticos deve estar pautada nas recomendações destacadas no guia fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), disponibilizado pelo governo federal, mas cabendo reforçar que as prerrogativas do PNLD são voltadas às escolas de ensino público, para serem o norteador da construção e montagem dos processos pedagógicos presentes no ensino e na sala de aula.

Nas práticas do Ensino de História, o livro didático exerce um papel significativo no ensino-aprendizado em sala de aula. No entanto, pensar o estudo da política econômica nos livros didáticos requer um olhar mais cuidadoso, devido ao modo como são mencionados ou, até mesmo, ausentes no que tange nos assuntos abordados em sala de aula. Nesse aspecto, é importante a problematização dos conceitos econômicos no ensino-aprendizagem, pois o foco dos estudos deixa de ser a demarcação dos marcos históricos, não que seja de relevância significativa, mas destaca pensar a História sob ângulos diferentes e, além, de apresentar novas perspectivas aos alunos em pensar as dinâmicas históricas.

A relação entre o guia do PNLD, os pontos discorridos no PCN e, também, as novas configurações educacionais por meio da BNCC são reveladoras na construção pedagógica do livro didático, cabendo reforçar que a trajetória dos autores, assim como, o desempenho financeiro por parte das editoras são de extrema relevância na aquisição dos livros didáticos pelas escolas públicas brasileiras. Segundo Caimi, os livros didáticos funcionam como uma espécie de ideologia de reconhecimento de mercadoria, funciona por meio de interesses comerciais, agrado por parte dos professores e ser bom condutor de vendas (2017, p. 33).

Diante disso, a responsabilidade por parte dos autores não está somente em “agradar o professor” por apresentar facilidades, mas deter de uma boa pesquisa historiográfica e um desenvolvimento no processo pedagógico voltados aos alunos, para além do conteúdo. No entanto, a principal perspectiva por parte dos docentes é despertar a criticidade no alunado e, com isso, a dimensão da utilização como uma das ferramentas é de fundamental importância.

Neste aspecto, este artigo tem com finalidade a análise do livro didático do terceiro ano do ensino médio adotado em algumas principais escolas públicas

maranhenses, tendo como eixo de observação a abordagem dos conceitos econômicos presentes nos conteúdos, sobretudo, na reformulação do Sistema Financeiro brasileiro em 1964, a interpelação adotada, o estudo historiográfico, as recomendações do guia do PNLD, pontos de discussão do PCN e a estrutura curricular trabalhadas pelos autores na dinâmica educacional na vigente da série então destacada.

### **PARA ALÉM DA POLÍTICA ECONÔMICA: breve discussão**

Os conceitos são importantes para qualquer conhecimento de um setor da sociedade, podendo ser do cotidiano ao meio acadêmico. Segundo Koselleck, uma “sociedade” e os “conceitos” encontrados se relacionam entre si, ou seja, uma forma de associação entre disciplinas e as áreas de conhecimentos em que estão vinculadas, quer dizer, a polarização entre áreas de investigação (KOSELLECK, 2006, p. 98).

Assim, é vultoso pensar no exercício em que a presença da política econômica no âmbito escolar na construção do conhecimento e no próprio entendimento dos conteúdos apresentados em sala de aula, não cabendo apenas para a discussão nas dinâmicas acadêmicas.

O pós-golpe de Estado de 1964 deu aberturas às ações daqueles que estavam em alinhamento ao governo Empresarial-Militar<sup>2</sup>, dando subsídios por meio de planos econômicos desenvolvidos ao longo da Ditadura para implementação de ações nos setores do Estado Restrito<sup>3</sup>, como também, na Sociedade Civil<sup>4</sup> com intuito de sustentação e funcionamento dos projetos que então viriam a ser hegemônicos, além de

---

<sup>2</sup> O termo adotado Empresarial-Militar faz alusão a uma fração de classe da sociedade na representatividade dos empresários que articularam o golpe juntamente com os militares, além de representar um posicionamento teórico revisionista do golpe em torno da conspiração que desistiu João Goulart do poder e levou a toda a conjuntura do processo de ações da Ditadura. René Dreifuss (1987) remete ao regime ditatorial como forma de exercício do poder direto e da fração de classe, na figura dos empresários, obtendo uma forte importância no apoio das Forças Armadas e, assim, concretizando o projeto de destituição de Goulart e a instauração de um regime militar e, conseqüentemente, a implantação dos projetos pensados pelos Intelectuais Orgânicos na nacionalização dos projetos do capital multinacional e associado do país.

<sup>3</sup> O entendimento da Sociedade Política é a competência coercitiva, quer dizer, o Estado no seu sentido Restrito ou “Estado-Coerção”, formação de conjuntos de mecanismos das classes dominantes com o alcance do monopólio legal, tendo como controle as burocracias (COUTINHO, 1988, p.76).

<sup>4</sup> A Sociedade Civil, principal objeto de análise do filósofo Antonio Gramsci nas diversas relações de poder, corresponde e é formada pelo “conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (COUTINHO, 1988, p.76).

objetivar a popularidade, utilizando fatores em prol de desenvolvimento e deixando o “atraso consentido<sup>5</sup>” por outros governos.

As conexões econômicas em favor do desenvolvimento foi um ponto importante nas muitas dinâmicas implantadas nos governos, de nível federal e estadual, ao longo da Ditadura Empresarial-Militar, discurso esse levado ao período do “Milagre Econômico” nas antecedentes aberturas aos investimentos do capital estrangeiro, mas também as perspectivas diante “novo” encaminhamento político e econômico. Dessa forma, uma das primeiras reformulações ocorreu com a reforma bancária em 31/12/1964, pela Lei nº 4.595, com a criação do Banco Central do Brasil, mas com funcionamento em abril de 1965. A criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>6</sup> – posteriormente teria uma ligação direta com o Milagre Econômico –, visando a superação do alto índice inflacionário e a redução do Produto Interno Bruto (PIB).

Monica Piccolo (2012) aponta que “a política do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que então vinham estruturando a política brasileira” (PICCOLO, 2012, p.131), significando o início de aberturas políticas e econômicas para a instauração do Milagre se tornarem concretas. Nesse sentido, com o fortalecimento do sistema financeiro se tornava necessário o diálogo entre os planos econômicos, ou seja, com aprimoração da economia no período Empresarial-Militar o discurso do desenvolvimentismo se tornava hegemônico nas relações de poder tanto a nível nacional quanto nas atuações internacionais com o adentro do capital multinacional.

Além disso, Piccolo (2010) destaca o chamado “Plano de Metas” para a estruturação da economia. São eles: i) acumulação dos últimos cinquenta anos; ii) expansão (prévia) do setor produtor de bens de produção (realizado no governo Vargas) e, iii) perspectiva de se alcançar uma expansão mais equilibrada entre os três departamentos básicos: produtor de bens de produção (Departamento I), produtor de

---

<sup>5</sup> O discurso dos militares na perspectiva de atraso estava interligado na popularidade em que se queria alcançar, ou seja, a hegemonia do projeto desenvolvimentista em relação a atuação dos Planos Econômicos e, posteriormente, o projeto do Milagre Econômico.

<sup>6</sup> “O PAEG foi implantado no bojo da mudança político-institucional provocada pelo movimento militar de 1964 e em contexto de aguda instabilidade econômica agravada por conflitos de natureza sociopolítica. No período pré-1964, inflação crescente e crises no balanço de pagamentos forma resultados de políticas monetárias extremamente expansionistas, seja para financiar déficits públicos ou para acomodar a expansão de crédito ao setor privado pelos bancos oficiais e privados. Não foi por outra razão que o combate à inflação constitui-se no principal objetivo do plano de estabilização do período de 1964-66” (MOURA, 2007, p. 13).

bens de consumo não-duráveis (Departamento II) e produtor de bens de consumo duráveis (Departamento III) (PICCOLO, 2010, p. 123).

A questão desenvolvimentista era o principal alvo de, praticamente, todos os planos econômicos do Estado Restrito, pois havia uma articulação direta com o capital financeiro estrangeiro nas atuações em diversos setores da industrialização, infraestrutura e agro exportação. Assim, o PAEG se consolidava no tripé das reformas fiscal, monetária e salarial, atingindo no binômio crescimento e redução da inflação (PICCOLO, 2010, p. 127). Com a relação direta com o capital estrangeiro, há uma potencialidade direta com o mercado monetário e mercantil numa associação tênue, por isso, a ligação direta com o crescimento nos setores econômicos e que culminam na sociedade civil. Segundo Marx,

O sistema financeiro e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores (MARX, 2008, p. 201).

Com as primeiras medidas do PAEG e, posteriormente, operações de outros planos, o problema dos elevados índices de inflação seria o principal desafio a ser resolvido<sup>7</sup>, haja vista da abertura ao capital estrangeiro gerava a necessidade de estabilização da inflação, ao lado da implementação de medidas de segurança por meio das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento<sup>8</sup>.

Tendo optado pelo gradualismo, as atividades reconheceram que por um longo período teriam que “conviver com a inflação”, o que as

---

<sup>7</sup> O diagnóstico da inflação seria um dos primeiros desafios para a nova dinâmica econômica do país, ou seja, um diagnóstico inflacionário ortodoxo ou heterodoxo e, conseqüentemente, por em prática para melhor visibilidade econômica no país.

<sup>8</sup> “A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração do IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódico” (ALVES, 1984, p. 35). A autora apresenta fatores em que o impulso nos diversos setores econômicos apresenta uma base econômica favorável aos investimentos do capital estrangeiro, elencando pontos de uma economia forte e bem estruturada. O governo tinha como principal foco, posteriormente será um fator importante nas ideologias do Milagre Econômico, a abertura para os investimentos e, também, os investimentos das Superintendências de Desenvolvimento, o impulso para o avanço das regiões brasileiras, quer dizer, a modernização imediata do país. Em síntese, Alves discorre que a DSND exerce uma duplicidade entre segurança e desenvolvimento.

conduziu à criação de um sistema abrangente de indexação que em princípio deveria restringir-se aos ativos financeiros. Com base nesse mecanismo de “correção monetária” foi possível reformar e aperfeiçoar o sistema financeiro, criando-se ativos financeiros que canalizaram recursos para atender as necessidades de financiamento do déficit público (PASTORE; PINOTTI, 2007, p. 30).

Nessa concepção, a economia presente começava a rumar em direção às condições que viabilizaram o “Milagre Econômico”, fortalecendo a importância e a urgência na implementação das medidas presentes no PAEG, inclusive no que se refere aos incentivos às Superintendências. Diante disso, o início da fase de aceleração de crescimento econômico começava a se tornar transparente, ocorrendo, o início em 1967, do *boom* econômico.

A partir de 1967 iniciou-se uma fase econômico acelerado, que durou até o final dos anos de 1970. O crescimento acelerado daquele período foi permitido pelas reformas introduzidas pelo PAEG e, em parte, liderado pelo crescimento das exportações, gerado por duas forças propulsoras: o crescimento acelerado do comércio mundial até 1973 e os subsídios fiscais e creditícios às exportações (PASTORE; PINOTTI, 2007, p. 30).

Com o projeto governamental de 1964 se tornava hegemônico, a reconfiguração política e econômica, gerava expectativas para uma novas predisposição em investimentos econômicos nos setores em alta, como exemplo, a infraestrutura e indústria; o estreito laço com capital internacional, um incentivador expressivo na atuação das Superintendências de Desenvolvimento, e a válvula propulsora para o projeto do desenvolvimentismo.

Em relação do desenvolvimento, a implicação são de duas frentes: Estado e Capital, condicionando às ações dialéticas política-economia nas diversas causas no desenvolvimentismo, ou seja, segundo Sandroni (1999),

Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. [...] De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico



consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo (SANDRONI, 1999, p. 169).

Nesse sentido, a associação entre as ações do Estado, frente às políticas estadistas envolvendo diretrizes governamentais em questões centrais e relevantes, e do Capital, utilizando mecanismos da Sociedade Civil no âmbito do empresariado são de grande importância na legitimação do então projeto hegemônico em pleito. Observa-se, portanto, que os desenvolvimentos das propostas econômicas e políticas tinham uma função e aplicabilidade afim, ou seja, era necessário pôr em prática os planos que então viriam a se tornar hegemônicos e, justamente, a estreita relação entre empresariado-governo era principal hegemonia a ser levada em conta.

Diante disso, pensar a estrutura política econômica no Brasil durante o período empresarial-militar é nuances das perspectivas de relacionamento em diversos setores da Sociedade. Percebe-se que o Milagre Econômico tinha como principal meta o “alavanco” da economia brasileira, mas um milagre muito bem explicável e a ideia da imposição de um desenvolvimento imediato, além da entrada do Capital Multinacional; destaca o quão a economia nesse período tinha uma dinâmica bem central.

Além disso, com a reforma no sistema financeiro brasileiro as aberturas ao Capital estrangeiro, é importante sinalizar na educação básica, desconstruindo a ideia de um “milagre” meramente puro, mas sim um projeto pensado pela fração da classe dominante que estava no poder e que tinham diversos interesses próprios e muito bem articulados: o empresariado brasileiro.

## CONCEITOS ECONÔMICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro didático é uma ferramenta significativa para a condução do ensino-aprendizado do aluno, sendo de acesso mais próximo a comunidade escolar. Como material escolar, esse instrumento detém de diversas concepções que vai do conteúdo à relação do mercado em torno das vendas dos exemplares. Em torno disso, a associação com as grandes editoras na venda dos livros tornou-se um ramo promissor e de grande fertilidade capitalista, ou seja, a educação se converte ao empreendimento milionário.

A constatação de que o **oligopólio no mercado brasileiro dos livros didáticos** passou das empresas familiares para o dos grandes grupos

impõe a necessidade de um novo olhar para entendê-lo, à medida que novas questões são colocadas. Em especial, porque tais grupos trazem para o segmento uma cultura diferente, já que têm origens muito diversas, assim como também possuem alto poder de investimento, o que implica o desenvolvimento de novas estratégias de marketing, por causa da competitividade cada vez mais acirrada (CASSIANO, 2013, p. 29. **Grifos da autora.**).

Desse modo, as dinâmicas em torno do mercado do livro didático muito se explorada na importância que o livro didático exerce tanto para os professores quanto para os alunos. Segundo Silva (2012), esses exemplares funcionam como manuais nas mãos dos docentes e funcionando como uma ferramenta auxiliar em torno da prática pedagógica e auxiliando à reflexão de diversos aspectos no meio escolar. No entanto, essa funcionalidade que o livro irá exercer dependerá como as abordagens teórico e metodológica foi pensado, pois, o contrário disso será apenas uma reprodução sistemática de eixos conteudistas.

Além disso, o Ensino de História tem um papel fundamental na construção dos aspectos teóricos e metodológicos nos livros didático. Nesse caso, a importância do bom manejo na historiografia, teoria e procedimentos voltado ao ensino vão destacar um bom aproveitamento na elaboração dos livros. Assim, Almeida e Miranda (2012) abordam as multiplicidades da narrativa e a questão da memória são um campo no Ensino de História relevantes, ou seja, o destaque em equacionar o lugar de pertencimento, por meio da memória, e o discurso acerca dos acontecimentos históricos são um ramo em que o professor pode aguçar no aluno por meio do debate, exposição e criticidade.

A educação para a compreensão da História passa a ter em si também o desafio de lidar com os procedimentos derivados das operações de Memória que estão na ordem do dia dos sujeitos e que interferem diretamente na interpretação que esses fazem acerca das experiências passadas, orientando sua ação no presente e, sobretudo, sua projeção de futuro (ALMEIDA; MIRANDA, 2012, p. 264).

A educação pautada nas diretrizes curriculares, ainda, é um desafio a ser enfrentado na atualidade escolar, devido as resistências por parte de docentes na utilização do lugar da memória nos livros didáticos de História, pois exigem

procedimentos metodológicos centrais para o trabalho em sala de aula e o uso da interdisciplinaridade. Segundo o PCN em História (2006),

Os conhecimentos produzidos pelos estudiosos da História e do ensino da História, no âmbito das universidades, por exemplo, são referências importantes para a construção dos conhecimentos escolares na dimensão da sala de aula. No entanto, é imprescindível que a seleção da narrativa histórica consagrada pela historiografia esteja relacionada aos problemas concretos que circundam os alunos das diversas escolas que compõem o sistema escolar. Para adquirir significado e possibilitar impulsos criativos, além da seleção de temas e assuntos que tenham relação com o ambiente social dos alunos, o trabalho pedagógico contará com atividades problematizadoras diante da realidade social (BRASIL, 2006, p. 69).

A problematização em sala de aula é um fator relevante na construção do conhecimento, pois apresenta fatores centrais para o saber histórico, além de ser um coeficiente relevante em pensar as diversas prerrogativas sociais. Nesse caso, uma boa ponderação por parte dos autores dos livros didáticos já gera uma boa atenção dos alunos, mas com o professor na condução das discussões.

Com intuito de perceber as nuances dos conceitos econômicos presente no livro didático, o primeiro passo para se observar quais os argumentos do PNLND para a aprovação do de uma determinada coleção; segundo é destacar as propostas do autores e, por fim, a presença dos conceitos econômicos presentes no conteúdo selecionado, no caso deste artigo o período da Ditadura Empresarial-Militar e a forma como esses conceitos são apresentados e apurados.

Nas intervenções do PNLND, o livro didático precisa se adequar em alguns critérios preestabelecidos pelo guia e, dessa forma, a coleção obterá aprovação. Nesse sentido, os parâmetros educacionais devem envolver fatores no que tange aos procedimentos metodológicos, mas que haja inovações em relação as novas abordagens pedagógicas e a temas não explorados outrora pelos livros, como por exemplo, questões de gênero, África e etc.

Os critérios específicos do componente curricular História abrangem aspectos teórico-metodológicos considerados característicos da atividade profissional do historiador e do professor. Algumas dessas características desautorizam, por exemplo, a ocorrência de anacronismo e voluntarismo, requerem o emprego dos conceitos de historicidade e tempo e dos princípios que regem as iniciativas de

ensino e aprendizagem, como o respeito à faixa etária e incorporação da realidade do estudante (BRASIL, 2017, p. 13).

A análise de escolha para este trabalho foi a coleção “Conexões com a História” dos autores Alexandre Alves<sup>9</sup> e Letícia Fagundes de Oliveira<sup>10</sup> da Editora Moderna<sup>11</sup>, porém terá como eixo de observação o volume 3, destinado ao terceiro ano do Ensino Médio. Esta coleção teve aprovação pelo PNLD mais recente. Segundo a resenha feita pelo Guia, houve uma boa avaliação nas frentes: conteúdo, guia do professor e projeto gráfico-editorial. O interesse observar o enfoque em que a obra faz em relação a cultura africana, afro-brasileira e indígena, destacando as perspectivas impostas por lei para o ensino dessas três temáticas.

A trajetória profissional dos autores estão voltadas para o Ensino de História e Teoria. Para uma elaboração em material didático no ensino básico, sendo o maior desafio a proposição de novos procedimentos metodológicos, é necessário o embasamento da historiografia incorporada com as discussões pedagógicas voltadas

---

<sup>9</sup> Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História (1996), mestrado em História (2000) e doutorado em História (2006) pela Universidade de São Paulo (USP). Entre 2007 e 2011, foi pós-doutorando no departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Entre 2010 e 2011, foi pesquisador visitante no Laboratoire d'études et de recherches sur les logiques contemporaines de la philosophie (LLCP), ligado à l'École Doctorale Pratiques et Théories du Sens na Universidade de Paris 8 (Saint-Denis) sob a supervisão de Stéphane Douailler. Tem experiência nas áreas de teoria da história, história intelectual, história da educação e filosofia da educação, com foco em genealogia, modernidade, subjetividade, formação, universidade e poder. Publicou os livros "As metamorfoses da crítica: A trajetória de Foucault entre a arqueologia e a genealogia" (2015) e "Crítica e genealogia: A recepção de Nietzsche na obra de Foucault" (2017). É também co-autor de obras didáticas para o ensino de história. Entre 2012 e 2014, foi professor adjunto na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP). Atualmente é pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão (GEPI), da International Standing Conference for the History of Education (ISCHE), da Comparative and International Education Society (CIES) e da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8450511728156438>>. Acesso em 12 de Julho de 2018.

<sup>10</sup> Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1998) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é autora das Editoras Moderna e Saraiva na área de história e professora de pós-graduação na disciplina de patrimônio histórico na Universidade Santa Cecília em Santos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, autora ensino fundamental e médio, fotografia, periódico, arquivo, fotojornalismo. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8956331262396355>>. Acesso em 12 de Julho de 2018.

<sup>11</sup> Editora brasileira que edita, publica e distribui livros didáticos, materiais de apoio e livros de literatura desde de 1968, sendo uma das líderes no mercado editorial brasileiro. Fundada por Ricardo Feltre e mais dois professores em 1968, iniciou com livros para 2º grau, na década de 1980, livros infantis e ocupa atualmente lugar de destaque na literatura didática. Em 2001, a Editora Moderna passou a integrar o Grupo Santillana, que atua na Europa e nas Américas. Cujo o objetivo é fomentar a reflexão sobre as questões mais relevantes para o futuro da Educação brasileira, a Fundação Santillana vem realizando ações e eventos em que se debate a prática docente, por meio do diálogo com reconhecidos especialistas. No Maranhão, a editora se tornou uma das principais adotadas com diversas coleções não somente no âmbito da História, mas em outras áreas do conhecimento (ALLEWELL, 1985, p. 471).

para os alunos. Segundo Circe Bittencourt (2011), a questão não está nos novos procedimentos metodológicos e, sim, no desalinhamento entre método de ensino por técnicas de ensino, ou seja, a sugestão de atividades para gerar reflexão em sala de aula e confundida com conteúdo meramente exposto e sem nenhuma problematização.

Nesse sentido, a coleção propõe uma visão enfocando em diversos métodos para a exposição dos assuntos, mas, ainda sim, cai na ideia simplista de diversas temáticas históricas. Os capítulos dos livros estão configurados no texto escrito, imagens (relacionadas ao tema discutido) e boxe com informações extras. No entanto, há pouca exploração em imagens que destacam a diversidade étnica da população brasileira, além de apresentar um conteúdo da história europeia do que a brasileira e pouquíssima exploração da história latino-americana.

Diante disso, para esta análise em específico foi possível perceber como é abordado os conceitos econômicos nos conteúdos, mas com delimitação o período compreendido do “Milagre Econômico” (1969-1973) na Ditadura Empresarial-Militar. O diagnóstico partiu na concepção da baixa abordagem desses conceitos aos alunos, sendo apenas citado no então intervalo apreensão do “Milagre”.

O interessante observar quando se fala em política econômica, em especial neste volume, se aprofunda no governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, no que tange as primeiras medidas de abertura ao capital estrangeiro. No caso da Ditadura Empresarial-Militar, não há detalhes em relação à política econômica em volta do país, apenas no período de governo Médici. A impressão que se dá que o “Milagre” ocorreu “no passe de mágica” sem ao menos de uma contextualização no governo Costa e Silva, sendo que nos tópicos que trabalham os governos militares, o de Costa e Silva é ausente, ou seja, do governo Castello Branco e salta direto ao de Médici. Numa perspectiva política e econômica, o segundo governo militar teve uma importância significativa, pois trata do “preparo de terreno” para as medidas posteriores no país, além da caracterização de qual projeto estava em hegemonia.

No tópico em que se discute o governo Médici, o enfoque é no “Milagre Econômico” e as dinâmicas que essa proposta governamental tomaria em torno da política econômica brasileira. Dessa forma, foi selecionado todos os conceitos apresentados nesta parte conteudista. Veja-os:

**Tabela 1.** Conceitos Econômicos apresentados no tópico do governo Médici e o “Milagre Econômico”

Conceito	Tema	Capítulo do livro didático
“Milagre Econômico”	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Política anti-inflacionárias	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Inflação	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Capital Estrangeiro	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Expansão Industrial	Financiamento	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Produto Interno Bruto	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Estagnação Salarial	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Arrocho Salarial	Sistema Financeiro	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Concentração de Recursos	Financiamento	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175
Desenvolvimento	Política de ideológica	Ditadura Militar – os anos do governo Médici, p. 175

Fonte: ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História**. Volume 3. São Paulo: Moderna, 2016. Elaboração Própria.

Planos governamentais importantes como, por exemplo PAEG, se tornam ausentes e deixando a discussão fragilizada em muitos aspectos. Nesse caso, cabe ao professor mediar de maneira central para o melhor entendimento, pois os conceitos se tornam apenas textos escritos sem o menor significado para o aluno, quer dizer, pensar

as dinâmicas econômicas em uma sociedade é de fundamental importância para o entendimento da contextualização do período estudado.

Diante disso, a crítica em torno dos temas abordados é no sentido de não haver um aprofundamento e um diálogo com a historiografia, assim como, com leituras no ramo da história econômica, dando a entender que os conceitos são apenas lançamentos para preencher lacunas que, ainda, são profundas e problemáticas.

A preocupação dos autores estão na aproximação com a história europeia, sendo bem clara na resenha disponibilizada pelo PNLD, sendo um fator questionável, quer dizer, é importante demarcar bem os processos históricos brasileiros e destacar a memória com um agente intrínseco na sociedade, no que tange na fase ditatorial brasileira. Além disso, pensar os processos econômicos e a entrada do capital financeiro estrangeiro no país é de grande valia para destacar as nuances nacionais e internacionais. Para destacar melhor a discussão, os autores destacam sobre o “Milagre”,

O país passava por uma fase de recuperação econômica desde o início do regime militar. A excessiva centralização política e o fortalecimento do Poder Executivo conquistaram amplo apoio de empresários, que viam o regime como uma alternativa segura à onda de greve do governo João Goulart e à “ameaça” de revolução comunista. O aumento dos investimentos na produção foi auxiliado pelas políticas anti-inflacionárias, graças às quais o índice anual de inflação passou de mais de 100%, em 1964, para 20%, em 1969 (ALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 175).

Diante disso, o tópico se resume em dados não contestados e, sim, reforçando a ideia de um “Milagre Econômico”, ou seja, acaba por ser uma discussão não aprofundada e sem questionamentos. Além disso, é complexo a falta de conceitos econômicos em diversos conteúdos nesta coleção, apesar que a contemporaneidade é repleta de acordos econômicos em torno dos projetos pensados e postos em prática não só no Brasil, mas no contexto internacional.

Em tese, a complexidade da ausência dos conceitos econômicos presentes apenas em relação ao governo Médici que é convertido ao “Milagre Econômico” deve ser posto em crítica, pois a configuração econômica não se resume apenas ao Milagre, pelo contrário, havia desde o início do golpe reformulações no sistema financeiro, não é à toa que a primeira reforma é 1964. No entanto, é necessário uma abordagem por parte

dos professores, devido a carência da exposição dessa temática. Assim, é de fundamental importância uma nova roupagem por parte dos autores em como abordar os conceitos históricos e os conceitos econômicos para que o aluno tem um melhor desempenho no entendimento e criticidade da temática exposta em sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O livro didático como ferramenta pedagógica é um condutor muito importante no ensino-aprendizagem, porém, como mencionado anteriormente, não deve ser engessado como um único parecer nas discussões em sala de aula, apesar de ciente todas as dificuldades presentes no meio escolar, sobretudo, nas escolas públicas brasileiras.

Além disso, a análise dos conceitos econômicos presente no exemplar destacada foi possível diagnosticar a fragilidade na exposição desses conceitos apresentados nos conteúdos, apenas como exposição de dados e, legitimando um feito, a exemplo do “Milagre Econômico”. Nesse sentido, percebe-se que as editoras têm um olhar voltado para mercantilização dos livros, mesmo que estejam dentro dos padrões do PNLD, significa dizer, o mercado editorial tem crescido muito e o ensino tem se tornou uma predisposição para a circulação do capital.

A principal crítica é ausência dos conceitos econômicos nos processos históricos importantes que precisam de uma discussão mais profunda para uma melhor visibilidade no entendimento do motivo daquele determinado projeto, como a relação das conexões internacionais com a dinâmica interna.

Contudo, a abertura para se discutir com mais cuidado os conceitos econômicos possibilitará um melhor entendimento em sala de aula. Nesse sentido, é de suma relevância um material de apoio aos professores na dimensão de explicação das categorias, assim como, proporcionar um suporte significativo ao professor. Assim, a aula não se torna simplista e os conceitos serão muito mais bem explicados, explorados e entendidos pelos alunos.

## **REFERÊNCIAS**

### **1) Livro Didático**



ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História**. Volume 3. São Paulo: Moderna, 2016.

## 2) Legislação

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetro Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

## 3) Bibliografia

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de.; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livro didático de História: o PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 35, p. 259-283, out.-dez, 2012.

ALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EdUSP, 1985.  
ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Os livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital na Educação nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política**, volume 3. Caderno 13. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOURA, Alkimar R. Apresentação. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real**; dois planos que mudaram a economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real**; dois planos que mudaram a economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil**: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). IN: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

SILVA, Marco Antonio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, n. 3, p. 803-821, set.-dez., 2012.

**OS DES(CAMINHOS) DA POLÍCIA POLÍTICA DO ESTADO NOVO  
PORTUGUÊS: A AÇÃO DA POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO  
ESTADO/ DIREÇÃO GERAL DE SEGURANÇA (PIDE/DGS) ATRAVÉS DAS  
PÁGINAS DO JORNAL *O SÉCULO* EM 1974.**

*Raniele Alves Sousa*<sup>1</sup>

## **Introdução**

Analisar a ditadura estado-novista nos permite compreender as principais linhas interpretativas da historiografia portuguesa sobre a atuação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), conhecida como polícia política e caracterizada como um dos principais aparelhos repressivos do Estado Novo.

O presente artigo tem por objetivo analisar os des(caminhos), de um dos fundamentais suportes da ditadura estado-novista em Portugal, a polícia política PIDE, criada em 1945, a partir da Política de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933-1945) e substituída pela DGS, cuja extinção deu-se em 1974, na sequência do golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), ocorrido em 25 de Abril, também conhecido como a Revolução dos Cravos. Para tal, esse trabalho centra sua investigação nas publicações dos impressos do Jornal português *O Século*, no período de 1974.

## **O processo de formação do Estado Novo em Portugal**

A ditadura salazarista foi instaurada através do golpe de Estado militar, em 28 de maio de 1926, fato este que derrubou a I República Portuguesa, instituindo a chamada ditadura nacional militar, que posteriormente transformou-se num regime ditatorial civil, erigido pelo novo chefe do governo, António de Oliveira Salazar.

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo. Bolsista PIBIC-FAPEMA no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil”. E-mail: ranielealvessousa170@outlook.com

Será por meio da instituição de uma nova constituição em 1933, que representou a concretização dos ideais de Salazar, que se proclamou em Portugal uma “República unitária e corporativa”, inspirada no corporativismo, na doutrina social da igreja e nas concessões nacionalistas, que Salazar ergue, a partir de 1933, o Estado Novo, assim chamado por motivos ideológicos e propagandísticos, caracterizando-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista.

O Estado Novo centrou-se na busca do espírito patriótico, visando a modificação do agir e pensar do homem português, para que esse se transformasse, Fernando Rosas afirma em “O novo homem do salazarismo”, esse novo homem português foi levado autoritariamente ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz e em extensão os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestão. (ROSAS, 2001, p.1031-2)

Resistindo até mesmo à morte de seu mentor em 1968, o Estado Novo prosseguiu sob vigência de seu sucessor Marcelo Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”.<sup>2</sup> Marcelo Caetano era o principal candidato cotado para substituir Salazar após sua morte. Deste modo, em 27 de dezembro de 1968, esse tomou frente ao governo português, marcando mudanças e permanências em relação ao salazarismo, com suas ideias reformatórias, com o objetivo da modernização do país, dentro daquilo que o regime e a constituição lhes permitiam.

Contudo, a Primavera Marcelista foi destituída pela Revolução dos Cravos de 1974. Só então o regime ditatorial português foi derrubado por um novo golpe militar, levado a cabo pelas patentes intermediárias das Forças Armadas, envolvidas diretamente em uma guerra colonial, que vigorava desde 1961, em três teatros africanos (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), marcando a transição para a democracia, que ocasionou uma forte represália contra a ditadura.

### **Os des(caminhos) da polícia política portuguesa**

A polícia política portuguesa se caracterizou como o principal aparelho repressivo do Estado Novo, servindo essa para intimidar aqueles que não concordassem com o regime, e destruir os opositores organizados.

---

<sup>2</sup> Refere-se ao período inicial do governo de Marcelo Caetano (1968-1970), assim denominado por conta da expectativa da reforma em relação ao regime que vigorou anteriormente.

A PIDE<sup>3</sup> foi criada em 22 de outubro de 1945, em substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE),<sup>4</sup> (1933-1945), em um cenário em que Salazar queria a todo custo se distanciar das características dos regimes vencidos no pós-guerra. Continuando a ser tutelada pelo Ministério do Interior, e unificando todos os organismos com a função de repressão e prevenção política dos crimes contrários ao regime:

Na substância, permaneceram na PIDE, da anterior PVDE, aspectos essenciais, que passaram, porém, a ficar legislados e especificados na lei. Um deles foi a noção de uma polícia “preventiva”, no sentido de prender os habituais “contraventores”, antes que estes passassem ao ato. (PIMENTEL, 2011, p.140)

Esse principal aparelho repressivo do Estado Novo possuía inúmeros poderes, dentre eles o de exercer a prisão preventiva (momento em que era tido como oportuno às torturas aos presos). Por vez, contou com uma ampla rede de informação, que abrangia pessoas, pagas ou não, e que serviram para dispersar o medo entre a sociedade portuguesa, e demonstrar que ser contrário ao regime seria ir de encontro à perseguição que essa fazia. Seus principais alvos, a partir de 1930, foram os comunistas:

A partir dos anos trinta, com a derrota dos anarco-sindicalistas e opositores liberais e republicanos ao regime salazarista, os comunistas começaram a ser os principais alvos da PIDE. Entre 1945 e 1949, o aparecimento de organizações de frente, entre as quais o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), com elementos do Partido Comunista Português (PCP), mas também outros opositores não comunistas, levou a PIDE a tentar identificá-las como ramificações desse partido. (PIMENTEL, 2011, p.143)

O medo constante que a polícia política transmitia aos portugueses, possibilitou que esses criassem uma imagem negativa da mesma, fazendo com que o sucessor de Salazar (Marcelo Caetano) a dissolvesse, criando em 24 de novembro de 1969 a DGS (Direção-Geral de Segurança), que embora tenha passado por uma reorganização em 1972, continuou com os mesmos poderes e a mesma função de sua antecessora, modificando apenas a diminuição do prazo de prisão preventiva. O Marcelismo enfrentou oposição redobrada, e para manter-se no poder, a DGS redobrou também o seu cenário repressor e violento. Além da ação da polícia política, a ditadura

---

<sup>3</sup> A Polícia Internacional de Defesa do Estado era considerada um organismo autônomo da Polícia Judiciária.

<sup>4</sup> Política de Vigilância e Defesa do Estado tinha como função a guarda das fronteiras, o controle dos estrangeiros e fiscalização da emigração e segurança do Estado.

de António Salazar e Marcelo Caetano, teve o auxílio de outros meios para sua permanência e duração:

Por outro lado, a ditadura de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano contou com outras polícias e com o aparelho administrativo central e local. Em particular, contava com um eficaz aparelho de censura, que escondia o conflito e recusava a pluralidade de opiniões, e com o sistemático “saneamento” da administração pública, que era o grande fornecedor de empregos em Portugal, mas da qual estavam arredados todos os que entravam em dissidência com o regime. Censura e sistema de “saneamento” político, com o qual a PIDE/DGS sempre colaborou e dos quais foi um importante instrumento (PIMENTEL, 2011, p.148).

Com a Revolução dos Cravos, foi exigido pela sociedade portuguesa a criminalização da PIDE/DGS e, portanto, a prisão dos que dela fizeram parte e contribuíram para que a mesma fosse por um longo período o principal aparelho repressor do Estado Novo. Além disso, a mobilização popular, exigia a soltura dos presos políticos, das prisões de Peniche e Caxias e o regresso dos exilados.

### **O Jornal *O Século* como fonte hegemônica na perspectiva Gramsciana**

Instituído em 1880, *O Século* foi um jornal diário matutino de Lisboa, com sede no Palácio dos Viscondes de Lançada, que se dedicou, nos seus anos iniciais, principalmente à aprovação dos propósitos da causa republicana. Foi criado pelo jornalista e advogado Sebastião Magalhães, que fundou este jornal junto de Anselmo Xavier, António Pinto Leão de Oliveira, João Almeida Pinto e José Campelo Trigueiros de Martel, seu proprietário na época. O jornal *O Século*:

Tal como o *Diário de Notícias*, era editado em formato grande, as suas edições oscilavam entre as 12 e as 16 páginas, quase metade preenchida com publicidade. Quanto à distribuição dos assuntos, apenas eram fixas a 1.<sup>a</sup> página (editorial e temas considerados mais importantes) e a 12.<sup>a</sup> (publicidade); o conteúdo das outras variava, não tendo as diversas secções uma página certa de publicação (ADÃO, 2012, p. 26).

Nos finais dos oitocentos, Sebastião Magalhães foi substituído por José Joaquim da Silva Graça, que inovou ao adaptar uma estratégia de comunicação de massas, redireccionando o jornal a diversos tipos de públicos. Por meio dessa estratégia

ele conseguiu interagir e ganhar mais leitores, expandindo o jornal e conseguindo uma maior adesão a causa republicana que defendera.

Este jornal, tinha editoriais com notícias mais referentes à Província. Tal como Adão, afirma (2012, p. 27) O Século era o matutino com mais noticiário da província, graças a uma ampla rede de correspondentes; auto intitulava-se como o “jornal de maior circulação nacional”.

O Estado ampliado conserva a base econômica por meio dos interesses de uma classe social que, na busca por manter a hegemonia, desenvolve relações na utilização do consenso e da direção política dentro da sociedade política, sendo formado por mecanismos utilizados pelas classes dominantes para manter seu domínio ideológico, conhecido como “aparelhos de coerção sob controle das burocracias”:

A sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo. (COUTINHO, 1989, p.78)

A hegemonia que Gramsci ressalta diz respeito à dominação de determinada classe social sobre outra, tal como a burguesia sobre proletariado. Essa hegemonia compreende os “aparelhos repressivos do Estado”, ao qual a sociedade política tem seus portadores materiais, e os “aparelhos privados de hegemonia” que se referem aos portadores materiais da sociedade civil, que em suma são organismos sociais coletivos voluntários. Assim, percebe-se que a sociedade civil se compõe como espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes, que são responsáveis pela difusão de sua ideologia. A supremacia de uma classe social sobre outra acontece de duas formas: como domínio e como direção intelectual e moral.

Nesse texto o termo *supremacia* designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*, o *consenso* e a *coerção*, a *direção* e a *ditadura*. Cabe ainda recordar que para Gramsci essas duas funções –ou dois feixes de funções – existem em qualquer forma de Estado; mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos “ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia, que por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a *supremacia*. (COUTINHO, 1989, p.78)

A imprensa constitui-se como um meio de dispersão do consenso em uma sociedade. Desde seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais. (CAPELATO, 1988, p. 13). Ela é determinante, por muitas vezes, na manipulação de opiniões, pensamentos e comportamentos.

Nesse processo de busca pela hegemonia, para além da atuação dos aparelhos repressivos do Estado, como a PIDE/DGS, a conquista do consenso torna-se central. Assim, destacam-se as funções exercidas pela imprensa, um dos mais importantes aparelhos privados de hegemonia, ainda na concepção gramsciana, responsável pela nacionalização do projeto de uma determinada fração da classe dominante sobre a sociedade em geral. Nesse sentido, analisar as publicações do jornal *O Século*, especificamente no que se refere à atuação da PIDE, constitui-se em elemento central para o entendimento acerca dos mecanismos explicativos da longevidade da ditadura salazarista e dos caminhos trilhados para a transição portuguesa.

A censura prévia, era imposta à imprensa portuguesa pelo Estado Novo como uma forma de evitar que a realidade fosse exposta à sociedade e consequentemente que essa não pudesse se impor contra o regime. Assim, através da censura, tornava-se possível dispersar ideologias em prol ao regime, influenciar consciências, manipular ideias e comportamentos, isto é, fazer com que a sociedade se aquietasse perante o regime e não tivesse forças para destituí-lo. Segundo a tradição liberal, os governantes devem tornar público seus atos e tomar conhecimento dos anseios dos governados. A imprensa é o canal entre ambos (CAPELATO, 1988, p. 18). Contudo, em situações de regimes ditatoriais que se utilizam da censura, a imprensa é impedida de servir como esse canal, pois lhe é retirado o direito de crítica.

O jornal enquanto fonte histórica tem um papel muito relevante por fornecer inúmeras informações por meio dos seus impressos. Durante o Estado Novo, o jornal *O Século*, assim como outros jornais portugueses, sofreu com a ausência de liberdade de expressão por conta da censura prévia que foi instaurada logo após a instituição da ditadura militar de Salazar, que mesmo não citando a censura de forma explícita, deixava isso claro nas entrelinhas:

A Constituição da República portuguesa de 1933 não mencionava explicitamente o termo Censura, mas referia a intenção de “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social” (art. 8º). Múltiplos diplomas regulamentaram a



ação desta instituição que tão profunda consequência teve na cultura portuguesa da época. Um dos mais relevantes foi o de 11 de abril desse mesmo ano de 1933, que estabelecia que as comissões de censura ficavam sob a tutela do Ministro do Interior por meio da Comissão de Censura de Lisboa (art. 6º). (ADÃO, 2012, p. 17).

As medidas repressivas da ditadura Salazarista instauraram nos jornais uma restrição informativa, fator esse que ocasionou em uma intimidação da comunicação social, e por vez, do papel atuante da imprensa. A censura ocorria em qualquer notícia que pudesse de alguma maneira abalar a imagem do regime e formar na sociedade portuguesa uma visão crítica acerca desse. Assim, a ditadura estado-novista contava com uma rede de entidades com a capacidade de avaliar o que podia ou não ser publicado.

Já durante o marcelismo, a expectativa por uma reforma e mudanças não vigorou, pois, a censura continuou a fazer parte do meio jornalístico, de modo a buscar a aceitação do regime e do seu novo chefe, não conseguindo alguns jornais alcançar a liberdade que por muito tempo buscaram.

A imprensa portuguesa, portanto, teve seu desenvolvimento amplamente prejudicado durante o regime estado-novista, afinal, com a implementação da censura prévia houve uma limitação dos jornais que acarretou em um condicionamento informativo. Além disso, o regime buscou a manutenção de sua imagem através dos jornais, para que por meio da exigência da obediência de seus parâmetros informativos fosse feita sua propaganda, ocorre então que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos – o segredo é a sua outra face. (CAPELATO, 1988, p.18).

### **Sistematização dos editoriais e reportagens do jornal *O Século* no ano de 1974.**

**Quadro 1 – tema: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS**

<b>NÚMERO DO JORNAL (Arquivo da Torre do Tombo)</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>PÁGINA E DATA</b>
33051	Centenas de manifestantes exigiram assalto a DGS	Página 5, sexta-feira, 26 de abril de 1974
33051	Contactou com o movimento a comissão de socorro aos presos políticos	Página 7, sexta-feira, 26 de abril de 1974
33052	Libertação de presos políticos e nomeação de	Página 1, sábado, 27 de abril de 1974

	novos comandantes pela Junta de Salvação Nacional	
33052	Libertados os presos de Peniche	Página 1, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Tomado o Forte de Caxias e libertados todos os presos	Página 5, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Ou todos ou nenhum-decisão tomada pelos 22 presos políticos de Peniche	Página 5, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Advertência da Junta a elementos da DGS	Página 7, sábado, 27 de abril de 1974
33052	A ocupação da DGS pelas forças militares	Página 7, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Tomado por agente da DGS	Página 11, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Largados nos campos próximo de Aldeia Nova elementos da DGS pouco antes de detidos pelos militares	Página 13, sábado, 27 de abril de 1974
33053	A prisão do diretor-geral da DGS	Página 1, domingo, 28 de abril de 1974
33053	A escola e o museu da DGS ocupados por forças de fuzileiros	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Presos com suspeita de pertencerem a DGS	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Apontados (por engano) como agentes da DGS	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Rendeu-se a DGS de Leiria	Página 9, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Ocupados sem resistência instalações da DGS e L.P.	Página 9, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Os democratas preocupados com a libertação dos agentes da DGS	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Peniche: os últimos presos libertados	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Mais capturas de agentes da DGS	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33054	Visita à sede da DGS- foi febril a última noite na rua António Maria Cardoso	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	A polícia fiscal substitui a DGS	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Desarmada a DGS do Funchal	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	As Forças Armadas	Página 7, segunda-feira, 29

	continuarão a procurar ex-agentes da DGS	de abril de 1974
33054	O antigo boxeur Licínio Sena desmente ligação a DGS	Página 7, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Uma multidão esperou a noite para ver sair os agentes da DGS	Página 8, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Carcereiro da DGS suicidase em casa	Página 9, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Nome dos presos libertados de Peniche	Página 9, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33055	Ex-agentes da DGS apresentam-se as Forças Armadas	Página 6, terça-feira, 30 de abril de 1974
33055	Ex-presos políticos	Página 6, terça-feira, 30 de abril de 1974
33055	Antigo inspector da DGS detido em Monção	Página 12, terça-feira, 30 de abril de 1974
33057	Visita as instalações da ex-DGS	Página 2, sexta-feira, 3 de maio de 1974
33061	Vão ser libertados mais presos políticos	Página 9, terça-feira 7 de maio de 1974
33061	Acusado falsamente de ser da DGS	Página 9, terça-feira 7 de maio de 1974
33064	Agentes da ex-DGS pouco mais três dias para apresentação voluntária	Página 1, quarta-feira 15 de maio de 1974
33066	Porto: jornalistas visitam a sede da ex-DGS	Página 1, sexta-feira, 17 de maio de 1974
33067	Informador da DGS entregue as forças armadas	Página 5, sábado, 18 de maio de 1974
33068	Mais de 440 presos políticos libertados em Moçambique	Página 9, domingo, 19 de maio de 1974
33070	A queda do império da PIDE/DGS	Página 5, terça-feira, 21 de maio de 1974
33071	Comerciantes detidos em Setúbal sob a acusação de pertencerem a DGS	Página 5, quarta-feira, 22 de maio de 1974
33072	Negócios escuros da DGS	Página 1 e 5, quinta-feira, 23 de maio de 1974

**Fonte: Torre do Tombo, Alameda, Campo Grande, Lisboa.**

**Quadro: Elaboração própria**

Compreender a revolução, do ponto de vista historiográfico, implica recentrá-la na sua dimensão real, ou seja, recuperar, investigar, conhecer, catalogar os

conflitos sociais. (VARELA *et al.*, 2014, p.217). Deste modo, buscou-se através dos editoriais e reportagens do jornal *O Século* durante o ano de 1974, entender os principais motivadores da extinção da polícia política do regime e libertação dos presos políticos.

Este quadro é o eixo central desse trabalho. Apresenta principalmente notícias sobre a extinção da polícia política do regime (PIDE/DGS) e a libertação dos presos políticos (possuindo 48 notícias). Após o golpe, a polícia política possuía uma imagem muito amarga entre a sociedade portuguesa, como já foi retratado no decorrer deste trabalho, essa era a principal perseguidora daqueles que fossem contrários aos princípios do Estado Novo. Assim, o assalto a DGS foi exigido por centenas de manifestantes, bem como a prisão dos que dela participaram. Ocorrendo a ocupação das instalações da PIDE/DGS e, a posteriori, a libertação dos presos políticos com a abertura das portas das prisões de Caxias e Peniche. Marcando assim a queda do império do principal aparelho repressivo do Estado Novo, com a prisão de seu diretor Silva Pais, o principal responsável pelas torturas, humilhações e perturbações que passavam os presos políticos. Diante disso, percebemos a importância que tem as notícias evidenciadas no quadro acima para entender a ação da polícia política e para mapeá-la.

### **Considerações Finais**

Com base na perspectiva Gramsciana sobre o aparelho privado de hegemonia, percebe-se que a imprensa se caracteriza como tal. Os meios de comunicação ao nacionalizarem determinado projeto de uma fração da classe dominante que se encontra sob o controle do Estado Restrito, transformam-se num poderoso instrumento da construção do consenso. O consenso que está atrelado à hegemonia faz referência, em suma, à questão que difere da coerção, pois, com o consenso, o uso da força não é necessário totalmente.

A nacionalização de projetos de frações dominantes ou dominadas da classe dominante como parte integrante de movimentos hegemônicos através da imprensa, garante aos jornais a função de partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico, elaborado por uma classe, uma fração de classe ou por uma coalizão de classes. É por meio da sociedade civil que se possibilita

que as classes dominantes possam virar dirigentes, ou seja, o centro do Estado restrito, ocorrendo assim a possibilidade de universalização de um projeto de classe ou frações de classe.

O quadro acima traz notícias que concernem a polícia política, revelando o seu desfecho, por meio da prisão dos que dela fizeram parte, e pela libertação dos que a mesma fez como presos políticos por não aceitarem o regime. Assim depreende-se que, por meio dessa problematização da cobertura dos impressos do jornal *O Século*, é possível entender como se dava o cenário repressor político em Portugal durante os momentos finais do Estado Novo.

### **Referências**

ADÃO, Áurea. *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa. Editora: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos. *No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE*. Lisboa: Editora Parsifal Ltda., 2014.

ARCARY, Valerio. “O outro 25 de Abril e as diretas já”. *Outros tempos*, v. 11, n. 17, 2014, pp.230-45.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 78.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

GOMES, Marco. *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.

KOVÁČ, MICHAEL. “Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano”. *Anais do 5º ano do curso de Língua e Literatura Portuguesa*, 1981.

PIMENTEL, Irene Fluenser. “A Polícia do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, Justiça e memória”. *Acervo*, v.24, n.1, pp. 139-56. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. “O salazarismo e o Homem novo de Portugal: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise social*. Revista do instituto de Ciências Sociais de Lisboa. v. 25, n. 157, pp.1031-54, 2001.

# **A REPRESSÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO/ DIREÇÃO GERAL DE SEGURANÇA (PIDE/ DGS) POR MEIO DAS PÁGINAS DO JORNAL O SÉCULO EM 1974**

*Raniele Alves Sousa<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Este artigo está voltado para a análise da atuação da repressão política em Portugal durante os momentos finais da Ditadura estado-novista, mais especificamente no período do governo de Marcelo Caetano (1968-1974), sucessor de António Salazar. Este trabalho visa contribuir com a ampliação das produções historiográficas e acrescentar novas perspectivas interpretativas à historiografia portuguesa sobre a ação da polícia política.

Busca-se compreender como se deu a atuação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE), criada em 1945, a partir da Política de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933-1945) e substituída pela DGS, cuja extinção deu-se em 1974, na sequência do golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) ocorrido em 25 de Abril, também conhecido como a Revolução dos Cravos. Para tal, esse trabalho centra sua investigação nas publicações dos impressos do Jornal português *O Século*, no período de 1974, com objetivo de mapear as publicações do periódico sobre a atuação da PIDE/DGS, a polícia política portuguesa que serviu, por um lado, para intimidar, e deste modo prevenir a contestação pública ao regime e, por outro, para destruir toda a oposição organizada contra o Estado Novo. Além de proporcionar um maior entendimento do motivo da durabilidade de um regime que sobreviveu mais cerca de trinta anos à derrota dos nazifascistas na II Guerra Mundial.

## **Do salazarismo ao marcelismo**

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo. Bolsista PIBIC-FAPEMA no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil”. E-mail: ranielealvessousa170@outlook.com

O republicanismo em Portugal passava por uma forte instabilidade que levava o país, em um pequeno espaço de tempo, a ter a ascensão e queda de diversos governantes. Consequentemente, nesse cenário quem acabou se sobressaindo foi o Salazarismo:

Invocando pressupostos dotados da mais firme autenticidade, combateram-se sistemas de representações com interesses próprios à luz dos princípios nucleares em que assentava um determinado sistema ideológico. No processo de luta contra a outra ideologia (I República) o sistema estado-novista levou a melhor. (GOMES, 2009, p.48).

A ditadura em Portugal foi instaurada através do golpe de Estado militar, que ocorreu em 28 de maio de 1926, pondo um fim a I República Portuguesa e instituindo a chamada Ditadura Nacional Militar, que a posteriori tornou-se um regime ditatorial civil, erigido pelo novo chefe do governo e presidente do Conselho António de Oliveira Salazar.

Em 1933 com a instituição de uma nova constituição, proclamou-se em Portugal uma “República unitária e corporativa”, inspirada no corporativismo, na doutrina social da igreja e nas concessões nacionalistas, que Salazar ergueu, o Estado Novo, assim chamado por motivos ideológicos e propagandísticos, caracterizando-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista.

Diante de toda instabilidade que a I República trouxe, o Estado Novo centrou-se na busca do espírito patriótico, visando uma modificação do agir e pensar do homem português, para que esse se transformasse, Fernando Rosas afirma em “O Novo Homem do Salazarismo”, esse novo homem português, foi levado autoritariamente ao espaço e as sociabilidades privada da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestão. (ROSAS, 2001, p.1031-2)

Portugal habituou-se a ser presidido por um homem só, fundador do Estado Novo, António de Oliveira Salazar. O seu casamento com a Pátria durou quase quatro décadas e foi necessário ser um móvel a derrubar o ditador (KOVÁČ, 1981, p.3). Com sua morte o regime passou para a governança de seu sucessor Marcelo Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> Refere-se ao período inicial do governo de Marcelo Caetano (1968-1970), assim denominado por conta da expectativa da reforma em relação ao regime que vigorou anteriormente.

Um banal acidente no forte de Santo António em S. João do Estoril, causou-lhe ferimentos cerebrais e a 7 de Setembro de 1968 teve de ser operado a um hematoma craniano. Américo Tomás, Presidente da República, resolve substituí-lo. Os nomes mais pronunciados eram Marcelo Caetano, Adriano Moreira, Franco Nogueira, Teotónio Pereira e Antunes Varela. Da reunião do Conselho de Estado em 17 de Setembro saiu Caetano como o principal candidato (KOVÁČ, 1981, p.4).

Em 27 de Setembro de 1968, esse tomou frente ao governo português, marcando mudanças e permanências em relação ao salazarismo, como suas ideias reformatórias, com o objetivo da modernização do país, dentro daquilo que o regime e a constituição lhes permitiam. Centrando-se no exercício das liberdades maioritárias, por defendê-las como prioritárias:

Segundo Caetano, a responsabilidade do Governo passava, em primeiro lugar, pela necessidade de garantir a implantação das medidas que as pessoas exigiam: manter a ordem nas ruas, salário digno com o qual possam assegurar a sua subsistência, habitação decente, e educação dos filhos. (KOVÁČ, 1981, p.5).

A Primavera Marcelista foi destituída pela Revolução dos Cravos de 1974. Só então, o regime ditatorial português foi derrubado por um novo golpe militar, levado a cabo pelas patentes intermediárias das Forças Armadas, envolvidas diretamente em uma guerra colonial, que vigorava desde 1961, em três teatros africanos (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), marcando a transição para a Democracia, que ocasionou em uma forte represália contra a Ditadura e a mobilização popular por melhorias sociais e econômicas, e pelas garantias de seus direitos.

### **Polícia política: principal aparelho repressivo do Estado Novo**

A PIDE<sup>3</sup>, foi criada em 22 de outubro de 1945, em substituição da PVDE<sup>4</sup>(Política de Vigilância e Defesa do Estado, 1933-1945), continuando a ser tutelada pelo Ministério do Interior, e unificando todos os organismos com a função de repressão e prevenção política dos crimes contrários ao Estado Novo.

Na substância, permaneceram na PIDE, da anterior PVDE, aspectos essenciais, que passaram, porém, a ficar legislados e especificados na

---

<sup>3</sup> A Polícia Internacional de Defesa do Estado era considerada um organismo autônomo da Polícia Judiciária.

<sup>4</sup> Política de Vigilância e Defesa do Estado tinha como função a guarda das fronteiras, o controle dos estrangeiros e fiscalização da emigração e segurança do Estado.



lei. Um deles foi a noção de uma polícia “preventiva”, no sentido de prender os habituais “contraventores”, antes que estes passassem ao ato. (PIMENTEL, 2011, p.140).

Esse aparelho repressivo possuía diversos poderes dentre eles o de exercer a prisão preventiva (momento em que era tido como oportuno às torturas aos presos). Por vez, contou com uma ampla rede de informação, que abrangia pessoas, pagas ou não, e que serviram para dispersar o medo entre a sociedade portuguesa, e demonstrar que ser contrário ao regime seria ir de encontro à perseguição que essa fazia. Seus principais alvos, a partir de 1930, foram os comunistas, que exerciam uma importante influência sobre o meio acadêmico:

A partir dos anos trinta, com a derrota dos anarco-sindicalistas e opositores liberais e republicanos ao regime salazarista, os comunistas começaram a ser os principais alvos da PIDE. Entre 1945 e 1949, o aparecimento de organizações de frente, entre as quais o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), com elementos do Partido Comunista Português (PCP), mas também outros opositores não comunistas, levou a PIDE a tentar identificá-las como ramificações desse partido. (PIMENTEL, 2011, p.143)

A imagem amarga e de pavor que a sociedade portuguesa possuía da polícia política, resultou com que o sucessor de Salazar (Marcelo Caetano) a dissolvesse, criando em 24 de novembro de 1969 a DGS (Direção-Geral de Segurança), que embora tenha passado por uma reorganização em 1972, continuou com os mesmos poderes e a mesma função de sua antecessora, modificando apenas a diminuição do prazo de prisão preventiva. O Marcelismo enfrentou oposição redobrada, e para manter-se no poder, a DGS redobrou também o seu cenário repressor e violento. Por vez, com o 25 de abril será exigido a criminalização da PIDE/DGS e, portanto, a prisão dos que dela fizeram parte e contribuíram para que a mesma fosse por um longo período o principal aparelho repressor do Estado Novo.

### **A censura prévia durante o Estado Novo**

A censura à imprensa portuguesa exercia o papel de vigilância e conforme o tempo foi se intensificando. Os jornais que eram tidos como “contestadores” poderiam ser judicialmente processados ou até mesmo apreendidos. Alguns jornalistas estavam sujeitos a serem presos se tivessem uma postura contrária ao regime. Com essas ações,

conforme a consolidação do regime a imprensa portuguesa ia tendo o seu desenvolvimento limitado, afinal, a vigilância policial parecia onipresente. Por vezes, as instalações dos jornais e as tipografias eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos afectos ao poder, como aconteceu com os jornais O Século, O Mundo, A Vanguarda e O Progresso (SOUSA, 2008, p. 50). A censura ocorria em qualquer notícia que insultasse a imagem de uma sociedade ideal e perfeita, possuindo também o papel preventivo.

Contudo, a ditadura Salazarista logo em seu momento inicial não chegou a realizar qualquer tipo de ato censório à imprensa, porém, esse foi um fator que não durou muito tempo, pois:

Foi um período breve, durante o qual republicanos liberais liderados por Mendes Cabeçadas controlaram o poder. Porém, a substituição de Cabeçadas por Gomes da Costa levou à instauração da censura através de uma carta dirigida pelo segundo-comandante da polícia de Lisboa aos diretores dos jornais. (SOUSA, 2008, p. 57).

Com o advento da Constituição de 1933, foram dadas as bases jurídicas para que a censura prévia viesse a ser institucionalizada. Embora não citasse claramente o exercício da censura e salvaguardasse, teoricamente, a liberdade de expressão, a Constituição deixava expresso que essa liberdade seria amplamente limitada por leis, usando como justificativa que o intuito seria assegurar que nenhum tipo de ato ofensivo viesse ocorrer com a opinião pública. Além disso, o exercício da censura configurou-se como uma atividade paga e exercida por militares na reserva, assim:

As comissões de censura, inicialmente na dependência do ministro do Interior, passaram, em 1944, para a dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, inicialmente denominado Secretariado da Propaganda Nacional (1933), dirigido por António Ferro, o grande estratega da propaganda do novo regime e do Estado Novo. (SOUSA, 2008, p. 57).

Por vez, a censura não era exercida de modo regularizado, e sim de uma forma desordenada e dispersa, isso porque dependia da formação intelectual dos censores que estavam a exercendo e de seu senso crítico em perceber que determinada notícia assumia uma postura de ofensa aos parâmetros que o regime visava repassar à sociedade, portanto, os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931, da Direção-Geral dos Serviços de Censura às delegações (SOUSA, 2008, p.58). Essa questão, não ia de encontro com a

óptica centralizadora de Salazar, que buscou uma forma de monopolização e coordenação desses serviços, assim ocorrendo com a sujeição dos serviços de censura ao Secretariado de Propaganda Nacional.

A atuação dos censores ia alargando-se cada vez mais e os jornais viam-se “encurralados” em um meio que a liberdade de expressão era irreal, suas vozes iam sendo caladas e ser uma imprensa livre articulada a ideia de Democracia já era algo inexistente. Assim, a censura tornava-se frequente, os jornais passavam por uma apertada vigilância, e os jornalistas escreviam as notícias já instruídos a não fugir do que era ordenado pelas comissões de censura:

De qualquer maneira, por conveniência de ambas as partes os procedimentos rotinizaram-se. Os jornais enviavam três provas a comissão de censura da sua área, que devolvia uma delas com os carimbos “visado”, “autorizado”, “autorizado com cortes”, (assinalados a lápis azul, competindo ao jornal decidir sobre a publicação das notícias parcialmente cortadas), “suspenso” (conteúdos a aguardar a decisão superior), “retirado” ou “cortado” (proibição absoluta de referência ao assunto em causa). Os jornais, porém, não podiam deixar espaços em branco ou outros indícios de censura, embora pudessem colocar “visado pela comissão de censura” na primeira página (SOUSA, 2008, p. 58).

Através dos cortes, da suspensão e da retirada de notícias o regime visava a construção do consenso na sociedade portuguesa. A partir do momento em que Marcelo Caetano assume o poder, dando início a “Primavera Marcelista”, e sob o lema “evolução na continuidade”, anunciava mudanças que despertaram na sociedade portuguesa perspectivas de uma futura transição para a Democracia, desse modo, no início, a censura que passou a designar-se por “Exame Prévio” com a adoção da lei de imprensa de 1971, a única desde de 1926- parece ter afrouxado a estreiteza da sua atuação, correspondendo assim, em parte, às expectativas de abertura política do regime (ADÃO, 2012, p. 19). Porém, essa lei foi mais teórica do que prática.

Embora a amenização da atividade censória, fatores como o fortalecimento da guerra colonial e os protestos estudantis que ocorriam devido a uma forte oposição do meio acadêmico ao regime, fizeram com que a censura no Marcelismo se enrijecesse.

A forte oposição do meio acadêmico ao regime, fizera com que a censura fosse bem mais rigorosa com notícias que retratassem sobre reivindicações acadêmicas. Por outras palavras, na atividade censória privilegia-se o setor ligado à Educação, onde a influência das oposições ao Estado Novo era mais forte não só nos meios estudantis, mas também no seio da classe docente e em muitos intelectuais e

alguns cientistas (ADÃO, 2012, p. 19). Além disso, os jornalistas viam-se perante enormes dificuldades de viajar para o exterior em busca de notícias, ainda mais quando tratavam-se de acontecimentos ligados ao regime, desse modo, as notícias referentes a outros países passavam por um forte controle. Sendo assim, o surgimento de novos jornais era impossibilitado. Contudo, alguns dos jornais já existentes conseguiam, de certo modo, tecer críticas ao regime, devido à falta de instruções e formação intelectual dos censores, que “colaboravam” com o saber manipular das palavras de alguns jornalistas, levando o que fora escrito de forma crítica a passar despercebido:

Conta-se, por exemplo, o episódio duma crónica que, parecendo falar do tempo, falava da “Primavera que não se via”, que os censores não perceberam tratar-se de uma referência a chamada “Primavera Marcelista” (o período de “estado de graça” de Marcelo Caetano, em que se esperava a abertura do regime, mas que afinal não se concretizou em mudanças). (SOUSA, 2008, p. 60).

Com o 25 de Abril, momento em que ocorre a Revolução dos Cravos, os jornais tiveram o recuperar da liberdade de expressão. E mesmo no contexto marcado pela forte censura do regime, tiveram jornais que conseguiram assegurar sua posição oposicionista:

Num mundo em mudança, O Primeiro de Janeiro, jornal de referência, no Porto, bem como o Diário de Lisboa, O Republica e o Diário Popular, jornais da capital, conseguiram ser, de algum modo, vozes da oposição democrática ao regime, apesar de serem ultrapassados, em tiragens e circulação, pelo Século e pelo Diário de Notícias, formalmente independentes, mas situacionistas. (SOUSA, 2008, p. 61)

## **Jornal o Século**

Instituído em 1880, O Século foi um jornal diário matutino de Lisboa, com sede no Palácio dos Viscondes de Lançada, que se dedicou, nos seus anos iniciais, principalmente à aprovação dos propósitos da causa republicana. Foi criado pelo jornalista e advogado Sebastião Magalhães, que fundou este jornal junto de Anselmo Xavier, António Pinto Leão de Oliveira, João Almeida Pinto e José Campelo Trigueiros de Martel, seu proprietário na época. O jornal O Século:

Tal como o Diário de Notícias, era editado em formato grande, as suas edições oscilavam entre as 12 e as 16 páginas, quase metade preenchida com publicidade. Quanto à distribuição dos assuntos, apenas eram fixas a 1.<sup>a</sup> página (editorial e temas considerados mais importantes) e a 12.<sup>a</sup> (publicidade); o conteúdo das outras variava, não

tendo as diversas secções uma página certa de publicação (ADÃO, 2012, p. 26).

Nos finais dos oitocentos, Sebastião Magalhães foi substituído por José Joaquim da Silva Graça, que inovou ao adaptar uma estratégia de comunicação de massas, redirecionando o jornal a diversos tipos de públicos. Por meio dessa estratégia ele conseguiu interagir e ganhar mais leitores, expandindo o jornal e conseguindo uma maior adesão a causa republicana que defendera.

Este jornal, tinha editoriais com notícias mais referentes à Província. Tal como Adão, afirma (2012, p. 27) O Século era o matutino com mais noticiário da província, graças a uma ampla rede de correspondentes; auto intitulava-se como o “jornal de maior circulação nacional”. Durante o Estado Novo, o jornal O Século, assim como outros jornais portugueses, sofreu com a ausência de liberdade de expressão, por conta da censura prévia que foi instaurada logo após a instituição da Ditadura Militar de Salazar, que mesmo não citando a censura de forme explícita, deixava isso claro nas entrelinhas.

#### **Sistematização dos editoriais e reportagens do jornal *O Século* no ano de 1974.**

**Quadro 1 – tema: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS**

<b>NÚMERO DO JORNAL (Arquivo da Torre do Tombo)</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>PÁGINA E DATA</b>
33051	Centenas de manifestantes exigiram assalto a DGS	Página 5, sexta-feira, 26 de abril de 1974
33051	Contactou com o movimento a comissão de socorro aos presos políticos	Página 7, sexta-feira, 26 de abril de 1974
33052	Libertação de presos políticos e nomeação de novos comandantes pela Junta de Salvação Nacional	Página 1, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Libertados os presos de Peniche	Página 1, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Tomado o Forte de Caxias e libertados todos os presos	Página 5, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Ou todos ou nenhum-decisão tomada pelos 22 presos políticos de Peniche	Página 5, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Advertência da Junta a	Página 7, sábado, 27 de

	elementos da DGS	abril de 1974
33052	A ocupação da DGS pelas forças militares	Página 7, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Tomado por agente da DGS	Página 11, sábado, 27 de abril de 1974
33052	Largados nos campos próximo de Aldeia Nova elementos da DGS pouco antes de detidos pelos militares	Página 13, sábado, 27 de abril de 1974
33053	A prisão do diretor-geral da DGS	Página 1, domingo, 28 de abril de 1974
33053	A escola e o museu da DGS ocupados por forças de fuzileiros	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Presos com suspeita de pertencerem a DGS	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Apontados (por engano) como agentes da DGS	Página 5, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Rendeu-se a DGS de Leiria	Página 9, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Ocupados sem resistência instalações da DGS e L.P.	Página 9, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Os democratas preocupados com a libertação dos agentes da DGS	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Peniche: os últimos presos libertados	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33053	Mais capturas de agentes da DGS	Página 13, domingo, 28 de abril de 1974
33054	Visita à sede da DGS- foi febril a última noite na rua António Maria Cardoso	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	A polícia fiscal substitui a DGS	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Desarmada a DGS do Funchal	Página 6, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	As Forças Armadas continuarão a procurar ex-agentes da DGS	Página 7, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	O antigo boxeur Licínio Sena desmente ligação a DGS	Página 7, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Uma multidão esperou a noite para ver sair os agentes da DGS	Página 8, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33054	Carcereiro da DGS suicidase em casa	Página 9, segunda-feira, 29 de abril de 1974

33054	Nome dos presos libertados de Peniche	Página 9, segunda-feira, 29 de abril de 1974
33055	Ex-agentes da DGS apresentam-se as Forças Armadas	Página 6, terça-feira, 30 de abril de 1974
33055	Ex-presos políticos	Página 6, terça-feira, 30 de abril de 1974
33055	Antigo inspector da DGS detido em Monção	Página 12, terça-feira, 30 de abril de 1974
33057	Visita as instalações da ex-DGS	Página 2, sexta-feira, 3 de maio de 1974
33061	Vão ser libertados mais presos políticos	Página 9, terça-feira 7 de maio de 1974
33061	Acusado falsamente de ser da DGS	Página 9, terça-feira 7 de maio de 1974
33064	Agentes da ex-DGS pouco mais três dias para apresentação voluntária	Página 1, quarta-feira 15 de maio de 1974
33066	Porto: jornalistas visitam a sede da ex-DGS	Página 1, sexta-feira, 17 de maio de 1974
33067	Informador da DGS entregue as forças armadas	Página 5, sábado, 18 de maio de 1974
33068	Mais de 440 presos políticos libertados em Moçambique	Página 9, domingo, 19 de maio de 1974
33070	A queda do império da PIDE/DGS	Página 5, terça-feira, 21 de maio de 1974
33071	Comerciantes detidos em Setúbal sob a acusação de pertencerem a DGS	Página 5, quarta-feira, 22 de maio de 1974
33072	Negócios escuros da DGS	Página 1 e 5, quinta-feira, 23 de maio de 1974

**Fonte: Torre do Tombo, Alameda, Campo Grande, Lisboa.**

**Quadro: Elaboração própria**

Compreender a revolução, do ponto de vista historiográfico, implica recentrá-la na sua dimensão real, ou seja, recuperar, investigar, conhecer, catalogar os conflitos sociais. (VARELA *et al.*, 2014, p.217). Deste modo, buscou-se através dos editoriais e reportagens do jornal *O Século* durante o ano de 1974, mostrar os principais motivadores da extinção da polícia política do regime e libertação dos presos políticos.

Este quadro, expõe notícias sobre o objeto dessa pesquisa. Apresentando notícias sobre a extinção da polícia política do regime (PIDE/DGS) e a libertação dos presos políticos (possuindo 48 notícias). Após o golpe, a polícia política possuía uma imagem muito amarga entre a sociedade portuguesa, como já foi retratado no decorrer

deste trabalho, essa era a principal perseguidora daqueles que fossem contrários aos princípios do Estado Novo. Assim, foi exigido por centenas de manifestantes o assalto a DGS, e a prisão dos que dela participaram. Ocorrendo a ocupação das instalações da PIDE/DGS, posteriori a libertação dos presos políticos com a abertura das portas das prisões de Caxias e Peniche.

### **Considerações Finais**

A importância dessa pesquisa, apresenta-se em sua proposta em fazer a análise do principal aparelho repressivo do Estado Novo, através das publicações do Jornal O Século, pois conforme essa proposta, é permitido termos um entendimento dos caminhos traçados pelo regime Estado-Novista, sobretudo, no que se refere a atuação da PIDE/DGS. Mediante a sistematização e o mapeamento do jornal aqui analisado, abrimos uma possibilidade de contribuir com ampliação do campo de pesquisa acerca dessa temática e acrescentar novas perspectivas à historiografia portuguesa.

Por vez, a partir do mapeamento das notícias e dos seus levantamentos, podemos perceber que o jornal apresentava notícias sobre o regime, mas não assumia uma postura crítica contrária a esse, ou a desaprovação de suas políticas. Isso ocorria devido a censura prévia instaurada que cortava tudo que fosse contraditório aos seus parâmetros de sociedade perfeita. Assim, os jornalistas já escreviam condicionados a não extrapolar os limites que eram impostos pela censura prévia.

A nacionalização de projetos de frações dominantes ou dominadas da classe dominante como parte integrante de movimentos hegemônicos através da imprensa, garante aos jornais a função de partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico, elaborado por uma classe, uma fração de classe ou por uma coalizão de classes. É por meio da sociedade civil que se possibilita que as classes dominantes possam virar dirigentes, ou seja, o centro do Estado restrito, ocorrendo assim a possibilidade de universalização de um projeto de classe ou frações de classe.

O quadro acima traz notícias que concernem a polícia política, revelando o seu desfecho, por meio da prisão dos que dela fizeram parte, e pela libertação dos que a mesma fez como presos políticos por não aceitarem o regime. Assim depreende-se que, por meio dessa problematização da cobertura dos impressos do jornal *O Século*, é



possível entender como se dava o cenário repressor político em Portugal durante os momentos finais do Estado Novo.

### Referências

ADÃO, Áurea. *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa. Editora: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos. *No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE*. Lisboa: Editora Parsifal Ltda., 2014.

ARCARY, Valerio. “O outro 25 de Abril e as diretas já”. *Outros tempos*, v. 11, n. 17, 2014, pp.230-45.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 78.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

GOMES, Marco. *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.

KOVÁČ, MICHAEL. “Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano”. *Anais do 5º ano do curso de Língua e Literatura Portuguesa*, 1981.

PIMENTEL, Irene Fluenser. “A Polícia do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, Justiça e memória”. *Acervo*, v.24, n.1, pp. 139-56. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. “O salazarismo e o Homem novo de Portugal: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise social*. Revista do instituto de Ciências Sociais de Lisboa. v. 25, n. 157, pp.1031-54, 2001.

# CINEMA E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: “O ABRAÇO DA SERPENTE” E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA.

*Renata Carvalho Silva<sup>1\*</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar as considerações preliminares da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “El Abrazo de la Serpiente”: o cinema e o ensino de História e Cultura Indígena em sala de aula e visa perceber, a partir da análise da obra cinematográfica O Abraço da Serpente (2016) do colombiano Ciro Guerra, de que forma a mesma pode auxiliar nas discussões sobre a mudança nas representações acerca das identidades étnicas na América Latina, bem como a oposição entre os pressupostos epistemológicos eurocentrados e as emergências pluriétnicas nos contextos pós-coloniais, partindo de uma noção de perspectivismo ameríndio, buscado compreender como cosmovisões características de diversos grupos étnicos do continente partem de relações ontológicas específicas e como tais percepções podem de fato contribuir para a importância do respeito à alteridade, bem como para a implementação do ensino da história e cultura indígena circunscrita à determinação da Lei 11.645/2008.

**Palavras-chave:** História, interculturalidade, ensino.

O trabalho aqui apresentado é parte preliminar da pesquisa de mestrado intitulada “*El Abrazo de la Serpiente*”: o cinema e o ensino de História e Cultura Indígena em sala de aula e visa perceber, a partir da análise do filme “O Abraço da Serpente” (2016), do diretor colombiano Ciro Guerra, de que forma o mesmo pode auxiliar nas discussões sobre a mudança nas representações acerca das identidades étnicas na América Latina. Visa, igualmente refletir sobre o uso dessa obra cinematográfica para auxiliar na implementação do ensino da história e cultura indígena circunscrita à determinação da Lei 11.645/2008 em sala de aula.

Buscamos analisar a forma como as produções fílmicas vem, ao longo dos anos, construindo diferentes leituras acerca dos povos indígenas, nas diferentes épocas e sobre diferentes prismas e contextos sócio históricos, desenvolvendo para isso discussões mais aprofundadas acerca da reconstrução necessária a respeito dos povos indígenas como agentes sociais do processo histórico, possibilitando o respeito e o reconhecimento dos diferentes povos indígenas atuais, possibilitando assim uma visão mais ampla e diversificada sobre questões relativas a construção identitária, territorialidades e sociabilidades em contextos sócio culturais diferenciados a partir da utilização da linguagem cinematográfica e seus usos no ensino da História.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Utilizamos como noção chave o aporte teórico do perspectivismo ameríndio desenvolvido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e buscamos compreender como cosmovisões características de diferentes grupos étnicos do continente partem de relações ontológicas específicas distanciadas do antagonismo homem/cultura x natureza e como tais percepções podem de fato contribuir para a importância do respeito à alteridade.

Dessa forma procuraremos estabelecer um diálogo com autores do grupo intitulado Modernidade/Colonialidade que tem como elementos centrais em seus trabalhos teóricos um repensar dos papéis e epistemologias relativas à América Latina no contexto pós colonial, tais como Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, dentre outros. Uma vez que nosso trabalho não tem o objetivo de criar um mero manual de como o professor deve ou não utilizar um determinado filme histórico em sala de aula, já que, como nos alerta Marc Ferro (1988), “os filmes de tipo histórico não são mais que uma representação do passado” que em grande medida falam mais sobre o presente que sobre esse mesmo passado.

Temos sim como finalidade elaborar um material que possa refletir sobre as múltiplas escolhas e significações implícitas a determinada produção cinematográfica quando da sua elaboração para que assim se possa compreender os usos e sentidos do emprego do passado em tal obra, uma vez que partimos da hipótese de que o filme “O Abraço da Serpente” traz como proposta uma outra perspectiva de olhar sobre as identidades indígenas amazônicas, contemplando reflexões atuais sobre alteridade, interculturalidade e respeito às diversidades que podem trazer valiosas contribuições à aplicabilidade da lei 11.645/08 acerca da introdução da História e Cultura Indígena no Ensino Básico Brasileiro, em especial para a formação de professores.

### **Entre duas leituras da paisagem amazônica**

No presente trabalho faremos uma análise comparativa entre duas obras cinematográficas que trabalham com aspectos fundamentais para a pesquisa anteriormente apresentada: *a floresta e os povos indígenas amazônicos*.

Buscamos analisar as semelhanças e diferenças na forma como buscam retratar esses dois aspectos as seguintes obras: “Aguirre: a Cólera dos Deuses” (Werner Herzog – 1972) e “O Abraço da Serpente” (Ciro Guerra – 2016). A forma como a indústria cinematográfica produz, reforça ou reproduz estereótipos e imaginários fantásticos

acerca desses elementos ou a medida em que buscam se distanciar dos mesmos é nossa preocupação central.

Desde a obra *Green Hell* (1940)<sup>2</sup> do diretor britânico radicado nos Estados Unidos, James Whale, a narrativa da grande indústria cinematográfica sobre a Amazônia se baseia em reforçar os aspectos fantásticos e misteriosos construídos ao longo dos anos pelos cronistas, literatos e documentaristas que a visitaram desde os primórdios da colonização até o alvorecer da tecnologia do cinematógrafo com o apogeu do ciclo da borracha (LOPES, 2015).

Figura 1: À esquerda cartaz do filme americano *Green Hell* (1940) e à direita screenshot de cena.



Fonte: <https://www.cinematerial.com/movies/green-hell-i32558/p/ka9zlrfl>.

Dentre os elementos mais demarcados nessas narrativas, se encontram a ideia da floresta como um lugar exótico e assustador, com populações nativas selvagens e muitas das vezes canibais, bem como povoada de animais gigantescos ou mesmo pré-históricos: *O Monstro da Lagoa Negra* (1954), *O Mundo Perdido* (1960), *A Floresta das Esmeraldas* (1985), *Anaconda* (1997), *Um Lobisomem na Amazônia* (2005), dentre outros.

A obra do diretor alemão Werner Herzog, intitulada “Aguirre, a cólera dos deuses” de 1972 é uma das obras fruto do movimento de renovação do cinema mundial impulsionado pelo realismo poético francês que sucedeu as vanguardas estéticas de início do século XX e que também inspirou o neorealismo italiano pós segunda guerra mundial e que tinham como características transpor o paradigma de produção

---

<sup>2</sup>Em *Green Hell* (1940), um grupo de aventureiros se embrenha em uma floresta sulamericana a procura de um tesouro inca perdido e precisam se unir contra grupos de nativos que passa a atacá-los com arcos e flechas envenenadas. Apesar do enorme gasto com a grandiosidade da produção da película, envolvendo a construção de uma réplica da selva e um enorme templo inca dentro dos estúdios da Universal Pictures, a empresa acabou tendo que amargar um grande fracasso na renda das bilheterias.

cinematográfica norte americano vigente até então com suas grandes produções feitas em estúdio e retratando e exaltando, em geral, o “*american way of life*”.

Em linhas gerais esse “Novo Cinema” tinha como características mais gerais a busca por um cinema mais autoral, visando retratar personagens e cenários mais realísticos, usando, às vezes, intérpretes não profissionais bem como um minimalismo técnico que bem pode ser representado pela já célebre frase do ícone do Cinema Novo brasileiro, Gláuber Rocha “uma câmera na mão, uma ideia na cabeça”.

Figura 2: À esquerda cartaz alemão do filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972) e à direita screenshot de cena.



Fonte:

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme87601/fotos/detalhe/?cmediafile=2051924>

idio histórico da expedição de Don Lope de Aguirre que, tendo a tomada do império Inca pelos espanhóis como pano de fundo, sai em busca da lendária cidade do Eldorado na Amazônia Oriental<sup>3</sup>. Com um grande elenco e poucos recursos técnicos, o diretor consegue produzir um dos grandes clássicos do Novo Cinema Alemão com a ajuda da excepcional parceria e interpretação do ator Klaus Kinski no papel do ambicioso Aguirre em uma jornada de loucura em meio a uma Amazônia gigantesca e avassaladora.

A predileção pelos planos abertos, inclusive o belo plano inicial, filmado em um *close up*<sup>4</sup> lento em uma multidão de homens que mais se assemelham a formigas, além da pouca e silenciosa participação do nativo em sua narrativa, atestam uma visão ainda bastante deturpada e eivada de estereótipos de um olhar estrangeiro sobre a paisagem amazônica

Apesar da proposta de renovação empreendida por Herzog, muitos são os elementos que ainda persistem em sua obra frutos de uma leitura exotizada da região

<sup>3</sup> Sobre as cartas da expedição de Pedro de Ursua e Lope de Aguirre ver: VÁZQUEZ (1987) e OTERO SILVA (1988).

<sup>4</sup> Em cinema e audiovisual significa um tipo de enquadramento fechado apenas na parte ou objeto que se quer ressaltar, em geral, no rosto.

amazônica e seus habitantes. A floresta ainda é vista como um espaço “infernado” que por conta das suas muitas e intransponíveis barreiras naturais, dizima a coragem, a saúde e a sanidade do colonizador mesmo que isso seja retratado através de uma forte crítica à ambição desmedida daqueles que se lançavam em aventuras em busca de glória e riquezas.

Em contrapartida, o diretor Colombiano Ciro Guerra em “O Abraço da Serpente” constrói uma narrativa baseada nos diários de viagem reais de dois cientistas europeus que desbravaram a Amazônia em diferentes épocas da primeira metade do século XX: Theodor Von Martius (Jan Bijvoet), inspirado no etnógrafo alemão Theodor Koch-Grunberg (1872-1924) busca a ajuda do índio desterrado da etnia Coihuno, Karamakate (Nilbio Torres) para encontrar uma flor medicinal muito rara e única a poder salvá-lo de uma enfermidade que o assola; e Evan (Brionne Davis) baseado nos diários do etnobotânico americano Richard Evans Schultes (1915-2001) onde o mesmo também segue em busca da mesma planta medicinal só que agora por motivos diferentes, a planta pode lhe salvar do mal de nunca ter conseguido “sonhar”.

Através de inúmeras intencionalidades estéticas e manipulando uma temporalidade que extrapola a linearidade e entremeia os dois momentos narrativos, o diretor e realizador da obra nos leva a desvendar dois universos em confronto e a refletir sobre diversos elementos do histórico do contato: oposição civilização e barbárie; conhecimento hegemônico versus conhecimento ameríndio; o território como constituinte da memória e formadora da identidade; utilização compulsória da mão de obra nativa na exploração da borracha amazônica, dentre outros inúmeros aspectos simbólicos, onde a película tem como principal objetivo empreender uma contraposição às produções clássicas que tomam o elemento nativo a partir das tradicionais representações binárias do bárbaro selvagem e do herói idílico nacional.

É ainda possível reconhecermos vários elementos de uma busca por uma renovação do cinema latino americano contemporâneo na obra de Guerra pós 1980, que busca conjugar as referências do movimento cinema novo das décadas de 1960-70 como a filmagem em espaços reais, com intérpretes não profissionais e tomando os personagens minoritários como personagens principais da narrativa, ao mesmo tempo em que busca conjugar tais referências a uma maior qualidade técnica e não deixando de lado o interesse pelo reconhecimento internacional ao mesmo tempo estético e mercadológico.

Partimos da referencial teórico do “decolonialismo” enquanto uma das categorias chave de entendimento concebido a partir dos debates do grupo de investigadores latino americanos intitulado *Modernidade/Colonialidade* surgida entre os anos 2000 e que visa entre outras coisas, segundo Ballestrin:

[...] se posicionar de forma mais radical no debate pós colonial, visando transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder (2013, p. 4))

Nesse sentido o termo decolonial, grafado sem o “s” tem um aspecto de escolha política e epistemológica alinhada ao que afirma Catherine Walsh, ou seja:

Marca uma distinção com o significado de descolonizar em seu sentido clássico. Deste modo a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (2009, p. 15-16).

Nesse sentido busca-se aqui perceber de que forma o cinema latino americano contemporâneo coaduna-se com as propostas de compreender as constituições identitárias no contexto dos contatos pluriétnicos e de mestiçagem/hibridização a partir de pressupostos conceituais específicos, dando ênfase a novas perspectivas de classificação e compreensão da experiência humana, ou como nos aponta Grosfoguel:

Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político (Grosfoguel y Castro-Gómez, 2007, p. 17).

Igualmente a utilização da obra de Ciro Guerra nos é importante por utilizar-se de outra noção chave para o entendimento do trabalho aqui proposto qual seja, a noção de perspectivismo e multinaturalismo ameríndio desenvolvido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro onde é possível percebermos um grande alinhamento com os pressupostos do decolonialismo uma vez que o mesmo propõe uma leitura que rompe com as oposições natureza X humanidade/cultura; racionalidade X subjetividade, propondo em seu lugar as noções de múltiplas naturezas a partir de uma imersão profunda na experiência de conceituação e construção do conhecimento, fruto das experiências sociais das sociedades indígenas amazônicas (Castro, 2002).

Figura 3: *O Abraço da Serpente* (2016). Antônio Bolívar (o vô Antônio) como o velho xamã coihuano Karamakate.



Fonte: *Screenshots* de cenas do filme.

Sendo assim, a opção do filme “O Abraço da Serpente” para o desenvolvimento da pesquisa parte principalmente das escolhas não só teóricas como estéticas do seu realizador que colocam o indivíduo nativo como elemento principal e direcionador da narrativa. É possível perceber tais escolhas nas palavras do próprio diretor *Ciro Guerra* quando o mesmo aponta e discorre sobre algumas delas:

Esse projeto mobilizou 15 anos da minha vida e me deu capacidades que eu não teria como resumir em palavras, porque, antes de tudo, o filme ensinou-me a ver o mundo de um outro lugar, um outro ponto de observação: o dos xamãs, o da floresta. Perdi muito peso nesse processo. Peso espiritual, peso intelectual, até um peso afetivo. Foi uma libertação, pois «O Abraço...» levou-me a buscar um novo estado de espírito na direção do sonho, de modo que eu pudesse me libertar de referências sensíveis do próprio cinema e buscar o entendimento da novidade à minha frente sem a muleta da lógica do pensamento cartesiano (Entrevista concedida ao site da Revista *Metropolis* em 13 de abril de 2016).

Assim, apesar de ser descrito por *Guerra* não como um retrato fiel do passado, mas um “ambiente do passado reconstituído a partir de uma experiência sensorial” (Op. Cit.) o filme nos coloca em contato com uma interessante reflexão sobre a questão do histórico de contato e suas múltiplas implicações num processo estético de imersão na experiência multinaturalista da perspectiva das identidades indígenas da Amazônia.

Questiona-se assim o papel dos cientistas e viajantes que desbravaram a Amazônia e a forma como construíram leituras e classificações sobre as populações nativas, a forma como a influência das missões católicas desencadearam novas experiências religiosas no contexto do hibridismo pós colonial bem como a forma contundente com que a exploração comercial da Amazônia em contextos como as da exploração da borracha afetaram incisivamente as mesmas.

Várias são as escolhas técnicas e estéticas do autor que nos levam a perceber tais propostas narrativas como a escolha do preto e branco do filme como forma de fugir da “mimese do real” não atingível pela lente da câmera e como forma não só de fazer o



espectador imergir no recorrente uso dos planos intencional e excessivamente amplos como na extensão e imbricação entre homem e natureza amazônicos.

Figura 4: Ator belga Jan Bijvoet como Theo, inspirado no etnógrafo Theodor Köch-Grünberg que empreendeu viagem etnográfico-científica no início do século XX no noroeste amazônico.



Fonte: *Screenshot* de cena do filme.

Outra interessante escolha que nos apresenta o autor é o de rodá-lo em filme 35mm. Assim o mesmo a explica:

La película está inspirada en las imágenes que tomaron los exploradores en los que se basa la historia, imágenes que eran casi daguerrotipos. Son los únicos documentos que sobrevivieron que muestran a muchas comunidades amazónicas. Queríamos que el filme se acercara a esa textura de las fotos, que transportara directamente a esos años (Guerra, entrevista concedida ao site do jornal El Ibérico em 06 de junho de 2016).

Segundo Vera Maria Candau (2008) o modelo de educação intercultural tem como principal objetivo não só o reconhecimento da diferença mas o enfoque no diálogo e valorização da convivência entre as diferentes matrizes culturais, em pé de igualdade de direitos, bem como a construção de projetos mútuos de convivência harmônica e inclusiva (p. 21-23).

A proposta aqui é a de perceber como a oposição entre os pressupostos epistemológicos eurocentrados e as emergências pluriétnicas nos contextos pós-coloniais apresentados pela obra em questão, visam empreender uma crítica aos modelos paradigmáticos modernos em prol de uma educação com foco na interculturalidade.

O que se busca demonstrar é que não há como se efetivar uma educação de fato intercultural e dialógica sem que antes se repense as bases homogêneas e estagnantes

dos modelos e currículos estruturados pela noção universalizada do conhecimento ocidental.

Com esse intuito, e pensando a própria contradição inerente à constituição das novas legislações que defendem o direito à liberdade e à pluralidade étnico-cultural da população brasileira, que, apesar de apontarem para uma esperança no que concerne às políticas de erradicação dos preconceitos raciais, étnicos e culturais, em especial aqui as leis acima mencionadas, é necessário se pensar estratégias de como promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro, e que busque a inclusão dos conhecimentos e costumes dos povos nativos como base importante para se pensar a constituição tanto de uma identidade nacional múltipla quanto das diversas identidades regionais específicas.

Sendo assim, a escolha do filme como objeto de análise e uso para o ensino da História e Cultura Indígena em sala de aula, em atendimento à lei 11645/08 passa, indiscutivelmente, pela reflexão sobre de que história e de qual representação de povos indígenas se pretende ou se está (ou não está, nos parece mais o caso) fazendo, quer seja nas Licenciaturas, quer seja nas escolas de educação básica no Brasil atual.

Portanto, uma reflexão crítica sobre os pressupostos sobre os quais a História vem assentando as suas leituras sobre o passado e o presente das múltiplas e diferenciadas etnias que habitam o espaço geográfico brasileiro se faz cada vez mais necessária. Muitas outras questões ainda existem a serem lidas, interpretadas e trabalhadas e que não caberiam no espaço restrito dessa texto de apresentação preliminar da pesquisa, mas de antemão pontuamos que a escolha do filme como objeto de análise e uso para o ensino da História e Cultura Indígena em sala de aula, em atendimento à lei 11645/08 passa, indiscutivelmente, pela reflexão sobre de que História e de qual representação de populações indígenas se pretende ou se está (ou não está, nos parece mais o caso) fazendo quer seja nas Licenciaturas, quer seja nas escolas de educação básica no Brasil atual.

Muitas outras questões ainda existem a serem lidas, interpretadas e trabalhadas e que não caberiam no espaço restrito dessa apresentação preliminar da pesquisa, mas de antemão pontuamos que a escolha do filme como objeto de análise e uso para o ensino da História e Cultura Indígena em sala de aula, em atendimento à lei 11645/08 passa, indiscutivelmente, pela reflexão sobre de que História e de qual representação de populações indígenas se pretende ou se está (ou não está, nos parece mais o caso)

fazendo quer seja nas Licenciaturas, quer seja nas escolas de educação básica no Brasil atual.

### Referências

BALLESTRIN, Luciana. Para transcender a Colonialidade. Entrevista concedida ao site da **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Em 04/11/2013. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **O Que nos Faz Pensar?** – Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, vol. 14, nº 18, setembro de 2004, p.225-254.

CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

FERRO, Marc. O filme, uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GROSGOUEL, Ramón y SANTIAGO, Castro-Gómez (orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco / Instituto Pensar / Siglo del Hombre, 2007.

LOPES, Rafael de Figueiredo. Ação e Aventura na Amazônia Inventada pelo cinema. In: **Revista Temática**. Ano XI, nº 10, out/2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>

OTERO SILVA, Miguel. **Lope de Aguirre, príncipe da liberdade**. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

SILVA, Edson. Os Povos Indígenas e o ensino: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: ROSA, A. BARROS, N. (orgs.). **Ensino e Pesquisa na Educação Básica: abordagens teóricas e metodológicas**. Recife: EDUFPE, 2012.

SILVA, Fabiana Maranhão Lourenço da. Tendências do Cinema Latino Americano Contemporâneo. In: **Iniciacom**. Vol. 1, N. 2, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/377>

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009. Disponível em:

<http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wpcontent/uploads/2012/01/InterculturalInterc-estado-y-sociedad.pdf>

VÁZQUEZ, Francisco. **El Dorado**: crónica de la expedición de Pedro de Ursua y Lope de Aguirre. Introducción y notas de Javier Ortiz de la Tabla. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

# OS USOS DA MEMÓRIA NAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM GIL VICENTE E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE

*Renata de Jesus Aragão Mendes\**

**Resumo:** Esta proposta de trabalho se preocupa em compreender como a memória nos ajuda a pensar nas relações entre passado e presente e na contribuição do ensino de História para a compreensão das questões de gênero que permeiam a sociedade atual. Para o desenrolar deste objetivo nos interessamos em conectar as discussões que giravam em torno do feminino no período tardo-medieval, com algumas questões de gênero presentes no contexto atual. Estas conexões são feitas por meio dos resultados obtidos da pesquisa relativa às representações femininas nas peças de Gil Vicente (1465?-1527?), nas quais destacamos a permanência de um imaginário misógino, fortificado no período medieval e que ainda é constante na atualidade, pelos resquícios ainda evidentes. Estes indícios nos fazem constatar a relevância do ensino de História na atualidade e de seu papel de conferir significado ao mundo e as questões debatidas na realidade cotidiana.

**Palavras-chave:** Gênero. Memória. Gil Vicente

## Introdução

Este artigo busca apresentar os usos que Gil Vicente faz da memória cristã, na construção de um imaginário misógino, no período tardo-medieval, por meio das representações femininas em suas peças. E, por sua vez, buscamos discutir de que forma esta memória cristã serve ainda na atualidade como mecanismo de legitimação da inferioridade feminina, por meio dos resquícios misóginos ainda evidentes.

Por critérios de verossimilhança utilizamos quatro peças<sup>1</sup> específicas de Gil Vicente, a saber, o *Auto da Índia* (1509), o *Auto da Sibila Cassandra* (1513), *Quem tem farelos?* (1515?) e a *Farsa de Inês Pereira* (1523). Ambas as peças nos apresentam personagens femininas com elementos comportamentais mais próximos da realidade inerente ao contexto social no qual o teatrólogo estava inserido.

Nesse sentido, de início iremos discutir um pouco do que se conhece sobre a biografia de Gil Vicente e de sua forma de pensar. Aliás, é de fundamental relevância entender o contexto, no qual esse homem estava inserido, para compreendermos o

---

\* Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Bolsista pelo programa de incentivo à pesquisa CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Zierer (CECEN-UEMA).

<sup>1</sup> Essas peças estão presentes na *Compilação de Todas as Obras de Gil Vicente* (1562), a qual se encontra transcrita pelo Centro de Estudos de Teatro da FLUP na coleção *As Obras de Gil Vicente* referente ao ano de 2002.

significado das representações femininas nas peças supracitadas. Posteriormente, discutiremos quais as imagens do feminino que o teatrólogo se apropria para conferir sentido às suas representações e alcançar seus objetivos. Por fim, buscamos relacionar de que forma esse imaginário construído por Gil Vicente sobre as mulheres de sua época, nos permite pensar nas permanências de algumas questões de gênero na atualidade, paralelamente com a articulação do conceito de memória.

### **Gil Vicente em Portugal dos Quinhentos**

Embora os estudos sobre Gil Vicente tenham cada vez mais crescido, ainda se conhece muito pouco sobre sua biografia. Afinal, mesmo que este teatrólogo tenha se tornado poeta de corte, e ganhado prestígio entre os reis D. Manuel I, D. João III e principalmente a rainha D. Leonor (TEYSSIER, 1982, p. 7), não nasceu em uma família nobre (TEYSSIER, 1982, p. 13), para que registros sobre ele fossem deixados com mais detalhes; o que, aliás, não diminui sua importância no ambiente em que viveu, mas sim evidencia a sua maestria, ao ter se tornado o fundador do teatro português<sup>2</sup>

Contudo, a sua obra – em forma de *Compilação* e folhetos populares<sup>3</sup> – é o principal meio de acesso ao pouco que conhecemos dele (PICCHIO, 1984) e de sua forma de pensar. O que grande parte dos estudiosos vicentinos defendem é que Gil Vicente tenha nascido presumivelmente entre 1465 a 1470 e morrido em 1536 ou 1537<sup>4</sup>. Logo, “mestre Gil” viveu em um período tradicionalmente conhecido pela historiografia, enquanto de rupturas do período medieval para a modernidade mercantil (GARCÍA, 2006, p. 29).

Gil Vicente testemunhou o alvorecer da Expansão Marítima em Portugal (BERARDINELLI, 2012), processo que data de princípios da Dinastia de Avis (1385-1580) (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 156). E sendo poeta de corte dos reis D. Manuel I e D. João III, continuadores dessa política expansionista, conhecia de perto a situação política e econômica do reino (GARCÍA, 2006, p. 30).

---

<sup>2</sup> Sobre esta constatação autores os mais diversos já debateram. Ver (BRAGA, [s/d], p. 11; FERREIRA, 1939, p. 201; GARCÍA, 2006, p. 36; TEYSSIER, 1982, p. 32; SPINA, 1974, p. 11).

<sup>3</sup> As folhas volantes ou folhetos populares foram ao que se sabe atualmente as primeiras e principais formas de divulgação das peças do teatrólogo (TEYSSIER, 1982).

<sup>4</sup> Entre os principais autores que discutem sobre esta temática estão: (BERARDINELLI, 2012, p. 10; CRUZ, 1990, p. 9; FERREIRA, 1939, p. 204; GARCÍA, 2006, p. 27; SPINA, 1974, p. 156; TEYSSIER, 1982, p. 9).

Aliás, há que se dizer que à época destas transformações, a Europa estava abalada com a corrupção em torno da Cristandade, que ocasiona, após vários concílios<sup>5</sup>, a Reforma Protestante de 1517, encabeçada por Lutero. Segundo Delumeau (1994, p. 123) dos grandes aos pequenos todos sabiam da corrupção que havia atingido a Igreja; o Concílio de Basiléia foi a prova disso, onde “a vontade de reforma vinha essencialmente da própria base”. Então quando a Europa abre as portas para um novo século, o XVI, a sociedade já estava descrente nos valores cristãos, que Lutero buscava resgatar por meio da reforma da teologia cristã até então predominante (DELUMEAU, 1994, p. 134).

Nessa perspectiva, Gil Vicente viveu em uma época profundamente conturbada, na qual muitas das discussões de séculos anteriores, acabaram desembocando em mudanças significativas na sociedade dos Quinhentos, tanto na esfera político-econômica quanto na religiosa.

Contudo, o teatrólogo estava mergulhado em uma forma de pensar tipicamente medieval, sendo um católico sincero e devoto aos princípios que tinha como verdadeiros (TEYSSIER, 1982). Por isso, muito mais do que os pontos positivos, esse poeta apresenta as consequências negativas destas transformações sociais no comportamento de diferentes tipos sociais<sup>6</sup>, entre os quais estavam as mulheres.

Mas há que se deixar claro que o teatrólogo era um profundo defensor da política do monarca (TEYSSIER, 1982, p. 139). Sendo assim não era contra a Expansão Ultramarina, pois partilhava da ideologia régia quanto aos objetivos de evangelizar àqueles que não conheciam a fé cristã (TEYSSIER, 1982, p. 139). Mas, era satiricamente crítico àqueles que buscavam nessas viagens marítimas satisfazer seus próprios interesses; uma realidade cada vez mais comum naqueles tempos segundo António Coelho (2000, p. 65), e que Gil Vicente diagnosticava em suas peças (GARCÍA, 2001).

O teatrólogo temia profundamente “os perigos e ameaças” que estavam a fincar raízes naquela sociedade da sua época.

É certo que são sentidos pelo dramaturgo os perigos e ameaças que espreitam este império, mesmo em seu interior: em primeiro lugar, os

---

<sup>5</sup> Só na Idade Média foram 19 concílios (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 68).

<sup>6</sup> Segundo José Roberto Mello (1992, p. 80) a individualização não foi um forte no período medieval, uma vez que predominava o coletivo; as pessoas eram identificadas pela profissão ou ofício. Cada pessoa desempenhava uma função, onde todos dependiam dela. Isto segue a ordem hierárquica definida na Idade Média. É dentro dessa perspectiva que Gil Vicente representa seus personagens. Segundo Paul Teyssier (1982, p. 118) os tipos sociais eram generalizados e dificilmente individualizados; geralmente sempre se repetiam, principal indicativo da estrutura que compunha o homem medieval.

homens corruptos pelos vícios e pela cobiça de riqueza que vêm na sua participação na Expansão Portuguesa apenas uma fonte de lucro [...] e um meio de ascensão social [...]. Há assim, segundo Gil Vicente que **sopesar valores e ideias, tornando-se especialmente gravoso desperdiçar riqueza em luxo e ostentação, em lugar de aplicar os rendimentos em cometimentos de propagação da fé [...]** num claro objectivo de traçar um ideal de conduta. (CRUZ, 1993, p. 340, grifo nosso).

Esses foram os resultados da expansão na “capital” portuguesa. A Lisboa do século XVI esbanjava “luxo e devoção” (MARTINS, 1882, p. 22); sendo o primeiro em detrimento do último. Evidentemente que a dissidências em torno da Cristandade quiçá devem ter provocado esse distanciamento dos cristãos em relação a fé, já tão abalada naquele contexto.

Esmiúçar ao máximo o posicionamento do teatrólogo, no que tange às questões políticas e religiosas do reino foi deveras necessário, “pois um dos aspectos envolvidos na compreensão da obra vicentina são as relações político-religiosas do autor” (GARCÍA, 2006, p. 31); desde já evidenciamos a preocupação do autor com dissolução dos costumes, que passou a imperar no reino português a partir do empreendimento mercantil (CRUZ, 1990, p. 264-265). No campo das práticas o autor evidencia o domínio de um “mundo às avessas”<sup>7</sup> e de “cara atrás” aos valores, que estavam sendo desconsiderados enquanto tais.

### **Gil Vicente: entre a misoginia e o resgate de uma memória cristã**

Diante dessas mudanças, Gil Vicente apresenta o que seriam as consequências práticas na conduta dos tipos femininos. Como seu teatro cumpria uma função pedagógica (GARCÍA, 2006, p. 38) de reeducar todos aqueles que se desviavam das convenções sociais estabelecidas, o teatrólogo faz uso de uma memória cristã para conseguir alcançar seus objetivos.

---

<sup>7</sup> Essa expressão é referida pelo Paul Teyssier (1982, p. 159) para explicar o que segundo o pensamento vicentino teria se transformado a sociedade portuguesa de Quinhentos. Nessa perspectiva, esse termo seria reflexo da inversão das normas estabelecidas; da predominância dos vícios, de comportamentos considerados inadequados segundo o teatrólogo. Geralmente esse ‘mundo às avessas’ é representado nas farsas, que por terem conteúdo satírico trazem à cena tipos sociais que representam a dissolução dos costumes religiosos que afetariam segundo Gil Vicente à manutenção da ordem social. Nesse caso, o riso ganha um papel predominante nessas peças, pois é utilizado pelo teatrólogo como principal meio de crítica social (TEYSSIER, 1982, p. 169). Nessa mesma perspectiva, Maria Leonor da Cruz (1990) defende que Gil Vicente estaria apontando para o “mundo de ‘cara atrás’”, ou seja, que estaria seguindo caminhos opostos ao defendido pela Igreja.



O próprio Le Goff (1990) já discutia que no período medieval havia o predomínio de uma memória eminentemente cristã, construída em torno do sagrado, para legitimar determinadas práticas tidas enquanto necessárias à salvação.

Diante do exposto é exatamente esta memória que Gil Vicente resgata para reafirmar um modelo feminino em detrimento de outro, ao constatar a predominância de condutas sociais tidas enquanto imprudentes. Como profundo defensor do modelo mariano é a imagem da Virgem que o teatrólogo buscava resgatar por meio da memória, construída pela literatura clerical em torno dessa mulher, que de tão perfeita tornou-se inacessível (DALARUN, 1993, p. 55). Mas, Gil Vicente afirmava veemente a acessibilidade deste modelo, ao defender condutas comportamentais associadas as virtudes marianas. Logo, para o teatrólogo tudo que fugia a este modelo constituía-se enquanto contramodelo e, ao mesmo tempo, perigo a manutenção de uma sociedade com valores cristãos.

Nessa perspectiva, o teatrólogo compartilhava da literatura misógina legitimada sobre o feminino durante todo o período medieval. Isso é perceptível na construção das “heroínas individuais” Constança, Cassandra, Isabel e Inês, pertencentes aos autos *da Índia* (1509), *da Sibila Cassandra* (1513), *Quem tem farelos?* (1515) e *Inês Pereira* (1523), respectivamente. Para representá-las, o poeta se utiliza da imagem negativa construída em torno de Eva, por clérigos, moralistas e outros religiosos. Os principais elementos identificáveis dessa mulher- Eva nas peças supracitadas são: inferioridade, submissão e vícios. Com isso, Gil Vicente busca reabilitar a imagem da Virgem e reforçar esse modelo.

O século XII, é o grande momento que a literatura clerical se utiliza das imagens bíblicas de Eva e Maria, para defender e legitimar de todas as formas um modelo em detrimento do outro e, ao mesmo tempo, definir papéis comportamentais, tidos enquanto virtuosos à boa conduta feminina.

Primeiramente utilizando-se da imagem de Eva, os clérigos deste período, apropriando-se das interpretações bíblicas do Livro de *Gênesis* pelos pais da Igreja, assumiram a função de justificar um lugar de inferioridade às mulheres (KLAPISCH-ZUBER, 2002, p. 139-140). Nessa lógica, não seria somente o pecado original, atribuído majoritariamente a Eva, a chave da explicação patrística, tendo em vista que, “[...] mais do que a Tentação, foi a criação que colocou, para a teologia medieval, os princípios de uma natureza feminina segunda e inferior, e portanto subordinada [...]”.

Segundo esta interpretação, Eva foi criada para ser inferior, para obedecer, antes mesmo do pecado original se efetivar. Afinal, ela teria surgido da costela de Adão (*Gn*, 2: 21-24). Logo, dentro dessa lógica, Eva não teria, ao contrário de Adão, sido feita à imagem e semelhança de Deus (MACEDO, 2002, p. 66). Isto legitimou que “o homem, primeiro ser da criação, imagem de Deus mais semelhante ao original, a natureza mais perfeita e mais forte, deve dominar a mulher” (KLAPISCH-ZUBER, 1989, 205).

Ora, as mulheres eram vistas enquanto seres totalmente dependentes dos homens, – independentemente da camada social – ou que sobretudo, deveriam depender dele (MACEDO, 2002, p. 66). Nesse sentido, “por causa desta mistura de excesso e de submissão que ela deve a sua ‘natureza’, a mulher não pode gerir sozinha os seus desejos e as suas relações com os outros: é ainda ao homem que compete domá-las, refreá-las” (KLAPISCH-ZUBER, 2002, p. 28).

Para que as mulheres se afastassem desse modelo negativo, criado em torno de Eva, surge o modelo mariano. E muito embora, a devoção à Virgem Maria, surgida a partir do culto mariano do século XII, tenha servido de início como exemplo para os próprios monges (DALARUN, 1993, p. 55), aos poucos seu modelo é alargado a todas as mulheres. Sendo assim, tudo aquilo que os clérigos afirmavam enquanto virtudes necessárias à boa conduta feminina, foram inseridas enquanto partes desse modelo, entre as quais estavam: a castidade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia, custódia (CASAGRANDE, 1993, p. 138).

Gil Vicente reforça essa imagem virtuosa, pautada na Virgem, quando evidencia personagens insubmissas, buscando fugir desse padrão estabelecido ao sexo inferiorizado. A personagem Cassandra do Auto homônimo, bem como Inês Pereira da farsa que leva seu nome, são os melhores exemplos de moças insubmissas no interior da camada camponesa, na qual estavam inseridas.

Cassandra se esconde por detrás da opinião de que iria reencarnar a Virgem Maria, para não casar de forma alguma com o pretendente Salomão, que a desejava como esposa (I, v. 2-11, p. 51). Essa repreensão ao matrimônio, tida por ela enquanto “notório purgatório” (I, v. 118-119, p. 54), era pura e simplesmente porque a moça escutava as queixas das “vecinas”, em relação as “[...] malinas condiciones de maridos uno de ensoberbecidos y aborridos outros de médio galinas otros llenos de mil celos y receloss siempre aguzando cuchillos sospechosos amarillos/y malditos de los cielos [...]” (I, v. 123-133, p. 54-55).

A queixa das vizinhas indica muito do que era exigido às esposas na relação com o sexo masculino: a saber, extrema submissão (CASAGRANDE, 1993, p. 137) ou ter que “afirmar que el blanco es dotra color” (I, v. 170-71, p. 56), o que aliás Cassandra evitava.

Enquanto aquela moça buscava fugir do casamento para não ser submissa ao marido, Inês, uma moça da vila, buscava urgentemente casar, mas para livrar-se dos afazeres domésticos, fosse porque estava fadada ao lavrar ou por “jazer sempre dum cabo” (II, v. 3; 24, 559-560).

Contudo, o casamento com o escudeiro Brás da Mata não lhe reservou uma fuga do aprisionamento do lar. Muito pelo contrário, se queria fugir de uma vida “encerrada” dentro de casa (II, v. 13, p. 559), o marido lhe mostrou que não apenas estaria sujeita ao encerramento dentro de casa, “como freira d’Oudivelas”, como não a deixou falar “com homem nem molher que (fosse); /nem somente ir à Igreja” não queria ele deixar (II, v. 800-802; 807, p. 584).

Gil Vicente toma exatamente aquilo que a literatura didática determinou às esposas, no que diz respeito ao espaço a ser frequentado por elas, após selada a união. O olhar negativo em relação às mulheres que saíam do lar era tão grande, que o marido de Inês prega as janelas para que a esposa nem sequer avistasse o que estava do lado de fora (II, v. 803-804, p. 584). Afinal, “para ir ao encontro do pecado não é necessário andar muito caminho nem participar em reuniões especificamente suspeitas, basta ir a porta ou janela” (CASAGRANDE, 1993, p. 118).

Inês enxergava no casamento, a oportunidade de alcançar seus objetivos de ascensão social, em meio a uma sociedade estruturada em torno da mobilidade social. Optou por Brás da Mata, ao ter famelicamente lhe garantido ser um “escudeiro privado” (II, v. 539, p. 576), a saber, que frequentava a corte.

Contudo a escolha de Inês por um partido que lhe parecia ser mais condizente com as suas ambições, não lhe permitiu alcançar uma vida de dona. Aliás, desde o *Auto da Sibila Cassandra* o teatrólogo já afirmava o lugar da esposa dentro da relação conjugal. Com a *Farsa de Inês Pereira* temos o ápice desse processo. O poeta reitera nessa farsa, o que já havia feito naquele auto, no que diz respeito ao silenciamento da esposa diante das decisões do marido. A fala do escudeiro Brás da Mata é expressiva nesta questão: “vós não haveis de mandar / em casa somente um pelo / **se eu disser isto é novelo/ havei-lo de confirmar**” (II, v. 817-820, p. 534, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Gil Vicente evidencia nessas peças, um lado muito mais complexo do casamento. Afirmou e reiterou quantas vezes entendeu como necessário, que o matrimônio era e deveria continuar sendo o pleno espaço de atuação do exercício e do poder de mando do homem. E, portanto, não deveria ser encarado enquanto puro mecanismo de ascensão social, como ocorre na *Farsa de Inês Pereira*.

Aliás, Gil Vicente condenava aqueles que buscavam desestruturar a ordem social, buscando sair da condição que Deus destinou a cada um (TEYSSIER, 1982, p. 141). Segundo Maria Leonor G. da Cruz (1990, p. 251) “[...] é precisamente essa falsidade e essa cobiça que Gil Vicente condena no homem do seu tempo, seja qual for a sua posição e ofício”.

No entanto, a preocupação do teatrólogo com a temática remonta a outra farsa, chamada *Quem tem farelos?* (1515), quando coloca em cena uma moça chamada Isabel, expressando os mesmos desejos, que levaram Inês a casar com Brás da Mata. Afinal, assim como esta moça, Isabel deixa-se envolver por um escudeiro que dizia ser “privado”, tal qual o de Inês. O famélico escudeiro Aires Rosado, prometia tanto a sonhadora Isabel, quanto a sua família, uma vida de dona (II, v. 319-120, p. 164). Afinal, essa moça, assim como Inês Pereira, estava inconformada com as obrigações domésticas, que a mãe lhe destinava. O tecer era para Isabel pior do que o lavar (II, v. 516, p. 169), assim como tudo que envolvia o mundo doméstico.

Logo, aliado a submissão ao homem, Gil Vicente reforça a submissão aos deveres domésticos, uma vez que dentro da literatura didática a preguiça era considerada um pecado, que particularmente as mulheres deveriam se afastar. Ora, segundo Carla Casagrande (1993, p. 31) “perigoso para toda a humanidade, dado ser origem e fundamento de uma série de comportamentos viciosos, o ócio é considerado especialmente perigoso para as mulheres [...]”. Além disso, uma esposa preguiçosa (era) vista como uma maldição para o marido [...]” (HUFTON, 1994, p. 48).

Mas nem Isabel, muito menos Inês, se importavam com isso. O que sustentava seus desejos era simplesmente a possibilidade de casar com alguém de diferente condição social, que lhes livrassem de práticas tão cansativas.

Nessa perspectiva, a ambição era considerada por Gil Vicente o grande mal daquele século, pela qual muitos, independentemente do sexo, estavam deixando-se envolver. Contudo, para o teatrólogo era particularmente perigoso para as mulheres, já “naturalmente” associadas ao pecado, tomarem a insatisfação social enquanto conduta

comportamental. Elas não podiam e nem deveriam buscar alcançar um status que não lhe pertencia. Porém, este receio do autor, quanto a esta questão, era o mesmo dos clérigos e moralistas medievais: evitar que as mulheres se desprendessem do papel de submissas e se colocassem numa posição de independência dentro da relação conjugal.

Nesse sentido, para o teatrólogo o desprendimento das mulheres, quanto as regras que deveriam predominar na relação entre os sexos, dentro do casamento, levariam a práticas condenáveis, como o adultério. É bem verdade que esta prática sempre foi considerada, pelos clérigos, enquanto uma conduta comportamental típica das mulheres, que por vingança traíam os maridos com amantes, pelo desejo “natural” insaciável que as consumiam. Afinal, “diante do marido que as solicita, fecham-se, reprimindo seu ardor. Em compensação, insatisfeitas, correm atrás dos amantes” (DUBY, 1997, p. 59).

Esse discurso da mulher enquanto ser naturalmente voltado para o prazer sexual é mais uma vez construído em torno da imagem de Eva. Esta imagem é reforçada no século XII, com a Reforma Gregoriana, uma vez que “[...] ela é a mulher de que o clérigo se deve afastar, a mulher de pouca condição de que se devem purificar as uniões principescas, a filha do Diabo” (DALARUN, 1993, p. 53). Dentro desse discurso – reiterado secularmente no período medieval e para além dele –, Eva é carne, corpo sexuado, e por isso o pecado original é transformado em pecado sexual (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 11). Ora, foi ela a tentadora (DALARUN, 1993, p. 35); o pecado original teria sido fruto da luxúria desta mulher, uma vez que “a queda, não duvidam disso, foi provocada pelo apetite de prazer” (DUBY, 1997, p. 293).

Essa imagem é bem representativa na farsa o *Auto da Índia* (1509), quando o teatrólogo representa Constança enquanto uma mulher luxuriosa, que fez o que bem queria da relação conjugal e, que tinha pleno domínio sobre ela. Identificada enquanto uma mulher de soldado (SARAIVA; LOPES, 1979, p. 207), a personagem trai o marido com dois amantes, chamados Lemos e Castelhana, quando aquele viaja para as Índias, movido unicamente pela ambição social. Afinal, a corrida incessante por ouro passou a predominar a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521).

Constança, é antes de tudo uma mulher da cidade que como muitas, no século XVI, foram deixadas sozinhas a cuidar da casa, enquanto os maridos buscavam enriquecer nas viagens às Índias. Ora, é sabido que “um marido fora de casa, nestas condições, proporcionava um ‘des-governo’ da casa e facilitava a aproximação de

pretendentes, cada um com uma estratégia própria de cativação da mulher” (OSÓRIO, 2005, p. 129-130).

Na farsa, a própria serviçal de Constança, chamada Moça, afirma qual era a conduta desta esposa: “quantas artes, quantas manhas/ que sabe fazer minha ama:/ um na rua outro na cama” (II, v. 353-355, p. 182).

A luxúria era tida enquanto um grave pecado dentro da Cristandade (VECCHIO, 1993, p. 149), porque segundo o discurso cristão, era revelador de práticas condenáveis como o adultério. Aliás, a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521), no qual uma nova legislação passou a ser colocada em discussão – *Ordenações Manuelinas* – esse pecado adquiriu ainda o status de crime, com profundas consequências ao sexo feminino (SANTOS, 2011, p. 9).

Logo, Gil Vicente enquanto sincero católico, condenava por meio da sátira quaisquer tipos de comportamentos, que levassem a desestruturação do quadro da família. Por isso, a crítica moral vicentina ocorria de forma ainda mais satírica nessa farsa, porque assim como em obras de Boccaccio e Geoffrey Chaucer, analisadas por Luís Siczkowski (2001, p. 16) “[...] o espaço do adultério é o próprio local da casa, considerado um topo sagrado, símbolo de pureza e santificação”. Segundo Klapisch-Zuber (1989, p. 205-206) esse espaço era propriamente reservado as mulheres para manter-se afastadas dos vícios mundanos, logo não deveria ser local de concupiscência.

Esse domínio é, em primeiro lugar, a casa, espaço simultaneamente protegido e fechado, e dentro da casa, certos espaços mais reservados, como o quarto, referido anteriormente, a sala de trabalho, a cozinha [...]. Introduzir a esposa recém-casada nesse espaço implica sempre certos rituais que sancionam a sua admissão, mas que também a afastam do mundo exterior. A fragilidade e a fraqueza das mulheres exigem proteção e vigilância. As suas andanças pelo exterior devem reduzir-se a percursos bem controlados: a igreja, o lavadouro, o forno público ou a fonte, lugares que variam de acordo com social, mas que são designados de uma forma precisa.

Esta mulher representa aversão ao que era exigido à boa esposa, principalmente na relação sexual, na qual “[...] convém respeitar estritamente as regras e os ritos de uma conjunção de corpos que têm igualmente por função moderar a luxúria” (ROSSIAUD, 2002, p. 480).

Mas a cena se repete novamente na *Farsa de Inês Pereira*, quando Inês depois de receber a notícia de que o marido morrera na guerra, casa-se apressadamente com aquele que teria sido o seu primeiro pretendente na peça, o camponês chamado Pero

Marques. Aliás, este foi rejeitado pela moça, pura e simplesmente porque não tinha o sangue nobre que seu falecido marido dizia possuir.

O camponês mostrou-se ao longo de toda a farsa um parvo, que estava disposto a fazer todas as vontades da amada Inês, tanto que a aceita, mesmo após ter sido rejeitado. Por isso, a esposa sabendo do quão parvo era seu novo marido, torna-se infiel, o traindo com o personagem Ermitão, que surge no último momento da farsa, enquanto o antigo namorado dessa personagem.

O asno a carrega ao encontro do amante. E, no final, canta Inês Pereira: “Marido **cuco** me levades / e mais duas lousas /pois assi se fazem as cousas [...] Sempre fostes percebido pera **gamo** / [...] Sempre fostes percebido pera **servo**” (II, v. 1128-1130;1134-1135;1140-1141, p. 594). Estas expressões indicam que para o teatrólogo, o adultério era consequência de relações nas quais os homens permitiam que as mulheres fossem insubmissas. O marido segundo ele deveria sempre mostrar o domínio sobre suas esposas, e nunca o contrário, porque quando o inverso predominava toda uma ordem se desestruturava, gerando o tão famigerado “mundo às avessas”, diagnosticado por Gil Vicente negativamente àquela época.

## Conclusão

Gil Vicente compartilhava da literatura misógina medieval. Ao compartilhar desse imaginário ele entende que a solução é educar os tipos femininos, criticando comportamentos tido enquanto condenáveis. Nessa perspectiva, o teatrólogo é o maior exemplo dos usos que um autor, ou mesmo um grupo social, pode fazer da memória para conseguir alcançar seus objetivos. Ele naquela época fez uso da memória construída em torno de Eva, para negá-la e, em contrapartida, resgatou a imagem construída em torno da Virgem, para afirmá-la e legitimá-la enquanto modelo ideal, buscando assim que todas as mulheres, mesmo as camponesas se identificassem a uma memória coletiva.

Por meio das peças supracitadas, identificamos o poder do discurso clerical, criado desde os primeiros séculos medievais, na legitimação de papéis e modelos de conduta necessários ao sexo feminino. Na época de Gil Vicente, continuava o mesmo discurso medieval e misógino a predominar. Contudo, este discurso não se restringe à época vivida por este poeta, uma vez que vemos ainda o quanto essa memória cristã é

reativada de diversas formas, para legitimar a permanência de uma estrutura social patriarcal, principalmente dentro de casa, na qual homens e mulheres, conscientes ou inconscientemente, afirmam um lugar de submissão a mulher, seja ela filha ou esposa. Elementos como virgindade, submissão e adultério ainda permeiam a sociedade atual. E muitas vezes esses elementos são reforçados ou repudiados, levando-se em consideração as interpretações bíblicas.

Em um outro ângulo, em meio aos debates surgidos em torno do feminismo, vemos frequentemente as imagens, construídas no período medieval, sobre o papel relegado às mulheres, ser negada de todas as formas, para se afirmar a independência feminina, dentro de uma outra configuração. Sendo assim, ainda na sociedade atual brasileira vemos primas opostos convivendo paralelamente.

Na verdade, podemos dizer que o discurso somente se reconstrói, mas jamais se destrói. Mesmo no século XXI, as mulheres ainda travam cotidianamente uma guerra contra o discurso que se reafirma, pois, querendo ou não, a sociedade brasileira ainda está estruturada pelo patriarcado – herança portuguesa. O discurso ainda vive.

## **Referências**

### **Fontes**

CAMÕES, José (direção científica). **As obras de Gil Vicente**. Vol. I, II e V. Lisboa: INCM, 2002.

Bíblia. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 10ª ed. São Paulo: Paulus, 2015.

### **Estudos**

BRAGA, Teófilo. **História da Literatura Portuguesa II: Renascença**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

BERARDINELLI, Cleonice (org.) **Gil Vicente**: autos: organização, apresentação e ensaios- Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CASAGRANDE Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.) **História das Mulheres no Ocidente**: Idade Média. 476ª ed. v. 2, 1993, pp, 99-141.

COELHO, António Borges. Os argonautas portugueses e seu velo de ouro (Séculos XV-XVI). In: MATTOSO, José [et all]; TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 57-87.



CRUZ, Maria Leonor García da. **Gil Vicente e a sociedade portuguesa de quinhentos**: Leitura Crítica num Mundo de “Cara Atrás” (As personagens e o palco de sua acção). 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Gil Vicente e a sociedade portuguesa de quinhentos**: Leitura Crítica num Mundo de “Cara Atrás” (As personagens e o palco de sua acção). 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.) **História das Mulheres no Ocidente**: Idade Média. 476ª ed. v. 2, 1993, pp. 30-63.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Ed. Estampa, 1994. Vol. I e II.

DUBY, Georges. **Damas do século XII**: Eva e os Padres. Vol. 3. Tradução Maria Lúcia Machado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Joaquim. **História da Literatura Portuguesa**. 2ª ed. Portugal: Editorial Domingos Barreira, 1939.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média**: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GARCÍA, Flávio. **Copilaçam de estudos vicentinos** — Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

\_\_\_\_\_. Mulher e adultério em Boccaccio e Gil Vicente. **Caderno Seminal**. Rio de Janeiro: DIALOGARTS, ano 8, n. ° 10, 2001, pp. 127-138.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon (org.). **A História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. 507ª ed. v. 3, 1994, pp. 23-69.

KLAPISCH- ZUBER, Christiane. A mulher e a família. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989, pp. 193-208.

\_\_\_\_\_. Masculino/feminino. In: SCHIMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Tradução de Hilário Franco Jr. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp.137-151.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. TRUONG, Nicolas (org.). (1924). **Uma História do corpo na Idade Média**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ª ed. - revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002. - (Repensando a História).

MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**. (Bibliotheca das Sciencias Sociais). 3ª ed. Emendada. – Lisboa: Bertrand, 1882. Vol. 1 e 2.

MELLO, José Roberto. **O cotidiano no imaginário medieval**. – São Paulo: Contexto, 1992.

OSÓRIO, Jorge A. Solteiras e casadas em Gil Vicente. **Península**. Revista de Estudos ibéricos, n. ° 2, 2005, pp. 113-16.

PICCHIO, Luciana Stegagno. “Gil Vicente” (excerto). In: **História e antologia da literatura portuguesa século XVI**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. 1984, p. 11-12.

ROSSIAUD, Jacques. Sexualidade. In: FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon (org.). **A história das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna**. 507ª ed. v. 3, 1994, pp. 477-493.

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittni dos. Relações de gênero no livro V das Ordenações Manuelinas (Portugal - Século XVI). In: XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH **Anais...** São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180091\\_ARQUIVO\\_comunicacao\\_giovanna\\_anpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180091_ARQUIVO_comunicacao_giovanna_anpuh2011.pdf). Acesso em: 30 jul. 2017.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Editora Porto, 11ª ed. 1979, 1212p.

SIECZKOWSKI, Luís Flávio. Representações do feminino e Boccaccio e Chaucer: o adultério na Idade Média. **Caderno Seminal**. Rio de Janeiro: DIALOGARTS, ano 8, n. ° 10, 2001, pp. 7-22.

SPINA, Segismundo. **Era Medieval: Presença da literatura portuguesa-1**. 5ª ed. – São Paulo: Difusão europeia do livro.

TEYSSIER, Paul. **Gil Vicente: O Autor e a Obra**. 1ª ed. Biblioteca Breve, v. 67. Lisboa: ICALP, 1982.

VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.) **História das Mulheres no Ocidente: Idade Média**. 476ª ed. v. 2, 1993, pp. 143-83.

**ANISTIA E REPRESENTATIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES  
MARANHENSES PRÓ-ANISTIA NOS ANOS 1978-1979. UMA ANÁLISE  
DOCUMENTAL DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)**

*Ruan Fernandes de Almeida\**

No intuito de auxiliar nos estudos históricos e historiográficos serão analisados, neste trabalho, os dossiês que detalham como os agentes de informações observavam as organizações pró-anistia, mais especificamente no Maranhão, para entender sobre a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), e a representatividade real e a analisada (pelos agentes do SNI) dos movimentos pró-anistia durante a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira nos anos 1978 e 1979, momento em que as atividades da sociedade civil em prol da Anistia foram intensas, dando um panorama acerca da atividade do SNI no estado e das organizações constantemente analisadas por entidades do governo ditatorial. Para tal estudo foram observados documentações que circulavam apenas entre os militares do governo, sendo categorizados como confidenciais, e que somente agora se tem acesso a eles, com a decorrente democratização dos documentos provenientes dos acervos da polícia política, propiciando uma análise única da sociedade e movimentações sociais no recorte temporal aqui escolhido.

A ditadura empresarial-militar (1964-1985) possuía diversas estratégias para se manter no poder, sendo uma delas obter informações sobre movimentos que se manifestassem contra o governo ou suas decisões. Pode se utilizar de conceitos para entender como os militares permaneceram no poder por 21 anos, incluindo os conceitos de Gramsci, analisados por Carlos Nelson Coutinho, de sociedade política/Estado de coerção<sup>1</sup> e de sociedade civil.<sup>2</sup> A pesquisa aqui desenvolvida toma como referências as obras de Thomas Skidmore em *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*, de 1988, que apresenta os pontos centrais da contextualização histórica, e Carlos Fico em *Como eles agiam* (de 2001), que ao utilizar um arquivo de documentos oficiais, advindos de

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Profª. Drª. Monica Piccolo. Esta pesquisa advém de um projeto de iniciação científica quando era bolsista PIBIC UEMA/FAPEMA no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil”.

<sup>1</sup> “[...] é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência [...]” (COUTINHO, 1989, p. 76).

<sup>2</sup> Segundo Carlos Nelson Coutinho: “[...] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias [...]” (1989, p. 76).

órgãos do governo, aproxima-se em muito da documentação primordial da pesquisa aqui desenvolvida, ou seja, documentos e dossiês produzidos pelos próprios agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). A partir dessa abordagem, documentos não investigados e explorados, ainda, trarão novas perspectivas e debates no âmbito acadêmico e social, com o enfoque ao estado do Maranhão.

Este artigo terá como foco a recuperação das especificidades maranhenses, no âmbito político, durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil durante o momento de transição política. Este trabalho é voltado para a análise dos dossiês montados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que segundo Fico “[...] era o órgão central do SISNI<sup>3</sup> [...] competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional” (FICO, 2001, p. 81). A anistia era uma das grandes bandeiras que eram levantadas dentro desse quesito da abertura política. Movimentos aumentavam e ganhavam mais espaço e adeptos pela liberação de presos políticos, torturados e exilados, problema que João Figueiredo teve que enfrentar:

Embora os problemas econômicos fossem urgentes, uma das primeiras e mais importantes decisões de Figueiredo foi política. Dizia respeito à anistia, questão vital para que o Brasil abandonasse o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que tinham fugido do país ou sido perseguidos no exterior desde 1964 (SKIDMORE, 1988, pp. 422-3).

A pesquisa analisa o discurso do SNI produzidos através de documentos acerca da atuação das organizações que no Maranhão participavam ativamente do processo de aprovação de Lei da Anistia, ocorrida no dia 28 de agosto de 1979. Sobre isso Thomas Skidmore escreve:

Esta era uma questão para a qual a oposição conseguiria mobilizar considerável apoio. Os entusiastas da anistia apareciam onde quer que houvesse uma multidão. Nos campos de futebol as bandeiras com a inscrição ‘Anistia ampla, geral e irrestrita’ eram desfraldadas onde as câmeras de TV pudessem focalizá-las (SKIDMORE, 1988, p. 423).

Serão mapeados e analisados os argumentos que os agentes do SNI apresentavam para fundamentar as ações dos órgãos repressivos, como o Destacamento de Operações de Informações (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na pesquisa dos dossiês, serão

---

<sup>3</sup> Sistema Nacional de Informações, instituído em 1970.

investigadas especificamente as construções discursivas dos agentes do SNI sobre a atuação das organizações pró-anistia maranhenses, por exemplo: Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão; Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino pela Anistia; Diretório Central de Estudantes/ UFMA. A importância dessas organizações e como reverberava suas causas na sociedade era a preocupação do governo, que as tornava centro de informações:

[...] os discursos dos ‘Movimentos de Anistia’ foram permeados por elementos significativos não apenas para a conquista da lei da anistia, mas que sua linguagem de direitos contribuiu também para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade entre os sujeitos sociais emergentes nos anos 1970 (DEL PORTO, 2009, p. 44).

A documentação que será analisada nos próximos parágrafos se encontra no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) de duas formas: física, como o documento da Capitania dos Portos, e digitalizada (no caso dos AFZ- ACE- 021/79, AFZ- ACE- 60/79, AFZ- ACE- 72/79 e AFZ- ACE- 341/79). O objeto da pesquisa que será analisado tem como principais informações movimentos categorizados como contestatórios ou subversivos, além de eventos e solenidades realizadas pelas organizações defensoras da anistia ampla, geral e irrestrita, no Maranhão.

### **Movimentos femininos**

Dos vários movimentos femininos, o mais importante foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) criado por Therezinha Zerbini, que reunia mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros. A importância do movimento feminino como um todo é perceptível na análise de Skidmore: “Esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial pelo seu ativismo, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da linha dura militar” (SKIDMORE, 1988, p.423). O documento da Capitania dos Portos, de 5 de julho de 1978, com o assunto: “Propaganda adversa –direitos humanos- anistia geral”, é subdividido em organizações de âmbito nacional; organizações de âmbito regional; outras entidades. Dessa forma, as preocupações dos agentes com a Anistia Geral e movimentos que batalham a favor desse assunto é categorizada. O MFPA é registrado no tópico “organizações de âmbito nacional”. Interessante destacar que dentro das sete entidades listadas no âmbito nacional, cinco são de mulheres– além do MFPA, há o Centro da Mulher Brasileira, União Brasileira de Mães, Frente Feminista de Libertação Nacional, Federação

Brasileira para o Progresso Feminino. No tópico de “âmbito regional” não são citadas organizações do estado do Maranhão, e sim a União de Mães Paulistas, Associação Feminista da Bahia (AFB), e Sociedade Brasil Mulher, entre outros movimentos não femininos. Ou seja, a Capitania dos Portos do Maranhão relatava as ações de outras organizações, visando uma possível orientação ou interferência delas no estado. A mulher tinha uma representatividade muito importante nesse período, que é pouco enfatizado, perceptível pela grande presença sob o enfoque e preocupação sobre entidades formada, liderada ou composta majoritariamente por mulheres. O discurso da mulher tinha grande espaço e validade durante a agitação social dos anos 1978 e 1979, o que é pouco representado e valorizado tanto nos trabalhos historiográficos sobre a Ditadura Empresarial-Militar, quanto em livros didáticos.

### **Movimentos estudantis**

Os movimentos estudantis que eram a favor da Anistia também são enquadrados neste trabalho como o DCE/UFMA e ME/MA. A classe estudantil e suas reivindicações foram registradas em um dossiê próprio, o documento AFZ- ACE- 021/79, intitulado “Movimento Estudantil no Maranhão (ME/MA)”, feito diretamente pelo Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, de 9 de fevereiro de 1979, traz dados sobre o Movimento Estudantil no Maranhão (ME/MA), que era dirigida pelo Diretório Central Estudantil da Fundação Universidade do Maranhão. O dossiê traça a trajetória dessas entidades a partir do momento que o DCE/FUM “abandonou a linha moderada para assumir uma linha mais radical contra o Governo”– como apontado pelo documento em questão-, incluindo casos que interessam a esta pesquisa, como defender casos de anistia. Em seguida, é escrito no documento que o ME/MA tentou defender o real interesse da classe, com o objetivo de tornar a classe estudantil mais receptiva às suas ideias, segundo o arquivo analisado. O documento cita o movimento durante fevereiro de 1978, que pedia a instituição da meia passagem em transportes coletivos; por melhores condições de ensino e por currículos escolares voltados para a realidade do Estado, isso tudo como a primeira a mobilização contra o governo. Mantendo as investigações sobre o movimento estudantil no Maranhão, são reportado os primeiros contatos com a causa a favor da anistia:

Os resultados positivos dessas ações encorajaram as lideranças estudantis a desenvolverem ações com características nitidamente

político-ideológicas. A partir de outubro de 78, aliaram-se à Pastoral Universitária, Pastoral da Juventude, Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES/MA) e Movimento pela Anistia, participando de manifestações contestatórias [...] (AFZ- ACE- 021/79, 1979).

Em seguida, o dossiê descreve como o ME/MA tratou o “Caso Cajá”, que foi a prisão Edval Nunes da Silva, o “Cajá”, em Recife-PE, o qual gerou atos de solidariedade, por parte do Movimento Estudantil no Maranhão, ao preso, que os agentes do SNI descrevem que ocorreram por meio de distribuição de panfletos e atos públicos, que se caracterizaram pela agressividade que foram atacados o governo e o regime, segundo o discurso presente no arquivo em questão. Ainda é descrito que o “Caso Cajá” foi manipulado para criar uma indisposição da população contra o governo e estimular o movimento pela anistia em São Luís. É apontado, também, que o ME/MA estava defendendo a bandeira “esquerdizante” dos direitos humanos e que o DCE/FUM– através do jornal “Veja Isto”, seu porta-voz estaria fazendo sistemáticas denúncias de violações dos direitos no Brasil, responsabilizando o Governo, uma dessas violações seria a tortura aos presos políticos, outro ponto que a Anistia Internacional era contrária e que, logo, as organizações Pró-Anistia viriam também se opor e levantar a bandeira pela anistia dos presos políticos e, obviamente, dos fim das torturas. Todavia, nota-se que, ao listar as denúncias que a ditadura vinha sofrendo, é subentendida a negação das acusações, além de pôr descrédito de um movimento estudantil que defende os direitos humanos, segundo o dossiê, uma “bandeira esquerdizante”:

ME/MA vem gradativamente ganhando maiores proporções face não somente ao dinamismo das lideranças estudantis de esquerda, mas também, pelo significativo apoio que lhe vem sendo emprestado pelo clero (principalmente através da Pastoral Universitária e Pastoral da Juventude), pela imprensa, em especial, o jornal "RUMO", e pelo MDB, representado pelo IEPES/MA (AFZ- ACE- 021/79, 1979).

No quarto tópico do documento são listados os principais líderes e orientadores do ME/MA, que aparecem como: “detectados até o momento”. Assim, aparecem dez nomes, com suas respectivas filiações, data de nascimento, local de nascimento e ocupação. Entre os nomes importantes do Movimento Estudantil no Maranhão estão: Juarez Medeiros Filho (presidente do DCE/FUM- aluno do curso de Direito), José Maria de Souza Medeiros (estudante de Direito), Luís Alberto de Sousa Alves

(estudante do curso de Teologia do Seminário de Santo Antônio), Raimundo Nonato Coelho Neto (estudante do curso de Comunicação), Antônio Agenor Gomes (estudante de Direito), Jonaval Medeiros Cunha Santos (aluno do curso de Direito), Luiz Pedro de Oliveira e Silva (jornalista), o jornalista João Otávio Malheiros, o professor da FUMA José Celso Veras da Costa e Renato Dionisio de Oliveira, este último sem ocupação descrita.

### **SMDDH e CBA/MA**

O documento da Capitania dos Portos, de 1978, já citado anteriormente, expressa no seu começo a preocupação com as “ações difamatórias contra o Brasil” da anistia geral, particularmente, e dos direitos humanos. Por consequência, houve a precaução com entidades defensoras desse dois temas, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão (CBA/MA) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH).

O CBA/MA, criado em 1979 no estado, mas que existia em diversos estados do Brasil, “[...] reunia estudantes, advogados, artistas, membros da Igreja Católica e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros” (DEL PORTO, 2009, p.47); já Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, formada em 12 de Fevereiro de 1979, teve atuação na grande São Luís. As informações obtidas sobre essas duas entidades são provenientes dos dossiês AFZ- ACE- 60/79 e o AFZ- ACE- 72/79. O primeiro, com o assunto: “Atuação de entidades contestatórias em São Luís/MA- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e Comitê Brasileiro pela Anistia-Seção do Maranhão”, informa sobre uma solenidade de posse da diretoria da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, de 15 de fevereiro de 1979, no qual é informado o número de aproximadamente trezentas pessoas presentes, entre intelectuais, estudantes, trabalhadores, religiosos e um destaque especial para Lysâneas Maciel, ex-deputado cassado. Observa-se a investigação, inclusive dos estatutos e carta de princípios da SMDDH, que vem como anexos nesse dossiê, antecedida pela síntese de ambas as documentações. É escrito que os objetivos da SMDDH são a divulgação, proteção e defesa dos direitos da pessoa humana.

A referida Sociedade tem como objetivos, expressos em seus estatutos (Anexo ‘A’), a divulgação, proteção e defesa dos direitos do pessoa humana. Estes objetivos, no entanto, são ampliados por uma ‘Carta de



Princípios' (Anexo'B'), tecendo considerações de natureza contestatória sobre aspectos da conjuntura nacional, sobretudo nos planos político e econômico. (AFZ- ACE- 60/79, 1979).

Já na análise da carta de princípios da referida sociedade, é descrito que essa carta amplia os objetivos presentes no estatuto, “tecendo considerações de natureza contestatória sobre aspectos da conjuntura nacional”, segundo o escrito no dossiê. Os trechos mais “violentos”, como aparecem no dossiê, foram comentados pelo presidente da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, José Celso Veras da Costa, que é ressaltado no dossiê como um dos mais destacados articuladores de manifestações contra o Governo e o regime na capital maranhense. São destacadas diversas falas de José Celso durante a solenidade e trechos da “Carta de Princípios” que, em geral, foram passagens de tom contrários a ditadura, temas que eram reclamados e defendidos pela SMDDH, como a briga no campo entre posseiros e indígenas, grilagem de terras, sobre reformas políticas e defendendo a luta pela anistia. São concluídos os trechos da fala de José Celso informando que para ele a anistia parcial não resolve:

Do pronunciamento do nominado e da ‘Carta de Princípios’, extraem-se os tópicos a seguir:

- *‘A SMDDH propõe-se a lutar contra a grilagem rural onde os donos das terras são expulsos para dar vez ao boi; lutar contra a grilagem urbana que expulsa moradores de suas casas, acarretando fome, miséria e condições sub-humanas. A população indígena está também a mercê da grilagem de suas terras, bem como vem sendo submetida a um constante e violento processo de extermínio’.*

- *‘As reformas políticos, adotadas após 15 (quinze) anos de ditadura, são mera manobra visando perpetuar a exclusão do povo das grandes decisões nacionais, manter a renda cada vez mais concentrada nas mãos de poucos em detrimento da grande maioria da população e dar continuidade à política de entrega da economia e das riquezas nacionais ao capital estrangeiro’ (AFZ- ACE- 60/79, 1979).*

Ainda é relatado que ao final do evento foram vendidos exemplares do jornal *Resistência* - órgão de divulgação da SMDDH -, o livro *Liberdade para os brasileiros*, de Roberto Ribeiro Martins, além de chaveiros e adesivos, segundo os agentes do SNI, com motivos ligados à anistia. É destacado que teve ampla circulação nos noticiários maranhenses, principalmente pela presença de Lysâneas Maciel. O relatório da solenidade contém os nomes da diretoria e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos que ficou constituída, informando o presidente, no caso José Celso Veras da Costa, o vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro,

membros do conselho consultivo e membros do conselho fiscal. Foi notado ainda pelos agentes do Serviço Nacional de Informações que antes da criação da SMDDH houve uma articulação de componentes do clero junto ao meio universitário, causando um maior engajamento na ações contestatórias no Maranhão, a partir do segundo semestre de 1978, como aparece no dossiê. Além de estar se observando integrantes do MDB em manifestações, como o caso relatado da solenidade da SMDDH.

Há uma preocupação no documento que era a da Seção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia, que estaria em vias de criação, como exposto no dossiê. Foi também identificado onde as reuniões preliminares estariam acontecendo, que segundo os órgãos de informações, seriam na Igreja de São José. É apontado que Iramaia Benjamin, secretária do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, esteve em São Luís para tratar do lançamento do CBA/MA.

O dossiê estabeleceu quatro conclusões das informações coletadas: i) São Luís vem se transformando em um expressivo foco de contestação ao Regime, assim como em outros centros do país, pressionando o governo por uma maior abertura; ii) a criação de entidades defendendo os direitos humanos vem crescendo, principalmente a respeito da questão da anistia, que segundo o dossiê seria por uma orientação nacional para intensificar as atividades contestatórias; iii) MDB e o clero não são os mentores de tais atividades, eles acabam integrando o movimento, virando aliados importantes dos “radicais de esquerda” – nas palavras dos agentes do SNI; iv) o meio estudantil é central na disseminação da onda ideológica-demagógica de esquerda, para o SNI, explicado por seu caráter natural de susceptibilidade.

No final do documento produzido pelos agentes, há três anexos: um sobre o Estatuto da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, outro anexo que é a Carta de Princípios Estatuto da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e o último sobre a lista de pessoas que participaram da solenidade da SMDDH do dia 15 de fevereiro de 1979. O Serviço Nacional de Informações listou sessenta e quatro pessoas, incluindo ainda sua filiação, data e local de nascimento e ocupação.

Já na documentação, de código AFZ- ACE- 72/79, com o assunto: “Instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Ceará e Maranhão”, de 30 de março de 1979, é descrita como foi a criação do CBA/CE e quando foi eleita a diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão, que ocorreu na data de 19 de março de 1979, e

quando foi instalado o CBA/MA, dia 28 de março do mesmo ano. Para a instalação do comitê maranhense houve um ato público no Centro de Formação de Líderes da Arquidiocese de São Luís–MA, com cerca de trezentas pessoas, segundo os agentes responsáveis pelas informações. É escrito que foram feitos acirrados pronunciamentos contra o governo vigente e seus principais dirigentes. Dentre os diversos oradores, o documento destaca o arcebispo de São Luís, D. João José da Motta e Albuquerque, que teria incentivado o povo a aderir ao movimento pela anistia. Outro ponto relatado, e que serve como exemplo da interação das entidades regionais, é a leitura da mensagem de solidariedade feita por Messias Araújo Pontes,<sup>4</sup> representando o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Ceará. Ainda é citada a mesa diretora da solenidade e seus componentes, que pode destacar-se José Celso Veras da Costa (presidente da SMDDH, na época), Reginaldo Carvalho Telles de Souza (na época presidente do CBA/MA), além do arcebispo D. Motta. Também são apresentados os nomes da diretoria, assim como fizeram com a SMDDH, já citados. Os cargos listados, com o nome e ocupação, foram catalogados, tendo a diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Maranhão, as seguintes funções: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. Os agentes do SNI destacam que, exceto Marileide Vasconcelos (primeira secretária) e José de Ribamar Vieira Feitosa (primeiro tesoureiro), todos os outros integrantes da diretoria do CBA/MA possuem “registros de atuações esquerdistas”. A documentação registra ainda que o Ato Público promovido pelo CBA/MA teve maior repercussão na imprensa local, enquanto a solenidade organizada pelo CBA/CE teve inexpressiva divulgação em Fortaleza- CE. A conclusão realizada pelos agentes do governo sobre os dois atos - no Ceará e Maranhão - é a de que propiciaram às esquerdas mais uma oportunidade de atacar o Governo publicamente e tentando demonstrar uma “pseudo força” sobre a população, com o objetivo de conquistar mais adeptos aos movimentos contestatórios:

6. O Ato Público promovido pelo CBA/CE teve inexpressiva divulgação pela imprensa de FORTALEZA/CE, ao contrário da promoção do CBA/MA que mereceu amplo noticiário da imprensa de SÃO LUÍS/MA.

7. Os Atos públicos promovidos pelo CBA, nos Estados do CEARÁ o MARANHÃO, propiciaram às esquerdas mais uma oportunidade de investirem publicamente contra o Governo atual, procurando demonstrar uma pseudo força perante à população com o objetivo de

---

<sup>4</sup> É ressaltado no dossiê que Messias Araújo Pontes possuía ligações com o PC do B.

conquistar maior número de prosélitos para os movimentos contestatórios (AFZ- ACE- 72/79, 1979).

Tais entidades ainda participam da recepção de anistiados, quando a Lei da Anistia foi aprovada beneficiando exilados e presos políticos, como a chegada de Neiva Moreira, relatada no documento intitulado “Reintegração do punidos pela revolução-acompanhamento”, dossiê AFZ-ACE- 341/79, de 8 de Novembro de 1979. Os agentes do Governo observaram que a chegada desses exilados (ou como o dossiê chama: “elementos”) reafirmou seus propósitos de se reengajarem na “luta de confronto com o Governo e regime vigente”, segundo o documento. Ainda é relatado pelos informantes que houve a criação do Comitê de Recepção a Neiva Moreira, trazendo entre os membros dessa comissão organizadora, Jackson Lago e José Celso Veras. Informa também que este comitê integrou vários segmentos, como o CBA-MA e SMDDH, além da classe estudantil.

### **Considerações**

Pode-se avaliar do progresso da pesquisa feita com base nas documentações de órgãos provenientes do Governo Empresarial-Militar durante o recorte de 1978 e 1979 que o Serviço Nacional de Informações tinha diversas informações sobre os grupos favoráveis à anistia, tudo era bem descrito em seus dossiês, inclusive frase ditas em eventos. Os dossiês do SNI aparecem relatando a situação, como teria ocorrido, de acordo com as informações coletadas, destacando seus lugares e datas, trazendo consigo anexos dos documentos citados no corpo do dossiê como forma de validação das informações e já trazendo uma catalogação do que era produzido pelos movimentos investigados. A documentação é extremamente detalhada, contribuindo decisivamente para a organização e ação dos aparelhos de repressão.

Nos documentos do Serviço Nacional de Informações presentes aqui, percebe-se que a maioria foi produzida na Agência de Fortaleza, isso se dá pela divisão que foi feita para dinamizar o trabalho dos responsáveis pelas informações. Os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ficaram na mesma Área de Defesa Interna (ADI), como o mapa mostrado por Carlos Fico (2001, p.121). As ADI foram designadas a partir do Seminário de Segurança Interna, que reuniu secretários de segurança pública para passar diretrizes que estabeleciam que cada um dos comandos militares de área deveriam criar um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um CODI, e um DOI:

[...]todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo nesse caso denominado comandante de 'Zona de Defesa Interna' (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais (FICO, 2001, pp. 120-1).

Então fica claro o porquê que um desses três podia relatar algo de outro estado da mesma ADI, fato que pode vir a explicar porque alguns dossiês não apresentarem informações de um só estado, geralmente contendo informações do Maranhão e Ceará. Percebeu-se também pela análise da documentação que havia uma extrema preocupação com as ações de movimentos pela anistia em outros estados que pudessem interferir aqui no Maranhão. Outra consideração breve é do uso de expressões contidas nos documentos, como “esquerdizantes”, e que tais organizações tentavam demonstrar uma “pseudo força perante a população”.

Ademais, os atos e manifestações feitos em busca da anistia, quando a lei foi finalmente aceita, promoveram um passo importante para a sociedade civil e para a reorganização de associações e outros tipos de movimentos, Del Porto destaca:

Relaciono agora alguns significados da conquista da anistia ao processo de constituição da sociedade civil no Brasil. O pressuposto desta análise é que a oposição ao regime militar – e, dentro dessa, a luta pela anistia – foi um marco fundamental para a própria emergência da sociedade civil no país enquanto esfera constituída por sujeitos modernos e autônomos. É a partir desse momento que os movimentos sociais, associações profissionais e outros grupos comunitários – já existentes ou emergentes então – passam a organizar-se de forma diferenciada, reapropriando e reelaborando a ideia de direitos como categoria mediadora das relações sociais (DEL PORTO, 2009, p. 52).

A conjuntura ficou amplamente modificada, o SNI fez-se de elementos para dar propriedade ao discurso dos órgãos de repressão, dando informações minuciosas das atividades das entidades estudadas, mesmo que contendo expressões precipitadas e certa intolerância. As organizações a favor da anistia, mesmo sendo um dos vários focos de investigações, não se eximiam de apoiar a anistia ampla, geral e irrestrita, tendo mais corpo e relevância dentro da sociedade política- especialmente os movimentos femininos e estudantis- e o que viria a acontecer depois com estes movimentos após a Lei de Anistia de 1979, seria a consolidação da sua importância, tendo a ressalva que a aprovação da supracitada lei serviu como desmobilização dos movimentos, retirando-os

uma importante bandeira oposicionista, enfraquecendo como um todo as entidades, que ainda teve a dura perda dos movimentos femininos após o 28 de agosto de 1979, já que muitas integrantes tiveram seus filhos, maridos, irmãos e demais parentes anistiados. Cabe ainda uma breve análise da etnologia da palavra “[...] anistia significa esquecimento’[...] Encontramos então a finalidade da natureza política da anistia: a pacificação da sociedade pela via do esquecimento.” (CHAVES, 2015, p. 234). As atividades sociais e lutas por direitos não deve ser esquecidos, este trabalho visou colocar a devida relevância das entidades e de grupos sociais durante a Transição Política, principalmente dos movimentos liderado por mulheres, que foram de extrema importância durante todo o processo em questão.

## **Referências**

### **I) Fontes documentais**

AFZ- ACE- 021/79, Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, 9 de fevereiro de 1979.

AFZ- ACE- 60/79, Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, 23 de março de 1979.

AFZ- ACE- 72/79, Serviço Nacional de Informações, Agência Fortaleza, 30 de março de 1979.

AFZ- ACE- 341/79, Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, 8 de novembro de 1979

Capitania dos Portos, São Luís, 5 de julho de 1978.

### **II) Obras Gerais**

CHAVES, Leonardo Leal. A Lei da Anistia em Questão: Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da (Org.). *Maranhão Republicano em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia*. São Luís, Editora Shalom LTDA; Editora UEMA, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

DEL PORTO, Fábíola Brigante. *A luta pela anistia no Regime Militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania*. n, 3, ano 3. Campinas, Perseu, pp. 44-72, 2009.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

MELO, D.B; HOEVELER, R.C. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. *Tempos Históricos*. Rio de Janeiro, v.18, pp. 13-43, 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

# A LUTA DOS MOVIMENTOS MARANHENSES PELA ANISTIA SOB A PERSPECTIVA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)- 1978- 1979

*Ruan Fernandes de Almeida*\*

## **Introdução**

Este trabalho vem a contribuir com o debate acadêmico sobre a atuação do principal órgão do sistema de informações que esteve em vigor durante a Ditadura Empresarial-Militar<sup>1</sup> brasileira, ou seja, o poderoso Sistema Nacional de Informações (SNI), durante o período de Transição Política (1978-1979), momento em que as atividades da sociedade civil em prol da Anistia foram intensas, cabendo ao SNI documentar tais atividades. Além de expandir a análise às entidades pró-anistia, pelo o quê lutavam e estabelecer uma trajetória dessas sociedades até o momento que preocupou os agentes de informações por defender a causa da Anistia. Os dossiês que serão analisados neste trabalho detalham como os agentes de informações observavam as organizações Pró-Anistia, mais especificamente no Maranhão, revelando dois pontos: a atividade do SNI no estado e a atuação das organizações constantemente analisadas por órgãos do governo ditatorial. Para isso, serão usados arquivos produzidos pelo Serviço nacional de Informações, da agência de Fortaleza -CE e entregues ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) da mesma cidade. Essa documentação foi utilizada como objeto de investigação para dar mais destaque e profundidade às especificidades históricas maranhenses diante dos eventos nacionais.

A Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) possuía diversas estratégias para se manter no poder, sendo uma delas obter informações sobre movimentos que se manifestassem contra o governo ou suas decisões. Documentações sobre as ações da classe que possuíam o poder acabaram entrando em confidencialidade ou ficaram restritas aos acervos próprios dos antigos departamentos da polícia política, por

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Esta pesquisa advém de um projeto de iniciação científica quando era bolsista PIBIC UEMA/FAPEMA no projeto “O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil”.

<sup>1</sup>Conceito defendido por René Dreifuss: “indicando que existiu não apenas a participação de ‘civis’ no golpe, mas, fundamentalmente, que existia um *projeto de classe* inscrito no golpe e na ditadura” (MELO; HOEVELER, 2014, p.28).



exemplo. Porém, com a decorrente democratização dos documentos provenientes dos acervos da polícia política, cabe a nós, historiadores, sabermos problematizar de maneira competente todos os discursos presentes nesse tipo de documentação. Utilizando de fontes presentes nas obras de Thomas Skidmore em *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*, de 1988, que apresenta os pontos centrais da contextualização histórica, e Carlos Fico em *Como eles agiam* (de 2001), que ao utilizar um arquivo de documentos oficiais, advindos de órgãos do governo, aproxima-se em muito da documentação primordial da pesquisa aqui desenvolvida, ou seja, documentos e dossiês produzidos pelos próprios agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). A partir dessa abordagem, documentos não investigados e explorados, ainda, trarão novas perspectivas e debates, com o enfoque ao estado do Maranhão.

Este artigo terá como foco a recuperação das especificidades maranhenses, no âmbito político, durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil durante o momento de transição política. Este trabalho é voltado para a análise dos dossiês montados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que segundo Fico “[...] era o órgão central do SISNI<sup>2</sup> [...] competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional” (FICO, 2001, p. 81). A anistia era uma das grandes bandeiras que eram levantadas dentro desse quesito da abertura política. Movimentos aumentavam e ganhavam mais espaço e adeptos pela liberação de presos políticos, torturados e exilados, problema que João Figueiredo teve que enfrentar:

Embora os problemas econômicos fossem urgentes, uma das primeiras e mais importantes decisões de Figueiredo foi política. Dizia respeito à anistia, questão vital para que o Brasil abandonasse o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que tinham fugido do país ou sido perseguidos no exterior desde 1964 (SKIDMORE, 1988, p. 422-3).

A pesquisa analisa a atuação das entidades, tendo uma perspectiva dos documentos do SNI produzidos através da atuação das organizações que no Maranhão participavam ativamente do processo de aprovação de Lei da Anistia, ocorrida no dia 28 de agosto de 1979. Sobre isso Thomas Skidmore escreve:

Esta era uma questão para a qual a oposição conseguiria mobilizar considerável apoio. Os entusiastas da anistia apareciam onde quer que

---

<sup>2</sup> Sistema Nacional de Informações, instituído em 1970.

houvesse uma multidão. Nos campos de futebol as bandeiras com a inscrição ‘Anistia ampla, geral e irrestrita’ eram desfraldadas onde as câmeras de TV pudessem focalizá-las (SKIDMORE, 1988, p. 423).

Serão mapeados e analisados como os agentes do SNI estudaram a trajetória das organizações até se alinharem em defender a anistia ampla geral e apresentavam para fundamentar as ações dos órgãos repressivos, como o Destacamento de Operações de Informações (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na pesquisa dos dossiês, serão investigadas a atuação das organizações pró-anistia no estado, por exemplo: Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão; Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino pela Anistia; Diretório Central de Estudantes/ UFMA. A importância dessas organizações e como reverberava suas causas na sociedade era a preocupação do governo, que as tornava centro de informações:

[...] os discursos dos ‘Movimentos de Anistia’ foram permeados por elementos significativos não apenas para a conquista da lei da anistia, mas que sua linguagem de direitos contribuiu também para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade entre os sujeitos sociais emergentes nos anos 1970 (DEL PORTO, 2009, p. 44).

A documentação que será analisada nos próximos parágrafos se encontra no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) de duas formas: física, como o documento da Capitania dos Portos, e digitalizada (no caso dos AFZ- ACE- 021/79, AFZ- ACE- 60/79 e AFZ- ACE- 72/79). O objeto da pesquisa que será analisado tem como principais informações movimentos categorizados como contestatórios ou subversivos, além de eventos e solenidades realizadas pelas organizações defensoras da anistia ampla, geral e irrestrita, no Maranhão.

### **Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)**

Dos vários movimentos femininos, o mais importante foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) criado por Therezinha Zerbini, que reunia mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros. A importância do movimento feminino como um todo é perceptível na análise de Skidmore: “Esposas, mães, filhas e irmãs se destacavam de modo especial pelo seu ativismo, o que tornava mais difícil o descrédito do movimento por parte da linha dura militar” (SKIDMORE, 1988, p.423). O documento da Capitania dos Portos, de 5 de julho de 1978, com o assunto:

“Propaganda adversa –direitos humanos- anistia geral”, é subdividido em organizações de âmbito nacional; organizações de âmbito regional; outras entidades. Dessa forma, as preocupações dos agentes com a Anistia Geral e movimentos que batalham a favor desse assunto é categorizada e perceptível, em especial, como os movimentos formados e/ou liderados por mulheres. O MFPA é registrado no tópico “organizações de âmbito nacional”. Interessante destacar que dentro das sete entidades listadas no âmbito nacional, cinco são de mulheres– além do MFPA, há o Centro da Mulher Brasileira, União Brasileira de Mães, Frente Feminista de Libertação Nacional, Federação Brasileira para o Progresso Feminino. No tópico de “âmbito regional” não são citadas organizações do estado do Maranhão, e sim a União de Mães Paulistas, Associação Feminista da Bahia (AFB), Movimento pela Anistia Total e Sociedade Brasil Mulher, e outros movimentos não femininos. Ou seja, a Capitania dos Portos do Maranhão relatava as ações de outras organizações, visando uma possível orientação ou interferência delas no estado.

### **Diretório Central Estudantil/UFMA**

Os movimentos estudantis que eram a favor da Anistia também são enquadrados neste trabalho. No dia 11 de agosto de 1937, o Conselho Nacional de Estudantes consolidou um projeto, almejado anteriormente, de criar a **entidade máxima dos estudantes**, a UNE (União Nacional dos Estudantes); a Pastoral Universitária e o Diretório Central dos Estudantes/UFMA, que anos mais tarde entraria na luta pela anistia. A classe estudantil e suas reivindicações foram registradas em um dossiê próprio, o documento AFZ- ACE- 021/79, intitulado “Movimento Estudantil no Maranhão (ME/MA)”, feito diretamente pelo Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, de 9 de fevereiro de 1979, traz dados sobre o Movimento Estudantil no Maranhão (ME/MA), que era dirigida pelo Diretório Central Estudantil da Fundação Universidade do Maranhão. O dossiê traça a trajetória dessas entidades a partir do momento que o DCE/FUM “abandonou a linha moderada para assumir uma linha mais radical contra o “Governo”- como apontado pelo documento em questão-, incluindo casos que interessam a esta pesquisa, como defender casos de anistia. Em seguida, é escrito no documento que o ME/MA tentou defender o real interesse da classe, com o objetivo de tornar a classe estudantil mais receptiva às suas ideias, segundo o arquivo analisado. O documento cita o movimento durante fevereiro de 1978,

que pedia a instituição da meia passagem em transportes coletivos; por melhores condições de ensino e por currículos escolares voltados para a realidade do Estado, isso tudo como a primeira a mobilização contra o governo. Mantendo as investigações sobre o movimento estudantil no Maranhão, são reportado os primeiros contatos com a causa a favor da anistia:

Os resultados positivos dessas ações encorajaram as lideranças estudantis a desenvolverem ações com características nitidamente político-ideológicas. A partir de outubro de 78, aliaram-se à Pastoral Universitária, Pastoral da Juventude, Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES/MA) e Movimento pela Anistia, participando de manifestações contestatórias [...] (AFZ- ACE- 021/79, 1979).

Em seguida, o dossiê descreve como o ME/MA tratou o “Caso Cajá”, que foi a prisão Edval Nunes da Silva, o “Cajá”, em Recife-PE, o qual gerou atos de solidariedade, por parte do Movimento Estudantil no Maranhão, ao preso, que os agentes do SNI descrevem que ocorreram por meio de distribuição de panfletos e atos públicos, que se caracterizaram pela agressividade que foram atacados o governo e o regime, segundo o discurso presente no arquivo em questão. Ainda é descrito que o “Caso Cajá” foi manipulado para criar uma indisposição da população contra o governo e estimular o movimento pela anistia em São Luís. É apontado, também, que o ME/MA estava defendendo a bandeira “esquerdizante” dos direitos humanos e que o DCE/FUM– através do jornal “Veja Isto”, seu porta-voz estaria fazendo sistemáticas denúncias de violações dos direitos no Brasil, responsabilizando o Governo, uma dessas violações seria a tortura aos presos políticos, outro ponto que a Anistia Internacional era contrária e que, logo, as organizações Pró-Anistia viriam também se opor e levantar a bandeira pela anistia dos presos políticos e, obviamente, dos fim das torturas. Todavia, nota-se que, ao listar as denúncias que a ditadura vinha sofrendo, é subentendida a negação das acusações, além de pôr descrédito de um movimento estudantil que defende os direitos humanos, segundo o dossiê, uma “bandeira esquerdizante”:

ME/MA vem gradativamente ganhando maiores proporções face não somente ao dinamismo das lideranças estudantis de esquerda, mas também, pelo significativo apoio que lhe vem sendo emprestado pelo clero (principalmente através da Pastoral Universitária e Pastoral da

Juventude), pela imprensa, em especial, o jornal "RUMO", e pelo MDB, representado pelo IEPES/MA (AFZ- ACE- 021/79, 1979).

No quarto tópico do documento são listados os principais líderes e orientadores do ME/MA, que aparecem como: “detectados até o momento”. Assim, aparecem dez nomes, com suas respectivas filiações, data de nascimento, local de nascimento e ocupação. Entre os nomes importantes do Movimento Estudantil no Maranhão estão: Juarez Medeiros Filho (presidente do DCE/FUM- aluno do curso de Direito), José Maria de Souza Medeiros (estudante de Direito), Luís Alberto de Sousa Alves (estudante do curso de Teologia do Seminário de Santo Antônio), Raimundo Nonato Coelho Neto (estudante do curso de Comunicação), Antônio Agenor Gomes (estudante de Direito), Jonaval Medeiros Cunha Santos (aluno do curso de Direito), Luiz Pedro de Oliveira e Silva (jornalista), o jornalista João Otávio Malheiros, o professor da FUMA José Celso Veras da Costa e Renato Dionísio de Oliveira, este último sem ocupação descrita.

### **Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e Comitê Brasileiro pela Anistia- Seção Maranhão**

O documento da Capitania dos Portos, de 1978, já citado anteriormente, expressa no seu começo a preocupação com as “ações difamatórias contra o Brasil” da anistia geral, particularmente, e dos direitos humanos. Por consequência, houve a precaução com entidades defensoras desse dois temas, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão (CBA/MA) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH).

O CBA/MA, criado em 1979 no estado, mas que existia em diversos estados do Brasil, “[...] reunia estudantes, advogados, artistas, membros da Igreja Católica e pretendia estabelecer uma articulação com as oposições sindicais e representantes de movimentos de bairros” (DEL PORTO, 2009, p.47); já Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, formada em 12 de Fevereiro de 1979, teve atuação na grande São Luís. As informações obtidas sobre essas duas entidades são provenientes dos dossiês AFZ- ACE- 60/79 e o AFZ- ACE- 72/79. O primeiro, com o assunto: “Atuação de entidades contestatórias em São Luís/MA- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e Comitê Brasileiro pela Anistia-Seção do Maranhão”, informa sobre uma solenidade de posse da diretoria da Sociedade Maranhense de

Defesa dos Direitos Humanos, de 15 de fevereiro de 1979, no qual é informado o número de aproximadamente trezentas pessoas presentes, entre intelectuais, estudantes, trabalhadores, religiosos e um destaque especial para Lysâneas Maciel, ex-deputado cassado. Observa-se a investigação, inclusive dos estatutos e carta de princípios da SMDDH, que vem como anexos nesse dossiê, antecedida pela síntese de ambas as documentações. É escrito que os objetivos da SMDDH são a divulgação, proteção e defesa dos direitos da pessoa humana.

A referida Sociedade tem como objetivos, expressos em seus estatutos (Anexo 'A'), a divulgação, proteção e defesa dos direitos do pessoa humana. Estes objetivos, no entanto, são ampliados por uma 'Carta de Princípios' (Anexo 'B'), tecendo considerações de natureza contestatória sobre aspectos da conjuntura nacional, sobretudo nos planos político e econômico. (AFZ- ACE- 60/79, 1979).

Já na análise da carta de princípios da referida sociedade, é descrito que essa carta amplia os objetivos presentes no estatuto, “tecendo considerações de natureza contestatória sobre aspectos da conjuntura nacional”, segundo o escrito no dossiê. Os trechos mais “violentos”, como aparecem no dossiê, foram comentados pelo presidente da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, José Celso Veras da Costa, que é ressaltado no dossiê como um dos mais destacados articuladores de manifestações contra o Governo e o regime na capital maranhense. São destacadas diversas falas de José Celso durante a solenidade e trechos da “Carta de Princípios” que, em geral, foram passagens de tom contrários a ditadura, temas que eram reclamados e defendidos pela SMDDH, como a briga no campo entre posseiros e indígenas, grilagem de terras, sobre reformas políticas e defendendo a luta pela anistia. São concluídos os trechos da fala de José Celso informando que para ele a anistia parcial não resolve:

Do pronunciamento do nominado e da 'Carta de Princípios', extraem-se os tópicos a seguir:

- 'A SMDDH propõe-se a lutar contra a grilagem rural onde os donos das terras são expulsos para dar vez ao boi; lutar contra a grilagem urbana que expulsa moradores de suas casas, acarretando fome, miséria e condições sub-humanas. A população indígena está também a mercê da grilagem de suas terras, bem como vem sendo submetida a um constante e violento processo de extermínio'.

- 'As reformas políticos, adotadas após 15 (quinze) anos de ditadura, são mera manobra visando perpetuar a exclusão do povo das grandes decisões nacionais, manter a renda cada vez mais concentrada nas

mãos de poucos em detrimento da grande maioria da população e dar continuidade à política de entrega da economia e das riquezas nacionais ao capital estrangeiro' (AFZ- ACE- 60/79, 1979).

Logo após, o dossiê traz falas de Lysâneas Maciel, que como um todo foram analisadas como: “críticas violentas aos governos da Revolução”. De acordo com o dossiê, a parte depois dos discursos, que foram os debates, foi bastante fraca, sendo apenas destacados momentos de leitura de mensagens de apoio e solidariedade à SMDDH. Sobre o discurso de Lysâneas Maciel é registrado:

LYSÂNEAS MACIEL, em discurso bastante interrompido por palmas da platéia comandados por JOSE CELSO VERAS, teceu críticas violentas aos governos da Revolução, enfocando as seguintes idéias-base:

‘O BRASIL vive há 15 (quinze) anos numa ditadura militar, com generais revezando-se no poder, sem respaldo popular, e a tomarem medidas repressivas;

- A abertura está sendo conquistada por todos que lutam e reivindicam, pelos que foram exilados, banidos, assassinados, seqüestrados e presos. Mas é necessário que o povo esteja atento, porque, às vezes, tais medidas por parte do governo são um engodo, visando unicamente mantê-lo no poder; [...]

[...] Deve-se lutar por uma anistia ampla, geral e irrestrita, a qual não é perdão, e sim justiça, pois os que tomaram das armas e mataram, o fizeram em defesa dos oprimidos. Quem precisa de perdão são os que estiveram à frente do país nesses anos;

- Todas as camadas da sociedade colocam-se atua I mente contra o governo e a favor dos oprimidos, como é o caso da CNBB, OAB, ACI e outras entidades;

- O governo tirou o poder de crítica do estudante, com o Dec. Lei 477, assassinou e torturou, através dos órgãos de segurança, e entregou o país às multinacionais, através da política econômica' (AFZ- ACE- 60/79, 1979).

Ainda é relatado que ao final do evento foram vendidos exemplares do jornal *Resistência* - órgão de divulgação da SMDDH -, o livro *Liberdade para os brasileiros*, de Roberto Ribeiro Martins, além de chaveiros e adesivos, segundo os agentes do SNI, com motivos ligados à anistia. É destacado que teve ampla circulação nos noticiários maranhenses, principalmente pela presença de Lysâneas Maciel. O relatório da

solenidade contém os nomes da diretoria e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos que ficou constituída, informando o presidente, no caso José Celso Veras da Costa, o vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, membros do conselho consultivo e membros do conselho fiscal. Foi notado ainda pelos agentes do Serviço Nacional de Informações que antes da criação da SMDDH houve uma articulação de componentes do clero junto ao meio universitário, causando um maior engajamento na ações contestatórias no Maranhão, a partir do segundo semestre de 1978, como aparece no dossiê. Além de estar se observando integrantes do MDB em manifestações, como o caso relatado da solenidade da SMDDH.

Há uma preocupação no documento que era a da Seção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia, que estaria em vias de criação, como exposto no dossiê. Foi também identificado onde as reuniões preliminares estariam acontecendo, que segundo os órgãos de informações, seriam na Igreja de São José. É apontado que Iramaia Benjamin, secretária do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, esteve em São Luís para tratar do lançamento do CBA/MA.

O dossiê estabeleceu quatro conclusões das informações coletadas: i) São Luís vem se transformando em um expressivo foco de contestação ao Regime, assim como em outros centros do país, pressionando o governo por uma maior abertura; ii) a criação de entidades defendendo os direitos humanos vem crescendo, principalmente a respeito da questão da anistia, que segundo o dossiê seria por uma orientação nacional para intensificar as atividades contestatórias; iii) MDB e o clero não são os mentores de tais atividades, eles acabam integrando o movimento, virando aliados importantes dos “radicais de esquerda” – nas palavras dos agentes do SNI; iv) o meio estudantil é central na disseminação da onda ideológica-demagógica de esquerda, para o SNI, explicado por seu caráter natural de susceptibilidade.

No final do documento produzido pelos agentes, há três anexos: um sobre o Estatuto da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, outro anexo que é a Carta de Princípios Estatuto da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e o último sobre a lista de pessoas que participaram da solenidade da SMDDH do dia 15 de fevereiro de 1979. O Serviço Nacional de Informações listou sessenta e quatro pessoas, incluindo ainda sua filiação, data e local de nascimento e ocupação.



Já na documentação, de código AFZ- ACE- 72/79, com o assunto: “Instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Ceará e Maranhão”, de 30 de março de 1979, é descrita como foi a criação do CBA/CE e quando foi eleita a diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão, que ocorreu na data de 19 de março de 1979, e quando foi instalado o CBA/MA, dia 28 de março do mesmo ano. Para a instalação do comitê maranhense houve um ato público no Centro de Formação de Líderes da Arquidiocese de São Luís–MA, com cerca de trezentas pessoas, segundo os agentes responsáveis pelas informações. É escrito que foram feitos acirrados pronunciamentos contra o governo vigente e seus principais dirigentes. Dentre os diversos oradores, o documento destaca o arcebispo de São Luís, D. João José da Motta e Albuquerque, que teria incentivado o povo a aderir ao movimento pela anistia. Outro ponto relatado, e que serve como exemplo da interação das entidades regionais, é a leitura da mensagem de solidariedade feita por Messias Araújo Pontes,<sup>3</sup> representando o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Ceará. Ainda é citada a mesa diretora da solenidade e seus componentes, que pode destacar-se José Celso Veras da Costa (presidente da SMDDH, na época), Reginaldo Carvalho Telles de Souza (na época presidente do CBA/MA), além do arcebispo D. Motta. Também são apresentados os nomes da diretoria, assim como fizeram com a SMDDH, já citados. Os cargos listados, com o nome e ocupação, foram catalogados, tendo a diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Maranhão, as seguintes funções: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. Os agentes do SNI destacam que, exceto Marileide Vasconcelos (primeira secretária) e José de Ribamar Vieira Feitosa (primeiro tesoureiro), todos os outros integrantes da diretoria do CBA/MA possuem “registros de atuações esquerdistas”. A documentação registra ainda que o Ato Público promovido pelo CBA/MA teve maior repercussão na imprensa local, enquanto a solenidade organizada pelo CBA/CE teve inexpressiva divulgação em Fortaleza- CE. A conclusão realizada pelos agentes do governo sobre os dois atos - no Ceará e Maranhão - é a de que propiciaram às esquerdas mais uma oportunidade de atacar o Governo publicamente e tentando demonstrar uma “pseudo força” sobre a população, com o objetivo de conquistar mais adeptos aos movimentos contestatórios:

---

<sup>3</sup> É ressaltado no dossiê que Messias Araújo Pontes possuía ligações com o PC do B.

6. O Ato Público promovido pelo CBA/CE teve inexpressiva divulgação pela imprensa de FORTALEZA/CE, ao contrário da promoção do CBA/MA que mereceu amplo noticiário da imprensa de SÃO LUÍS/MA.

7. Os Atos públicos promovidos pelo CBA, nos Estados do CEARÁ o MARANHÃO, propiciaram às esquerdas mais uma oportunidade de investirem publicamente contra o Governo atual, procurando demonstrar uma pseudo força perante à população com o objetivo de conquistar maior número de prosélitos para os movimentos contestatórios (AFZ- ACE- 72/79, 1979).

### **Considerações Finais**

Pode-se avaliar com base nas documentações de órgãos provenientes do Governo Empresarial-Militar durante o recorte de 1978 até 1979. O Serviço Nacional de Informações tinha diversas informações sobre os grupos favoráveis à anistia, desde seus estatutos, carta de princípios, comunicados de reuniões e veículos de comunicação próprios de tais movimentos, até atos públicos. Os dossiês do SNI aparecem relatando a situação, como teria ocorrido, de acordo com as informações coletadas, destacando seus lugares e datas, trazendo consigo anexos dos documentos citados no corpo do dossiê, validando as informações e já trazendo uma catalogação do que era produzido pelos movimentos investigados. A documentação é extremamente detalhada, contribuindo decisivamente para a organização e ação dos aparelhos de repressão.

Nos documentos do SNI presentes aqui, percebe-se que foram produzidos na Agência de Fortaleza, com exceção dos documento da Capitania dos Portos do Maranhão, isso se dá pela divisão que foi feita para dinamizar o trabalho dos responsáveis pelas informações. Os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ficaram na mesma Área de Defesa Interna (ADI), como o mapa mostrado por Carlos Fico (2001, p.121). As ADI foram designadas a partir do Seminário de Segurança Interna, que reuniu secretários de segurança pública para passar diretrizes que estabeleciam que cada um dos comandos militares de área deveriam criar um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um CODI, e um DOI:

[...]todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo nesse caso denominado comandante de 'Zona de Defesa Interna' (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna

(SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais” (FICO, 2001, p. 120-1).

Então fica entendido que um desses três podia relatar algo de outro estado da mesma ADI, fato que pode vir a explicar porque alguns dossiês não apresentarem informações de um só estado. É notório também, pela análise da documentação, que havia uma extrema preocupação com as ações de movimentos pela anistia em outros estados que pudessem interferir aqui no Maranhão. Outra consideração breve é do uso de expressões contidas nos documentos, como “esquerdizantes”, às vezes destacado o grau de “agressividade que atacaram o Governo”.

Ademais, os atos e manifestações feitos em busca da anistia, quando a lei foi finalmente aceita, promoveram um passo importante para a sociedade civil e para a reorganização de associações e outros tipos de movimentos, Del Porto destaca:

Relaciono agora alguns significados da conquista da anistia ao processo de constituição da sociedade civil no Brasil. O pressuposto desta análise é que a oposição ao regime militar – e, dentro dessa, a luta pela anistia – foi um marco fundamental para a própria emergência da sociedade civil no país enquanto esfera constituída por sujeitos modernos e autônomos. É a partir desse momento que os movimentos sociais, associações profissionais e outros grupos comunitários – já existentes ou emergentes então – passam a organizar-se de forma diferenciada, reapropriando e reelaborando a ideia de direitos como categoria mediadora das relações sociais (DEL PORTO, 2009, p. 52).

A conjuntura ficou amplamente modificada, o SNI fez-se de elementos para dar propriedade ao discurso dos órgãos de repressão, dando informações minuciosas das atividades das entidades estudadas, mesmo que contendo expressões precipitadas e certa intolerância. As organizações a favor da anistia não se eximiam de apoiar a anistia ampla, geral e irrestrita, tendo mais corpo e relevância dentro da sociedade política. A Lei de Anistia de 1979, seria a consolidação de sua importância. Porém, dada a força dos movimentos que reivindicavam a anistia, e a força que tal temática trazia à outras questões de oposição à Ditadura Empresarial-Militar, a lei que anistiava presos políticos e exilados foi elaborada muito mais para desmobilizar e enfraquecer os movimentos, tirando-os uma importante bandeira, que era a luta pela a anistia “[...] anistia significa esquecimento”[...] Encontramos então a finalidade da natureza política da anistia: a pacificação da sociedade pela via do esquecimento.” (CHAVES, 2015, p. 234).

## Referências

### I) Fontes documentais

AFZ- ACE- 021/79, Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, 9 de fevereiro de 1979.

AFZ- ACE- 60/79, Serviço Nacional de Informações, Agência de Fortaleza, 23 de março de 1979.

AFZ- ACE- 72/79, Serviço Nacional de Informações, Agência Fortaleza, 30 de março de 1979.

Capitania dos Portos, São Luís, 5 de julho de 1978.

### II) Obras Gerais

CHAVES, Leonardo Leal. A Lei da Anistia em Questão: Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da (Org.). *Maranhão Republicano em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia*. São Luís, Editora Shalom LTDA; Editora UEMA, 2015.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. *A luta pela anistia no Regime Militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania*. n, 3, ano 3. Campinas, Perseu, pp. 44-72, 2009.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

MELO, D.B; HOEVELER, R.C. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. *Tempos Históricos*. Rio de Janeiro, v.18, pp. 13-43, 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

## LEMBRANÇAS DA ESCRAVIDÃO: RUPTURAS, MOVIMENTOS E CONTEXTOS

Sarah Silva Froz<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho objetivamos analisar a memória da escravidão na obra *Becos da memória* (2013), de Conceição Evaristo. Para tanto, problematizamos como se dá o processo de ruptura e continuidade da relação “casa grande e senzala”. A narrativa é construída a partir de fragmentos de memória da personagem Maria-Nova e narra a trajetória de indivíduos que vivem em uma favela – crianças, prostitutas, bêbados - excluídos da teia social. A pesquisa tem como aporte teórico a visão de Maringolo (2014), Gilroy (2001), Bhabha (1998), Pollak (1989), Ricoeur (2007). A narrativa concentra-se no lembrar da personagem central que relembra o tempo em que morava na favela, (re)conta as suas vivências e da comunidade à qual pertence. A obra insere-se na categoria dos escritos Evaristinianos denominados de *escrevivência*.

**Palavras-chaves:** Memória, Ancestralidade, Anastácia.

### Introdução

Neste trabalho objetivamos analisar a memória da escravidão na obra *Becos da memória* (2013), de Conceição Evaristo. Para tanto, problematizamos como se dá o processo de ruptura e continuidade na relação “casa grande e senzala”.

Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma ficcionista, romancista, poetisa e pesquisadora contemporânea. Doutora em Literatura Contemporânea, militante do movimento negro, do feminismo e das questões que atingem a população de cor.

Em 2009 foi finalista do prêmio Portugal Telecom com o livro de poemas intitulado *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008). Com o livro de contos *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2010) foi finalista do mesmo prêmio da edição de 2011. Teve seus textos publicados em antologias na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Em 2015, recebeu o Prêmio Jabuti na categoria Contos; no ano seguinte, participou da maior festa literária do país, a *FLIP – Feira literária Internacional de Paraty*, entretanto a autora não deixou de criticar a ausência de autores negros na feira, reafirmando as palavras de Giovana Xavier que lançou um manifesto intitulado *Arraiá da branquitude*, em que questionava o apagamento dessas vozes.

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras, Área de concentração Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, integrante do Grupo de Pesquisa Neafrica (Núcleo de estudos, pesquisa e extensão sobre África e o Sul Global) e do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Literatura e Linguagem – LITERLI, linha de pesquisa Literatura e Memória. Pesquisa financiada pela CAPES.

No ano de 2017 foi de realizações e reconhecimento: a autora foi uma das ganhadoras do 22º Prêmio *Claudia*, vencedora do 14º prêmio *Faz Diferença* do jornal o Globo, ficando entre os três finalistas com outros escritores de renome, a saber: o escritor paulista Ignácio de Loyola Brandão e autor premiado Raduan Nassar. Nesse mesmo ano foi uma das homenageadas pela *FLIP*, sendo também homenageada com uma exposição de arte pelo banco Itaú Cultural de São Paulo denominada de *Ocupação Conceição Evaristo*.

O romance *Becos da Memória* foi publicado em 2006, é o segundo romance publicado de Conceição Evaristo, é fruto de um conto escrito ainda nos tempos de colégio, *Becos* foi escolhido pela Fundação Palmares/Minc para comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil em 1988. No entanto, o projeto não pôde ser posto em prática na época e acabou esquecido na gaveta, vindo a ser publicado dezoito anos depois.

*Becos da memória* (2013) narra a trajetória de moradores de uma favela em processo de demolição. A obra é composta por fragmentos de histórias e memórias dos indivíduos excluídos da teia social, remanescentes da escravidão: são crianças, prostitutas, bêbados, enfim, sujeitos à margem da sociedade. A narrativa tem um tom reivindicatório, cujos procedimentos memorialísticos se dão a partir de uma constante revisitação ao passado. É uma narrativa

A narrativa é constituída de noventa e cinco trajetórias de vidas, cujos fios da memória vão sendo costurados pela visão de uma menina de 13 anos, a narradora Maria Nova, a partir de fragmentos de memória. A personagem narra a trajetória de indivíduos que vivem em uma favela- crianças, prostitutas, bêbados - excluídos da teia social.

## **2. Memória e identidade**

“A memória é a identidade em ação”, nessa conjuntura as questões referentes ao “recordar” (CANDAUI,2011, p.15) e à memória são compreendidas como bases para edificar as identidades, uma vez que elas são construídas através das lembranças, e isto gera um sentimento de pertencimento em uma sociedade, nação ou grupo, tomando emprestado as palavras de Benedict Anderson (2008) o que poderíamos chamar de uma *comunidade imaginada*.

A rememoração permite o estabelecimento de laços de pertencimento, a fim de construir uma identidade, por sua vez a memória (re)modela o indivíduo ao mesmo

tempo em que é modelada por ela. Nessa dialética, elas “se conjugam, se nutrem mutuamente se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAUI,2011, p.16). O passado é domesticado visto que é tido e acessado sob forma de um discurso, ou seja, pela linguagem, e como todo discurso carrega uma serie de intenções por parte de quem rememora, por meio de uma carga subjetiva e de impressões.

As ferramentas mnemônicas são mediadas pela linguagem, a fim de ganhar um significado, uma simbologia, é neste momento que a identidade é moldada, por isso se enraíza em um processo memorial. Assim como a memória é um elemento socialmente construído, a identidade também é produto de um discurso, Canclini (2007, p.11) pontua que “a identidade é uma construção que se narra”.

Memória e a identidade se interligam e são categorias socialmente construídas pelo discurso. Stuart Hall (2005) evidencia três construções de identidade: a primeira é a do sujeito do iluminismo, uma “concepção muito individualista do sujeito e da sua identidade”, sendo o “centro essencial do “eu”; a segunda é a do sujeito sociológico em que a “identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade” (HALL,2005, p.11). Nessa conjuntura a identidade é formada na relação do indivíduo com o meio, nas relações intersociais; a terceira concepção é a do sujeito pós-moderno, que é fragmentada, construída social e historicamente: “nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL,2005, p.13)

No que se refere as identidades que foram geradas na diáspora, vale destacar que não podemos pensar uma única identidade étnica, visto que estas foram geradas em situação diáspórica (forçada, povos africanos escravizados), havendo diferentes etnias, distintos povos. Kabengele Munanga infere que “não podemos afirmar que há uma identidade cultural entre negros vivendo numa comunidade religiosa [...] e negros vivendo em uma favela ou negros de classe média espalhados nos grandes centros urbanos” (MUNANGA,2012, p.45).

Nessa, conjuntura pontuamos que os povos escravizados tiveram de ser silenciados e suas histórias lançadas ao esquecimento. Entretanto, na contemporaneidade são expostas as agruras, uma memória do testemunho que precisa exorcizar o passado para que este não se repita. “A memória da escravidão torna-se um segredo aberto e domina as experiências pós-escravidão, interpretadas como suas continuações camufladas” (GILROY,2001, p.173). O que não deixa de ser uma relação

de rupturas e continuidades. A memória e a identidade estão interligadas, de forma que a segunda é formada a partir das vivências ou experiências do passado a identidade afro-brasileira é híbrida ela nasce entre as culturas, branca e a africana/ negra, a construção de novas formas culturais possibilita a formação de identidades individuais e/ou coletivas.

A identidade negra perpassa por um processo de se pensar na própria diferença: o sujeito negro se reconhecer como minoria, uma vez que os indivíduos ainda presos as continuidades camufladas das reminiscência do sistema escravista, novas ressignificações da *Casa da grande e Senzala*, reverberando o mito da democracia racial.<sup>2</sup>

Dessa forma, reiteramos que o passado da escravidão, gerado nos porões dos navios na travessia do Atlântico, é um dos alicerces dos escritos afro-brasileiros, de modo que as lembranças passam a ser ressignificadas pelos seus descendentes, contada e exorcizadas, a fim de (re)construir uma nova história. Paul Ricoeur assevera que:

[...] nada temos de melhor que a memória para garantir que algo que ocorreu antes de formarmos sua lembrança. A própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado, independentemente do que possa significar a preteridade do passado (RICOEUR,2007, p.16).

Ricoeur nos induz a pensar que é preciso ressignificar o passado para compreender o presente. Assim, as memórias de um passado são buscadas a fim de compreender um determinado acontecimento, quer seja sobre suas origens, ancestralidades, o que por sua vez não deixa de ser uma construção, pois as lembranças não vêm à mente da forma como aconteceram, mas reelaboradas. “A história é uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo agora” (BENJAMIN,2013, p.15).

Dessa forma, os descendentes dos afro-brasileiros escravizados buscam ressignificar a história de seus antepassados, através das falas dos indivíduos que ouviram de seus avôs, que foram ecoadas dos porões dos navios, na cozinha da casa grande, na senzala enfim, dos que viveram do outro lado da história oficial, é uma

---

<sup>2</sup> Desde a abolição da escravidão em 1888 pela assinatura da Léi Aurea, os negros competiriam de forma igualitária com os brancos, ou seja, que perante a Lei todos seriam iguais, entretanto esse mito da democracia racial é uma forma camuflada de racismo diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e na Africa do Sul.



tentativa de (re)escrever o passado e (re)pensar o futuro; olhar para o passado, a fim de compreender o presente.

A tessitura Evaristiniana apoia-se na memória étnica e coletiva para remontar esse passado que precisa ser (re)contado. Para tanto, costura os fios perdidos da história, a partir dos fragmentos de memórias que oscilam entre o passado e o presente. Conceição Evaristo insere a sua escrita, de modo que memória e ficção se confundem no neologismo que ela denominou de *escrevivência*. “A *Escrevivência* defendida por Evaristo consiste em escrever com vida, da vida e para a vida” (MARINGOLLO, 2014, p.10).

Evaristo tematiza a problemática do que é ser negro numa sociedade racista, discorre sobre as experiências e vivências da população esquecida, mas que ao mesmo tempo busca por lugares de visibilidade e pertencimento, reafirmando sua negritude, a partir de um entre-lugar culturalmente construído. Homi Bhabha assevera que os “entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação [...] que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1988, p.20). Retomando a memória como elemento constitutivo de identidade, podemos destacar o que Bhabha propõe como a criação de novos signos de identidade, ou seja, signos identitários que contestem o comportamento de um determinado grupo, a coletividade, é isso que a literatura de Evaristo propõe um novo olhar sobre os afrodescendentes uma história escrita de baixo, pelo marginalizados, ou seja, a *escrevivência* dos oprimidos, uma tessitura que questiona os lugares de fala dos *donos do poder*.

A identidade na obra *Becos da memória* (2013) está ligada à memória dos subalternizados, está se configura como norteadora de resistência, uma vez que se opõe a memória oficial que é aquela contada pelos grupos dominantes. Podemos afirmar que há uma disputa de memórias daqueles que foram por muito tempo suplantadas.

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira é tida como elemento de resistência, visto que ela é um dos meios pelos quais os escritores negros vão reivindicar o seu lugar na sociedade, e expor as agruras que a população não branca vivência cotidianamente, como o racismo, as violências e os conflitos de gênero.

Conceição Evaristo busca (re)construir as identidades perdidas de homens e mulheres negros, como uma tentativa de (re)criar uma história dos ditos

subalternizados, criando espaços para dar voz aos silenciados pela história oficial, como assevera Walter Benjamin:

Os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. (...) todos que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialismo histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie (BENJAMIN,2013, p.225).

Quando se refere à “barbárie”, Benjamin menciona a história de opressão e exploração de grupos sociais por outros, pensando numa teoria marxista a relação de dominados e dominantes, ou, talvez sendo menos radical, sempre houve uma relação de coerção e consenso. Olhando para um passado histórico marcado pela barbárie, Benjamin mostra que “o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção”, e que a cada geração é “concedida uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente” (BENJAMIN,2013, p.225).

A ideia de um passado de barbárie, de dor, e de sofrimento é uma forma de reivindicar um lugar, ao mesmo tempo em que remete a um apelo por visibilidade, logo, esse protagonismo está presente na escrita Evaristiniana, posto que dá lugar aos “esquecidos”, os ditos subalternizado.

Nessa conjuntura, Benjamin afirma que “o dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN,2013, p.225). Assim, há uma constante revisitação ao passado no processo de revalidação do presente. Ainda, segundo Benjamin, é uma árdua missão que deve ser feita pela história, entretanto, questiona-se se não seria também viável à literatura.

Pontuamos que as tessituras Evaristiniana revelam um realismo acerca das violências simbólicas, físicas e sociais que os negros vivenciam. A autora apoia-se na memória coletiva reafirmando a ideia de uma herança ancestral, construída pelas vivências de um determinado grupo social. Cátia Cristina Maringolo afirma: “A

memória coletiva é construída possibilitando a criação de novos espaços de discussão e a desestabilização de estereótipos relacionados aos sujeitos negros”, ou seja, um discurso que se contrapõe à memória legitimada do grupo dominante, uma história contada pelos indivíduos que foram por muito tempo excluídos da teia social (MARINGOLLO, 2014,p.55).

### **Maria-Nova e Maria-Velha: A sombra do escravismo**

É por meio da narradora-personagem Maria-Nova são apresentadas as demais personagens do romance. A menina vai esquadrinhando as nuances das vivências, experiências, memórias e histórias de uma comunidade negra que vive em condição de subalternidade. No decorrer da obra, a ênfase é dada na relação passado/presente, favela/senzala e casa-grande, tudo ressignificado pelo olhar da criança.

Maria-nova é uma personagem singular dentro da tessitura Evaristiniana, é a narradora de *Becos da memória* que inicia o romance rememorando o tempo que vivera em uma favela, ainda menina e que crescia curiosa sobre a vida e a agruras dos povos negros. “Hoje a recordação daquele mundo, me traz lágrimas aos olhos. Como éramos pobres! Miseráveis talvez! Como a vida acontecia simples e como tudo era e é complicado”. (EVARISTO,2013, p.29) Ao sair da favela e ocupar lugar de visibilidade, Maria-Nova (re)escreve uma nova história, com o intuito de romper com os lugares de subalternidade aos quais os negros foram submetidos.

A personagem morava, com a mãe e seus irmãos, em um barraco pintado de branco. A menina de 13 anos buscava compreender a sua realidade e das outras “doces figuras tenebrosas” da comunidade. Apesar de uma imagem frágil, possuía uma força interior que aspirava por mudanças e transformações para ela e para os outros. “A menina crescia. Violentamente por dentro. Era magra e esguia. Seus ossinhos do ombro ameaçavam furar o vestidinho tão gasto” (EVARISTO,2013, p.108).

Maria nova ansiava por respostas para as suas inquietações: o porquê do seu povo ainda sofrer e estar imerso na pobreza. Na favela onde a menina morava havia a prostituição, a maldade, mas também a solidariedade dos mais velhos. Percebia na educação como uma forma de subverter a pobreza. Carregava as dores de um tempo que não viveu, de experiências que não possuía, mas buscava meios para subverter e resistir. “Ela tão nova e já vivia mesmo. Muita coisa, nada ainda, talvez ela já tivesse definido.

Sabia, porém, que aquela dor toda não era só sua. Era impossível carregar anos e anos tudo aquilo sobre os ombros. Sabia de vidas acontecendo no silêncio” (EVARISTO,2013, p.108).

Sabia que haveria de lutar, pois era mulher negra [in]visível na sociedade falocêntrica e caucasiana.

Maria-Nova crescia. Olhava o pôr do sol. Maria-Nova lia. Às vezes, vinha uma aflição, ela chorava, angustiava-se tanto! Queria saber o que era a vida. Queria saber o que havia atrás, dentro, fora de cada barraco, de cada pessoa” (EVARISTO,2013, p.108).

Maria-Velha, assim como Maria-Nova, carrega consigo uma dor que não é somente sua, mas também de seus antepassados. “[...] o que doía mesmo em Maria-Nova era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas no fundo, a miséria era a mesma. (EVARISTO,2013, p.91). Desse modo, as histórias das Marias se entrecruzam. Maria-Nova, que simboliza a nova geração, é comprometida com as transformações e rupturas; Maria-Velha, permanece inserida no laivo do sistema escravista, sem dele conseguir se desvencilhar.

Maria-Nova representa a ancestralidade; nesse recuo e avanço da história sua fala é permeada de ecos de seus antepassados, isto é evidenciado no banzo, que é uma das marcas da herança diaspórica, ou seja, essa relação do passado que se presentifica “o banzo, que na narrativa aparece como marca de hereditariedade entre Maria-Nova e seus antepassados, reitera uma linguagem ligada a afrodescendência” (PONCE; GODOY, 2016, p. 30). A menina toma para si as dores de seu grupo social, toda a história de luta que passaram, passam e ainda passarão; nessa perspectiva, ela torna-se porta-voz dessa resistência. A representação da consciência étnica de Maria-Nova é construída a partir dos fragmentos memorialísticos.

A memória de Maria-Nova é adquirida na medida em que a personagem-testemunha toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona, ou seja, há um processo de apropriação de representações coletivas por parte da personagem em interação com outros personagens, revivendo acontecimentos pessoais ou “herdados”, num tempo-espaço comum ao grupo: a favela (SOUZA, 2011, p. 94).

Nessa perspectiva, as lembranças de Maria-Nova se fundem com as lembranças dos moradores da favela, uma vez que ao ouvir as diversas histórias a personagem as internaliza como se as tivesse vivenciado, assim Maria-Nova resente as lembranças e angústias que lhe são narradas. Como assevera Vieira (2016, p. 116), “Becos da

memória nos remete à um passado, em que há um narrador câmera, que acompanha diversos percursos da vida existente em favela de algum lugar do Brasil”.

Maria-Velha narra à Maria-Nova as memórias da escravidão de seus ancestrais, são histórias de vidas mal vividas que a ajudam a ressignificar o passado, com isso, reconstruir a sua identidade. “Maria-Nova queria sempre história e mais histórias para sua coleção. Um sentimento, as vezes lhe vinha. Ela haveria de recontá-las um dia. [...]Era muita coisa para se guardar dentro de um só peito” (EVARISTO,2013, p.56).

As duas Marias simbolizam o recuo e o avanço; passado e presente; ruptura e continuidade da história dos negros. Nas lembranças de Maria-Velha ressoa o sistema escravocrata: o passado da escravidão emerge continuamente no presente, posto que as personagens vivenciam as amarras das correntes das Senzalas, o *apartheid* que segrega brancos e não brancos, ricos e pobres. O enredo é situado em uma favela não nomeada, localizada ao lado de um bairro nobre, remetendo à relação Casa grande e Senzala:

Duas ideias, duas realidades, imagens coladas machucavam-lhe o peito. Senzala-favela. Nesta época, ela iniciava seus estudos de ginásio. Lera e aprendera também o que era casa-grande. Sentiu vontade de falar à professora. Queria citar como exemplo de casa-grande, o bairro nobre vizinho, e como senzala, a favela onde morava. (...) Sentiu um certo mal-estar. Numa turma de quarenta e cinco alunos, duas alunas negras e, mesmo assim, tão distantes uma da outra. Fechou a boca novamente, mas o pensamento continuava. Senzala-favela, senzala-favela! (EVARISTO,2013, p.104).

Nesse trecho da obra evidenciamos como a narradora problematiza a questão da presentificação da senzala, fazendo uma comparação do lugar em que vivia com a Senzala, comparando-a ao bairro nobre que ficava ao lado da favela como a Casa-grande, evidenciamos que a todo momento na narrativa é focado a imagem da escravidão, do passado da diáspora, assim Simone Schmidt diz que é uma “literatura que presentifica está perturbadora relação, Senzala e favela” (SCHMIDT,2013, p.19)

Maria-Velha é um mulher que vivenciou o período escravocrata, tendo seu avô, pais e tios escravizados, além do que cresceu ouvindo do avô histórias acerca dos seus antepassados. Acrescentava que a neta apresentava semelhanças com a filha Ayaba, escrava, ama de leite de uma criança da casa grande, que se revoltou contra o seu proprietário e foi castigada, não sendo assassinada por intervenção do seu “filho de leite” o pequeno “sinhozinho”.

Mãe-de-leite de uma criança, um dia a escrava se rebela contra o sinhô, Agarrou o homem pelo peito da camisa, sacudiu, sacudiu. A escrava foi posta no tronco, iam surra-la até o fim. A criança, filha de leite, chora, grita, berra, desmaia, volta a si, quase enlouquece.

-Não matem, “mamãe preta”, não matem “mamãe-preta” (EVARITO,2013, p.48).

A personagem Maria-Velha carrega no corpo-memória marcas da escravidão, com seus trejeitos que se assemelham ao da tia Ayaba. A história de resistência de Ayaba contada a Maria-Nova por Maria-velha metaforiza o mito da escrava Anastácia, negra castigada por não se sujeitar às vontades do seu dono, sendo obrigada a usar uma máscara na boca para que não pudesse falar. A interdição da fala representa a luta, a resistência, visto que através da brechas da máscara ressoa os grunhidos de liberdade.

Maria-Nova é herdeira de uma história que precisa ser (re)escrita e repensada, desse modo ressignifica lembranças que não são somente suas, mas também de negros, moradores da favela, que vieram antes dela, bem como dos primeiros negros que fizeram a travessia do Atlântico:

Um sentimento estranho agitava o peito de Maria-Nova. Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as história dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada. Duas coisas ela gostava de Colecionar: selos e as histórias que ouvia. [...] Aquelas histórias ela colecionava na cabeça e no fundo do coração, aquelas ali haveria de repetir ainda (EVARISTO,2013, p.49).

Neste trecho evidenciamos como a personagem Maria-Nova, estava inquieta com a situação de miserabilidade a que estava inserida, e que de certa forma analisava o cenário em que vivia, buscava nas histórias que ouvia compreender a realidade de seu povo, colecionava as história na busca de ressignificá-lo, entretanto não queria apenas guarda para si, mas compartilhar com os seus as histórias de seus antepassados.

Maria-Nova reconhece o sofrimento de Maria-Velha: “Ela via ali, em coro, todos os sofrendores, todos os atormentados, toda a sua vida e a vida dos seus” (EVARISTO,2013, p.67). Nessa perspectiva, Maria-Velha, ao compartilhar as memórias da escravidão com a outra Maria, possibilita que a história se mantenha viva nas lembranças de gerações presentes e futuras.

### **Considerações Finais**

Em *Becos da memória* (2013), observamos com o sistema escravista se presentifica na narrativa, posto que a maioria dos personagens são afrodescendentes. É uma memória se corporifica nas personagens Maria-Nova e Maria velha que vivem na favela da diegese. Através das falas dessas personagens identificamos como essas

mulheres estão presas correntes do racismo, para além disto pontuamos os lugares de fala das Marias, na história de Maria-Velha há, a questão da relação desta com a sua tia Ayaba, que é uma memória de resistência e subversão.

O romance *Becos da memória* (2013) apresenta um tom reivindicatório em que pontua os lugares de [in]visibilidade dos indivíduos afrodescendentes. Por meio das personagens Maria-Nova e Maria-Nova percebemos como a história dos afrodescendentes sofre recuos e avanços, ou seja, o novo e o velho se encontram, de modo que as Marias simbolizam as milhares de mulheres da comunidade silenciadas na conjuntura social.

As personagens vivenciam reminiscência do sistema escravocrata, ou seja, são seres que são postos nos “quartos de despejos” pelos donos do poder, assim a favela passa a ser uma continuação das senzalas: os nomes mudaram mais os lugares de segregação permanecem com novas roupagens, outras formas de opressão dos corpos negros.

## Referências

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História.** (Org.) e Tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte. Autentica editora, 2011. CANDAUI, Joel. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização Imaginada.** Trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Becos de memória,** Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34/ Universidade Candido Mendes. Centro de estudos afro-asiáticos. 2001

MARINGOLLO, Cátia Cristina Bocaiuva. **Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo: construindo histórias por meio de Retalhos de memórias.**132f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2014.

MUNANGA, KABENGELE. **Negritude: usos e sentidos.** 3 ed. Belo Horizonte: Autentica editora. (Coleção humanidades). 2012.

PONCE, E. S.; GODOY, M. C. de. **Identidade e afro-brasilidade em becos da memória de Conceição Evaristo.** v. 21 n. 1 .2016. p. 18-32. Leopoldo. Disponível em: ><http://periodicos.est.edu.br/identidade><. Acesso em 10 de jan. de 2017.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOUZA, Adriana Soares de. **Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo**. 2011.173f. Dissertação (programa de pós-graduação em literatura da Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Comunicação e Expressão). Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

VIEIRA, Aline Deyques. **Memória coletiva e a questão do trauma em Becos da memória**. In. Ecrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane, PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs). Ed. Idea. Belo Horizonte, 2016.p.121-132.



## **O REGGAE JAMAICANO NO INTERIOR DO MARANHÃO: reflexões acerca das influências do ritmo estrangeiro no litoral ocidental maranhense a partir da década de 1980.**

*Saulo Iving Gusmão Pereira<sup>1</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo objetiva refletir sobre as influências do reggae no litoral ocidental maranhense, na América do Sul, partir de uma abordagem da História cultural que valoriza novos sujeitos e relações cotidianas. Para esse entendimento é necessário compreender quem são os sujeitos que permitiram a fixação do reggae, dentre os quais, vaqueiros, pescadores, agricultores, ainda na década de 1980, tempos no qual o Brasil estava inserido em um processo de redemocratização. Além disso é necessário a busca pela compreensão de um paradigma, de que como o reggae, um ritmo cantado inicialmente em inglês, chega até o interior do maranhão (litoral ocidental maranhense) e cativa uma população “pacata” composta na época por um número aproximado de 80% da população formada por analfabetos funcionais. Então é dentro desse emaranhado de indagações que será refletido o papel de coadjuvantes daqueles esquecidos atrás das cortinas do dessaber histórico. Para isso é necessário conhecer a trajetória e história do reggae que partiu da América central, da Jamaica até Brasil, onde chegou até o porto de Cururupu, município do litoral ocidental maranhense e daí migrou até a capital. Destaca-se que se trata de uma pesquisa em andamento e apresentados aqui são parciais.

### **A “PERMISSÃO” PARA O ESTUDO DO PEQUENO**

Durante as últimas décadas, a historiografia tem atravessado um processo de renovação teórico-metodológico. Não mais apenas descreve acontecimentos de caráter político ou simplesmente se constitui como uma narrativa que se restringe a destacar, por exemplo, os aspectos econômicos ou mesmo puramente monetários da vida social. As relações sociais e o universo cultural emergem para primeiro plano e ganham importância fundamental na contemporaneidade. Como resultado desse processo, a pesquisa historiográfica tem valorizado sujeitos excluídos, como mulheres, negros, homossexuais, assim como perspectivas analíticas mais voltadas para o cotidiano: as práticas culturais, as subjetividades, as identidades. Essa ampliação beneficia a

---

<sup>1</sup> Aluno graduação em História Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Estudos África e Sul Global (NéÁfrica).

historiografia no entendimento de estruturas menores da sociedade e imputa significância às singularidades, o que impacta em estudos de particularidades sociais.

Segundo Le Goff (1993), a História precisa ser abordada a partir das várias fontes possíveis e há uma multiplicidade de abordagens e dimensões possíveis para produção historiográfica, a História das mentalidades, dos vencidos ou esquecidos, do cotidiano, das experiências individuais. É por uma História de visão pluralista, baseada no campo multifacetado de fontes, que o historiador deve pautar seu trabalho.

Neste sentido, torna-se pertinentes observações acerca do reggae no litoral ocidental maranhense. E nesse viés, Carlos Benedito da Silva<sup>2</sup> afirma que “seja qual for o elemento de identificação, o reggae se tornou fenômeno social importante, enquanto expressão cultural da população negra em São Luís e no Maranhão, e isso, a meu ver, por si só já é motivo para investigação”. O reggae, além de lazer, é um elemento de identificação cultural para um grupo significativo de jovens negros da periferia da capital e do interior. É tido como “coisa de negro” pela população branca, ou seja, um espaço de socialização e integração sociocultural. Pois, onde no início havia só negro, hoje atrai grande número de brancos.

De fato, os dados colhidos por esta pesquisa talvez permitam corroborar com o argumento de que o reggae, ao mesmo tempo em que tem o poder de integrar, também se constitui espaço privilegiado para se observar as tensões e as desigualdades de diversos matizes, como as sociais, raciais e de gênero.

Se na Jamaica o reggae era símbolo da expressão dos negros oprimidos, em São Luís, no início da década de 1980, e depois se espalhando pelo interior, foi considerado também uma forma de resistência, uma vez que ampla parcela da juventude pobre e negra, concentrada na periferia urbana da cidade ou no interior do Maranhão, se mobilizou em torno do ritmo como instrumento de lazer e, ao mesmo tempo, como demonstração da capacidade de criar suas próprias alternativas de identificação, ainda que estes símbolos de identificação venham de fora (SILVA, 2004). O reggae, que é um fenômeno urbano, nasceu na periferia de Kingston, na Jamaica, precisamente na comunidade de Thompson Town, América Central. Já no estado brasileiro do Maranhão, quando chegou no interior e atraiu um público novo, jovem, que viu nesse estilo musical uma forma de se sentir-se representado. E sobre isso Silva destaca: “[...] o

---

<sup>2</sup> Professor associado Nível IV do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA.

processo de globalização possibilita aos diferentes grupos localizados, atingidos pela dinâmica da mundialização da cultura, escolher, baseados em suas raízes étnico-culturais, novos elementos que passam, a partir de uma resignificação, a ser retratados como expressão de sua identidade” (idem, SILVA, 2004).

## **REGGAE, DA JAMAICA AO BRASIL**

A ideologia, o reggae surgiu em meio a uma Jamaica que se tornou independente em 1953. Sua história é marcada por luta. Foi colônia espanhola e desde 1600 tomada pela Inglaterra e colonizada até pouco tempo anterior a sua independência. E inúmeros intelectuais participaram dessa luta aos longos décadas. O povo jamaicano sofreu por séculos coma exploração e preconceito. Após o surgimento do reggae em 1960, o povo, principalmente da periferia jamaicana, viu no ritmo um encontro com sua própria identidade. As letras que surgiram na música reggae falavam de paz, amor, união e resistência. O orgulho de ser negro não estava imerso apenas a ser, mas por ter uma musica sua. O reggae também está imerso a cultura rastafári, movimento religioso, ideológico e espiritual jamaicano que é parte da vida de muitos jamaicanos. (ALBUQUERQUE, 1997).

A respeito das dimensões rítmicas, o reggae é um ritmo que nasceu de um processo de hibridização na Jamaica e se internacionalizou, principalmente na voz de seu maior ícone, Bob Marley. Surgido no início dos anos 1970, é uma mesclagem do mentho – música folclórica jamaicana – com vários gêneros musicais, como os ritmos africanos, o ska e o calipso. O ritmo tomou-se depois de uma sequência de acontecimentos musicais: rhythm and blues, mentho, calipso, jazz, ska e rock-steady. (idem, ALBUQUERQUE, 1997).

A origem da palavra reggae é diversa. É provável que o nome seja originado da mistura entre as línguas afrocaribenhas e inglesa, presentes na Jamaica. Assim, ela significaria revolta ou, ainda, desigualdade. Apesar de muitas pessoas a reivindicarem, a autoria do nome nunca foi confirmada. No entanto, a palavra apareceu escrita pela primeira vez em uma música do grupo Toots and Maytals, cujo título era “Do the Reggae”. O vocalista da banda, Toots Hibert, a *definiu como* “o que vem do povo, do gueto, da maioria que sofre” (idem, ALBUQUERQUE, 1997).

De acordo com Freire (2010), ao analisar o pensamento de Gilroy (2001) sobre a diáspora africana, revela que além de ser um elemento de fragmentação e de trocas identitárias, o processo gerou o encontro de visões de mundo: é a partir desse deslocamento que alguns intelectuais passam a trabalhar ideias como hibridismo cultural e pan-africanismo, por exemplo. Ela afirma que pensadores como C.L.R. James, Stuart Hall, Cornel West, entre outros, contribuíram para que o foco da crítica cultural ultrapassasse a perspectiva nacionalista e oferecessem conceitos situados entre o local e o global. Isso implica em pensar na cultura não mais como uma unidade com uma origem, mas como algo híbrido.

A chegada do reggae no Brasil é incerta. O único trabalho que tentou datar e localizar a entrada do reggae aqui foi Carlos Benedito Silva (2007), de acordo com ele o reggae no Brasil pode ter surgido no Porto de Cururupu, que na década 1970 recebia alguns navios estrangeiros. O fato é que o reggae dos guetos de Kingston chegou até São Luís, como aponta o antropólogo Carlos Silva em seu livro “Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor”.<sup>3</sup> Em São Luís, depois que o reggae chegou, espalhou-se rapidamente pelas ruas e vielas do Centro Histórico e depois foi acolhido pela zona rural da cidade. Esse “ruralismo” é uma característica única do reggae maranhense. Na Jamaica, o reggae se tornou popular nos centros urbanos pobres. Em Londres, na Inglaterra, o ritmo também ganhou força no centro urbano.

## **A PERMEÂNCIA DO REGGAE NO LITORAL**

O reggae vem sendo objeto de estudo para pesquisas a respeito de cultura, economia, sociedade desde 1990. Após sua chegada ao Maranhão, logo que se agregou a cultura popular maranhense, pesquisadores do Brasil inteiro debruçaram-se a entender o que estava acontecendo com a música que veio da Jamaica e adentrou tão intensamente no estado. No Estado do Maranhão o reggae vestiu uma *roupa nova*. Foi literalmente isso que aconteceu. A forma do maranhense de se vestir para ir ao reggae difere de qualquer outra no mundo. É preciso também considerar que se o reggae é festa, o reggae também é economia, há uma cadeia produtiva em torno do reggae, que gera lucro para alguns sujeitos e setores. Tudo isso faz parte de uma teia de relações

---

<sup>3</sup> SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Capítulo IV: O ritmo e a identidade étnica. In: \_\_\_\_\_. Da terra das Primaveras à Ilha do Amor - reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EDUFMA, 1995. p. 110-141.

híbridas, de significados dispersos. Torna-se impossível olhar para o reggae apenas sob uma lente, seja ela cultural, social, filosófica, política, econômica, dentre outras. Se formos pensar essa dinâmica em um espaço ainda mais particular, o território rural, o reggae do interior, o olhar precisará ser ainda mais plural.

O litoral ocidental maranhense é composto por 12 municípios (Cururupu, Alcântara, Bequimão, Bacuri, Apicum-açu, Mirinzal, Guimarães, Serrano do Maranhão, Cajapió, Cedral, Cedral do Maranhão e Bacurituba). Estramos tratando dos municípios mais pobres da região norte do estado do Maranhão. Na época em que o reggae começa a invadir o litoral (1980) essa região era ainda mais pobre do que é hoje. Quase 70% da população não tinha o ensino médio completo. (IBGE, 2017). E o primeiro fato curioso começa a ser destrinchado sobre o reggae e o maranhão. Este ritmo não se opôs a cultura musical de festa local, ela agregou-se. Onde estava tendo festa de discoteca de balanço, tocava reggae. No foro de caixa, junto à lambada, brega, Cumbia, tocava reggae. Apesar da população não conhecer as letras de reggae na língua inglesa, as pessoas passaram a ouvir e viver o reggae. Logo que a capital são luis na década de 1990 passou a ter 20 programas semanais de reggae, as informações a respeito do movimento ficaram maais claros. A roupas, a forma de dançar, o jeito regueiro de ser, tudo isso passou a ser especial.

Mas para compreender a permanência do reggae é preciso ter um exemplo concreto. Para que compreenda um todo, inicialmente é preciso conhecer uma parte. Então vamos entender o movimento do reggae em um município do litoral ocidental. Bequimão/Maranhão é o município brasileiro com o maior numero de radiolas de reggae de toda federação brasileira, são aproximadamente 448 radiolas espalhadas pelos 64 povoados do município (PEREIRA, 2018). 25% da população se auto define regueira<sup>4</sup>, ou seja, aproximadamente 5 mil pessoas, que é um número bem grande para uma população de pouco mais de 20 mil habitantes. Mas nada disso aconteceu por acaso.

A música americana como um todo é marcada por acentuação grave do agudo, herança rítmica africana incorporada a américa a partir da exploração de mão de obra escava. Diversos ritmos carregam essa herança. O rock, o jezz, o ska, o calipso, ripe-rop, e claro, o reggae. A música com acentuação grave é em sua maioria dançante. No maranhão diversas festas eram realizadas ao som de lambada, merengue. Quando o

---

<sup>4</sup> Regueiro ou regueira, é como é como se auto define as pessoas que participam das festas e eventos de reggae.

reggae foi incorporado a cultura local, ganhou roupa-nova. O *dançar agarradinho* reggae foi invenção maranhense. Alguns relatos mostram que as mulheres e homens gostaram do reggae porque era lento e de batida forte. Em uma festa, dançar muita música elétrica cança o corpo. O reggae trouxe a cadencia que o maranhense precisava.

Além da cadencia, a ideologia por trás do reggae assim que descoberta fez com que esse ritmo ganhasse ainda mais força para permanecer. Mesmo no interior as marcas da escravidão eram evidentes e o preconceito contra negros também. Tradicionais famílias permaneciam, os Sousa, Pereira, enquanto “de Sousa”, “de oliveira” geralmente eram aqueles mais pobres e negros. Sofriam com a pobreza e discriminação. Assim como na capital, no interior o reggae deu identidade e igualdade para aqueles excluídos. E aqui passamos a tratar de uma abordagem mais ampla do alcance do reggae. Não só negros passaram a participar da festa de reggae, apesar de ser a maioria, mas a população de uma forma geral. Ricos e pobres, pescadores, lavradores, funcionários públicos, comerciantes homens e molhes, LGBTs. Todos puderam socializar em um mesmo ambiente onde a repressão não vinha de dentro do clube, mas de fora. O reggae teve início no Brasil que estava fechando o ciclo de intolerância imposta pela ditadura militar. Muitas festas de reggae foram fechadas na década de 1980 por concentrar grande número de negros, que para a opressão policial comandada pelo estado seriam bandidos, maconheiros. Apesar de na atualidade o Brasil ser um país democrático, a concessão de um alvará para a realização de uma festa de reggae ainda é burocratizada pelo preconceito ao movimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi dito acima, é possível visualizar que as relações envolvendo práticas culturais, econômicas e políticas têm crescido sobre o tecido social. A manifestação da música regueira no interior do Maranhão (Litoral ocidental), tomada como objeto de estudo para este trabalho, revela-se como importante objeto cultural em torno do qual podem ser percebidos os relacionamentos envolvendo cultura, economia e aspectos sociais.

Não é possível negar a forte atração que esse ritmo sempre exerceu sobre alguns segmentos da sociedade maranhense desde que chegou, sendo geralmente alvo de inúmeras formas de discriminação, tanto devido às suas origens rítmicas negro-

africanas quanto por ter se propagado inicialmente entre os setores menos favorecidos financeiramente da sociedade maranhense.

O reggae, com o passar dos anos no território maranhense, conseguiu cada vez mais um maior número de pessoas, a maioria jovem. Não se opôs à cultura local, a cultura popular maranhense. Festa de rock após festejo de São João ou após passar um bloco de carnaval não aconteceu. Mas festa de reggae, sim. O reggae não competiu, agregou. Quando chegou ao litoral, não competiu com as festas de Carnaval. Muito menos depois, no São João. As festas que já existiam e continuaram a acontecer.

Em resumo, o reggae permaneceu no litoral por uma necessidade do povo, que precisava de um elemento cultural para se identificar. Não se opôs a cultura local porque não foi trazido por uma indústria e inicialmente o lucro não era o propósito, mas sim o lazer, a diversão. A permanência do reggae no litoral maranhense se dá pela possibilidade de socializarem no mesmo ambiente. O reggae criou um espaço de respeito independente do físico, pois é espiritual. Não importa se era clube, praça ou cabaré, o reggae estava ali para agregar.

## **BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA**

ALBUQUERQUE, Carlos. **O eterno verão do reggae**. 34 ed. São Paulo: Coleção Ouvido Musical, 1997.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In.: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al (orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. Jundiá, Paco Editorial: 2015

BRASIL, Ramusyo. **O reggae no Caribe brasileiro**. São Luís, Pitomba.2014.

DANILO,Ademar. Diretor do museu do reggae São Luís. Palestra sobre a cultura popular, 2017.

FREIRE, Karla Cristina. **Onde o reggae é lei**. São Luís. 2012. Edufma.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo; Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Maranhão: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432. p.

LE GOFF, Jaques. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins, 1993. [original: 1978].

PEREIRA, Saulo Iving Gumão. Peixe e Pedra: uma história social do reggae em Bequimão/ MA (1980-2018)

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da Terra das primaveras à ilha do amor:** reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: Edufma, 1995.

SOUSA, Thalisse Ramos de. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.



## A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO INSÓLITO FICCIONAL DE MURILO RUBIÃO

SILVIA CRISTINA COSTA PORTO\*

**RESUMO:** Este trabalho tem como proposta uma leitura dos contos *Botão de Rosa* e *A cidade*, do escritor mineiro Murilo Rubião, onde se pretende, por meio da abordagem do discurso fantástico, ou neofantástico, analisar a crítica ao regime ditatorial brasileiro presente nestas narrativas. Abordaremos ainda a função do Realismo mágico, como fenômeno tipicamente latino americano, cuja linguagem possibilitou a este autor escapar às interdições e censuras impostas durante os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, caracterizados pela supressão das liberdades individuais, constituindo ainda, uma forma de resistência aos regimes ditatoriais latino americanos, bem como uma forma de construir e preservar a memória desse período negro da história brasileira. **PALAVRAS-CHAVE:** Realismo-mágico, Ditadura, Murilo Rubião.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta uma leitura dos contos *Botão de Rosa* e *A cidade*, do escritor mineiro Murilo Rubião, onde se pretende, por meio da abordagem do discurso fantástico, mais especificamente do Realismo Mágico, analisar a crítica ao regime ditatorial brasileiro presente nestas narrativas.

O Realismo Mágico, no contexto histórico, teve o seu período de maior destaque entre as décadas de 1960 e 1970, quando os países latino-americanos vivenciavam a instalação de regimes de governo marcadamente ditatoriais.

O discurso fantástico, sobretudo o neofantástico, como fenômeno tipicamente latino americano, conforme Todorov (2004) e demais estudiosos dessa vertente ficcional, é considerado uma forma de escape às interdições e censuras impostas durante os “anos de chumbo” das ditaduras militares na América Latina.

No Brasil, o golpe militar de 1964, representando uma ruptura no processo democrático instalado pela constituição de 1946, e o Ato Institucional n. 5, decretado em dezembro de 1968, representou a consolidação da ditadura militar, a partir da qual o país vivenciaria, nos próximos

---

\* Graduada em Direito e Letras: Língua e Literatura francesa pela Universidade Federal do Maranhão; mestranda em Teoria Literária: Literatura e subjetividade pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista FAPEMA. E-mail: silviporto@icloud.com. Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.

dez anos, os chamados “anos de chumbo,” com a deflagração de uma violenta censura e a supressão das liberdades democráticas e do Estado de Direito. Desta forma, instalava-se no Brasil um “Estado de Exceção” permanente. Este totalitarismo pode ser definido, nas palavras de Agamben (2004, p. 13) como

a instauração por meio de estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, parecem não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

O conto *Botão-de-rosa*, de 1974, pertence ao livro de contos *O Convidado* enquanto que *A cidade*, também de 1974, pertence à coletânea de contos *O pirotécnico Zacarias*. Em ambos os contos estão presentes as características típicas do realismo mágico latino americano, destacando-se o forte conteúdo crítico contra o totalitarismo, presentes nestas obras, possibilitado pelo uso do Fantástico como linguagem literária.

Assim, é por meio desses recursos, fazendo uso de uma linguagem metafórica, que Rubião nos revela, por meio de sua obra, as complexas relações que envolvem homem-sociedade, ao tratar de justiça, de totalitarismo, de negação do sujeito, da alienação, de opressão institucionalizada, dentre outros tantos temas que são recorrentes e de fundamental importância no conjunto de sua obra.

## **REALISMO MÁGICO EM MURILO RUBIÃO**

Ao tratarmos de realismo mágico e, mais especificamente, de realismo mágico na literatura brasileira, deparamo-nos com duas grandes, e fundamentais, questões: a primeira diz respeito à confusão que orbita em torno da definição deste termo, levando-se em conta as suas mais variadas manifestações; e a segunda, está relacionada à sua existência ou não na cena literária brasileira.

O termo Realismo Mágico teve sua origem em 1920, quando foi usado pela primeira vez pelo crítico de arte alemão Franz Roh. Ele o aplicou a um grupo de pintores cujas obras eram uma crítica ao expressionismo alemão. A partir de então este termo passou a ser usado amplamente no contexto literário. Segundo (SPINDLER, 1993, p. 02) este conceito compreendia

Um retorno à representação da realidade, porém sob uma nova luz. O mundo dos objetos devia ser abordado de uma nova maneira, como se o artista o estivesse descobrindo pela primeira vez. O Realismo Mágico, como foi entendido então, não era uma mistura de realidade e fantasia, mas uma maneira de revelar o mistério oculto nos objetos ordinários e na realidade do dia a dia.

No final dos anos 1940, o romancista cubano Alejo Carpentier apresentou, no prólogo de seu romance *El reino de este mundo* o seu conceito de “Real Maravilhoso” pelo qual ele se referia às particularidades que tornam o continente americano tão diferente do europeu. Este conceito de Carpentier apresenta duas diferentes visões do mundo: uma racional, moderna e discursiva, e a outra mágica, tradicional e intuitiva. Estas duas visões, apesar de aparentemente antagônicas são coexistentes.

Desta forma, ambos os termos, realismo mágico e realismo maravilhoso, passaram a ser utilizados indiscriminadamente pelos críticos para as mais diversas obras que compunham este gênero, causando grande confusão em relação ao emprego das terminologias. Por isso, diversas tentativas de organizar estas obras literárias em torno de um conceito que abarcasse suas particularidades foram empreendidas.

Dentre a crítica contemporânea entendemos de fundamental importância as considerações de William Spindler (1993) que, ao adotar o termo realismo mágico por considerá-lo mais abrangente, propõe uma tipologia para essa categoria, destacando-se três formas de realismo mágico: o realismo mágico metafísico, o antropológico e o ontológico, cada um deles relacionado com um diferente significado da palavra “mágico”.

O realismo mágico metafísico (SPINDLER, 1993, p. 79) corresponderia às ideias de Roh; em literatura, esse tipo de realismo mágico é encontrado em textos que induzem a um senso de irrealidade pela técnica do estranhamento (*verfremdung*), por meio do qual uma cena é descrita como se fosse algo fora do comum, porém sem recorrer explicitamente ao sobrenatural.

O realismo mágico antropológico seria o equivalente às concepções de Carpentier, ou seja, é o que conhecemos como realismo maravilhoso. O “mágico”, nesse caso, é tomado no sentido antropológico, referindo-se à cultura de um povo ou grupo social

Finalmente, no realismo mágico ontológico, diferentemente do antropológico, o sobrenatural é apresentado de um modo realista, não contradizendo a razão e não são oferecidas explicações para os acontecimentos.

Neste estudo, entendemos que as formas de realismo mágico presentes nos dois contos de Murilo Rubião, tanto em Botão-de-Rosa como em A Cidade, tendem ao chamado realismo mágico metafísico preconizado por Spindler (2013), segundo o qual existe uma realidade oculta na realidade cotidiana e que nos furtamos de ver, porque nos habituamos ao corriqueiro, ao trivial, e, somente quando nos deparamos com o estranhamento provocado por esse tipo de linguagem literária, ela se torna evidente.

A respeito deste efeito provocado pelo elemento fantástico no centro da realidade, o crítico argentino (ALAZRAKI, 2000, p. 276) ao analisar autores do realismo mágico latino-americano, assevera-nos que

si lo fantástico asume la solidez del mundo real — aunque para ‘poder mejor devastarlo’, como decía Callois —, lo neofantástico asume el mundo real como una máscara, como un tapujo que oculta una segunda realidad que es el verdadero destinatario de la narración fantástica” (ALAZRAKI, 2000, p. 276)

## **REALISMO MÁGICO E RESISTÊNCIA EM BOTÃO-DE-ROSA E A CIDADE**

Murilo Rubião inicia o conto Botão de Rosa com uma frase que aponta, logo de início, o tom insólito que caracteriza a narrativa: "Numa segunda-feira de março, as mulheres da cidade amanheceram grávidas" (RUBIÃO, 2016, p. 230). Tal fato subverte o real, uma vez que se tratava de todas as mulheres, tanto as meninas de oito anos, quanto as matronas de oitenta.

Em seguida a história do personagem, que leva o mesmo nome do conto, começa a se desenrolar diante do leitor. Botão-de -Rosa, um hippie barbudo e de “longos cabelos”, que fazia parte de uma banda de músicos juntamente com doze amigos, ao constatar que estava “liquidado”, não se preocupou com isso, continuou escolhendo, pacientemente, e com apuro, as vestimentas que iria usar naquele dia, enquanto, lá fora, uma turba enfurecida desejava linchá-lo, isso porque contra ele corria a acusação de ter engravidado todas as mulheres da cidade.

Em seguida o protagonista é conduzido pelos agentes de polícia até o delegado da cidade, onde fica sabendo que a acusação que pesava contra ele havia mudado por

ordem do juiz, devido a “novas diligencias”. De estupro e cúmplice de adultério, agora ele responderia por tráfico de heroína. Para sua defesa, é designado um defensor dativo, José Inácio, um advogado recém-formado que passa a representá-lo a partir de então.

Ao protestar contra as arbitrariedades das quais é vítima seu cliente, o defensor é informado pelo delegado de que naquela cidade o que prevalecia era a vontade do juiz (RUBIÃO, 2016, p. 233)

Que ingenuidade, amigo. Você está há pouco tempo entre nós e ignora que aqui só prevalece a vontade do Juiz, proprietário da maior parte das casas da cidade, inclusive dos prédios públicos, da companhia telefônica, do cinema, das duas farmácias, de cinco fazendas de gado, do matadouro e da empresa funerária. Se decidiu que esse palhaço cometeu outro delito, não nos cabe discutir e sim preparar as provas necessárias à sua condenação.

Diante do delegado, durante o seu depoimento, quando questionado a respeito da "verdade" dos fatos, Botão de Rosa permanece calado, sendo então recolhido ao cárcere.

Ao apontar as irregularidades do inquérito policial o advogado de Botão-de-Rosa passa a ser hostilizado pelas pessoas da cidade, entretanto, movido pelo senso de justiça, persevera em sua defesa. Percebendo que o processo seguia eivado de irregularidades, procura o promotor de justiça para conversar com ele a respeito de tais irregularidades, surpreso com a resposta do promotor que não via nenhum erro no processo, quis confrontá-lo mostrando-lhe a lei, e, ao consultar um código penal que estava em uma estante ao seu alcance, levou um grande susto - quanto mais avançava na leitura do código, mais chocado ficava ao constatar que toda a lei de que tinha conhecimento havia, de uma hora para outra, mudado. Mais uma vez tem-se, no conto, a presença de um fato insólito, que causa o estranhamento do leitor.

Apavorado, o advogado vai a uma livraria e adquire uma nova constituição e novos códigos e constata abismado com a leitura deles a preocupação do legislador em cercear a defesa dos transgressores das leis penais, principalmente no capítulo que trata de entorpecentes onde, além de não se permitir apresentar determinados recursos, as penas variavam entre dez anos de reclusão, prisão perpétua ou pena de morte. "José Inácio ficou boquiaberto: pena de morte! Ela fora abolida cem anos atrás! Teria estudado em outros livros?" (RUBIÃO, 2016, P.235).

Entretanto, ocorrendo a pena de morte, admitia-se apelar para instancia superior.

Ameaçado pelos populares, acovardado e quase sem esperanças de absolver Botão-de-Rosa, Jose Inácio tenta abandonar a cidade na véspera do julgamento, entretanto é impedido pelo delegado por ordem do juiz que determinou que ele permanecesse na cidade dando seguimento às formalidades do processo.

No dia do julgamento mesmo escoltado Botão-de-Rosa foi duramente agredido pela multidão antes de entrar no fórum. Durante a audiência, mais uma vez permaneceu em silêncio, nada falou em sua própria defesa. A promotoria, valendo-se de uma carta sem assinatura, que os exames grafológicos provaram ser de Judô, companheiro de banda do réu, na qual denunciavam o acusado de traficante de heroína e maconha, conseguem convencer o júri da culpa de Botão-de-Rosa. A essa altura José Inácio nada podia fazer, o presidente do tribunal leu a sentença que condenava o réu a pena de morte a ser cumprida no dia seguinte.

José Inácio bem poderia recorrer da sentença, pois a Suprema Corte tinha por norma transformar as penas máximas em prisão perpetua. Entretanto, temendo por sua segurança, o advogado preferiu não oferecer a Apelação, e, em troca ainda garantiu para si uma rendosa banca de advocacia, conforme prometido pelo juiz.

Por fim, Botão de rosa é condenado e, vendo-se abandonado por todos, entrega-se ao sacrifício (RUBIÃO, 2016, P.239).

Do alto do patíbulo, na praça vazia, pela primeira vez lhe pesava a solidão. E os companheiros? E Taquirá?

*Abaixou a cabeça: esquecerão, sempre esquecemos.  
Jogou longe a capa e, desnudo, ofereceu o pescoço ao carrasco.*

No conto A cidade temos a história de Cariba, o único passageiro de um trem que, ao invés de seguir adiante, permaneceu indefinidamente, na antepenúltima estação, próximo a uma pequena cidade. Ao perceber que o trem não seguiria em frente, o protagonista, atraído pelas “casinhas brancas” da cidade, resolve descer e conhecer o local.

Ao circular pelas ruas, Cariba percebe certa hostilidade dos moradores (RUBIÃO, 2016, P. 30)

Durante todo o percurso, desde as vias secundárias à avenida principal, os moradores do lugar observaram Cariba com desconfiança. Talvez estranhassem as valises de couro de camelo que carregava ou o seu paletó xadrez, as calças de veludo azul.

Procurando ser o mais cordial possível, perguntou aos moradores que cidade era aquela. Esta simples pergunta foi o suficiente para desencadear a ação repressiva das autoridades policiais que “pegaram-no com violência pelos braços e o foram levando, aos trancos para a delegacia de polícia” (RUBIÃO, 2016, P. 31).

Em seguida segue-se os depoimentos de várias testemunhas que, mesmo não tendo muita certeza, confirmavam que Cariba era realmente o “homem procurado”. Entretanto, nada disso para ele fazia sentido, conforme ele mesmo indagava (RUBIÃO, 2016, P. 33-34).

Não podem me prender com base no que acabo de ouvir. Cheguei aqui há poucas horas e as testemunhas afirmam que me viram, pela primeira vez, na semana passada!

*O delegado impediu que prosseguisse:*

*- O comunicado do setor de segurança é claro e diz textualmente: “o homem chegará dia 15, isto é, hoje, e pode ser reconhecido pela sua exagerada curiosidade”.*

Assim, Cariba é preso, e permanecerá enquanto não aparecer, na localidade, outra pessoa que reúna em si indícios de maior culpabilidade. Passam-se cinco meses e ele já não tem mais esperança de sair da cadeia, olha os homens que lá fora passam e que o veem com um olhar de desconfiança e medo. Todas as noites, quando o guarda chega para a ronda noturna, Cariba corre ao seu encontro e o interpela: “- alguém fez hoje alguma pergunta? - Não. Ainda é você a única pessoa a fazer perguntas nesta cidade.”

Ao longo destes dois contos, Murilo Rubião mais uma vez critica as instituições sociais de seu tempo. As prisões arbitrárias de Botão de Rosa e Cariba trazem à tona o questionamento a respeito de um Estado absurdo e opressor. Em Rubião, o fantástico dentro das narrativas tem um objetivo, “o elemento extraordinário não se limita apenas a uma experiência de leitura prazerosa para efeitos de distração do leitor, mas assume uma função eminentemente crítica” (SCHWARTZ, 1982, p. 101).

Utilizando-se da “desconstrução” do real, por meio de sua textualidade, Rubião promove uma desestabilização da noção que temos da realidade, com seus conceitos preconcebidos, para tratar de temas fundamentais referentes ao Estado totalitário: perseguições, prisões, interrogatórios, condenações, assassinatos legitimados. Tanto em Botão-de-Rosa como em A Cidade o tom fantástico está disposto em várias passagens,

como uma forma de se desconstruir as bases ideais sobre as quais se encontram assentadas as noções que temos de liberdade, de Estado e das instituições, sobretudo as judiciárias, como uma forma de se questionar essas bases ideais, de se repensar esse direito ou a sua aplicação à realidade concreta.

Nos contos em estudo, o estranhamento do leitor é incitado em várias situações: tanto Cariba quanto Botão de Rosa são presos de forma completamente arbitrária, não existe um fundamento lógico para as suas prisões. Botão, é preso sob a acusação de ter engravidado todas as mulheres da cidade, enquanto Cariba, apenas por ter feito uma pergunta aparentemente inofensiva. Ambos são vítimas de um direito absurdo, e estão entregues nas mãos de um sistema judiciário parcial e corrupto, a que manipula as leis de acordo com os interesses considerados primordiais para o regime vigente, dando aos atos arbitrários uma aparência de legalidade.

Em Botão de Rosa o juiz é uma espécie de tirano que tem poderes ilimitados e é dono da cidade, enquanto as leis se modificam num passe de mágica, como se os códigos fossem “livros mágicos” cujas leis modificassem da noite para o dia, de acordo com as conveniências do momento, onde a segurança jurídica é algo inexistente.

Cariba é submetido a interrogatórios e acareações obscuras, onde, mesmo as testemunhas de acusação não tendo certeza a respeito de sua culpa, deverá permanecer preso, unicamente por não haver nenhuma outra pessoa que possa ser preso em seu lugar.

Nas palavras de (CANDIDO, 1989), Rubião é o precursor do que este crítico denominou de "insólito absurdo", e este absurdo, pode muito bem ser identificado em seus contos, onde os personagens estão a todo momento em busca de um sentido para suas existências em um mundo irracional e opressor.

Assim como Mersault, o homem absurdo de Camus, e Joseph K. de Franz Kafka, tanto Botão-de-Rosa quanto Cariba são “estrangeiros”, pois não se adaptam àquele mundo onde estão inseridos. A própria condição de hippie de Botão-de-Rosa já denota uma não aceitação, por parte dele, das regras sociais; da mesma forma, Cariba é o sujeito que vem de algum lugar, não se sabe de onde, e é visto com desconfiança, e certa hostilidade, pelos moradores da cidade, a sensação de *não pertencimento* o acompanha ao longo de toda a narrativa.

Desta forma, esses dois protagonistas são presos e condenados, não por terem cometido os crimes pelos quais estão sendo julgados, mas por não saberem jogar o jogo



social, por não viverem de acordo com as regras estabelecidas por aquela sociedade onde estão inseridos, sendo hostilizados pelos chamados “cidadãos de bem” locais.

Tem-se, nos contos, claramente uma crítica de Murilo à sociedade conservadora: Setores da Igreja, do empresariado e da política, de base conservadora e reacionária, (Deus, pátria, Família), que constituíam os grandes apoiadores do regime ditatorial, construtores das “verdades” que emergiam de seus discursos em “defesa do bem”.

Em A cidade, enquanto Cariba é preso por não aderir ao “cale-se”, imposto tacitamente a todos os habitantes da cidade, Botão-de-Rosa, ao contrário, quando questionado sobre a “verdade” dos fatos, prefere permanecer calado, sendo, por isso, condenado à morte. Desta forma, tanto um quanto outro, ao fim das narrativas, mostram-se desesperançosos: Cariba, de não mais sair da prisão, e Botão-de-Rosa, de não mais conseguir se salvar de sua condenação à pena de morte, a ponto de se entregar nas mãos daquele sistema judiciário parcial e corrompido.

Os dramas vivenciados pelos dois protagonistas dos contos de Rubião, como uma analogia ao que representou estes anos negros na história da política brasileira, retratam um mergulho em um período de incertezas e obscuridades, onde estivemos, como Cariba, a bordo de um trem que “destinava-se a uma cidade maior”, mas que, por um imprevisto em seu caminho, “permaneceu *indefinidamente* na antepenúltima estação” (RUBIÃO, 2016, P. 29).

## CONCLUSÃO

Conforme dito anteriormente, o uso do insólito na obra de Murilo Rubião não objetiva apenas o divertimento, a distração do leitor, mas, ao contrário, é dotada de um forte conteúdo crítico, constituindo uma forma de resistência durante os anos de terror que caracterizaram o período de totalitarismo no Brasil, bem como uma forma de construir e preservar a memória desse período negro da história brasileira.

Nestes contos é muito fácil identificar situações que envolvem o absurdo caracterizado pelos regimes totalitários. Fazendo uso do insólito, Rubião procura expor a realidade que está oculta em ações corriqueiras, encaradas como algo natural em nosso cotidiano, para nos fazer enxergar a realidade que ele realmente deseja revelar. Assim, o fantástico muriliano nos conduz ao real, à realidade que quase sempre nos furtamos de ver.

Por fim, longe de ser uma leitura apenas para um contexto específico, a obra de Rubião merece ser lida e pensada seriamente, independente de tempo ou espaço, sobretudo no nosso atual contexto político, para que possamos voltar a nos espantar, nos desestabilizar, para que as verdades ocultas por trás do corriqueiro, do comum, do “costumeiro” possam vir à tona, tornando-se claras aos nossos olhos.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARRETO, Vicente. **Camus: vida e obra**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Tradução de Valerie Runjanek. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Mito de Sísifo**. Trad. Ary Roitman e Paulina Watch. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CHIAMPI, Irlomar. **O Realismo Maravilhoso: Forma e ideologia no romance hispano-americano**. 2. Edição – 2. Reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas jurídicas**. 4. ed. 3ª. imp. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC-Rio. Caderno n. 16. Departamento de Letras, 1995.
- KAFKA, Franz. **O Processo**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- RUBIÃO, Murilo. **Murilo Rubião: Obra completa**. Edição do Centenário. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- RUBIÃO, Murilo. **O convidado**. São Paulo: Ática, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. “Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem”. In: **Situações I**. Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Explicação de O Estrangeiro”. In: **Situações I**. Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.117-132.
- \_\_\_\_\_. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradução de Joao Batista Kreuch. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SCHWARTZ, Jorge. (Org.). **Murilo Rubião**. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- SPINDLER, William. **MAGIC REALISM: A TYPOLOGY** in. Forum for Modern Language Studies, Volume XXIX, Issue 1, 1 January 1993, Pages 75–85, disponível em : <https://doi.org/10.1093/fmls/XXIX.1.75> Published: 01 January 1993
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

## UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A REFORMA TRABALHISTA E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM 2017

Suzane Rodrigues da Silva

**Resumo:** Na sociedade sob o domínio do sistema capitalista, a classe dominante exerce a sua hegemonia através de instrumentos usados para reprimir grupos sociais que se opõem ao capital. Para tanto tais grupos se utilizam de canais para fortalecer a hegemonia da classe dominante em um período político, nesse ínterim as classes subalternas ficam vulneráveis intelectualmente, absorvendo ideologias que não são suas e, seguindo-as em períodos em que a conduta é submissa e subordinada. Sabe-se que a reforma trabalhista representou um ataque aos direitos trabalhistas, muitas foram as manifestações contrárias a tal ofensiva na conjuntura brasileira, porém apesar de toda a resistência social, a base de governo que apoiava de Temer insistia em discursos enaltecendo tal reforma. O objetivo geral deste artigo consiste em analisar tais discursos e os seus rebatimentos para a conjuntura socioeconômica do país, trata-se de uma pesquisa bibliográfica embasada norteada pelo método materialista histórico dialético. Sem a compreensão que o Modo de Produção Capitalista funda-se na divisão social entre as classes e, que aquela que é dominante impõe às demais classes a sua visão de mundo através de determinados canais que lhes são próprios, não é viável a compreensão da ofensiva neoliberal na conjuntura em referência.

**Palavras-chaves:** Reforma trabalhista, movimento social, discurso.

### INTRODUÇÃO

“A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 1998, p. 4), nesse sentido os embates desenvolvidos ao longo da história entre as classes sociais são perpassados por antagonismos entre aqueles que produzem e aqueles que se apossam<sup>1</sup> da riqueza socialmente produzida, some-se a isso os interesses contraditórios que permeiam o Modo de Produção Capitalista, elementos que contribuem assim como o motor da história as lutas travadas entre as classes fundamentais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nesse sentido, o contexto em que o presente artigo foi construído perpassa o atual cenário de reformas conservadoras, em um movimento em que a produção flexível provoca mudanças no mercado e, traz rebatimentos para os direitos trabalhistas. Tais reformas são apresentadas com a prerrogativa de superação das consequências negativas do Modo de Produção Capitalista, sem eliminar os seus fundamentos. Assim, o discurso

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que ambas as classes fundamentais- burguesia e proletariado- usufruem da riqueza socialmente produzida, porém a classe subalterna o faz de forma desigual e, por tanto menor quando comparada a classe dominante.

sobre a importância do trabalho para o capitalismo ocupa um lugar cada vez mais significativo ao longo dos anos, que se embasa no paradigma da produção flexível.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se embasou em autores como (KREIN, 2017), (BRAGA, 2017), (FILGUEIRAS; BISPO; COUTINHO, 2018). as informações foram coletadas em sites, bem como em livros e outros documentos correspondentes à natureza das fontes escolhidas. Sem a compreensão que o Modo de Produção Capitalista funda-se na divisão social entre as classes e, que aquela que é dominante impõe às demais classes a sua visão de mundo através de determinados canais que lhes são próprios, não é viável a compreensão de determinadas forças que perpassaram.

### **A DESCONSTRUÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTA AO LONGO DA HISTÓRIA**

A discussão sobre a efetivação de uma reforma trabalhista não é recente, tal movimento desponta desde 1980 com a aparição do novo sindicalismo, na qual surgiu o debate que girava em torno da reforma sindical que trazia consigo a presunção de fortificar a regulamentação trabalhista existente via negociação coletiva. Contudo, o fortalecimento da regulamentação estatal foi a dimensão que despontou na conjuntura supracitada, tendo em vista o processo de constitucionalização de diversos direitos até então infraconstitucionais, acarretando no alargamento da proteção social brasileira (KREIN, 2017).

Contudo, a legislação aprovada em 1988 não foi suficiente para assentar o país na mesma base das nações de capitalismo central, que no pós-segunda guerra mundial caminharam rumo à ampliação do estado social bem como dos direitos de primeira, segunda e terceira geração. Na conjuntura em referência, embora o Brasil vivenciasse o avanço do assalariamento, o mercado de trabalho apresentava altos índices de informalidade e precarização das ocupações (KREIN, 2017).

Some-se a isso a decomposição da relação salarial fordista e o aumento do desemprego que promoveram o aumento da informalidade trabalhista, que intensifica a rotatividade e a periodicidade nos postos de trabalho. Nos últimos 30 anos houve um aprofundamento das táticas de terceirização empresariais nas economias semiperiféricas, some-se a isso a transferência de parte da produção para regiões onde a organização sindical é fraca ou inexistente, nesse sentido assiste-se o aumento da

descentralização das negociações coletivas e da precarização dos contratos de trabalho (BRAGA, 2017).

Parece que a classe subalterna por conta da sua posição na estrutura social acaba sofrendo ataques mais severos da política de acumulação por espoliação, contudo paralelamente essa mesma classe coloca mesmo que embrionariamente a possibilidade de superar tais condições. Aqueles que ocupam postos de trabalho informais do setor intermitente dos becos das fábricas, que se encontram no setor de serviços ou nos serviços domésticos, os temporariamente contratados na construção civil, em termos quantitativos não podem ser ignorados, atualmente inclusos dentro da categoria precariado por conta da instabilidade que caracteriza seus empregos, esses trabalhadores representam um grande segmento da classe trabalhadora (BRAGA, 2017).

A partir de 1990 se observou que o que era considerado apenas uma tendência temporária- a retração da produção e da oferta de trabalho assalariado- se tornou permanente, uma vez que a partir de então a oferta de emprego industrial tem se reduzido drasticamente e em contrapartida novas formas de ocupações, a saber, precárias em relação ao vínculo, a remuneração e as condições de trabalho tem se ampliado significativamente (MATTOSO, 1996).

Nesse sentido, independente do grau de desenvolvimento que o capitalismo alcançou nas economias mundiais, é certo que o mercado de trabalho das nações tem experimentado em diferentes níveis os efeitos da concorrência, que tem gerado rebatimentos relevantes nos fatores que contribuem para a criação de empregos, “sejam eles de ordem tecnológica, comercial ou de demanda” (MATTOSO, 1996).

No Brasil em 2000 não foi efetivada uma reforma trabalhista e sindical, o que houve foi algumas transformações pontuais na qual a agenda de 1990 permaneceu, com avanços e retrocessos tanto em relação aos espaços de normatização do Estado como em relação a negociação coletiva. Todavia, no mundo do trabalho continuou expandindo a oferta de trabalho no terceiro setor, que assumem formas de trabalho voluntário e comunitário, a expansão desse espaço tem se dado por conta da diminuição do mercado de trabalho industrial e, principalmente da crise estrutural que tem passado o sistema capitalista, via reestruturação produtiva este faz uso de mecanismos que visem diminuir o capital variável por meio de uma substituição gradual, mas não total do capital constante. No entanto, não se concorda com a compreensão das Organizações Não Governamentais (ONG's) ou outras instituições similares como alternativas para o

desemprego estrutural, por não proporcionarem alternativas de emprego estáveis e efetivas, mostrando-se funcional ao sistema capitalista (ANTUNES, 2009).

A partir de 2015 a crise econômica e política se endossam no país, nesse sentido o movimento de retirada de direitos adquirem maior expressividade, a exemplo, da votação do projeto de lei nº4330/2004 na Câmara dos deputados que trata da regularização da terceirização. Valendo-se da operacionalização do *impeachment*, a agenda política apresentada por Temer é caracterizada pelo enxugamento do trabalho vivo e da oferta de trabalho assalariado, aumento da terceirização, que ampliou o contingente de contratos trabalhistas temporários, aprofundando a precarização das relações de trabalho no Brasil (IAMAMOTO, 2012).

Nesse contexto, a reforma trabalhista ganhou prioridade, uma vez que o período em que esta tramitou foi muito veloz se mostrando uma estratégia governamental para alcançar apoio por parte da elite empresarial e do mercado, tendo em vista a crise que o governo Temer tem atravessado, em meio a tantas denúncias de corrupção além de não conseguir sequer trazer respostas plausíveis aos problemas econômicos enfrentados pelo Brasil (KREIN, 2017).

A aprovação em 2017 da lei nº 13429/2017, a chamada lei da reforma trabalhista, alterou mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), basicamente a reforma transforma aspectos centrais que constituem a relação de trabalho, uma vez que:

(1) amplia as possibilidades de utilização de modalidades de contratação a termo e introduz a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do home office; 2) viabiliza inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em favor da empresa; 3) permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário (KREIN; GIMENEZ, 2017)

A essência da reforma trabalhista consiste em incentivar o trabalho autônomo como meio de gerir a força de trabalho, de forma a aumentar as liberdades e o poder do empregador sobre o tempo e as relações contratuais estabelecidas com o empregado (FILGUEIRAS; BISPO; COUTINHO, 2018). Nesse sentido a reforma fortalece a classe empresária a medida que legitima e aprofunda o processo de precarização.

Nesse sentido, a reforma trabalhista representa um desmonte aos direitos trabalhistas conquistados a duras penas pela classe subalterna, com a sua implementação

esta deixa o espaço do Congresso Nacional para invadir todos os âmbitos do mundo do trabalho, a espera de outros sujeitos que ou a critiquem, a aprofundem ou a supere.

### **ANÁLISE DO DISCURSO EM FOUCAULT: o pronunciamento de Temer**

Dentre os inúmeros objetos de estudo que Foucault se debruçou a análise dos discursos não foi um deles, o autor nunca se intitulou um analista de discursos, todavia em suas obras é possível se identificar uma definição inovadora sobre os discursos, vendo-o em conexão com a validação de saberes, bem como com a construção de um caminho que se possa construir a subjetividade dos sujeitos. As noções advindas de Foucault sobre formações discursivas, função enunciativa, posição dos sujeitos, a ordem dos discursos entre outros foram incorporadas a análises dos discursos, inspiram hoje muitos trabalhos nas mais diferentes áreas do saber (MORAES, 2010).

A visão de mundo que a análise do discurso proporciona é permitida pelo exame das relações entre textos, discursos, contextos e história, todavia os estudos variam de acordo com a perspectiva priorizada pelos pesquisadores. Neste espaço questiona-se a construção e a interpretação de discursos reproduzidos via mídia que são colocados como verdades (MORAES, 2010).

O discurso é um instrumento abstrato que carrega consigo vários textos que circulam em uma sociedade, por meio da análise do discurso é possível realizar uma análise interna de um texto- o que este texto comunica e como ele comunica- e uma análise externa- porque este texto comunica o que comunica. Ao se analisar um discurso o sujeito se coloca ante a situação de como aquele texto se relaciona com o contexto em que ele foi criado (GREGOLIN, 1995).

Foucault em sua obra *A arqueologia do saber* aponta vários aspectos a partir dos quais uma teoria do discurso pode ser pensada, por exemplo, o discurso como uma estratégia utilizada para a construção de determinados saberes em momentos históricos específicos; os discursos como espaços em que o saber e o poder se encontram articulados - quem fala o faz a partir de um determinado lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente- entre outros (GREGOLIN, 2007).

Na obra supracitada Foucault está interessado em saber as condições que permitem o aparecimento de determinados enunciados e a proibição de outros, ou seja, em certos momentos da história existem informações que são veiculadas e outras que são proibidas de serem ditas. O silenciamento e exposição são táticas de domínio dos

significados e das verdades. O autor estabelece ainda a relação entre o dizer e o fazer, pois as práticas discursivas concretizam a ação dos sujeitos na história, uma vez que o dizer constrói os sentidos, conceitos e os temas em uma determinada conjuntura, nesse sentido por possuir uma dimensão história a produção de verdades<sup>2</sup> se expressa como um fato histórico (GREGOLIN, 2007).

Vale destacar, que a verdade não existe fora do poder ou sem o poder, a verdade pertence ao mundo dos homens, sendo produzida nele devido às diversas coerções cujos rebatimentos são regulamentados de poder. Cada sociedade tem os seus estatutos da verdade, ou seja, os tipos de discursos que ela abriga e faz funcionar como verdades, as estratégias que são adotadas para a consecução da verdade, as entidades que diferenciam os discursos verdadeiros do falso, bem como sujeitos que possuem status suficiente para deliberar o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979).

Na sociedade ocidental a verdade possui cinco aspectos historicamente importantes: a) é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem, b) submete-se a um constante incentivo econômico e político- demanda de verdade para a produção econômica e para o poder político, c) é criada sob o controle não absoluto, mas hegemônico de alguns aparelhos políticos e econômicos- universidades, mídias- d) é objeto de debate político e de embates sociais, a exemplo, dos confrontos ideológicos (FOUCAULT, 1979).

A atual conjuntura brasileira é caracterizada por um cenário de desconstrução social, onde desponta a recém-aprovada lei n. 13467/17 conhecida como a lei da reforma trabalhista, tal reforma foi aprovada com uma deficiência significativa de debate democrático, apontando para a falta de legitimidade de tal legislação, além de ser aprovada em um contexto de informações equivocadas, onde se propagou a ideia de que esta seria um remédio para boa parte dos males que assolavam o mercado de trabalho, a saber, o desemprego e recessão econômica. O excesso de proteção social e trabalhista foi usado como justificativa para explicar o porquê os agentes econômicos mais demitiam do que contratavam, estes últimos alegavam a proteção supracitada tornava caro o custo da atividade econômica no Brasil (ELEURY, 2018).

A aprovação de tal instrumento normativo foi baseada em premissas enganadoras mais suficientemente fortes para suplantar todos os argumentos

---

<sup>2</sup> Verdade enquanto um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a divulgação de enunciados, que estão ligados a determinados sistemas de poder que as produzem e as reproduzem socialmente (FOUCAULT, 1979).



sociológicos, econômicos e jurídicos que se contrapunham ao movimento neoliberal propagador da precarização do trabalho, portanto a reforma trabalhista foi aprovada em menos de um ano trazendo mudanças profundas no sistema de proteção trabalhista brasileiro<sup>3</sup> (ELEURY, 2018).

Ninguém consegue identificar em sua totalidade todos os caminhos de sentido criados socialmente, a aparente coerência existente em cada discurso específico é efeito de uma construção discursiva, feitas a partir de recortes, ordenamentos e delimitação de acontecimentos que permitam prescrever uma posição definida, de forma a conceder a qualquer sujeito uma materialidade discursiva repetível. Tal fantasia da coesão de sentido é evidente nos textos midiáticos verbais e não verbais, as mídias são formas de mediação entre o leitor/expectador e a realidade, ela é o principal dispositivo discursivo que configura a historicidade que atravessa grande parte da sociedade moldando a identidade histórica que liga a humanidade ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007).

Os homens estão todo o tempo expostos os movimentos de interpretação/reinterpretação das mensagens midiática, os discursos propagados pela mídia que se baseiam em técnicas de confissão como reportagens, entrevistas, depoimentos, se inserem em um jogo na qual se constroem identidades fundadas no uso que os sujeitos devem fazer de sua vida, de seus direitos. Pode-se enxergar tal afirmação no discurso feito por Temer divulgado em suas redes sociais, no dia 1 de maio de 2017, quando este afirmou que a modernização das leis trabalhistas gerariam mais empregos de carteira assinada, não implicariam em perda de direitos para o trabalhador, coibiria as desigualdades salariais existentes entre homens e mulheres, além de permitir a livre negociação coletiva entre patrões e empregados (UOL, 2017).

Quando o atual presidente da República fala sobre “expansão do emprego”, “liberdade” nas negociações, “igualdade” entre homens e mulheres, na verdade ele não está apenas repetindo as prescrições recomendadas pelos organismos multilaterais, ele está se apropriando das emoções/subjetividade do cidadão brasileiro, cujas reivindicações históricas o capitalismo selvagem detectou, absorveu e metabolizou. Nesse sentido, tal

---

<sup>3</sup> Mais do que mudanças nas relações de trabalho, a reforma trabalhista traz rebatimentos sobre a economia, mercado de trabalho, proteção social e a organização de classe dos trabalhadores, ampliando o poder do capital para estabelecer de acordo com suas necessidades as condições de contratação, utilização e assalariamento do trabalho. Sinteticamente a reforma introduz a imagem do trabalho temporário, bem como do trabalhador autônomo permanente; facilita a flexibilização do uso tempo de trabalho em favor da empresa; contribui com o avanço do trabalho *part time* e a remuneração como não salário (ELEURY, 2018).

discurso em aparente sintonia com as pautas reivindicatórias da classe-que-vive-do-trabalho, traz a exigência de mais liberdade e igualdade, desde que estas não afetem as liberdades das entidades empresariais, que querem se livrar das leis que as oprimem (VIANA, s.n.t.)

Se a reforma carregasse a intenção de valorização da livre e igualitária negociação, a reforma não apenas teria mantido um patamar que diminuísse o poder de pressão da classe dominante, como também teria criado outros instrumentos que viabilizasse tal finalidade, além de blindar os empresários contra futuras críticas relativas ao aprofundamento da precarização, ela fragiliza a força dos sindicatos em relação à classe empresarial, pois:“(...) não cuidou de estabelecer um regime apropriado de custeio, não tratou de critérios de representatividade, relegou qualquer enfoque sobre enquadramento e não estabeleceu nenhum dispositivo a respeito das condutas antisindicaís” (LIMA, 2017, p.5).

Esse rápido passeio na fala do atual presidente da República Michel Temer aponta a importância de se analisar discursos, para que se entenda os sentidos produzidos pelos discursos propagados pela mídia tradicional e, nas redes sociais como é o caso aqui analisado, para que se perceba como esta produz os discursos por vezes usados para cooptar as subjetividades dos sujeitos. A probabilidade de subversão só vem á tona a partir de uma interpretação crítica, que diante da aparente limpidez da linguagem, procura por seus pressupostos.

### **3.1 A mídia e a criminalização do movimento ocupa Brasília: uma análise discursiva**

Na sociedade sob o domínio do sistema capitalista, a classe dominante exerce a sua hegemonia através de instrumentos (sociedade civil e política) que tanto criam como divulgam ideologias em torno de um consenso que sustente o poder, para reprimir e disciplinar grupos sociais que possuem posições contrárias à dominação capitalista (FLACH; SCHLESENER, 2017).

Para tanto tais grupos se utilizam de canais para fortalecer a hegemonia da classe dominante em um período político, cuja sustentação se dá em torno de intelectuais orgânicos ou tradicionais, que por meio da disciplina conferem direção política e intelectual a toda a sociedade. Nesse íntere as classes subalternas ficam

vulneráveis intelectualmente, absorvendo ideologias que não são suas e, seguindo-as em períodos em que a conduta é submissa e subordinada (GRAMSCI, 2007).

Nesse sentido, as classes populares acabam assimilando os discursos e ideias das classes dominantes, para Michel Foucault as coisas não preexistem às palavras, são os discursos que produzem as coisas, as verdades em um determinado período histórico. O discurso para o autor possui quatro dimensões: curvas de visibilidade; curvas de enunciabilidade; linhas de força e linhas de subjetivação (DELEUZE, 2005). Todavia, neste espaço se tratará apenas de três, a saber, curvas de visibilidade; curvas de enunciabilidade; linhas de força.

As curvas de visibilidade não se confundem com as imagens veiculadas nos dispositivo<sup>4</sup> midiáticos, por exemplo, assim como a enunciabilidade não se refere exclusivamente as falas verbalizadas e escritas, ambas as dimensões- o visível e o enunciável- só podem existir a partir da articulação específica entre palavras e frases que lhes possibilitam condições de existência, a sua apreensão se dá por meio da dilaceração das palavras e frases para que assim se extraia delas os enunciados correspondentes (DELEUZE, 2005).

As curvas de enunciabilidade não dizem respeito somente àquilo que se fala sobre as o movimento, mas aquilo que é possível e justificável dizer sobre eles, são muitas enunciações que se deparam com condições propícias para ingressarem na ordem do discurso, é um processo ligado a vontade de verdade, é a partir dele que se encontra e se identifica as movimento ocupa Brasília *para o* –ou dos- sujeitos-manifestantes (MARCELLO, 2004).

As curvas de visibilidade não diz respeito exclusivamente à forma como um sujeito enxerga uma realidade, uma vez que o próprio sujeito que vê é um desdobramento da visibilidade (DELEUZE, 2005). Fazer as manifestações visíveis, diz respeito a procedimentos de objetivações discursivas, nesse caso a forma como o governo respondeu a às manifestações do Ocupa Brasília encabeçada, não somente, mais também pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil repercutiu na mídia internacional, dando visibilidade, as diversas formas de agressão feitas pelas forças de segurança convocadas pelo atual presidente da república. Embora no dia

---

<sup>4</sup> Dispositivo é um conjunto heterogêneo que abarca discursos, instituições, decisões regulamentadas, leis, proposições filosóficas. O dispositivo engloba o dito e o não dito, o dizer e o fazer, ele é a rede que interliga todos esses elementos (GEADA Araraquara, 2017).

seguinte este tenha recuado não se pode negar que o autoritarismo é um dos elementos que mais caracteriza a gestão de Michel Temer.

Isto posto, tal contexto traz á tona a terceira dimensão, a saber, as linhas de forças que são expressões dos poderes que controlam aquilo que se diz e aquilo que não se pode dizer, demonstrando que na mídia tradicional tudo aquilo que se diz e tudo aquilo que se mostra são atravessados pelo jogo dos poderes(GEADA Araraquara, 2017). Assim:

Embora tenha recuado da medida, o recurso à garantia da lei e da ordem para conter protestos denota o desespero do atual governo, e o aceno para a possibilidade de um fechamento ainda maior do regime (independente do novo recurso ao mecanismo formal) para se sustentar no poder e poder abrir caminho para que as reformas sejam aprovadas – mesmo que não seja ele, Temer, quem esteja à frente do governo nesse momento. O fato de ter cogitado recorrer ao decreto explicitamente com o fim de combater, via exército, e criminalizar movimentos sociais indica um momento específico da escalada repressiva contra as manifestações que contrariam diametralmente seu governo e de seus financiadores, diante da ascensão das mobilizações que tiveram na greve geral do dia 28 de abril um marco essencial. O temor da ampliação da adesão da classe trabalhadora e dos subalternos aos atos é o que mobiliza a “operação psicológica” (independente da decretação formal ou não da Garantia da Lei e da Ordem) já promovida pela mídia corporativa e pelas forças de segurança para dividir e deslegitimar o legítimo movimento de luta contra as reformas (VIEIRA, 2017, p.1).

Sem a compreensão que o Modo de Produção Capitalista funda-se na divisão social entre as classes e, que aquela que é dominante impõe às demais classes a sua visão de mundo através de determinados canais que lhes são próprios, não é viável a compreensão de determinadas forças que perpassaram.

## **CONCLUSÃO**

A necessidade de se transformar a legislação trabalhista deveria ser feita desde que esta implicasse em ampliação dos direitos a classe trabalhadora, em uma era de terceirização e precarização do trabalho este perde cada vez mais a sua função humanizadora. Nesse contexto, marcado por constantes incertezas quanto à permanência nos postos de trabalho e da flexibilização das formas de remuneração acabam tendo rebatimentos sobre as trocas metabólicas entre os homens- a questão da

sociabilidade humana- e entre o homem consigo- auto referência. Vale ressaltar, que a precarização do trabalho reflete a crise da valorização do valor da força de trabalho, expressando como a reestruturação produtiva do capital tem contribuído com a formação de novas estratégias para a construção de novas formas de exploração do trabalhador, bem como a incapacidade do atual sistema político e econômico de realizar promessas civilizatórias no bojo do desenvolvimento das forças produtivas.

Muito embora o Brasil não tenha vivenciado um processo de regulação pública do trabalho, pois mesmo com a criação de uma legislação vasta, o mercado de trabalho brasileiro sempre foi caracterizado por um alto índice de flexibilidade para os trabalhadores, dessa forma a contrarreforma que se tem efetivado não fortalece a classe trabalhadora para resistir as múltiplas metamorfoses que perpassam o mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ELEURY, Ronaldo Curado. Prefácio. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. São Paulo: Nimuendajú, 2018.

FILGUEIRAS, Vitor; BISPO, Bruna; COUTINHO, Pablo. A reforma trabalhista como reforço a tendência recente no mercado de trabalho. In: KREIN, José Dari. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 295 p.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**. São Paulo, v.39, p. 13-21, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 4, n.11, p.11-25, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 22. ed.- São Paulo, Cortez, 2012.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**. São Paulo, v.30, n.1, 2017.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracacci. Prefácio. In: KREIN, José Dari. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2018.

LIMA, Francisco Gérson Marques. Convite ao estudo da hermenêutica em direito do trabalho. **Excola**. Fortaleza, 2017. Disponível em:<<http://www.excolasocial.com.br/informe-se/artigos/nossos-artigos/19/>>. Acesso em 13/09/2018.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Ângela Teixeira. O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística. Congresso de Ciência da Comunicação na Região Centro-Oeste, 12, 2010, Goiás. **Anais...** Goiás: Intercom, 2010.

Uol. Em fala de 1º de maio, Temer diz que reforma trabalhista criará empregos. **Uol notícias**. São Paulo, 01/05/2017, Política. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/01/em-fala-de-1-de-maio-temer-diz-que-reforma-trabalhista-criara-empregos.htm>>. Acesso em 13/09/2018.

VIANA, Márcio Túleo. **Livrem-nos da livre negociação**: aspectos subjetivos da reforma trabalhista, s.n.t. (mimeo). Disponível em:<<https://www.anamatra.org.br/files/MarcioTulio.pdf>>. Acesso em: 13/09/2018.

VIEIRA, Rafael Barros. A Garantia da Lei e da Ordem e a criminalização das lutas contra as reformas. **Junhoblog**. Política, 2017. Disponível em:<<http://blogjunho.com.br/a-garantia-da-lei-e-da-ordem-e-a-criminalizacao-das-lutas-contra-as-reformas/>>. Acesso em 24/09/2018.



# **O SAMBA-ENREDO COMO FONTE: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE NA ERA VARGAS NO ENSINO DE HISTÓRIA**

*Thays Conceição de Jesus Barbosa Silva\**

**RESUMO:** Tendo como pressuposto a utilização da música nas aulas de História no ensino básico, levando-se em consideração o período Vargasista, surgiram algumas reflexões quanto à relevância da associação do gênero samba-enredo que trata temas da História, nas aulas referentes ao assunto da Ditadura Getulista e seus anseios na formação de uma identidade nacional. Com a ascensão dos sambas-enredo, início da década de 1930, trata-se aqui a relevância desse gênero como fonte em sala de aula para refletir sobre a formação da memória e identidade brasileira, abordando o período da Era Vargas, com ênfase no Estado Novo, como período histórico. No qual, a fim de buscar um controle mais rígido sobre as manifestações culturais, o governo Vargas criou o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda que, entre suas designações, cabia-lhe o controle das comunicações e orientar as manifestações da cultura popular. Palavras-Chave: Samba-enredo. Vargas. Ensino.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta uma breve análise sobre a importância da utilização do samba-enredo como fonte nas aulas de história da educação básica para se estudar o Período Vargasista e compreender como se delineou a formação de uma identidade nacional através dessa produção musical. Dessa forma, por meio de uma discussão sobre o ensino de história e seus avanços atuais, propomos a inserção dessa fonte em sala de aula, não só como uma motivação a mais no estudo da disciplina, mas como forma de se entender o período histórico aqui trabalhado, por outro prisma.

Considerando a proposta patriótica e ufanista dos sambas-enredo produzidos no período Vargas, decidiu-se pela análise das canções através dos procedimentos de controle do discurso propostos por Foucault (2014), que consiste em quatro princípios. Primeiramente, o princípio de inversão: onde se analisa não só o papel positivo dos personagens históricos que são expostos nas canções, mas a forma negativa de um recorte e rarefação do discurso. Em segundo lugar, o princípio de descontinuidade: os discursos apresentados nos sambas como práticas descontínuas, ou seja, que se cruzam, mas também podem se ignorar, ou, por fim, se excluírem. Em terceiro, o princípio de especificidade: perceber que as canções não devem ser analisadas como se apresentassem uma “face legível”, apenas para ser decifrada, mas devemos analisar nas

---

\*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA).



entrelinhas, descobriremos o que há por trás dos discursos. E por fim, mas não menos importante, o princípio de exterioridade: verificar as condições externas nas quais os sambas-enredos foram elaborados, possibilitando assim, a sua existência. Porém, neste trabalho, opta-se pela análise do princípio de especificidade e exterioridade.

Assim, na primeira parte do trabalho será feita uma abordagem sobre o ensino de história estabelecendo sua relação com o papel de seleção pelo qual o processo da escrita da história passa, observando a sua importância quanto ao desenvolvimento de uma consciência histórica, assim como a relação do saber acadêmico com o saber escolar, não deixando de levar em consideração, corroborando com Maria Lima (2014), o fato de que o estudante não é desprovido de uma consciência histórica, mas tem sua própria maneira de relacionar passado, presente e futuro e a isso, chamamos de cultura histórica.

Dessa forma, no segundo momento será feita uma abordagem sobre o gênero samba-enredo como fonte no ensino da disciplina de História no que se refere ao tema da Era Vargas, analisando como o governo Varguista apropria-se dessa produção musical estritamente popular, em sua construção e desenvolvimento de um sentimento de identidade nacional, cravando na memória do povo brasileiro concepções que anteriormente não foram concebidas, buscando-se dessa maneira, propor a relevância do gênero como fonte nas aulas de História na educação básica.

Por fim, porém não menos importante, trata-se mais especificamente da construção da memória e identidade nacional durante o período varguista, analisando os meios pelos quais o governo se apropriou como forma de consumir o seu projeto nacional, além de apresentar questões que não podem ser colocadas à margem do tema, como: cultura, identidade, nação e relações sociais.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA E SEU PROCESSO DE SELEÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Atualmente, verificamos um crescente debate no que se refere a discussão sobre o ensino de História e modificações em seu currículo. A inquietação quanto à forma tradicional de se ensinar a disciplina na Educação Básica, tem sido tema de diversos trabalhos e discussões teóricas. Segundo Medeiros (2005), vivenciamos um processo de crítica quanto à forma de condução das aulas de História, pautadas ainda na memorização, sem ocasionar uma intervenção reflexiva.

Experienciando uma era de globalização e da disponibilização dos diversos meios de comunicação, passa-se a verificar o surgimento de novas necessidades no âmbito da prática escolar. O aluno não se posiciona mais como um mero receptor, exigindo do educador uma conduta mais reflexiva e de frequente atualização. Porém, apesar dessa urgência de mudança na prática de ensino do professor, Magalhães (2007) destaca que as transformações no currículo não implicam em mudanças na prática docente.

Segundo Piolli, Silva e Heleoani (2015), exige-se cada vez mais mudanças no trabalho do docente, no aumento do seu empenho e relacionamento com metas e objetivos cada vez maiores presentes nesse meio educacional que se torna cada vez mais burocrático. Ao adentrarmos o campo da História, verificamos isso de maneira mais nítida, o cenário burocrático de formação do currículo da disciplina, tornou-se um campo de intensas disputas e notáveis resistências quanto às mudanças na didática da História. O governo investe, não sem interesse, cada vez mais na organização de documentos norteadores da educação, enquanto no âmbito escolar, o corpo docente, apresenta um “efeito safona”, de se abrir ou fechar de acordo com as mudanças políticas, estabelecendo assim, uma relação de poder nesse meio.

O ensino de História sendo um instrumento de suma importância na formação da consciência histórica, apresenta-se nesse cenário como uma ciência de orientação do sujeito, permitindo a concepção de papéis, despertando uma visão de mundo no aluno, podendo modificar o olhar que ele tem de si mesmo, assim como sua forma de ver o outro. Desse modo, essa seria uma das justificativas do debate cada vez mais latente no que se refere ao seu ensino e formação de seu componente curricular. Dessa forma:

No centro dessa discussão, mesmo que não seja citada a História, essa disciplina escolar sempre será apontada, porque o conhecimento histórico é a principal ferramenta na construção da consciência histórica, que articula o passado com as orientações do presente e com as determinações de sentido com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo. É nas escolas que se estuda a História e onde se cruzam de modo comprometido o conhecimento científico e o conhecimento escolar (ABUD, 2017, p. 15).

Não se pode deixar de levar em consideração nesse contexto que a História ensinada desempenha um papel de construção de uma memória coletiva e identidade social, portanto, seria interessante o trabalho conjunto da produção acadêmica e o saber produzido nos bancos escolares, como forma de aproximar professores e alunos das

atualizações historiográficas, visando assim, minimizar a transmissão de uma História considerada absoluta, meramente decorativa, sem despertar interesse ou motivação do seu estudo por parte do aluno. Quanto a essa questão, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História do Ensino Médio defendem que, “os conhecimentos produzidos pelos estudiosos da História e do ensino da História, no âmbito das universidades, por exemplo, são referências importantes para a construção dos conhecimentos escolares na dimensão da sala de aula” (PCN, 2006, p. 69).

Monteiro (2003), ao comparar o saber escolar e o saber acadêmico, parte do pressuposto que a partir de critérios sistematizados, o saber escolar possa buscar sua validade. No entanto, vale ressaltar que a autora não propõe uma hierarquização dos saberes, mas uma articulação entre eles, visando que o professor da Educação Básica corrija erros à medida que seu conhecimento sobre a historiografia contemporânea permita sua atualização na prática docente.

Ao analisarmos a BNCC (2017) que encontra-se em vigor, verificamos que a Base passa a considerar o currículo de História como consequência de disputas e confrontações, desconstruindo a ideia de uma História totalizadora e sem perspectivas críticas:

A história não emerge como um dado ou acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões (BNCC, 2017, p. 395).

A partir dessa questão é importante que levemos em consideração que a História ensinada é fruto de uma seleção, portanto, a importância e o cuidado que devemos ter na composição e análise do seu currículo devem se fazer presentes.

Ainda presenciamos no ensino de História da Educação Básica, uma narrativa voltada à construção de uma memória nacional, ou seja, na história considerada oficial, exercitando, segundo Pollak (1989) em consonância a Henry Rousso, um trabalho de enquadramento da memória:

[...] O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las [...] (POLLAK, 1989, p. 9).

Assim, entender que a proposta curricular é resultado de escolhas, visões históricas e permeada de um jogo de interesses, já é um grande passo na investigação no

ensino de História. Porém, retornaremos com a discussão do currículo de forma mais detida, no último tópico deste trabalho.

## **O SAMBA-ENREDO COMO FONTE NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ERA VARGAS**

O ensino de História na atualidade tem se tornado cada vez mais tema de intensos debates no meio acadêmico. A busca pela inovação no ensino da disciplina e as reflexões sobre os impactos que o ensino de História na Educação Básica podem reverberar na consciência histórica do indivíduo em formação, recaem a questionamentos inevitáveis: Quais conteúdos devem ser contemplados no ensino da disciplina? Como inovar através da utilização de fontes não habituais no ensino de História em sala de aula? Como problematizar temas que são considerados canônicos no ensino de História através de fontes pouco utilizadas, como por exemplo, o samba-enredo?

A partir dessas inquietações surge a necessidade de discussões voltadas para o ensino de História e aplicação do samba-enredo enquanto fonte nas aulas da ditadura Vargas, a fim de demonstrar como o Governo Vargas utiliza-se dessa produção musical como forma de construir uma identidade nacional para o Brasil. Dessa forma, busca-se nesse primeiro momento, refletir-se sobre a contribuição que uma produção musical pode ter enquanto fonte na disciplina de História e como forma de inovar na prática do ensino.

A música em conexão com a realidade musical do aluno sendo utilizada como uma fonte no ensino de História, pode se tornar uma forma não só de inovar o ensino da disciplina, mas de superar a prática da transmissão da História por um viés meramente decorativo e superficial. Segundo Monteiro (2007), tanto alunos quanto professores carregam uma visão de mundo e possuem assim, interesses diferentes, porém esses interesses estabelecem relações entre si e podem apresentar diversas possibilidades de interpretação, assim como de apropriação. Desse modo, podemos encontrar no samba-enredo uma fonte rica e que pode ser utilizada em sala de aula como forma de analisar um dos períodos mais polêmicos da História do Brasil, apresentando ao aluno outro veículo de interpretação do período Vargas.

Dessa maneira, com base na abordagem da música nas aulas de História na Educação Básica, tendo em vista que, o ensino dessa disciplina engloba não somente a economia e política, mas também a cultura, religião e as expressões artísticas de um

povo, surgiram algumas reflexões quanto à relevância da associação do gênero samba-enredo que trata temas da História, nas aulas referentes ao assunto da Ditadura Vargas e seus anseios na formação de uma identidade cívica.

Quem nunca ouviu falar em samba-enredo? Certamente a maioria dos alunos da Educação Básica tem conhecimento dessa realidade musical, tendo em vista que, o gênero faz parte de uma das festas mais tradicionais do Brasil, o Carnaval. Dessa maneira, a utilização dessa fonte, não seria inserir o aluno em uma realidade por ele desconhecida, mas fazê-lo problematizar uma realidade que por ele já é vivenciada.

Monique Augras (1998), em menção a José Ramos Tinhorão (1975), define o samba-enredo como um poema musical descritivo com caráter de exaltação patriótica, surgindo, portanto, em função da nacionalização do samba. De acordo com Augras (1998), será inevitável não adentrarmos ao período da Era Vargas, pois é nesse contexto que haverá a progressiva racionalização do samba, ou seja, adequação do samba à temática escolhida pelas escolas de samba, favorecendo assim, a uma coerência lógica e, conseqüentemente, um discurso ufanista e patriótico.

Assim, o professor em sua posição de mediar, conduzir e elevar o aluno a condição de reflexão, pode através desse gênero musical, levar seus discentes a uma reflexão mais profunda sobre o período Vargas através de uma realidade que por ele não é desconhecida. Segundo Snyders:

É possível fazer os alunos perceberem as semelhanças e diferenças entre essas experiências; a partir disso a escola procurará tornar mais firme, alargar, levar à sua plenitude a consciência estética e as alegrias musicais já vividas pelos alunos; o professor deve evocá-las, para que mostrem até onde vão, para que sejam talvez abaladas (SNYDERS, 1997, p. 21).

São diversos os temas que até hoje se fazem presentes na mentalidade do povo brasileiro, principalmente em se tratando de personagens históricos e que foram imortalizados por nossa história. Por exemplo, quem não conhece o “O Pai da Aviação”? Seria difícil exclamar essa frase e não ativar um mecanismo automático que já nos leva ao nome Santos Dumont, não é verdade? Porém, o nome e a sua ligação ao feito não foram construídos da noite para o dia, tivemos a utilização de diversos mecanismos para a sua imortalização, um deles, foi um samba-enredo de composição de Antenor Gargalhada, Asas para o Brasil, citado por Augras (1998) em seu trabalho O Brasil do Samba-Enredo, de 1938:

“Viemos apresentar

artes que alguém não viu,  
 Mocidade sã,  
 céu de anil,  
 daí asas ao Brasil.  
 Tenho orgulho desta terra  
 berço de Santos Dumont.  
 Nasceu e criou,  
 viveu e morreu,  
 Santos Dumont,  
 Pai da Aviação.”

Temos, portanto, um exemplo claro de um samba-enredo produzido no contexto Vargasista e que se prontifica a consolidar a imagem de um indivíduo como personagem histórico brasileiro. Dessa forma, ao analisar-se a letra do samba enquanto fonte do período histórico aqui trabalhado, observa-se não só quais personagens fizeram parte da História do Brasil, mas como o Estado Vargasista deseja transmitir essa imagem, quais são os personagens considerados símbolos da história do país por esse governo, como o governo Vargas desejava construir a identidade do Brasil por meio dessa produção musical e como os próprios sambistas da época, através de um jogo de interesses buscam nesse mecanismo uma forma também de se alinhar aos interesses do Estado, em busca assim, de um reconhecimento profissional ou financeiro.

Segundo Rubim Aquino e Luís Sérgio Dias (2009), desde o início da Era Vargas, a intervenção do Estado no Carnaval se mostrou preponderante, assim como, em vários aspectos da cultura popular, fazendo-se notar de maneira sistemática e clara. Tomando como exemplo, que já na primeira metade da década de 1930, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal na época, passa a tomar sucessivas medidas restritivas com relação ao Carnaval, determinando data e horário dos desfiles, levando-os a uma competição e assumindo sua organização.

Assim, possuímos em nosso acervo cultural uma fonte rica em análises não só dos fatos da história brasileira, mas do contexto histórico em que esses sambas foram produzidos. Iniciando-se nessa conjuntura, criações de sambas que seriam fontes de grande importância para posteridade no estudo da História do país e seus personagens. De acordo com Rubim Aquino e Luís Sérgio Dias (2009), nossos heróis oficiais sairiam da História para entrar na avenida e na memória do Brasil.

Dessa forma, através dessa breve explanação, será possível explicar como ocorreu a utilização do gênero samba-enredo como uma forma de disseminar um sentimento de nacionalidade e identidade no contexto histórico trabalhado, permitindo-

nos o estudo da Era Vargas através dessa fonte que é pouco utilizada nas aulas de História.

## **MÚSICA NA ERA VARGAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA E IDENTIDADE NACIONAL**

A Era Vargas, período instituído com a Revolução de 1930, é visto aqui através do prisma de suas políticas culturais, favorecendo assim, a afirmação do samba enquanto música popular brasileira e gênero musical de representação nacional. Dessa forma, com ênfase no Estado Novo, um dos períodos mais severos da Era Vargas, temos a criação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda que, entre suas designações, cabia-lhe o controle das comunicações e orientar as manifestações da cultura popular.

Desse modo, segundo Luís Guilherme Ritta Duque (2014), quando se trata da Música Popular com o surgimento do DIP durante o Estado Novo, dois movimentos simultâneos passam a se delinear, influenciando, significativamente, os conteúdos das letras de samba, entre o final da década de 1930 e o início da década seguinte. O primeiro ruma no sentido de coibir a exaltação da malandragem, tema característico do samba, e o outro, no sentido de estimular os compositores populares da época a investirem através das suas composições na exaltação do trabalho.

Segundo Cláudia Matos (1982), ao adentrar-se o período do Estado Novo em 1937, verifica-se uma ideologia que prega um verdadeiro culto ao trabalho, que agora pela política paternalista do governo, passa a transmitir uma nova produção poética do samba. Antes, segundo a autora em referência a um samba de Wilson Batista de 1936, cantava-se: “eu passo gingando/ provoco e desafio/ eu tenho orgulho/ de ser tão vadio”. Com a ascensão do Estado Novo e o aumento do rigor na exaltação ao trabalho, canta-se: “senhor delegado/ seu auxiliar está equivocado comigo/ eu já fui malandro/ hoje estou regenerado/ os meus documentos/ eu esqueci mas foi por distração/ comigo não/ sou rapaz honesto/ trabalhador veja a minha mão/ sou tecelão”.

Ainda, simultâneo ao movimento de reverência ao trabalho, o nacionalismo varguista se expressava também, através das belezas naturais do Brasil, suas riquezas e a história do seu povo, temas que passam a sintonizar-se com os sambas-enredo. De acordo com Ney Lopes (2003), um samba que apresenta um caráter grandioso é Aquarela do Brasil, de Ary Barroso. Pois no auge do Estado Novo esses sambas eram feitos sob inspiração do órgão de propaganda do governo e lançados para ressaltar as virtudes da terra e do povo brasileiro.

Porém, vale ressaltar que apesar de todo rigor e criação de órgãos competentes com a função de fiscalizar as produções culturais do momento, a fim de construir uma identidade nacional brasileira, durante muito tempo interpretou-se o Estado Vargasista como o único veículo de condução a elevar o samba à música nacional através de decretos que estipulavam a obrigatoriedade de sambas que engrandecessem a pátria e portanto, de cunho ufanista. No entanto, atualmente, após diversos estudos sobre o tema, questionamentos e posicionamentos de estudiosos contra essa explicação simplista acabam por derrubar certas interpretações.

É indiscutível o governo autoritário exercido por Vargas, principalmente, em seu período ditatorial, instituído como Estado Novo, mas como aqui já foi levantado, não se pode enxergar a ação Vargasista no plano cultural, apenas por uma via autoritária e impositiva, onde se decretava e o setor cultural popular acatava. Havia nesse ambiente um jogo de interesses, que em sua tese sobre a análise do samba no Estado Novo, Paranhos (2005) levanta o seguinte questionamento: “Até que ponto é admissível supor a existência de um domínio total por parte do Estado?” (p. 33)

Segundo Paranhos, seria instalado no governo Vargas um “reino da unidimensionalidade”, dificultando que as camadas populares pudessem se articular contra esse projeto, mas pelo contrário, se unissem a ele:

O nacionalismo espontâneo originário de compositores de extração popular e/ou de classe média, que se orgulhavam da sua condição de criadores do samba, era, portanto, ressignificado, em sintonia com a política cultural estado-novista. Ao mesmo tempo, os temas da mestiçagem e da conciliação de classes eram retrabalhados pelos ideólogos do regime, tendo em vista o enaltecimento da ‘democracia racial’ supostamente existentes no país (PARANHOS, 2005, p. 118, 119).

Desse modo, o período Vargasista pode ser reconhecido por duas propostas fundamentais: a modernização do Brasil e um acordo político apto a possibilitar a sintonia entre as camadas sociais, caracterizando, a imposição de uma ordem transformadora de cima para baixo, tendo como objetivo a formação de uma identidade brasileira.

Estudar a elaboração da memória e identidade do Brasil é não poder colocar à margem a sua multiculturalidade, é entender que as suas raízes foram plantadas na junção de diversas culturas, é quebrar com uma visão ideológica eurocêntrica ultrapassada, é reconhecer a intensa participação popular na formação de nossa história, é saber que tivemos um processo de construção da identidade brasileira tendo como



principal base o setor cultural, mais especificamente, a cultura popular, sendo orientada, manipulada ou em acordo com o Estado.

Em se tratando da identidade cultural no Brasil, pode-se afirmar que ela foi confeccionada segundo as doutrinas de uma classe dominante. Ao se penetrar, portanto, no período Vargas, esbarra-se na exemplificação dessa afirmativa. Nessa época, como aqui já foi mencionado, atingir as escolas será um dos maiores alvos do governo, pois, será nesse meio, que tem como função formar e alimentar uma consciência cidadã que o projeto Vargas vai atuar também, na consolidação de sua política de identidade nacional.

Assim, entende-se por identidade neste trabalho, segundo a concepção de Hall (2006), onde para o autor “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p. 13). Desse modo, durante muito tempo estudou-se a Era Vargas por meio de uma identidade unificada e considerada inquebrantável, trabalho que foi empreendido como prioridade durante todo o governo, porém, hoje, enxerga-se esse período histórico por outro prisma.

Analisar a construção da identidade nacional brasileira no período Vargas é colocar no cerne da questão dois pontos fundamentais: nação e cultura. Não há como analisarmos essa fase sem considerarmos o empenho do governo na unificação desses dois pontos, para finalmente, delinear a identidade da nação. Sobre isso, Ortiz (2013), ao analisar as Imagens do Brasil, destaca o aspecto integrador que deve prevalecer no Estado-Nação, tendo a habilidade de integrar as pessoas dentro de um mesmo espaço, possuindo regras válidas para todos.

Quanto ao aspecto cultural, para Ortiz (2013), a cultura nesse contexto, será complementar, se os integrantes de uma sociedade territorial estão distanciados seja pelo espaço geográfico ou classe, a cultura exerce o papel de juntá-los em uma unidade. Dessa forma, para executar seus interesses, o governo se utilizou desses dois vetores para impregnar na sociedade da época, primeiramente, uma consciência nacional e depois, a necessidade da unificação, porém, é claro, a integração de classes que até recentemente não eram consideradas como parte integradora do Estado, não serão inseridas nesse contexto, sem segundas intenções.

Viana (2007) propõe nesse cenário, o problema da unidade da pátria, sendo colocado como um dos problemas políticos mais graves das “terras brasileiras”, pois, desde os tempos coloniais vem recebendo respostas e propostas de saídas discordantes,

alternando-se em momentos de centralização e descentralização política, apresentando combinações de vertentes contrárias, nas quais podemos interpretar a transformação de elementos regionais, como: a roupa da baiana, culinária e samba em símbolos nacionais, como uma das respostas desse plano cultural.

Em meio a essa questão, surge um questionamento: como a alta sociedade que até pouco tempo negava os elementos regionais do Brasil, através de sua visão eurocêntrica e na tentativa de construir uma identidade branca, passa a reconhecer e se interessar por elementos culturais não europeus?

A esse questionamento, muitas respostas já foram dadas ou podem ser elaboradas, além do singularismo presente nos elementos regionais do Brasil, opta-se aqui, por compartilhar da seguinte resposta:

[...] a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la. Quando se convertem símbolos de ‘fronteiras’ étnicas em símbolos que afirmam os limites da nacionalidade, converte-se o que era originalmente perigoso em algo ‘limpo’, ‘seguro’ e ‘domesticado’ (FRY, 1982, p. 52-53).

Ainda sob essa perspectiva, destaca-se a questão proposta por Coutinho (2013), onde analisar a questão cultural no Brasil é observar a sua ligação com a cultura universal. No Brasil tivemos grande penetração da cultura europeia que não encontrou empecilho para se consolidar em território nacional, sendo assimilada conforme os interesses das classes dominantes. Porém, em longo prazo, acompanha-se uma inversão cultural, mais especificamente no período Vargas, direcionando à quebra de um distanciamento entre as elites e o povo, resultando no que Coutinho denomina como o “nacional-popular”, um modo de conexão entre os intelectuais e as classes populares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que é ser brasileiro? Este questionamento permeia os mais diversos campos de estudo da história do Brasil, assim como recebe as mais diversas respostas. Porém, levantando esse questionamento no contexto da Era Vargas, onde o governo buscou de todas as maneiras a consumação de seu projeto de nação e finalmente, fixar um sentimento de pertença na sociedade, temos o “ser brasileiro”, na personificação do sujeito que ama sua pátria e a enaltece através do samba.

Sob a perspectiva de Hobsbawm (1990), em que ressalta a nação como uma constituição simbólica, insere-se aí, a construção de uma identidade brasileira na Era

Vargas através do samba-enredo. Segundo o autor, a busca por uma “autenticidade” nacional é formada por acordos substancialmente pelo alto. Grande exemplo disso, foram os acordos entre uma elite governante no governo varguista e as camadas populares, em sua maioria, representantes do samba-enredo.

Portanto, a partir dessa breve discussão sobre o samba-enredo e sua importância enquanto um mecanismo para a construção e consolidação de uma identidade nacional no Brasil, pode-se verificar o quanto se faz necessária a sua inserção enquanto fonte no ensino de História, podendo não só exemplificar, mas também problematizar a nossa ideia de nação e identidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades**. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 13-26.

AQUINO, Rubim Santos. DIAS, Luiz Sérgio. **O samba-enredo visita a história do Brasil: o samba-enredo e os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2009.

AUGRAS, Monique. **O Brasil do samba-enredo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

**Base Nacional Curricular Comum – BNCC**. Terceira Versão (2017). Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 16 jul. 2018.  
Brasil. Ministério da Educação. **PCN: história – Secretária de Educação Básica**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2006.

COUTINHO, Carlo Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. In: BRAZ, Marcelo. (org.). **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DUQUE, L. G. R. Canções que embalam a História: apontamentos metodológicos para o uso da Música Popular Brasileira na sala de aula. **Revista do Lhiste**, v. 1, p. 23, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRY, P. H. **Para Inglês Ver: identidade e cultura na sociedade brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. v. 1. p. 197.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, Maria. Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos. p. 53-76. In: MAGALHÃES, Marcelo (org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

LOPES, Ney. **Sambeabá: o samba que não se aprende na escola**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Folha Seca, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor**. Revista Tempo, vol. 11, n.21, p. 49-64, 2007.

MATOS, Cláudia Neiva de. **Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MEDEIROS, Elisabeth. **Fontes e linguagens para uma prática renovada**. Vidya, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul.-dez. 2005.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar**. História & Ensino, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil. Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 28, p. 609-633, 2013.

PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados: sambas e bambas no Estado Novo**. 1. ed. São Paulo - SP: Intermeios/CNPq/Fapemig, 2015. v. 1. P. 172.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELEOANI, José Roberto M. **Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor**. Caderno CEDES, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set-dez, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SNYDERS, George. **A escola pode ensinar as alegrias da música?**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VIANNA, H. **O mistério do samba**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

**A INTELIGÊNCIA DE ESPIONAGEM DO REGIME EMPRESARIAL  
MILITAR, NAS AÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI)  
ACERCA DAS ENTIDADES PRÓ-ANISTIA NO MARANHÃO (1978-1979)**

*Victor Gabriel de Jesus Santos David Costa\**

**Resumo:** O processo de instauração e solidificação do regime empresarial militar perpassa por uma forte estruturação do complexo Sistema de Informação e contrainformação. Tal montagem foi pensada com o intuito de desarticular toda e qualquer ameaça ao projeto hegemônico dos ditadores, tendo como uma das estratégias informativas a aglutinação de documentos desenvolvidos pelas mais diversas correntes oposicionistas do regime. Dentro desse pressuposto, o presente trabalho visa elucidar como eram feitas as espionagens dos agentes do Serviço Nacional de Informação no contexto da sociedade Maranhense, mediante as ações de entidades que atuaram ativamente no processo de Abertura Política, tendo como causa central a aprovação da Lei de Anistia. Será exposta a análise da documentação utilizada pelos agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) que estes utilizavam para embasar os dossiês montados e enviados para os órgãos de repressão do Regime

**Palavras-Chave:** Ditadura, SNI, Anistia

### **Introdução**

Os estudos críticos a respeito dos desdobramentos ocorridos no regime empresarial militar, instaurado no Brasil em 1964, tornam-se crescentemente necessários graças à nova tendência historiográfica em se abordar a história do tempo presente. Debater sobre os desdobramentos deste período sombrio é de suma importância para que possamos ter uma compreensão política sobre a contemporaneidade brasileira, visto que tal recorte histórico, especificando o momento de “redemocratização”, é fundamental para se entender algumas das lacunas sociais, políticas e econômicas que hoje existem.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo colaborar com o enriquecimento historiográfico acerca da temática abordada, em especial, enfatizando a recuperação das singularidades maranhenses, na esfera política, durante a ditadura empresarial militar brasileira, tendo em vista, mais especificamente, o processo de abertura política. A partir dessas questões, o presente artigo traz uma análise relacionada aos dossiês montados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) durante o regime ditatorial, no ano de 1979, tendo em foco a atuação do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista UEMA/FAPEMA no projeto “Propriedade da Terra no Brasil e em Portugal: Fundamentos Legais e Projetos em Disputa (1970-1990)”. E-mail: [victorgabriel605@outlook.com](mailto:victorgabriel605@outlook.com).

Maranhense, e a participação de outros movimentos que acabaram por apoiar tal entidade. Tem-se o intuito de compreender a complexidade sistêmica do SNI em virtude de uma movimentação politizada (pró-anistia) que surge no final da década de 1970, assim como a própria oposição em si, analisando a importância de tais participações cívicas na conjuntura da oposição política, a partir das investigações dos agentes infiltrados.

É nesse sentido que as especificidades do estado do Maranhão aparecem como pontos importantes a serem discutidos e pioneiramente questionados, visto que as atuais observações historiográficas feitas a tal recorte temporal é verticalizado para os acontecimentos das regiões sul e sudeste do Brasil, deixando os casos do norte e nordeste do país à mercê de uma compreensão umbrática.

### **Um regime empresarial militar: coerção e consenso**

Com os estudos críticos e reflexões baseadas num forte arcabouço teórico, na obra *1964: a conquista do Estado* (1986), de René Dreifuss, pôde-se compreender os acontecimentos no antes, durante e depois do golpe, numa perspectiva mais coesa que, numa versão menos ingênua dos fatos, problematiza as verdadeiras intenções de implantação de um regime autoritário no Brasil. Segundo o autor, não foram manifestações anticomunistas, nem intenções puramente patriotas na busca pela “ordem” e de um país sem corrupção, mas sim, numa articulação civil-militar, na qual tal figuração cívica está associada não a uma classe “comum”, como sustenta Villa<sup>3</sup>, mas, a um particularismo de uma determinada fração burguesa que visava tomar o poder por meio de uma associação às forças militares. Segundo as primícias da filosofia gramsciana, esses civis seriam os Intelectuais Orgânicos que são chamados por Dreifuss também de tecnoempresários.

Para Gramsci, o intelectual orgânico é todo aquele que, diferentemente do ‘intelectual tradicional’, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe. É desse modo que Dreifuss vai

---

<sup>3</sup> No livro *Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita* (2014), do autor Marco Antonio Villa, que, numa tonalidade mais maliciosa e direta, como sugere o próprio título de seu livro, justifica a tomada autoritária do poder direitista não pelos seus planos profundamente complexos e arquitetados em prol da busca da instalação de uma hegemonia, mas, com o intuito de desarticular o golpe comunista da esquerda que já estava em desenvolvimento desde o início dos anos 1960. Para ele a atuação dos civis fora fundamental para a consolidação da regime, sendo tal perspectiva engendrada no ideário patriótico e não na busca pela hegemonia no setor industrial do país.

considerar como intelectuais orgânicos uma série de gerentes e ‘téc. Empresários’, vinculados, nesse caso, a um projeto político de uma fração do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa. (MELO e HOEVELER, 2014, p. 20).

Os técnicoempresários utilizaram-se dos complexos Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para desestruturar o governo de Jango. Essa penetração propagandística, dos intelectuais orgânicos, fora fundamental para a articulação de nacionalização do projeto, sendo esse seu principal objetivo.

Os empresários e técn. empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p.417).

Assim sendo, a nomenclatura utilizada por Dreifuss para caracterizar tal golpe é relativo a um “regime empresarial-militar”. Vale ressaltar que na perspectiva de Gramsci - sendo este, o primordial teórico que embasa esse trabalho -, em sua teoria ampliada, o Estado possui duas esferas principais: a “sociedade política”, que será também reconhecida no sentido de Estado restrito, que buscará, pelo uso da força (controlados pelas burocracias executivas e polícia militar, provenientes da classe dominante), os aliados necessários, e a “sociedade civil”, que terá como característica primordial o seu sentido consensual em busca de uma hegemonia, ou seja, mesmo estando manipulada pela classe dominante, com suas representações ideológicas, ela não será abordada pela coerção, entretanto, não se trata de um espaço de liberdade, “mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados da natureza classicista, como é o caso dos próprios IPES” (MELO e HOEVELER 2014, p. 15).

### **A estrutura de informação e repressão do regime**

Para que se entenda o desenvolvimento da grande teia organizacional dos complexos de informação e repressão do regime ditatorial, faz-se necessária a análise dos pressupostos ideológicos que os antecedem. Dessa forma, analisemos, primeiramente, as formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Tal ideologia é compreendida, de forma pioneira, pela autora Maria Helena



Moreira Alves, em sua obra: *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, publicado em 1984, na qual aborda a ideia de um Estado que pretende, por meio de um forte desenvolvimento capitalista, tornar-se legítimo.

A ditadura, dessa forma, estava completamente conectada à DSND, tendo essa como sua articulação necessária para a manutenção de seu prosseguimento. O sistema econômico mundial, segundo a autora, acentuava o Brasil em um vínculo que o colocava numa intrínseca ligação entre as alterações no contexto ditatorial com o capitalismo estrangeiro, “[...] influenciando as dinâmicas, o aparato do Estado Restrito e também o complexo dos aparelhos privados de hegemonia [...]” (MENDES, 2016, p. 322).

A coleta de informação, os estudos sobre o sistema político-econômico do Brasil antes e durante o regime, são oriundos de uma articulação da Doutrina, tendo como sua formuladora a Escola Superior de Guerras (ESG) que, juntamente aos complexos IPES e IBAD, desenvolveram “[...] o estabelecimento e avaliação dos comportamentos estruturais do Estado, fornecendo elementos para o desenvolvimento de metas e planejamento administrativos periódicos” (ALVES, 1984, p. 35).

Assim sendo, Alves nos mostra os processos de institucionalização do projeto de Segurança Nacional que possuiu não só uma característica de manutenção do regime, mas que, também, possibilitava a elaboração de um combate à “subversão”, que tinha como meio de ligação o desenvolvimento dos complexos informativos do regime, sendo esses fatores justificados por um provável “inimigo interno”.

Os três principais fatores de estruturação do Estado de Segurança Nacional no primeiro ano foram à criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), as reformas administrativas do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as diretrizes de controle salarial. A constituição do novo Estado implicava a institucionalização da rede de informação necessária ao controle do inimigo ‘interno’ e o assentamento das bases do modelo econômico (ALVES, 1984, p. 71).

Nesse sentido, podemos adentrar nas dinâmicas que formularam as relações entre o processamento informativo e repressivo do regime empresarial-militar. O Serviço Nacional de Informação (SNI) fora criado no âmbito da Segurança Nacional, a partir do dia 13 de junho de 1964, por meio da Lei nº 4.341, sendo idealizado e concretizado pelo General Golbery do Couto e Silva. Tal engrenagem informativa tinha como pressuposto primordial fornecer informações perante o poder executivo do país,

segundo Carlos Fico, em sua obra *Como eles Agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política* (2001). Por meio do ideário “anticomunista” (uma justificativa extremista que, por via dos fatos não consolidados, pensa-se numa saída que permite amenizar os malfazejos do regime), os agentes do SNI desenvolviam o papel de sistematizar e aglutinar as informações que eram importantes para que existisse a tal “segurança nacional”. Com o passar do tempo, fez-se importante uma estruturação mais complexa do aparato informativo que, dentro desse contexto, era preciso uma conexão desse sistema com as variáveis do aparelhamento repressivo. Mesmo que, segundo Fico, existissem momentos durante a ditadura de maior ou menor repressão, era inegável a crescente complexidade que esses organismos de informação vinham ganhando.

A partir de 1970, criou-se o Sistema Nacional de Informação (SISNI), tendo o SNI, como seu principal órgão sistêmico. Dessa forma, com o aprimoramento de tal aparato, consolidou-se a possibilidade de um sistema que comportava dentro de si todos os órgãos de informação que funcionavam em todo o território nacional operacionalizando as mais diversas informações, consolidando suas constantes atualizações. Uma artimanha altamente articulada para que o teor repressivo, seja pelo sentido da (contra) informação ou no âmbito das forças militares ou burocráticas, possuísse uma agilidade maior.

O SISNI era integrado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), pelos ‘Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cívicos’, pelos ‘Sistemas Setoriais de Informação dos Ministérios Militares’, pelo ‘Subsistema de Informações Estratégicas Militares’ (SUISEM) e por outros órgãos setoriais. (FICO 2001, pp.75-6).

Vale ressaltar que o aparelho informativo não era composto por civis alheios às técnicas de espionagem ou à ideologia da DSND. É por conta disso que em 1971, tem-se a Escola Nacional de Informações (EsNI), uma organização subordinada ao SNI, que pretendia consolidar a formação de agentes que possuíssem uma “correta mentalidade” perante o complexo sistema informativo do regime.

O SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna Nacional) possibilitou, mais ainda, articulações que interligassem as descobertas informativas com o aparato repressivo. Juntamente com esse sistema fez-se necessário:

[...]fortalecimento da Justiça Militar; criação da Comissão Geral de Inquéritos Policiais e Militares (IPMs), para centralizar a apuração de todos os delitos contra a segurança nacional, e dispositivos para a federalização das polícias militares estaduais, mediante submissão das mesmas ao Exército. (BORGES e BARRETO, 2016, p. 118).

Dentro deste âmbito repressivo, no estado de São Paulo, fora criada em 1<sup>o</sup> de julho de 1969 a Operação Bandeirantes (OBAM) que, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública, formulou uma organização especializada nos parâmetros brutais e repressivos contra os supostos “subversivos” (designação ideologicamente construída pelos ditadores em prol de desqualificar aqueles que eram contrários à ditadura). Tal organização serviu de exemplo para a elaboração de um aparato que interagisse, de forma mais coesa com os sistemas de informação, num sentido nacional. Dessa forma, criaram os organismos CODI-DOI, tornando-se órgãos nucleares do SISSEGIN. E assim, “ambos os sistemas estruturam-se numa profusão de siglas e cadeias hierárquicas, que carregavam para si elevados investimentos governamentais na forma de recursos materiais e humanos, liberdade de ação e poder decisório”(BORGES e BARRETO, 2016, p. 118).

### **O processo de abertura política e a anistia**

Todos esses fatores (consensuais, informativos e repressivos), anteriormente citados, começam a passar por uma transição “lenta, gradual e segura”,<sup>4</sup> a partir de 1974, graças a um novo momento político que surge no Brasil, derivado de algumas questões que, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, seriam: a pressão política internacional, oriunda da ação do então presidente norte-americano Jimmy Carter, eleito em 1979, de colocar em sua pauta governamental questões como a defesa dos direitos humanos; numa conjuntura interna, o projeto de implantar no Brasil um Estado de direito, derivado das ações dos Generais Geisel e Golbery; e o momento de oposição consentida representada pelo MDB. (SILVA, 2003).

O processo de abertura política, desta maneira, não deve ser considerado como uma inclinação exclusivamente democrática, derivada, somente, pela força de

---

<sup>4</sup> No que se refere às duas formas clássicas de transição: umas, rápidas, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominadas de transição por colapso; outras lentas, graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças progressistas da oposição. Estas seriam denominadas de transições pactuadas (grifos do autor) (SILVA, 1990, p. 385 *apud* ARAÚJO, 2016, p.495).

oposição ao regime empresarial-militar, mas, sobretudo, na busca de manter e proteger os interesses das classes dominantes.

[...] a constitucionalização do país como resultado de uma lenta, gradual e seguro distensão, que comportaria garantias básicas ao regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 64; proceder-se lentamente (aproximadamente 10 anos, garantindo a escolha segura do sucessor de Geisel) e a incorporação de uma Constituição sem que essa fosse fruto de uma constituinte. Em outros termos, reconstitucionalização sim, mas não exatamente uma redemocratização. (CHAVES, 2015, p. 229)

A lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979 (Lei nº 6.683), é um tópico que pode exemplificar essa abertura pactuada e conservadora (sendo essa o primeiro marco jurídico que deu início ao processo de abertura política), que serviu para beneficiar, de forma restrita, a oposição ou aqueles que simplesmente expressaram sua opinião contra o regime, e também para anistiar “aqueles que sustentaram a violenta ditadura militar” (ARAÚJO, 2016, p. 233).

Contudo, é digno de nota que, nesta aparente via beneficiária de mão dupla, os anistiados perseguidos políticos estiveram expostos à investigação, à julgamento, à condenação, para então serem anistiados. Já os agentes da repressão, por sua vez, obtiveram uma ‘anistia em branco’, por sua ocorrência à margem de qualquer verificação sobre o que de fato se está anistiando: uma anistia ‘em abstrato’ ao completo abandono de qualquer procedimento ou processo, e ao impedimento de qualquer investigação ou punição, tirando a responsabilidade dos agentes da repressão por qualquer crime perpetrado durante a ditadura. (ROSA, 2015, pp. 2-3)

Desta forma, o sentido de reconciliação, promovido pela Lei de Anistia servira como estratégia para “evitar que a situação da crise política evoluísse para uma mobilização revolucionária, contestando a ordem social, demonstrando-se uma preocupação principal para evitar o aprofundamento das cisões no interior do bloco dominante” (CHAVES, 2015, p. 233). Obviamente, toda essa trama em “busca de canalizar os anseios das mobilizações populares” (ARAÚJO, 2016, p. 236), não diminui a importância das manifestações daqueles que lutaram e morreram em prol do restabelecimento democrático, sendo essas questões um dos pilares para o

desenvolvimento desta pesquisa: trazer à tona os malfazejos desse período nefasto para o Brasil, para que os erros do passado não nos assombrem no presente e futuro.

### **O Comitê Brasileiro pela Anistia – seção Maranhão**

A partir de 1978, tornam-se possíveis as condições para a elaboração de uma lei que anistiasse todos os presos políticos caçados durante o regime empresarial-militar. A anistia desejada era de definição ampla, geral e irrestrita. Dessa forma, nesse mesmo ano, no dia 14 de fevereiro, foram elaborados os primeiros Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), mais precisamente os do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, tal consolidação dessa entidade independente, formada primordialmente por advogados, amigos e parentes de presos políticos, só teve sua seção maranhense a partir do ano de 1979, em 19 de março, cuja instalação só aconteceu no dia 28 desse mesmo mês.

Obviamente, os agentes do SNI estavam cientes sobre todos os acontecimentos relacionados às movimentações em prol da criação de um CBA maranhense. Essa afirmativa pode ser conferida na análise dos quatro dossiês encontrados que embasam o presente trabalho. Os assuntos mencionados em tal documentação tratam sobre a consolidação e divulgação dessa organização pró-anistia na imprensa maranhense; a relação nominal de líderes e entidades que apoiaram a sua formação; listagem de personalidades políticas importantes que voltaram do exílio e relatos sobre as manifestações populares contra a não atribuição governamental da anistia de tipo ampla, geral e irrestrita.

Todos estes dossiês foram desenvolvidos no âmbito da agência de Fortaleza, visto que, segundo a organização geográfica atribuída pelos agentes perante a defesa interna do país, colocam os estados do Maranhão, Piauí e Ceará numa mesma província, a fim de se ter uma dinamização estratégica melhor (FICO, 2001).

A seguir, serão relatadas todas as documentações encontradas, dinamizando-as com suas respectivas numerações e títulos, mediante as atribuições feitas pelos próprios agentes do serviço de informação.

### **Dossiê n° ACE 000072/79:<sup>5</sup> Instalação do Comitê Brasileiro pela Anistia Ceará e Maranhão**

O Dossiê analisado relata, inicialmente, a instalação do CBA-CE e CBA-MA, o qual especifica sobre o caso maranhense, cita o dia e local exato de quando aconteceu tal solenidade: dia 19 de março, no Centro de Formação de Líderes da Arquidiocese de São Luís-Ma. No ato público, tiveram-se os pronunciamentos do arcebispo de São Luís, D. José da Mota e Albuquerque; da deputada estadual do Ceará, Maria Luiza Fontinele; Messias Araújo Pontes, além de outras personalidades (no cenário oposicionista) importantes no contexto daquela época como: Haroldo Freitas Pires de Saboia (vice-presidente do CBA-MA); Celso Veras; Reginaldo Sousa (presidente do CBA-MA); Felícia Moraes (esposa de Rui Frazão) e Maria da Conceição (deputada estadual do Maranhão). Por fim, consta no relatório a forte mobilização da imprensa maranhense perante a divulgação de tal momento, sendo esse fator, para os agentes, uma forma de propagar ideologias contra o regime ditatorial. Sobre a documentação anexada ao dossiê, fora encontrada a lista dos nomes da diretoria do CBA-MA:

**Quadro 1- Lista nominal da diretoria do CBA-MA\***

<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Presidente	Reginaldo Carvalho Teles de Souza.	Advogado
1° Vice-presidente	Haroldo Freitas Pires de Sabóia.	Deputado estadual do MDB/MA.
2° Vice-presidente	José Augusto Mochel	Médico
1° Secretária	Marileide Vasconcelos	Médica
2° Secretária	De Jesus Muniz Leite	Técnica artes cênicas
1° Tesoureiro	José de Ribamar Vieira Feitosa	Escritor
2° Tesoureiro	Luís Pedro de Oliveira e Silva	Jornalista

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Dossiê não catalogado. n° ACE 000072/79.

Elaboração própria

<sup>5</sup>Especificações do dossiê: Informação N° 057/116/79; Referência: INFÃO n° 039/116/AFZ/79, 13 mar79, INFÃO n° 046/116/AFZ/79/23 mar79. Difusão: AC/SNI.

### **Dossiê n° 000292/79:<sup>6</sup> IN- 1.6 Atuação de grupos, no campo político, contrários ao regime**

A base documental pertinente a este relatório faz menção à volta dos ex-deputados federais punidos pela ditadura empresarial-militar de 1964 (penalizados com o decreto Lei do Ato Institucional n° 5). Os referidos políticos mencionados eram: Renato Bayma Archer da Silva e Cid Rojas Américo de Carvalho, tendo esses reintegrado, no dia 24 de maio de 1979, o quadro político do MDB. A partir daí, tem-se um discurso projetado no sentido de que, provavelmente, com o retorno dos ex-deputados, haveria movimentações radicais, citando os então deputados Domingos Freitas Diniz; Haroldo Freitas Pires de Saboia e Jackson Kleber Lago como representantes dessa frente política radicalista. Esses ainda contariam com o apoio do ex-deputado federal Neiva Moreira que estava voltando ao estado do Maranhão.

### **Dossiê ACE N° 000341/79:<sup>7</sup> Reintegração dos punidos pela revolução**

O documento verificado é referente à chegada de políticos punidos pelo regime empresarial-militar. O benefício da lei de anistia chegou até o ex-deputado José Guimarães Neiva Moreira e Osmar de Jesus Mendes Barbosa. Na recepção do jornalista Neiva Moreira, teve-se a criação do “Comitê de Recepção a Neiva Moreira”, o qual integrou diversos segmentos: “representantes de classes operárias; do Comitê Brasileiro pela Anistia – MA; da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; de comunidades eclesiais de bairros; jornalistas; professores e de várias entidades e organizações civis; além de uma expressiva representação estudantil”. Quanto ao Osmar Barbosa, ele fora recebido pelo CBA-MA; e pelos deputados estaduais do MDM-MA: Carlos Guterres Moreira e Haroldo Freitas Pires de Sabóia.

### **Dossiê ACE n° 000313/79:<sup>8</sup> Campanha contestatória ao projeto de anistia do governo**

Tal documentação traz uma listagem nominal das pessoas e entidades que contestaram a maneira como fora aprovada Lei de Anistia que, por via dos moldes desenvolvidos, a fez sem promover aquilo que era proclamado pelo povo: uma anistia ampla, geral e irrestrita.

<sup>6</sup>Especificações do Dossiê: Informação n° 168/115/AFZ/79; 02 out.1979; Difusão: AC/SNI.

<sup>7</sup>Especificações do Dossiê: Informação n° 192/116/AFZ/79; 08 nov.1979; Referência: PB n° 076/16/AC/79, de 06 set.1979; Difusão: AC/SNI.

<sup>8</sup>Especificações do Dossiê: Informação n° 173/116/AFZ/79; 16 out.1979; Difusão: ST-750 (Arquivo).

**Quadro 2- Sistematização nominal das pessoas contrárias ao tipo de anistia aprovada\***

Ademir dos Santos	José Augusto Mochel
Antônio Agenor Gomes	José Celso Veras da Costa
Aldo de Jesus Muniz Leite	Luiz Pedro de Oliveira e Silva
Benedito Bete de Carvalho Lago	Maria José Aragão
Domingos de Freitas Diniz Neto	Pedro Maria Calsadáliga (bispo).
Gervásio Protásio dos Santos	Reginaldo Carvalho T. Souza
Haroldo Freitas Pires de Sabóia	Renato Dionísio de Oliveira
Jackson Kleber Lago	Vitor Asselin (padre)
João Paulo Lopes Amorim	Jonaval Augusto M.C. Santos

\*Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Dossiê não catalogado. ACE n° 000313/79.

Elaboração própria.

**Quadro 3- Sistematização nominal das entidades contrárias ao tipo de anistia aprovada\***

Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA)
Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Maranhão.
Comitê Pastoral da Terra, seção Maranhão.
Cúria Metropolitana de São Luís
Diretório Central dos Estudantes – UFMA
Diretório Distrital do MDB – Bairro da Liberdade (São Luís /MA)
Diretório Distrital do MDB – Bairro de Tirirical (São Luís/MA)
Diretório Regional do MDB – Maranhão
Federação do Teatro do Maranhão
Federação das Uniões dos Moradores do Maranhão
Grupo Independente do Teatro Amador - Maranhão
Movimento Contra a Carestia (MMC-MA)
Movimento Familiar Cristão (MA)
Movimento de Oposição Pra Valer (Ma)
Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos



\*Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Dossiê não catalogado. ACE N° 000313/79. Elaboração própria.

### **A mobilização maranhense**

As inquietações historiográficas a respeito dos desdobramentos ocorridos no Maranhão durante a ditadura empresarial-militar, colocando em foco o processo de abertura política, cria uma necessidade cada vez mais incisiva de se abordar tal temática. As reivindicações de certas frações da sociedade civil maranhense, contra as instituições autoritárias dos golpistas, por muito tempo foram desconhecidas entre o meio acadêmico e comunitário, construindo indiretamente a ideia de um imobilismo social do Maranhão durante o processo de reivindicações contra o regime.

Um dos autores dessa historiografia tradicional que afirma essa tal situação da sociedade civil maranhense é o historiador José Caldeira, colocando esse suposto isolamento popular pró-abertura, motivado pela pouca influência que o Maranhão, entre os anos de 1956 e 1976, sofreu em comparação aos acontecimentos em nível nacional. Pondo em pauta a questão dos “longos mandonismos políticos, que foram capazes de imprimir-lhe uma estagnação social, política, econômica e cultural” (CALDEIRA, 1978, p. 57 *apud* ARAÚJO, 2016, pp. 499-500). Entretanto, como o rebate a historiadora Ana Raquel Alves de Araújo:

Segundo este trabalho, o ano de 1977 seria então o início de um novo período, coincidindo com as lutas sociais. Mas Caldeira publica em 1978, ano que os movimentos sociais ainda estavam iniciando no Maranhão e em todo o Brasil. O seu recorte temporal parece mais um resultado da coincidência com o presente (ARAÚJO, 2016, pp. 499-500).

Araújo ainda cita que as principais abordagens a respeito de manifestações sociais, no período do regime, realizaram-se academicamente fora da área historiográfica. Explica que tal fator decorre da crítica perante a historiografia baseada no tempo presente. “Nos últimos anos, todavia, essas críticas foram sendo diluídas em função da qualidade dos trabalhos que estão sendo produzidos” (ARAÚJO, 2016, p.503).

Os dossiês analisados anteriormente comprovam aquilo que Araújo afirma, refutando a teoria imposta por Caldeira. Apenas no quadro 3, pôde-se observar a

mobilização de quinze entidades que eram contra a forma como fora aprovada a Lei de Anistia. O teor ideológico emanado por essas organizações fora suficientemente preocupante para os agentes da ditadura, a ponto de existir um verdadeiro detalhamento sobre suas movimentações no cenário político maranhense.

A imprensa de oposição também se tornou um destaque nas investigações feitas pelos agentes, mostrando que não havia apenas uma verticalização por parte dos aparelhos privados em prol da hegemonia empresarial-militar do regime. Apesar de serem de pouca expressão (fator este derivado da censura implantada durante a ditadura – Lei nº 5.536) os jornais de tentativa oposicionista existiam e possuíam seus leitores que apoiavam a necessidade do retorno da democracia. Sem supervalorizar o papel do impresso sobre os seus assinantes, percebe-se que a compreensão política promovida no Maranhão a partir de 1978 – ano da primeira publicação do jornal *O Rumo*, fundado por Jackson Kleber Lago – não era desconhecida a uma fração importante da população.

O apoio dos estudantes, da igreja e de outros movimentos como o próprio comitê da anistia, sendo estes aliados na busca pela redemocratização, consolidou a indispensabilidade por parte dos ditadores de se ter um sistema de informação funcional no Estado. Os nomes dos líderes do CBA-MA, das pessoas contrárias ao tipo de anistia aprovada e dos anistiados, complementados com dados pessoais como: filiação; profissão em exercício ou exercida; data e local de nascimento e posicionamento político, contidos nos relatórios encontrados, demonstram como a articulação do SNI era bem desenvolvida no contexto do Maranhão, comprovando aquilo que Carlos Fico explana e, além disso, servindo de embasamento para compreender a mobilização popular divergente ao regime autoritário então imposto.

Nos relatórios, também são retratadas as manifestações de importantes personalidades políticas do Maranhão. Dessa forma, têm-se os exemplos de Haroldo Sabóia (vice-presidente do CBA-MA e então deputado estadual pelo MDB); Jackson Lago (então ex-deputado e fundador do jornal oposicionista *O Rumo*) e Neiva Moreia (importante jornalista e político opositor ao regime). Esses são os nomes mais relatados dentro dos quatro dossiês mencionados neste artigo que, juntamente à forte oposição exercida pelos membros de diversas organizações pró-anistia, lutaram pela criação de um novo consenso dentro da sociedade.

A partir dessa perspectiva, percebemos, de forma geral, que se caracterizarmos todas as movimentações contrárias ao regime autoritário ocorridas no país desconsiderando suas singularidades regionais, chegaremos a conclusões maliciosas e

de cunho favorável aos próprios ditadores. A ausência de estudos historiográficos a respeito de algumas localidades com pouco destaque nacional, seja pelo fator da imprensa ou por questões econômicas e sociais, coloca um vazio na compreensão totalizadora sobre o que provavelmente aconteceu no Brasil entre 1964 a 1985. Na pior das hipóteses, o termo “ditadura”, torna-se uma nomenclatura saudosista, utilizada como fator positivo, já que nesses casos, a partir do ocultamento de determinadas informações localistas, não existiram conflitos a serem hoje questionados, e a satisfação do povo, supostamente, pairava no ar. A ausência de conhecimento sobre os desfavores do regime ditatorial torna-se uma afirmação de apoio para os fascistas de nossa contemporaneidade.

Este artigo embasou-se em um dos inúmeros pilares do complexo sistêmico de informação a serem ainda discutidos sobre uma região que, no contexto atual, pouca produção se tem sobre a temática abordada. Há muitas documentações a serem investigadas, muitas lacunas a serem preenchidas e o ponto final deste trabalho ainda é o início de uma caminhada ainda pouca traçada.

### **Considerações finais**

É evidente que analisar os acontecimentos nebulosos do regime empresarial-militar, a partir dos discursos dos próprios golpistas é uma oportunidade ímpar que temos para compreender os conflitos entre a fração dominante/opressora e aqueles que lutaram por um país democrático. Também é pertinente ressaltar que, a partir de uma compreensão crítica sobre tal período, tendo como referencial teórico a *teoria do Estado ampliado* de Antonio Gramsci e, a forte teorização sobre um regime *empresarial-militar*, formulada por Dreiffus, percebeu-se que a historiografia do tempo presente pode, de fato, consolidar uma análise intensa e bem aprimorada sobre determinados acontecimentos da contemporaneidade. Vale ressaltar que esta análise ainda é pioneira dentre as inquietações historiográficas sobre o caso brasileiro, e, por este motivo, enfatiza-se a importância de determinados trabalhos feitos por alunos da Universidade Estadual do Maranhão e membros do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), na elaboração diversificada sobre assuntos relacionados a esse recorte histórico tão ainda enigmático.

Por fim, coloca-se em pauta a justificativa deste artigo. Estamos entrando em novos momentos sombrios no país, a democracia começa a sofrer ataques que outrora

imaginávamos ter cessado. Ingenuidade dos mais novos? Obviamente. Essa distopia que é colocada não pode calar a voz de um passado devastador. Em tempos tão tenebrosos como os de hoje, levados por conjunturas tão desprovidas de esperança, o apelo é feito a todos os historiadores: que os estudos não sessem e que os documentos recém-disponibilizados sejam eternizados em nossos trabalhos, para que os malfazejos do passado não nos assombrem no presente e futuro.

## Referências

### I) Fontes Primárias:

Dossiê n° ACE 00131/79 - 15/05/1979

Dossiê n° ACE 000292/79 - 02/10/1979

Dossiê n° ACE 000341/79 - 08/11/1979

Dossiê n° ACE 000313/79 - 16/10/1979

### II) Obras Gerais

AIRES, José Luciano; CAVALCANTI, Jean Lucas. “Revisionismo à Brasileira: Uma crítica às Interpretações Reacionárias sobre o Golpe de 1964”. Artigo publicado nos *anais do II Encontro Nacional de História Política*, Universidade Estadual do Ceará, maio de 2017.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves. “Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: Revisão Historiográfica e Perspectiva de Pesquisa”. In: PICCOLO, Monica (org.). *Ditadura e Democracia no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades*. São Luís: EDUEMA, 2016.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1985)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARRETO, Renata Caldas; BORGES, Arleth Santos. “Ditadura, Controle e Repressão: Revisando teses sobre os Governos Militares no Brasil”. *Revice – Revista de Ciências do Estado*, v.1, n. 2, 2016, pp. 107–29.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

\_\_\_\_\_. *Gramsci e as ciências sociais. Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 9, n.34, 1990.

CHAVES, Leonardo Leal. “A lei de Anistia em Questão. Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense”. In: SULIDADE, Mariana; PICCOLO, Monica (orgs.). *Maranhão Republicano em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia*. São Luís: Ed. Shalon / EDUEMA, 2015.

DREIFUSS, R.A. 1964. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1986.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Além do Golpe: versos e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, Demian; HOELEVER. Rejane Carolina. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. *Revista Tempos Históricos*, v.18, n.1, 2014.

MENDES, Raíssa Carolina Macau. “O Maranhão em tempo de Milagre: Política Desenvolvimento no Governo Sarney (1966-1970)”. In: PICCOLO, Monica, (org.). *Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades*. São Luís: EDUEMA, 2016.

ROSA, Jhonny Roberto. “Do Esquecimento Institucionalizado ao Enfrentamento de seus legados: anistia e responsabilidade histórica”. *Anais dos XVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis-SC, 2015.

SILVA, Franciso Carlos Teixeira. “Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985”. In: DELGADO, Licílio; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

## **A IMPRENSA COMUNISTA EM TEMPOS DE DITADURA EMPRESARIAL MILITAR: O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NAS PÁGINAS DO JORNAL “A CLASSE OPERÁRIA”, ÓRGÃO CENTRAL DO PC DO B**

*Victor Gabriel de Jesus Santos David Costa\**

**Resumo:** Visando compreender aquilo que Gramsci deixou subliminarmente entendido como processo de “Contra Hegemonia”, o presente trabalho introduz uma análise referente à construção discursiva de oposição aos ditames do regime empresarial militar, instaurado no Brasil em 1964. Tal contestação formulada nas páginas do Jornal “A Classe Operária”, nos possibilita enxergar uma perspectiva de luta sindical engendrada pelos pressupostos teóricos Marxista/Leninista, que tanto foram demonizados pelos golpistas, como um dos pilares de naturalização do projeto hegemônico da ditadura. Assim sendo, busca-se verificar a construção textual, a iconografia e a materialidade interna do impresso. Enfatiza-se aqui os acontecimentos descritos no jornal datados a partir do ano de 1974, tendo como intuito analisar a perspectiva crítica do jornal sob a óptica Gramsciana, no que se refere ao conceito de “Elevação Cultural do Indivíduo”.

**Palavras-Chave:** Ditadura, Abertura Política, PC do B.

### **Introdução**

Os estudos críticos a respeito dos desdobramentos ocorridos no regime empresarial militar, instaurado no Brasil em 1964, tornam-se crescentemente necessários graças à nova tendência historiográfica em se abordar a história do tempo presente. Debater sobre os desdobramentos deste período sombrio é de suma importância para que possamos ter uma compreensão política sobre a contemporaneidade brasileira, visto que tal recorte histórico, especificando o momento de “redemocratização”, é fundamental para se entender algumas das lacunas sociais, políticas e econômicas que hoje existem.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo colaborar com o enriquecimento historiográfico acerca da temática abordada, em especial, enfatizando na recuperação das singularidades do contexto político de oposição ao regime, demonstrando de forma ainda muito introdutória o papel do Partido Comunista do Brasil (PC do B)<sup>1</sup> na tentativa de “desmistificar” a máquina burocrática dos golpistas e, dessa forma, buscando desarticular o projeto hegemônico então nacionalizado, para que assim fosse possível consolidar uma nova hegemonia baseada nos ideais partidários construídos a partir das

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista UEMA/FAPEMA no projeto “Propriedade da Terra no Brasil e em Portugal: Fundamentos Legais e Projetos em Disputa (1970-1990)”. E-mail: [victorgabriel605@outlook.com](mailto:victorgabriel605@outlook.com).

<sup>1</sup> Os periódicos utilizados estão disponíveis no site: [www.grabois.org.br](http://www.grabois.org.br)

análises sócio-políticas de Engels, Marx e Lenin, fundamentadas, organizadas e difundidas nas Internacionais Comunistas (IC), principalmente em sua terceira edição.<sup>2</sup>

A partir dessas questões, o presente artigo traz uma análise relacionada às edições do Jornal “A Classe Operária”, órgão central do PC do B. A pesquisa será desenrolada, de forma “factual”, dentro dos acontecimentos do ano de 1974 e, para se analisar de forma mais contextualizada a estrutura discursiva-ideológica do impresso, também serão mencionadas algumas edições de anos posteriores, já que trata-se uma pesquisa voltada para a conjuntura da Abertura Política. Assim sendo, busca-se verificar o processo de construção da narrativa de oposição ao regime, além de entender o processo de doutrinação pedagógica idealizado pelas correntes marxista/leninista, que também será entendido a partir da perspectiva Gramsciana, como tentativa de fazer o indivíduo entender a si próprio e, de forma dialética, a totalidade do meio em que vive, produzindo aquilo que o filósofo italiano conceitua como “elevação cultural” das massas.

São nesses pressupostos que buscaremos entender a tentativa de cisão da manipulação feita pela fração burguesa em relação ao indivíduo subalternado, a partir de um meio privado de possível tentativa *contra hegemônica*, que será compreendido na função do jornal partidário, dentro de uma análise inicial Marxista/Leninista, que compreende a percepção da dinâmica do impresso como meio organizacional para uma tentativa revolucionária.

### **Um regime empresarial militar: coerção e consenso**

Com os estudos críticos e reflexões baseadas num forte arcabouço teórico, na obra *1964: a conquista do Estado* (1986), de René Dreifuss, pôde-se compreender os acontecimentos no antes, durante e depois do golpe, numa perspectiva mais coesa que, numa versão menos ingênua dos fatos, problematiza as verdadeiras intenções de

---

<sup>2</sup> A III Internacional foi fundada em março de 1919, em Moscou, e teve como objetivo concentrar no seu raio de influência todos os PCs que surgiram no globo. Essa organização também foi conhecida como *Comintern* ou *Komintern* (do alemão *Kommunistische Internationale*). Foi desarticulada em 1943, como resultado da aliança entre a União Soviética com os aliados no período da Segunda Guerra. Foi considerada como a Terceira Internacional, pois existiram duas associações anteriores, que só posterior, receberam a denominação de Primeira e de Segunda Internacional. A primeira foi a Associação Internacional dos trabalhadores (AIT) fundada em 1864 e que contou em seus quadros com a presença de Karl Marx e de Mikhail Bakunin, que travaram intensas e diversas discussões sobre a orientação ideológica do movimento operário mundial. Foi desarticulada em 1876. A segunda Associação, por sua vez, foi fundada em 1889, de posição socialista e reformista, e entrou em colapso após a eclosão da Primeira Guerra, em 1914. (SOUSA, 2015, p.19)

implantação de um regime autoritário no Brasil. Segundo o autor, não foram manifestações anticomunistas, nem intenções puramente patriotas na busca pela “ordem” e de um país sem corrupção, mas sim, numa articulação civil-militar, na qual tal figuração cívica está associada não a uma classe “comum”, como sustenta Villa<sup>3</sup>, mas, a um particularismo de uma determinada fração burguesa que visava tomar o poder por meio de uma associação às forças militares. Segundo as primícias da filosofia gramsciana, esses civis seriam os Intelectuais Orgânicos que são chamados por Dreifuss também de tecnoempresários.

Para Gramsci, o intelectual orgânico é todo aquele que, diferentemente do ‘intelectual tradicional’, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe. É desse modo que Dreifuss vai considerar como intelectuais orgânicos uma série de gerentes e ‘técnicos. Empresários’, vinculados, nesse caso, a um projeto político de uma fração do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa. (MELO e HOEVELER, 2014, p. 20).

Os técnicoempresários utilizaram-se dos complexos Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para desestruturar o governo de Jango. Essa penetração propagandística, dos intelectuais orgânicos, fora fundamental para a articulação de nacionalização do projeto, sendo esse seu principal objetivo.

Os empresários e técnicos empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p.417).

Assim sendo, a nomenclatura utilizada por Dreifuss para caracterizar tal golpe é relativo a um “regime empresarial-militar”. Vale ressaltar que na perspectiva de Gramsci - sendo este, o primordial teórico que embasa esse trabalho -, em sua teoria

---

<sup>3</sup> No livro *Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita* (2014), do autor Marco Antonio Villa, que, numa tonalidade mais maliciosa e direta, como sugere o próprio título de seu livro, justifica a tomada autoritária do poder direitista não pelos seus planos profundamente complexos e arquitetados em prol da busca da instalação de uma hegemonia, mas, com o intuito de desarticular o golpe comunista da esquerda que já estava em desenvolvimento desde o início dos anos 1960. Para ele a atuação dos civis fora fundamental para a consolidação do regime, sendo tal perspectiva engendrada no ideário patriótico e não na busca pela consolidação da hegemonia de uma determinada fração dominante.



ampliada, o Estado possui duas esferas principais: a “sociedade política”, que será também reconhecida no sentido de Estado restrito, que buscará, pelo uso da força (controlados pelas burocracias executivas e polícia militar, provenientes da classe dominante), os aliados necessários, e a “sociedade civil”, que terá como característica primordial o seu sentido consensual em busca de uma hegemonia, ou seja, mesmo estando manipulada pela classe dominante, com suas representações ideológicas, ela não será abordada pela coerção, entretanto, não se trata de um espaço de liberdade, “mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados da natureza classicista, como é o caso dos próprios IPES” (MELO e HOEVELER 2014, p. 15).

### **O processo de abertura política**

A abertura política brasileira “lenta, gradual e segura”,<sup>4</sup> inicia-se a partir de 1974, graças a um novo momento político que surge no Brasil, derivado de alguns fatores que, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, seriam: (I) a pressão política internacional, oriunda da ação do então presidente norte-americano Jimmy Carter, eleito em 1979, de colocar em sua pauta governamental questões como a defesa dos direitos humanos; (II) numa conjuntura interna, o projeto de implantar no Brasil um Estado de direito, derivado das ações dos Generais Geisel e Golbery, com plenos objetivos de se manterem ainda no poder; (III) e o momento de oposição consentida representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que acaba tendo em 1974 uma expressiva vitória nas eleições parlamentares, fazendo 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores em 22 Estados. (SILVA, 2003).

O processo de abertura política, desta maneira, não deve ser considerado como uma inclinação exclusivamente democrática, derivada, somente, pela força de oposição ao regime empresarial militar, mas, sobretudo, na busca de manter e proteger os interesses das classes então dominantes.

[...] a constitucionalização do país como resultado de uma lenta, gradual e seguro distensão, que comportaria garantias básicas ao regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a

---

<sup>4</sup> No que se refere às duas formas clássicas de transição: umas, rápidas, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominadas de transição por colapso; outras lentas, graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças progressistas da oposição. Estas seriam denominadas de transições pactuadas (grifos do autor) (SILVA, 1990, p. 385 *apud* ARAÚJO, 2016, p.495).

64; proceder-se lentamente (aproximadamente 10 anos, garantindo a escolha segura do sucessor de Geisel) e a incorporação de uma Constituição sem que essa fosse fruto de uma constituinte. Em outros termos, reconstitucionalização sim, mas não exatamente uma redemocratização. (CHAVES, 2015, p. 229)

Essa articulação dos golpistas é decorrente de uma percepção crítica daquilo que estava acontecendo no cenário nacional. O “milagre econômico” já não sustentava a doutrina desenvolvimentista exposta nos grandes órgãos de propaganda do regime como um dos grandes feitos dos ditadores, a oposição começava a erguer sua voz em tom de ruptura, e as posses daqueles que estavam no poder começaram a ser ameaçadas. Dessa forma, analisar o período de distensão lenta, gradual e segura é, além de tudo, verificar o posicionamento social como espaço de luta a ser elucidado, pois no campo da memória tenta-se abafar tais atos, ou, pior, demonizar tamanha angústia sentida por aqueles que tiveram a suas vozes caladas e reprimidas.

### **Os usos do documento-jornal. Os impressos como *fonte e objeto***

De acordo com a análise feita pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato, a utilização do jornal feita pelos historiadores, até meados do século XX, possuía uma dupla concepção engendrada pela busca a qualquer custo da verdadeira “verdade”, assim sendo, existiam duas correntes na qual se seguiam os pressupostos de que, ou o impresso era uma fonte consideravelmente suspeita, ou uma outra que o utilizava como relato fidedigno da verdade (CAPELATO, 1988). Nessa perspectiva, a dinâmica pluralista do impresso acabara sendo negada e, portanto, substituída por uma análise antagônica.

A partir da década de 1970, tinha-se uma contrapartida em relação a este uso do jornal. Na França, por exemplo, tinha-se o movimento dos Annales, que trazia à tona uma nova percepção de como usar tal fonte, indo na contramão da simplória significação anteriormente citada. Dali se pôde observar uma “[...] ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica, e nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias [...] até imagens iconográficas, de cações aos testemunhos, de diários particulares anônimos aos jornais [...]” (LAPUENTE, 2015, p.3)

O impresso como *objeto* no Brasil foi analisado pioneiramente na obra *O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo)* (1988), das

autoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado. Dessa forma, tem-se uma compreensão crítica do jornal, como um meio articulador de manipulação de interesses na vida social, não sendo plausível utilizá-lo meramente como um “veículo de informações”, fazendo dele uma finita reafirmação de outros objetos de pesquisa. Essa análise referente àquilo que as autoras chamaram de “grande imprensa” também serve para compreender a estrutura ideológica, de tentativa doutrinária-pedagógica do jornal comunista. Visto que historicamente “[...] as esferas políticas e públicas também estiveram presentes nas preocupações editoriais dos impressos comunistas [...]” (SOUSA, 2015, p.23).

Além disso, o uso da iconografia também será mencionado na análise do jornal “A Classe Operária” na tentativa de observar o uso de determinadas simbologias como fonte ou ilustração daquilo que se quer passar no discurso do periódico. Entender esse uso estético do jornal, com a presença ou não de charges, caricaturas, imagens, entre outros, é fundamental para se perceber as intenções do tipo de leitura que se quer passar, assim como, o tipo de leitor que se quer trazer.

Por fim, busca-se verificar a materialidade interna dos periódicos, utilizando tal análise para perceber também como estava o estado de impressão e distribuição desses impressos. Vale ressaltar que o período estudado na pesquisa está dentro de uma conjuntura repressiva do Estado ditatorial. Dessa forma, observar a materialidade desse jornal dentro que desse contexto é fundamental para se perceber a “historicidade e as alterações aí observadas que resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais” (LUCA, 2011, p.2).

### **As duas almas do partidarismo comunista no Brasil. Do PCB para o PC do B**

A partir da obra *“Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960”* de Éder da Silva Silveira. Podemos elucidar algumas singularidades do jornal “A Classe Operária” a partir de seu viés ideológico central, que acabara de se desfragmentar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se agora órgão central do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Inicialmente Silveira nos proporciona o entendimento de algumas hipóteses que explicam a tal cisão interna do movimento comunista nacional. Esse processo começa a ser elencado a partir da década de 1950, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) preferiu seguir uma corrente não radicalista contra o governo Dutra, assumindo, dessa forma, “[...] outra posição que defendia uma revolução anti-

imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. ” (SILVEIRA, 2013, p.292). O segundo fator, sendo este o mais mencionado na historiografia, está relacionado com o relatório de Khrushchev, exposto no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que denunciou diversos crimes do stalinismo, abalando de forma profunda o PCB.

Com isso, o Comitê Central do partido tentou abafar qualquer tipo de discussão envolvendo tal questão, na busca de manter a unidade partidária, visto que o PCUS apoiava e dava contornos de coesão para o PCB, segundo Prestes “[...] a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas” (PRESTES, 1956, p.3, apud SILVEIRA, 2013, p.293). Essa tentativa de silenciar os debates internos do partido alcançou seu ápice quando “[...] em abril de 1957, o Comitê Central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema Unidade Partidária e o fim dos debates divergentes” (SILVEIRA, 2013, p.295), ficando proibido qualquer atuação fora da organização partidária, que se colocasse acima dos ideários do partido, com posicionamentos pessoais que consolidassem qualquer tipo de divergência.

O autor ainda cita a análise feita de Valter Pomar acerca dessa fragmentação ideológica do PCB. Nela percebe-se a ambiguidade das formas de apoio às classes burguesas. Para que fosse possível o sucesso da revolução socialista, fazia-se necessário o desenvolvimento do capitalismo nacional, visto que, segundo as correntes intelectuais comunistas da época, o Brasil encontrava-se numa situação econômica de caráter feudal, semifeudal ou colonial<sup>5</sup>. Assim sendo, Pomar explica essa relação ambígua:

[...] desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programa partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico”. (POMAR, 2000, p.274, apud SILVEIRA, 2013, p.297)

---

<sup>5</sup> Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda” brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Khrushchev (principalmente antes), geralmente estavam em consonância com as teses ou orientações da III Internacional e do PCUS. A III Internacional Comunista, conhecida também como “Comintern”, em seu 2º Congresso (1920), aprovou teses sobre a questão nacional e colonial que deram orientações aos “países coloniais e atrasados” sobre os caminhos a adotar para a realização da Revolução Socialista. A rigor, as orientações do Comintern definiam que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas”. (SILVEIRA, 2013, p.296)

Além disso, são citadas outras duas teorias comumente atribuídas como pontos de suma importância para tal cisão: (I) as divergências entre uma ala do partido que defendia a linha ideológica chinesa na consolidação da revolução socialista, contra outra que persistia nas orientações soviéticas; (II) os conflitos entre o grupo mais pacifista contra o que apoiava as lutas armadas. Entretanto, tais argumentações foram desconstruídas, a partir do momento que: (I) “[...] entre 1956 e 1962, as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas [...]” (SALES, 2007, p.68-69, *apud*, SILVEIRA, 2013, p.299) e; (II) o partido (PC do B) não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação **antes do golpe de 1964** (SALLES, 2007, p.69, *apud*, SILVEIRA, 2013, p. 300, **Grifos nossos**).

Por fim, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, liderado por Carlos Prestes, descaracteriza, no V Congresso do PCB, a partir da reformulação do estatuto, os ideários “marxista” e “leninista”, assim como, retira-se o apoio da URSS ao movimento comunista brasileiro. Além disso, foram retiradas expressões como “ditadura do proletariado” e o nome do partido passou a ser chamado de Partido Comunista do Brasil à Partido Comunista Brasileiro, continuando com a sigla PCB. A intenção desse grupo, segundo o autor, seria a de legalizar o partido no Supremo Tribunal Eleitoral (STE).

Obviamente que tais medidas desencadearam um grande conflito interno, decorrente de uma disputa de poder dentro da estrutura partidária. O grupo contrário à nova formulação do estatuto era liderado por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois que em fevereiro de 1962 “elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com a criação de outros estatutos, mantendo o nome original – “Partido Comunista do Brasil” – porém, com a adoção de uma nova sigla: “PC do B”. Nascia, assim, o PC do B”. (SILVEIRA, 2013, p.300).

### **Olhares cruzados: historiografia, teoria e “A Classe Operária”**

O papel da imprensa como articuladora de posicionamentos políticos que visa elucidar o indivíduo no meio em que vive, pode ser compreendida com olhares voltados para aquilo que Karl Marx escreve acerca da importância da liberdade de imprensa: “[...] Entre as ideias expressadas pela imprensa má ele inclui “o orgulho que não reconhece a autoridade da Igreja ou do Estado”, “a inveja” que prega a abolição da aristocracia, e outras coisas, que mencionaremos posteriormente”. (MARX, 2000, p.51).

O proletariado precisava entender que a sua situação não era uma dádiva inversa vinda do reino dos céus, que aquilo não poderia ser visto como um desenrolar natural de sua vida miserável. Sendo assim, ao descrever sobre a importância dessa *má* imprensa, Marx já relata sobre os fundamentos da imprensa como meio difusor do conhecimento.

A partir de Lenin tem-se uma conotação mais estruturada sobre a importância da imprensa no contexto partidário da mobilização comunista. Em 1902, ele escreve a obra *Que fazer?* Onde relata sobre a problemática da funcionalidade de um impresso como organizador e articulador de uma mobilidade partidária.

[...] Eu continuo a insistir em que esta ligação efetiva de união só pode começar a ser criada com base num jornal comum que seja, para toda a Rússia, a única empresa regular nacional a fazer o balanço de toda atividade, nos seus aspectos mais variados, incitando dessa maneira as pessoas a seguir infatigavelmente para a frente, por todos os numerosos caminhos que levam à revolução [...] Este jornal seria parte de um gigantesco fole de uma forja que aticasse cada centelha da luta de classes e da indignação do povo, convertendo-a num grande incêndio (LÊNIN, 1975, p.199-200).

Percebe-se de forma clara que tal embasamento teórico era o norteamento fundamental da construção discursiva do jornal “A Classe Operária”. Não no sentido formal da então conjuntura partidária do PC do B, já que este tinha-se desvinculado de uma estruturação formalmente estabelecida com as diretrizes básicas da Internacional Comunista (IC) e com isso aberto uma fragmentação de ideais entre o partidário comunista nacional (a cisão entre PCB e PC do B). No entanto, como é afirmado na edição nº81 de 01/01/1974:

[...]O Partido Comunista do Brasil, ao reverenciar a inesquecível memória de Lênin, tem sempre presente a significação e a atualidade dos seus ensinamentos e persiste em estudá-los sem descanso, com todo afinco. [...] Na realidade, leninismo está mais vivo do que nunca, cada vez mais vigoroso. Ante a acentuada tendência do imperialismo e do social-imperialismo para a guerra e o fascismo, é preciso intensificar os preparativos e elevar o nível das lutas dos proletariados e dos povos a fim de conquistar o Poder e defender a soberania das nações. (A Classe Operária, 1974).

Para afirmar essa perspectiva “autônoma”, mas que seguindo ainda a estruturação norteadora dos pressupostos leninistas, que consolidava a importância de um órgão central do PC nacional, onde enfatiza-se que “o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. ”

(LENIN, 1988, p. 127). Na edição nº118 de 01/08/1977 é exposto a seguinte nota, acerca das dificuldades sofridas pela organização do impresso, decorrente da repressão imposta:

No momento atual não é fácil nem simples chegar de forma regular a todo conjunto partidário as orientações diretas das instâncias superiores do Partido. Em face dessa realidade é preciso seguir com a máxima atenção as indicações revolucionárias de direção central do Partido transmitidas pelas colunas de A CLASSE OPERÁRIA, **nosso agitador, propagandístico e organizador coletivo**. (A Classe Operária, 1977. **Grifos nossos**)

A mesma citação já demonstra a dificuldade de distribuição do impresso à massa popular, ou, pelo menos, em relação a uma determinada fração proletária. Com isso, questiona-se o uso da teoria gramsciana relacionada aos *aparelhos privados de hegemonia*, que será aqui analisado a partir da óptica não pacifista utilizada pelo autor italiano no que tange ao caminho criado para a derrubada do regime autoritário de sua época – tempos do fascismo de Mussolini – com isso, utiliza-se um termo não mencionado por Gramsci de forma direta, que será interpretado como *uma argumentação subliminarmente entendida* em seus escritos, analisando o jornal “A Classe Operária” como um *aparelho privado de tentativa contra hegemônica*. Entretanto, não se busca fincar tal conceito como principal pressuposto norteador da análise dessa pesquisa, pois a mesma ainda se encontra em sua formação introdutória. E a perspectiva que o escritor dos *cadernos dos Cáceres* utiliza é muito mais voltada para aquilo que é compreendido como a *Grande Imprensa*, por isso, faz-se necessário uma discussão mais ampla acerca de tal análise teórico-metodológica.

Segundo Gramsci, todo projeto de hegemonia é construído a partir de duas perspectivas pensadas acerca do Estado ampliado. Tem-se o poderio coercitivo da sociedade política, onde se formulará a partir dos meios burocráticos e das forças policiais, toda uma teia de combate e solidificação da nova elaboração hegemônica e, a percepção de uma sociedade civil que a partir de meios consensuais pode ser manipulada, ou, pedagogicamente elucidada, a partir de objetos inseridos no meio onde está inserida. (GRASMC, 1975)

Dentro da conjuntura da sociedade civil, a classe que pretende se tornar hegemônica utiliza-se de meios consensuais, ou espaços que forneçam a divulgação e naturalização dos ideários que a fração de tentativa dominante pretende exercer no momento de atingir o poder dirigente. Ou seja, utilizam-se da escola, igreja, entidades,

jornais, livros, etc. Estes podem ser considerados como *aparelhos privados de hegemonia*, sendo pensados por agentes dessa nova ordem de tentativa hegemônica, caracterizados por Gramsci como Intelectuais Orgânicos. Tendo o objetivo central de nacionalizar tal projeto. (GRAMSCI, 1975).

Lênin não conseguiu formular de forma tão profunda as problemáticas da consolidação de hegemonia, mesmo que suas análises tenham servido de máxima valia para aquilo que Gramsci consolida em seus conceitos. A prática política de Lênin e a idealização cultural de Croce serão fundamentais para percepção da ampliação do Estado. Assim como, na nova concepção de tática de guerra revolucionária, renovando a “guerra de movimento”, para a “guerra de posição”.

[...] para Gramsci, a estratégia da “frente única” e também a Nova Política Econômica (NEP) teriam lançado os fundamentos para o desenvolvimento da doutrina da “hegemonia civil”. Elas marcariam a passagem da “guerra de movimento” à “guerra de posição”. É a partir delas que Gramsci atribui a Lênin a elaboração da doutrina da hegemonia, a qual seria a nova referência conceitual para entender o Estado moderno, típico das sociedades ocidentais de capitalismo avançado. Essas políticas são tomadas por ele como referência da formulação de novas estratégias para a luta social, que superavam o confronto direto e aberto com a suposta “máquina estatal”. (SOUZA, 2013, p. 45)

O meio mais plausível que interliga as propostas utilizadas pelos editores do “A Classe Operária”, com a teoria gramsciana, está relacionada com o conceito de “elevação cultural” do indivíduo. Onde tais editores poderão ser caracterizados como possíveis intelectuais orgânicos que tendem a ter o objetivo de conscientizar os grupos sociais subalternos, clarificando o meio em que a classe trabalhadora está inserida, e colocando estes como protagonistas de suas próprias histórias. Segundo Gramsci, primeiramente o indivíduo precisa conhecer-se a si mesmo – *cogito ergo sum*.

O processo de “cisão” não poderá ser feito de forma mecânica e precisa de um eixo que interligue a teoria com a prática, aquilo que se pode compreender com a filosofia da *práxis*. Dessa forma, o jornal “A Classe Operária” possui tendências que pode possibilitar a constituição de tal cisão, enquanto meio organizacional de uma iniciativa partidária do país e enquanto doutrinador pedagógica de uma tentativa de desarticulação do regime autoritário então imposto.

O necessário processo de “cisão” que os grupos sociais subalternos precisam efetuar para construir a sua hegemonia é, ao mesmo tempo,



um processo de unificação entre teoria e prática. É um processo de 35 conscientização histórica, de conhecimento e reconhecimento da função social que os grupos sociais subalternos representam e podem representar. É a identificação do “solo” no qual esses grupos estão situados. No entanto, o processo de “cisão” não é mecânico ou espontaneísta. Pelo contrário, sublinha Gramsci que a massa popular não se distingue e não se torna independente sem organizar-se e não há organização sem intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes. (SOUZA, 2013, p. 34)

A partir desses aspectos que visam observar o jornal como objeto, analisando sua estrutura doutrinária-pedagógica e compreendendo o seu entrelaçar dentro de um Estado ampliado, servindo-se de grande valia a partir da importância que uma imprensa comunista tem dentro de um regime autoritário, como o do Brasil, instaurado em 1964. Verifica-se os aspectos que descreveram o início da *distensão* política, aberta a partir de 1974.

A historiografia clássica de Thomas Skidmore (1988) nos proporciona um entendimento acerca das correntes de pensamento dos militares, onde é demonstrado que existia uma ambiguidade em como proceder com o regime autoritário. Tinha-se aqueles que foram caracterizados de “linha dura”, tendo o general Costa e Silva angariado o título de principal representante dessa corrente. Esses eram mencionados como o grupo ultra extremista da ditadura. Enquanto os tidos como mais “brandos” foram cobertos pelas asas do general Castelo Branco. Além de Skidmore, precisa-se mencionar outro historiador que menciona essa ambiguidade dentro do regime entre os “castelistas” e “linha dura”. Carlos Fico descreve essa linha de perspectiva acerca da ditadura como uma “[...] simplificação forjada pelas primeiras e mais apressadas leituras [...] essa é apenas um dos critérios possíveis de classificação [...]” (FICO, 2004, p. 32-34).

Mas, afinal, qual era o posicionamento do “A Classe Operária” em relação a essa provável divisão ideológica do “fazer agir” da ditadura empresarial militar? Na edição nº 81 de 01/01/1974, é exposto a seguinte afirmação:

Tal como Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médice – Ernesto Geisel é mero representante de um punhado de generais reacionários, totalmente divorciados do sentimento geral da nação. É expressão de um sistema, antinacional e antipopular, criado sob a égide dos monopolistas norte-americanos. É produto acabado da manipulação dos negócios públicos por camorra de traidores a serviço de interesses estrangeiros e do que há de mais retrógrado no país. (A Classe Operária, 1974)

A vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares do 15 de novembro foi uma verdadeira dada iceberg na conjuntura da Abertura Política que se intensificaria mais adiante. A percepção já mencionada no início desse artigo, de Carlos Teixeira Silva (2003), elenca esse momento como um dos três fatores que consolidaram o início do processo de transição lenta, gradual e segura. Na edição nº 92 de 01/12/1974 tal momento foi descrito como impactante para a conjuntura das sociedades civil e política, a ponto dos generais terem de enfatizar a importância da permanência da “revolução” para o bem da nação, sendo afirmado o descontentamento da maioria da população acerca do regime empresarial militar instaurado.

Dessa forma, a análise sobre tal reportagem nos parece bastante instigante e de intensa necessidade de problematização, pois, o jornal aparece como espaço de descrição divergente daquilo que era mencionado nos grandes aparelhos de hegemonia que construam a positiva imagem do regime. Além de sempre propagarem o apoio dos civis como um importante triunfo da ditadura. A “redemocratização” aqui é mencionada como uma mera ilusão construída para a pacificação das massas, que, precisará agora de toda uma articulação agitadora de um jornal comunista, para que haja o fim da ditadura.

Após o impacto da derrota de 15 de novembro, os militares e seus cólicos voltam a fazer declarações públicas para reafirmar intentos liberticidas e insistir no objetivo de manter a todo custo o regime fascista condenado pela imensa maioria da nação. Deixam claro o sentido das manobras políticas em curso, conduzidas por Ernesto Geisel, destinadas essencialmente a reforçar a posição dos que controlam o poder. E sem o desejar, jogam água fria no ardor entusiástico dos oportunistas, prenes de ilusões em abertura democráticas provenientes do atual governo. (A Classe Operária, 1974)

Essa tentativa de desconstruir aquilo que era imposto pela *Grande Imprensa* (aparelhos privados de hegemonia), assim como os pronunciamentos oficiais dos generais e de todo o corpo político dirigente, sempre esteve nas páginas do jornal “A Classe Operária”. Além da busca de sempre empoderar o movimento revolucionário, afirmando que fazia-se necessário a luta para que se chegasse ao bem maior da nação.

Mas, se “viver é lutar”, morrer, em certas circunstâncias é também uma forma de continuar a luta. Os que caem no combate sagrado pela causa do povo mantêm acesa a chamada rebeldia. Seus feitos servem de alento e estímulo, despertam legiões de batalhadores indômitos,

tornam mais querido o ideal de emancipação. O sangue generoso dos mártires jamais corre em vão. (A Classe Operária, 1974)

O jornal então clandestino, também pode ser analisado pela ausência de símbolos iconográficos e pela mínima qualidade de impressão, muito decorrente da repressão imposta pelo golpe de 1964, que sendo os periódicos “editados clandestinamente até 1945, tem um período de liberdade até ser interditada em 1947. Ficando na ilegalidade dessa época até 1985, quando termina o regime militar”. (REBELO, 2003, p.63). O mimeógrafo foi a saída encontrada pelos organizadores do jornal para manter tal impresso em circulação, com o intuito de escrever um jornal “de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”.

### **Considerações Finais**

Por fim, percebe-se que o jornal “A Classe Operária” teve grande importância nas discussões acerca das questões político-sociais durante a ditadura empresarial militar. Não se sabe ainda os principais editores de tal periódico dentro do recorte temporal estudado, nem qual foi a dimensão propagandística de seus discursos. A quantificação de leitores também será investigada futuramente como análise fundamental para se entender a qual fundamentação teórica-metodológica se utilizará no decorrer da pesquisa. Não há mínimas conclusões, muito pelo contrário. Tem-se uma gama de perspectivas em aberto, e uma série de lacunas expostas no texto a serem problematizadas pelas análises posteriores.

No entanto, fica a sensação de quem se debruçou sobre algumas das inúmeras edições do “A Classe Operária”: O aroma de um velho jornal, com flutuações temáticas que nos possibilitam entender um outro “lado da moeda” muito ainda a ser discutida do regime empresarial militar. Um lado que verifica a organização partidária mais simbólica do espectro organizativo da esquerda brasileira.

Portanto, é de fundamental importância compreender aspectos relacionados ao principal órgão de resistência da ditadura, assim como, verificar sua estrutura enquanto meio difusor de ideias voltadas para as correntes marxista-leninista.

### **Referências Bibliográficas**

#### **(I) Fontes Documentais**

Jornal “A Classe Operária” nos anos de 1974-1977. Disponível em [www.grabois.org.br](http://www.grabois.org.br)

## (II) Obras Gerais

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino (impressora e ideologia do jornal “O Estado de S. Paulo”)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CHAVES, Leonardo Leal. “A lei de Anistia em Questão. Historiografia, Legislação e Imprensa Maranhense”. In: SULIDADE, Mariana; PICCOLO, Monica (orgs.). *Maranhão Republicano em Foco: Estado, Imprensa e Historiografia*. São Luís: Ed. Shalon / EDUEMA, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

DREIFUSS, R.A. 1964. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4a ed. Rio de Janeiro, 1986.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiram – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Além do Golpe: versos e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Giulio Einaudi, 1975.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O Jornal Impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia (UFRGS). Rio Grande do Sul, 2015.

LÊNIN, Vladimir Llich. *Obras, Tomo VII (1918)*. Progresso: Moscú, 1973.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MELO, Demian; HOELEVER, Rejane Carolina. “Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss”. *Revista Tempos Históricos*, v.18, n.1, 2014.

- REBELO, Apolinário. *Jornal A Classe Operária. Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.
- SILVEIRA, Éder da Silva. *Dissidência Comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985”. In: DELGADO, Licílio; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.
- SOUSA, Fábio da Silva. *El Manchete e A Classe Operária: A imprensa comunista mexicana e brasileira (1920/1940)*. Tese de doutorado. Assis, 2015
- SOUZA, Herbet Glauco. *Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci*. Dissertação de mestado, UFMG, 2013.
- VILLA. M. A. *Ditadura à brasileira - 1964–1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. SÃO PAULO: Leya, 2014.

# **A POLÍCIA POLÍTICA E A REPRESSÃO NO SEIO DO ESTADO NOVO: A AÇÃO DA POLÍCIA INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO/DIREÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA (PIDE/DGS) ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE LISBOA (1968-1974).**

*Victor Sallas Garcês Lima<sup>1</sup>*

**Resumo:** A partir da instituição de uma nova constituição portuguesa, Antônio Salazar (até então chefe de governo, na chamada Ditadura Nacional Militar) ergue o denominado Estado Novo, que caracterizou-se como um período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista; e que vigorou até após a morte política de seu mentor, em 1968, e continuou sob o domínio de Marcelo Caetano, dando origem ao período da chamada "Primavera Marcelista", período de ascendência da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), que teve seu fim em 1974 com a Revolução dos Cravos. A necessidade de estudos que reforcem a memória sobre as atividades repressoras do governo português durante o período de regime do Estado Novo torna-se essencial, mostrando as formas que essa polícia política usava para controlar e oprimir as oposições criadas contra o regime Estado Novista, utilizando muitas vezes a tortura. A partir disso, acreditamos que seja importante à discussão acerca da ação dessa polícia política portuguesa, que serviu para intimidação pública e, deste modo, prevenir as manifestações públicas contra o regime. Assim este trabalho procurou pesquisar e mapear as ações da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), através das publicações do jornal *Diário de Lisboa* entre 1968 a 1974.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo; "Primavera Marcelista"; Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança.

## **Introdução**

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, que pôs fim à República democrática e parlamentarista portuguesa, o novo regime que estava por vir ainda teve que esperar até 1933 para uma nova constituição assim então ser submetida a plebiscito. Tal constituição foi implementada por Antônio de Oliveira Salazar um ano após sua nomeação para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1932. Através da instituição dessa nova constituição, Salazar ergue o denominado Estado Novo, um período baseado no integralismo lusitano, e na doutrina social da Igreja como cita o historiador Fernando Rosas em um ensaio na obra *Análise Social*, vol. XXV.

---

<sup>1</sup>Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo. Bolsista FAPEMA no projeto "O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma análise comparativa entre os casos de Portugal e Brasil". E-mail: victorsallas8@hotmail.com

A primeira é a de que a sua matriz ultraconservadora e integralista o fazia menos abrangente do que a real base política e ideológica que integrava a plataforma das diversas direitas viabilizadora do regime. Dificilmente, por exemplo, o republicanismo conservador, no plano político, ou as ideologias tecnocráticas do reformismo agrário e do industrialismo, no plano económico-social, se reconheciam no enunciado agrarista, organicista, nessa ordem económica e social transtemporal e hierática, nesse tradicionalismo eivado de desconfiança quanto ao progresso material que ressumavam de boa parte das «verdades indiscutíveis» da propaganda oficial do regime. (FERNANDO ROSAS, 2001, p. 1033).

Com um carácter doutrinário e normativo, o Salazarismo representou-se, ademais por sua forma tradicionalista, corporativista, autoritário, e, acima de tudo, extremamente nacionalista. Apesar de existir em Portugal uma Assembleia Nacional e um Parlamento, quem centralizava os poderes, tanto o Executivo quanto Legislativo, era o Presidente do Conselho de Ministros, dando assim maior autoridade a Salazar. Portugal viveu sob o governo paternalista e dominador de Salazar durante quase 40 anos, até o mesmo sofrer um banal acidente no forte de Santo António em S. João do Estoril, o que ocasionou um AVC (acidente vascular cerebral), e resultou em sua morte política. Salazar é afastado do serviço público até morrer em 27 de julho de 1970.

Após o afastamento de António Salazar do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano é comunicado por Américo Tomás, então Presidente da República, que seria o substituto de Salazar no cargo, como o mesmo cita em seu livro:

O Presidente da República comunicava-me que mais de noventa por cento das pessoas consultadas haviam indicado o meu nome para suceder ao Dr.Salazar. E era também seu desejo nomear-me para a presidência do Conselho. Conhecia as dificuldades da minha-vida familiar mas esperava que elas não fossem impeditivas da aceitação. Era absolutamente necessário o meu assentimento e em momento de tamanha delicadeza da vida nacional eu não podia escusar-me a cumprir o dever que me era imposto(MARCELO CAETANO, 1970, p. 3).

O Estado Novo sobrevive mesmo após o afastamento político, sucedido pela morte do seu mentor, António Oliveira Salazar, sucedido assim por Marcelo Caetano, que entra no poder em 27 de setembro de 1968, aos 62 anos de idade, dando início assim a um período denominado de “Primavera Marcelista”, marcado por uma grande expectativa entre as correntes mais progressistas da União Nacional.

O objetivo deste artigo está pautado na análise da atuação da repressão política portuguesa durante os momentos finais da ditadura estadonovista que perdurou por 41

anos sem interrupção. O recorte temporal deste trabalho é mais especificamente no período do governo de Marcelo Caetano (1968-1974), sucessor de Antônio Salazar, e durante o primeiro ano do regime revolucionário.

Para entender ação política de Marcelo Caetano, antes é preciso entender suas ideologias, que nortearam o seu modo de governar. Em uma entrevista concedida a António Alçada Baptista, em 1973, Marcelo Caetano faz uma divisão filosófica acerca das liberdades que o país esperava serem restauradas. Ele salienta que existiam liberdades que eram de menor importância, como a liberdade informação, designação do poder por eleições, e a livre formação de partidos, que, segundo ele, poderiam levar Portugal, se fossem restituídas naquela época, “a uma onda de desordem, subversão e anarquia [...] e tomassem conta dos destinos da Nação”(BAPTISTA, 1977, p.67).

Marcelo Caetano preferia então focar nas liberdades que eram de maior importância, defendendo-as para que não fossem condicionadas com a restauração futura das outras liberdades. Segundo Caetano, a responsabilidade do governo passava, em primeiro lugar, pela necessidade de garantir a implantação das medidas que as pessoas exigiam, “manter a ordem nas ruas, salário digno com o qual possam assegurar a sua subsistência, habitação decente, e educação dos filhos.” (BAPTISTA, 1977, p.65).

A questão de manutenção da ordem social era uma das maiores preocupações do regime Estadonovista. Assim, ainda no período de governo de Antônio Salazar, em 22 de abril de 1945, foi criada a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), no auge do Estado Novo. A função dessa polícia era perseguir, prender e interrogar qualquer indivíduo que fosse visto como inimigo do regime ditatorial de Salazar. Os que eram descritos como opositores ao regime eram levados às prisões em Portugal. Nesses locais, quase sempre eram vítimas de tortura, isolamento, privação de sono, péssimas condições alimentares, higiênicas e de saúde, o que levava muitas vezes à morte.

Com a chegada de Marcelo Caetano ao poder, a reputação desse organismo do estado já estava bastante comprometida diante da população portuguesa, levando assim o então Presidente do Conselho de Ministros a substituí-la. Em 24 de novembro de 1969, foi oficialmente criada a Direção-Geral de Segurança (DGS) que em suma conservava as mesmas funções da PIDE, mantendo também a censura e a tortura aos inimigos do regime. Sua extinção deu-se em 1974, na sequência do golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) ocorrido em 25 de abril. No mesmo ano, em 1974, foi criado o Serviço de Coordenação da extinção da PIDE/DGS e da Legião



Portuguesa (grupo paramilitar que atuou intensamente na repressão direta aos opositores do regime, principalmente aos membros do Partido Comunista Português).

Este trabalho vai fixar suas atenções nas ações da PIDE/DGS durante o período de 1968 a 1974, a partir das publicações feitas pelo jornal *Diário de Lisboa*, um importante jornal português fundado em 1896 por António Vieira Pinto. Embora o ano de sua fundação seja 1896, o *Diário de Lisboa* tem sua primeira edição publicada apenas em 7 de abril de 1921 e teve o fim de sua publicações em 1990.

## **Salazar e a Política de Repressão**

A partir do golpe de estado de 28 de maio 1926, denominada de Revolução Nacional, abre-se o caminho para a estabelecimento do Estado Novo. Em 1928, o professor Antônio Oliveira Salazar é recrutado para ocupar o cargo de Ministro das Finanças. Com Salazar na direção das finanças de Portugal a economia foi estabilizada, e Salazar ganha então um enorme prestígio. Com isso Salazar é nomeado Presidente do Conselho de Ministros em julho de 1932, no ano subsequente é aprovada uma nova Constituição, que dava plenos direitos ao Presidente do Conselho de Ministros, erguia-se com isso o Estado Novo, um período que acima de tudo soube manter-se no poder por um longo período, como descreve Fernando Rosas:

Mas se o sucesso salazarista foi o de realizar, no plano político, econômico e social, esta fronda das direitas e dos interesses, a sua suprema arte revelar-se-ia a de saber mantê-la, reproduzi-la, arbitrará-la, equilibrá-la e reequilibrá-la ao sabor das conjunturas e desafios os mais complexos. Foi a de “saber durar”, até ao limite possível da sua durabilidade. (FERNANDO ROSAS, 1998, p. 142).

Com a chegada de Salazar ao poder, seu novo ministro do Interior, Albino dos Reis, torna público, em 24 de janeiro de 1933, que a Secção de Vigilância Política e Social (SVPS) se transformaria em um corpo policial autônomo. Tratava-se então da Polícia de Defesa Política e Social,<sup>1</sup> chefiada pelomagistrado civil Rodrigo Vieira de Castro, cujo objetivos estavam pautados na repressão interna a qualquer desvio político e social. Em 24 de junho de 1933, o capitão Rosa Mendes assume o cargo de direção

---

<sup>1</sup>PDPS, D. n.º 22.151.

dessa polícia, e se estabelece até a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).<sup>2</sup>

Apesar de Salazar se opor a tudo aquilo que era caracterizado como fascista, e isso é perceptível no combate e contenção do movimento dos *Camisas Azuis*<sup>3</sup>, chefiado por Rolão Preto, ele caracteriza seu governo, reconhecendo que ele assemelhava-se ao fascismo italiano, no que se refere “ao reforço da autoridade”.

As diversas perguntas feitas quanto às torturas e aos maus tratos que estariam a ser exercido pela polícia, Salazar declara que, após inquéritos, chega a conclusão de que esses eu sofreram das ações da polícia seriam sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas, que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde se encontravam suas criminosas e mortais armas. E ele completa afirmando que, só após serem submetidos aos meios violentos, é que “relatavam a verdade”.

Em 29 de agosto de 1933, a partir do Decreto-Lei nº 22 992, com o intuito de conseguir sucesso na segurança do Estado e da sociedade, fundem-se a PIP e a PDPS, pressupondo que deveriam estar debaixo de um único comando, diretamente subordinado ao ministro do Interior. Essa nova polícia criada ganha um caráter de vigilância nacional, enquanto suas antecessoras se atinham apenas ao âmbito local e urbano.

A criação de uma polícia com competência nacional, com autoridade para investigar atividades de carácter político e social lesivas aos interesses do regime, controlar o movimento de fronteiras e a presença de estrangeiros em território nacional, foi uma decisão política pessoal de Salazar. A polícia assim constituída, no entanto, apresentava diversas deficiências, sendo elas uma fraca preparação técnica dos seus quadros, a insuficiente cobertura do território, ou ainda a ausência de meios técnicos de comunicação, além de outros.

### **A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)**

Em maio de 1945, Salazar e o seu regime tentaram “limpar” os nomes das suas instituições demasiadamenteligadas aosregimes alemão e italiano. Entre outros decretos promulgados nesse ano, o DL n.º 35 046, de 22 de outubro, substituiu a PVDE pela

---

<sup>2</sup>Criada em 29 de agosto de 1933, pelo DL nº 22 992, em resultado da fusão entre a PDPS e a PIP, a PVDE tinha como principal função a repressão do comunismo, designadamente no que tocava as ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros.

<sup>3</sup>Designação dada aos militantes do Movimento Nacional Sindicalista em Portugal no período de 1932 a 1934, que utilizavam um uniforme composto por uma camisa azul e calças ou calções condizentes.

Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), atribuindo a essa pela primeira, com um quadro oficial de 547 funcionários.<sup>4</sup> Ficavam no âmbito da sua atuação, em matéria de repressão criminal, as infrações praticadas por estrangeiros, relacionadas à sua entrada ou permanência em território nacional, os crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes, bem como os “crimes” contra a segurança exterior e interior do Estado, com cita Irene Pimentel, pesquisadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, em um artigo:

Em substituição à PVDE, foi criada a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que continuou a ser tutelada pelo Ministério do Interior, centralizando todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado (PIMENTEL, 2011, p. 140).

Segundo Irene Pimentel, a PIDE aproveitou elementos das outras polícias anteriores, as quais normalmente provinham das Forças Armadas, nomeados pelo Exército.

Sobre os poderes da PIDE, além dos já citados, Irene Pimentel revela outros mais. A PIDE tinha desde logo poderes instrutórios e geria a prisão preventiva e a medida de segurança provisória, que permitia a essa polícia prender sem julgamento e controle judicial por até um ano e seis meses. Por outro lado, era ela que propunha a prorrogação da medida de segurança após o cumprimento da pena decretada em julgamento no tribunal plenário. Ou seja, um preso condenado à prisão maior de dois anos, era também sentenciado a uma medida de segurança que podia ser prorrogada por vários períodos que iam de seis meses a um ano, enquanto a polícia política o considerasse perigoso. Esses poderes relativos à medida de segurança foram aumentando ao longo dos anos.

Pimentel também cita que, entre 1954 e 1960, a história da PIDE foi marcada pelo endurecimento e aumento dos seus poderes. Em 1954, foi criado um quadro da PIDE nas colônias portuguesas e atribuídas funções de juiz aos elementos dessa polícia, desde o diretor ao chefe de brigada. Por outro lado, a PIDE deixou de ter qualquer relação funcional com o Ministério Público, dependendo apenas dos ministérios do Interior e do Ultramar. Foi também prolongado o tempo da prisão preventiva, de 180

---

<sup>4</sup>Todos na Metrópole, no Ultramar não havia então PIDE.

para 360 dias. Lembre se que a PIDE podia, em teoria, prender sem julgamento e controle judicial, até um ano e seis meses.

A partir dos anos 1930, os comunistas começaram a ser os principais alvos da PIDE, mas foi em 1949 o momento em que vários dos integrantes do Partido Comunista Português (PCP) foram presos, como cita Pimentel:

O próprio Secretariado do PCP foi atingido, com as detenções de Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, para as quais contribuíram outras polícias e a colaboração do aparelho distrital e local do regime. Já no início da década de cinquenta, a PIDE continuou a manter a sua habitual vigilância sobre elementos não comunistas, e conseguiu desmembrar uma tentativa de conspiração militar, graças a denúncias e à infiltração de um informante (PIMENTEL, 2011, p. 143).

O uso da tortura para a arrecadação de depoimentos dos presos políticos era costumeiro, e mais frequente no interior das determinações da PIDE. Quanto aos tipos de torturas, Pimentel cita o espancamento, a “estátua”, a tortura do “sono”, o isolamento, torturas psicológicas e torturas com conotações sexuais. Por exemplo, os presos do PCP, da FAP, ARAM, LUAR e BR foram vítimas da mais selvagem violência, tanto psicológica quanto física.

Toda essa gama de torturas trouxe diversas sequelas aos presos políticos, que, mesmo após libertados, tinham as marcas físicas e psicológicas deixadas por esse regime fascista que controlava diretamente as ações da PIDE, sobre essas sequelas Pimentel cita:

Todos os presos sujeitos a torturas guardaram sequelas físicas, de ordem orgânica e psíquica, como foi afirmado, após 25 de Abril de 1974, pelos médicos Fragoso Mendes e Monteiro Baptista, que visitaram muitos detidos políticos (PIMENTEL, 2011, p. 360).

### **A Direção-Geral de Segurança (DGS)**

A PIDE é substituída pela Direção-Geral de Segurança (DGS) com a chegada ao poder de Marcelo Caetano, pois a imagem ríspida da PIDE insatisfazia aos cidadãos portugueses. A partir do Decreto-Lei assinado em 24 de novembro de 1969, a DGS entra vigor, como cita Pimentel:

Pouco depois, começou o quarto período da vida da polícia política, após a substituição de Salazar por Marcelo Caetano na presidência do

Conselho de Ministros. Com o Decreto-Lei nº 49 401, de 19 de novembro de 1969, Marcelo Caetano extinguiu a PIDE e criou a Direção-Geral de Segurança (DGS), que continuou sob tutela do Ministério do Interior, excepto nas colónias ultramarinas, onde a tutela pertencia ao ministro do Ultramar. (PIMENTEL, 2011, p.46)

Em rasgos gerais, conservava as mesmas funções da PIDE, mas dava maior ênfase às atividades que faziam parte das atribuições da polícia política, quer dizer, o controle e supressão das manifestações de qualquer tipo de oposição ao governo, como cita Pimentel:

Durante o marcelismo, foi aliás surpreendente a diversificação e aumento das atividades da oposição, surgindo diversas organizações de extrema-esquerda e de luta armada, um movimento estudantil e de trabalhadores crescentemente politizado. A DGS teve dificuldade em responder a todas essas novas frentes de oposição ao regime e recorreu a uma repressão e violência redobradas. (PIMENTEL, 2011, p. 147).

### **A Revolução dos Cravos e o fim da opressão: a criação Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS.**

O Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de abril de 1974, tinha como principal objetivo por fim ao regime ditatorial do Estado Novo. No entanto, mesmo com o apoio maciço da sociedade portuguesa, que estava insatisfeita com governo ditatorial de Marcelo Caetano, uma dúvida permeava: quais seriam as transformações que esse novo governo traria a Portugal?

As metas que eram as fundamentações do Movimento das Forças Armadas se resumiam aos chamados três “D”, que faziam referência à Descolonização, Desenvolvimento e Democracia.

No que se refere à descolonização, sabe-se que essa era a principal reivindicação dos militares. Tratava-se de acabar com império e resgatar a legitimidade das forças Armadas. Mas, no entanto, elas precisariam mudar suas funções, deixariam de ser escora do império para se tornar a base de passagem do colonialismo em África para algum novo papel político europeu. Com isso, os objetivos nacionais entraram em conflito com os objetivos imperiais, uma vez que as Forças Armadas precisavam manter sua integralidade corporativa sem perder a guerra. Sobre isso citou o Professor Lincoln Secco:

No entanto, é a derrota estritamente militar à vista que faz com que as forças armadas abandonem seu compromisso colonialista e se voltem contra o regime. Diante disso, para os militares não se tratava, inicialmente, de fazer uma revolução, mas sim de preparar um golpe militar para salvar a sua “dignidade” contra um regime que as expunha a uma derrota desonrosa e à vergonha de se responsabilizar pelo fim do império colonial. (SECCO, 2013, p. 370).

A guerra já estava estrategicamente perdida. Por isso, o MFA propunha vagamente algum tipo de desenvolvimento econômico e social, em segunda instância, que fosse o substituto da economia que se tornou o elo de transmissão entre as colônias e os países centrais, como exemplo alguns países europeus e os Estados Unidos da América. Ainda que aquela economia fosse cada vez mais de interesse apenas de alguns colonialistas que lucravam diretamente como donos de terras e investimentos na África ou como transportadores ou concessionários de exploração das riquezas africanas, a maioria da nação não encontrava salvaguarda naquela estrutura. O desenvolvimento das escassas forças produtivas de um capitalismo semiperiférico tendia a encontrar na Europa suas possibilidades de expansão subalterna. Aos países centrais e às próprias colônias, cujo comércio exterior prescindia cada vez mais de Portugal como mercado de destino, parecia muito mais lícito retirar o véu colonialista que encobria a real exploração da África Portuguesa pelo capital oligopolista internacional de modo a deixar duas saídas claras, a revolução social anticolonial ou a adaptação nos marcos de um capitalismo dependente e associado.

A democracia era o resultado do fim do império. Ela era o oposto da ditadura fascista. Como a superestrutura política era o entrave à outra forma de expansão das relações de produção capitalistas, fosse ela dependente da Europa ou de transição socialista, a democracia seria a força que derrubaria o império colonial como um todo.

Com a democracia, surgia a necessidade de extinção da polícia política, que agia de forma repressiva no antigo regime, que servia, por um lado, para intimidar e, desse modo, prevenir a contestação pública ao regime e, por outro lado, para destruir toda a oposição organizada contra o Estado Novo, principalmente o Partido Comunista Português (PCP), tratava-se então de extinguir a PIDE/DGS,<sup>5</sup> como cita a historiadora Irene Pimentel:

Na primeira linha desse dismantelamento, esteve, por exigência dos elementos que se tinham oposto à ditadura, o aparelho repressivo – a

---

<sup>5</sup>Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança.

Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) –, que foi desde logo objeto da reivindicação da criminalização. (PIMENTEL, 2011, p.149).

O Movimento das Forças Armadas então nomeia a **Junta de Salvação Nacional**, composta por sete membros e subordinada ao presidente, o general António de Spínola, e aos chefes dos três ramos das Forças Armadas. Esta Junta de Salvação Nacional deveria colocar em prática os princípios do MFA. Nesse sentido, desmantelou-se o aparelho suporte do Estado Novo, a PIDE/DGS, ocupando os locais que estavam instaladas, e aprisionando os membros dessa polícia política.

### ***O Diário de Lisboa: A retratação das opressões a partir do jornal diário português.***

A imprensa, desde a sua criação, tem sido um exímio informador, a partir dela ideologias são criadas ou reformuladas. Metodologicamente, o trabalho que tem o uso de jornal como fonte exige uma discussão sobre a viabilidade e as especificidades de se utilizar a imprensa como documento histórico. Sobre tal tema, Maria Helena Capelato cita em sua obra, *Imprensa e História do Brasil*:

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes—essa expressão de Clóvis Rossi define bem a atividade jornalística. Compete ao historiador reconstruir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens. (CAPELATO, 1988, p. 13).

A busca pela documentação que contempla a pesquisa das ações da PIDE/DGS, deu-se por meio da investigação e análise das publicações feitas pelo jornal *Diário de Lisboa* sobre a atuação da PIDE/DGS durante os últimos anos da ditadura estadonovista (1968-1974) e durante o primeiro ano do governo revolucionário que conduziu ao processo de extinção da PIDE/DGS.

### **Publicações – *Diário de Lisboa* (1974)**

<b>NÚMERO DO JORNAL</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DATA E PÁGINA</b>
<b>18441</b>	DEPOIMENTO DE UM JORNALISTA DO <i>DIÁRIO DE LISBOA</i> HOJE LIBERTADO EM	27 de abril de 1974 p. 3

	CAXIAS.	
18442	O EXÉRCITO NÃO ERA UMA ORGANIZAÇÃO QUERIDA AO GOVERNO DEPOSTO.	28 de abril de 1974 p. 4
18442	MILHARES DE PESSOAS NA RECEPÇÃO A DOIS LIBERTADOS DE CAXIAS.	28 de abril de 1974 p. 4
18442	OCUPADA A ANP	28 de abril de 1974 p. 4
18442	UM DIA GRANDE DE EMOÇÃO EM PENICHE E CAXIAS.	28 de abril de 1974 p. 5
18442	DEVOLVER AO POVO OS DIREITOS DE CIDADÃO.	28 de abril de 1974 p. 6
18442	COMUNICADO DOS ESTUDANTES DO I.S.T.	28 de abril de 1974 p. 6
18442	A ESCOLA DA DGS-PIDE OCUPADA ONTEM	28 de abril de 1974 p. 8
18442	OS TRÊS ÚLTIMOS PRESOS POLÍTICOS	28 de abril de 1974 p. 10
18442	QUADROS ESCUROS DA PRIMEIRA VISITA LIVRE Á PIDE/DGS.	28 de abril de 1974 p. 12
18442	“O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO.”	28 de abril de 1974 p. 22
18443	PROFISSIONAIS DE CINEMA PROTESTAM CONTRA A PERMANÊNCIA DE FASCISTAS NA TELEVISÃO.	29 de abril de 1974 p. 3
18443	O PARTIDO COMUNISTA SAÚDA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS.	29 de abril de 1974 p. 9
18442	O “MOVIMENTO” RECUPERA OFICIAIS CASTIGADOS.	29 de abril de 1974 p. 9
18442	UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS: “SEJAM CASTIGADOS OS CRIMINOSOS DA PIDE/DGS.”	29 de abril de 1974 p. 11



<b>18443</b>	MANIFESTAÇÕES E “CAÇA” AOS PIDES.	29 de abril de 1974 p. 12
--------------	--------------------------------------	------------------------------

A partir da análise das publicações do jornal *Diário de Lisboa*, foi possível perceber que o periódico também sofria com a censura imposta pelo Estado Novo em algumas de suas publicações, como e o exemplo da publicação de 1º de Março de 1968, taxada com o aviso de censura.

Com a Revolução dos Cravos, a censura é abolida, então a partir de 25 de abril de 1974, várias são as publicações acerca das ações da PIDE/DGS, em sua maioria, a partir das contestações públicas, que se manifestam contra essa polícia política, e participam efetivamente com denúncias para a prisão dos ex-membros da PIDE/DGS.

Os assuntos mais frequentes nas publicações parcialmente levantadas são relatos de presos políticos que sofreram com repressões e torturas dessa polícia política, nas publicações também há relatos de assassinatos.

Em suma, percebe-se que o jornal *Diário de Lisboa* se mostra competente em suas publicações, e contribui de forma recorrente a este trabalho.

### **Considerações finais**

Em relação às publicações disponíveis neste trabalho, observa-se que as referentes às ações repressoras da PIDE/DGS só são disponibilizadas a partir da tomada do poder pelas Forças Armadas, em 25 de abril de 1974. Essas publicações são retratações de casos narrados por presos políticos ou baseados em documentações achadas nas dependências das antigas instalações dessa polícia política.

A necessidade de estudos que reforcem a memória sobre as atividades repressoras do governo português durante o período de regime do Estado Novo torna-se essencial, mostrando as formas que essa polícia política usava para controlar e oprimir as oposições criadas contra o regime estadonovista, utilizando muitas vezes a tortura.

Não se pode deixar de citar o jornal *Diário de Lisboa*, que na direção de António Ruella Ramos, declarou apoio ao Movimento das Forças Armadas, com isso suas páginas antes ausentes de publicações acerca das ações repressivas do governo anterior, agora eram recheadas com declarações de exilados políticos, presos políticos torturados, e contestações públicas que se fazem presente nas manifestações de apoio as prisões dos ex-agentes da PIDE/DGS.

Em suma, conclui-se que o regime estadonovista, com sua política repressiva, manchou a política social do Estado português, visto que a sociedade já estava exaurida das opressões sofridas no regime ditatorial, e isso é evidente nas contestações reveladas pelas publicações dos jornais diários, pela participação das diversas mazelas da sociedade nas denúncias para se capturar os ex-agentes da polícia política, e o apoio por uma grande parte da sociedade ao MFA e através das diversas notas de repúdio levadas a público não apenas pelas publicações do *Diário de Lisboa*, como também por outros jornais da época.

### Referências

- ARCARY, Valerio; VARELA, Raquel. *Crises econômicas, regressão histórica e conflitos sociais: um ensaio*. ed. [S.L.: s.n.], 2017.
- \_\_\_\_\_. “O outro 25 de Abril e as Diretas Já”. *Outros Tempos*, v. 11, n. 17, 2014, p. 230-45.
- AUGUSTO, Sérgio (Org.). *George Orwell: O Que é Fascismo? E Outros Ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- BAPTISTA, António Alçada. *Conversas com Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Moraes, 1977.
- C.SCHMITTER, PHILIPPE. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- CAETANO, Marcelo. *Mandato Indeclinável*. Lisboa: Editorial Verbo, 1970.
- LEMOS, Mario Matos. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006.
- FLUNSER PIMENTEL, Irene. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS História, justiça e memória*. 2011.
- GOMES, Marco. *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Veredas Editorial, 1988.
- ROSAS, Fernando. “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”. In: ROSAS, Fernando. *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 7.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

TRINDADE, Luís. “Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, v. 1, n. 2, 2016, pp. 203-23.

## “ ¡ME DUELE ESPAÑA! ” A CRISE ESPANHOLA DO SÉCULO XIX E XX EM AMOR Y PEDAGOGÍA DE MIGUEL DE UNAMUNO

Walter Pinto de Oliveira Neto\*

**Resumo:** Este trabalho analisa a decadência espanhola na novela *Amor y Pedagogía* (1994) do escritor Miguel de Unamuno. Espanha, a partir do século XIX, começou a cair numa profunda crise econômica, social, política e moral. Intelectuais de todos os cantos da nação começaram a discutir e empregar soluções factíveis para a regeneração de um país que outrora fora considerado como o maior império do planeta. A “Generación del 98” teve como seu maior expoente o intelectual Miguel de Unamuno. O vasco, por meio de ensaios, novelas, romances, artigos, peças teatrais e poesias, criticou mordazmente o sistema político, pedagógico, moral e religioso de um estado perdido no mais profundo caos. Desta forma, por meio da escrita de Unamuno, observamos os problemas que levaram a Espanha a uma crise organizacional. Para respaldar nossa investigação utilizamos as contribuições de LOPES (2009), e OLIVEIRA (2016).

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise Espanhola; Literatura; Miguel de Unamuno.

*"¡Me duele España! ¡Soy español, español de nacimiento, de educación, de cuerpo, de espíritu, de lengua y hasta de profesión y oficio; español sobre todo y ante todo".*

- M. de Unamuno

### Introdução

Quando o positivismo colocou suas garras no mundo ocidental, o homem ficou surpreso sem saber muito bem o que fazer diante do avanço das máquinas. Alguns sujeitos optaram por achá-las fiéis amigas. A produção material iria aumentar os bens disponíveis ao alcance de todos sincronicamente a menos esforço físico e mais tempo livre para o lazer. Contudo, a contemporaneidade deixou bem claro que o projeto de “nova Grécia Clássica” teria que se adiar para outra era futura, dado que no século XXI somos, mais que nunca, dependentes dos aparelhos do capitalismo.

---

\* Graduando do curso de Letras Português/Espanhol e Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Estudos de Historiografias e linguagens - NEHISLIN. Bolsista de Graduação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - CNPQ).

Miguel de Unamuno (1864 – 1936) foi um desses intelectuais que nasceu, cresceu e viu de perto os primeiros passos de uma admirada sociedade europeia que se entregava, de braços abertos, a esses grandes monstros de aço que tudo controlavam. França, Inglaterra e mais tarde EUA e Alemanha, estavam à vanguarda de todo avanço científico, e todo o planeta Terra queria assemelhar-se a essas nações.

O positivismo inundou a mente dos “homens-de-a-pé”, dos burgueses e dos intelectuais. Filósofos, sociólogos, escritores, poetas, nenhum deles conseguiu – ou quis – fugir à moda do “ordem e progresso”. John Stuart Mill (1806 – 1873) e Herbert Spencer (1820 – 1903) foram dois dos maiores representantes deste “novo iluminismo” que rejeitava a metafísica, o abstrato e a subjetividade em todas suas vertentes e modos de manifestação.

Miguel de Unamuno, jovem de grande intelectualidade e atualizado nas abundantes doutrinas que chegavam de todos os cantos da Europa, não foi alheio a elas. Ao entrar na universidade, rapidamente se aderiria a estes inéditos rumos científicos com veemência, mostrando especial interesse nas teorias filosóficas e sociológicas de Spencer. O escritor de *Estática Social* (1851), em pleno auge de sua produção intelectual, marcaria profundamente a Don Miguel, tanto que *En Torno al Casticismo*<sup>1</sup> (1895), um dos seus primeiros ensaios, as idas e voltas às ideias de Spencer seriam recorrentes.

Não obstante, não muito depois, Unamuno mudaria radicalmente sua perspectiva existencial, considerando que esta não era a maneira correta de enfrentar os problemas que arruinavam a nação espanhola. Procuramos entender, portanto, por meio de Unamuno, as razões pelas quais a Espanha chegou ao fundo do poço e como estas se explicitam em *Amor y Pedagogía* (1902).

## **1 ENTENDENDO EL DOLOR ESPAÑOL**

Não muito depois da publicação de *En Torno al Casticismo*, Unamuno começaria a sofrer aquilo que Azorín, alguns anos mais tarde, denominaria *el dolor español*. *El dolor español* é uma característica essencial para entender a Geração de 98 e ao próprio Unamuno que, em palavras de LOPES (2009), consiste em que:

---

<sup>1</sup> Os ensaios foram publicados na revista madrilena *La España Moderna* durante o primeiro semestre de 1895 e se recopilaram por primeira vez em 1902 em uma só obra intitulada *En torno al casticismo* -, que já evidenciava um Unamuno em plena metamorfose existencial. Nesta obra, o autor reflete sobre os problemas da Espanha, começando a entender que o que propunha anteriormente, isto é, o avance por meio da ciência, não estava favorecendo o crescimento e a igualdade na sua pátria.

Todos contemplan la vida con gravedad – esa “gravedad castellana” de que también habla “Azorín” -, y ven en la frivolidad el peor defecto de los años de la Restauración. “Les duele” la triste realidad española, y, como nuevos románticos, reaccionan con amargo pesimismo ante el lamentable espectáculo que la patria les ofrece (LOPES, 2009, p. 593).

O lamentável espetáculo ao qual se refere Lopes, concerne às deploráveis decisões políticas assumidas pela nobreza que levariam a Espanha a ser considerada uma piada de mau gosto por parte dos países vizinhos. Sobre esta afirmação, alguns historiadores comentariam que:

Se evidenció la realidad de una España en situación marginal a la Europa de entonces que vivía una fuerte expansión económica y que, además, invertía sus capitales en una España que llegó a ser tanto para Inglaterra como para Francia y Bélgica una zona colonizable debido al atraso económico y social en la que se encontraba (BLANCO AGUINAGA, 1970, p. 23-24).

Nos anos finais do séc. XIX, a gestão pública comandada por Fernando VIII, mas que muito inalaria da gestão do anterior monarca, isto é, Fernando VII, chegaria ao seu ápice de ineficiência com a perda das colônias espanholas<sup>2</sup> para os EUA. Para muitos pensadores espanhóis, este acontecimento teria de servir como chama que avivasse, novamente, o orgulho espanhol perdido há muito tempo. Entretanto, a maneira de recuperar o orgulho *castizo* marcaria uma polêmica ruptura entre os grandes intelectuais do fim do século XIX.

Os modernistas, por um lado, continuavam a acreditar que o caminho para uma Espanha melhor, uma Espanha que voltasse a fazer parte da elite europeia, tinha que dar-se por adotar o modelo racionalista que pautavam Inglaterra, França, EUA e Alemanha, quer dizer, para tornar-se grande, deviam copiar os movimentos dos grandes; por outro lado, as grandes celebridades *noventayochechista*.<sup>3</sup>

Hablarán del sentimiento trágico de la vida en el hombre y en los pueblos; de la esencia y el significado de lo español en relación a lo europeo (...), una serie de cuestiones aparecen como, más o menos, comunes a todos ellos: el paisaje y el problema de la cultura hispana, la cuestión de la decadencia de España y, concretamente, de Castilla (...) tratados de formas muy distintas (...) pero que presentan unos rasgos generacionales de reflexión, opinión y actitud compartidos (JUTGLAR, 1969, p. 110-111).

---

<sup>2</sup> As colônias foram: Cuba, Puerto Rico, Filipinas e Guão.

<sup>3</sup> Outra maneira típica de denominar a Geração do 98.

Evidenciam-se, então, duas maneiras distintas de entender o mundo e duas vias opostas para repará-lo. Unamuno, ao abandonar o racionalismo, iniciaria uma segunda fase do seu pensamento pela que é muito mais reconhecido e admirado pelos que hoje o leem. O primeiro romance do “novo Unamuno” seria *Amor y Pedagogia* (1902), que marcaria o começo de um novo pensamento crítico voltado aos problemas da sociedade e da juventude. *Amor y Pedagogía* daria fim ao projeto das novelas históricas que teria em *Paz en la Guerra* (1897) única representante das produções unamunianas voltadas à corrente realista da literatura espanhola. Mas, antes de adentrarmos em sua segunda novela, vale a pena fazermos a seguinte pergunta: quem foi Miguel de Unamuno e por que sofreu mudanças drásticas de pensamento no decorrer da sua existência?

## 2 AS TRÊS FASES UNAMUNIANAS

Unamuno foi um homem de pensamento inquieto, de conturbações existenciais que o levaram de um lado a outro do pensamento, da vida política e do próprio mundo. Mesmo sendo homem de princípios, poder-se-ia dizer que nunca foi um intelectual que se fechou às mudanças que pudessem transfigurar, por meio da literatura, da arte, das amizades ou das próprias vivências pessoais, seu pensamento. Muitos são os teóricos do autor espanhol e muitas as interpretações que se fizeram de sua obra e vida, ainda tendo ele mesmo inúmeros ensaios, artigos, cartas e diários em que se auto explicara sobre inúmeros temas, mas por ser um homem tão sumamente ativo, erudito e certamente misterioso, deixou espaços em branco que caberiam aos seus leitores e pesquisadores, intuir a maneira e com quais peças poder preenchê-los.

No que os unamunianos coincidem quase na sua totalidade, é que o intelectual passou por três estágios que caracterizam sua vida e obra. Em palavras de Frayle Delgado (2009):

El primer período comprendería desde 1884, año en que presentó su tesis doctoral, hasta 1897, cuando experimentó su profunda crisis religiosa. El segundo período, (...) se extiende desde el año indicado de 1897 hasta 1912. (...) El tercero, por fin, comprendería desde la publicación de la novela *Niebla* en 1913 hasta su muerte en 1936. (FRAYLE DELGADO, 2009, p. 267).

No nosso trabalho, não obstante, nos limitaremos a apresentar os dois primeiros períodos, dado que a obra que nos compete, isto é, *Amor y Pedagogía*, é escrita em

1902, momento inicial e fulgurante do seu ciclo espiritual e subjetivista. Entretanto, é importante expor o pensamento e alguns detalhes da biografia de Unamuno prévia à crise de 1897 para melhor entendimento das motivações pessoais que o levaram a escrever sua segunda novela.

## 2.1 Primeira fase: Em torno ao racionalismo

Em seu primeiro período, Unamuno foi um jovem certamente influenciável nas doutrinas estilísticas da época, sendo o positivismo<sup>4</sup> a doutrina filosófica de maior notoriedade do momento, e o naturalismo o modelo literário de mais relevância no cenário europeu. Unamuno, como foi dito anteriormente, deixou-se influenciar pelas doutrinas de Spencer e tendo-o como uma figura na qual se espelharia, começou a construir um nome no cenário intelectual espanhol.

Outro fator importante na vida do Unamuno da primeira fase, é que “por volta de 1883, começa a estudar alemão, idioma da moda entre os estudantes da Espanha, e inicia a leitura e a tradução das Críticas de Kant e da Lógica de Hegel” (RABATÉ, 2009, apud OLIVEIRA, 2016 p. 17). O estudo dos autores alemães e autores positivistas que todo erudito da época “tinha” de ler, levariam Unamuno a uma total conexão com o setor moderno da Europa.

Estes estudos das tendências filosóficas e as conversas com colegas da universidade<sup>5</sup>, fariam com que Unamuno rompesse com muito do inculcado no quesito educativo que a família fornecera desde a infância do bilbaíno. Isto é, a educação católica que recebera por parte, principalmente, da mãe, perdera-se quase em sua totalidade. Mas estes embates religiosos estenderam-se até a própria namorada que ainda vivia em Bilbao e reclamava constantemente do absentismo às missas do seu namorado.

Nesta primeira fase, Unamuno escreve *Paz en la Guerra*, sua primeira novela, retratando na obra acontecimentos históricos por meio da ficção referentes às Guerras

---

<sup>4</sup> O positivismo foi uma corrente filosófica inaugurada por Augusto Comte (1798-1857), *um dos pensadores do século XIX que, impressionado com o desenvolvimento das ciências naturais em sua época, decidiu adotar os procedimentos dessas mesmas ciências para estudar a sociedade; essa proposta, além disso, seria movida por um desejo similar de aplicação prática dos conhecimentos científicos, resumido na fórmula “prévoir pour pouvoir” (prever para poder). A metodologia por assim dizer “naturalística” seria caracterizada pela busca de leis naturais (sociais).* (LACERDA, 2009, 321)

<sup>5</sup> Unamuno cursou Filosofia e Letras na Universidade Complutense em Madri.



Carlistas. As Guerras Carlistas, divididas em três momentos<sup>6</sup> do século XIX, foram de extrema importância para a construção e definição do que a sociedade espanhola de fins de século XIX e inícios de século XX, se converteria. Nesse pensamento concordariam outros eruditos da mesma época de Unamuno. Ortega y Gasset<sup>7</sup> (1883 – 1955), por exemplo, em palavras de Carvalho (2010), diria:

Ao procurar entender os desafios do século XX, Ortega y Gasset se depara com uma herança que contribuía para o agravamento das dificuldades que observava, o modo de pensar do século XIX. Na verdade, avalia o filósofo, todo o passado da humanidade que chega ao homem do século XX vem pelas lentes do século XIX, pois é através de seu estilo, das interpretações elaboradas por seus intelectuais e pelas crenças ali aceitas que todo o passado da humanidade é passado adiante. (CARVALHO, 2010, p. 11).

Assim, a Terceira Guerra Carlista seria muito importante para o Unamuno criança, já que vivenciaria de perto algumas tragédias que marcariam sua vida e produção literária. A fome, a pobreza e “a morte, um de seus grandes temas, esteve presente na vida do escritor desde a infância” (OLIVEIRA, 2016, p. 15). A morte do pai, a morte de conhecidos e a morte dos espanhóis devido à crise econômica e política que derrubaria o país na miséria, enfim, a morte como um todo, colapsaria as barreiras racionalistas de Unamuno, levando-o, assim, à famosa crise de 1897.

## **2.2 Segunda fase: A crise de 1897 e suas consequências**

Em 1897, Raimundo, filho pequeno de Unamuno, com apenas um ano de vida, sofre uma paralisia absoluta em uma das mãos e hidrocefalia devido a um caso de meningite (RABATÉ, 2009). A família se desespera e teme pela morte do seu mais novo filho até então. Este acontecimento abala um Unamuno que, uma vez mais, voltaria a sentir nas suas costas, a sombra da morte. Desta forma, começa a sofrer uma série de crises de ansiedade que o levariam aproximar-se, novamente, de Deus. Esta série de crises de ansiedade e os embates filosóficos e religiosos que ele sentiria em pleno apogeu de acontecimentos marcantes da vida, é o que os pesquisadores denominam como *a crise de 1897*.

---

<sup>6</sup> Primeira Guerra Carlista (1833 – 1840); Segunda Guerra Carlista (1846 – 1849); Terceira Guerra Carlista (1872 – 1876).

<sup>7</sup> Filósofo da Geração de 14. Criador da corrente filosófica “raciovitalista” e um dos maiores críticos da sociedade espanhola moderna.

Unamuno se volta para práticas religiosas de sua infância, debruça-se sobre leituras cristãs, uma vez que tanto o manuscrito descoberto por Zubizarreta quanto as cartas escritas e recebidas por Unamuno na época refletem uma obsessiva busca pela fé de outrora, bem como um rechaço pelo intelectualismo, ou seja, pelo racionalismo compulsivo que o leva, desde os anos universitários, à descrença no espírito (JURIASTI, 2012, apud OLIVEIRA, 2016, p. 25).

Desse modo, seu reencontro com a religião não só tem o efeito de modificar suas temáticas narrativas, mas também de afastá-lo da racionalidade com a qual se impregnara na universidade. Esta nova fase implicaria no afastamento de alguns amigos, assim como a auto exclusão do partido político socialista em que militava.

Em *Sobre el sentimiento trágico de la vida* (1912), talvez o ensaio mais conhecido de Unamuno e que melhor exemplifica sua etapa mais espiritual, chegaria a admitir que “La ciencia no satisface nuestras necesidades afectivas y volitivas, nuestras hambre de inmortalidad, y lejos de satisfacerla, contradícela” (UNAMUNO, 2005, p. 238). Isto posto, o retorno a Cristo por parte do intelectual, afastá-lo-ia definitivamente da linha positivista.

Não obstante, vale a pena ressaltar, antes de prosseguirmos, que o afastamento das tendências positivistas não o fez integralmente irracional, ou integralmente abstrato, ou plenamente arraigado em vertentes cristãs, mas

Se ve que la sociología más de su agrado está constituida por las utopías románticas y ruralistas de Ruskin, y en una carta a Jiménez Ilundain declara que, detestando a la sociología como pretendida ciencia que quiere medir y manipular groseramente en lo espiritual, su única sociología es luchar porque las relaciones entre los pueblos sean tan cristianas y nobles como deben ser las relaciones entre individuos. (BENÍTEZ, 1949, p. 264, apud ALBERICH, 2013, p. 63).

Podemos afirmar, então, que *Amor e Pedagogia*, obra fulcral do nosso estudo, não poderia existir sem uma deslocação epistemológica voltada ao sentimentalismo e à própria espiritualidade, já que “el libro fue, sin duda, fruto de las inquietudes de Unamuno por aquellos años acerca de la educación de la juventud” (FRAYLE DELGADO, 2009, p. 265).

### **3 O SER SUBJETIVO X KRAUSISMO**

Todos os romances de Don Miguel estão impregnados de um caráter irônico, bufonesco e satírico, colocado de forma proposital. Na escrita, o autor encontraria o

elemento principal com o qual irá validar suas inquietações, assim como uma maneira de alertar a sociedade sobre a negatividade do que estava acontecendo em sua era no que tange ao cientificismo. Nesse sentido, Unamuno foi feliz, pois se sua fortuna crítica nos parece tão sumamente atual, é porque ele viu não só os problemas da sua época, mas também vislumbrou os problemas inerentes ao ser humano como um todo.

Depois de alguns ensaios e um romance de caráter predominantemente histórico – *Paz en la Guerra* -, e após algumas reflexões expostas em setores anteriores do nosso trabalho, Unamuno começaria a produzir uma nova prosa que prometia romper, em certa forma, com aquilo que tinha escrito até a época. Logo no início do processo criativo da obra, Unamuno manda uma missiva a um amigo seu dizendo-lhe o seguinte:

Voy a ensayar el género humorístico. Es una novela entre trágica y grotesca, en que casi todos los personajes son caricaturescos. Uno suelta aforismos absurdos. Trátase de hombre que se casa deductivamente para poder tener un hijo y educarlo para genio, por amor a la pedagogía. Pone en práctica a su sistema. Ensombrece la vida del hijo y acaba éste por pegarse un tiro. Espero que tenga más contenido que Paz en la Guerra, no más extensión. Me esfuerzo por decirlo todo con sordina y que salga todo subrayado. (UNAMUNO, 1996, p. 96).

Infelizmente, para a leva de leitores assíduos do vasco<sup>8</sup> e para o próprio autor, o romance se atrasaria devido às ocupações como reitor, professor, pai de família, esposo e outras afazeres acadêmicos, profissionais e pessoais. Contudo, longe de deixar de lado o projeto narrativo, Unamuno continuaria escrevendo e, por fim, em 1902 conseguiria publicar *Amor y Pedagogía*.

*El día 1 de febrero de 1902 el manuscrito está terminado y el autor lo envía a Barcelona a su amigo Santiago Valentí Camp para que lo entregue al editor Henrich. Después se vio obligado a componer un Epílogo, y aún más, unos apuntes para un tratado de cocotología y un Apéndice, hasta completar las 272 páginas que, según él, le pedía el editor.* (FRAYLE DELGADO, 2009, p. 265).

E a receptividade da obra, comentada pelo próprio Unamuno, seria esta:

A muchos parecerá esta novela un ataque, no a las ridiculeces a que lleva la ciencia mal entendida y la manía pedagógica sacada de su justo punto, sino un ataque a la ciencia y a la pedagogía misma y preciso es confesar que si no ha sido esa tal la intención del autor, pues no resistimos a creerlo en hombre de ciencia y pedagogo, nada ha hecho por lo menos para demostrarlo. (UNAMUNO, 1989, p. 9, apud BLÁZQUEZ GONZÁLEZ, 2007, p. 269).

---

<sup>8</sup> Gentílico de quem é do País Vasco.

Assim, pode-se notar que a verdadeira e principal missão de Unamuno é criticar o modelo pedagógico que é guiado pelo cientificismo, e ao próprio cientificismo em si que pretende tomar conta de um ramo da ciência que precisaria ser, digamos assim, menos científico. O problema residiu em que o modelo pedagógico da Espanha estava baseado no mesmo que imperava nas regiões mais avançadas da Europa ocidental e os EUA: o krausiano. O modelo krausiano ou o krausismo,

Fue introducido en España durante la segunda mitad del siglo XIX por el catedrático de la Universidad de Madrid Julián Sanz del Río (1814 – 1832). Derivada de Kant y del idealismo alemán, defendía la creencia en la perfectibilidad del hombre y en su progreso hacia lo absoluto por medio del conocimiento racional, la libertad y la armonía vital. (...) en su adaptación española fue revestido con un significativo idealismo ético que, durante años, simbolizó de hecho la actitud innovadora y laicista en el campo intelectual, frente al catolicismo conservador. (BENHAMAMOUCHE, 2009, p. 8).

O krausismo criaria uma geração de jovens desinteressados pelos problemas metafísicos, o que, segundo Unamuno, é uma maneira arriscada de pensar, pois impera tapar elementos importantes da vida como o amor, a literatura, a poesia e a religião. Desta forma, os intelectuais da Geração de 98 propoiam, por meio de sua produção narrativa, a volta de alguns valores do passado, mantendo uma filosofia de vida baseada em “la sencillez, a la sinceridad, a la frase viva y expresiva (LOPES, 2009, p. 596); e, no quesito educativo, Unamuno “considera que el aprendizaje no puede basarse en una simple colección de datos almacenados en la memoria, sino que ha de enseñar a sentir” (GOICOEHEA GAONA; FERNÁNDEZ GUERRERO, 2014, p. 45). É justamente sobre esse modelo racionalista que corta todo tipo de subjetividade ao ser, escreveria Unamuno, mediante a ficção, em *Amor y Pedagogía*.

#### **4 AMOR Y PEDAGOGIA: CIÊNCIA COMO MEDIDA DE TODAS AS COISAS**

*Amor y Pedagogía* é uma novela que se assemelha aos moldes do Modernismo<sup>9</sup> espanhol, mas também capta muito dos elementos inerentes do naturalismo e realismo.

---

<sup>9</sup>Modernismo e Geração de 98 são dois movimentos literários contemporâneos, entretanto há diferenças notórias entre as duas. Em palavras de Romero López (1998): *Modernismo versus 98 es una oposición fundada en criterios estéticos/sociológicos. Y paralelamente a esta oposición surge aquella de marginal-rechazo/central-integración: Modernismo (feminino, extranjero, enfermo, extrovertido, estético, evasión, romanticismo...); generación de 1898 (masculino, nacionalista, racionalista, introvertido, ético, patriotismo, criticismo, naturalismo...)*. (ROMERO, 1998, p. 54).

A escrita “fresca” do bilbaíno se constitui de princípios inovadores, como a transposição de termos em inglês, palavras inventadas e liberdades narrativas várias próprias do período literário modernista. Mas Unamuno, assim como a Geração do 98, assume que a literatura deveria arraigar-se em alguns preceitos considerados de interessantes, de gerações passadas. Em *Amor y Pedagogía*, por exemplo,

*Los personajes (...) son todos ellos portadores de una serie de conceptos abstractos que les obligan a moverse de una manera determinada. En Amor y Pedagogía se nos muestra un ambiente vital individualizado pero inauténtico, hueco en sí mismo y que lleva al fracaso sin remisión.* (RIERA, 2010, p. 34).

O que Unamuno pretende com este esvaziamento das personagens, é que o leitor os preencha com o que acontece na narrativa e, principalmente, nos diálogos da obra. A colocação de constantes diálogos assume a missão de que as personagens se apresentem por meio das suas próprias palavras. Estas características se perpetuariam por todas as obras que ele escreveria a partir de então.

De maneira geral, Em *Amor y Pedagogia* há quatro personagens principais que marcam todo o enredo –, que são Avito, Marina, Apolodoro e Don Fulgencio. Avito é um burguês que pretende ter um filho para fazer deste a máquina mais perfeita da ciência. Com esta missão em frente, entre idas e vindas, acaba encontrando Marina. Marina, em palavras do autor, é “braqui-morena, sueño hecho carne, con algo de viviente arbusto en su encarnadura y de arbusto revestido de fragantes flores, surgiendo esplendorosa de entre los fuegos del instinto, cual retama en un volcán” (UNAMUNO, 1994, p.37). A escolha de Marina como mãe do seu futuro filho, supõe uma grande contradição para o racionalismo exacerbado de Don Avito. Ou seja, a personagem sente uma grande atração física pela mulher e por este sentimento considerado de irracional, deixa-se levar.

Avito é o sujeito ficcional que encarna tudo aquilo que Unamuno censura do positivismo. Isto não é unicamente esclarecido pelas próprias atitudes da personagem, mas, também, podemos afirmar o teor crítico que carregam as atitudes *avitonianas* pela escolha por parte do autor, do próprio nome do sujeito ficcional:

Seu primeiro nome, Avito, já revela o que o autor pensa a seu respeito. De acordo com o Dicionario de La Real Academia (2001), vito é um “baile andaluz muy vivo y muy animado”. Sendo a um prefixo que imputa negação ao radical, Avito é aquele sem ânimo, sem vida. (CORREIA, 2013, p. 147).

Dando andamento à trama, Marina aceita casar-se com Avito e com ele ter um filho. Desde os primórdios do relacionamento entre ambos, Avito deixa nítido que sua missão de criar o maior cientista de todos os tempos é o que mais lhe importa. Relega, então, a um segundo plano, o carinho ou a atração que possa sentir pela sua esposa.

Os métodos que Avito utiliza para impregnar seu filho, desde o estado embrionário do mesmo, de fundamentos científicos, podem ser considerados de exagerados, pois na casa do casal há, entre outras tantas extravagâncias,

Por todas partes barómetros, termómetros, pluviómetros, aerómetro, dinamómetro, mapas, diagramas, telescopio, microscopio, espectroscopio, que donde quiera que vuelva los ojos se empape en ciencia; la casa es un microcosmos racional. Y hay en ella su altar, su rastro de culto, hay un ladrillo en que está grabada la palabra Ciencia, y sobre él una ruedecita montada sobre su eje; toda la parte que a lo simbólico, es decir, a lo religioso, como él dice, concede don Avito. (UNAMUNO, 1994, p. 48).

Marina sofre com as extravagâncias de Avito, mas por não iniciar uma série de discussões que nublarão uma parcial convivência tranquila, prefere calar-se na maioria das ocasiões. Não obstante, quando a personagem feminina decide encarar seu esposo, ele reage menosprezando a inteligência dela e a inteligência do seu sexo. Em um dos primeiros embates entre os dois, o varão chega a um diálogo interno em que diz o seguinte: “Marina no me entiende; no hay un campo común en que podamos entendernos; ni ella puede nadar en el aire ni yo volar en el agua. ¿Educarla? ¡Imposible! Toda mujer es ineducable; la propia más que la ajena. Así piensa Avito.” (UNAMUNO, 1994, p. 42).

Nesta ocasião e em outras em que se rebaixa o nível cognitivo do gênero feminino, Unamuno está criticando outro aspecto próprio do positivismo que não tínhamos mencionado ainda.

Os positivistas, seguindo a estela dos iluministas, definiriam que a mulher não tem capacidade para fazer parte de assuntos científicos e políticos. Assumiram, assim como Kant (1973), que “el estudio trabajoso y la reflexión penosa, aunque una mujer fuese lejos en ello, borran los méritos particulares de su sexo” (p. 148), e por isso,

Se justifica así que la mujer ha de ser educada de forma distinta, al igual que relata Rousseau para Sofía en su novela pedagógica Emilio (1985). Está destinada a dar vida, por lo que se recomienda la educación física para hacerla fuerte y capaz de concebir hijos sanos. (ROUSSEAU, 1985, apud GOICOECHEA GAONA; FERNÁNDEZ GUERRERO, 2014, p. 57).

Esse repúdio a alguns intelectuais que outrora o influenciaram veemente, já se assume em outra carta em que diz: “La lectura de estudio de Kant a Nietzsche (en el Mercure) ha acrecentado mi horror al intelectualismo. A la vez, lo otro me parece inconsistente hoy. ¿Para qué sirve el universo hoy? Para catalogarlo mediante la ciencia (¡!)”. (UNAMUNO, 1996, p. 96).

Retornando uma vez mais à trama, em meio de uma postura existencial antagônica entre os progenitores, nasce Apolodoro. Já nos primeiros anos de vida percebe que os dois modelos pedagógicos que os pais lhe inculcam, são totalmente contraditórios entre si. Ao mesmo tempo em que seu procriador tenta fazer dele uma máquina ao serviço da ciência, Marina, em segredo, impregna-o de zelo, carinho, amor e Deus. Também decide chamá-lo de Luis, pois o nome Apolodoro, ao ser escolhido por uma razão meramente científica<sup>10</sup>, incomoda-a.

Outra personagem indispensável não tanto para a trama, mas para melhor entendimento do posicionamento pedagógico de Unamuno, é Don Fulgencio. Em a maioria dos romances de Unamuno, o escritor insere um *alter ego* no qual poder se personificar, penetrar solidamente na narrativa.

Don Fulgencio<sup>11</sup> é um amigo de velhas datas de Don Avito e que, ao nascer Apolodoro, assume a missão de fazer ver ao seu amigo que as intenções para com seu descendente, seriam altamente prejudiciais para a vida deste. No entanto, Don Fulgencio não atua somente como uma espécie de profeta, mas como um sábio que propõe um modelo pedagógico alicerçado na “liberdade de ser, a liberdade criativa-infantil, a liberdade do poeta” (CORREA, 2013, p. 152).

Entre a influência de Don Fulgencio e a de um sujeito boêmio chamado Menaguti, Apolodoro começa a confessar-se que não é um homem de ciência, que não é aquilo que seu pai quer que seja, mas um homem de poesia, de amor e de arte. Menaguti lhe apresenta a poesia, criando no seu mais novo amigo, o gosto pela leitura e pela

---

<sup>10</sup> Apolodoro, nombre oficial que le da el padre, vinculado al significado y función que don Avito atribuye al niño: ser un genio, ser el triunfo de la ciencia tomada como pedagogía. Es además un nombre griego, la lengua utilizada para la nomenclatura científica, lo cual refuerza este simbolismo. Pero además Apolo es el dios Sol, alude a la luz y al origen de la vida en un sentido mitológico, y esto hace que aflore en el nombre el personaje una dimensión religiosa que a don Avito le genera una nueva controversia, ya que percibe que lo divino, que quería erradicar por completo, vuelve a hacérsele presente a través del nombre que ha elegido para su hijo. (JIMÉNEZ MORENO apud, GOICOCHEA GAONA; FERNÁNDEZ GUERRERO, 2000).

<sup>11</sup> “O seu primeiro nome já nos mostra isso: Fulgencio, Fulge (como a mulher o chama na intimidade), fulgor” (CORREA, 2013, p. 150).

escritura. Concomitantemente a que Apolodoro sofre esta metamorfose fundamentada na literatura, apaixona-se por uma bela jovem chamada Clarita.

Avito, ao saber que seu filho está transitando pelos caminhos da poesia, zanga-se de sobremaneira, e com determinação vai conversar com ele dizendo-lhe: “El arte es algo inferior, bajo, despreciable, despreciable, Apolodoro, despreciable! Y el buen gusto es más despreciable aún. ¿El arte por el arte? ¡Porquerías! ¿El arte docente? ¡Porquerías también!” (UNAMUNO, 1994, p. 107). Surge, assim, entre pai e filho, uma série de acaloradas discussões em que cada um expõe seu ponto de vista, mas que se amainam quando Apolodoro desiste na sua empreita de virar poeta devido à péssima receptividade de seus poemas. Desta forma, “El yo de Apolodoro le grita “haz hijos”, le pide la inmortalidad por la herencia física ya que ha fracasado su esfuerzo hacia la inmortalidad del nombre por la literatura”. (VALDÉS, 1963, p. 59).

Entretanto, sua sorte tampouco irá melhorar, pois Clarita decide se aventurar com outro rapaz, deixando Apolodoro sem nenhum impulso vital no qual se agarrar. O caminho que Don Avito, seu pai, traçara para ele, não lhe satisfaz; e o caminho que ele pautara para si, não funciona – o que fazer, então? Morrer. Desta forma, sem avisar a ninguém, suicida-se.

### **Considerações finais**

As orientações pedagógicas de Unamuno em *Amor y Pedagogía* pretendem ir contra toda uma filosofia positivista que ameaçava romper todo senso subjetivo do ser. As consequências da extração da liberdade que o cientificismo obtuso da época propunha são evidenciadas simbólica e tragicamente na morte de Apolodoro, que, ao mesmo tempo, representa a morte dos jovens espanhóis que não conseguiam situar-se em meio duma crise de valores.

Unamuno, portanto, mediante a ironia, a morte e o surrealismo, pretende “representar la incongruencia del hombre con su ambiente” (VALDÉS, 1963, p. 62), ou seja, mostrar quão grotesco é o homem que pretende amarrar a sociedade nas garras do cientificismo impetuoso que a sociologia do momento colocava como a salvação de uma sociedade perdida.

Em oposição a “ordem e progresso”, Unamuno, já seja por ensaios, romances ou cartas, apresenta um modelo pedagógico e existencial em que impera “otra modalidad de filosofar que surge de lo afectivo y que toma en consideración las dimensiones de



angustia, miedo, amor o compasión que experimenta cada ser humano concreto”. (GOICOECHEA GAONA; FERNÁNDEZ GUERRERO, 2014, p. 41).

Defensor da poesia, do amor e da vida vivida em toda sua potência, Unamuno surgiu no final do séc. XIX como um dos poucos intelectuais espanhóis do momento que teve a bravura de ir antagonicamente ao que a academia e os diversos círculos de intelectuais europeus afirmavam como caminho para um mundo melhor.

Infelizmente, mais de um século se passou desde que *Amor y Pedagogía* obteve sua primeira edição impressa e ainda continuamos a acreditar que o produtivismo, a objetividade e o racionalismo possuem as ferramentas necessárias para sairmos das crises políticas, econômicas, filosóficas e sociológicas em que nos encontramos. Será que não chegou o momento de tentarmos, por exemplo, aplicar nisso tudo um pouco de amor e um pouco de amor na pedagogia?

### Referências

- ALBERICH, José. Sobre el positivismo de Unamuno. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**. Salamanca, v. 9, p. 61-75, 2013.
- BENHAMAMOUCHE, Fatma. Historia de la literatura española a principios del siglo XX. **Actas del Taller «Literaturas Hispánicas y ELE» del Instituto Cervantes de Orán**. Orán, 2009, p. 7-26.
- BENÍTEZ, P. Hernán. **El drama religioso de Unamuno**, Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 1949.
- BLANCO AGUINAGA, C. **Juventud del 98**. Madrid: Editora Siglo XXI, 1970.
- BLÁZQUEZ GONZÁLEZ, Jesús. **Unamuno y Candamo. Amistad y epistolario (1899-1936)**, Madrid: Editora Ediciones 98, 2007.
- CARVALHO, José Mauricio de. O século XX em El Espectador de Ortega y Gasset: a crise como desvio moral. **Argumentos: Revista de Filosofía**. Ceará, v. 4, p. 9-18, 2010.
- CORREIA, Cristiane Agnes Stolet. **O universo autobiográfico do bufão trágico Don Miguel de Unamuno**. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 175.
- FRAYLE DELGADO, Luis. Una dialéctica del eros en Amor y Pedagogía. **Azafea: Revista de Filosofía**. Salamanca, v. 3, p. 265-283, 2009.
- GOICOECHEA GAONA, María Ángeles; FERNÁNDEZ GUERRERO, Olaya. Filosofía y educación afectiva en «Amor y pedagogía», de Unamuno. **Teoría de la Educación**. Salamanca, v. 26, n. 1, p. 41-58, 2014.

- JIMÉNEZ MORENO, L. Unamuno sobre el hombre. Naturaleza y cultura. Vida trágica. En la educación. **Revista de Educación**, 322, p. 247 – 254. 2010.
- JUARISTI, Jon. **Miguel de Unamuno**. Madrid: Editora Taurus, 2012.
- JUTGLAR, A. **Ideologías y clases en la España contemporánea (1874-1931)**. Madrid: Editora Cuadernos para el Diálogo S.A, 1969.
- KANT, I. **Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime**. México: Porrúa, 1973.
- LACERDA, G. B. Augusto Comte e o “positivismo” redescobertos. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, 2009.
- LOPEZ, José García. **Historia de la literatura española**. Barcelona: Vicens-Vives. 2009.
- OLIVEIRA, Vanessa Aparecida. **Niebla: do humor à carnavalização literária**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016, p. 98.
- RABATÉ, Colette; RABATÉ, Jean Claude. **Miguel de Unamuno**. Biografía. 2. ed. Madrid: Santillana Ediciones, 2009.
- RIERA, A. Mímesis y realidad en Amor y pedagogía de Unamuno. **Espéculo: Revista de Estudios Literarios**, 45, p. 30-37. 2010.
- ROUSSEAU, J. J. **Emilio o de la educación**. Madrid: Editora Edaf, 1985.
- ROMERO LÓPEZ, D. **Una relectura del “Fin de Siglo” en el marco de la literatura comparada: teoría y praxis**. Michigan: Peter Lang, 1998.
- UNAMUNO, Miguel de. **Amor y Pedagogía**. Madrid: Club Internacional del Libro, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Del sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos**. Madrid: Alianza, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Epistolario Americano (1980-1936)**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1996.
- VALDÉS, Mário J. Amor y Pedagogía y lo grotesco. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**. Salamanca, Nº 13, Salamanca p. 53-62, 1963.

**“DECLARAÇÃO DE PRIORIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO DO NORDESTE”: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E  
COMBINADO E O PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA SUDENE NO  
ANO DE 1969**

*Werbeth Serejo Belo\**

## **INTRODUÇÃO**

Em 1964, no Brasil, é consolidado o golpe de Estado que abalaria toda a democracia brasileira. Militares e frações civis tomariam a condução do Estado Restrito em prol de uma fração de classe. Uma nova engrenagem político-econômica seria estabelecida e, a partir de então, sob os dizeres positivistas da bandeira nacional, seria necessária a “ordem e o progresso” para que o país entrasse em um eixo de desenvolvimento econômico e de reordenação política, sustentados a partir de uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que seguia os ditames da Escola Superior de Guerra, criada em 1949 e alinhada aos Estados Unidos. Portanto, a partir de 1964, a partir das alterações no sistema econômico brasileiro com a promulgação da lei 4.595/64 de 31 de dezembro de 1964, uma nova base sustentará a engrenagem econômica brasileira, isto é, o desenvolvimentismo que vinha sendo adotado desde os anos 1930 se reestruturará em torno da aliança entre desenvolvimento e repressão. Com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o projeto de integração nacional se tornaria um dos objetivos a serem alcançados nos governos militares.

Para que as reformas fossem concretizadas e a classe dominante que havia tomado o poder juntamente com os militares permanecesse no poder e para que o dito desenvolvimento se concretizasse, abrindo caminho para o imperialismo<sup>12</sup> e o Capital-Imperialismo<sup>13</sup> seriam necessários instrumentos de coerção e de construção de

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – UEMA (PPGHIST/UEMA) e doutorando em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares século XX – Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC e bolsista CNPQ pelo INCT Proprietas.

<sup>12</sup> Segundo Lenin o Imperialismo é uma fase superior do capitalismo. Nesta fase há uma concentração da produção que leva aos monopólios que são a lei fundamental desta fase do capitalismo. Há, ainda, nesta fase, segundo Lenin, a consolidação do capital financeiro o qual é o somatório do capital industrial com o bancário, isto é, os bancos atuam de forma que financiam as indústrias. (LENIN, 2008).

<sup>13</sup> Segundo Virgínia Fontes, o capitalismo contemporâneo está em sua fase imperialista, mas apresenta algumas particularidades que, no contexto de escrita de Lenin ainda não poderiam ser percebidas. Segundo a autora, “falar em capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria que exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação

consenso<sup>14</sup> por parte da Sociedade Política no dito período aqui estudado. A coerção era exercida, sobretudo, com a promulgação dos Atos Institucionais e pela utilização da polícia política, enquanto o consenso era construído a partir da utilização da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, sobretudo este último como forma de legitimar a tomada do poder ocorrida em 1964.

Este consenso era construído por meio da utilização de alguns Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>15</sup> como os jornais, rádio, TV, além de empresas e instituições em geral inseridas no âmbito da Sociedade Civil, mas que tinham como dirigentes os próprios membros da classe dominante que estava inserida no Estado Restrito. Dreifuss (1987) cita algumas instituições como sendo esses aparelhos privados de hegemonia: o complexo IPES-IBAD<sup>16</sup> e o CAMDE<sup>17</sup>.

Então, este trabalho tem como grandes áreas de análise a História Política e Econômica do período da ditadura Empresarial-Militar não as separando, mas, percebendo como estão imbricadas de relações que tem profundos impactos no âmbito social também. Neste trabalho pretendemos analisar o IV Plano Diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) frente à política econômica desenvolvimentista adotada no período caracterizado como “Milagre econômico” de forma que este projeto seja caracterizado como parte do planejamento econômico que tem como função a construção do consenso em torno do projeto desenvolvimentista.

Outro ponto importante a ser apresentado diz respeito ao desenvolvimento desigual internamente já que as rendas se concentravam nas mãos dos empresários beneficiados pelos governos militares. Então, os trabalhadores entravam em uma lógica

---

interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através da exportação de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terras), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica”. (FONTES, 2010).

<sup>14</sup> Coerção e Consenso, segundo Gramsci, são uma forma dual de estabelecer relações dentro da sociedade em prol da manutenção da hegemonia de certo projeto. (GRAMSCI, 2012).

<sup>15</sup> São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico. (GRAMSCI, 2012).

<sup>16</sup> Segundo Dreifuss (1987), o IPES, depois de abril de 1964, “foi transformado em um eficaz ‘órgão intermediário’ para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque”.

<sup>17</sup> A CAMDE, segundo Dreifuss (1987), “organizava reuniões de protesto, escrevia milhares de cartas aos deputados e da mesma forma que o IBAD, pressionava firmas comerciais para retirarem seus anúncios dos jornais pró João Goulart ou orientados pela esquerda e o trabalhismo”.

Capital-Imperialista, nacionalmente, de forma a aumentar cada vez mais os lucros da fração financeira e industrial do capital.

Como poderá ser percebido ao longo deste trabalho, o projeto em análise é fonte privilegiada para a análise da Ditadura Empresarial-Militar. É notável a diversidade de temas a que pode se recorrer para a produção historiográfica sobre o tema amplo (Ditadura Empresarial-Militar). No entanto, o ponto nodal de análise deste objeto é seu funcionamento na lógica Capital-Imperialista no período da Ditadura Empresarial-Militar.

### **A SUDENE COMO APARELHO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Estado em seu sentido restrito ganharia uma nova organização, a partir de 1964, tendo como agência principal o Banco Central. No entanto, inúmeras agências estatais seriam fundamentais na consolidação do desenvolvimentismo ao longo da ditadura Empresarial- Militar, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, que atuaria em defesa da integração regional e do desenvolvimento econômico.

Para que tivesse uma atuação eficaz, a Sudene organiza projetos que visam articular a política econômica nacional com o desenvolvimento regional. Estes projetos se materializam sob a forma de planos diretores, tendo sido o primeiro Plano Diretor direcionado aos anos de 1961 a 1963, o segundo Plano Diretor publicado aos anos de 1963 a 1965, o terceiro Plano Diretor aos anos 1965 a 1968 e o quarto Plano Diretor aos anos 1969 a 1973. O IV Plano Diretor será analisado neste trabalho, pois este é elaborado aos anos do chamado “milagre econômico” de forma que o foco desta análise é perceber a organização do desenvolvimentismo presente neste plano a fim de relacioná-lo ao projeto de integração nacional, ao projeto de colonização e ao projeto de desenvolvimento regional sustentáculos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A hipótese que se pretende sustentar neste trabalho é que o planejamento econômico adotado pela Sudene foi fundamental para uma efetiva política de “inclusão forçada” entre regiões a fim de angariar capital constante e capital variável, fundamentais para a extração de Mais Valor<sup>18</sup> que garante a reprodução do capital necessária à manutenção da lógica desenvolvimentista nacional.

---

<sup>18</sup> Optamos neste trabalho pela tradução de mais-valor feita por Mário Duayer (2011) para a tradução dos Grundrisse de Marx, frente à consolidada tradução “mais valia” haja vista que o processo de geração de

No entanto, antes de adentrarmos a análise do IV Plano Diretor, acreditamos que seja necessário um rápido histórico de atuação da Sudene em prol do “desenvolvimento econômico” da região nordeste, a fim de que se possa perceber os principais agentes envolvidos nesta agência e suas atuações desde a criação desta.

Como foi anteriormente mencionado, a Sudene foi criada em 1959, a partir da lei nº 3692 de 15 de dezembro de 1959, portanto, sob o governo de Juscelino Kubitschek. Segundo um dossiê escrito por Lúcia Lippi Oliveira ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – vinculado à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) a causa imediata de criação da Sudene foi a seca de 1958 que,

Aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. Igualmente relevante foi uma série de denúncias que revelaram os escândalos da "indústria das secas": corrupção na administração da ajuda dada pelo governo federal através das frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis" etc. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis – a oligarquia agrária nordestina – tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspeção de Obras Contra as Secas, de 1909. (OLIVEIRA, S/D)

Além do fator acima mencionado como causa imediata, temos que a Sudene foi criada em defesa de uma integração nacional à lógica de industrialização acelerada que já vinha ocorrendo no eixo sul-sudeste a partir do plano econômico do governo J.K. Portanto, no contexto de criação da Sudene temos uma série de empresários e industriais - de forma mais específica – envolvidos em defesa de seus interesses.

No momento de sua criação, a Sudene estava subordinada à Presidência da República e sob a coordenação de Celso Furtado, que permaneceria à frente desta até o ano de 1964. Após o golpe Empresarial-Militar de 1964, a Sudene se subordinou ao Ministério do Interior que teve como ministros entre os anos de 1964 e 1974<sup>19</sup>: Oswaldo Cordeiro de Farias (25/06/1964- 16/06/1966); João Gonçalves de Souza (16/06/1966- 16/02/1967); Afonso Augusto de Albuquerque Lima (15/03/1967-27/01/1969) e; José Costa Cavalcanti (28/01/1969- 15/03/1974) (IORIO, 2015).

Após a sua subordinação ao Ministério do Interior em 1964, a Sudene tem como superintendentes entre os anos de 1964 e 1973: General Manoel Expedito Sampaio

---

lucro se apresenta como extração de trabalho não pago pela classe burguesa quando do processo de produção, portanto, mais-trabalho como identificou Rosa Luxemburgo (1985).

<sup>19</sup> Este recorte de seleção dos ministros do interior se justifica pelo recorte do trabalho aqui apresentado, isto é, pretendemos nos direcionar à análise do IV Plano diretor, elaborado durante o Governo Costa e Silva e executado durante o Governo Médici. Portanto, nos interessa aqui perceber a atuação dos ministros citados.

(1964); João Gonçalves de Souza (1964-1966); Rubens Vaz da Costa (1966-1967); General Euler Bentes Monteiro (1967-1969); General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira (1969-1971); General Evandro Moreira de Souza Lima (1971-1974) (NASCIMENTO, 2011).

A exposição acima realizada dos principais agentes inseridos nos dois órgãos, que se relacionam, no que diz respeito ao desenvolvimentismo é fundamental para percebermos os sujeitos envolvidos diretamente na elaboração das diretrizes que serão adotadas durante o “milagre econômico”, haja vista que estas diretrizes visam à defesa de interesses de frações de classe que pretendiam a nacionalização do projeto desenvolvimentista durante a ditadura Empresarial-Militar, sobretudo a fração industrial e financeira.

#### **IV PLANO DIRETOR: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ANÁLISE**

O IV Plano Diretor é considerado aqui como continuidade de um processo de planejamento econômico por parte da Sudene, desde o lançamento de seu I Plano Diretor direcionado aos anos 1961-1963. Consideramos os Planos Diretores como projeto que visa à consolidação da hegemonia do projeto desenvolvimentista nos anos de ditadura Empresarial- militar no Brasil.

A Sudene está perfeitamente alinhada com a ideologia sustentada pela Escola Superior de Guerra: A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que relacionou em seu sustentáculo a integração nacional, a colonização e o desenvolvimento econômico, além, é claro, da repressão como fator legitimador de sua ideologia com base na Lei de Segurança Nacional promulgada em 04 de abril de 1935. Segundo o manual básico da Escola Superior de Guerra o desenvolvimento nacional “consiste no desenvolvimento dos elementos básicos da nação, ou seja, desenvolvimento do homem, da terra e das instituições” (ESG, 1977, p. 291). Acreditamos que essa interpretação seja favorável à reprodução capitalista que vinha ocorrendo no Brasil, haja vista que, com base em interpretação marxista, a Reprodução Ampliada de Capital ocorreria a partir de investimentos em capital constante (subdividido em capital fixo e capital circulante) e capital variável; sendo que o capital constante representa os gastos da fração burguesa com os meios de produção - isto é, instrumentos, matérias-primas – e o capital variável, referente a gastos com salários, isto é, trabalho humano.

A partir da lógica acima exposta e da definição de desenvolvimento nacional apontado pela ESG consideramos a terra como forma de exploração de matéria-prima – portanto, capital constante – e o homem como trabalho – portanto, capital variável, fundamentais à lógica de reprodução de capital. Esse seria o eixo fundamental real de sustentação do projeto de integração nacional defendido pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Ainda no que tange à DSND, temos destacada no manual básico da ESG uma concepção de desenvolvimento nacional que relaciona este ao poder nacional e ao bem comum no sentido da nacionalização dos interesses privados das frações burguesas como necessidades imediatas da assim chamada nação brasileira, tendendo, obviamente, à centralização do homem neste projeto sendo o homem, portanto, “a origem, o meio e o fim do desenvolvimento” (ESG, 1977, p. 294).

Há que se lembrar de que esta necessidade de reafirmar o homem no centro do processo de desenvolvimento não busca uma valorização do homem, e como posto na citação em destaque, quase um antropocentrismo em seu sentido antropológico, o que se pretende a partir desta citação é promover mais uma vez a lógica de reprodução ampliada das bases capitalistas. Basta lembrarmos que a produção constante de mais-valor é o que garante as proporções cada vez maiores de lucros aos capitalistas. Portanto, a ideologia desenvolvimentista contida na DSND reforça o caráter de reprodução ampliada do capital e dará bases à atuação das demais instituições que agiriam em prol do crescimento econômico. O IV Plano Diretor da Sudene se insere claramente nesta lógica.

O IV Plano Diretor foi escrito durante a gestão do Ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima<sup>20</sup> e do Superintendente da Sudene General Euler Bentes Monteiro<sup>21</sup>. Em um texto introdutório ao plano diretor em questão, intitulado “A quarta etapa do plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste”, Albuquerque Lima aponta que o grande obstáculo ao desenvolvimento nacional é a

---

<sup>20</sup> Afonso Augusto de Albuquerque Lima era militar, tendo atuação direta no âmbito político desde 1927 quando ainda era aluno. Participou da criação da Sudene em 1959 e nos anos 1960 fez cursos na CEPAL. Após a deflagração do golpe de 1964 ocupou os seguintes cargos no Estado Restrito: Interventor da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), (1964); Chefia do estado maior do I exército (1965); Diretor-geral das vias e transportes do exército (1966); Diretor geral de Engenharias e comunicações (1967); Ministério do Interior (1967-1969). No âmbito da Sociedade Civil ocupa os cargos: Diretor-presidente da Confecções Sparta e Sparta Nordeste e vice- presidente da União de Empresas Brasileiras (década de 1970). (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV).

<sup>21</sup> Euler Bentes Monteiro, assim como Albuquerque Lima atuava diretamente no âmbito político desde os anos

30. Após o golpe de 1964, exercia as seguintes funções no âmbito do Estado Restrito: comando da Escola de Comunicações do Exército (1964); chefiou a Comissão Mista Brasil-Paraguai (1964); Superintendente da Sudene (1967- 1969). (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV).



disparidade – no que tange ao desenvolvimento econômico – entre as regiões do país. Esta disparidade só poderia ser resolvida com um planejamento econômico eficaz que promovesse a integração nacional. Portanto,

A integração das vastas áreas do norte no espaço econômico que hoje compreende os polos dinâmicos do centro sul e da economia nordestina constitui um desafio à manutenção de nossa soberania e afirmação da nacionalidade. Sem esta integração, põe-se em jogo o próprio significado do desenvolvimento que se pretende [...] (LIMA, 1968, p.6).

É perceptível, portanto, a centralidade que a integração nacional ganha neste projeto em consolidação, como forma de promover o desenvolvimento do nordeste a fim de acompanhar o ritmo de crescimento econômico dos eixos sul sudeste. No entanto, este crescimento econômico precisa ser percebido como forma de acumulação de capital crescente a uma fração burguesa, ou melhor, a frações burguesas que se constituíam quanto classe dirigente durante os governos Costa e Silva e Médici, a saber: a fração industrial e a fração financeira.

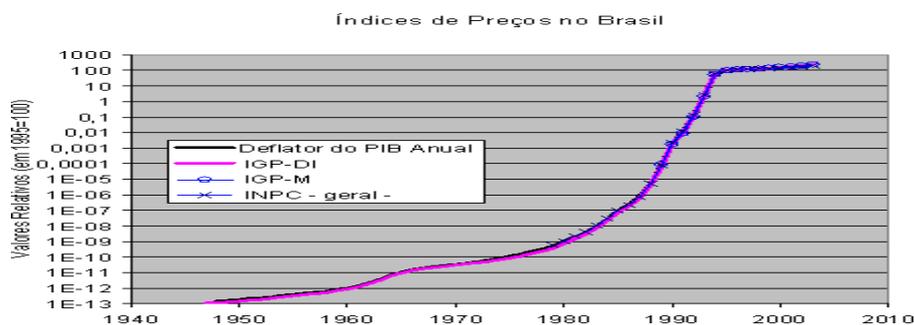
Em sua apresentação do IV Plano Diretor, Euler Bentes Monteiro aponta os objetivos gerais a serem alcançados pelo dito plano: a) corrigir distorções existentes no processo de desenvolvimento a partir de investimentos públicos e privados; b) o fortalecimento do sistema regional de planejamento a partir da criação de instituições e fundos que tornem eficazes a ação da Sudene, como a Fundação para Pesquisa dos Recursos Naturais do Nordeste e do Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE); c) o fortalecimento do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN) (MONTEIRO, 1968, p. 9-10). No que tange aos objetivos específicos, o superintendente aponta como objetivos específicos – relacionados às distorções existentes: a) aumentar o conteúdo social do processo de desenvolvimento através de uma mais justa distribuição de renda; b) atenuar o desnível de aumento de produtividade entre os setores agrícola e industrial e; c) uma melhor distribuição entre os estados nordestinos dos diversos incentivos econômicos administrados pela Sudene. (MONTEIRO, 1968:10). No que tange ao primeiro objetivo específico, podemos constatar uma disparidade após a execução do IV Plano diretor (1969-1973) a partir da análise de alguns aspectos: através da apresentação dos salários nominais dos trabalhadores e sua relação com os índices de preços, a distorção entre os salários das regiões e entre o PIB e os salários.

**Tabela 1 - Salário Nominal entre 1965 e 1973 (em Cr\$):**

Capitais	02.1965	02.1966	02.1967	03.1968	04.1969	04.1970	04.1971	04.1972	04. 1973
Porto Velho	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Rio Branco	30,90	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Manaus	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Boa Vista	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Belém	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Macapá	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
São Luís	25,20	39,60	51,00	73,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Teresina	20,00	36,00	48,00	60,00	76,80	98,40	124,80	151,20	182,40
Fortaleza	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Natal	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
João Pessoa	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Recife	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Maceió	26,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Aracaju	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Salvador	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Belo Horizonte	42,00	64,32	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80
Vitória	32,40	51,60	66,00	82,50	100,80	124,80	156,00	187,20	225,60
Niterói	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Rio de Janeiro	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
São Paulo	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Curitiba	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Florianópolis	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Porto Alegre	36,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Cuiabá	33,00	51,80	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Goiânia	34,00	51,84	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Brasília	42,00	63,60	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80

FONTES: Decretos-leis - 5977 de 10-11-1943; 30 342 de 24-12-1951; 35 450 de 1-5-1954; 39 604-A de 14-7-1956; 45 106-A de 24-12-1958; 49 119-A de 15-10-1960; 51 336 de 13-10-1961; 51 613 de 3-12-1962; 53 578 de 21-2-1964; 55 803 de 26-2-1965; 57 900 de 2-3-1966; 60 231 de 16-2-1967; 62 461 de 25-3-1968; 64 442 de 1-5-1969; 66 523 de 30-4-1970; 68 576 de 1-5-1971; 70 465 de 27-4-1972 e 72 148 de 30-4-1973. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973. Elaboração própria.

### Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010:



Fonte: [http://ecen.com/eee41/eee41p/indices\\_de\\_inflacao\\_para\\_internet.htm#2.4](http://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm#2.4)

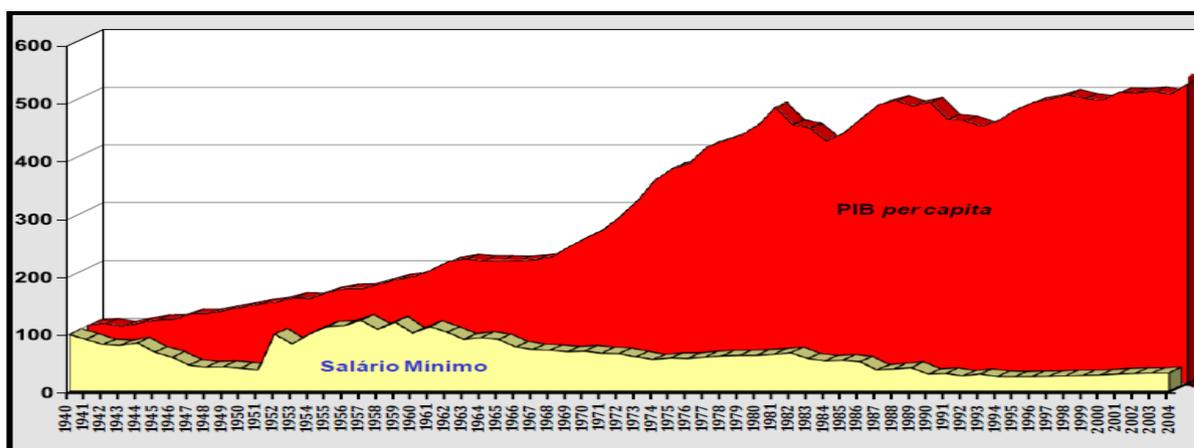
A partir da exposição feita podemos constatar que o salário nominal cresce em todas as capitais entre os anos de 1964 e 1973, no entanto o índice geral de preços também se mantém

em ascensão constante entre as décadas de 1960 e 1970, o que demonstra que um aumento salarial não pode ser representação de melhoria da classe trabalhadora, ou como sugere o objetivo proposto por Monteiro “uma mais justa distribuição de renda”. No que tange à análise dos salários entre as regiões norte-nordeste e sul-sudeste percebemos que a média dos salários dos estados do norte-nordeste entre março de 1968 e abril de 1969 é de Cr\$ 87,68 e do eixo sul-sudeste, no mesmo período, é de Cr\$ 117,60. Essa era uma das desproporções que a Sudene pretendia combater em seu IV Plano Diretor.

No entanto, quando calculamos a média dos salários nas regiões entre maio de 1972 e abril de 1973 (final da vigência do IV Plano Diretor) temos que no eixo norte-nordeste a média do salário nominal é de Cr\$ 195,20 e no eixo sul-sudeste, no mesmo período, essa média é de Cr\$ 248,20, portanto há a permanência da desproporção que a Sudene pretendia combater entre os eixos norte-nordeste e sul-sudeste. Além disso, se percebemos proporção do aumento salarial nas duas regiões entre março de 1968 e abril de 1973 temos que, há um acréscimo médio de Cr\$ 107,52 no eixo norte-nordeste e de Cr\$ 130,60 no eixo sul-sudeste.

Essa análise nos permite perceber o aumento dos salários nominais no eixo sul-sudeste mais acelerado que o eixo norte-nordeste de forma que a disparidade persiste ao final do IV Plano Diretor. Isto pode ser explicado por conta da desvalorização proposital da mão de obra do eixo norte-nordeste no sentido de aumentar o índice de valor a partir da contratação desta mão de obra em investimentos promovidos pela Sudene, ou seja, a mão de obra barata permitia investimentos extremamente lucrativos na região, pois não havia um alto índice na contabilização do capital variável na engrenagem de reprodução de capital. Outra forma de análise que permite percebermos que não houve um desenvolvimento nacional com base na resolução do problema da desproporção, diz respeito à relação entre PIB e salários:

#### **Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB per capita – 1940/2004\***



\*Fonte: Dieese.

O gráfico acima nos permite perceber a imensa desproporção existente entre o salário mínimo real e o PIB. É notável que entre os anos de 1969 e 1973 o salário mínimo real diminui

enquanto o Produto Interno Bruto permanece em ascensão. Podemos concluir, portanto, a partir da demonstração acima, que o desenvolvimento econômico pretendido pela Sudene tem por objetivo o aumento da concentração do capital nas mãos de industriais e financistas e não um desenvolvimento nacional que tenha um certo caráter humanitário como propôs o Ministro do Interior, Albuquerque Lima, em nota introdutória ao IV Plano Diretor.

O IV Plano Diretor apresenta em sua primeira parte uma análise da situação econômica do nordeste e uma espécie de histórico da atuação da Sudene até o momento de elaboração deste. No entanto, a parte deste documento que nos interessa analisar é o projeto de atuação da Sudene para os próximos cinco anos (1969-1973), que se inicia no tópico “diretrizes para a execução do plano”.

Logo no início deste ponto destacado temos algumas considerações no que diz respeito à análise a partir do ponto de vista setorial, consideramos fundamental o destaque deste trecho do IV Plano Diretor

Do ponto de vista setorial, a experiência mostrou ter havido certo dinamismo dos órgãos estaduais e federais na execução de obras de infra-estrutura, notadamente nos setores de energia, transporte rodoviário e saneamento básico. A mesma constatação, entretanto, não pode ser feita em relação aos órgãos vinculados aos programas de agricultura e recursos humanos (educação, saúde, habitação e treinamento), cujo comportamento foi, com exceções, sob vários aspectos, restritivo na execução da política de desenvolvimento estabelecida pelo governo federal para o nordeste e adotada pelos três planos diretores já referidos (SUDENE, 1968, p.129).

Vimos no trecho anteriormente citado que o comitê de análise da Sudene destaca o pouco investimento no setor agrícola durante os três planos diretores anteriores. A explicação para esse pouco investimento está pautada na chamada substituição de importações ocorrida durante o governo Juscelino Kubitschek, isto é, o aumento de investimentos no que Francisco de Oliveira (1977) chama de Departamento III (bens de consumo duráveis), isto é, há uma alteração no processo de acumulação capitalista que tinha como base os investimentos maciços no departamento I (bens de produção) e no departamento II (Bens de consumo não- duráveis).

Os investimentos no departamento I se dão, neste período em análise, somente no sentido de subsidiar o departamento III, com foco para os investimentos no departamento no eixo norte-nordeste. No entanto, este investimento não se dá de forma a tornar este departamento a força motriz da engrenagem de reprodução de capital, mas um elemento entre tantos outros. Segundo o IV Plano Diretor, a solução para esse problema seria a instalação de agências que promovessem o desenvolvimento regional de forma harmônica, a começar por regiões que tenham o menor índice de renda. Portanto, seria fundamental uma reforma administrativa neste âmbito para um melhor funcionamento do projeto de desenvolvimento regional. Estas agências

atuariam em áreas estratégicas para o desenvolvimento do nordeste, a saber: energia, transporte, saneamento básico e, comunicações.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) atuaria no sentido de fazer uma “adaptação das atividades agrícolas às condições ecológicas com o aproveitamento racional dos recursos escassos de água e solos” (SUDENE, 1968, p. 281). A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) atuaria dando prioridade à irrigação e aos complementares de agropecuária, energia e transporte. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atuaria liberando investimento a curto e longo prazos para áreas estratégicas em destaque. A partir de dados disponíveis no IV Plano Diretor, no que diz respeito a programas e projetos a cargo das instituições responsáveis para os anos 1969-1973, temos a seguinte tabela:

**Recursos dos programas e projetos (Sudene, Suvale e DNOCS) 1969-1973 em  
NCr\$1.000,00\***

Agência	1969	1970	1971	1972	1973	Total
Sudene	183.417	218.748	264.813	310.593	364.999	1.342.570
Suvale	68.879	76.708	83.805	99.400	114.000	442.792
DNOCS	110.068	120.328	138.000	156.475	175.700	700.571
Total	362.364	415.784	586.618	566.468	654.699	2.485.933

\*Fonte: SUDENE. 1968. IV Plano Diretor.

É perceptível que a Sudene, como órgão responsável por coordenar e tomar a frente de recursos para o nordeste, lidera a quantidade de investimentos, sendo seguida pelo DNOCS e, por fim, pela Suvale. É importante ressaltar que o DNOCS é o órgão responsável por fazer a adaptação do solo à produção agrícola, no intuito de garantir matéria-prima como subsidio a áreas industriais e dinamizar a produção de bens de consumo não-duráveis (Departamento II). Havíamos mencionado anteriormente que há uma priorização ao departamento III frente aos demais departamentos, então, por que o investimento em um departamento que pouco contribuiria, à primeira vista, na reprodução de capital?

Na verdade, a engrenagem de reprodução ampla de capital requer uma dinamização entre os departamentos, haja vista que a reprodução ampliada de capital só ocorre, mesmo com a ampliação do capital financeiro, através da ampliação da expropriação de mais-valor. Isto é, além da geração de mais-valor ocorrida ao final da produção através do não pagamento de parte do trabalho socialmente necessário, representando, pois, o lucro da fração burguesa, o investimento no departamento I significa a recuperação, pela fração burguesia de mais uma parte de mais-valor, haja vista que o departamento I é o departamento que produz as mercadorias mais consumidas pela classe trabalhadora (bens de consumo não-duráveis).



\*Fonte: SUDENE. 1968. IV Plano Diretor. Elaboração própria.

Como anteriormente mencionado, a Sudene segue com um capital de investimentos total maior que as demais agências. Os investimentos tendem a crescer entre 1969 e 1973 em todas as agências, o que nos permite concluir que, a partir das análises anteriormente feitas, há um projeto que pretende consolidar a acumulação de capital no Brasil através da progressiva reprodução ampliada de capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho nos propusemos a perceber como o IV Plano Diretor pretendia promover o processo de integração nacional com base em desenvolvimento regional com a finalidade de romper com as desproporções que vinham ocorrendo entre os eixos sul-sudeste e norte-nordeste. Vimos que no que tange aos trabalhadores essa desproporção continuou em diversos aspectos: no índice de salários dos trabalhadores entre os eixos sul-sudeste e norte-nordeste, entre os salários e o Produto Interno Bruto e entre a capacidade de poder de compra dos trabalhadores e os salários nominais recebidos.

Além disso, vimos que o projeto tem como objetivo, na verdade, promover uma lógica ampliada de reprodução de capital com base nos investimentos feitos em cada departamento de produção de bens. Portanto, o que se percebe é que o planejamento econômico realizado pela Sudene através do IV Plano Diretor não se propõe a um desenvolvimento econômico que objetive uma equidade entre populações das regiões do Brasil, mas uma lógica de acumulação de capital em torno das frações industriais e financeiras no país.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Manual Básico – Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1977.

BRASIL. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife: Sudene, 1968.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. **Cadernos do cárcere. Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

IORIO, Gustavo Soares. **SEGURANÇA NACIONAL, DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA: a institucionalização do Ministério do Interior no Brasil (1964-1969)**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, 2015.

LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A quarta etapa do plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste. BRASIL. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife: Sudene, 1968.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, Euler Bentes. Apresentação. IN: BRASIL. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste**. Recife: Sudene, 1968.

NASCIMENTO, Angela Cristina Moreira do. **Sudene, informação, e educação em Pernambuco, (1960-1980)**. Recife: Dissertação de Mestrado, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>

(Acessado em 03/09/2018).

[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima)

[albuquerque-lima](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima) (Acessado em 03/09/2018).

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene> (Acessado em 02/09/2018)

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMDR.pdf> (Acessado em 03/09/2018).



# ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO: ANÁLISE DE SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA E ELABORAÇÃO DE UM MATERIAL PARADIDÁTICO SOBRE A BALAIADA

*Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus\**

**RESUMO:** Este trabalho sobre o ensino de história do Maranhão tem como objetivo a análise de sua produção didática, com ênfase no processo de construção da ordem imperial e, como consequente, a produção de um material paradidático sobre a Balaiada (1838-1841) destinado aos estudos de História Regional do Maranhão na educação básica. A problemática deste estudo consiste em trazer as representações da memória histórica e as identidades políticas, com destaque para consciência política das camadas populares envolvidas nesse movimento, estabelecendo uma crítica à abordagem tradicional presentes nos materiais didáticos, os quais desconsideram os protagonismos das camadas populares nesse contexto de construção da ordem imperial. Dessa forma, foi desenvolvida uma discussão teórica com os conceitos sobre o ensino de História, seguida de um panorama da História Local/Regional, da análise da historiografia sobre a Balaiada e da produção didática utilizada em sala de aula sobre o processo de construção da ordem imperial no Maranhão Oitocentista. Por fim, elaboramos um material paradidático sobre a Balaiada que discute a história política do Maranhão imperial no contexto do processo de Independência (1823-1841), com base na relação entre as elites liberais e as camadas populares. O propósito é destacar o protagonismo das camadas populares nos movimentos políticos e sociais que marcaram o processo de construção da nova ordem imperial, cujo exemplo principal foi a revolta da Balaiada, que envolveu diferentes segmentos sociais, e contou desde o início com lideranças populares.

**Palavras-chave:** Ensino de História. História do Maranhão. Balaiada.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa *A Balaiada na Sala de Aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”* resultou em uma dissertação de 196 páginas, dividida em 4 capítulos, e mais um paradidático de 49 páginas como apêndices, a fim de atender a orientação do mestrado profissional que demanda um produto didático para a aplicação na educação básica. Essa dissertação teve como objetivo analisar o ensino de História do Maranhão e produzir um material paradidático destinado aos estudos de História Regional do Maranhão, abordando o movimento da Balaiada, ocorrido na primeira metade do século XIX, na preocupação de trazer as representações da memória histórica, as identidades políticas, com destaque para consciência política das camadas populares envolvidas nesse movimento.

O propósito foi destacar o protagonismo das camadas populares nos movimentos políticos e sociais que marcaram o processo de construção da nova ordem imperial, em especial, a Balaiada. Nesse sentido, o interesse em fazer esse trabalho, por meio do Programa de Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas (atual Programa de Pós-Graduação em História -

---

\*Mestre em História, Ensino e Narrativa pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativa (PPGHEN-UEMA), atual PPGHIST. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo IESF. Licenciado em História pela UEMA. Licenciado em Pedagogia e Bacharel em Teologia pela FATEH.

PPGHIST), da Universidade Estadual do Maranhão, através da linha de pesquisa Memória e Identidade, foi colaborar para a produção didática da História do Maranhão, divulgar a pesquisa acadêmica e a necessidade de levar os estudantes a conhecerem a História do Maranhão, pensando acerca dos processos históricos na constituição da consciência histórica desses alunos, enquanto sujeitos ativos, capazes de lerem o mundo ao seu redor. Além de colaborar para que os alunos conheçam interpretações da História do Maranhão, pensem acerca das suas origens e identidade e passem a valorizar a pluralidade étnica, cultural que compõe a formação social do Maranhão.

Esse trabalho é relevante para a valorização de uma História Local/Regional, ainda pouco trabalhada nos escassos materiais didáticos existentes. A comunidade escolar maranhense se ressentia dessa carência de materiais didáticos, especialmente elaborados por especialistas, ou seja, historiadores. Tendo em vista que o ensino de História do Maranhão pouco tem sido lecionado na sala de aula, assim, neste trabalho, damos ênfase ao ensino da História Local/Regional, especialmente, ao Ensino de História do Maranhão que por muito tempo encara o problema da ausência de materiais didáticos adequados, recentes e em harmonia com as exigências legais. Outro problema abordado foi a implementação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), em que os conteúdos específicos da História do Maranhão, que ainda eram vistos no currículo nacional, deixaram de ser exigidos, o que gerou a quase exclusão dessa temática nas aulas de História.

O tema da pesquisa está vinculado à preocupação de analisar a participação das camadas populares nos movimentos políticos e na conjuntura da construção do Estado Nacional brasileiro, onde apresentamos as lutas políticas que se seguiram à adesão da independência no Maranhão até culminar nos movimentos da Setembrada e da Balaiada, inserindo essa abordagem no ensino de educação básica. Essa é uma problemática nova, pois como já nos referimos anteriormente, a historiografia oficial não lhe deu importância, sendo a identidade dos rebeldes populares omitida pela historiografia tradicional, o que se refletiu na sala de aula.

Nos anos de 1970, começam a surgir múltiplos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, enfatizando a história das camadas populares e suas formas de resistências, aspectos esses que são destacados por uma “história vista de baixo”. Não mais aquela produzida numa linha positivista que dava a conotação às camadas populares de bandidos, “arraia miúda”, “ralé” e “plebe ignara”. A historiografia que trata dos movimentos sociais do século XIX no Brasil passou a ter uma nova visão com novas abordagens metodológicas e novas fontes documentais, que resultam em romper com a visão tradicional positivista que revela as camadas populares brasileiras se manifestando em defesa de seus interesses indo de encontro a uma ordem dominante elitista e autoritária que vigorava no Brasil desde sua colonização. Estudos historiográficos se propuseram a ressaltar as atuações de gente comum, de homens e mulheres

que participaram de muitos movimentos sociais e populares e que passaram apagados ou deram lugar a uma história com versão falsa que esconde as lutas e os conflitos.

Com as mudanças ocorridas no século XX na forma de se escrever a história, foi possível ir ao encontro de conceitos de outras ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, a fim de analisar os excluídos da história, dando um novo lugar para entender seus anseios, motivações e revoltas, e trazer à tona a representação da memória desses sujeitos marginalizados.

Ao caracterizarmos esses excluídos da história em nosso trabalho, utilizamos os conceitos trabalhados por Hobsbawm em sua obra *Bandidos*<sup>1</sup>, em que analisa o banditismo social, a fim de perceber nas ações populares formas de reação às injustiças sociais que sofriam aqueles vistos como cidadãos de segunda classe, como um perigo à ordem social. O ladrão nobre vai iniciar sua carreira na marginalidade não porque gosta do crime, mas como vítima da injustiça social. O ladrão nobre “não é inimigo do rei ou imperador, fonte de justiça, mas apenas da nobreza, do clero e de outros opressores locais” (HOBSBAWM, 2010, p. 69).

Também enfatizamos os estudos do historiador marxista britânico Georges Rudé (1910-1993) para a análise dos movimentos populares na França e na Inglaterra de 1730-1848, na obra intitulada *A multidão na história*. Ao pensar nas manifestações populares no Maranhão (1823-1834), nos registros sobre tais eventos, podemos utilizar algumas ponderações de Georges Rudé para compreendermos melhor as reivindicações das camadas populares nos oitocentos. Como a multidão (entendida aqui como as camadas populares) na história foi considerada indigna de atenção séria, foi comum que a atenção dada aos seus motivos de reivindicações fosse superficial. As interpretações das causas que levaram grupos a se rebelarem tendiam a depender das atitudes e valores dos seus autores. Para aqueles que censuravam a multidão os motivos pareciam vis, que se deixavam levar pela atração do saque e outros instintos criminosos em potencial. Por outro lado, outros consideravam a multidão digna de simpatia ou compaixão e não de reprovação (RUDÉ, 1991).

A história do Maranhão oitocentista tem sido revisitada pela atual historiografia, resultando em novas abordagens e no uso de novas fontes históricas, ou novos olhares sobre a documentação já conhecida, mas essa nova produção acadêmica precisa ser incorporada no ensino de História Regional, na produção de materiais didáticos.

A dissertação aborda alguns dos problemas enfrentados pelo Ensino de História do Maranhão quanto à falta de materiais didáticos, já que essas produções são necessárias para os procedimentos de ensino. Por essa razão, apresentamos uma discussão sobre as problemáticas que o ensino de história enfrenta na educação básica e as dificuldades enfrentadas pelo Ensino de História do Maranhão na sala de aula, pois como quase não existem livros didáticos sobre

---

<sup>1</sup> Segundo Hobsbawm, o termo tem origem no italiano *bandito*, que em síntese significa banido.

História do Maranhão para a Educação Básica, os professores encontram dificuldades para ensinarem a história local, o que os obriga a prepararem as suas aulas diretamente das produções acadêmicas disponíveis e conhecidas.

## **2. OBJETIVOS:**

### **2.1 GERAL:**

- Analisar o ensino de história do Maranhão e elaborar um material paradidático sobre a Balaiada, no contexto do processo de Independência (1823-1841), com destaque para a relação entre as elites liberais e as camadas populares.

### **2.2 ESPECÍFICOS:**

- Analisar a produção didática utilizada em sala de aula sobre o processo de construção da ordem imperial no Maranhão Oitocentista.
- Apresentar as interpretações da historiografia sobre a Balaiada, contemplando autores memorialistas, cronistas e os acadêmicos.
- Destacar o protagonismo das camadas populares nos movimentos políticos e sociais que marcaram o processo de construção da nova ordem imperial, com destaque para a Balaiada.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste trabalho corresponde a análise historiográfica, teórica e documental. No primeiro momento, fez-se uma análise bibliográfica de como os autores locais e nacionais trabalham essas questões da ordem política imperial. Como fundamentação teórica utilizou-se trabalhos que tratam da nova História Política, da História Social e do Ensino de História.

Em seguida, partiu-se para as análises das fontes primárias oficiais, como o acervo de ofícios expedidos pelas autoridades a fim de tratar das medidas para contornar os acontecimentos políticos do contexto da Balaiada, as Atas do Conselho Provincial e Conselho Presidencial, Relatórios e Falas dos Governantes, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Outro acervo precioso é constituído pelos jornais da época, localizados na Biblioteca Pública “Benedito Leite”.

Desse modo, os textos e documentos selecionados deram uma visão do processo histórico compreendido entre a Independência, Setembrada e Balaiada. Sua escolha obedeceu a critérios que levam em considerações os seguintes aspectos: a programação de leituras consideradas essenciais aos alunos de ensino médio; apresentação da historiografia referente aos oitocentos; adequação dos textos, na sua escrita e forma, para atender as reais condições de ensino e aprendizagem na educação maranhense.

Quanto ao paradidático, produto principal da dissertação, está dividido em capítulos contendo textos e documentos em cada um deles, que vêm precedidos de uma apresentação do assunto e de questões que podem servir para discussões e trabalhos em sala de aula. Pequenos comentários acompanham os textos ou/e documentos que compõem os capítulos na finalidade de proporcionar ao aluno elementos para uma melhor compreensão dos mesmos. O paradidático serve de estímulo para que os alunos e professores aprofundem leituras acerca da história do Maranhão Oitocentista, especificamente a construção da ordem política imperial na província (1823-1841).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A representação sobre o passado tem importância para a atuação do indivíduo no presente. No que se refere ao ensino de história, o estudante das classes populares, que, na escola e fora dela, recebe essa representação tendenciosa e excludente possivelmente tenderá a se olhar e a agir conforme os estereótipos difundidos pelos grupos dominadores.

Assim, o estudante que entender a participação popular no passado, com todas as suas características e contradições, será capaz de atuar criticamente, “sem cair na tentação de criação de heróis populares, cheios de virtudes, de bravura, o aluno será levado a pensar a própria realidade de maneira contraditória, com interesses antagônicos, uns dominantes, outros dominados, mas nem por isso passivos” e sujeitos à vontade dos grupos dominantes. Caso esse aluno perceba “o passado não como mero produto da ação dos grupos dominantes, mas como resultado dos conflitos de interesses entre dominantes e dominados, terá captado melhor o potencial e as limitações” das camadas inferiores na sua luta “contra as camadas dominantes e dadas um passo à frente no sentido da superação da sociedade de classes” (DAVIES, 2014, p. 137-138).

A motivação para a escolha do tema da pesquisa partiu da constatação da necessidade urgente da renovação do ensino de História do Maranhão, com a produção de novos materiais didáticos que contribuam para a formação crítica dos alunos. A falta desses materiais sobre a História do Maranhão gera uma grande lacuna no ensino de história local, uma defasagem dos conteúdos ensinados e, por conseguinte, na reflexão crítica sobre a produção do saber escolar.

Com a finalidade de fazer abordagens didáticas e colocar essas questões da História Local para além das discussões acadêmicas, estendendo-as para a educação básica, elaboramos um paradidático intitulado de *A Guerra da Balaiada*, que apresentamos como produto da dissertação.

Os capítulos da dissertação representam o percurso desenvolvido para a elaboração do paradidático, uma vez que a fundamentação necessária para a sua produção implicou na escolha de determinadas referências teóricas e historiográficas utilizadas, bem como uma documentação composta por materiais didáticos. Ao final expusemos uma breve experiência de aplicação do

material paradidático em duas escolas da rede pública, a qual permitiu uma reflexão inicial sobre a recepção desse material em relação ao seu público escolar.

O primeiro capítulo, intitulado *O Ensino de História Regional/Local e suas Problemáticas*, fez a abordagem do ensino Local/Regional e as suas problemáticas, com base na legislação nacional, como a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com intuito de evidenciar as bases legais na direção do ensino de História no que tange a História Local e Regional. Apresentamos uma discussão sobre certos conceitos ligados ao conhecimento histórico e ao ensino de História, como *Memória e Identidade*, *Memória Histórica*, *Memória Coletiva*, *Consciência Histórica*, *Aprendizado Histórico*. Por fim, discutimos acerca da ausência de materiais didáticos de História do Maranhão, e a implementação do ENEM, que não contempla os estudos locais.

O segundo capítulo intitulado *A Balaiada no Maranhão: história e historiografia* inicia com uma contextualização do Brasil e do Maranhão no que se refere ao processo de Independência e construção da nova ordem política, apresentando os ideais do Liberalismo no processo da construção da nova ordem, em que a América se torna independente de suas metrópoles. Em seguida, fizemos uma breve análise da historiografia maranhense da Balaiada com objetivo de mostrar as muitas interpretações acerca desse processo histórico, nas quais há visões conservadoras, que denotam os balaios como baderneiros, ladrões, bandidos, dados ao mundo do crime, por outro lado, existem aquelas releituras desse movimento, que explicam as ações dos balaios como modo de se expressarem contra seus governantes que os afastavam dos processos políticos e não lhes dando oportunidades e condições de vida digna e adequada.

Para essa análise, utilizamos os autores que interpretaram esse movimento sob a ótica da historiografia tradicional como Magalhães (1848) e Ribeiro do Amaral (1898), esses são os mais contemporâneos ao movimento, Rodrigo Otávio (1942), Eloy Coelho Netto (1990), José Sarney (2003). Como representantes de uma historiografia mais revisionista destacamos Carlota Carvalho (1924) e Astolfo Serra (1946) que dão um olhar mais humano aos rebelados; e historiadores de profissão como Maria Janotti (1987), Claudete Maria Miranda Dias (1995), Elizabeth Abrantes (1996), Matthias Assunção (1998) e Sandra Regina Rodrigues dos Santos (2010), os quais trazem novas perspectivas acerca da relação entre balaios e bem-te-vis, assim como a luta dos escravos.

No capítulo 03, intitulado *Manuais Didáticos de História do Maranhão: a construção da ordem imperial*, discutimos sobre o Ensino de História com base nas pesquisas mais recentes sobre esse campo, especialmente para tratar da questão dos livros didáticos de história. Contextualizamos e analisamos os materiais didáticos sobre a História do Maranhão lançados no período que vai da primeira República até a República Nova. É importante dizer que os materiais didáticos de 1959 e 1986 foram lançados com decreto oficial a pedido do Governo do Estado. Segue abaixo um quadro com a catalogação da produção didática analisada.

Quadro 01 – Livros didáticos catalogados acerca da História do Maranhão

LIVROS DIDÁTICOS		AUTORES
01	<i>História do Maranhão (Tomo I e II) (1904)</i>	Barbosa de Godóis
02	<i>História do Maranhão – edição para escolas (1914)</i>	Ribeiro do Amaral
03	<i>Pequena História do Maranhão (1959)</i>	Mario M. Meireles
04	<i>História do Maranhão (1960)</i>	Mario M. Meireles
05	<i>Conheça o Maranhão (1971)</i>	Rosa Mochel Martins
06	<i>Terra das Palmeiras (1977)</i>	Maria Nadir Nascimento, Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro
07	<i>Pedra da Memória (1979)</i>	Maria Ceres Rodrigues Murad
08	<i>História do Maranhão (1981)</i>	Carlos Lima
09	<i>Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (Primeiro Grau) (1981)</i>	Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira
10	<i>Terra e Gente – Livro de Leitura (Primeiro Grau, Quarta série) (1986)</i>	Governo do Estado do Maranhão
11	<i>Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau) (1988)</i>	José Raimundo Lindoso Castelo Branco
12	<i>História do Maranhão (2001)</i>	Maria Nadir Nascimento
13	<i>História do Maranhão (2005)</i>	Marcus Saldanha
14	<i>História do Maranhão (2006)</i>	Francisco Melo
15	<i>Estudo Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão (Ensino Médio, Pré-vestibulares e Concursos) (2007)</i>	Joan Botelho
16	<i>História e Geografia do Maranhão (2007)</i>	Célia Siebert e Renata Siebert
17	<i>História do Maranhão (Ensino Fundamental quarta e quinta série) (2011)</i>	Francisco Coelho Sampaio
18	<i>Maranhão História (2013)</i>	Célia Siebert e Renata Siebert
19	<i>História do Maranhão (Ensino Fundamental quarta e quinta série) (2013)</i>	Francisco Coelho Sampaio e Maria Viana
20	<i>Que Ilha Bela! São Luís, O Tempo reconstrói a Tua História (1612-2012) (2013)</i>	Lúcia Castro

Destacamos que os livros didáticos elaborados a partir da República Nova (1985) com o surgimento dos PCNs e do PNLD propostos pelo MEC foram importantes, pois o ensino de História recebe outras abordagens, mesmo que em certos materiais didáticos permaneçam com resquícios de uma História tradicional.

No capítulo 04, intitulado *Paradidático de História do Maranhão: a Guerra da Balaiada*, discutimos sobre a importância do uso do paradidático em sala de aula, com os pesquisadores Fernandes (1995), Munakata (1997), Laguna (2001), Menezes e Santos (2001), Bittencourt (2012), Karnal (2016). Apontamos as motivações e justificativas do paradidático *A Guerra da*

*Balaiada*, assim como fazemos a descrição desse paradidático, com as informações gerais de orientação da pesquisa, elaboração da capa, diagramação formato, fotos e seções.

Quanto ao paradidático *A Guerra da Balaiada*, está dividido em 03 capítulos. Começa com uma carta ao aluno (**Caro (a) estudante**), na qual mostra a finalidade dessa produção didática, que é abordar a participação popular no Brasil do século XIX, tomando como exemplo a experiência histórica do movimento da Balaiada. A Apresentação tem por título **Conheça o seu Paradidático**, em que o estudante encontrará a explicação sobre os itens que compõe o paradidático, como a *Introdução, Ponto de Vista, Por dentro da História, Saiba mais, De Olho no Mapa, Aprendendo Mais com a Literatura, Cinema, Internet, Documento e Música, Pense Diferente, Hora de Pesquisar, História e Documento, Glossário*. Na **Introdução**, há algumas noções iniciais da História como disciplina e das novas abordagens que destacam o protagonismo das camadas populares na História do Brasil, em especial, no estudo da Balaiada. As seções que fazem parte em alguns capítulos são:

A seção **Ponto de Vista** propõe a aplicação dos conhecimentos estudados, com questões para reflexão e análise; a seção **Por dentro da História** traz trechos de como historiadores de profissão abordam a questão estudada; a seção **Saiba mais** amplia os conhecimentos, permitindo uma melhor compreensão do tema tratado; a seção **De Olho no Mapa** dá uma visão geográfica e localiza espacialmente os episódios ocorridos no Maranhão oitocentista; a seção **Aprendendo Mais com a Literatura, Cinema, Internet, Documento e Música** tem conteúdos que sugerem novas informações a serem pesquisadas em livros, música, site, documentos e filmes; a seção **Pense Diferente** ensina a pensar diferente a temática que é veiculada, especialmente pela mídia, levando ao exercício da reflexão; a seção **Hora de Pesquisar**, incentiva a pesquisar na internet, livros, jornais, dicionários históricos, etc, assuntos que foram mencionados, mas não aprofundados neste material; a seção **História e Documento** leva o aluno a ter contato com reproduções de textos (documentos) produzidos na época do tema estudado; a seção **Glossário** que se encontra ao lado direito das páginas dos capítulos, apresenta o significado das palavras destacadas ao longo de todo o paradidático.

Os três capítulos do paradidático desenvolvem a temática que é objeto deste estudo. Os capítulos oferecem um texto principal e seções que estão articuladas entre si e visam contemplar diversas áreas do conhecimento. O capítulo 1, **A Construção do Brasil Império**, divide-se em três tópicos: *A Independência Política do Brasil: onde está o povo?; Primeiro Reinado: da aclamação à abdicação; Farinha do Mesmo Saco: grupos políticos no império brasileiro*. O capítulo 2, **O Maranhão no Contexto da Construção da Ordem Imperial**, apresenta-se em três tópicos: *A Adesão do Maranhão à Independência – Por que foi diferente?; Escravidão do Maranhão no Século XIX; Setembrada: tropa e povo*. No capítulo 3, **A Guerra da Balaiada**, os três tópicos são: *“O Balaio Chegou”: os episódios da guerra; O que aconteceu com os Líderes Populares da Balaiada?; Balaiada e o Presente*.



A conclusão traz a música, *Balaio da Balaiada*, do compositor maranhense Antônio Vieira, na finalidade de levar o estudante a essa apropriação da Balaiada como movimento de resistência: “*Se você ama ser livre, De opressão odiada, Você também é um balaio, Que nem os da Balaiada*”. As Referências bibliográficas sobre o Brasil e Maranhão, no contexto do processo da Independência e da Balaiada, utilizadas neste material paradidático, serviram de fundamentações para os textos principais, seções, introdução e conclusão.

Por fim, mostramos a síntese das duas oficinas realizadas em duas escolas da rede pública, nas quais os professores e alunos deram contribuições significativas para esse paradidático, que se encontrava ainda em processo de construção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História trata sobre o ensino de história do Maranhão com o objetivo de analisar os livros didáticos sobre a temática do Maranhão Império e produzir um material paradidático sobre o processo de construção da ordem imperial, com ênfase na Balaiada (1838-1841), destinado aos estudos de História Regional do Maranhão. A produção do material paradidático “A Guerra da Balaiada” trata do processo de construção da ordem política imperial no Maranhão, razão pela qual sua construção se deu considerando os seguintes temas: a Independência do Brasil e sua peculiaridade no Maranhão; o movimento da Setembrada que envolve os acontecimentos ocorridos após a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831; e finalmente a Guerra da Balaiada, apontando suas causas, as características do conflito, sua composição social e o protagonismo dos líderes populares.

Nesse processo, fizemos uma oficina em duas escolas da rede pública que alcançou seu objetivo proposto, que foi de levar a participação popular para a sala de aula, e perceber as reações dos professores e alunos a respeito do paradidático *A Guerra da Balaiada*, elaborado como produto da dissertação do mestrado profissional. Nessa oficina, tivemos contribuições significativas dos professores e alunos.

Em vista dos argumentos apresentados ao longo do texto dissertativo, observamos como ensino de História é importante para a formação crítica dos alunos para que os mesmos sejam sujeitos ativos da sua própria história e atuem de forma consciente em sua realidade histórica. O ensino de história ainda enfrenta dificuldades como a desvalorização do “saber escolar” em oposição ao acadêmico, e quanto ao Ensino de História do Maranhão os problemas enfrentados se somam à avaliação do ENEM que exclui dos seus conteúdos a história local. Apresentamos a história e discussão da historiografia maranhense sobre o a Balaiada com fim de mostrar as diversas interpretações desses movimentos nas versões de uma historiografia tradicional que negava a participação popular e uma historiografia revisionista que tem um olhar mais humanizado dos agentes populares. Se essas discussões chegarem à sala de aula podem levar os

alunos, especialmente o das camadas populares, a refletirem suas condições atuais e podendo até interferir no seu presente.

Notamos que a historiografia tradicional ou oficiosa não deu atenção para as camadas populares nos processos históricos o que se refletiu na sala de aula, enquanto o conteúdo da Balaiada quando é trabalhado reproduz a versão da historiografia que nega a participação popular. E que a abordagem da participação popular na sala de aula e nos livros didáticos, sobretudo da história política imperial maranhense no ensino de educação básica, possibilita a desconstrução de alguns mitos presentes na historiografia maranhense e em processos semelhantes a esses, especialmente aqueles relacionados à participação dos setores populares como simples massa de manobra, agindo sem propósitos e sem consciência política.

Desse modo, inferimos que esses materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para contribuir no desenvolvimento crítico dos alunos. A obra *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal* (1904), de Barbosa de Godóis foi escrita no contexto dos anos iniciais da República como nova forma de governo. Passadas quase seis décadas, o historiador Mário Meireles lança seu trabalho intitulado *Pequena História do Maranhão* (1959) que não difere muito do autor anterior. As autoras Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira ao escreverem *Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (Primeiro Grau)*, em 1981, utilizam-se de uma historiografia tradicional e não trazem problemáticas críticas aos temas apresentados. A obra mais recente, do historiador Joan Botelho (2007), já traz uma historiografia revisionista e temáticas até então não contempladas nas obras didáticas relacionadas a História do Maranhão, no entanto, no aspecto da linguagem e da apresentação didática, ainda não se adequa muito bem para a sala de aula, considerando os critérios atualmente exigidos para essa produção didática.

Observamos ao longo do trabalho que a prática com o livro didático é muito importante para o processo de ensino aprendizagem do aluno, é por meio do livro que chega a maior parte do conhecimento que o discente adquire sobre a História. Assim, a escolha do livro escolar deve ser realizada com bastante cautela para que o estudante, principal beneficiado com o material, possa usufruir dos conteúdos nele contidos para exercer de forma consciente sua cidadania e interpretando os processos históricos, nas tomadas de decisões quer seja em benefício próprio ou coletivo.

O livro didático tem um caráter complexo, que para além de sua função pedagógica, é uma mercadoria, com vários interesses perpassando sua construção. Existem várias transações na escolha desse material didático, e o PNLD auxilia o docente no ato da escolha, enquanto os PNC's orientam os objetivos a serem alcançados com os conteúdos nele postos. Portanto, os historiadores não podem ficar indiferentes da aplicação dos conhecimentos históricos nos

materiais didáticos, daí a importância de se estudar a história dos manuais didáticos, pois, no decorrer da história do Brasil modificou-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem.

Diante desse desafio de fazer a crítica aos materiais didáticos e ao mesmo tempo contribuir com o ensino de história do Maranhão por meio da produção de um paradidático, construímos o texto dissertativo e apresentamos um produto que esperamos que seja muito útil no meio escolar, ao mesmo tempo em que vem suprir uma lacuna na produção didática da história local.

## REFERÊNCIAS

### 1) Fontes (ou Documentação)

#### a) Documentos da Legislação

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9.394, de 20/12/1996). Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 17 maio.2017.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v.5, p. 19-45.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2008: História**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2010: História**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: História**, Brasília, 2014.

DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. O desenvolvimento das competências que nos permite conhecer. In: BRASIL, Exame Nacional do Ensino Médio. **Textos teóricos metodológicos**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

PORTARIA MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

#### b) Jornal

O FAROL MARANHENSE, nº 343, 18 de outubro de 1831.

### c) Materiais Didáticos

BOTELHO, Jean. **Conhecendo debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

CASTELO BRANCO, José Raimundo Lindoso. **Estudo Regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988.

CASTRO, Lúcia. **Que Ilha Bela! São Luís, o tempo reconstrói a tua história (1612 – 2012)**. São Luís: 360° Gráfica e Editora, 2013.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão: Para uso dos alunos da escola normal**. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MARANHÃO, Governo do Estado. **Terra e Gente: livro de leitura: 4ª série**. São Luís: Tricasil, 1986.

MARTINS, Rosa Mochel. **Conheça o Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1971.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. 5. Ed. São Luís: Edições AML, 2015.

MORAES, Lídia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa C.; e CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais – História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Terra das Palmeiras: Estudos Sociais: Maranhão, 4ª série**. São Paulo: FTD, [1984].

\_\_\_\_\_. **Terra das Palmeiras: Geografia e História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

\_\_\_\_\_. **História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

SAMPAIO, Francisco. **História do Maranhão, 4º ou 5º**. 1 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2011.

\_\_\_\_\_. VIANA, Maria. **História do Maranhão, 4º ou 5º**. 1 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

SIEBERT, Célia; SIEBERT, Renata Mercedes da Cunha. **Maranhão História**, volume único. 1 ed. São Paulo: FTD, 2013.

### d) Ofícios

ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org.). **Documentos para a história da Balaiada**. São Luís: Edições FUNCMA/APEM, 2001.

## e) Folhetos

VELLOSO, Domingos Cadaville. **Bruciana, época horrível no Maranhão**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825. Biblioteca Nacional – Seção de Obras Raras.

## f) Entrevistas

SILVA, Ricardo de Jesus Pacheco. Entrevista [06 de dez de 2017]. Paço do Lumiar, 2017. Entrevista concedida a Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus.

SILVA, Francinéia Pimenta e. Entrevista [14 de dez de 2017]. São Luís, 2017. Entrevista concedida a Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus.

## 2) Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

\_\_\_\_\_. **O Cativo**. 3 Ed. São Luís: Edições AML, 2012.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaios: uma análise historiográfica**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1996.

ABUD, Kátia ABUD, Kátia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 163-171, 2006.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **De Caboclos a Bem-Te- Vis Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista: Maranhão 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2015.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p.11-27.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 2010.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. O ensino de História do Maranhão no 1º Grau (3a. e 4a. Séries). **Cad. Pesq.** São Luís, UFMA, jul./dez. 1987.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)** In: GRINBERG, Keila; Ricardo; SALLES (orgs.). **O Brasil Imperial Volume II – 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, (p.121-183).

- CERRI, Luís Fernando. Saberes históricos diante da avaliação: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. **Revista Brasileira**, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- COSTA, Odaléia Alves da. **A Produção de uma Disciplina Escolar e os Escritos em Torno Dela**: os Estudos Sociais do Maranhão. 2008. 163 f. Dissertação (Mestranda em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2008.
- DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 14 ed. - São Paulo: Contexto, 2014. (Coleção Repensando o Ensino)
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Entre Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia. In: **Anais do Encontro Nacional de História**. ANPUH, 2003, João Pessoa: 2006. p. 1-9. Disponível em: <>. Acesso em: 10. 01. 2017.
- ENGEL, Magali Gouveia. Memórias e histórias dos balaios: Interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada. IN: ROCHA, Helenice, Magalhães, Marcelo e Gontijo, Rebeca. **A escrita da história escolar. Memória e historiografia**. RJ: FGV editora, 2009. p.329-344.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2014.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **História e ensino de história**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- GOMES, Márcio Henrique Baima. **A história do Maranhão no currículo do ensino médio (1996 – 2016)**. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 4 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e Historicidade**: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013). 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Setembrada**: lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-. 1832). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.
- \_\_\_\_\_. ABRANTES, Elizabeth Sousa. A SETEMBRADE (1831): disputas políticas e participação popular. In: **IV Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**: Escravidão e Diáspora Africana no século XIX. São Luís, 2015. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. Materiais Didáticos para o Ensino de História do Maranhão: Breves Reflexões. In: VIII Fórum Internacional de Pedagogia, 2016, Maranhão. **Anais do FIPED**, 2016. v. 01.

\_\_\_\_\_. História do Maranhão na sala de aula: a construção da ordem política imperial na província do Maranhão (1823-1841). In: **II Seminário Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas**. São Luís, 2017. v. 2. p. 324-342.

\_\_\_\_\_. História do Maranhão na sala de aula: a construção da ordem política imperial na província do Maranhão (1823-1841). In: **Anais do III Simpósio Internacional em História Contemporânea - Conflitos e Revoluções no Século XX: Circulação de Ideias entre a América e a Europa**. São Luís, 2017. p. 65-81.

\_\_\_\_\_. Ensino de História: Materiais Didáticos sobre a História do Maranhão em variados contextos históricos. In: **XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia**, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), Brasília, 2017, p. 1-12.

\_\_\_\_\_. Ensino de História: uma análise da Independência do Brasil (1822) e novas abordagens no livro didático. In: **IV Simpósio de História Contemporânea/I Colóquio de História das Américas do Norte e do Nordeste: O Brasil e as Américas: perspectivas de pesquisa e ensino**. São Luís, 2017. p. 281-296.

\_\_\_\_\_. O Ensino de História: materiais didáticos sobre a história do Maranhão. In: **X Encontro Regional ANPUH/MA 2017 Autoritarismos e Democracias**. São Luís, 2017. p. 433-443.

\_\_\_\_\_. A Balaiada na sala de aula: ensino de história do Maranhão e produção de material paradidático. In: **III SEMINÁRIO PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS**. São Luís, 2017. p. 136-153.

RUDÉ, George. **A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 41-50.

# USOS E POSSIBILIDADES DO ACERVO DIGITAL DA LUTA PELA ANISTIA NO MARANHÃO

Leonardo Leal Chaves<sup>1</sup>

## RESUMO

Muito se tem discutido sobre a utilização de novas tecnologias como recurso pedagógico para o Ensino de História, no Brasil, especificamente embasada nas premissas dos Parâmetros Curriculares Nacionais ou diretrizes curriculares, e sobre o impacto destas no processo de ensino-aprendizagem dos processos históricos. As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) podem ser analisadas aqui como capazes de proporcionar um acesso livre à informação, possibilitando o compartilhamento de experiências e a produção/circulação de conhecimento. Sobre a temática aqui explorada, a Lei de Anistia de 1979, ainda predominam em sala de aula, filmes, produção bibliográfica ou nos livros didáticos as leituras do período ditatorial que tem no Centro-sul do país o palco por excelência dos principais acontecimentos históricos. Nesse sentido, são nacionalizadas explicações que dão conta do universo histórico de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas que não contemplam as especificidades das demais regiões do Brasil, como por exemplo, o Maranhão. A proposta deste estudo caminha em outra direção. O que está sendo aqui proposto é a recuperação das especificidades do período ditatorial no Maranhão como forma de, não só elaborar um texto meramente acadêmico, mas como e, principalmente, promover algum tipo de intervenção nas práticas pedagógicas vigentes. O presente trabalho se propõe a apresentar a aplicabilidade do Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão, repositório temático construído juntamente com a minha dissertação de mestrado, sua utilização e possibilidades de inserção no cotidiano escolar. Esta proposta aqui exposta direciona seus esforços no sentido de possibilitar a preservação da memória e das especificidades concernentes à Lei de Anistia no Maranhão, disponibilizando através da interface da web e das acessíveis linguagens e programas para construção de site e blogs, compartilhamento de arquivos e dados, acesso à relatos e memórias, abrindo possibilidades exploratórias sobre o tema por parte dos professores de um recurso atual e dinâmico, (relativamente) acessível e de fácil manuseio/manipulação pelos alunos da "geração net".

**Palavras-chave:** Ensino de História; Anistia; Cibercultura.

## INTRODUÇÃO

Passadas mais de três décadas e meia de sua aprovação, a Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, que “concede anistia e dá outras providências”, ainda se apresenta permeada de interpretações e questionamentos. Os fundamentos de tais interpretações e questionamentos recaem, em primeiro lugar, sobre a acusação de parcialidade, reciprocidade, ou garantia jurídica de impunidade daqueles que agiram em nome da Segurança Nacional na repressão aos movimentos contrários ao Regime Civil-Militar.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Bolsista de Extensão do CNPq pelo INCT/Proprietas e membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC).



Em segundo, sobre sua interpretação como parte fundamental de um sofisticado mecanismo que ganhava a denominação, naquele momento, por parte de seus articuladores, de distensão. Distensão esta limitada e ritmada, segura e lenta, inserida em um quadro mais amplo de medidas liberalizantes, como a revogação dos Atos Institucionais e o fim dos Inquéritos Policiais Militares e que apontava, entre outras coisas, para um retorno dos militares à caserna em um direcionamento rumo a uma tão aclamada democracia, novamente com um civil no comando do Executivo e, de certo modo, condicionada à imposição de um esquecimento harmonizador, com sua fundamentação em uma já revisitada tradição conciliatória brasileira. A tentativa de reparação dos mais de 75 mil pedidos de anistia solicitados, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela omissão e falta de esclarecimentos em torno dos desaparecimentos e mortes durante a Guerrilha do Araguaia nos permitem identificar a anistia brasileira em seu caráter inconcluso.

A atualidade dessas discussões pode ser mapeada em mobilizações em torno do questionamento da constitucionalidade da lei, expresso, por exemplo, na ação impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), rejeitada por sete votos a dois pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010. Se expressa, também, nas publicações de jornais e portais de notícias, datadas de 14 de fevereiro de 2018, acerca do pedido da Procuradora Geral da União (PGU), Raquel Dodge, para reabertura do inquérito do caso do desaparecimento de Rubens Paiva e, por conseguinte, da revisão da própria Lei de Anistia, o que gerou reação imediata das Forças Armadas. Os argumentos utilizados pela Procuradora se baseiam na imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, como a tortura, ou a possibilidade, nos casos de omissão de cadáver, de afastamento de qualquer possibilidade de prescrição com relação à pena.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em 2014, na sua tentativa de apurar as graves violações de direitos humanos por motivações políticas no período de 1946 a 1988, elenca uma série de recomendações que recaem sobre o direito à verdade histórica por uma reconciliação nacional. Reconciliação esta que foi a grande tônica do governo de João Baptista Figueiredo, quando da aprovação do projeto de lei. Estampada com frases como “Pacificação nacional”, “harmonização da família brasileira” e “contra os revanchismos”, a Lei de Anistia reverberou seu projeto conciliatório e, juntamente com a ampliação da representação partidária e o fim do bipartidarismo, (re)configuraria a nova cena política brasileira.

As reflexões aqui expostas sobre a anistia quer sejam pelo viés da perspectiva de reparação simbólica ou financeira das vítimas da repressão e seus familiares, quer pela tentativa de conhecimento dos fatos que levaram a tais violações de direitos humanos, de modo a evitar suas repetições futuras ou mesmo pela luta contra o esquecimento institucionalizado de todos os abusos cometidos durante a ditadura, demonstram que o assunto não se encerrou em 1979, nem se consolidou como um meio para a reconciliação nacional. Numa perspectiva histórica, a insatisfação com o projeto que se tornou hegemônico se demonstrou, logo após a aprovação da Lei, na realização do II Congresso pela Anistia, ocorrido em Salvador, entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979, ou mesmo nos posicionamentos políticos, nas falas dos exilados beneficiados com a própria lei quando do retorno ao Brasil. Certamente, não é aqui proposto um esgotamento do tema. Não obstante, é considerado vital trazer à tona as discussões sobre a anistia e suas particularidades/permanências no Brasil, especialmente no Maranhão, devido a escassez de pesquisa sobre essa temática, para, acredita-se, evitar o esquecimento embutido na lei 6.683, cumprindo assim, talvez, parte da principal função do historiador: “relembrar o que os outros esqueceram ou querem esquecer”.

Este trabalho se propõe a apresentar as possibilidades de exploração do *Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão*. Deste modo, serão aqui apresentados os conteúdos, menus, *links*, ferramentas de busca e interatividade, arquivos para *download*, propostas didáticas e outros conteúdos disponibilizados no Acervo. As concepções teórico-metodológicas sobre arquivos e documentos produzidos durante o regime militar, os embates e a preservação da memória histórica e suas relações com o ensino de “temas sensíveis” nas aulas de história encontram nesta seção sua inserção e aplicabilidade com as Tecnologias de Informação de Comunicação. Dentro da perspectiva de possibilidade de construção de um conhecimento histórico pautado na garantia dos direitos humanos, de caráter interativo, dinâmico, colaborativo, multimídia e em processo de constante atualização/correção de erros as discussões, espera-se que essa ferramenta possa contribuir para a diminuição das lacunas entre os saberes acadêmicos e escolares.

A integração de diferentes plataformas e mídias, operacionalizada na construção do *Acervo*, visa proporcionar um ensino de História pluriperspectivado e pluridimensionado, fomentando competências e habilidades na utilização dos recursos tecnológicos, com foco no desenvolvimento das capacidades perceptivas e interpretativas, próprias do aprendizado histórico. Deste modo, a apresentação dos itens

que compõem o *Acervo Digital* será realizada de modo a potencializar seu uso sem, contudo, descaracterizar umas das principais marcas das possibilidades de pesquisa em páginas da *web*, ou seja, a autonomia em relação ao “caminho” a seguir durante a navegação da página. O acervo pode ser consultado livremente e seus temas são apresentados de forma interdependente, através de *hiperlinks*, que conectam outras páginas ou fazendo referência ao próprio *Acervo*. Os trechos retirados da dissertação para compor as páginas com conceitos ou contexto histórico foram acrescidos de arquivos para *download*, ampliando as possibilidades de uso do documento, seja em sala de aula ou mesmo para pesquisas escolares ou acadêmicas, como no caso do Projeto de Lei de anistia de 1968 do Deputado Paulo Macarini, com todo seu processo de tramitação disponibilizado.

**Imagem 1: *Frontpage***



## APRESENTANDO O ACERVO DIGITAL

A *FrontPage* (ou página principal) abriga a descrição do projeto e as opções de navegabilidade, que são distribuídas através do menu superior com as seguintes categorias: a) O Projeto; b) Anistia em foco; c) Ensino de História d) Memória Digital; e) Anistia hoje e f) Canais de participação. Na primeira categoria, ainda na *frontpage*, são expostos os objetivos do projeto em suas relações entre Ensino de História e a importância de problematização da caracterização da luta por uma anistia “ampla, geral e irrestrita” em 1979, aqui reiteradamente caracterizada como um tema potencializador

da discussão acerca das graves violações dos direitos humanos no Brasil, processo central para a formação de um aluno crítico e atuante no exercício de uma cidadania plena.

Na categoria a seguir, *Anistia em foco*, foi organizada em cinco subitens: *perspectiva histórica*, *anistia em foco*, *anistia e justiça de transição*, *legislação e sugestões bibliográficas* sobre anistia.

Ao acessar os subitens, o usuário terá acesso a um panorama sobre a aprovação e desdobramentos da concessão da anistia e suas conexões com a contemporaneidade. O primeiro subitem, *perspectiva histórica*, traz à luz as reflexões sobre a anistia, entendida em seu caráter conciliatório e pacificador, tradicionalmente utilizado na história política brasileira. Ao acompanhar historicamente a concessão deste instrumento jurídico, podem ser identificados os elementos de reciprocidade e exclusão presentes na Lei de 1979 em comparação às anistias anteriores ou mesmo a ressignificação do termo “crimes conexos”, passando a se referir eufemisticamente aos torturadores e outros agentes da repressão. São disponibilizados para *download*, como demonstrado a seguir, o projeto de Lei nº 1.346 de 1968, do Deputado Paulo Macarini, a mensagem do presidente que encaminha o projeto para apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 14 e a mensagem de veto do presidente Figueiredo, segundo imagens a seguir.

No subitem *Legislação* são encontradas as fundamentações jurídicas que perpassaram a pesquisa aqui desenvolvida, com destaque para a publicação, *ipsis litteris*, das Leis de Anistia (1979), a Lei de reparação financeira e simbólica, que cria a Comissão de Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a criação e regulamentação do Regime do Anistiado (2002), a Lei de Acesso à Informação e acesso a documentos e arquivos outrora classificados como sigilosos (2011) e a lei que permite a criação da Comissão Nacional da Verdade (2011). Outras questões normativas são apresentadas como opções de *download* nas páginas navegadas, como abaixo, como a Lei de Anistia de 1945, que faz referências aos crimes conexos, sob outra perspectiva.

O subitem seguinte, *Concepções de anistia*, apresenta o caráter inconcluso da Lei e as diferentes reivindicações em torno de sua revisão. As conexões entre *Anistia e Justiça de Transição* são esquadrihadas através das políticas de reparação, simbólica, financeira ou criminal e no entrave legal que a Lei de Anistia impõe até os dias de hoje.

A fundamentação da normatização se encontra disposta no subitem *Legislação*, cronologicamente, desde a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, até a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Ao final da categoria são elencadas no

subitem *Sugestões Bibliográficas* as obras de referência nos estudos e pesquisas sobre a anistia e seus desdobramentos na contemporaneidade.

A categoria *Ensino de História* apresenta as reflexões acerca da legislação educacional atual e uma normatização pautada em questões fundamentais para a convivência democrática como a cidadania ou direitos humanos. São apresentadas também as linhas teóricas que norteiam o trabalho em relação à cibercultura ou na utilização das TICs como recurso pedagógico. No subitem *Arquivos e Temas Sensíveis no Ensino de História* abre-se espaço para as problematizações referente à produção e recepção de documentos durante o regime militar brasileiro e suas relações com o Ensino de História, especialmente conectadas com as reflexões sobre acesso a documentos ora sigilosos e as políticas de “acerto de contas com o passado”. A seguir, dada a carência de materiais que possibilitem, minimamente, o trabalho em sala de aula com fontes, é disponibilizada uma proposta de percurso de pesquisa no subitem *Proposta Pedagógica: Jornais no cotidiano escolar*, detalhadamente apresentada na última seção desta dissertação.

As fotos impressas nesta dissertação se encontram no *Acervo Digital* com a opção de ampliar a visualização em página separada, facilitando sua leitura e identificação de demais elementos gráficos. Os subitens que compõem essa categoria são *Legislação* e *Sugestões Bibliográficas*, como na categoria anterior, com opções de download reunindo parte dos normativos educacionais norteadores das práticas educativas no Brasil, como a recém-aprovada Base Nacional Comum Curricular e as legislações anteriores como LDB, PCNs, nas quais se fundamenta.

## **ANISTIA EM DEBATE**

A disponibilização de fontes na *web* e as mobilizações em torno da memória da anistia no ciberespaço é objeto privilegiado na categoria *Memória Digital*. O subitem *Fontes Históricas* se subdivide em *Jornais Maranhenses (1978-1979)*, *links* para um rol de publicações dos periódicos *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e o *Jornal Pequeno* com temáticas referentes à luta e concessão da Anistia, podendo ser identificadas, inclusive, em 1978, ano que antecede a aprovação da Lei de Anistia. O segundo desdobramento desse subitem, denominado *O DOPS e os movimentos pela Anistia no Maranhão*, disponibiliza a documentação produzida e recebida pelo DOPS/MA, organizada por eixos temáticos e composta pelos seguintes dossiês: ‘relação de brasileiros no exterior’, “reintegração dos punidos pela Revolução”, “monitoramento

CBA/MA”, “comissão de recepção dos exilados”, “campanha contestatória contra o projeto de anistia”, “campanha conta a ASI”, “atuação de grupos contrários à Revolução”, e “atuação do Comitê dos Direitos Humanos e CBA/MA”. O principal objetivo desse subitem é promover a preservação documental e a garantia do direito ao acesso à informação em suas reverberações no ciberespaço.

A disponibilização de fichas e dossiês produzidos pelo DOPS/MA, discursos no Diário Oficial de representantes políticos maranhenses sobre a anistia e as propostas de emendas dos parlamentares durante a aprovação do Projeto de Lei, os cartazes e publicações dos movimentos sociais que lutavam pela anistia no Maranhão ou Relatório Final da Comissão Especial Parlamentar da Verdade no Maranhão, com atividades ocorridas no ano de 2013, (com importante destaque para as atas das audiências realizadas), encontram-se reunidos e disponíveis para *download*, permitindo identificar que, ainda nos dias de hoje, há uma significativa falta de consenso em torno “desse passado a não ser lembrado” em meio às demandas pela culpabilização dos responsáveis pela repressão. Deste modo, a ausência de um lugar de memória virtual com as particularidades da luta pela Anistia no Maranhão se tornou o princípio orientador na concepção e construção do *Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão*.

As questões apresentadas no próximo subitem, *Anistia no ciberespaço*, abordam os desdobramentos da incompletude e insatisfação dos vários grupos envolvidos contra a autoanistia e suas ações na *web*, criando verdadeiras redes de compartilhamento e permitindo a criação de novas narrativas em defesa da preservação da memória, seja de luta, seja de inconformidade expressa no grande esforço coletivo desses grupos com a anistia aprovada e seu legado. A preocupação das Forças Armadas com o ciberespaço pode ser identificada nos materiais sobre ciberdefesa e suas relações entre informação e liberdade na *web*, disponíveis para *download*. A questão iconográfica, no subitem *Anistia em Imagens*, disponibiliza 30 imagens de cartazes produzidos pelos movimentos sociais durante o ano de 1979. É permitida sua reprodução e uso, desde que não haja fins comerciais, instrumentalizados pela licença *Creative Commons* (uma licença do tipo *Attribution-NonCommercial 2.0 Generic* que também protege a autoria da imagem e permite seu uso, reprodução e alterações, desde que indicados autoria original, *link* de sua licença e modificações, quando houver).

A categoria *Anistia Hoje* tem seu foco na atualidade das discussões em torno da anistia e sua incompletude, bem distinta da reivindicação e luta dos movimentos sociais.

Esta categoria subdivide-se em *Notícias (2011-2018)* com links com a cobertura da imprensa sobre a anistia em torno de questões como as manifestações de descontentamento dos militares a qualquer tentativa de revisão da Lei ou a divulgação das apurações (muito embora sem caráter criminal inicialmente) da CNV em suas oitivas e diligências. Notícias como “Mulher conta torturas da ditadura para Comissão da Verdade da UFES<sup>2</sup>”, “Julgamento de ex-comandante do DOI-Codi reanima debate sobre anistia<sup>3</sup>”, “Coronel admite participação em tortura e morte nos porões<sup>4</sup>” datam da década de 2010, encontrando espaço em abordagens atuais sobre a anistia como a matérias publicadas em fevereiro de 2018, como “Raquel Dodge pede reabertura de processo sobre a morte de Rubens Paiva e revisão da Lei da Anistia”, ao tratar da solicitação da Procuradora Geral da República para desarquivamento do caso. Outras reportagens e matérias são disponibilizadas através de *links* para os portais de notícias ou para *sites* de armazenamento e compartilhando de vídeos, como *Youtube* ou *Vimeo*.

A própria *Comissão Nacional da Verdade* é o objeto da seção seguinte com ênfase na disponibilização dos três volumes do Relatório Final. Fragmentos do Relatório compõem outras partes do Acervo Digital, como no *link* para baixar o arquivo com o perfil e as circunstâncias sobre o desaparecimento do militante Ruy Soares Frasso. Há um *link* para uma edição do jornal *O Estado do Maranhão* em que foi publicada uma entrevista com Felicia de Moraes Soares sobre o desaparecimento do marido, exemplificando as interconexões possíveis entre *links* do *Acervo*. A linha de continuidade que une os subitens seguintes é a imprescritibilidade de crimes como tortura, (sistematicamente recorrida contra as oposições ao regime) e sua demanda em torno da revisão da abrangência do benefício da anistia a esses torturadores. Assim, no subitem sobre a *ADPF n° 153* é dado destaque para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com a mobilização da Ordem dos Advogados do Brasil para retirada da extensão da anistia aos “crimes conexos”, julgada improcedente pelo Tribunal Superior Federal em 2010.

São disponibilizados os arquivos referentes ao conteúdo, na íntegra, da *ADPF n° 153* e a transcrição dos votos dos Ministros do STF, derrotada por sete votos a dois. Abaixo, o subitem apresentado diz respeito à *Condenação do Estado brasileiro na*

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/10/mulher-counta-torturas-da-ditadura-para-comissao-da-verdade-da-ufes.html> Acessado em janeiro de 2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/julgamento-de-ex-comandante-do-doi-codi-reanima-debate-sobre-anistia/> Acessado em janeiro de 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/coronel-admite-participacao-em-tortura-morte-nos-poroes-11974900> Acessado em janeiro de 2017.

*Corte Interamericana de Direitos Humanos* no caso *Gomes Lund e outros vs Brasil* apresenta as discussões sobre a sentença contra o Estado brasileiro pela falta de esclarecimentos de fatos ocorridos, desaparecimento e morte de militantes durante o episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. O *download* da sentença da CIDH também se encontra disponibilizado para os usuários. Encerrando as opções de navegabilidade desta categoria são apresentadas reflexões sobre a recusa da denúncia de estupro e outras graves violações de direitos humanos contra Inês Etienne Romeu, ex-militante do VAR-Palmares e última presa política liberta pela Lei de Anistia, e a análise das argumentações do juiz Alcir Lopes Coelho ao desqualificar a tentativa de punição de Antonio Waneir Pinheiro Lima, o “Camarão”, principal algoz de Etienne.

A aplicação da ideia de interatividade e as possibilidades de construção de um conhecimento histórico significativo foram elaboradas a partir de duas perspectivas distintas apresentados na categoria *Canais de Participação*. A primeira, *Agendamento de Oficinas*, se coaduna com a aplicação dos trabalhos voltados para conhecimento e valorização dos direitos humanos, expressos na legislação nacional e estadual (o Plano Estadual de Educação do Maranhão encontra-se disponível para *download* no subitem *Legislação* da categoria *Ensino de História*), especialmente para alunos da Rede Básica de Ensino, *locus* de investigação sobre a anistia nos livros didáticos, ampliando e possibilitando as problematizações. O subitem que se propõe a estabelecer um contato direto, assíncrono e que abra um (ciber)espaço para a construção de narrativas ou mesmo depoimentos de usuários com interesse em participar e propor discussões no Acervo foi realizado através do uso do recurso do *fórum virtual*, aqui denominado *Fórum de discussões do Acervo Digital*. O link disponível redireciona a página do Acervo Digital para o endereço eletrônico <http://acervoanistiamaria.forumeiros.com/>, construído com a finalidade de abrigar uma página com eixos temáticos que se transformarão em outro acervo, reunindo o histórico das participações dos usuários sobre as discussões. De uso extremamente simples e intuitivo, o usuário pode criar novas discussões com a temática desejada e publicá-la no fórum, em um sistema de resposta e comentários, como na utilização das redes sociais. O usuário, ao propor um assunto, pode selecionar a opção de envio de uma notificação quando houver resposta à discussão proposta. Todos os comentários passam por moderação quanto ao caráter ofensivo e ao desrespeito a outras práticas de convivência, mesmo que virtuais. Nesta mesma plataforma, ao contrário dos outros componentes do Acervo Digital, é permitida total interação do usuário na elaboração e manutenção das discussões propostas. São



aceitos a maioria dos formatos de imagem, vídeo, áudio, *links*, edições em HTML (para usuários com conhecimento mais avançados de programação), permitindo uma construção coletiva e simultaneamente autônoma do usuário em relação à administração do *Acervo Digital*. O caráter assíncrono dos fóruns de discussão no ciberespaço prescinde que os usuários estejam *online* o tempo todo para verificar o encaminhamento das discussões, criando uma espécie de memória virtual coletiva e, ao mesmo tempo, um memorial das experiências e opiniões dos usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, desde sua criação e operacionalização o *Acervo Digital da Luta pela Anistia* se configura como um espaço de fundamental importância no contexto da preservação da memória histórica, especialmente na abordagem de temas ligados ao Maranhão, digitalização e compartilhamento de fontes dos mais diversos fundos documentais, arquivos, bibliotecas ou mesmo dispersos na imensidão do ciberespaço. Seu caráter propositivo objetiva municiar o professor, em conjunto com as reflexões teóricas e metodológicas que embasaram a dissertação que fundamentam a concepção e aplicabilidade do Acervo. As relações entre as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular e a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação em sala de aula exigem do docente conhecimento técnico e, minimamente, tempo para realizar as pesquisas e estudos inerentes ao seu ofício. As exigências de uma educação que forme cidadãos críticos e atuantes, em sintonia com a construção de uma sociedade democrática, não se relacionam com uma perspectiva de conhecimento histórico que recua diante dos “temas sensíveis”, conforme aqui denominado. A perspectiva de não repetição das graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial, aliada ao inconformismo com a garantia jurídica de impunidade aos agentes da repressão, engendrados pela Lei de Anistia brasileira, passa pelas discussões de desnaturalização de qualquer tipo de violência. Digitalizar, publicizar, compartilhar os acervos documentais e outras fontes da nossa história recente, especialmente no Maranhão, pode descortinar esse “longo véu de esquecimento” que traz em seu seio esse complexo silêncio de caráter conciliatório e harmonizador. As demandas pela revisão da Lei de Anistia dependem do Congresso Nacional brasileiro e das pressões das mobilizações a favor da culpabilização dos envolvidos em torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados durante a ditadura. O Acervo Digital se coloca ao lado de outras iniciativas para preservação da memória histórica, em sua proposta de construção

de um conhecimento histórico significativo, pluridimensionado e em múltiplas dimensões.

O trabalho de algumas iniciativas de grupos ligados à preservação documental e da memória do período ditatorial tem como objetivo principal evitar o esquecimento e impunidade engendrados pela Lei de Anistia. Contudo, havia uma carência de um repositório institucional ou acervo temático com foco no Maranhão do final dos anos de 1970 em suas relações com a Abertura Política que se desenrolava. A construção de uma plataforma de navegação simples, intuitiva e de caráter pedagógico, com facilidade de acesso a fontes históricas, possibilita seu uso nas aulas de história e instrumentaliza uma série de elementos ao docente, ampliando o escopo das interpretações naturalizadoras em torno das temáticas discutidas ao longo deste trabalho.

### **Referências bibliográficas**

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase de luta pela anistia. *Revista de Direito Brasileira*, out/2012, nº 3, p. 357-379.

AMBOS, Kai et al. *Anistia, Justiça e Impunidade: reflexões sobre a justiça de Transição no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ANDRADE, Vera Cabana. “Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino”. In: MONTEIRO, Ana Maria et. al. *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007, p.231-238.

AZEVEDO, Crislaine; LIMA, Aline. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. *Roteiro*, Joaçaba, vol. 36, nº1, p. 55-80, jan-jun, 2011.

BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Relatório, 2014.

BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Coordenação de relacionamento, pesquisa e informação, 1968, p. 2777.

BRASIL, Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 153, 2008, p.7.

CARVALHO NETO, JS. “O II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições”. In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1, pp. 259-285.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p. 05-74, jan-abr, 2017.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, jan-jun, 2012

**A POLÍCIA POLÍTICA DO REGIME DITATORIAL LUSITANO:  
ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA POLÍCIA  
INTERNACIONAL DE DEFESA DO ESTADO NOVO PIDE (1945/1969)**

THAYANE CRISTINE SANTOS SOUSA<sup>417\*</sup>

**Resumo**

O artigo discorre acerca dos métodos historiográficos da análise de trajetória da Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo PIDE, sobretudo a partir da obra de Irene Flunser Pimentel *A história da PIDE*, sobre as relações entre essa polícia constituída sob a direção de Antonio de Oliveira Salazar e os constituintes da oposição ao Estado lusitano. Estas considerações teórico-metodológicas são contextualizadas em vários momentos do proposto trabalho, tendo como ponto crucial o percurso desenvolvido por essa organização já referida, em virtude de almejar uma perspectiva mais ampla com o intuito de designar a repressão política exercida nesse regime ditatorial onde essa perquisição foi o perante.

Palavras-chave: análise de trajetória, Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo PIDE, Antonio de Oliveira Salazar.

**ABSTRACT**

The article discusses the historiographical methods of the trajectory analysis of the international police in defense of the Estado Novo PIDE, especially from the work of Irene Flunser Pimentel *The history of PIDE*, on the relations between this police formed under the direction of Antonio de Oliveira Salazar and the constituents of the opposition to the Lusitanian state. These theoretical-methodological considerations are contextualized in several moments of the proposed work, having as a crucial point the course developed by this organization already mentioned, by aiming at a broader perspective with the purpose of designating the political repression exercised in this dictatorial regime where this acquisition was operant.

Keywords: trajectory analysis, international police defense of the new state, Antonio de Oliveira Salazar.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>417</sup> \*Graduando em História pela Universidade Estadual Do Maranhão – UEMA. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) sob orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo. E-mail: [thayanecristine02@gmail.com](mailto:thayanecristine02@gmail.com)

A Polícia Internacional de Defesa do Estado Lusitano (PIDE) consolidou-se em 22 de outubro de 1945, estrategicamente no início do Estado Novo. Em 1932, Antonio de Oliveira Salazar assume de forma planejada a presidência do Conselho de Ministros, com isso existindo a necessidade de efetuar diversas mudanças no novo cenário, por conta do intento da Segunda Guerra Mundial e dos regimes nacional-socialista e fascista. Em virtude disso, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo (PVDE), que vigora entre 1933 a 1945, foi substituída pela PIDE, ambas tiveram a mesma função, ou seja, perseguir, prender e interrogar qualquer indivíduo que fosse visto como uma ameaça à ditadura salazarista, como cita a Historiadora Irene Flunser Pimentel em sua obra a história da PIDE.

Todas essas polícias – fascista e nacional-socialista – foram extintas com a derrota desses regimes ditatoriais e totalitários, no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em Portugal, terminado esse conflito, a polícia política ficou não só com um novo nome, passando a designar-se por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), como ganhou novos poderes. Centralizando no seu seio todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado.( PIMENTEL, 2011, p.31).

A PIDE manteve-se de forma legalizada em todo o seu percurso com o auxílio dos atos institucionais do Estado Novo, entretanto, persevera na ilegalidade, diferentemente da PVDE, que através do Decreto-lei nº 35046 foi denominado como organismo judiciário autônomo, instituindo, desta forma, um quadro majoritário de poder e eficiência em suas funções. Sua incumbência, sobretudo, era manter a ordem e a manutenção do regime, ou seja, proteger o Estado Novo. Como organização institucional, a PIDE ganha o direito de efetuar medidas de defesa por intermédio do atr. 175 do código penal e a vigilância de qualquer indivíduo suspeito de oposição independentemente se estivessem ou não no desvelo do Ministério Público.

Segundo o Historiador Fernando Rosas, que em uma perspectiva divergente acerca dessas transformações, afirma que quando houve a criação da PIDE no período do pós-guerra, mesmo com as reformas efetivadas, a Polícia Política do Estado Novo continua como “carro chefe”, sem interferência por parte do

judiciário, o que demonstra a voracidade do executivo nesse contexto. Assim, “a entidade verdadeiramente condutora de todo o processo de “justiça política”, desde a instrução dos processos à execução das penas, passando pelo julgamento dos réus que levava a tribunal” (ROSAS, 1998, p. 278).

O Estado Novo, entre 1945 e 1953, inicia a história da PIDE. Desse modo, aumentando a repressão contra os inimigos. Com isso, engendra a ascensão da Polícia Política de Defesa do Estado Português em virtude de recuperar o regime pelo declínio dos regimes totalitários. O período inicial da PIDE tem como chefe o capitão Agostinho Conceição Pereira Lourenço. Ao longo desse período, vale destacar que a Polícia Política do Estado Lusitano transforma-se na principal ferramenta de manutenção do controle social.

Os métodos efetuados pela PIDE são pontuados nesse trabalho, ressaltando as formas de julgamentos dos indivíduos e de repressão utilizadas por essa organização. A PIDE é divergente da PVDE no aspecto que se remete ao número de pessoas que pertenciam ao serviço de investigação, que aumentou ao longo do Estado Novo. O setor da informação se encarregava de vigiar a população e os suspeitos de oposição, seus meios eram a escuta telefônica, a interceptação postal, os ficheiros, a vigilância direta e os próprios informadores. Os arquivos dessa organização analisados pela historiadora Irene Flunser Pimentel foram fundamentais para o embasamento dessa investigação.

O setor da investigação também respalda de forma fundamental o Estado Novo, uma vez que era dirigente dos interrogatórios e da instrução dos processos, onde muitas das vezes era praticado o uso da tortura como forma de obter informações dos opositores. Em virtude de tais alegações, podemos pontuar que a PIDE foi uma organização secreta, entreposto em um processo de justiça política de um regime não democrático, com intuito de propagar suas ideologias, através de usos ilegais para ruir com qualquer perspectiva oposicionista.

O intento deste artigo é mapear algumas das obras que tem como objeto a Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo e sua trajetória, marcada por metamorfoses, sobretudo no âmbito de representação de sua legalidade. A

configuração cronológica desta pesquisa é especificamente no governo de Antonio de Oliveira Salazar, fundamental na ampliação e duração da PIDE.

## **2. AS VERTENTES ACERCA DA MODERNIZAÇÃO DO APARELHO POLICIAL SECRETO**

Cabe pontuar que dentro desses parâmetros do sistema policial político existe diversas perspectivas interpretativas. Trata-se justamente de esmiuçar os atos efetuados por Antonio de Oliveira Salazar, figura fundamental para um entendimento amplo acerca do Estado novo, sem deixar de lado o fato do mesmo ser uma das personalidades mais marcantes do século XX em Portugal. Segundo João Paulo Avelã (2013), Salazar nasceu em Vimieiro (distrito de Viseu), no dia 28 de Abril de 1889, seus pais são Antonio de Oliveira e Maria de Resgate Salazar que faziam parte de uma parcela da população de classe média rural. Começou seus estudos no Seminário de Viseu entre 1900 até 1908 e depois cursou Direito na Universidade de Coimbra onde deu inicio a sua formação intelectual, política e religiosa.

No que concerne as organizações e instituições que desempenharam um papel decisivo na ascensão e na permanência de António de Oliveira Salazar como Chefe do Estado Novo, destacaríamos a Igreja e a “acção católica portuguesa” (nomeadamente o Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e o Centro Católico Português), a União dos Interesses Económicos e as principais associações patronais (sobretudo as Associações Comerciais de Lisboa e do Porto, a Associação Central da Agricultura Portuguesa, as Associações Industriais Portuguesa e Portuense), as Forças Armadas e as Forças Policiais (AVELÃS NUNES, 2013, p. 4)

O seu percurso no Estado Português se deu logo que virou Ministro das finanças que durou um curto período em virtude da revolução de 28 de maio de 1926,, sendo substituído por Melo Cabral. No entanto com o golpe do general Gomes da Costa, retornou às suas funções de Ministro das Finanças (1928-1932). Com isso, Salazar legitimou seu legado ficando conhecido como o estadista que conseguiu a “arte de saber durar”, desempenhando um governo

ditatorial. Em 1933 através de uma constituição instaurou o Estado Novo tornando-se Presidente do Conselho de Ministros. Sua triologia era “Deus, pátria e família”, apresentando sobretudo um caráter tradicionalista e conservador que durou até 1968. Em 27 de Julho de 1979, Salazar faleceu por conta de uma queda que resultou em um AVC (acidente vascular cerebral). Dessa forma o retirando do cenário político.

O supremo sucesso de Salazar consistia, efetivamente, em fazer das várias direitas uma direita e, dessa forma, permitir-lhe o controle durável do Estado. Isto é, em conseguir reunir em torno de uma plataforma política, ideológica e institucional comum, em torno de um <<compromisso constitucional>>, o essencial das elites e das forças das várias direitas – e não só das direitas antiliberais –, logrando excluir e neutralizar as suas franjas renitentes, à direita e à esquerda do leque integrante da coligação. (ROSAS, 1998, p. 143)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, Salazar engendra a modernização da polícia secreta, dessa forma criando a PIDE. Essa transformação solidifica um alicerce para o regime salazarista, agora com cunho constitucional, adicionando a missão de defender o Estado Novo contra organizações clandestinas. o interesse pela manutenção do regime fez com que os meios de “castigar” fossem eficazes para conter o risco de um extermínio em massa, dessa maneira ampliando as formas de repressão e propagando o medo diante da população. Irene Flunser Pimentel pontua em sua obra *A História da PIDE*, 2011.

Ao comparar o caso português com o totalitarismo nazi, Martins lembrou que pode haver um coeficiente ótimo de terror que interesse à totalidade da população sem que seja necessário recorrer a um extermínio em larga escala, mas evidenciando e propagando ao máximo, com crueldade, a realidade desta situação. Ora, o regime português conseguiu um resultado ótimo deste gênero: com um número exíguo de assassínios políticos e prisões (PIMENTEL, 2011, p.18)

Essa via intermediária foi fundamental para a criação de uma perspectiva mais ampla sobre o Estado Novo. Em 1976, o cientista político Manuel Lucena (1976) analisou os parâmetros desse contexto, considerando que através de



castigos moderados Salazar consegue controlar o extermínio. Assim, o autoritarismo político e social buscava um equilíbrio racional acerca da repressão, como utilizava de maneira regulada e planejada almejar fins. É um elemento de diferenciação do salazarismo diante do Nazismo e o Franquismo. Esse domínio dependia principalmente das manobras efetivadas pela polícia política que tinha um contato maior com as massas por meio da mídia e pela vasta aldeia informativa que controlava e vigiava a população.

No entanto, a repressão salazarista e o terror nacional-socialista, até ao início da Segunda Guerra Mundial, revelaram já então graus diferentes, tanto em qualidade como em quantidade. Em Portugal, mesmo se atingiu por vezes muitos portugueses, a repressão foi de carácter seletivo, dirigida contra os adversários políticos, e, entre estes, os revirahistas, anarcossindicalistas e comunistas. Na Alemanha, a detenção administrativa atingiu os adversários políticos e sociais do regime, tal como em Portugal, mas a repressão criminalizou muitos comportamentos <<morais>> e de carácter privado. (PIMENTEL, 2011. p. 521)

Evidenciando tais fatores, vale ressaltar que por intermédio da Constituição de 1933, o salazarismo aufere legitimar atos constitucionais que trazem uma legitimidade aos atos efetivados pela Polícia de Defesa do Estado lusitano. O primeiro desses é o Decreto-lei n. 35 046, de 22 de outubro de 1945, que consolidou a PIDE como organismo judiciário autônomo. Assim que por meio deste decreto, a PIDE assumiu uma organicidade interna, repleta de poderes e funções que o direito atribuía à PJ e formou, pela primeira vez, um quadro de funcionários e agentes (PIMENTEL, 2011). Por meio desse ato, consegue legitimar e ampliar seu quadro de funcionários. Suas funções estavam pautadas na defesa interna e externa do Estado, com uma administração que perpassa através da emigração, mantendo um controle entre as fronteiras marítimas e terrestres. Entretanto, vale enaltecer que Pimentel nos mostra que a PIDE foi um organismo ilegal, pois seus poderes foram constituídos através de um regime não democrático, conseqüentemente seus meios de manutenção do regime não seriam divergentes.

### **3. O LEGITIMAR E OS DESDOBRAMENTOS**

Após a Segunda Guerra Mundial, cogitaram-se diversas perspectivas acerca das modificações constitucionais da PIDE. Diversos autores analisaram as seguintes alternativas: a primeira que a polícia política sofreu mudanças apenas como forma de manter a legitimidade do regime; outros que consideram que essas modificações foram verídicas. Trataremos nessa pesquisa através da primeira perspectiva, desse modo Manuel Braga da Cruz (1988) pontua que a mesma manteve-se secreta e autônoma, sem qualquer interferência do judiciário. Dado o exposto, a legislação que deu vida a polícia política teve maior preocupação em legalizar tais atos, sem retirar suas práticas repressivas e constantes que antes eram vistas como ilegais. Porém a própria constituição desse regime já se encontra ilegal, desde sua criação em 1933.

O estudo sobre uma organização policial parece, à primeira vista estar facilitado, na medida em que a <<investigação>>, feita pela própria polícia, já surge anteriormente à pesquisa do investigador. Mas a PIDE foi uma organização secreta, inserida no processo de justiça política de um regime não democrático e ao serviço da manutenção da ideologia deste, cuja missão era desmantelar as organizações de ideologia oposta, através de meios ilegais. (PIMENTEL, 2011, P. 14)

Em outra perspectiva Hermínio Martins defende a existência de um <<sistema de justiça política>>, determinado pela PIDE que poderia determinar o tempo de cárcere, estabelecendo normas de condutas sociais, caso o indivíduo infrinja tais normas poderia voltar à prisão por mais seis meses. Com isso o indivíduo permanecia preso por seis meses e, por meio de medidas provisórias, a polícia política controlava esse prazo, podendo ampliá-lo. Esse atributo só serviu para dissimular o manto de legalidade, camuflando assim a sua permanente ilegalidade.

Por outro lado, depois de 1945, a situação do arguido detido era ainda agravada pela inexistência de prazos de prisão preventiva depois da formação da culpa, confundindo-se esta com a duração do próprio processo até ao trânsito da decisão. Como se verá, houve diversas presos que tiveram de aguardar presos até quatro anos, pelo julgamento. Por outro lado, o arguido preso só podia requerer para o Supremo Tribunal

diligência para acelerar o andamento do processo, ficando sem qualquer meio eficiente para provocar o fim da detenção preventiva, se o julgamento se protelasse para além de certos prazos (PIMENTEL, 2011, p.33)

As manobras que Salazar utilizou para legitimar o Estado Novo por meio da polícia política são nítidas através de vários decretos que utilizou para legitimar seus poderes constitucionais. É necessário citarmos que a PIDE também dirigia a censura por intermédio de um projeto denominado “Lápis azul”, que controlava a imprensa, literatura, artigos que passavam por uma aprovação antes de serem divulgados, através disso eram editados ou considerados impróprios para chegar ao contato com a população. O simbolismo desse projeto se deu por meio da censura utilizada na época da ditadura lusitana, eram efetuadas na mídia, cortando imagens, textos, reportagens, desenhos. Esses mecanismos eram formas de preservar o regime de qualquer subversão e difamação.

Esse processo de censura iniciou-se em 1926, ano do Golpe Militar e ao longo do tempo foi sendo aplicado e desenvolvido por Salazar. Nesse contexto do Golpe Militar, consolidou-se a Comissão da Censura que tinha como fundamental o controle acerca dos jornais. No governo de Marcelo Caetano passou a ser denominada Comissão do Exame Prévio, porém continua o mesmo esquema de sistema censório. Vale ressaltar que a mesma constituição de 1933 que consolidou o Estado Novo instituiu legalmente a Censura, que manteve-se até à Revolução dos Cravos (1974). A partir de uma perspectiva teórica Gramsciana torna-se notório a tentativa de almejar consenso social, em torno de um projeto hegemônico. Isso demonstra como Salazar manteve uma centralização de poder tão forte, por tanto tempo. Utilizou tanto a coerção como os meios de hegemonia para alcançar a propagação, aceitação e acima de tudo o medo para fincar os seus ideais na sociedade lusitana desse contexto.

O sucesso salazarismo foi o de realizar, no plano político, econômico e social, esta fronteira das direitas e dos interesses, a sua suprema arte revelar-se-ia a de saber mantê-la, reproduzi-la, arbitrará-la, equilibrá-la ao sabor das conjunturas e desafios os mais complexos. Foi a de <<saber durar>>, até ao limite possível da sua durabilidade. (ROSAS, 1998, p.142)

Dentro dessa pesquisa que engloba um rol de mecanismos utilizados pela polícia política, analisaremos as várias partes de seu processo amplamente sistematizado em controlar e proteger o Estado Novo. O primeiro componente desse projeto é pautado no serviço de informação que mantinha o controle acerca das ligações telefônicas, vigilância direta dentro do regime e, sobretudo com os informadores, todos esses mecanismos eram necessários para a manutenção do regime. Entretanto, como coloca Irene Flunser Pimentel.

José Freire Antunes afirmou que, com o eclipse de Salazar, se acentuou na PIDE/DGS o desfasamento entre os serviços de Informação e de investigação. Servindo curtos-circuitos operacionais. Numa entrevista recolhida por esse autor, ex-diretor da DSI, Pereira de Carvalho, contou que, <<no tempo de Salazar, tudo reentrava em ordem após as eleições>>. No entanto, após as eleições de 1969, a DGS teve de lidar, com diversas formas de oposição <<legal>>.( PIMENTEL, 2011, p.309)

De uma forma geral, dentro desse organismo existiam divergências entre os seus setores. O segundo componente é o da investigação que tratava de assuntos jurídicos, como os interrogatórios e o andamento dos processos. Com a ineficácia da informação, o setor da investigação ficou encarregado da maioria das necessidades do regime. Fernando Gouveia, ex-inspetor da PIDE que fez parte do Serviço de Investigação, pontua que “não possuía um serviço de Informação à altura das organizações clandestinas comunistas e o pouco que se fazia para combater devia-se ao trabalho de investigação e ao aproveitamento de toda a documentação apreendida” (GOUVEIA, 1979, p. 439).

A utilização da tortura efetuada pela PIDE foi aperfeiçoada, porém em 1949 cresce a necessidade de conseguir depoimentos dos presos políticos. Acerca dos tipos de torturas como o espancamento, a estátua e o sono, o isolamento, calúnias, ameaças e chantagem à família Pimentel cita que mesmo não existindo um único documento que as comprovem, pelo menos até agora. Exemplos dessas provas podem ser encontrados em alguns processos, vestígios de indicações no momento dos interrogatórios.

<<Artur Catarino Simões. Perguntas a fazer: desde quando “voltou” ao Partido Comunista; quem o “aliciou” e

“cotização” que pagava; pseudónimo” que usava; “atividades” que tem vindo a desenvolver como “membro” do “partido”. Nota: esse homem não dorme>> (PIMENTEL, 2011, p.352)

Quando ocorreu o processo de extinção da PIDE/DGS foi encontrada uma lista no gabinete do ex-chefe de brigada Joaquim dos Santos que constava palavras como “tortura” e algumas marcações entre os nomes dos presos, inclusive escalas dos agentes responsáveis. Utilizavam até de pseudónimos na efetuação dos interrogatórios com o intuito de não serem identificados. Em 25 de abril de 1974, muitos agentes dessa organização alegaram que existia ordem superior na aplicação dos maus tratos.

Por seu turno, o ex-subinspector Farinha dos Santos, afirmou que, num dado período, pôde verificar <<serem usados interrogatórios prolongados para obrigar os detidos a confessar as suas atividades>>. Nos gabinetes onde os agentes <<faziam investigação dia e noite, em turnos de quatro horas>>, os detidos era interrogados <<segundo questionários elaborados pelos investigadores>> Abílio Pires, Rodrigues Martins, Adelino Tinoco, Rego Rosa Casaco, Francisco Fernandes e Pedro de Oliveira, que eram depois chamados quando os detidos <<queriam confessar>>. Farinha dos Santos declarou ainda que os agentes dos <<serviços de repressão, chefiados>> por Fernando Gouveia batiam às vezes nos presos, e entre alguns torturadores nomeou Antonio Capela, Inácio Afonso, Santos Costa, Pereira André, Arthur Pereira dos Santos. (PIMENTEL, 2011, 352)

É essencial citamos que mesmo a Polícia Política sendo uma organização militar ou policial vale enaltecer que era composto tanto por militares, como por cidadãos comuns que a sua única ligação eram os valores aprendidos dentro da organização da PIDE. Dentro desses valores estava a competição que incentivou os agentes a comportamentos perversos. Os torturadores faziam parte de todos os setores como investigação e informação. Entretanto existia agente de cargos menores que eram incentivados através de recursos financeiros por chefes do setor da investigação a ficarem com os serviços mais sujos.

Por isso foi possível, por exemplo, a Sacchetti ou a Álvaro Pereira de Carvalho, negando, após o 25 de abril de 1974, ter

torturado qualquer preso. No entanto, o empregado bancário Fausto Correia Martins, preso em 1962 por alegada implicação no <<golpe de Beja.>>, contou ter estado na Rua Antonio Maria Cardoso durante oito dias sem poder dormir e a ser espancado em interrogatório dirigidos por Pereira de Carvalho. (PIMENTEL, 2011, p.355)

A PIDE usou alguns médicos para ampliar suas torturas, colocando em ênfase a influencia que teve por conta do seu contato com a CIA (agencia de inteligência civil dos EUA). Esses médicos utilizavam vários métodos para testar a resistência tanto física, quando psicológico dos presos. Dessa forma, calculando cada reação até quando estavam falando a verdade impedindo que as torturas fossem mortais.

Um relatório posterior a 1974 deu conta de que, por vezes, os próprios médicos da PIDE interrogavam os presos e exploravam a resistência das vítimas, <<aparentando uma hipócrita vontade de ajudar, que visava enfraquecer ao preso a vontade de não fazer declarações à Polícia. Outras vezes, os presos receberam dos médicos medicamentos para dormir, num período em que a PIDE as sujeitava, ao mesmo tempo, à tortura do sono. (PIMENTEL, 2011, p.359)

Em 4 de setembro de 1968, Salazar estava internado por conta de um hematoma cerebral que sofreu no verão desse mesmo ano. Por indicações medicas o chefe do governo é obrigado a abandonar seu cargo. Em 18 de setembro através do processo constitucional o presidente da República Américo Tomás, mesmo não se sentindo confortável em sua escolha indica Marcelo Caetano ao cargo de presidente do Conselho de Ministros, começa sua atual em 23 de setembro de 1968.

O marcelismo emergia, assim, não como um disfarce demagógico do salazarismo, uma tentativa de o velho regime mascarar a sua continuidade essencial – Tónica em que insistiria (e insiste ainda hoje) boa parte do oposicionismo tradicional, sendo certo que nem na altura acreditava muito no que dizia -, mas como o triunfo político de uma corrente reformista que vinha a manifestar-se no interior do Estado Novo desde o pós-guerra que falhara, em 1958 e em 1961, as suas grandes oportunidades históricas de tomar o Poder (ROSAS, 1998, p.485).

Em virtude disso, surge a “Primavera Marcelista”. Nesse período a PIDE já não era bem vista pela população, tinha uma reputação grotesca, o que ocasionou na sua dissolução pelo ditador, agora Marcelo Caetano. Como resultante do percurso a DGS foi reorganizada em 1972 e surge mantendo os mesmos poderes e responsabilidades da PIDE. Além disso, o prazo das prisões recebeu uma diminuição, no caso de prisão preventiva tinha três meses para solucionar o processo. Algo importante é o fato que na metrópole foi a retirada das determinações de segurança acerca do internamento para alguns presos.

A repressão da PIDE/DGS foi selectiva, verificando-se que, entre 1945 e 1974, num universo de cerca de 15 000 detidos políticos, houve cerca de 400 detenções anuais de carácter político. Houve, no entanto, alguns períodos marcados por maiores <<picos>> de detenções, nomeadamente entre 1946 e 1954, nos anos de 1958 e 1959 e entre 1961 e 1964. (PIMENTEL, 2011, p.533)

Entretanto a DGS não conseguiu manter a ordem dentro de Portugal e das suas colônias. Em parte pelo aumento das informações, grande parte dos melhores investigadores foram transferidos para as colônias, diante do cenário não tinha possibilidade de treinar novos investigadores, o que esfacelou esse setor que não poderia sustentar e proteger o Estado Novo dos opositores. Levando em conta o fato que ocorreram atividades de oposição, o que levou a DGS em 1973 a prender cerca de 560 indivíduos na metrópole. Com isso, muitos operários das grandes empresas industriais, os estudantes, associações foram responsáveis pelo declínio da DGS.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante as alegações mencionadas, a Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo teve como marco histórico as divergências que foram atribuídas ao longo do regime ditatorial lusitano. As perspectivas supracitadas ao longo desse trabalho têm como intuito atribuir argumentos cabíveis nesse contexto, em prol de almejar um entendimento mais amplo a essa cronologia aqui postulada.

Antonio de Oliveira Salazar foi à figura crucial dessa pesquisa, por intermédio de suas manobras políticas conseguiu a consolidação da PIDE e a duração do Salazarismo por tanto tempo. A PIDE foi uma Polícia que se legitimou através da constituição de um regime não democrático; objeto central dessa investigação.

O cenário do Pós-guerra foi fundamental para a criação da PIDE, a constituição de 1933 favoreceu o caráter sistemático que almejava a legitimidade da Polícia Política. Com isso, foi tratado esse processo de legalidade e suas ramificações de inúmeras maneiras por autores citados e esmiuçados nesse artigo. É explícito que o desenvolvimento das interpretações sobre a PIDE diante da sociedade seja de suma importância para a compreensão do Regime Salazarista que vigorou por tanto tempo em Portugal.

Em síntese as alegações estão contidas principalmente na historiografia atual lusitana que estão propostas em análises que serviram como alicerce para o embasamento desse trabalho. Sobretudo no quesito referente aos atos efetuados dentro dessa sociedade, envoltos nesse período através das respectivas interpretações por assim ditas no discurso acerca das documentações encontradas e que se tornaram cruciais para um maior entendimento sobre tais fatos históricos.

Em suma, essa pesquisa buscou evidenciar várias esferas dentro do regime de Antonio de Oliveira Salazar. A Polícia Internacional de Defesa do Estado podemos dizer que foi crucial na durabilidade desse regime, por um lado através da desmobilização cívica, da censura, do medo e, por outro do nítido fato que se estabeleceu através da coesão das forças Armadas. Em 25 de abril de 1974 ocorreu por meio do MFA e por parte da população o declínio desse regime assaz complexo desenvolvido por Salazar e seus componentes. Essa pesquisa sobre a PIDE é uma das possíveis interpretações sobre o Salazarismo. Não é o desfecho.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES IMPRESSAS**



NUNES, João Paulo Avelãs. António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política. CEIS20 – Artigo em Revistas Nacionais, Mai-2013.

#### **OBRAS CITADAS**

BRAGA DA CRUZ, Manuel. **O Partido e o Estado no Salazarismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

FLUNSER PIMENTEL, Irene. **A História da PIDE**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

LUCENA, Manuel. **A Evolução do Sistema Corporativo Português, O Salazarismo**. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976, vol. 1.

MARTINS, Hermínio. **Classes, Status e Poder**. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 1998.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal: Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, vol.7, 1998.

## **A SURRA VALEU A FESTA: SUBVERSÃO E RESISTÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO REGGAE DE SÃO LUÍS.**

Thalisse Ramos de Sousa - IFMA

**Resumo:** A presente pesquisa analisa a participação das mulheres no reggae de São Luís, no período de 1975 a 1985, considerando as categorias gênero, classe e etnia. Esta análise utiliza-se da história oral, tendo como fontes entrevistas de longa duração, onde as regueiras expõem a situação de violência física e simbólica vivenciada pela mulher negra no movimento reggae. As práticas culturais afrodescendentes (religiosas ou de lazer) sempre foram incompreendidas pelas elites brancas que atribuíram a estas manifestações um caráter de lascividade e desordem. Vigilância e violência inúmeras vezes foram empregadas para desarticular grupos culturais negros. A História do Maranhão nos mostra perseguições aos grupos de bumba-meu boi e terreiros. Toda essa carga ideológica também recaiu sob o movimento reggae, que foi desqualificado pela sociedade local e seus participantes - na maioria negros despossuídos que povoam a periferia de São Luís - tidos como violentos e arruaceiros. Essa semântica construída sob a lógica burguesa intensifica-se sob as mulheres, que ao participarem desse tipo de festa sofrem preconceito, exclusão social, são desqualificadas para o casamento, algumas recebem até severos castigos corporais de suas famílias. Nesse contexto, as mulheres subvertem a ordem social, familiar e de masculinidade hegemônica consolidando sua participação feminina no movimento.

**Palavras chaves:** gênero, reggae, história, violência.

### **SUBVERSÃO E RESISTENCIA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO REGGAE LOCAL**

Segundo Silva (1995), nos anos 80 os atos discriminatórios por frequentar o reggae sempre foram mais intensos sobre a mulher do que sobre os homens. Pela concepção dominante na sociedade maranhense, salão de reggae é um espaço de concentração de marginais, e, por isso, sempre foi alvo de repressão policial. As famílias proibiam as moças de irem às festas, temendo a violência policial e dos próprios regueiros, que eram vistos como pessoas perigosas, atribuindo a eles badernas, drogas, bebida, brigas, roubos e até estupros.

Minha mãe odiava, porque eu nunca escondi de ninguém a minha preferência pro reggae, de ir eu pro reggae, eu sempre disse pra todo mundo, nunca tinha vergonha de dizer que eu sou regueira, eu gosto de ir pra reggae, eu vou no reggae...ela tinha medo pelo tipo de gente que eu poderia encontrar lá. (...) como eu te falei, meu ex – marido dizia que era coisa de preto, vagabundo e maconheiro. Assim, era muito preconceito dos meus pais e irmãos.... Era difícil enfrentar tudo isso, mas

enfrentei. Hoje eu adquiri um respeito, dentro do movimento reggae, considerações. (Rosângela<sup>1</sup> – artesã)

A imagem depreciativa que a sociedade ludovicense construiu ao longo dos anos 80 a respeito do reggae pode ser analisada através das teorias de Goffman (1988) sobre estigma. Este autor foi um dos primeiros a trabalhar estigma na perspectiva social, ou seja, como um processo estabelecido pela sociedade, mostrando como o atributo e o estereótipo estão ligados à construção dos significados. Segundo o autor, a sociedade institui rótulos determinando como as pessoas devem ser e tornando esse dever ser em algo tão natural que gera estranhamento a tudo que possa fugir dessa naturalidade, formando então as categorias “eu” e o “outro”, que o autor define como “normais” e “estigmatizados”.

Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1988, p. 8)

Esse posicionamento implica na segurança que a sociedade tem em confirmar essa normalidade através da reafirmação da diferença. O reggae ludovicense chocava-se muitas vezes com os padrões de lazer idealizados pelas classes dominantes da época, em um período de predomínio de bailes de gala em clubes de elite para burguesia branca. A realização de festas de reggae nas associações de moradores em bairros de periferia negra seria estigmatizada<sup>2</sup>. Segundo Goffman, há uma necessidade social de comparação com a “norma” e posterior desqualificação “do fato novo”. Daí os participantes das festas de reggae serem vistos como marginais, violentos, baderneiros, perigosos, desocupados. Tal conduta gera impacto no convívio social dos grupos estigmatizados, causando isolamento e exclusão. Para sua manutenção, o estigma é passado de geração em geração através do processo de socialização, entretanto, tratando-se do reggae local houve mudanças na percepção social do ritmo, visto que,

---

<sup>1</sup> Em entrevista concedida dia 06/08/15. Rosângela participa do reggae desde do início dos anos 80 e atualmente trabalha produzindo artesanato com motivos do reggae.

<sup>2</sup> Entre os anos 60 e 80 alguns clubes como Lítero, Jaguaré e Casino Maranhense ganharam renome em São Luís por promoverem festas voltadas para a elite local, principalmente no Reveillon e no Carnaval, porém, na década de 90, entram em declínio e abrem espaço a outras camadas sociais, sediando muitos shows de reggae.

nos anos 90, ele foi muito associado à atividade turística e acabou por se aproximar de outros setores da sociedade.

Em todas as classes, alguns hábitos tornam-se alvo de atenção na medida em que homens e mulheres devem adequar-se aos valores e formas de comportamento que resistiam ao tempo e ao espaço de cada sociedade. Sobre a mulher, recaía uma forte carga de pressão acerca do comportamento desejado que garantisse sua inserção social. Segundo Hobsbawm (1995), a Revolução Cultural dos anos 60 trouxe novos padrões de comportamentos absorvidos pela nova geração, porém, padrões do início do século ainda gravitam na sociedade ludovicense dos anos 70 e 80 através das gerações mais antigas.

O fato de várias mulheres terem forçado limites e ocupado espaços, que a princípio não lhes eram destinadas demonstra a seu modo a existência de fronteiras e obstáculos (...) Com a maior independência financeira trazida pelos salários obtidos por elas a partir de então, muitos dos antigos tabus puderam ser rompidos e as mulheres passam a ter mais autonomia para decidir o que fazer de suas vidas. Além disso, transformações tais como a urbanização e a popularização de métodos contraceptivos eficazes, que acarretaram a diminuição do número de filhos, liberaram as mulheres das obrigações relativas ao cuidado de uma prole numerosa, porém ainda existem limites a serem extrapolados. (MINGUEL, Raquel e RIAL, Carmem. 2012, p. 149-150)

As relações de gênero também encontram-se no lazer. A sociedade costuma separar “lazer de homem” / lazer de mulher”, ou classificar como “coisas de mulheres” / “coisas de homens”. Apesar de já ter uma diluição nas fronteiras, mulheres bebem cerveja e jogam futebol, por exemplo, ainda há coisas impróprias para “senhoras de respeito”, “gente bem nascida”, “moças de família”, resultando em proibições como “isso não é lugar para você” ou “não pega bem para mulheres frequentar esse lugar”. As mulheres burguesas preocupavam-se em fazer boa figura no espaço público com o propósito de construir uma imagem capaz de adquirir respeito social, traduzido em boa fama e casamento decente. (MINGUEL; RIAL, 2012).

Toda essa carga moralista ainda faz com que homens e mulheres participem de forma diferenciada do lazer. Considerando o cenário do início do reggae ludovicense<sup>3</sup>, enquanto aos homens era permitida a participação nas festas, às mulheres restavam as

---

<sup>3</sup> Considera-se a chegada do reggae em São Luís a partir do ano de 1975 (SILVA, 1995).

proibições. O reggae não era bem visto pela sociedade local, mas sim considerado como encontro de marginais e desordeiros. Alguns jornais contribuíram para a veiculação dessa imagem divulgando matérias com atos de morte e violência cometidos dentro dos clubes de reggae. Essa carga pejorativa era extensiva à mulher, pois as frequentadoras de festas também eram mal vistas pela família e pela sociedade, que associavam o estigma do reggae à índole dos participantes. Se as mulheres estavam no meio dos regueiros, eram iguais a eles. As mães chamadas “de bem,” visando convívio em um ciclo social “seguro”, casamento decente e boa fama a suas filhas, consolidavam a proibição da participação em determinados eventos, estimulando as filhas a buscarem lazer em locais “bem frequentados”, como lembrou Célia Sampaio:

Minha mãe dizia assim: Célia por favor não vá, não nesse negócio de festa de reggae (...) *É festa de gente chinfrin*<sup>4</sup>, todo mundo fala minha filha (...) E quando tivesse uma festa melhor na comunidade, as pessoas não iam nos chamar porque nós éramos pessoas de ir naquelas festas. Era essa a visão da nossa sociedade. Nós poderíamos ficar excluídas porque nós frequentávamos aquela festa. Quando tivesse festa boa no meio da sociedade, uma festa de 15 anos, casamento, uma festa diferente, tá entendendo, a gente não ia ser chamadas porque nós frequentávamos a festa de reggae. *É chinfrim*. A festa chinfrim [risadas]. (...) Lógico, era o lazer que a gente tinha, mermã<sup>5</sup>. Do dia de domingo nós íamos pra igreja da Conceição. Primeiro, nós assistíamos a missa de 8 horas ou de das 18hs. Chegávamos, saíamos de casa cinco e meio tava saindo de casa. A gente já sabia, vamos passar lá no Natty Nayfson, ele tinha um clube, era para dançar uma hora, no máximo duas e correr para casa. (Célia Sampaio<sup>6</sup> – cantora, grifo nosso)

Além das questões de gênero, o lazer reflete questões sociais relacionando-se com classe econômica, preconceitos raciais, diferenças educacionais, oportunidades no campo ou na cidade. “Para mim, garoto da periferia que não poderia ir aos clubes chiques da cidade, o reggae era minha única opção de lazer”, diz Paulo Caribe. As mulheres de camadas populares, por não obedecerem a padrões de comportamento moral tão rígidos, como os padrões da classe média, chegaram mais rapidamente ao carnaval de rua, às escolas de samba, aos bares (MINGUEL; RIAL, 2012). As “mães de bem” tentavam livrar as filhas das “más influências”, tudo que pudesse desviar as

---

<sup>4</sup> Expressão popular usada para designar algo sem valor ou inferior.

<sup>5</sup> Expressão idiomática típica do povo maranhense resultante da fusão do pronome “minha” e da palavra “irmã”.

<sup>6</sup> Entrevista concedida dia 01 de setembro de 2015.

“moças” dos padrões morais esperados deveriam ser evitados. Algumas mulheres, principalmente das classes populares, flexibilizavam as preocupações morais inerentes à época e frequentavam as festas de reggae.

Eu era mocinha, tinha uns 15 anos, minha mãe tinha medo de me perder frequentando essas festas, por conta das drogas e do sexo, eu ia assim mesmo. Nisso eu tive muita amiga que engravidou cedo, teve que largar os estudos por causa disso, mas nunca fui no papo delas, minhas fugidas eram só para dançar, nem beber nessa época eu bebia, dançava muito nos festejos de santo, aconteciam de manhã, era mais fácil, levava uma blusa para trocar na saída da escola. (Célia Sampaio – cantora)

Atualmente, atividades corriqueiras como dançar em par, sair de casa sozinha para ir a uma festa e lá encontrar as amigas, pedir ao garçom uma cerveja, comprar cigarros, não ter limite de horário para voltar para casa ou transitar livremente em espaços públicos podem parecer atividades normais, todavia, são conquistas femininas, frutos deixados pelas gerações de mulheres anteriores ao momento atual, que, resistindo e subvertendo, reverteram parcialmente a lógica moral dominante.

O início da participação dessas mulheres nas festas de reggae, logo no final dos anos 70 e começo dos anos 80, foi marcado por muita resistência, mesmo a contragosto dos pais, as moças frequentavam as festas, como é visto no discurso de Célia Sampaio que diz: “ia assim mesmo”. O período de expansão do reggae em São Luís, ou seja anos 70 e 80, coincide com uma série de mudanças sociais que refletem nas representações femininas da época, tais como entrada de muitas mulheres de classe média no mercado de trabalho; luta por crescimento e reconhecimento profissional; aumento do número de mulheres nas universidades; consumismo promovido pela mídia; inconformismo com a dominação masculina; conquistas do movimento feminista em relação à disponibilização de métodos contraceptivos e a instituição do divórcio<sup>7</sup>. Com a conquista de emprego, renda e participação na vida pública, as mulheres da década de 70 passaram por uma transformação no seu estilo de vida.

Na sociedade brasileira, o espaço público foi, historicamente, direcionado aos homens e o privado às mulheres, dessa forma, frequentar festas dançantes, onde havia consumo de bebida alcóolica e contato físico entre homens e mulheres, que dançavam “agarradinhos”, não seria “adequado” às moças. Bourdieu (1999) critica o modo de pensar ocidental pautado pelas dicotomias e oposições como masculino/feminino,

---

<sup>7</sup> A Lei do divórcio foi publicada em 1977.

alto/baixo, rico/pobre, claro/escuro etc. Essas categorias influenciam as formas de representação do mundo que estão imbricadas com as relações de gênero.

Particularmente, os padrões morais recaem de forma mais incisiva sobre a mulher. Dela é exigido o comportamento adequado para a inserção social desejada. A estigmatização da mulher entre os extremos dicotômicos de classificação, “moça direita” ou “vadia”, reforça o pensamento medieval do Mito de Eva<sup>8</sup>, contribuindo para a construção de representações das mulheres como pecaminosas e impuras quando associadas à Eva, ou imagens de pureza e castidade se associadas à Ave. Cabendo-lhe apenas uma classificação que será determinada por sua conduta. Acredita-se que tal tentativa de construção fazia com que as meninas que se sentissem atraídas pelo reggae e escondessem de suas famílias, aproveitando pequenas “brechas de liberdade”, no caso de Nana Roots, eram os mandos da mãe na compra da sardinha e até mesmo uma falsa ida à igreja com direito ao “figurino” de freira e “panfleto da missa”, tudo isso na tentativa de burlar a ordem imposta. Porém, algumas vezes, a disciplina não se limitava apenas aos aspectos morais, incluindo também castigos corporais.

Tinha um clube aqui na Areinha que a gente ia sempre dá uma olhada lá escondido, eu ia sempre escondido. Eu não me lembro bem, só lembro que era um negócio de Carne Seca, só lembro que era por ali, mas eu comecei mesmo ir pro reggae nos anos oitenta, oitenta e três, oitenta e quatro por aí. Até porque eu fui criada com uma tia muito rígida, que não me deixava ir pra lado algum. Ai, uma vez peguei uma bela de uma surra porque eu fui pra este clube olhar, (...) minha irmã foi dizer, pra minha tia que a gente tinha ido olhar a festa, aí quando eu cheguei peguei uma bela surra. *Ela disse que reggae não era lugar para moça. No reggae, as histórias de regueiros sempre tem alguém que apanha né...mas a surra valeu a festa. Peguei outras depois, mas sempre fui para festa* (Ivone – funcionária pública, grifo nosso)

Mesmo com os avanços sociais ocorridos, as mulheres ainda sofrem com o peso de suas escolhas, pois a sociedade cria constantemente padrões e estereótipos para classificá-las, portanto, a frequência feminina nas festas de reggae no início dos anos 80 demonstrava subversão e resistência. É importante ressaltar que os avanços femininos

---

<sup>8</sup> O mito de Eva foi muito utilizado durante a Idade Média para justificar a “necessidade” de repressão feminina, pois a índole da mulher seria falha, com tendências ao pecado e à impureza, uma vez que, tendo sido a primeira a contemplar e a comer o fruto proibido, ela está associada à desrazão, à compulsão. (LUCAS, 2012).

na escolarização e mercado de trabalho, ocorridos a partir dos anos 60<sup>9</sup>, referem-se inicialmente à classe média, não influenciando diretamente a forma de pensar e de agir das classes populares.

## **VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA**

Como foi visto anteriormente, as mulheres, principalmente as *minas negras*, sempre *balançaram nos salões*, porém, o reggae é um ambiente de domínio masculino, são os homens que determinam os passos da dança, comandam a animação da festa e têm a posse dos meios de produção como radiolas ou bares. Embora atualmente algumas mulheres já exerçam a função de DJ, ou como proprietárias de espaços de reggae, o predomínio é masculino e algumas práticas machistas ainda são reproduzidas.

Claro está que isso reflete a concepção corrente de submissão e inferioridade sobre a mulher na sociedade, reforçada nos setores de população pobre. Embora participe conjuntamente com os homens, reforçando laços de solidariedade no trabalho e no lazer, as mulheres não são respeitadas pela sua capacidade individual, são vistas como possíveis amantes e reprodutoras, a quem cabe “naturalmente” submeter-se aos domínios masculinos e realizar os desejos de seu homem. (SILVA, 1995, p. 103)

O argumento de Silva (1995) ilustra bem o pensamento dominante nas primeiras décadas do reggae em São Luís. Atualmente, vários avanços foram identificados rompendo parcialmente com essa linha de pensamento, porém, as ideias do referido autor serão úteis na problematização da prática da violência contra a mulher exercida nos salões de reggae no fim dos anos 70 e início dos anos 80, trata-se do “raspa<sup>10</sup>”: rasteira aplicada pelo rapaz à garota que se recusasse a dançar com ele, derrubando-a ao chão.

O início do reggae foi marcado por atos de violência física e simbólica contra as mulheres. Essa prática do raspa não perdurou, sendo logo abolida pela ação repressiva dos donos dos clubes, seguranças e apresentadores dos programas de rádio que combatiam a violência contra as mulheres nos salões. Ao longo desta pesquisa, houve vários relatos de mulheres que antigamente aceitavam dançar por medo de

---

<sup>9</sup> Tais como a inserção da mulher em universidades, ocupação de novos postos no mercado de trabalho, acesso a métodos anticoncepcionais, liberdade de consumo, movimento feminista, igualdade de direitos entre homens e mulheres.

<sup>10</sup> Essa prática não acontecia exclusivamente no reggae, em alguns outros ritmos também.



sofrerem algum tipo de agressão, como relata Ivone: “Eles marcavam a gente, no final da festa, se o cara tivesse chapado, ele poderia vim com saliência para cima da gente. Era melhor dançar logo e ficar segura.”

Na primeira vez que eu fui num clube na vida *levei logo dois chutes*, isso foi no final dos anos 70, o cara me puxou para dançar e quando ele percebeu que eu não sabia, chutou, *o que tu tá fazendo aqui?* Fui para casa, tive que aprender em casa com um primo meu, só depois voltar para o clube. Ainda levei uns chutes aí, mas depois nunca mais, hoje eu sei dançar. (Beth – regueira)

Às vezes a violência do raspa intensificava-se, alguns homens, além da rasteira, davam chutes, tapas, furavam com agulhas e machucavam até mesmo o rosto da regueira. Célia Sampaio relata que alguns atos mais bárbaros a deixavam chocada, como o fato que narrou no caso de um rapaz muito conhecido no meio regueiro ter inserido uma gilete entre os dedos e atingido o rosto de uma suposta namorada produzindo uma cicatriz em sua face. Contudo, nem todos os homens praticavam o *raspa*. Indagados sobre o assunto, nossos entrevistados afirmaram não concordar com tal prática.

Mas o que levaria um homem a agredir fisicamente uma mulher pelo simples fato dela lhe negar uma dança? Para esta reflexão, é necessário compreender como a dominação masculina esteve historicamente inserida no processo de formação do modelo familiar brasileiro. A estrutura familiar brasileira organizou-se em torno da autoridade masculina, em que o homem era o detentor dos direitos políticos e sociais, o chefe da família, com autoridade sobre a mulher, filhos e agregados.

Durante muito tempo, a mulher foi vista como inferior. A autoridade sobre ela passaria do pai para o marido, através do casamento, restando-lhe submissão e obediência, além da responsabilidade moral pela honra da família, o que exigia um comportamento recatado. A utilidade feminina estaria na garantia da transmissão dos bens por meio de uma prole legítima, a fim de garantir a continuidade geracional. Esses modelos reforçavam a dominação masculina e disseminavam um ideal de fragilidade feminina. Esses padrões sociais circularam por muitos anos “naturalizando” diversos tipos de violência contra as mulheres.

Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis<sup>11</sup>, a dominação masculina fez do espaço do lar

---

<sup>11</sup> As legislações da colônia ao início da república afirmam o pátrio poder e o poder marital, legitimando o

um “locus” privilegiado para violência contra mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade. Uma moral sexual dupla – permissiva para com os homens e repressiva com as mulheres – atrelava a honestidade da mulher à sua conduta sexual. O comportamento feminino considerado fora do padrão estabelecido para “mulher honesta” justificava agressões, culpando, no fim das contas, a mulher pelas agressões sofridas. (LAGE; NADER, 2012, p. 287)

Em decorrência do conjunto de transformações ocorridas nas décadas de 60 e 70, o movimento feminista apresentou uma nova agenda de reivindicações no enfrentamento às desigualdades de gênero. Uma série de intervenções institucionais são resultados dessa luta, ações como instalação do Conselho da Mulher, disque denúncia, delegacias especializadas, mudanças na legislação, sinalizam os primeiros passos para mudança de pensamento social. (LAGE; NADER, 2012)

Contudo, mudanças de paradigmas ocorrem de forma lenta e gradual, mesmo transcorridos séculos, práticas machistas ainda circulam na sociedade atual. A ideologia patriarcal permeia o meio social brasileiro gerando violência simbólica, a ponto das mulheres que frequentam os clubes de reggae procurarem justificativas para os atos de violência recebidos.

Eu nunca levei raspa porque sempre fiquei na minha, nunca fui para o meio do salão, não sou de me mostrar, também sempre fico lá com conhecido, danço com os amigos, aí eles olham que não estou sozinha. Minha filha, eu nunca disse não, até hoje, já sei que pode, mas nunca digo não, pode dar uma confusão, é melhor voltar para casa em paz. Ah filha, eu tenho muito medo(..) Eles achavam que como a gente não pagava e eles sim, então tinham mais direito que nós. (Ivone – regueira)

Eu nunca cai, primeiro porque eu nasci sabendo dançar, está no meu sangue, depois porque eu danço com todo mundo, nunca dei ferro na minha vida, nem sei o que é isso. Não faço com os outros o que eu não gostaria que fizessem comigo. E outra coisa, veio fazer o que em clube de reggae se não for dançar? Fica em casa e não atrapalha. (Nana Roots – dançarina)

Pierre Bourdieu (2003) explica que a violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce às estruturas de dominação. O dominado (no caso, a mulher) adere à dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. O dominado não percebe a dominação, não chegando a dar conta das relações de poder

---

domínio masculino. Tratando homens e mulheres de formas diferenciadas.

estabelecidas. Para o autor, ainda na atualidade, o gênero masculino domina o feminino. A dominação masculina não é apoiada prioritariamente na força bruta, nas armas ou na dependência financeira, ela ocorre no campo do simbólico. Essas estruturas primárias de poder são interiorizadas desde a infância.

Nos depoimentos acima, observa-se que as mulheres são vítimas de violência simbólica, inconscientemente naturalizam a violência física praticada pelos homens, no caso, o raspa. Nana Roots, através da expressão “veio fazer o que em clube de reggae se não for dançar? Fica em casa e não atrapalha” transfere para vítima a culpa por ter levado o raspa, já que a mulher não poderia se negar a dançar. Já Ivone, com a frase “sempre fiquei na minha, nunca fui para o meio do salão, não sou de me mostrar” deixa transparecer nas entrelinhas que as mulheres ao irem para o meio do salão terminaram se expondo ao perigo do raspa por se colocarem em posição de destaque em um ambiente masculino.

Esse tipo de raciocínio é bem comum no caso de violência contra a mulher, os ranços do patriarcalismo inconscientemente invertem as posições e, no lugar do ato de violência em si, é o comportamento da vítima que passa a ser julgado. O comportamento “moralmente condenável” é a justificativa frequente das agressões contra mulheres. Muitas vezes nos crimes passionais, assassinos são considerados vítimas do alcoolismo, de distúrbios psíquicos que causam ciúmes doentios, matando por amor, mas as mulheres com amantes são moralmente condenáveis e muitos crimes ficam impunes. (LAGE; NADER, 2012)

Ao serem indagados sobre os motivos que levavam os homens a darem raspa nas mulheres, os(as) entrevistados(as) responderam que a negativa delas era uma vergonha para masculinidade do sujeito perante o grupo, como explica a dançarina Beth Roots.

Se você teve coragem de dizer “não”, ele dizia assim “não dança comigo, não dança com ninguém”, ai tu já sabia, acabou a noite para você, ou ficava a noite todinha só na parede ou voltava para casa, porque o homem ia te marcar, se você dançasse com outro ele ia dar raspa, eles pensavam assim “tá pensando o que? Não sou pior que aquele outro cara. *Quer fazer eu passar vergonha?*” Às vezes ele puxavam na marra. *Tu dançava obrigada.* (Beth Roots – dançarina)

É preciso considerar o caráter multiforme da violência que incide sobre essas mulheres, porque, além da violência que afeta diretamente sua condição de gênero,

existe a violência estrutural decorrente de sua classe social, portanto, a categoria mulher pobre lhe expõe duplamente às mazelas sociais. No contexto acima, o agente da opressão corresponde à figura do regueiro, ou seja, trata-se de um personagem que desprovido de poder e autoridade em outros contextos públicos (trabalho e política), transfere o exercício de sua autoridade para o seu contexto social.

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder. (SOIHET, Rachel. 2001, p. 370)

Outra explicação dada para o raspa foi o fato das mulheres, ao contrário dos homens, não pagarem a porta, o que gerava neles um sentimento de dominação, como se elas estivessem no salão para obrigatoriamente satisfazê-los, já que eles eram os responsáveis por “bancarem” a festa. Tal comportamento era legitimado e naturalizado naquele contexto social, embora houvesse também reações de algumas mulheres regueiras.

Foi uma época de muita ignorância e machismo, não tinha as leis e o conhecimento que se tem hoje. Aos poucos os donos de bares foram proibindo. Eu mesma proibi várias vezes, hoje foi com ela, mas amanhã poderia ser eu ou uma filha minha. Eu mandava botar para fora. Algumas levantavam e reagiam, mordiam, chutavam. Quando eu via a confusão já estava tão grande que terminava os dois indo para fora. (D. Raimundinha – Gestora do Espaço Aberto)

O comportamento das mulheres populares devido à sua própria condição de existência foge dos padrões de delicadeza, recato e fragilidade atribuídos à figura feminina, muitas vezes as vítimas rebelavam-se contra seus agressores revidando o quanto suas forças lhes permitiam. As relações de gênero não ocorrem de maneira igualitárias e simétrica. Elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Masculinidade e feminilidade não seriam, portanto, um

conjunto de características típicas de homens e mulheres. Antes disso, são metáforas de poder e podem ser acessadas por ambos sexos quando necessário (ALMEIDA, 1996,).

O ser homem e ser mulher são processos sociais construídos pelas intervenções e relações de poder assimétricas dos homens em relação às mulheres, mas também dos homens entre si. A masculinidade representa a estrutura de poder das relações sexuais, buscando excluir qualquer variação de comportamento masculino que não se adeque a seus preceitos socialmente esperados para um homem. Tudo que se aproxima com o feminino é rejeitado. O homem deve seguir padrões claros de conduta. (CONNELL, 2013)

Segundo Oliveira (1998), a violência é incorporada no processo de construção da masculinidade, sua manifestação é uma forma de expressar superioridade e virilidade masculina, trazendo consigo significados mais profundos, associados à manutenção do poder do homem. O homem popular tende a sustentar a masculinidade heteronormativa perante seus pares como forma de adquirir respeitabilidade, daí uma possível explicação para tais reações violentas no reggae.

Era o seguinte, as mulheres sempre se produziram muito para ir para o reggae, ai vinha um cara bêbado, suado, sujo, fedendo, elas não queriam dançar. Ai vinha o famoso ferro. Muitos pela questão da ignorância mesmo usavam a violência. Ninguém ia se meter para não aumentar a confusão, senão ainda arrumava briga com o cara e com os amigos do cara. Muito raramente um irmão ou um parente vinha tomar satisfação. O raspa era mais nas mulheres que estavam desacompanhadas. Não lembro ao certo como acabou, mas lembro que o movimento feminista e essa questão da mulher começou a se fortalecer, isso ai contribuiu. (Cláudio Adão – Diretor do Gdam)

“Até hoje muita gente não se importa com a violência contra mulher, imagine naquela época”, completa Ademar Danilo. Esse tipo de violência não recebia nenhum tipo de retaliação, a polícia não era acionada, os demais participantes não se envolviam, algumas vezes nem mesmo ajudavam a mulher a levantar-se do chão por receio de ofender a “moral” do rapaz. Ressalta-se no relato acima o “pacto” tácito de respeitabilidade masculina, mulheres que estivessem na companhia de irmão, primo, amigo, ou qualquer pessoa do sexo masculino gozavam de certa imunidade. A presença masculina inibia os atos de violência. Com o tempo, o raspa foi abolido, DJs e donos de clubes fizeram uma campanha de proibição.

A construção do ego masculino faz-se sobre uma estrutura de violência internalizada, ou seja, o homem não apenas transforma a mulher em objeto de sua violência, mas é vítima de si próprio. Na mesma linha de raciocínio temos até frases com pretensões poéticas: "um menino é educado nas precariedades de um cárcere, para quando crescer se tornar seu próprio carrasco". (KAUFMAN, 2005, p.13)

Mesmo com todos os avanços das ações de combate à violência contra a mulher, ainda há muitos problemas para implantação de políticas públicas, poucas delegacias da mulher, policiais e membros da própria sociedade que tendem a banalizar este tipo de crime, salvo quando as consequências são muito severas como espancamentos e mutilações. Atualmente, com acesso à informação, aos órgãos e instrumentos legais de proteção, as mulheres que frequentam o reggae gozam de mais liberdade para aceitarem ou não a dança sem receber violência. Algumas vangloriam-se do fato de pagarem a própria porta, concluindo o direito de comportar-se conforme sua vontade, a exemplo de Rosalina, “quando não estou afim de dançar não danço mesmo, eu paguei minha porta igual a qualquer um aqui, então fico lá dentro do jeito que eu quiser”.

Segundo Alessandra, “essa história de raspa já acabou, mas ainda tem uns salientezinhos que surtam, o cara me puxou para dançar, eu não aceitei, ele disse que me daria um raspa, só sorri e disse: vem! cadê que ele veio?!”. As mulheres não aceitam dançar com determinado homem por vários motivos, por estarem cansadas, porque ela não se interessou fisicamente por ele, simplesmente para curtir determinada música sozinha, ou para dançar com uma amiga, prática comum nos clubes, sem nenhuma conotação homoafetiva.

## **A MARATONA, O PAVOR DAS MULHERES**

O lado de fora do clube é um espaço que também merece ser problematizado, pois o mesmo espaço que abrigava casais apaixonados ou sedentos de prazer descomprometido, infelizmente, foi cenário de muitos atos de violência sexual contra a mulher regueira. São páginas tristes que merecem ser viradas, mas antes conhecidas. Nesse quesito, destaca-se o depoimento corajoso da cozinheira Beth Roots, pois foi a única que falou abertamente sobre o tema dos estupros coletivos, conhecidos como “maratona”. Sua coragem será útil para que se registre tamanhos abusos. As demais

entrevistadas não deram maiores detalhes, por medo, ou vergonha, ou por realmente não ter conhecimento de tal prática.

Tal silêncio pode ser compreendido a partir das teorias expostas por Pollak (1989), que ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Essas lembranças circulam em grupos bem restritos, e são lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política (..) Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (POLLAK, 1989, p. 9)

Após encontrar um ambiente confortável para rememoração dos “não-ditos,” Beth Roots explica que a saída da festa era um momento que merecia atenção por parte das mulheres, que uniam-se em bandos para fazer um retorno seguro para suas casas, muitas vezes através de longas caminhadas, atravessando lugares escuros. Era nesse momento que grupos de homens, de forma premeditada, promoviam a tão conhecida e temida “maratona”, arrastavam a regueira para lugares ermos a fim de promoverem estupros coletivos.

Atrás daquele túnel do Pop arrastaram muito, menina... só ouvia os gritos delas. (...) Quem eles marcavam arrastavam no fim da festa. Às vezes tinha gente transando na boa, chegava o povo da maratona, ai tinha que sair e procurar outro espaço para você. Eles ficavam lá. (...) Não, ninguém chamava a polícia não, ninguém nem ligava, porque era normal. Também tinha o medo, era muito medo. Quem vai se meter com esses caras? Se eles soubesse que foi tu, te marcavam, te pegavam no final da festa. Você tinha que falar e nunca mais aparecer na festa, sumir do reggae, ninguém queria isso. Eu mesma não ia comprar confusão dos outros ou deixar de dançar. *O pior para mulher, sabe o pior mesmo, é o falatório depois...* fulana sofreu maratona. Todo mundo ficava sabendo. (Beth Roots- dançarina, grifo nosso)

As maratonas aconteciam com aquelas mulheres que apresentavam alguma vulnerabilidade, voltavam sozinhas para casa, ou ficavam a festa inteira sem amigos homens, ou consumiam bebida alcoólica em excesso. Destaca-se a naturalização e interiorização dessa violência, que de tão frequente chegou a legitimar-se, transformando mais uma vez as vítimas em culpadas. No julgamento social, as jovens sofreram maratona porque beberam demais ou porque eram “vacilonas” por voltarem para casa sozinhas, “acontecia apenas com as mulheres à toa”. Eram inúmeras tentativas de justificar o injustificável.

Novamente emerge o pensamento patriarcal que utiliza a conduta feminina para justificar qualquer tipo de agressão caso ela não atenda os padrões morais vigentes. Mulheres ingerindo bebida alcoólica ou transitando sozinhas tarde da noite não seria o papel idealizado para uma jovem em plenos anos 70 ou 80. Como foi exposto pela narrativa, apenas a mulher era penalizada, sofria a violência física e a condenação social através do “falatório”<sup>12</sup>.

A violência contra as mulheres decorre diretamente das relações de poder hierarquizadas entre os sexos. Ela é o mecanismo através do qual também o homem se afirma como tal, diferente da mulher, ou melhor, confirma a sua masculinidade em oposição à feminilidade. Isso ocorre em virtude de a própria identidade masculina ser precária, incompleta e, além disso, hierarquizada. (KAUFMAN, 1987, p. 45)

Os agressores não eram denunciados e não recebiam nenhum tipo de penalidade, os participantes do reggae temiam sofrer retaliações. Outra situação, dessa vez narrada por Nana Roots, foi que as vezes as maratonas eram feitas por vingança, “se você disse não para o cara, depois ele te vê dançando com outro, ele fica zangado e te marca, na saída da festa vai descontar com a maratona. Tinha que ficar ligada.” Ivone corrobora a fala de Nana Roots dando o exemplo de sua irmã mais velha, que levou uma “carreira”<sup>13</sup> quando voltava para casa após uma festa de reggae. Ela diz que a irmã foi perseguida obstinadamente por dois homens justamente porque deu “ferro”<sup>14</sup> neles.

---

<sup>12</sup> Um exemplo bem atual foi o estupro coletivo, realizado em 26/05/16, na cidade do Rio de Janeiro, onde 30 homens abusaram sexualmente de uma jovem de 16 anos. Um vídeo do ocorrido foi publicado nas redes sociais e o caso tomou repercussão nacional. A sociedade se dividiu, alguns ficaram indignados e outros culpavam a vítima “por ter facilitado”, “ela estava atrás de drogas”, “adolescente de classe média foi fazer o que no morro?”. Rapidamente a índole da adolescente estava sendo questionada e os agressores recebendo absolvição social.

<sup>13</sup> Expressão coloquial usada como sinônimo de perseguição.

<sup>14</sup> Expressão usada no meio regueiro para designar a recusa em aceitar um pedido de dança.



Um dos meios mais eficazes de dominação das mulheres pelos homens é o ato sexual. Homens e mulheres são ensinados a pensar o ato sexual de maneira diferenciada. As moças associam o sexo a relações afetivas, já os rapazes o encaram como uma conquista, apropriação, dominação e posse. Nas conversas entre os homens é bastante comum “contar vantagem” de suas conquistas sexuais. As próprias representações que associam homens ao “ativo” e a mulher ao “passivo”, descreve a relação sexual como uma relação de dominação. A própria virilidade masculina está inscrita na lógica da conquista, da exploração. (BOURDIEU, 2003, p.25-26)

A vingança consiste em agir diretamente contra a pessoa, grupo ou entes a eles relacionados com a finalidade de retribuir, geralmente em grau superior, algo percebido como sendo prejudicial a si. É um método pré-social de resolução de conflitos, isto é, realiza-se por fora ou além das formas socialmente organizadas de justiça. Esse tipo de vingança que apela para violência sexual relaciona-se com o machismo na medida em que o homem, na condição de “macho”, não pode admitir algo que possa ferir sua masculinidade. Como já foi enfatizado, a interiorização da violência contra si, contra a mulher e contra outros homens faz parte do processo de construção da masculinidade hegemônica numa sociedade sob influências patriarcais, na medida em que o homem é ensinado a não reprimir seus desejos, a dominar as mulheres e influenciar os outros homens. Muitas vezes esse processo ocasiona dor e sofrimento aos próprios sujeitos. (SILVA, 2014)

A menina era muito bonita, não queria dançar com ninguém. Então, olha só o que acontecia... o cara combinava com outros, esperava o final da festa e seguia a regueira. Se fosse conhecido, eles já sabiam o caminho da menina. Na hora que passava no escuro, pronto, eles atacavam. Tinha umas que vinham lá da Vila Fialho, aí os caras pegavam. As vezes botavam até o namorado dela para correr. (Paulo Caribe – professor)

Assim como o raspa, as maratonas foram abolidas. Indagada sobre se ainda aconteciam atos de violência contra mulher nas festas de reggae, nossa entrevistada, Dona Nelma, ligada ao ramo de radiola, afirma: “não, não acontece mais, só aquelas de casal, mais é marido, ninguém pode se meter, eles que se resolvam entre eles”. Depreende-se dessa fala que outros tipos de violência contra a mulher são coibidos, mas quando se trata de acontecimentos entre casais são tratados como situações de foro íntimo, mesmo acontecendo em um espaço público. Esse fato é preocupante para o contexto atual. O movimento feminista ao adotar o slogan “o pessoal é político” chama

atenção para a desqualificação sofrida quando os atos de violência ocorrem no âmbito das relações conjugais ou no espaço doméstico.

A banalização da violência doméstica levou à invisibilidade do crime de maior incidência no país e o único que tem perverso efeito multiplicador. Suas sequelas não se restringem à pessoa ofendida. Comprometem todos os membros da entidade familiar, principalmente crianças, que terão a tendência de se transformar em agentes multiplicadores do comportamento que vivenciam dentro de casa. (DIAS, Maria Berenice. 2008, p.7)

Um ganho representativo foi a promulgação, em 2006, da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha, que prevê penalidade para abusos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral e garante assistência jurídica às vítimas de violência doméstica e feminina. Apesar dos avanços, o Brasil tem um longo caminho a ser percorrido, os dados continuam alarmantes<sup>15</sup>. Entre as vítimas, as mulheres negras e pobres são as mais atingidas. A maioria das agressões são cometidas por parceiros inconformados com o término do relacionamento, uma vez que a liberdade afetiva das mulheres ainda “fere” a “moral” de muitos homens. “Hoje em dia se me pegar eu chamo a polícia, nunca tive problemas e espero nunca ter” diz Rosalina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho insere-se no campo da História Cultural e dos Estudos de Gênero, alinhando-se às tendências historiográficas ligadas às questões do cotidiano e das representações, com ênfase nas camadas populares. O interesse historiográfico pela mulher é relativamente recente, pelas mulheres populares mais ainda, embora venha crescendo nas últimas décadas os estudos históricos sobre defloração, loucura, sendo essas mulheres taxadas de desordeiras e desviantes, e seus registros geralmente feitos por meio de fontes médicas, judiciais e policiais. Dificilmente o(a) pesquisador(a) tem a oportunidade de obter registros produzidos por esses sujeitos históricos. Neste sentido, analisa-se nesta pesquisa a participação das mulheres no reggae de São Luís, apresentando os papéis sociais por elas desempenhados e as tensões, conflitos, relações de poder e representações inerentes a essa atuação. As relações de gênero, juntamente com as questões de classe e raça, compõem a tríade analítica que ajuda a esclarecer os

---

<sup>15</sup> São 5 espancamentos a cada 2 minutos (Fundação Perseu Abramo/2010); 1 estupro a cada 11 minutos (9º Anuário da Segurança Pública/2015); 1 feminicídio a cada 90 minutos (Ipea/2013); 179 relatos de agressão por dia (Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015).

mecanismos de poder e as concepções dominantes no interior do movimento reggae de São Luís.

Nota-se que as mulheres sempre estiveram nos salões de reggae, inicialmente, confrontando com as convenções sociais, que classificavam as formas de lazer e sociabilidade adequadas às “moças direitas” ou “moças de família”. Nas décadas de 70 e 80, o estigma sobre o reggae era fortíssimo, como mostram os jornais e os relatos dessas mulheres, que, mesmo proibidas de frequentar as festas “chinfrins” e até mesmo sob ameaça de castigos corporais, utilizavam-se de diversas táticas para burlar a vigilância da família e obter momentos de prazer e diversão dançando o reggae. Demonstraram subversão e resistência para manterem sua participação mesmo em condições adversas.

Os anos iniciais do reggae ludovicense (décadas de 70 e 80) foram marcados por atos de machismo, violência física e simbólica como a prática do raspa e da maratona (esta última relacionada à violência sexual), que, legitimados pelas ideias de masculinidade e feminilidade vigentes naquele meio social, ofendiam a integridade física das mulheres, mas, principalmente, a integridade moral. As mulheres regueiras eram constantemente submetidas a situações de subserviência à dominação masculina, porém essa dominação não se deu de forma pacífica, mesmo sob pena de severas retaliações, muitas mulheres revidavam as ações violentas, levantando-se após o raspa e desferindo dentadas e chutes contra os agressores ou despejando cerveja no rosto deles. A violência se fez presente na vida dessas mulheres de diferentes formas e níveis, entre regueiros e regueiras, entre as próprias mulheres, entre mulheres e seguranças, mulheres e turmas, mulheres e polícia, e a violência do próprio contexto social desprovido de assistência básica.

A violência “habitual” do seu espaço de vivência não gerava estranhamento, porém, na atualidade a ameaça da presença de traficantes nas festas de reggae tem gerado insegurança. O estigma tem deixado o reggae, que vem sendo visto como manifestação incorporada ao repertório cultural da cidade, mas se mantém em relação à periferia.

Então, entendendo o caráter polivalente do sujeito histórico, buscou-se compreender a atuação feminina no reggae de São Luís a partir de múltiplas facetas como maternidade, sexualidade, relacionamentos conjugais, laços afetivos, trabalho, lazer, família, condição socioeconômica e direitos. Através deste estudo pôde-se desmitificar estereótipos e apresentar as especificidades do nosso objeto. Esta pesquisa

torna-se relevante por desvelar de forma pioneira protagonismos, feitos e fatos das mulheres do movimento reggae, dando voz e visibilidade a esses sujeitos tão negligenciados pela história. Mulheres fortes e aguerridas que não tiveram medo do rótulo de *mulheres regueiras*, que nos bastidores, nas festas ou na cadeia produtiva, cada uma a seu tempo e a seu modo, contribuíram para a consolidação do ritmo e novas representações das mulheres no movimento reggae de São Luís.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **O eterno verão do reggae**. 34 ed. São Paulo: Coleção Ouvido Musical, 1997.

BRASIL, Ramusyo. **O reggae no Caribe brasileiro**. São Luís, Pitomba.2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009a.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009, 1960b. [original publicado em 1949]

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. (original: 1989)

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, W. J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudo Feministas**, Florianópolis-SC, v.1, n. 21, jan.-abril, 2013. Pág. 241-282.

DIAS, M. O. L. da S. (Org.). **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça: A efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GOFFMAN, E. Estigma: **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988. (publicação original: 1963).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social. In: **Nova História das Mulheres**. Org. Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. Lazer: Programa de Mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da Terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural**. São Luís: Edufma, 1995.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Raquel. **Violência Simbólica**: Saberes masculinos e representações femininas. **Revista estudos Feministas**, vol. 5, n. 1, 1997